

Sumário

Prefácio à nova edição – Fábio Konder Comparato	13	Newton Eduardo de Oliveira	85
Prefácio à 1ª edição – D. Paulo Evaristo Arns	17	<i>O assassinato dos líderes da Liga Camponesa de Sapé</i>	86
Apresentação	19	João Alfredo Dias	86
Introdução	21	Pedro Inácio de Araújo	86
		Israel Tavares Roque	88
		Onofre Ilha Dornelles	89
		Albertino José de Oliveira	89
		Divo Fernandes D'Oliveira	90
1962-1963	53	1965	91
João Pedro Teixeira	55	Elvaristo Alves da Silva	93
Ari Lopes Macedo	56	Leopoldo Chiapetti	94
<i>O massacre de Ipatinga – 7 de outubro de 1963</i>	56	Severino Elias de Melo	95
Aides Dias de Carvalho	58		
Alvino Ferreira Felipe	58	1966	97
Antônio José dos Reis	59	Darcy José dos Santos Mariante	99
Eliane Martins	59	José Sabino	99
Geraldo da Rocha Gualberto	59	José Nobre Parente	100
Gilson Miranda	59	Manoel Raimundo Soares	101
José Isabel do Nascimento	59		
Sebastião Tomé da Silva	60		
		1967	105
1964	61	Milton Soares de Castro	107
Paschoal Souza Lima	63	Lucindo Costa	108
Antônio Carlos Silveira Alves	63	Luiz Gonzaga dos Santos	109
Ari de Oliveira Mendes Cunha	64		
<i>Família assassinada em Governador Valadares</i>	64	1968	111
Augusto Soares da Cunha	64	Edson Luiz Lima Souto	113
Otávio Soares Ferreira da Cunha	64	David de Souza Meira	114
<i>Secundaristas assassinados em manifestação de rua no Recife</i>	66	Jorge Aprígio de Paula	115
Ivan Rocha Aguiar	66	Ornalino Cândido da Silva	116
Jonas José Albuquerque Barros	66	<i>A “sexta-feira sangrenta”</i>	116
Labibe Elias Abduch	69	Maria Ângela Ribeiro	117
João de Carvalho Barros	70	Fernando da Silva Lembo	117
Alfeu de Alcântara Monteiro	70	Manoel Rodrigues Ferreira	118
Antogildo Pascoal Viana	72	José Guimarães	118
João Barcellos Martins	72	Luís Paulo da Cruz Nunes	119
Edu Barreto Leite	73	<i>Batalhas de rua mataram mais dois</i>	120
Bernardino Saraiva	75	Cloves Dias Amorim	121
José de Souza	75	Luiz Carlos Augusto	121
Carlos Schirmer	76	<i>Assassinato de casal em Vassouras</i>	122
Pedro Domiense de Oliveira	77	Catarina Helena Abi-Eçab	122
Manuel Alves de Oliveira	78	João Antônio Santos Abi-Eçab	122
Péricles Gusmão Régis	81		
Benedito Pereira Serra	82	O XXX Congresso da UNE em Ibiúna	125
Dilermano Mello do Nascimento	84	O Ato Institucional nº 5	126

1969		
Marco Antônio Braz de Carvalho	127	Ari da Rocha Miranda 199
Hamilton Fernando da Cunha	129	Silvano Soares dos Santos 199
Higino João Pio	131	Eiraldo Palha Freire 200
João Lucas Alves	132	Lucimar Brandão Guimarães 201
Paulo Torres Gonçalves	133	José Maria Ferreira Araújo 202
Nelson José de Almeida	135	Jorge Leal Gonçalves Pereira 204
Severino Viana Colou	136	Joaquim Câmara Ferreira 205
Antônio Henrique Pereira Nero (Padre)	137	Ary Abreu Lima da Rosa 208
Sebastião Gomes da Silva	139	Luiz Renato Pires de Almeida 209
Reinaldo Silveira Pimenta	140	<i>Execução sumária em praça pública</i> 209
Carlos Roberto Zanirato	140	Edson Neves Quaresma 209
Geraldo Bernardo da Silva	141	Yoshitane Fujimori 210
<i>Assassinato de militantes da VAR-Palmares</i>	142	Eduardo Collen Leite 212
Fernando Borges de Paula Ferreira	143	Celso Gilberto de Oliveira 215
João Domingues da Silva	143	
José Wilson Lessa Sabbag	144	As denúncias no Conselho de Defesa
<i>Mortes na rua da Consolação, em São Paulo</i>	146	dos Direitos da Pessoa Humana 216
Ishiro Nagami	147	
Sérgio Roberto Corrêa	147	1971 217
Roberto Cietto	148	Raimundo Nonato Paz 219
Luiz Fogaça Balboni	149	Raimundo Eduardo da Silva 220
Virgílio Gomes da Silva	150	Aldo de Sá Brito Souza Neto 221
João Roberto Borges de Souza	151	Rubens Beirodt Paiva 224
Eremias Delizoicov	154	Aderval Alves Coqueiro 227
Carlos Marighella	155	Odijas Carvalho de Souza 230
Chael Charles Schreier	160	José Dalmo Guimarães Lins 231
	164	<i>Primeiros desaparecidos na Casa da Morte</i>
		<i>em Petrópolis</i> 232
A repressão política e a formação		Antônio Joaquim de Souza Machado 232
dos DOI-CODI	167	Carlos Alberto Soares de Freitas 232
		<i>Falso tiroteio: assassinato de militantes da VPR</i> 235
1970	169	Gerson Theodoro de Oliveira 235
Marcos Antônio da Silva Lima	171	Maurício Guilherme da Silveira 235
Carlos Antunes da Silva	172	<i>Desaparecidos na Casa da Morte e</i>
Mário Alves de Souza Vieira	173	<i>a vala clandestina de Ricardo de Albuquerque</i> 237
Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues	177	Marilena Villas Boas Pinto 237
Abelardo Rausch Alcântara	178	Mário de Souza Prata 237
José Roberto Spiegner	179	Devanir José de Carvalho 239
Antônio Raymundo Lucena	181	Abílio Clemente Filho 240
Cassimiro Luiz de Freitas	182	Joaquim Alencar de Seixas 241
Avelmar Moreira de Barros	183	Dimas Antônio Casemiro 243
Dorival Ferreira	184	Raimundo Gonçalves Figueiredo 244
José Idésio Brianezi	185	Stuart Edgar Angel Jones 246
Juarez Guimarães de Brito	186	Ivan Mota Dias 248
Joelson Crispim	187	Dênis Casemiro 249
Ângelo Cardoso da Silva	188	Aluísio Palhano Pedreira Ferreira 251
Norberto Nehring	189	Mariano Joaquim da Silva 253
Roberto Macarini	191	José Gomes Teixeira 254
Olavo Hansen	192	Luiz Almeida Araújo 255
<i>Assassinato de casal e ocultação de cadáveres</i>	195	<i>Prisão e desaparecimento de casal na Casa da Morte</i> 256
Alceri Maria Gomes da Silva	195	Heleny Telles Ferreira Guariba 256
Antônio dos Três Reis de Oliveira	196	Paulo de Tarso Celestino da Silva 257
Marco Antônio Dias Baptista	197	Walter Ribeiro Novaes 259
Antônio Bem Cardoso	198	Luiz Eduardo da Rocha Merlino 259

Djalma Maranhão	263	Míriam Lopes Verbena	330
Joel Vasconcelos Santos	263	Ezequias Bezerra da Rocha	333
José Raimundo da Costa	265	<i>A chacina de Quintino</i>	335
Francisco das Chagas Pereira	266	Antônio Marcos Pinto de Oliveira	335
Raul Amaro Nin Ferreira	267	Lígia Maria Salgado Nóbrega	336
Epaminondas Gomes de Oliveira	268	Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo	336
Iara Iavelberg	269	Wilton Ferreira	336
Amaro Luiz de Carvalho	272	Antônio Carlos Nogueira Cabral	339
<i>Operação Pajussara – Mortes na Fazenda Buriti</i>	273	Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter	341
Luiz Antônio Santa Bárbara	273	Bergson Gurjão Farias	343
Otoniel Campos Barreto	274	Lourival de Moura Paulino	344
<i>Operação Pajussara – Assassinatos no sertão baiano</i>	277	Paulo Guerra Tavares	345
Carlos Lamarca	277	Grenaldo de Jesus da Silva	346
José Campos Barreto	279	<i>Emboscada no Restaurante Varela</i>	348
<i>A emboscada da rua João Moura, São Paulo</i>	281	Ana Maria Nacinovic Corrêa	348
Antônio Sérgio de Mattos	281	Iuri Xavier Pereira	349
Eduardo Antônio da Fonseca	282	Marcos Nonato da Fonseca	349
Manuel José Nunes Mendes de Abreu	282	Maria Lúcia Petit da Silva	353
Félix Escobar	284	Boanerges de Souza Massa	355
Aylton Adalberto Mortati	285	Kleber Lemos da Silva	356
José Roberto Arantes de Almeida	286	<i>Desaparecidos no DOI-CODI/RJ</i>	357
Francisco José de Oliveira	288	Paulo Costa Ribeiro Bastos	357
Flávio Carvalho Molina	289	Sérgio Landulfo Furtado	358
Nilda Carvalho Cunha	291	Idalísio Soares Aranha Filho	359
José Milton Barbosa	292	Ismael Silva de Jesus	361
Carlos Eduardo Pires Fleury	294	Juarez Rodrigues Coelho	362
Luiz Hirata	295	Célio Augusto Guedes	362
		Sabino Alves da Silva	364
As missas na Catedral da Sé	298	José Júlio de Araújo	364
		Luiz Eurico Tejera Lisboa	367
1972	299	Miguel Pereira dos Santos	371
Ruy Carlos Vieira Berbert	301	<i>Mais guerrilheiros desaparecidos na II Campanha</i>	
Hiroaki Torigoe	304	<i>do Exército contra a Guerrilha do Araguaia</i>	
Jeová Assis Gomes	305	<i>(Operação Papagaio)</i>	372
<i>Militantes da ALN mortos em falso tiroteio</i>		Antônio Carlos Monteiro Teixeira	372
<i>na avenida</i>	307	Francisco Manoel Chaves	373
Alex de Paula Xavier Pereira	307	José Toledo de Oliveira	373
Gelson Reicher	307	Helenira Rezende de Souza Nazareth	375
Gastone Lúcia Carvalho Beltrão	310	<i>Desaparecidos no Araguaia, 30 de setembro</i>	
Hélcio Pereira Fortes	312	<i>de 1972</i>	378
<i>Desaparecidos no Rio de Janeiro</i>	314	Ciro Flávio Salazar Oliveira	378
Ísis Dias de Oliveira	314	João Carlos Haas Sobrinho	378
Paulo César Botelho Massa	314	Manoel José Nurchis	379
Íris Amaral	318	José Inocência Barreto	381
Arno Preis	319	Esmeraldina Carvalho Cunha	382
Frederico Eduardo Mayr	323	Juan Antônio Carrasco Forrastal	383
João Mendes Araújo	326	Antônio Benetazzo	384
<i>Execuções na capital paulista</i>	326	João Carlos Cavalcanti Reis	386
Alexander José Ibsen Voerões	326	Aurora Maria Nascimento Furtado	387
Lauriberto José Reyes	326	Lincoln Cordeiro Oest	390
Napoléon Felipe Biscaldi	327	<i>Massacre de militantes do PCBR no Rio de Janeiro</i>	391
Hamilton Pereira Damasceno	329	Fernando Augusto da Fonseca	391
<i>Casal morre em suposto acidente em Caruaru</i>	330	Getúlio de Oliveira Cabral	391
Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides	330	José Bartolomeu Rodrigues de Souza	392

José Silton Pinheiro	392	Nelson de Souza Kohl	465
Lourdes Maria Wanderley Pontes	392	Umberto Albuquerque Câmara Neto	466
Valdir Salles Saboya	393	Honestino Monteiro Guimarães	467
Carlos Nicolau Danielli	398	<i>Os primeiros desaparecidos da III Campanha do Exército contra a Guerrilha do Araguaia</i>	470
Amaro Félix Pereira	400	André Grabois	470
José de Oliveira	402	Antônio Alfredo de Lima	471
A Guerrilha do Araguaia	403	Divino Ferreira de Souza	472
O “milagre econômico”	404	João Gualberto Calatrone	472
A Comissão Justiça e Paz	405	Wânio José de Mattos	475
1973	407	Lúcia Maria de Souza	478
Luiz Ghilardini	409	<i>Execuções de militantes do PCBR na praça Sentinela, em Jacarepaguá</i>	480
<i>O Massacre da Chácara São Bento</i>	410	Almir Custódio de Lima	480
Eudaldo Gomes da Silva	410	Ramires Maranhão do Valle	480
Evaldo Luiz Ferreira de Souza	411	Ranúsia Alves Rodrigues	481
Jarbas Pereira Marques	411	Vitorino Alves Moitinho	481
José Manoel da Silva	412	<i>Mortes de militantes da Ação Popular</i>	484
Pauline Reichstul	412	Gildo Macedo Lacerda	484
Soledad Barret Viedma	413	José Carlos Novaes da Mata Machado	485
Anatália de Souza Melo Alves	419	<i>Antes da Operação Condor: Vindos da Argentina, desapareceram no Rio de Janeiro</i>	489
José Mendes de Sá Roriz	420	Caiupy Alves de Castro	489
Lincoln Bicalho Roque	421	Jean Henri Raya Ribard	490
<i>A emboscada da rua Caqueto, em São Paulo (SP)</i>	424	Antonio Luciano Pregoni	491
Arnaldo Cardoso Rocha	424	Arildo Valadão	493
Francisco Emanuel Penteado	424	Adriano Fonseca Filho	494
Francisco Seiko Okama	425	<i>Guerrilha do Araguaia: mais dois desaparecidos</i>	496
Alexandre Vannucchi Leme	427	Jaime Petit da Silva	496
James Alen Luz	431	Antônio Guilherme Ribeiro Ribas	496
Ronaldo Mouth Queiroz	433	Miguel Sabat Nuet	498
Merival Araújo	435	<i>Assassinato sob tortura de militantes da ALN</i>	500
<i>Assassinato do casal de militantes do Molipo</i>	436	Antônio Carlos Bicalho Lana	500
Márcio Beck Machado	436	Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones	500
Maria Augusta Thomaz	437	José Carlos da Costa	506
Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa	439	<i>Antes da Operação Condor: Seqüestrados na Argentina desapareceram no Brasil</i>	507
Nilton Rosa da Silva	439	João Batista Rita	507
Zoé Lucas de Brito Filho	441	Joaquim Pires Cerveira	508
Edgar Aquino Duarte	441	Tobias Pereira Júnior	512
<i>Pai e filho desaparecidos</i>	444	Marcos José de Lima	512
José Porfírio de Souza	444	<i>Guerrilha do Araguaia: o massacre do Natal de 1973</i>	513
Durvalino Porfírio de Souza	445	Gilberto Olímpio Maria	513
Luiz José da Cunha	446	Guilherme Gomes Lund	514
Helber José Gomes Goulart	448	Maurício Grabois	514
Rosalindo Souza	450	Paulo Mendes Rodrigues	517
Henrique Cintra Ferreira de Ornellas	452	Líbero Giancarlo Castiglia	520
Manoel Aleixo da Silva	453	Paulo Roberto Pereira Marques	522
Paulo Stuart Wrigth	456	Joaquinzão	523
<i>Assassinato de militantes do PCR em São Paulo</i>	458	Edmur Péricles Camargo	524
Emmanuel Bezerra dos Santos	458	As denúncias na Organização dos Estados Americanos	526
Manoel Lisboa de Moura	459		
<i>Três brasileiros desaparecidos após o golpe no Chile</i>	461		
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano	461		
Luiz Carlos Almeida	463		

1974	527	Enrique Ernesto Ruggia	584
<i>Desaparecidos na base militar de Bacaba, São Domingos do Araguaia (PA)</i>	529	Joel José de Carvalho	585
Nelson Lima Piauhy Dourado	529	José Lavecchia	585
Pedro Carretel	529	Onofre Pinto	586
Rodolfo de Carvalho Troiano	532	Vítor Carlos Ramos	586
Vandick Reidner Pereira Coqueiro	534	Pedro Alexandrino de Oliveira Filho	589
José de Lima Piauhy Dourado	534	Tito de Alencar Lima (Frei)	591
Telma Regina Cordeiro Corrêa	535	Suely Yumiko Kanayama	592
Jana Moroni Barroso	536	Walkíria Afonso Costa	594
Custódio Saraiva Neto	538	José Maurílio Patrício	596
<i>O desaparecimento de militantes da APML</i>	539	Jane Vanini	597
Eduardo Collier Filho	539	Afonso Henrique Martins Saldanha	600
Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira	539	Batista	600
Antônio Teodoro de Castro	543	Luiz Vieira	602
Cilon da Cunha Brum	544	Orlando Momente	602
José Huberto Bronca	544	O Tribunal Bertrand Russell	604
<i>Dirigentes do PCB desaparecidos próximos à fronteira</i>	546	1975	605
David Capistrano da Costa	546	Elson Costa	607
José Roman	547	Hiram de Lima Pereira	609
Dermeval da Silva Pereira	551	Jayme Amorim Miranda	611
<i>Prisões e execuções na Guerrilha do Araguaia</i>	552	Nestor Vera	613
Antônio de Pádua Costa	552	Itair José Veloso	613
Hélio Luiz Navarro de Magalhães	553	João Leonardo da Silva Rocha	614
Luiz René Silveira e Silva	553	Alberto Aleixo	615
Maria Célia Corrêa	554	José Ferreira de Almeida	616
<i>Mais três dirigentes do PCB assassinados</i>	558	José Maximino de Andrade Netto	618
João Massena Melo	558	Armando Teixeira Frutuoso	619
Luiz Ignácio Maranhão Filho	559	Ângelo Pezzuti da Silva	620
Walter de Souza Ribeiro	560	Pedro Jerônimo de Sousa	621
Dinaelza Soares Santana Coqueiro	564	José Montenegro de Lima	622
Ieda Santos Delgado	565	Orlando Bomfim Júnior	624
<i>Mais desaparecidos na base militar de Bacaba (Guerrilha do Araguaia)</i>	566	Vladimir Herzog	625
Antônio Ferreira Pinto	566	A crise dos desaparecidos de 1975	628
Lúcio Petit da Silva	567	Os desaparecidos e a <i>Operação Condor</i> no Brasil	629
Uirassu de Assis Batista	567	1976	633
<i>Casal de militantes da ALN desaparece em São Paulo</i>	569	Neide Alves dos Santos	635
Ana Rosa Kucinski Silva	569	Manoel Fiel Filho	636
Wilson Silva	569	Sidney Fix Marques dos Santos	639
Oswaldo Orlando da Costa	572	Francisco Tenório Júnior	641
Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto	573	Ary Cabrera Prates	644
Elmo Corrêa	575	Sérgio Fernando Tula Silberberg	646
Issami Nakamura Okano	575	Maria Regina Marcondes Pinto	647
Ruy Frazão Soares	576	Zuleika Angel Jones	649
Áurea Eliza Pereira Valadão	578	Jorge Alberto Basso	651
Daniel Ribeiro Callado	579	Maria Auxiliadora Lara Barcellos	653
Luíza Augusta Garlippe	581	Massafumi Yoshinaga	655
Dinalva Oliveira Teixeira	582	Davi Eduardo Chab Tarab Baabour	656
<i>Operação Juriti: militantes da VPR desaparecem na fronteira</i>	584	Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães	656
Daniel José de Carvalho	584	Walter Kenneth Nelson Fleury	658
		Antônio Araújo Veloso	659

Feliciano Eugênio Neto	659	Luiz Renato do Lago Faria	703
João Bosco Penido Burnier (Padre)	662	<i>Argentinos desaparecidos no Galeão,</i>	
João Belchior Marques Goulart	663	<i>Rio de Janeiro</i>	704
<i>Dirigentes do PCdoB assassinados na Lapa,</i>		Horácio Domingos Campiglia	704
<i>em São Paulo</i>	669	Mônica Suzana Pinus de Binstock	704
Ângelo Arroyo	669	Raimundo Ferreira Lima	708
João Baptista Drumond	670	<i>Argentinos desaparecidos no Centro Clandestino</i>	
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar	671	<i>La Polaca</i>	708
Roberto Adolfo Val Cazorla	676	Lorenzo Ismael Viñas	708
Zelmo Bosa	677	Jorge Oscar Adur (Padre)	709
		Wilson Souza Pinheiro	711
O Movimento Feminino pela Anistia	678	<i>Argentinos mortos na fronteira com o Brasil</i>	711
A luta dos familiares no Judiciário	679	Eduardo Gonzalo Escabosa	711
		Liliana Ines Goldenberg	712
1977-1979	681	Lyda Monteiro da Silva	712
1977	683		
José Soares dos Santos	683	1982	714
Roberto Rascardo Rodriguez	683	Solange Lourenço Gomes	714
Carmem Jacomini	685		
Lourenço Camelo de Mesquita	685	1983	715
Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte	686	Margarida Maria Alves	715
1978	687	1985	716
Therezinha Viana de Assis	687	Gustavo Buarque Schiller	716
Manoel Custódio Martins	688	Nativo Natividade de Oliveira	717
Norberto Armando Habegger	688		
Gerosina Silva Pereira	690	O Tribunal Tiradentes	719
		As Caravanas à região da Guerrilha do Araguaia	720
1979	690	O Projeto Brasil: Nunca Mais	722
Sylvio de Vasconcellos	690	A vala clandestina de Perus	723
Adauto Freire da Cruz	691		
Orocílio Martins Gonçalves	692	Índice de nomes em ordem alfabética	725
Benedito Gonçalves	693		
Guido Leão	693	Siglas	733
Santo Dias da Silva	694		
		Bibliografia e fontes	737
As passeatas estudantis e a “ <i>Carta aos Brasileiros</i> ”	696		
O Comitê Brasileiro pela Anistia	698	Anexos:	
A CPI sobre os abusos contra os direitos humanos	699	Anexo 1: Lei de Anistia	747
		Anexo 2: Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos	748
1980-1985	701	Anexo 3: Fotos de mortos encontradas nos arquivos da repressão política	753
1980	703		



Prefácio à nova edição

Este livro conta a tragédia de centenas de pessoas, que pereceram em confronto com o regime político autoritário, instalado no Brasil após o golpe militar de março-abril de 1964.

Não se trata de figuras de ficção, sem corpo e sem alma; não estamos, aqui, diante de simples dados estatísticos. Trata-se de homens e mulheres com uma identidade própria e inconfundível, cujas vidas foram brutalmente ceifadas. Homens e mulheres que, como todos nós, tiveram infância e adolescência, riram, choraram, brincaram, amaram, sentiram ódio e indignação, pavores e alegrias. Pessoas que não voltam mais, e cujas personalidades, únicas e irreprodutíveis, vão aos poucos se apagando no coração dos parentes e amigos, antes que estes, por sua vez, desapareçam do mundo dos vivos.

Este *Dossiê* foi composto para preservar a sua memória.

Lendo qualquer de suas páginas, temos vontade de baixar a cabeça e chorar; ou, então, de rezar e meditar sobre o mistério da Vida e da Morte.

Mas dentro de cada um de nós a consciência ética se revolta e não admite que a leitura destes resumos biográficos provoque apenas reações emocionais. Queremos compreender, temos de compreender. Como foi possível tanta estupidez, tanta frieza na maldade? Por que razão tudo isso aconteceu entre nós durante anos, sob o olhar indiferente da maioria esmagadora da população? É decente virar as costas para essa fase ignominiosa da História brasileira, sem se importar com a identificação e a punição dos mandantes, financiadores e executantes de todos os crimes aqui descritos?

Para compreender o clima de brutalidade que se instalou no Brasil, com maior intensidade a partir de 1964, é preciso enxergar o fundo da cena política. Ele é sempre o mesmo, em todas as épocas de nossa História. Por trás do prosclênio, protocolar e enganoso, divisamos a ação constante de um poder truculento, ao mesmo tempo temido e admirado pelo povo. A brutalidade dos governantes é vista como um fato inevitável e, por isso mesmo, até certo ponto normal. Mas a revolta dos governados, esta é, desde logo, estigmatizada como manifestação de alarmante desordem.

As origens desse sistema de violência oficial e da sua generalizada aceitação pela consciência popular remontam, obviamente, aos vários séculos de extermínio sistemático de indígenas e de escravização de africanos e afrodescendentes.

O apresamento de índios para servirem como mão-de-obra escrava dos colonizadores brancos, inclusive dos altos funcionários nomeados pela Coroa portuguesa, aqui estabelecidos como proprietários rurais, perdurou até a época pombalina, no final do século XVIII. No Norte do Brasil, o pretexto para tal prática era grosseiro: faziam-se entradas para resgatar índios que teriam sido mantidos como escravos, após uma guerra tribal. O falso resgate justificava, aos olhos do governo colonial e da Igreja, o estabelecimento de um novo cativo, doravante em proveito dos brancos. Mas quando a expedição oficial era recebida no sertão com hostilidade, não se hesitava em dizimar tribos inteiras.

Quanto à enorme população negra escravizada durante quase quatro séculos, a brutalidade permanente constituía um regime normal de vida.

As punições faziam-se à vista de todos, nos pelourinhos, geralmente pelo açoite. Era freqüente aplicar aos infelizes, até as vésperas da abolição, 200 ou 300 chibatadas, quando o Código Criminal do Império as limitava ao máximo de 50 por dia. Mas em casos de faltas consideradas graves, os patrões não hesitavam em infligir mutilações: dedos decepados, todos os dentes quebrados, seios furados. A Câmara Municipal de Mariana, em Minas Gerais, por exemplo, autorizou em provimento de 1755 que fosse seccionado um dos tendões de aquiles dos negros fugidos recapturados, de modo que eles continuassem a trabalhar, sem poderem mais se evadir.



Esse ambiente de generalizada violência acabou por entranhar-se em nossos costumes.

Numa passagem de *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre descreve a transformação do sadismo natural dos meninos e adolescentes das famílias de senhores rurais, “no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho do bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho”.

Ora, essa bestialidade dos senhores em relação aos servos, clientes e agregados acabou sendo absorvida pelas vítimas e foi regularmente transmitida às gerações seguintes. Machado de Assis ilustrou esse fato ao inventar, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o episódio do moleque Prudêncio, menino escravo que serviu regularmente de montaria nas brincadeiras com o filho do patrão, e que, uma vez alforriado, reapareceu anos depois diante deste, vergastando seu próprio escravo numa rua do Valongo.

Especificamente no terreno da política, tem razão Gilberto Freyre, ao dizer que “no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar povo brasileiro ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático”. Não foi por outra razão que o último de nossos imperadores, em razão de sua doçura de caráter, tornou-se aos olhos do povo “Pedro banana”.

No ambiente autárquico dos grandes domínios rurais, o coronel do sertão possuía uma situação de onipotência irresponsável; mandava e desmandava arbitrariamente, não só sobre escravos e clientes, mas também sobre a própria família. Suas relações com os demais senhores rurais e com as autoridades do governo eram de potência a potência. Em todo o vasto interior do Brasil de início, e em seguida também nos centros urbanos, a legitimidade do poder do coronel provinha, não da correção de sua vida pessoal, mas da proteção que dispensava, incondicionalmente, a todos os que viviam sob suas ordens. O senhor rural podia muito bem ser assassino ou ladrão de terras, mas, desde que amparasse os seus dependentes em caso de necessidade, era fielmente obedecido até a morte.

Tudo isso quanto à violência. Mas é preciso não esquecer outra herança maldita dos nossos tempos coloniais, ligada esta à Inquisição: a prática da delação contra os inimigos da Fé, isto é, do poder religioso estabelecido.

Durante todo o século XVIII, como salientaram os historiadores, montou-se na América portuguesa uma complexa engrenagem inquisitorial, composta de comissários e familiares, que atuavam em todo o nosso vasto território sob a orientação de visitantes diocesanos. As acusações de heresia eram, então, apresentadas como um dever de fé, cujo descumprimento ocasionava a excomunhão. O *Manual dos Inquisidores*, de Nicolau Emérico, largamente utilizado no Brasil, dispunha que “a obrigação de denunciar um herege é coisa que sempre existirá, não obstante qualquer espécie de juramento, compromisso ou promessa de guardar segredo, feita ao Acusado. Não se torna necessário usar de correção fraterna para com este, antes de o haver denunciado, a não ser em casos raros e após maduras reflexões”. E concluía o Manual: “É sempre mais seguro não o fazer”.

Será preciso dizer que os guerrilheiros do Araguaia sofreram na própria carne o efeito dessa prática antiga e bem consolidada, ao entrarem em contato com as nossas populações rurais?

Ressalte-se, porém, que a constante violência no exercício do poder, entre nós, é encoberta pela lenda da brandura de caráter e da índole presumivelmente pacífica do nosso povo. Graças a essa explicação largamente admitida, reforçou-se na mentalidade social a visão de que a ação repressiva violenta das autoridades, sobretudo nos grandes centros urbanos, é sempre justificada como medida preventiva de um mal maior.

Na verdade, como explicaram os grandes pensadores políticos, sem uma adequada justificativa ética, capaz de suscitar a obediência voluntária na consciência dos governados, o poder oficial, ainda que revestido de todos os instrumentos de repressão violenta, tende a se enfraquecer e degenerar.

Durante milênios, a justificativa ética do poder político foi ministrada pela religião. A partir do século XIX, porém, a influência social das religiões estabelecidas declinou rapidamente. Diante disso, era mister entronizar, nesse nicho vazio do altar político, um outro ídolo. Foi a ideologia.

As correntes de esquerda e direita imediatamente escolheram o seu próprio rumo ideológico. Para a direita, a escolha recaiu na nação, na raça ou na tradição. Para a esquerda, o caminho salvador era a revolução.

Desde o final do século XVIII, com a independência dos Estados Unidos e a liquidação do Ancien Régime na França, o termo “revolução” passou a significar, no vocabulário político moderno, a renovação completa e subitânea das estruturas sociopolíticas de um país, realizada por meio da violência. Esta, como disse Karl Marx, “*é a parteira de toda sociedade velha, que traz uma nova em suas entranhas*” (*O Capital*, livro primeiro, v. II, parte sétima, cap. XXIV). Nessa visão da História, o uso da força bruta seria sempre legitimado pela justiça intrínseca dos fins almejados. Nem se haveria de temer, com isso, nenhuma violação dos direitos humanos, pois estes nada mais seriam do que “preconceitos burgueses”.

Pois bem, ao chegarmos à segunda metade do século XX, o conflito ideológico estendeu-se a todos os continentes, sob a forma de um confronto decisivo entre as hostes do comunismo e as do assim chamado mundo livre.

Os intelectuais orgânicos do sistema capitalista, experimentados na arte da propaganda comercial, perceberam, sem tardar, a importância da arma ideológica. O mote, por eles repetido à exaustão nos quatro cantos do mundo, passou a ser o combate de vida ou morte contra o comunismo, pois ele punha em xeque os valores morais e espirituais do Ocidente. Obtinha-se, com isso, não só o concurso ativo das organizações religiosas para essa nova cruzada ou guerra santa, como também a passividade complacente das massas miseráveis, totalmente indiferentes à defesa dos interesses materiais da classe rica.

Faltava, porém, conseguir a adesão do estamento militar, que monopolizava o uso da força armada e não tinha, a rigor, nenhuma razão particular para defender o capitalismo. O discurso utilizado para tanto foi outro: invocou-se – em estilo repassado de temor e indignação, conforme as circunstâncias – a defesa da pátria contra o inimigo externo e o traidor interno.

Os grandes empresários, para os quais o capital nunca teve nacionalidade, aderiram com entusiasmo a esse discurso patriótico, e ofereceram generosa contribuição pecuniária à obra de salvação nacional. Entre 1969 e 1979, um grupo de banqueiros e homens de negócio radicados em São Paulo, alguns deles representantes de empresas multinacionais, foram recrutados pelo então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, para financiar a montagem da chamada “Operação Bandeirante”, banco de ensaio dos futuros DOI-CODI (veja-se, a esse respeito, Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, p. 60 e ss.).

Na verdade, a guerra contra o perigo comunista já havia sido lançada com êxito pelo governo Getúlio Vargas, desde a rebelião militar de 1935. Ensaaiaram-se, então, algumas formas de repressão brutal, depois retomadas pelos sucessivos governos militares a partir do golpe de 1964. Nas *Memórias do Cárcere* (terceira parte, cap. 12), Graciliano Ramos refere o modo como foi recebido, na colônia correcional, o grupo de presos de que ele fazia parte. Acordados no meio da noite com o grito de “formatura geral”, os prisioneiros ouviram atônitos, de um jovem meganha, a seguinte advertência: “Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que tem protetores ficam lá fora. Atenção! Vocês não vem corrigir-se, estão ouvindo? Não vem corrigir-se; vem morrer”.

O episódio prenunciou, de modo sinistro, o que veio a ocorrer um quarto de século depois, nas masmorras do regime autoritário instalado em abril de 1964.

De todo esse drama, podemos e devemos extrair duas conclusões, uma para os mortos e outra para os vivos.

Quanto aos que se foram, importa dizer que todos eles morreram no bom combate, pois deram suas vidas pela reumanização da nossa sociedade. O seu sacrifício extremo contribuiu, decisivamente, para pôr a nu o caráter ignominioso do regime militar. Nesse sentido, não devem ser inscritos no rol dos vencidos, mas dos vencedores.

Já para todos nós que sobrevivemos e, sobretudo, para os jovens de hoje, a lição a tirar do drama dos combatentes, cuja memória se procura conservar neste *Dossiê*, é que a atividade política representa a suprema dimensão da vida ética.

Na famosa oração fúnebre que pronunciou em homenagem aos mortos durante o primeiro ano da Guerra de Peloponeso, Péricles lembrou que os atenienses eram, naquela época, o único povo a considerar que os desinteressados da vida política não mereciam a qualificação de indivíduos bem comportados, mas de cidadãos inúteis. No presente, é preciso ir mais além. Os que viram as costas à participação na vida pública representam um perigo manifesto para a coletividade, pois é sobre essa apatia política que se fundam os regimes celerados, como esse sob o qual pereceram os homens e mulheres cuja memória é aqui homenageada.

Como palavra final, quero manifestar toda a minha admiração pelos autores deste dossiê, que acabam de prestar um relevante serviço ao Brasil à luz dos grandes valores da Verdade e da Justiça.

Fábio Konder Comparato
fevereiro de 2009.

Prefácio à 1ª edição

Tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa pátria brasileira após o golpe militar de 1964.

Tocar nos corpos para destruí-los psicologicamente e humanamente. Tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais da Medicina e de grupos militares e paramilitares durante 16 anos em nosso país. Tarefa que acabamos exportando ao Chile, Uruguai e Argentina. Ensinamos outros a destruir e a matar. Lentamente e sem piedade. Sem ética nem humanismo.

Macular pessoas e identidades. Perseguir líderes políticos e estudantis. Homens e mulheres, em sua maioria jovens. É destas dores que trata este livro. É desta triste história que nos falam estas páginas marcadas de sangue e dor.

Vejo o próprio Cristo crucificado nestas páginas e suas sete chagas de novo abertas diante de nossos olhos. Nossa missão humana e cristã ainda não terminou, pois ainda existem corpos na cruz. Existem pessoas injustamente torturadas em novos antros de tortura. Os impérios do poder especializaram-se nas armas e nos métodos. Dos pregos, correias e espinhos que mataram Jesus em Jerusalém, passou-se às fitas de aço, fios elétricos forjando cruzeiros maiores e mais pesadas. Com a inteligência do demônio e a vontade deliberada de fazer o mal.

Em documento publicado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Rio Grande do Sul, sob os auspícios da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1984, tínhamos já uma lista incompleta de 339 mortos ou desaparecidos sob o domínio da macabra Ideologia da Segurança Nacional, fiel suporte das ditaduras militares latino-americanas.

Hoje temos em mãos documento mais longo, fruto de séria pesquisa dos próprios familiares nestes últimos dez anos. Fatos novos surgiram. Documentos e valas foram abertos e revelados com muita luta e muito empenho. Também com muita dor e muito sofrimento.

Vejo, com o olhar da fé, nestes que morreram assassinados, também surgir a esperança na ressurreição. Deles e de toda a nossa gente brasileira. Pois, como dizia santamente nosso amigo e mártir, monsenhor Oscar Arnulfo Romero y Gadamez, arcebispo assassinado pelas mesmas forças da repressão em El Salvador: “*Se me matarem ressuscitarei no povo Salvadorenho*”.

Sim, para os que crêem e têm fé, a certeza da morte nos entristece, mas a promessa da imortalidade nos consola e reanima. A certeza de que Deus Pai não suporta ver seus filhos amados na cruz nos confirma a ressurreição como o grande gesto vitorioso diante de todos os poderes da morte, do mal e da mentira. Pois, como diz o Apóstolo Paulo: “*Realmente está escrito: Por tua causa somos entregues à morte todo o dia, fomos tidos em conta de ovelhas destinadas ao matadouro. Mas, em tudo isso vencemos por Aquele que nos amou*”. (Rm 8,36-37).

Ainda há muito o que fazer para que toda a verdade venha à tona.

Ainda há muito o que fazer para que nossa juventude jamais se esqueça destes tempos duros e injustos.

Ainda há muito por esclarecer para que a verdade nos liberte e para que não tenhamos “aquele” Brasil nunca mais.

Há ainda muito amor e compaixão em nossos corações capazes de vencer toda dor e todo sofrimento que nos infligiram.

Existem ainda muitos ombros amigos junto aos familiares dos mortos e desaparecidos que tornaram palpável e possível a esperança. E que afastaram o desânimo e o medo nas horas difíceis.

Ombros largos como os do grande senador Teotônio Vilela até ombros femininos e corajosos como os da impecável prefeita Luiza Erundina de Sousa.

Ombro de apoio incondicional da nossa Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, até o próprio ombro chagado e vitorioso do Cristo, visível em sua Igreja, seus discípulos e seus mártires. Carregando em sua cruz a cruz destes que morreram pela justiça em nossa terra. Carregando nestas cruzes a cruz do próprio Cristo.

Este é um livro de dor. É um memorial de melancolias. Um livro que fere, e machuca, mentes e corações. Um livro para fazer pensar e fazer mudar o que deve ainda ser mudado e pensado em favor da vida e da verdade.

Um livro dos 30 anos que já se passaram.

Mas também um livro que faça a verdade falar, gritar e surgir como o sol em nossa terra. Um livro que traga muita luz e esclarecimento nos anos que virão.

Um livro, vários brados, uma certeza verdadeira. Nunca mais a escuridão e as trevas. Nunca mais ao medo e à ditadura. Nunca mais à exclusão e à tortura. Nunca mais à morte. Um sim à vida!

São Paulo, 21 de novembro de 1994.

Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS

Arcebispo Metropolitano de São Paulo

Apresentação

Em novembro de 1979, familiares de mortos e desaparecidos políticos organizaram informações relatando denúncias sobre assassinatos e desaparecimentos decorrentes de perseguição política durante a ditadura brasileira (1964-1985), para serem apresentadas no II Congresso pela Anistia, realizado em Salvador (BA). Esse dossiê foi posteriormente ampliado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/RS) e editado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1984. Na ocasião, os familiares homenagearam Teotônio Vilela, que havia sido presidente da Comissão Mista sobre a Anistia no Congresso Nacional, por ter dedicado seus últimos anos de vida à defesa intransigente da anistia aos presos políticos e das liberdades democráticas no país. Nesse documento constam 339 nomes, dos quais 144 são desaparecidos políticos no Brasil e no exterior.

Em 1995, o livro foi revisado, ampliado e publicado com o título *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, no Recife e, em 1996, em São Paulo. Essa edição se originou da sistematização das pesquisas nos arquivos dos IMLs de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; nos arquivos do DEOPS de Pernambuco, Paraná, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro; nos arquivos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli; nos documentos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM) e na imprensa. Os arquivos do DEOPS de Minas Gerais, segundo autoridades governamentais daquele estado, foram incinerados e não puderam ser consultados naquele momento. Essa versão relacionou 321 vítimas do período ditatorial, sendo 137 desaparecidos políticos no país. Nesse período, ocorreu a abertura da Vala de Perus, em 4 de setembro de 1990, que provocou maior mobilização da opinião pública, acompanhada da realização da CPI dos Desaparecidos Políticos na Câmara Municipal de São Paulo, da aprovação da lei 9.140/95 e a instalação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Tudo isso trouxe à tona a circulação de informações dispersas, provenientes de parentes, amigos e companheiros militantes sobre os mortos e desaparecidos políticos.

O debate público sobre os mortos e desaparecidos políticos e os arquivos policiais ocorreu no mesmo período em que a imprensa mundial discutia a abertura dos arquivos das polícias políticas no Leste Europeu, o que ampliou o interesse pelo tema e favoreceu a publicação do *Dossiê*. Na Alemanha unificada, por exemplo, foi criada a Comissão de Estudo Alemã (1992-1996), que realizou um trabalho amplo e profundo de investigação sobre o passado, quando foram expulsos da função pública milhares de funcionários, juízes e oficiais de polícia por terem sido agentes ou informantes da polícia política. Também foi criada a Autoridade Gauck, para administrar a abertura dos arquivos da Stasi (a polícia política da ex-Alemanha Oriental) ao público. Nessa época, foram julgados e condenados vários guardas por assassinar pessoas que fugiam da Alemanha Oriental, entre 1961 e 1989. Em novembro de 1992, foi julgado o ex-primeiro-ministro, Erich Honecker, com outros cinco altos funcionários da Alemanha Oriental. Mais uma vez, alertou-se a sociedade sobre os perigos das ditaduras e para a necessidade de se eliminar a prática da tortura e da perseguição política contra todos os cidadãos e cidadãs.

Na versão revista e ampliada do *Dossiê* que ora apresentamos, estão reunidas as informações coletadas durante as pesquisas, as conversas e a troca de correspondência com parentes, amigos e ex-presos políticos. Passados 30 anos da edição da Lei de Anistia, a soma atinge 396 pessoas no Brasil, sendo 237 mortos e 159 desaparecidos políticos. Desde 1996, novas investigações obtiveram informações de mais 69 pessoas. No exterior, há 30 casos, incluindo os mortos em decorrência de seqüelas da tortura ou de acidente no exílio. Além disso, há 10 pessoas que morreram antes do golpe de 1964, totalizando 436 nomes. Esse número pode aumentar, pois não foram esgotadas todas as possibilidades de pesquisa e investigação, tais como as realizadas nos arquivos do antigo SNI, hoje parcialmente disponíveis ao público no Arquivo Nacional. Até o momento, não se obteve o acesso aos arquivos militares, alguns poucos do-

cumentos referentes às mortes e desaparecimentos, principalmente sobre os que ocorreram na Guerrilha do Araguaia, se tornaram públicos de forma extra-oficial.

Destacam-se na luta pela apuração das mortes e dos desaparecimentos as informações conseguidas com o depoimento da ex-presa política Inês Etienne Romeu, quando denunciou em 1980 a existência da *Casa da Morte*, aparato secreto da repressão política localizado em Petrópolis (RJ), testemunhando a passagem e o assassinato de diversos presos desaparecidos naquele local.

Desde 1990, foi solicitado às famílias uma biografia de seus parentes, mas nem todas responderam. Por isso, em alguns casos, apenas foi possível contar um pouco da vida dos militantes, em outros, publicou-se somente a denúncia da morte.

Os nomes aqui encontrados estão ordenados no Sumário por ano de morte ou desaparecimento e, no final do livro, estão agrupados em índice alfabético, que apresenta também a classificação estabelecida desde os anos de 1970 e utilizada na edição anterior deste dossiê, de 1996: mortes oficiais; desaparecidos no Brasil; desaparecidos no exterior; mortes no exílio – onde estão listadas as pessoas que, forçadas ao exílio entre 1964 e 1985, morreram longe de seu país; e “outras mortes”. Nestas duas últimas categorias incluem-se as mortes pelas seqüelas da repressão política, tais como seqüelas de torturas, suicídios ou acidentes, além daquelas mortes cuja investigação sobre suas circunstâncias não obteve informações conclusivas.

Dentre os desaparecidos no Brasil, Antonio Luciano Pregoni, Ernesto Ruggia, Norberto Armando Habegger, padre Jorge Oscar Adur, Lorenzo Ismael Viñas, Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock são argentinos. Liliana Inés Goldemberg e Eduardo Gonzalo Escabosa suicidaram-se ao serem entregues à repressão argentina. Paulo Stuart Wright e Stuart Edgar Angel Jones tinham dupla cidadania – norte-americana e brasileira. Libero Giancarlo Castiglia e Antônio Benetazzo possuíam cidadania italiana e brasileira; Soledad Barret Viedma era paraguaia e Pauline Reichtul tinha nacionalidade theca. Há ainda o caso de Miguel Sabat Nuet, cidadão espanhol que residia na Venezuela, que teria se “suicidado” no DEOPS/SP, em 30 de novembro de 1973, de cuja militância política não obtivemos confirmação. No seu laudo necroscópico consta um “T”, designando “terrorista”, nomenclatura utilizada pela repressão política para classificar os militantes assassinados.

Não constam do *Dossiê* os milhares de trabalhadores rurais assassinados. Os levantamentos realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 1º de abril de 1964 e 31 de dezembro de 1993 registram 1.781 assassinatos de camponeses, dos quais somente 29 foram a julgamento, e em apenas 14 casos houve condenações. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra registrou 1.188 assassinatos de 1964 a 1986. Não fazem parte do *Dossiê* também as centenas de índios assassinados em conflitos de terra no Brasil. A impunidade dos crimes políticos perpetua-se nas mortes cotidianas, por meio das chacinas, massacres e outras arbitrariedades cometidas por policiais, grupos de extermínio e seus mandantes.

Com o intuito de preservar a memória desse passado de violência e homenagear os mortos e desaparecidos políticos, seus familiares e entidades defensoras dos direitos humanos têm conseguido que seus nomes sejam colocados em logradouros públicos, creches e escolas em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Além disso, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ criou, em 1989, a Medalha Chico Mendes de Resistência para homenagear, anualmente, em 1º de abril, pessoas e entidades que tenham se destacado nas lutas de resistência à ditadura no Brasil e na América Latina¹.

1 A medalha foi instituída como uma resposta ao Comando Regional do Leste, antigo I Exército, que, ao comemorar o 25º aniversário do golpe militar de 1964, homenageou com a Medalha do Pacificador vários conhecidos integrantes do aparato repressivo dos anos 1960 e 1970.

Mortos e Desaparecidos Políticos: a Luta por Verdade e Justiça no Brasil

No Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política durante a ditadura militar¹ (1964-1985) não está concluída. Ainda observamos uma lacuna entre passado e presente, marcada pela ocultação dos acontecimentos, a negação ao direito à verdade e à justiça, limitando a ação reparadora e impedindo a articulação e transmissão da herança e da memória desses anos de violência. Podemos dizer, porém, que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura; há pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos no Brasil (incluindo 30 no exterior); um número desconhecido de mortos em manifestações públicas; 7.367 indiciados e 10.034 atingidos na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; 4 condenações à pena de morte; 130 banidos; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos; milhares de exilados; e centenas de camponeses assassinados; e, até o momento, 24.560 vítimas de perseguições por motivos políticos foram anistiados (TELES, J. A., 2005)².

Visando resgatar as memórias e histórias dos mortos e desaparecidos políticos, diversos grupos de familiares e militantes de defesa dos direitos humanos organizados em diferentes estados brasileiros têm trazido ao conhecimento da sociedade acontecimentos silenciados sobre a repressão política durante a ditadura militar brasileira.

A ditadura instaurada com o golpe de 1964 desde o início cometeu atrocidades e violações aos direitos humanos. Depôs o governo legitimamente eleito pelo voto popular e revogou seus atos em prol da reforma agrária e do controle da remessa de lucros obtidos pelas empresas estrangeiras em território nacional. Milhares de pessoas foram presas, torturadas e tiveram seus direitos civis e políticos cassados por defenderem posições ideológicas diferentes das do governo. Outras tantas conseguiram escapar para o exílio.

Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional aniquilaram o estado de direito. De acordo com essa doutrina, o principal inimigo estava dentro do próprio país e deveria ser procurado entre o povo. Para defender o estado de segurança, justificava-se a violação aos direitos humanos e constitucionais. A censura à imprensa impedia que a maioria tivesse acesso às informações. Enquanto isso, nos bastidores do governo, aos poucos se revestia de importância o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 13 de junho de 1964 com o objetivo de produzir e operar informações conforme os interesses da ditadura e de seus aliados.

O Poder Executivo passou a ter prerrogativas extraordinárias com o advento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, e partes do ato foram incorporadas ao texto constitucional. A expansão do SNI e o crescente protesto popular tiveram como consequência o recrudescimento da repressão política. Em 1969 foi criada, em São Paulo, a Operação Bandeirante, chamada de “Oban”, um aparato repressivo centralizado composto por integrantes das Forças Armadas, Polícia Política Estadual, Polícia Militar, Departamento da Polícia Federal, entre outros. A Oban serviu de modelo para a implantação, em escala nacional, de um organismo oficial: os Centros de Operações de Defesa Interna-Destaques de Operações e Informações, mais conhecidos como “DOI-CODI”. Complementando essas

1 Utilizamos a nomenclatura mais conhecida, embora diversos historiadores tenham adotado o termo *ditadura civil-militar* para destacar a participação ativa de civis na articulação do golpe de Estado de 1964 e na manutenção da ditadura que se seguiu.

2 De acordo com o Ministério da Justiça, 60.347 pedidos de anistia ou indenizações em função de perseguições durante a ditadura foram apresentados à Comissão de Anistia. Desde sua criação, em 2001, foram deferidos 24.560 casos e rejeitados 12.710 pedidos. Ver *Balanço da Comissão de Anistia 2007*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2008. Disponível em <www.mj.gov.br>.

medidas, em 11 de novembro de 1971, o general Médici baixou o decreto-lei autorizando o Executivo a promulgar *decretos secretos*³.

Os familiares recorriam aos advogados, estes apelavam para o *habeas corpus*, mesmo sabendo de sua supressão desde a edição do AI-5. Esse foi um recurso bastante utilizado na tentativa de preservar a vida dos presos, embora os juízes militares nunca o aceitassem. Era uma forma de pressão, tanto para avisar aos órgãos de repressão sobre o conhecimento das prisões, como para repudiar a suspensão desse direito. Ao apresentar o pedido de *habeas corpus* para pessoas consideradas desaparecidas políticas, a resposta era invariavelmente: “*encontra-se foragido*”.

O termo *desaparecido* é usado para definir a condição de pessoas sobre quem as autoridades governamentais jamais assumiram ou divulgaram a prisão e morte, apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão. Foram consideradas pelo Estado pessoas foragidas até a publicação da lei 9.140, em 4 de dezembro de 1995.

O termo *morto oficial* define a situação de pessoas que foram presas, cuja morte foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. Muitas vezes, porém, tem sido necessário localizar os restos mortais enterrados com nomes falsos, um ato de ocultação de cadáver, pois as autoridades, apesar de saberem a verdadeira identidade dos mortos, como comprovam vários documentos localizados nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de vários estados, os enterravam com os nomes falsos.

A luta pelo esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura iniciou-se ainda na primeira metade dos anos 1970, e estende-se até os dias atuais. Os grupos de familiares organizaram-se para denunciar não somente as mortes e os desaparecimentos de seus entes queridos, mas também as torturas e as péssimas condições pelas quais passavam os presos políticos. Essa atuação se intensificou quando cresceu o número de desaparecidos. A partir do fim de 1973 e durante 1974 não houve vítimas assumidas em notas oficiais da ditadura, somente desaparecidos⁴. Em 1973, quando foi assassinado o estudante de geologia da Universidade de São Paulo (USP), Alexandre Vannucchi Leme, o movimento estudantil iniciava sua reorganização e realizou vários protestos no *campus*. Por iniciativa conjunta dos estudantes e da Igreja, D. Paulo Evaristo Arns oficiou uma missa na Catedral da Sé e, apesar do grande cerco policial, o evento contou com a presença de cerca de 3 mil pessoas. Naquele momento, foi de fundamental importância o apoio de setores da Igreja, por meio das Comissões Justiça e Paz, advogados, e de alguns parlamentares opositores.

Desgastada politicamente e alarmada com a situação criada por sua política econômica, a ditadura lançou a proposta de “distensão política”, sob os auspícios do general Ernesto Geisel, o então presidente da República. A ditadura, argumentando que a “subversão” estava dizimada, não mais noticiou as mortes dos opositores nos falsos tiroteios. Em contrapartida, o número de desaparecidos políticos cresceu.

Matéria publicada na revista *IstoÉ*, em 24 de março de 2004, chamada “*A Ordem é Matar*”, de Amaury Ribeiro Jr., revelou trechos de um documento que confirma a intenção deliberada da cúpula das Forças Armadas de eliminar aqueles considerados “*irrecuperáveis*”, de forma velada, sem chamar a atenção da sociedade. A revista tornou públicas partes da ata da reunião que ocorreu entre os generais Ernesto e Orlando Geisel, Milton Tavares, Antônio Bandeira e o presidente da República, Emílio G. Médici. Em maio de 1973, eles redefiniram as diretrizes da repressão política, cujo principal objetivo era “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”, conforme o trecho divulgado da ata. Foram constituídos “[...] dois grupos ultra-secretos – um no CIE [Centro de Informações do Exército] de Brasília e outro no DOI-CODI de São Paulo –, formados por menos de dez pessoas. Eles estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975”⁵.

3 A historiadora Maria Helena Moreira Alves conseguiu levantar apenas os números de dez decretos secretos desde a sua criação em 1971 (ALVES, 2005, p. 192).

4 Os dois casos de mortos de 1974 ocorreram por seqüelas das torturas: frei Tito de Alencar Lima, que se suicidou na França, e Afonso Henrique Martins Saldanha, que morreu de câncer em consequência dos choques que levou em uma verruga.

5 Na matéria “*Os Matadores*”, na mesma edição da revista, o jornalista revelou os nomes de cinco membros da equipe de extermínio mencionada: os coronéis do Exército Paulo Malhães, José Brant Teixeira e Aldir Santos Maciel, e os ex-cabos Félix Freire Dias e José Bonifácio Carvalho

José Ferreira de Almeida é o primeiro *morto oficial* assassinado no período da “distensão política”. Sua morte foi divulgada em julho de 1975 como “*suicídio*”. A opinião pública, entretanto, somente se mobilizou com o caso de Vladimir Herzog, jornalista assassinado sob tortura em 25 de outubro daquele ano, cuja morte também foi divulgada como “*suicídio*”. Sua família e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo contestaram a versão oficial de que Herzog teria se suicidado, o que desencadeou um movimento de protesto com repercussão internacional. Nessa ocasião, iniciaram-se articulações para constituir um movimento em favor da anistia para os presos políticos.

A ANISTIA PARCIAL E RESTRITA DE 1979

Desde o golpe de Estado de 1964, diversos movimentos de denúncia dos crimes da ditadura se organizaram, muitas vezes em grupos de familiares, como a União Brasileira de Mães, entidade civil cassada em 1969. Políticos, advogados e grupos defenderam a anistia, mas somente a partir de 1975 a oposição conseguiu desencadear de modo organizado a luta pela *anistia ampla, geral e irrestrita* para os presos políticos no Brasil. Formaram-se, então, entidades como o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas e, em 1978, os Comitês Brasileiros pela Anistia, espalhados em vários estados. Essa luta se fortaleceu em diferentes segmentos da sociedade civil e começou a ganhar as ruas em 1977, com a retomada do movimento estudantil.

Em 1978, o general Ernesto Geisel aboliu o AI-5, o direito ao *habeas corpus* foi restituído, a pena de morte e a prisão perpétua deixaram de existir e foram abrandadas as leis que controlavam a censura à imprensa. Por outro lado, as reformas aumentaram o poder do Executivo, como o de ratificar medidas de emergência, estado de sítio ou de emergência, sem intervenção do Congresso. A nova versão da Lei de Segurança Nacional (LSN) abrandou penas, baseando-se no Código Penal, mas manteve os instrumentos jurídicos de repressão.

As manifestações populares repercutiram no Parlamento, que produziu vários projetos de lei sobre a anistia, embora o Congresso Nacional estivesse impedido de legislar sobre a matéria, pois a Junta Militar que outorgou a Constituição de 1969 tornou privativo do presidente da República o ato de anistia. Assim, o governo acabou por enviar um projeto de lei ao Congresso, ambíguo e insuficiente. Os presos políticos realizaram uma greve de fome contra o projeto governamental de anistia em todos os presídios, durante o período de 22 de julho a 22 de agosto de 1979. Os parlamentares de oposição, em sua maioria, decidiram apoiar o projeto, mas apresentaram o maior número possível de emendas. No total, foram apresentadas à Comissão Mista sobre a Anistia 306 emendas ao projeto do governo, e graças às mobilizações pelo menos algumas poucas emendas foram acolhidas.

Em 22 de agosto de 1979, o projeto de anistia mais ampla, o do MDB, foi derrotado por 209 votos contrários e 194 a favor. Em seguida, ocorreu a votação da emenda Djalma Marinho, cuja redação era mais clara e possibilitava uma anistia mais abrangente, mas foi derrotada por 206 votos contrários contra 201 a favor. Dessa forma, apesar da pequena margem de votos entre as propostas, o Congresso aprovou o projeto de anistia proposto pelo presidente, general João Figueiredo.

No mesmo dia da votação da Lei de Anistia, enquanto a ditadura procurava ocultar seus crimes, resolvendo de maneira burocrática a morte e o desaparecimento de centenas de militantes, Suzana Keniger Lisbôa localizou os restos mortais do seu marido, o desaparecido político Luis Eurico Tejera Lisbôa, enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus, na periferia de São Paulo. Era a primeira vez que isso ocorria, em plena vigência da ditadura. A repercussão dessa descoberta, divulgando o assassinato, seguido de ocultação de cadáver, não foi suficiente para obter a mudança na lei e conquistar uma solução digna para os familiares de mortos e desaparecidos políticos.

A promulgação da Lei de Anistia marcou para esses familiares a perda definitiva de seus parentes. A anistia trouxe ao país os ex-presos políticos, os exilados e os clandestinos, mas muitos dos familiares não conseguiram sequer um atestado de óbito. A anistia incluiu a humilhante proposição de emitir um “*atestado de paradeiro ignorado*” ou de “*morte presumida*” aos desaparecidos, pretendendo assim eximir a ditadura de suas responsabilidades e impedir a elucidação das circunstâncias dos crimes cometidos.

Os presos políticos condenados pelos chamados “*crimes de sangue*” – considerados na lei crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal – não foram beneficiados pela anistia, permaneceram nos cárceres e somente foram libertados em função da reformulação da Lei de Segurança Nacional ocorrida em 1978, que atenuou suas penas. Eles foram soltos em liberdade condicional, vivendo nessa condição durante muitos anos após a anistia.

Na época, diversos juristas questionaram os erros de interpretação da Lei de Anistia: o texto da lei não anistiou os torturadores, ainda que os militares tenham promovido sua aprovação com essa intenção. Não obstante, o texto da lei, embora pouco claro, determina a anistia “*aos crimes políticos ou conexos a estes*” (1º § do 1º art.), ou seja, aos crimes de qualquer natureza relacionados àqueles praticados por motivação política – os crimes previstos na Lei de Segurança Nacional – ou aqueles cometidos *contra* o Estado. O crime conexo seria o assalto a banco ou roubo de carro realizado por militantes para apoiar a luta armada. Prevaleceu, entretanto, a interpretação de que os “*crimes conexos*” se referiam aos crimes cometidos pelos torturadores. Para caracterizar a ligação ou conexão entre os crimes, contudo, é necessário que os autores sejam os mesmos e que tenham os mesmos objetivos e motivações. O que não é o caso do que ocorreu entre os que torturaram e mataram presos políticos durante a ditadura e suas vítimas (TELES, J. A., 2001, 2005).

A anistia foi concedida individualmente, os nomes das pessoas anistiadas foram divulgados no *Diário Oficial da União*, algumas listas foram reproduzidas em jornais da grande imprensa. Foi rigoroso o controle sobre os efeitos da lei, de modo a não perder o domínio sobre aqueles que, segundo a ditadura, não deveriam ser anistiados. Somente a Justiça Militar se pronunciava a respeito. Os torturadores, mandantes ou responsáveis pela tortura, nem mesmo foram julgados ou indiciados em processos criminais, muito menos condenados. Isso reforça a interpretação que não os considera anistiados. Ademais, muitos não são conhecidos, pois ainda hoje continuam escondidos sob o manto do silêncio e de codinomes.

A anistia representou o silêncio e o esquecimento sobre os envolvidos nas ações repressivas após o golpe de 1964. Na prática, os torturadores foram anistiados graças à interpretação de que a abertura política poderia retroceder caso as oposições reivindicassem justiça. O termo “revanchismo” tem sido utilizado para denominar de forma pejorativa a posição daqueles que insistem em investigar os casos dos mortos e desaparecidos pela repressão política e exigem o julgamento dos responsáveis por tais crimes. A anistia, porém, segundo o Direito Internacional de Direitos Humanos, não pode ser um impedimento ao *direito à verdade*, que pressupõe a ampla investigação sobre a atuação dos órgãos de repressão durante a ditadura. A investigação é a medida fundamental para aprofundar e fortalecer a democracia, e o combate à impunidade é necessário para coibir a prática de tortura no país.

O Estado brasileiro insiste em se omitir de todas as suas responsabilidades perante os crimes cometidos, mesmo após tantos anos de retorno ao estado de direito. Na década de 1980, a anistia conquistada ainda não havia beneficiado muitos dos exilados, sindicalistas, banidos, marinheiros e trabalhadores de uma maneira geral. Grande número dos trabalhadores demitidos por perseguição política não havia sido reintegrado. Houve a necessidade de nova legislação para atender a essas reivindicações. Primeiro, foram contemplados os funcionários públicos civis e militares, mas ficaram de fora os marinheiros. Depois, os sindicalistas e trabalhadores de empresas privadas, o que só foi possível efetivar em parte com a edição da Constituição de 1988 e as leis complementares. A Constituição ampliou a Lei de Anistia mediante o art. 8º das Disposições Transitórias, estabelecendo o direito ao reconhecimento dos anos de prisão ou de clandestinidade como tempo de serviço. Anos após promulgada a Constituição, os Atos das Disposições Transitórias ainda não haviam sido regulamentados, o que permitiu interpretação diversificada sobre o texto de 1988.

Desde a Constituição de 1988, a abrangência da anistia foi se ampliando, em um longo processo ainda em andamento, cujo marco foi a criação da Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça. Em abril de 2000, o então ministro da Justiça, José Carlos Dias, elaborou o texto de uma medida provisória que tratava de ações reparatórias. Seu sucessor, José Gregori, sintetizou o texto e, em 21 de maio de 2001, foi editada a Medida Provisória 2.151 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesmo restritiva, ela garantiu pelo menos alguns direitos: a declaração da condição de anistiado político a ex-guerrilheiros; a reparação econômica em caráter indenizatório para aqueles que não têm como comprovar trabalho no

período da ditadura; a contagem do tempo para fins previdenciários para os que foram impedidos de trabalhar por motivos políticos; retorno ao curso escolar interrompido ou reconhecimento de diploma obtido no exterior.

Restavam pendências, por isso foi criada no Congresso Nacional uma comissão para elaborar uma legislação que pudesse dar conta de todas as reivindicações. O projeto foi finalmente aprovado em novembro de 2002, transformando-se na lei 10.559. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça reuniu todos os processos de anistia em âmbito federal, porém não foi capaz de estabelecer um critério claro para a ordem de votação dos processos e de valores a serem pagos, e tem sido alvo de diversas críticas. Mesmo assim, a lei obriga o Estado a promover a reparação de maneira a abranger o maior contingente possível, incluindo não apenas os ex-presos políticos, mas também exilados e perseguidos políticos da ditadura.

Tradicionalmente, a anistia é um ato do poder público visando extinguir todas as conseqüências da punição aos que foram acusados de crimes políticos. A anistia não poderia ser recíproca, tendo em vista que não podemos pressupor lícito ao autor de delitos declarar uma auto-anistia, sem julgamento. Entendemos que os crimes contra a humanidade, como a tortura e o desaparecimento forçado, de acordo com o que estabelece o Direito Internacional de Direitos Humanos, são imprescritíveis e não passíveis de anistia. Assim, a anistia deveria alcançar todas as pessoas que lutaram por seus projetos políticos ou resistiram à ditadura em diferentes formas de luta. No Brasil, contudo, permaneceram impunes os crimes da ditadura. Após tantos anos de redemocratização, a impunidade inspira e alimenta a tortura praticada nas delegacias e presídios do país, direcionada, preferencialmente, contra os miseráveis, e repercute no crescente aumento da violência urbana e no campo.

A INVESTIGAÇÃO DA VALA CLANDESTINA DE PERUS

Em 1979, familiares de mortos e desaparecidos políticos ouviram de funcionários do Cemitério Dom Bosco, localizado no bairro de Perus, na cidade de São Paulo, que militantes assassinados pela repressão política eram sepultados com identidade falsa, geralmente a utilizada na militância clandestina. Começaram a pesquisar no cemitério para localizar os restos mortais de seus parentes. Souberam, então, que muitas ossadas foram exumadas em 1975 e colocadas em uma vala comum, clandestina, em 1976. Naquela ocasião, nada pôde ser feito em razão da repressão política vigente no país.

Em 1990, o repórter Caco Barcellos tomou conhecimento da vala clandestina ao investigar a violência policial em São Paulo, por meio dos laudos necroscópicos do Instituto Médico Legal. A pedido de Caco Barcellos, foi aberta a Vala de Perus, como ficou conhecida, e tal acontecimento teve grande repercussão na imprensa de todo o país e no exterior. Em seguida, a prefeita Luiza Erundina criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, composta por familiares e militantes.

Os familiares e defensores dos direitos humanos reivindicaram a transferência das ossadas para o Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pois no IML de São Paulo ainda atuavam alguns médicos-legistas que assinaram laudos falsos de presos políticos mortos sob tortura. O diretor do IML, nessa época, era José Antônio de Melo, que assinou o laudo necroscópico de Manoel Fiel Filho, torturado até a morte em 16 de janeiro de 1976, no DOI-CODI/SP.

Os familiares, o Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV), a Anistia Internacional e a Human Rights Watch-Americas convidaram o Dr. Clyde Collins Snow e a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) para colaborar com o Departamento de Medicina Legal da Unicamp (DML/Unicamp) na catalogação e identificação das ossadas encontradas na Vala de Perus. Os antropólogos argentinos, porém, não puderam trabalhar nas pesquisas de identificação, pois a equipe de medicina legal da Unicamp não concordou com sua participação nos trabalhos.

Entre 17 de setembro de 1990 e maio de 1991, funcionou na Câmara Municipal de São Paulo a CPI instaurada para investigar as irregularidades que envolviam a Vala de Perus. Em novembro de 1990, foi assinado um convênio entre governo do estado, prefeitura de São Paulo e Unicamp, válido por um ano, com o objetivo de identificar as ossadas. Nesse período, iniciou-se, também, o inquérito policial nº 10/90, na Seccional Oeste, presidido pelo Dr. Jair Cesário da Silva, para apurar as responsabilidades re-

lacionadas à vala clandestina. Em dezembro de 1990, as ossadas, devidamente catalogadas e embaladas, foram transferidas para o DML/Unicamp. Até o fim de 1992, foi possível identificar dois militantes, cujos restos mortais estavam na vala: Dênis Antônio Casemiro, considerado desaparecido, assassinado em 18 de maio de 1971, em São Paulo, e Frederico Eduardo Mayr, assassinado em 24 de fevereiro de 1972, na cidade de São Paulo.

A Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a CPI estenderam seus trabalhos a todos os cemitérios da capital ou cidades vizinhas. Assim, outras ossadas foram encaminhadas ao DML/Unicamp para investigação com fins de identificação. Do Cemitério de Perus três esqueletos de covas individuais foram identificados como os de Hêlber José Gomes Goulart, assassinado em 16 de julho de 1973; Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones, assassinados em 30 de novembro de 1973, em São Paulo. Do mesmo cemitério foram retirados e enviados para o DML/Unicamp os esqueletos de duas covas que se supunha serem de Hiroaki Torigoe, assassinado em 5 de janeiro de 1971, e de Luís José da Cunha, assassinado em 13 de julho de 1973, ambos em São Paulo.

Do Cemitério de Campo Grande, na capital paulista, identificou-se a ossada de Emanuel Bezerra dos Santos, assassinado em São Paulo, em 4 de setembro de 1973. Comprovou-se também que José Maria Ferreira Araújo, morto em São Paulo, em 23 de setembro de 1970, foi sepultado no Cemitério de Vila Formosa. Mudanças na disposição de algumas quadras do cemitério, porém, impossibilitaram a localização dos restos mortais de José Maria e dos supostos despojos de Virgílio Gomes da Silva, considerado desaparecido, e assassinado em 29 de setembro de 1969. Algumas ossadas desse cemitério foram transferidas para a Unicamp e, segundo o Departamento de Medicina Legal, foram devolvidas ao cemitério, sem que se divulgasse nenhum relatório a respeito.

Em 29 de abril de 1991, foram trazidos do Cemitério de Xambioá, Tocantins, dois esqueletos de supostos combatentes da Guerrilha do Araguaia. Um deles pertenceria a Francisco Manoel Chaves, assassinado em 21 ou 29 de setembro de 1972, e o outro, a Maria Lúcia Petit da Silva, assassinada em 16 de junho de 1972. Em 15 de maio de 1996, após longa espera, foi possível identificar os restos mortais de Maria Lúcia Petit da Silva, os quais foram entregues à família, que pôde, finalmente, realizar os rituais funerários com a presença de sua mãe. Sua família também recebeu o laudo de identificação de Maria Lúcia. As demais famílias, cuja identificação foi possível, receberam apenas cópias de laudos de identificação em papel sem timbre da Unicamp e sem assinatura.

A partir de 1993, com o término do mandato da prefeita Luiza Erundina, nenhum informe oficial sobre as investigações das ossadas foi divulgado. Apesar das dificuldades para se chegar ao término das pesquisas, no local onde se encontrava a vala comum foi erguido um memorial, de autoria do arquiteto Ricardo Ohtake, inaugurado em 26 de agosto de 1993. Ali, por muitos anos, D. Paulo Evaristo Arns celebrou missa no Dia de Finados em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos.

Em reunião de 17 de maio de 1995, os familiares e entidades de defesa dos direitos humanos exigiram a prestação de contas a respeito da pesquisa de identificação das ossadas de Perus e dos demais cemitérios. Soube-se, então, que fragmentos ósseos dos seis militantes mortos, já identificados pelo DML, haviam sido encaminhados para a Alemanha, e fragmentos ósseos de esqueletos não identificados foram enviados para a extração de DNA na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Estabeleceu-se, então, a criação de uma Comissão para garantir a transparência dos trabalhos de investigação do DML. Afiançou-se que as ossadas seriam devolvidas ao Cemitério de Perus somente após o término das pesquisas e em condições previamente acertadas com os familiares e, mais uma vez, o DML comprometeu-se a enviar um relatório detalhado a respeito da investigação realizada.

Após um ano sem resposta da Unicamp, os familiares, mediante interferência do então secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., conseguiram reunir-se com o reitor daquela universidade, José Martins Filho, o secretário adjunto da Secretaria da Segurança Pública, Luiz Antônio Alves de Souza, os deputados estaduais Renato Simões e Wagner Lino, e Suzana Keniger Lisboa, representante da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Decidiu-se pelo afastamento do Dr. Badan Palhares do processo de investigação das ossadas de Perus; o envio de médicos-legistas da Secretaria de Segurança para acompanhar a investigação; a participação de um perito internacional como observador; o envio de um questionário elaborado pelos familiares com todas as dúvidas a serem

explicadas pela reitoria. Badan Palhares foi substituído por José Eduardo Bueno Zappa, e o médico-legista Carlos Delmonte foi encaminhado pela Secretaria da Segurança Pública para o DML/Unicamp. As respostas dadas por intermédio da Procuradoria Geral da Unicamp foram evasivas e contraditórias.

Em abril de 1997, os familiares receberam cópias do relatório “Projeto Perus”, assinado pelo Dr. Zappa, e do ofício do Dr. Carlos Belmonte. Tanto o relatório (primeiro documento oficial do DML/Unicamp a respeito das ossadas) quanto o ofício do médico-legista da Secretaria de Segurança foram evasivos e dedicados a elogiar o Departamento de Medicina Legal da universidade.

Foi criada, em fevereiro de 1998, uma Comissão Especial para sugerir as providências necessárias à conclusão dos trabalhos de identificação dos presos políticos enterrados na Vala de Perus, presidida pelo médico-legista Dr. Antenor Chicarino e composta por familiares e representantes da Secretaria da Cultura e da Justiça do Estado de São Paulo. A comissão, após realizar vistoria nas dependências do DML/Unicamp, constatou a precariedade do acondicionamento das ossadas e o comprometimento das investigações, pois os esqueletos estavam em sacos abertos e sem identificação, jogados no chão sujo de lama, em razão da inundação que atingiu o prédio, e com pesados móveis sobre os mesmos. Diante dessa situação, a comissão indicou a transferência das ossadas para o Instituto Oscar Freire, do Departamento de Medicina Legal da USP, com a participação de perito internacional como observador, e que tal transferência só fosse realizada após minuciosa averiguação da real situação das ossadas, quando se estabeleceria um prazo para o término das investigações.

O relatório da comissão especial contendo as propostas ora mencionadas foi entregue aos secretários de Justiça e de Segurança Pública em abril de 1998, mas não houve resposta alguma das autoridades. Em março de 1999, membros da comissão extinta realizaram uma reunião com o então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Marco Vinícius Petroluzzi, que se comprometeu a pronunciar-se a respeito das soluções propostas em abril de 1998.

Em 31 de março de 1999, a família de Flávio Carvalho Molina, militante do Molipo, assassinado em 7 de novembro de 1971 em São Paulo, propôs Medida Cautelar Incidental com pedido de concessão de liminar para a produção de prova, a fim de instruir a Ação de Ressarcimento de Danos proposta em 1992: “[...] *no sentido de determinar a imediata perícia – exame de DNA nas ossadas que restam na Unicamp – [...] mais precisamente as que receberam os números 240 e 57 [...]*”, para realizar a identificação de seus supostos restos mortais. A ação solicitava que, caso a Unicamp não pudesse realizar tal prova pericial, as ossadas deveriam ser transferidas para um local seguro, onde fosse possível fazer o exame necessário.

Em setembro de 1999, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou o inquérito civil 06/99 para apurar o encaminhamento dado às investigações sobre os restos mortais de Flávio Carvalho Molina e das ossadas da Vala de Perus, na Unicamp. O MPF, atendendo a uma solicitação do Grupo Tortura Nunca Mais/Rio de Janeiro (GTNM/RJ), iniciou a apuração porque a universidade, responsável pelas pesquisas desde 1990, não apresentou nenhum relatório conclusivo das mesmas.

Após a realização de diversas diligências e atendendo ao pedido dos familiares, o MPF constatou que não seria mais possível continuar os trabalhos na Unicamp. Em novembro de 2000, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo indicou o Dr. Daniel Munhoz, professor da USP e médico-legista do IML/SP, como responsável pelos trabalhos de identificação das ossadas. Promoveu-se, então, em janeiro de 2001, a transferência dos documentos relativos à Vala de Perus em poder da Unicamp, como também das sete ossadas suspeitas de pertencerem a Flávio Carvalho Molina, Hiroaki Torigoe e Luiz José da Cunha para o IML/SP. Além dessas ossadas, foi transferida também uma outra, do Cemitério de Xambioá, supostamente pertencente a Francisco Chaves, que não possui material de familiares para confronto do DNA. No fim de maio de 2001, as ossadas restantes foram transferidas para as gavetas do Columbário do Cemitério do Araçá, em São Paulo, para serem classificadas.

Depois da realização de diversas reuniões semestrais com a equipe da Universidade de São Paulo e do IML, constatou-se que ela procedeu com demasiada informalidade os procedimentos de encaminhamento do material ósseo visando à extração do DNA e à realização dos exames de identificação em outras universidades e países. Tanto a universidade quanto a Secretaria de Segurança Pública não conseguiram adquirir tecnologia suficiente para a realização desses exames e não

aceitaram a colaboração da Polícia Federal. Novamente, não foram apresentados documento, laudo ou relatório algum sobre essas possíveis tentativas.

Os familiares solicitaram à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que colaborasse com o MPF para obter recursos financeiros e realizar os exames no laboratório Genomic, de São Paulo, que havia participado da coleta e análise do material genético no caso de Jane Vanini – militante que se encontrava exilada no Chile, onde foi assassinada em 1974 –, pois havia a suspeita de terem encontrado seus restos mortais. Um dos sócios do Genomic é familiar de um preso político assassinado durante a ditadura e, na década de 1990, o laboratório ofereceu-se para colaborar com a Unicamp, que recusou a ajuda.

Assim, após 15 anos de tentativas frustradas, foi possível identificar os restos mortais de Flávio Carvalho Molina, o que foi divulgado em setembro de 2005. Em 10 de outubro daquele ano, foi realizada a cerimônia de entrega dos restos mortais de Flávio com a presença de seus companheiros, amigos, autoridades e representantes de movimentos de defesa dos direitos humanos. No dia seguinte, ocorreu o enterro no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde amigos e militantes discursaram e se despediram de Flávio, com a presença de sua mãe, muito idosa.

O mesmo encaminhamento foi dado ao exame dos restos mortais de Luiz José da Cunha, dirigente da ALN assassinado em julho de 1973. Em 1997, já haviam sido enviados fragmentos ósseos de sua possível ossada para a Universidade Federal de Minas Gerais, com o fim de realizar o exame de DNA, com a amostra de sangue de sua mãe. Em 2001, porém, a equipe do Dr. Munhoz, com a ajuda do MPF, solicitou as amostras deixadas na UFMG e constatou que estavam em condições precárias. Assim, nova coleta de sangue foi feita em 2005, dessa vez fornecido pelo irmão, com a ajuda da CEMDP. Novamente, a USP não conseguiu fazer a extração de DNA dos ossos. Assim, em fevereiro de 2006, foi enviada uma remessa do material genético para o laboratório Genomic, em São Paulo, e, em junho, obteve-se o resultado positivo.

Em função do tempo transcorrido, bem como dos poucos resultados obtidos, todos por meio da rápida e eficiente atuação de um laboratório particular, o MPF exigiu alterações na condução dos trabalhos de investigação das ossadas da vala.

A continuidade dos trabalhos das exumações no Cemitério de Perus deparou-se com a dificuldade de localizar as antigas sepulturas dos anos 1970, tendo em vista que foram modificadas as disposições das ruas e a numeração das mesmas. Em 25 de setembro de 2007, foram reiniciados os trabalhos, visando à sepultura de nº 65, atual nº 1.250, onde possivelmente estariam os despojos de Hiroaki Torigoe, pois os exames de DNA de sua suposta ossada obtiveram resultados negativos.

Em razão das dificuldades relatadas, uma representação do MPF foi encaminhada à Procuradoria da República em Campinas para averiguação de eventual improbidade administrativa por parte de representantes da Unicamp.

OUTRAS VALAS CLANDESTINAS

Outras valas clandestinas foram utilizadas pelo aparelho repressivo instaurado na vigência da ditadura. No Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais obteve apoio técnico para exumar 2.100 ossadas de uma vala comum no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos políticos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário-geral. No início da década de 1980, foram enterrados em uma vala clandestina todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até 16 de janeiro de 1974.

Em seguida, foi possível reunir uma equipe formada por dois médicos-legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, a arqueóloga e professora da UERJ Nancy Vieira, e a antropóloga e professora da UFF Eliane Catarino. Em outubro de 1991, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário-geral para a vala comum, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, entre os quais

não se distingue um esqueleto completo. Apesar disso, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em 17 sacos plásticos para serem examinados.

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho pela falta de financiamento e impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso. O local da vala continuou resguardado – no futuro, pretende-se construir naquele lugar um memorial em homenagem aos militantes e pessoas enterrados ali. Os nomes dos presos políticos sepultados nessa vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos considerados desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no Cemitério de Cacuia está Severino Viana Colou e no de Santa Cruz, Roberto Cieto.

No Cemitério de Santo Amaro, no Recife (PE), os despojos dos mortos da “Chacina da Chácara São Bento” também foram enterrados em uma vala clandestina. Em 1973, o delegado da polícia paulista Sérgio Paranhos Fleury matou militantes da VPR em um suposto tiroteio ocorrido naquela chácara, delatados pelo agente policial conhecido como *Cabo Anselmo*. As pesquisas realizadas pela CEMDP, instituída pela lei 9.140/95, comprovaram que todos foram presos e torturados antes de serem levados para a chácara São Bento. Não foi possível realizar as investigações nessa vala, pois as ossadas não foram separadas em sacos plásticos, o que tornou inviável os trabalhos de identificação. Estão enterrados na vala do Cemitério de Santo Amaro os seguintes presos políticos assassinados: Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, Pauline Reichtul e Soledad Barret Viedma. José Manoel da Silva, também vítima da chacina, teve seus restos mortais resgatados pela sua esposa, antes que fossem transferido para a vala clandestina, mas apenas em março de 1995 ela pôde enterrá-lo em sua cidade natal.

A INVESTIGAÇÃO NOS ARQUIVOS DOS DEOPS

A partir da abertura das valas clandestinas, um marco na luta pelo resgate da memória sobre os mortos e desaparecidos políticos, os familiares e as entidades relacionadas à luta por verdade e justiça sobre a ditadura passaram a reivindicar de maneira mais contundente o acesso aos arquivos policiais e militares daquele período. Alguns familiares interpelaram o então presidente Fernando Collor em um de seus exercícios matinais, quando ele se comprometeu a abri-los. Nesse momento, os governadores do Paraná e de Pernambuco passaram a transferir os respectivos arquivos dos DEOPS para os arquivos públicos e permitiram o acesso à documentação desses órgãos policiais. Na Paraíba, alguns vereadores também iniciaram pesquisas nos arquivos da repressão política.

O mesmo não ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujos arquivos encontravam-se na Polícia Federal desde 1983, sob a guarda de policiais vinculados diretamente à repressão política. Os familiares insistiram para que a determinação do presidente da República fosse realmente cumprida, o que veio a ocorrer em 22 de janeiro de 1992, quando o governo de São Paulo recebeu os arquivos do extinto DEOPS. Criou, então, uma comissão formada por representantes de diversos segmentos da sociedade civil que determinou o acesso dos familiares à documentação. Depois da realização de uma campanha e de um seminário a respeito do direito de acesso, em fins de 1994 a Secretaria de Cultura do Estado possibilitou a consulta desses arquivos ao público em geral.

No Rio de Janeiro, desde 1990 iniciaram-se pesquisas nos arquivos do IML, da Santa Casa de Misericórdia e do Instituto de Criminalística Carlos Éboli para a localização dos mortos e desaparecidos políticos. Os arquivos do DEOPS foram entregues ao governo do estado em agosto de 1992 e, imediatamente, o Grupo Tortura Nunca Mais iniciou suas pesquisas.

Documentos importantes foram encontrados nos arquivos dos DEOPS, principalmente os que dizem respeito aos desaparecidos políticos, comprovando suas prisões em órgãos policiais, como nos casos de Ruy Carlos Vieira Berbet, Virgílio Gomes da Silva, Joel Vasconcelos dos Santos, Dênis Casemiro, Frederico Eduardo Mayr, Celso Gilberto de Oliveira e David Capistrano. Os documentos disponíveis

nos arquivos, em especial os laudos necroscópicos e as fotos de necropsia e de perícia de local, foram fundamentais para comprovar os assassinatos sob tortura de vários militantes. As contradições existentes entre as várias versões oficiais sobre cada caso, constatadas nessa documentação, possibilitaram a comprovação desses assassinatos sob tortura, como os de Luis Guilhardini, Carlos Nicolau Danielli, Luiz José da Cunha, Hiroaki Torigoe, Ezequias Bezerra da Rocha, José Maria Ferreira Araújo, os mortos da “Chacina da Chácara São Bento”, entre outros.

A COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE BUSCA DOS DESAPARECIDOS

A iniciativa da prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, de investigar a vala clandestina de Perus foi seguida da instalação de uma CPI na Câmara Municipal da capital paulista e da formação da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos na Câmara Federal. A Comissão de Representação Externa, presidida pelo então deputado federal Nilmário Miranda, atuou de 10 de dezembro de 1990 a 31 de dezembro de 1994, e foi significativa para a elucidação dos casos de desaparecidos brasileiros no Chile e na Argentina e no resgate dos restos mortais de desaparecidos enterrados no interior do país.

Em 2 de dezembro de 1993, a comissão obteve os relatórios das Forças Armadas com informações contraditórias e incompletas, mas onde, pela primeira vez, a existência da Guerrilha do Araguaia foi reconhecida oficialmente. O relatório da Marinha refere-se à morte de 43 desaparecidos nessa guerrilha. Se verdadeiras as datas das mortes contidas nesses relatórios, muitos desses desaparecidos estiveram presos por longos períodos antes de serem assassinados. A Comissão de Representação Externa, contudo, não participou das buscas organizadas por familiares e entidades de defesa dos direitos humanos, em 1991 e 1993, para localizar os restos mortais dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia.

A Comissão Externa colaborou no resgate dos restos mortais de Arno Preis, assassinado em 15 de fevereiro 1972 e sepultado no cemitério municipal da cidade de Paraíso do Norte, no Tocantins. Com sua ajuda descobriu-se também, mediante informações contidas em documentos descobertos no DEOPS/SP pela Comissão de Familiares, o local e as circunstâncias da morte de Ruy Carlos Vieira Berbet, assassinado em 2 de janeiro de 1972, em Natividade, Tocantins, ainda que seus restos mortais não tenham sido encontrados.

A atuação da Comissão Externa contribuiu para a criação da Comissão dos Direitos Humanos na Câmara Federal, que representou mais uma tribuna na luta para exigir o esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos políticos e importante instrumento para a conquista da Lei dos Desaparecidos (nº 9.140/95).

PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS CONTRA MÉDICOS-LEGISTAS

O respaldo técnico proporcionado pelos Institutos Médicos Legais (IMLs) ao aparato de repressão política dava-se pela legalização das mortes, ao confirmarem as versões policiais e, muitas vezes, permitindo a saída desses cadáveres como indigentes, mesmo quando conheciam sua identidade. No formulário de requisição do laudo necroscópico registrava-se as palavras “*Sub*” ou “*subversivo*”, no Rio de Janeiro, ou a letra T, de “*terrorista*”, assinalada em vermelho, em São Paulo, indicando aqueles cujos laudos os médicos coniventes com a ditadura deveriam falsificar.

Em outubro de 1978, a União Federal foi considerada responsável pela morte do jornalista Vladimir Herzog – assassinado em outubro de 1975 – em sentença do juiz federal Márcio José de Moraes. O médico-legista Harry Shibata, um dos que assinaram o laudo necroscópico de Herzog, que corroborava a versão fantasiosa de “suicídio”, reconheceu, em depoimento cedido durante o processo, que assinou o laudo sem ter visto o cadáver. Em 1987, Shibata recebeu a pena de censura pública pela infração do artigo do Código de Ética Médica: “*É vedado ao médico atestar falsamente sanidade ou enfermidade, ou firmar atestado sem ter praticado os atos profissionais que o justifiquem*”.

Em 1978, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) deu andamento a dez processos que envolviam violação aos direitos decorrentes de perseguição política, entretanto apenas

um médico foi cassado. Naquela ocasião, porém, o Conselho Federal de Medicina (CFM) não confirmou a cassação alegando problemas formais no julgamento. Em 1979, o presidente-general João Batista Figueiredo baixou o decreto-lei 6.681, excluindo os médicos militares da ação disciplinar dos CRMs. A aplicação do decreto gerou controvérsias judiciais.

Em 1988, por meio das denúncias da ex-presa política Inês Etienne Romeu e com o apoio do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, foi possível a cassação do registro profissional do psiquiatra Amílcar Lobo, que auxiliou as equipes de torturadores no DOI-CODI/RJ, entre 1970 e 1974. No ano seguinte, sua punição foi confirmada pelo CFM. Em 1992, os médicos psicanalistas Leão Cabernite e Ernesto La Porta foram cassados pelo Cremerj por acobertarem as atividades de Amílcar Lobo. Leão Cabernite foi o analista didata de Lobo e processado por omissão, conivência, cumplicidade e respaldo às práticas exercidas por ele. Em 1994, contudo, as cassações desses dois médicos foram revistas pelo CFM: Leão Cabernite foi suspenso por 30 dias e La Porta teve seu processo arquivado em 1999.

Em 1993, o GTNM/RJ denunciou ao Cremerj José Lino Coutinho de França Neto, o *Dr. Coutinho*, que atuou em um quartel da Ilha das Flores (RJ), em 1969, acompanhando sessões de tortura a fim de determinar o limite de resistência dos presos políticos. Seu registro de médico foi cassado em março de 1999. Finalmente, em 15 de setembro de 2007, a cassação do *Dr. Coutinho* foi referendada pelo CFM.

Em 2000, foi cassado pelo Cremerj o médico Rubens Pedro Macuco Janini, responsável por assinar o laudo falso que encobriu o assassinato sob tortura de Chael Charles Schreier, militante da VPR, em novembro de 1969, Marilene Vilas-Boas Pinto, militante do MR-8, morta em abril de 1971, e Luiz Guilhardini, dirigente do PCdoB, assassinado em janeiro de 1973, entre outros. Macuco Janini notabilizou-se também por assinar o laudo do cadete Márcio Lapoente, vítima de tortura em treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, Rio de Janeiro, em 1990.

O médico-legista Roberto Blanco dos Santos, nome que consta do processo no Cremerj, foi nomeado delegado da 19ª Delegacia de Polícia (Tijuca), em 1994. Em novembro desse ano, foi denunciado como autor das torturas sofridas por vários moradores do morro do Borel, durante a “Operação Rio”. Apesar de denunciado, ele continuou no cargo.

O médico e coronel-de-brigada Ricardo Agnese Fayad foi cassado pelo Cremerj em 1994, por ter auxiliado torturadores quando trabalhou no DOI-CODI/RJ, entre 1970 e 1974. Em 1996, um tribunal regional de Brasília permitiu que ele continuasse a exercer a profissão. O caso ganhou notoriedade em 1998, por ocasião de sua nomeação ao cargo de subdiretor de saúde do Exército, quando já havia obtido a patente de general-de-brigada. Os Conselhos Federal e Regionais de Medicina do país pediram seu afastamento ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. A nomeação foi revogada, mas Fayad conseguiu um cargo de assessoria no Ministério do Exército. Em 2002, o STJ anulou a sentença de 1996 e manteve sua cassação.

Em decorrência das pesquisas da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e dos Grupos Tortura Nunca Mais, foram encontrados vários laudos de necropsia e fotografias de perícias de local que mostram claramente as torturas sofridas pelos militantes assassinados. Os documentos desmentem as versões oficiais de que esses militantes teriam sido mortos em tiroteios, atropelamentos ou cometeram suicídio. Essas versões, entretanto, foram confirmadas nos laudos de necropsia realizados por médicos-legistas que omitiram as marcas de torturas.

Embora os médicos-legistas assinalassem “*não*” no quesito nº 4 – que pergunta se a morte foi produzida por torturas ou por outro meio degradante e cruel – ou “*prejudicado*”, quando queriam indicar estarem impossibilitados de responderem se houve tortura, muitas vezes descreviam em detalhes os ferimentos sofridos. Contudo, por meio das fotos de necropsia e perícia de local, foi possível refazer os laudos e compará-las com as descrições realizadas à época. Desse modo, foram levados adiante os processos éticos contra médicos-legistas que não descreviam como os corpos estavam realmente, ou negavam a ocorrência de tortura. As versões policiais foram desmentidas também com a descoberta de novos documentos e os depoimentos registrados durante os trabalhos de investigação da CEMDP.

Em 1990, iniciaram-se nos Conselhos Regionais de Medicina do Rio de Janeiro e de São Paulo processos para apurar a responsabilidade dos médicos-legistas que assinaram laudos falsos de presos políticos

assassinados. Inicialmente, o GTNM/RJ elaborou o levantamento dos médicos listados nos 12 volumes do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, que copiou 707 processos completos da Justiça Militar. Com base nesse levantamento, solicitou investigações sobre 44 médicos-legistas do Estado do Rio de Janeiro e 66 médicos de São Paulo. Essas sindicâncias foram encaminhadas como processos éticos por convivência e respaldo técnico à repressão política contra 15 médicos-legistas, no Cremerj, e 32 médicos, no Cremesp.

Em um primeiro momento, o Cremesp decidiu pelo indeferimento do pedido sob a alegação de prescrição. Em 1993, o CFM refutou a alegação e, assim, foram iniciados 66 processos. Desses, nove processos foram arquivados porque não se relacionavam a médicos; nove médicos pediram baixa dos respectivos registros como médicos e, ainda, três médicos eram de outros estados, dois do Rio de Janeiro e um do Paraná, e seus processos foram desconsiderados.

Dos 25 processos que restaram, foram executadas duas cassações, outros dois médicos foram penalizados, um com o registro de censura em publicação oficial e o outro foi condenado à suspensão do exercício profissional por 30 dias; seis médicos foram absolvidos e nove tiveram seus processos arquivados por falta de documentação. Dos outros processos restantes, três médicos foram cassados e estão *sub judice*, pois recorreram à Justiça Federal; dois entraram com ação na Justiça Federal antes do julgamento do Cremesp e, por isso, também estão *sub judice* e um foi cassado, mas recorreu ao CFM.

Em 17 de maio de 1995, o Cremesp cassou o registro profissional do Dr. Pérsio José Ribeiro Carneiro, acusado de assinar o falso laudo necroscópico que confirmava a versão oficial de que Joaquim Alencar de Seixas, militante do MRT, teria sido morto em tiroteio ao reagir à prisão em 16 de abril de 1971. Na verdade, seu filho, Ivan Akselrud Seixas, preso e torturado com Joaquim, presenciou seu assassinato sob tortura, em 17 de abril. O laudo registra uma data que não confere com o dia da morte de Joaquim. Descreve os hematomas, escoriações e fraturas de seu corpo, entretanto responde “*não*” ao quarto quesito.

Em 17 de julho de 1999, o Cremesp cassou também o registro profissional do Dr. José Manella Neto, acusado de assinar o laudo necroscópico que confirma a falsa versão da morte de Carlos Roberto Zanirato, militante da VPR morto aos 21 anos de idade no DEOPS paulista. O laudo de nº 30.757, do IML/SP, refere-se a ele como um desconhecido que se suicidara, atirando-se sob um ônibus. Nele estão descritas marcas, hematomas e escoriações que, de acordo com o legista, não teriam sido causadas pelo “*acidente*” que determinou a sua morte. O Dr. Manella, porém, respondeu com uma negativa ao quesito nº 4, o que caracterizou seu comprometimento com a ocultação da tortura. O relator do processo ético, conselheiro Dr. Emídio Ilário, e a revisora, Dra. Irene Abramovitch, julgaram sua culpabilidade tendo como base os artigos 4º, 6º, 8º, 19º, 32º, 49º e 118º do Código de Ética e recomendaram a cassação do seu registro. A proposta foi referendada por 21 conselheiros, apenas um conselheiro pediu a suspensão do registro profissional por 30 dias e outro se absteve de votar.

Esses processos éticos deram margem aos questionamentos sobre a subordinação dos IMLs às autoridades de segurança e, desde então, os familiares, o Cremesp e outros Conselhos Regionais passaram a defender que a medicina legal seja integrada à área da saúde pública.

Em 2007, o Coletivo contra a Tortura denunciou o médico Arildo de Toledo Viana, que assinou com Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues o laudo falso do jornalista Vladimir Herzog⁶. A divulgação da denúncia ocorreu quando Arildo prestou um concurso para professor-titular do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

A LEI DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Em 1993, a Comissão de Familiares, os Grupos Tortura Nunca Mais, as entidades defensoras dos direitos humanos e a Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos da Câmara Federal realizaram um encontro nacional para elaborar um projeto de lei que estabelecesse o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos políticos. A proposta resultante e apresentada ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, foi a da formação de uma comissão,

6 Ver o abaixo-assinado “Em Nome da Verdade”. *Unidade*, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, jan. 1976. Ver o site: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=301JDB006>>.

de iniciativa do Poder Executivo e coordenada pelo Ministério da Justiça, composta por membros dos poderes Legislativo e Judiciário e representantes da sociedade civil. Essa comissão estudaria caso a caso as mortes e os desaparecimentos ocorridos durante o período de 1964 a 1985. Propunha-se resgatar como, onde, e em que circunstâncias ocorreram as mortes e os desaparecimentos forçados, e quem foram os responsáveis. Por solicitação da Comissão de Representação Externa, as Forças Armadas, via Ministério da Justiça, entregaram um relatório sobre os mortos e desaparecidos políticos, e, apesar da grande repercussão a respeito dos relatórios, o presidente Itamar Franco não respondeu à proposta dos familiares e demais entidades.

Em outubro de 1993, os familiares de mortos e desaparecidos políticos, com o apoio do GTNM/RJ, iniciaram uma vigília em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O objetivo do protesto era pressionar o presidente Itamar Franco para que ele enviasse à Câmara dos Deputados o projeto do ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que previa a criação da comissão para apurar os crimes da repressão política cometidos durante a vigência da LSN do regime de exceção, e a responsabilização dos envolvidos nesses crimes. Simultaneamente, familiares de Brasília, Porto Alegre e Recife anunciaram seu apoio à vigília, sem que conseguissem resultado algum.

No encontro realizado em São Paulo, em maio de 1994, os familiares lançaram uma “*Carta Compromisso*” aos candidatos à Presidência da República, insistindo na proposta apresentada ao presidente Itamar Franco. Em agosto daquele ano, para lembrar os 15 anos da Lei de Anistia, a Comissão de Familiares organizou um ato de entrega da carta aos representantes dos principais candidatos à Presidência.

Em abril de 1995, o secretário-geral da Anistia Internacional, Pierre Sané, cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso uma resolução para a questão dos desaparecidos políticos no Brasil. Em maio do mesmo ano, em Washington, a irmã de Pedro Alexandrino de Oliveira, desaparecido na Guerrilha do Araguaia, cobrou novamente de Fernando Henrique, em uma cerimônia pública, uma solução para o problema. Com a pressão dos familiares, da Anistia Internacional, da Human Rights Watch, da Federação de Familiares de Desaparecidos da América Latina (Fedefam), das entidades nacionais defensoras dos Direitos Humanos, da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Câmara Federal, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, marcou uma audiência durante a Semana Mundial do Preso Desaparecido. Na reunião, os familiares apresentaram sua proposta de criação de uma comissão especial para discutir cada caso denunciado no livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.

O chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, foi encarregado de elaborar um projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional. A imprensa noticiou, então, que somente os desaparecidos seriam contemplados pelo projeto de lei. Por intermédio do secretário da Justiça de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., os familiares reuniram-se com José Gregori, quando ele se comprometeu a incluir no projeto de lei um artigo permitindo a inclusão de novos nomes, após a apreciação da comissão especial a ser criada pela lei.

Em julho de 1995, a Rede Globo de Televisão finalmente transmitiu o programa “*Globo Repórter*” sobre a Vala de Perus realizado pelo jornalista Caco Barcellos em 1990, e anunciou também o projeto de lei do governo a ser apresentado ao Congresso Nacional, em agosto. Em 28 de agosto do mesmo ano, os familiares compareceram à sessão solene na Câmara Federal para homenagear os mortos e desaparecidos e lembrar que a anistia não excluía o *direito à verdade*. Procuraram as lideranças de todos os partidos políticos para reivindicar um debate sobre o projeto do governo no Congresso, possibilitando, dessa forma, a inclusão de emendas. No entanto, o governo apresentou seu projeto para votação em caráter de *urgência urgentíssima* e, em 4 dezembro de 1995, o presidente Fernando Henrique assinou a lei 9.140, a Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos, sem nenhuma emenda.

As principais críticas apontadas pelos familiares à lei foram:

1. Eximiu o Estado da obrigação de identificar e responsabilizar os agentes que estiveram ilegalmente envolvidos com as práticas de tortura, morte e desaparecimento de opositores ao regime ditatorial, pois a impunidade relacionada aos crimes cometidos no passado em nome do Estado é um passaporte para a impunidade no presente.
2. Não responsabilizou o Estado pela apuração das circunstâncias de mortes e desaparecimentos, cabendo aos familiares o ônus da comprovação das denúncias apresentadas. Os atestados emitidos sobre

os desaparecidos, portanto, são vagos, não contendo data, local ou *causa mortis*, apenas declaram que o desaparecido morreu no ano mencionado no anexo I da lei 9.140/95.

3. Não obrigou o Estado a proceder à localização dos corpos de desaparecidos, somente agiria com base nos indícios apresentados pelos familiares. Ao assumir a responsabilidade pela morte dessas pessoas e indenizar os familiares, o Estado deveria localizar, identificar e entregar seus restos mortais, direito e principal reivindicação dos familiares. Bastaria, para isso, que os principais arquivos da repressão política – principalmente os do Exército, Marinha, Aeronáutica, SNI e Polícia Federal – fossem abertos.

4. Inicialmente, a lei excluiu brasileiros que morreram após 1979 e brasileiros que foram assassinados em ações conjuntas das ditaduras do Cone Sul.

5. A exigência de que o requerimento de pedido de indenização para a Comissão Especial fosse apresentado somente pelos familiares, tratando a questão dos mortos e desaparecidos unicamente como uma “questão familiar” e não uma exigência e um direito de toda a sociedade.

Após diversas tentativas de ampliar o projeto de lei sem sucesso, os familiares aceitaram participar do processo indicando sua representação, mas deixando claro que a luta não se encerrava com a lei.⁷ O prazo de 120 dias estipulado para a apresentação de requerimentos foi contado a partir dessa primeira reunião e terminou em 14 de maio, o que obrigou aos familiares e diversas entidades um esforço concentrado para a localização dos parentes, a fim de que fossem apresentados os requerimentos dentro do prazo estabelecido. O tamanho do país e o tempo transcorrido após os fatos requeriam um investimento do governo para a ampla divulgação da lei, o que não ocorreu. Restou o apoio de alguns veículos de imprensa que divulgaram listas com nomes de mortos e desaparecidos políticos de que não se tinha contato com as famílias.

Depois da busca dos restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia pela comissão, a discussão em torno das diversas interpretações da lei 9.140/95 tomou a imprensa. O julgamento dos casos dos dirigentes guerrilheiros Carlos Lamarca e Carlos Marighella na CEMDP traduziu as paixões que acompanharam suas vidas. Para os militares, o que estava em julgamento era a relação de Lamarca com o Exército e, por isso, o reconhecimento da responsabilidade do Estado por sua morte foi considerado revanchismo e uma afronta. O que se buscou apurar com o maior detalhamento possível, nos dois casos, foram as circunstâncias de suas mortes.

O reparo moral exige a revisão das versões oficiais, conforme fez o governo ao assumir a responsabilidade do Estado pela morte de 136 desaparecidos, muitos deles mortos nas mesmas circunstâncias de Lamarca e Marighella. Presumir a reação armada dos militantes mortos com base nas suas biografias ou nas versões oficiais de combates inexistentes, comprovadamente mentirosas como demonstrou a CEMDP, é omitir-se de sua apuração.

Amplamente debatido por juristas, parlamentares e pela Comissão Especial, a interpretação do art. 4, I, “b” da lei 9.140/95, quando se refere às mortes “*em dependências policiais ou assemelhadas*”, era determinante para os exames de casos como os de Lamarca e Marighella. Muitos membros da CEMDP consideraram que, ao se referir a “*assemelhadas*”, a lei buscava definir que a pessoa em questão estava na esfera de domínio dos autores dos crimes ou, em outras palavras, que indicava mais uma situação de detenção do que um local. O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e a Associação Juízes para a Democracia constituíram um grupo de estudos em São Paulo e elaboraram um importante texto, que reproduzimos em parte, considerando que:

[...]

3. [...] com a expressão “*em dependências policiais ou assemelhadas*” o legislador certamente quis se referir muito mais à situação ou circunstância em que ocorreu a morte, que propriamente ao local físico do evento.

7 O presidente da República nomeou os primeiros membros da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos: Miguel Reale Jr., presidente; Eunice Paiva, que renunciou e foi substituída por Luís Francisco Carvalho Filho; João Grandino Rodas, representante do Itamaraty; Paulo Gonet, representante do Ministério Público; deputado federal Nilmário Miranda, representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal; general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas; e Suzana Keniger Lisbôa, representante dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Colaboraram com a CEMDP como assessoras de Suzana: Criméia de Almeida e Iara Xavier Pereira, familiares de mortos e desaparecidos políticos. Ver as mudanças na composição da CEMDP no livro *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília, DF: CEMDP/SEDH, 2007.

4. Outra não poderia ser a conclusão, uma vez que o substrato da responsabilidade do Estado declarada pela Lei diz com a confissão de que houve prisões ilegais por agentes públicos naquele período e por aquelas razões, não se justificando, assim, que se restrinjam as conseqüências jurídicas de tal reconhecimento apenas aos casos de pessoas mortas quando já encarceradas.

5. Presentes as mesmas razões políticas e jurídicas não pode haver soluções diferentes. Por isto, também fazem jus à indenização da Lei os familiares das pessoas que, detidas ou passíveis de o serem, em vez de regularmente encaminhadas ao cárcere pelos agentes públicos, viram-se sumariamente executadas.

A Associação Americana de Juristas enviou à CEMDP parecer de autoria de Lenio Luiz Streck, procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no qual apresentou outros aspectos dessa interpretação:

[...] Melhor dizendo, vingasse a tese, estar-se-ia a admitir que o Estado só agiu à margem do Direito dentro das prisões. E, conseqüentemente, a contrário sensu, fora das dependências policiais, ou (sic) assemelhadas, teria agido de acordo com a lei. É este, enfim, exatamente o ponto nodal da controvérsia, porque a contradição principal não reside na exegese, simplista, do alcance da expressão “ou assemelhadas” do art. 4º da lei, mas, sim, no alcance da lei em relação à atuação do Estado fora ou dentro dos limites do Estado de Direito. Frise-se, ademais, que, quando o Estado reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão da participação em atividades políticas, não faz a restrição/exigência de que a morte tenha ocorrido nas dependências policiais ou assemelhadas. [...]

O laudo necroscópico de Carlos Marighella e o levantamento pericial da época, examinados pelo legista Nelson Massini, evidenciavam que a cena de sua morte havia sido montada e que os agentes da repressão política executaram Marighella na rua, colocando, depois, seu corpo em um carro para apantear o tiroteio que não houve.

O laudo e as fotos originais da autópsia de Carlos Lamarca foram entregues pela Polícia Federal ao Ministério da Justiça. Seus restos mortais foram examinados pelo legista Nelson Massini, pelo perito criminal Celso Nenevê e pelo IML de Brasília. O exame das fotos e a leitura do “Relatório Pajussara”, onde está descrita a operação montada para seu assassinato, comprovaram que Lamarca foi executado sem chances de defesa. A orientação da operação, segundo o relatório assinado pelo então major Nilton de Albuquerque Cerqueira, era:

[...] localizar, identificar, capturar ou destruir o bando terrorista que atua na região de Brotas de Macaúbas. Para isso:

1. Numa 1ª fase, intensificará a busca de informes.
2. Numa 2ª fase, após localizar e identificar o bando terrorista, isolará e investirá a área de treinamento para capturá-lo ou destruí-lo. [...]⁸

José Campos Barreto acompanhava Lamarca e, segundo o “Relatório Pajussara”, reagiu ao cerco policial-militar com pedradas, sendo abatido enquanto corria. O deferimento dos processos de Lamarca e Marighella na CEMDP, em 11 de setembro de 1996, causou uma forte reação de alguns militares, mas eles não obtiveram a alteração da decisão.

A responsabilização do Estado pela morte de *Zuzu Angel* deu-se em 25 de março de 1998, após a avaliação do pedido de reconsideração de seu processo. O testemunho do advogado Marcos Pires, que afirma ter visto o carro de *Zuzu* ser abalroado por outro na saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1976, fez com que o relator do processo procurasse especialistas em perícias relacionadas com acidentes de trânsito para elaborar um novo laudo sobre o suposto acidente de carro. O novo parecer concluiu que a dinâmica do acidente descrita no laudo oficial era inverossímil e considerou, como evidência de que ela não estava adormecida no momento da colisão, a fratura do perônio direito descrita no laudo necroscópico. As provas indiciárias apresentadas no processo de *Zuzu Angel* indicaram que ela estava na esfera de domínio dos autores do crime, os quais, deliberadamente, provocaram o acidente fatal.

Após diversas tentativas de ampliar a Lei dos Mortos e Desaparecidos, estendendo-a a todos os mortos e desaparecidos políticos do período compreendido entre 1964 e 1985, os familiares conquistaram duas outras leis, que corrigiram essas deficiências. Nova lei editada, de nº 10.536, de 15 de agosto de

8 Relatório “Operação Pajussara”, 1971, Ministério do Exército/VI Exército/6ª Região Militar/Quartel General-2ª seção. Protocolado no SD/SAF em 6/3/75, sob nº 249, p. 47.

2002, estabeleceu a responsabilidade do Estado por mortes e desaparecimentos de pessoas que tenham sido acusadas de participação em atividades políticas, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988. Essa iniciativa visava atender aos casos protocolados fora do prazo, mas ocorreu, especialmente, pela pressão do governo argentino para que se reconhecesse três argentinos desaparecidos no Brasil em 1980, cujos familiares não puderam ser contemplados porque estavam fora do período de abrangência da lei 9.140/95: Mônica Susana Binstock, Horacio Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas, nomes ausentes do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, livro no qual o governo se baseou para a elaboração da lista de desaparecidos políticos.

Outra importante mudança ocorreu em 2004, com a publicação da lei 10.875, que contemplou os casos de mortes em consequência da repressão policial em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público e, também, aqueles cuja morte/suicídio se deu para evitar a prisão ou em função de seqüelas das torturas.

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada pela lei 9.140/95, iniciou seus trabalhos em 8 de janeiro de 1996 com infra-estrutura fornecida pelo Ministério da Justiça. Posteriormente, em 2003, foi transferida para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Entre 1996 e 1998, na primeira fase dos trabalhos da CEMDP, foram protocolados no Ministério da Justiça 373 processos referentes a 366 pessoas. Excluindo os 136 desaparecidos⁹ relacionados no anexo I da lei, considerados automaticamente como pessoas assassinadas pelo Estado brasileiro, restaram 234 casos para análise, dos quais 166 constavam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, e outros 68 constituíam-se em casos novos.

A duração da primeira fase prosseguiu até 1998, quando ocorreu a 26ª reunião da CEMDP, realizada em 5 de maio, período em que 130 processos de vítimas relacionadas no *Dossiê* foram aprovados e 36 indeferidos. Entre os 68 casos novos apresentados nesta fase, 18 foram aprovados e 50 indeferidos. Com a ampliação da lei 9.140/95, em 2002, foram protocolados mais 107 processos durante o prazo previsto. Com as modificações introduzidas pela lei de 2004, mais alguns casos foram protocolados. De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, no total, a CEMDP protocolou 475 processos, dos quais 221 foram deferidos e 118, indeferidos¹⁰.

Dentre os casos novos aprovados pela comissão, há 34 mortos e 13 desaparecidos que não constavam do *Dossiê*.

Considerando-se que a Lei dos Mortos e Desaparecidos atribuiu o ônus da prova aos familiares e não possibilitou o acesso aos arquivos das Forças Armadas, muitos dos casos relacionados no *Dossiê* e aprovados devem ser creditados, em grande medida, ao trabalho de investigação dos familiares e das demais entidades envolvidas na luta por verdade e justiça em relação ao período ditatorial. A Comissão Especial, contudo, deu importantes contribuições com as pesquisas realizadas nos locais onde se deram os fatos, principalmente na região da Guerrilha do Araguaia, ao recolher os depoimentos de novas testemunhas e com as pesquisas nos arquivos dos órgãos de segurança e no Superior Tribunal Militar (STM). A CEMDP realizou seu trabalho com rigor e independência, pois cada processo apresentado para votação foi munido de indícios e provas, as votações obedeceram a um procedimento formal e seus critérios seguiram estritamente o texto da lei. Desse modo, foi possível desmontar a versão oficial forjada pela ditadura e ampliar o conhecimento dos fatos, aprofundando vários relatos contidos no *Dossiê*.

Apesar das significativas conquistas, pois a questão dos mortos e desaparecidos políticos ocupou o espaço público, o que tornou possível obter a ampliação da abrangência da lei 9.140/95, no segundo

9 No anexo I da lei 9.140/95 constam 136 desaparecidos, dos quais apenas Manoel Alexandrino não faz parte do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Após a publicação da lei, verificou-se que Manoel teve morte natural. Dos 138 desaparecidos relacionados no *Dossiê*, Joaquim, Pedro Carretel e Antônio Alfaiate não foram incluídos no anexo I da lei, pois não se conheciam seus verdadeiros nomes. Os trabalhos da Comissão Especial permitiram a identificação de Antônio Alfaiate como Antônio Ferreira Pinto e o reconhecimento da responsabilidade do Estado por sua morte.

10 *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília, DF: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

semestre de 2005 Suzana K. Lisbôa, representante dos familiares na CEMDP, afastou-se da comissão. No seu entendimento, o governo esvaziou o poder de investigação da CEMDP ao criar, no fim de 2003, a Comissão Interministerial encarregada de localizar os restos mortais dos combatentes da Guerrilha do Araguaia. Segundo a Comissão de Familiares, o governo não cumpriu a promessa de abrir todos os arquivos da ditadura, especialmente os arquivos militares e os da Polícia Federal, de esclarecer as circunstâncias das mortes e desaparecimentos, e de proceder à localização de seus restos mortais e à identificação dos responsáveis por esses crimes. A Comissão de Familiares denunciou o governo por não esclarecer o episódio ocorrido na Base Aérea de Salvador, onde documentos do período militar foram queimados.

Meses depois, assumiu como representante dos familiares, com o apoio de alguns Grupos Tortura Nunca Mais, Diva Santana, presidente do GTNM da Bahia.

Em setembro de 2006, outro passo importante e necessário foi dado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) ao formar um *Banco de Dados de DNA*, quando coletou amostras de 75 parentes consangüíneos de 51 mortos e desaparecidos políticos brasileiros.

Em 29 de agosto de 2007, a SEDH lançou um relatório sobre o trabalho de mais de 11 anos da CEMDP, publicado no livro *Direito à Memória e à Verdade*. A importância do livro reside no fato de estabelecer o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelos assassinatos cometidos pela repressão política durante a ditadura mediante os indícios e provas fornecidos pelos familiares e depoimentos, documentos e perícias feitas que corroboraram as denúncias. Esse registro oficial deixou claro que não podem coexistir versões conflitantes sobre as mortes. O lançamento do livro foi acompanhado de uma reunião histórica do presidente Lula com os familiares, que desde 1974, por diversas vezes, tentaram se reunir com o presidente da República para indagá-lo sobre a localização de seus parentes e exigir verdade e justiça.

O livro tem o sentido de complementar a indenização pecuniária estabelecida pela lei 9.140/95 e avançar na reparação ética e política. Representou grande vitória para os familiares de mortos e desaparecidos políticos, para os defensores dos direitos humanos e para todos os que desejam ver resgatada a memória do período ditatorial e avançar na construção da democracia no Brasil. O livro, enfim, em vez de virar essa página, contribui para imprimi-la na história do país.

O trabalho da CEMDP permitiu um avanço no resgate da verdade e representa um marco na história brasileira, mas cumpriu apenas parte do que estabelece o *direito à verdade* disposto na Resolução nº 66 da ONU, de 2005¹¹. A resolução reconhece de modo inequívoco o direito das vítimas de violações de direitos humanos e de seus familiares de conhecer a verdade desses fatos de maneira detalhada, a identidade dos autores dos crimes, além do direito de obter seus restos mortais. Destaca, também, as relações mútuas entre o direito à verdade e o direito de acesso à justiça. O livro *Direito à Memória e à Verdade*, além de ser o mais importante registro histórico oficial sobre os que morreram na luta contra a ditadura, é um instrumento para a continuidade dessa luta.

Na primeira fase de funcionamento da CEMDP, alguns dos casos citados no *Dossiê* foram rejeitados, porque muitos os consideraram sem enquadramento legal. Com a ampliação dos critérios de abrangência criados pelas duas leis posteriores, quase todos foram aprovados. Entre os casos reconhecidos pela CEMDP e não mencionados no *Dossiê*, há pessoas cuja militância já se conhecia, mas das quais não havia evidências suficientes para incluí-las no mesmo, como os militantes Victor Carlos Ramos, Boanerges de Souza Massa e Pedro Domiense de Oliveira. Surgiram também casos de antigos militantes do PCB, como Alberto Aleixo, Divo Fernandes de Oliveira e Neide Alves, dos quais não havia muitas informações por ocasião da publicação do *Dossiê*, em 1995 e 1996.

Restaram ainda casos indeferidos, que podem ser revistos se novas provas forem apresentadas. Este é o caso de Miriam Lopes Verbena e Luiz Andrade de Sá e Benevides, militantes mortos em um acidente de carro, e o do padre João Bosco Penido Burnier, cujo processo foi indeferido ainda na primeira fase dos trabalhos da CEMDP. Há também alguns nomes sobre os quais não temos certeza, tais como o caso do dirigente da VAR-Palmares conhecido como *Baiano*, desaparecido desde 1973, que pode se chamar José Carlos Costa. Há ainda Wilton Ferreira, morto no Rio de Janeiro, sobre quem pouco se conhece.

11 Ver o site: <http://ap.ohchr.org/documents/S/CHR/resolutions/E-CN_4-RES-2005-66.doc>.

Essa situação se repete com estrangeiros, como no caso do espanhol Miguel Sabat Nuet, morto no DOI-CODI/SP, em novembro de 1973.

OS DESAPARECIDOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

A Guerrilha do Araguaia, movimento armado organizado pelo PCdoB no Sudeste do Pará desde 1966, foi duramente reprimida pela ação conjunta das Forças Armadas, seus serviços secretos, as Polícias Federal e Militar do Pará, Goiás e Maranhão, entre 1972 e 1974. A partir de outubro de 1973, não restaram sobreviventes nem notícias sobre o paradeiro dos guerrilheiros mortos.

Os familiares dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia iniciaram, em 1982, uma ação judicial para exigir da União Federal esclarecimentos sobre as circunstâncias das mortes de seus parentes e a localização de seus restos mortais. Em 17 de agosto de 1993, a Justiça julgou procedente o recurso impetrado pelos autores para que o mérito da ação fosse julgado, pois não havia nenhuma solicitação de sigilo por parte das Forças Armadas sobre o assunto e a Lei de Anistia não obstruía o *direito à verdade*, contido nas suas solicitações.

Em junho de 1995, em razão da morosidade para se obter uma decisão por parte do Judiciário, os familiares enviaram uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a República Federativa do Brasil, solicitando informações a respeito da localização de seus restos mortais e as circunstâncias das mortes dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Essa foi uma iniciativa da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Ceji/Brasil).

Desde outubro de 1980, os familiares dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia haviam percorrido a região em busca de informações a respeito de cemitérios clandestinos. Essa foi a primeira de diversas caravanas realizadas por familiares para recuperar a história da guerrilha. Em abril de 1991, retornaram à região com a Comissão Justiça e Paz/SP e técnicos da Unicamp e promoveram escavações no cemitério de Xambioá, onde foram encontradas duas ossadas: a de uma mulher jovem envolta em tecido de pára-quadras e, outra, a de um homem idoso. Uma equipe composta pelo Dr. Badan Palhares transferiu as ossadas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Em janeiro de 1993, familiares voltaram à região a procura dos restos mortais de Helenira Rezende Nazareth na fazenda Oito Barracas, sem resultados positivos.

Em 28 de abril de 1996, o jornal *O Globo* publicou uma série de reportagens sobre a guerrilha com fotos inéditas de guerrilheiros mortos e a localização de sete cemitérios clandestinos. Tais indícios reforçaram as informações dos familiares, que solicitaram à CEMDP uma rigorosa investigação na região. Na reportagem de *O Globo*, Laura Petit, irmã de Maria Lúcia Petit da Silva, a identificou na foto da jovem morta envolta em um pára-quadras. Com os dados da foto, os legistas da Unicamp reabriram o processo de identificação da ossada exumada em 1991 e identificaram Maria Lúcia.

A CEMDP promoveu a *Primeira Missão de Busca de Restos Mortais*, entre 7 e 11 de maio de 1996, baseando-se nas informações do jornal *O Globo* e do “*Relatório sobre Cemitérios da Região do Araguaia*”, da Comissão de Familiares. Essa investigação teve a participação do antropólogo forense argentino Luis Fondebrider, da EAAF, de Cristiano Morini, assistente da CEMDP, e de Criméia de Almeida, assessora de Suzana K. Lisbôa, representante dos familiares na CEMDP de 1996 a 2005. A equipe localizou e preservou três áreas com cemitérios clandestinos: uma no Cemitério Municipal de Xambioá, outras duas no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) de Marabá e na fazenda Fortaleza, próxima à cidade de São Domingos do Araguaia (PA).

Uma segunda viagem para realizar as escavações nos cemitérios demarcados e localizar outros cemitérios clandestinos, organizada pela CEMDP, ocorreu entre 29 de junho e 24 de julho de 1996. No Cemitério de Xambioá foram encontradas três ossadas, mas somente uma apresentava características de um guerrilheiro. Essa ossada havia sido abandonada, em 1991, pelo Dr. Badan Palhares e foi resgatada pela comissão em 1996. Em São Raimundo, na Reserva Indígena Sororó, foram recuperados restos de duas ossadas de dois prováveis guerrilheiros. Os restos de seus pés e mãos estavam amarrados. As péssimas condições em que foram encontradas e a ausência de crânios não permitiram a realização de exame de DNA e a sua identificação. Nos demais locais investigados – São Geraldo, Caçador, Oito Barracas,

Serra das Andorinhas, DNER e fazenda Brasil–Espanha – não foram encontrados esqueletos. A ossada encontrada em Xambioá ficou sob a investigação da Polícia Civil de Brasília. Muitos anos depois, em 2003, a SEDH levou amostras da ossada a Buenos Aires para exame e o resultado comparativo com a amostra de sangue dos familiares foi negativo.

Os trabalhos iniciais de busca da CEMDP, porém, comprovaram a possibilidade de se encontrar os restos mortais de guerrilheiros na região do rio Araguaia, caso as Forças Armadas forneçam as informações sobre os combates e os locais onde estão enterrados.

Em 6 de março de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA divulgou seu Relatório de Admissibilidade sobre a petição dos familiares e passou a analisar seu mérito. Para evitar uma possível condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos, o governo terá de procurar e identificar ossadas na área do conflito e, principalmente, investigar os militares que participaram do combate aos guerrilheiros.

O MPF iniciou um inquérito civil público para apurar o encaminhamento das investigações das ossadas da vala clandestina do Cemitério de Perus, na Unicamp desde 1999, e dos demais restos mortais depositados ali, em função da universidade não ter apresentado relatório conclusivo sobre as pesquisas. Em janeiro de 2001, o Instituto Médico Legal e a Universidade de São Paulo assumiram as investigações das ossadas como decorrência das negociações efetuadas com a abertura do inquérito civil nº 6/99. Em agosto daquele ano, Dr. Daniel Munhoz, médico-legista responsável pela investigação, apresentou o primeiro relatório de avaliação do estado das ossadas, indicando os caminhos que seriam adotados para a continuidade dos trabalhos.

Uma ossada de um homem idoso, cujas características indicam ser de um guerrilheiro desaparecido na Guerrilha do Araguaia, encontrada em 1991, estava guardada com as do Cemitério de Perus. Assim, o Ministério Público iniciou três inquéritos para investigar essa ossada e a possibilidade de encontrar outros restos mortais de guerrilheiros. Os procuradores Marlon Alberto Weichert, Guilherme Shelb, Felício Pontes Jr. e Ubiratan Gazetta iniciaram os inquéritos em São Paulo, Brasília e Pará. O Ministério Público assumiu a responsabilidade, que de fato é do Estado – seus poderes, órgãos e agentes –, de investigar as circunstâncias dos assassinatos decorrentes da ação estatal. Foi a primeira vez no Brasil que o poder público assumiu essas investigações na sua plenitude, fortalecendo as bases institucionais e políticas da democracia.

De 2 a 23 de julho de 2001, a Comissão de Familiares participou da viagem de investigação promovida pelo Ministério Público ao Sudeste do Pará. Nessa investigação, o MPF colheu 50 depoimentos de moradores das cidades de Marabá, São Domingos do Araguaia, Palestina, Brejo Grande, São Geraldo e Xambioá. Os depoimentos de moradores e de colaboradores do Exército ajudaram a elucidar algumas das circunstâncias das mortes dos guerrilheiros desaparecidos e forneceram indícios da localização de seus restos mortais.

Muitos moradores da região de São Domingos e, sobretudo, de Palestina testemunharam sobre a violência executada pelas Forças Armadas entre 1972 e 1974. Quase a totalidade da população masculina foi presa e torturada, muitos perderam suas terras e a criação de animais e não receberam nenhuma reparação material ou moral em função dos danos sofridos. Em 1973, muitos foram presos e suas casas e plantações queimadas para impedir que os camponeses colaborassem com os guerrilheiros, oferecendo-lhes comida e abrigo. Os primeiros a serem presos durante essa fase da guerrilha foram os comerciantes das cidades, depois, os moradores mais distantes dos vilarejos. A população passou fome, pois até as árvores frutíferas e parte da floresta foram destruídas pelos militares e madeiras.

Os relatos mencionaram a prisão de diversos guerrilheiros¹². Eles foram vistos vivos por guias do Exército ou moradores nas duas principais bases militares – Bacaba e Xambioá. Alguns foram presos

12 Os guerrilheiros *Piauí* (Antônio de Pádua Costa), José Vieira (morador), *Edinho* (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), *Duda* (Luis René Silveira da Silva), *Rosinha* (Maria Célia Corrêa), *Nunes* (Divino Ferreira de Souza), *Beto* (Lúcio Petit da Silva), *Valdir* (Uirassu de Assis Batista), *Simão* (Cilon da Cunha Brun), *Josias* (Tobias Pereira Júnior), Walkíria Afonso Costa, Áurea (Áurea Eliza Pereira Valadão), Antônio (Antônio Ferreira Pinto), Batista (morador que ainda não havia sido citado, cujo nome completo não se conhece), *João Araguaia* (Dermeval da Silva Pereira), *Dina* (Dinalva Oliveira Pereira), Pedro *Carretel* (morador da região), *Fátima* (Helenira Rezende de Souza Nazareth), *Mariadina* (Dinaelza Soares Santana Coqueiro) e *Osvaldão* (Osvaldo Orlando da Costa, que foi levado morto à base de Xambioá).

gravemente feridos enquanto outros, sumariamente mortos mesmo desarmados. As equipes eram formadas por 8 a 12 homens, acompanhados de mais de um guia. Esses grupos se revezavam e percorriam sempre a mesma região, permitindo aos guias voltarem periodicamente para casa. Alguns guias relataram a morte de guerrilheiros na mata, cujos corpos teriam sido deixados insepultos ou enterrados em covas rasas no local onde morreram¹³. Os militares mantinham guias e equipes vigiando os corpos deixados na mata durante cerca de três dias, à espera de guerrilheiros sobreviventes que voltassem para resgatar corpos, documentos e armas.

O ex-guia do Exército Sinésio colaborou nas buscas dos restos mortais de Jaime Petit da Silva e confidenciou que ele fora decapitado¹⁴. Durante as investigações, outro ex-guia, Pedro *Galego* teve sua arma (presente de um militar cuja identificação foi raspada) apreendida e declarou que recebeu recomendações para não falar sobre a guerrilha. Em Brejo Grande, outro ex-guia, José Veloso de Andrade, falou aos procuradores que recebia regularmente cestas básicas de militares vindos de Marabá. Com base nessas informações, o MPF realizou investigações em Marabá e descobriu o escritório do Exército, onde encontrou documentos secretos. A notícia teve grande repercussão na imprensa.

A operação “*Anjo da Guarda*” mostra a ação clandestina e ilegal dos agentes do Exército na região. Eles mantêm sob vigilância os moradores que colaboraram com as Forças Armadas e guiaram os soldados nas perseguições aos guerrilheiros do PCdoB, entre 1972 e 1974. Tal operação possui um atualizado cadastro de antigos colaboradores, distribui mensalmente alimentos, proporciona assistência médica e revólveres com o intuito de coibi-los a não falar a respeito das mortes e dos locais de sepultamento clandestino.

Por meio dos documentos e apostilas de cursos encontrados no escritório do Exército em Marabá, a sociedade soube que a espionagem oficial trabalha à base de subornos, chamados de “*gratificações e recompensas*”, e chantagem sexual. Os movimentos sociais, como a CUT e o MST, são tratados como “*forças adversas*” e, segundo os documentos, seus militantes podem vir a ser “*eliminados*” e admite-se “*arranhar os direitos dos cidadãos*” em nome da preservação da ordem pública. A rede de espionagem do Exército estende-se por todo o país e envolve 541 pessoas, ainda que representantes do governo afirmem ser esse um “*problema*” residual e localizado no Pará. O Exército contaria com sete “*Companhias de Inteligência*”, cada uma com 22 subsidiárias, chamadas de “*grupos destacados*”.

Depois da divulgação dos documentos, o Exército instaurou um inquérito policial militar para apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos procuradores, que correu em segredo de Justiça e posteriormente foi arquivado. A Advocacia Geral da União também fez um pedido de investigação no MPF.

Em março de 2004, a SEDH e a CEMDP enviaram a Xambioá um grupo de peritos da EAAF, encarregados de localizar restos mortais de integrantes da Guerrilha do Araguaia. A iniciativa ocorreu após a publicação de uma reportagem da revista *Época*, em 1º de março, na qual soldados revelaram como alguns integrantes da guerrilha foram presos e executados. Alguns familiares acompanharam os trabalhos, mas não foram encontrados restos mortais de guerrilheiros.

Em 2003, após 21 anos de recursos consecutivos da União Federal, a juíza federal Solange Salgado proferiu uma sentença, reconhecendo a necessidade de se garantir o *direito à verdade* aos familiares dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, referente à ação ajuizada na Justiça Federal em 1982¹⁵. Durante anos, os militares contestaram a ação, alegando não haver provas dos confrontos e da presença dos guerrilheiros na região e, muito menos, de suas mortes. Na decisão, publicada em 22 de julho de 2003, a juíza fixou o prazo de 120 dias para que a União informasse o local onde estão sepultados os restos mortais e as circunstâncias das mortes dos guerrilheiros desaparecidos. Determinou também rigorosas investigações no âmbito das Forças Armadas, prevendo, caso fosse necessário, a intimação para depoimento de “*todos os agentes militares ainda vivos que tenham participado das operações, independentemente dos cargos ocupados à época*”.

13 Os relatos contam sobre *Chicão* (Adriano Fonseca Fernandes Filho), *Cristina* (Jana Moroni Barroso), *Sônia* (Lúcia Maria de Souza), Luis Vieira (camponês), *Zebão* (João Gualberto Calatroni), Alfredo (camponês de nome Antônio Alfredo de Lima) e *Zé Carlos* (André Grabois).

14 Sinésio e outros falaram que *Ari* (Arildo Valadão), *Mundico* (Rosalino Souza) e *Manoel* (Rodolfo de Carvalho Troiano) também foram decapitados.

15 Ver a íntegra da sentença no site: <www.desaparecidospolitic.org.br>.

O governo brasileiro continuou a interpor recursos e embargos para impedir sua execução, argumentando que a sentença da juíza Solange Salgado estabeleceu exigências que foram além do pedido dos familiares na petição inicial de 1982, qual seja: “*indicar as sepulturas, de modo que possam ser lavrados os competentes atestados de óbitos; o traslado dos corpos e o fornecimento do ‘relatório oficial do Ministério da Guerra datado de 5 de janeiro de 1975’*”.

Os familiares e entidades de defesa dos direitos humanos protestaram contra a decisão do governo em “*Carta Aberta ao Presidente Lula*”, após duas tentativas de sensibilizá-lo em encontros com o advogado-geral da União e o ministro da Justiça. Na carta, registraram que consideraram inadmissível o argumento do insucesso das buscas realizadas na região da guerrilha como um fator para não fornecer informações aos familiares, pois elas foram realizadas fundamentalmente pelos familiares e sem a participação das Forças Armadas, que, ao contrário, as sabotaram, como atesta a operação “*Anjo da Guarda*”. Além disso, reputaram como esvaziamento das funções da CEMDP a formação de uma outra comissão governamental para investigar os fatos relativos à Guerrilha do Araguaia, exigindo que:

[...] o Governo respeite e valorize a Comissão Especial da Lei 9.140, de 4/12/1995, recentemente empossada, presidida por Luís Francisco Carvalho Filho e com representação do Ministério Público, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, das Forças Armadas e dos familiares e entidades que lutam por esta questão, que dê a ela poderes para investigar, conforme descrito na Carta Compromisso, e que seja esse o fórum legítimo para levar adiante todos os procedimentos cabíveis.

Por fim, lembraram os compromissos assumidos pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral de 1994, em carta entregue pela Comissão de Familiares, quando se comprometeu a “[...] *abrir irrestritamente os arquivos da repressão política existentes sob sua jurisdição*”. Mais uma vez, os familiares reivindicaram o direito à verdade e à justiça, estabelecido pelo Direito Internacional de Direitos Humanos¹⁶.

O governo federal instituiu a Comissão Interministerial por meio do decreto 4.850, de 2 de outubro de 2003, cuja finalidade era obter informações que levassem à efetiva localização dos restos mortais dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, no prazo de 180 dias. Além disso, continuou a não responder ao questionamento dos familiares e aos reiterados pedidos de audiência encaminhados ao presidente Lula.

A Comissão Interministerial não cumpriu com seus objetivos e nem tornou públicos os dados e circunstâncias das investigações citadas. Em seu relatório final, a comissão recomendou ao governo federal a utilização do instituto da “*restauração de autos*” do direito processual civil, considerando como dado a destruição dos documentos militares. Recomendou também que fosse desclassificado o sigilo de qualquer documento público relativo à Guerrilha do Araguaia e a revisão da legislação sobre o acesso à informação e aos documentos públicos. Recomendou ao Ministério da Defesa que mantenha instância permanentemente aberta para a oitiva de seus membros, com o fim de fornecer dados sobre a localização e identificação dos restos mortais dos guerrilheiros. Por fim, a comissão sugeriu ao presidente da República que determinasse às Forças Armadas a realização de nova e “*rigorosa investigação*” sobre a guerrilha.

Para os familiares, essa foi mais uma iniciativa visando protelar o cumprimento da sentença e acobertar os crimes da ditadura. Somente em 28 de março de 2007, a comissão encerrou seus trabalhos com a divulgação de um relatório, no qual alegou ter realizado investigações internas em função do fato das Forças Armadas afirmarem não possuírem mais os documentos relacionados à Guerrilha do Araguaia, pois eles teriam sido destruídos. A comissão resguardou o sigilo das informações e da identificação das pessoas que se dispusessem a testemunhar. Obtiveram apenas relatórios com a localização genérica dos sepultamentos. Duas expedições foram organizadas em agosto de 2004 para realizar buscas dos restos mortais dos guerrilheiros. Em dezembro de 2006, outra viagem foi realizada, desta vez sem a participação de familiares, e novamente não se encontrou indícios de sepultamentos clandestinos.

Em dezembro de 2004, o desembargador Souza Prudente, relator da matéria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, rejeitou o recurso do governo contra a abertura imediata dos arquivos da Guerrilha do Araguaia. Ele manteve a sentença da juíza Solange Salgado, obrigando o Estado a divulgar os documentos existentes. Ele propôs também a realização de uma audiência que contaria com a presença dos ministros da Defesa, da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e de representantes

16 Ver a íntegra da “*Carta Aberta*” no site: <www.desaparecidospoliticos.org.br>.

do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), do Ministério Público Federal, dos comandantes das Forças Armadas e de outras autoridades, para discutir como seria feita a busca e apreensão de documentos, como também a imposição de multa coercitiva e apuração da responsabilidade criminal de quem resistisse a essas determinações. Em seguida, um salvo-conduto foi concedido por Joaquim Barbosa, então ministro do STF, dispensando os ministros de Estado e autoridades do governo de comparecer à audiência. A liminar foi concedida em resposta ao *habeas corpus* movido pelo advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, sob a alegação de que as autoridades convidadas sofreriam um constrangimento ilegal.

Em junho de 2007, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de 2004, que determinou a realização da referida audiência com ministros e autoridades militares sobre a abertura dos arquivos a respeito da Guerrilha do Araguaia. O STJ, contudo, manteve o principal aspecto da decisão judicial: o governo deve abrir os arquivos referentes à guerrilha em um prazo de 120 dias.

Em setembro do mesmo ano, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, decidiu retirar o *habeas corpus* da pauta depois que o advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, lhe comunicou verbalmente sobre a decisão favorável do STJ em relação à audiência. Novamente, a Advocacia Geral da União (AGU) recorreu ao STF, em 5 de novembro, alegando inconstitucionalidade na decisão judicial de 2004. O ministro Ricardo Lewandowski julgou prejudicado o recurso, cuja decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 5 de dezembro de 2007. Assim, os autos retornaram à primeira instância – o TRF da 1ª Região, em Brasília –, que tratará de expedir a ordem à União, considerando o prazo de 120 dias para a execução da sentença. Cabe ao Ministério da Defesa tomar as providências cabíveis. Até dezembro de 2008, a decisão da justiça ainda não havia sido executada.

O Conselho Federal da OAB apresentou ao Superior Tribunal Militar (STM) uma solicitação para que instaure inquérito policial militar para investigar e julgar as responsabilidades dos envolvidos na destruição e extravio de documentos oficiais referentes à Guerrilha do Araguaia. O presidente nacional da entidade, Cezar Britto, enviou em 12 de março de 2008 uma representação ao presidente do STM, brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre, em que destaca que o episódio da destruição dos documentos da guerrilha não está acobertado pela Lei de Anistia, de 1979, tendo em vista que tais fatos teriam ocorrido posteriormente a essa data.

A representação pede o enquadramento dos responsáveis no artigo 321 do Código Penal Militar, que prevê penas de dois a seis anos para o crime de extravio ou inutilização de documentação oficial. Cezar Britto espera que o STM acolha a representação e dê voz à Presidência Nacional da OAB para sustentar a necessidade de punição aos responsáveis pela destruição dos documentos. O Conselho Federal da OAB teve sua decisão aprovada por unanimidade em sessão plenária da entidade, com base em proposta apresentada pelo jurista Fábio Konder Comparato, que defendeu o direito da cidadania brasileira de conhecer sua história, da qual a Guerrilha do Araguaia é considerada um significativo capítulo.

O relator da proposta na entidade, conselheiro federal da OAB/RJ e advogado de presos políticos durante a ditadura, Nélcio Machado, observou que a representação é fundamental para o resgate de fatos importantes na história do país e para que não fiquem impunes os responsáveis pela destruição de documentos importantes. Ele afirmou: “*O sumiço ou queima da documentação oficial das Forças Armadas e dos órgãos de segurança do período 1964-1985, [...] não é aceitável e merece uma investigação [...]*”. Até o fim de 2008, o STM não apreciou a representação da OAB.

Em 17 de dezembro de 2008, a revista *Carta Capital* divulgou as recomendações da CIDH da OEA feitas ao Estado brasileiro referentes ao caso da Guerrilha do Araguaia, que tem um prazo de 120 dias para se manifestar:

[...] As recomendações encaminhadas ao Estado brasileiro pela [CIDH] OEA são sete, no total. Devem ser analisadas propostas como a de fortalecer “com recursos financeiros e logísticos os esforços já empreendidos na busca a sepulturas das vítimas, cujos restos mortais ainda não hajam sido encontrados e/ou identificados”, e a de “outorgar uma reparação aos familiares, que inclua o tratamento físico e psicológico”. A comissão recomenda ainda a criação de programas de educação em direitos humanos permanentes dentro das Forças Armadas, “em todos os níveis hierárquicos”, incluindo “especial menção ao currículo de tais programas de

treinamento ao presente caso e aos instrumentos internacionais de direitos humanos”. A última sugestão é para o Brasil “tipificar em seu ordenamento interno” o crime de desaparecimento forçado.

Caso as sugestões não sejam acatadas, o caso Araguaia será encaminhado à Corte Interamericana de Direitos Humanos para julgamento. [...]

DESARQUIVANDO O BRASIL: A LUTA PELO ACESSO AOS DOCUMENTOS PÚBLICOS

A manutenção do segredo sobre a repressão política no Brasil tem sido prática de todos os governos civis instaurados desde o fim da ditadura. Este foi o procedimento adotado também pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando sancionou a lei 11.111, em 5 de maio de 2005 (conversão da Medida Provisória nº 228/04), na qual estabelece que os documentos, cujo sigilo é “*imprescindível à segurança da sociedade e do Estado*”, podem ficar *indefnidamente vedados* à consulta, deixando a decisão sobre sua eventual divulgação a uma comissão formada apenas por membros do Poder Executivo. Assim, a lei fere um direito fundamental, o *direito à verdade*, garantido pela Constituição de 1988¹⁷.

Essa lei manteve o espírito do decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que fixou prazos de sigilo com graduações e prazos de classificação para cada categoria (ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados de 50, 30, 20 e 10 anos, respectivamente). O período de confidencialidade atribuído aos documentos ultra-secretos poderia “*ser renovado indefnidamente, de acordo com o interesse da sociedade e do Estado*” (art. 7º, § 1º), e as demais categorias ficavam sujeitas a prorrogações, uma única vez, por idêntico período.

Por iniciativa de familiares de perseguidos políticos durante a ditadura militar, estudantes e professores universitários, foi criado em São Paulo, no início de 2005, o Movimento Desarquivando o Brasil. O ato público que oficializou o movimento foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 28 de abril daquele ano, quando se discutiram e questionaram, perante uma platéia numerosa, as recentes medidas restritivas à abertura dos arquivos do período.

A adesão de entidades de defesa de direitos humanos, de associações de historiadores, sociólogos, arquivistas e jornalistas, e também de intelectuais com reconhecida trajetória de luta contra a ditadura, entre outros grupos, foi imediata. Em seguida, uma série de manifestações foi realizada, tais como debates, audiências públicas e a circulação de um abaixo-assinado propondo a revogação da lei 11.111/05, tomando sempre como ponto de partida as medidas legais contrárias ao espírito da Constituição brasileira de 1988. O abaixo-assinado define os termos da proposta:

[...] consideramos imperioso que os tribunais reconheçam as INCONSTITUCIONALIDADES da lei nº 11.111/05, e que uma efetiva discussão popular e legislativa lhes dê sustentação. A abertura dos arquivos públicos consolida o Estado democrático de direito. Exigimos o fim do silêncio imposto aos arquivos, sobretudo os do período militar. Temos direito ao acesso pleno ao nosso passado.

Essa legislação representou um retrocesso em relação à lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, sobre arquivos, que já havia estabelecido prazos máximos de sigilo aplicáveis aos órgãos públicos: 30 anos, prorrogáveis uma única vez por igual período, para os documentos que afetam a segurança da sociedade e do Estado. Essa lei manteve também uma comissão formada apenas por membros do Poder Executivo. A lei, ao impedir o acesso pleno aos documentos públicos contidos nos arquivos dos órgãos de informação do período ditatorial e, principalmente, os das Forças Armadas, dificulta a produção de provas, como tem ocorrido nos processos civis.

Em 2 de novembro de 2005, o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas recomendou ao Brasil “*tornar públicos todos os documentos relevantes sobre abusos de direitos humanos*”, inclusive os “*atualmente retidos*” pela legislação específica. Pressionado pela sociedade civil, o presidente Lula assinou o decreto 5.584, de 18 de novembro de 2005, no qual determinou a transferência dos documentos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) para o Arquivo Nacional. Entretanto, o acesso aos arquivos das Forças Armadas continuou vedado e, em muitos casos, apenas um resumo do conteúdo

17 WEICHERT, Marlon Alberto. *O Direito à Verdade e os Arquivos Sigilosos*, na página *Desarquivando o Brasil*, no site: <www.desaparecidospoliticos.org.br>.

dos documentos, similar ao do *habeas data*, foi disponibilizado de maneira restrita, pois o governo alega que sua divulgação fere o respeito à honra, à imagem, à intimidade e à vida privada das pessoas – os chamados direitos de personalidade.

Desde a transferência, familiares e jornalistas têm denunciado a “*limpeza*” feita nos arquivos do extinto SNI (1964-1990), em que foram suprimidos documentos que deveriam constar de acervos federais, atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional. A exigência de abrir os arquivos da ditadura militar sobre a Guerrilha do Araguaia também foi determinada pela justiça sem que o governo brasileiro tenha tomado as providências necessárias. Chama a atenção que os membros da CEMDP não tenham investigado sistematicamente nos arquivos do SNI em busca de informações sobre os mortos e desaparecidos políticos.

Em junho de 2006, uma solicitação foi apresentada ao procurador-geral da República para que elaborasse a proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) por ação e por omissão contra o *caput* do artigo 23, com seus parágrafos 2º e 3º, da lei federal 8.159/91 e contra a íntegra da lei 11.111/05 perante o Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta foi elaborada pelo procurador Marlon Alberto Weichert, em colaboração com o jurista Fábio Konder Comparato, por solicitação da Comissão de Familiares e do Movimento Desarquivando o Brasil.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de seu presidente, Cezar Brito, em 14 de novembro de 2007 ingressou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade muito parecida com a proposta pelos representantes do MPF. De acordo com a OAB, a inconstitucionalidade do *caput* do artigo 23 da lei 8.159 deve-se ao fato de permitir que o decreto disponha sobre o limite ao acesso às informações determinados pela Constituição Federal. Quanto aos parágrafos 2º e 3º do artigo 23 da mesma lei, a OAB considera arbitrários os prazos fixados de 30 a 100 anos para o sigilo, revelando-se atentatórios ao princípio de razoabilidade. A lei 11.111/05 sofre dos mesmos vícios de forma e de origem, por ter sua origem na Medida Provisória 228/04, quando já vigorava no país a nova redação do artigo 62 da Constituição Federal, que veda a edição de atos provisórios autocratas sobre matérias relativas à cidadania.

O procurador-geral da República adotou uma proposta similar à do Movimento Desarquivando o Brasil e apresentou, em 19 de maio de 2008, ao STF uma Adin contra a lei 11.111/05 e contra alguns dispositivos da lei 8.159/91 (que trata da política nacional de arquivos). O STF ainda não analisou as duas Adin. Essas iniciativas receberam o importante apoio de intelectuais, políticos, juízes e do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, da Associação Nacional de História (Anpuh) e da Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Em dezembro de 2008, dois anos após o governo ter feito um pedido formal de esclarecimento ao ministro da Defesa sobre a suposta queima de documentos da ditadura militar, foi instaurada uma sindicância para apurar os fatos. O parecer da AGU sobre a ação civil do MPF informou que o Exército garantiu que eles foram incinerados, inclusive os autos de sua destruição.

No mesmo mês, o Palácio do Planalto anunciou a decisão de mandar para o Congresso nova proposta de Lei de Acesso à Informação, regulando o sigilo de documentos públicos, na qual, apesar de diminuir os prazos para liberar documentos – aqueles classificados como ultra-secretos, por exemplo, passariam a ser guardados por até 25 anos (não mais 30 anos) – existe a previsão de que algumas informações poderão permanecer reservadas indefinidamente¹⁸. A proposta, polêmica, provocou reação entre familiares, historiadores, arquivistas e defensores do acesso irrestrito.

A necessidade de um amplo debate a respeito do direito à informação permanece, considerando-se que a transparência é a melhor maneira de construir a democracia. Em 2009, o Movimento Desarquivando o Brasil planeja entregar ao STF e ao Congresso Nacional as assinaturas obtidas em apoio ao abaixo-assinado, visando a uma efetiva participação da sociedade na elaboração de uma legislação sobre o acesso à informação.

18 A Comissão que analisaria a possibilidade de que “*determinadas informações poderão permanecer reservadas indefinidamente*” seria composta por sete ministros e coordenada pela Casa Civil, mantendo o poder do Executivo sobre essas decisões, conforme a legislação atual. Além disso, os documentos classificados como secretos ficariam em sigilo por no máximo 20 anos; os confidenciais, por dez anos; e os reservados, por cinco anos. Possivelmente, reduzirá para três os níveis de sigilo a serem atribuídos aos documentos.

A DENÚNCIA DA TORTURA E DOS TORTURADORES

As denúncias dos que praticaram tortura e das circunstâncias em que se deram são parte do trabalho de recuperação da memória histórica sobre os mortos e desaparecidos políticos. A luta contra a impunidade aprofunda e fortalece a democracia e estabelece o reconhecimento público da dor das vítimas da ditadura. É parte fundamental do trabalho de luto tão necessário aos familiares e à sociedade. Diversas tentativas para esclarecer as mortes e a localização dos restos mortais dos desaparecidos foram efetuadas pelos familiares e entidades ligadas a essa luta, tais como audiências com todos os ministros da Justiça, a partir de 1974; ações judiciais de responsabilização da União Federal; ações de retificação de registros de óbito e *habeas data*.

Em alguns casos, a ação judicial obteve como resultado a responsabilização da União pelo desaparecimento ou morte dos ativistas políticos, como nos casos de Mário Alves, desaparecido em 14 de janeiro de 1970; Vladimir Herzog, assassinado em 25 de outubro de 1975; e Manoel Fiel Filho, morto em 17 de janeiro de 1976. Outros casos, porém, continuam tramitando na Justiça, como o de Rubens Beirodt Paiva, cujas famílias aguardam o desfecho das ações judiciais. Os familiares de Mário Alves, por exemplo, obtiveram o reconhecimento de sua morte na Justiça, mas seus restos mortais nunca foram entregues.

Os familiares têm enviado sistematicamente reivindicações às autoridades constituídas para não nomear torturadores para cargos de confiança. Os torturadores não foram punidos e muitos ainda se mantêm na ativa, exercendo suas atividades livremente. Nos arquivos do DEOPS/SP, as gavetas de “*Colaboradores*” encontravam-se vazias, quando a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos teve acesso a elas em 1992.

O acesso à documentação de órgãos da repressão política, como os DEOPS e outros, no respaldo e apoio técnico às atrocidades cometidas contra a esquerda revolucionária e os opositores da ditadura, tem permitido a recuperação parcial da história. Nesses documentos está registrada parte importante da história das violências cometidas com o carimbo oficial. Mas os principais arquivos da repressão política, aqueles custodiados pelos diferentes órgãos militares de informação, tais como CISA, Cenimar, CIE e DOI-CODI, ainda são considerados confidenciais ou sigilosos.

Em 1985, a então deputada federal Bete Mendes denunciou como seu torturador o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, quando ele ocupava o cargo de adido militar na embaixada brasileira no Uruguai. O fato teve grande repercussão na imprensa, mas nenhum desdobramento na Justiça.

Desde o período da ditadura, várias listas e dossiês de torturadores têm sido organizados e enviados à imprensa e às autoridades municipais, estaduais e federais, visando ao expurgo de torturadores do serviço público, como no caso de Airton Sotto Maior Quaresma, coronel da PM que, em 1991, assumiu o comando do Regimento da Polícia Montada da PM/RJ. Roberto Felipe de Araújo Porto foi indicado em 1993 para a Superintendência da Polícia Federal de Pernambuco e afastado graças às denúncias de familiares e dos GTNM do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Amaury Aparecido Galdino, indicado em 1993 para a Superintendência da Polícia Federal de Brasília, também foi afastado, após denúncia pública. Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, coronel da reserva do Exército, recebeu o Grau de Cavaleiro da Ordem do Mérito das Forças Armadas em junho de 1993, apesar das diversas denúncias divulgadas sobre ele. Outras denúncias foram divulgadas sobre Ailton Guimarães Jorge, ex-capitão do Exército, ligado ao jogo do bicho e a grupos de extermínio. Outro exemplo, ainda, é o de Paulo César Amêndola de Souza, coronel da PM, que se tornou Superintendente da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, em 1995. Neste mesmo ano, Edgar Fuques, envolvido no seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universinho Dias, foi nomeado Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará pelo governador Tasso Jereissati. Apesar da denúncia de familiares e entidades de defesa dos direitos humanos, ele permaneceu no cargo.

A indicação para cargos públicos de pessoas ligadas aos aparelhos de repressão política, no entanto, permanece uma prática constante. Fernando Henrique Cardoso indicou Armando Avólio Filho como adido militar para a embaixada brasileira na Inglaterra e Ricardo Agnese Fayad para a Assessoria Especial de Saúde do Departamento de Serviços do Ministério do Exército. Após forte campanha, os dois foram afastados de seus cargos. Em junho de 1999, Fernando Henrique nomeou o delegado João Batista Campele para a direção da Polícia Federal, mas o depoimento do ex-padre José Antônio Monteiro, torturado

pelo delegado em agosto de 1970, fez com que o presidente o afastasse do cargo três dias após a nomeação. Em outubro de 1999, o presidente indicou para o Superior Tribunal Militar o general José Luiz Lopes da Silva, um dos comandantes da invasão da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, quando morreram três operários, em novembro de 1988. Apesar dos protestos e denúncias, o Senado aprovou sua nomeação.

Em janeiro de 1995, após a campanha de denúncia da participação direta do *Capitão Ubirajara* – o delegado de polícia Aparecido Laertes Calandra – em torturas, ele perdeu a indicação para a chefia do Detran/SP, graças à intervenção do então secretário estadual de Justiça de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., conhecido advogado de presos políticos e integrante da CEMDP. Calandra foi identificado em meados de 1991, ao ser visto por ex-presos políticos na sede da Polícia Federal (PF), em São Paulo, quando o senador Romeu Tuma¹⁹ era superintendente da PF. O volume “*Os Funcionários*” do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, o identifica como pessoa diretamente envolvida em torturas (Tomo II, v. 3, p. 55). Calandra consta ainda da lista de “*Membros dos Órgãos de Repressão*”, em que é citado por duas vezes (“A Pesquisa BNM”, Tomo II, v. 1, p. 66).

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* denunciou a participação de Calandra no assassinato de Carlos Nicolau Danielli e Hiroaki Torigoe. Seu nome também é associado ao episódio que resultou na morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI/SP, em outubro de 1975. À época, o inquérito policial militar (IPM) que concluiu pelo suicídio de Herzog não ouviu Calandra, apontado nos laudos como o autor do pedido de perícia. No mesmo mês em que Herzog morreu, o *Capitão Ubirajara* era citado na lista de 233 torturadores do relatório produzido pelos presos políticos do Presídio Romão Gomes, de São Paulo, encaminhado ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O *Capitão Ubirajara* é o número 84 dessa lista. Os presos não sabiam sua identidade completa na época, confirmada anos depois.

Em abril de 2003, Calandra foi nomeado pelo governador Geraldo Alckmin para o comando do Departamento de Inteligência do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo. Alckmin o defendeu, informando que Calandra nunca respondera a inquérito policial ou administrativo, não havendo, portanto, fatos que desabonassem sua conduta no exercício das funções como delegado. A Comissão de Familiares denunciou novamente, como fizera em 1992, que, desde quando Calandra foi trabalhar com o senador Romeu Tuma, então superintendente da Polícia Federal em São Paulo, coube a ele cuidar dos arquivos do DOPS transferidos para a PF pouco antes de sua extinção, em 1983. Sob seus cuidados, parte dos documentos desapareceu. Após intensa pressão, o governo do Estado de São Paulo transferiu Calandra para uma área burocrática da Secretaria da Segurança Pública, conforme foi publicado no *Diário Oficial*, em 30 de julho de 2003.

A RESPONSABILIZAÇÃO E PUNIÇÃO DOS TORTURADORES

Em setembro de 2006, foi aceita no Brasil uma ação inédita de responsabilização de um torturador do período ditatorial. O juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível de São Paulo, acolheu Ação Declaratória impetrada em 2005 pela família Almeida Teles contra Carlos Alberto Brillante Ustra – comandante do DOI-CODI/SP entre 1970 e 1974 – por entender que a ofensa aos direitos humanos não está sujeita à prescrição.

Entre 1972 e 1973, Maria Amélia Teles, César Teles e os filhos Janaína Teles e Edson Luís Teles, de 5 e 4 anos de idade respectivamente, e Criméia Schmidt de Almeida (grávida de sete meses), foram seqüestrados e torturados. Presenciaram também o assassinato do amigo Carlos Nicolau Danielli, dirigente do PCdoB, nas dependências do DOI-CODI/SP. A ação civil requereu o reconhecimento da ocorrência desses fatos e a responsabilização do réu, sem exigir indenização pecuniária ou punição criminal. A família procedeu assim por considerar que o direito de acesso à Justiça, aquele que garante o cumprimento de todos os demais, é atributo fundamental da democracia.

19 Romeu Tuma foi diretor do DEOPS/SP durante o período mais violento da ditadura militar. Seu nome consta do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, como “Membro de Órgãos de Repressão” em dois processos. Para outras denúncias, ver o caso de Luiz Eurico Tejera Lisboa neste livro e o site: <www.torturanuncamais-rj.org.br>.

Em novembro de 2006, as testemunhas de acusação foram ouvidas durante a primeira audiência do processo. O réu não compareceu. As testemunhas indicadas por ele foram ouvidas nos respectivos estados onde residem.

Em 9 de outubro de 2008, o juiz proferiu uma sentença que declarou o coronel Ustra torturador, quando era comandante do DOI-CODI/SP, ao reconhecer sua responsabilidade pelo uso de violência contra a família Almeida Teles. Ao definir o DOI-CODI como “*casa dos horrores*”, tomou decisão histórica e inédita no Brasil.

A Justiça de São Paulo, em 4 de abril de 2008, acolheu outra ação cível declaratória contra o coronel reformado do Exército Brilhante Ustra – acusado por várias testemunhas de ser o principal responsável pela morte do jornalista e militante do POC, Luiz Eduardo da Rocha Merlino. A ação tem como autoras sua ex-companheira, Angela Mendes de Almeida, e sua irmã, Regina Merlino Dias de Almeida. Infelizmente, em 13 de maio de 2008, o desembargador Luiz Antônio de Godoy, da 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu efeito suspensivo no processo. Os advogados da família, Fábio Konder Comparato e Aníbal Castro de Sousa – os mesmos da família Almeida Teles –, recorreram da decisão.

Em 2007, o jurista Fábio Konder Comparato encaminhou uma representação ao MPF de São Paulo para que fossem adotadas medidas visando à aplicação do dever de regresso pelo Estado brasileiro diante dos causadores dos danos que geraram o pagamento das indenizações previstas na lei 9.140/95. Na representação, Comparato afirmou que “[...] *ação de regresso contra o agente causador do dano é um dever do Estado*”. Segundo ele, apesar do elevado gasto com indenizações pagas pela União e por vários estados da federação como forma de reparar os danos causados a cidadãos brasileiros pelo estado ditatorial, nenhuma ação regressiva foi “*intentada contra os agentes ou funcionários causadores dos danos assim ressarcidos com dinheiro público*”.

A representação associada à publicação do livro *Direito à Memória e à Verdade* foram decisivos para que, em 14 de maio de 2008, o MPF ajuizasse ação civil pública contra a União e os dois ex-comandantes do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, no período de 1970 a 1976, os militares reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel.

Na ação, o MPF busca aplicar no Brasil conceitos já pacíficos no âmbito da ONU e da OEA em relação a autores de crimes contra a humanidade. A ação foi distribuída à 8ª Vara Federal Cível de São Paulo, sob o número 2008.61.00.011414-5. Nela, os seis procuradores e procuradoras da República que assinam a petição requereram:

1. O reconhecimento do dever das Forças Armadas de revelar o nome de todas as vítimas do DOI-CODI de São Paulo (não apenas de homicídio e desaparecimento, uma vez que o órgão deteve mais de 7 mil cidadãos), circunstâncias de suas prisões e demais atos de violência que sofreram, bem como tornar públicos todos os documentos relacionados ao funcionamento do órgão;
2. A declaração de que Ustra e Maciel comandaram um centro de prisões ilegais, torturas, homicídios e desaparecimentos forçados no DOI-CODI de São Paulo;
3. Que Ustra e Maciel sejam obrigados a reembolsar à União os custos das indenizações pagas na forma da lei 9.140/95 (Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos) às famílias das 64 vítimas daquele destacamento durante a gestão dos demandados;
4. Que ambos sejam condenados a não mais exercerem qualquer função pública.

Por enquanto, as únicas pessoas físicas demandadas na ação são Ustra e Maciel, em virtude de ambos terem figurado no topo da cadeia hierárquica, comandantes do órgão repressor, permitindo sua identificação imediata.

Além disso, o comandante do II Exército no período, Ednardo D’Avilla Mello, e o subcomandante do DOI, capitão Dalmo Cyrillo, que poderiam figurar na ação de regresso, já morreram. A ação é cível e não implica em condenação penal.

Para os procuradores da República Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Marlon Alberto Weichert, Adriana da Silva Fernandes, Luciana da Costa Pinto, Sérgio Gardenghi Suiama e Luiz Fernando Gaspar Costa, que assinam a ação, “*a mera passagem institucional de um governo de exceção para um democrático*

não é suficiente para reconciliar a sociedade e sepultar as violações a direitos humanos ocorridos no bojo de conflitos armados ou de regimes autoritários”.

Para tanto, é necessária a aplicação de princípios da justiça transicional, que prevêem: o esclarecimento da verdade, abrindo os arquivos estatais relacionados; a realização da justiça, mediante a responsabilização dos violadores dos direitos humanos; e a reparação das vítimas. Somente com a aplicação desses três princípios – verdade, justiça e reparação – é que haverá a possibilidade de se alcançar o objetivo da não-repetição. Para os autores, as medidas da justiça transicional previnem a ocorrência de novos regimes autoritários, pois demonstram à sociedade que esses atos não podem ficar impunes. Para os autores, a impunidade dos crimes da ditadura é um estímulo aos torturadores do presente.

Em 13 de novembro de 2008, o juiz Clécio Braschi, da 8ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, suspendeu o processo em que o MPF de São Paulo pede a responsabilização dos militares reformados Ustra e Maciel. Ele determinou que a ação seja suspensa até que o STF julgue a Adin, ajuizada pela Procuradoria Geral da República, contra a manutenção do sigilo de documentos públicos no Brasil, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ajuizada pelo Conselho Federal da OAB sobre a Lei de Anistia de 1979.

A ação da OAB contesta a validade do primeiro artigo da Lei de Anistia (6.683/79), que considera como conexos e igualmente perdoados os crimes “*de qualquer natureza*” relacionados aos crimes políticos ou praticados por motivação política no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. De acordo com o juiz, cabe ao Supremo resolver “*a controvérsia constitucional de forma geral, definitiva e imediata, com efeitos vinculantes, inclusive para todos os órgãos do Poder Judiciário, por meio do controle objetivo de constitucionalidade*”.

Os procuradores Marlon Weichert e Eugênia Fávero enviaram também quatro representações pedindo a abertura de investigações criminais para apurar duas mortes ocorridas no DOI-CODI/SP e dois casos de seqüestro ocorridos no âmbito da *Operação Condor*.

Os dois casos relacionados ao DOI-CODI/SP, os de Vladimir Herzog e Luiz José da Cunha, foram distribuídos para procuradores da República em São Paulo na área criminal, que decidiram pelo arquivamento porque considerarem que os crimes estariam prescritos. A juíza Paula Mantovani Avelino, da 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo, determinou o arquivamento dos casos em 16 de janeiro de 2009, eliminando a possibilidade de punição aos assassinos no âmbito da Justiça brasileira.

Os familiares pretendem remeter o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Entre os dois casos relacionados à *Operação Condor*, um refere-se ao seqüestro de Lorenzo Viñas, ocorrido na cidade de Uruguaiana (RS). O procurador Ivan Claudio Marx já abriu investigação a respeito. O outro caso se refere ao seqüestro de um casal ítalo-argentino – Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock, presos em um avião da Varig, no aeroporto do Galeão – e foi distribuído para um procurador criminal da PR/RJ²⁰.

Os procuradores autores da ação civil pública defendem que o Brasil não precisa modificar a Lei de Anistia para punir os crimes cometidos por agentes da ditadura militar, pois tais ilícitos são crimes contra a humanidade. Para ambos, os instrumentos jurídicos disponíveis são suficientes, uma vez que os crimes de tortura, morte e seqüestro cometidos por agentes do Estado não foram anistiados, apenas os crimes de natureza política. Afirmam os procuradores:

Uma análise da Lei de Anistia de 1979 demonstra, por outro lado, que ela não tratou do perdão aos crimes dos agentes estatais. Ela anistiou os autores de crimes políticos, conexos ou praticados por motivação política. Ora, só praticam crimes políticos, ou com motivação política, aqueles que desejam ir contra o Estado. Os atos dos órgãos de repressão visavam justamente o contrário: defender seus governantes e sua ideologia.

Em outubro de 2008, a AGU divulgou parecer atestando que crimes de tortura realizados nos anos 1970 por militares não poderiam ser julgados e que a Lei de Anistia teria perdoado esses crimes, em 1979. O parecer foi elaborado como resposta à ação civil iniciada pelo MPF/SP contra os coronéis Ustra e Maciel. Os ministros de Estado Paulo Vannuchi (SEDH) e Tarso Genro (Justiça) e diversas entidades

20 Ver o site: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/cidadania/ditadura/ditadura.htm>>.

se pronunciaram contrários ao parecer. Em 20 de novembro, a principal autoridade da ONU sobre tortura, Manfred Nowak, criticou o parecer da AGU e pediu investigação dos crimes cometidos pela repressão política no país. No início de 2009, a ONU enviará um questionário ao governo brasileiro cobrando uma posição sobre a questão da tortura durante a ditadura militar.

Há sete anos, a ONU vem sugerindo ao Brasil acabar com a Lei de Anistia, mas o governo tem ignorado suas sugestões. Em 2001, o Comitê contra a Tortura da ONU sugeriu o mesmo ao governo brasileiro. O Brasil não conseguirá lidar com seus problemas em relação à tortura e superar a impunidade de caso não se ocupe com o seu passado. Em 2008, o comitê apelou para que o Brasil abandone a Lei de Anistia. De acordo com Nowak,

*Os crimes de tortura não prescrevem. Há jurisprudência suficiente que mostra que leis de anistia não devem ser usadas para impedir investigações. É obrigação do Estado investigar tortura e levar os responsáveis à Justiça. Isso sem limitações. [...] A tortura é tão grave que nenhuma lei de anistia deve ser usada para impedir investigações.*²¹

A impunidade constituiu-se na pior herança da ditadura e contabilizou a maior dívida da democracia. O interesse público em saber o que aconteceu no nosso passado recente remete à dimensão política dessas ações judiciais, que exigem o funcionamento das instituições brasileiras. Recuperar os fatos é o caminho que busca a superação enfrentando a história e a memória.

PELA INSTALAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE VERDADE E JUSTIÇA NO BRASIL

Durante a II Guerra Mundial a história assumiu uma tal dimensão e a violência uma tal intensidade que pode ser relida, segundo Primo Levi, como a guerra contra a memória, como negação da realidade e da morte. História similar à dos milhares de sobreviventes das ditaduras latino-americanas e sua invenção mais perversa, a figura do desaparecido político. O esquecimento de tais experiências-limite é impossível. Enquanto persiste a incerteza sobre o destino final da pessoa desaparecida, o crime de desaparecimento forçado é continuado e permanece a necessidade e o dever de investigá-lo.

Apesar dos diversos avanços no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos ocorridos durante o século XX, somente em 2005 a ONU publicou uma resolução estabelecendo o *direito à verdade*. E apenas em 29 de junho de 2006 foi aprovado o projeto de Convenção Internacional de Proteção às Pessoas Vítimas de Desaparecimento Forçado, da ONU²².

Em relação aos deveres do Estado para com a sociedade durante a transição para a democracia, após um período de ditadura, estabelecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Brasil avançou apenas no aspecto econômico das reparações às vítimas. A efetivação dos outros deveres caminha muito lentamente, são eles: fazer justiça, processando e punindo responsáveis por crimes contra a humanidade; assegurar o direito da sociedade à verdade, revelando os crimes e suas circunstâncias; e a renovação de instituições. No plano simbólico, há muito ainda por avançar, com a enunciação de pedidos oficiais de perdão e a constituição de museus e monumentos que tratem criticamente da história do período, por meio de uma elaboração conjunta da sociedade e das vítimas.

No Brasil, a rememoração e o trabalho de luto sobre o passado recente de violência política não assumiram o caráter social ou coletivo que tem sido vivenciado em outros países da América Latina, onde diversos processos de apuração dos fatos e das responsabilidades têm ocorrido, com a formação de *Comissões de Verdade*, experiência que teve destaque na África do Sul.

Nesse sentido, ganham relevância os últimos acontecimentos ocorridos na Argentina, que, após considerar inconstitucionais as “leis de perdão”, em 2005, começou novamente a processar os responsáveis pelos crimes da última ditadura militar (1976-1983). O primeiro processo realizado foi o do ex-diretor de Investigações da Polícia de Buenos Aires, Miguel Etchecolatz, condenado à prisão perpétua por homicídio qualificado, privação ilegal de liberdade e tortura de presos políticos. A sentença

21 Manfred Nowak também investiga as situações de tortura no Iraque, no Afeganistão e na prisão norte-americana de Guantánamo, em Cuba.

22 Ver o site: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-60.htm>>.

do julgamento, realizado em La Plata, foi divulgada em 19 de setembro de 2006. De forma trágica, desde o dia 18 daquele mês, José Julio López, ex-presos político e uma das principais testemunhas do processo, está desaparecido. Várias testemunhas, juizes e advogados foram ameaçados de morte, mas se obteve uma decisão judicial inédita, pois os desaparecimentos ocorridos na Argentina foram considerados genocídio político.

Em setembro de 2006, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Chile a investigar e punir os responsáveis pelo assassinato do dirigente comunista Luis Alfredo Almonacid Arellano, preso e executado por *carabineros* em frente à sua casa, em Rancagua, em setembro de 1973. A justiça chilena aplicou a Lei de Anistia de 1978 nesse caso e encerrou a investigação, mas a família recorreu ao organismo internacional, que emitiu uma ordem de investigar e punir os responsáveis pelo crime e condenou o Chile pelo não cumprimento das obrigações dispostas no Tratado de San José de Costa Rica. A decisão determinou que os crimes contra a humanidade cometidos pelas ditaduras na América Latina são imprescritíveis. Esse fato deu novo fôlego às lutas jurídicas e ao debate sobre punição e responsabilização de torturadores²³.

A realização do seminário “Debate Sul-Americano sobre Verdade e Responsabilidade em Crimes contra os Direitos Humanos” pelo MPF/SP, em maio de 2007, com a participação de especialistas em Direito Internacional e Justiça de Transição de diversos países, ampliou e impulsionou o debate sobre a criação de uma Comissão de Verdade e a apuração dos crimes cometidos durante a ditadura militar. Nessa ocasião, elaborou-se a “*Carta de São Paulo*”, como conclusão do evento e síntese de suas propostas²⁴.

No Paraguai, em 28 de agosto de 2008, o presidente Fernando Lugo pediu perdão “*em nome da nação*” pelos abusos contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura. Nesse dia, foi divulgado o relatório final da *Comissão de Verdade e Justiça* daquele país, criada em 6 de outubro de 2003. De acordo com o relatório, pelo menos 59 pessoas foram executadas e outras 336 desapareceram durante a ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989). A Comissão registrou – mediante 2.059 testemunhos de sobreviventes e parentes de desaparecidos – 128.076 vítimas da ditadura, e, desse total, 20.090 pessoas foram identificadas como vítimas diretas e 107.987, indiretas. A divulgação desse trabalho trouxe novo ânimo aos defensores da criação de uma Comissão de Verdade no Brasil.

Priscilla Hayner, diretora e fundadora do Centro Internacional de Justiça Transicional (ICTJ), identifica quatro características determinantes para a formação de *Comissões de Verdade*: a) estudar o passado, b) analisar um padrão de violações dos direitos humanos em determinado período de tempo, c) ter prazo determinado para seus trabalhos, e d) ter investidura oficial para investigar e obter informação. Além disso, espera-se dessas comissões que sejam plurais, independentes e que utilizem procedimentos próximos aos judiciais (MICHELINI, 2000). Destacam-se, ainda, o caráter público e transparente desses procedimentos extrajudiciais de reparação simbólica, em que, geralmente, se propicia o depoimento de testemunhas e confissões de acusados. Dessa forma, a investigação e a recuperação dos fatos ocorrem de maneira muito mais profunda. Em diversas partes do mundo, a rememoração do passado tem ocorrido de maneira indissociável das lutas por justiça. Salientamos, assim, a relação íntima e complementar entre memória e justiça (RICOEUR, 1997).

No Brasil, a CEMDP e a Comissão de Anistia, ambas de caráter administrativo, têm poderes muito limitados de investigação a respeito da atividade repressiva do Estado durante a ditadura, e não obtiveram o apoio dos diversos governos civis para implementar essa tarefa. Por isso, não se constituem como *Comissões de Verdade*. Além disso, suas diligências e julgamentos, embora sejam considerados públicos, não são acompanhados pela sociedade de forma aberta, ampla e sistemática.

Sem os rituais e leis que garantam o direito à verdade e à justiça, os familiares de mortos e desaparecidos políticos oscilam entre o desejo de realização do luto e o recalque de seus traumas do passado. A luta dos familiares contra as violações dos direitos humanos, suas tentativas para encontrar os restos mortais de seus entes queridos e obter justiça, ainda hoje, têm como objetivo realizar o desfecho de um ciclo em suas vidas e o trabalho de luto. A recuperação dos fatos mediante uma rigorosa investigação exercida no âmbito de uma *Comissão de Verdade e Justiça* contribuiria para o seu esclarecimento e o estabelecimento da verdade

23 Ver o site: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf>.

24 Ver o site: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/infoprdc/cartasp.pdf>>.

e da responsabilidade individual, assim como da verdade global, a análise das estruturas da repressão ilegal e o contexto em que essas violações aos direitos humanos ocorreram. Contudo, sua contribuição principal seria, possivelmente, o acolhimento dessas narrativas por parte da sociedade brasileira.

Espera-se, ainda, no Brasil restabelecer a verdade dos fatos, o reconhecimento dos danos causados e um processo de reparação simbólica e material, o que contribuiria para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. As Comissões de Verdade surgiram inspiradas no Direito Internacional de Direitos Humanos e na Justiça de Transição, mas muitas vezes têm sido insuficientes para solucionar os problemas políticos, jurídicos, éticos e de saúde derivados das experiências-limite tais como tortura, desaparecimentos forçados e execuções sumárias. Essas comissões, porém, instauraram processos nos quais os Estados assumiram, pela primeira vez, a busca de uma solução para as mais graves violações de direitos humanos. As experiências das Comissões de Verdade na Argentina, Guatemala, Peru²⁵, El Salvador e África do Sul, cujas violações de direitos humanos tiveram grande repercussão internacional, fizeram surgir expectativas em todo mundo.

Em todas as experiências de instalação de comissões, houve o descumprimento das suas recomendações por parte dos Estados. A experiência sul-africana demonstra que, mesmo quando há modificações institucionais e legislativas significativas, com a instalação da Comissão de Verdade, a investigação dos fatos pode não estar garantida.

Na África do Sul, no fim do *apartheid* foi negociada uma solução de compromisso, na forma de uma Comissão de Verdade, com um formato bastante singular. A Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) foi criada, em 1995, para investigar os casos mais graves de violação aos direitos humanos ocorridos entre 1960 e 1994. Era composta de três comitês: o Comitê de Violações de Direitos Humanos, o Comitê de Anistia e o Comitê de Reparações e Reabilitação. Para receber a anistia, era preciso solicitá-la e preencher os seguintes critérios: motivação política, esclarecer a verdade completa sobre o incidente, e provar que suas ações tinham sido proporcionais ao objetivo perseguido. Os que cumprissem tais critérios estariam livres de acusações criminais e da ação civil. O risco de quem não se apresentasse era o de ver seu nome implicado por outros, o que podia resultar em processo criminal.

O Comitê de Anistia recebeu mais de 7 mil pedidos. A maioria vinha de pessoas que cumpriam penas de prisão por crimes comuns. Outros não contaram toda a verdade e responsabilizaram pessoas que já haviam morrido. Além disso, o governo tinha recursos limitados para investigar e processar. As poucas ações criminais ocorreram em um sistema judicial não reformado, resultando em poucas condenações. Poucos preencheram as condições do acordo e tiveram disposição de revelar toda a verdade. No fim, menos de 17% do total de solicitantes recebeu a anistia. Os investigadores que trabalharam nesses casos afirmaram que a maioria só revelou a “verdade” suficiente, sem expor o funcionamento das instituições de violência estatal do *apartheid*. Cerca de 10% das vítimas que se apresentaram prestaram testemunho em audiências públicas, transmitidas pela televisão para todo o país.

Apesar das limitações apontadas, as Comissões de Verdade são importantes instrumentos para efetivar a aplicação do Direito Internacional de Direitos Humanos. Este atribui aos Estados a obrigação de garantir o direito à justiça, em sua concepção mais ampla e integral, incluindo a investigação dos fatos, a identificação e a sanção dos responsáveis, a reparação dos atingidos, o direito à verdade e a organização do aparato estatal de forma a assegurar a vigência dos direitos humanos.

Para que a Comissão de Verdade atinja os seus objetivos, é fundamental unir à sua atuação mudanças legislativas, a utilização da justiça nacional e dos instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos, que determinam a investigação, o julgamento e a sanção dos responsáveis por crimes contra a humanidade em qualquer tempo.

Em busca da verdade e da justiça, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos apresenta neste livro um relato resumido dos dados coletados sobre as circunstâncias das mortes de opositores da ditadura para ajudar as novas gerações a compreender esse período da história do país.

25 No Peru, a Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) publicou um relatório, em 2003, sobre os mais de 69 mil mortos no conflito interno que atingiu o país nas duas últimas décadas. Ainda hoje, os familiares das vítimas exigem justiça e a entrega dos restos mortais de centenas de desaparecidos. Segundo a CVR, entre 1980 e 2000, ocorreram 3.355 desaparecimentos forçados no Peru.

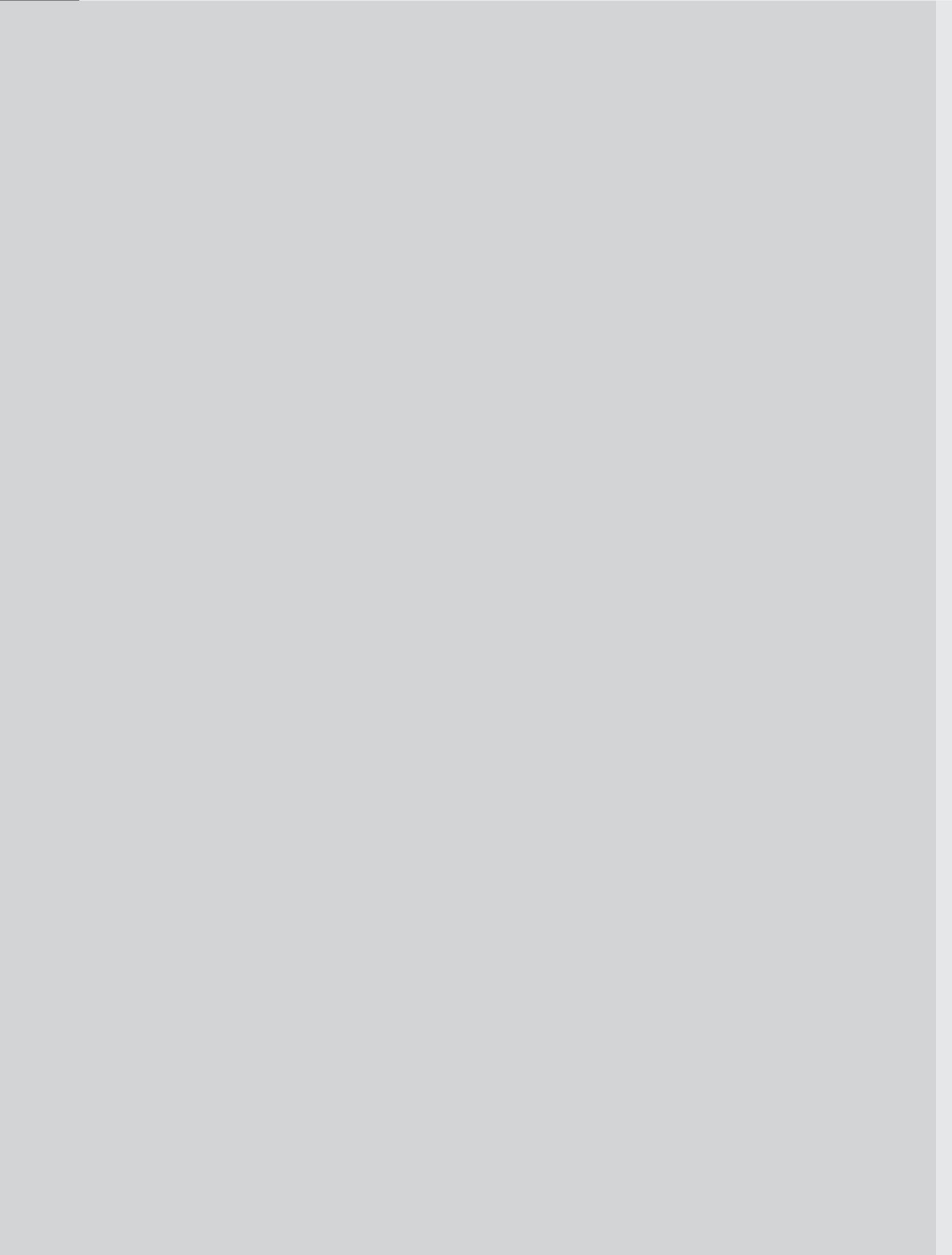


1 9 6 2
1 9 6 3



Arquivo Público do Estado de São Paulo/UJH

Rebelião de marinheiros em março de 1964 contra a ordem de prisão de seus líderes, que haviam programado ato em favor da encampação das refinarias estrangeiras.



João Pedro Teixeira

Nasceu em 5 de março de 1918, em Guarabira (PB), filho de João Pedro Teixeira e Maria Francisca da Conceição. Morto em 2 de abril de 1962.

Era casado com Elizabeth Altina Teixeira e tinham 11 filhos.

João Pedro Teixeira morava no engenho Galiléia, no interior de Pernambuco, e foi uma das maiores lideranças camponesas do país e um dos fundadores das Ligas Camponesas. Em depoimento prestado por Francisco de Assis Lemos de Souza, no Cartório Salinet, 4º Ofício de Notas, de Londrina (PR), temos o seguinte relato:

No dia 2 de abril de 1962, João Pedro Teixeira, vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, foi assassinado com tiros de fuzil, na estrada, entre Café do Vento e Sapé. Os mandantes do crime foram: Aguiinaldo Veloso Borges [usineiro], Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Távère, vulgo “Antônio Vitor”, conforme concluiu a pronúncia do Juiz Walter Rabelo, em 27 de março de 1963. Os executores foram os pistoleiros Cabo Antônio Alexandre da Silva, vulgo “Gago”, soldado Francisco Pedro da Silva, vulgo “Chiquinho”, “Nobreza” ou “Chicão”, e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, vulgo “Arnaud Claudino”, também pronunciados pelo Juiz Walter Rabelo, da Comarca de Sapé.

Sua morte teve grande repercussão nacional e internacional. O cineasta Eduardo Coutinho, um dos membros do CPC da UNE, havia iniciado a filmagem do documentário *Cabra Marcado para Morrer*, sobre o assassinato de João Pedro Teixeira, antes do golpe militar de 1964, mas só o pôde concluir muitos anos depois. Em 1981, Coutinho encontrou-se novamente com aqueles camponeses-atores, mostrou-lhes as filmagens e retomou o projeto, enfocando também o reencontro com a viúva Elizabeth e as dificuldades para a realização do filme. Em 1984, a obra foi lançada em circuito comercial, transformando-se em um clássico do cinema nacional.

Em depoimento escrito e encaminhado à CEMDP, o jornalista e professor da UFPB, Jório de Lira Machado, que, em 1962, como repórter do jornal *Correio da Paraíba*, fez a cobertura do assassinato de João Pedro, de quem era amigo, afirma:

Os trabalhadores do campo ergueram um monumento a João Pedro Teixeira no local onde tombara, com a seguinte inscrição “Aqui tombou João Pedro Teixeira, mártir da Reforma Agrária”. No dia 01/04/1964 o monumento foi destruído por policiais e por capangas dos latifundiários. Os grandes proprietários de terra da Paraíba realizaram, assim, o primeiro ato comemorativo do Golpe Militar de 64.

Não há dúvida de que o assassinato de João Pedro Teixeira se deu pelos mesmos motivos que determinaram o golpe militar de 64.

Documentos consultados:

Caso 313/96, na CEMDP.

Na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), seu caso (313/96), cujo relator era Nilmário Miranda, foi indeferido por unanimidade, pois não foi possível comprovar a participação do Estado na sua morte, considerando-se a decisão judicial sobre o assassinato, na qual foram condenados os assassinos e não se atribuiu nenhuma responsabilidade ao Estado no episódio.

Ari Lopes Macedo

Nasceu em 2 de janeiro de 1943, em Manaus (AM), filho de Raul Lima de Macedo e Zuila Lopes de Macedo. Morto em 22 de fevereiro de 1963.

Segundo a versão apresentada por seus familiares, Ari foi preso em Belém (PA) no dia 22 de fevereiro de 1963 e levado para o 26º BC. Suicidou-se quando estava preso na Polícia Federal, em Brasília (DF). O corpo foi entregue em Belém aos seus familiares, que solicitaram um novo exame necroscópico. Embora o corpo já estivesse eviscerado e com formol, o novo exame visava responder a alguma perguntas:

- O corpo da vítima apresentava algum sinal indicativo de sevícia, anterior à morte, tais como equimoses, queimaduras, esmagamento de dedos ou artelhos causados por compressão?
- Podem os senhores legistas afirmar que a morte sobreveio em consequência da queda ou se anterior a tal evento?
- Há no corpo algum sinal de luta corporal anterior à morte?
- Podem os senhores peritos informar se a vítima recebeu o tratamento adequado ao pós-operatório de órgão genital, procedimento ao qual havia sido submetido cerca de 15 dias antes?

A resposta dos peritos foi de que não tinham elementos concretos para afirmar ou negar tais quesitos:

As lesões assinaladas e descritas no protocolo tanto poderiam ter sido determinadas pelo impacto contra o solo por ocasião da queda, em movimentos de [ilegível] sobre o asfalto, como ocorreriam pelo processo desumano, execrável e cruel de [ilegível] para a obtenção de confissão. As escoriações pergaminhadas, circulares, verificadas em ambos os punhos foram determinadas, sem dúvida alguma, pelo emprego de algemas; à segunda, a morte sobreveio em consequência da queda; à terceira, não; à quarta, sim, a vítima recebeu tratamento adequado ao post-operatório do órgão genital.

Não foi apresentado pelos familiares nenhum documento que comprovasse a motivação política de sua prisão. A morte de Ari foi reclamada pela sociedade paraense, o que pôde ser constatado em cópias de recortes de jornais da época, sem nome e sem data, anexados ao processo. O líder da bancada do PSD na Assembléia Legislativa apresentou um requerimento pedindo a abertura de inquérito para apurar as responsabilidades pela morte de Ari, que se encontrava sob a custódia da Polícia Federal. Tal inquérito, segundo o advogado dos familiares, não prosseguiu.

Documentos consultados:

Caso 146/96, na CEMDP.

O relator do caso 146/96 na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, votou pelo indeferimento, no que foi acompanhado por todos os membros da Comissão.

O massacre de Ipatinga – 7 de outubro de 1963

Ficou conhecido como “O massacre de Ipatinga” o fato de policiais militares terem aberto fogo contra a multidão de trabalhadores, metalúrgicos da empresa Usiminas e operários da construção civil, em 7 de outubro de 1963, na cidade de Ipatinga (MG), quando por volta de 5 mil trabalhadores se manifestavam em frente à empresa contra as

condições indignas de trabalho. Segundo os dados oficiais, o saldo foi de 78 feridos e 8 mortos, entre eles um bebê de 3 meses.

O jornalista Paulo Assis, no trabalho *40 Anos do Massacre de Ipatinga*, assim descreve as condições de vida na região:

A briga entre vigilantes da Usiminas, policiais militares e operários, na noite do dia 6 de outubro de 1963, foi apenas o estopim da revolta dos metalúrgicos. Há meses a situação em Ipatinga era tensa. Os quase dez mil trabalhadores que construíram a Siderúrgica moravam numa cidade inacabada.

[...] A implantação da Usina provocou o surgimento de duas “Ipatingas” separadas por uma “cortina de eucalipto”, como recordou o padre Avelino Marques, primeiro pároco da igreja do Horto. De um lado a área industrial e os bairros construídos para os funcionários da Usiminas. Do outro, o centro e a periferia do distrito.

Em 1963, o centro de Ipatinga não tinha água tratada, esgoto ou rede de energia elétrica... Barracos de madeira, onde moravam trabalhadores de empreiteiras, multiplicavam-se pelo distrito.

[...] O presidente da Siderúrgica na época do massacre dos metalúrgicos, Amaro Lana-ri Júnior, justificou a correria na construção da Usina: “A minha preocupação era fazer aquilo o mais rápido possível, porque eu sabia que não bastava ter o recurso. É preciso fazer depressa porque juro durante a construção são um veneno”, disse em depoimento para a publicação “Usiminas conta sua história”.

Repórteres do jornal *Binômio*, tablóide que circulou em Belo Horizonte entre 1952 e 1964, foram enviados a Ipatinga para cobrir o massacre dos metalúrgicos e constataram a inexistência de nutricionista: “A comida da Usiminas não chega a ter mil calorias diárias, quando o necessário para o trabalhador braçal é superior a 2.500”, contaram na edição de 14 de outubro de 1963. De acordo com a denúncia, os nutricionistas que trabalhavam na Usiminas desistiram do emprego, alegando precárias condições de vida em Ipatinga.

Em outro artigo, o jornal descreve o massacre:

7 de outubro de 1963. Uma manhã nublada de segunda-feira. Na portaria da Usiminas, um conflito. De um lado, operários exibem marcas de agressões feitas por policiais durante a noite anterior. O sentimento: a revolta. Do outro, 17 PMs sobre um caminhão, armados com fuzis, pistolas e uma metralhadora giratória, vigiam o tumulto.

São quase 10h. Uma pedra é lançada da multidão. Um policial é atingido. Começa o tiroteio. A metralhadora dispara para todos os lados. As rajadas não têm alvo. Trabalhadores correm. Pulam em buracos. Tentam se esconder. Nem todos têm sorte. Cessam os tiros. Mortos e feridos espalhados pelo chão.

Os PMs tentam fugir. O caminhão não funciona. É preciso empurrá-lo para dar a partida. Na fuga, os tiros retornam.

Na fuga, os policiais disparavam para todos os lados.

Durante o tumulto, os tiros foram desferidos para todos os lados e acabaram atingindo a menina Eliane Martins, de apenas 3 meses de idade, que fora levada pela mãe para ser vacinada no ambulatório da Usiminas.

De acordo com o jornal *Binômio*, os funcionários de baixa hierarquia da Usiminas moravam em alojamentos apertados, revezando-se com os colegas para poder dormir, já que as camas eram compartilhadas por mais de uma pessoa. O transporte e a alimentação não eram melhores. Viajavam em caminhões sempre lotados e na comida foram encontrados até tocos de cigarros e baratas. Também eram comuns os abusos de autoridade, existindo registros de violências físicas contra os trabalhadores. Por esse motivo, o protesto foi uma manifestação espontânea em resposta às agressões praticadas contra alguns colegas na noite anterior. Eles agiram movidos pela indignação e foram metralhados.

Conforme algumas testemunhas, o número de mortos e feridos pode ter sido bastante superior ao da versão oficial. A empresa sustenta que foram mortas sete pessoas, a Polícia Militar fala em oito e o Sindicato dos Metalúrgicos afirma que o número chega a 32 mortos.

Na matéria “*Enfermeira Contesta a História*”, o jornal informa:

A enfermeira Maria Auxiliadora Vital Alves, conhecida como Dodora, é taxativa ao discordar do número de mortos e feridos da lista oficial. Para ela, a lista divulgada pela Usiminas mostra apenas os nomes das vítimas que não havia como omitir [...] No final da tarde, os corpos teriam sido levados para Coronel Fabriciano, mas desapareceram.

[...] Para Dodora, a história sobre o “massacre” nunca será esclarecida já que a maioria das pessoas envolvidas e que poderiam ajudar a esclarecer dúvidas sobre o episódio optaram pelo silêncio. “E assim ficou para a história”, lamentou.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos conseguiu levantar os nomes de apenas oito mortos, a lista oficial, dos quais cinco foram encaminhados para apreciação da CEMDP, em 2004.

Segundo os relatores, a lei 10.875/04 introduziu duas novas possibilidades de indenização, em face de proposta feita pela própria Comissão Especial. Uma delas refere-se aos mortos em passeatas e manifestações reprimidas pela polícia durante o período fixado em lei; a outra, a morte decorrente de suicídio. No caso, não seria possível distinguir a vítima de repressão à manifestação que estivesse dela participando da vítima casual. Os relatores entenderam que não importava saber quem determinou ou como se originou o comportamento da tropa policial militar convocada supostamente para manter a ordem e a segurança das pessoas: “[...] a ação ou reação policial de disparar contra uma multidão desarmada não poderia ter outra consequência senão as várias mortes e inúmeros feridos”. Os cinco casos apresentados foram deferidos por unanimidade em outubro de 2004.

Os oito mortos identificados são:

Aides Dias de Carvalho

Nasceu em Aimorés (MG), filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta. Seu caso não foi apresentado para apreciação da CEMDP.



Alvin Ferreira Felipe

Nasceu em 27 de dezembro de 1921, em Ferros (MG), filho de Antônio Felipe e Maria Ferreira.

Segundo *O Caderno Especial sobre o Massacre de Ipatinga*, de 7 de outubro de 2003, anexo ao caso na CEMDP:

Um funcionário da Usiminas reconheceu o corpo do operário e avisou a família. O corpo de Alvin Ferreira foi levado para a família no final da tarde do dia 7 de outubro e enterrado na manhã do outro dia, no cemitério de Barra Alegre.

Segundo a viúva de Alvin, Maria Dias Martins, na manhã daquele dia o marido caminhava para a Acesita, onde faria uma perícia médica para renovar o afastamento do trabalho. Meses antes, um caminhão que transportava operários dentro da Usiminas passou sobre um dos pés de Alvin.

Ao chegar às imediações do conflito foi atingido por uma bala na cabeça e morreu antes de ser socorrido. O corpo foi levado para o escritório central da Usiminas e depois encaminhado à família.

Na CEMDP, seu caso (130/04) teve como relator Belisário dos Santos Júnior e foi aprovado por unanimidade.

Antônio José dos Reis

Nasceu em 15 de dezembro de 1925, em Alegre (ES), filho de Manoel Antônio dos Reis e Almerinda Alves de Assis.

Trabalhava na CONVAP, uma empresa de construção civil, havia dois meses e naquele dia saía no horário de costume, às 4 da manhã, para pegar uma condução. Ao chegar ao local do tiroteio, foi atingido, falecendo no mesmo dia.

Na CEMDP, seu caso (120/04) teve como relator Belisário dos Santos Júnior e foi aprovado por unanimidade.

Eliane Martins

Foi apurado apenas que tinha 3 meses de idade quando foi metralhada nos braços de sua mãe. Estavam se dirigindo ao ambulatório da empresa onde Eliane seria vacinada. Seu caso não foi apresentado para a apreciação da CEMDP.

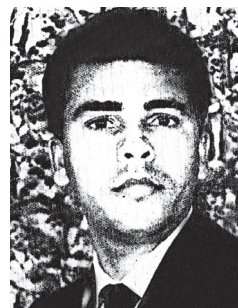
Geraldo da Rocha Gualberto

Nasceu em 1º de março de 1935, em Braúnas (MG), filho de Romeu Gualberto e Maria Tereza da Rocha. Era alfaiate.

Saiu de casa na manhã de 7 de outubro para comprar material de trabalho em uma loja no centro de Ipatinga (MG). No caminho, viu a manifestação de funcionários da Usiminas e parou para conversar com um familiar. A polícia já estava atirando contra os manifestantes e uma das balas o matou.

Segundo notícias de jornal sem nome e data, anexado ao caso na CEMDP, Geraldo foi enterrado no cemitério de Braúnas pelos familiares e algumas semanas depois foi exumado para necropsia, a qual não havia sido feita na ocasião de sua liberação para sepultamento.

Na CEMDP, seu caso (121/04) teve como relatora Maria Eliane Menezes de Farias, com pedido de vista de Belisário dos Santos Júnior, e foi aprovado por unanimidade.



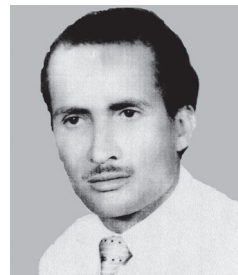
Gilson Miranda

Nada conseguimos apurar a seu respeito, consta apenas o seu nome na lista oficial dos mortos, publicada pela Polícia Militar (MG) à época. Seu caso não foi apresentado para a apreciação da CEMDP.

José Isabel do Nascimento

Nasceu em 8 de julho de 1931, em Vila Timóteo, município de Antônio Dias (MG), filho de Joaquim Isabel do Nascimento e Maria Claudina de Jesus.

Segundo informações contidas no trabalho de Paulo de Assis, *40 Anos do Massacre de Ipatinga*, José morreu em 17 de outubro de 1963, na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga.



Era mestre de montagem de estruturas metálicas da empreiteira Fichet e fotógrafo amador. Fotografava os acontecimentos quando começou o tiroteio, sendo atingido por um projétil. Suas fotografias, os únicos registros do conflito na portaria da Usiminas, foram publicadas em 2 de novembro de 1963, na revista *O Cruzeiro*.

Na CEMDP, seu caso (151/04) teve como relator Belisário dos Santos Júnior e foi aprovado por unanimidade.

Sebastião Tomé da Silva

Nasceu em Guanhães (MG), em 20 de agosto de 1943, filho de José Tomé de Araújo e Geralda Cristina da Silva.

Chegou para trabalhar e foi impedido de entrar nas dependências da empresa, mantendo-se nas imediações. Enquanto esperava, foi atingido por uma bala no crânio, morrendo no local.

Na CEMDP, seu caso (161/04) teve como relator Belisário dos Santos Júnior e foi aprovado por unanimidade em 26 de outubro de 2004.

Documentos consultados:

Casos 130/04, 120/04, 121/04, 151/04 e 161/04, na CEMDP.

Assis, Paulo de. *40 Anos do massacre de Ipatinga*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

1 9 6 4



Revista O Cruzeiro

Cidadão é agredido por policial durante as manifestações contra o golpe no Recife, em abril de 1964.



Paschoal Souza Lima

Era torneiro-mecânico. Morto em dia 30 de março de 1964, na cidade de Governador Valadares (MG), conforme denúncias do jornal *Correio da Manhã*, de 2 de abril de 1964.

O jornal *Estado de Minas*, de 3 de novembro de 1996, em matéria intitulada “*A Morte na Véspera de um Golpe*”, descreve desta forma os fatos que levaram à sua morte:

No dia 30 de março de [...] 1964, Governador Valadares receberia a visita de João Pinheiro Neto, superintendente da SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária – e do Secretário de Governo de Magalhães Pinto, José Aparecido. Eles iriam entregar as primeiras glebas de terra da Fazenda do Ministério da Agricultura aos colonos cadastrados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Valadares, dirigido pelo sindicalista Francisco Raimundo da Paixão, o Chicão. Não vieram. Magalhães Pinto cancelou a solenidade, considerando a gravidade da situação política do País naquele dia. Era véspera do golpe militar.

Os fazendeiros [...] partiram para a intimidação. Cercaram o Sindicato [...]. A sede do Sindicato foi metralhada pelas milícias fazendeiras.

[...] No tiroteio, o torneiro mecânico, Paschoal de Souza Lima [...] tombou morto com um balaço na testa.

O livro *Águas de Abril*, de Agnaldo Freitas, relata os fatos. Seu nome não constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e também não foi apresentado requerimento do caso na CEMDP.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua no bairro Planalto.

Documentos consultados:

Caso 345/96, referente a Augusto Soares da Cunha e Otávio Soares da Cunha, na CEMDP.

Rua Viva: o desenho da utopia. Projeto do vereador Betinho Duarte. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

Antônio Carlos Silveira Alves

Estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Morto em 1º de abril de 1964, quando organizava, junto com outros companheiros seus, a resistência ao golpe militar. A arma que conduzia disparou, matando-o com um tiro no estômago. Vários estudantes que, em 1º de abril de 1964, ocuparam o CACO – Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito – para resistirem ao golpe militar, foram testemunhas do acidente que vitimou Antônio Carlos.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Ari de Oliveira Mendes Cunha

Morto em 1º de abril de 1964 em escaramuças de rua quando populares tentavam se opor ao golpe militar, no Rio de Janeiro, próximo ao Largo do CACO, na Faculdade Nacional de Direito (atual UFRJ). Houve um cerco realizado por agentes da repressão que lançaram bombas e metralharam o prédio. Dois populares que se encontravam nas proximidades foram baleados.

Ari foi levado ao Hospital Souza Aguiar, onde faleceu. Seu corpo deu entrada no IML/RJ em 2 de abril de 1964, com a guia 137.

Não teve caso apresentado na CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Família assassinada em Governador Valadares



Augusto Soares da Cunha

Nasceu em 3 de junho de 1931, em Governador Valadares (MG), filho de Otávio Soares Ferreira da Cunha e Guiomar Soares da Cunha. Morto em 1º de abril de 1964.



Otávio Soares Ferreira da Cunha

Nasceu em Minas Gerais, em 1898, filho de Roberto Soares Ferreira e Anna Soares de Almeida. Morto em 4 de abril de 1964.

Augusto Soares da Cunha e seu pai, Otávio Soares Ferreira da Cunha, estão entre as primeiras vítimas da ditadura instaurada em 1964. Otávio morreu depois de ter sofrido um atentado, três dias antes, em ação que resultou na morte de Augusto, em 1º de abril de 1964, além de ter deixado o outro filho, Wilson Soares da Cunha, gravemente ferido. Eles foram vítimas de três fazendeiros – Wander Campos, Maurílio Avelino de Oliveira e Lindolfo Rodrigues Coelho –, que agiam em nome do Estado. Na versão de um dos assassinos (Wander Campos), Otávio e o filho foram mortos por terem descumprido uma ordem de prisão executada pelo coronel da PM Pedro Ferreira dos Santos e pelo delegado Paulo Reis.

Em Minas Gerais, em 1964, na cidade de Governador Valadares, os fazendeiros latifundiários haviam radicalizado a luta contra os trabalhadores rurais. Organizaram-se, armados, cercaram a casa de Francisco Raimundo da Paixão, o *Chicão*, líder dos trabalhadores do campo e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Governador Valadares, conhecido nacionalmente por sua mobilização na defesa da reforma agrária. No cerco, os latifundiários metralharam sua casa e houve troca de tiros, o que resultou na morte de um dos fazendeiros, genro do coronel Altino Machado. No dia do golpe, os fazendeiros, com o apoio efetivo dos militares, aproveitaram para se mobilizar para a desforra. Assim, foram mortos Otávio e seu filho, Augusto.

No voto do caso na CEMDP, o relator Nilmário Miranda afirmou:

Segundo o processo nº 35.679, do STM, no dia 1º/04/1964, o tenente coronel delegado de Polícia na cidade de Governador Valadares declarou que: [...] devido à falta de elementos no destacamento policial convocou Maurílio Avelino de Oliveira, Lindolfo Rodrigues Coelho e Wander Campos, todos reservistas, para prestarem serviços localizando e interceptando elementos comunistas e conduzindo-os à Delegacia em virtude do “Esta-

do de Guerra” em que se encontrava o Estado de Minas Gerais, aliás expressamente declarado pelo General Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, a cujo mando foi incorporada a PMMG.

A “convocação” dos três fazendeiros para prestarem serviços de natureza policial pelo Delegado Coronel Paulo Reis deu-se às 8h da manhã do dia 01/04/1964. Segundo testemunho de Zalfa de Lima Soares, esposa de Wilson, e de Eunice Ferreira da Silva, empregada, e segundo as confissões dos assassinos, às 9h do mesmo dia os três dirigiram-se à casa de Wilson Soares da Cunha, filho de Otávio, na Rua Osvaldo Cruz, 203. Maurílio Avelino de Oliveira aproximou-se dos três ocupantes do Jeep Land Rover fazendo-se passar por amigo. Fez um sinal para Wander Campos e Lindolfo Rodrigues Coelho. Wander Campos desligou a chave do Jeep e passaram a atirar nos três. Augusto teve morte imediata. O pai, Otávio, então com 70 anos, já alvejado ainda conseguiu sair do Jeep, engatinhou em direção à casa, sendo perseguido por Lindolfo Rodrigues Coelho que o atingiu no rosto. Faleceu três dias depois no hospital. Wilson Soares da Cunha, gravemente ferido, sobreviveu. Os assassinos ainda foram ao hospital procurar o outro filho de Otávio, o médico Milton Soares, que foi protegido pelos enfermeiros e médicos seus colegas.

A viúva, Guiomar Soares da Cunha, conseguiu do delegado Paulo Reis a abertura de Inquérito Policial. O delegado Bastos Guimarães denunciou os criminosos ao juiz Alves Peito. Foi decretada a prisão preventiva dos três assassinos, que passaram a ser foragidos. E continua o relator:

A partir daí trava-se uma batalha política envolvendo os coronéis Pedro Ferreira e Altino Machado, o major do exército Henrique Ferreira da Silva, a Associação Ruralista de Governador Valadares e políticos que apoiaram o golpe militar, resultando na decisão do coronel Dióscoro Gonçalves do Vale, comandante do ID-4, de requisitar, com base em Ato Institucional, que o processo da chacina fosse transferido para a Justiça Militar.

O STF, por 4 votos a 3, julgou competente a Justiça Militar para o processo, entendendo que os três prestaram serviços de natureza policial.

O IPM foi chefiado pelo Major Célio Falheiros. Em 19/08/1966, o Conselho Extraordinário de Justiça para o Exército na sede da Auditoria da 4ª Região Militar consumou a farsa. O promotor Joaquim Simeão de Faria pediu ao Conselho que decidisse se, “no dia do crime ainda se considerava em Estado Revolucionário, pois apesar dos tiros terem sido desfechados pelas costas, se estivessem em estado Revolucionário haveria de ser considerada a situação em que tais tiros foram desfechados” ou se os acusados simplesmente cometeram homicídio doloso.

Os advogados dos criminosos alegaram que os três acusados “estavam no estrito cumprimento do dever legal”, que a “situação era revolucionária e estavam em guerra”, que “os acusados ao receberem voz de prisão tentaram a fuga o que determinara a reação dos acusados que somente poderiam tomar atitude enérgica e viril eis que de dentro da casa onde tentaram refugiar não se sabia o que de lá viria”.

Na decisão, o Conselho mandou apurar as responsabilidades das pessoas apontadas como subversivas e por maioria de votos, 4 contra 1, absolveu os acusados Wander Campos e Lindolfo Rodrigues Coelho e por 3 contra 2 absolveu o acusado Maurílio Avelino de Oliveira.

O Ministério Público recorreu ao STM, que derrubou as “razões” que ampararam o julgamento em Juiz de Fora. Retornando os autos ao juízo de Governador Valadares [...] foi oferecida denúncia contra os acusados em 17/05/1965 [...] e deferida a prisão preventiva. Inconformados, os réus obtiveram que fosse considerada competente a Justiça Militar e tiveram recolhidos os mandados de prisão.

Depois de uma série de tramitações judiciais, por fim o STM, por unanimidade, condenou os três criminosos a 17 anos e meio de reclusão, aplicando por 15 anos a interdição de direitos em 11/01/1967.

O jornal Estado de Minas de 3/11/1966, com o título “Memória de um crime”, em matéria assinada por Tim Filho, informa que os criminosos foram indultados, por intermediação do governador Rondon Pacheco.

Nilmário Miranda votou pelo deferimento do caso na CEMDP, concluindo que:

[...] há decisões jurídicas comprovando que os três criminosos desempenhavam serviço de natureza policial, convocados por autoridades militares. Tanto é que foram julgados, absolvidos e condenados no âmbito da Justiça Militar. Comprovada está também, fartamente, a motivação política dos crimes. Duas pessoas foram mortas, com tiros pelas costas, e uma ferida, estando todas desarmadas, após receberem ordem de prisão. Preenchidos estão todos os requisitos exigidos pela lei 9.140/95 [...].

O general Oswaldo Pereira Gomes solicitou vistas do caso e deu o seguinte parecer:

[...] Verificamos que o STF tomou uma decisão política por 4 a 3 votos, mandando julgar pela Justiça Militar um ato revolucionário de civis que obviamente não poderiam ser punidos, por terem sido vitoriosos e, se fosse o caso de punir, o julgamento deveria ter-se realizado na Justiça Comum.

Ao final de tudo e para reparar o absurdo, a pedido do austero Governador Rondon Pacheco e sob a responsabilidade do inatacável homem público que foi o Presidente Castelo Branco, os homicidas foram indultados.

Esta Comissão não deve e não pode julgar com critérios políticos, sobretudo revan-chistas; estaremos, se assim fizermos, cometendo atos ilegais e contrariando frontalmente a lei 9.140/95 que nos obriga no Art. 2º a acatar o princípio da reconciliação e pacificação nacional, expresso na lei 6.683, de 28/08/1979 – Lei de Anistia.

[...] Inaplica-se pois, a lei 9.140/95, no caso de pessoas baleadas em via pública, no dia 1º/04/1964, às 9h no quadro de um movimento revolucionário, vez que esses indivíduos não eram agentes públicos, nem poderiam sê-lo naquele momento quando o movimento não era ainda vitorioso; no caso os agentes eram simplesmente rebeldes.

Na CEMDP, o caso (345/96) de Augusto tramitou junto com o de seu pai, Otávio Soares Ferreira da Cunha, e foi aprovado por 4 votos a favor e 3 contra – os do general Oswaldo Pereira Gomes, de Paulo Gustavo Gonet Branco e de João Grandino Rodas, em 10 de abril de 1997.

Documentos consultados:

Rua Viva: o desenho da utopia.
Projeto do vereador Betinho Duarte. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.
Caso 345/96, da CEMDP.



Ivan Rocha Aguiar

Nasceu em 14 de dezembro de 1941, em Triunfo (PE), filho de Severino Aguiar Pereira e Luzinete Rocha Aguiar. Morto em 1º de abril de 1964.

Estudante secundarista. Foi secretário do Grêmio Estudantil Joaquim Nabuco e vice-presidente da União dos Estudantes de Palmares.



Jonas José Albuquerque Barros

Nasceu em 15 de junho de 1946, no Recife (PE), filho de Severino de Albuquerque Barros e Antonieta Carolino de Albuquerque de Barros. Morto em 1º de abril de 1964.

As mortes

Ivan e Jonas foram mortos a tiros em manifestação de rua contra o golpe, em 1º de abril de 1964, no Recife (PE), conforme denúncia do livro *O Caso eu Conto como o Caso Foi*, de Paulo Cavalcanti.

As manchetes do *Diário de Pernambuco*, de 2 de abril de 1964 – “*Agitadores Provocaram Tiroteio na Dantas Barreto: 2 Mortos*” – e de *O Cruzeiro*, de 25 de abril de 1964 – “*A Violência foi Episódica*” –, refletem um pouco do clima do momento.

O *Jornal do Commercio*, de 2 de abril de 1964, descreve a cena:

Na esquina Dantas Barreto – Marquês do Recife, os soldados pararam. Os estudantes continuavam a gritar. Os soldados tomaram posição. Um disparo para o ar foi feito. Os estudantes continuavam a gritar. Novos disparos, agora já em todas as direções. Os gritos aumentaram e dois caíram, mortos. No solo, ainda, alguns feridos.

O depoimento de Osvaldo de Oliveira Coelho Filho relata o acontecido no dia da morte de Ivan e Jonas, descrevendo as idas e vindas dos estudantes e soldados pelas ruas de Recife:

[...] desde o dia 31 de março os estudantes, de um modo geral, estavam reunidos em vigília cívica na Escola de Engenharia, na Rua do Hospício, acompanhando os graves acontecimentos do Rio de Janeiro e analisando os fatos que se sucediam aceleradamente, objetivando uma tomada de posição em defesa do Estado de Direito e das garantias constitucionais básicas visivelmente em perigo; que no dia 1º de abril, forças do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, com o desfecho do golpe militar partido de Minas Gerais, ocuparam os pontos estratégicos do Recife, inclusive os edifícios públicos do centro da cidade e cercaram o Palácio do Campo das Princesas; que no início da tarde, mais ou menos às 14 horas, uma tropa do Exército, fortemente armada, invadiu a Escola de Engenharia, expulsando de lá os estudantes que, em passeata, foram pela Rua do Hospício no sentido da Avenida Conde da Boa Vista, por onde seguiram, tendo à frente o Pavilhão Nacional, conclamando a engrossarem suas fileiras as pessoas que nas ruas procuravam tomar os ônibus que, superlotados, evacuavam o centro da cidade, já ocupado pelas tropas militares [...], que a passeata estudantil seguiu seu destino [...] os estudantes, ainda portando a Bandeira Brasileira, entoaram o Hino Nacional e após, em ato de impotência e de desespero, passaram a gritar contra os soldados e a jogar-lhes pedras e cocos vazios, que se encontravam no meio fio; que, ato contínuo o piquete militar fez disparos diretamente contra os estudantes, ocasião em que tombaram, com tiros de revólveres, os estudantes Jonas José de Albuquerque Barros, de 17 anos, secundarista do Colégio Estadual de Pernambuco, e Ivan da Rocha Aguiar, 23 anos, acadêmico de engenharia; que Jonas José de Albuquerque Barros foi atingido mortalmente com um tiro de revólver na boca que estraçalhou seu maxilar, tendo os estilhaços dos seus ossos e jatos do seu sangue atingido minha face e meu peito, tendo Jonas morrido nos meus braços; que Ivan da Rocha Aguiar também morreu sob minhas vistas.

Recife estava tomado pelas forças policiais e militares, totalmente cercado, como comprovam as fotos de jornais da época. O governador Miguel Arraes foi retirado do palácio do governo e levado para o presídio de Fernando de Noronha.

Paulo Cavalcanti, em seu livro, descreve esse dia:

Pelas onze horas, a praça do Campo das Princesas estava literalmente tomada de soldados do Exército, dispostos em linha, armados de fuzil, baionetas caladas e metralhadoras. Eram forças do 14º RI, sob a chefia do Coronel João Dutra de Castilho, e do 7º Regimento de Obuses, comandadas pelo Tenente Coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira. Chegando à conclusão de que não mais era possível continuar em Palácio, muitos de nós saímos, em grupos de dois, ou individualmente, passando por entre soldados armados de fuzis e metralhadoras, que rastejavam pelo chão, como em tempos de guerra. [...] Testemunhas de vista dos fatos afirmam que os soldados se haviam negado a atirar contra os estudantes em passeata, perto da rua Ubaldo Gomes de Matos, por trás do edifício do IAPI e da Sudene. O major Hugo Caetano Coelho de Almeida, conhecido na caserna como Hugo Fodão, tomou das mãos de um praça uma arma automática e, ele próprio, atingiu dois estudantes, um nas costas, outro no rosto, matando-os.

[...] *No Pronto Socorro, quando um militar tentou incriminar a mãe do estudante Ivan pela responsabilidade moral da morte do filho, teria ela respondido:*

–Vocês é que o mataram. Tenho mais sete filhos para continuar a luta desta criança. Ao tomar conhecimento da morte dos dois jovens, a União dos Estudantes de Pernambuco, UEPE, por seu presidente José Tinoco de Albuquerque, protestou contra a chacina e decretou greve geral. Mas o golpe militar já estava vitorioso.

Tal fato também é relatado pelo *Jornal do Commercio*:

Os fatos, ontem, se desencadearam numa seqüência que impressionou pela rapidez. Em pouco mais de uma hora, dispositivos militares formados por esquadrões de infantaria e carros de combate ocuparam as principais ruas do Recife.

O *Diário de Pernambuco* informou:

À tarde, a avenida Dantas Barreto, [estava] inteiramente vigiada por patrulhas da Polícia Militar e do Exército [...]. Desde as 14 horas as patrulhas vinham tendo dificuldades com alguns jovens que, ensaiando manifestações subversivas, investiam contra os soldados, agredindo-os moralmente. Por três vezes, tiros foram disparados para o ar, a fim de dispersar os manifestantes. No entanto, estes criaram ânimo novo com a chegada da passeata estudantil, que investiu contra os soldados. Além das ofensas e dos improperios dirigidos aos militares, os estudantes procuravam atirar-lhes pedras. Foram disparados alguns tiros para cima e a maioria dos jovens dispersou, enquanto outros ficavam a atirar cocos verdes e pedras. Ouviu-se, então, uma fuzilaria, tombando três jovens, dois dos quais já mortos.

A revista *O Cruzeiro* publicou em uma das fotos, onde aparecem soldados fortemente armados, a seguinte legenda:

Todo o poderio bélico do IV Exército foi mobilizado no Nordeste, juntamente com as forças da Marinha, e da Aeronáutica, para impedir qualquer reação de agitadores que pudesse transformar aquela região brasileira em palco de sangrentas lutas. A paz foi a grande vitoriosa no Brasil.

Ivan e Jonas estavam entre aqueles que tentaram impedir o golpe militar de 1964. Resistiram com gritos, ofensas, cocos verdes, pedras e foram calados pelos fuzis. Eram cerca de 150 estudantes enfrentando um cerco de tanques e homens fortemente armados. Tiros foram disparados para o ar, mas a ordem era calar qualquer tentativa de rebelião ou de resposta ao golpe. E essa ordem foi cumprida: calar a qualquer custo, matar se preciso. Poderiam ter disparado mais tiros para o alto para dispersar a multidão ou até puni-los, pois o cerco era total. No entanto, nada fizeram para preservar a vida dos manifestantes, optando por executá-los.

Na CEMDP, o relator João Grandino Rodas votou pelo indeferimento, argumentando que a morte de Ivan não ocorreu em “dependência policial ou assemelhada”. Não obstante, ponderou:

Isso não diminui minha repulsa pelo ocorrido, significa tão-somente que nossos legisladores não contemplaram casos como o presente dentre os passíveis de reconhecimento e, portanto, de indenização. Espero que o clamor público, ao qual uno minha voz, os convença a fazer essa inclusão, por meio de lei, em futuro próximo.

A conselheira Suzana Keniger Lisboa pediu vistas. Em seu voto pela aprovação, defendeu que o cerco policial, descrito em detalhes pela imprensa, transformara a região em dependência policial. O pedido do pai de Ivan na CEMDP foi indeferido por 4 votos contra 3, em 7 de agosto de 1997. Votaram pelo deferimento os conselheiros Suzana Keniger Lisboa, Nilmário Miranda e o presidente da Comissão, Miguel Reale Júnior. No segundo processo iniciado após o advento da lei 10.536/2002, o relator votou pelo deferimento do caso, em 7 de outubro de 2004, pois a documentação não deixava dúvidas de que Ivan morrera em virtude de ferimentos a bala: seu atestado de óbito registra como *causa mortis* “[...] *hemorragia interna decorrente de ferimentos transfixiantes no hemitórax direito*”.

O caso referente a Jonas também foi votado duas vezes pela CEMDP, porque, além do limite imposto pela lei 9.140/95, referente aos mortos em manifestação pública, o ingresso do requerimento em 1996 ocorreu após o prazo determinado pela lei. Em 2002, com a publicação da lei 10.536, afastou-se a intempestividade anterior, sendo deferido em 7 de outubro de 2004. De acordo com o laudo do legista Salgado Calheiros, a *causa mortis* de Jonas foi “[...] *hemorragia externa decorrente de ferimento penetrante da face com fratura cominutiva do maxilar inferior e coluna cervical por projétil de arma de fogo*”. Conforme o relator do caso, coronel João Batista Fagundes,

[...] *a farta matéria jornalística juntada aos autos permite concluir que Jonas foi vítima de um conflito de rua na cidade do Recife, portanto em plena adequação à legislação vigente que contempla os “que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público”.*

Ambos os casos foram deferidos por unanimidade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 288/96 e 077/02, de Ivan, e 361/96 e 019/02, de Jonas, na CEMDP.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: Memórias*. v. 1. 3. ed. Recife: Guararapes, 1980, p. 355-356.

Labibe Elias Abduch

Nasceu em 1899, filha de João Carneiro e Helena Elias Carneiro. Morta em 1º de abril de 1964.

Labibe Elias Abduch estava com 65 anos, era casada com Jorge Nicolau Abduch e tinha três filhos. Foi morta a tiros por agentes da repressão, em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro, durante manifestação contra o golpe de 1964. A revista *O Cruzeiro*, em edição extra de 10 de abril de 1964, traz a seguinte descrição:

[...] *14 horas. É o sangue. A multidão tenta mais uma vez invadir e depredar o Clube Militar. Um carro da PM posta-se diante do Clube. O povo presente vai os soldados. Mais tarde, choque do Exército [...] dispersam os agitadores, que voltam a recarga, pouco depois. Repelidos a bala, deixam em campo, feridos, vários manifestantes: entre eles Labib Carneiro Habibude e Ari Oliveira Mendes Cunha, que morreram às 22h no Pronto Socorro do Hospital Souza Aguiar.*

Seu corpo entrou no IML em 2 de abril de 1964, com a guia 38, de onde foi retirado e sepultado pela família. De acordo com o legista Nelson Caparelli, a *causa mortis* foi “[...] *ferimento transfixante do tórax, por projétil de arma de fogo, hemorragia interna*”. Foram apresentados dois requerimentos à CEMDP sobre o caso. Na primeira votação, a do requerimento 299/96, o relator, João Grandino Rodas, considerou que não estava comprovada a militância política de Labibe e que sua morte não se deu em “dependência policial ou assemelhada”, portanto não considerava possível o enquadramento do caso na tipificação da lei 9.140/95, votando pelo indeferimento do pedido.

Os conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa apresentaram voto pela aprovação do requerimento e Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas ao caso.

Na reunião de 7 de agosto de 1997, Luís Francisco Carvalho Filho apresentou seu voto, sustentando que “[...] *não há nos autos informações precisas sobre o envolvimento em manifestação pública nem sobre as circunstâncias da morte da vítima [...]*”, e acompanhou o voto do relator pelo indeferimento. O processo foi indeferido por unanimidade por não responder aos quesitos “*participação, ou acusação de participação em atividades políticas*”, e de não ter falecido em “*dependência policial ou assemelhada*”.

Com a lei 10.875/2004, que aumentou a abrangência da lei 9.140/95 incluindo os mortos em manifestação pública, o relator do segundo requerimento (055/02), coronel João Batista Fagundes, declarou: “[...] *pouco importa se o tiro foi ou não desfechado contra a vítima. E nem mesmo discutir a autoria do disparo. O certo é que ela morreu em decorrência do tiro disparado em manifestação pública*”. O caso foi aprovado por unanimidade, em 7 de outubro de 2004.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 299/96 e 055/02, na CEMDP.

João de Carvalho Barros

Nasceu em 24 de julho de 1908, em São Borja (RS), filho de Antônio de Carvalho e Maria Barros de Carvalho. Morto em 2 de abril de 1964. Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Era veterinário e trabalhava em um matadouro no bairro São Paulo, em Belo Horizonte. Casado, tinha vários filhos.

Em 2 de abril de 1964, invadiram sua casa cerca de 30 homens fortemente armados, todos vestidos de terno e gravata, e o atingiram mortalmente. Feriram gravemente sua filha na região torácica-dorsal e sua esposa com um tiro de raspão. Os demais filhos foram ameaçados.

Em seguida, a Polícia Civil compareceu ao local da chacina providenciando a remoção do corpo de João de Carvalho Barros para o IML e de sua filha para um pronto-socorro.

Em 3 de abril de 1964, o *Diário da Tarde*, publicou uma pequena nota intitulada “*Pastor protestante assassinado*”, sem maiores detalhes, informando apenas que o crime teria sido praticado por José Nogueira Soares. Segundo o jornal, José Nogueira seria um líder comunista do bairro, mas nunca foi preso e sobre ele não pesou nenhuma acusação, nem processo.

Na CEMDP, seu caso, apresentado mediante dois requerimentos (371/96 e 095/02), foi indeferido por não ter sido comprovada a motivação política do crime.

Documentos consultados:

Rua Viva: o desenho da utopia.
Projeto do vereador Betinho Duarte. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.
Casos 371/97 e 095/02, na CEMDP.



Alfeu de Alcântara Monteiro

Nasceu em 31 de março de 1922, em Itaqui (RS), filho de João Alcântara Monteiro e Natalina Schenini Monteiro. Morto em dia 4 de abril de 1964.

Era coronel-aviador. Ingressou, em 1941, na Escola Militar do Realengo, no ano seguinte transferiu-se para a Escola da Aeronáutica e seguiu a carreira militar. Alfeu tinha uma folha de serviços prestados repleta de elogios. Era nacionalista e engajou-se no movimento pela legalidade liderado pelo então governador gaúcho Leonel Brizola e o comandante do III Exército, general Machado Lopes, contra a intervenção militar que tentou impedir a posse do vice-presidente João Goulart, quando houve a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Nesse momento, assumiu o comando da 5ª Zona Aérea em Canoas (RS), e foi um dos responsáveis por impedir que os caças daquela base bombardeassem o Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS). Em Canoas veio a falecer.

Sobre sua morte, em depoimento dado ao jornal *Zero Hora* de 3 de abril de 1988, o médico Medeiros, oficial da Aeronáutica, afirmou:

Eu assisti à morte do coronel Alfeu Monteiro, na Base Aérea de Canoas, em Porto Alegre, na tarde do dia 5 [sic] de abril de 1964. Fui o primeiro que entrou no gabinete do comandante, depois que soaram os tiros. O Alfeu estava deitado no chão, com a túnica militar empapada de sangue.

Ele ainda estava vivo. Me ajoelhei a seu lado e examinei os ferimentos. E, enquanto lhe desabotoava a camisa, me lembrei dos antecedentes da tragédia. No dia 1º de abril daquele ano de 1964 estourou o golpe militar, mas os sargentos e alguns oficiais no Rio Grande não aderiram a ele. A Base Aérea de Canoas foi ocupada pelos sargentos da Aeronáutica. Os oficiais e o brigadeiro Rosanyl, o comandante, embarcaram nos aviões e se retiraram prudentemente para o Rio de Janeiro, como tinham feito três anos antes, na “Legalidade”. Na Base ficaram os sargentos, os soldados e o subcomandante, coronel Alfeu Monteiro, natural de Alegrete [sic], que não aderira ao golpe.

O movimento seguiu o seu curso e terminou triunfando. Mais alguns dias e os oficiais retornaram do Rio de Janeiro com seus aviões, acompanhados do brigadeiro Lavanere Wanderley, novo comandante da 5ª Zona Aérea.

Na manhã do dia 5 [sic] de abril estavam todos reunidos na cantina dos oficiais. Os sargentos já tinham sido presos pelo Exército e levados embora. O coronel Alfeu ainda não fora molestado. Ele aguardava na cantina a hora em que seria chamado por Wanderley para transmitir o comando.

[...] O brigadeiro mandou chamá-lo. E ele foi. Wanderley estava sentado atrás de sua mesa, rodeado de dois coronéis, sendo um deles o chefe do seu estado-maior. A transmissão do cargo foi rápida. O brigadeiro puxou a gaveta da mesa e introduziu a mão dentro dela. Alfeu entendeu o significado daquilo. A pistola estava lá. Wanderley deu-lhe voz de prisão.

Retira essa ordem! – gritou Alfeu – É ilegal. Eu estava defendendo a autoridade legítima, eleita pelo povo. Tu não podes me prender!

Wanderley não retirou a ordem. Ele certamente tinha recebido instruções especiais do Ministro sobre isso. Estabeleceu-se uma discussão cerrada entre os dois, sem que o brigadeiro retirasse a mão da gaveta. O ajudante de ordens, que se encontrava na sala contígua, sentado atrás de sua mesa e ouvindo tudo o que diziam aos gritos no gabinete do brigadeiro, viu quando o coronel Hipólito Costa passou na sua frente e empurrou a porta do gabinete, a única que dava acesso a ele. O coronel Hipólito tentou participar da discussão, mas o Alfeu gritou: – Não te mete, Hipólito! Vai embora.

Hipólito saiu, passou pela mesa do ajudante e voltou empunhando uma pistola 45. Soaram dois tiros no gabinete.

O brigadeiro tinha insistido na ordem de prisão, e o Alfeu declarou que ninguém o prenderia. Wanderley retirou a mão da gaveta agarrando a pistola. Alfeu puxou o revólver da cintura e atirou primeiro. Deu dois tiros, quase à queima-roupa: a uma distância um pouco maior do que a largura da mesa, pois estavam frente a frente. Uma bala perfurou o ombro do brigadeiro, a outra passou de raspão acima da orelha. Tinha entrado no canto do olho esquerdo, mas sem atravessar o osso. Foi quando o coronel Hipólito abriu a porta do gabinete e fuzilou o Alfeu pelas costas com 5 tiros de 45.

Ele caiu e o revólver escorregou-lhe da mão. Mesmo assim, estirando o braço, ele tateava o chão, numa tentativa desesperada para agarrar o revólver. O coronel Hipólito percebeu a manobra e chutou o revólver para longe.

[...] Morreu na ambulância, a caminho do hospital. Na manhã seguinte [sic], 6 de abril de 1964, o “Correio do Povo” de Porto Alegre publicou discretamente um convite, assinado pelo comandante da 5ª Zona Aérea. Convidava o povo para o enterro do tenente coronel Alfeu Monteiro [...] cujo corpo estava sendo velado no salão da Base Aérea de Canoas.

[...] Na realidade uma maneira habilidosa de converter um homicídio em morte natural. Com base na perícia e nos depoimentos de vários oficiais que presenciaram o assassinato, a família moveu um processo incriminando o principal responsável e autor dos disparos, o então coronel Roberto Hipólito da Costa que, apesar das inúmeras evidências, foi absolvido.

Na CEMDP, houve dois requerimentos (056/96 e 284/96) referentes ao caso, solicitados por dois familiares, os quais foram analisados pela comissão. Nilmário Miranda foi o relator do caso, deferido por unanimidade em 27 de agosto de 1996.

Depois de devidamente aprovado, o general Oswaldo Pereira Gomes solicitou a revogação do ato de concessão indenizatória, assinado por decreto presidencial, sob a alegação de que:

[...] o deferimento da indenização por parte do Estado foi efetivado, basicamente pelo que afirma o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos [...].

[...] a afirmação do Dossiê está muito longe da verdade uma vez que este membro da Comissão tomou conhecimento do Inquérito Policial Militar e do Processo Penal correspondente que correu na Justiça Militar. Nesses processos fica provado que Alfeu de Alcântara Monteiro foi morto no ato de tentar contra a vida de seu superior hierárquico major-brigadeiro Nelson Freire Lavanere Wanderley, no Gabinete de Comando deste; e neste ato criminoso acertou com tiro de arma de fogo, que empunhava, a cabeça e o omoplata di-

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 284/96 e 056/96, na CEMDP.



* No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Antogildo Pascoal Viana estava grafado erroneamente como Astrogildo Pascoal Viana.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 150/96 e 042/02, na CEMDP.

Aves, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 35.



reito do referido major, sendo nesse momento abatido com 2 tiros pelo coronel-aviador Roberto Hipólito da Costa. Tudo isso é comprovado em documentação anexa.

Márcio Contijo, assessor jurídico da CEMDP, ao analisar o requerimento solicitando a revogação do ato indenizatório, deu o seguinte parecer:

[...] *não cabe discutir se a morte ocorreu pelo exercício de legítima defesa ou por execução sumária, bastando que tenha ocorrido nas circunstâncias mencionadas na decisão da Comissão Especial. [...] De qualquer forma, o deferimento do pedido se deu por decreto presidencial, embora baseado no parecer da Comissão Especial, o que vale dizer que o órgão citado não tem competência para revogar o ato que é do presidente da República, pelo que não há como a CEMDP atender ao pedido, já que não tem competência para tal.*

Em 15 de setembro de 2003, a conselheira Maria Eliane Menezes de Farias acolheu, na íntegra, as considerações constantes no parecer, votando pela manutenção da decisão da CEMDP.

Antogildo Pascoal Viana*

Nasceu em 21 de abril de 1927, em Itacoatiara (AM), filho de Ranulfo Viana e Elvira Pascoal Viana. Morto em 8 de abril de 1964.

Estivador amazonense, líder sindical, presidia o Sindicato dos Estivadores de Manaus desde 1954. Encontrava-se no estado da Guanabara, desde dezembro de 1963, quando assumiu o cargo de tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores (FNE). Informe reservado do Serviço Secreto do DEOPS/SP, referente à reunião de deliberação sobre eleições na FNE, traz o nome de Antogildo vinculado ao PCB e à lista dos cem maiores inimigos da ditadura, cassados pelo AI-1, de 10 de abril de 1964. Exerceu também o cargo de representante dos estivadores no Conselho da Confederação e do CGT.

Antogildo teria se atirado do quinto andar do Hospital do IAPETEC, tendo morte instantânea. Antes do acontecido, teria deixado um bilhete de próprio punho em que pedia que seu corpo fosse trasladado para seu estado natal.

Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* com o nome erradamente grafado como Astrogildo. O primeiro requerimento sobre o seu caso na CEMDP (150/96), cuja relatora era Suzana Keniger Lisbôa, foi indeferido em 15 de maio de 1997, por falta de documentos comprobatórios sobre sua prisão.

Márcio Moreira Alves, no livro *Torturas e Torturados*, denunciou o suicídio como mais um caso de suspeita de vítima de tortura no Rio de Janeiro (RJ).

O segundo requerimento (042/02), tendo como relator Belisário dos Santos Jr., foi deferido por unanimidade em 8 de dezembro de 2005, pois a lei 10.875/2004 contempla seu caso mesmo que tenha se tratado realmente de suicídio.

João Barcellos Martins

Nasceu em 23 de abril de 1898, filho de José Pinto Martins e Emília Barcellos Quintanilla, na cidade de Campos (RJ). Morto em 11 de abril de 1964. Militante do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Fez seus estudos no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói (RJ). Mais tarde, concluiu o curso complementar no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Formou-se em Far-

mácia, em 1921, e em Medicina, em 1928. Durante seus estudos, trabalhou no Laboratório Loyd Brasileiro e no Serviço Nacional da Leptra. Como médico, iniciou sua vida profissional no Hospital São Francisco, no Rio de Janeiro.

Foi trabalhar em Muniz Freire (ES), sendo prefeito da cidade posteriormente. Voltando a Campos, lá exerceu a medicina por 35 anos ininterruptos, inclusive dando aulas em colégios locais.

Na década de 1940, fundou a Esquerda Democrática de Campos, lutando contra o nazi-fascismo. Nos anos 1950, criou o Centro de Estudos em Defesa do Petróleo, o primeiro surgido em cidade do interior, a exemplo do Movimento Nacional criado no Rio de Janeiro, do qual ele também foi um dos fundadores.

Em 1954, elegeu-se prefeito de Campos e, em 1958, deputado estadual pelo PSB, e primeiro-secretário da Assembléia Legislativa. Em 1963, foi eleito novamente prefeito de Campos, já com a saúde minada por dois enfartes que tivera. Criou a Fundação de Campos e o Horto Municipal.

O golpe militar encontrou-o à frente da resistência em Campos. Tentaram cassar-lhe o mandato, mas a Câmara Municipal, por maioria, impediu que tal sucedesse. Foi destituído do cargo e preso. Em 10 de abril de 1964, viajou para uma reunião do PSB em Niterói (RJ), quando soube da invasão de sua casa pelo Exército e que seus familiares foram detidos e submetidos a constrangimentos. Preparando-se para voltar a Campos, João Barcellos Martins, em 11 de abril de 1964, teve novo enfarte e morreu.

Foi sepultado no Cemitério da cidade de Campos.

Não foi apresentado requerimento do caso à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br.

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Edu Barreto Leite

Nasceu em Dom Pedrito (RS), em 20 de agosto de 1940, filho de Assis Waldemar Leite e Idê Barreto Leite. Morto em 13 de abril de 1964.

Era terceiro-sargento do Exército, do serviço de rádio do Ministério da Guerra. Na madrugada de 13 de abril de 1964, Edu Barreto Leite deu entrada no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, com várias fraturas e escoriações. Os policiais que o escoltavam alegavam que tais ferimentos eram em consequência de uma queda do sétimo andar do prédio em que morava, por ocasião de sua tentativa de fuga ao resistir à prisão, levando-o à morte.

O corpo entrou no IML/RJ com a guia 154 do Hospital Souza Aguiar, sendo posteriormente retirado e enterrado por sua família.

Segundo informações de seu irmão, Danton Barreto Leite, ao buscar maiores esclarecimentos sobre o ocorrido, o zelador do prédio onde morava Edu informou que escutou muitos disparos e ruído de luta corporal dentro do apartamento e presenciou quando ele foi jogado pela janela. Outra moradora do prédio em frente estava acordada, com a luz apagada, junto à janela, e repetiu o mesmo depoimento. Alguns colegas de Edu relataram que ele foi condenado por saber demais: estava de serviço na noite do desfecho do golpe militar, tendo recebido e retransmitido todas as ordens e informações das primeiras 24 horas.

Danton Barreto Leite foi avisado da morte do irmão por um amigo que leu a notícia em um jornal, e na mesma noite ligou para o Exército atrás de informações. Como ninguém lhe prestasse qualquer esclarecimento, no dia seguinte seguiu para o Rio de Janeiro. O avião em que viajava atrasou e ele chegou ao Ministério da Guerra somente às 17 horas, após o enterro.



Os militares alegaram não ter avisado a família por desconhecerem o endereço. Danton foi levado a uma sala de reuniões do Ministério da Guerra, onde os militares tentaram convencê-lo de que seu irmão, “*comunista e subversivo*”, havia se suicidado saltando do sétimo andar do prédio onde morava. Ele percebeu que, se não concordasse com aquela versão, seria detido. Mas não ficou convencido.

Em 15 de abril esteve no apartamento de Edu, lacrado pelo Exército, e conversou com algumas pessoas sem se identificar. Nessa ocasião, ouviu do zelador que cinco indivíduos esperavam Edu quando ele chegou à noite. Um deles ficou do lado de fora do prédio, perto do carro, dois entraram no prédio e subiram até o sétimo andar, permanecendo ao fundo do corredor oposto à entrada do apartamento. Os outros dois subiram logo após.

Posteriormente, o Exército nomeou uma equipe para conduzir Danton ao apartamento. O capitão Adu, chefe do serviço de pessoal do Ministério da Guerra, foi designado para orientá-lo. O local encontrava-se muito revirado e, segundo a noiva de Edu, também presente na ocasião, faltavam objetos pessoais e a máquina fotográfica. O que mais chamou a atenção do irmão, porém, foi a porta onde se viam várias perfurações de bala de fora para dentro. Também podiam ser vistas pegadas de solas de sapato na parede branca, como se alguém seguro pelos braços estivesse sendo forçado para a janela. Nenhum vestígio de sangue.

No Hospital Souza Aguiar, Danton foi informado que Edu dera entrada vivo e com fraturas múltiplas no braço esquerdo e nas costelas. O laudo do legista Amadeu da Silva Sales não ajudou a esclarecer as circunstâncias da morte, determinando apenas que o óbito ocorreu em decorrência de “[...] *hematoma retro-peritonial ao nível de sigmóide, hematoma da parede vesical*”.

As autoridades militares abriram inquérito, mas o 5º Distrito Policial apenas registrou o ocorrido. Um documento de 29 de julho de 1964, assinado pelo presidente do STM em exercício, ministro Washington Vaz de Mello, relata que nos autos do IPM instaurado para apurar as causas da morte de Edu havia evidências de que ele fora vítima de um acidente, não de um crime, não havendo razão para submeter o IPM a uma auditoria.

Em seu relatório para a CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa observou que o depoimento de Hilton Paulo Cunha Portella, então Comandante do Pelotão de Investigações Criminais do 1º BPE, deixava clara a natureza política da morte, pois Edu Barreto era acusado de subversão por pertencer ao chamado Grupo dos Onze. Em outubro de 1996, a CEMDP decidiu que, na falta de perícia, fotos ou do laudo necroscópico de Edu, deveria entregar o caso ao general Oswaldo Pereira Gomes para obter informações e documentação junto ao Exército. O general só localizou a decisão que inocentava os militares envolvidos na morte no STM.

Suzana Keniger Lisbôa solicitou, então, a devolução do caso. Mas deduziu que, se o STM fornecera o nome dos envolvidos no inquérito e a conclusão da correição, deveria constar em seus arquivos o IPM realizado à época, que acabou sendo localizado no STM por Iara Xavier Pereira, sendo anexado ao caso. O Inquérito, no entanto, não contém os documentos mais importantes para uma avaliação segura dos fatos, como as informações relativas às suspeitas com relação a Edu e o laudo de perícia do local, mostrando os quatro tiros que, segundo inquérito, foram disparados por ele. Também não foram ouvidas as pessoas com outra versão dos fatos, como o zelador, a vizinha do prédio em frente, os colegas, ou mesmo os militares que acompanharam Danton e a noiva de Edu ao apartamento. A relatora Suzana Keniger Lisbôa deu parecer favorável ao enquadramento legal do caso, mas ele foi indeferido.

Em 4 de janeiro de 2005, a CEMDP recebeu, de outro irmão de Edu, Jacob Barreto Leite, solicitação de reabertura do caso, em função da ampliação dos beneficiários da lei 9.140/95. Suzana Keniger Lisbôa reafirmou seu voto no segundo processo, garantindo não ter dúvidas de que a versão de suicídio era falsa, pois apresentava as mesmas contradições

encontradas em todos os suicídios examinados pela CEMDP. A relatora concluiu reconhecendo o nome de Edu Barreto Leite como vítima da ditadura. Recomendou, ainda, que ficasse pendente a investigação pelo Estado brasileiro das reais circunstâncias de sua morte, sob a responsabilidade do Comandante do Exército, em 1964.

Na CEMDP, o caso 263/96 foi indeferido em 5 de maio de 1998, tendo votado a favor apenas a relatora Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda. O segundo requerimento (157/04) foi deferido por unanimidade, em 31 de maio de 2005.

Bernardino Saraiva

Assassinado em 14 de abril de 1964, segundo denúncia do livro *Torturas e Torturados*, de Márcio Moreira Alves.

Foi 2º sargento do Exército, servindo no 19º RI de São Leopoldo (RS). A versão oficial indicou suicídio com um tiro no crânio, após Bernardino ter ferido quatro militares que procuravam prendê-lo.

Não foi apresentado requerimento sobre o caso à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 263/96 e 157/04, na CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 36.

José de Souza

Nasceu em 1931, filho de Alcides de Souza e Nair Barbosa de Souza. Morto em 17 de abril de 1964.

Mecânico e ferroviário, José era membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro.

Foi preso em 8 de abril de 1964 para averiguações sobre suas atividades no Sindicato. Em 17 de abril, às 5 horas, foi divulgada nota oficial na qual se dizia que José havia se suicidado atirando-se pela janela do terceiro andar do prédio da Polícia Central do Rio de Janeiro.

O corpo de José entrou no IML no mesmo dia de sua morte, com a guia 30, da 5ª DP com a seguinte informação: “[...] atirou-se da janela da sala do Serviço de Atividades Anti-Democráticas do DOPS” [sic].

A necropsia foi feita por Vicente Fernandes Lopes e Elias Freitas, que confirmaram a versão de suicídio, com esmagamento do crânio. Seu corpo foi retirado por seu primo, Edson Campos, sendo enterrado pela família, em 18 de abril de 1964.

Segundo Márcio Moreira Alves, em *Torturas e Torturados*, foi a 18 de abril que surgiu a primeira notícia concreta sobre a morte do operário José de Souza.

Artigo do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de maio de 1970, encontrado no arquivo do DEOPS/SP, apresenta uma lista dos brasileiros assassinados pela ditadura militar em que consta o seu nome.

Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Seção do Estado do Rio de Janeiro da OAB, em 4 de dezembro de 1995, anexado ao processo da CEMDP, José Ferreira, que também esteve preso no DOPS, relata:

[...] foi preso por volta do dia 3 de abril de 1964 nas dependências do DOPS na rua da Relação, ficando guardado até o dia 3 de maio do mesmo ano; que no período que ficou preso no DOPS viu chegar as suas dependências José de Souza por volta do dia 8 de abril; [...] quando os presos iam prestar depoimento voltavam normalmente desmaiados; [...] afirma ainda o depoente que no dia 17 de abril todos que ali se encontravam foram acordados por agentes da repressão que alertavam ao fato de José de Souza encontrar-se morto no pátio do DOPS.

O relator do caso na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, confirmou a morte por suicídio e votou pelo deferimento, “[...] pois José de Souza encontrava-se em poder do Estado e os agentes não tomaram as mais elementares cautelas que a situação exigia”.

O caso 078/96 na CEMDP foi aprovado por unanimidade, em 29 de fevereiro de 1996.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 078/96, na CEMDP.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 35.



Carlos Schirmer

Nasceu em Além Paraíba (MG), em 30 de março de 1896, filho de Leopoldo Carlos Schirmer e Maria Benetida da Costa Schirmer. Morto em 1º de maio de 1964.

Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi eletricitista e ascensorista.

Segundo boletim de 1974 da Anistia Internacional, Carlos foi torturado até a morte. A versão oficial é de suicídio em 1º de maio de 1964. A primeira denúncia de sua morte foi divulgada pelo jornalista Márcio Moreira Alves no livro *Torturas e Torturados*.

Seu pai era austríaco, nascido em Viena, e veio para o Brasil a convite do imperador D. Pedro II, como engenheiro, para trabalhar na construção da primeira estrada de ferro brasileira – a Estrada de Ferro Baturité. Parte de sua infância e adolescência viveu no interior de São Paulo, onde seu pai possuía uma fazenda de café. Terminado o Ciclo do Café, a família perdeu todos os bens que possuía, transferindo-se para o Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, seu pai faleceu na cidade mineira de Paracatu, onde trabalhava na construção de outra estrada de ferro.

No Rio de Janeiro, para ajudar a sustentar a família, Carlos trabalhou na Casa Mayrink Veiga: de dia era eletricitista e à noite ascensorista. Como técnico em eletricidade, especializou-se na montagem de usinas hidrelétricas, algumas das quais funcionam até hoje, todas em Minas. A maioria delas foi encampada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

No início dos anos 1920, filiou-se ao PCB. Mudou-se em 1921 para Divinópolis (MG), onde viveu até sua prisão e morte.

Casou-se em 1928 com Maria de Lourdes Guimarães e teve um filho, Luiz Carlos. Sua esposa faleceu em 1932. Carlos casou-se novamente em 1933, com Mariana de Carvalho Schirmer, tendo uma filha, Sílvia Schirmer.

Por sua militância, foi preso no dia 1º de maio de 1964, em sua casa em Divinópolis. Os órgãos de segurança invadiram a casa sob a alegação de que Schirmer teria um arsenal (ele possuía uma espingarda Flaubert e um facão usado para trabalhar no quintal). Após resistir à prisão e ferir dois policiais, Schirmer foi transportado primeiro ao Hospital Nossa Senhora Aparecida, em Divinópolis, e depois ao Hospital Felício Roxo, em Belo Horizonte (MG), para ser operado. Morreu de asfixia por um disparo de arma de fogo e sem ser medicado. A versão oficial foi de suicídio.

Na CEMDP, o relator Nilmário Miranda pediu ajuda ao perito criminal Celso Nenevê. Em sua análise, ele informou que o laudo de necropsia descrevia duas lesões: “[...] *uma por tiro de arma de fogo, disparado à distância, e não por arma encostada ao corpo*”. Isso denota contradição entre a descrição do laudo de necropsia e o relatório de Melquíades Horta, pois seria impossível para Schirmer disparar uma carabina 22 contra o próprio queixo sem manter a arma encostada ou a curtíssima distância, porque seu braço não alcançaria o gatilho. A segunda lesão, de saída do projétil, ocasionou a morte por “[...] *hematoma retro-lingual e asfixia*”.

O atestado de óbito, firmado por Celso Tafuri, registra que Schirmer faleceu por asfixia, às 21 horas de 1º de maio de 1964, no Hospital Felício Roxo. O laudo não descreve qualquer intervenção cirúrgica ou aplicação de medicamentos. Ele chegou a ser levado ao hospital de Divinópolis, segundo a esposa, onde foi atendido inicialmente, e em seguida foi levado pelos policiais que o escoltariam para Belo Horizonte, falecendo no mesmo dia, às 21 horas.

A conclusão do relator Nilmário Miranda foi de que:

[...] *quando Schirmer encontrava-se sob a custódia de agentes policiais, e ferido com um hematoma retro-lingual, indicando a necessidade de uma traqueotomia para não morrer sufocado, até uma intervenção cirúrgica mais cabal; foi, na verdade, inadequadamente atendido por policiais que o trataram com violência e desmazelo, levando o relator a concluir que o deixaram morrer como represália ao fato de ter reagido à prisão, e ao fato de um homem de 68 anos ter provocado a mobilização de*

dezenas de policiais, com ferimentos ainda que superficiais em dois agentes. Omissão de socorro ou socorro intencionalmente inadequado pelos agentes policiais que o conduziram aos hospitais.

Em 9 de fevereiro de 1998, o caso foi colocado em pauta e foi indeferido por 5 votos a 2, vencidos os conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisboa.

No segundo requerimento, a relatora Maria Eliane Menezes de Farias afirmou que “[...] a introdução da lei 10.875/2004 enquadra perfeitamente no caso analisado, posto que a versão oficial das circunstâncias da morte, embora questionada, aponta para a prática de suicídio”. Afirmando não ser possível determinar se Schirmer teria sido baleado por agentes da repressão ou tentado suicídio, votou pelo deferimento, sendo aceito por unanimidade, em 26 de agosto de 2004.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro do Barreiro.

Pedro Domiense de Oliveira

Nasceu em 14 de maio de 1921, em Salvador (BA), filho de João Fagundes de Oliveira e Januária Domiense de Oliveira. Morto em 7 de maio de 1964. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era funcionário público, casado com Maria de Lourdes Santana Domiense de Oliveira, com quem teve três filhos. Além de militante do Partido Comunista, foi presidente da Associação dos Posseiros do Nordeste de Amaralina, presidente da Sede Beneficente dos Moradores de Ubaranas e presidente das Classes Fardadas do Departamento de Correios e Telégrafos de Salvador (BA). Começou sua militância política no Colégio Central da Bahia.

Em 1950, ingressou no Departamento de Correios e Telégrafos. Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras e depois interrompeu os estudos em função de perseguições políticas. Trabalhou no jornal *O Momento*, do PCB, e estava na redação do jornal quando o Exército invadiu a sede e espancou Pedro e vários colegas. Em razão dos maus-tratos, ficou muito debilitado e contraiu tuberculose.

Em 24 de março de 1964, esteve em Brasília para encaminhar reivindicações da categoria ao presidente João Goulart. Em 1º de abril, Pedro saiu de férias e voltou no início de maio.

Foi preso em 4 de maio de 1964, na sede dos Correios, em Salvador, sendo levado por policiais para as dependências do Quartel da 6ª Região Militar. No dia seguinte, o jornal *A Tarde*, da Bahia, editou matéria, sob o título “*O inquérito sobre as atividades subversivas*”, em que há uma notícia sobre a prisão de Pedro Domiense de Oliveira:

[...] Determinada, ontem, a prisão de Pedro Domiense de Oliveira, ex-presidente das Classes Fardadas, que foi encaminhado à 6ª Região Militar para o devido interrogatório, dentro do plano de expurgo iniciado dias atrás pelo atual diretor regional dos Correios.

Segundo Márcio Moreira Alves, no livro *Torturas e Torturados*, ocorreu com Pedro Domiense mais um suposto suicídio por ingestão de tóxico.

Maria de Lourdes fez um relato, em 7 de agosto de 1995, sobre o dia da prisão do seu marido e dos fatos que se sucederam:

[...] Chegando em casa fui surpreendida por uma escolta do Exército que me aguardava para obter informações. Como não trouxeram mandado de busca e apreensão foram embora retornando às 2 horas da madrugada do dia 5 de maio/64, e de armas pesadas em punho; arrombaram a casa e destruíram tudo a procura de provas que o incriminassem, colocando eu e meus três filhos em pânico, que até hoje têm seqüelas pelo ocorrido [...]. Horas depois, no dia 6 de maio de 1964, Pedro foi encontrado nas proximidades da Base Aérea de Salvador [...].

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

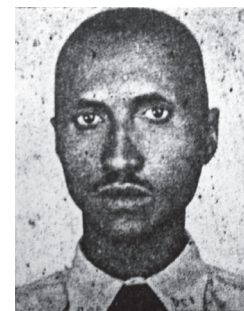
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IJVE/SP.

Casos 234/96 e 115/04, na CEMDP.

Alves, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 36.

Rua Viva: o desenho da utopia. Projeto do vereador Betinho Duarte. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.



[...] desloquei-me até o referido local onde o reconheci, levei-o para a Base Aérea em busca de um possível socorro; o corpo agonizante quase sem vida foi escoltado para a 6ª Região Militar para que fossem tomadas as medidas cabíveis. A 6ª Região Militar encaminhou-o para o Pronto Socorro, onde veio a falecer por volta das 15:00h do dia 7 de maio de 1964.

Outros amigos de Pedro também o viram e disseram que ele se encontrava arquejante, sem conseguir falar, além de bastante machucado.

Segundo a versão oficial, Pedro suicidou-se no Quartel da 6ª Região Militar, em 7 de maio. O atestado de óbito informa que a morte foi causada por “[...] *intoxicação aguda exógena*”.

Maria de Lourdes, a viúva, disse ter tido sua casa várias vezes invadida pelo Exército que procurava os possíveis contatos de Pedro Domiense e que chegaram a levá-la algumas vezes para ser submetida a interrogatórios. Seu filho mais velho, Valdemberg, entrou, em 1987, com um requerimento na 6ª Região Militar, solicitando documentos comprobatórios da prisão de seu pai. No entanto, nunca obteve resposta.

O relator do caso na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, afirmou que a única prova “[...] *de que Pedro Domiense de Oliveira fora preso por motivos políticos era uma breve notícia de jornal, com o título ‘Expurgo no DCT’*”. Deu parecer pelo indeferimento do caso.

Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas. Em 19 de novembro de 1996, apresentou seu parecer pelo deferimento com novas provas documentais. Constatou que, apesar do nome de Pedro Domiense não constar do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, fazia parte de muitas outras listas de assassinados pela ditadura militar elaboradas anteriormente, inclusive dos *Anais da Comissão Mista sobre Anistia do Congresso Nacional*. Ao encaminhar o pedido de deferimento, Suzana Keniger Lisbôa ressaltou que as reais circunstâncias da morte de Pedro não poderiam ser restabelecidas, mas que a versão de suicídio por ter ingerido veneno durante a prisão era insustentável.

A CEMDP solicitou que novas diligências fossem feitas para confirmar a data da prisão.

Em reunião de 2 de outubro de 1997, Suzana Keniger Lisbôa apresentou um “*Adendo ao Relatório*”, em resposta às diligências solicitadas. Agregou que o Comando Militar do Nordeste, por meio de ofício assinado pelo general Cândido Vargas de Freire, Comandante da 6ª Região Militar, informava não dispor das ordens de prisão e soltura de Pedro Domiense de Oliveira, ou de qualquer outro documento sobre ele. Acrescentou que o IML encaminhara o laudo de exame cadavérico comprovando a morte por intoxicação e que os peritos teriam enviado fragmentos do estômago e fígado para exame toxicológico, tendo o resultado apresentado presença de substâncias como raticida ou inseticida.

Foi ainda anexado depoimento de Washington José de Souza, companheiro de prisão de Pedro Domiense, afirmando que ele fora torturado. Não restando, portanto, quaisquer outras dúvidas de que Pedro Domiense de Oliveira fora preso e assassinado.

O caso na CEMDP (044/96) foi deferido, em 2 de outubro de 1997, por 6 votos a favor e 1 voto contrário, o do general Oswaldo Pereira Gomes.

Documentos consultados:

Caso 044/96, na CEMDP.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 36.



Manuel Alves de Oliveira

Nasceu em Sergipe, em 21 de outubro de 1934, filho de Manoel Cândido de Oliveira e Maria Alves de Oliveira. Morto em 8 de maio de 1964.

O livro *Torturas e Torturados*, de Márcio Moreira Alves, denunciou que Manuel Alves de Oliveira, 2º sargento do Exército, foi retido no Regimento Andrade Neves em abril de 1964, onde respondia a Inquérito Policial Militar. O livro informa que ele foi removido para o Hospital Central do Exército (HCE), no Rio de Janeiro, e morreu em 8 de maio, em circunstâncias não esclarecidas. O laudo necroscópico, feito no IML/RJ, confirma que o corpo deu entrada em dia 8 de maio de 1964, procedente do HCE.

Segundo o relato do jornalista Márcio Moreira Alves, esse foi o caso que provocou a reação da opinião pública contra a institucionalização das torturas nas prisões brasileiras. A revelação da morte de Manuel ocorreu na edição de domingo, dia 13 de setembro de 1964, do jornal *Correio da Manhã*, em que, ao final, Alves fez um apelo ao ministro da Guerra, general Costa e Silva, para que nomeasse uma comissão isenta para investigar a denúncia, pois já havia perdido as esperanças de apelar para o presidente, marechal Castelo Branco:

[...] Na mesma noite, o presidente da República resolveu tomar as medidas acauteladoras. Sua vaidade gigantesca fora espicaçada pela denúncia a um seu inferior hierárquico e, finalmente, ele resolveu mostrar algum zelo pela defesa dos direitos humanos de seus prisioneiros. Mandou que se abrisse uma investigação e despachou para o Nordeste seu chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. Com isto, procurou esvaziar o movimento de opinião pública que já se formara. A viagem de inspeção, que não resultou na punição de nenhum dos torturadores, teve ao menos o mérito de paralisar as torturas, que no Recife só se repetiram quase um ano mais tarde.

O primeiro requerimento não chegou a ser analisado pela CEMDP, por ter sido protocolado fora do prazo estabelecido pela lei 9.140. Em 12 de dezembro de 2002, um novo requerimento (076), foi analisado pela Comissão Especial.

Entre os documentos apresentados, há uma permissão para visitas dada à esposa de Manuel, em 22 de abril de 1964, que confirma a prisão:

[...] este comando leva ao conhecimento de V. Excia que autoriza o 2º sargento Manoel Alves de Oliveira, preso em unidade dessa UG, a receber a visita de sua esposa, D. Conceição Martorelli de Oliveira, em caráter excepcional.

Em documento do HCE, assinado pelo médico Samuel dos Santos Freitas, está a seguinte declaração, de 23 de abril de 1964:

[...] Declaro que o 2º sargento Manoel Alves de Oliveira encontra-se baixado na 13ª enfermaria e devido às suas condições atuais encontra-se impossibilitado de assinar qualquer documento.

O *Correio da Manhã*, de 13 de setembro de 1964, publicou:

[...] A viúva do sargento Manoel Alves dos Santos, Norma Conceição Martorelli de Oliveira, disse ontem ao Correio da Manhã que o seu marido foi torturado no HCE, onde inclusive, aplicaram-lhe choques elétricos. “Numa das poucas vezes em que consegui visitá-lo [...] verifiquei que o seu corpo estava coberto de marcas, que mais tarde soube serem de ferro quente. Estava transformado em um verdadeiro flagelado, com a barba e os cabelos crescidos” [...].

[...] revelou ainda a viúva do militar torturado que as autoridades procuraram convencê-la de que seu marido era débil mental. “Chegaram a dizer [...] que ele ficou despido na enfermaria 13 e colocou a roupa pendurada nas grades do cárcere. Se isso ocorreu, é porque as torturas já o haviam enlouquecido”.

[...] nem sei mesmo como explicar porque o internaram no HCE, pois quando Manoel saiu de casa estava em perfeita saúde. Não tinha nenhuma doença e jamais demonstrou qualquer desequilíbrio mental, como, aliás, prova o fato de ter 10 anos de Exército.

[...] Acrescentou a Sra. Norma que conseguiu avistar o marido apenas três vezes e depois teve suspensa esta ordem: “Na primeira vez [...] apesar de seu estado, conseguiu dar-lhe comida na boca. Depois da proibição de visitá-lo somente voltou a ter notícias suas quando já estava morto”. “Não consegui saber qual causa foi atribuída à sua morte e o atestado de óbito também não a esclarecia” [...].

Foi enterrado no Cemitério do Realengo (RJ). No livro de registros de enterros do cemitério consta que teria sido sepultado às expensas do Grupo de Canhão Anti-Aéreo-90, onde servia.

Em seu voto o relator Agostino Pedro Veit descreve a afirmação de sua esposa: “[...] *Manuel foi preso em casa, na presença dos cinco filhos menores do casal, por um homem em trajes civis que chegou com outros paisanos em uma Kombi*”.

Manuel foi candidato à presidência do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército e simpatizante do ex-presidente João Goulart. O arquivo público do Rio de Janeiro, onde estão os documentos do antigo DOPS, ao responder solicitação feita pela CEMDP, informou que há várias fichas policiais sobre Manuel e sua militância no PCB.

O caso do sargento Manuel foi o estopim que originou a investigação sobre as torturas encaminhada de forma sumária pelo governo de Castelo Branco, entre setembro e outubro de 1964, pela Missão Geisel, organizada pelo chefe do Gabinete Militar, Ernesto Geisel. Neste período, estabeleceu-se também uma Comissão Civil de Investigação, em Pernambuco. O pedido de apuração foi atendido em parte. Sua morte foi, desde o início, considerada suspeita por algumas autoridades. A 3 de junho de 1964, o general Ururai Terra pediu informações a respeito ao general-comandante do Grupamento de Unidades Escola, que foram apresentadas de forma sucinta e acompanhadas de um ofício, assinado pelo Dr. João Maliceski Júnior, com o seguinte teor: “[...] *o diagnóstico descrito no atestado de óbito do 2º sargento Manoel Alves de Oliveira foi causa indeterminada e o resultado do exame histopatológico realizado nas peças enviadas foi congestão e edema pulmonar*”.

A certidão de óbito, registrada por José Alves Linhares, indica que a *causa mortis* é indeterminada. O inquérito instaurado concluiu pela improcedência da denúncia, acusando os denunciadores de agitadores. O diagnóstico inicial foi de “síndrome confusional agitada”, caracterizando-se posteriormente como “síndrome de psicose carcerária” de evolução rápida, resultando em grande desequilíbrio metabólico, caquexia e morte. Márcio Moreira Alves, então, consultou alguns dos mais experientes psiquiatras do Rio de Janeiro, os quais explicaram que os dados apurados não eram suficientes para realizar uma apreciação definitiva do caso. Faltavam a papeleta com exames complementares, observação clínica diária e, principalmente, a microscopia da autópsia. Alves questionou a conclusão do inquérito:

[...] *A verdade é que esta morte provavelmente jamais será esclarecida em definitivo. As condições em que ocorreu, no entanto, permanecem suspeitíssimas. A alegação de que o sargento havia baixado ao Hospital Central do Exército, nove anos antes de sua morte, a 4 de março de 1955, com reação astênica, não melhora a posição dos médicos que o atenderam. Durante nove anos permaneceu são e apto para o trabalho. De repente, com pouco mais de quinze dias de prisão, desenvolve uma psicose agudíssima e, internado em um hospital, morre antes de decorridas outras duas semanas. [...] Teria sido ministrada ao sargento dose excessiva? Em caso positivo, será que o foi para dele arrancar informações usando narco-análise? E as lesões puntiformes nas têmporas, “provavelmente resultantes das aplicações anteriores de eletrochoque”? Em um inquérito que fiz nos estabelecimentos psiquiátricos do Rio de Janeiro, apurei que em nenhum deles há notícia de feridas ou cicatrizes resultantes da aplicação de eletrochoque, o que só seria explicável se a corrente elétrica fosse aplicada com fios descobertos, por leigos, tal como aconteceria se a eletricidade servisse não a fins de terapêutica, mas a fim de suplício. Portanto, ao fim desta já cansativa análise, perdura a indagação: o sargento Manuel Alves de Oliveira morreu meramente em consequência de tratamento inadequado e ineficiente, em consequência de narco-análise mal feita ou por causa de torturas por eletricidade?*

Ainda que não haja prova material conclusiva nos autos atestando as torturas a que Manuel foi submetido, o relator do caso 076/02, na Comissão Especial, Augustino Pedro Veit, votou pelo deferimento, pois foi comprovada a militância política, a sua prisão e morte no hospital militar. O caso foi deferido por unanimidade, em 28 de junho de 2006.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

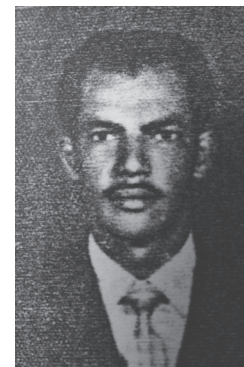
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 076/02, na CEMDP.

Alves, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 49-51 e p. 223-241.

Péricles Gusmão Régis



Nasceu em 5 de dezembro de 1925, em Vitória da Conquista (BA), filho de Adalberto Régis Keler e Laudicéia Gusmão Régis. Morto em 12 de maio de 1964. Foi vereador pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Péricles foi criado por suas tias por ter perdido seus pais aos 2 anos de idade. Teve instrução primária e ginásial. Iniciou-se profissionalmente como alfaiate. Depois de casado, tornou-se fabricante de queijo. Posteriormente, passou a gerenciar uma transportadora de cargas.

Era muito estimado na sociedade local. Frequentava a Loja Maçônica Cavaleiros do Oriente. Suas principais lutas eram: reforma agrária, voto para o analfabeto e igualdade de oportunidades. Era um político bem conhecido e bastante popular e se engajara, desde jovem, em lutas políticas. Como militante de esquerda, na década de 1960, filiou-se ao MTR e elegeu-se vereador em 1962. Fez parte da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, tendo tomado posse em 7 de abril de 1963. Foi um defensor das causas socialistas. Ao ser eleito vereador, tornou-se líder do prefeito na Câmara.

Era casado com Maria Portela Gusmão, pai de quatro filhos e sua esposa esperava o quinto, quando foi morto.

Péricles foi preso em 6 de abril de 1964, sob ordem do capitão Antônio Bendochi Alves, oficial do Exército, que o encaminhou ao Quartel da Polícia Militar (9º BPM/VC), junto com outras pessoas, entre elas o prefeito Pedral Sampaio. Nos dias subsequentes à sua prisão, Péricles foi submetido a vários interrogatórios, especialmente no dia 11 de maio, quando ficou até a madrugada sob a pressão dos militares.

Passados mais de 30 anos, o radialista Gilson Moura Silva relembrou os fatos daqueles dias:

[...] Passava a maior parte do meu tempo na Rádio Regional onde trabalhava. E é na porta da Rádio que aconteceu minha prisão [...] Estava preso em carro do Exército, cercado de quase uma dezena de soldados armados de metralhadoras e fuzis.

[...] Já entre os companheiros de cela, chocado e triste, fui confortado primeiro por Péricles, que me pareceu tranqüilo, para cima, conformado com a situação.

[...] No dia 11 de maio de 1964, chegaram dois soldados trazendo Péricles que terminara seu longo e tenso interrogatório. Mandaram-me sair para que nesta cela ficasse só o prisioneiro que eles traziam. Na porta fiquei parado para que Péricles entrasse. Muito deprimido, semblante carregado, muito diferente daquele que eu encontrara dias atrás, tocou-me no ombro e disse: “Como complicaram minha vida!”

[...] No dia seguinte, [...] começava uma movimentação inusitada, correria sem fim. Os companheiros de nossa cela e da cela vizinha gritavam e apelavam por informações sobre o que estava acontecendo. [...] Mais tarde, Dr. Hugo nos deu a pavorosa notícia da morte de Péricles.

Em seu depoimento, Raul Carlos Andrade Ferraz, outro preso da época, assim descreveu o fato:

[...] A cela já estava um pouco vazia [...] e quando Péricles voltou [...] o fez apenas para apanhar seus pertences pessoais [...]. Foi proibido de conversar [...] estava transtornado [...], saiu e foi para outra cela [...]. Pouco depois ouvi vozes e vi Dr. Hugo de Castro Lima entrar pelo corredor e, segundo soube em seguida, este efetuou autópsia e concluiu que Péricles teria se suicidado, teria se cortado com gilete, nos pulsos, no pescoço e no braço.

O médico legista Hugo de Castro Lima, preso na mesma época, emitiu o atestado de óbito dando como *causa mortis* “[...] ‘anemia aguda, devido à hemorragia externa, devido à secção de vasos sanguíneos (suicídio)’”.

No inquérito consta que:

[...] *Após prolongado interrogatório, realizado em dependências daquele quartel [...] Péricles [...] foi reconduzido a “sua” cela, onde foi encontrado morto, em 12 de maio de 1964.*

Em 15 de maio de 1964, a Câmara Municipal de Vitória da Conquista teve uma sessão dedicada à memória de Péricles, pois que “[...] *teve durante o seu mandato de vereador destacada atuação em benefício do povo*”. A cidade de Vitória da Conquista reconheceu em outras oportunidades a importância da atuação de Péricles. Uma via pública no bairro Recreio e uma escola municipal receberam o seu nome.

Na CEMDP, o relator do caso, João Grandino Rodas, registrou os depoimentos das pessoas que conheceram Péricles e sua militância política. Para o relator ficou comprovado que, “[...] *tendo sido acusado de participação em atividades políticas, faleceu por causas não naturais, muito provavelmente por suicídio, em dependência policial militar*”. O reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Péricles Gusmão Régis foi aprovado por unanimidade, em 30 de janeiro de 1997, com ressalva à versão de suicídio, questionada pelos conselheiros Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda.

Documento consultado:
Caso 215/96, na CEMDP.



Benedito Pereira Serra

Nasceu em Bragança (PA), em 8 de maio de 1913, filho de Benvido de Moraes Serra e Tereza Joana Pereira de Moraes. Morto em 16 de maio de 1964.

Líder sindical rural. Era presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrários do Pará (ULTAP). Trabalhava como ambulante.

Acusado de subversão e comunismo, foi preso em 9 de abril de 1964.

Sob o título “*Capturado Benedito Serra em Castanhal quando seguia rumo à Bragança*”, o jornal *Folha Vespertina*, do dia 9 de abril, afirmou que:

[...] *Procurado pelas autoridades de nossa capital, que do fato deram conhecimento às demais autoridades de todo o interior do Estado, foi preso em Castanhal e posteriormente enviado para Belém, onde já se encontra, o agente subversivo Benedito Pereira Serra, presidente da ULTAP.*

Sua prisão foi possível graças à constante vigilância do delegado de polícia daquele município, cel. Jurandir Lima. Benedito viajava em uma “kombi” que faz linha regular com aquele município, e pretendia chegar à Bragança.

[...] *Hoje pela manhã, foi Benedito novamente fichado (seu antigo prontuário tem número 195), devendo posteriormente ser entregue às autoridades militares [...].*

O jornal *A Província do Pará*, sob o título “*Polícia efetua mais prisões de comunistas e prossegue à procura dos que escaparam*”, informava:

[...] *Escortado por elementos do Exército e da Delegacia de Segurança Política e Social, foi transferido da Delegacia de Castanhal para a Central, na madrugada de ontem, o Sr. Benedito Pereira Serra, presidente da ULTAP, preso naquela cidade da zona bragançatina, quando preparava-se para fugir.*

O conhecido agitador comunista foi recolhido a uma das celas da Central de Polícia, onde aguarda ordens de transferência para o Quartel da 8ª Região Militar.

Miracy Machado Serra, viúva de Benedito, declarou que seu marido, quando foi preso, estava acompanhado de seu filho de 12 anos de idade, o qual mandaram para casa. O menino, ao chegar, contou que espancaram muito o seu pai. A partir desse momento, só foi ter notícias do marido no dia 3 de maio, quando um policial do 2º Batalhão de Polícia Militar foi até sua casa e lhe informou que o marido estava preso naquele local. Pela primeira vez permitiram-lhe ver o marido, que se encontrava em estado bastante debilitado.

Em seu requerimento à CEMDP, a viúva testemunhou:

[...] *Meu esposo declarou que tinham-lhe espancado muito, davam-lhe banho de água gelada, a água que lhe davam para beber era de péssima qualidade, assim como a comida. A cela era úmida e cheia de insetos. Nessa ocasião, não era permitido que sua esposa levasse alimentação e nem roupas para trocar-se. Ele se sentia com o corpo febril, tremia muito, pois até o momento não haviam dado assistência médica. Disse até que estava morrendo, o corpo dele mostrava-se completamente cheio de hematomas.*

Em 9 de maio, quando foi fazer a terceira visita, soube da transferência de Benedito para o Hospital Militar do Exército, onde pôde visitá-lo, quando o esposo lhe mostrou uma toalha ensopada de sangue e vômito.

Em 19 de maio, o jornal *A Província do Pará* informou: “*Faleceu o comunista que estava preso, vítima de forte hepatite aguda*”.

No processo da CEMDP consta o laudo da necropsia feito pela Cátedra de Anatomia e Fisiologia Patológicas da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará, assinado pelo patologista José Monteiro Leite. O diagnóstico macroscópico foi confirmado pelo exame histopatológico dos órgãos. Edraldo Lima Silveira, médico patologista da UFPA, confirmou à CEDMP, em 23 de fevereiro de 1996, que Benedito Pereira Serra faleceu no Hospital Militar de Belém em 16 de maio de 1964, às 19 horas e foi necropsiado no Serviço de Anatomia e Fisiologia Patológicas da UFPA, no dia seguinte.

Em 14 de maio de 1996, o relator Nilmário Miranda votou pelo deferimento, alegando que a morte ocorrera por causa não natural, sete dias após sua internação, ainda sob custódia do Estado. Em virtude dos questionamentos levantados durante a discussão do parecer, Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas ao caso e apresentou seu relatório no dia 19 de novembro de 1996, quando acrescentou declaração de Edraldo Lima Silveira à Comissão Especial:

[...] *Como médico patologista, professor da Universidade Federal do Pará, lotado no Departamento de Anatomia e Fisiologia Patológicas, local onde foi realizada a necropsia do Sr. Benedito Pereira Serra, cabe-me fazer alguns comentários sobre a causa mortis.*

Como está fartamente documentado, sabemos que o Sr. Benedito Pereira Serra foi preso e torturado durante o regime militar de 1964 com posterior morte no Hospital do Exército em Belém do Pará.

Conforme depoimento da esposa da vítima, o mesmo estava preso em prisões diversas, onde eram péssimas as condições de higiene. E conforme laudo da necropsia, sua causa mortis foi hepatite infecciosa. E sabendo que o vírus da hepatite tipo A é contraído através de água e alimentos contaminados por matéria fecal. E que o período de incubação é curto, no máximo em duas semanas já há aparecimento dos sintomas da doença. E que pode evoluir com hepatite aguda fulminante e óbito. E considerando que o Sr. Benedito Pereira Serra gozava de perfeitas condições de saúde física e mental, antes de ser preso, fica fácil concluir que a doença que ocasionou sua morte foi contraída no ambiente prisional, portanto de inteira responsabilidade do regime da época.

Suzana Lisbôa considerou que ficara clara a ocorrência de torturas, as quais, somadas às péssimas condições carcerárias determinaram a morte do preso político Benedito Pereira Serra. Este somente foi levado ao Hospital do Exército quando não mais tinha condições de sobreviver.

A maioria da CEMDP considerou não haver provas suficientes de que a morte ocorrera por causa não natural, como dita a lei. Ausente João Grandino Rodas, o caso foi indeferido por 4 votos. Votaram a favor do reconhecimento da responsabilidade do Estado apenas Nilmário Miranda e Suzana Lisbôa.

Em 2 de dezembro de 1997, Nilmário Miranda apresentou recurso, com base em justificação judicial procedida junto à Justiça Federal pela requerente. A votação anterior foi mantida. Considerou a maioria que as provas apresentadas judicialmente foram as mesmas disponíveis anteriormente.

Com a ampliação dos critérios da lei 9.140, o caso foi reapresentado, incluindo declaração do ex-governador do Pará, Almir Gabriel, que visitara Benedito no antigo Batalhão de Infantaria da PM, em Belém, tendo recomendado sua remoção urgente para o Hospital Geral de Belém, em razão de seu precário estado de saúde. O relator Belisário dos Santos Júnior tornou a ressaltar a certeza do caráter político da prisão e também dos maus-tratos sofridos. Registrou também que:

[...] Ainda que a hepatite pudesse ter sido contraída antes da prisão, o fato é que a tortura e os maus tratos, nestes incluídos a falta de assistência médica inicial antes da situação tornar-se crítica, a falta dos cuidados extremamente especiais que a doença exige, a transferência feita na iminência da morte, provocada por reclamação de influente político local, agravaram em muito e devem mesmo ter sido determinantes do resultado óbito, além de denotar o desprezo da autoridade militar pela pessoa, pela dignidade e pela integridade e saúde do detido, seguramente por sua suposta condição de militante comunista e “agitador subversivo”.

Foram relatores do caso na CEMDP Nilmário Miranda com vistas de Suzana Keninger Lisboa e Belisário dos Santos Júnior.

O caso, que fora indeferido em 22 de novembro de 1996, foi finalmente deferido por unanimidade em 3 de setembro de 2004, após a publicação da lei 10.875/2004.

Documentos consultados:
Casos 114/96 e 113/2002, na
CEMDP.



Dilermano Mello do Nascimento

Nasceu em 9 de fevereiro de 1920, paraibano, filho de Manoel Roberto do Nascimento e de Olga Mello do Nascimento. Morto em 15 de agosto de 1964.

Dilermano era casado com Natália de Oliveira Nascimento.

Integrante do 11º Regimento de Infantaria da FEB, lutou na Batalha de Monte Castelo, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial e foi diplomado pelo governo brasileiro, em 13 de agosto de 1946, com a Medalha de Campanha.

Estudou Economia na Universidade do Distrito Federal, de 1950 a 1954. Fez o Curso de Análise Econômica, em 1957. Em 1959, fez o Curso da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).

Foi integrante da equipe de economistas da Sudene nos anos de 1959 a 1960. Participou diretamente nos levantamentos agrícolas e hidrográficos do Vale do Cariri, no Ceará. Realizou pesquisas no estado do Maranhão, para conhecer as técnicas empregadas para o desenvolvimento e aproveitamento do babaçu, em suas diversas fases desde o plantio até o aproveitamento da baba. Realizou estudos referentes ao beneficiamento da casca do babaçu e seus diversos empregos e também sobre o rendimento do arroz, principalmente na região do Mearim. Fez pesquisas nas fazendas da região maranhense em estado agrícola primitivo, levantando subsídios para a elaboração do Plano Diretor da Sudene.

Em 1963, trabalhou como diretor da Divisão de Material do Ministério da Justiça. Após o golpe de 1964, foi exonerado do cargo. Foi submetido a IPM nas dependências do prédio do Ministério da Justiça, no centro do Rio de Janeiro.

Em 15 de agosto de 1964, um sábado, foi morto no intervalo do interrogatório a que estava sendo submetido no quarto andar do prédio do Ministério da Justiça. O corpo de Dilermano entrou no IML/RJ pela guia 29, da 3ª DP. O registro de ocorrência 2.046 informa:

[...] Houve comunicação que às 9:20h, um homem havia se atirado pela janela do 4º andar do Ministério da Justiça, caindo no pátio interno, morrendo imediatamente. Tratava-se de Dilermano Mello do Nascimento que, desde o dia 12 último, vinha, na sala nº 5, do Serviço de Administração do dito Ministério, prestando declarações em inquéritos administrativo-policiais, presididos pelo Comandante da Marinha de Guer-

ra, José de Macedo Corrêa Pinto e pelo Coronel do Exército, Waldemar Raul Turola. Hoje quando aguardava prosseguimento do inquérito, Dilermano trancou-se na dita sala, cuja maçaneta apresentava defeito e, em seguida, projetou-se por uma janela. Com o morto, dentre outros pertences, havia um bilhete em que se lê: “15/08/64, Basta de tortura mental e desmoralização”, com assinatura ilegível.

O jornal *O Globo*, de 18 de agosto de 1964, traz uma matéria sobre o [...] “Suicídio do Funcionário que era Interrogado no IPM”:

[...] Fontes do gabinete do Ministro Milton Campos confirmaram a *O Globo* uma denúncia encaminhada sexta-feira última ao Professor Caio Mário da Silva Pereira, pouco antes de seu embarque para Belo Horizonte, segundo a qual estariam sendo detidas pessoas até durante três dias, no 4º andar do Ministério nas dependências cedidas para o funcionamento do IPM presidido pelo Coronel Valdemar Turola [...].

Os legistas Cyriaco Bernardino Pereira de Almeida Brandão e Mário Martins Rodrigues determinaram como *causa mortis* de Dilermano Mello do Nascimento esmagamento do crânio.

A viúva, Natália de Oliveira Nascimento, colocou em dúvida a versão policial ao ser entrevistada pelo jornal carioca *Diário de Notícias*, de 11 de novembro de 1964, e contou ter sido presa e sofrido pressões para assinar declarações que ela jamais prestara. Segundo ela, até mesmo o bilhete encontrado no bolso de seu marido seria falsificado.

O laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela do quarto andar, após longo interrogatório dirigido pelo capitão-de-mar-e-guerra Corrêa Pinto. O laudo elaborado pelo perito Cosme Sá Antunes revelou que não houve nenhum elemento que pudesse fundamentar o suicídio. Nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela de onde saltou a vítima, o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples.

O jornal *Última Hora*, de 19 de agosto de 1964, reforça a suspeita levantada pela perícia de que não foi suicídio o que causou a morte de Dilermano, em artigo intitulado “*Perícia: Ex-Pracinha Foi Induzido a Suicídio*”.

Jorge Thadeu Melo do Nascimento, filho de Dilermano, em 3 de janeiro de 1995 prestou depoimento ao GTNM/RJ, declarando que, em 14 de agosto de 1964, às 20 horas, quando tinha 15 anos de idade, dois militares à paisana foram a sua casa, convidando-o para visitar seu pai que se encontrava preso desde o dia 12 de agosto. Ao chegar lá, o capitão-de-mar-e-guerra Corrêa Pinto o obrigou a sentar e não o deixou ver seu pai, ameaçando-o: “[...] *Se seu pai não confessar, não sairá vivo daqui e se ele não confessar quem vai pagar tudo é a família*”.

A CEMDP reconheceu o caso como de responsabilidade do Estado nos termos da lei 9.140/95 por unanimidade em 2 de abril de 1996, ao considerar que Dilermano morreu por causa não natural em “dependência policial ou assemelhada”, acusado de atividades políticas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 188/96, na CEMDP.

Newton Eduardo de Oliveira

Nasceu no Recife (PE), em 13 de outubro de 1921, filho de Abelardo Augusto de Oliveira e Aurora Luiza de Oliveira. Suicidou-se em 1º de setembro de 1964, na prisão. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Odete Menezes de Oliveira com quem teve filhos.

Era gráfico. Filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas em março de 1952 e até sua prisão e morte atuou em defesa dos trabalhadores gráficos. No Arquivo do DOPS/RJ, consta que foi, em 1963, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, fazendo parte do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, editado em 9 de abril de 1964.

Newton Eduardo de Oliveira vivia clandestino desde o golpe em abril de 1964, suicidou-se em 1º de setembro, deixando uma carta transcrita no jornal *Última Hora*, de 4 de setembro de



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 112/04, na CEMDP.

1964, em que dizia: “*Cinco meses de indecisão e completa falta de liberdade [...] Só via duas saídas: a morte ou a prisão, com todas as conseqüências de uma polícia desumana e cruel. Preferi a morte*”.

Seu crime, como diz o jornal citado, foi a defesa da aposentadoria especial para a sua categoria – os gráficos.

Seu corpo entrou no IML/RJ com a guia 100 do Hospital Miguel Couto, registrando sua morte como suicídio. O jornal *Última Hora* de 4 de setembro de 1964 publicou a carta escrita por Newton antes de se suicidar, na qual destacou sua luta sindical e declarou que, após ter sido privado da liberdade, só lhe restariam duas alternativas, a morte ou a prisão. Tendo preferido morrer, despediu-se afirmando que sua família era inocente e suplicou para que não fossem cometidas quaisquer injustiças contra ela. O legista João Guilherme Figueiredo determinou como *causa mortis* a “[...] *ruptura do fígado, pâncreas, rins e veia renal esquerda, hemorragia interna e anemia aguda conseqüente*”.

Inicialmente, a família de Newton não entrou com requisição de indenização na CEMDP. Após a ampliação da lei 9.140/95, que passou a contemplar as vítimas de suicídios, seu caso foi apresentado, com o nº 112/04, tendo como relator Belisário dos Santos Júnior. No parecer do relator foi apresentado o depoimento de Clodesmidt Riani, líder sindical da época, também cassado pelo AI-1, no qual ele afirma que Newton nunca demonstrou qualquer perturbação mental, sendo uma liderança sindical de projeção nacional, havia muitos anos responsável por cargos de representação de trabalhadores. O caso foi aprovado por unanimidade em 3 de novembro de 2005.

O assassinato dos líderes da Liga Camponesa de Sapé



João Alfredo Dias (Nego Fubá)

Nasceu em 23 de junho de 1932, em Sapé (PB), filho de Alfredo Ulisses Gonçalo e Amélia Gonçalo Dias. Desaparecido em 7 de setembro de 1964. Era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Sapateiro e camponês foi um dos organizadores da Liga Camponesa de Sapé. Antes de 1964, esteve várias vezes preso, por seu trabalho de organização dos camponeses. Nas eleições municipais de 1963 foi eleito vereador em Sapé, com mais de 3 mil votos, tendo sido um dos mais votados naquele pleito.

Logo após o golpe, João Alfredo Dias foi preso no 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB). Foi torturado e lá ficou detido até setembro de 1964.



Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro)

Nasceu em Itabaiana (PB), em 8 de junho de 1909, filho de Pedro Antônio Félix e de Ana Maria da Conceição. Desaparecido em 7 de setembro de 1964. Era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Casou-se com Maria Júlia de Araújo, com quem teve cinco filhos. Era uma liderança dos camponeses de Sapé, chegando a se tornar presidente das Ligas Camponesas e membro da Federação das Ligas Camponesas.

Teve intensa militância política antes de 1964, junto com João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962. Sofreu ameaças de morte por diversas vezes.

As mortes

Pedro Inácio foi preso pelos órgãos de segurança em 8 de maio de 1964 e levado para o 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB), onde ficou detido até setembro de 1964.

Francisco de Assis Lemos de Souza, engenheiro agrônomo, professor da Universidade Estadual de Londrina (PR), declarou, em documento público, que se encontrava preso em agosto de 1964, no quartel do 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, respondendo a IPM sobre o Grupo dos Onze, sob a chefia do major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro. Na cela encontravam-se outros presos políticos, dentre os quais Pedro Inácio Araújo, conhecido como *Pedro Fazendeiro*. Em determinado dia, um sargento avisou a Pedro Inácio que juntasse seus pertences, pois iria ser colocado em liberdade. Outro preso, Antônio Fernandes, deu algum dinheiro a Pedro, recomendando-lhe que tomasse um táxi imediatamente, porque se tornou comum soltar os presos para depois capturá-los novamente, transferindo-os para outros quartéis.

Dois dias depois, os jornais publicaram fotos de dois cadáveres, encontrados à margem da estrada Caruaru–Campina Grande, insinuando que se tratava de “*desconhecidos ou bandidos*”. Francisco de Assis testemunhou: “[...] *Tanto eu quanto Antônio Fernandes suspeitamos tratar-se de Pedro Inácio e João Alfredo devido à semelhança física como, também, aos calções que as vítimas vestiam que eram semelhantes aos que usavam na prisão*”.

Mais tarde, Francisco tomou conhecimento do desaparecimento de Pedro Inácio e João Alfredo Dias (conhecido como *Nego Fubá*) pela esposa do primeiro, Maria Júlia de Araújo.

Outra declaração, também registrada em cartório, de Antônio Augusto de Arroxelas Macedo, vereador em João Pessoa, à época do golpe militar, informa que conheceu Pedro Inácio e ficou com ele na prisão.

Em 10 de setembro de 1964, o jornal *Correio da Paraíba* publicou a manchete “*Esquadrão da Morte Executa Mais Dois*”. A matéria denunciava que foram encontrados dois corpos na Rodovia BR-10, que liga Campina Grande a Caruaru. Os dois mortos teriam sido enforcados. Não teria sido possível a identificação em razão do avançado estado de putrefação.

Márcio Moreira Alves, no livro *Torturas e Torturados*, denunciou o desaparecimento e publicou a carta da esposa de Pedro, Maria Júlia de Araújo, de 7 de outubro de 1964, a qual reproduzimos:

Exmo. Sr. Redator do Correio da Manhã, Saúde (etc.).

Peço a V. Excelência que se digne a publicar neste conceituado jornal o que segue:

O meu esposo, Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, como delegado das Ligas Camponesas da Paraíba nunca foi comunista somente porque lutava em benefício dos camponeses sofredores nas Usinas, nos engenhos e latifúndios. Porque somos agricultores também, por isso dr. Redator meu esposo foi preso no dia 8 de maio pelo Exército. O Grupamento de Engenharia libertou ele no dia 16 de junho por não [ter]curpa [sic] formada não houve prisão [sic] preventiva, porém os inquéritos a esta altura passou a responsabilidade do major Cordeiro do 15 R.I. e este prorrogou a detenção [sic] dele por mais 20 dias e depois mais 20; e assim sucedeu até 7 de setembro. Quando fui visitar ele no dia 10 do mesmo mês de setembro fui informada no quartel que ele havia sido sorte [sic] há 3 dias e o resultado é que procurei ele em todos os quartéis: de Natal, Recife, João Pessoa, não tendo notícia de espécie nem uma [sic] toda apreensiva com o desaparecimento misterioso. Passo muita fome com meus cinco filhos menores que choram o desaparecimento do pai. O comentário do povo é que ele foi assassinado. Confio em Deus, nas autoridades superiores e em V. Excia. E no dinamismo deste grande e combativo jornal que o desaparecimento de meu esposo chegará até aos ouvidos do sr. Presidente da República e do Ministro da Guerra.

Antecipadamente agradeço a Vossa Excia. Com meu protesto de estima e considerações, subscrevo-me Maria Júlia de Araújo.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 221-222.

Casos 133/96 e 170/96, de João Alfredo Dias, e 135/96, de Pedro Inácio de Araújo, na CEMDP.



Em 1979, com a promulgação da Lei de Anistia, as denúncias apareceram com mais detalhes. O jornal *O Momento* publicou, em 13 de outubro de 1979, que Pedro Inácio de Araújo (*Pedro Fazendeiro*) e João Alfredo Dias (*Nego Fubá*) depois de libertados em 7 de setembro de 1964, foram recapturados pela polícia e assassinados. Seus corpos foram jogados à beira de uma estrada.

Os nomes de Pedro Inácio de Araújo e de João Alfredo Dias constam do anexo I da lei 9.140/95. Considerados desaparecidos políticos, a responsabilidade do Estado por suas mortes foi reconhecida automaticamente por ocasião da publicação da lei.

A história da vida de João Pedro e Elizabeth Teixeira, João Alfredo e outros camponeses aparece no documentário *Cabra Marcado Para Morrer*, de 1984, dirigido por Eduardo Coutinho.

Israel Tavares Roque

Nasceu em Nazaré (BA), em 3 de janeiro de 1929, filho de Lydio José Roque e Lygia Violeta Tavares Roque. Desaparecido em 15 de novembro de 1964. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A primeira prisão de Israel aconteceu anos antes do golpe de 1964, no dia 31 de julho de 1953, quando trabalhava no Jornal *O Momento*, órgão do PCB na Bahia.

Em 15 de novembro de 1964, Israel foi detido por um policial baiano em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), o mesmo que o prendera tempos antes em Salvador (BA), sendo conduzido a uma delegacia que funcionava na estação. Seu irmão Peres, que estava junto, tentou impedir a prisão, mas não conseguiu. Passou então a procurá-lo em diversas delegacias do Rio de Janeiro e de Salvador, mas sem sucesso. Depois disso, nunca mais foi visto.

Na CEMDP, o relator, general Oswaldo Pereira Gomes, registrou a certeza da militância política de Israel no PCB da Bahia, motivo que o levava a ser preso na década de 1950, mas pediu o indeferimento do caso alegando não haver provas da última prisão.

O conselheiro Nilmário Miranda pediu vistas ao caso e realizou diligência para reunir provas a favor do pedido da família de Israel. No Arquivo Público do Rio de Janeiro, onde estão os arquivos do extinto DEOPS/RJ, encontrou quatro documentos referentes a ele descrevendo sua militância política até 1958, como dirigente do Comitê Municipal do PCB de Salvador.

Para Nilmário Miranda, os documentos demonstraram que Israel continuou trabalhando no jornal *O Momento* e militando no PCB, e que era vigiado pela polícia política. Levou em consideração também as declarações de algumas pessoas, entre elas a professora Sônia de Alencar Serra, da UFBA, que serviram para comprovar a militância de Israel no PCB depois de 1953.

A CEMDP considerou insuficientes os indícios apresentados pelo requerente e propôs algumas diligências, que foram realizadas por Nilmário Miranda. Ele transcreve em seu relatório informações prestadas pela Sra. Alba Regina:

[...] procurei um amigo na Marinha [...] o comandante Clemente José Monteiro Filho. Ele informou-me que o nome de Israel Tavares Roque não constava da lista de presos em poder da Marinha, Exército ou Aeronáutica, nem no DOPS/RJ. Que, no entanto, a polícia política da Bahia comunicou aos órgãos de segurança no Rio que iria fazer operação no Rio para prender Israel Tavares Roque.

E, ao final, Nilmário Miranda pede o “reconhecimento como desaparecido político, uma vez que não houve nenhuma [ilegível] de comunicação da prisão de Israel Tavares Roque, nem o governo da Bahia respondeu aos apelos desta Comissão”.



A CEMDP seguiu o voto de Nilmário Miranda pelo deferimento do pedido 348/96, aprovando-o por unanimidade em 15 de maio de 1997, incluindo a mudança de voto do general Oswaldo Pereira Gomes.

Documentos consultados:
Caso 348/96, na CEMDP.

Onofre Ilha Dornelles

Nasceu em 21 de julho de 1918, natural de Santa Maria (RS), filho de Vicente de Paula Dornelles e Celina Cândida Dornelles. Morto em 28 de dezembro de 1964. Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Era sindicalista ferroviário, casou-se com Marieta da Silva Dornelles e teve dois filhos, Volnei e Vilnei.

Onofre exerceu a profissão de ferroviário durante 26 anos e era funcionário da Viação Férrea do Estado do Rio Grande do Sul. Foi presidente da União dos Ferroviários Gaúchos e, devido a sua atuação sindical, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, em 9 de abril de 1964.

Após o golpe militar, entre abril e outubro daquele ano, esteve preso em vários quartéis de Santa Maria, entre eles o 7º Regimento de Infantaria e Batalhão de Carros de Combate Leves. Em decorrência das torturas sofridas e das condições de prisão, sua saúde ficou seriamente abalada. Após pressão de seus companheiros de prisão, foi libertado em outubro, vindo a morrer na Santa Casa da cidade, no dia 28 de dezembro.

A viúva de Onofre e seus filhos requereram ao ministro da Justiça e ao presidente da CEMDP a revisão do valor da pensão recebida. Seus companheiros de prisão, o conceituado advogado gaúcho Adelmo Simas Genro, pai do ministro da Justiça Tarso Genro, e Izidoro Lima Garcia, atestaram a veracidade dos fatos relatados no requerimento encaminhado também à Comissão de Indenização dos Presos Políticos do Rio Grande do Sul. Este pedido foi negado, assim como o de Adelmo, pois Onofre permaneceu sob a guarda de agentes e órgãos federais e não estaduais, como era exigência prevista na lei estadual 11.042/97.

Na CEMDP, o mérito do requerimento (070/02) não foi analisado, sendo encaminhado à Comissão de Anistia em 28 de janeiro de 2003.

No entendimento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, com a ampliação de prazos e da abrangência da lei 9.140/95 que ocorreu entre 2002 e 2004, quando se passou a considerar os casos de pessoas que tenham falecido em virtude de repressão policial em manifestações públicas ou em conflitos armados, ou em decorrência de suicídio, não restou dúvida quanto à necessidade de se reconhecer a responsabilidade do Estado na morte de Onofre para fins de indenização.

Documentos consultados:
Requerimento apresentado à Comissão de Indenização dos Presos Políticos do Rio Grande do Sul.

Albertino José de Oliveira

Presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Desapareceu após o golpe militar de 1964. Logo depois seu corpo foi encontrado em estado de putrefação nas matas do Engenho São José.

Em nota oficial da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, foi dado a conhecimento público que Albertino havia se suicidado por envenenamento, não havendo qualquer indício que pudesse comprovar tal fato.

Não foi apresentado requerimento sobre o caso à CEMDP.

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.
Arquivos do IEVE/SP.





Divo Fernandes D'Oliveira

Nasceu no município de Tubarão (SC), em 3 de janeiro de 1895, filho de João Thomaz D'Oliveira e Thomásia Bernarda de Jesus. Desapareceu entre 1964 e 1965. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Teve uma infância atribulada de menino pobre. Aos 16 anos, alistou-se na Marinha Mercante. Sua matrícula na Capitania dos Portos em Florianópolis recebeu o nº 2.662, datada de 6 de julho de 1911, livro 9, fl.182.

De porto em porto pelo Brasil, acompanhou de longe a Revolta da Chibata. Era taifeiro da Marinha e, por isso, vivia embarcado. Militava no PCB e tinha como principal tarefa levar a correspondência e os jornais a militantes de vários portos do Brasil.

Em 1963, já era um velho comunista. Tinha pouca vida orgânica no PCB, era considerado indisciplinado pela direção do partido.

Casou-se aos 68 anos com Nayde Medeiros, professora em Criciúma, em 7 de dezembro de 1963. Com ela teve uma filha, mas teve pouca convivência familiar.

No Rio de Janeiro (RJ), participou do famoso Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, quando o presidente João Goulart defendeu as reformas de base. Dias depois, foi dado o golpe e Divo passou a enfrentar dificuldades. Comunicou-se com sua esposa e tomou conhecimento de que os militantes da região estavam sendo presos. Divo também foi preso no Rio de Janeiro.

De início, ficou no presídio Lemos de Brito. Sua esposa chegou a visitá-lo uma vez. No ano seguinte, voltou para visitá-lo, mas, chegando lá, os guardas informaram que Divo tinha desaparecido da prisão. Ela se assustou com tal informação e disseram-lhe, então, que ele poderia ter sido transferido. Ele estava com 70 anos de idade. Nayde Medeiros D'Oliveira, inconformada, percorreu presídios, cemitérios e escreveu apelos às autoridades. Nunca recebeu respostas, nem certidão de óbito, nem o corpo, nem a pensão da Marinha, nenhuma explicação lhe foi dada.

Em 19 de abril daquele mesmo ano de 1965, foram localizados alguns pertences de Divo, no DESIP do Rio de Janeiro.

A filha de Divo, Alba Valéria, começou a procurar o pai depois de adulta. Em 1989, esteve no Rio de Janeiro, onde visitou várias repartições públicas e presídios. Uma funcionária do DESIP localizou uma pasta, de nº 21.426, onde havia o nome de Divo Fernandes D'Oliveira. Na pasta Alba encontrou alguns documentos pessoais e nada mais.

Conforme as declarações de Jorge Feliciano, ex-militante do PCB e ex-presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, e de Amadeu Luz, dirigente do PCB em Criciúma no período de 1960 a 1975, Divo deve ter sido morto no presídio Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, em fins de 1964 ou início de 1965. Seu corpo nunca foi entregue à família.

Com base nos depoimentos e na carta enviada por Nayde a Divo, na prisão, em resposta à carta dele, a CEMDP, por unanimidade, aprovou seu nome para inclusão dos reconhecidos pela lei 9.140/95, em 14 de maio de 1996. O caso (192/96) teve como relator Nilmário Miranda.

Documentos consultados:
Caso 192/96, na CEMDP.

1 9 6 5



Guerrilheiros liderados pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório tomaram a cidade de Três Passos (RS), em 25 de março de 1965, mas foram detidos pelo Exército três dias depois, no Paraná.



Elvaristo Alves da Silva

Nasceu em 28 de dezembro de 1923, em Ibirama (RS), filho de Francisco Alves Dias e Julieta Alves da Silva. Foi morto em 10 de abril de 1965. Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Agricultor, Elvaristo era casado e tinha seis filhos. Morava em Três Passos (RS) e foi perseguido por ser brizolista.

Conforme declaração de seu filho, Norberto da Silva, sua casa foi várias vezes cercada e vasculhada por soldados da Marinha e do Exército.

No último sábado de março [...] se dirigiu para o quartel da Marinha para ver o que queriam novamente com ele. O declarante estava em casa, com seu irmão mais velho, quando duas horas, mais ou menos, após a saída de seu pai, o mesmo retornou acompanhado de três camburões do Exército. A casa foi sitiada novamente, todas as revistas foram novamente feitas, sendo que neste momento o declarante, seu irmão mais velho e seu pai estavam dentro de casa, e que inclusive os cadernos de aula dos mesmos foram revisitados [...] Como sabia que estava sendo levado preso, o mesmo foi até o quarto para fazer a troca de roupa, pois costumava andar de bombacha, bota, chapéu (pilchado) [vestido à moda dos pampas], momento este em que um tenente se aproximou e disse: “Eu quero lhe fazer um pedido: que eu tô vendo que isso tudo contra o senhor é mentira; isso aí é uma calúnia; eu só quero que o senhor negue que é ‘Brizolista’ que o senhor vai ficar detido só até acalmar isso; o senhor vai ser ouvido e vai ser liberado, vai voltar para casa”. Momento este em que o pai do declarante respondeu para o tenente da seguinte maneira: “O senhor me desculpa, que o senhor é autoridade e eu não sou; sou preso. Mas se o senhor não é homem eu sou. Nasci neste partido e morro neste partido, se tocar de brigar junto com Brizola, derramamos sangue juntos”.

Após este fato, o mesmo foi levado para o quartel de Três Passos.

O ex-deputado gaúcho Fernando Guedes do Canto declarou, em depoimento sobre Elvaristo à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1995:

[...] Elvaristo Alves da Silva – anônimo integrante da comunidade em que vivia, agricultor pobre e sem instrução – era conhecido no distrito de Alto Uruguai, onde residia, pela dedicação ao trabalho necessário ao sustento de numerosa família, pela honestidade e pelo incomum espírito de solidariedade muitas vezes demonstrado. Ativista político, filiado ao Partido Trabalhista, era fervoroso defensor da política desenvolvida por Leonel Brizola, quando governador do Rio Grande do Sul (1958-1962). Suas atividades par-

tidárias e o entusiasmo às vezes demonstrado na defesa de suas idéias jamais chegaram a trazer conseqüências indesejadas à sua vida ou ao seu relacionamento na sociedade, muito menos, à ordem pública.

Elvaristo morreu no quartel do 1º Regimento de Cavalaria Motorizada de Santa Rosa, em 10 de abril de 1965, após ter ficado detido em Três Passos (RS). A versão oficial de sua morte indicou suicídio. A perseguição a Elvaristo é anterior ao golpe de 1964, quando ajudava na organização de comícios políticos.

Em março de 1965, a repressão ao movimento armado dirigido pelo coronel Jefferson Cardin Alencar Osório deteve várias pessoas para averiguação de possível envolvimento, entre as quais Elvaristo. Os detidos foram levados para o quartel do Exército, no município de Santa Rosa (RS).

Elvaristo, inconformado, tentou a fuga. Foi retirado da companhia dos demais presos, e na noite do mesmo dia estes foram informados de seu suicídio por enforcamento, segundo o depoimento de Fernando Canto.

Dez dias depois, a família foi comunicada da morte de Elvaristo. O atestado de óbito diz que morreu em 10 de abril de 1965, de asfixia por enforcamento, no quartel do 1º Regimento de Cavalaria Motorizada. Foi sepultado no Cemitério de Lageado Bonito, município de Três Passos (RS).

A CEMDP, no caso 340/96, não teve como analisar a ocorrência ou não do suicídio, já que os únicos documentos encontrados são os que trazem a versão oficial. Entretanto, foi unânime a votação pela inclusão do nome de Elvaristo Alves da Silva entre os beneficiários da lei 9.140, em 27 de agosto de 1996, tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa.

Documento consultado:
Caso 340/96, na CEMDP.

Leopoldo Chiapetti

Nascido em 17 de junho de 1906, em Garibaldi (RS), filho de Giacomo Chiapetti e Serena Chiapetti. Morreu em 21 de maio de 1965.

O livro *Direito à Memória e à Verdade* diz que:

Leopoldo Chiapetti foi preso em sua casa, na cidade de Mariano Moro (RS), no dia 30/04/1964, pela Brigada do Estado do Rio Grande Sul, sob a acusação de participar do chamado Grupo dos Onze de Mariano Moro, ligado a Leonel de Moura Brizola.

Um relatório da Delegacia Regional de Polícia de Erechim, de 30/04/1964, afirmava que ele era presidente do Grupo dos Onze e fora enquadrado no Art. 24 da LSN. Durante o período em que ficou preso, na Delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30 de abril a 21 de maio de 1964, sofreu torturas físicas em todo o corpo, inclusive órgãos genitais, afogamento em água gelada e choques elétricos, e também torturas psicológicas, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção [...]

No dia 03/05/1964 foi internado em decorrência das lesões resultantes e ficou sob custódia da Polícia, no Hospital Santa Terezinha, de Erechim, conforme documentos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Posto em liberdade no dia 21/05/1964, era obrigado a comparecer semanalmente na Delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos "elementos vigiados".

Em conseqüência dos maus-tratos, sua saúde ficou debilitada e morreu em 21 de maio de 1965. As testemunhas Jofre Laurau e Artêmio Mocelin confirmam os fatos. Consta também do caso na Comissão Especial a declaração do conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Celso Testa, confirmando que Chiapetti era um grande líder político na região de Mariano Moro e que as torturas foram praticadas a mando do coronel da Brigada Militar Gonçalves Curio de Carvalho.

Na CEMDP, o relator, João Batista Fagundes, informou que o processo de Leopoldo Chiapetti foi aprovado pela Comissão de Indenização aos Presos Políticos do Rio Grande do Sul, já que fora reconhecida sua prisão, e votou também pela sua aprovação, sendo o caso 104/02, deferido por unanimidade, em 1º de dezembro de 2004.

Documentos consultados:

Processo 104/02, na CEMDP.
Direito à Memória e à Verdade:
Comissão Especial sobre Mortos
e Desaparecidos Políticos.
Brasília: SEDH, 2007.

Severino Elias de Melo

Nascido em 20 de julho de 1913, no distrito de Espírito Santo (PB), filho de Paulino de Mello e Geomira Araújo de Mello. Morto em 30 de julho de 1965.

Comerciante, casado com Alice Myaczna de Mello.

Desde pequeno, como mascate, percorria o sertão com seu jegue vendendo alguma coisa para ajudar na sobrevivência da família. Aos 17 anos de idade foi para o Rio de Janeiro (RJ) e se inscreveu na Aeronáutica. Participou junto com Luís Carlos Prestes da Revolta dos Tenentes, tendo sido por isso afastado da Força Aérea.

Preso para averiguações por oficiais da Aeronáutica, todos à paisana e portando metralhadoras, em 28 de julho de 1965, foi conduzido para a Base Aérea do Galeão (RJ). Lá permaneceu incomunicável por um dia, ao fim do qual foi dado como morto por suicídio.

Sua filha conta que, quando soube da sua prisão, eliminou todos os documentos que pudessem comprometê-lo e acrescenta:

[...] No dia 30, pela manhã tomamos ciência que estava morto quando oficiais da Aeronáutica, fardados, em uma Kombi oficial, chegaram a nossa casa com uma nota que me entregaram. Nela registrava-se que meu pai se suicidara com um lençol. Não acreditei e friamente após a leitura assisti a devassa que fizeram na casa derrubando tudo em busca do que eu já tinha eliminado. Ao saírem murmurei: “Não encontraram o que procuravam?” Isso foi o suficiente para, mal terem saído, retornarem e retirando meu filho dos meus braços e lançando-o ao chão, arrastarem-me, sob resistência, para dentro do veículo.

Segundo nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança, Elias teria se enforcado com um lençol, em 30 de julho de 1965. Registro de ocorrência de nº 1.122, da 37ª DP, de 30 de julho, confirma comunicação da Base Aérea do Galeão e informa que:

[...] cerca de zero hora de hoje, o indivíduo Severino Elias de Melo, de qualificação ignorada, preso para averiguações por ordem do encarregado de um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado no Núcleo do Parque de Material Bélico, suicidou-se (enforcou-se) no xadrez da Base Aérea do Galeão.

Seu óbito, de nº 29.474, teve como declarante Dalton Pereira de Souza e foi firmado pelo médico Cyriaco B. P. de Almeida Brandão. O corpo de Severino foi retirado por sua família e enterrado no Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* como tendo militância política desconhecida. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro foi encontrado dossiê do Departamento Federal de Segurança Pública (“*Comunismo no Exército*”) que inclui seu nome em uma lista de pessoas libertadas em 1935.

A Secretaria de Segurança Pública do antigo Estado da Guanabara, em resposta a telex procedente de São Paulo, com data de 17 de junho de 1966, afirma:

Segundo informação de 24/02/66, da Seção de Atividades Estrangeiras, após intensiva sindicância, ficou devidamente apurado que a Editora Vitória¹ tinha os seguintes diretores: Srs. José Gutman, Ramiro Luchesi e Severino Mello, sendo o diretor gerente o primeiro desses diretores.

Alguns dias após a Revolução, a Editora Vitória foi interditada a funcionar e, em seguida, foi criado um IPM [...].

1. A Editora Vitória era notoriamente vinculada ao PCB, tendo destacada atuação na publicação de obras marxistas até o golpe de 1964.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.
Caso 226/96, na CEMDP.

Na CEMDP, o relator Luís Francisco Carvalho Filho registrou que, independente da apuração da *causa mortis*, era possível verificar pelos documentos da época que ele não morrera de forma natural e que se encontrava em dependência militar. Acrescentou que o fato de não serem conhecidos os detalhes da militância política de Severino não impediam seu reconhecimento. E mais: “[...] *o essencial é o caráter político da ação [...]. Não é necessário que haja um caso formal. Basta a prisão decorrente de atividade política, ainda que apenas verbal e circunscrita*”.

Seu caso na CEMDP foi aprovado por unanimidade, em 14 de maio de 1996.

1 9 6 6



Arquivo Público do Estado de São Paulo

Manifestação estudantil contra o governo em março de 1966, em Belo Horizonte.



Darcy José dos Santos Mariante

Nasceu em 29 de novembro de 1928, em Caxias do Sul (RS), filho de Theotonio Mariante Filho e Maria Cândida dos Santos Mariante. Morto em 8 de abril de 1966. Militante do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nos anos 1960, mais tarde se integrou ao Grupo dos Onze.

Era capitão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e casado com Ires Melo Mariante, com quem tinha dois filhos.

Foi preso e torturado em janeiro de 1965. Darcy foi processado, punido disciplinarmente e afastado de suas funções profissionais, enquadrado no artigo 7, do Ato Institucional nº 1, sob a alegação de que teria permitido discussão sobre os assuntos políticos, aliciando militares contra o golpe de 1964. Tal punição e o alijamento de suas atividades abalaram seriamente Darcy José, levando-o a tornar-se deprimido de maneira intensa e contínua. Mesmo assim, a perseguição política contra ele se manteve. Em 8 de abril de 1966, matou-se com um tiro no peito.

Ao caso foram anexados depoimentos de seus ex-companheiros na Brigada Militar, como Itaboraí Pedro Barcellos, coronel reformado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que acredita que o fato de Darcy José ter sido destituído de suas funções contribuiu para seu suicídio. Para Maildes Alves de Mello, advogado e coronel reformado (BM/RS), a repressão política o levou à depressão e ao suicídio.

Na CEMDP, o caso 356/96, que teve como relator o general Oswaldo Pereira Gomes, foi indeferido em 27 de agosto de 1996. Com a ampliação da abrangência da lei 9.140/95, o novo relator na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior, considerou que, “[...] o suicídio decorreu, como demonstrado pelas testemunhas, da prisão e da tortura psicológica – esta, nos depoimentos, afirmada como humilhações, constrangimentos, etc. – a que foi submetido o Capitão BM Darcy José dos Santos Mariante”. Desse modo, votou pelo reconhecimento da morte, por considerá-la decorrência da prisão e das seqüelas psicológicas conseqüentes das detenções e do tratamento humilhante, sendo o segundo requerimento do caso, de nº 150/04, deferido por unanimidade em 8 de dezembro de 2005.



Documento consultado:
Casos 356/96 e 150/04, na
CEMDP.

José Sabino

Militância política desconhecida. Morto em 19 de maio de 1966.

O corpo de José Sabino entrou no IML/RJ na data de sua morte com a guia 3 do Hos-

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos
 Políticos a Partir de 1964, op cit.

pital Paulino Werneck, após ter sido ferido à bala em manifestação de rua no Rio de Janeiro (RJ), reprimida pela polícia.

Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e não foi apresentado requerimento sobre o caso à CEMDP.

José Nobre Parente

1. O jornal “*Última Hora*”, do Rio de Janeiro, publicou na edição de 25 de maio de 1966 a manchete de primeira página “*Preso Político se Matou nas Grades do Xadrez*”, e na página 2 a matéria “*Preso Político Suicida-se no Xadrez*”.

No dia 1 de junho, o mesmo jornal publicou a notícia “*Rede Cearense Manda Espancar Repórter de UHP*”.

Nasceu em Quixeramobim (CE) em 17 de outubro de 1928, filho de Francisco Parente e Amélia Nobre Parente. Morto em 19 ou 20 de maio de 1966.

Segundo o relato feito por sua filha Sara Cavalcante à Associação 64/68 – Anistia, do Ceará, em 12 de novembro de 2003:

No dia 17 de maio de 1966, o senhor José Nobre Parente, ferroviário, casado, pai de três filhas, saiu para trabalhar e não mais retornou, segundo sua esposa, a senhora Francisca Cavalcanti Parente. Nesse mesmo dia, por volta das 15 horas, parou um jeep em frente à sua casa, um homem desceu e avisou da prisão do senhor José Nobre Parente. Vários ferroviários foram presos nesse dia. Estavam acontecendo acidentes com trens de carga no estado do Ceará e justamente no dia anterior, mais precisamente no dia 17 de maio, um trem que estava indo de Fortaleza para o município de Aurora foi desencarrilhado, causando um acidente que ocasionou essas prisões. Essa informação foi obtida através de uma pequena nota no Jornal do Brasil daquela época, onde diz que o ferroviário aqui citado cometeu suicídio por entregar todos os outros companheiros. No dia 18 de maio pela manhã, dona Francisca, um cunhado e o sogro foram visitá-lo no xadrez da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Foram entregues à sua esposa seus pertences, que eram: um anel, a aliança, o relógio e o cinto. Ao conversar com o marido, dona Francisca conta que ele estava apavorado e fez-lhe um pedido: “Aconteça o que acontecer não se separe de nossas filhas e que tirassem ele dali, pois ele não iria suportar o que estava acontecendo”.

No dia 19 de maio pela manhã, quando dona Francisca foi visitá-lo, acompanhada de uma cunhada, o delegado pediu que esperasse o carcereiro verificar se estava tudo bem. Foi quando o rapaz veio gritando dizendo que o homem estava morto.

No velório tinha policial disfarçado para impedir qualquer manifestação. Quando chegou o atestado de óbito do IML, foi entregue ao irmão do morto, o senhor Valfredo, que, ao ler que a causa da morte foi fratura no crânio e não asfixia mecânica como haviam dito na Secretaria de Segurança, fez um discurso. Rapidamente os policiais detiveram o senhor Valfredo e outros irmãos e cunhados do morto e tomaram o documento. Os parentes do senhor José Nobre Parente prestaram depoimento. Mas nada foi provado. Se ele era ou não envolvido com comunistas, só se sabe que a imprensa entrevistou a viúva e que o repórter Edmundo Maia, que fez a matéria, foi espancado em plena praça pública de Fortaleza [Última Hora, 25 de maio e 1º de junho de 1966¹].

Dona Francisca só recebeu um seguro de vida e a pensão pelo INSS. De acordo com documentos, a RFFSA nunca pagou os direitos da viúva. Isto é o pouco que sabemos da morte de nosso pai.

Dados retirados da certidão de óbito, emitida pelo Cartório Cysne, dão como data da morte 20 de maio de 1966 e que a mesma se deu por “asfixia mecânica por constrição do pescoço, enforcamento”, sendo assinado pelo legista Edson Lopes.

A Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, instituída pela lei 13.202 de 2002 do estado do Ceará, reconheceu a prisão, tortura e morte do ferroviário acusado de subversivo, concedendo à viúva a indenização prevista em lei.

Documentos consultados
 Informações fornecidas pela
 Comissão Especial de Anistia
 Wanda Sidou do Ceará.
 Associação 64/68 – Anistia –
 Ceará.



Manoel Raimundo Soares



Nasceu a 15 de março de 1936, em Belém (PA). Filho de Etelvina Soares dos Santos. Morto entre 13 e 20 de agosto de 1966. Era militante do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26).

Cursou o primário no Grupo Escolar Paulino de Brito. Depois foi para o Instituto Lauro Sodré, onde fez o curso de aprendizagem industrial, estudou e trabalhou em uma oficina mecânica. Aos 17 anos de idade foi para o Rio de Janeiro (RJ) e, em 1955, ingressou no Exército. Era um estudioso e amante da música erudita.

Em 25 de agosto de 1963, foi transferido do Rio de Janeiro para o Mato Grosso como represália à sua participação na vida política do país e, em abril de 1964, teve sua prisão decretada. Passou a viver na clandestinidade.

Foi preso no dia 11 de março de 1966, em frente ao Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre (RS), por dois militares à paisana: sargento Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, da 6ª Companhia da Polícia do Exército (PE), por ordem do comandante dessa guarnição, capitão Darcy Gomes Prange. Foi conduzido em um táxi à PE, onde foi submetido a torturas pelo tenente Glênio Carvalho Sousa. Também participaram do espancamento o 1º tenente Nunes e o 2º sargento Pedrosa. Mais tarde, os mesmos militares o entregaram ao DOPS com a recomendação de que só poderia ser solto por ordem do major Renato da PE.

No DOPS, Manoel foi torturado pelos delegados Itamar Fernandes de Souza e José Morsch, entre outros.

Segundo depoimentos das testemunhas ouvidas no inquérito instaurado para esclarecimento da prisão, tortura e morte do sargento Manoel Raimundo, sua *via crucis* pelos órgãos de repressão foi a seguinte: até o dia 19 de março esteve detido no DOPS; em seguida, foi transferido para a ilha-presídio existente no rio Guaíba; em 13 de agosto, foi recambiado para o DOPS. Depois dessa data, não se soube de Manoel Raimundo. O advogado carioca Marcelo Alencar impetrou *habeas corpus* a favor do sargento junto ao STM, mas as autoridades informaram à Corte que ele não se encontrava preso e que não tinham notícias dele. O corpo de Manoel Raimundo Soares foi encontrado por um pescador em 24 de agosto de 1966, em estado de putrefação, com os membros atados às costas por macegas, boiando no rio Jacuí, nas proximidades de Porto Alegre, e este incidente ficou conhecido como “Caso das mãos amarradas”.

No inquérito aberto, várias testemunhas contradisseram a nota oficial divulgada à época, que dava conta da soltura de Manoel Raimundo em 13 de agosto. O estudante de agronomia Luís Renato Pires de Almeida, preso na mesma época e desaparecido mais tarde na Bolívia, afirmou que Manoel Raimundo estava em uma das celas do DOPS gaúcho na noite de 13 de agosto e nos dias seguintes; informação confirmada pelo depoimento do ex-guarda-civil Gabriel Albuquerque Filho.

O inquérito arrolou como acusados da prisão, tortura e morte de Manoel Raimundo as seguintes pessoas: o guarda-civil Bolony Godói Pereira, os tenentes Luiz Otávio Lopes Cabral e Rui Alberto Duarte, os sargentos Milton Ferrarezi, Hugo Kretschmer, Nilo Vaz de Oliveira (vulgo *Jaguarão*), Ênio Cardoso da Silva, Theobaldo Eugênio Berhens, Itamar de Mattos Bones, Eloir Behs, Volnei da Cunha, Ênio Castilho Ibañes, Tenente Nunes, comissários Correia Lima, Ribeiro e Régis, os delegados José Morsch, Itamar Fernandes de Souza e Renato, tenente-coronel Luís Carlos Mena Barreto e o major Átila Rohrsetzer.

Sua necropsia, feita no IML/RS em 25 de outubro de 1966, pelos médicos Fleury C. Guedes e Antônio F. de Castro, confirma que houve lesões no corpo de Manoel Raimundo e provavelmente houve violência, indicando que Manoel faleceu entre 13 e 20 de agosto de 1966.



Em depoimento ao jornal *Zero Hora* de 17 de setembro de 1966, o ex-presos político Antônio Giudice diz que, de 10 a 15 de março de 1966, esteve preso no DOPS/RS e conversou com Manuel Raimundo, vendo os hematomas e cicatrizes decorrentes das torturas que vinha sofrendo. Era diariamente torturado, colocado várias vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancamento e queimaduras por pontas de cigarros.

Os “*caldos*” aplicados em uma lancha foram comprovados por diversas evidências identificadas pelos peritos: as partículas de areia grudadas ao casaco, as folhas de plantas ribeirinhas, carrapichos aderidos às vestes, as macegas usadas como cordas para amarrar os membros de Manoel Raimundo.

Os órgãos de segurança, na tentativa de inocentar os assassinos, divulgaram a versão de que Manoel teria sido solto em 13 de agosto. Sobre essa versão, o promotor de Justiça, em seu relatório, faz as seguintes observações:

[...] *Entre 13 (data da suposta Libertação) e 24 de agosto (data do encontro do cadáver da vítima), não há a menor notícia de um suspiro, ao menos de Manoel, fora das dependências do DOPS. Nenhum rastro ou vestígio sequer de um passo de Manoel fora dos umbrais do DOPS. E não é crível que o DOPS o deixasse ir assim, em paz, principalmente em se tratando de um agente subversivo. [...] E se ninguém viu Manoel, depois do dia 13 de agosto, fora das dependências do DOPS, – não obstante o amplo noticiário do caso, com fotografias do morto – como bem acentua o relatório policial, é porque Manoel nunca foi posto em liberdade. Tanto isto é verdade que o Guarda-civil Gabriel Medeiros de Albuquerque Filho, em 3/11/66, quando ouvido na Delegacia de Segurança Pessoal, esclareceu que a noite de 13/8/66 – quando prestava serviço no DOPS – viu ainda o ex-sargento Manoel ali recolhido a uma cela.*

O assassinato de Manoel Raimundo foi investigado por uma CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que, junto com o relatório do promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo, comprovou a tortura, responsabilizando o major Luiz Carlos Mena Barreto, o delegado José Morsch e outros membros de suas equipes. De acordo com as provas que serviram de base para o deferimento da CPI e seu relatório final em 19 de junho de 1967, ele foi morto quando era submetido ao “*caldo*” ou “*afogamento*” e seu corpo foi “*desovado*” posteriormente.

Seu caso teve grande repercussão e causou comoção na opinião pública, em vista da ampla denúncia feita. Um fato revelador da comoção criada, pelo chamado à época “Caso das mãos amarradas”, foi a declaração do ministro marechal Olímpio Mourão Filho, do STM, no momento da apreciação de um *habeas corpus* em favor de Manoel Raimundo: “[...] *Trata-se de um crime terrível e de aspecto medieval, para cujos autores o Código Penal exige rigorosa punição*”. Em consequência da apreciação desse *habeas corpus*, foi determinada a remessa dos autos ao procurador-geral da Justiça Militar para abertura de um IPM, que foi arquivado sem sequer indiciar os acusados. Apesar dos vários depoimentos que mostravam o crime cometido contra Manoel Raimundo Soares, seus assassinos permanecem até hoje impunes, alguns foram até mesmo promovidos.

Manoel foi enterrado em 2 de setembro de 1966 e uma pequena multidão acompanhou o cortejo. Por onde passou, lojas se fecharam e foi hasteada a Bandeira Nacional. No cemitério, um estudante gritou para um policial à paisana: Assassinos! Assassinos! No que foi acompanhado pela multidão.

Estas informações constam do relatório final da CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que apurou o caso.

Durante os 152 dias em que esteve preso, Manoel Raimundo escreveu várias cartas, a última das quais, enviada da cela 10 da ilha-presídio de Porto Alegre, datada de 25 de junho de 1966, foi publicada a 4 de setembro de 1966 pelo *Jornal do Brasil*:

A quem interessar possa – Eu, abaixo assinado, brasileiro com 30 anos de idade, residente na rua Coelho Lisboa nº 30, ap. 102, Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, casado com a Sra. Elizabeth Chalupp Soares, conhecida afetivamente por Betinha, ex-sargen-

do Exército, de cujas fileiras fui expurgado (para honra minha) após o golpe de estado ocorrido a 1º de abril de 1964, declaro:

1. Paradoxalmente, recuperei a saúde nesta Ilha-Présidio onde me encontro hoje, depois de ter sido selvagemmente seviciado e massacrado durante oito dias no Quartel da 6ª Companhia de Polícia do Exército e nas salas da DOPS no “Palácio da Polícia Civil”, à Avenida João Pessoa. Minha vista esquerda, porém, infelizmente creio tê-la perdido parcialmente, após uma borrachada no supercílio correspondente, aplicada pelo 1º tenente Nunes, da PE.

2. Moralmente encontro-me no mesmo estado de sempre, apesar de tudo. As pessoas que me conhecem bem sabem qual é. Na verdade, amargura-me somente o fato de haver sido entregue às autoridades pelo indivíduo Edu Rodrigues, no qual depusitei alguma confiança que liquidou minha liberdade.

3. Desconheço totalmente os nomes e apelidos referidos por escrito. Não sei de quem se tratam e muito menos das atividades destas pessoas, se é que elas existem mesmo. Minha condição de preso e a verdade obrigam-me a desconfiar de tudo e de todos. Meus companheiros, como já declarei nos interrogatórios, perfazem 75 milhões de brasileiros. Deles não sei os nomes e morrerei por eles se preciso for.

4. Estou ainda no pleno gozo da saúde mental, não perdi a calma nem a razão que meu temperamento determina.

5. Ouvi dizer no DOPS que eu fui o detido mais “tratado” até hoje dos que lá passaram. Que mais posso temer? Temor servil, pois, não tenho. Ainda não foi necessário demonstrar que não temo nem a morte. Talvez, em breve, isto venha a acontecer. O tempo dirá.

6. Não fui ouvido em nenhum IPM. Mandaram-me para esta ilha-presídio na manhã do dia 19 de março e não mais me ouviram até hoje, apesar de estarem as autoridades, sempre e sempre tentando obter informações que não tenho, por meio dos mais sutis e insidiosos artifícios.

7. Estou preso e incomunicável em meio de delinquentes comuns (ladrões, criminosos, viciados em tóxico etc.). Negam-me o direito de ter contato com minha família, bem como o de ser visitado por um oculista ou advogado.

8. Mais uma vez repito aqui, agora, as linhas gerais das respostas que dei nos interrogatórios, bem como as circunstâncias de minha prisão:

– Fui preso às 17,35h do dia 11 de março de 1966, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana, depois de ter tido contato pessoal com o indivíduo Edu Rodrigues. Eu portava, na ocasião, uma bolsa preta de vulcuro e fecho éclair, a qual continha cerca de 2.000 recortes de jornais com inscrições de caráter político. Dois policiais à paisana seguraram o meu braço, enfiaram-me em um táxi DKW verde com tampo creme e conduziram-me para o quartel da 6ª Cia. de Polícia do Exército. Ali, debaixo de cruel massacre no qual se destacaram o 1º tenente Nunes e o 2º sargento Pedrosa, iniciaram o interrogatório cujas respostas mantenho agora, novamente:

– Eu estava em Porto Alegre a fim de conseguir emprego e normalizar a vida destruída pela revolução a 1º de abril; chequei a Porto Alegre no dia 26 de janeiro de 1965 e regressei ao Rio de Janeiro no dia 6 de março; no dia 29 de setembro de 1965 fui procurado em minha residência na Guanabara pelo colega Leony Lopes, que me conduziu até Porto Alegre com promessa de trabalho, desde então, até dezembro, residi à Avenida Berlim, nº 400. A partir de janeiro de 1966 até o dia da prisão eu pernoitava em hotéis e pensões da Capital; passava os dias na rua.

– Que além dos recortes de jornais nada mais havia que eu tivesse conhecimento; que o que foi dito é tudo.

9. Fiquei na PE durante duas horas e depois fui conduzido para o DOPS, onde fiquei até o dia 19, quando trouxeram-me para a ilha. Até hoje, desde então, não me ouviram mais.

10. Estou em paz com minha consciência e ainda mantenho o desejo de merecer a confiança dos brasileiros que por uma ou outra maneira depositem em mim.

11. *Qualquer pessoa que quiser me prestar alguma ajuda deve tomar as seguintes providências:*

- a) *Impetrar um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Militar a meu favor.*
- b) *Confortar moralmente e materialmente a minha esposa. (Eu ficaria imensamente grato se pudesse receber uma carta dela. Já remeti oito para ela. Não sei se chegaram.)*
- c) *Mandar-me algum dinheiro, um par de sapatos nº 38 (estou descalço) e coisas de comer; e os livros Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos, ou Os Sertões, de Euclides da Cunha, ou ainda o Governo Invisível, da [Editora] Civilização [Brasileira]. Entre as utilidades que agora fazem falta: um espelho de bolso, creme de barbear (sabão serve), lâminas de barbear.*

12. *Aqui nestes escritos está tudo o que já declarei ou tinha a declarar.*

13. *Espero poder algum dia agradecer pessoalmente aquilo que meus anônimos amigos fizeram por mim hoje. Só me resta agora repetir as palavras que direi enquanto tiver vida:*

Abaixo a Ditadura.

Viva a Liberdade

O povo vencerá.

Era comandante do III Exército, à época do crime, o general Orlando Geisel, irmão do então futuro presidente-ditador, general Ernesto Geisel.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, ainda tentando encobrir fatos já bastante conhecidos e procurando difamar Manoel, reafirma a falsa versão sobre o crime ao denunciar “[...] *que sua morte teria sido consequência de justiça em ‘razão dos depoimentos que prestou’*”.

Em 13 de agosto de 1973, a viúva de Manoel Raimundo, Elizabeth Challup Soares, iniciou uma ação na Justiça Federal do Rio Grande do Sul requerendo a reparação integral por danos de natureza moral e material, decorrentes de seu assassinato. A autora requereu a responsabilização da União, do Estado do Rio Grande do Sul e dos agentes públicos pela morte de seu marido. No decorrer do processo, entretanto, a autora desistiu de citar o Estado do Rio Grande do Sul e os agentes; contudo, oito deles não puderam ser excluídos da ação, pois já haviam sido citados. Durante anos a autora solicitou a produção de provas, o que se conseguiu em parte, com muita dificuldade.

Finalmente, em 11 de dezembro de 2000, o juiz federal da 5ª Vara de Porto Alegre/RS, Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, proferiu importante sentença favorável à viúva, quando julgou parcialmente procedente a ação e condenou a União Federal a pagar a autora uma pensão mensal vitalícia, desde 13 de agosto de 1966 (no valor da remuneração integral de segundo-sargento do Exército); uma indenização por danos morais; e o ressarcimento das despesas de funerais, luto, despesa de viagem e jazigo perpétuo.

A ação, porém, continua tramitando e não obteve decisão definitiva, em função dos diversos recursos da União Federal, conforme Acórdão do TRF da 4ª Região, de 5 de outubro de 2005. Nesta data, a desembargadora relatora do caso, Vânia Hack de Almeida, confirmou a sentença do juiz Leal Júnior, assegurando a tutela antecipada, que determinou o pagamento imediato de pensão vitalícia à viúva, ao considerar seu longo tempo de espera. A decisão, contudo, não alcançou a repercussão nacional que o caso merece, permanecendo o dano irreparável sem qualquer medida da justiça para atenuá-lo e compensar a espera de mais de 35 anos.

Na CEMDP, seu caso (218/96), tendo como relator Nilmário Miranda, foi aprovado por unanimidade em 2 de abril de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

D'ONELLAS, Jacques (deputado). *Tortura e Morte do sargento Manoel Raimundo Soares.*

Discurso pronunciado em 28/05/1984. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1984.

Relatório do promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados.* 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967, p. 218-221.

Acórdão da 3ª turma do TRF da 4ª Região, de 5 de outubro de 2005.

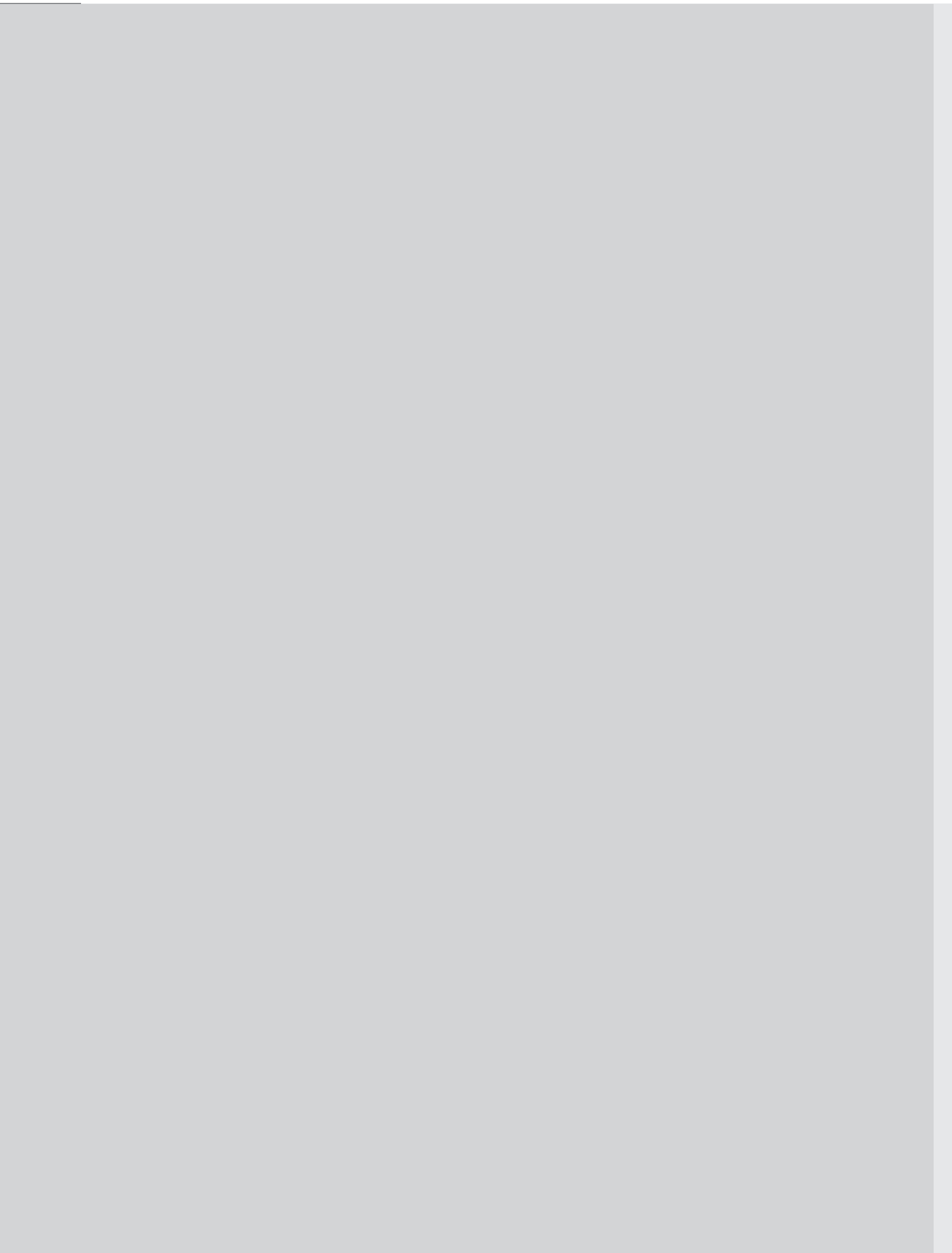
Caso 218/96, na CEMDP.

1 9 6 7



Arquivo Público do Estado de São Paulo/UPH

Guerrilheiros presos na serra de Caparaó, na divisa dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, abril de 1967.



Milton Soares de Castro*

Nasceu em 23 de junho de 1940, em Santa Maria (RS), filho de Marcírio Palmeira de Castro e Universina Soares de Castro. Morto em 28 de abril de 1967. Militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Operário metalúrgico, preso juntamente com vários companheiros na Serra do Caparaó, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em 27 de abril de 1967, por ocasião da repressão ao movimento guerrilheiro que ali se iniciava. Naquela ocasião, todos os presos foram levados a um quartel do Exército em Juiz de Fora (MG).

Companheiros de Milton presos na mesma época afirmam que ele teria sido morto em consequência de uma discussão com o major Ralph Grunewald Filho, o qual assumiu, logo após o seu assassinato, o comando do 10º RI de Juiz de Fora. Após a discussão, Milton foi recolhido a uma cela isolada. No dia seguinte, apareceu morto.

Segundo a versão oficial, Milton teria se suicidado por enforcamento. Gregório Mendonça, também pertencente ao MNR, e depois à VPR, preso na mesma ocasião que Milton Soares de Castro, disse que o companheiro teria passado por um longo interrogatório no quartel, na noite que antecedeu sua morte. Gregório, que viu quando o corpo do companheiro foi retirado da cela, afirmou que “[...] *ele foi levado dentro de um lençol, como um embrulho. O que ninguém sabe é se Milton morreu na cela ou se foi colocado dentro dela morto. Ele estava sendo pressionado pelo Exército para entregar outros companheiros*”.

O ex-sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira, comandante militar da Guerrilha de Caparaó mantido no mesmo presídio, contesta a versão oficial, segundo seu depoimento publicado no livro *Caparaó*, de José Caldas da Costa:

O Milton tinha quase dois metros e apareceu morto por enforcamento num cano de oitenta centímetros de altura. Isso é um absurdo. A pia onde estava amarrada a roupa que ele teria usado para o “suicídio” batia na cintura dele. Ele teria de se ajoelhar e fazer força para se enforcar.

A necropsia feita no Hospital Geral de Juiz de Fora, em 28 de abril de 1967, pelos médicos Nelson Fernandes de Oliveira e Marcus Antônio Nagem Assad, descreve algumas equimoses em suas pernas, principalmente nos joelhos, mas confirma a versão oficial de suicídio por enforcamento. A certidão de óbito registra sua morte no mesmo dia 28, por enforcamento, na penitenciária Linhares em Juiz de Fora (MG) e é assinada pelo médico J. Guadalupe, que não havia feito a necropsia.



*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Milton Soares de Castro estava grafado erroneamente como Milton Palmeira de Castro.

Um telegrama enviado à mãe de Milton na data da morte, da 4ª Região Militar, informou que seu filho seria enterrado na cidade mineira por falta de avião da FAB disponível para trasladá-lo até Porto Alegre (RS). Em petição feita ao ministro do Exército, Universina alegava que seu filho havia sido submetido a tortura e solicitava seu corpo. Seu pedido foi publicado no jornal *Última Hora*, na edição de 5 de maio de 1967.

Passados 35 anos do fato, em 28 de abril de 2002, o jornal *Tribuna de Minas* publicou a matéria “*Cova de militante desaparecido é encontrada em Juiz de Fora*”, contestando a versão do Exército:

[...] *O atestado de óbito, encontrado pela Tribuna, indica equivocadamente que o sepultamento de Milton ocorreu no Cemitério Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Ao contrário do que está escrito no documento, o guerrilheiro da Serra de Caparaó foi enterrado na sepultura 312, quadra L, do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Um lugar que, de tão óbvio, nunca foi cogitado pelos familiares do militante e nem por pesquisadores nestes 35 anos. Milton foi enterrado na cidade às 14:00h do dia 29 de abril de 1967, conforme registro do livro de óbito do cemitério.*

[...] *segundo o irmão de Milton, Edelson Soares de Castro, hoje com 55 anos, sua mãe passou vários anos em busca do corpo do filho, porém jamais conseguiu do Exército a informação sobre onde teria sido sepultado. “Para nós, disseram apenas que era sigilo militar. Somente, agora, com esta matéria, pudemos saber que, enquanto o Exército negociava conosco a entrega do corpo de nosso irmão, ele já havia sido enterrado”.*

O jornal traz ainda uma entrevista com o vice-diretor da Penitenciária na época, Jairo Vasconcelos. Ele estava no estabelecimento quando Milton e seus companheiros foram capturados na Serra de Caparaó, e declarou:

[...] *“me impressionou o aparato montado para trazê-los para cá. Os militantes estavam com aspecto físico deplorável. Além de algemados no caminhão que os trouxe, estavam presos uns aos outros. A ficha deles estava acompanhada com o termo ‘perigosos’”. Em 1980, Vasconcelos deixou a penitenciária. Quando retornou, cinco anos depois, todas essas fichas sobre esses militantes haviam desaparecido.*

Com as informações publicadas na *Tribuna de Minas* sobre o lugar onde teria sido enterrado Milton, seus familiares voltaram a buscar seus restos mortais, mas optaram por não fazer a exumação. Gessi Soares, irmã de Milton, com 65 anos de idade em 2002, declarou:

O que fizeram com o Milton não se faz nem com um bicho. Ele tinha um ideal, queria mudar o país. Quando soubemos de sua morte, lutamos por muito tempo para que o Exército nos entregasse seu corpo. Não tivemos o direito de velar por nosso irmão.

O caso (211/96) na CEMDP, tendo como relator Nilmário Miranda, foi aprovado por unanimidade em 2 de abril de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma das ruas do bairro Serra Verde, que no decreto está grafado erradamente como Milton Palmeira de Castro.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 211/96, na CEMDP.

Rua Viva: o desenho da utopia.

Projeto do vereador Betinho Duarte. 2. ed. Belo Horizonte:

Rona, 2004.

COSTA, José Caldas da. *Caparaó,*

a primeira guerrilha contra

a ditadura. São Paulo:

Boitempo, 2007.



Lucindo Costa

Nasceu em 29 de maio de 1919, em Laranjeira (SE), filho de Pedro Costa e Maria Graçinda. Morto em 26 de julho de 1967.

Era casado com Elizabeth Baader Costa.

Foi preso em Centenário do Sul (PR) e transferido para a prisão provisória de Curitiba (PR), logo após o golpe de 1964, permanecendo recluso por cerca de um mês, conforme cópia de sua ficha no DOPS.

Em 24 de julho de 1967, Lucindo viajou de Mafra (SC) para Curitiba e seus familiares não tiveram mais notícias dele. Pouco depois, uma pessoa não identificada foi até sua casa e

confiscou todos os seus documentos. Cinco dias após o seu desaparecimento, Lucindo foi demitido do seu emprego no Posto de Classificação de Rio Negro – Serviço de Classificação do Paraná – Ministério da Agricultura.

Segundo a certidão de óbito, entregue a sua esposa, Lucindo Costa faleceu em 26 de julho de 1967 atropelado, em Curitiba (PR), e foi enterrado como indigente.

O primeiro processo (372/96) encaminhado à CEMDP foi indeferido em 9 de fevereiro de 1998, por ter sido protocolado fora do prazo. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos somente tomou conhecimento desse caso quando da apresentação do requerimento da família.

Ao serem ampliados os prazos da lei 9.140/95, foi aberto novo processo e a relatora do caso (039/02) na CEMDP, Maria Eliane Menezes de Farias, considerou as provas de militância política e o fato de ter sido preso em 1964. Observou que as circunstâncias da sua morte eram estranhas, pois tinha endereço certo e sabido e, no entanto, fora enterrado como indigente, e o corpo não foi entregue à família. Ressaltou, ainda, ter sido prática comum da repressão matar ativistas políticos e forjar documentos para demonstrar que eles haviam se suicidado ou sofrido acidentes. Contudo, faltam informações sobre sua militância política entre sua prisão em 1964 e a morte, ocorrida em 1967. O caso foi aprovado por unanimidade em 2 de fevereiro de 2006.

Documento consultado:
Processos 372/96 e 039/02,
na CEMDP.

Luiz Gonzaga dos Santos

Nasceu em 18 de junho de 1919, na cidade de Natal (RN), filho de Napoleão Clementino dos Santos e Maria Domingos dos Santos. Morto em 13 de setembro de 1967.

Em 1947, casou-se com Maria de Lourdes Barbalho dos Santos. Era vice-prefeito de Natal e foi preso em seu gabinete em 2 de abril de 1967; permaneceu na prisão por sete meses e teve os seus direitos políticos cassados. Mudou-se com a família para Niterói (RJ) e começou a trabalhar como comerciante.

Em 16 de junho de 1967, foi condenado à revelia pela auditoria da 7ª Região Militar no Recife a 15 anos de prisão. Em 1º de agosto de 1967, foi preso em Niterói e levado ao quartel do Exército no bairro de Neves, onde recebia a visita diária da família. Em um dia de visita, sua esposa foi informada que Luiz havia sido transferido para Recife. Dois dias depois, recebeu a informação de sua morte e que fora enterrado no Cemitério de Santo Amaro, na mesma cidade.

Na certidão de óbito, consta como data da morte 13 de setembro de 1967. O óbito ocorreu no Hospital Geral do Recife, causado por “[...] *edema agudo do pulmão e insuficiência cardíaca*”, conforme o legista Elói Faria Telles.

Documentos do antigo DOPS/RJ, obtidos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, mostram que Luiz Gonzaga dos Santos fora condenado, à revelia, a pena de detenção, em 16 de junho de 1967, por crime contra a segurança nacional.

Instruindo o caso na CEMDP, há cópia de ofício da Delegacia de Vigilância e Captura, de Niterói (RJ), solicitando que Luiz Gonzaga fosse recolhido à prisão. O documento, datado de 31 de julho de 1967, foi dirigido à Delegacia de Polícia Social e informava que Luiz Gonzaga se encontrava “[...] *detido e à disposição da Auditoria da 7ª Região Militar*”. O boletim da ocorrência foi feito no dia seguinte e, em 2 de agosto, a esposa recebeu os pertences do seu marido. Nesse mesmo dia, foi lavrado o alvará de soltura.

O ofício de 11 de setembro de 1967, proveniente da Companhia de Guardas, apresenta o preso ao diretor do Hospital Geral de Recife. Ali se faz menção ao prévio entendimento verbal entre as autoridades e ao precário estado de saúde do mesmo, por insuficiência cardíaca. Em outro documento, fala-se que o óbito se deu dois dias depois, em 13 de setembro de 1967.



**Documentos consultados:**

MIRANDA, N. e TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999, p. 317.
Caso 295/96, na CEMDP.

Não há dúvidas de que Luiz estava preso, no Recife, quando morreu. O motivo específico da prisão não está comprovado, mas é certo que se tratava de pessoa com envolvimento político contrário à ditadura instaurada em 1964.

Na CEMDP, seu caso (295/96) teve como relator Paulo Gustavo Gonet Branco e foi aprovado por unanimidade em 10 de abril de 1997.

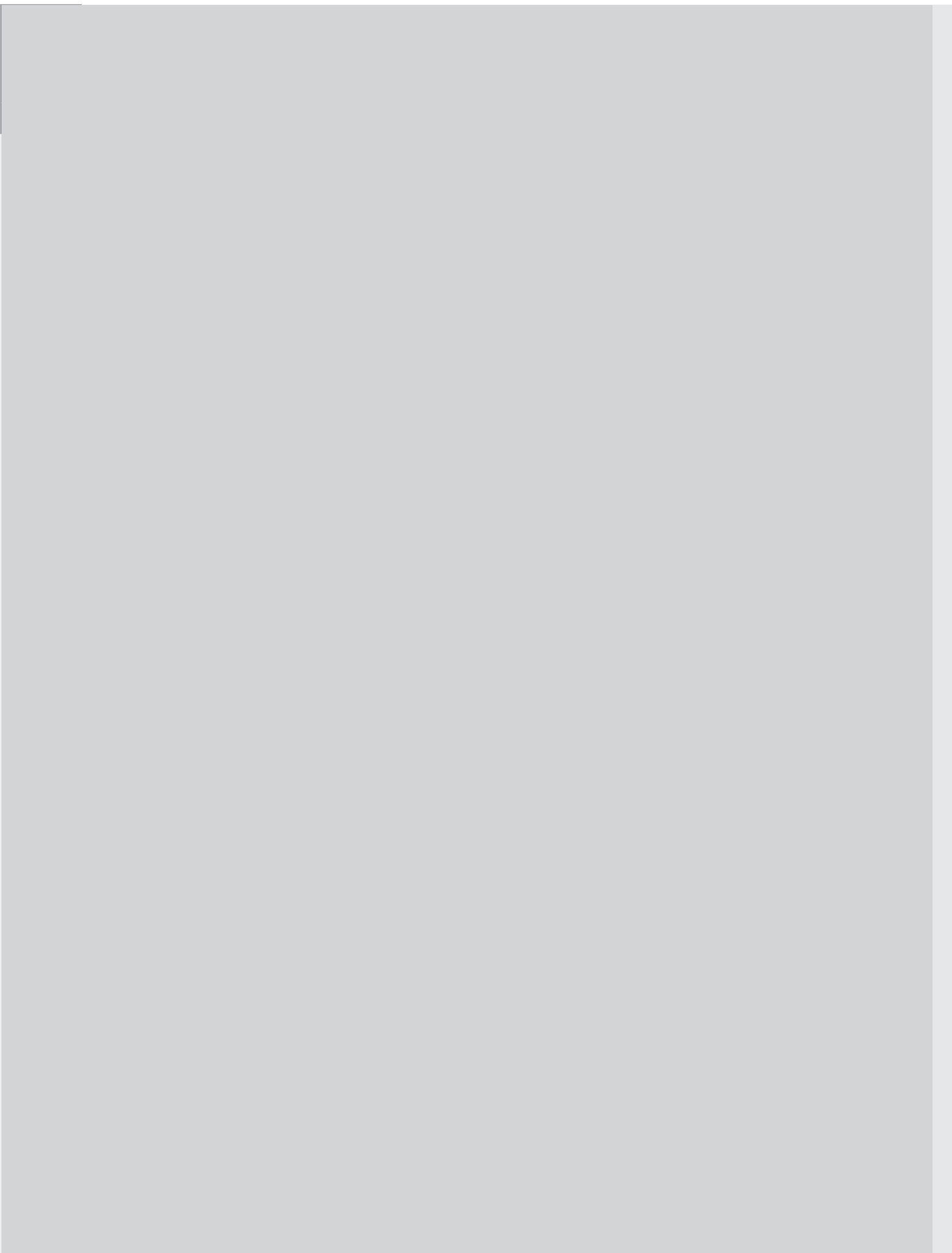


1 9 6 8



Arquivo Público do Estado de São Paulo/UH

Manifestação de apoio aos estudantes no Rio de Janeiro, junho de 1968.



Edson Luiz de Lima Souto

Nasceu em 24 de fevereiro de 1950, em Belém (PA), filho de João dos Santos e Maria de Belém Lima Souto. Estudante secundarista morto em 28 de março de 1968.

Edson era filho de uma família pobre que foi para o Rio de Janeiro buscar melhores condições de vida. Matriculou-se no Instituto Cooperativo de Ensino, instalado no local conhecido como Calabouço. Conforme entrevistas concedidas à revista *Fatos e Fotos* por integrantes da Força Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), Edson não chegou a ser um líder estudantil.

Nos dias que antecederam seu assassinato, os estudantes andavam agitados, promovendo manifestações quase diárias contra as instalações da escola e do restaurante em um barracão improvisado a 300 metros do terreno original. O restaurante funcionava perto do aeroporto do centro, mas, em 1967, o governo demoliu o prédio antigo para dar lugar ao trevo que ordenou o trânsito do Aterro para a avenida Perimetral. Naquela quinta-feira, 28 de março, estava programada mais uma passeata. Os policiais militares invadiram o local e começaram a atirar nos estudantes, que estavam armados apenas com paus e pedras. Edson segurava uma bandeja quando começou a correria e foi atingido por um tiro no peito, disparado no restaurante lotado. A bala varou o coração e alojou-se na espinha, provocando morte imediata. Conforme a versão de testemunhas ouvidas na Comissão de Inquérito instaurada para investigar o assassinato, citada no livro do jornalista Zuenir Ventura, *1968: o Ano Que Não Terminou*, Edson Luiz fora atingido pelo aspirante da PM Aloísio Raposo.

Seus colegas não permitiram que o corpo fosse levado ao IML, conduzindo-o para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Depois de demoradas negociações, a necropsia foi feita na própria Assembléia pelos médicos Nilo Ramos de Assis e Ivan Nogueira Bastos, na presença do secretário de Saúde do estado. Seu corpo foi velado no local durante toda a noite. Os protestos contra a morte de Edson Luiz mobilizaram milhares de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores. Durante a madrugada, a Assembléia transformou-se em local de peregrinação. Os artistas de teatro suspenderam os espetáculos e convocaram o público para o velório. Populares fizeram fila diante do caixão enquanto alguns estudantes discursavam. O óbito, de nº 16.982, teve como declarante o estudante Mário Peixoto de Souza. O registro de ocorrência 917, da 3ª DP, informou que, no tiroteio ocorrido no restaurante Calabouço, outras seis pessoas ficaram feridas, sendo atendidas no Hospital Souza Aguiar. Outras três pessoas foram feridas na Praça Floriano, em decorrência da violência de policiais civis e militares, durante o velório de Edson Luiz e também foram atendidos no Hospital Souza Aguiar.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 310/96, na CEMDP.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. *A aventura de uma geração.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 97-131.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 278-282.

No dia seguinte à tarde, o corpo de Edson Luiz foi acompanhado por 50 mil pessoas em passeata até o Cemitério São João Batista. Durante mais de duas horas, o cortejo percorreu as ruas do centro da cidade até o cemitério. Foi sepultado à luz de velas e archotes improvisados ao som do Hino Nacional. A emoção tomou conta das pessoas que, na saída, entoaram a “*Valsa do Adeus*”. As manifestações estudantis alastraram-se por quase todo o país e foram violentamente reprimidas. Assim mesmo, realizou-se a missa de sétimo dia, em 4 de abril de 1968, na Igreja da Candelária, mandada celebrar pela Assembléia Legislativa. Na saída, os presentes foram reprimidos pela PM, pelo Corpo de Fuzileiros Navais e pelo DOPS. À tarde, após a celebração de outra missa em sua homenagem, muitos foram poupados com a ajuda dos padres, mas novamente houve violência.

Na CEMDP, o relator João Grandino Rodas pediu indeferimento do caso. No seu entendimento, o Calabouço não se configurava como “*dependência policial ou assemelhada*”, referida na lei 9.140/95.

Nilmário Miranda pediu vistas argumentando que o restaurante fora invadido pelas forças policiais e, portanto, se tornara local assemelhado a dependências policiais, conforme as exigências legais para configurar a responsabilidade do Estado. Com base nisso, o caso (310/96) foi deferido em 24 de abril de 1997 por 4 votos a favor e 3 contra: os do relator João Grandino Rodas, de Paulo Gustavo Gonet Branco e o do general Oswaldo Pereira Gomes.

Em 28 de março de 2008 foi inaugurada uma escultura em homenagem aos 40 anos da morte de Edson Luiz, localizada no espaço onde se situava o antigo restaurante Calabouço, por iniciativa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

David de Souza Meira

Nasceu em 22 de junho de 1943, na cidade de Nanuque (MG), filho de Waldemiro de Souza Meira e Alzira Novais Meira. Morto em 1º de abril de 1968.

Era funcionário da Companhia de Navegação Costeira do Rio de Janeiro e foi metralhado, aos 24 anos, quando houve repressão à manifestação realizada no dia 1º de abril de 1968, na avenida Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro, no chamado Dia Nacional de Protesto. De braços dados, estudantes, artistas, intelectuais, parlamentares e populares saíram pelas ruas do Rio de Janeiro para demonstrar seu repúdio ao aniversário do golpe de 1964 e ao assassinato do estudante Edson Luiz. A passeata desdobrou-se em várias outras manifestações espalhadas por vários pontos da cidade.

As manchetes dos jornais daquele dia já previam que mais uma vez os protestos seriam duramente reprimidos. O jornal *O Globo* (1º de abril de 1968) anunciava a violência nas manchetes: “*Exército manterá ordem e lei a todo custo*”; “*Exército adverte: arruaceiros serão tratados como inimigos da pátria*”. O *Diário de Notícias* anunciava: “*PM vem com Forças Armadas à rua*”. O clima era tenso. Os protestos estudantis ocorreram em grande parte do país. As manifestações foram proibidas no Rio de Janeiro, mas, às 18 horas, os estudantes concentraram-se e, durante mais de quatro horas, com paus e pedras, paralisaram o centro da cidade. Organizados em piquetes enfrentaram a PM, sobretudo nas imediações do prédio do antigo MEC, onde houve tiroteio e luta corporal.

No dia seguinte, a imprensa deu os resultados das atrocidades cometidas pela repressão política. A manchete do *Correio da Manhã* informava:

Morte, 60 feridos, 200 prisões na GB – Exército ocupou a cidade. Por cinco horas e meia mais de 5 mil elementos da PM agrediram com violência nunca vista estudantes e populares, quando, então, foi morto David de Souza Meira, atingido por um tiro de metralhadora na Avenida Nilo Peçanha.

O balanço do dia, segundo Zuenir Ventura, foi de 26 civis atendidos nos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto e 30 soldados feridos com cacos de garrafa e pedradas. O ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou a intervenção das tropas do I Exército. A ocupação militar do centro da cidade começou às 22h30min, quando 1.200 soldados do 2º Batalhão de Infantaria Blindada chegaram acompanhados de cinco carros de combate, oito carros de assalto e dois jipes de comando. Assim, esvaziaram a Cinelândia. Ao mesmo tempo, militares e soldados da PM ocuparam a Praça Serzedelo Corrêa e o Largo de São Francisco.

O corpo de David foi encaminhado para o IML/RJ, com a guia 1.572 do Hospital Souza Aguiar. O exame necroscópico foi realizado em 2 de abril de 1968 e firmado pelos médicos Nelson Caparelli e Ivan Nogueira Bastos. Seu corpo foi retirado por sua mãe, Alzira Novaes Meira, sendo enterrado pela família no Cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro.

Na CEMDP, o requerimento inicial de 1996 (360) foi negado por ter sido apresentado fora de prazo. Com a ampliação da lei 9.140/95, o novo requerimento (041/02) foi reconhecido por unanimidade, em 7 de outubro de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 360/96 e 041/02, na CEMDP.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. *A aventura de uma geração.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 109-114.

Jorge Aprígio de Paula

Nasceu em 10 de fevereiro de 1938, no Rio de Janeiro, filho de Joaquim Paula e Geralda Maria de Jesus. Morto em 1º de abril de 1968.

Operário, Jorge Aprígio de Paula foi morto durante uma manifestação estudantil.

No dia 1º de abril de 1968, quando os estudantes em passeata estavam na rua General Canabarro, defronte ao Palácio Laguna, onde morava o ministro da Guerra, Lira Tavares, foi assassinado pelo sentinela com um tiro no peito. O corpo do operário entrou no IML em 2 de abril de 1964 e foi enterrado por seus familiares no Cemitério de Belfort Roxo (RJ).

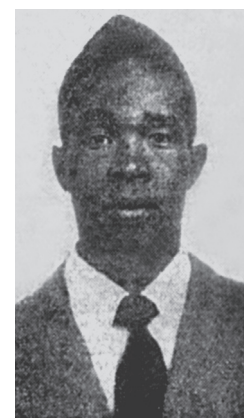
O assassinato foi investigado no inquérito iniciado pela 2ª Auditoria Militar, no Rio de Janeiro, e correu em segredo de Justiça. Seu irmão, José Arinos, ao tentar saber sobre o inquérito, foi detido na 18ª DP, na praça das Bandeiras, o que impediu a família de obter informações sobre a investigação.

Na CEMDP, o relator do caso (316/96), João Grandino Rodas, afirmou:

A morte de Jorge não se deu em dependência policial, portanto, não considero possível o enquadramento do caso na tipificação da lei 9.140/95, sendo pelo indeferimento do pedido. [...] as manchetes dos jornais, à época, comprovam a vontade política dos que então chegavam ao Poder – de reprimir policialmente e de tratar duramente os contestadores do regime. [...] mas] não se pode afirmar que as ruas do Rio de Janeiro tenham se transformado em dependência policial ou assemelhada. O teor das reportagens não aponta para uma multidão dominada pelas forças policiais e, sim, o contrário, em ataque e depredação por parte dos civis.

O general Oswaldo Pereira Gomes acompanhou o voto do relator. Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas, mas, quando apresentou seu relatório, em 7 de agosto de 1997, também concordou com o relator. O caso foi indeferido por 4 votos a 3, vencidos os conselheiros Suzana Keniger Lisbôa, Nilmário Miranda e o presidente Miguel Reale Júnior. A pedido da conselheira Suzana Keniger Lisbôa, constou em ata sua declaração de voto do seguinte teor: “*Sendo participante de manifestação política contrária à ditadura militar, o referido cidadão era considerado inimigo do regime e, portanto, acusado de participação política. Foi sumariamente executado, ao invés de ser preso e julgado*”.

Em 2002, novo requerimento (048) foi encaminhado à CEMDP e o relator, coronel João Batista Fagundes, considerou que o caso de Jorge Aprígio “[...] *se insere nos parâmetros estabelecidos pela lei 10.536/04 que ampliou os efeitos da lei anterior sobre tal matéria*”. O caso foi deferido por unanimidade em 7 de outubro de 2004.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 316/96 e 048/02, na CEMDP.



Ornalino Cândido da Silva

Nasceu em 1949, em Pires do Rio (GO), filho de Sebastião Cândido da Silva e Dorcília Cândido da Silva. Morto em 1º de abril de 1968.

Com poucos recursos financeiros, Ornalino começou a trabalhar desde cedo como lavador de carros. Era casado com Maria Divina da Silva Silvestre e tinha um filho.

O assassinato do estudante Edson Luiz de Lima Souto, no Rio de Janeiro, desencadeou uma série de manifestações de protesto por todo o país. Em uma das manifestações, na avenida Goiás, na cidade de Goiânia, os policiais detectaram a presença de Euler Ivo Vieira, grande liderança do movimento estudantil na época, e começam a gritar: “Atira, atira, atira que ele é o Euler”. Contudo, atingiram Ornalino com um tiro na cabeça, o qual fora confundido com Euler. Os policiais sustentaram que houve tiroteio.

No dia seguinte ao seu assassinato, o jornal *Social* publicou:

Traindo a palavra empenhada ao arcebispo metropolitano e ao bispo auxiliar de Goiânia, o coronel Pitanga, secretário de Segurança Pública de Goiás e comandante da Polícia Militar, determinou que seus comandados armassem criminosamente contra os estudantes, que após o comício retiravam-se pacificamente rumo à Faculdade de Direito. [...] Armados com fuzis, metralhadoras, bombas, cassetetes e revólveres, os militares cometeram toda sorte de violências, culminando com o fuzilamento de um transeunte, que, alheio ao Movimento Estudantil, postava-se nas imediações do Mercado Central, quando foi mortalmente atingido, por um sargento da Polícia Militar, que, deliberadamente, sacou seu revólver, apontou para o jovem desconhecido e acionou o gatilho, julgando, talvez, tratar-se do líder estudantil Euler Vieira, dada a semelhança física entre o desconhecido e o estudante.

De fato, vários depoimentos confirmaram a semelhança física entre Ornalino e Euler Ivo Vieira.

O tiro atingiu Ornalino na região temporal esquerda da cabeça, o que dificilmente teria ocorrido caso ele estivesse correndo. O presidente do Grêmio Literário Félix de Bulhões, do Colégio Estadual de Goiânia, Allan Kardek Pimentel, declarou que Ornalino era estudante, ao mesmo tempo em que trabalhava para sustentar a família, mas não deixava de participar das manifestações estudantis: “Ele tinha uma profunda percepção do papel da juventude naquele ano difícil. Ele era a mascote do grupo.” Seu enterro teve a participação de muitos estudantes.

Na CEMDP, o relator João Grandino Rodas votou pelo não reconhecimento, por considerar que o caso não se enquadrava na tipificação da lei 9.140/95, em virtude de não ter havido qualquer comprovação de participação ou acusação de participação em atividades políticas. Além disso, ele observou que:

“Documentos particulares do morto não foram juntados, sob a alegação de terem desaparecido. Buscas empreendidas pela família em cartórios e na Secretaria de Segurança Pública, com o intuito de obter sua 2ª via, resultaram infrutíferas. O único documento juntado foi o atestado de óbito, com o nome de Carlos Cândido da Silva”.

Nilmário Miranda pediu vistas ao caso e, após apresentar o seu relatório, o general Oswaldo Pereira Gomes fez mais um pedido de vistas e apresentou seu voto pelo indeferimento, em 15 de maio de 1997, data em que o caso (004/96) foi acolhido por 4 votos a favor e 3 contrários: os de João Grandino Rodas, Paulo Gustavo Gonet Branco e do general Oswaldo Pereira Gomes.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.
Caso 004/96, na CEMDP.

A “sexta-feira sangrenta”

Na manhã do dia 21 de junho de 1968, conhecido como “sexta-feira sangrenta”, iniciaram-se concentrações estudantis em três pontos do centro da cidade do Rio de Janeiro. De-



pois dos protestos em frente do prédio do MEC e da Embaixada dos Estados Unidos, estudantes correram das bombas de gás lacrimogênio e foram cercados na esquina das ruas México e Santa Luzia por agentes do DOPS, da Polícia Federal e por soldados da PM. Policiais gritaram que atirariam para matar. Em seguida, três moças caíram feridas, e uma delas, Maria Ângela Ribeiro, morreu logo depois.

Na antevéspera, quarta-feira, já haviam ocorrido vários confrontos com as tropas da PM. O ministro da Educação, Tarso Dutra, ficara de receber os estudantes, mas o que se sucedeu foi uma batalha campal durante toda a manhã.

Na quinta-feira, ocorre a repressão à assembleia geral convocada pela UNE e pela UME-RJ, no Teatro de Arena da Faculdade de Economia, na Praia Vermelha, quando cerca de 400 estudantes foram violentamente reprimidos no campo do Botafogo. As fotos de estudantes deitados de bruços ou forçados a andar de quatro enquanto soldados urinavam sobre eles chocaram a população.

Na sexta-feira, a partir da hora do almoço, teve início a reação popular. Soldados da PM, armados de fuzis, dispersaram a tiros os manifestantes. Estudantes e populares ergueram barricadas de pedras e material de construção na avenida Rio Branco e nas ruas México e Graça Aranha. Inúmeros objetos foram jogados do alto dos edifícios sobre os policiais, que tiveram de esconder-se sob as marquises dos prédios. A cavalaria entrou na batalha, que prosseguiu com grande intensidade até as 20 horas.

A reação à violência policial desses dias impulsionou a realização da “Passeata dos Cem Mil”, na semana seguinte, em 26 de junho.

As mortes

Maria Ângela Ribeiro

Morta a tiros pela polícia em 21 de junho de 1968, quando ocorreu a repressão às manifestações de rua realizadas naquele dia. Durante o cerco aos estudantes entre a rua México e Santa Luzia, Maria Ângela foi atingida na frente e levada para o QG da PM, onde morreu.

Não foi apresentado requerimento à CEMDP.

Fernando da Silva Lembo

Nasceu em 5 de julho de 1952, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Hércules Lembo e Aristotelina da Silva Lembo. Morto em 1º de julho de 1968.

O comerciário Fernando da Silva Lembo foi baleado pela PM do Rio de Janeiro, atingido na cabeça quando participava de uma manifestação estudantil, em 21 de junho. Levado para o Hospital Miguel Couto, permaneceu em estado de coma e faleceu em 1º de julho.

O corpo entrou no IML/RJ no mesmo dia com a guia 105 do Hospital Souza Aguiar. O legista Alves de Menezes definiu como *causa mortis*: “[...] *ferida penetrante no crânio com destruição parcial do cérebro*”. Foi enterrado por seus familiares no cemitério de Marui, em Niterói (RJ).

[Na CEMDP, seguindo o parecer do relator, tenente-coronel João Batista Fagundes, o caso foi acolhido de acordo com o texto da lei 10.875/2004, “[...] *que contempla todas as vítimas da violência política, ainda que não fossem participantes ativos das manifestações de rua*”. O caso (043/02) foi aprovado por unanimidade, em 7 de outubro de 2004.



Manoel Rodrigues Ferreira

Nascido em 6 de março de 1950, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Manoel Alves Ferreira e Maria Madalena Rodrigues Ferreira. Morto em 5 de agosto de 1968.

Estudante universitário e comerciário.

Manoel foi ferido na cabeça por duas balas, em 21 de junho de 1968, ao participar de passeata estudantil na avenida Rio Branco, esquina da rua Sete de Setembro. Foi socorrido no Hospital Souza Aguiar, onde foi operado. Transferido para a Casa de Saúde Santa Luzia e, posteriormente, para o Hospital Samaritano, faleceu após novas cirurgias.

O corpo entrou no IML/RJ pela guia 85, da 10ª DP. O óbito 92.932 foi assinado pelo médico Rubens Pedro Macuco Janini, tendo como declarante Francisco de Souza Almeida. Foi enterrado pela família no Cemitério de Inhaúma (RJ).

Manoel trabalhava em uma loja chamada 5ª Avenida, no centro da cidade, onde ocorria a passeata. Ao ver uma pessoa tombar na manifestação, correu ao seu encontro, tentando socorrer o ferido, quando recebeu os tiros que o levaram à morte.

Na Justiça, foi reconhecida a responsabilidade civil do Estado, que concedeu a indenização requerida, conforme documentos anexados na CEMDP.

O presidente da CEMDP, Miguel Reale Jr., solicitou nova diligência para melhor análise do caso. O relator, João Grandino Rodas, votou pelo indeferimento do pedido por não ter elementos suficientes para comprovar a militância política e a morte em “*dependência policial ou assemelhada*”.

Luís Francisco Carvalho Filho requereu a retirada do caso para vistas, mas, em reunião de 7 de agosto de 1997, acompanhou o voto do relator. A Comissão votou por 5 a 2 pelo indeferimento do pedido, sendo vencidos Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda.

O caso foi novamente protocolado em 2002, tendo como relator o tenente-coronel João Batista Fagundes. O relator destacou que, com o advento da lei 10.875, que aumentou a abrangência de casos contemplados, acolhendo aqueles que faleceram em virtude de repressão policial em manifestações públicas, o pedido de seus familiares deveria ser deferido, o que se deu por unanimidade, em 3 de março de 2005.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP. Casos 319/96, 043/02 e 046/02, na CEMDP.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. op cit., p. 133-142.

José Guimarães*

Nasceu em 4 de junho de 1948, em São Paulo, filho de Alberto Carlos Barreto Guimarães e Magdalena Topolovsk. Morto em 3 de outubro de 1968.

Era estudante secundarista do Colégio Marina Cintra, em São Paulo. Anteriormente, havia estudado no Colégio Mackenzie.

Morto por membros do CCC e do DEOPS paulista, no conflito entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia.

Na manhã desse dia, membros do CCC e do DEOPS deflagraram um conflito entre estudantes das duas universidades, que durou até o início do dia seguinte. Entre as barricadas erguidas na rua, o confronto deu-se em meio a pedras, coquetéis molotov e rojões utilizados pelos estudantes contra carabinas e metralhadoras do CCC e dos policiais. Como saldo da chamada “Batalha da Maria Antônia”, restou o prédio da USP incendiado, muitos feridos e a morte de José Guimarães. No dia seguinte, sexta-feira, a passeata de protesto, com cerca de 4 mil manifestantes, queimou carros e apedrejou o Citibank.

José foi morto por um membro do CCC e alcagüete policial de nome Osni Ricardo. Entre os policiais, foram reconhecidos o delegado Raul Nogueira de Lima, vulgo *Raul Careca*,

*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de José Guimarães estava grafado erroneamente como José Carlos Guimarães.

e o comissário Otávio Gonçalves Moreira Jr., conhecido como *Otavinho*, membros do DOPS e, posteriormente, torturadores do DOI-CODI/SP.

A família enfrentou muitas dificuldades para ter acesso ao corpo, que só foi liberado do IML após autorização do DOPS. José foi velado em casa e a rua foi interditada pelo Exército, só permitindo a entrada de pessoas devidamente identificadas. O enterro, que foi escoltado, ocorreu no Cemitério da Lapa, em São Paulo, com a presença de seus familiares.

No requerimento à CEMDP, consta declaração assinada por José Dirceu de Oliveira e Silva, à época presidente da UEE/SP, na qual afirma que participou ativamente da manifestação de 3 de outubro de 1968.

O primeiro requerimento (327/96) apresentado à CEMDP, tendo como relator João Grandino Rodas, foi indeferido depois do pedido de vistas de Luís Francisco da Silva Carvalho, porque a maioria da CEMDP considerou que a morte não ocorrera em “*dependências policiais ou assemelhadas*”.

O segundo requerimento (047/02) não deixou margem a dúvidas de que a vítima morreu em virtude de violência policial com motivação política, e o relator João Batista Fagundes considerou que “[...] *sua morte foi consequência de um conflito de rua à época dos fatos apurados. E à luz da Lei 10.875 de 01/06/2004 [...], que hoje vigora sobre a matéria, é o quanto basta para julgar procedente o presente pedido*”. O caso foi deferido por unanimidade, em 7 de outubro de 2004.

Luís Paulo da Cruz Nunes

Nascido em 13 de outubro de 1947, no Rio de Janeiro, filho de Álvaro Goulart Nunes e Lúcia da Cruz Nunes. Morto em 22 de outubro de 1968.

Estudante do 2º ano da Faculdade de Medicina da UERJ, Luís Paulo foi morto em 22 de outubro de 1968, quando participava de passeata de protesto contra a prisão dos líderes estudantis presentes ao XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, realizada em frente ao Hospital Pedro Ernesto, da então Universidade do Estado da Guanabara. Esse dia ficou marcado como o “Dia Nacional de Luta contra a Repressão ao Congresso da UNE”.

Levado para o referido hospital com ferimento no crânio, foi operado e faleceu no mesmo dia. A necropsia foi realizada pelos médicos João Guilherme Figueiredo e Nelson Caparelli. O corpo foi retirado do IML pelo tio, Oscar Freire de Sá Siqueira, e sepultado pela família no Cemitério São Francisco Xavier.

Luís foi homenageado como patrono dos formandos da Faculdade de Ciências Médicas da UEG, em 1972¹.

O caso na CEMDP contém o seguinte depoimento de Lafayette Pereira:

Fui seu colega de turma, estive com ele e mais cerca de 600 alunos protestando contra a ditadura naquele início de tarde (eram 14 horas) em frente ao Hospital Pedro Ernesto, quando, subitamente, um camburão da polícia estacionou em frente aos manifestantes e dele saltaram cinco indivíduos armados com pistolas calibre 45 e, sem mais nem menos, descarregaram suas armas contra os manifestantes que, acudados pela estreita porta de entrada para o hospital, não tiveram para onde correr.

Cerca de 10 colegas foram baleados, mas o único com gravidade foi o Luís Paulo, atingido na cabeça. Lembro-me bem, pois estava bem próximo a ele. Joguei-me no chão enquanto ouvia o zumbido das balas passando por cima de mim, e logo em seguida, ouvi quando ele, ao ser atingido, gritou duas vezes: Ai, meu Deus! Ai, meu Deus.

Foram suas últimas palavras. Faleceu na mesa de cirurgia do hospital que ele, ainda jovem, já gostava de frequentar como estudante brilhante que foi. Assisti à luta dos neurocirurgiões para salvar-lhe a vida. Teve duas paradas cardíacas que foram recuperadas e uma terceira, definitiva, às 21 horas.

Documentos consultados:

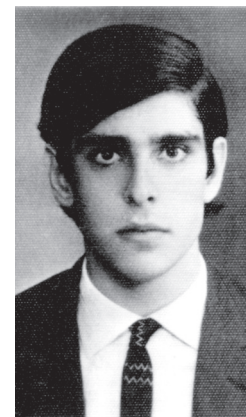
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 327/96 e 047/02, na CEMDP.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 221-224.



1. A turma de Luiz Paulo formou-se em 1972, e ele foi escolhido como patrono. No entanto, o reitor proibiu a solenidade de formatura por saber que o orador denunciaria os desmandos do governo ditatorial. As solenidades só vieram a se realizar em 24 de outubro de 2008, quando então pôde ser lido o discurso. Neste mesmo dia, o atual reitor, em homenagem a Luiz Paulo, deu o seu nome a uma praça no campus da UERJ. (Fontes: *O Estado de São Paulo* de 25/10/08 e Programa *Fantástico*, da TV Globo, de 26/10/08)

O jornal *Correio da Manhã* do dia seguinte, 23 de outubro de 1968, apresenta a seguinte manchete: “*Polícia mata estudante a tiros e ataca Hospital das Clínicas*”. Na notícia, lê-se:

Pela manhã foram realizadas duas passeatas e várias assembléias internas. Depois das 12h os estudantes da UEG foram para a porta do Hospital das Clínicas e estavam inaugurando a estátua Liberdade-68 quando foram atacados por agentes do DOPS, a tiros. Três policiais foram feridos em lutas corporais. Depois do primeiro choque os estudantes foram para dentro do hospital, que funciona junto da Faculdade de Ciências Médicas, em Vila Isabel, e os policiais os cercaram totalmente. Mas numa das salas do hospital a luta continuava: um aluno do segundo ano de Medicina, Luiz Paulo Cruz Nunes, de 23 anos, baleado no crânio, não resistiria a duas horas de operação, respiração artificial e choques elétricos no coração. Às nove da noite, estava morto.

A revista *Fatos e Fotos*, de 7 de novembro de 1968, descreve assim o episódio:

O cerco ao hospital durou toda a tarde, até que o reitor da Universidade [...] conseguiu ordem do governador para que os choques da Guarda Civil e da PM e os agentes do DOPS se retirassem.

O relator João Grandino Rodas afirmou:

[...] As notícias, manchetes e títulos jornalísticos acima transcritos comprovam a vontade política dos então no Poder de reprimir policialmente e de tratar duramente os contestadores do regime. Esses objetivos, mesmo que materializados, não podem, per si, comprovar que as ruas, bem como outros locais públicos do Rio de Janeiro, tenham se transformado em dependência policial assemelhada. São necessárias outras provas, que corroborem que, no caso específico houve, na verdade, um cerco de tal monta, que equivalesse, na prática, a um sítio total e absoluto.

Há nos autos duas publicações, já acima referidas, no sentido de ter havido cerco total do Hospital Pedro Ernesto, na parte da tarde do dia 22 de outubro de 1968. Luís Paulo, consoante certidão de óbito, faleceu às 21:40 horas. Tendo ele sobrevivido aos tiros e sofrido longa intervenção cirúrgica, é razoável crer ter sido o mesmo atingido ao entardecer do dia em tela, quando, comprovadamente, a dependência universitária, em que os estudantes se haviam refugiado, já estava cercada pela polícia. Não fere à lógica, portanto, considerar que tenha falecido em dependência policial assemelhada.

Houve alguns casos em que a Comissão Especial, com meu voto concorrente, considerou a via pública ou outros lugares como sendo dependência policial assemelhada. Esses casos, que não eram de manifestação estudantil ou passeata, possuíam comprovação específica no sentido de que a vítima ou as vítimas já estavam totalmente subjugadas, antes de serem eliminadas. Havendo no caso de Luís Paulo comprovação de cerco total, é justo que se reconheça também a ele tal característica. Pelo exposto, minha convicção é no sentido de que a morte de Luís Paulo se deu em dependência policial assemelhada.

O caso foi aprovado por unanimidade pela CEMDP, em 24 de abril de 1997.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 315/96, na CEMDP.

Batalhas de rua mataram mais dois

Em 23 de outubro, Luís Carlos Augusto e Cloves Dias Amorim foram mortos ao serem baleados por policiais que procuravam dispersar manifestantes que protestavam contra o assassinato do estudante de medicina Luís Paulo da Cruz Nunes, no dia anterior, em uma passeata no bairro de Vila Isabel.

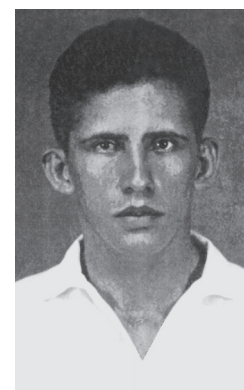
A imprensa registrou a violência da repressão policial. O *Correio da Manhã*, de 24 de outubro, publicou a seguinte notícia: “*Repressão mata mais dois. Um escriturário e um operário foram mortos ontem à tarde na Avenida Presidente Vargas quando a Polícia Militar dissolveu uma passeata com rajadas de metralhadora e tiros de calibre 38 e 45*”. O *Globo*, do mesmo dia, registrou: “*O comerciário fora à rua ver a luta e um tiro o atingiu, enquanto o operário morreu na rua,*

envolvido na luta". O *Jornal*, também do mesmo dia, informou: "Proseguiram com saldo trágico, no seu segundo dia, os conflitos entre policiais e estudantes no Rio, quando, por volta das 15 horas de ontem, cerca de 400 soldados da PM ocuparam a Praça Onze, dispostos a dispersar quase 3 mil manifestantes que acabavam de tentar depredar um vespertino [o jornal *O Globo*]"'. Conforme notícia veiculada no jornal *Última Hora*, do dia 24:

Luiz Carlos Augusto, escriturário, 23 anos, e Clóvis Dionísio Amorim [trata-se de Cloves Dias Amorim], operário, 22 anos - caíram ontem nas ruas do Rio, mortos em conflitos entre estudantes e policiais, quando estes dispararam contra uma passeata de cerca de 2.000 pessoas, que protestavam contra a morte do universitário Luiz Paulo da Cruz Nunes, também vitimado por arma de fogo, durante ataque levado a efeito por agentes do DOPS e da Polícia Militar à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara e ao Hospital Pedro Ernesto, na tarde de anteontem.

As mortes

Cloves Dias Amorim



Nascido em 22 de julho de 1946, no Rio de Janeiro, filho de José Leite de Amorim e Domergues Dias Amorim. Morto em 23 de outubro de 1968.

Era servente da Companhia Antártica Paulista, do Rio de Janeiro.

Morto após ser baleado com um tiro na nuca desferido por policiais que procuravam dispersar a manifestação de protesto contra o assassinato do acadêmico de medicina Luiz Paulo da Cruz Nunes, ocorrido no dia anterior, em uma passeata na avenida 28 de Setembro, no bairro de Vila Isabel.

Cloves deu entrada no Hospital Pedro Ernesto já sem vida. O corpo foi encaminhado ao IML pela guia 76, da 20ª DP. A necropsia foi realizada em 24 de outubro de 1968 e firmada pelos médicos Ivan Nogueira Bastos e Nelson Caparelli. O corpo foi retirado por seu pai, José Leite de Amorim, sendo enterrado pela família no Cemitério do Mundu.

Na CEMDP, teve dois requerimentos, um indeferido por unanimidade, tendo como relator João Grandino Rodas, e com pedido de vistas de Luís Francisco Carvalho Filho. Após a análise do caso, em 8 de agosto de 1997, Luís Francisco Carvalho Filho acompanhou o voto do relator, mas propôs que a CEMDP encaminhasse mensagem ao ministro da Justiça sugerindo elaboração de anteprojeto a ser encaminhado ao Congresso Nacional para que os familiares de vítimas fatais de manifestações públicas também fossem contemplados com reparação.

O segundo requerimento foi deferido por unanimidade, em 7 de outubro de 2004, após a ampliação da lei 9.140/95, tendo como relator o tenente-coronel João Batista Fagundes.

Luiz Carlos Augusto



Nasceu em 18 de novembro de 1944, no Rio de Janeiro. Filho de Luiz Augusto e Conceição Agostinho Augusto. Morto em 23 de outubro de 1968.

Foi assassinado por agentes policiais que reprimiam a passeata de protesto pela morte do estudante Luís Paulo da Cruz Nunes, ocorrida no dia anterior.

Segundo o jornal *Correio da Manhã*, de 24 de outubro de 1968, "[...] *Luiz Carlos Augusto, solteiro, 23 anos, residente em Nilópolis, era escriturário da firma Madeiras e Compensados*

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 317/96 e 053/02, de Cloves Dias Amorim; 334/96 e 054/02, de Luiz Carlos Augusto, na CEMDP.

Schenberg, localizada na Praça Onze, número 82. Na hora do tiroteio contra os estudantes, ele estava na janela do sobrado, junto com colegas de trabalho”.

Cópia da certidão de óbito aponta como causa da morte “[...] ferimento transfixante do abdômen e penetrante do tórax com lesão do fígado, estômago e perfuração do estômago; hemorragia intestinal”. O local da ocorrência da morte indicado foi o interior do prédio de nº 82, da Praça Onze.

Na primeira análise do caso (334/96) na CEMDP, tendo como relator João Grandino Rodas, houve indeferimento, em 15 de maio de 1997, porque os conselheiros entenderam que se tratava de morte em manifestação pública, caso que não era contemplado pela lei 9.140/95.

Em 2004, com a aprovação da lei 10.875/04 o requerimento (054/02) foi deferido por unanimidade, em 15 de dezembro, tendo como relator o coronel João Batista Fagundes.

Assassinato de casal em Vassouras



Catarina Helena Abi-Eçab

Nasceu em 29 de janeiro de 1947, em São Paulo, filha de Trajano Xavier Ferreira e Helena Elias Xavier Ferreira. Morta em 8 de novembro de 1968.

Era estudante universitária e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi sepultada por sua família no Cemitério do Araçá, São Paulo (SP).



João Antônio Santos Abi-Eçab

Nascido em 4 de junho de 1943, em São Paulo (SP), filho de João Abi-Eçab e Beatriz Abi-Eçab. Morto em 8 de novembro de 1968. Era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

João Antônio e Catarina eram estudantes de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e casaram-se em maio de 1968. Militavam no movimento estudantil. João participou da Comissão de Estruturação de Entidades no XVIII Congresso da UEE de São Paulo, realizado em Piracicaba, de 4 a 9 de setembro de 1965. Participou também do Diretório Acadêmico da sua faculdade, em 1966. Em 1967, esteve detido no DOPS/SP, quando foi indiciado por “terrorismo” e solto por meio de *habeas corpus*.

Em função da falta de informações à época, o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* publicou a versão policial que atribuiu a morte do casal à explosão do veículo em que viajavam, em consequência da detonação de explosivos que transportavam, em 8 de novembro de 1968, às 19 horas, no km 69 da BR-116, próximo a Vassouras (RJ).

A versão divulgada na imprensa foi a de que eles dois foram vítimas de um acidente de automóvel: “[...] chocaram-se contra a traseira de um caminhão que transportava pessoas em sua caçamba”. No veículo em que estavam, teria sido encontrada uma mala com armamentos e munição.

No boletim de ocorrência, que registrou o suposto acidente, consta:

Foi dado ciência à Polícia às 20h de 08/11/68. Três policiais se dirigiram ao local constatando que na altura do km 69 da BR116, o VW 349884-SP dirigido por seu proprietário João Antônio dos Santos Abi-Eçab, tendo como passageira sua esposa Catarina Helena Xavier Pereira (nome de solteira), havia colidido com a traseira do caminhão de

marca De Soto, placa 431152-RJ, dirigido por Geraldo Dias da Silva, que não foi encontrado. O casal de ocupantes do VW faleceu no local. Após os exames de praxe, os cadáveres foram encaminhados ao necrotério local.

Suspeitas recaíram sobre o acidente desde o início, conforme notícia publicada no jornal *Última Hora*, de 20 de novembro de 1968, com o título “*Marighella: polícia procura outro estudante*”:

Apareceu, também, um motorista que teria visto o Volks em que viajavam João Antônio e Catarina. Disse o chofer – cuja identidade é mantida em sigilo – que o carro dos estudantes era perseguido por uma viatura policial e que os agentes da lei disparavam sem cessar contra o Volks.

Uma bala teria atingido João Antônio, que perdeu a direção e o carro bateu na traseira de um caminhão. Em resultado do choque violento, ambos os estudantes morreram.

No jornal *Última Hora*, de 22 de novembro de 1968, cuja manchete era “*Esta confusa história da metralhadora*”, o investigador de polícia da delegacia de Vassouras, Antônio Lanzerotti, que foi ao local do acidente, afirmou à reportagem:

É impossível acontecer um desastre da forma como ocorreu no quilômetro 69. É verdade que na Rio-Bahia sempre há uma batida ou outra, mas nunca numa reta de quatro quilômetros. [...] Há suspeitas de que o casal vinha sendo seguido e mais tarde empurrado contra o caminhão. Eu acho que é bem provável que isso tenha ocorrido.

Na matéria consta também o depoimento de Júlio Hofgeker, que fazia o trabalho fotográfico para a polícia de Vassouras. Irritado, quando lhe proibiram de documentar o material das sacolas encontradas no carro, ele afirmou:

“Não é por nada [...] mas sempre me chamaram para ajudá-los. A delegacia daqui vive de ajuda, pois nem carro tem.

No dia do desastre, bateram em casa e contaram que havia um acidente feio na estrada, com vítimas. Pediram para auxiliá-los. Peguei a máquina e, no local, fiz o trabalho. Fotografei os dois carros de vários ângulos diferentes e quando pretendia fotografar as sacolas, o comissário disse que não podia e em seguida foi embora com elas.

No chão, pude ver algumas balas de revólver e mais nada. Não sei qual foi a opinião do pessoal sobre o desastre, mas eu não acredito em acidente. Alguma coisa aconteceu, não sei o que, mas desconfio. Naquela reta é impossível bater”.

E sobre a metralhadora, Júlio tem quase a mesma opinião da cidade: – Acho que foi plantada... poderiam tê-la colocado na sacola, quem sabe...

A CEMDP teve acesso à cópia do processo 206/69, arquivado no STM, com informações dos órgãos de repressão sobre o caso, e à cópia do processo E-06/070928/2004, instaurado pelo Estado do Rio de Janeiro, que não apresentaram dados conclusivos.

Na tentativa de obter informações sobre as circunstâncias da morte do casal, o relator Belisário dos Santos Júnior, colheu também os depoimentos de Aluísio Elias Xavier Ferreira e de Márcio Edgard Paoliello, incumbidos pelas famílias de buscar os corpos na cidade de Vassouras.

Reportagens feitas pelo jornalista Caco Barcellos, veiculadas no *Jornal Nacional* (TV Globo) em abril de 2001, desmentiram a versão policial de acidente e demonstraram que João e Catarina foram executados.

Caco Barcellos entrevistou o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira, que relatou algumas operações de segurança, entre elas a prisão, a tortura e a execução de um casal de estudantes. O casal era suspeito de ter participado da execução do capitão do Exército norte-americano Charles Rodney Chandler, em 12 de outubro de 1968, feita pela ALN e pela VPR. Valdemar reconheceu Catarina como uma das pessoas que foram presas, torturadas e executadas em um sítio em São João do Meriti e afirmou que os órgãos de repressão, após a execução, forjaram o acidente.

O jornalista entrou em contato com a família de Catarina, que concordou em proceder a exumação de seus restos mortais. O laudo da exumação, elaborado pelos legistas Carlos

Delmonte e Isaac Jaime Saieg, em 23 de julho de 2000, concluiu que a morte foi consequência de “*traumatismo crânio-encefálico*” causado por “*ação vulnerante de projétil de arma de fogo*”. Sua morte ocorreu em decorrência de um tiro que a atingiu pelas costas. Além disso, os legistas não encontraram sinais de autópsia feita anteriormente. A *causa mortis* apresentada em 9 de novembro de 1968, pelos médicos Pedro Saullo e Almir Fagundes de Souza, do IML de Vassouras, foi “*fratura de crânio, com afundamento (acidente)*”.

O relator Belisário dos Santos Júnior, na tentativa de obter mais informações, realizou diligência ao CRM/RJ e conseguiu entrevistar, por telefone, o médico Almir Fagundes de Souza, cujo nome consta no Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964 como um dos legistas, que, “[...] *admite a possibilidade de o Dr. Pedro Saullo, diante das informações prestadas pela Polícia e dada sua pouca experiência, sequer ter necropsiado a calota craniana. [...] que acredita que esse caso possa ser um dos primeiros casos analisados de Pedro Saullo*”.

Para o relator, as teses de acidente ou de detonação de explosivos ficaram descartadas. Segundo ele “[...] *a reportagem de Caco Barcellos e as providências que a ela se seguiram introduziram duas novas possíveis versões: 1) prisão, tortura e execução do casal, seguida de uma cena de acidente na seqüência; 2) perseguição do VW por agentes do Estado, com disparos fatais*”. Para ele, ambas as hipóteses são verossímeis e estão amparadas na prova e conduzem ao mesmo resultado, o da responsabilização do Estado. Assim, concluiu: “[...] *presentes as condições legais e após detida análise de toda a prova defiro o pedido inaugural, reconhecida a condição de Catarina Helena Abi-Eçab e de João Antônio dos Santos Abi-Eçab como mortos por ação de agentes do Estado, no período previsto pela Lei*”.

Na CEMDP, os casos de Catarina Helena Abi-Eçab (090/02) e de João Antônio Santos Abi-Eçab (026/02) foram aprovados por unanimidade, em 2 de agosto de 2005.

Seus nomes constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, no capítulo “Outras Mortes”, porque, embora as mortes fossem suspeitas, até então a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos dispunha apenas da versão policial.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IJEVE/SP.

Caso 090/02, de Catarina Helena Abi-Eçab, e caso 026/02, de João Antônio Santos Abi-Eçab, na CEMDP.



Jornal Reporter

Centenas de estudantes foram presos no XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna em outubro de 1968. Destes, 23 tornaram-se mortos ou desaparecidos políticos.

O XXX Congresso da UNE em Ibiúna

Na manhã de 2 de outubro de 1968, por meio da imprensa, o Brasil tomou conhecimento da denúncia do capitão pára-quedista Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho sobre o caso Para-Sar – uma unidade especial de busca e salvamento da Aeronáutica. O brigadeiro João Paulo Burnier, que respondia pela chefia de Gabinete do ministro da Aeronáutica, pretendia usar a unidade Para-Sar para seqüestrar 40 políticos e lançá-los de avião no oceano Atlântico. Planejava causar a morte de milhares de pessoas com a explosão de um gásômetro na avenida Brasil e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes, ambas no Rio de Janeiro. A responsabilidade pelos atentados seria atribuída aos comunistas.

Nesse mesmo dia, os estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo começaram a chamada “batalha da rua Maria Antônia”. O conflito iniciou-se com o ataque de estudantes do Mackenzie contra a atividade de arrecadação de fundos para o XXX Congresso da UNE. Com a participação do CCC no ataque, foram trocados tiros, bombas, rojões e coquetéis molotov durante todo o dia até a manhã seguinte, deixando o prédio da USP incendiado, muitos feridos e um morto: o secundarista José Guimarães. A passeata de protesto pelo seu assassinato reuniu cerca de 800 estudantes e percorreu o centro de São Paulo. Durante as manifestações públicas daquele ano, pelo menos 11 pessoas foram assassinadas. Era o período de descenso da luta política que antecedeu o AI-5.

Na madrugada de 12 de outubro, a polícia invadiu o sítio Murundu, nas imediações de Ibiúna (SP), e prendeu cerca de 920 estudantes, pondo fim ao XXX Congresso da UNE que ali se realizava. Todos foram levados a São Paulo em cinco caminhões do

Exército e dez ônibus. O congresso foi organizado clandestinamente, o que não evitou a prisão maciça. Entre os estudantes, em torno de 200 eram mulheres. As três construções do sítio – o chiqueiro, o estábulo e o galpão – foram utilizadas durante o congresso. Os estudantes construíram um “Plenário” aproveitando a topografia do terreno, que tinha degraus que serviam de arquibancada, coberta com lona. Além disso, cerca de 20 barracas, uma enfermaria com médicos e enfermeiras, cozinha e banheiros improvisados foram organizados.

Os representantes mais expressivos do movimento estudantil foram presos no congresso, entre eles Vladimir Palmeira, Luis Travassos, José Dirceu, Jean-Marc van der Weid, Franklin Martins e Marcos Medeiros, e muitos, a partir daquele momento, iniciaram sua militância clandestina ou foram obrigados a exilar-se. Todos foram presos e fichados e, nos anos seguintes, as fotos tiradas pela polícia nessa ocasião serviram para identificar militantes procurados ou presos. Desse total, são conhecidos 23 nomes de estudantes presentes ao congresso assassinados pela repressão política. São eles: Antônio de Pádua Costa, Antônio dos Três Reis Oliveira, Aylton Adalberto Mortati, Bérqson Gurjão Farias, Chael Charles Schreier, Eduardo Collier Filho, Fernando Borges de Paula Ferreira, Gildo Macedo Lacerda, Helenira Rezende de Souza Nazareth, Ivan Mota Dias, Jaime Petit da Silva, José Carlos Novais da Mata Machado, José Maurílio Patrício, José Roberto Arantes de Almeida, José Wilson Lessa Sabag, Lauriberto José Reyes, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Márcio Beck Machado, Maria Augusta Thomas, Ranússia Alves Rodrigues, Ruy Carlos Vieira Berbet, Tito de Alencar Lima e Umberto Câmara Neto. ■



O Ato Institucional nº 5

Em 13 de dezembro de 1968, com o objetivo de pôr fim à agitação política e cultural do período, o marechal-presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5.¹ O ato constituiu-se no mais discricionário entre os 17 atos institucionais do regime militar implantado em 1964 e o único decretado por tempo indeterminado. O AI-5 ampliou os poderes de exceção do presidente ao dar-lhe plenos poderes de decretar estado de sítio e fechar o Congresso Nacional (arts. 1º, 2º, 7º), concedendo o domínio absoluto sobre os estados da Federação (arts. 3º, 6º) e extinguindo vários direitos civis e políticos (arts. 4º, 5º, 8º), especialmente o *habeas corpus* para crimes contra a Segurança Nacional (art. 10º), concedendo-se o direito de cassar mandatos, demitir e aposentar juízes e demais funcionários públicos (o que já havia ocorrido com os AI-1 e AI-2). O AI-5 investiu o Estado da prerrogativa de manipulação da vida de todos os cidadãos, de tal modo que o AI-14, editado a 14 de outubro de 1969, instituiu a pena de morte no Brasil. A ditadura impôs rígida censura aos meios de comunicação já na madrugada de 12 para 13 de dezembro de 1968, suspendeu o Congresso e, por algum tempo, não seria tolerada qualquer oposição ao governo, nem sequer a do moderado MDB. Era a época do slogan oficial “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Ocorreu, então, a repetição de uma apropriação peculiar do conceito de representação política, já realizada na edição do AI-1, de 9 de abril de 1964, que estabelecia por decreto como se daria a relação entre o governo e a vontade da nação: “*A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma*”. A representação política sofreu uma inversão durante a ditadura: “*é porque se governa que se é representante*” (CHAUI: 1987, 32). Ao tomar o Estado, os militares passaram a representantes da sociedade, identificando o governo com a vontade geral. As decisões do soberano estavam, assim, legitimadas por essa alteração de valores políticos tacitamente aceita por parte da sociedade.

J. Cardoso



Marcas da invasão de um dos laboratórios da Universidade de Brasília, agosto de 1968.

O significativo aumento no número de mortos e desaparecidos políticos a partir do AI-5 demonstrou que a implantação do *estado de exceção* se tornou normalidade no país. Ao ampliar os domínios da *Doutrina de Segurança Nacional*, garantiu a impunidade aos agentes da repressão e consolidou a institucionalização da tortura e do terrorismo de Estado no Brasil, conforme seu artigo 11º: “*Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos*”. Desde o AI-2, de outubro de 1965, os julgamentos por crimes políticos – aqueles incluídos na Lei de Segurança Nacional – passaram a ser de responsabilidade da Justiça Militar. A partir do AI-5, entretanto, a lei deixou de ter qualquer valia para os réus.

O AI-5 foi extinto em 31 de dezembro de 1978, mas alguns de seus dispositivos haviam sido inseridos na Constituição de 1969 e na Lei de Segurança Nacional, deixando heranças ainda hoje. ■

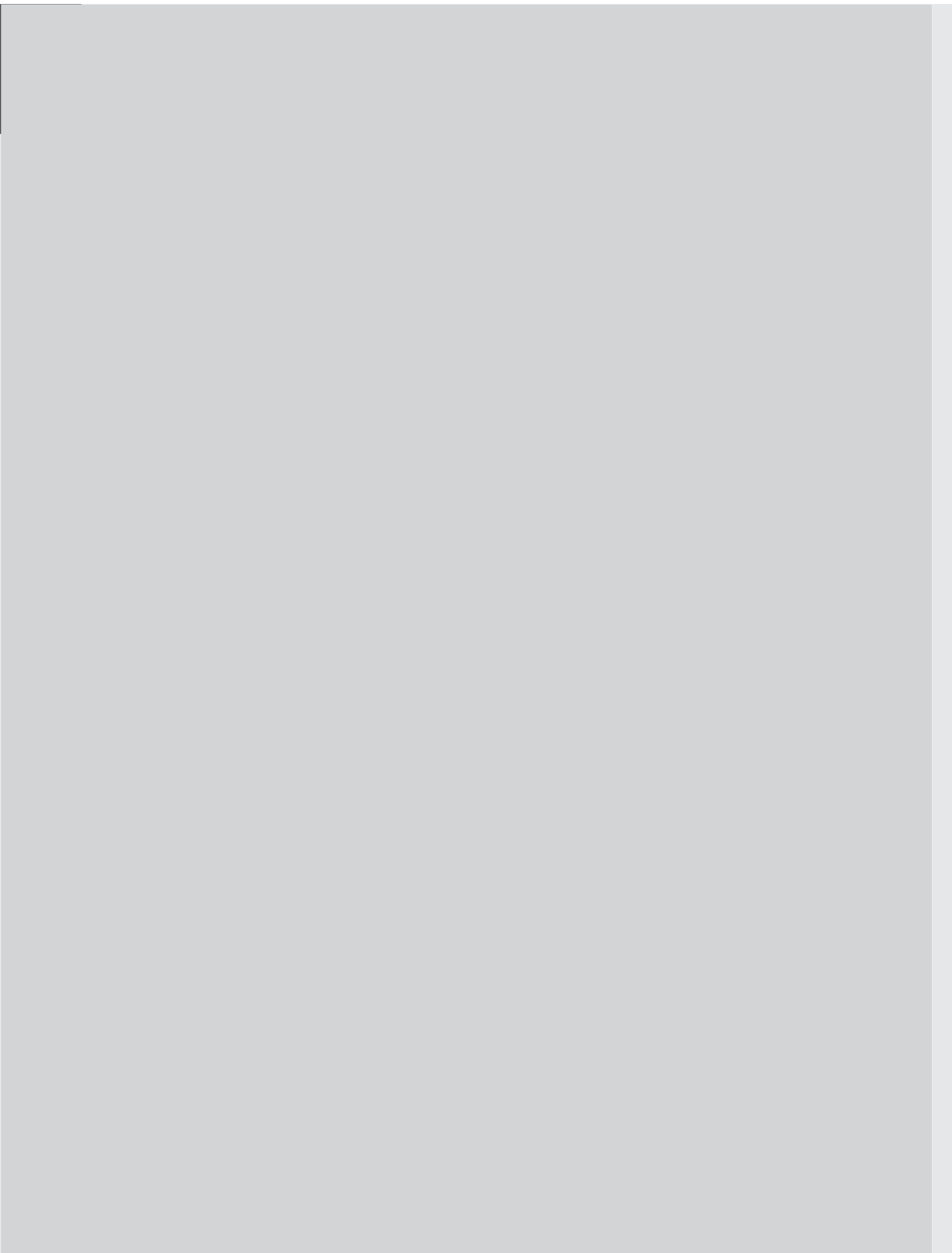
1 Decretado pelo presidente Arthur da Costa e Silva, o AI-5 foi confirmado e assinado pelos seguintes membros do Conselho de Segurança Nacional (CSN): Luís Antônio da Gama e Silva, Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Aurélio de Lyra Tavares, José de Magalhães Pinto, Antônio Delfim Netto, Mário David Andreazza, Ivo Arzua Pereira, Tarso Dutra, Jarbas Passarinho, Márcio de Souza e Mello, Leonel Miranda, José Costa Cavalcanti, Edmundo de Macedo Soares, Hélio Beltrão, Afonso de A. Lima e Carlos F. de Simas. Apenas o vice-presidente, Pedro Aleixo, foi contra a medida, defendendo a decretação de estado de sítio.

1 9 6 9



Arquivo Público do Estado de São Paulo/UH

Presos políticos banidos em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick embarcam para o México, setembro de 1969.
Na foto estão 13 dos 15 presos libertados.



Marco Antônio Braz de Carvalho

Nasceu em 5 de janeiro de 1940, em Angra dos Reis (RJ), filho de José de Carvalho Filho e Anna Braz de Carvalho. Morto em 28 de janeiro de 1969. Era dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era desenhista mecânico.

Foi assassinado com vários tiros desfechados pelas costas em sua casa na capital paulista por policiais do DOPS/SP, chefiados pelo delegado Raul Nogueira de Lima, vulgo *Raul Careca*, o mesmo policial que, em outubro de 1968, matou a tiros o estudante do Colégio Marina Cintra, José Guimarães.

Na requisição de exame do IML/SP consta que “[...] a vítima estava sendo procurada pelo DOPS, travou tiroteio com policiais, sendo abatido a tiros na Rua Fortunato, 291”. Os legistas Erasmo M. de Castro de Tolosa e Orlando Brandão, que fizeram o laudo confirmando a versão oficial, apontaram como causa da morte “hemorragia interna traumática”.

O historiador Jacob Gorender, no livro *Combate nas Trevas*, descreve a morte de *Marquito*, como era conhecido. Em 28 de janeiro, depois de ir a sucessivos pontos onde deveria encontrar um companheiro, resolveu procurá-lo em sua residência. Ao abrir a porta do apartamento, defrontou-se com a polícia atirando. *Marquito* fora vítima da onda de prisões que atingiu muitos militantes da VPR naquele mês.

Onofre Pinto, dirigente da VPR desaparecido em 1974, esteve preso na mesma época. Foi banido do Brasil após sua libertação e de mais 14 prisioneiros trocados pelo embaixador norte-americano, em setembro de 1969. Ao desembarcar na Cidade do México, em 7 de setembro, denunciou o ocorrido a Marco Antônio em depoimento ao semanário italiano *L'Espresso*.

Marco Antônio, militante ligado a Carlos Marighella, participou de treinamento de guerrilha em Cuba e comandava o chamado “grupo de fogo” do Agrupamento Comunista de São Paulo, que deu origem à ALN. Foi um dos acusados pela execução do capitão do Exército norte-americano Charles Rodney Chandler, agente da CIA, em 12 de outubro de 1968, executado pela ALN e VPR. Foi um dos organizadores da manifestação de protesto do 1º de maio de 1968, na Praça da Sé, em São Paulo.

O depoimento de seu irmão, João Pedro Braz de Carvalho, aponta inconsistências na versão do agente do DOPS/SP:

[...] no dia 1º de fevereiro de 1969, no Instituto Médico Legal de São Paulo, estava aguardando a liberação do corpo do meu irmão Marcos Antônio Braz de Carvalho [...]



quando o cadáver foi colocado numa saleta, levantei o lençol que o cobria e constatei a existência de perfurações de saídas de projéteis de arma de fogo no tórax, caracterizada pelo afloramento do tecido cutâneo, não apresentando ferimento na perna, quando fui violentamente retirado do local, com torção do braço/gravata e jogado no corredor. O que vi desmentia categoricamente a versão apresentada, tiroteio com policiais, haja vista que foi morto com tiros pelas costas.

O perito criminalista do DPC/DF, Celso Nenevê, ao realizar a análise de documentos sobre sua morte, constatou:

A não observância da realização do levantamento do local e posterior confecção do laudo de exame [...], uma vez que a vítima [...] faleceu no local. A ausência de exames de confronto balístico com os projéteis retirados da vítima e a arma portada pelo inspetor Raul Nogueira de Lima, bem como confronto com possíveis projéteis e ou estojos coletados no local do fato.

A versão oficial apresentada foi: “Consta que a vítima estava sendo procurada pelo DOPS, travou tiroteio com policiais sendo abatido a tiros no local acima”.

Ainda segundo laudo do perito Celso Nenevê:

[...] o depoimento do inspetor Raul Nogueira de Lima não é coincidente com os achados necroscópicos no tocante às regiões atingidas (o depoimento apresenta que Marcos Antônio Braz de Carvalho encontrava-se “atirado na perna”) e na quantidade de disparos efetuados (depreende-se da declaração que foram efetuados apenas dois disparos contra Marcos), enquanto que o depoimento constante do processo efetuado pelo irmão da vítima, João Pedro Braz de Carvalho, é coincidente com esses achados no tocante aos orifícios de saída na região peitoral e na ausência de lesões nas pernas.

O perito comentou também a respeito do

[...] ferimento perfuro-contuso [...] com características de entrada de projétil de arma de fogo [...] e evidente área de enfumaçamento situado na face lateral do terço médio do antebraço esquerdo [...].

Essas lesões podem apresentar em suas regiões circunvizinhas resíduos da queima de propelente, os quais poderão deixar no suporte as zonas de chama, enfumaçamento e tatuagem, vestígios que caracterizariam o disparo como tendo sido efetuado a curta distância. Lesões como a acima descrita, pela sua localização (face lateral do terço médio do antebraço esquerdo) e pela distância do disparo (curta distância) são às vezes encontradas em lesões oriundas de movimento de defesa, quando a vítima, diante de ameaça, levanta o braço semi-fletido oferecendo a face lateral do antebraço como área de proteção.

O relator do caso na CEMDP, André Sabóia Martins, afirmou que as contradições explicitadas no confronto entre a versão oficial sobre as circunstâncias da morte expressa no depoimento do inspetor Raul Nogueira de Lima e os achados do laudo de exame de corpo de delito/exame necroscópico, destacados em parecer criminalístico, favorecem a consideração da hipótese de que Marco Antônio teria sido executado por policiais do DOPS/SP.

Declarou ainda que:

A despeito da ausência de parecer conclusivo sobre a dinâmica dos eventos que culminaram no homicídio perpetrado contra Marco Antônio, em 28 de janeiro de 1969, os elementos existentes não deixam dúvida de que o caso se enquadra na hipótese prevista pelo artigo 4º, I, alínea “c” da lei 9.140/95 (Redação dada pela lei 10.875, de 1º de junho de 2004), que atribui a esta Comissão a incumbência de reconhecer pessoas que “tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público”. Voto, portanto, pelo deferimento do pedido.

Na CEMDP, seu caso foi aprovado por unanimidade em 15 de dezembro de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 017/02, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 272.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 144-146.

Hamilton Fernando da Cunha (Escoteiro)

Nasceu em Florianópolis (SC), em 1941, filho de Fernando Manoel Cunha e Filomena Maria Rosa. Morto em 11 de fevereiro de 1969. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Hamilton era ligado a atividades artísticas, atuava em grupos de teatro em São Paulo e gostava de cantar, participou até de um coral. No início de 1969, Hamilton morava no mesmo *aparelho* onde estava escondido o ex-capitão Carlos Lamarca, que havia abandonado o quartel do Exército, em Quitaúna (SP), em 24 de janeiro de 1969.

Foi morto por policiais do DOPS/SP que tentavam prendê-lo em seu local de trabalho, a Gráfica Urupês.

Preocupado com a possibilidade de ser identificado, em razão das diversas prisões de militantes e simpatizantes da VPR ocorridas no período da fuga de Lamarca, Hamilton Cunha, chamado de *Escoteiro* entre os companheiros, resolveu demitir-se da gráfica. No dia do acerto trabalhista, foi acompanhado de seu colega *Roberto Gordo*, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, que ficou na sala de espera. Quando ouviu os gritos de Cunha ao ser preso, *Gordo*, que estava armado, reagiu. Acabou ferindo um policial e fugiu.

Em documento localizado no DOPS/SP, datado de 11 de fevereiro de 1969, assinado pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho, consta que:

Os investigadores Caetano e Teles, deste DOPS, dirigiram-se à Gráfica Urupês [...] a fim de efetuar a detenção de Hamilton Fernando Cunha, vulgo “Escoteiro”, que ali fora para receber seus dias de trabalho, pois pedira demissão da firma [...]. Quando de sua detenção, “Escoteiro” começou a se debater e a gritar por socorro. Um elemento desconhecido e que acompanhara Hamilton até a porta da firma, adentrou já de arma em punho, disparando-a contra Caetano. Benedito Caetano conseguiu fazer com que o corpo de “Escoteiro” lhe servisse de escudo e este, atingido, veio a falecer no local. [...] Hamilton ao entrar na firma deixou sobre o banco, no saguão de entrada, um revólver marca Rossi [...] e 5 balas intactas, que estavam no referido banco embrulhados, os quais foram apreendidos.

A versão oficial dizia que Hamilton morreu na hora de “*hemorragia interna traumática*”, segundo atestaram os legistas Pêrsio José Carneiro e Paulo Augusto Queiroz Rocha.

Pedro Lobo de Oliveira, sargento da PM/SP, expulso da corporação em 1964 e preso no início de 1969, afirmou, em depoimento colhido pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que ele acompanhou a correria desenfreada nos corredores do DOPS/SP, em 11 de fevereiro, quando testemunhou o investigador Caetano com um tiro debaixo do braço após a operação em que foram prender “terroristas” na Gráfica Urupês. Neste momento, ouviu do investigador: “*Foi o Roberto Gordo que me acertou, mas ainda bem que eu apaguei o Escoteiro*”.

Hamilton foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo.

Na CEMDP, depois do requerimento de indenização 160/96 não ter sido acolhido por 4 votos contra e 3 a favor, os da relatora Suzana Keniger Lisbôa, de Nilmário Miranda e João Grandino Rodas, a família entrou com um pedido de reconsideração do caso em 25 de setembro de 1997, também negado.

Novas provas foram anexadas e o requerimento da família foi deferido em 1998. A relatora Suzana Lisbôa elaborou um “Relatório de Recurso” para recolocar o caso em discussão, que incluiu a versão apresentada, a análise do laudo necroscópico e a divulgação da notícia. Acrescentou declarações prestadas por funcionários da gráfica e testemunhas do ocorrido. No material, ficou claro que Hamilton não estava armado ao ser preso e não participou do tiroteio.

Também foi decisivo para o deferimento do caso o depoimento do militar reformado José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, o *Roberto Gordo*, ouvido por Nilmário Miranda em 3 de fevereiro de 1998, em Curitiba (PR), conforme informou em seu relatório anexado ao processo:

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 160/96, na CEMDP.

Em 1968 e início de 1969 houve prisões de militantes e simpatizantes da VPR. Inseguro quanto à possibilidade de algum dos presos tê-lo identificado, “Escoteiro” resolveu demitir-se da gráfica onde trabalhava, e a base em que militava decidiu que Roberto Gordo o acompanhasse para lhe dar cobertura em caso de necessidade no dia do acerto trabalhista. “Escoteiro” lhe informou que já tinha combinado previamente com a direção da Gráfica o referido acerto. Gordo [José Ronaldo Tavares de Lira e Silva] ficou aguardando na sala de espera e quando ouviu gritos de socorro e reconheceu a voz de “Escoteiro” dizendo que não era bandido [...], atirou contra os policiais ferindo um deles; bateu em retirada, buscando a rua e a fuga.

A relatora concluiu que a prisão de Hamilton foi arquitetada pelo DOPS. Ele foi detido desarmado em seu local de trabalho e executado após estar sob a guarda do Estado. Apesar de morto às 16 horas, seu corpo somente foi levado ao IML às 23 horas, trajando apenas camisa, meias e sapatos.

Finalmente, em 25 de março de 1998, o caso de Hamilton foi deferido por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes.



Higino João Pio

Nasceu em Itapema (SC), em 11 de janeiro de 1922, filho de João Francisco Pio e Tarcília Maria Simas. Morto em 3 de março de 1969.

Era casado com Amélia Cherem Pio e tinha três filhos: Eliana, João Jorge e Júlio César.

Higino foi o primeiro prefeito municipal do balneário Camboriú, eleito pelo PSD, em 1965. Em função de disputa política, foi acusado de irregularidades administrativas, sendo inocentado pela Câmara Municipal.

Higino João Pio e outros funcionários da prefeitura foram presos por agentes da PF e conduzidos para a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Florianópolis, estabelecimento da Marinha, em fevereiro de 1969, na Quarta-Feira de Cinzas. Após prestarem depoimentos, todos foram soltos, exceto Higino, que permaneceu incomunicável. Em 3 de março, a família foi notificada de sua morte, por suicídio.

Em seu voto, o relator Oswaldo Pereira Gomes afirmou que “[...] os adversários políticos apelaram para a legislação excepcional baixada pelo AI-5, submetendo-o à CGP”. Concluiu pelo deferimento em função da morte ter ocorrido na prisão e por causas não naturais.

Sendo um caso desconhecido até então, Suzana Lisbôa pediu vistas a fim de esclarecer a motivação política da prisão e as reais circunstâncias da morte. A relatora localizou no STM o IPM instaurado por ocasião da morte.

O laudo necroscópico assinado por José Caldeira Ferreira Bastos e Leo Meyer Coutinho confirma a morte por asfixia e enforcamento, afirmando não haver equimoses ou escoriações em todo o corpo. O laudo de perícia de local mostra que o corpo fora encontrado trancado à chave dentro do banheiro, em posição de suspensão incompleta, com o rosto encostado à parede e tendo ao pescoço uma toalha. Concluíram os peritos que, considerando o ambiente interno e ainda o alinhamento das vestes do cadáver, não teria havido luta ou disputa no local; logo, tratava-se de suicídio.

O exame das fotos, no entanto, contradiz a conclusão dos peritos: a posição de suspensão incompleta é desmentida pelas fotos, pois Higino, um homem de grande porte, tem os pés encostados ao chão.

Não obstante, o comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santa Catarina da época, capitão de fragata José do Cabo Teixeira de Carvalho, afirmou: “*Não houve crime*”.

Examinando-se os documentos, soube-se que os adversários do prefeito, por meio de Heraldo Neves Arruda, encaminharam cópias da investigação realizada pela Câmara Municipal para a PF de Curitiba e para a Procuradoria Geral – esta teria ficado de decretar a prisão

preventiva de Higino Pio. Cerca de um ano depois, o SNI requisitou à Câmara os originais do caso. Insatisfeitos com a morosidade das providências, os denunciante pediram, mediante ofício, a aplicação do AI-5 com o enquadramento no artigo 4º, solicitando a cassação do mandato e envio à CGI para averiguação de enriquecimento ilícito.

O relatório de 1997 elaborado a pedido do deputado Francisco Kuster, então presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, apresentou depoimentos e documentos que comprovaram a natureza política da prisão de Higino, ressaltando a liderança e o grande prestígio que tinha na cidade.

Considerou a conselheira Suzana Lisbôa que a montagem da cena para a versão de suicídio é evidente, ainda mais do que a própria motivação política do assassinato, para a qual foi necessária a busca de provas. Concluiu afirmando que, dadas as circunstâncias da época, sendo este período caracterizado por extrema violência, com a morte do prefeito Higino começou a prática dos chamados “teatros”, farsas montadas com maior frequência a partir de então para justificar as mortes sob tortura.

Apesar do medo reinante, seu enterro no cemitério de Itajaí foi muito concorrido. Em 1976, foi inaugurada uma importante praça do balneário com seu nome.

Na CEMDP, seu caso foi aprovado por unanimidade, em 15 de maio de 1997.

Documentos consultados:
Caso 164/96, na CEMDP.

João Lucas Alves

Nasceu em 3 de novembro de 1935, em Canhotinho (PE), filho de José Lucas Alves e Odília Pimenta Alves. Morto em 6 de março de 1969. Era militante do Comando de Libertação Nacional (Colina).

Quando tinha 1 ano de idade, sua família mudou-se para Recife, onde passou a infância. No bairro de Encruzilhadas, cursou o Grupo Escolar Maciel Pinheiros. Teve uma infância tranqüila com muitos irmãos. Ao completar 11 anos entrou para o Ginásio Pernambucano e findou o colegial no Ginásio Visconde de Mauá. Passou a estudar à noite, pois desde os 13 anos trabalhava na firma comercial de seu pai. Trabalhou também na Philips do Brasil até prestar o serviço militar obrigatório.

Na Aeronáutica, fez o curso de cabo indo então para a Escola de Especialistas da Aeronáutica em Guaratinguetá (SP), de onde saiu como 3º sargento. Serviu na Base Aérea de Ibura (PE), de 1957 a 1960, e em Natal (RN) e no Rio de Janeiro (RJ). Em 1961, esteve nos Estados Unidos por conta do Ministério da Aeronáutica, onde fez curso de especialização em vôo. Ali vivenciou a fome e o preconceito racial. Isto o fez tomar consciência política da realidade de seu país, participando efetivamente dos movimentos pelas reformas, em 1964. Foi destacada liderança na Rebelião dos Sargentos, em 1963, que defendia, entre outros pontos, o direito de voto aos praças. Na ocasião, o STF negou essa reivindicação.

Com o golpe de 1964, foi preso na Base Aérea de Santa Cruz, onde permaneceu incomunicável, e expulso da FAB pelo Ato Institucional nº 1.

Preso pela segunda vez no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1968, quando já era militante do Colina, juntamente com José Mendes de Sá Roriz (ex-sargento da FEB e mutilado de guerra assassinado em 1973). Foi levado para o DOPS/RJ e, posteriormente, para a Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita. Em 20 de novembro de 1968, foi decretada sua prisão preventiva por 30 dias e, em 18 de dezembro, prorrogada por mais 30 dias. Foi requerido o relaxamento de sua prisão em 20 de janeiro de 1969, ato reiterado em 29 de janeiro, mas ambos os pedidos não foram apreciados pela Justiça.

Em 28 de fevereiro, após uma onda de prisões de membros do Colina em Minas Gerais, foi transferido para a polícia de Belo Horizonte. Em 6 de março, foi anunciada sua morte por suicídio na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte.



Durante as torturas que sofreu nesse departamento policial, João Lucas teve vários ossos quebrados, olhos vazados, além de queimaduras generalizadas. Onofre Pinto, dirigente da VPR desaparecido em 1974, estivera preso na mesma época, e foi banido do Brasil após sua libertação e de mais 14 prisioneiros trocados pelo embaixador norte-americano, em setembro de 1969. Ao desembarcar na Cidade do México, em 7 de setembro, denunciou o ocorrido a João Lucas em depoimento ao semanário italiano *L'Espresso*. Esta denúncia também foi registrada pela Anistia Internacional. Vários presos políticos, como Antônio Pereira Mattos, Ângelo Pezzutti da Silva e Afonso Celso Lana Leite, denunciaram as torturas sofridas por João Lucas em depoimentos realizados em auditorias militares. Lana Leite forneceu ainda alguns nomes de responsáveis pelas torturas sofridas por João Lucas, como os dos torturadores Thacyr Menezes Sia e Ariovaldo, do DOPS. Além disso, os torturadores da Delegacia de Furtos e Roubos foram orientados pelo “*dr. Luiz Soares*”.

Foi acusado de ter participado de várias ações armadas, com destaque para a execução do major do Exército da Alemanha Ocidental, Edward von Westernhagen, no Rio de Janeiro, em 1º de julho de 1968. O major, que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, foi confundido com o capitão boliviano Gary Prado, responsável pela morte de Che Guevara.

Sua mãe o procurou em diversas delegacias de Belo Horizonte, até descobrir no DOPS que o filho havia morrido uma semana antes. O corpo, contudo, já havia sido sepultado. Somente cinco anos mais tarde a família conseguiu a exumação dos restos mortais, que foram trasladados para o Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Em declaração prestada na OAB/RJ, em 14 de fevereiro de 1996, o advogado Modesto da Silveira, afirmou que

[...] dirigiu-se a Belo Horizonte [...] e lá localizou um inquérito sobre a morte de João Lucas Alves, que teria ocorrido na Delegacia de Roubos e Furtos daquela cidade, [...] apesar de todas as dificuldades encontradas, conseguiu ver os autos, e inclusive fotografias de João Lucas já morto; que pelas fotografias, o depoente verificou que João Lucas deve ter sido morto sob tortura, tais eram as marcas de lesões, contusões e perfurações que as fotografias não puderam esconder, porque eram generalizadas em várias partes de seu corpo [...] que a alegação da autoridade, então, é de que João Lucas teria se “suicidado” [...] que se recusaram a exibir o corpo de João Lucas ao depoente e sua família, sob a alegação de que ele estava enterrado e o processo de exumação seria complicado e longo [...].

A necropsia realizada no Departamento de Medicina Legal/MG, em 6 de março de 1969, firmada pelos médicos Djeddar Gonçalves e João Bosco Nacif da Silva, confirma a falsa versão policial de suicídio por enforcamento, apesar de descrever

[...] duas escoriações lineares alargadas medindo a maior cerca de 5 cm e situadas na face interna, terço inferior do antebraço esquerdo. Escoriações vermelhas situadas nos 4 últimos pododátilos esquerdos. Ausência de unha do primeiro pododátilo esquerdo. Edema do pé direito. Contusão com equimose arroxeada sobre a unha do primeiro pododátilo direito [...] equimose arroxeada na região glútea direita, face posterior da região escapular direita e flanco direita.

Esses médicos foram denunciados pelo GTNM/MG, sem sequer ser investigados, pois o CRM/MG arquivou a denúncia.

O torturador Marcelo Paixão de Araújo, que serviu entre 1968 e 1971 como tenente no 12º Regimento de Infantaria do Exército em Belo Horizonte, afirmou, em entrevista à revista *Veja* (dezembro de 1998), que João Lucas Alves “*morreu na tortura*” naquele local.

Foi encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP um relatório sobre sua vida pregressa oriundo da Delegacia Regional da Guanabara, Serviço de Ordem Política e Social, datado de 8 de novembro de 1968, com a seguinte anotação a caneta: “*Suicidou-se no DOPS/BH*”.

Na CEMDP, a relatora Maria Eunice F. Paiva concluiu que João Lucas faleceu em dependências policiais por causas não naturais, confirmando-se que tal causa não foi suicídio. O caso foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa.

Documentos consultados:

- www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 152/96, na CEMDP.
 DUARTE, Betinho. *Rua viva*, op. cit.
 GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 272.
 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, op. cit., p. 142.
 PROJETO Brasil: Nunca Mais. *Projeto A: os mortos*. Tomo V, v. 4.
 ULTRAMARI, Alexandre. “Torturei uns trinta”. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, 9/12/1998.



Paulo Torres Gonçalves

Nasceu em 28 de dezembro de 1949, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), filho de Paulo Fernandes Gonçalves e Miracy Torres Gonçalves. Desaparecido em 26 de março de 1969.

Em 1969, era estudante do Colégio Estadual Ferreira Viana, no bairro do Maracanã, e funcionário do Ibope. Em 26 de março daquele ano, foi para o colégio e não mais regressou à casa.

Paulo era o único filho do casal e não se ausentava da casa sem avisar aos seus pais. No dia seguinte ao seu desaparecimento, os pais iniciaram a busca e foram às delegacias policiais, aos hospitais e ao Instituto de Medicina Legal do Rio de Janeiro. Nada conseguiram saber.

No fim de abril de 1969, quase um mês após o desaparecimento de Paulo, seus pais receberam informações de um vizinho, sargento da Aeronáutica, de nome Nelson, de que Paulo teria sido preso pelo DOPS/RJ e, em seguida, encaminhado para a Marinha e seria liberado no mês de maio. Essa informação já havia sido apresentada pelo capitão do Exército Rui Matos. Os pais retomaram as esperanças de que reencontrariam Paulo. No mês de maio, o filho não apareceu. Os pais voltaram a procurá-lo, buscando informações em vários outros locais, falando com diferentes autoridades e nada conseguiram.

Logo depois do desaparecimento, seus pais perceberam que o telefone estava sob escuta. Passaram a ser seguidos. A casa onde moravam foi invadida por quatro indivíduos, que não se identificaram, e que queriam saber quem tinha dado as informações sobre a prisão de Paulo.

Em agosto de 1969, seus pais receberam uma carta de um preso da Ilha Grande (RJ), de nome Antônio José Aprígio dos Santos, informando que Paulo Torres Gonçalves teria estado preso no Presídio Tiradentes, em São Paulo, completamente desmemoriado.

A mãe de Paulo falou pessoalmente com o preso na Ilha Grande, na presença do chefe de segurança da Ilha, Jorge Martins (envolvido em torturas conforme denúncia contida no *Projeto Brasil: Nunca Mais*), quando o preso Antônio José confirmou as informações de sua carta. Após a visita, a mãe de Paulo encaminhou carta ao diretor do Presídio Tiradentes, sem obter resposta. Mesmo assim, ela foi aos presídios Tiradentes e Novo, em São Paulo. Não obteve nenhum esclarecimento. De volta ao Rio, os pais receberam informação de um general confirmando a prisão do filho, mas que ele teria sido libertado em seguida e não se encontrava em São Paulo.

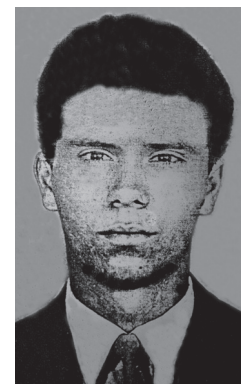
Nos meses de setembro, outubro e novembro de 1969, os pais desesperados enviaram cartas ao presidente da República, à sua esposa, aos ministros militares, ao presidente do STM, ao comandante do I Exército, sem sucesso. Fizeram apelos por meio da imprensa, colocando anúncio do desaparecimento do filho. Resolveram procurá-lo em hospícios, manicômios públicos e particulares, na esperança de encontrá-lo.

Visando obter mais informações para sua identificação, seus pais procuraram o diretor do Instituto Félix Pacheco e solicitaram sua ficha datiloscópica, mas não a conseguiram. O diretor, entretanto, prontificou-se a ajudá-los. Colocou o detetive José Garcia Carneiro para investigar seu paradeiro, o qual constatou ele haver morrido afogado. Ao fazer a identificação do cadáver, souberam que se tratava de um homem de cor negra. Paulo, contudo, era branco.

O GTNM/RJ conseguiu documentos no arquivo do DOPS/RJ sobre Paulo Torres Gonçalves. Havia um pedido de busca (743/69) emitido pelo Centro de Informações do Exército, de 14 de outubro de 1969. Nesse documento, consta a informação de que

[...] Paulo teria sido preso pelo DOPS/GB e depois teria sido encaminhado à Marinha. Esta nada teria constatado que o implicasse, motivo porque o teria libertado em meados de maio. Posteriormente, por motivos ignorados teria sido detido em São Paulo, onde estaria recolhido ao Presídio Tiradentes ou ao Presídio Novo.

Nessa ficha está registrada também a informação de que Paulo “[...] *teria sido preso por motivo de subversão*”.



O primeiro requerimento (258/96) encaminhado à CEMDP, cujo relator era Paulo Gustavo Gonet Branco, foi indeferido, em 17 de outubro de 1996. No segundo (155/04), a mãe de Paulo solicitou o reconhecimento de seu desaparecimento, o esclarecimento das circunstâncias de sua morte e a localização dos restos mortais. Em agosto de 2005, o conselheiro Belisário dos Santos Júnior pediu diligência ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, a fim de obter mais informações. No mês de setembro de 2005, fez o mesmo pedido à SSP/SP. Em março de 2006, foram solicitadas novas diligências ao Arquivo Público de São Paulo, ao GTNM/RJ e à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos para apurar os fatos.

Belisário dos Santos Júnior destacou a peregrinação da família de Paulo desde o dia do seu desaparecimento e informou que a Comissão Especial estava tentando localizar as pessoas referidas por ela, sem sucesso, acrescentando que a “*União teve 37 anos para fazê-lo e nada realizou nesse sentido. E, se o fez, não informou à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos*”. Ele afirmou que a solução seria aplicar a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao caso para responsabilizar o Estado:

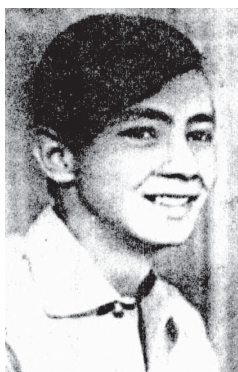
Em certas circunstâncias pode ser difícil a investigação de fatos que atentem contra os direitos das pessoas. A de investigar é, junto com a de prevenir, uma obrigação de meio ou de comportamento que não é descumprida somente com o fato de que a investigação produza um resultado satisfatório. Entretanto, deve empreender-se com seriedade e não como uma simples formalidade condenada de antemão a ser inútil. Deve ter sentido e ser assumida pelo Estado como um dever jurídico próprio e não como uma simples gestão de interesses particulares, que dependa da iniciativa processual da vítima ou de seus familiares ou da contribuição particular de elementos probatórios sem que a autoridade pública busque efetivamente a verdade. Esta avaliação é validada qualquer que seja o agente ao qual se possa efetivamente ser atribuída a violação [...], pois, se seus fatos não são investigados com seriedade, resultariam, de certo modo, auxiliados pelo poder público, comprometendo a responsabilidade internacional do Estado (Caso Velásquez Rodríguez).

Belisário dos Santos Júnior concluiu não haver uma indicação precisa da militância política de Paulo, porém lembrou que a acusação de participação política a quem não a tenha igualmente enseja o reconhecimento de desaparecimento. Segundo o relator, as circunstâncias do caso levam a entender, e as próprias autoridades assim o reconheceram, que a prisão pelas forças de repressão teria como causa principal, ou pretexto, a subversão.

Dessa forma, o relator entendeu estarem presentes no caso as circunstâncias que indicavam o desaparecimento e a participação em atividades políticas como causa ou pretexto para tanto. O relator votou pelo seu deferimento e o caso foi aprovado por unanimidade em 10 de outubro de 2006.

Documentos consultados:

Casos 258/96 e 155/04,
na CEMDP.



Nelson José de Almeida

Nascido em Mendes Pimentel (MG), em outubro de 1947, filho de Manoel Cezalpin de Almeida e Ana Tereza de Almeida. Morto em 11 de abril de 1969. Militante da organização Corrente, grupo dissidente do PCB que mais tarde se incorporou à ALN.

Filho de camponeses humildes da região do Vale do Rio Doce, aos 10 ou 11 anos de idade mudou-se com sua família para Governador Valadares (MG). Aí concluiu o curso primário na Escola Israel Pinheiro, em 1963. Nelson trabalhava desde o primário vendendo produtos agrícolas aos construtores do prédio da Usiminas, em Ipatinga (MG).

Terminado o curso primário, mudou-se mais uma vez com a família para Brasília (DF). Lá já se encontrava trabalhando seu irmão mais velho. Nelson teve que encarar serviços pesados como ajudante de pedreiro. Estudou à noite na cidade-satélite de Sobradinho e, assim, concluiu o curso ginásial.

Com o edição do AI-5, integrou-se à organização chamada Colina e, depois, à Corrente, indo para o interior de Minas Gerais. Em Teófilo Otoni, foi preso por agentes do DOPS e

morto em 11 de abril de 1969. Na prisão, foi reconhecido por um soldado, Artur Orozimbo, que havia sido seu colega e de seu irmão ainda no curso primário, em sua cidade natal. Este mesmo soldado deu à família a notícia de sua morte.

Segundo o relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, Nelson “[...] *morreu durante um assalto à Caixa Econômica Federal, em Teófilo Otoni*”.

A certidão de óbito tem como causa da morte “[...] *ferida perfuro-contusa do tórax com lesão de órgão e víscera interna, dando em consequência grave hemotórax*”. Assinou o óbito o médico Christobaldo Motta de Almeida, no qual se refere a “[...] *morte na via pública, rua Wenefredo Portela*”.

Na CEMDP, o relator Nilmário Miranda realizou uma série de investigações. Baseando-se no depoimento de Maria Amália Pinto de Oliveira, que trabalhou na referida agência da Caixa Econômica Federal em Teófilo Otoni, de 1952 a 1982, constatou que nunca houve tal assalto. Nilmário Miranda soube também que a rua Wenefredo Portela era onde se localizava, na época, a delegacia de polícia da cidade.

O irmão de Nelson, Enes de Almeida, esteve em Teófilo Otoni alguns meses após a sua morte, mas não conseguiu ter acesso à sepultura. Consta que Nelson de Almeida estaria enterrado no cemitério de Teófilo Otoni.

Anexado ao IPM, há no STM um documento da Polícia Militar de Minas Gerais, de 20 de maio de 1969, onde se lê:

[...] *No dia 10 de abril de 1969 esta Seção enviou a Teófilo Otoni, MG, o 1º tenente/PM Murilo Augusto de Assis Toledo, a fim de fazer o levantamento do “Aparelho da Corrente”, localizado naquela cidade [...].*

[...] *Durante a diligência foi capturado, ao chegar no “Aparelho”, Nelson José de Almeida que, posteriormente, ao forçar fuga, foi baleado e veio a falecer em Hospital de Teófilo Otoni.*

É importante notar que a morte, neste documento, não se deu na rua. Diante desses fatos, o relator votou pelo deferimento, no que foi acompanhado pela totalidade dos membros da Comissão Especial em 23 de abril de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 074/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua viva*, op. cit.

Severino Viana Colou

Nascido em Caruaru (PE), em 1930. Filho de Ulisses Viana Colou e Maria Belarmina da Conceição. Morto em 24 de maio de 1969. Militante do Comando de Libertação Nacional (Colina).

O sargento Severino, ex-presidente da Associação de Cabos e Sargentos da PM do Estado da Guanabara, foi preso e morreu em uma cela da 1ª Companhia da Polícia do Exército no Rio de Janeiro. De acordo com o IPM 1.478, realizado pelo quartel-general da 1ª Divisão de Infantaria, ele estava preso e foi encontrado morto por volta das 11h35min de 24 de maio de 1969, enforcado com a própria calça, presa em uma das barras da cela. Assinaram o laudo pericial do local de morte os legistas Euler Moreira de Moraes e Erivaldo Lima dos Santos. No laudo consta que: “*Em ambas pernas, na altura da canela, apresentava ferida contusa e escoriações generalizadas pelo tronco. Nas nádegas apresentava hematomas de forma irregular*”.

De acordo com o boletim de março de 1974 da Anistia Internacional e o livro *Oposição no Brasil, Hoje*, de Marcos Freire, é falsa a versão oficial de que Severino teria se suicidado ao se enforcar em sua cela. Em declarações prestadas à época, em auditorias militares, os presos políticos Antônio Pereira Mattos, Ângelo Pezzuti da Silva e Afonso Celso Lana Leite denunciaram as torturas sofridas por Severino na Vila Militar.

Segundo o historiador Jacob Gorender, o Colina sofreu um forte revés em janeiro de 1969: a polícia invadiu vários esconderijos da organização em Belo Horizonte desde a noite de 28 de janeiro. Seguiram-se muitas prisões e, no bairro de São Geraldo, militantes reagiram a tiros resultando na morte de dois policiais, o que provocou a sanha dos torturadores. Para Gorender, a prisão do ex-sargento Viana Colou ocorreu quando houve a invasão do local de treinamento de guerrilha da VAR-Palmares na região fluminense, pelo Exército, embora ele próprio afirme que a organização teria se constituído da união de remanescentes do Colina e da VPR, apenas em julho de 1969.

Foi acusado de participar de ações armadas, em 1968, e da execução do major do Exército da Alemanha Ocidental Edward von Westernhagen, no Rio de Janeiro, em 1º de julho de 1968. O major cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e foi confundido com o capitão boliviano Gary Prado, um dos responsáveis pela morte de Che Guevara.

Seu corpo somente deu entrada no IML/RJ em 2 de junho, junto com o de Sebastião Gomes da Silva, vindo do Hospital Central do Exército, onde foi feita a necropsia assinada pelo médico Rubens Pedro Macuco Janini, que confirmou a versão da repressão.

O atestado de óbito (1.789) teve como declarante José Severino Teixeira e informa que Severino foi enterrado como indigente no Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Segundo entrevista realizada pelo jornalista Elio Gaspari com o tenente-coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, oficial do CIE, sobre a morte de Chael Charles Schreier ocorrida em 21 de novembro de 1969, na 1ª Companhia da PE, era procedimento rotineiro naquele lugar encobrir mortes sob tortura: “*Fechava-se o caixão, proclamava-se o suicídio e sepultava-se o morto. O método já dera certo duas vezes, naquele mesmo quartel. Em maio, com Severino Viana Colon [sic], e, em setembro, com Roberto Cieto [sic]*”.

Corroborava a farsa a descrição inconsistente das condições carcerárias apresentada no relatório do IPM instaurado para investigar sua morte, assinado pelo tenente-coronel Alexandre Boaventura Bandeira de Mello, que concluiu pelo suicídio:

As chaves do xadrez estavam em poder do sargento comandante da guarda, durante todo o tempo, assim qualquer pessoa que quizesse [sic] penetrar na região do xadrez teria que pedir as chaves ao referido sargento. Como a porta do xadrez estava coberta com uma manta, o sentinela também não pode ver os preparativos de Severino para o suicídio.

O inquérito policial registra cópia autêntica do expediente assinado pelo major comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército, de 24 de maio de 1969, comunicando a morte de Severino Viana Calor (segundo o Inquérito Policial Militar), ocorrência que se deu naquele mesmo dia.

Decorrente da duplicidade incorreta de nomes, o relator do caso, coronel João Batista Fagundes, considerou que concorreram a favor da requerente, além da mesma filiação, o fato de, tanto Severino Viana Calor quanto Severino Viana Colou, terem morrido nas dependências da 1ª Companhia de Polícia do Exército, no mesmo dia.

O relator argumentou, ainda, que o auto de autópsia é datado de 24 de maio de 1969. Considerando-se que o cadáver deu entrada no IML às 17h20min de 2 de junho de 1969, oriundo do Hospital Central do Exército, não tem fundamento o atestado de óbito de Severino ter sido lavrado somente em 24 de junho de 1969.

Para João Batista Fagundes, porém, “[...] *as impropriedades encontradas no processo não retiram da requerente a legitimidade para buscar nesta Comissão o esclarecimento quanto à morte de seu irmão*”. Assim, considerou procedente o requerimento e o caso 016/02 foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 19 de dezembro de 2003.

A família de Severino iniciou uma Ação Ordinária de Indenização por danos morais e materiais, em 2005.

Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, com o sobrenome grafado erroneamente como Colon.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 016/02, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 165.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, op. cit., p. 141-147, 170.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

Antônio Henrique Pereira Neto (Padre Henrique)

Nasceu em 28 de outubro de 1940, no Recife (PE), filho de José Henrique Pereira da Silva Neto e Izaíras Pereira da Silva. Morto em 27 de maio de 1969.

Padre, coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife e professor, especialista em problemas da juventude, desenvolvia atividades com o arcebispo dom Hélder Câmara.

Sua mãe assim se refere a ele e à sua morte:

Padre Henrique era o meu filho primogênito, muito alegre e brincalhão. Escolheu sua missão de sacerdote aos 16 anos e tomou várias iniciativas na profissão escolhida: não cobrava para fazer batizados, celebrar casamentos, porque, dizia ele, “a palavra de Deus não tem preço”.

Tinha muitos amigos, era professor de três colégios e com o salário ganho ajudava as pessoas realmente carentes.

Não gostava de conflitos, nem de ver pessoas sofrendo. Por isso, quando balearam por questões políticas o estudante Cândido Pinto, Henrique procurou os grupos de estudantes que planejavam violências e sugeriu-lhes que pedissem ajuda aos governantes. Começaram daí os telefonemas ameaçadores que se identificavam como CCC (Comando de Caça aos Comunistas); mas Henrique dizia que aquilo não passava de piadas, porque “se eles tocassem num fio de cabelo de um padre o mundo os derrubaria”.

E as ameaças foram aumentando [...] até metralharam a sala onde ele trabalhava no Giriquiti, gritando, segundo testemunhas, “viva o CCC!”.

Mas Henrique não temia [...] até que no dia 26 de maio de 1969, após uma reunião com famílias amigas, quando Henrique voltava para seu lar, uma rural verde e branca com policiais armados levaram-no do Parnamirim até a Cidade Universitária e depois de várias horas de tortura (das 10 às 4 da madrugada) segundo o morador de um barraco de tábuas, mandaram ele se ajoelhar e dispararam, à queima-roupa, três tiros na cabeça do padre indefeso. Para que não fosse identificado, tiraram-lhe os documentos e iam enterrá-lo como “cadáver desconhecido”. Porém um rapaz conhecido passou e disse: “Não é um desconhecido. É o padre Henrique”.

Prenderam o rapaz, mas muita gente que havia escutado o comentário espalhou a notícia e não dava mais para esconder.

Padre Henrique, depois de passar pelo IML, foi levado para a Igreja do Espinheiro, onde foi velado por milhares de pessoas. No dia seguinte, foi levado em passeata até o Cemitério da Várzea, onde, no percurso, muitas pessoas foram presas como comunistas.

Ao chegarmos em casa, após o sepultamento, levaram preso o meu marido José Henrique para que ele identificasse num álbum de fotografias os comunistas que freqüentavam a nossa casa [...] e, como ele dizia que não sabia, foi também torturado e às 11 da noite, quando chegou em casa, estava vomitando sangue e não conseguiu recuperar-se: depois de várias hemorragias, também faleceu.

E eu, continuei perseguida [...] até que, com a prescrição do crime, cessaram as ameaças.

Padre Henrique era auxiliar direto de dom Hélder Câmara, foram ambos autores de reiteradas e contundentes denúncias de torturas praticadas pela repressão política durante a ditadura.

Em 26 de maio de 1969 foi seqüestrado pelo CCC. Seu corpo seria encontrado no dia seguinte em um matagal existente na Cidade Universitária de Recife, pendurado de cabeça para baixo em uma árvore, com marcas evidentes de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração e três ferimentos produzidos por arma de fogo.

No inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco para apurar as circunstâncias da morte de padre Henrique, foram acusados como responsáveis pelo seqüestro, tortura e



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 063/96, na CEMDP.

GGORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, op. cit., p. 163.

morte Rogério Matos do Nascimento, delegado Bartolomeu Gibson, investigador de polícia Cícero Albuquerque, tenente da Polícia Militar José Ferreira dos Anjos, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och.

Entre as testemunhas estavam a mãe do padre Henrique, Izairas Pereira, e a investigadora de polícia Risoleta Cavalcanti, que acusaram as pessoas mencionadas não apenas por este assassinato, mas também por terem metralhado, em 28 de abril de 1969, o presidente da União Estadual dos Estudantes de Pernambuco, Cândido Pinto de Melo, quando esperava o ônibus num bairro de Recife, deixando-o paralítico.

Segundo o desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, “[...] há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA”. O inquérito foi arquivado. Nenhum dos acusados foi condenado, apesar dos testemunhos e provas.

Conforme o voto do relator na CEMDP, Nilmário Miranda, “[...] mesmo sem ter ocorrido em dependência policial, dúvida não há de que sua morte ocorreu sob custódia de agentes do Estado”. Segundo ele, “[...] sua morte não-natural, com sinais de crueldade, ficou evidenciada pelo atestado de óbito firmado pelo legista Salgado Calheiro, que considerou como causa os ferimentos penetrantes e transfixantes do crânio e hemorragia cerebral”.

Seu caso na CEMDP foi aprovado por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Sebastião Gomes da Silva

Lavrador. Morto em 2 de junho de 1969. Fuzilado em Cachoeiras de Macacu (RJ), no projeto de colonização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, quando teria resistido à prisão.

Seu corpo entrou no IML/RJ em 2 de junho de 1969 vindo do Hospital Central do Exército (HCE), para onde foi levado junto com o de Severino Viana Colou.

Na CEMDP, o caso protocolado com o nome de Sebastião Gomes dos Santos foi indeferido por unanimidade em razão da falta de documentação comprobatória de sua morte e de que se tratasse de Sebastião Gomes da Silva, citado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 051/02, na CEMDP.



Reinaldo Silveira Pimenta

Nascido em 4 de março de 1945, em Niterói (RJ), filho de José Bastos Pimenta e Maria do Carmo Silveira Pimenta. Morto em 27 de junho de 1969. Dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Estudou no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, e estava cursando o 3º ano de Engenharia na Universidade do Estado da Guanabara, hoje UFRJ. Estudou inglês no Instituto Brasil-Estados Unidos e trabalhou como professor.

De acordo com o historiador Jacob Gorender, o MR-8, formado pela Dissidência Estudantil do PCB de Niterói na sua primeira fase, começou a se esfacelar quando foi preso um dos dirigentes responsáveis pela área de guerrilha rural, no oeste do Paraná, em abril de 1969, gerando uma seqüência de prisões. Em 27 de junho de 1969, o apartamento de Reinaldo Silveira Pimenta foi invadido por agentes da polícia política. Em circunstâncias não esclarecidas, Reinaldo caiu pela janela do apartamento. Foi encaminhado ao Hospital Miguel Couto, morrendo poucas horas depois. O corpo de Reinaldo entrou no IML/RJ pela guia 13 da 14ª DP como desconhecido: “[...] morto ao cair na área interna do prédio”.

A necropsia, de 28 de junho de 1969, foi assinada pelo médico Mário Martins Rodrigues e determinou a *causa mortis* como “[...] *fratura da coluna vertebral com ruptura do pulmão esquerdo e hemorragia interna*”.

O prontuário do DOPS/RJ diz que Reinaldo “[...] *suicidou-se em 27/06/69, ao ser preso no aparelho da rua Bolívar, nº 124, apto. 510, em Copacabana, alugado pelo Partido*”.

O jornal *Correio da Manhã*, de 29 de junho de 1969, com o título de “*Polícia dá versão para suicídio de jovem desconhecido*”, afirmou:

Policiais da 13ª Delegacia Policial estão desconfiados de que o jovem de 25 anos presume-se que se atirou do apartamento 510 do Edifício Darlington, na rua Bolívar, na última sexta-feira, e que no dia seguinte morreu no Hospital Miguel Couto, é um ex-membro do chamado “grupo dos 11”, e que se chamaria Reinaldo.

[...] Na manhã de sexta-feira, segundo vizinhos do rapaz, na Rua Bolívar, uma viatura da polícia teria permanecido algumas horas nas imediações do edifício onde ele residia, o que pode ser interpretado como uma diligência da polícia que procurava prendê-lo como implicado em recentes assaltos a bancos, na Guanabara. Por este motivo, acreditam os policiais, o jovem teria preferido o suicídio.

No jornal *Última Hora*, de 1º de julho de 1969, lê-se: “*Chamava-se Reinaldo Silveira Pimenta o jovem que caiu ou foi jogado do 5º andar do prédio nº 124, na Rua Bolívar, em Copacabana*”.

O *Jornal do Brasil*, de 1º de julho de 1969, noticiou:

A Sra. Aline Neves (proprietária do apartamento 510 e também moradora no prédio) disse que na manhã de sexta-feira, às 7 horas, foi acordada por algazarras no apto. 510.

[...] Alguns moradores do prédio revelaram que alguns policiais do DOPS chegaram no edifício às 6 horas e foram direto para o apto. 510, onde detiveram algumas pessoas que estavam lá. No apartamento ficaram dois policiais escondidos e às 20h, o estudante Reinaldo Pimenta bateu à porta. Os policiais abriram e prenderam o rapaz. Minutos depois o rapaz atirava-se pela janela.

Segundo declaração do preso político Nielsen Fernandes, descrita no *Projeto Brasil: Nunca Mais*, ele foi ameaçado de ter o mesmo fim de Reinaldo, caso se negasse a dar informações.

Segundo o Pedido de Busca 291/DCI/SSI/SC, encontrado nos arquivos do antigo DOPS/RJ, Reinaldo:

Foi membro da “Frente de coordenação do MR-8”. Indiciado no IPM que foi instaurado a fim de apurar as atividades da organização subversiva denominada MR-8. Segundo informe não processado, datado de 23/06/1969, participou de assaltos a bancos [...] sendo indiciado em IPM, em curso no Destacamento Especial de FF/NN [Fuzileiros Navais]. Suicidou-se em 27/06/1969, ao ser preso no “aparelho” da rua Bolívar, nº 124, apto. 510 em Copacabana, local alugado pelo Partido.

O relator João Grandino Rodas considerou não restarem dúvidas acerca da militância política e da morte por causa não natural. Ao exame das circunstâncias, não tendo a morte ocorrido em dependência policial e sim no hospital, concluiu: “*Existe nos presentes autos provas que corroboram que o apartamento de Reinaldo estava sitiado, tendo portanto se transformado em dependência policial assemelhada. Comprovam esse fato as transcrições dos periódicos da época*”. O seu caso foi deferido por unanimidade em 10 de abril de 1997.

Em sua homenagem foi dado o seu nome a uma rua na Vila Kennedy, no Rio de Janeiro.

Carlos Roberto Zanirato

Nasceu em Ourinhos (SP), em 9 de novembro de 1949, filho de Hermínio Zanirato e Ernestina Furtado Zanirato. Morto em 29 de junho de 1969. Soldado e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 187/96, na CEMDP.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, op. cit., p. 170, 182.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

Foi um dos que desertaram do Exército junto com o capitão Carlos Lamarca, ao saírem do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco (SP), levando fuzis FAL e outras armas para se aliarem à luta armada contra a ditadura, em 24 de janeiro de 1969.

Foi preso em 23 de junho de 1969 pelo DEOPS/SP. Segundo a versão policial, em 29 de junho foi conduzido pelos policiais a um encontro com seus companheiros. O encontro se realizaria no cruzamento da rua Bresser com a avenida Celso Garcia, em São Paulo. Lá chegando, aproveitou um descuido dos policiais que o conduziam e jogou-se contra um ônibus em movimento, vindo a morrer em consequência das fraturas sofridas.

O laudo necroscópico (30.757) do IML refere-se a ele como a um desconhecido que se suicidou atirando-se sob um ônibus. Na requisição de exame necroscópico pode-se ler: “[...] apresentava um par de algemas com a corrente partida ficando uma aljava em cada pulso, estas foram serradas, retiradas e entregues sob recibo ao sr. Moacir Gallo, guarda civil 22.548”. Isto não deixa dúvidas de que o suposto suicida se encontrava preso, o que torna inverossímil que tenha sido considerado um desconhecido, conforme consta na solicitação de exame necroscópico. Além disso, na requisição de exame necroscópico, estava registrada a qualificação pessoal do preso. Tal situação fortalece a hipótese de que a real intenção dos agentes de segurança era a de ocultar seu cadáver. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Assinaram o laudo necroscópico os médicos legistas José Manella Netto e Orlando Brandão, confirmando a falsa versão oficial.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica entregues ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, confirmam sua morte como suicídio, e o da Marinha faz referências, até, ao fato de que ele se encontrava algemado. Documentos do DOPS informam que fora preso por agentes da 4ª RI/SP.

A relatora do caso na CEMDP, Suzana Lisbôa, concluiu que:

[...] ficou comprovada a prisão e morte por torturas, já que o corpo parece não ter espaço onde não haja equimoses, escoriações ou fraturas (todas as costelas no lado direito, osso ilíaco, clavículas e úmero); e ainda ferimentos, escoriações, ruptura do pulmão – certamente o resultado de seis dias de tortura no DOPS de São Paulo.

O pedido foi acolhido por unanimidade, em 27 de agosto de 1996; o general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco discordaram da ressalva da relatora sobre a versão oficial.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP. Caso 328/96, na CEMDP.



Geraldo Bernardo da Silva

Nasceu em 20 de agosto de 1925, em Minas Gerais, filho de João Ricardo da Silva e Erotilde Maria da Silva. Morto em 17 de julho de 1969.

Sindicalista. Era ascensorista da Rede Ferroviária Federal, onde trabalhava havia vários anos. Foi preso em 8 de julho de 1969, quando sua casa foi invadida por uma patrulha do Exército, e levado para a Vila Militar, em Deodoro, onde permaneceu por alguns dias.

Ao retornar à sua casa, mostrava sinais de irritação, sendo levado, em 17 de julho de 1969, por sua esposa e pelo irmão, ao serviço médico da Rede Ferroviária Federal, que funcionava no 19º andar do edifício-sede, no Rio de Janeiro. Geraldo disse então que precisava ir ao banheiro. Ao estranhar a demora, Iraci, sua esposa, foi verificar o que havia acontecido e constatou que ele havia se jogado da janela.

A relatora Maria Eliane Menezes de Farias, após requerer várias diligências, pediu o indeferimento do caso (124/04). Diva Santana pediu vistas. Ponderou que a informação prestada pelo Comando Militar Leste, declarando que Geraldo Bernardo da Silva esteve detido na Vila Militar de Deodoro, em julho de 1969, e as cópias de documentos expedidas pelo Arquivo Público/RJ, com impressões digitais da época de sua primeira prisão em setembro de 1964, além das cópias de comprovação de sua militância em organização sindical, todas oriundas

dos órgãos repressivos, demonstram a militância política de Geraldo da Silva. A documentação confirma que ele era militante sindical e integrava o Comitê Sindical dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e, já em 1963, participava ativamente nas mobilizações em defesa das chamadas reformas de base.

Em 9 de novembro de 2006, o caso foi votado e aprovado por unanimidade pela CEMDP, com base na lei 10.875, que reconhece a responsabilidade do Estado nos casos de pessoas “[...] que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público”.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 124/04, na CEMDP.

Assassinato de militantes da VAR-Palmares

Fernando Borges de Paula Ferreira

Nasceu em 1º de outubro de 1945, em São Paulo, filho de Tolstói de Paula e Célia Borges de Paula Ferreira. Morto em 29 de julho de 1969. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Líder estudantil na Universidade de São Paulo, onde cursava Ciências Sociais, era conhecido como *Fernando Ruivo*. Foi um dos principais ativistas da DISP (Dissidência Estudantil do PCB/SP), uma articulação de militantes comunistas que, no fim de 1968, se dispersou – seus integrantes ingressaram na ALN e na VPR. Em seguida, no Congresso em Mongaguá (SP), em 1º de julho de 1969, militantes da VPR uniram-se aos do Colina e criaram a VAR-Palmares.

A *Carta Mensal nº 6*, encontrada no arquivo do DOPS/SP, de 31 de março de 1970, referente à comemoração do sexto aniversário “do esforço do Governo em recuperar econômica, social e moralmente o nosso País”, informa que “[...] após tiroteio no ‘Largo da Banana’, no dia 29/7/69 [...] perdeu a vida Fernando Borges de Paula Ferreira e saiu gravemente ferido João Domingos [sic] da Silva, ambos pertencentes a ALN [sic]”. Ainda segundo o documento, pela documentação do carro foram iniciadas investigações sobre o proprietário, que acarretaram em diversas prisões de militantes da ALN.

Fernando Ruivo participou de várias ações armadas e tomou parte na maior ação promovida pela VAR-Palmares: a expropriação de 2,6 milhões de dólares do cofre da residência do irmão de Ana Capriglione, em Santa Teresa, Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1969. Ana era amante de Adhemar de Barros e depositária das propinas guardadas pelo ex-governador de São Paulo.

Assinaram o laudo de necropsia de Fernando os médicos legistas Pêrsio R. Carneiro e Antônio Valentini, que descrevem ferimentos contusos, irregulares, sendo dois na região parietal direita e dois na região parietal esquerda, com fraturas, mas sem sinais de hemorragia ou lesões do encéfalo. Além disso, descrevem um ferimento perfuro-contuso produzido por projétil de arma de fogo, alojado junto à articulação da sétima costela com o corpo vertebral “[...] que penetrando ao nível do ferimento descrito [...] transfixou a parede torácica, se dirigindo para baixo, para trás e para a esquerda, transfixou o lobo superior do pulmão direito”, sendo a morte causada por hemorragia interna.

Alguns aspectos chamam a atenção no laudo citado: seu corpo entrou no IML despido. Apesar de ter morrido em tiroteio, foi atingido por um único tiro no sentido de baixo para cima. Fernando já estaria caído, quando foi ferido? Outro aspecto que chama a atenção são os ferimentos nos lados esquerdo e direito do crânio. Se o ferimento fosse causado pela queda, decorrente do impacto do projétil, provavelmente, ele ocorreria apenas do lado que chocou-se com o solo e não em ambos os lados.



Seu corpo foi sepultado no Cemitério da Paz pela família.

A denúncia da morte de Fernando consta do relatório da Anistia Internacional de 1974. Seu caso foi protocolado na CEMDP pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, na expectativa de localizar os seus familiares, que são os que podem requerer o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela sua morte, conforme a lei. Mas a família, ao ser localizada, não quis requerer nenhum benefício da lei. Assim, o processo foi extinto sem julgamento, em 8 de dezembro de 2005.



João Domingues da Silva

Nasceu em 2 de abril de 1949, em Sertanópolis (PR), filho de Antônio José da Silva e Eliza Maria de Jesus. Morto em 23 de setembro de 1969. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Desde os 10 anos de idade, ajudava o pai no trabalho com o gado em Jataizinho (PR). Aos 12 já trabalhava no matadouro de Ibioporã (PR) e, aos 13, foi trabalhar em um açougue em Osasco (SP). Posteriormente, tornou-se operário e um dos líderes das paralisações e greves realizadas em Osasco, entre junho e julho de 1968, duramente reprimidas. Essas greves foram lideradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, cujo presidente era José Ibrahim, militante da VAR-Palmares. Em função de sua atuação política, João Domingues, membro da VPR e, depois, da VAR-Palmares, foi, por diversas vezes, ameaçado de prisão e morte.

As mortes

Em 29 de julho de 1969, João Domingues estava em companhia de Fernando Borges de Paula Ferreira quando foram emboscados por agentes do DEIC, no Largo da Banana, em São Paulo. A emboscada teria resultado no assassinato de Fernando. João Domingues, apesar de ferido, conseguiu escapar, indo para a casa de sua irmã, em Osasco, onde foi preso no mesmo dia.

Os agentes do DEIC transportaram João para o Hospital das Clínicas, onde recebeu assistência médica. Em 4 de agosto, foi submetido ao exame de corpo de delito – lesão corporal –, assinado pelos médicos José Francisco de Faria e Abeylard de Queiroz Orsini, que descrevem um único ferimento por arma de fogo, na face anterior do hemitórax esquerdo e vários ferimentos cortocotusos na região occipital.

Mesmo correndo risco de vida, os agentes do DEIC o transportaram para o Hospital Geral do Exército, iniciando os interrogatórios e torturas que culminariam com sua morte em 23 de setembro.

Antenor Meyer, ex-presos político, contou que foi preso em 3 de setembro de 1969 e, após passar por cirurgia no Hospital das Clínicas, foi transferido para o Hospital Geral do Exército, ficando no mesmo quarto que João Domingues da Silva, que se encontrava muito mal.

Durante os primeiros dias, ele ainda tinha forças para falar. As mães que davam atendimento aos doentes informaram-me dias antes do seu falecimento que ele não sobreviveria, pois o hospital não tinha recursos médicos suficientes para dar o tratamento que o estado clínico de João exigia. O atendimento se limitava à prescrição de soro e alimentos, como que aguardando o desenlace de João, que ocorreria alguns dias depois.

Sua irmã, Iracema Maria dos Santos, relatou em depoimento:

João chegou em casa baleado. Estava ensangüentado e limpamos rápido o corpo e amarramos uma faixa para estancar o sangramento. Era apenas um buraco de bala no peito, um pouco abaixo do mamilo esquerdo. A bala não tinha chegado a atravessar o corpo, ficando parada nas costas. Sentimos que a casa estava sendo cercada por mais de 50

viaturas da polícia. Levaram-no para o Hospital das Clínicas. Alguns dias depois fiquei sabendo que o Exército o tinha seqüestrado. Fui várias vezes ao Hospital Geral do Exército e diziam que não estava lá. Depois de 33 dias que o tinham tirado de minha casa, foram ao meu serviço, dizendo que ele estava muito mal, que tinha passado por uma cirurgia e que ia ter que repetir, mas que precisavam da assinatura de alguém da família. [...] Quando entrei fui tomada de um pânico tão grande que eu nem acreditava [...] que aquele esqueleto humano que estava na minha frente era meu irmão.

O laudo de necropsia inclui, além do ferimento descrito no exame de corpo de delito, cicatrizes cirúrgicas, escaras de decúbito na região sacra e mais um ferimento por projétil na região vertebral, terço inferior. Assinam o laudo os legistas Octávio D'Andrea e Orlando Brandão e apontam como *causa mortis* “*colapso tóxico infeccioso*”. A evidência do assassinato fica constatada ao comprovar-se que, ao ser retirado do Hospital das Clínicas, João apresentava apenas um ferimento produzido por arma de fogo, conseqüência da emboscada. Ele foi enterrado por seus familiares em Osasco.

Segundo análise da relatora do caso na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, em seu parecer de 1996, no início de 1969 a repressão política ainda se articulava para compor o aparato organizado que viria a se formar na década de 1970. Por isso, ainda se preocuparam em buscar Iracema, para que ela testemunhasse que “*cuidavam*” do irmão. A relatora concluiu que, mais de 25 anos depois, os dados confrontados do laudo de exame de corpo de delito com o necroscópico atestam que João Domingues, preso com um ferimento no tórax, foi seqüestrado do Hospital das Clínicas, onde teria todo atendimento possível, e morreu em conseqüência de “*ferimentos perfuro-contundentes no abdômen*”.

Após os votos da relatora e do conselheiro Nilmário Miranda, favoráveis ao reconhecimento da responsabilidade do Estado, e do general Oswaldo Pereira Gomes, contrário, Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas ao caso.

Foi expedido ofício ao Hospital Geral do Exército em São Paulo, onde João esteve internado e morreu, com a seguinte resposta:

Não consta de prontuário, ou no livro de entrada e nem ficha de internação médica-hospitalar do referido paciente, na data e período provável mencionado de sua entrada e mesmo durante esse ano.

Em resposta a similar indagação, o deputado Nilmário Miranda obteve pessoalmente a seguinte declaração da Divisão de Arquivo Médico do Hospital das Clínicas de São Paulo:

Consta nos Arquivos deste Hospital que o paciente João Domingues da Silva, registro 902.993, foi internado em 30.07.69, tendo obtido alta nesse mesmo dia. Causa alegada do local: Ferimento por arma de fogo. Diagnósticos: Ferimento de região abdominal por projétil de arma de fogo; ferimentos de estômago, fígado, diafragma e pulmão. Conduta: Tratamento clínico; em 30.07.69: Laparotomia exploradora, esplenectomia, sutura de estômago, fígado, diafragma e pulmão. Consta no resumo mecanizado de alta do paciente como médicos que o atenderam: Dr. Okumura, Dr. Fujimura, Dr. José Mário Reis e Dr. Medeiros (anestesista).

Em resposta ao pedido da Comissão Especial, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo encaminhou cópia de documentos oriundos do antigo DOPS, que se encontram no Arquivo do Estado de São Paulo:

1. Cópia truncada de reportagem publicada em 31 de julho de 1969 pelo jornal *A Gazeta*, sob o título “*Homens do bando da metralha estão caindo nas mãos da lei*”. A reportagem confirma o depoimento da irmã, no sentido de que João foi preso em sua residência. Informa que ele estava internado no Hospital das Clínicas e que as investigações estavam em franco desenvolvimento.

2. BO do 23º DP, de 29 de julho de 1969, sobre o episódio que culminou com o ferimento sofrido pela vítima. Foi registrado por solicitação telefônica, às 23 horas. Os ocupantes do veículo, onde estariam João e outra pessoa, identificada como Sérgio Luiz Motta ou Humberto Turra, reagiram a tiros à abordagem policial. Sérgio ou Humberto

foi morto no local. João, ferido, conseguiu fugir, mas foi detido posteriormente na cidade de Osasco. Informa ainda que três feridos foram socorridos no Hospital das Clínicas, não especificando se João era um deles.

3. No trecho do denominado Relatório Especial de Informações nº 23, do Quartel General do Exército em São Paulo, datado de 1º de agosto de 1969, poucos dias depois da prisão, há um capítulo dedicado a João Domingues da Silva. Conta como ele foi preso e submetido a leve interrogatório em face de seu estado de saúde. A importância da prisão está delineada no item cinco do mesmo documento:

A prisão de João Domingos [sic] da Silva permitiu o levantamento de mais uma base da VPR. Tal terrorista, convenientemente interrogado, quando seu estado de saúde permitir, poderá fornecer novos dados que conduzam à desarticulação de novas bases e a prisão de seus integrantes.

Foram fornecidas, ainda, cópias da certidão de óbito, dando conta de que a requisição foi do DOPS e não do Hospital, e de diversos outros documentos relacionados com a militância de João Domingues. Não foi encontrada na documentação nenhuma referência ao local exato do óbito, que se supõe ser o Hospital Central do Exército.

Foi solicitado também um parecer médico para se compreender melhor as diferentes lesões registradas no laudo de corpo de delito (exame realizado no Hospital das Clínicas, no dia de sua internação) e no laudo cadavérico do IML, e suas eventuais incompatibilidades.

Foi possível recompor em parte a trajetória de João Domingues da Silva nos últimos dias de vida: vítima de tiroteio, em 29 de julho, no bairro da Barra Funda, São Paulo, ao ser baleado, fugiu. Foi para a casa da irmã, enfermeira, em Osasco, onde recebeu os primeiros cuidados e acabou sendo preso, no mesmo dia.

Deu entrada no Hospital das Clínicas em 30 de julho e foi imediatamente submetido a exame de corpo de delito, constatando-se o “risco de vida” e uma “laparotomia exploratória”, cirurgia de grande extensão, com “sutura de estômago, fígado, diafragma e pulmão”. E, por incrível que pareça, em vez de ser levado para a UTI, recebeu “alta”, no mesmo dia 30. A informação é de “alta médica” na data da cirurgia e não de transferência hospitalar.

Há uma nítida relação de causa e efeito entre a morte e o tratamento destinado à vítima pelos agentes do poder público. Foi retirado do hospital e levado para local ignorado.

O objetivo era só um: obter informações capazes de dismantelar o “bando da metralha”, como dizia o jornal sensacionalista, ou a VPR [sic], como dizia o austero documento do comando militar, com a desarticulação de novas bases e a “prisão de seus integrantes”. Caso contrário, a vítima permaneceria internada no Hospital das Clínicas, ainda que sob vigilância policial. O interesse da repressão não poderia se sobrepor ao tratamento médico de que era merecedor, como qualquer pessoa operada. Estava sob a guarda de agentes do poder público e, vítima desse tratamento, morreu de morte não natural.

Luís Francisco Carvalho Filho apresentou o relatório de seu pedido de vistas favorável à aprovação do requerimento. O caso na CEMDP foi deferido por 6 votos a favor e 1 contrário, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 9 de fevereiro de 1998.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 079/96 e 321/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 52-54.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, op. cit., p. 147, 155-158.



José Wilson Lessa Sabbag

Nasceu em 25 de outubro de 1943, em São Paulo (SP), filho de Wilson José Sabbag e Maria Lessa Sabbag. Morto em 3 de setembro de 1969. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

José Wilson Lessa Sabbag era estudante do 5º ano de Direito da PUC/SP. Era casado com Maria Tereza de Lucca Sabbag, com quem teve uma filha. Produziu algumas filmagens sobre o movimento estudantil de 1967 e 1968. Foi preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna,

em outubro de 1968, permanecendo detido por cerca de dois meses. Quando foi libertado, não voltou às aulas, nem retomou o emprego no Banco do Estado de São Paulo.

Para o relator do caso na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior:

A versão oficial dos fatos diz que, no dia 3 de setembro de 1969, após perseguição policial, iniciada na Avenida Ipiranga, o falecido José Wilson e Antenor Meyer tentaram se refugiar no apartamento [...], à rua Epitácio Pessoa.

O soldado João Guilherme de Brito, ao tentar prender José Wilson, teria sido atingido por disparo de arma de fogo. Enquanto José Wilson trancou-se no banheiro do apartamento, Antenor Meyer, ao tentar fugir, caiu do 4º andar, sendo preso em seguida.

Como José Wilson se recusasse a sair do banheiro, foi acionada a tropa de choque e o DOPS. Agentes policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo e José Wilson aí teria saído, “travando-se tiroteio que culminou com sua morte”.

O relator do caso considerou que tal versão bastaria para o deferimento do pedido. Entretanto, a leitura do caso indica fatos mais graves. O BO iniciado às 16h20min de 3 de setembro de 1969, pela Força Pública indica que os militantes foram detidos ao mesmo tempo em que se informava ter sido o policial ferido. Antenor Meyer declarou que os ferimentos de José Wilson praticamente o prostraram, com mostras evidentes de fraqueza física, sem condições de qualquer reação violenta.

Em seu depoimento, Antenor conta ainda que foi colocado em uma viatura e José Wilson, ainda com vida, em outra. Antenor começou a ser interrogado com violência já no carro. Foi levado ao DOPS e, ao ser retirado do camburão, percebeu que a viatura que transportara José Wilson também estava no local. Lá foi torturado e interrogado, mesmo ferido. Ao ser transportado pelos agentes para o Hospital das Clínicas, soube pelos policiais que José Wilson havia morrido.

Segundo Belisário dos Santos Júnior, uma particularidade que se transforma em indício diante dos demais elementos é que o corpo do soldado Brito foi submetido a exame necroscópico ainda no dia 3 de setembro e o de José Wilson foi para o IML no dia seguinte. No relatório oficial do 11º Batalhão Policial consta que “[...] o caso foi entregue à OBAN quando se evidenciou que os indiciados eram elementos suspeitos de participarem de organização terrorista”. Há várias outras afirmações nos autos, relatou Belisário dos Santos Júnior, que demonstram que José Wilson estava cercado, ferido e submetido a um enorme aparato policial envolvendo Polícia Civil, Força Pública, Marinha e Oban.

O gráfico da trajetória dos projéteis que atingiram José Wilson mostra que todas as perfurações têm o mesmo sentido – de cima para baixo –, com exceção do projétil com entrada pelo lábio superior e saída na região temporal esquerda, com sentido de baixo para cima. A lesão provocada por esse projétil foi fundamental para a morte conforme o laudo, que determina como *causa mortis*: “*lesões crânio encefálicas traumáticas e hemorragia interna aguda*”.

Sua família requereu os benefícios da lei 9.140/95 fora do prazo legal estipulado, o que ocasionou o indeferimento inicial. Com a ampliação da lei e a abertura de novos prazos, seu caso foi aprovado na CEMDP por unanimidade em 22 de abril de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 013/02, na CEMDP.

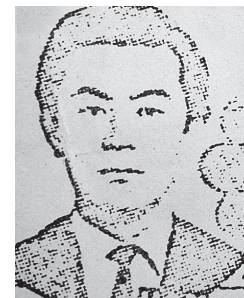
Mortes na rua da Consolação, em São Paulo

Ishiro Nagami

Nasceu em 1941, em São Paulo (SP), filho de Keizo Nagami e Kikue Nagami. Morto em 4 de setembro de 1969. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era professor do cursinho Equipe, em São Paulo.

De acordo com documentos dos órgãos de segurança, Ishiro usava o codinome *Charles* e teria ligações com José Wilson Lessa Sabag, assassinado por órgãos de repressão um dia antes



da morte de Ishiro, e Otávio Ângelo, militante da ALN banido do Brasil em março de 1970, em troca da libertação do cônsul japonês em São Paulo.

Ishiro Nagami foi sepultado pela família no Cemitério de Guarulhos (SP).



Sérgio Roberto Corrêa

Nasceu em Mogi das Cruzes (SP), em 27 de julho de 1941. Morto em 4 de setembro de 1969. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Cresceu e estudou em Mogi das Cruzes até concluir os estudos no Instituto de Educação Dr. Washington Luís. Em seguida, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Era acusado de ser integrante do Grupo Tático Armado (GTA) da ALN/SP e utilizava o codinome *Gilberto*.

Sérgio teve seu corpo destroçado e foi enterrado em 19 de setembro de 1969, como indigente, no Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo. Seus familiares não apresentaram requerimento à CEMDP.

As mortes

Ambos teriam morrido na rua da Consolação, em São Paulo, na madrugada de 4 de setembro, quando o Volkswagen em que se encontravam explodiu, supostamente por estarem transportando explosivos.

Um recorte, provavelmente de revista, sem nome e sem data, encontrado nos arquivos do DOPS/SP noticiou:

Eram 5h20m da madrugada de quinta-feira, dia 4, e a rua ainda estava quase deserta. A explosão danificou um prédio de quatro andares situado a 20 metros de distância. Dois guardas correram para o local e ainda viram um Chevrolet Bel-Air, que seguia atrás do Volks, afastar-se rapidamente. No meio dos destroços, a polícia encontrou panfletos, dois revólveres, uma pistola automática. Presumem as autoridades que os ocupantes transportavam uma bomba-relógio que detonou antes da hora ou uma carga de nitroglicerina, capaz de explodir pelo próprio balanço do veículo. Os dois homens foram identificados: Ishiro Nakami [sic] e Yoshihiro Omo [sic]. O primeiro era o dono do carro; no seu apartamento foram confiscados 14 quilos de dinamite e presas duas pessoas.

Percival de Souza, em seu livro *Autópsia do Medo*, acrescenta mais dados a esta versão, indicando contradições na versão oficial:

A repressão justificava sua postura com uma série de argumentos. Um deles foi a explosão de um carro Volkswagen na madrugada de 4 de setembro de 1969 na Rua Consolação, em São Paulo, bem em frente ao número 770, próximo à Rua Maria Antônia, onde funcionava o Hotel Pink. O carro era um Fusca modelo do ano, azul, placa 44-5275, e estava em movimento seguido por um Chevette que, após a explosão, se desviou dos destroços e fugiu, tendo a perseguiu-lo sem êxito a viatura da Radiopatrulha. Dois ocupantes do Fusca morreram nessa explosão da bomba que eles mesmos transportavam. O general Luiz Felipe foi lá cheirar a pólvora e concluiu: “Essa foi roubada de Mogi das Cruzes”. Uma das vítimas era o jovem motorista Ishiro Nagami, que não morreu na hora, embora jogado junto à calçada. Um carro da polícia levou-o ao Hospital das Clínicas e aí o rapaz, quase morto, ainda foi forçado a dizer onde morava. A seu lado no Fusca ia alguém que a princípio se pensou ser uma mulher, por causa dos cabelos longos. Teve o seu corpo completamente despedaçado, com partes dele indo parar a mais de 50 metros do local da explosão, junto com ferros retorcidos que voaram em todas as direções. Um dos bancos dianteiros estava a cerca de 20 metros da carcaça do

carro, virado para baixo e cheio de carne humana. Duas pernas inteiras estavam no asfalto, separadas do corpo à altura do joelho. Três armas que estavam no carro ficaram intactas, embora também arremessadas para fora: um revólver calibre 38, outro calibre 32 e uma pistola 6,35 mm. Também não foi destruída a carteira de habilitação de Ishiro. Quanto à segunda vítima da explosão no Fusca, era homem também. Ao amanhecer, [o local estava] cheio de gente do II Exército, do Dops e da Polícia Federal [...]. Indócil, o delegado Hélio Tavares, da Rudi, ofendia um jornalista, a seguir espancado por milicianos da Força Pública. O delegado Tavares iria trabalhar no Dops, transformando-se num dos principais auxiliares do delegado Sérgio Fleury.

Embora Sérgio e Ishiro tenham sido vítimas do mesmo acidente, o primeiro deu entrada no IML às 9 horas e Ishiro somente às 11 horas, segundo o laudo de necropsia de ambos, corroborando a informação de Percival de Souza. A perseguição de um carro, o Chevette, e da radiopatrulha, que poderiam ter provocado a explosão no carro das vítimas e, principalmente, o fato de Ishiro ter morrido no hospital, após ser “interrogado”, enfatizam a necessidade de mais investigações para esclarecer o caso. De modo similar a outros casos analisados na CEMDP, a Ishiro não foi garantido o direito ao tratamento médico necessário.

Segundo o recorte de jornal, sem data e nome, os órgãos de segurança informaram que os policiais localizaram o endereço de Ishiro pelos seus documentos de motorista. Na rua Jaguaribe, 619, teriam prendido dois professores do cursinho Equipe e apreendido mais de 50 cartuchos de dinamite roubados da Indústria de Explosivos Rochester, em Mogi das Cruzes (SP), em dezembro de 1968.

O relator do caso de Ishiro (100/03) na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior, procurou o jornalista Percival de Souza, o qual declarou que os fatos mencionados em seu livro “[...] correspondem in totum ao que foi possível reconstruir, com o recurso da história obtida através da via oral, mesmo porque a maioria dos documentos oficiais da repressão política foi destruída”.

O caso foi indeferido por unanimidade, em 26 de agosto de 2004, em função de a Comissão Especial ter considerado não comprovada a responsabilidade do Estado por sua morte.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 100/03, na CEMDP.

Souza, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury.* São Paulo: Globo, 2000, p. 127-128, 143-144.

Roberto Cietto

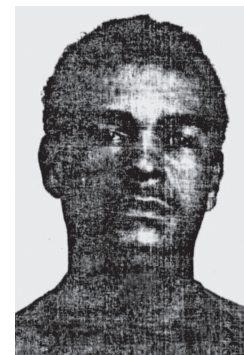
Nasceu em Pederneiras (SP), em 12 de outubro de 1936, filho de Primo Cietto e Dorvalina da Silva Cietto. Morto em 4 de setembro de 1969, no DOI-CODI/RJ. Militante do Movimento Armado Revolucionário (MAR).

Preso casualmente ao passar defronte da casa do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado naquele dia. Roberto era conhecido pelos agentes da repressão, pois, em 26 de maio daquele ano, havia fugido da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, junto com alguns ex-marinheiros, que então constituíram o MAR. Foi levado para a PE, na rua Barão de Mesquita, onde resistiu apenas por algumas horas.

Roberto iniciou sua militância política na Penitenciária Lemos de Brito, onde cumpria pena como preso comum. Ali manteve contatos com presos políticos e aderiu à luta revolucionária. Após sua fuga, junto com outros presos políticos passou a atuar na clandestinidade, ligando-se ao MAR. Este grupo se transferiu para o interior do estado do Rio de Janeiro e foi perseguido por uma operação de cerco militar, conhecida na imprensa como “Guerrilha de Angra dos Reis”. Após algumas semanas, porém, conseguiram romper o cerco.

O corpo entrou no IML no mesmo dia 4, pela guia 71 da 19ª DP, sendo necropsiado por requisição do Quartel General do I Exército, de onde foi removido.

A necropsia firmada pelos médicos Elias Freitas e João Guilherme Figueiredo, em 5 de setembro, confirma a falsa versão oficial de que Roberto Cietto se suicidou. Teria sido encontrado no banheiro da cela da PE, em “suspensão parcial”, “sentado no piso”. Não obstante, o



laudo descreve algumas escoriações encontradas no corpo, como hematomas na pálpebra direita, no braço direito e na perna esquerda.

As fotos de perícia de local (5198/69) realizadas pelo ICE/RJ, mostram claramente as marcas de tortura. O laudo de perícia de local feito pelo mesmo órgão oficial (367/69) cita outras escoriações além das apresentadas na necropsia, afirmando que esta “[...] *deverá esclarecer a recenticidade dos ferimentos por ação contundente constatada nas regiões frontal orbitária direita e face anterior do joelho direito da vítima*”, que não foram descritos no exame necroscópico.

O atestado de óbito 118.656 somente assinala seu nome, constando apenas a palavra “*ignorada*” como resposta aos outros quesitos, apesar de tratar-se de alguém que esteve cumprindo pena, tendo os órgãos de segurança todas as informações oficiais a seu respeito, conforme sua ficha do Instituto Félix Pacheco (IFP), de 5 de setembro de 1969. O óbito teve como declarante José Severino Teixeira.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Santa Cruz (RJ) em 30 de setembro de 1969, na cova 203, da quadra 18.

O jornalista Elio Gaspari referiu-se ao caso no livro *A Ditadura Escancarada*:

Interrogaram-no durante três horas, no máximo. Às 18h40 ele morreu de pancada. O cadáver tinha o olho direito roxo, com um corte na pálpebra e ferimentos na testa, no tórax, num braço e numa perna. Foi sepultado como suicida. [...] Segundo o laudo de perícia, asfixiou-se sentado.

Segundo entrevista realizada por Gaspari com o tenente-coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, oficial do CIE, a respeito da morte de Chael Charles Schreier em 21 de novembro de 1969, na 1ª Companhia da PE, era procedimento rotineiro naquele lugar encobrir mortes sob tortura: “*Fechava-se o caixão, proclamava-se o suicídio e sepultava-se o morto. O método já dera certo duas vezes, naquele mesmo quartel. Em maio, com Severino Viana Colon [sic], e, em setembro, com Roberto Cieto [sic]*”.

O relator do caso na CEMDP, Luís Francisco Carvalho Filho, afirmou ser insustentável a versão apresentada e que as evidências apontavam para o assassinato da vítima. As fotos comprovavam a existência de lesões no seu corpo, fruto de violência anterior, além de mostrarem que ele “*se enforcou*” sentado no chão, afastando a hipótese de suicídio. Outros indícios apontaram para a “*montagem da cena*”: o laudo afirma que o instrumento usado para se suicidar foi um cordão “*utilizado para atar coturnos de soldados*”, reconhecendo ser um elemento “*não comum naquele ambiente (cela de preso)*”. Para o relator, mesmo que a hipótese de suicídio fosse, em tese, admissível, ainda assim Roberto Cietto teria morrido sob a guarda do Estado por motivos políticos e de morte não-natural.

O caso foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 14 de maio de 1996.

Luiz Fogaça Balboni (Zizo)



Nasceu em 25 de maio de 1945, em Itapetininga (SP), filho de Luiz Balboni e Francisca Áurea Fogaça Balboni. Morto em 25 de setembro de 1969. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Fez seus primeiros estudos em sua cidade natal, mudando-se para São Paulo onde estudou até o 3º ano na Escola Politécnica da USP. Trabalhava como professor e desenhista da Empresa Geotécnica.

Desde 1968, fazia parte da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como membro do Setor Universitário. Divergindo dessa organização, ligou-se à ALN em meados de março de 1969. Nessa época, passou a viver na clandestinidade, assim permanecendo até sua morte.

Segundo a versão oficial, morreu fuzilado aos 24 anos de idade, quando resistiu à prisão, na alameda Campinas, em São Paulo, em 24 de setembro de 1969. Foi vítima de uma emboscada

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 262/96, na CEMDP.

Gaspari, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 91, 165.

organizada pelos delegados do DOPS Sérgio Paranhos Fleury, Rubens Tucunduva e Firminiano Pacheco, vindo a falecer no dia 25, no Hospital das Clínicas. Em entrevista à revista *Realidade*, em 1971, Sérgio Paranhos Fleury assumiu ter visto Luiz Fogaça Balboni morrer à sua frente.

Seu laudo necroscópico foi assinado pelos médicos legistas Irany Novah Moraes e Antônio Valentini. A requisição de exame data de 25 de setembro de 1969 e informa que Luiz morreu à 1h30min no Hospital das Clínicas. Sua ficha estava marcada com um T em vermelho, para indicar “terrorista”, e nela consta: “*disparo de arma de fogo a esclarecer*”. Seu corpo só deu entrada no necrotério às 17 horas de 25 de setembro e foi retirado pela família às 16 horas do dia 26, sendo enterrado no Cemitério São Miguel Arcanjo (SP).

Relatório encontrado no DOPS/SP, datado de 9 de novembro de 1969, elaborado pelo delegado Ivair Freitas Garcia, narra o esquema policial montado para matar Carlos Mari-ghella, pede a promoção de policiais que participaram desse feito, faz referência a outras prisões e à morte de Luiz Fogaça Balboni, informando que teria chegado ao Hospital das Clínicas, após ter sido baleado na alameda Campinas, entre 18 horas e 18h30min.

De fato, Luiz Fogaça foi ferido por volta das 15 horas, conforme depoimento prestado por Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, que estava presente ao tiroteio iniciado quando tentavam sair de um carro estacionado no local. Manoel conseguiu escapar ao cerco montado e, em seu relato, detalha a tentativa de carregar por alguns metros o companheiro ferido no peito, até ser impossível socorrê-lo.

Para melhor documentar os fatos, o relator do caso, Nilmário Miranda, oficiou ao diretor do Hospital das Clínicas solicitando informações sobre o horário em que Luiz Fogaça Balboni deu entrada no hospital, causa da morte, laudos etc. Como não obteve uma resposta clara informando o horário de entrada no hospital, a solicitação foi refeita e, finalmente, conseguiu-se a confirmação de que Luiz “[...] *foi atendido no Pronto Socorro deste Hospital às 18h33min do dia 24/09/1969, quando foi internado, vindo a falecer às 1h30min do dia 25/09/69*”. Comprovou-se, assim, que, apesar de ter sido preso com ferimento grave, Luiz Fogaça Balboni ficou em poder dos agentes do DOPS por pelo menos três horas antes de ser encaminhado ao hospital.

Na CEMDP, o seu caso foi aprovado por 6 votos a favor e 1 contrário, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 10 de abril de 1997.

Com a indenização recebida, a família de Luiz Fogaça Balboni (o *Zizo*) criou o Parque do Zizo em homenagem à sua memória, a 180 quilômetros da capital paulista, no município de São Miguel Arcanjo, nas terras da família localizadas no Parque Estadual de Carlos Botelho. O parque está destinado, em um primeiro momento, aos cientistas e pesquisadores, e o passo seguinte será transformá-lo em Reserva Particular do Patrimônio Natural, destinando parte de sua área para o ecoturismo. Segundo Francisco Maia, diretor do Parque Estadual de Carlos Botelho, as áreas particulares do parque, como a do Parque Ecológico do Zizo, ampliam ainda mais a área preservada e formam uma barreira contra os predadores e os incêndios, além de possibilitar um levantamento mais amplo da biodiversidade. “*Procurávamos algo que lembrasse o seu desejo de mudar o mundo*”, conta Vital, um dos sete irmãos de Zizo.

Itapetininga, sua cidade natal, deu o seu nome a uma de suas ruas.

Virgílio Gomes da Silva

Nasceu a 15 de agosto de 1933 em Sítio Novo, em Santa Cruz (RN), filho de Sebastião Gomes da Silva e Izabel Gomes da Silva. Desaparecido em 29 de setembro de 1969. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era metalúrgico e casado com Ilda Gomes Martins da Silva, com quem teve quatro filhos.

De uma família humilde e pequena, Virgílio e seus parentes vagaram por várias partes do país depois de deixarem o Rio Grande do Norte. No Pará, a família trabalhou em um grande

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE.

Caso 059/96, na CEMDP.



seringal da companhia norte-americana Ford, em Fordlândia. Em 1945, Virgílio voltou ao seu estado natal com a mãe e dois irmãos, mas o pai permaneceu com uma irmã no Pará e nunca mais deu notícias. A mãe passou a viver da agricultura de subsistência em um pedaço de terra em Sítio Novo. Em 1951, sem perspectivas, Virgílio seguiu para São Paulo.

Na capital paulista, após dias de busca por trabalho e noites dormindo nos bancos do Largo da Concórdia, foi trabalhar de garçom em uma pensão; depois, foi balconista, mensageiro das empresas Italcabe e Oeste, além de guarda da Antártica.

Comprou um bar com as economias trazidas pela mãe, quando ela veio morar em São Paulo. A mãe não se adaptou ao clima da cidade e retornou ao Nordeste, em 1957. Virgílio vendeu o bar e foi morar no bairro de São Miguel Paulista com os irmãos, tornando-se operário da Nitroquímica. Nesse período, praticou esporte na companhia, dedicando-se ao pugilismo e à natação.

Ainda em 1957, ingressou no PCB e passou a integrar o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, exercendo liderança também entre os trabalhadores da Lutfalla.

Em 1963, comandou uma greve de 3 mil operários da Nitroquímica durante a luta pela conquista do 13º salário. Ao buscarem o apoio dos empregados da Lutfalla, forçaram a entrada, quando o dirigente da empresa atirou em um operário e em Virgílio, ferindo-o gravemente. Assim mesmo, os operários conseguiram entrar na fábrica e paralisar as máquinas. Às pressas, os feridos foram levados ao Hospital Brasília, na capital paulista, enquanto os operários enfrentaram a viatura policial, incendiando o carro e desarmando os soldados. Depois disso, Virgílio foi transferido para a sede do sindicato, de onde só saiu após o golpe de 1964.

Nessa época, foi preso por 15 dias e teve seu braço direito deslocado, com luxação. Perseguido pela sua militância, não conseguia emprego nas fábricas, quando passou a trabalhar como vendedor de eletrodomésticos. Seis meses após sua prisão, percebeu que estava sendo seguido e fugiu para o Uruguai. Lá permaneceu por pouco tempo, pois, preocupado com sua atividade política no Brasil e com seus familiares, retornou ao país.

Em 1967, seguindo a orientação de Carlos Marighella, integrou a Dissidência do PCB. Entre outubro de 1967 e julho de 1968 fez treinamento de guerrilha em Cuba como integrante dos quadros da ALN. No início de setembro de 1969, comandou a ação de seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, obtendo a libertação de 15 prisioneiros políticos brasileiros.

Foi preso em 29 de setembro de 1969, na avenida Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da Operação Bandeirante (Oban) – reorganizada com o nome de DOI-CODI/SP, em setembro de 1970. Virgílio chegou à sede da Oban encapuzado, vindo a morrer 12 horas depois.

Morto sob torturas, seus algozes foram liderados pelo major Inocêncio Fabrício de Matos Beltrão e o major Valdir Coelho, chefes daquele centro de torturas, além dos capitães Benone Arruda Albernaz, Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, Maurício Lopes Lima, Homero César Machado, o capitão conhecido como Tomás, da PM/SP, o delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., o sargento da PM Paulo Bordini, os agentes policiais Maurício de Freitas, vulgo *Lungaretti*, Paulo Rosa, vulgo *Paulo Bexiga* e o agente do Departamento da Polícia Federal conhecido como Américo.

Em carta escrita pelos presos políticos do Presídio do Barro Branco/SP, encaminhada ao presidente da OAB, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 25 de outubro de 1975, consta o nome de mais dois policiais que teriam torturado Virgílio: o delegado *Raul Careca* e o capitão da PM Coutinho.

No mesmo dia 29, a polícia também deteve, em um sítio em São Sebastião, no litoral de São Paulo, sua mulher, Ilda, e três de seus quatro filhos: Wladimir, com 8 anos, Virgílio, com 7, e Maria Isabel, um bebê de 4 meses. Gregório, então com 2 anos, não foi levado por não estar na casa. Ilda permaneceu presa por nove meses, ficando incomunicável sem qualquer notícia dos filhos por quatro meses. Depois da Oban, foi transferida para o DOPS e, por úl-

timo, esteve no Presídio Tiradentes. As crianças foram enviadas por dois meses ao Juizado de Menores, onde Maria Isabel sofreu uma grave desidratação e quase morreu.

Na ficha de Virgílio encontrada nos arquivos do DOPS/SP, está escrito a máquina ao lado do seu nome, entre parênteses: “morto”. No encaminhamento 261 do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 31 de outubro de 1969, encontrado no DOPS/PR, lê-se: “*Virgílio Gomes da Silva – ‘Jonas’, falecido por resistir à prisão; que também usava a falsa identidade em nome de Joel Ferreira Lima*”. Ainda no DOPS/PR, consta o nome de Virgílio numa gaveta com a identificação: “*falecidos*”. No DOPS/RJ, consta o nome de Virgílio no documento do CIE-S/103 – “*Terroristas da ALN com cursos em Cuba (situação em 21 de junho de 1972)*” –, indicado como morto.

O relatório da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, afirma que “*morreu em 29 de setembro de 1969, ao reagir à bala quando de sua prisão em um aparelho*”.

Os ex-presos políticos Paulo de Tarso Venceslau, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, Francisco Gomes da Silva (irmão de Virgílio), Celso Antunes Horta e Diógenes de Arruda Câmara denunciaram, em auditorias militares, a morte sob tortura de Virgílio, na Oban.

Francisco Gomes da Silva deu o seguinte testemunho:

Meu irmão Virgílio Gomes da Silva foi preso e morto no DOI-CODI da Operação Bandeirantes, em 29 de setembro de 1969. Virgílio era militante da ALN e estava sendo procurado pelos órgãos da repressão, aparecendo inclusive em cartazes com fotografia. Eu fui preso no dia 28 do mesmo mês de setembro, tendo passado por várias sessões de tortura, quando no dia 29 Virgílio chegou no mesmo local, ou seja, Operação Bandeirantes, algemado, tendo sido preso pela equipe do capitão Albernaz (eu, pela equipe do Raul Careca). Eu estava sendo interrogado quando ouvi os gritos de Virgílio, que chegou algemado e estava sendo espancado, quando levou um chute no rosto, que se abriu e começou a jorrar sangue.

Continuaram os gritos de Virgílio, que estava sendo torturado para que entregasse os companheiros. Ele recusava-se a delatar e reagia xingando os torturadores. Acredito que Virgílio chegou ao DOI-CODI [naquele período denominado Oban] por volta de 11:00 h da manhã, tendo sido assassinado por volta das 21:00 h. O corpo foi mostrado ao Celso Horta, também preso político. Virgílio foi morto pendurado no pau de arara. Mais ou menos meia hora depois que eu soube da morte de Virgílio, através de um outro preso, o capitão Albernaz dirigiu-se a mim, informando que Virgílio havia fugido. Ouvi comentários na prisão que os torturadores haviam retirado os olhos de Virgílio, bem como seus testículos.

Mais tarde fui transferido para o DOPS e lá, um delegado cujo nome não me recordo, falou que Virgílio havia sido enterrado na quadra do DOPS no cemitério de Vila Formosa.

Mais ou menos um ano depois, minha mãe e meu irmão Vicente foram ao cemitério de V. Formosa e souberam através de um funcionário o local onde Virgílio estava enterrado, tendo se dirigido ao referido local que, entretanto, estava fortemente vigiado pela polícia militar, sendo que os policiais determinaram que se afastassem e não voltassem mais ao local. Os jornais publicaram que Virgílio estava foragido, quando na verdade já estava morto.

Na ocasião, o delegado do DOPS/SP, Walter Fernandes, também declarou à irmã de Virgílio, Creusa Gomes da Silva, que o havia visto morto na Oban com o corpo mutilado.

Novas informações surgiram com a abertura da Vala de Perus, em 1990, e o acesso aos arquivos do IML/SP. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos tentou resgatar, no Cemitério de Vila Formosa, o corpo enterrado, pela requisição de exame identificada com o nº 4.059/69. Tratava-se do corpo de um desconhecido enterrado como indigente na data do desaparecimento de Virgílio, com procedência da 36ª DP – sede da Oban. As buscas foram infrutíferas, pois não existia um mapa das quadras do cemitério da época e,

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 www.dhnet.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 065/96, na CEMDP.
 CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.
 GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 102-104.
 PROJETO Brasil: Nunca Mais. *Projeto A: os mortos*. Tomo V, v. 4.

ainda, por ter sido plantado um bosque no local, onde outros presos políticos assassinados também foram enterrados.

Somente em 2004 a verdade sobre o destino de Virgílio foi confirmada por documentos oficiais. O jornalista Mário Magalhães, ao pesquisar o arquivo do DOPS, localizou o laudo necroscópico e a foto do corpo de Virgílio. Enterrado como desconhecido (4.059/69), o corpo fora identificado, mas seus restos mortais ainda não foram resgatados.

O laudo assinado por Roberto A. Magalhães e Paulo A. de Queiroz Rocha descreve escoriações em todo o rosto, braços, joelhos, punho direito e ainda equimoses no tórax e abdômen, hematomas intensos na mão direita e na polpa escrotal. Internamente, registraram hematoma intenso e extenso na calota craniana, fratura completa com afundamento do osso frontal, hematomas em toda a superfície do encéfalo, hematoma intenso no tecido subcutâneo e muscular da sétima à décima primeira costela esquerda, fratura completa da oitava, nona e décima costelas direita. A morte, que concluem ter sido em consequência de traumatismo cranioencefálico causado por instrumento contundente, “*não fora causada por tortura*”, como fizeram questão de registrar os legistas, homologando a versão oficial.

A identificação foi feita pelas digitais. O texto é assinado pelo delegado Emílio Mattar e pelo agente Gilberto da Cruz, da Divisão de Identificação Civil e Criminal da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sendo o delegado Mattar o diretor do órgão que identificou o cadáver desconhecido como o de Virgílio. Junto aos documentos, um bilhete escrito à mão arbitra o desaparecimento: “*Não deve ser informado*”.

Foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1998, pelo GTNM/RJ.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos, do anexo I, da lei 9.140/95.

João Roberto Borges de Souza



Nasceu em João Pessoa (PB), em 14 de outubro de 1946, filho de Francisco Xavier Borges de Souza e Eulina Borges de Souza. Morto em 10 de outubro de 1969. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Vice-presidente da UEE da Paraíba e presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFPB. Foi preso pela primeira vez por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968. Nessa época, era militante da Ação Popular (AP). Teve seus direitos de estudante cassados por dois anos em razão da aplicação do decreto 477.

Já como integrante do PCB, sua segunda prisão ocorreu no início de 1969, quando ficou no 1º Grupamento de Engenharia da Construção, na Paraíba. Depois, foi preso pelo DOPS de Recife (PE), onde permaneceu por três meses. Ao sair, foi informado que estava marcado para morrer e que isso só não ocorreria se passasse a auxiliar a repressão. João Roberto não aceitou a proposta e, em 7 de outubro de 1969, foi seqüestrado por integrantes do CCC e do Cenimar. Familiares e vizinhos assistiram à sua prisão. A família procurou imediatamente as autoridades para saber seu paradeiro, mas não obteve nenhuma informação.

Três dias depois, sua morte foi noticiada pela rádio local. Em nota oficial, a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco afirmou, à época, que João Roberto teria morrido em consequência de afogamento no açude Olho D’Água, no município de Catolé do Rocha, no sertão da Paraíba.

A família procurou o corpo no IML local. Os agentes do Estado, no entanto, não queriam permitir o acesso ao corpo, chegando a noticiar que ele já havia sido enterrado. Após interferências políticas, seu corpo foi liberado. O corpo de João Roberto apresentava inúmeros ferimentos, unhas perfuradas, queimaduras de cigarros, hematomas, olhos extremamente inchados. Além disso, João Roberto sabia nadar muito bem, pois havia sido criado em Cabede-

lo (PB), uma cidade portuária. Segundo o *Boletim da Anistia Internacional*, de março de 1974, ele foi jogado no açude de Catolé do Rocha (PB).

O jornal *O Norte*, em artigo intitulado “1968 na Paraíba – O que aconteceu com João Roberto Borges de Souza?”, de 24 de agosto de 1996, informou:

A morte de João Roberto sempre foi mal explicada, nas versões oficiais. [...] Existem relatos de colegas estudantes, estagiários e plantonistas do Hospital Pronto Socorro Municipal de João Pessoa, para onde o corpo de João Roberto foi levado. Conta-se que os sinais no corpo não eram de afogamento, e sim de violências corporais. Dizem que a polícia removeu rapidamente o corpo e a família foi obrigada a fazer o sepultamento com o caixão lacrado e com a causa mortis descrita como afogamento. Alguns estudantes de Medicina chegaram a veicular a informação que havia marcas de tortura no corpo de João Roberto.

No primeiro requerimento à CEMDP, sua mãe solicitou os benefícios da lei 9.140/95 após o término do prazo legal estabelecido, sendo por isso indeferido, em 10 de abril de 1997. Após a promulgação da lei 10.536/2002, ampliando o escopo da lei anterior, a família deu entrada ao segundo requerimento.

Segundo o relator João Batista Fagundes, a documentação permitiu concluir que havia relação de causa e efeito entre a morte de João Roberto e sua militância política. O relator reconheceu a procedência do pedido e considerou que sua morte estava amparada pelos benefícios da lei, sendo deferido por unanimidade, em 22 de abril de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 364/96 e 029/02, na CEMDP.

Eremias Delizoicov

Nasceu em 27 de março de 1951, em São Paulo, filho de Jorge Delizoicov e Liubov Gradinar Delizoicov. Morto em 16 de outubro de 1969. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Demétrio Delizoicov Neto, irmão de Eremias, escreveu um testemunho sobre sua vida:

Eremias viveu toda a sua infância e boa parte da sua curta adolescência na Mooca. Completou o curso primário, em 1961, no Grupo Escolar Pandiá Calógeras e o ginásial, em 1965, no Colégio Estadual M.M.D.C. Neste mesmo colégio iniciou, em 1966, o curso clássico. Em 1967 foi aprovado no exame de seleção da Escola Técnica Federal de São Paulo e cursou, simultaneamente com o clássico, o curso de mecânica.

Sensível e criativo, destinava suas horas de lazer ao esporte e à música. Tocava violão várias horas por dia. Estudou música clássica e, a partir de 66, imbuído de um “espírito nacionalista”, começou a expressar seus sentimentos interpretando músicas nacionais, notadamente aquelas enquadradas como Bossa Nova.

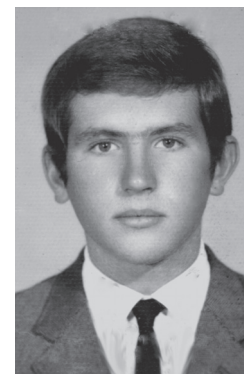
Tentou, com um colega pianista e outro baterista, formar um trio.

Como esportista, em 1962 disputou o Torneio Paulista de Judô, tendo tirado a primeira colocação na sua categoria. Treinou natação durante 65 e 66 e participou de algumas competições. Em 1967, integrou a equipe de remadores do Corinthians e começou a treinar capoeira.

Organizava seus horários de tal modo a, paralelamente, auxiliar o pai nas atividades do comércio.

Iniciou a leitura das obras de Aluísio de Azevedo, Jorge Amado e Graciliano Ramos. Ficou particularmente sensibilizado com as poesias de Augusto dos Anjos e passou a questionar a realidade brasileira ao ler Geopolítica da Fome, de Josué de Castro. Em 1967, no Colégio Estadual M.M.D.C., articulou-se com outros colegas para formar uma chapa que disputaria as eleições para o grêmio estudantil, iniciando sua militância política.

Ficou conhecendo detalhes do acordo MEC-USAID e engajou-se no movimento estudantil contra tal acordo. Passou a interagir com estudantes de outras escolas secundárias



e articularam uma chapa para disputar, em 68, as diretorias da União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Organizou, juntamente com o grupo, o movimento estudantil secundarista nas escolas da zona leste de São Paulo. Eremias, em 1968, passou a liderar um movimento reivindicatório de alunos no Colégio Estadual M.M.D.C., organizando uma greve e comícios. Em virtude disso, foi transferido compulsoriamente, juntamente com alguns colegas, pela direção do colégio, contestada por alguns professores. Conseguiu matricular-se no Colégio Estadual Firmino de Proença, terminando o ano. Paralelamente, continuou seu curso técnico.

Durante as greves operárias de 68, em Osasco [SP], assistiu a algumas assembléias sindicais, com outros colegas que levavam o apoio dos estudantes aos operários em greve. Engajou-se na campanha para obter fundos de greve.

No início de 1969, entrou para a VPR. Simulou uma discordância com os pais e passou a morar fora de casa, mas visitava-os semanalmente. Confidenciava comigo, seu único irmão, um ano mais velho, e, então, estudante universitário, com quem mantinha uma estreita ligação e com quem discutia posições políticas.

Em meados de julho de 69, os órgãos de repressão já sabiam da sua militância. Dias antes, Eremias, sabendo do inevitável, reuniu-se com os pais e os pôs a par da sua real situação. Estes esforçaram-se para uma saída segura: enviá-lo ao exterior, mas Eremias optou pelo Brasil e pela clandestinidade. Nunca mais o viram, vivo ou morto.

Seu pai foi detido duas vezes no Q.G. do II Exército para prestar depoimentos. Os prontuários das escolas onde estudara foram vasculhados. Junto com os demais companheiros, sua foto foi exposta em cartazes de pessoas procuradas pelos órgãos de repressão.

No início de 1970, meu pai foi convocado ao DOPS em São Paulo pelo delegado Sérgio Fleury. Enquanto aguardava na ante-sala daquele policial, percebeu que Fleury pressionava a mãe de um cidadão procurado, dizendo que deveria fornecer o paradeiro de seu filho. A certa altura, meu pai, que a tudo ouvia, pois a porta do delegado estava aberta, ouviu-o dizer algo como “é uma questão de tempo, ou ele é preso ou morto como o filho daquele senhor”, referindo-se a meu pai que, nesse momento, inteirou-se do falecimento de Eremias. Em seguida, Fleury explicou-lhe o ocorrido na Vila Cosmos, agregando que Nóbrega estava vivo [O corpo de Eremias foi enterrado com o nome de José Araújo Nóbrega, o sargento Nóbrega, militante da VPR] e havia sido preso dias antes, e que, portanto, o morto em outubro de 1969 era Eremias. Fleury descartou qualquer possibilidade de ajuda em relação ao esclarecimento oficial dos fatos, alegando que se algo pudesse ser feito, seria no Rio de Janeiro, junto ao I Exército. Dias após a ida de meu pai ao DOPS, a imprensa toda noticiaria que Nóbrega havia sido preso e que a pessoa morta no confronto com o Exército, em outubro de 1969, era Eremias. Enquanto durou a clandestinidade de Eremias, principalmente nos meses de junho a agosto de 1969, a casa de meus pais era constantemente visitada e vigiada por agentes policiais ou militares. Diante do clima de repressão reinante à época, meu pai entendeu não ser possível iniciar o esclarecimento dos fatos.

Em 1975 ou 1976, meus pais foram ao Rio de Janeiro para tentar obter mais informações e localizaram uma vizinha da casa onde [Eremias] fora morto. Segundo a vizinha, a repressão montou um grande aparato, interditando o quarteirão onde se situavam as casas. Pessoas que se diziam militares do Exército pediam que os moradores das vizinhanças permanecessem quietos em suas casas. Contra a casa em que morava Eremias foram disparados inúmeros tiros, inclusive de metralhadora e bombas e, de dentro da casa, partiram também vários tiros. A vizinha acrescentou que parte do efetivo militar utilizou-se de sua casa para invadir a casa onde estava Eremias.

Em 1979, após a edição da Lei de Anistia, meus pais iniciaram a tramitação jurídica para obtenção do atestado de óbito.

Eremias foi assassinado em 16 de outubro de 1969, na rua Tocopi, 59, em Vila Cosmos, Rio de Janeiro, quando teria reagido ao cerco montado pelos agentes do DOI-CODI/RJ que tentavam prendê-lo. Sua casa foi cercada pela Polícia do Exército, comandada pelo então major Ênio de Albuquerque Lacerda.

Seu corpo entrou no IML/RJ pela guia 471, da 27ª DP, em 17 de outubro de 1969, como desconhecido. A necropsia foi feita pelos médicos Elias Freitas e Hygino de Carvalho Hércules, que confirmaram sua morte em tiroteio. Essa necropsia foi enviada ao tenente-coronel Ary Pereira de Carvalho, do I Exército (1ª DI), em 4 de novembro de 1969, respondendo ao ofício 164 IPM, de 21 de outubro de 1969, com o seguinte teor:

A fim de instruir autos do IPM de que sou encarregado pelo Exmo. Sr. Gen. Syseno Sarmiento, Comandante do I Ex., solicito V. Sa. determinar o atendimento dos seguintes quesitos:

termo de necropsia do cidadão José Araújo de Nóbrega, morto em ação policial-militar, ocorrida cerca das 11:00 horas do dia 16 do corrente, na Rua Tocopi, nº 59, Vila Cosmos/GB, comparecimento ao Hospital da Guarnição da Vila Militar de médicos legistas, a fim de procederem a exames de corpo de delito nos militares: major Ênio de Albuquerque Lacerda, Capitão Ailton Guimarães Jorge e Cabo Mário Antônio Povaleri [sic], feridos na mesma ação.

O óbito foi lavrado em nome de José Araújo de Nóbrega, tendo o cadáver um reconhecimento forçado, feito pelo irmão de José Araújo, Francisco Araújo de Nóbrega, preso à época. Eremias foi enterrado no Cemitério São Francisco Xavier, em 21 de outubro de 1969, na cova 59.262, quadra 45.

Os órgãos de repressão aparentemente pareciam confusos e não sabiam qual a verdadeira identidade daquele cadáver. No entanto, era pura encenação para, mais uma vez, cometerem o crime de ocultação de cadáver. De fato, as impressões digitais de Eremias Delizoicov já estavam confirmadas pelo datiloscopista da Delegacia de Crimes contra a Pessoa, de São Paulo, em 11 de dezembro de 1969, conforme comunicado 76/69 da Secretaria de Segurança Pública. Ou seja, ao enterrarem aquele cadáver, sabiam que era de Eremias Delizoicov.

A perícia registra que Eremias foi atingido por disparos de armas de fogo e apresentava ferimentos “*lácero-contusos*”, cuja procedência seria verificada na necropsia. Os legistas Elias Freitas e Hygino de Carvalho Hércules atestaram ferimento transfixante da cabeça com dilaceração do encéfalo e, para facilitar o trabalho, passaram a identificar os orifícios de forma agrupada. Ao todo, são descritas 19 lesões de entrada e 14 de saída de projéteis no corpo de Eremias. Citaram, ainda, pelo menos 29 disparos nas paredes da casa.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, afirma que foi “[...] morto em 16/outubro/69, em tiroteio com membros dos Órgãos de Segurança”. O relatório da Marinha atesta que ele “[...] morreu ao resistir ao cerco da Polícia do Exército, em Vila Cosmos/RJ”.

Somente em 1993, após ação judicial, a família conseguiu o atestado de óbito de Eremias, além da necropsia e 31 fotos de perícia de local (ICE 658/69).

O longo laudo de perícia de local encontrado no ICE/RJ, contendo dez páginas, descreve o desalinho em que se encontrava a casa onde Eremias foi morto, testemunhando uma verdadeira operação de guerra. Documento da Santa Casa de Misericórdia/RJ afirma que, em 25 de maio de 1975, os restos mortais de Eremias foram incinerados “*como era de praxe*”.

No Arquivo do DOPS/RJ consta documento do Cenimar de nº 189, de 23 de julho de 1970, que traz uma relação de militantes do Colina, VAR-Palmares e VPR e sua situação em 15 de junho de 1970, em que estão registrados os nomes de José Araújo Nóbrega como banido, e o de Eremias Delizoicov como morto.

A versão oficial sobre a morte de Eremias foi publicada no *Diário da Noite*, de 21 de outubro de 1969:

Um morto e três feridos foi o saldo trágico de uma diligência feita pelas autoridades da PE da Vila Militar, no bairro da Vila Cosmos, na zona norte, visando deter um grupo de subversivos que se homiziava num “aparelho” descoberto pela polícia. Agentes da PE, comandados pelo major Lacerda, quando chegaram próximos ao “aparelho” jogaram uma granada dentro da casa, para obrigar os que lá estivessem a sair e se entregarem. Após a explosão, quando o comandante Lacerda entrou no imóvel, acompanhado do capitão Ailton Guimarães e do cabo Mário Antônio Polveroli, foram baleados. O major foi ferido na perna esquerda, o capitão na coxa esquerda e o cabo no braço esquerdo, com fratura exposta. O elemento, após ferir os militares, foi fuzilado e morto por agentes que participavam da diligência. O “aparelho” foi denunciado por um jovem de uns 20 anos presumíveis, que se encontra preso na Vila Militar e sua identidade está sendo mantida em sigilo.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 21 de outubro, publicou que o morto naquele tiroteio fora identificado como o sargento José de Araújo Nóbrega, militante da VPR, e que o corpo fora reconhecido por seu irmão no IML, levado ao reconhecimento após permanecer preso por 48 horas. Em 6 de fevereiro de 1970, o *Diário da Noite* publicou que o DOPS/SP esclarecera que o morto não era o sargento Nóbrega e sim Geremias Dezoiko [sic].

Na CEMDP, o caso levou mais de um ano para ser votado após o indeferimento apresentado pelo relator Paulo Gustavo Gonet Branco, em 18 de março de 1996, quando Suzana K. Lisbôa pediu vistas. A discussão que se estabeleceu fez com que, sob a orientação do presidente Miguel Reale Júnior, fosse feito o primeiro dos muitos pedidos de vistas que se sucederam nos trabalhos da Comissão.

Suzana K. Lisbôa apresentou seu relatório em 2 de outubro de 1997, do qual fez parte o parecer do perito Celso Nenevê. Luis Francisco Carvalho Filho, que não participara da primeira discussão, também pediu vistas e, em dezembro, o caso foi finalmente votado.

Paulo Gustavo Gonet Branco votou pelo indeferimento por considerar que as informações constantes dos autos levavam a crer que a morte de Eremias ocorrera em função de tiroteio com as forças de segurança. Reconheceu o ataque maciço e o emprego de potente material de destruição, mas concluiu não ser possível afirmar que a morte se dera quando os agentes dominavam, sem resistência, o local.

Suzana K. Lisbôa questionou se estariam realmente os órgãos de segurança confusos em relação à identidade do morto, conforme demonstram as muitas matérias divulgadas na imprensa, ressaltando parecer impossível que a diferença de mais de dez anos entre Eremias e o sargento Nóbrega não tenha sido notada pelos legistas que examinaram o corpo. E, ainda, que não tenham os órgãos de segurança providenciado a retificação dos registros de óbito e tampouco possibilitado que o corpo fosse entregue à família.

O parecer do perito Celso Nenevê, feito a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, analisa os laudos de perícia e de exame cadavérico comparando-os com as fotos. Nenevê identificou ferimentos não descritos no laudo, e se deteve na análise dos ferimentos lacerocutâneos, já que, das 19 lesões produzidas por projéteis de arma de fogo, nada pôde afirmar quanto à reação vital, em virtude da qualidade e distância em que foram feitas as fotos. Os peritos descrevem 29 impactos de projéteis nos diversos cômodos da residência, mas estranhamente não verificaram ou não descreveram os disparos feitos do interior para o exterior. Ressalta que a posição do corpo, pela foto, não é compatível com sua posição de repouso final, nem tampouco é condizente com a mancha de sangue que aparece na parede. A descrição de tiros nas janelas e, até, o ponto de repouso final dos fragmentos de vidro oriundos desses tiros permitem concluir que ali não houve explosão capaz de causar as lesões descritas. Pelos documentos apresentados, portanto, não foi possível ao perito entender a dinâmica do ocorrido, pois, se a explosão que mutilou o cérebro e grande parte do corpo de Eremias não ocorreu na casa, mas teria lhe

causado morte cerebral, isso o impossibilitaria de efetuar qualquer disparo. O perito concluiu que:

A vítima apresenta contusões profundas com rupturas de órgãos, dilacerações do tecido muscular e fragmentação de tecidos ósseos, em diversas regiões anatômicas do corpo, com características daquelas produzidas por onda de choque, oriunda da detonação de artefato explosivo.

Dada a ausência de fragmentos do invólucro, ou de outros elementos componentes deste artefato, no interior do cômodo ou da residência, ou ainda no interior do corpo, é indicativo que o artefato que gerou as lesões com sua explosão não seja do tipo fragmentável, salientando-se que as granadas, quer do tipo ofensiva ou defensiva, salvo melhor juízo, iriam gerar fragmentação.

Pelo descrito, e pelo que pode ser observado nas fotografias do local, a residência em apreço não porta características que em seu interior tenha ocorrido uma explosão, uma vez não ter sido verificado o quebramento das vidraças, ausência da descrição de um epicentro desta explosão no local, ou danos no piso, paredes ou demais estruturas, bem como a presença de fragmentos de terra no interior do pescoço da vítima, muito provavelmente levados pela onda de choque, sendo que terra é um elemento que não é comum no interior de uma residência.

Dada a grande intensidade das lesões que experimentou a vítima em função da onda de choque, é praticamente certo o estado de, no mínimo, morte cerebral da vítima, o que, após as suas produções, imped[ira]m que ele apresentasse condições de ataque, defesa ou fuga. Isto posto, e em tendo acontecido as lesões pela onda de choque em primeiro lugar, as quais mutilaram o cérebro e grande parte do corpo, seria praticamente impossível que ele tivesse efetuado algum disparo, [... e, conclui,] onde estas lesões se produziram já que a residência não foi este local, e ainda como foi ter naquele local após a explosão, estes são questionamentos que não puderam ser esclarecidos pela falta de elementos materiais no caso.

Apontando a falsidade da versão oficial, a conselheira Suzana K. Lisboa respondeu ao questionamento feito por Paulo Gustavo Gonet Branco, ressaltando que, segundo a perícia, teriam sido disparados três tiros da arma encontrada junto a Eremias, e foram três os policiais feridos. Pergunta a conselheira: teria Eremias, com cada um dos tiros, cercado, sob cerrado tiroteio, granada detonada na casa, conseguido a extrema proeza de acertar os policiais, um na perna esquerda, outro na coxa esquerda e outro no braço esquerdo? E mesmo que tivesse Eremias, mais do que exímio atirador, acertado os três policiais, o que examina a CEMDP são as circunstâncias da morte dos militantes. “*A violência extrema que se evidencia nas fotos e no laudo falam por si*”, concluiu ao pedir a aprovação do requerimento.

O conselheiro Luís Francisco Carvalho Filho acompanhou o voto de Suzana K. Lisboa, ressaltando as evidências demonstradas pelo laudo de Nenevê e que, “[...] *mesmo admitindo, em tese, que o militante resistira armado ao cerco da polícia política, a prova dos autos aponta para uma execução, não para a imobilização e detenção do infrator, como autoriza e autorizava a lei em vigor*”. Destacou que a versão oficial não merece credibilidade, pois os fatos não aconteceram como relatados pelas autoridades militares. Agregou que “[...] *a prova material indica intenção nítida de eliminar, não de dominar e conter, ainda que em virtude da alegada reação da vítima, capaz de atingir três agentes. O excesso é inquestionável e injustificável*”.

O caso foi finalmente deferido em 2 de dezembro de 1997, por 4 votos a favor e 2 contra, os do relator Paulo Gustavo Gonet Branco e o do general Oswaldo Pereira Gomes.

Os familiares de Eremias, ao receberem a indenização, doaram o valor para a criação do site www.desaparecidospoliticos.org.br, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A comissão passou a denominar o acervo custodiado de Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

Seus companheiros da VPR homenagearam-no dando seu nome a um dos campos de treinamento de guerrilha, no Vale do Ribeira (SP).

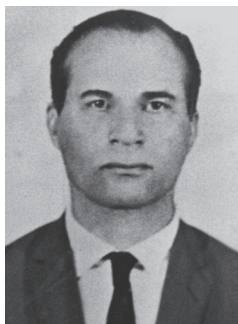
Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 162/96, na CEMDP.



Carlos Marighella

Nasceu em 5 de dezembro de 1911, em Salvador (BA), filho de Marialva Nascimento Marighella e Augusto Marighella. Morto em 4 de novembro de 1969. Fundador e dirigente nacional da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Carlos Marighella era um líder comunista nacionalmente conhecido, com 40 anos de militância política. A biografia que se segue foi feita com base em informações do livro *Escritos de Carlos Marighella*.

Filho de uma negra e um imigrante italiano, ainda adolescente despertou para as lutas sociais. Aos 18 anos, iniciou curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia e começou a militar no PCB.

Conheceu a prisão em 1932. Poeta, pagou com a liberdade um poema crítico dedicado ao interventor Juracy Magalhães. A militância levou-o a interromper os estudos universitários no terceiro ano.

Em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ). Já fazia parte da Comissão Especial do Comitê Central e era o responsável por todo o trabalho de imprensa e divulgação do partido.

Em 1º de maio de 1936, foi novamente preso. Durante 23 dias enfrentou as torturas da Polícia Especial de Filinto Müller. Um ano depois foi libertado e mudou-se para São Paulo (SP). Com 26 anos de idade tornou-se membro do Comitê Estadual de São Paulo. Sua atividade política, então, concentrou-se em torno de dois eixos: a reorganização dos revolucionários paulistas, duramente atingidos pela repressão, e o combate ao terror imposto pela ditadura de Getúlio Vargas.

Em 1939, voltou aos cárceres. Diante das torturas, renovou seu exemplo de resistência e determinação. O revolucionário, testado diante da violência dos interrogatórios, foi submetido a outro tipo de tortura: o cárcere prolongado, o isolamento na ilha de Fernando de Noronha. Sua terceira prisão durou seis anos, mas não conseguiu abater seu ânimo. Trabalhou duro na educação cultural e política de seus companheiros de cárcere.

Em 1945, conquistada a anistia, voltou à liberdade. Sua capacidade de organização e liderança e seu prestígio público o elegeram deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Representando o estado da Bahia, proferiu em menos de dois anos 195 discursos, denúncias das condições de vida do povo, da crescente penetração imperialista no país e em defesa de aspirações operárias.

A legalidade democrática e a liberdade partidária duraram pouco. Em 1948, cassado, voltou à clandestinidade. Desta vez pelo restante de sua vida. As restrições de segurança, no entanto, não o impediram de participar ativamente de todas as lutas políticas da década de 1950: a defesa do monopólio estatal do petróleo, contra o envio de soldados brasileiros à Coreia, contra a desnacionalização do ensino e de toda a economia.

Em 1952, passou a integrar a Comissão Executiva do Comitê Central do PCB, e, no ano seguinte, foi enviado à China. Durante mais de um ano, estudou a experiência da Revolução Chinesa.

No Brasil, suas atenções cada vez mais se voltaram para o campo. Em 1958, o nº 1 da revista *Estudos Sociais* publicou um ensaio de Marighella intitulado “*Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil*”. Neste trabalho, ele deu uma significativa contribuição ao estudo da questão agrária em nosso país, particularmente em relação às culturas do café, cana-de-açúcar e algodão.

O início da ruptura de Marighella com a ortodoxia do PCB manifestou-se a partir de 1962. Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, ele teceu duras críticas à postura do partido. O golpe de 1964 também foi um marco nesse distanciamento. A esquerda, de

um modo geral, e o PCB, principalmente, estavam completamente despreparados para a resistência.

Marighella aprofundou suas críticas à orientação oficial do partido. Poucas semanas após o golpe, em 9 de maio, foi localizado em um cinema no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, e preso. Embora baleado à queima-roupa, repetiu a postura de altivez das prisões anteriores.

A mobilização política forçou os generais a aceitarem a concessão de um *habeas corpus*, que novamente lhe proporcionou a liberdade. O episódio resultou em um pequeno livro: *Porque resisti à prisão*. Escrito em 18 capítulos, os 12 primeiros são um relato minucioso do fato. Os seis últimos, no entanto, são pura lenha na fogueira da luta interna então em curso dentro do PCB.

Em 1966, escreveu “A Crise Brasileira”, uma importante contribuição teórica. Ali, o dirigente analisou a fundo a sociedade brasileira e denunciou as ilusões do PCB quanto aos processos eleitorais e sua política de alianças com a burguesia.

Nesse documento, Marighella destaca a importância do trabalho junto aos operários e camponeses e a necessidade da luta armada popular como caminho para a derrubada da ditadura e para a instalação de um governo popular revolucionário.

Marighella caminhava rapidamente para uma ruptura definitiva com a direção do PCB. Em dezembro do mesmo ano, apresentou sua carta-renúncia à Comissão Executiva do PCB, mas permaneceu à frente do Comitê Estadual de São Paulo.

Em outros documentos, de meados de 1967 (“Crítica às Teses do Comitê Central” e “Ecletismo e Marxismo”), o dirigente contrapôs-se ao conjunto de teses baixado pela direção partidária em preparação ao VI Congresso.

Seu passo seguinte, em aberta desobediência à direção do PCB, resultou em rompimento definitivo com o partido. Em agosto de 1967, os comunistas cubanos promoveram em Havana a 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas). Ao lado de revolucionários de todo o continente, entre eles Che Guevara, Marighella empunhou a bandeira da luta armada como o caminho da libertação dos povos da América Latina.

Expulso do PCB, ainda em Cuba, publicou “Algumas Questões sobre a Guerrilha no Brasil”, em que declara sua adesão às teses da Olas, mas rebate a teoria do “foco guerrilheiro” amplamente difundida entre os revolucionários latino-americanos. Para ele, a luta armada no Brasil tomaria necessariamente contornos próprios.

A rebeldia de Marighella repercutiu profundamente dentro do PCB. Dos 37 delegados, escolhidos como representantes das bases do PCB em São Paulo à Conferência Estadual realizada em maio de 1967, em Campinas (SP), nada menos de 33 se alinharam às teses defendidas por ele. A maior parte das bases operárias e o setor estudantil do partido romperam com o Comitê Central e aproximaram-se de Marighella, enquanto em alguns estados outras dissidências se processaram.

Em fevereiro de 1968, em documento intitulado “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”, Marighella expôs os motivos do rompimento com o PCB e anunciou o surgimento de uma organização disposta a dar início imediatamente às ações políticas armadas. A organização foi batizada de Ação Libertadora Nacional (ALN) com a intenção de resgatar o espírito revolucionário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), responsável pela insurreição armada de novembro de 1935, comandada por Luís Carlos Prestes. Com sua presença e sob seu comando e de Joaquim Câmara Ferreira, a ALN deflagrou, já em 1968, as primeiras operações de guerrilha urbana no Brasil.

A resistência armada à ditadura, que teve em Marighella uma de suas mais importantes lideranças, rapidamente se espalhou por todo o país. Jovens e velhos militantes abraçaram com entusiasmo o exemplo de rebeldia. Os revolucionários brasileiros, naquele fim de década, irmanavam-se ao espírito de rebelião que incendiava toda a América Latina e alimentava as lutas de libertação anticolonialistas na Indochina e na África.

Ameaçados pelo potencial de explosão dos problemas sociais brasileiros, os generais revelaram-se novamente reagindo com o terror e a tortura. Na noite de 4 de novembro de 1969, às 20 horas, Carlos Marighella foi surpreendido por uma emboscada na alameda Casa Branca, na capital paulista.

Marighella estava sozinho. Sequer teve tempo de empunhar a arma que trazia em uma pasta. A fuzilaria desferida pelos policiais comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury fez duas outras vítimas fatais: o dentista Friederich Adolph Rohmann e a agente policial Stela Borges Morato.

O “*violento tiroteio*” referido na nota oficial que comunicou sua morte não passou de uma desordenada troca de tiros entre os próprios policiais.

O laudo da necropsia foi assinado pelos médicos legistas Harry Shibata e Abeylard de Queiroz Orsini, do IML/SP. Também participaram do assassinato de Marighella os delegados Raul Ferreira, Rubens Tucunduva, Ivair de Freitas Garcia (ex-deputado), Edsel Magnotti, Firminiano Pacheco, Roberto Guimarães e um último, conhecido por Rosseti.

A operação foi montada a partir da prisão de religiosos dominicanos que atuavam como apoio a Marighella. Na versão oficial, um deles foi levado pelos policiais à livraria Duas Cidades, onde recebeu uma ligação telefônica com uma mensagem cifrada estabelecendo o horário e local do encontro.

Logo após sua morte, o delegado assessor da diretoria Ivair Freitas Garcia escreveu, em 11 de novembro, um relatório no qual sugeriu “*a promoção por bravura e ação meritória*” de 45 policiais,

[...] *embora esteja patente que os maiores méritos deste excepcional trabalho policial pertencem indubitavelmente aos Delegados Rubens Cardoso de Mello Tucunduva, que o dirigiu e coordenou, Francisco Guimarães do Nascimento, responsável pelas comunicações e alto padrão técnico do serviço, e Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que o executou [...].*

O relator do caso na CEMDP, Luís Francisco Carvalho Filho, confrontou os documentos do DOPS e da Secretaria de Segurança Pública, além de reportagens jornalísticas da época, e concluiu:

[...] *Uma das primeiras fantasias flagradas foi a de que Marighella estava acompanhado por vários seguranças. É difícil imaginar [...] o homem mais procurado do Brasil, o inimigo número 1 do regime andando em bando, acompanhado de meia dúzia de guerrilheiros como um Lampião, em região nobre da cidade de São Paulo.*

Outro fato importante destacado foi o de que o local onde se deu sua morte não foi devidamente preservado ou não se procedeu à perícia necessária, pois não foram encontradas fotografias e exames dos objetos que comprovariam a tentativa de reação do emboscado. A pasta e a arma do guerrilheiro citadas apareceram 22 dias depois no Instituto Criminal de Balística.

A CEMDP solicitou o serviço do médico legista Nelson Massini, cujo parecer é o de que o líder da ALN foi morto com “[...] *um disparo fatal no tórax esquerdo dado com uma arma a curtíssima distância*”. Após analisar as fotos do guerrilheiro morto, o perito concluiu:

A posição do cadáver não é natural e sim forçada, revelando claramente que o corpo foi colocado no banco traseiro do veículo. Esta informação é baseada nos sinais de tracionamento do corpo para dentro do veículo, revelado pelas rugas da calça e seu abaixamento da cintura, bem como a elevação da camisa, indicando que o corpo foi puxado pela mesma [...] o corpo jamais teria caído para dentro do veículo na posição em que se encontrava. [...] Os projéteis que atingiram o corpo do senhor Carlos Marighella não têm correspondente na lateral do veículo por ele utilizado.

Junto com a análise do perito, um intenso debate ocorreu na CEMDP sobre o entendimento a respeito do que consta no artigo 4º, inciso I, letra “b” da lei 9.140/95, o qual estabelece como atribuição da Comissão Especial proceder ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes de pessoas “*que, por terem participado, ou por*

terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas”. Segundo o relator, duas interpretações emanavam desse dispositivo:

Uma restritiva, que admite apenas o reconhecimento de pessoas mortas em base física fechada, apta para nela conter quem estiver detido. E outra, mais abrangente, permite o reconhecimento de pessoa morta em locais diferentes dos estabelecimentos especificamente utilizados para o encarceramento ou o interrogatório de presos políticos, desde que as circunstâncias indiquem que a vítima já se encontrava sob o domínio do poder público.

[...] Estamos, na verdade, diante de um conceito eminentemente político e não territorial. Quando a lei estabelece “dependências policiais ou assemelhadas” não está se referindo a obras de engenharia, como prisões, prédios policiais, militares, ou mesmo prédios privados, eventualmente utilizados pelos órgãos de segurança, mesmo porque, como se sabe, o abuso repressivo ultrapassou estes limites físicos.

Assim, entre outras ponderações, o relator justificou seu voto favorável, por concluir que: *A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa e para o perito. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal [...] foi morto com um tiro a curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim [...], que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo. Mesmo admitindo que ele “tentou resistir, procurando abrir a pasta [...]”, como sustenta a versão oficial, fica claro que os disparos anteriores já o tinham imobilizado, a ponto de permitir a aproximação do executor para o tiro fatal – “quase encostado”. Do excesso, resulta a responsabilidade do Estado.*

[...] O poder público tinha controle absoluto da área, o que se verifica pelo fuzilamento do único civil que inadvertidamente ultrapassou o cerco formado por pelo menos 29 policiais – o dentista alemão.

[...] É dever do agente guardar quem está sob sua responsabilidade. A execução do infrator, pelo policial que o procura, é o mais sumário e o mais assustador dos julgamentos. Se executar alguém não é errado, nada é errado.

Na CEMDP, seu caso foi aprovado por 5 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e de Paulo Gustavo Gonet Branco, em 11 de setembro de 1996.

Marighella foi enterrado como indigente no cemitério de Vila Formosa, na capital paulista. Em dezembro de 1979, a família e companheiros realizaram um ato público em sua homenagem no Instituto dos Arquitetos do Brasil, em São Paulo (SP), quando seus restos mortais foram transferidos para o cemitério das Quintas, em Salvador, onde o sepultaram no túmulo projetado por Oscar Niemeyer, no qual está escrito: *“Não tive tempo para ter medo”*. O escritor Jorge Amado escreveu um texto para a ocasião:

Atravessaste a interminável noite da mentira e do medo, da desrazão e da infâmia, e desembarcas na aurora da Bahia, trazido por mãos de amor e de amizade. Aqui estás e todos te reconhecem como foste e serás sempre: incorruptível brasileiro, um moço baiano de riso jovial e coração ardente. [...] Tua luta foi contra a fome e a miséria, sonhavas com a fartura e a alegria, amavas a vida, o ser humano, a liberdade.

Para lembrá-lo, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma rua, no bairro de Perus. Marighella foi homenageado também com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1994, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 272/96, na CEMDP.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.

SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia; MARINGONI, Gilberto (Org.). *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1999.

VIANA, Gilney. *Carlos Marighella: não tive tempo para ter medo*. Brasília: Centro de Documentação e Informação; Câmara dos Deputados, 1997.



Chael Charles Schreier

Nasceu em 23 de setembro de 1946, na cidade de São Paulo (SP), filho de Ire Schreier e Emília Brickmann Schreier. Morto em 22 de novembro de 1969. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Era estudante do 5º ano da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e membro da Comissão Executiva da UEE de São Paulo. Após a decretação do Ato Institucional nº 5, passou a atuar na clandestinidade. Ligou-se à Dissidência Estudantil do PCB/SP (DISP), trabalhando junto às bases operárias e participando da redação e distribuição do jornal *Luta Operária*. Posteriormente, como militante da VAR-Palmares, participou de sua direção regional.

Foi preso em 21 de novembro de 1969 na casa em que morava, na rua Aquidabã, 1.053, em Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro (RJ), junto com Antônio Roberto Espinosa, um dos comandantes da VAR-Palmares, e sua companheira, Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Segundo os testemunhos de Espinosa, de Maria Auxiliadora e de alguns soldados que serviam no Quartel da 1ª Companhia da Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro, Chael foi o mais torturado entre os três presos. Foi visto pela última vez por seus amigos com o pênis dilacerado e o corpo ensopado do sangue que vertia de vários ferimentos, entre eles um profundo corte na cabeça. Além de Espinosa e Maria Auxiliadora, o preso político Ângelo Pezzuti da Silva denunciou, em juízo, as torturas sofridas por Chael.

A equipe responsável pela prisão era chefiada pelo comissário Brito e composta pelo inspetor Vasconcelos e mais 11 policiais dirigidos pelo detetive Antero. Presos, os três foram imediatamente levados ao quartel da PE, onde ficaram sob a responsabilidade do capitão João Luís. Até esse momento, Chael não apresentava nenhum ferimento, conforme declarações dos próprios policiais que o prenderam, transcritas nos jornais cariocas que circularam no dia seguinte.

Chael foi torturado por uma equipe de oficiais e suboficiais do CIE e da 2ª Seção da Companhia da PE comandada pelo capitão Celso Lauria e, ainda, o capitão João Luiz de Souza Fernandes, ambos do CIE, segundo denúncia de Espinosa e Maria Auxiliadora na Auditoria Militar. Eles descreveram também os chutes e pontapés que Chael levou do capitão Airton Guimarães Jorge, que mais tarde foi acusado de ser banqueiro do jogo do bicho e de fazer parte de grupos de extermínio no Espírito Santo. Em abril de 2007, o capitão Guimarães foi preso pela Operação Furação promovida pela Polícia Federal. Participaram também da equipe que torturou os três presos os sargentos Paulo Roberto de Andrade e Atílio Rossoni, além do cabo Edson Antônio Mendonça.

Por ocasião do seqüestro do embaixador suíço, Maria Auxiliadora foi banida do país, em 14 de janeiro de 1971, em troca do embaixador junto com 69 presos políticos. Ficou profundamente marcada pelas torturas sofridas e se matou, atirando-se nos trilhos de um trem na Alemanha, em 1976.

Outro importante depoimento sobre o caso de Chael é o do coronel Carlos Luiz Helvécio da Silveira Leite, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 24 de fevereiro de 1988. Conforme declarou na entrevista, ele estava de plantão quando recebeu a comunicação da Vila Militar de que o universitário paulista havia falecido naquela dependência durante o interrogatório. O coronel, que fora membro do CIE, declarou que o oficial por ele enviado para esclarecer os fatos lhe disse: “*Fiquei encabulado de ver o corpo despido e o número de equimoses e sevícias que o cadáver apresentava*”.

De acordo com declarações do diretor-médico do HCE, general de brigada Galeno de Penha Franco: “*Chael deu entrada no hospital já morto, sendo que o envio do corpo foi apenas uma formalidade, uma vez que provinha de uma unidade militar*”.

Na certidão de óbito, a *causa mortis* registrada foi “[...] *contusão abdominal com rupturas do mesocólon transverso e mesentérico, com hemorragia interna*”. No laudo da necropsia não há descrição de entrada e saída de balas no corpo de Chael. O laudo foi feito no HCE, em 24 de novembro de 1969, pelos médicos Oswaldo Caymmi Ferreira, Guilherme Achilles de Faria Mello e Rubens Pedro Macuco Janini.

Sua família, sem ter recebido qualquer notificação da morte, aguardava a promessa de uma visita. No dia 25 de novembro, foram informados de que ele se encontrava morto. O corpo foi entregue à família em caixão lacrado e o traslado para São Paulo foi acompanhado por militares do II Exército que proibiram a realização do ritual judaico de sepultamento, que inclui o banho no cadáver. Os militares negaram-se a fornecer o atestado de óbito à família, tendo apresentado o documento somente ao representante da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, durante o sepultamento.

Segundo relatório do II Exército, datado de 24 de novembro de 1969, arquivado no DOPS/SP:

Antônio Roberto Espinosa, Maria Auxiliadora de Lara Barcelos e Chael Charles Schreier, ao serem presos, reagiram violentamente com disparos de revólver, espingarda e mesmo com bombas caseiras. Da refrega, os três terroristas saíram feridos, sendo Chael o que estava em estado mais grave; foram medicados no HCE, entretanto Chael sofreu um ataque cardíaco, vindo a falecer.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao Ministério da Justiça em 1993, sequer menciona o nome de Chael.

O jornalista Elio Gaspari, em seu livro *A Ditadura Escancarada*, descreveu o caso:

Havia um cadáver na 1ª Companhia da PE. Em casos anteriores esse tipo de problema fora resolvido com um procedimento rotineiro. Fechava-se o caixão, proclamava-se o suicídio e sepultava-se o morto. O método já dera certo duas vezes, naquele mesmo quartel. Em maio, com Severino Viana Colon [sic], e, em setembro, com Roberto Cieto [sic]. Tratava-se de seguir o manual, e Helvécio despachou para a PE de Deodoro o tenente-coronel Murilo Fernando Alexander, do CIE.

O cadáver de Chael foi levado por Alexander para o hospital central do Exército. “Não concordaram em aceitá-lo como se tivesse entrado vivo”, contou o tenente-coronel Helvécio. A decisão fora tomada pelo próprio diretor do hospital, general Galeno da Penha Franco. Pior: o general reteve o morto e determinou que se procedesse à autópsia. O CIE tinha dois problemas. O tiroteio e as prisões da rua Aquidabã eram públicos, pois haviam sido noticiados pelas rádios. Ademais, os presos foram três, e dois estavam vivos. Isso excluía a fórmula do sumiço do corpo, usado dois meses antes na Operação Bandeirante, depois do assassinato de Virgílio Gomes da Silva. O atestado de óbito excluía a versão de suicídio. A origem social de Chael, um ex-estudante de medicina saído de uma família judia da classe média paulista, cortava o caminho ao funeral de indigente que ajudara a abafar a morte de Severino Viana Colon [sic].

Restava um só caminho, e antes do meio-dia foi posta a circular sua versão: um dos presos fora ferido durante o tiroteio. No domingo, o Jornal do Brasil informou que os três terroristas da rua Aquidabã estavam sendo interrogados na PE. Na segunda-feira, o II Exército informou ao DOPS paulista que Chael morrera de ataque cardíaco no HCE, quando era medicado. Na terça, o cadáver foi entregue à família. Na quarta, enquanto o Correio de Manhã publicava que os três presos “continuam sendo interrogados”, finalmente a notícia de sua morte foi liberada pelos oficiais encarregados da repressão à VAR-Palmares. O DOPS anunciou que ele morrera por conta de dois tiros recebidos durante o cerco ao aparelho. Como essa versão estava desamparada pelo atestado de óbito e pela necropsia, firmou-se a lorota que o tenente coronel Ary Pereira de Carvalho, com sua torturada gramática, fazia circular no Exército: “Dos três terroristas o que mais violentamente reagiu foi Chael Charles Schreier, que mais tarde, apesar dos curativos recebidos, veio a falecer em consequência de ferimentos internos, por ele mesmo praticados durante sua prisão”.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 260/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 162-169, 275.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

A morte de Chael obteve grande repercussão, conforme o impacto gerado pela publicação de matéria de capa da revista *Veja*, de 3 de dezembro de 1969, sobre as torturas da ditadura. Na semana seguinte, a *Veja* ainda publicou a certidão de óbito de Chael, indicando que ele tinha sido vítima de tortura. Logo veio a reação: em 6 de dezembro de 1969, o comando do I Exército proibiu a publicação de notícias relacionadas às torturas. O caso, entretanto, assumiu dimensão internacional e foi divulgado no *The New York Times*, no *Le Monde* e no *The Times*.

Em seu voto na CEMDP, a relatora Suzana Keniger Lisbôa manteve a íntegra do laudo de necropsia de Chael, pois, segundo ela “[...] *destacar trechos seria reduzir o seu conteúdo e minimizar as torturas sofridas por Chael*”. O texto recompõe as torturas sofridas por ele: “[...] *não há um lugar no corpo que não tenha sido maculado – é uma seqüência de hematomas, escoriações, equimoses, sem falar nas fraturas em quase todas as costelas, do lado direito e esquerdo*”.

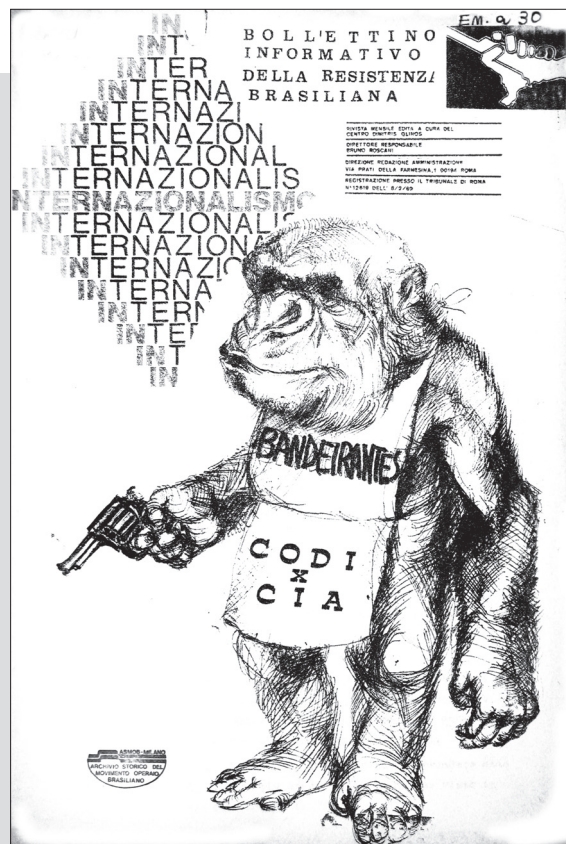
O caso na CEMDP foi deferido por unanimidade em 23 de abril de 1996.

A repressão política e a formação dos DOI-CODI

No Brasil, o período ditatorial (1964-1985) foi marcado pela dinâmica de práticas que se movimentavam entre esconder e mostrar a violência da repressão política, mesclando a intenção de legitimar-se com a necessidade de difundir o medo e evitar as pressões causadas pelas denúncias nacionais e internacionais sobre os crimes cometidos pelo regime. Preocupado com o combate à luta armada e às oposições e, ao mesmo tempo, com sua legitimidade, durante o período de 1969 a 1971 o Estado constituiu um aparato repressivo forte e centralizado.

A expansão do SNI, criado em 1964, e o crescente protesto popular tiveram como conseqüência o recrudescimento da repressão política. Foi criada, em 1969, a Operação Bandeirante (Oban), financiada por multinacionais como Ultra, Ford, General Motors e outras. Contava com integrantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Polícia Militar, Departamento da Polícia Federal, entre outros. A eficiência de seus métodos de combate às oposições fez com que servisse de modelo para a implantação, em escala nacional, dos Destacamentos de Operações e Informações-Centros de Operações de Defesa Interna, mais conhecidos como DOI-CODI. Em julho de 1970, Orlando Geisel, o ministro do Exército, definiu que o Exército seria, entre as Forças Armadas, o que assumiria o comando das atividades de segurança, e dois meses depois criou, oficialmente, os DOI-CODI (GASPARI, 2002b). Estabelecido em praticamente todos os estados da federação, em São Paulo as suas instalações estavam localizadas na rua Tutóia, onde ainda hoje funciona o 36º Distrito Policial.

Em 1969, foi editada nova Lei de Segurança Nacional (decreto-lei 898), muito mais severa, que instituiu a pena de morte para os opositores políticos, criando um mecanismo que buscava legitimar a estratégia de eliminar as lideranças políticas e os membros dos grupos envolvidos na luta armada. Entretanto, ainda que o regime tenha condenado alguns presos políticos à pena de morte, esta não chegou a ser efetivamente aplicada para matar “legalmente” os dissidentes. Esse aparato se formou em decorrência da constante necessidade da ditadura de buscar sua institucionalização, pela aplicação seletiva do poder coercitivo sobre a sociedade civil (ALVES, 1984).



Capa do *Bollettino Informativo della Resistenza Brasiliana*, editado em Roma no início dos anos 1970, faz referência à Operação Bandeirante e à criação do CODI.

A preocupação com esse controle se estabeleceu desde o início, ainda que não tenha se constituído de forma planejada nos primeiros anos. O grande número de opositoristas mortos ou desaparecidos, cuja composição é formada na sua maioria por lideranças políticas ou quadros da luta armada, indica a seletividade e centralização da repressão política brasileira. Embora houvesse divergências e disputas nos altos escalões das Forças Armadas e na chamada “comunidade de informação”, predominou a capacidade efetiva do regime de impor a hierarquia e a unidade institucional.

A morte de alguns e o desaparecimento de outros eram parte de uma política, cuja intenção era ocultar a realidade da tortura institucionalizada no país e, ao mesmo tempo, forjar casos exemplares que se tornassem uma permanente ameaça a todos. Desde 1969, cresceu o número de mortos, ao passo que, em 1974, ano em que se inicia a distensão política do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), só houve casos de “desaparecimentos”. Neste momento, procurou-se construir a imagem de Geisel como a de um moderado. Esta foi a forma encontrada para lidar com os problemas de legitimidade enfrentados pela ditadura, em grande medida relacionados ao aumento das denúncias de violações aos direitos humanos e ao início do declínio do “milagre econômico”. ■

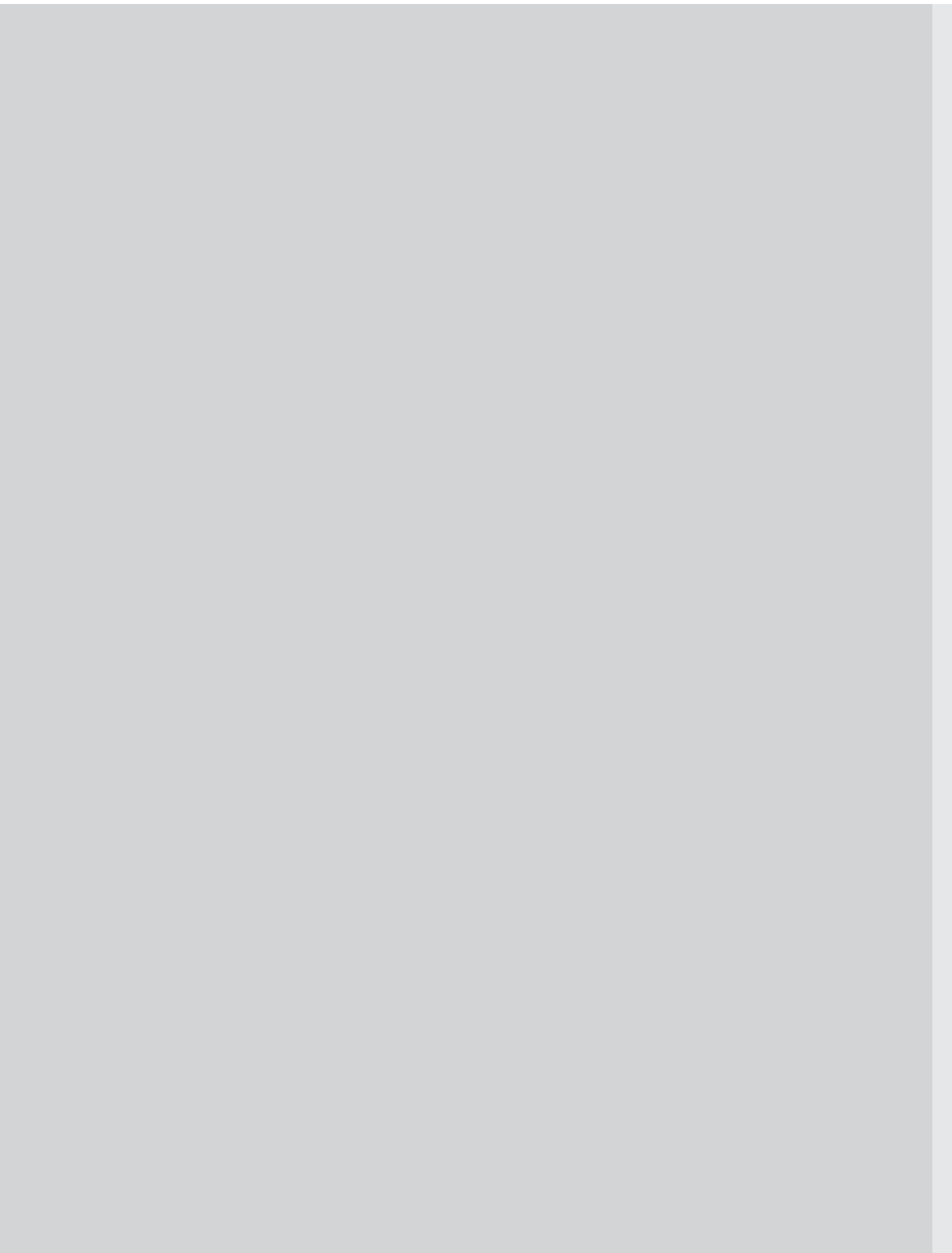


1 9 7 0



Arquivo Público do Estado de São Paulo

Embarque para a Argélia dos 40 presos políticos banidos em troca do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, em junho de 1970.



Marcos Antônio da Silva Lima

Nasceu em 21 de outubro de 1941, em João Pessoa (PB), filho de Joaquim Lucas de Lima e Clarice da Silva Lima. Morto em 14 de janeiro de 1970. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

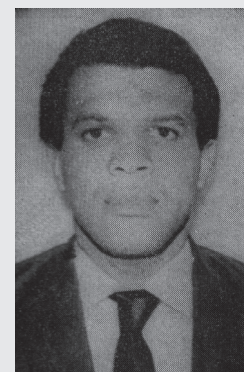
Fez o primário no Colégio Lins de Vasconcelos, em João Pessoa, e o segundo grau na Escola Técnica de Comércio e no Colégio Estadual Liceu Paraibano. Foi jogador de futebol pelo time Estrela do Mar e presidente da Cruzada Infantil – uma congregação religiosa.

Em 1958, entrou para a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Pernambuco e trabalhou no navio Ary Parreiras e no porta-aviões Minas Gerais.

Iniciou sua vida política em 1962. Foi um dos fundadores e, por duas vezes, vice-presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entidade que teve papel destacado na organização e nas lutas dos marinheiros que antecederam o golpe de 1964. Às vésperas do golpe, 1.113 marinheiros, reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em protesto contra a prisão dos diretores da Associação, tiveram prisão decretada por insubordinação aos comandantes militares, que já se encontravam nos últimos preparativos para depor o governo legítimo. Muitos dos fuzileiros navais convocados para reprimir a manifestação se recusaram a fazê-lo. Após o golpe, todos esses marinheiros foram expulsos da Marinha, e 250 deles condenados a penas de até 15 anos.

Expulso da Marinha em 1964, por força do AI-1, Marcos Antônio da Silva Lima buscou asilo na Embaixada do México, onde conheceu Kátia Valladares, sua futura esposa, com quem teve um filho. Em outubro, foi condenado a nove anos de prisão e, em 1966, a mais três anos. Transferiu-se para Cuba em 1965, e retornou ao Brasil no ano seguinte, integrando-se ao Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Consta no livro *Direito à Memória e à Verdade* que, antes, teria se instalado no Mato Grosso, em articulação com militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), os quais organizaram a “Guerrilha de Caparaó”, no Espírito Santo, reprimida entre março e abril de 1967.

Foi preso em São Paulo em fevereiro de 1967. Inicialmente, ficou no Presídio Naval e, depois, na Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, de onde fugiu em 26 de maio de 1969, em uma ação articulada pelo MAR. O grupo de fugitivos abrigou-se no interior do estado do Rio de Janeiro e foi perseguido por uma operação de cerco militar, registrada pela imprensa como “Guerrilha de Angra dos Reis”. Após algumas semanas, conseguiram romper o cerco. Em agosto, diversas prisões levaram à desarticulação do MAR, que durou apenas poucos meses. Marcos e a maioria de seus remanescentes integraram-se ao PCBR.



Em 14 de janeiro de 1970, ao chegar ao seu apartamento na rua Inhangá, em Copacabana, às 23 horas, policiais o aguardavam de tocaia. Tentou fugir com Ângela Camargo Seixas e foi ferido no braço. Em seguida, foi baleado na região frontal e Ângela levou um tiro nas costas. Ao sair da prisão, Ângela exilou-se na Inglaterra, e posteriormente foi viver na Irlanda.

Com um tiro na cabeça, Marcos foi deixado no Hospital Souza Aguiar, como desconhecido. Sua morte só foi divulgada uma semana depois, em 21 de janeiro, por meio de nota do comando da 1ª Região Militar publicada nos jornais *O Globo*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, informando que morrera em tiroteio quando foi ferida a militante Ângela Camargo Seixas e dois agentes. O legista Nilo Ramos de Assis realizou a necropsia no IML e definiu, como *causa mortis*, “ferida transfixante do crânio com destruição parcial do encéfalo”.

A CEMDP, a pedido do relator do processo, Luís Francisco Carvalho Filho, fez diligências ao Hospital Souza Aguiar, que respondeu não possuir qualquer registro do fato, e às autoridades militares, buscando mais detalhes sobre a operação e a identificação dos agentes feridos, mas não recebeu resposta. O depoimento de Ângela Camargo Seixas, uma declaração pública enviada da Irlanda, onde vive, esclarece os fatos:

Chegamos ao corredor do apartamento – era noite e o corredor estava escuro – e ao nos aproximarmos da porta ela foi aberta por policiais que estavam dentro do apartamento e imediatamente começaram a atirar. Marco Antônio estava alguns passos adiante de mim. Como imaginávamos o apartamento ser seguro estávamos completamente desprevenidos e Marco Antônio estava com a chave do apartamento na mão, e conseqüentemente não empunhava a sua arma. Nos viramos e começamos a correr com as balas disparando às nossas costas, descendo os andares de escada. Fomos recebidos por mais balas de outro grupo de policiais que estava subindo as escadas disparando. Por volta desse momento Marco Antônio, que estava atrás de mim, foi atingido. Quando me virei para vê-lo fui atingida por uma bala nas costas. Perdi a consciência e quando acordei – não sei quanto tempo fiquei inconsciente – os policiais haviam abandonado os corredores, nos deixando sozinhos, provavelmente pensando que estávamos mortos. Verifiquei que Marco Antônio estava morto e tentei escapar descendo o resto das escadas. Fui presa na saída do prédio.

O corpo de Marcos Antônio foi reconhecido somente em 20 de janeiro por sua irmã, Marlene Lucas de Lima. Sua família o enterrou no Cemitério de Inhaúma (RJ).

Seu óbito (86.904) e o Registro de Ocorrência (219) da 4ª DP nada mais esclarecem.

O relator considerou que “[...] o exame da prova dos autos, aliada ao desinteresse em esclarecer o episódio, por parte da autoridade militar, aponta para a eliminação do militante”, razão pela qual votou pelo reconhecimento do nome de Marcos Antônio Silva Lima para os fins da lei 9.140/95. O caso foi aprovado na CEMDP por 4 votos a favor e 3 contra, os de Paulo Gustavo Gonet Branco, João Grandino Rodas e o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 9 de fevereiro de 1998.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.
Caso 285/96, na CEMDP.

Carlos Antunes da Silva

Nasceu em 12 de setembro de 1939, em Piranga (MG), filho de Benone Antunes da Silva e Odete Izaurina Reis. Morto em 16 de janeiro de 1970, em Belo Horizonte. Militante do “Grupo dos Onze”.

A denúncia de sua prisão e de seu falecimento nunca chegou à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que tomou conhecimento do caso apenas em 2004, quando a família encaminhou requerimento à CEMDP.

Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*:

Acusado de participar e organizar o Grupo dos Onze, em Mariana, Minas Gerais, Carlos Antunes da Silva foi preso pelo DOPS/MG em 1964, logo após o golpe militar

de 31 de março. Morreu em 16/01/1970 de “coma hepático, hepatite crônica e tuberculose pulmonar”, segundo certidão de óbito, como desdobramento dos danos físicos permanentes que resultaram das torturas a que foi submetido na época da prisão, conforme depoimentos de testemunhas anexados aos autos.

No processo da CEMDP, consta declaração de Derly Pedro da Silva de que foi preso junto com Carlos Antunes, na cidade de Mariana, por membros do DOPS. Segundo ele, Derly [sic] foi espancado com toalha molhada na prisão, decorrendo daí as complicações de saúde, que o levaram à morte. Em outra declaração, Neiva da Silva diz que Carlos, após a prisão, apresentava-se doente e foi internado em diversas casas de saúde até falecer.

Segundo o relator João Batista da Silva Fagundes, os requerentes não comprovaram nos autos que a vítima tenha sido efetivamente presa no período em que participava do chamado Grupo dos Onze, que tenha sido hospitalizada após a suposta prisão e que a morte tenha sido relacionada com atos de tortura praticados por agentes públicos durante a prisão. Não ficou registrada a data em que houve a prisão; somente comprovado que Carlos Antunes foi indiciado com base na lei 1.802 de 05/01/1953 que tratava de crimes contra o estado e a ordem política e social.

Em janeiro de 2006, João Batista da Silva Fagundes apresentou um novo relatório onde reconheceu ter sido comprovada a atividade política da vítima, através de certidão expedida pelo juiz auditor da Auditoria Militar, da 4ª RM, na qual se verifica que Carlos Antunes foi denunciado perante aquele juízo como incurso na sanção penal do artigo 24 da lei 1.802 que tipificava os crimes contra a Segurança Nacional. Da mesma certidão consta que a vítima era um dos líderes que atuavam na cidade de Mariana “para organizar na cidade um dos chamados grupo dos Onze, entidade subversiva e de finalidade revolucionária”. Essa informação foi confirmada por certidão fornecida pela Abin.

O caso de número 131/04 foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 2 de fevereiro de 2006.

Documentos consultados:
Caso 131/04, na CEMDP.

Mário Alves de Souza Vieira

Nasceu em 14 de junho de 1923, em Santa Sé (BA), filho de Romualdo Leal Vieira e Julieta Alves de Sousa Vieira. Desaparecido em 17 de janeiro de 1970. Secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Filho de latifundiários, fez o curso secundário em Salvador e concluiu a Faculdade de Ciências e Letras da Bahia. Foi um dos fundadores da União dos Estudantes da Bahia e participou, durante o Estado Novo, da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1939 e foi um dos líderes do movimento de massas de agosto de 1942, em Salvador, contra o nazi-fascismo.

Em 1945, passou a integrar o Comitê Estadual do PCB na Bahia e, em 1954, foi eleito para o Comitê Central. Foi eleito para compor a Comissão Executiva do Comitê, em 1957. Como jornalista, dirigiu os jornais *Novos Rumos* e *Voz Operária*.

Com o golpe de 1964, tornou-se um dos líderes da corrente de esquerda dentro do PCB. Atuando nas difíceis condições de clandestinidade, foi preso, em julho de 1964, no Rio de Janeiro, sendo libertado somente um ano depois por concessão de *habeas corpus*.

Por sua oposição à orientação predominante na direção do PCB, Mário Alves foi afastado da Comissão Executiva e deslocado para atuar em Belo Horizonte, onde permaneceu até 1967. Já em 20 de maio de 1966, um ato do presidente Castelo Branco cassou seus direitos políticos por dez anos. Em 6 de junho do mesmo ano, foi julgado à revelia no “caso das Cadernetas de Prestes” e condenado a sete anos de prisão pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo.



A luta interna no PCB acirrou-se e, no VI Congresso, realizado em 1967, Mário Alves, com Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, Apolonio de Carvalho, Manuel Jover Telles e Miguel Batista dos Santos foram expulsos. Em 1968, junto com Jacob Gorender, Apolonio de Carvalho e outros, fundou o PCBR, continuando sua militância política na clandestinidade. Em meados de 1969, transferiu-se de São Paulo para o Rio de Janeiro. O PCBR debatia-se em torno da necessidade ou não do desencadeamento imediato da luta armada.

Segundo o depoimento de sua companheira, Dilma Borges Vieira, Mário saiu três noites consecutivas para encontrar-se com companheiros que o levariam à reunião do Comitê Central do PCBR. Em 16 de janeiro de 1970, entre 19h30min e 20 horas, saiu de casa para realizar a quarta tentativa de comparecer à reunião. Avisou que, caso fosse feito o contato, voltaria em alguns dias. Foi preso pelo DOI-CODI/RJ, para onde foi levado. Na madrugada do dia seguinte, Mário Alves morreu sob torturas. Mário foi visto sangrando abundantemente na sala de tortura por vários presos políticos que se encontravam no DOI-CODI, entre os quais René Louis Laugery de Carvalho, Antônio Carlos de Carvalho e o advogado Raimundo Teixeira Mendes. Os soldados que serviam no PIC (Pelotão de Investigações Criminais), onde estava situado o DOI-CODI, foram retirados do local para que o corpo de Mário pudesse ser removido sem testemunhas.

Apesar das evidências, os órgãos de segurança negaram a prisão de Mário Alves. As ilegalidades que cercaram a prisão e a morte do jornalista só foram levadas ao conhecimento de autoridades judiciárias em 20 de julho de 1970, denunciadas por presos políticos. Entretanto, o fato nunca foi apurado. A Procuradoria Geral da Justiça Militar continuou sustentando serem inverídicas, infundadas e mesmo maliciosas as afirmações da mulher e da filha de Mário Alves.

Em 1º de dezembro de 1987, foi julgada a apelação civil 75.601 (RJ), registro 2.678.420, quando sua mulher e sua filha conseguiram o reconhecimento da responsabilidade civil da União pela prisão, morte e pelos danos morais. A ação foi iniciada em 1979 e constituiu-se no primeiro caso de desaparecido político em que foi reconhecida a responsabilidade da União. Francisca Abigail Barreto Paranhos e Ana Maria Müller foram as advogadas da família.

Em depoimento dado na 2ª Auditoria do Exército, em 20 de julho de 1970, Salatiel Teixeira Rolim afirmou que “[...] *pertencia ao PCBR, tendo presenciado o espancamento e tomou conhecimento da prisão do jornalista Mário Alves no dia 16/01/1970, que faleceu em vista de brutal espancamento que recebera e pela introdução em seu ânus de um pedaço de vassoura*”.

René Louis Laugery de Carvalho também depôs na mesma auditoria militar em 20 de julho de 1970 e declarou “[...] *que tomou conhecimento, durante os 26 dias que permaneceu naquela unidade [...] da morte de Mário Alves, em consequência de hemorragia interna, decorrente de torturas*”.

Carta endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, em 15 de julho de 1980, pelo advogado Raimundo Teixeira Mendes, denuncia que, em 16 de janeiro de 1970, por volta das 20 horas, Mário Alves chegou preso ao local onde ele também estava detido, o quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, tendo ouvido todo o interrogatório a que ele foi submetido, que se estendeu até cerca de 4 horas da manhã, pois estava preso na cela ao lado, a qual apresentava um vão na parede próxima ao teto. Declarou ainda que viu Mário Alves pendurado no pau-de-arara e, depois, ser carregado da cela já quase sem vida.

O depoimento de Antônio Carlos de Carvalho à Justiça Federal no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1981, é outra prova documental da morte de Mário Alves. Ele estava preso e foi chamado para fazer uma faxina na cela do jornalista, junto com Augusto Henrique Maria D’Aurelli Olivier e Manoel João da Silva. Mário Alves estava deitado no chão enlameado e sujo de fezes, com um capuz ao lado e pedia água. Seu corpo apresentava várias equimoses. Eles lhe deram um pouco de água, ingerida com muita dificuldade. Na manhã seguinte, Má-

rio Alves foi retirado da cela, carregado por cerca de quatro pessoas, aparentemente vivo.

José Carlos Brandão Monteiro reforçou a denúncia em carta ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, em 17 de julho de 1980, declarando ter visto no segundo andar do DOI-CODI o corpo do jornalista Mário Alves atirado ao chão, imóvel sobre uma poça de sangue.

Dilma Borges Vieira foi uma das precursoras do Movimento dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Esteve em todos os possíveis lugares onde pudesse buscar notícias e denunciar o desaparecimento do marido: Marinha, Aeronáutica, IML, cemitérios. Chegou a escrever uma carta ao comandante do I Exército, Syseno Sarmiento, e a entregou pessoalmente. Quando voltou para saber a resposta, submeteram-na a um interrogatório e a ameaçaram, alegando que ela estava caluniando o Exército e que não tinha testemunhas que comprovassem sua denúncia. O então comandante do CODI/RJ, Alcyone Portela, chegou a dizer-lhe que também procurava por Mário Alves.

A carta de Dilma, datada de 27 de setembro de 1970, escrita a Aparecida Gomide, esposa do cônsul brasileiro seqüestrado no Uruguai pelo grupo Tupamaros, foi divulgada amplamente no exterior. No Brasil, quando foi publicada a sentença da ação cível, da juíza Tânia de Melo Bastos Heine, movida pela família de Mário Alves solicitando o reconhecimento do Estado pela sua morte, o jornal *Em Tempo* a publicou. Segue a íntegra:

Todos conhecem seu sofrimento, sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que “tenho o coração partido”, que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram.

Ele era Mário Alves de Souza Vieira, jornalista. Foi preso no dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do 1º Exército e levado para o quartel da P.E., sendo espancado barbaramente de noite, empalado com um cassetete dentado, o corpo todo esfolado por escova de arame, por se recusar a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1º Exército e do DOPS. Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares torturadores em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro.

Sei que a senhora não tem condições de avaliar meu sofrimento, porque a dor de cada um é sempre maior que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte e o seu seqüestrado são as mesmas. Que é importante saber que a violência-fome, que a violência-miséria, a violência-opressão, a violência-atraso, a violência-tortura levam à violência-seqüestro, à violência-guerrilha; e que é muito importante saber quem é que pratica a violência: os que criam a miséria ou os que lutam contra ela?

O seu desespero e sofrimento demonstram que seu marido era bom chefe de família, que faz falta, é muito importante em sua vida. Mário Alves também foi bom chefe de família, faz falta, tinha uma filha que ele adorava, era inteligente, culto, pessoalmente nunca magoou ninguém. Morreu pelos oprimidos e injustiçados, os sem voz e sem vez.

No livro *Desaparecidos Políticos*, o depoimento de Antônio Carlos de Carvalho relata com detalhes as circunstâncias da morte de Mário Alves:

Não dormíamos, acompanhando os interrogatórios e sofrendo cada uma das torturas que sabíamos estarem sendo aplicadas – e que cada um de nós conhecia de perto – na cela ao lado. Não demorou muito para termos certeza de que a vítima era Mário Alves.

[...] Diante da recusa de Mário a atender às exigências dos torturadores e das formas cada vez mais violentas de tortura a que foi submetido (afogamentos, empalamento etc.)

temi por sua vida. Alguém por ali havia dito que ele já estava com 56 anos de idade e tinha pouca saúde.

De manhã, bem cedo, o cabo da guarda chamou Manoel João, Augusto e eu para fazer a faxina da sala ao lado. A sala estava enlameada, cheia de água e, no chão, deitada, estava uma pessoa totalmente machucada, a pele bem ferida, cheia de hematomas [...] O capuz estava levantado acima dos olhos: era um rosto magro com um pequeno bigode [...] era Mário Alves.

O advogado Raimundo Teixeira Mendes, também detido, na época, na PE, presta seu depoimento:

Cerca de 20:30 horas do dia 16 de junho de 1970, sexta-feira [...] o DOI-CODI/RJ [...] acabava de prender o jornalista Mário Alves de Sousa Vieira [...] conduzido para a cela que ficava ao lado [...] foi submetido a interrogatório, findo o qual iniciou-se a sessão de tortura que acabou às 5 horas.

Depois de violentamente espancado [...] torturado com choques elétricos, no pau de arara, afogamentos, etc. Mário Alves manteve a posição de nada responder a seus torturadores [...] então introduziram um cassetete de madeira com estrias [...], que provocou a perfuração de seus intestinos e a hemorragia que determinou a sua morte.

O jornalista Elio Gaspari também descreveu as condições da morte de Mário Alves:

No fundo do corredor havia cinco pequenas celas, cada uma com um colchão de palha no chão, um buraco sanitário no fundo e uma janela gradeada perto do teto. Nelas ficavam os presos que a qualquer momento poderiam ser levados para a Sala Roxa. Não porque houvesse tanta pressa em trazê-los, mas para que ouvissem o que acontecia ao lado. Numa dessas masmorras estava Antônio Carlos de Carvalho. Noutra, Raimundo Teixeira Mendes. Eles ouviram:

– Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?

– Vocês já sabem!

– Você é o secretário-geral do comitê central do PCBR?

– Vocês já sabem!

– Será que você vai dar uma de herói?

Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa. No início da manhã seguinte o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com cassetete. Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limparam-lhe o rosto.

Jacob Gorender, dirigente do PCBR e ex-presos político, denunciou a tortura praticada contra Mário Alves em seu livro *Combate nas Trevas*. Segundo o historiador:

O assassinato de Mário Alves teve duas seqüelas trágicas. A primeira [...] resultou na morte de Salatiel Teixeira Rolim, justificado por um comando do PCBR. A segunda ocorreu em agosto de 1980, quando duas cartas-bomba explodiram simultaneamente: uma na sede da OAB no Rio de Janeiro; a outra no gabinete do vereador carioca Antônio Carlos de Carvalho. A bomba enviada à OAB matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. No gabinete do vereador, um funcionário ficou ferido e mutilado. A autoria dos atentados não pôde ser esclarecida: ainda vivíamos sob a ditadura militar. Mas, em 1996, o presidente do Conselho Federal da OAB, Francisco Ernando Uchoa, determinou nova investigação do caso, entregue a detetives particulares. O relatório conclusivo da investigação apontou como responsáveis pelos dois atentados um grupo ligado ao DOI-CODI do I Exército, constituído por nove militares e três civis (incluindo dois coronéis e um tenente-coronel). A motivação dos crimes residiu no intento de matar e intimidar o então presidente nacional da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, e o vereador Antônio Carlos de Carvalho, que conduziam investigações sobre a morte de Mário Alves e pretendiam revelar os nomes dos responsáveis.

Além dos nomes citados, Diógenes Arruda Câmara também denunciou na Justiça Militar o assassinato sob tortura de Mário Alves.

Em depoimentos prestados em 29 de janeiro de 1981, perante a juíza Tânia de Melo Bastos Heine, como testemunha, Raimundo Teixeira Mendes declarou: “*Não viu as pessoas que interrogavam Mário Alves, que pela voz identificou o Tenente Correia Lima, um tenente pára-quedista chamado Magalhães e um indivíduo chamado Timotheo [...]*”.

No mesmo processo, José Carlos Brandão também declarou:

[...] que quando entrou na cela de Mário Alves, por ele reconhecido, lá se encontravam o Tenente Magalhães, o tenente Correia Lima e Timotheo, além de um policial chamado Jair [...] quebrada a incomunicabilidade por iniciativa do advogado Sobral Pinto, o civil Timotheo e o tenente Correia Lima compareceram à cela do depoente para informar que não era mais advogado porque a OAB cassara sua inscrição e que deveria receber a família e nada comentar sobre o que ocorria na PE, especialmente, o episódio de Mário Alves, porque ficariam atentos às notícias dos jornais do dia seguinte e que ele prestaria contas se algo fosse publicado.

Quando houve a publicação da sentença favorável à família de Mário Alves, a revista *IstoÉ*, de 18 de outubro de 1987, relatou:

Raimundo [Raimundo Teixeira Mendes, advogado] conta que, pelas vozes, identificou os torturadores de Mário Alves como sendo o tenente Correa Lima, o tenente pára-quedista Magalhães, Timótheo Luis de Lima e um “tenente Jair”. Timótheo, ex-guarda da Rede Ferroviária Federal, é hoje segurança da Câmara de Vereadores e do Hospital do Câncer, no Rio. “Tenente Jair”, também ex-guarda de segurança da RFF, já chefiou a segurança do Fluminense Futebol Clube, quando o juiz Francisco Horta era seu presidente. Hoje trabalha como motorista da mulher do secretário da Segurança Pública, general Waldyr Muniz.

Segundo revelou o advogado Raimundo Teixeira Mendes, em *O Globo*, de 21 de dezembro de 1996, entre os torturadores de Mário estavam os tenentes Armando Avólio Filho, Correia Lima, Magalhães e Duque Estrada.

O relatório do Ministério do Exército, entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, não citou a prisão e o assassinato, apenas informou que Mário Alves “[...] foi condenado em 06 de junho de 1966 a sete anos de reclusão e, em 17/11/73, a três anos, ambos à revelia”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos, anexo I, da lei 9.140/95.

Dilma e sua filha, apesar de vários esforços, não conseguiram reaver o corpo do marido, que hoje dá nome a ruas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e de Belo Horizonte – nesta, no bairro do Tirol. Foi homenageado com a criação do Instituto de Estudos Políticos Mário Alves, em São Paulo, e com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1990, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 091/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

DUARTE, Betinho. *Rua viva: o desenho da utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 169-173.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 201-206.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. *Projeto A: os mortos*. Tomo V, v. 4.

Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Morto, acidentalmente, em 25 de janeiro de 1970, aos 19 anos, no Rio de Janeiro, quando a arma de um de seus companheiros disparou, atingindo-o mortalmente.

Seu atestado de óbito (119.761) foi assinado pelo legista José Alves Assunção Menezes e teve como declarante Durval Muniz Machado. A morte foi provocada por ferida transfixante do tórax com lesão do pulmão esquerdo e do coração, causando hemorragia interna. O óbito informa ainda que Luiz Affonso morreu na rua Teodoro da Silva, em frente ao nº 547, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Seu corpo foi retirado do IML, em 29 de janeiro, sendo enterrado pela família no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro (RJ).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. *Projeto A: os mortos*. Tomo V, v. 4.



Abelardo Rausch Alcântara

Nasceu em 5 de agosto de 1927, em Teófilo Otoni (MG), filho de Nabor Rausch de Alcântara e Carmem Oliveira. Morto em 12 de fevereiro de 1970.

Era bancário e funcionário da Caixa Econômica Federal no Distrito Federal.

A versão oficial da sua morte foi divulgada na imprensa, em nota oficial da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme o recorte de jornal, sem nome e sem data, anexado ao requerimento da CEMDP, em que se lê:

Através da Secretaria de Segurança Pública do DF, obtivemos as informações abaixo, relacionadas ao caso do servidor Abelardo Rauch de Alcântara [...].

Paralelamente, intensificaram-se as investigações sobre o grupo de funcionários da agência da Caixa Econômica Federal, sendo inclusive, efetuadas buscas em suas residências. Durante o cumprimento do mandato de busca, na moradia do Sr. Abelardo Rausch Alcântara, tesoureiro da CEF, foi encontrado material que o comprometia. Sendo, por esse motivo, convidado o Sr. Abelardo a acompanhar um dos agentes até a Divisão de Criminalística, o que fez, gentilmente, na própria condução, tendo inclusive, almoçado com o perito, no Restaurante Xangô, situado na Asa Norte.

Ao ser ouvido naquela dependência, e, diante das provas colhidas em sua casa, o Sr. Abelardo não conseguiu explicá-las.

Tornando-se muito nervoso, foi o interrogatório suspenso, e, em atenção à sua posição como funcionário da CEF, recolhido a uma unidade militar.

Ali, preso de forte excitação, tomou ele de um copo e, partindo-o cortou o pulso.

Quando foi percebido este gesto do Sr. Abelardo, foi ele imediatamente socorrido pelo serviço médico do Batalhão de Polícia do Exército e transportado em ambulância deste mesmo batalhão, acompanhado por um sargento desta unidade, com destino ao HDB. Por infelicidade, esta ambulância chocou-se violentamente com uma Kombi da Secretaria de Governo do Distrito Federal, resultando ferimento grave no sargento e um choque no Sr. Abelardo, que deu entrada no HDB, com parada cardíaca.

[...] Na autópsia procedida, foi encontrado no estômago do Sr. Abelardo um líquido de cor estranha. Submetido a exame, o referido líquido, na Divisão de Criminalística, foi constatada a presença de lisoform.

Diante desse fato, foi procedido um exame no local onde o Sr. Abelardo se encontrava, antes de tentar o suicídio. Foi encontrada no local uma lata daquele detergente quase vazia e que era usada em limpeza.

O sargento que acompanhou na ambulância o Sr. Abelardo após ser medicado e ter condições de falar informou que o Sr. Abelardo, durante o trajeto para o HDB, tentou, por várias vezes, pôr termo à vida.

O jornal *Correio Braziliense*, de 13 de fevereiro de 1970, não fez nenhuma referência a Abelardo Rausch: “A colisão agravou bastante o estado de saúde do sargento Antônio Vasconcelos que estava sendo conduzido para o Hospital Distrital por ter sido acometido de um mal súbito no Quartel do Exército”.

O documento da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, na ocorrência 118/70, diz que a vítima do acidente foi um sargento de nome Vasconcelos, que se encontrava no HDB.

O *Jornal do Brasil*, de 18 de fevereiro de 1970, em matéria intitulada “Promotor Faz Inquérito que Apura Morte de Tesoureiro Quando Detido em Brasília”, divulgou:

Um laudo do Instituto Médico Legal diz que o tesoureiro Raush tinha 250 centímetros de sangue na cavidade torácica, pequena rotura no lobo superior do pulmão esquerdo, sangue no interior do pericárdio e pequena hemorragia craniana.

Mas um laudo realizado por uma médica particular, apresenta, segundo o advogado João Peles, outros sinais não mencionados no IML, como hematomas e um pulso quebrado.

No requerimento encaminhado à CEMDP, a família informa que não conseguiu localizar esse outro laudo.

O *habeas data* de Abelardo, solicitado por seu filho em 1996, informa:

Em maio de 1979, o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) entregou ao Presidente da ABI um Relatório onde constava o nome dos desaparecidos e mortos durante o regime militar no Brasil após 1964. O nome de Abelardo Rausch Alcântara constou no relatório como tendo sido morto sob tortura em 13/12/70 [sic], em Brasília, DF.

Em 80, constou de uma relação de pessoas mortas no Brasil durante o regime militar, elaborada pela Organização Amnesty International, e encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH/OEA.

Em 84, o nome de Abelardo Rausch de Alcântara figurou na 2ª edição da Revista da Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Estado do Rio de Janeiro, no capítulo “Mortos e Desaparecidos”.

A certidão do Ministério do Exército - Comando Militar do Planalto, pedida por seu filho também em 1996, relata o que consta nos arquivos do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília a respeito de Abelardo:

[...] constata-se a existência dos autos de Inquérito Policial Militar, instaurado naquela unidade, em vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e setenta, para apurar as circunstâncias que envolveram o acidente de trânsito [...] tendo como vítima fatal o Sr. Abelardo Rausch Alcântara.

O laudo de necropsia do IML, além de se referir a um desconhecido, na resposta ao quarto quesito, onde se questiona se a morte foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, informa: “*sem elementos*”.

O *Jornal do Brasil*, de 19 de fevereiro de 1970, noticiou:

Aproximadamente NCr\$ 55 mil dos NCr\$ 60 mil roubados no dia 30 de janeiro da agência da Caixa Econômica de Taguatinga foram encontrados pelo gerente-substituto, Sr. Túlio Alves. Segundo se informa, o dinheiro estava na sobreloja da própria agência acondicionado numa caixa de papelão coberta por jornais.

Até ontem não havia sido aberto o inquérito mandado instaurar pelo promotor Hélio Fonseca, especialmente designado, para apurar as circunstâncias da morte do tesoureiro Abelardo Rausch Alcântara, quando se encontrava detido para depor na última quinta-feira.

Na CEMDP, seu caso teve como relator João Grandino Rodas, que pediu indeferimento por considerar não haver comprovação do envolvimento político de Abelardo. A seguir, Nilmarírio Miranda pediu vistas. Em seu relatório à Comissão Especial, ele afirmou:

Procurei ouvir o motorista da Kombi que foi abalroada pela ambulância, Sr. Jatir Rodrigues Souza. Ele contou que sua Kombi foi abalroada por trás pela ambulância Rural-Willis do Exército. Que a ambulância só amassou na frente. Que não tem dúvidas de que Abelardo já estava morto quando ocorreu o acidente e que o acidente foi intencional, provocado. Que foi absolvido de acusação de homicídio culposo e que na sentença o juiz declarou que “o réu foi acusado pela morte de um defunto”.

Em 15 de maio de 1997, o caso de Abelardo foi aprovado por 6 votos a favor, em uma reunião em que esteve ausente o relator, João Grandino Rodas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 166/96, na CEMDP.

José Roberto Spiegner

Nasceu em 30 de dezembro de 1948, em Barra do Piraí (RJ), filho de Jacob Spiegner e Szajna Spiegner. Morto em 17 de fevereiro de 1970. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

José Roberto cursou os antigos ginásio e científico no Colégio Pedro II, quando começou



a participar do movimento estudantil, atuando no grêmio. Estudou também na Aliança Francesa e na Cultura Inglesa e fez vários outros cursos como cinema e jornalismo. Em um concurso de cinema amador de curta-metragem, obteve o primeiro lugar.

Em 1966, entrou para a Faculdade de Economia da UFRJ, sendo aprovado em 1º lugar. Membro do diretório acadêmico, atuava na Dissidência do PCB da Guanabara, que se transformaria, em setembro de 1969, no MR-8, em sua segunda fase, para o qual Spiegner ingressou. Em 1968, logo após o AI-5, com o agravamento da repressão política, passou a atuar na clandestinidade. Documentos dos órgãos de segurança registraram que, em abril de 1969, Spiegner foi escolhido um dos três integrantes da direção geral da Dissidência, na sua 3ª Conferência.

Era namorado de Vera Silvia Araújo Magalhães, também militante da Dissidência/MR-8, que participou do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Vera foi presa, torturada e banida do país, em junho de 1970, após sua libertação e de mais 39 prisioneiros políticos trocados pelo embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben. Lutou contra as seqüelas das torturas e, muito doente, veio a falecer em 4 de dezembro de 2007.

Em 17 de fevereiro de 1970, José Roberto teria sido morto em tiroteio, segundo a versão policial, no Rio de Janeiro, na rua Joaquim Silva, 53, entrada 5, quarto 8, por agentes do DOI-CODI/RJ. Seu corpo deu entrada no IML ao meio-dia e meia, de 17 de fevereiro de 1970, pela guia 1 do DOPS/RJ. No laudo de necropsia assinado pelos legistas Ivan Nogueira Bastos e Nelson Caparelli, consta que “[...] a morte ocorreu às 05h30min do dia 17”, e que ele foi “perseguido como elemento subversivo por agentes do DOPS, reagiu à bala ferindo um policial, e finalmente foi alvejado mortalmente”. Seu corpo foi enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali (RJ).

O relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda, ao analisar o caso, ressaltou a demora de sete horas entre o horário da morte e a entrada no IML. O laudo do IML detalha os ferimentos no corpo mostrando que José Roberto recebeu vários tiros, e dois deles contestam a versão oficial. Afirmou o relator: “Examinando as fotos de perícia de local, o corpo fora encontrado em uma sala com o piso acarpetado, onde não havia espaço para que pudesse ter sido atingido, de longe, na coxa. O outro ferimento mostra a execução”.

O relator destacou ainda que o laudo descreve:

[...] na região temporal direita uma ferida estrelar de bordas escoriadas e queimadas com aspecto das produzidas por entrada de projétil de arma de fogo disparada com arma encostada à cabeça [...] ambas as regiões orbitárias estão ligeiramente tumefeitas e recobertas por equimoses arroxeadas [...] membro superior esquerdo revela três equimoses arroxeadas no cotovelo [...] duas escoriações pardo-avermelhadas no dorso do punho; [...] dedos de ambas as mãos apresentam nas polpas tinta preta usada para tomar impressões digitais. [...] as equimoses e escoriações descritas não são compatíveis com a versão de tiroteio e que o esquema de lesões localizadas na face direita da cabeça denota claramente execução, e ainda que as escoriações localizam-se em regiões do corpo humano que configuram tortura em pau-de-arara. Há ainda escoriações na região do punho, denotando que José Roberto foi algemado. Além disso, a identificação de José Roberto se deu antes de seu corpo ir para o IML e mostra que o DOPS já o conhecia.

Há, anexado ao caso, um requerimento da 1ª Auditoria da Marinha (1ª CJM), de 3 de abril de 1970, solicitando o laudo ao IML e referindo-se à morte de José Roberto Spiegner como tendo sido provocada “por acidente”.

O relator concluiu que José Roberto Spiegner foi morto quando se encontrava detido por policiais, sob custódia do Estado, e o caso (066/96), na CEMDP, foi aprovado por unanimidade em 2 de abril de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.
 Arquivos do IEVE/SP. Caso 066/96, na CEMDP.

Antônio Raymundo Lucena



Nasceu em 11 de setembro de 1922, em Colina (MA), filho de José Lucena Sobrinho e Ângela Fernandes Lima Lucena. Morto em 20 de fevereiro de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Aos 12 anos de idade teve uma úlcera ocular que lhe ocasionou a perda da visão do olho direito. Nessa época, começou a ocupar-se de atividades de instalações elétricas, serviços de pedreiro e mecânica. Aos 17 anos assumiu a função de mestre de oficina mecânica, além de acumular os cargos de apontador e encarregado de uma pequena estatal. Ao casar-se com Damaris, Lucena começou a trabalhar como mestre de serralia e ela como fiandeira.

Em março de 1950, embarcou em um caminhão pau-de-arara para a cidade de São Paulo. Dois meses depois, mandou buscar a mulher e o filho. Em razão da penosa viagem e da subnutrição, perderam o filho, vitimado pela difteria. Ainda em 1953, o casal participou da campanha “O Petróleo é Nosso”. Nessa época, ele e sua esposa eram operários na Jafet, indústria têxtil localizada no bairro do Ipiranga. Em 1954, ingressou no Partido Comunista.

Lucena aposentou-se em 1964 por invalidez. Como era cego de um olho, teve o direito a uma banca na feira isenta de impostos. Damaris tirou carta de motorista e logo adquiriu uma perua, para facilitar o transporte do material de trabalho.

Em 1968, passaram a fazer parte da VPR, tendo Lucena participado de diversas ações armadas. Em 1969, o casal já vivia na clandestinidade com os filhos, em Atibaia (SP), e era responsável por guardar os fuzis FAL subtraídos por Lamarca quando fugiu do quartel de Quitaúna (SP), em janeiro de 1969. Seu filho mais velho, Ariston, também militante da VPR, veio a ser preso em 1970, após ter escapado, juntamente com Lamarca, do cerco militar estabelecido na área de treinamento de guerrilha da VPR, no Vale do Ribeira (SP), em 31 de maio de 1969. Ariston chegou a ser condenado à pena de morte, que foi comutada em prisão perpétua e, mais tarde, para 30 anos.

Em 20 de fevereiro de 1970, por volta das 15 horas, a porta do sítio em Atibaia foi golpeada violentamente por militares. Lucena dormia. Começaram a atirar. Lucena tombou gravemente ferido e, logo em seguida, recebeu mais tiros. Damaris afirma que Lucena, atingido, caíra ao lado do tanque, já fora da casa, quando um último tiro foi disparado em sua têmpora, na presença dela e dos filhos. Ela e as crianças foram presas. Saíram da prisão por ocasião do seqüestro do cônsul japonês na capital paulista, Nobuo Okuchi, em março de 1970, e foram para o México, banidos do Brasil até a Lei de Anistia, de 1979.

Lucena foi sepultado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Em 1990, com a abertura da Vala de Perus e o apoio da então prefeita Luiza Erundina, diversas escavações foram feitas, sem êxito, na tentativa de localizar seus restos mortais.

Apresentado o caso (245/96) à CEMDP, em 2 de dezembro de 1997, o relator Luís Francisco Carvalho Filho votou pelo seu indeferimento por considerar que a morte não tivera caráter político e que não fora comprovado o tiro de misericórdia referido pela família. O voto baseou-se nos depoimentos colhidos pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que se dirigiu a Atibaia, em um esforço para resgatar os fatos, junto com os filhos de Lucena, e conversou com moradores e policiais. Um deles, na época soldado, disse que fora advertido pelo comando da PM por ter dado declarações à imprensa sobre o fato e foi enfaticamente proibido de comentar o ocorrido. Os depoimentos, no entanto, se mostraram contraditórios. Além disso, não tinham sido localizados até então o laudo necroscópico ou a perícia de local, apesar das tentativas do relator. Assim, Suzana K. Lisbôa pediu vistas aos autos.

Foi então localizada a documentação na Delegacia de Atibaia, como também a íntegra do inquérito da morte de Lucena no STM. Luís Francisco Carvalho Filho tomou o depoimento de Damaris, reproduzido em gravação anexada ao caso. A versão oficial assinada por Alcides

Singillo, do DOPS/SP, é a de que a morte de Lucena resultou de sua reação à voz de prisão, quando policiais teriam ido averiguar denúncia de que ali havia um carro furtado. Não ficou claro, porém, em que momento da operação souberam que o morto era Antônio Raymundo Lucena. O laudo de necropsia, assinado por Frederico Amaral e Orlando Brandão, refere-se a nove tiros de entrada e um de saída. Nenhum na cabeça, como referido por Damaris e seus filhos. Segundo a relatora Suzana K. Lisbôa,

[...] o exame da foto de Lucena morto localizada no STM não permite ver o tiro fatal na cabeça, descrito por Damaris e seus filhos, mas permite ver grandes edemas no nariz e no olho esquerdo e escoriações, além de um afundamento no meio da testa e um tiro desfechado junto do coração.

Levado a votação, o caso foi novamente indeferido, em 5 de maio de 1998, por 5 votos contra 2, os de Suzana K. Lisbôa e Nilmário Miranda.

Reapresentado após a ampliação dos prazos e critérios de abrangência da lei 9.140/95, o caso voltou à votação, sob o nº 062/02. O novo relator, Belisário dos Santos Júnior,

[...] chamou a atenção para o fato de que a verdade não fora uma presença constante nos autos do inquérito instaurado, lembrando que o aparato constituído para a operação somou todas ou praticamente todas as forças policiais da cidade, dando a entender que haveria ou poderia haver resistência. Lembrou ainda que o Conselho Regional de Medicina censurou publicamente o perito do laudo, pelas deficiências da peça e pela atitude do médico. É fato, diz o relator, que ocorreu o conflito armado com agentes da polícia militar, que vitimou fatalmente Lucena e um sargento, mas ressaltou que laudos foram falsificados, depoimentos foram fraudados em muitos momentos da crônica policial e judicial desse período, sendo possível que tenha ocorrido execução sumária.

Com a ampliação da lei 9.140/95, o caso foi aprovado na CEMDP por unanimidade, em 22 de abril de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 245/96 e 062/02, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 196-201.

Cassimiro Luiz de Freitas

Nasceu em Catalão (GO), em 11 de dezembro de 1916, filho de Leolino Luiz de Freitas e de Benedita Francisca Pires. Morto em 19 de março de 1970. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Cassimiro era lavrador, sindicalista rural e militante do PCB. Formou uma associação de camponeses em Goiás com José Porfírio de Souza – líder das mobilizações agrárias na região de Formoso e Trombas (GO) nos anos 1950, desaparecido em 7 de junho de 1973 e um dos 136 nomes que compõem a lista anexa à lei 9.140/95.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos não tinha conhecimento da história de Cassimiro até a apresentação do requerimento à CEMDP.

Foi preso em Pontalina (GO), em 26 de janeiro de 1970, com o filho Cornélio Alves de Freitas e mais dois trabalhadores rurais. Dias depois, Cassimiro foi encontrado na praça da cidade, onde teria sido deixado por um jipe do Exército, em péssimo estado de saúde e apresentando marcas de tortura. Foi socorrido por um casal de amigos e levado para casa, onde faleceu.

Três declarações tomadas pelo procurador da República Marco Túlio de Oliveira e Silva, juntadas aos autos, trazem esclarecimentos sobre a prisão e suas condições de saúde no momento da libertação. Divina Carolina de Macedo e o marido, João Teixeira Macedo, socorram-no quando o viram agachado na praça e o levaram para casa. Dizem que vomitava sangue, que tinha manchas nos braços, estava magro e decaído e que lhes contou que, além de lhe arrebitarem, deram-lhe um “chazinho da meia-noite”, expressão que designa veneno.

O filho, Cornélio, declarou ter ficado detido por cerca de dez dias e que as outras pessoas presas na mesma ocasião foram liberadas depois de serem inquiridas. Disse ainda que Cas-

simiro ficou preso em separado e só voltou a encontrar o pai quando ele reapareceu na cidade de Pontalina, antes de morrer.

Um relatório do médico que atendeu Cassimiro em casa, em 17 de março, Mauro Lourenço Borges, atestou o óbito e declarou que o paciente estava em:

[...] pré-coma, apático, palidez intensa, respiração ruidosa, desidratado, panículo adiposo diminuído, pele flácida, caquético, apresentando hematomas e escoriações disseminadas pelo corpo, além de vômitos hemoptóicos e diarreia sanguinolenta, praticamente em fase terminal. Ao término do exame, sugeri à família o internamento, mas acharam que não resolveria dada gravidade do estado do paciente. Seu estado clínico era bastante crítico, agravando-se nas horas seguintes, vindo a falecer 24 horas após, em virtude das lesões sofridas, que provocaram anemia profunda, que foi a causa eficiente de seu falecimento em 18 de março de 1970 [sic], ocasião em que forneci o atestado de óbito. Passados 26 (vinte e seis) anos, fica difícil recordar todos os detalhes clínicos, por isso peço as devidas escusas.

Segundo o relator do caso na CEMDP, Luís Francisco Carvalho Filho, não há nos autos documentos que comprovem sua prisão até meados do mês de março. Contudo, o relator lembrou que o procedimento de manter militantes políticos aprisionados arbitrariamente era comum naquele período. Não havia mecanismos de controle da ação policial quando se tratava da apuração de crimes considerados contra a segurança nacional. Daí que os abusos foram praticados impunemente. Para o relator, embora haja uma ou outra imprecisão nas informações trazidas para os autos, já que os depoimentos divergem quanto ao tempo em que permaneceu vivo em casa, em relação ao aspecto fundamental do caso, no entanto, afirmou não haver divergências importantes.

Em seu voto, declarou que a militância política de Cassimiro Luiz de Freitas está suficientemente comprovada. Além de declarações escritas, foi juntada cópia da pasta 231, do dossiê 4.369, do arquivo do DOPS, atualmente sob a guarda da UFG, onde consta que ele foi preso com seu filho Cornélio e outros moradores de Pontalina, pela PM e, depois, foram recambiados para o 10º Batalhão de Caçadores do Exército, em Goiânia (GO). Cassimiro foi inquirido formalmente pela PF em 30 de janeiro de 1970.

O relator observou também que a prova demonstra que Cassimiro foi preso em razão de sua militância política e, em virtude dos maus-tratos recebidos no cárcere, veio a falecer dias após sua libertação. O atestado médico, firmado sob as penas de lei, estabelece o nexo de causalidade entre os maus-tratos e a morte. O fato de Cassimiro ter morrido em casa, ou de ter sido solto para que não morresse no interior de estabelecimento prisional, não altera a responsabilidade dos agentes do poder público, sendo o caso 326/96 deferido por unanimidade, em 19 de novembro de 1996.

Documentos consultados:
Caso 326/96, na CEMDP.

Avelmar Moreira de Barros

Nasceu em 11 de março de 1917, em Itapuá (RS), filho de Avelmar de Barros e Vergilina Moreira de Barros. Morto em 24 de março de 1970. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Era casado com Maria Helena Sanhudo de Barros, com quem teve 12 filhos.

Trabalhava como chacareiro no sítio do ex-tenente Dario Viana dos Reis, outro acusado de ser membro da VAR-Palmares, que também foi preso e torturado na ocasião da prisão de Avelmar. Aprisionado em 22 de março de 1970, em Porto Alegre, foi torturado até a morte em 24 de março, segundo denúncia do boletim da Anistia Internacional, de março de 1974. A versão policial apresentada foi de "suicídio" no xadrez do DOPS, possibilitado por uma lâmina de barbear, conforme dois recortes de jornais não identificados,



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IVE/SP.

Caso 257/96 na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

cujas datas são 25 e 27 de março de 1970. A necropsia, feita no IML/RS, e firmada pelos médicos Gastão E. Schirmer e Nicolau Amaro Guedes, descreve ferimentos no rosto e punhos, além de corte na carótida.

Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* com erro de grafia, pois está escrito Alvemar.

A responsabilidade do Estado por sua morte foi reconhecida pela CEMDP por unanimidade, na análise do caso 257/96, em 14 de maio de 1996, tendo como relator o general Oswaldo Pereira Gomes. Os integrantes da CEMDP, à época, Suzana K. Lisbôa, Nilmário Miranda e Luís Francisco Carvalho Filho, fizeram constar a sua desconfiança em relação à versão oficial das autoridades de segurança sobre a morte por suicídio.

Dorival Ferreira

Nasceu em 5 de novembro de 1931, em Osasco (SP), filho de Domingos Antônio Ferreira e Albina Biscuola Ferreira. Morto em 3 de abril de 1970. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era operário da construção civil e líder sindical. Pai de seis filhos, foi morto por agentes do DOI-CODI/SP. Na noite de 2 de abril de 1970, os policiais invadiram a casa do líder operário em Osasco, quando foi ferido e preso.

Entre os documentos que foram encontrados no DEOPS/SP e anexados ao caso, há uma ficha de filiação de Dorival ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e uma ficha policial onde consta entre aspas *Moraes*, datada de 30 de abril de 1970, informando que o mesmo foi “*executado em 3/4/70*”. Isto é, no dia seguinte à sua prisão (Documento 30-Z-160-12765)¹.

Os jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*, de 4 de abril de 1970, confirmaram a versão da polícia de que Dorival morreu em tiroteio com agentes da repressão.

Em depoimento prestado à polícia, em 2 de junho de 1970, seu pai, Domingos Antônio Ferreira, declarou que:

[...] no dia 2 de abril do corrente ano num tiroteio travado entre ele [Dorival] e policiais, veio a falecer; [...] se dirigiu até a casa de Dorival e quando lá chegou só encontrou policiais, os quais lhe disseram, em resposta à pergunta do declarante, que seu filho estava preso e tinha sido conduzido até a polícia, sem entretanto dizer onde [...],

desmentindo a versão policial de que Dorival foi morto com uma rajada de metralhadora em sua casa, ao tentar fugir do tiroteio que travou com os policiais.

O laudo necroscópico, assinado por Otávio D’Andrea e Antônio Valentini, não está muito claro em alguns trechos. Nas duas últimas linhas, pode-se ler “[...] retiramos um projétil de calibre maior que os anteriores localizado na articulação coxo femural esquerda”, o que comprovaria que Dorival levou um tiro, provavelmente de metralhadora, ao atender ao chamado no portão de sua casa, conforme relata sua esposa.

Estranhamente, o laudo do Instituto de Perícia Técnica (IPT), solicitado às 12h50min de 3 de abril pelo delegado titular de Ordem Política Alcides Cintra Bueno Filho, foi feito no IML após a necropsia do cadáver. Todos os ferimentos descritos, que somam 11, foram provocados por projéteis referentes a cinco tiros (entrada e saída, tendo os da coxa perfurado a outra coxa). Contudo, chama a atenção o tiro desferido no dedo anular esquerdo, normalmente decorrente da posição de defesa da vítima, indicando uma possível execução. Além disso, foi anexada aos autos do processo uma relação de bens encontrados com Dorival, na qual não consta nenhuma arma de fogo.

Pelo relato dos familiares, Dorival foi procurado em sua casa, em Osasco, pelos policiais, em 2 de abril, por volta das 20 horas. Quando foi atender o chamado ao portão, percebeu que

1. Esta é a numeração dos documentos do antigo arquivo do Serviço Secreto do DEOPS/SP, criado em 1940, que estabeleceu códigos constituídos por números e letras para o arquivamento de informações. A organização original do arquivo foi mantida pela instituição que custodiava este acervo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esta nomenclatura será utilizada daqui por diante.

eram policiais que iriam prendê-lo. Voltou-se de costas para entrar em casa e recebeu um tiro que o atingiu na altura dos quadris. Em seguida, tentou fugir pelos fundos da casa, mas antes passou pelo quarto e preveniu sua companheira, Esterlita. Ela pediu à filha, Ângela, que se encontrava na sala, para avisar o avô, que morava nas imediações. Quando o sr. Domingos, pai de Dorival, chegou à casa, encontrou-a repleta de policiais, tanto dentro como do lado de fora. Os militares apontaram uma arma na cabeça do avô e da neta, que à época tinha apenas 14 anos de idade. Ela e seus irmãos menores ficaram no quarto, proibidos de sair, enquanto Esterlita e Domingos eram interrogados sob ameaças na cozinha. Em seguida, foram levados presos para o DOPS/SP.

Os jornais *Notícias Populares* e *Última Hora* confirmaram a versão policial, mas o *Última Hora*, de 4 de abril de 1970, esclareceu que “[...] devido ao fato de na ocorrência envolver-se elementos da OBAN, pouco acesso teve a imprensa na apuração das causas reais que provocaram o tiroteio”.

Os jornais do dia citados noticiaram também que foi montado um forte aparato policial na cidade de Osasco, onde havia inúmeros soldados da Força Pública patrulhando as ruas e portando metralhadoras.

Na CEMDP, seu caso (083/96) teve como relatora Maria Eunice Paiva e foi aprovado por unanimidade, em 29 de fevereiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 083/96, na CEMDP.

José Idésio Brianezi

Nasceu em 23 de março de 1946, em Londrina (PR), filho de José Paulino Brianezi e América Tomioto Brianezi. Morto em 13 de abril de 1970. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Concorreu à presidência da União dos Estudantes de sua cidade em 1966. Atuou no movimento estudantil de Jandaia do Sul (PR) e Apucarana (PR) na luta contra o ensino pago, em 1968, tendo participado do XIX Congresso Paranaense de Estudantes Secundaristas, em Cornélio Procópio (PR), nesse mesmo ano. Em abril ou maio, foi intimado a depor no quartel do Exército em Apucarana sobre suas atividades no movimento estudantil.

Em 1968, passou a militar na Dissidência do PCB e, no ano seguinte, com Antônio dos Três Reis de Oliveira (desaparecido em maio de 1970), ingressou na ALN. Trabalhou na Secretaria do Colégio Sete de Setembro, em Apucarana, até ser obrigado à vida clandestina, indo residir em São Paulo.

A certidão de óbito traz a versão de que faleceu em 13 de abril de 1970, na pensão onde morava, à rua Itatins, 88, no bairro de Campo Belo, São Paulo (SP). Os legistas Cypriano Oswaldo Mônaco e Paulo Queiroz Rocha determinaram como causa da morte “*hemorragia interna traumática*”, e a versão oficial é de que ele morreu em tiroteio com agentes da Oban (DOI-CODI). Somente foi encontrada parte da documentação do IML no DOPS/SP, não havendo informações de horário de entrada do corpo.

A principal prova examinada pela CEMDP foi a única foto de seu corpo, encontrada no arquivo do DOPS/SP, na qual aparece com o dorso nu e a barba de seu rosto por fazer há dias, hábito que não tinha e contrariava as regras de segurança dos militantes clandestinos. A foto contradiz as informações contidas na única folha do laudo localizada, em que consta que dera entrada no IML vestindo “[...] *camisa de seda fantasia, calça de brim zuarte, calção*”.

O relator Nilmário Miranda, em seu voto na CEMDP, informou:

Solicitei ao perito criminal Celso Nenevê análise do laudo necroscópico e da única foto de Brianezi.

O perito viu-se impossibilitado de reconstituir a dinâmica do evento, face às omissões, imprecisões do laudo, da falta de fotografias da necropsia, da perícia de local.



Ressalta que o laudo não permite caracterizar a distância dos disparos, no entanto, o perito Nenevê sustenta que “para pelo menos 2 destes disparos, o primeiro que apresentou lesão de entrada na região carotidiana esquerda e de saída na região occipital, e o segundo que penetrou na linha axilar esquerda e se alojou nos músculos dorsais, seus projéteis apresentaram trajetórias ligeiramente de frente para trás e não de trás para a frente, como descrito no laudo”.

O perito considerou ainda que a diferença de nível, no momento dos disparos, nos ferimentos apontados indicaria que José Idésio estaria em posição abaixo dos atiradores. O que indica, segundo o relator, um forte indício de execução sumária, pois Brianezi media 1,84 m, conforme descrito no laudo. Ele descartou a exumação dos restos mortais para exame porque os pais, que retiraram o corpo do Cemitério de Vila Formosa, onde fora enterrado como indigente, levantaram dúvidas se o corpo entregue pertencia realmente ao filho.

Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, à época militante da ALN, prestou o seguinte depoimento sobre o caso:

Em janeiro de 1970, na qualidade de militante da ALN, fui transferido para São Paulo, com a finalidade de ajudar a reorganizar nossas fileiras. [...] Ao encontrar os sobreviventes de nossa Organização conheci José Idésio Brianezi. A partir daí mantivemos contato estreito até a sua prisão. [...] Jovem de 24 anos, vivia na clandestinidade como eu, e utilizava para escapar das batidas policiais e alugar quarto nas pensões onde morava, o mesmo tipo de cobertura que a maioria de nós: era um imigrante vindo do interior em busca de oportunidades [...].

As profissões que melhor se encaixavam eram de representantes comerciais ou vendedor. Este tipo de disfarce exigia de nós asseio e apresentação impecáveis, recomendando mesmo o uso de gravata e paletó. José era um bom militante e seguia à risca as regras de segurança exigidas pela clandestinidade. Lembro-me dele sempre arrumado, de terno e com barba feita todos os dias. [...] José foi declarado morto em tiroteio na pensão onde morava às 21:00h do dia 13/04/1970. Voltava, portanto, de um dia de trabalho. A barba que ostentava na foto não é aquela de uma pessoa que necessita manter um disfarce a qualquer custo, aparenta muito mais que 24 horas, o que induz a pensar que ele esteve sob custódia, vivo [...]. Seu rosto estava mais magro, denotando sofrimento anterior à morte.

Guiomar Silva Lopes, militante da ALN naquela época, manteve contato com Brianezi de dezembro de 1969 a março de 1970, quando também foi presa. Ela declarou que ele:

Era um rapaz jovem, alto, forte, com cabelos castanhos, pele muito clara que lhe dava um aspecto de um europeu. Tinha o visual de um jovem de classe média, vestia-se com discrição, sem nunca ter notado descuidos com o penteado, com a barba ou com a roupa [...]. A foto que me foi apresentada me deixou surpresa, pois não parecia a mesma pessoa por causa do aspecto e das transformações em seu rosto.

O caso 266/96, na CEMDP, foi aprovado por 6 votos a favor e 1 contra, do general Oswaldo Pereira Gomes.

Em homenagem póstuma a José Idésio, em 1990, a cidade de Apucarana deu o seu nome a uma escola pública de primeiro grau, situada na rua Paranapanema.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 266/96, na CEMDP.



Juarez Guimarães de Brito

Nasceu em 22 de janeiro de 1938, em Belo Horizonte (MG), filho caçula de Jayme Ferreira de Brito e Amélia Guimarães de Brito. Morto em 18 de abril de 1970. Dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Passou parte de sua infância vivendo no que ele costumava chamar de “paraíso”, uma estação experimental de fruticultura, sob a direção de seu pai, então secretário de Agricultura do estado do Maranhão.

De volta a Belo Horizonte, Juarez estudou no Colégio Batista e, posteriormente, ingressou na UFMG, na Faculdade de Ciências Econômicas, onde se formou em 1962, nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública. Naquela época, alternava os estudos com as atividades políticas e a paixão pelo cinema.

Membro da Juventude Trabalhista do PTB de Minas Gerais, trabalhou principalmente com os sindicatos, assessorando e organizando cursos de História e Oratória. Como militante da Política Operária (Polop) participou de todas as lutas da época, como o apoio à greve dos mineiros de Nova Lima (MG) contra a Hanna Corporation e as atividades da Liga Camponesa de Três Marias (MG).

Casou-se em 1962 com Maria do Carmo Brito, que depois se tornaria dirigente nacional da VPR. Depois de formado, o eixo de sua vida passou a ser a atividade política. Em 1963, foi trabalhar em Goiás como assessor e professor da Universidade Federal e, em 1964, mudou-se para Recife, onde trabalhou na Sudene. Após o golpe de 1964, foi preso por cinco meses. Ao ser libertado, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador.

Divergindo da orientação da Polop, afastou-se por defender a luta armada como forma mais adequada à resistência ao golpe, passando a fazer parte do Colina, em julho de 1968. Participou da criação da VAR-Palmares, uma fusão entre remanescentes do Colina e da VPR, no Congresso de Mongaguá (SP), organizado em julho de 1969. Com a divisão do grupo ocorrida no Congresso de Teresópolis (RJ), em setembro do mesmo ano, tornou-se militante da VPR reorganizada. Juarez comandou a maior ação para a obtenção de recursos da guerrilha, organizada pela VAR-Palmares: a expropriação de 2,6 milhões de dólares do cofre da residência do irmão de Ana Capriglione, localizada em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1969. Ana era amante de Adhemar de Barros e depositária das propinas guardadas pelo ex-governador de São Paulo.

Em 18 de abril de 1970, Juarez havia marcado um encontro com um companheiro, em uma das esquinas da rua Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Na esquina das ruas General Tasso Fragoso e Jardim Botânico, o carro em que estava com a mulher Maria do Carmo foi fechado por um Volks grená. Segundo Maria do Carmo, Juarez dirigia o veículo enquanto ela manjava uma pequena pistola. Os ocupantes do Volks saíram do carro atirando contra os dois militantes. Ao perceber o cerco, Juarez tirou a arma da mão de Maria do Carmo e desferiu um tiro contra o ouvido direito, cumprindo um pacto acertado com ela de não serem presos vivos. Segundo a esposa, Juarez foi atingido também por outros projéteis desferidos pelos ocupantes do Volks, mas o tiro letal foi disparado por ele mesmo.

Foi enterrado em Belo Horizonte por sua família.

Na CEMDP, seu caso (116/04) somente foi apresentado após a ampliação da lei 9.140/95, que abrangeu os suicídios, sendo aprovado por unanimidade, em 7 de outubro de 2004, tendo como relator André Sabóia Martins.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Jardim Atlântico.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 116/04, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua viva: o desenho da utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

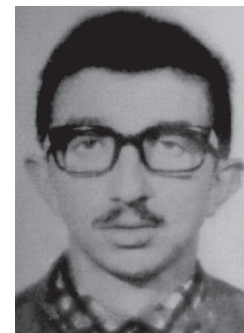
GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 52-57.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 148, 170.

Joelson Crispim

Nasceu em 16 de abril de 1946, filho de José Maria Crispim e de Encarnación Lopez Perez, na cidade do Rio de Janeiro. Morto em 22 de abril de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

O pai, ex-sargento do Exército e preso político durante o Estado Novo, integrou a bancada Constituinte do PCB, em 1946. Foi cassado em 1947, junto com toda a bancada do PCB, logo após o término da Constituinte. Sua mãe, Encarnación, militante da VPR, foi



presa e banida do país em 13 de janeiro de 1971, por ocasião do seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. A irmã de Joelson, Denise Peres Crispim, era companheira de Eduardo Collen Leite, o *Bacuri*, dirigente da Rede (Resistência Democrática) assassinado sob tortura em 8 de dezembro de 1970.

Desde criança, revelou algumas características que marcaram sua curta existência. Era calmo, dotado de fino senso de humor e, apesar de tímido, era alegre. Chamava a atenção por sua grande habilidade manual. Muito cedo Joelson começou a trabalhar como operário em fábricas e oficinas de rádios e aparelhos elétricos. Apesar das dificuldades, conseguiu cursar a Escola Técnica Urubatão, em São Paulo (SP).

Foi assassinado em uma emboscada montada por agentes do DOI-CODI/SP, chefiados pelo capitão Coutinho da PM. Após a abertura dos arquivos do DOPS/SP, em 1992, foi possível localizar um relatório da Casa de Saúde D. Pedro II, para onde Joelson teria sido levado, ferido, “[...] vindo a falecer antes de intervenção cirúrgica”. Segundo o relatório, ele deu entrada no hospital com cinco ferimentos perfurantes por projétil de arma de fogo.

Apesar de identificado, como mostram os documentos do DOPS, deu entrada no IML como desconhecido, com requisição marcada com T em vermelho, indicando tratar-se de “terrorista”, e identificado com o nome falso de *Roberto Paulo Wilda*, sendo registrado em cartório do Brás, bairro paulistano. Assinam o laudo Sérgio de Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que confirmaram a versão de morte por tiroteio.

Afirma o laudo que as balas seguiram uma trajetória de trás para frente, o que, segundo o relator, descaracteriza a existência de tiroteio. Nas buscas realizadas no cartório, não foi localizado o assento de óbito de Joelson Crispim e o tabelião negou-se a entregar a que estava em nome de Roberto Paulo Wilda, sob a alegação de haver embargo judicial.

Na CEMDP, o relator Nilmário Miranda concluiu seu voto afirmando sua convicção de que “[...] a identificação falsa de Joelson e seu sepultamento como indigente constituem as evidências maiores de que sua morte deu-se por execução sumária pelos agentes da repressão”.

Joelson foi enterrado como indigente, sob o nome falso de *Roberto Paulo Wilda*, no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Suas irmãs, Denise e Olga, solicitaram que a CEMDP localizasse e identificasse seus restos mortais, o que ainda não se concretizou em função das modificações procedidas na quadra de indigentes do cemitério e pela falta de registros exatos do local de sepultamento.

Na CEMDP, o caso (128/96) foi deferido por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 128/96, na CEMDP.



Ângelo Cardoso da Silva

Nasceu em 27 de outubro de 1943, em Santo Antônio da Patrulha (RS), filho de João Cardoso da Silva e Celanira Machado Cardoso. Morto em 23 de abril de 1970. Militante da organização Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G).

Era motorista de táxi. Iniciou seus estudos primários aos 24 anos, quando também passou a se interessar pelas questões políticas do país.

Morto quando se encontrava detido no Presídio Central de Porto Alegre (RS), conforme depoimento de Paulo de Tarso Carneiro, preso no mesmo local, colhido pela conselheira Suzana K. Lisboa. As autoridades da época afirmaram que Ângelo se suicidou em sua cela com um lençol. Sua necropsia, feita no IML/RS pelos médicos Izaías Ortiz Pinto e Carlos B. Koch, confirma a versão oficial da repressão de que o óbito se deu por enforcamento, no Presídio Central de Porto Alegre. Foi enterrado por sua família no Cemitério de Viamão (RS).

Em abril, a organização M3G, que havia se constituído em meados de 1969 e feito ações armadas no Rio Grande do Sul, foi vítima de uma seqüência de prisões, junto com outros agrupamentos estruturados no estado. Edmur Péricles Camargo, dirigente da organização

preso na ocasião, foi banido do país em troca da libertação do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, em janeiro de 1971, tornando-se desaparecido político posteriormente.

O boletim da Anistia Internacional de março de 1974 denuncia a morte de Ângelo como tendo ocorrido “em circunstâncias misteriosas”. O livro *Brasil: Nunca Mais*, organizado com base na pesquisa em documentos do Superior Tribunal Militar, também registrou sua morte.

O relator do caso (232/96) na CEMDP, general Oswaldo Gomes Pereira, apresentou voto pelo indeferimento do pedido, alegando falta de provas da motivação política de sua prisão. Nilmário Miranda pediu vistas e, em 27 de agosto de 1996, apresentou um parecer favorável comprovando sua participação política, sendo o caso aprovado por unanimidade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 232/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

Norberto Nehring

Nasceu em 20 de setembro de 1940, em São Paulo (SP). Era o filho mais velho de Walter Nehring e Nice Monteiro Carneiro Nehring. Morto em 24 de abril de 1970. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era economista e professor da Universidade de São Paulo. Maria Lygia Quartim de Moraes, sua esposa, escreveu uma pequena biografia a seu respeito:

Norberto ficou órfão de pai muito cedo, mal chegara aos 4 anos. Foi criado, assim como seus dois irmãos menores, pela mãe e pelos avós maternos. Durante toda sua primeira infância costumava permanecer por longas temporadas na praia do Guarujá, com os avós maternos, numa casa gostosa à beira-mar. Os avós paternos também moravam no Guarujá, donos de uma farmácia e de um belo chalé de madeira onde D. Ernestina cultivava orquídeas. Norberto desde cedo aprendeu a cuidar das orquídeas e até hoje muitas delas florescem na casa de sua filha. Permaneceu até o fim um apaixonado pelo mar e pela natureza.

Uma pessoa marcante na sua adolescência foi um vizinho, judeu-comunista e empresário, Simão, que lhe revelou as atrocidades nazistas e o despertou para a causa do socialismo. Norberto sempre foi interessado e aplicado. Estudou nas boas escolas públicas da época. Terminando o ginásio, optou por um curso técnico de química industrial no Mackenzie que lhe possibilitasse trabalhar enquanto seguiria os estudos universitários à noite.

Norberto foi meu primeiro namorado, aos 16 anos. Juntos começamos a participar da vida intelectual nos primeiros anos da década dos sessenta, com os festivais da MPB – com Caetano e Gil –, com as peças do Teatro de Arena, o João Sebastião Bar, sem se dizer da casa de meus pais onde, em torno de meu irmão mais velho, reuniam-se diversos tipos de rebeldes – da turma “beatnik” constituída por Jorge Mautner, Aguilar e Artur, ao poeta “maldito” Roberto Piva. Mais tarde, quando meu irmão ingressou no curso de Filosofia da USP, era ainda na casa de meus pais que se reunia, com outros tantos jovens intelectuais de esquerda da “Maria Antônia”, para ler O Capital. Foi a partir daí que desenvolvemos nosso projeto universitário na USP.

Em 1963 começa nossa vida adulta: Norberto já trabalhava, entramos ambos na USP (ele, Economia, e eu, Ciências Sociais) e nos casamos. Em janeiro de 1964 nasceu Marta, que Norberto queria que se chamasse Clio, em homenagem à musa da História, Kleió. Cléo Maria é o nome de nossa neta, nascida a 4 de maio de 1994.

Mas 1964 também trouxe tristezas: o golpe militar de 1º de abril. Fazíamos parte dos entusiastas das reformas de base, da modernização democrática. Éramos uma geração altamente politizada. Tínhamos ingressado no PCB assim que entramos na faculdade. Filiei-me primeiro, o que era fácil, na medida em que a esmagadora maioria dos meus colegas já pertenciam ao PCB. Na Faculdade de Economia (então localizada perto da Filosofia, na rua [Dr.] Vila Nova) as coisas eram bem mais complicadas: a esmagadora



maioria do corpo docente era de direita. Assim, os poucos alunos comunistas tentavam não ser detectados. Foi através do marido de uma colega minha, que por coincidência era colega de Norberto, que o contato com o PCB concretizou-se. Como todos os jovens de esquerda de nossa geração tínhamos a maior admiração pelo corajoso povo vietnamita e pelo seu mais popular herói: Ho Chi Min. A mesma admiração pela revolução cubana e por Che Guevara. “Criar um, dois, muitos Vietnãs”. Acreditávamos que nós tínhamos de travar nossa guerra pela libertação nacional.

Norberto militou no PCB até a ruptura do grupo Marighella – passou, então, a fazer parte do grupo que trabalhava diretamente com Joaquim Câmara Ferreira, “Toledo” ou “Velho”, na coordenação da ALN em São Paulo.

Durante esses anos, Norberto distinguiu-se como bom aluno na Economia, progredindo rapidamente em sua vida profissional: entre 1962 e 1965 trabalhou na Brasilit, primeiramente como químico industrial e depois como estatístico, de 1964 a 1968 na Pfizer Química Limitada, primeiro como estatístico e depois, ao ser aprovado num dos primeiros cursos sobre computação no país como programador para Computador IBM 1401. Especialmente dotado para matemática, Norberto se distinguiu na faculdade recebendo várias ofertas para ser instrutor. Em 1969 ganhou uma bolsa de estudos para a França, que não chegou a usufruir.

Uma vez formado na USP (o paraninfo de sua turma, em 1967, foi Caio Prado Júnior), começou imediatamente a trabalhar em planejamento econômico, no Grupo de Planejamento Integrado – GPI, um dos primeiros do gênero, formado por economistas e arquitetos competentes. Norberto trabalhava com Arruda Câmara, Sérgio Motta, Sérgio Ferro, entre outros. Instrutor da Cadeira de História Econômica, cuja catedrática era a professora Alice Canabrava, foi responsável pelo curso naquele ano, o que significou um esforço para quem nunca tinha antes dado aula. Também em 1968 Norberto passou a cursar a pós-graduação em Economia no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

Ao mesmo tempo, sua militância na ALN intensificava-se. Integrava o grupo da “casa de armas”, dado seus conhecimentos de química e a enorme confiança pessoal que nele depositava a coordenação da organização. A presença mais notória em nossa casa era de Joaquim Câmara Ferreira, uma espécie de “pai político”. Para os primos e primas mais jovens que freqüentavam nossa casa, “Toledo” era apresentado como um tio de Norberto. E quando, nos finais de semana, com “Toledo” e Marta, saíamos para levantamento de áreas pela cidade também usufruíamos desses passeios em família. Norberto passou a ser o elemento de ligação com um grupo da ALN (formado basicamente por ex-egressos do PCB) da cidade de Marília. A polícia chegou a nós pela chapa do seu Volks.

Na manhã do dia 7 de janeiro de 1969 uma cena insólita perturbou a tranquilidade da vila em que morávamos: nossa casa foi cercada por um grupo de policiais do DOPS, que levaram Norberto preso. Logo que foi solto, após mais de dez dias na carceragem do DOPS, Norberto “passou para a clandestinidade” sabendo que voltaria a ser preso e torturado como aconteceu com todos os acusados do mesmo caso.

Muitos dos acusados estavam sendo brutalmente torturados e houve uma tentativa de suicídio numa tarde em que fui visitá-lo. Além da equipe do DOPS, Norberto foi interrogado por um “polícia federal”, que já gozava de grande consideração entre os torturadores do DOPS, e que veio a se tornar muito conhecido no país: Romeu Tuma.

Em abril de 1969, Norberto saiu do país com destino a Cuba. Marta e eu fomos ao seu encontro alguns meses depois. Ele retornou ao Brasil em abril de 1970, depois de uma estada em Praga, desembarcando no aeroporto do Galeão. As circunstâncias exatas de sua morte nunca puderam ser estabelecidas.

A abertura recente dos arquivos do DOPS para os familiares dos mortos e desaparecidos permitiu que entrássemos de posse de um documento que revelava estar a repressão brasileira bastante bem informada sobre os “exércitos” de revolucionários brasileiros. O que me parece mais insensato no retorno de Norberto pelo Aeroporto do Galeão foi o fato de entrar no país com um passaporte argentino, sendo que não tinha condições de sustentar esta identidade por problemas de sotaque.

Ficamos sabendo da morte de Norberto na França, através de mensagem que recebi de Toledo, segundo a qual, no dia 24 de abril, um caixão teria saído da OBAN carregando Norberto, morto na tortura, nas mãos da equipe do delegado Fleury. Um dos documentos encontrados nos arquivos do DOPS/SP é uma nota à imprensa, assinada por Romeu Tuma, confirmando a versão oficial de suicídio. Seu comportamento na prisão sempre foi exemplar: nunca revelou qualquer fato ou nome que comprometesse ou prejudicasse terceiros. Acreditava no socialismo e deu sua vida por aquilo que considerava ser o caminho da libertação do povo brasileiro.

A versão oficial é de que se suicidou, enforcando-se com uma gravata no quarto que ocupava no hotel Pirajá, então conhecido bordel de policiais no centro de São Paulo. Não foram encontrados a perícia de local, o laudo necroscópico nem as fotos do corpo.

A versão de suicídio consta no inquérito feito pelo delegado Ary Casagrande, onde há um bilhete que Norberto fizera à família. Buscando esclarecer os fatos, seu sogro foi até o hotel e lá soube que ali ninguém se suicidara. O próprio inquérito contribui para desmentir a versão oficial. Na requisição de exame, consta que teria se afogado, e no laudo necroscópico ali citado, mas nunca localizado, consta a informação de que a morte se dera por asfixia.

Norberto foi enterrado com nome falso no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, mas a família foi comunicada apenas três meses depois. Após a exumação do corpo, realizaram seu reconhecimento por meio da arcada dentária, comprovando sua identidade. Seus restos mortais foram transferidos, então, para o jazigo da família.

Sua morte foi denunciada na Justiça Militar pelos presos políticos Diógenes Arruda Câmara e Paulo de Tarso Venceslau.

Na CEMDP, ao elaborar seu parecer, o relator Paulo Gustavo Gonet Branco afirmou que o bilhete tido como sendo de Norberto revela estado de aflição por pressentir a captura, demonstra a consciência do risco que corria e não uma vontade suicida. Buscando ganhar tempo e demonstrando certeza do que lhe ocorria, informava à família que, após chegar, provavelmente, em 18 de abril, viajara para Niterói (RJ), Campos (RJ), Vitória (ES), Belo Horizonte (MG), terminando em São Paulo.

O relator ressaltou que, apesar de não haver provas irrefutáveis da morte sob a custódia do Estado, os indícios eram suficientes para a aprovação do caso, o que ocorreu por unanimidade em 23 de abril de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 176/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

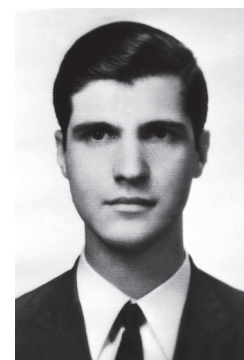
Roberto Macarini

Nasceu em 15 de julho de 1950, em São Paulo (SP), filho de Dolorato Antônio Macarini e Hermínia Juliano Macarini. Morto em 28 de abril de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Roberto trabalhava como bancário e estudava quando foi preso em 27 de abril de 1970, um dia antes de sua morte. Profundamente debilitado em consequência das torturas, no dia seguinte fez com que seus carrascos o levassem a um suposto encontro com companheiros. Chegando ao Viaduto do Chá, atirou-se de cima do mesmo, segundo a versão oficial.

Um relatório produzido pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, em fevereiro de 1973, uma articulação dos presos políticos de São Paulo, denunciou a morte de diversos presos à CNBB. O documento foi apreendido pelo DOPS em poder de Ronaldo Mouth Queiroz, quando de sua prisão e morte. De acordo com a denúncia:

Roberto foi preso pelo 1º DOI/SP [sic], e torturado pela equipe C, dirigida pelo capitão do Exército Homero César Machado e os seguintes algozes: escrivão de polícia Gaeta (agora alcunhado Mangabeira), funcionário do Departamento de Polícia Federal de alcunha Alemão, tenente da Aeronáutica que participou do IPM da Frente Universitária-



ria dos Estudantes do Calabouço (GB), de nome Alberto; o atual carcereiro de alcunha Lungaretti, de nome Maurício e pertencente ao DPE, naquela época residente na Guanabara [...]. Foi retirado do DOI pela equipe do capitão-PM Coutinho, capitão do Exército Benoni de Arruda Albernaz, capitão-PM Tomás, investigador do DEIC Paulo Rosa, tenente do CENIMAR de alcunha Marinheiro, cabo-PM de alcunha DKW, um delegado de polícia que anteriormente havia servido em São Carlos (SP) de alcunha Dr. Raul e outros. Macarini, em seguida foi levado ao Viaduto do Chá, no vale do Anhangabau, e de lá foi lançado pelos torturadores [...].

Na carta escrita pelos presos políticos do Presídio do Barro Branco, localizado na capital paulista, encaminhada ao presidente da OAB, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 25 de outubro de 1975, constam também alguns nomes dos policiais que torturaram Roberto Macarini.

A requisição do laudo de necropsia foi feita pelo delegado Michel Miguel e está assinada com um T de “terrorista”. Os médicos legistas Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Queiroz Rocha o assinaram e atestaram como *causa mortis* “choque traumático, lesões traumáticas crânio encefálicas”.

Foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa por seus familiares.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, confirma a versão oficial, agregando que o fato não fora noticiado para não prejudicar as operações de desmantelamento da VPR, que estavam em curso.

A relatora do caso (324/96) na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, pediu a aprovação alegando que fora confirmada a prisão e a tortura e o mesmo foi aprovado por unanimidade, em 27 de agosto de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.
Caso 324/96, na CEMDP.



Olavo Hansen

Nasceu em 14 de dezembro de 1937, em São Paulo, capital, filho de Harald Hansen e Borborema Hansen. Morto em 9 de maio de 1970. Dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT).

Olavo fez o primário em Guarulhos (SP) e continuou os estudos no Ginásio Dona Leonor Mendes de Barros, em São Bernardo do Campo (SP), onde residia com seus familiares. Em 1954, sua família mudou-se para Mauá (SP) e Olavo fez o científico (atual ensino médio) no Colégio Américo Brasiliense, em Santo André (SP). Ingressou na Escola Politécnica da USP, onde frequentou até o 2º ano do curso de Engenharia de Minas. Muito estudioso, nunca deixou de trabalhar para custear seus estudos. Foi *office-boy* em várias empresas, trabalhou em bancas de jornal e montou a primeira escola de datilografia de Mauá.

Associou-se ao Grêmio Politécnico, vindo a participar do movimento estudantil, e ingressou no PORT no fim de 1961, por meio de Tullo Vigevani. Foi membro da União Nacional dos Estudantes, em São Paulo, participando das principais campanhas da entidade. Pouco depois, o partido decidiu pela “proletarização”, quando foi trabalhar na Massari S.A., uma fábrica de carrocerias no bairro de Vila Maria, em São Paulo. Olavo, que usava o codinome de *Alfredo*, e também apelidado de *Totó*, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e deu início à sua militância no movimento operário.

Abandonou o curso para dedicar-se integralmente ao trabalho sindical e político. O Sindicato dos Metalúrgicos estava sob intervenção do governo e Olavo tornou-se membro ativo da oposição sindical. Por diversas vezes foi preso, mas permaneceu na militância política.

Em seu prontuário, encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP, lê-se:

– preso em 7 de março de 1963 por distribuir panfletos sobre Cuba; – em 1º de novembro de 1964 participou de assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos, ocasião em que formulou apelo para se lutar pelas liberdades democráticas e sindicais; – preso no dia 7 de novembro de 1964 por suas atividades nas recentes assembléias do Sindicato dos Metalúr-

gicos; – solto através de um habeas corpus em 30 de março de 1965; – [...] consta em uma relação fornecida pelo II Exército de indivíduos que deverão ficar em observação especial durante os dias 26 a 29 de janeiro de 1968, sendo considerado perigoso; – em 14 de outubro de 1969 teve sua prisão preventiva decretada; – preso e colocado à disposição da Delegacia de Ordem Social em 2 de maio de 1970 [sic] por estar distribuindo panfletos subversivos na praça de esportes do Sindicato dos Têxteis, no dia anterior.

Sua prisão e morte foram relatadas em um longo depoimento escrito por Dulce Querino de Carvalho Muniz, atriz e diretora de teatro presa com Olavo.

Preso pelo DEOPS/SP no dia 1º de maio de 1970, com mais 18 pessoas, na praça de esportes da vila Maria Zélia, durante comemoração operária pela passagem do Dia Internacional do Trabalho, foi imediatamente levado para a Oban, onde foi torturado.

Em 4 de maio, Olavo foi transferido para o DOPS/SP, onde ficou detido na cela nº 2.

Em 5 de maio, foi retirado da cela e conduzido à sala de torturas, onde permaneceu por mais de seis horas. Na volta, os companheiros de cela de Olavo ouviram dele o relato das torturas sofridas: obrigado a despir-se, sofreu queimaduras com cigarros e charutos, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos, pau-de-arara, afogamentos e choques elétricos, agora aplicados por um aparelho mais sofisticado e conhecido como pianola Boilesen (este instrumento leva o nome de seu criador, o então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, fundador e financiador da Operação Bandeirante, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. Ele foi executado por militantes da ALN e MRT em 15 de abril de 1971).

Os presos políticos exigiram que fosse chamado um médico para prestar assistência a Olavo, o que só foi realizado em 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, Olavo apresentava sinais evidentes de complicações renais, anúria e edema das pernas. O médico que o assistiu, dr. José Geraldo Ciscato, lotado no DEOPS/SP na época, recomendou somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. O estado de Olavo agravava-se dia a dia. Seus companheiros de cela promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva, tudo em vão.

Somente em 8 de maio, quando Olavo já se encontrava em estado de coma, o dr. Ciscato voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido para um hospital, deixando claro que ele não tinha a mínima chance de sobrevivência. Foi levado às pressas para o Hospital do Exército no bairro do Cambuci. Em 13 de maio, a família de Olavo foi informada de que ele se suicidara no dia 9.

Na denúncia dos presos políticos do Presídio do Barro Branco de São Paulo (SP) encaminhada ao presidente da OAB, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 25 de outubro de 1975, consta o nome do delegado Josecyr Cuoco como o principal responsável pelas torturas que Olavo sofreu.

No atestado de óbito fornecido pelo IML, a *causa mortis* apresentada foi intoxicação pelo inseticida Paration, constando também escoriações disseminadas pelo corpo, equimoses e a descrição de oito ferimentos. O delegado Alcides Cintra Bueno Filho assinou a solicitação de exame necroscópico, e o laudo foi firmado pelos legistas Geraldo Rebelo e Paulo Augusto Queiroz Rocha. O laudo necroscópico descreve sete escoriações nas pernas, braços e região escrotal, equimose na região precordial e hematoma no couro cabeludo na região fronto-parieto-temporal direita.

A tentativa de dissimular o assassinato sob tortura foi denunciada. Em 13 de maio, representantes das federações dos bancários e dos químicos e de 21 sindicatos reuniram-se para redigir um telegrama em que pediam providências rigorosas para o esclarecimento dos fatos, endereçando-o ao presidente da República, a parlamentares, à imprensa e a autoridades locais e internacionais. Uma grande campanha foi empreendida denunciando sua morte. Parlamentares do MDB, dirigentes sindicais, ativistas de direitos humanos, entidades estudantis, Igreja, órgãos de imprensa, reagiram denunciando o assassinato do líder sindical.

Diante dessas denúncias, o governo viu-se na contingência de abrir um IPM para apurar as possíveis irregularidades, inquérito que foi encerrado dois meses depois, com o seguinte parecer: “*Olavo Hansen praticara o suicídio com Paration, que conseguira manter escondido em suas vestes após a prisão*”. Assim, o juiz-auditor Nelson Machado da Silva Guimarães pediu o seu arquivamento.

A falta de compromisso com a apuração dos fatos fica evidente quando se constata que nenhum dos companheiros de cela de Olavo (de onde ele foi retirado em estado de coma e desenganado pelo dr. Ciscato) foram arrolados como testemunhas, apesar de ainda se encontrarem presos e, portanto, à disposição das autoridades.

Em denúncia pública, todos os que se encontravam presos no DOPS e que testemunharam as torturas de Olavo acusaram os responsáveis pelo seu assassinato: os delegados Ernesto Milton Dias e Josecyr Cuoco e suas respectivas equipes, sob o comando do investigador Sálvio Fernandes do Monte, com a colaboração do médico José Geraldo Ciscato.

Assinaram a denúncia os seguintes presos políticos: Vítório Chinaglia, Rafael Martinelli, Patrocínio Henrique dos Santos, Maurice Politi, Dulce Muniz, Gilberto Beloque, Sônia Hipólito, Tarcísio Sigrusti, Marco Antônio Moro, Bety Chachamovith, Carlos Russo Jr., Waldemar Tebaldi Filho, José Cláudio Barighelli, Norma Freire, Humberto Velame, Fernando Casadei Salles, João Manoel de Souza, Maria do Carmo Brito e outros. Além disso, Diógenes de Arruda Câmara denunciou seu assassinato em Auditoria da Justiça Militar.

Seu corpo foi entregue à família em caixão lacrado, onde se via apenas o rosto por meio de um visor e, embora fossem dezenas as testemunhas de sua prisão, tortura e assassinato, até hoje sua morte permanece sem esclarecimento.

Somente com a abertura de alguns arquivos em 1990 se pôde constatar pela requisição de necropsia ao IML e pelo laudo que seu corpo fora encontrado no Hospital Central do Exército, e não no Museu do Ipiranga, conforme a versão colocada no laudo e na nota oficial dos órgãos de segurança.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, em versão que contraria o próprio laudo do IML, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, informa:

falecido em São Paulo, no Hospital Militar, em 08 de maio de 1970, de morte natural, segundo comprovado através de inquérito, cujo relatório, bem como o despacho de arquivamento do Juiz Auditor, foram publicados no “Correio da Manhã” de 20 de novembro 1970.

Em 18 de maio, o famoso advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto apresentou denúncia da morte de Olavo Hansen ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, então presidente do CDDPH. No dia 21, o deputado federal do MDB, Franco Montoro, denunciou a morte de Olavo como uma violação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Constituição Brasileira (“Morte de Olavo Hansen. Sessão de 21 de maio de 1970”, *Folha Bancária*, 317, maio 1970.). O líder do MDB na Câmara Federal, Humberto Lucena, leu em plenário, no dia 22, telegrama das entidades sindicais denunciando o assassinato. Até o líder da Arena, Cantídio Sampaio, afirmou: “*Faço coro aos protestos destes trabalhadores*” (*Diário Oficial da União*, 22 maio 1970).

O deputado do MDB Oscar Pedroso Horta fez um discurso na Câmara Federal intitulado “*A morte de Olavo Hansen*”, na sessão de 31 de julho de 1970, questionando as versões divulgadas e solicitando providências do CDDPH:

O moço de trinta anos dirigiu-se a uma festa esportiva e não carregava consigo venenos que lhe permitissem o suicídio. Foi detido no estádio. Dezenas de pessoas testemunharam a sua detenção. Foi, naturalmente, revistado, como todos os presos o são. No próprio dia da sua prisão foi retirado do xadrez e levado para uma das salas, presume-se que do DOPS. De lá voltou dizem as testemunhas: inconsciente e vomitando sangue. Devolvido ao xadrez, ali ficou caído durante dias. O carcereiro, assustado, o fez remover para o Hospital Central do Exército onde faleceu.

Como poderia Olavo Hansen ter ingerido esse veneno? Pela boca? Não o foi. A autópsia revela a traquéia limpa, o esôfago limpo, o estômago limpo. Como o fez? Neste caso somos forçados a imaginar. Só pode o veneno lhe ter sido ministrado através de uma injeção, porque o inseticida, alcançado o sangue, localiza-se nos rins e provoca, como se lê no laudo do corpo de delito, pielonefrite aguda. Sem tratamento, morreu.

Segundo o depoimento de Dulce Muniz, 13 sindicatos organizaram no dia 1º de maio uma festa na praça de esportes da vila Maria Zélia, com a participação de familiares, em uma tentativa de reorganizar os trabalhadores. Olavo, experiente e atento, percebeu logo que estava se formando um cerco à volta dos sindicalistas e imediatamente começou a orientar para que deixassem o local em segurança e sem levantar suspeitas. As crianças que brincavam na festa tentaram sair e chegar até o fundo do estádio, mas lá havia um cerco policial.

O grupo de presos foi levado para o Batalhão Tobias Aguiar e depois para a Oban. Dulce tinha 22 anos e estava com o marido, Hélio, e mais 15 jovens. O mais velho era Olavo, com 30 anos, que tentava acalmar a todos. Já no DOPS, quando em uma tarde Dulce desceu do interrogatório, Olavo quis falar com ela. Ele estava sentado no meio da cela e os companheiros tiveram que carregá-lo pelos dois braços para chegar até a janelinha da porta. Olavo perguntou se ela estava bem, porque havia a possibilidade dela e o marido serem libertados. Foi a última vez que o viu. Nessa mesma noite ele foi levado em coma para o Hospital.

No CDDPH, o caso de Olavo Hansen foi arquivado. A OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, adotou resolução para incluir o caso de sua morte no Relatório Anual, considerado uma grave violação dos direitos humanos e a recusa do governo brasileiro em adotar as medidas recomendadas de punir os responsáveis e promover a reparação à sua família. Em 8 de janeiro de 1974, essa decisão foi transmitida ao governo brasileiro.

O relator do caso 082/96 na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, destacou que o caso protocolado incorpora dramático depoimento da militante do PORT, Dulce Muniz, companheira de prisão e concluiu que

[...] é inaceitável a versão de suicídio e encontro do cadáver em via pública, devendo ser reconhecido, por esta Comissão, o falecimento de Olavo Hansen em 09/05/1970, por causa não natural, em dependência hospitalar militar, para onde foi levado em estado de coma, no dia anterior, estando preso, sem interrupção desde o dia 01/05/1970.

O caso foi aprovado por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 082/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 311-313, 395-396.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas.* 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 132, 226.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

Assassinato de casal e ocultação de cadáveres

Alceri Maria Gomes da Silva

Nascida a 25 de maio de 1943, em Cachoeira do Sul (RS), filha de Oscar da Silva e Odi-la Gomes da Silva. Morta em 17 de maio de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Sua família mudou-se para Canoas (RS), onde fez seus estudos até o segundo grau (atual ensino médio) e trabalhou no escritório da fábrica Michelletto, iniciando sua participação no movimento operário como sócia do Sindicato dos Metalúrgicos. Em seguida, por meio de um advogado do Sindicato, entrou em contato com a VPR.

Ela era uma moça baixinha, magra, muito alegre, entusiasmada pela luta. Em setembro de 1969 esteve em Cachoeira do Sul (RS), despedindo-se de sua família, quando disse à sua irmã Clélia que ia para São Paulo para se engajar na luta contra a ditadura.

Foi assassinada junto com Antônio dos Três Reis Oliveira, em São Paulo, em 17 de maio de 1970, quando sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança. Seus pais foram



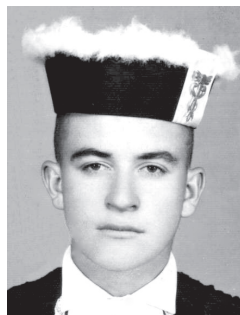
informados de sua morte pelo detetive da Delegacia de Polícia de Canoas apelidado *Dois Dedos*. Era conhecido em Canoas pela sua ferocidade e avisou à família que nada fizesse porque, caso contrário, seriam todos mortos. Não deu nenhum detalhe da morte. A família soube apenas isso. Não recebeu atestado de óbito, nem foi informada do local de sua sepultura, embora sua irmã Clélia a tenha procurado em delegacias, no IML e na funerária de São Paulo.

A família desestruturou-se com sua morte. O pai, desgostoso, morreu menos de um ano depois, e uma de suas irmãs, Valmira, militante também, não suportou a saudade e a culpa que passou a sentir por ter permitido a saída da irmã de sua casa e suicidou-se.

Alceri e Antônio foram sepultados no Cemitério da Vila Formosa e os seus restos mortais nunca foram resgatados, apesar dos esforços da Comissão de Investigação das Ossadas de Perus (261/90), criada pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, para acompanhar a identificação das 1.049 ossadas encontradas na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP), em setembro de 1990.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, informa que Alceri “[...] foi ferida e, posteriormente, veio a falecer no dia 17 de maio de 1970”.

A requisição de exame ao IML/SP, solicitada pelo DOPS/SP em 17 de maio de 1970, indica a morte em decorrência de tiroteio com a polícia. Uma das cópias apresenta carimbo do DOPS. Segundo o laudo de exame necroscópico do IML/SP, de 25 de maio de 1970, realizado por João Pagenoto e Paulo Augusto Queiroz Rocha, Alceri foi morta com quatro tiros.



Antônio dos Três Reis de Oliveira

Nasceu em 19 de novembro de 1948, na cidade de Tiros (MG), filho de Ageu de Oliveira e Gláucia Maria Abadia de Oliveira. Desaparecido em 17 de maio de 1970. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Em Apucarana (PR), estudou no Colégio Nilo Cairo e, em 1966, participou do grêmio da escola. Em 1968, ingressou no curso de Ciências Econômicas na Faculdade de Apucarana e foi membro da União Paranaense de Estudantes, sendo seu orador. Tornou-se delegado do Paraná junto à UNE. Era membro da Associação dos Serventuários da Justiça. Produziu programas para a rádio local, com José Idésio Brianezi, assassinado em 13 de abril de 1970. Militou na Dissidência do PCB e, em 1969, ingressou na ALN com Brianezi.

Foi indiciado no Processo 15/68 por sua participação no XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna (SP). Dessa forma, passou a viver na clandestinidade, indo residir em São Paulo (SP). Excluído do inquérito policial 9/72, em decorrência de sua morte, que nunca foi assumida oficialmente.

Segundo o jornal *Folha de Londrina*, de 23 de julho de 1991:

Em [julho de] 1973, quatro anos depois de encontrá-lo pela última vez, em Curitiba, Maria do Socorro [sua irmã] trabalhava na redação do Diário do Paraná, quando um despacho da United Press International (UPI), procedente de Washington, relacionava os nomes de 9 pessoas mortas pela ditadura brasileira, numa denúncia da Igreja Católica [segundo o livro Desaparecidos Políticos, são 19 nomes citados].

O nome do irmão constava na lista e, a partir daí, Maria do Socorro e seus familiares lutaram para buscar informações que confirmassem oficialmente a morte do estudante e recuperar seu corpo. A Polícia Federal do Paraná negou qualquer informação até que, em 76, foi divulgada nova lista de mortos pela repressão que relacionava Três Reis. Porém, mesmo com a ajuda de entidades que trabalhavam em busca de identificar os desaparecidos, não tiveram sucesso.

De posse do documento, procurou a delegacia da Polícia Federal do Paraná, para saber sobre a procedência da informação. O general Alcindo Gonçalves e seu assessor disseram-lhe que nada havia contra Antônio naquela repartição, somente encontraram registros sobre sua

prisão em Ibiúna. A família chegou a publicar um anúncio com sua foto, procurando-o, em dois jornais de circulação nacional, o *Jornal do Brasil* e o *Última Hora*. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, de 5 de abril de 1978, divulgaram uma relação de nomes assinada pelo Comitê Brasileiro de Anistia em que Antônio figurava como desaparecido. Em 18 de abril de 1978, Dia Nacional de Protesto organizado pelos estudantes do Rio de Janeiro, nova indicação de sua morte foi divulgada. Pouco depois, a pedido da família, o bispo da Diocese de Apucarana celebrou uma missa na catedral, em memória de Antônio, quando compareceram cerca de 200 pessoas.

Nos arquivos do DOPS/SP foi encontrado um documento intitulado “*Aos Bispos do Brasil*”, de fevereiro de 1973, assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, em que Antônio dos Três Reis de Oliveira é citado na lista dos “*casos de combatentes sumariamente executados*” (documento 30-Z-160-11691).

Seu laudo necroscópico, encontrado nos arquivos do IML/SP em 1990, refere-se a um único tiro no olho direito e foi assinado pelos médicos legistas João Pagenoto e Abeylard Queiroz Orsini. De acordo com a documentação encontrada nos arquivos do IML/SP, o delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho determinou que seu corpo somente fosse enterrado após autorização do órgão.

Apenas com a abertura dos arquivos do DOPS/PR, em 1991, foi possível encontrar dados sobre a morte e o local onde Antônio dos Três Reis foi enterrado. Seu nome foi encontrado em uma gaveta com a identificação “*falecidos*”, onde constava que fora enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, na capital paulista, em 21 de maio de 1970.

Em 10 de dezembro de 1991, com a presença de seus familiares, a equipe de técnicos da Unicamp, a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos tentaram a exumação de seus restos mortais, que não foram encontrados. Constatou-se que a quadra onde Antônio deveria estar enterrado e pelo menos mais outros dois presos políticos (Alceri Maria Gomes da Silva, assassinada na mesma ocasião, e Antônio Raymundo Lucena, assassinado em Atibaia (SP), em 20 de fevereiro de 1970), sofreu profundas alterações. Segundo os coveiros daquele cemitério, em 1976 houve exumações no momento da alteração da quadra e as ossadas foram jogadas em algum lugar do cemitério não informado.

No relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, consta que “[...] *faleceu em 17 de maio de 1970, em Taubaté, [sic] SP, quando uma equipe de segurança procurava averiguar a existência de um provável aparelho, o que resultou na sua morte*”. Assim mesmo continuaram a omitir a informação sobre o seu paradeiro à sociedade e aos seus familiares.

Na CEMDP, o caso (060/96) de Alceri teve como relator Paulo Gustavo Gonet Branco, o qual votou pelo deferimento por considerá-lo idêntico ao de Antônio dos Três Reis de Oliveira, que já integrava a lista dos desaparecidos políticos constante do anexo I, da lei 9.140/95, cuja responsabilidade do Estado pela morte foi aceita automaticamente. O caso de Alceri foi aprovado em 18 de março de 1996 por 5 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e de João Grandino Rodas.

Marco Antônio Dias Baptista

Nasceu a 7 de agosto de 1954, em Sorocaba (SP), filho de Waldomiro Dias Batista e Maria de Campos Batista. Desaparecido em maio de 1970. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Estudante secundarista, cursava o 1º ano do científico (atual ensino médio) no Colégio Estadual de Goiânia. Trabalhava como extranumerário-mensalista na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, à tarde. Pela manhã, dava aulas particulares de inglês e português para ajudar a família.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 060/96, de Alceri Maria Gomes da Silva, e 068/96, de Antônio dos Três Reis de Oliveira, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.



Iniciou sua militância política em uma passeata de protesto em Goiânia (GO) contra o assassinato do estudante Edson Luiz Lima Souto, em março de 1968. Participou do Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas em 1968, em Salvador, sendo um de seus dirigentes. Após a assinatura do AI-5, em dezembro do mesmo ano, Marco liderou uma corrente secundarista da Frente Revolucionária Estudantil, organização clandestina de Goiânia. Depois, ingressou na VAR-Palmares. Segundo depoimento de seu companheiro, Allan Kardec Pimentel, publicado no livro *Desaparecidos Políticos*, passou a viver na clandestinidade em 1969, e transferiu-se para Brasília (DF) em novembro daquele ano. Integrou o setor camponês da VAR-Palmares juntamente com Mariano Joaquim da Silva, líder camponês oriundo das Ligas Camponesas, desaparecido em 1971.

Não há uma data precisa de seu desaparecimento. Foi visto pela última vez por Allan Kardec entre março e abril de 1970, em viagem no interior de Goiás (atualmente Tocantins), em Porto Nacional. De acordo com seu depoimento:

[...] *Nos primeiros meses de 1970, a maioria dos militantes da VAR-Palmares, em Goiás, caiu nas mãos da repressão. Eu fui preso quando voltava do Rio de Janeiro, pois não consegui sair do país. [...] Todo o pessoal de Goiás foi preso, mas o Marcos não apareceu. E não tivemos mais notícias dele.*

A revista *Principal*, de outubro de 1995, após entrevistar seu irmão Waldomiro, revelou: *Enfim, em maio, uma notícia. Marco chegara à cidade, escondido em um caminhão, dormira na casa de um tio e saíra pela manhã, dizendo que ia tentar ver a mãe. A boa notícia logo se transforma em apreensão, depois em desespero: Marco nunca mais apareceu. Em 1978, o médico Laerte Chediack contaria à mãe de Marco: "Ele foi preso mesmo. O levaram para o quartel e de lá ele sumiu". O médico e o irmão delegado, Ibrahim, prestavam serviços à polícia local, chefiada pelo capitão Marcos Fleury.*

Em setembro de 2005, a Justiça Federal de Goiás deu o prazo de 90 dias para que a União entregasse os restos mortais de Marco Antônio à sua mãe, autora de uma ação judicial vitoriosa e, em audiência reservada, explicasse as circunstâncias que envolveram a prisão e morte do adolescente.

Em 15 de fevereiro de 2006, por determinação do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, o então ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, realizou audiência com a família de Marco Antônio. Maria de Campos Baptista, mãe de Marco Antônio, foi a Brasília para pedir ao ministro firmeza nas investigações para encontrar os restos mortais de seu filho. Ela saiu da audiência esperançosa, mas ao voltar para a casa após a audiência, D. Maria sofreu acidente rodoviário na BR-060, vindo a falecer.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, informa que "[...] *era líder secundarista goiano, preso e desaparecido em 1970*".

Seu nome consta do anexo I da lei 9.140/95. Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu seu nome a uma rua.

Antônio Bem Cardoso

Nasceu em Jati (CE), em 21 de setembro de 1938, filho de Antônio Figueira Cardoso e Otavina Bem Cardoso. Morto em 1º de junho de 1970. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi assassinado a tiros na cidade de Jati. Segundo relato feito por sua mulher, Iulene:

Ao amanhecer Antônio abriu a porta do quintal para ir escovar os dentes, como era de costume e foi recebido a bala pelos policiais federais. A casa estava toda cercada de policiais disfarçados. Eu levantei com os tiros e [vi] o corredor da casa cheio de sangue e perguntei: O que é isso Antônio? Ele respondeu: Atiraram em mim. Avistei ele no chão sangrando e se encontrava ainda com vida. Fiquei muito nervosa,

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 06/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos.* Rio de Janeiro: Opção, 1979.

chorando, querendo colocar ele no meu colo e pedindo socorro. Os policiais disfarçados de macacões de trabalho começaram a metralhar a casa e invadiram gritando que ele se entregasse. Mandaram que eu soltasse ele e ao mesmo tempo rasgaram minha roupa e puseram armas sobre mim e mandaram que pegasse as crianças senão matariam todos. Ele não se encontrava com armas em punho no momento, pois sua arma estava no quarto em cima de uma mesinha. Os policiais gritaram: “Não encosta ninguém que é a Polícia Federal”. Reviraram a casa toda, rasgaram o colchão da cama atrás de dinheiro e não encontraram. Algumas horas depois me levaram para a cidade de Brejo Santo para depor [...].

Matéria do jornal *O Povo*, anexada ao processo, sem data, mas provavelmente da época, informou o ocorrido com a manchete “Assaltante morto em Jati”. Em 3 de julho de 2004, o mesmo jornal *O Povo* publicou a história de Antônio, como um dos 15 cearenses mortos ou desaparecidos durante a ditadura.

O atestado de óbito, lavrado no Cartório de Brejo Santo (CE), em vez de informar a *causa mortis*, contém a expressão: “violenta”.

Na CEMDP, diversas tentativas foram feitas por Suzana Keniger Lisbôa para localizar o inquérito, laudo ou perícia de local junto à DP de Jati e de Brejo Santo sem resultado. Apenas duas fotos do corpo, cuja procedência não é informada, integram o caso.

Como comprovação da militância política, foi anexado depoimento de José Calistrato Cardoso Filho, preso político na década de 1970 e então militante da ALN, que convivera com Antônio em atividades da organização sob a coordenação de Arnaldo Cardoso Rocha, dirigente morto em 15 de março de 1973, em São Paulo. Declarou ainda que Antônio vinha sendo vigiado, tendo sido morto por agentes federais e militares comandados pelo delegado João Lucena Leal.

Seu nome não constava das listas de mortos e desaparecidos políticos. Sua história tornou-se pública depois do requerimento (369/97) apresentado pela viúva, protocolado após o prazo estipulado pela lei 9.140/95. Reapresentado em 2002, o caso (075/02) foi deferido por unanimidade, em 2 de agosto de 2005, tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa.

Documentos consultados:

Casos 369/96 e 075/02, na CEMDP.

Ari da Rocha Miranda

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Morto, acidentalmente, em 11 de junho de 1970, em São Paulo, quando a arma de um de seus companheiros disparou, atingindo-o mortalmente.

No arquivo do DOPS/SP, há um documento afirmando que Hiroaki Torigoe teria auxiliado Eduardo Leite a conduzir o ferido Ari da Rocha Miranda para o seu “aparelho”.

Não foi encaminhado requerimento à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Silvano Soares dos Santos

Nasceu em 15 de agosto de 1929, em Três Passos (RS), filho de Antônio Vieira dos Santos e Malvina Soares dos Santos. Morto em 25 de junho de 1970.

Era agricultor, casado com Constância dos Santos.

Participou da guerrilha deflagrada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) na cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, comandada pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, em março de 1965, que resultou na sua prisão.

Segundo denúncia de seu irmão, Alberi Vieira dos Santos, que também foi assassinado em 1979, Silvano foi preso no Batalhão de Fronteiras, vindo a morrer 15 dias depois, vitima-



Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Caso 297/96 na CEMDP.



*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Eivaldo Palha Freire estava grafado erroneamente como Eraldo Palha Freire.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 329/96, na CEMDP.

do por um derrame. Anos mais tarde, soube-se que Alberi era agente da repressão, sendo o responsável por levar Onofre Pinto e mais cinco companheiros para a emboscada preparada em Medianeira (PR), em julho de 1974. Todos se tornaram desaparecidos políticos.

Em requerimento anexado por sua esposa, esta afirma que Silvano “[...] *perdeu a memória em razão das torturas sofridas no 1º Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, Paraná, em 1965*”. No atestado de óbito, a causa da morte apresentada foi “caquexia” e deu-se em 25 de junho de 1970, em casa, na cidade de Humaitá (RS).

Na CEMDP, seu caso (297/96) teve como relator o general Oswaldo Pereira Gomes e um pedido de vistas de Nilmário Miranda. Foi indeferido por unanimidade por não ter sido comprovado onexo causal entre a prisão e a morte, em 10 de abril de 1997.

Eivaldo Palha Freire*

Nasceu em 15 de maio de 1946, em Belém (PA), filho de Almerindo de Campos Freire e Walkyria Silvete de Palha Freire. Morto em 4 de julho de 1970. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Trabalhava na Caixa de Registro da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Foi baleado e preso no dia 1º de julho de 1970, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, pelas tropas da Aeronáutica, quando tentava seqüestrar um avião de passageiros da empresa Cruzeiro do Sul com o objetivo de libertar presos políticos. Neste episódio foram presos também Colombo Vieira de Souza Júnior, Fernando Palha Freire e Jessie Jane Vieira de Sousa.

Eivaldo morreu no Hospital da Aeronáutica e foi sepultado pela família no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro (RJ). Os três presos sobreviventes da ação foram acusados pela morte de Eivaldo, e, no decorrer do julgamento, a Promotoria aceitou a versão de que Eivaldo havia se suicidado.

Na CEMDP, a relatora Suzana Keniger Lisbôa destacou as diferentes versões contidas nos jornais e documentos oficiais: ora Eivaldo fora morto por Colombo, ora suicidara-se, tendo morte imediata no avião, ora fora socorrido, morrendo posteriormente.

O exame de corpo de delito realizado um dia antes da morte no Hospital da Aeronáutica, no Galeão, quando Eivaldo já se encontrava em coma, firmado por Fausto José dos Santos Soares e Paulo Erital Jardim, confirma que fora baleado. A necropsia firmada por José Alves de Assunção Menezes e Ivan Nogueira Bastos descreveu algumas escoriações no seu corpo, como na frente e no nariz, além de incisões cirúrgicas nas regiões temporais e traqueostomia.

Em declaração de 5 de julho de 1996, apresentada à CEMDP, Jessie Jane Vieira de Sousa afirmou:

Foi ali, no DOI-CODI, que em um determinado momento, que por motivos óbvios não sou capaz de precisar, levaram-me até um lugar, que na ocasião me pareceu ser uma enfermaria, onde fui acareada com Eivaldo. Os torturadores acreditavam que ele, Eivaldo, fosse meu companheiro. Eivaldo estava sendo interrogado e a minha presença visava torná-lo mais vulnerável. Não nos falamos. Ele estava ferido, parecendo-me inconsciente. Permaneci naquele local por poucos minutos. Voltei à sala de tortura e dias depois fui comunicada, pelos torturadores, que Eivaldo havia se matado dentro do avião.

Jessie Jane descreveu, ainda, a prisão e as torturas comandadas pessoalmente pelo brigadeiro João Paulo Burnier e pelo coronel Corrêa, comandante da Polícia da Aeronáutica. Ao finalizar seu depoimento, declarou: “*Eivaldo foi ferido no ato de prisão, levado para o CISA e depois para o DOI-CODI e, ali, terminou morrendo sob tortura ou sem assistência médica devida*”.

Na CEMDP seu caso (329/96) foi aprovado por 5 votos a favor e 2 contra, os de João Grandino Rodas e Oswaldo Pereira Gomes, em 5 de maio de 1998.

Lucimar Brandão Guimarães

Nasceu em 8 de fevereiro de 1949, em Lambari (MG), filho de Leovegildo Guimarães e Maria Dinah Brandão Guimarães. Morto em 31 de julho de 1970. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Passou sua infância em Lambari. Mudou-se para o Rio de Janeiro, estudou no Colégio Pedro II, participou da JEC e foi líder estudantil secundarista. Era militante do PCB, de onde saiu para ingressar em uma dissidência chamada Núcleo Marxista Leninista (NML). Posteriormente, filiou-se à VAR-Palmares.

Usava os codinomes *Calixto* e *Antunes*, que acabaram transformando-se em *Calixto Antunes*. Foi preso em Belo Horizonte (MG) em 26 de janeiro de 1970, no apartamento onde residia com os companheiros José Roberto Borges Champs, Antônio Orlando Macedo Ferreira, João de Barros e Artur Eduardo Consentino Alvarez. Seus companheiros o viram pela última vez quatro dias depois de sua prisão, quando chegara escoltado à Penitenciária Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves (MG).

A versão oficial de sua morte foi atribuída a ferimentos sofridos por ocasião de um grave acidente ocorrido com o veículo da polícia que o transportava e que teria capotado. Essa notícia foi repassada aos companheiros de prisão pelo capitão da PM Pedro Ivo Gonçalves Pereira, em março de 1970.

A denúncia de sua morte, sob torturas, foi divulgada no boletim de março de 1974 da Anistia Internacional.

Em depoimento anexado ao caso, na CEMDP, José Roberto Borges Champs afirmou que:

No dia 28 de janeiro, vi quando chegaram, trazendo o companheiro Lucimar Brandão Guimarães, que se mostrava em condições físicas normais, não apresentando qualquer debilidade; que, algumas horas depois, a mesma equipe de agentes policiais voltou para buscá-lo; que, depois desse dia, nunca mais vi Lucimar Brandão Guimarães; que, entre esses agentes estavam o Capitão Pedro Ivo Gonçalves Ferreira e o Tenente R-2 do Exército Carlos Alberto Delmenezzi; decorridos alguns dias – que não sei precisar quantos foram – o Capitão Pedro Ivo Gonçalves Ferreira compareceu ao presídio exclusivamente para percorrer as celas, onde estavam os prisioneiros, para comunicar que Lucimar Brandão Guimarães havia “sofrido ferimentos graves em consequência de acidente ocorrido com a viatura policial que o transportava”, segundo suas palavras; que, em março do mesmo ano, quando estava preso no quartel do 8º BG da PM, um sentinela que prestava guarda de minha cela contou-me que havia visto, agonizando, no Hospital Militar, um “terrorista” de nome Lucimar e que ficara impressionado ao saber sua idade, vinte e um anos, pois imaginara que tivesse mais de sessenta; que, em seguida, relatou-me que viu o quanto era precário o estado físico em que Lucimar se encontrava, coberto de hematomas e imobilizado pela coluna quebrada.

O relator do caso (355/96) na CEMDP, Nilmário Miranda, votou pelo deferimento do caso, com pedido de vistas de Paulo Gustavo Gonet Branco, após voto contrário do general Oswaldo Pereira Gomes. Após a análise do caso, Gonet Branco concluiu que o acidente causador da morte, conforme a versão das autoridades, se deu durante a remoção do veículo policial de um presídio a outro, o que caracteriza o conceito de “*dependência policial ou assemelhada*”. O caso foi aprovado por 4 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e de Miguel Reale Jr., em 27 de agosto de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua localizada no bairro Serra Verde.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 355/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua viva: o desenho da utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.



José Maria Ferreira Araújo (Araribóia)

Nasceu a 6 de junho de 1941, em Fortaleza (CE), filho de João Alexandre de Araújo e Maria da Conceição Ferreira de Araújo. Desaparecido em 23 de setembro de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Foi condenado pela Justiça Militar a cinco anos e um mês de prisão, pela 1ª Auditoria da Marinha, e enquadrado na LSN por sua participação na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Preso em 23 de setembro de 1970 pelo DOI-CODI/SP e levado às câmaras de tortura, morreu em consequência das mesmas. Vários presos políticos testemunharam as torturas a que foi submetido e sua morte, segundo a denúncia feita pelos presos políticos de São Paulo enviada à CNBB, em fevereiro de 1973, encontrada nos arquivos do DOPS/SP. Seu nome constava como *Edson Cabral Sardinha*, pois a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos não tinha contato com seus familiares.

Com o nome de *Edson Cabral Sardinha*, sua morte foi denunciada na carta escrita pelos presos políticos do Presídio do Barro Branco encaminhada ao presidente da OAB, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 25 de outubro de 1975, segundo a qual “foi assassinado pela equipe do capitão Benoni de Arruda Albernaz”.

Seu paradeiro foi descoberto por meio de pesquisas realizadas nos arquivos do IML/SP pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, onde constava ter sido enterrado com o nome falso de *Edson Cabral Sardinha* na quadra 11, sepultura 119, do Cemitério de Vila Formosa I. No laudo necroscópico, o nome de *Edson Cabral Sardinha* está identificado por um T em vermelho (de “terrorista”), recurso utilizado pelos órgãos de segurança para diferenciar os corpos dos ativistas políticos dos demais que por lá passavam.

Somente com a abertura da vala clandestina do cemitério D. Bosco, de Perus, na cidade de São Paulo, em 1990, seu verdadeiro nome foi divulgado e seus familiares localizados. A solicitação de exame do DOPS/SP registrou como histórico o fato de *Edson* ter morrido de “*mal súbito*”. O legista encarregado da perícia, Sérgio Belmiro Acquesta, concluiu que sua morte ocorreu por causa “*indeterminada*”, apesar dos vários exames feitos. As fotos do cadáver mostram claras marcas de torturas, que comprovam as denúncias de seus companheiros de prisão.

Foi casado com Soledad Barret Viedma com quem teve uma filha. José Maria a conheceu em Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha quando era militante do MNR. Soledad foi assassinada em janeiro de 1973, em Pernambuco, junto com outros companheiros delatados pelo *Cabo Anselmo* – José Anselmo dos Santos –, um agente dos órgãos de segurança infiltrado nas organizações de esquerda².

Em pesquisas realizadas no arquivo do antigo DOPS/SP, foi encontrada uma solicitação do coronel Lima Rocha com o seguinte teor: “*solicito remeter possível urgência foto, ficha datiloscópica, exame necrológico e atestado de óbito do terrorista morto em set./70, conhecido como Edson Cabral Sardinha (Araribóia)*”. Nesse mesmo arquivo, foram encontradas fichas de *Edson Cabral Sardinha* e José Maria Ferreira de Araújo com o mesmo apelido de *Araribóia*, além de fotos, demonstrando, assim, que teria sido possível verificar a identidade do morto.

Quanto às circunstâncias em que se deu sua morte, encontram-se nos arquivos do DOPS/SP documentos contraditórios, como a resposta do delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho ao coronel Lima Rocha, chefe da 2ª Seção do II Exército, em que se lê: “[...] *falecido em consequência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança*”. Encontrou-se também a requisição de exame necroscópico, assinada pelo mesmo delegado, em que afirma: “[...] *tendo sido preso por atividades terroristas faleceu ao dar entrada na Delegacia Distrital presumindo-se mal súbito*”. Não por acaso, a Delegacia Distrital onde José Maria deu entrada era a da rua Tutóia, onde funcionava o DOI-CODI/SP.

2. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo* ver também os casos de Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira e José Raimundo da Costa (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma e de Edgard Aquino Duarte (1973).

Em documento datado de 7 de janeiro de 1971, também assinado pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho, e encontrado nos arquivos do DOPS/SP, ele informou: “[...] *não foi instaurado inquérito policial a respeito do óbito, dada a flagrante evidência da naturalidade do óbito. Diante do exposto, determino o arquivamento do presente, protocolado no Arquivo Geral deste Departamento, para fins de prontuário*”.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que José Maria “[...] *utilizava-se do nome falso Edson Cabral Sardinha. Existe registro de sua Certidão de Óbito 31.153, livro 43-C-C-folha 124-V, expedida em 12 de julho de 1972, pelo Registro Civil do 9º Distrito Policial da Vila Mariana em São Paulo*”.

A família encaminhou uma petição para a retificação do atestado de óbito. A sentença, inicialmente negada em função da falta do corpo, foi retificada em 28 de novembro de 1995, conforme apelação cível 183.086-1/1, da Comarca de São Paulo. Seus restos mortais não foram encontrados, porque houve alterações na quadra onde ele foi enterrado, no Cemitério de Vila Formosa. Em dezembro de 1991, a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos acompanhada de técnicos da Unicamp tentou exumar os restos mortais de presos políticos assassinados, os quais não foram encontrados. Segundo os coveiros, em 1976 ocorreram exumações no momento da alteração da quadra e essas ossadas foram jogadas em lugar do cemitério não informado.

Seu irmão, Paulo Maria Ferreira de Araújo, em 1990, fez um relato sobre sua vida:

Meu irmão era marinheiro e servia no Rio de Janeiro desde 1959. O restante da família na ocasião morava em Santa Luzia, na Paraíba. Mantinham contato com José Maria através de correspondências e, em fevereiro de 64, esteve em férias com a família. Nesta temporada José Maria colocou a família a par de sua participação junto a movimentos sindicalistas, levando inclusive consigo vários livros acerca de questões sociais. Ele pretendia, junto com outros marinheiros, criar uma instituição denominada Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, no que eram apoiados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Esse tipo de instituição era proibida pelas leis da Marinha.

Assim que foi deflagrado o golpe militar de 1964, José Maria e outros companheiros foram presos por “insubordinação”, tendo ficado incomunicável na Ilha das Flores, durante quatro meses. Nossa família soube dessa prisão através da sua noiva, que morava no Rio de Janeiro.

Num documento dos Arquivos da Marinha, denominado “Caderneta de Registro para Praça”, consta a anotação de que, em 15 de abril de 1964, José Maria foi preso “por ordem do encarregado do inquérito policial militar para apurar a subversão na Marinha”. Na mesma caderneta consta a anotação da expulsão de José Maria da Marinha em 8 de dezembro de 1964, tendo sido apresentado nesta data ao CAM – Centro de Armamento da Marinha. Durante esse período de prisão, nossa família recebeu uma carta que José Maria fez chegar às mãos de amigos, na qual pretendeu tranquilizar os familiares, nenhuma referência fazendo à prisão.

Tivemos conhecimento de que ele, por um período, teria trabalhado como metalúrgico na CBV – Companhia Brasileira de Vagões. A última carta que recebemos data de 6 de dezembro de 1966, que a família conserva até hoje. Nessa carta já assinava com o seu “codinome” Miguel, e reafirmava que não poderia fornecer seu endereço por não ter residência fixa. Afirmava que teria que passar alguns meses sem mandar notícias, não dizendo, no entanto, o motivo.

A partir daí, e durante um bom período, nossa família percebeu que suas correspondências estavam sendo violadas e, embora morassem numa cidade do interior, ouviam comentários acerca do fato de José Maria ser “terrorista”. Passamos a viver sob muita tensão e medo.

Por volta de 1981, com o retorno ao país de alguns dos exilados, é que comecei a ter informações mais concretas a respeito da história do meu irmão. A primeira infor-

mação veio com um artigo assinado por Paulo Conserva, no Jornal “A União”, de João Pessoa, publicado em 28 de setembro de 1983. Paulo Conserva esteve exilado em Cuba, e nesse artigo faz referência a “um paraibano de Santa Luzia, José Maria, brutalmente torturado e assassinado entre dezenas de outros companheiros”. A notícia foi um choque para a família. Logo conseguimos um contato pessoal com Paulo Conserva, que prestou um depoimento de quase duas horas, no qual relatou que estivera com José Maria em Cuba, que este havia se casado com uma paraguaia e que tinha uma filha. Relatou ainda que recebera informações de companheiros que haviam chegado do Brasil em Cuba, que relatavam sobre a prisão de José Maria. Deu conhecimento ainda à família de que ele usava os codinomes de “Aribóia”, ou “Araribóia”.

Nos arquivos do DOPS/SP foi encontrado um documento intitulado “Aos Bispos do Brasil”, de fevereiro de 1973, assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil (documento 30-Z-160-12706), onde consta o nome de Edson Cabral Sardinha e descreve as torturas a que foi submetido no pau-de-arara, como espancamento e choques elétricos, vindo a falecer após 15 minutos. O documento cita como um dos responsáveis por sua morte o capitão Benoni Arruda Albernaz.

Outro documento do DOPS/SP informa a divulgação da denúncia de sua morte no I Congresso Brasileiro pela Anistia realizado na PUC/SP, em novembro de 1978.

Seu nome consta da lista dos desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP. Caso 223/96, na CEMDP.



Jorge Leal Gonçalves Pereira

Nasceu em 26 de dezembro de 1938, em Salvador (BA), filho de Enéas Gonçalves Pereira e Rosa Leal Gonçalves Pereira. Desaparecido em 20 de outubro de 1970. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Era engenheiro eletricista e trabalhava na Petrobrás, na Refinaria de Mataripe, quando foi preso em abril de 1964, e, neste mesmo ano, foi demitido da empresa. Após ser libertado, trabalhou na Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia).

Seqüestrado por agentes do DOI-CODI/RJ na rua Conde do Bonfim, na Tijuca, Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1970, e levado para o 10º Batalhão de Polícia do Exército, localizado na rua Barão de Mesquita, foi acareado com o estudante Marco Antônio Machado de Melo. Cecília Coimbra, do GTNM/RJ, quando se encontrava presa no DOI-CODI/RJ, viu Jorge sendo levado para interrogatório em outubro de 1970.

Em 6 de dezembro de 1971, o advogado de Jorge Leal, Alexandre Gabriel Gerdey, conseguiu a suspensão da audiência de um processo na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, contra 63 réus acusados de pertencerem à AP, pelo fato de seu constituinte não ter sido apresentado ao tribunal, mesmo estando preso conforme informações de outros acusados. O Conselho de Justiça ouviu o promotor José Manes Leitão, que concordou com a suspensão da audiência alegando que o STM poderia anular tal decisão. O Conselho decidiu ouvir o depoimento de Marco Antônio, que confirmou a prisão de Jorge Leal no DOI-CODI/RJ. O Conselho, então, oficiou ao comandante do I Exército, pedindo informações sobre o preso, que enviou a seguinte resposta: “Jorge Leal Gonçalves Pereira não se encontra nas dependências do I Exército. Está foragido, desaparecido [...]”. O julgamento foi marcado para o ano seguinte, mas Jorge não mais foi visto.

De acordo com sua esposa, Ana Néri Rabello Gonçalves Pereira, com quem teve quatro filhos, Jorge saiu de casa no começo da tarde de 20 de outubro, quando lhe avisou sobre o encontro com um companheiro na Tijuca. Desde então, não mais se viram. O não reconhecimento da prisão de Jorge pelos órgãos de segurança impediu tecnicamente a família de impetrar um *habeas corpus* para localizá-lo. Sem alternativas, seus familiares

começaram a escrever cartas às autoridades e entidades de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional e a CNBB.

Em novembro de 1972, a mãe de Jorge, Rosa Leal Gonçalves Pereira, encaminhou uma carta para a esposa do presidente da República, sra. Scyla Médici, mas nunca obteve resposta. Na carta, ela escreveu:

Há dois anos meu filho Jorge foi preso na Guanabara. Jorge é casado, tem quatro filhinhos e eu, como mãe e avó, venho lhe pedir para ter pena destas crianças que ainda tão pequenas estão privadas de seu amor e do seu carinho. Os meninos têm 8, 6, 4 e 2 anos. [...] E a menina está com 2 anos e meio, e esta não conhece o pai. D. Scyla, perdoe-me tomar algum tempo seu para me ouvir, mas acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Assim faço neste momento, lhe dirijo o pedido de uma mãe e avó à outra: onde está Jorge?

Uma outra carta foi enviada a D. Aloísio Lorscheider, então arcebispo de Fortaleza (CE), que prometeu ajudar dentro do possível. A última carta remetida à Anistia Internacional, em 27 de fevereiro de 1977, obteve resposta igual à anterior: Jorge estava morto.

Apesar de todas as tentativas do advogado da família, pouco se conseguiu pela via judicial, os militares continuaram negando a prisão de Jorge.

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, de 19 de junho de 1978, o nome de Jorge consta em uma lista de desaparecidos feita por D. Paulo Evaristo Arns e enviada ao presidente dos Estados Unidos, em 29 de outubro de 1977.

No arquivo do DOPS/PR, o nome de Jorge figura em uma gaveta com a identificação “falecidos”.

Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ*, na matéria intitulada “*Longe do Ponto Final*”, publicou revelações do médico Amílcar Lobo (médico que participava das sessões de tortura, cassado pelo Conselho Federal de Medicina em 1989), que afirmava ter visto Jorge no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data.

A morte de Jorge e de mais outros 11 desaparecidos foi confirmada também por um general, cujo nome foi mantido em sigilo, entrevistado pelo jornalista Antônio Henrique Lago para o jornal *Folha de S. Paulo*, em matéria publicada em 28 de janeiro de 1979. Hoje, sabe-se que o referido oficial era Adyr Fiúza de Castro, que foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, Comandante da PM/RJ e da VI Região Militar.

O nome de Jorge Leal Gonçalves Pereira consta da lista dos desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95.

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 089/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

MOUCA, Fernando (Org.). *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Joaquim Câmara Ferreira (Toledo)

Nasceu em 5 de setembro de 1913, em São Paulo (SP), filho de Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho e Cleonice Câmara Ferreira. Morto em 23 de outubro de 1970. Comandante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Toledo, codinome de Câmara Ferreira, era jornalista e dedicou sua vida à militância política. Ingressou no Partido Comunista em 1933. Foi diretor de diversos jornais do partido e, em 1937, na ocasião do golpe de Getúlio Vargas, passou a atuar de forma clandestina, concentrando seu trabalho fundamentalmente no setor ferroviário. Esteve por vários anos preso, tendo sido torturado pelo DOPS paulista durante o Estado Novo. Sua prisão deu-se na gráfica do partido, onde trabalhava. Dessa época, teve como seqüela das torturas a inexistência de unhas nas mãos.

Em 1946, elegeu-se vereador em Jaboticabal, cidade do interior de São Paulo, além de trabalhar nos Diários Associados de São Paulo e ser diretor do jornal diário *Hoje*. No ano seguinte, com a cassação do registro eleitoral do PCB, perdeu seu mandato. Em 1948, viajou



para a União Soviética para realizar estudos sobre política. Em 1953, *Toledo* atuou de forma destacada na greve geral de São Paulo. Chegou a ser vogal da Justiça do Trabalho.

Em 1964, foi preso por realizar uma palestra para operários, em São Bernardo do Campo (SP), sobre “*O papel da imprensa na luta pelas reformas de base*”, sendo libertado pouco depois. Foi condenado, à revelia, pela Justiça Militar a dois anos de reclusão no chamado “processo das cadernetas de Prestes”.

Em 1967, foi um dos signatários do “*Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo*” – que se constituiu no embrião da ALN. Em novembro de 1969, quando ocorreu o assassinato de Carlos Marighella, encontrava-se em Cuba. De imediato, retornou ao Brasil, assumindo o comando da ALN.

Transitava com certa tranqüilidade pelas ruas de São Paulo, pois suas fotos nos órgãos repressivos eram antigas, o que lhe possibilitou, em 1969, escapar do cerco montado em um apartamento que lhe servia de apoio. Ao perceber a presença dos policiais da Oban, *Toledo* desceu tranqüilamente pelas escadas, sem ser reconhecido. Nos apartamentos de militantes que lhe davam abrigo, por causa da vida clandestina, sempre preparava um saboroso arroz de carreteiro – sua especialidade.

No arquivo do DOPS/SP, foi encontrada sua ficha, iniciada em 1940, cuja inscrição a caneta, em letras garrafais, indica “*falecido*”. As informações de seu prontuário são:

14/3/40 foi preso [...] por ser um dos cabeças das últimas rearticulações do PCB; 25/11/51 [...] condenado a pena de prisão por seis meses, por crime de injúrias contra o ex-Presidente da República; em 11/3/70 [...] fazia parte do Movimento de Guerrilhas “Corrente” [...].

Câmara Ferreira participou do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro (RJ), que foi trocado por 15 presos políticos em setembro de 1969.

A morte de Câmara Ferreira começou a ser articulada no início de setembro, com a prisão, em Belém (PA), do militante da ALN José da Silva Tavares, então coordenador do trabalho da organização na região, que aceitou colaborar com os órgãos de segurança, infiltrando-se como informante na ALN. Uma notícia de que José da Silva fugira de um hospital foi exaustivamente divulgada na mídia a mando da repressão política. Sua prisão era do conhecimento de seus companheiros, assim, conseguiu tornar sua fuga verossímil e contatar novamente os militantes da ALN.

A emboscada para prender Câmara Ferreira foi cuidadosamente preparada. Sozinho, como costumava andar, foi preso às 19 horas de 23 de setembro, na avenida Lavandisca, bairro de Indianópolis, em São Paulo, sem chance de sacar a arma ou engolir a cápsula de cianureto que portava sempre à mão, desde as torturas sofridas durante o Estado Novo.

Do local de sua prisão, Câmara Ferreira foi levado, sob torturas, para o sítio do delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido líder do Esquadrão da Morte, utilizado como centro clandestino de tortura. No sítio continuou sendo torturado, morrendo algumas horas após sua prisão. Antes de morrer, Câmara Ferreira foi atendido por um médico trazido pelo delegado Fleury, que o queria vivo na esperança de arrancar-lhe alguma informação.

Num telex encontrado nos arquivos do DOPS/PE, o II Exército informa que o DOPS localizara e prendera às 19h30min de 23 de outubro, Joaquim Câmara Ferreira, que investira contra os policiais causando em vários deles ferimentos generalizados, tendo falecido no decurso da diligência. No mesmo telex, é montado um plano para forjar a suposta fuga de Eduardo Leite, o *Bacuri*, que continuava preso e foi assassinado, meses depois, em 8 de dezembro daquele ano.

Contudo, o Relatório Especial de Informações 7/70, exemplar nº 18, do Ministério do Exército, assinado pelo general de brigada Ernani Ayrosa da Silva, chefe de Estado Maior do II Exército, encontrado nos arquivos DOPS/SP, com o título “*Prisão e morte de Joaquim Câmara Ferreira, Toledo ou Velho*”, registra que o delegado Sérgio Paranhos Fleu-

ry, tendo obtido a informação de que José da Silva Tavares esteve com *Toledo* antes de seguir para o Norte do país, obteve autorização e apoio do II Exército para buscar o preso [Tavares] e trazê-lo para São Paulo. Depois de cerca de um mês de investigação, com a colaboração do infiltrado, fora levantada uma pista, em 21 outubro. No relatório consta ainda que: “sendo submetido a interrogatório Toledo foi acometido de crise cardíaca, que lhe ocasionou a morte, apesar de assistência médica a que foi submetido”.

O laudo de necropsia, assinado por Mário Santalúcia e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, refere que, “segundo nos informaram faleceu após ser detido”. A seguir, descreve equimoses e escoriações sem mencionar a procedência, e conclui:

Dos elementos observados no presente exame necroscópico, infere-se que o examinado era portador de alteração patológica dos aparelhos circulatório, digestivo e urinário, casos que embora comprometessem as suas condições de higidez, eram compatíveis com a vida, não justificando o êxito tão inopinado. [...] é lícito admitir a existência dessa causa favorecedora, subordinada a um fator nervoso, e que criou condições em terreno propício, para determinar o edema agudo dos pulmões, responsável pelo êxito letal [...].

Sua morte foi denunciada pelos presos políticos da época, baseados nos relatos dos presos Maria de Lourdes Rego Melo, Viriato Xavier de Mello Filho e Maurício Klabin Segall. Em depoimento à CEMDP, Segall, preso na tarde de 23 de outubro com Maria de Lourdes Rego Melo, informou:

No sítio, bem primitivo, ao qual chegamos de olhos vendados, a iluminação era de velas, pois não havia luz elétrica. O sítio aparentemente tinha dois quartos, uma sala/cozinha e um banheiro. Os choques elétricos aplicados no pau-de-arara eram gerados num aparelho, acionado por manivela manual. Já estava lá sendo torturado Viriato, recém-chegado de Cuba... Tudo que se passava num dos cômodos, mesmo com porta fechada, se ouvia nos demais [...]. Quando fui pendurado, o interrogador era o próprio Fleury [...]. Em meio da minha tortura no pau-de-arara, já de noite, que vinha durando algum tempo, houve uma agitação coletiva, colocaram uma espécie de apoio nos meus quadris, de forma que fiquei só parcialmente pendurado e a maioria dos policiais deixou às pressas o sítio, deixando apenas dois ou três para trás. Não sei quanto tempo isto durou (no mínimo 2 horas) mas, a um certo momento fui tirado com as pernas totalmente inermes do pau-de-arara só podendo andar amparado e fiquei sentado na sala com uma venda nos olhos, mas que deixava uma fresta na parte de baixo. Logo depois ouvi uma pessoa chegando, arfando desesperadamente, com falta de ar, com sintomas muito parecidos com ataque cardíaco (que eu conhecia, pois eram semelhantes àqueles do meu pai, por ocasião de sua morte). Esta pessoa foi levada para o quarto que tinha a cama e não o pau-de-arara. Fiquei sabendo que era Toledo pelos comentários que vinham sendo feitos pelos policiais. Havia muita agitação entre eles e Toledo não parava de arfar. A um certo momento, vi pela fresta inferior da venda dos olhos, passarem duas pernas vestidas de branco calçadas com sapatos brancos. Não havia dúvida que era um médico. Logo depois, Toledo parava de arfar. Muito rapidamente o acampamento foi levantado e fomos levados de olhos vendados para o DOPS e a seguir para a OBAN [...]. Ouvi diversas manifestações de irritação do pessoal da OBAN com o pessoal do Fleury devido à morte de Toledo sem que eles pudessem tê-lo interrogado também [...]. Soube depois também que o fato de Maria, Viriato e eu termos sobrevivido ao sítio se deveu, em boa parte, à morte prematura de Toledo.

Maria de Lourdes Rego Melo também testemunhou que Joaquim Câmara Ferreira foi preso vivo e levado ao sítio clandestino do delegado Fleury, tendo morrido em consequência da violência das torturas.

Câmara Ferreira foi enterrado pela família no Cemitério da Consolação, na capital paulista.

Seu caso na CEMDP foi aprovado por unanimidade em 23 de abril de 1996, tendo como relatora Suzana Keniger Lisboa.

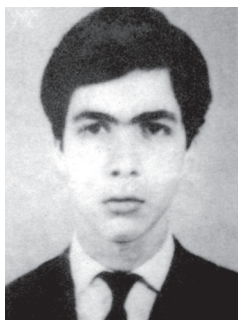
Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 132/96, na CEMDP.



Ary Abreu Lima da Rosa

Nasceu em 28 de maio de 1949, em Porto Alegre (RS), filho de Arcy Cattani da Rosa e Maria Corina Abreu Lima da Rosa. Morto em 28 de outubro de 1970.

Não há referências sobre sua militância em alguma organização político-partidária. Era estudante de Engenharia na UFRGS.

Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* como tendo sido morto sob tortura em novembro de 1970, no Rio Grande do Sul, conforme denúncia da Anistia Internacional, em seu boletim de março de 1974.

Quando houve a discussão do caso na CEMDP, inicialmente, foi apresentado um voto pelo indeferimento por falta de provas. Assim, a conselheira Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas.

Após a realização de diligências, encontrou-se a certidão da 1ª Auditoria da 3ª CJM – Justiça Militar Federal, em que consta que Ary foi condenado a seis meses de prisão em 28 de agosto de 1969; recolhido à prisão, suicidou-se em 28 de outubro de 1970. A CEMDP localizou no STM a Apelação 38.749 à 1ª Auditoria da 3ª CJM e o inquérito sobre o suposto suicídio. O relato impressiona não só pelo motivo da condenação, mas pelo teor do laudo médico anterior à prisão.

Ary foi preso em 9 de janeiro de 1969, com Paulo Walter Radke, militante do Partido Operário Comunista (POC), durante uma manifestação de estudantes da UFRGS que distribuíam um manifesto contra a falta de vagas, conclamando os estudantes a participarem da eleição do DCE-Livre e em apoio ao Movimento Universidade Crítica. A diretora da Faculdade, Belchis Maria Smith Santana, chamou o DOPS, que prendeu Ary e outro estudante, os quais foram condenados a seis meses de prisão, em 20 de março de 1969.

Conforme o parecer da relatora Suzana K. Lisbôa na CEMDP, o pai de Ary “[...] contrário às idéias do filho e tendo em vista as dificuldades ocasionadas no relacionamento familiar, optou por interná-lo em um hospital psiquiátrico, na tentativa de demovê-lo de suas idéias esquerdistas, como se pode apurar na cópia da ficha médica arquivada no Sanatório São José [...]”.

Como prova de que teria se suicidado por ser “doente mental”, conforme conclusão do procurador da Justiça Militar, César Tadeu Mazzini Canarim, foi anexado ao IPM cópia de ficha médica arquivada no Sanatório São José, em que o médico psiquiatra José A. Godoy Gavioli diagnosticara reação esquizoparanóide, afirmando que em função de sua inadequação ao ambiente familiar Ary tivera abalos psíquicos. Transcrevemos abaixo trecho do relatório médico:

Paciente vem em tratamento desde maio do ano passado, quando apresentou uma reação esquizofreniforme, com idéias de conteúdo paranóide. Sentia-se desadaptado no ambiente sócio-familiar com idéias de referência e de que não era benquisto pelos que o cercavam. Em junho de 68 abandonou os estudos na faculdade como decorrência de seu baixo rendimento intelectual, conseqüência esta do estado emocional de então. Passou a relacionar-se mal com as pessoas de suas relações, quase interiorizando-se. [...] Passou a apresentar idéias reformistas, principalmente de natureza materialista, identificando-se com os princípios esquerdistas, socialismo ou mesmo comunismo. Deixou crescer a barba e cabelo como “um protesto ao mundo capitalista”.

Foi atendido em domicílio, já que se negava a sair de casa para entrevistas no consultório e a abordagem para sua hospitalização naquela oportunidade tornou-se impraticável. Atualmente recidivam alguns aspectos do quadro acima relatado, embora em menor intensidade e tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava, dentro de sua psicopatologia esquizoparanóide, pôr em prática certos aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defende, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente.

O encarregado do IPM, capitão Watson Ramalho Garro, apresentou um relatório no qual informa:

Todos os depoimentos existentes no presente IPM servem, somente, para confirmar que não houve nenhuma interferência por parte do pessoal do Hospital da Aeronáutica de Canoas, no ato de suicídio cometido por Ary de Abreu Lima da Rosa.

No referido Hospital, somente recebeu atenção e dedicação por parte de todos que com ele tinham contato.

A versão oficial foi de que Ary cortara as veias do braço. Com as novas informações, o caso foi aprovado por unanimidade em 30 de janeiro de 1997, sendo que as reais circunstâncias de sua morte não foram apuradas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 311/96, na CEMDP.

Luiz Renato Pires de Almeida

Nasceu em 18 de novembro de 1944, na localidade de Formigueiro, à época município de São Sepé (RS), filho de Lucrécio de Almeida e Doca Pires de Almeida. Desaparecido em outubro de 1970, na Bolívia.

Sua família era numerosa, tendo Luiz Renato nove irmãos. Foi criado no campo, onde seu pai era um pequeno proprietário. Ao completar os cursos primário e ginásial, transferiu-se para a cidade de Santa Maria (RS) a fim de continuar seus estudos. Ingressou na Faculdade de Agronomia e passou a atuar no Diretório Acadêmico, vindo a participar do movimento estudantil.

Com o golpe de 1964, a faculdade foi invadida e os estudantes ativistas tiveram de fugir; muitos foram presos ou iniciaram sua vida na clandestinidade. Dois anos mais tarde, em 1966, Luiz Renato foi preso em Porto Alegre (RS) e recolhido ao DOPS/RS, permanecendo oito meses na ilha-presídio. Ali se encontrava em 14 de março de 1966, quando chegou em sua cela o preso político Manoel Raimundo Soares, cuja prisão, tortura e assassinato teve grande repercussão nacional e internacional. Neste mesmo ano, Luiz Renato depôs na CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, denunciando as torturas infligidas a Manoel Raimundo.

Em outubro do mesmo ano, Luiz Renato conseguiu fugir para o Rio de Janeiro.

Entre o fim de 1967 e o início de 1968, viajou para Moscou para estudar na Universidade Patrice Lumumba. Em Moscou, juntou-se ao grupo de estudantes sul-americanos influenciados pelas idéias guevaristas de revolução na América Latina. Ligou-se a Oswaldo Chato Peredo, reorganizador do Exército de Libertação Nacional, que empreendia a luta guerrilheira na Bolívia.

Algum tempo depois, passou por Cuba e daí foi para a Bolívia, deslocando-se de La Paz para as montanhas. Em inícios de outubro de 1970, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300 quilômetros de La Paz, Luiz Renato e outros companheiros caíram mortos pelas tropas bolivianas. Desde então, está desaparecido.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Execução sumária em praça pública

Edson Neves Quaresma

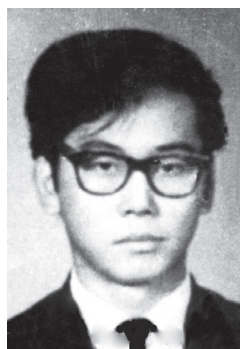
Nasceu em 11 de dezembro de 1939, em Itaú, no município de Apodi (RN). Filho de Raimundo Agostinho Quaresma e Josefa Miranda Neves. Morto em 5 de dezembro de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Estudou até a 5ª série do curso primário em Natal (RN). Em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, saindo como grumete em 1959. Logo em seguida, foi prestar serviços no cruzador Tamandaré. Com a criação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, Edson passou a integrar seus quadros, atuando como tesoureiro da entidade.



2. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo* ver também os casos de José Maria Ferreira Araújo (1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira e José Raimundo da Costa (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma e de Edgard Aquino Duarte (1973).

O golpe militar reprimiu duramente o movimento dos praças da Marinha, resultando na prisão e confinamento de Edson na Ilha das Cobras (RJ), por um período de um ano e dois meses. Em 31 de dezembro de 1964, foi expulso da Armada e, após ser libertado, iniciou sua vida na clandestinidade. Viajou para Cuba, onde fez treinamento militar. Regressou ao Brasil em julho de 1970, militando na VPR. José Anselmo dos Santos, o agente policial infiltrado na VPR, conhecido como *Cabo Anselmo*², estava vivendo em Cuba desde 1967 e retornara ao Brasil em 15 de setembro de 1970. Segundo seu depoimento prestado no DOPS/SP, sem data, à página 9, podemos ler: “*Em junho ou julho de 1970, vieram José Maria [Ferreira de Araújo] e Quaresma, deviam preparar as condições para receber-nos. Em setembro deveríamos vir, eu e Evaldo. Mas Evaldo ficou retido por ato indisciplinar, que desconheço qual seja. Fui enviado sozinho*”.



Yoshitane Fujimori

Nasceu em 19 de maio de 1944, em Mirandópolis (SP). Filho de Tadakazu Fujimori e Harue Fujimori. Morto em 5 de dezembro de 1970. Dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era técnico em eletrônica.

Fujimori atuava na luta armada desde as primeiras ações da VPR, em 1968, e compunha sua direção regional. Era diretamente ligado ao ex-capitão Carlos Lamarca e foi um dos guerrilheiros que o acompanharam quando houve o rompimento do cerco militar na área de treinamento de guerrilha da VPR, no Vale do Ribeira (SP), em maio de 1969. Era um dos acusados de ter executado o tenente da PM, Alberto Mendes Junior, feito prisioneiro durante o cerco efetuado pela Operação Registro.

As mortes

Em 5 de dezembro de 1970, Edson Neves Quaresma passava com Yoshitane Fujimori pela praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, quando foram reconhecidos por uma patrulha do DOI-CODI/SP que metralhou o carro, atingindo-os. Edson, mesmo ferido, tentou correr, sendo alcançado pelos policiais.

Os fatos são descritos pelo então militante do MRT, Ivan Akselrud de Seixas, em depoimento apresentado à CEMDP. Segundo testemunho colhido à época de um motorista de táxi que presenciara o ocorrido, Fujimori caiu no meio da praça e Quaresma em uma rua de acesso à mesma. Carregado por dois policiais, Quaresma foi agredido na praça até a morte. Fujimori chegou com vida ao DOI-CODI/SP, fato declarado a Ivan pelos policiais Dirceu Gravina e *Oberdan* quando, em abril de 1971, ele próprio foi preso e interrogado.

Ambos foram sepultados como indigentes no Cemitério de Vila Formosa, sendo Quaresma identificado com um nome falso.

As solicitações de exame necroscópico dos dois foram feitas pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho, e nelas consta “*terrorista*” como profissão. Os laudos de necropsia foram assinados por Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues. Contudo, não foram encontradas as fotos do corpo de Quaresma, o qual chegou ao IML quatro horas depois do horário da sua morte.

No arquivo do DOPS/RJ, o documento do Cenimar 0364, de 27 de maio de 1971, informa sobre as mortes de Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori em tiroteio, no bairro Bosque da Saúde, São Paulo. Há, nesse documento, o relatório de um informante de nome Francisco Eugênio Santiago, datado de 21 de dezembro de 1970, de nº 1.369, que cita os nomes falsos de Edson e Yoshitane e acrescenta:

Cinco “terroristas” presos foram levados ao Instituto Médico Legal para reconhecimento dos dois “terroristas” mortos. Os cinco foram unânimes em reconhecer Yoshitane Fujimori no cadáver de “Akira Kojima”; mas não souberam dizer quem era o mulato “Celso Silva Alves” que o acompanhava e com ele morreu trocando tiros com a polícia. O mulato foi enterrado com nome falso.

O documento do Cenimar, entretanto, afirma que *Celso* foi identificado por exame datiloscópico como Edson Neves Quaresma. No relatório da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, consta ainda que Edson Neves Quaresma “foi morto ao reagir à prisão, na Praça Santa Rita de Cássia (SP), com outro companheiro no dia 05/12/70 às 12 horas. O fato foi divulgado com seu nome falso: Celso Silva Alves”.

O laudo de Edson registra que apenas uma das cinco balas encontradas em seu corpo atingiu a região dorso-lombar sem perfurar órgãos vitais, as outras quatro foram disparadas na cabeça, e uma delas encontrava-se na região auricular direita. A relatora, Suzana K. Lisbôa, argumentou que dificilmente uma pessoa morreria em um tiroteio com quatro tiros na cabeça. Ela considerou ainda a possibilidade de que a execução sumária desse importante militante da VPR e a ocultação de sua morte tivessem nexos com a necessidade de manter segredo sobre a atuação do *Cabo Anselmo* como agente policial infiltrado, conforme seu parecer:

Na ficha do IML, a causa mortis: ferimento craniano por projéteis de arma de fogo, choque traumático. No verso, com anotação de 14/7/71: “Env. cópia p/ II Exército – Quartel General, at. of. nº 01/71, dat. de 14/07/71”. A assinatura de recebimento, infelizmente, é ilegível.

A CEMDP encaminhou os documentos relativos à morte de Fujimori para a análise do perito Celso Nenevê. De acordo com o laudo elaborado por ele, o estudo da trajetória dos tiros comprovou que três dos quatro projéteis penetraram a face direita de Fujimori quando seu corpo estava em posição inferior, ou seja, caído ou deitado.

Suzana K. Lisbôa anexou ao processo as declarações de José Anselmo dos Santos, o *Cabo Anselmo*, localizadas no arquivo do antigo DOPS/SP. Embora seja controversa a data em que Anselmo começou a colaborar com os órgãos de segurança, pois há indícios de que tenha se iniciado antes de sua suposta prisão em junho de 1971, esse depoimento (datado de 4 de junho de 1971) evidencia os alvos de sua perseguição:

Trazia uma mensagem cifrada de apresentação para Carlos Lamarca e ele deveria dar-me tarefas para desempenhar, explicar o funcionamento da organização etc. [...] No dia 15 de setembro, encontrei Quaresma, que me disse que não havia nenhum aparelho, nem apoio. [...] Nesse tempo, creio que meados de novembro, recebi de Quaresma, com quem me encontrava uma vez por semana, o aviso de que devia seguir viagem para avistar-me com Lamarca. Às cinco horas da manhã, encontrei-me com Quaresma, na Rua Domingos de Moraes, em frente ao cinema San Remo. Fomos para o Jabaquara, onde nos encontramos com Fujimori.

[...] Passei a datilografar (com uma máquina que me foi dada por Quaresma e que deve estar no escritório de Ivan [Edgar Aquino Duarte], uma semiportátil, sem tampa) o relatório sobre Cuba [...].

Corria o mês de novembro, quando se deu a morte de Toledo, da ALN, e pelos documentos publicados soubemos que Palhano, o “Aloísio”, citado numa carta que viera da Europa, estava chegando. Efetivamente, Quaresma recebeu-o e fez-me contatar com ele em fins de novembro [...].

Baseando-se nos dados descritos, a relatora concluiu seu parecer:

[...] As mortes de Quaresma e Fujimori, ocorridas pouco tempo após a chegada ao Brasil do ex-Cabo Anselmo³, certamente, foram decretadas para que não representassem um obstáculo para o acesso de Anselmo ao comando da VPR.

Quaresma e Anselmo eram companheiros de muitos anos e foi através de Quaresma, designado para voltar de Cuba e preparar a vinda de Anselmo, que o infiltrado conseguiu os contatos necessários que o fizeram chegar a Fujimori e, inclusive, ao capitão Lamarca.

3. Na verdade, Anselmo não era cabo, mas sim marinheiro de primeira classe.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 www.dhnet.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Casos 222/96, de Edson Neves Quaresma, e 325/96, de Yoshitane Fujimori, na CEMDP.
 GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 196-201, 344-349.

[...] *Evidentemente, o Cabo Anselmo não quis assumir sua responsabilidade na morte de um amigo de tantos anos. Não havia motivo para que o fizesse, já que nunca se dispôs a resgatar a verdadeira história, quando se tornou, mais do que infiltrado, um agente dos órgãos de segurança.*

Mas eliminá-lo, ao que parece, foi uma de suas tarefas primeiras, bem como a José Maria Ferreira de Araújo, constante na lista oficial de desaparecidos e morto, segundo a documentação encontrada no IML, de “mal súbito”.

Todos os contatos de Anselmo foram premeditadamente assassinados, suas mortes foram cuidadosamente planejadas a fim de não levantar suspeitas e, na maior parte das vezes, “culpados” foram eleitos para serem os responsáveis por essas mortes, até que seu trabalho de infiltração foi, finalmente, desmascarado, em 1973, quando patrocinou o “massacre da Chácara São Bento”.

As reais circunstâncias das mortes de Quaresma e Fujimori ficam para um outro momento, já que os principais arquivos da repressão ainda não foram abertos. Há, certamente, outras fotos, outros fatos elucidativos.

Certo é que a versão oficial dos órgãos de segurança é falsa, contestada pelo depoimento do ex-presos político Ivan Seixas, pelo laudo do perito Celso Nenevê e pelo traidor trabalho de José Anselmo dos Santos.

Os casos foram relatados em conjunto, mas as votações foram diferentes. O caso de Edson Neves Quaresma foi aprovado por 4 votos a favor e 3 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes, Paulo Gustavo Gonet Branco e João Grandino Rodas, em 30 de janeiro de 1997. O de Yoshitane Fujimori foi aprovado com 6 votos favoráveis e 1 contrário, o do general Oswaldo Pereira Gomes.



Eduardo Collen Leite (Bacuri)

Nasceu em 28 de agosto de 1945, em Campo Belo (MG), filho de Alberto Collen Leite e Maria Aparecida Leite. Morto em 8 de dezembro de 1970. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era casado com Denise Crispim, que estava grávida quando foi presa. Ela saiu do país logo após ser libertada e teve sua filha Eduarda na Itália, onde se exilou. Eduardo Leite, conhecido como *Bacuri*, fez seus estudos em São Paulo (SP), para onde sua família se mudou, tornando-se técnico em telefonia. Muito jovem, começou sua militância política, integrando-se à Política Operária (Polop). Em 1967, foi incorporado ao Exército, servindo na 7ª Companhia de Guarda e, posteriormente, no Hospital do Exército, no bairro do Cambuci, na capital paulista.

Em 1968, vinculou-se à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da qual se retirou para fundar a Resistência Democrática (Rede), uma pequena organização revolucionária clandestina e, posteriormente, em abril de 1969, com outros componentes dessa organização, ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN). *Bacuri* havia participado de diversas ações armadas e foi protagonista em dois seqüestros de diplomatas.

O assassinato de Eduardo Leite é um dos mais terríveis dos que se tem notícia, pois as torturas a ele infligidas duraram 109 dias consecutivos, deixando-o completamente mutilado.

Bacuri foi preso em 21 de agosto de 1970, na cidade do Rio de Janeiro, pelo delegado Sérgio P. Fleury e sua equipe, quando chegava a sua casa. Foi levado para uma residência particular utilizada como cárcere, em São Conrado. Também se encontrava preso nesse local Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, que denunciou a prisão e as torturas de *Bacuri* em depoimento prestado à época na Justiça Militar. Foi levado ao Cenimar/RJ e ao DOI-CODI/RJ, onde foi visto pela ex-presos política Cecília Coimbra, já quase sem poder se locomover.

Do local da prisão, Eduardo foi levado a uma residência particular, onde foi torturado. Seus gritos e os de seus torturadores chamaram a atenção dos vizinhos, que avisaram a polícia. Após ser torturado no Rio de Janeiro, Eduardo foi transferido para o 41º Distrito Policial, de São Paulo, cujo delegado titular era Fleury.

Novamente transferido para o Cenimar/RJ, Eduardo permaneceu sendo torturado até meados de setembro, quando voltou novamente para São Paulo, sendo levado para a sede do DOI-CODI. Em outubro, foi removido para o DEOPS paulista, sendo encarcerado na cela 4, do chamado *fundão* (celas totalmente isoladas).

Em 25 de outubro, todos os jornais do país divulgaram a nota oficial do DEOPS/SP relatando a morte de Joaquim Câmara Ferreira (ALN), ocorrida em 23 de outubro. Nessa nota, constava a informação de que Eduardo Leite havia conseguido fugir, sendo ignorado seu destino.

Nos arquivos do DOPS/SP, encontrou-se a transcrição de uma mensagem, assinada pelo coronel Erar de Campos Vasconcelos, chefe da 2ª Seção do II Exército, dizendo “[...] que foi dado a conhecer a repórteres da imprensa falada e escrita o seguinte roteiro para ser explorado dentro do esquema montado”. O tal roteiro falava da morte súbita de Câmara Ferreira após ferir a dentadas e pontapés vários investigadores. E mais adiante acrescenta “[...] Eduardo Leite, o ‘Bacuri’, cuja prisão vinha sendo mantida em sigilo pelas autoridades, havia sido levado ao local para apontar Joaquim Câmara Ferreira [...]. Aproveitando-se da confusão, Bacuri [...] logrou fugir”.

O testemunho de cerca de 50 presos políticos recolhidos às celas do DEOPS paulista nesse período prova que Eduardo jamais saía de sua cela naqueles dias, a não ser quando era carregado para as sessões diárias de tortura. Eduardo era carregado porque não tinha mais condições de manter-se em pé, muito menos de caminhar ou fugir, após mais de três meses de torturas diárias.

O comandante da tropa de choque do DEOPS/SP, tenente Chiari, da Polícia Militar paulista, mostrou a Eduardo, no dia 25, os jornais que noticiavam sua fuga. Em seguida, para facilitar a retirada de Eduardo de sua cela, sem que os demais prisioneiros do DEOPS percebessem, o delegado Luiz Gonzaga dos Santos Barbosa, responsável pela carceragem à época, exigiu o remanejamento dos presos e a remoção de Eduardo para a cela nº 1, que ficava de frente à carceragem e longe da observação dos demais presos. Seu nome foi retirado da relação de presos, as dobradiças e fechaduras de sua cela foram azeitadas de forma a evitar ruídos que chamassem a atenção.

Os prisioneiros políticos, na tentativa de salvar a vida de seu companheiro, montaram um sistema de vigília permanente. Conforme o documento do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos, intitulado “*Aos Bispos do Brasil*”, de fevereiro de 1973,

a manifestação dos presos cresceu de intensidade dramaticamente e o barulho tornou-se ensurdecedor durante cerca de 15 minutos. Os carcereiros de plantão de nomes Sarmiento e Dirceu, amiúde muito arbitrários no tratamento com os presos, não esboçaram qualquer reação de reprimenda e durante o resto da noite todos os presos permaneceram acordados.

Aos 50 minutos de 27 de outubro de 1970, Eduardo foi retirado de sua cela, arrastado pelos braços, com o corpo repleto de hematomas, cortes e queimaduras, sob os protestos desesperados de seus companheiros, conforme denúncia feita por Vinícius José Caldeira Brant à Auditoria Militar. Vinícius declarou ainda que, ao despedir-se, Eduardo Leite pressentia o destino que lhe seria dado, mas saiu digno e tranquilo, depois de palavras de ânimo e coragem.

Eduardo nunca mais foi visto. Os carcereiros do DEOPS, freqüentemente questionados sobre o destino de *Bacuri*, só respondiam que ele havia sido levado para interrogatórios em um andar superior.

Em 8 de dezembro, 109 dias após sua prisão e 42 dias após seu seqüestro do DEOPS, os jornais do país publicavam nota oficial informando a morte de Eduardo em um tiroteio nas imediações da cidade de São Sebastião, no litoral paulista.

A notícia oficial da morte de Eduardo teve o objetivo de evitar a inclusão de seu nome na lista das pessoas a serem soltas em troca da vida do embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado em 7 de dezembro por militantes da VPR e do MR-8. Seu nome encabeçava a lista e seria constrangedor soltá-lo, pois, oficialmente, estava foragido e, além do mais, completamente desfigurado e mutilado pela tortura. A alternativa foi forjar mais uma morte em tiroteio.

O corpo de Eduardo foi entregue à família, que constatou as torturas. Além de hematomas, escoriações, cortes profundos e queimaduras por toda a parte, apresentava dentes arrancados, orelhas decepadas e os olhos vazados, segundo o testemunho de Denise Crispim, sua esposa, desmascarando por completo a farsa montada pelos órgãos de segurança.

Na carta escrita pelos presos políticos do Presídio do Barro Branco (SP) encaminhada ao presidente da OAB, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 25 de outubro de 1975, consta que: “*Seu assassinato foi denunciado na 2ª Auditoria da 2ª CJM de São Paulo, mas o juiz Nelson Machado Guimarães negou-se a fazer constar dos autos do processo*”.

O exame necroscópico solicitado pelo delegado José Arary Dias de Melo, de Santos (SP), foi assinado pelos médicos legistas Aloysio Fernandes e Décio Brandão Camargo, os quais respondem “não” à pergunta se houve tortura, confirmando a falsa versão oficial de que Eduardo teria morrido em tiroteio. Os relatórios dos ministérios da Aeronáutica e da Marinha, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, também confirmam a versão policial.

Durante o período em que foi torturado, Eduardo esteve sob responsabilidade do delegado Fleury e de sua equipe, composta por membros do famigerado Esquadrão da Morte. O assassinato de Eduardo foi denunciado por diversas vezes na 2ª Auditoria da Justiça Militar de São Paulo por seus companheiros de prisão, mas o juiz Nelson Guimarães Machado da Silva negou-se sempre a registrar a denúncia nos autos dos processos.

O jornalista Elio Gaspari, no livro *A Ditadura Escancarada*, relatou o episódio:

Bacuri chegou ao forte dos Andradas, no Guarujá, dentro de um saco de lona. Trancaram-no numa pequena solitária erguida na praia do Bueno e depois levaram-no para um túnel do depósito de munições, a três quilômetros de distância. Era certo que, se houvesse algum seqüestro de diplomata, ele entraria na lista de presos a serem libertados. No dia 8 de dezembro, passados menos de 24 horas do seqüestro, no Rio de Janeiro, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, uma Veraneio estacionou na entrada do depósito. Dela saltaram um major e dois tenentes. Foram ao banheiro onde Bacuri estava trancado e disseram-lhe que iam levá-lo ao hospital militar. Um soldado ajudava-o a encostar-se na pia para lavar-se quando o major mandou que sátsse: “Escutei uma pancada. Não sei se era tiro ou barulho de uma cabeça batendo na parede. Só sei que logo depois o corpo dele foi retirado do banheiro no mesmo saco de lona em que chegou” [narrativa do soldado Rinaldo Campos de Carvalho]. A polícia paulista informou que Bacuri, localizado, “ofereceu tenaz resistência a tiros”. Tinha 25 anos, e seu corpo foi abandonado no cemitério de Areia Branca, em Santos, com dois tiros no peito, um na têmpera e outro no olho direito.

Seu caso foi escolhido pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos para ser o primeiro a ser julgado pela CEMDP, em função da grande quantidade de testemunhos e documentos que comprovam as torturas que sofreu. Foi aprovado por unanimidade, tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa, em 18 de janeiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua no bairro das Indústrias. Na capital paulista, um posto de saúde localizado na avenida Sumaré recebeu o seu nome durante o mandato da prefeita Luiza Erundina.

Foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1990, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 008/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua viva: o desenho da utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 300-302.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.



Celso Gilberto de Oliveira



Nasceu em 26 de junho de 1945, em Porto Alegre (RS), filho de João Adelino de Oliveira e Julieta Pedroso de Oliveira. Desaparecido em dezembro de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Trabalhava como corretor de imóveis.

Foi preso em 10 de dezembro de 1970 por integrantes do CISA, sob o comando do capitão Barroso, e levado para a Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro (RJ).

Celso foi torturado na PE do Rio de Janeiro pelos tenentes Hulk, Teles e James, todos do Exército. Entre 24 e 25 de dezembro, Celso foi acareado, na própria PE, com o preso político Sinfrônio Mesa Netto, quando este constatou as torturas a que Celso estava sendo submetido.

Em 10 de agosto de 1971, o deputado federal do MDB, Oscar Pedroso Horta, encaminhou uma representação ao CDDPH requerendo a investigação sobre o desaparecimento de Celso Gilberto de Oliveira. Contudo, o caso foi arquivado por unanimidade na reunião do Conselho, de 25 de outubro de 1972.

No arquivo do DOPS/RJ, em 1992, foram encontrados documentos que confirmam sua prisão. O documento do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos intitulado “*Aos Bispos do Brasil*”, de fevereiro de 1973, denúncia elaborada pelos presos políticos de São Paulo, encontrado no DOPS/SP, assevera sua prisão, tortura e desaparecimento, além de citar os nomes de alguns dos responsáveis, já mencionados. Em um documento do CISA, de 6 de outubro de 1971, informação 160, consta seu nome, ao lado do codinome *Alan*, como preso em uma relação de militantes da VAR-Palmares e da VPR. Em sua ficha do DOPS/RJ, Celso consta também como preso.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, afirma:

[...] fora preso pelo CISA em 09/12/70 e entregue ao DOI-CODIII Ex no dia 11/12/70. Foi interrogado em 29/12/70, quando admitiu o seu envolvimento no seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil. Na madrugada de 29/30 de dezembro de 1970, conduziu as equipes de diversos órgãos de segurança ao local onde dizia manterem o seqüestrado mas, comprovada a farsa, empreendeu fuga conseguindo evadir-se, fato confirmado pelo relatório da Operação Petrópolis de responsabilidade do DOI-CODIII Ex.

O relatório do Ministério da Marinha tem versão um pouco diferente para a data de prisão: *DEZ/70, teria sido preso em 10/12/70, por Oficial da Aeronáutica e levado para o Quartel da PE, na Guanabara, no dia 18/12/70; a partir daquela data não se soube mais do seu paradeiro. Pertencia à VPR e participou do seqüestro do embaixador suíço.*

O relatório do Ministério da Aeronáutica tem a mesma versão da data de prisão do Exército: *Militante da VPR. Participou do seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em 07/12/70, do qual resultou o assassinato do agente da Polícia Federal, Hélio Carvalho de Araújo. Enquanto o referido diplomata permanecia em cativo, foi detido por uma equipe do então CISA e encaminhado ao DOI/III Ex, em 11 dez. 70.*

Apesar das informações nos documentos oficiais, a morte de Celso nunca foi assumida pelos órgãos de segurança. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos, anexo I, da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 014/96, na CEMDP.



As denúncias no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Criado em março de 1964 e instalado em novembro de 1968, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) era formado por nove membros, parlamentares e dirigentes de organizações corporativas da sociedade civil. Sua existência demonstrava as ambigüidades da ditadura, o regime não podia negar à oposição o direito de denunciar casos como o de Olavo Hansen, preso em 1º de maio de 1970. Líder sindical e militante trotskista, Olavo foi preso na praça dos esportes da Vila Maria Zélia, em São Paulo. Seu assassinato sob tortura, mascarado pela versão de suicídio, foi denunciado no Congresso Nacional por 27 sindicatos de São Paulo e cinco federações, Igreja, intelectuais, estudantes e organizações sindicais latino-americanas. O inquérito aberto no conselho para apurar possíveis irregularidades, no entanto, concluiu, após dois meses de investigação, pelo suicídio.

Outro caso de grande repercussão foi o do desaparecimento do deputado federal cassado Rubens Beirodt Paiva, em 20 de janeiro de 1971. Neste dia, sua esposa, Eunice Paiva, e sua filha, Eliana, também foram presas por agentes do DOI-CODI/RJ. O caso foi apresentado ao CDDPH, obtendo uma sindicância na reunião de 13 de julho de 1971, mas, quase um mês depois, em 10 de agosto, decidiu-se pelo seu arquivamento. O deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara e membro do conselho, defendeu a investigação do desaparecimento no CDDPH, mas foi voto vencido. Além dele, votaram a favor da apuração os conselheiros Danton Jobim, José Cavalcanti Neves e Nelson Carneiro. Alfredo Buzaid, presidente do CDDPH, desempatou a votação em que se decidiu pelo indeferimento do pedido.

Nessa mesma reunião, o advogado Heleno Frago encaminhou uma representação ao conselho re-

querendo a investigação sobre o desaparecimento de Stuart Edgard Angel Jones, ocorrido em maio daquele ano. *Zuzu* Angel, sua mãe, assassinada em março de 1976 pela repressão política, acompanhou em Brasília a sessão, quando também foi apresentado o caso de Celso Gilberto de Oliveira.

O conselho, então presidido pelo ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, era composto por Carlos Calero Rodrigues, Joaquim Justino Ribeiro, Raimundo Faoro, Pedro Calmon, Filinto Müller, Benjamin Albargli e Geraldo Freire, que alegaram “*falta de elementos*” para prosseguir a investigação. Nesse momento, o conselho havia sido modificado, o general Médici alterou a composição do CDDPH, de forma a garantir a maioria do governo e suas reuniões passaram a ser secretas.

O deputado Oscar Pedroso Horta protocolou também denúncia sobre a morte de Odijas Carvalho de Souza, morto sob tortura em 8 de fevereiro de 1971, cuja morte foi presenciada por muitas testemunhas. O caso, porém, foi arquivado em 16 de agosto de 1972, vencido o voto de José Cavalcanti Neves, que propôs a remessa de cópias das peças dos autos ao procurador-geral do estado de Pernambuco para as providências cabíveis.

Na reunião do conselho de 25 de outubro de 1972, o caso de Celso Gilberto de Oliveira, militante da VPR desaparecido desde dezembro de 1970, foi arquivado por unanimidade. Em março de 1972, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) havia se retirado do conselho, alegando que ali não eram apuradas as denúncias apresentadas e que sua permanência com uma representação legitimava a ditadura. A última reunião registrada nas atas do CDDPH é de 28 de novembro de 1973. O conselho não se reuniu durante todo o governo Geisel e sua reativação deu-se em 2 de maio de 1979, quando o MDB trabalhava pela anistia e a instalação da CPI dos Direitos Humanos (ver box no capítulo referente aos anos de 1977-1979). O partido manteve sua decisão de não participar do conselho e manifestou repúdio ao caráter sigiloso de suas reuniões. Os familiares tentaram ainda apresentar denúncias. Em 12 de dezembro de 1979, no entanto, o conselho aprovou a decisão de apurar somente as denúncias de violações aos direitos humanos cometidas a partir daquele momento. ■

Este automóvel, usado para forjar a tentativa de resgate do deputado Rubens Paiva, foi metralhado e incendiado pela polícia no Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro



1 9 7 1

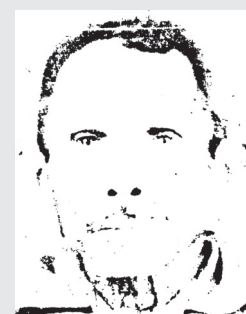


Os 70 presos políticos banidos em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher embarcam para o Chile, janeiro de 1971.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/UH



Raimundo Nonato Paz (Nicolau 21)



Camponês em Canindé (CE), filho de Antônio Paz Ferino e Francisca Fernandes Paz. Era casado com Maria Eudes Ramos, com quem teve dois filhos.

Raimundo foi morto em 2 de janeiro de 1971, quando contava 60 anos de idade. Policiais comandados por Cídio Martins, do DOPS/CE, cercaram sua casa e o mataram com dois tiros de revólver, durante um conflito de terras na região de Canindé. A certidão de óbito de Raimundo apresenta como *causa mortis* “*parada cardíaca*”. O policial Cídio Martins foi morto a golpes de foice.

O conflito ganhou tamanha proporção, que ocupou páginas inteiras dos jornais do Ceará durante vários dias. O *Correio do Ceará*, de 4 de janeiro de 1971, descreveu o início do confronto:

A questão chegou a vir para Fortaleza, onde foi instaurado um inquérito na Polícia Federal, além do já existente na Justiça, pois houve denúncias de ambas as partes de que o problema envolvia subversão, já que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, do qual Pio é um dos diretores, havia também interferido no assunto.

Em 1970, a juíza de Canindé determinou o despejo dos moradores da Japuara, inclusive Francisco Nogueira Barros, o Pio, que por intermédio de seu advogado, Lindolfo Monteiro, também advogado do Sindicato, recorreu e conseguiu a suspensão da execução da sentença. Pio, assim fortalecido, continuou a administrar a fazenda e deu ordem para que todos os agricultores ali residentes [cerca de 20 famílias] pescassem no açude da propriedade.

O jornal continuou a cobertura sobre o conflito em matéria do mesmo dia intitulada “*Quatro Mortos e Seis Feridos na Tragédia de Canindé*”:

O recrutamento de 80 homens, mediante a promessa de pagamento de dez cruzeiros a cada um, com a incumbência de destruir cercas, destelhar casas de agricultores para consumir o despejo de seus ocupantes e arrombar um açude onde todos pescavam na Fazenda Japuara, em Canindé, resultou em verdadeira carnificina, com o trágico saldo de quatro mortos, seis feridos e intrigas que, nesses casos, se perpetuarão.

O jornal *O Povo*, também do dia 4, informou:

Referimo-nos ao conflito de Japuara, localidade à margem da rodovia BR-020, distante 15 quilômetros de Canindé, onde morreram alvejados a bala e atingidos nos golpes de foice, machado, facão e pauladas o Delegado Civil deste município Cídio Martins, (também era agente de Polícia, lotado no DOPS), o soldado da Polícia Militar, Jorge Paulo de Freitas, o carregador Joaquim Rodrigues, conhecido por Joaquim Piau e o agricultor Raimundo Nonato da Paz, vulgo Nonato [sic] 21. Ontem, pela manhã, após

24 horas, a Polícia encontrou o corpo deste último, que havia sido abandonado no casebre fechado pelo grupo de Francisco Nogueira Pio, principal participante do conflito sangrento, originado de uma invasão determinada pelo fazendeiro César Campos.

O *Correio do Ceará*, do dia 6, relatou as causas do conflito:

A Fazenda Japuara, de Canindé, antes de se transformar em palco de uma tragédia, foi – e ainda é – motivo de litígio judicial. César Campos, seu proprietário, recorreu à Justiça para obter a decretação do despejo de seus moradores, através do deputado Barros dos Santos, seu advogado. Estes também o fizeram, para conseguir a sustação da ordem até a indenização das benfeitorias que realizaram nas terras litigiosas. O proprietário, não satisfeito com a decisão, resolveu promover o despejo “na marra”, dando lugar ao conflito sangrento.

“César Campos e a polícia de Canindé são os únicos responsáveis pelo que ocorreu sábado último na fazenda Japuara” – afirmou o agricultor Francisco Nogueira Barros, Pio. [...] E acrescentou que dias antes do conflito sangrento, a 22 de dezembro, soldados da Polícia Militar, a mando de César, foram a Japuara arrancar cancelas e tomar tarrafas de pescadores, enquanto outro elemento queimava roçados de moradores da propriedade.

O caso na CEMDP (366/96) teve como relatora Suzana Keniger Lisbôa e foi indeferido por unanimidade, em 19 de novembro de 1996, em decorrência de ter sido protocolado fora do prazo estipulado por lei.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP. Caso 366/96, na CEMDP.



Raimundo Eduardo da Silva

Nasceu em 23 de março de 1948, natural de Formiga (MG), filho de Pedro Eduardo e Maria Francisca de Jesus. Morto em 5 de janeiro de 1971. Militante da Ação Popular (AP).

Era estudante, negro e trabalhava como operário metalúrgico na cidade de Mauá, grande São Paulo. Estudou no Colégio Estadual Visconde de Mauá. Atuava junto ao grupo de jovens da Igreja no Jardim Zaíra, onde foi presidente da Sociedade Amigos do Bairro. Entre 1967 e 1970, trabalhou nas empresas Fertilizantes Capuava, Laminação Nacional de Metais e IBRAPE.

Sua morte alcançou repercussão na imprensa quando o padre Giulio Vicini e a assistente social Yara Spadini foram presos e torturados porque portavam a matriz de impressão de um panfleto denunciando a morte sob torturas de Raimundo. O arcebispo metropolitano de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, os visitou na prisão e procurou o governador Abreu Sodré a fim de obter autorização para dar assistência médica aos dois. Em 4 de fevereiro, após o fracasso do encontro com o governador, redigiu um aviso distribuído em todas as paróquias denunciando as torturas sofridas pelos dois e exigindo um inquérito para apurar os fatos e a aplicação de punição.

Na apelação nº 38.650 do STM, à página 308, referente à defesa de padre Giulio e da assistente social Yara, pode ser recuperada parte dos fatos, a saber:

Apurou que, no dia 23 de novembro de 1970, o operário Raimundo fora golpeado por um pontão de faca, em uma briga comum. Fora operado, estava internado em uma casa de saúde (a sentença fala em SAMCIL), sendo retirado do leito hospitalar por investigadores quando ainda necessitava de tratamento médico. Apurou mais que o rapaz morrera cerca de um mês e meio depois de haver recebido a facada, no dia 5 de janeiro, no Hospital do Exército em São Paulo, onde se encontrava a disposição do CODI, conforme documentos oferecidos pelo DEOPS e que se encontram às folhas 138 e 141.

Seu irmão Hélio Jerônimo da Silva contestou essa versão. Segundo ele, Raimundo foi retirado da Clínica onde convalescia de cirurgia, levado para o DOI-CODI/SP (antiga Oban) e não para o Hospital do Exército, localizado no bairro do Cambuci. No Hospital do Exército, quando procurava saber notícias do irmão, Hélio soube por um oficial, o qual

não quis se identificar, que Raimundo estava no DOI-CODI/SP. Hélio esclareceu que, durante esse período, sua mãe levava roupas e alimentos para serem entregues a Raimundo, já que as visitas não eram permitidas. Finalmente, em 4 de janeiro de 1971, um dos policiais recusou-se a receber os alimentos, alegando que a pessoa a quem eram destinados “*já estava fedendo há muito tempo*”.

Os familiares, então, foram procurar Raimundo no IML, onde foram informados de que o mesmo já havia sido enterrado como indigente no cemitério de Perus. O atestado de óbito só foi fornecido à família um mês depois. Apenas três anos mais tarde, os restos mortais de Raimundo puderam ser exumados e sepultados em local escolhido pela família.

A necropsia foi feita no IML/SP em 22 de janeiro de 1971, pelos legistas João Grigorian e Orlando José Bastos Brandão, que não relataram as torturas sofridas por Raimundo e deram como *causa mortis* “*peritonite*”.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, afirmam que ele “*faleceu em 05/01/71, em virtude de agressão a faca por parte de outro preso*”.

Na documentação do IML, no exame necroscópico, foi encontrada a prova que estabeleceu a morte em “*dependência policial ou assemelhada*”:

[...] *vítima de agressão a faca (arma branca), em data de vinte e três de novembro de setenta, às quinze horas, sendo socorrido pela SAMCIL e, posteriormente, encaminhado ao Hospital Central do Exército, aonde veio a falecer às duas horas e quarenta e cinco minutos de cinco de janeiro de setenta e um.*

Na CEMDP, o relator do caso, general Oswaldo Pereira Gomes, votou pelo deferimento do caso, aprovado por unanimidade, em 14 de maio de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 259/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 318-319.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

Aldo de Sá Brito Souza Neto

Nasceu em 20 de janeiro de 1951, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Aldo Leão de Souza e Therezinha Barros Câmara de Souza. Morto em 7 de janeiro de 1971. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Aldo concluiu o ginásio (atual ensino fundamental) no Colégio Santo Inácio e fez o curso científico (ensino médio) no Colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro. Após a morte de sua mãe, em 1962, foi criado pela avó, Mercedes de Paiva Barros Câmara. Iniciou sua militância na ALN muito jovem e chegou ao comando regional da organização no Rio de Janeiro.

Foi preso em 6 de janeiro de 1971 por agentes do DOI-CODI de Belo Horizonte (MG). Testemunhas de sua prisão, Marcos Nonato da Fonseca e Manoel José Nunes Mendes de Abreu, assassinados posteriormente, relataram, à época, o ocorrido. Os três fugiam à perseguição dos órgãos de segurança em Belo Horizonte quando Aldo caiu ao tentar pular de um prédio para outro, foi preso e morto no dia seguinte.

Nos dias em que terminavam as tensas negociações para a libertação dos 70 presos políticos em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado no Rio de Janeiro em 7 dezembro de 1970, os jornais estamparam notas sobre sua prisão. O jornal *Estado de Minas*, de 8 de janeiro de 1971, noticiou o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, ocorrido no dia 6, que teria sido realizado por cinco pessoas, militantes da ALN, relatando a prisão de duas, a morte de uma e a fuga de outras duas. Esclarecia que “*Em benefício das investigações, os nomes são mantidos em sigilo, sabendo-se, entretanto, que o assalto interessava a área da subversão*”, mas informava que o morto seria Fernando Araújo Bacelar, que caíra do terceiro andar de um prédio ao tentar fugir. Com a queda, teria quebrado a bacia e morrido no Hospital Militar, onde havia chegado semiconsciente, dizendo, com muito esforço, chamar-se Haroldo.



Em 9 de janeiro, as manchetes dos jornais informaram que estava preso o “terrorista que seqüestrou o embaixador suíço”. Assumiram sua prisão com o nome verdadeiro, a qual teria ocorrido quando do “estouro” de um “aparelho subversivo”, conforme o *Diário da Tarde* e o *Globo*. Em entrevista à imprensa, o delegado do DOPS/MG, Renato Divani Aragão, afirmou: “O homem forte da ALN [Aldo] no Brasil estava sendo interrogado naquele momento, 15h30min, não permitindo fotos e nenhum contato dos repórteres com ele”, de acordo com o *Diário da Tarde* daquele mesmo dia.

O jornal *Estado de Minas*, de 9 de janeiro, ainda publicou: “Aldo Sá Brito Souza Neto [...] está preso: foi apanhado ontem nas ‘cercanias de Belo Horizonte’ [...] e está sendo interrogado de baixo do maior sigilo”. Nesse mesmo dia, o referido jornal informava que o corpo do “terrorista” Fernando de Araújo Bacelar (que também usaria o nome de *João Paulo dos Santos*) continuava no IML a espera de seus familiares. Segundo o jornal, os policiais temiam um ataque de seus companheiros com o fim de resgatar seu corpo.

Em 10 de janeiro, os jornais ainda noticiavam a prisão de Aldo. Todos os órgãos de segurança de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo estariam de prontidão à espera de uma ação da ALN para “libertar” Aldo. E ainda informavam que: “Agentes do Centro de Informações do Exército e do Cenimar estiveram em Belo Horizonte ouvindo o seqüestrador, tentando localizar o diplomata através de suas declarações”. A presença de Mercedes Barros Câmara, avó de Aldo, em Belo Horizonte foi noticiada pelo *Estado de Minas* no dia 10. O jornal informou que ela havia retornado ao Rio de Janeiro, na sexta-feira à noite, depois de procurar o corpo de seu neto no IML. Ela fora informada de que o morto não era seu neto e, no DOPS, não pôde ver Aldo, pois ele estaria incomunicável.

Nos dias seguintes, não foram divulgadas quaisquer informações sobre o caso. Somente no dia 14, após a troca dos 70 presos políticos banidos pelo embaixador suíço, e de os presos terem sido levados para o Chile, os jornais voltaram ao caso. Neste dia, em nota oficial, o DOI-CODI/BH informou que Aldo morreria ao tentar escapar do cerco policial jogando-se do terceiro andar de um edifício, “[...] por ocasião da operação policial de captura dos assaltantes do BNMG, dia 6 p.p. e dado inicialmente como Fernando Antonio Araújo Barcelar, [...] na data de hoje, reconhecido oficialmente pelos órgãos de segurança e por familiares, como Aldo de Sá Brito de Souza Neto”. Somente em 14 de janeiro, portanto, a sua morte foi reconhecida oficialmente. A nota informava ainda que o outro preso, visando dificultar a ação policial, havia se identificado como Aldo, e seria processado, tendo sido transferido para o Rio de Janeiro, por requisição das autoridades de segurança. O jornal indicou outras explicações, em uma tentativa frustrada de elucidar as informações desencontradas e, mais uma vez, vincular Aldo ao seqüestro do diplomata:

[...] a afirmação da captura de um dos líderes do terror era a primeira etapa de um plano de investigação, organizado para levar o pânico aos homens do terror, em liberdade. As autoridades sabiam que quem estava preso não era Aldo Sá Brito Souza Neto, pois num simples confronto de impressões digitais qualquer dúvida seria esclarecida. O plano das investigações não podia sofrer alterações porque Aldo [...], vivo, era sempre um trunfo nas mãos das autoridades, na coleta de informações sobre o próprio local onde estaria o embaixador da Suíça.

Os jornais de 15 de janeiro noticiaram ainda que o traslado dos seus restos mortais para o Rio de Janeiro foi escoltado por um inspetor do DOPS/MG e um coronel. Em memória do sobrinho-neto, dom Jayme de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, celebrou uma missa em cerimônia restrita.

A avó relatou ter visto Aldo pela última vez em outubro de 1970. Estava magro e contou-lhe que viajaria sem dizer para onde, dando notícias quando pudesse. Mais tarde, escreveu ao pai pedindo que levasse a avó ao médico e que a felicitasse pelo seu aniversário. Ela ainda testemunhou sua procura pelo neto nos órgãos de repressão e a angústia pela qual passou:

Fui avisada na repartição, por um telefonema anônimo, que meu neto havia sido preso em Belo Horizonte no dia 6 e pedia que eu providenciasse um advogado.

A notícia também foi dada pelos jornais, mas com o retrato de outra pessoa. Pedi, então, uma apresentação do Cardeal D. Jayme de Barros Câmara para o Arcebispo de Belo Horizonte e viajei no mesmo dia. Lá, fui muito bem acolhida pelo Arcebispo que designou o seu bispo auxiliar para me acompanhar onde fosse necessário. Fomos à delegacia de polícia onde nos informaram que Aldo havia sido transferido para Juiz de Fora, mas que dentro de dois dias ele retornaria a Belo Horizonte, quando então, eu poderia vê-lo. Ao retornar ao aeroporto, deparei com a notícia no jornal local de que Aldo havia falecido. Voltei novamente à delegacia e me disseram que havia morrido um jovem de 20 anos por atropelamento, gerando a partir disso uma generalizada confusão, mas que eu seria levada ao necrotério para certificar-me da veracidade dos fatos. Ao chegar no necrotério constatei que não era Aldo. Diante disto voltei ao Rio. Dois dias depois, conforme havia sido acertado com o delegado, voltei a Belo Horizonte com meu genro. Na delegacia, pediram a meu genro para que passasse para outra sala onde lhe mostraram vários retratos de rapazes presos, entre eles um de meu neto que foi logo reconhecido pelo pai. Então, lhe foi dito que Aldo havia falecido em consequência de uma queda, ao tentar fugir, pulando de uma janela no bairro de Santa Inês e em seguida pediram dados sobre o Aldo: filiação, idade etc. Ao anoitecer, voltamos ao Rio de avião. Meu genro estava muito nervoso. Ao chegarmos, deparamos com a casa cheia de parentes, ocasião em que me disseram que uma pessoa ligara para mim com insistência, mas sem se identificar. Em seguida, meu genro, chorando, deu-me a notícia de que Aldo havia falecido. Horas depois, a pessoa, que não quis identificar-se, ligou novamente dando a notícia da morte de Aldo e dizendo que se a família quisesse o corpo que providenciasse a sua remoção para o Rio. O corpo foi removido para o Rio com ordem expressa das autoridades competentes de que não poderia haver velório. Apenas seria permitida a abertura do caixão no cemitério, o que foi feito para um rápido reconhecimento.

O preso político Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins denunciou o assassinato de Aldo efetuado pela polícia de Minas Gerais, em Audiência da Justiça Militar, na Segunda Auditoria da Marinha, em junho de 1971. Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, outros presos políticos denunciaram como os responsáveis por sua morte o tenente Marcelo Paixão de Araújo, do CPOR, o capitão Pedro Ivo e o delegado do DOPS/MG, Renato Divani Aragão.

A família denunciou que Aldo foi torturado com a “coroa de cristo”, fita de aço que, quando gradativamente apertada, esmaga o crânio da vítima, pois constatou um afundamento no crânio de cerca de 2 cm, no momento da identificação do corpo.

O exame necroscópico, realizado no IML/MG em 7 de janeiro de 1971, e firmado pelos legistas Neyder Teixeira e Vera Lúcia Junqueira Monteiro de Barros, informa que a *causa mortis* foi fratura do crânio com hemorragia cerebral. O laudo, feito em nome de Fernando Antônio de Araújo Barcelos, descreve contusões, equimoses, escoriações, fraturas na bacia e ainda um: “[...] hematoma circunscrito da musculatura e das partes moles da região frontal à esquerda. Duas fraturas lineares incompletas ao nível do frontal à esquerda medindo 4 cm de extensão respectivamente”. A resposta, entretanto, ao quarto quesito do laudo, onde consta a pergunta se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, é “*não*”. A certidão de óbito atesta sua morte em 7 de janeiro de 1971, mas foi assinada por outro médico, Djazzar Gonçalves Leite. Os médicos citados não foram investigados pelo CRM/MG, pois sua diretoria arquivou a solicitação de apuração de denúncias contra 12 médicos mineiros acusados de assinar laudos falsos, visando encobrir torturas, feita pelo GTNM/MG em 1991.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, manteve a versão de que Aldo teria se atirado da janela de um prédio de apartamentos, quando tentava fugir da polícia, e que teria falecido no hospital para o qual fora levado em 6 de janeiro.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.
 Arquivos do IEVE/SP. Caso 225/96, na CEMDP.
 DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.
 PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.



A relatora do caso (225/96) na CEMDP, Suzana K. Lisbôa, afirmou: “*As circunstâncias da prisão e morte de Aldo, tal como divulgadas pela imprensa na época, revelam uma das mais esdrúxulas farsas montadas pelos órgãos de segurança para encobrir as torturas e barbaridades praticadas contra os presos políticos*”. E concluiu que, embora não tenha sido possível esclarecer todas as circunstâncias da morte de Aldo, os dados reunidos reafirmam a convicção de que Aldo foi preso, torturado com requintes de crueldade e assassinado pelos órgãos de segurança em Belo Horizonte, estando o caso enquadrado nos termos da lei 9.140/95.

Na CEMDP, seu caso foi aprovado com o voto contrário apenas do general Oswaldo Pereira Gomes, em 23 de abril de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa.

Rubens Beirodt Paiva

Nasceu em 26 de setembro de 1929, em Santos (SP), filho de Jaime de Almeida Paiva e Aracy Beirodt Paiva. Desaparecido em 20 de janeiro de 1971.

Casou-se em 1952 com Maria Eunice Facciola Paiva e tiveram cinco filhos. Diplomou-se engenheiro civil em 1954, na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, sendo orador de sua turma. Tinha o registro CREA nº 10.200-A – 6ª Região.

Participou de importantes momentos da vida nacional. Quando universitário, foi vice-presidente da UEE/SP e, depois, deputado federal, sendo eleito presidente da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras da Câmara Federal. Foi vice-líder do PTB na Câmara e, também, vice-presidente da CPI do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), uma das entidades financiadas pela CIA para fazer propaganda contra o governo democrático. Além disso, exerceu atividades jornalísticas. Fundou o *Jornal de Debates* com o editor Fernando Gasparian e foi diretor do jornal *Última Hora* de São Paulo, até Samuel Wainer vendê-lo para o Grupo Folha da Manhã.

Ativo deputado federal, defensor das bandeiras nacionalistas desde a luta pela criação da Petrobrás, Rubens Paiva foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), em 1964, em virtude, principalmente, de sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito do IBAD, que apurou o recebimento de dólares provenientes dos Estados Unidos, em 1963, pelos generais comprometidos com o golpe de 1964.

Exilou-se na Iugoslávia e depois na França, em Paris. Nove meses depois, voltou à casa da família, em São Paulo. Mudaram-se então para a cidade do Rio de Janeiro, onde Rubens voltou a trabalhar como engenheiro.

Em 20 de janeiro de 1971, depois de receber um telefonema de uma pessoa que queria lhe entregar correspondência do Chile, sua casa, localizada no Leblon, foi invadida e vasculhada, e Rubens Paiva levado em seu próprio carro para o Quartel da 3ª Zona Aérea e, depois, para o DOI-CODI/RJ.

Sua casa ficou ocupada e, no dia seguinte, Eunice Paiva e Eliane, sua filha de 15 anos, foram levadas também ao DOI-CODI/RJ, onde ficaram sem conseguir avistar-se com ele, apesar da confirmação dos agentes do DOI de que ele se encontrava lá. Foram interrogadas várias vezes. Sua filha foi libertada após 24 horas. Sua esposa, Eunice, ao ser libertada, em 2 de fevereiro, viu o carro de Rubens no pátio interno do quartel, o qual foi, posteriormente, devolvido à família mediante recibo de entrega do Ministério do Exército.

A partir desse momento, Eunice começou a tomar conhecimento do que ocorria: onde estaria Rubens Paiva, se não preso? Soube que sua mãe levava roupas para Rubens no segundo andar do Ministério do Exército e que estas inicialmente foram aceitas. Dias depois, foram recusadas sob alegação de que Rubens não se encontrava em nenhuma organização militar sob o comando do I Exército.

A acusação que pesava contra Rubens Paiva era a de manter correspondência com brasileiros exilados no Chile. O Exército, para justificar seu desaparecimento, divulgou nota à imprensa informando que ele teria sido resgatado por seus companheiros “terroristas” ao ser transportado pelos agentes do DOI-CODI, em 28 de janeiro de 1971.

Tal versão foi criada, evidentemente, para encobrir o assassinato sob torturas, já que havia testemunhas da prisão de Rubens, não só sua mulher e filha, mas também outras duas presas políticas, Cecília Viveiros de Castro e Marilena Corona, acareadas com Rubens no quartel da 3ª Zona Aérea, junto ao aeroporto Santos Dumont, na época comandado pelo brigadeiro João Paulo Burnier.

Em sua denúncia, divulgada em 1981, Inês Etienne Romeu declarou que um dos carrascos da *Casa da Morte*, centro clandestino de torturas do CIE localizado em Petrópolis onde esteve presa, conhecido como *Dr. Pepe*, contou-lhe que cometeram um erro ao matar Rubens Paiva.

Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ* publicou, na matéria “*Longe do Ponto Final*”, declarações do ex-médico torturador Amílcar Lobo, na qual asseverou ter visto e atendido Rubens Paiva no DOI-CODI/RJ, preso, em janeiro de 1971. Declarou também que Rubens “*era uma equimose só*” e, no dia seguinte – não sabendo precisar qual o dia –, soube que ele havia morrido.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que:

[...] foi preso em jan./71. Dias depois, segundo a imprensa, evadiu-se de um carro, quando estava sendo transportado por agentes do DOI para outro local, tendo sido instaurado um IPM para apurar o fato, tendo suas conclusões sido amplamente divulgadas pela imprensa. Neste órgão, não há dados que confirmem a versão de que estaria morto.

O relatório do Ministério do Exército informa que:

[...] consta que o nominado, quando conduzido para que indicasse a casa onde poderia estar um elemento que trazia correspondência de banidos que viviam no Chile, foi resgatado nas imediações do Alto da Boa Vista pelos ocupantes de dois carros que interceptaram a viatura em que viajava, após travarem tiroteio com a equipe que o escoltava [...]. Em out./87, o Procurador Geral da Justiça Militar determinou o arquivamento do caso, por extinção da punibilidade do réu, com base na Lei da Anistia [...]. Após o episódio da interceptação e fuga, não existe registro sobre o seu paradeiro.

A versão do relatório do Ministério da Marinha é a seguinte:

Dez./70, preso por atividades subversivas da organização terrorista VPR. Quando foi mostrar a casa onde moravam terroristas, fugiu, tendo o carro em que se encontrava sido atacado por subversivos. Houve troca de tiros, tendo um terrorista sido ferido e apanhado pelos companheiros sem ser identificado.

Em trecho da reportagem de Márcio Bueno, publicada em *Retrato do Brasil*, de 23 a 29 de março de 1987, sob o título “*O Caso Rubens Paiva, um Homicídio Executado e até Hoje Acobertado pelos Setores Militares*”, lê-se:

O caso Rubens Paiva caminhava finalmente para um desfecho. Quase ninguém mais acreditava que um dia se pudesse chegar aos responsáveis pelo seu assassinato e que se pudesse localizar os seus restos mortais.

A elucidação do caso está acontecendo devido a desavenças entre homens que integraram os sinistros órgãos de repressão, dando sangue novo a uma máxima já desmoralizada – a que diz não haver crime perfeito. A reabertura do inquérito foi pedida no ano passado pelo então procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves (que assumiu a sua cadeira de senador, na última quarta-feira, dia 18), exatamente porque a versão oficial falava no seqüestro do deputado por um grupo de terroristas. Este crime escapa à Lei da Anistia e só prescreve depois de 20 anos, o que ocorreria em 1991. Leite Chaves determinou à Polícia Federal que reabrisse o inquérito. O superintendente do órgão, Romeu Tuma, escolheu para presidi-lo o delegado Carlos Alberto Cardoso, garantindo ao procurador-geral que ele não recuaria diante das dificuldades que porventura surgis-

sem. De fato, o delegado indicado conduziu as investigações até concluir que Rubens Paiva fora morto nas dependências do PIC (Pelotão de Investigações Criminais) do Rio. Quando chegou a este ponto julgou-se incompetente para prosseguir e remeteu o inquérito para a Auditoria do Exército do Comando Militar Leste.

[...] Tudo indica, no entanto, que o delegado Carlos Alberto Cardoso já tinha ido longe demais para os padrões de tolerância dos envolvidos no caso [...].

Ao chegar à Auditoria do Exército, o comandante militar da Região Leste, general Brum Negreiros, indicou o general Adriano Áureo Pinheiro para presidir o IPM (Inquérito Policial Militar). E aconteceu o que era de se prever, pelo menos se for considerado o antecedente das investigações sobre o atentado ao Riocentro. O general Adriano não pediu a indicação de um procurador para acompanhar as investigações, o que é praxe nestes casos, cabendo a iniciativa ao próprio Leite Chaves, que indicou o procurador Paulo César de Siqueira Castro. Paulo César encontrou todas as dificuldades para se desincumbir de sua missão, mas não desanimou. O presidente do inquérito simplesmente impediu que ele acompanhasse as investigações, recusou-se a ouvir as testemunhas que ele indicou e por fim ignorou o prazo de 40 dias que teria para concluir o IPM. Não concluiu, não deu satisfações e sequer pediu prorrogação do prazo, demonstrando um desprezo profundo pela Justiça. Diante do que encontrou, Paulo César arregaçou as mangas e começou a fazer investigações paralelas, justificando com a falta de confiança no trabalho do IPM. O procurador chegou aos 5 nomes indicados por Leite Chaves como os responsáveis pelas torturas, morte e ocultação do cadáver de Rubens Paiva.

[...] São o coronel Ronald José da Motta Batista Leão, que foi chefe da II Seção do I Exército, hoje Comando Militar Leste, e o comandante do PIC, o Capitão de Cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, apelidado na Academia Militar de João Coco, o subtenente Ariedisse Barbosa Torres, o major PM/RJ, Riscala Corbage e o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes [...].

[...] Um dos principais colaboradores da Justiça neste caso foi o psiquiatra Amílcar Lobo, que atuou na repressão política como médico que avaliava as condições clínicas dos torturados, para novas sessões de torturas. Depois que foi reconhecido por um grupo de presos políticos há cerca de 5 anos, o “doutor Carneiro”, apelido irônico que recebeu de seus colegas nos porões da repressão, admitiu a participação, mas ressalvando que atuava como médico que aliviava as dores e procurava salvar os torturados [...]. Depois de várias ameaças e de se safar de pelo menos um atentado, Amílcar Lobo concluiu que sua melhor defesa era denunciar seus antigos colegas de profissão.

[...] Esta história de horror começou no dia 20 de janeiro de 1971, um feriado carioca, por ser dia de São Sebastião. Rubens Paiva preparava-se para ir à praia quando foi preso por um grupo de seis homens. “Apenas uma formalidade” disse o chefe do grupo. O ex-deputado, eleito pelo PTB em 1962 e cassado pelo golpe de 1964, pediu licença para trocar de roupa e para apanhar alguns charutos. Depois seguiu com o grupo em seu próprio carro, para nunca mais voltar. O I Exército acobertou os torturadores, emitindo uma nota oficial em que diz que Rubens Paiva fugira “quando era conduzido para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas”. Quando Leite Chaves determinou a reabertura do inquérito, a Assessoria de Comunicação Social do Exército referendou a farsa montada pelo I Exército. Através de nota oficial, repetiu a versão da fuga, depois da troca de tiros entre militares e subversivos.

Elio Gaspari descreveu o caso no livro *A Ditadura Escancarada*:

Levaram-no para uma sala e acarearam-no com duas senhoras, Cecília Viveiros de Castro e Marilena Corona. Os três foram obrigados a ficar de pé, com os braços levantados. Era um fio que começara a ser puxado pelos serviços de informação do governo dois dias antes, em Santiago do Chile. Elas haviam visitado os filhos, tomaram o avião de volta ao Rio e foram presas ao desembarcar. Na bagagem de uma delas acharam pelo menos duas cartas endereçadas a Rubens Paiva. Uma era de Almino Affonso. Outra vinha de Helena Bocayuva, filha do ex-deputado Luiz Fernando (Baby) Bocayuva Cunha. Militante do

MR-8, ela fora fiadora da casa do Rio Comprido onde ficara o embaixador americano Charles Elbrick. Mesmo tendo sido identificada e fotografada durante o seqüestro, escapulira para o exílio. Rubens Paiva, amigo e sócio de seu pai, escondera-a no Rio.

Uma das senhoras se sentiu mal, Rubens Paiva a amparou, foi golpeado por um oficial e respondeu com um palavrão. Surrado, ficou estendido no chão. Horas depois anunciou que iam levá-lo para o Aparelhão. Era o DOI da Barão de Mesquita. No caminho ele reclamava de que não conseguia respirar, mas chegou consciente ao quartel da Polícia do Exército. [...]

Passava pouco de uma hora da madrugada do dia seguinte, quando Amílcar Lobo, aspirante a oficial e médico do DOI, foi acordado em casa e levado para o quartel. Subiu à carceragem do segundo andar e lá, numa das celas do fundo do corredor, encontrou um homem nu, deitado, com os olhos fechados. Tinha todo o corpo marcado de pancadas e o abdômen enrijecido, clássico sintoma de hemorragia interna. "Rubens Paiva", murmurou duas vezes o preso, abrindo os olhos.

[...] Na manhã seguinte o médico foi informado de que Rubens Paiva morrera. Pretendiam esquartejá-lo.

Na época, o caso obteve repercussão na imprensa. A Censura foi mobilizada depois da divulgação da versão oficial de que Rubens Paiva teria sido seqüestrado por um grupo terrorista no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Na tentativa de dissimular a morte sob tortura de Rubens Paiva, foi aberta sindicância para apurar o suposto seqüestro. Em 3 de fevereiro, porém, a Censura proibiu a divulgação de uma carta de sua filha Eliane, de 15 anos, ao então ministro da Justiça Alfredo Buzaid. A ditadura foi pressionada a responder pelo crime. Eunice Paiva recorreu ao STM, por meio do advogado Lino Machado, mas seus pedidos de *habeas corpus* foram negados. O deputado Oscar Pedroso Horta defendeu o caso no CDDPH, mas este foi arquivado em 10 de agosto de 1971 com os votos contrários dos conselheiros Danton Jobim, José Cavalcanti Neves, Pedroso Horta e Nelson Carneiro. Alfredo Buzaid, presidente do CDDPH, desempatou a votação em que se decidiu pelo indeferimento do pedido de investigação. O caso alcançou repercussão também no Congresso Nacional, por meio dos pronunciamentos do deputado Marcos Freire, de Pernambuco.

Em todos esses anos, surgiram muitas hipóteses sobre onde estariam os restos mortais de Rubens Paiva. Contudo, buscas e escavações foram feitas, sem qualquer resultado. Nos anos 1990, Eunice Paiva iniciou uma ação cível de indenização, na 2ª Vara da Justiça Federal/RJ. Em setembro de 1998, a União foi condenada a pagar uma reparação financeira pelo desaparecimento de Rubens B. Paiva.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Sua esposa, Maria Eunice Facciola Paiva, que foi membro da CEMDP, não requereu a indenização prevista na lei.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

BUENO, Márcio. O caso Rubens Paiva, um homicídio executado e até hoje acobertado pelos setores militares. *Retrato do Brasil*, São Paulo: 23 a 29 mar. 1987, p. 7.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos.* Rio de Janeiro: Opção, 1979.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 324-328.

ROMEU, Inês Etienne. "Relatório Inês. Dossiê da tortura". *O Pasquim*, Rio de Janeiro, nº 607, 12-18 jan. 1981, p. 4-5 e 26.

Aderval Alves Coqueiro

Nasceu, em 18 de julho de 1937, em Aracatu (BA), filho de José Augusto Coqueiro e Jovelina Alves Coqueiro. Morto em 6 de fevereiro de 1971. Militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Casado com Isaura Silva Coqueiro, com quem teve duas filhas.

Como candango, participou da construção de Brasília (DF). Desde 1961, passou a viver em São Paulo, onde trabalhava como operário da construção civil. Iniciou cedo sua militância no PCB. Desligou-se desse partido e passou a integrar o Comitê Regional do PCdoB/SP, centrando suas atividades na zona rural. Posteriormente, ingressou na Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB. Passou a viver em São Bernardo e Diadema, na grande São Paulo, quando trabalhou como operador de máquinas e vendedor autônomo.



Preso em 29 de maio de 1969, na 2ª Companhia da Polícia do Exército (PE), em São Paulo, foi transferido para o DOPS/SP e torturado pelo delegado Sérgio P. Fleury. Finalmente, permaneceu encarcerado no Presídio Tiradentes. Em junho de 1970, foi banido do território brasileiro, por ocasião do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, dirigindo-se para a Argélia com outros 39 presos políticos. Deslocou-se para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e retornou ao Brasil como integrante do MRT.

Coqueiro foi o primeiro banido a retornar ao país. Regressou ao Brasil em 31 de janeiro de 1971, indo morar em um apartamento no bairro Cosme Velho, Rio de Janeiro, onde foi localizado e morto em 6 de fevereiro de 1971. Segundo testemunhas, uma grande área do bairro foi cercada pelos agentes policiais com o objetivo de evitar sua fuga. Assim que os policiais do DOI-CODI/RJ invadiram o apartamento, começaram a atirar. Coqueiro foi abatido pelas costas no pátio interno do prédio.

O *Jornal do Brasil*, de 8 de fevereiro de 1971, noticiou a sua morte em matéria intitulada “*Banido Retorna, é Descoberto e Morto a Tiros*”, em que publicou:

O informe distribuído ontem às 16 horas pelos órgãos de segurança, esclarecia: “Cerca das 13h30m de hoje, dia 6 de fevereiro de 1970, foi localizado na Rua Cosme Velho nº 1061 – apartamento 202 – o terrorista Aderval Alves Coqueiro, banido do território nacional pelo Decreto número 66716, de 15 de junho de 1970, por haver sido trocado pelo Embaixador alemão von Holleben”.

E adiante: “[...] reagiu violentamente à prisão, sendo morto no local”.

O jornal publicou também uma foto em que Coqueiro jaz no chão, com um revólver a cerca de 30 cm de sua mão.

O *Jornal da Tarde*, de 8 de fevereiro de 1971, também noticiou sua morte com as manchetes “*Esta Morte Prova: os banidos estão voltando*” e “*Assim Volta o Terrorismo*”.

Seu corpo entrou no IML com guia s/nº do DOPS. O óbito foi firmado por João Guilherme Figueiredo e teve como declarante Reinaldo da Fonseca Mota. O corpo foi entregue à sua família, que o sepultou no Cemitério de Inhaúma (RJ), em 14 de fevereiro de 1971.

Com o intuito de restabelecer a verdade, 25 anos depois a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos voltou ao prédio onde ocorreu a execução de Aderval e ouviu a versão de Francisco Soares, antigo zelador, da qual reproduzimos o trecho abaixo:

[...] nesse mesmo dia, após algumas horas, cheguei à janela e vi que o prédio estava cercado por uma centena de policiais civis e a Polícia do Exército, logo depois, o prédio foi invadido por vários homens armados e foram direto para o apartamento 202. Neste momento, um oficial mandou que eu saísse da janela. Posteriormente, escutei um militar gritar “átira e mata”. Logo depois escutei uma grande gritaria nos fundos do prédio e vários disparos de armas, que durou somente alguns segundos. Escutei uma pessoa falar “temos presunto fresco”. [...] quando eu cheguei nos fundos, onde encontra-se a piscina, vi o rapaz do apartamento 202 estirado no chão, perguntaram se eu o conhecia, disse que era a pessoa que estava limpando o apartamento 202, me responderam que ele era um perigoso subversivo chamado “Baiano Coqueiro”. Observei várias marcas de tiros, não sabendo dizer quantas, estando ele somente de calção, sem camisa e desarmado. Também ouvi o policial dizer “bota a arma do lado dele” [...].

Nas pesquisas feitas no IML/RJ, não foi encontrado o laudo de necropsia, nem laudos e fotos de perícia de local no Instituto de Criminalística do Estado (ICE/RJ), apesar da existência das fotos fornecidas, à época, para a imprensa. Posteriormente, a Comissão de Familiares encontrou o laudo de necropsia no arquivo do DOPS/SP e adquiriu fotos do cadáver, cedidas pela Agência JB, e enviou à CEMDP fotos atuais do prédio onde ocorreu a morte.

Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas ao caso e solicitou ao IML/RJ o laudo necropsológico de Aderval. Recebeu apenas uma certidão confirmando a data do óbito e informando que a morte ocorreu “[...] em consequência de crime, sendo a causa mortis ferida transfixante do tórax – lesão do pulmão direito”. Em seu relatório asseverou:

O episódio teve grande repercussão na imprensa porque Aderval Alves Coqueiro foi o primeiro banido (um dos presos políticos trocados em junho de 1970 pelo embaixador alemão Von Holleben) encontrado no Brasil pelos órgãos de segurança. Franquearam o acesso de fotógrafos ao local, mas, aparentemente, não exibiram para imprensa, salvo o repórter, nenhuma indicação da alegada resistência a tiros. Disparos de arma de fogo, no entanto, deixam vestígios, provocam danos. O fato é que não se tem conhecimento nem do número de tiros supostamente disparados por Coqueiro.

Aumenta a estranheza em relação à falta de empenho dos agentes em exhibir para os jornalistas os sinais do suposto ataque armado, com a leitura da reportagem juntada às fls. 110. Com efeito, segundo a matéria, “alguns dos participantes da operação que acabou com a localização de Aderval acham que a nota distribuída pelo Exército foi muito ‘lacônica’ e deveria ter enfatizado o diálogo mantido entre os agentes e o terrorista”. A reportagem prossegue:

“Do jeito que a coisa foi posta — diz um dos oficiais, parece que pegamos um homem desarmado, desprevenido, e o matamos covardemente... Foi ele quem atirou primeiro e nós tivemos que entrar atirando também.”

O jornalista não iria inventar um diálogo relacionado com o mundo da Segurança Nacional naquela altura da história brasileira. Há uma fonte militar e o dito oficial em off. Apesar do desconforto do oficial diante da timidez da nota do Exército, nenhum outro indício da reação armada foi publicado pelo jornal. E, além do laudo necroscópico, não foi localizado qualquer outro documento indicando materialmente a ocorrência de um efetivo tiroteio entre o militante e os agentes. Não faria sentido o desaparecimento da prova que confirmasse o tiro ou os tiros desferidos por Coqueiro.

Segundo a mesma reportagem, os oficiais que participaram da operação disseram que teriam preferido pegar Aderval vivo para, e através de seu depoimento, chegar até os outros seis terroristas que estão no Brasil, no eixo Rio-São Paulo. O raciocínio é lógico, mas não pode ser descartada a hipótese de execução, justamente para desencorajar o retorno de outros banidos ao país. A eliminação sumária dos chamados terroristas fazia parte da estratégia dos órgãos da repressão.

Finalmente, o oficial diz à reportagem que Coqueiro teria sido localizado graças ao depoimento de Rubens Paiva, acrescentando que foi durante uma batida para a localização da vítima que ocorreu o seqüestro do parlamentar por um suposto grupo de guerrilheiros e seu seqüente desaparecimento. Mas a versão de que Rubens Paiva foi seqüestrado por guerrilheiros é insustentável: ele morreu em estabelecimento militar. Não há muita lógica na tentativa de se relacionar um episódio ao outro, mas o encadeamento de mentiras mina a credibilidade da versão.

Não é tudo. As fotos obtidas junto à Agência JB indicam, com absoluta clareza, que a vítima não foi abatida no local em que se encontrava o corpo. O cadáver foi arrastado para lá. As manchas de sangue no piso são visíveis e indicam o movimento. O revólver, portanto, também não poderia se encontrar naquela posição, na mão direita.

As fotos indicam, ainda, que o cadáver de Coqueiro apresentava outras lesões, além das feridas transfixantes do tórax e abdômen, mencionados na certidão de óbito e, em parte, no documento encaminhado pelo IML: Há nítidos sinais de ferimentos na cabeça, na nádega esquerda e na perna direita.

Há uma situação de cerco e uma morte não esclarecida. Os elementos de prova reunidos se harmonizam com o depoimento do zelador. Há fortes indícios de que a cena foi montada: não haveria motivo para a montagem da cena se o militante, de fato, tivesse reagido a tiros à voz de prisão. O militante foi encurralado. O prédio estava isolado e cercado por um poderoso aparato policial, composto, segundo os jornais, por 50 homens armados, mais do que suficiente para a detenção.

O pedido da família no caso (244/96) foi acolhido por unanimidade pela CEMDP, em 7 de agosto de 1997, sendo relator o deputado Nilmário Miranda, com pedido de vistas e o voto favorável de Luís Francisco Carvalho Filho.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 244/96, na CEMDP.



Odijas Carvalho de Souza

Nasceu em 21 de outubro de 1945, em Atalaia (AL), filho de Osano Francisco de Souza e Anália Carvalho de Souza. Morto em 8 de fevereiro de 1971. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Era estudante de agronomia da Universidade Rural de Pernambuco e líder estudantil. Vivia de vender livros e dar aulas particulares.

Foi preso na praia de Maria Farinha, no município de Paulista (PE), em 30 de janeiro de 1971, juntamente com Lylia da Silva Guedes. Os policiais responsáveis por sua prisão foram: Edmundo de Brito, Fausto Venâncio da Silva Filho, Ivaldo Nicodemus Vieira e Severino Pereira da Silva, todos do DOPS/PE. Foi torturado no DOPS, onde permaneceu por uma semana.

Após esse período, em 6 de fevereiro de 1971, foi levado às pressas para o Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, vindo a morrer dois dias depois em consequência das torturas. Ele estava com retenção de urina, vomitando sangue e com ossos fraturados. A divulgação oficial de sua morte ocorreu somente em 28 de fevereiro, a *causa mortis* apresentada foi embolia pulmonar.

O assassinato foi denunciado por vários presos políticos, em depoimentos prestados na Auditoria de Guerra da 7ª Região Militar, entre eles os de Alberto Vinícius de Melo do Nascimento, Lylia da Silva Guedes, Cláudio Gurgel, Carlos Alberto Soares e Rosa Maria Barros dos Santos, além da mulher de Odijas, Maria Yvone de Souza Loureiro.

O depoimento de Alberto Vinícius descreveu o sofrimento de Odijas:

No dia 30 de janeiro de 1971 fui acordado cedo por uma grande movimentação. Por volta das 7h, Odijas passou diante da cela, conduzido por policiais. [...] Apesar da existência da porta de madeira isolando a sala do corredor, chegaram até nós os gritos de Odijas, os ruídos das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante este período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro, colocado sob o chuveiro, para em seguida retornar ao suplício. Em uma dessas vezes, ele chegou até minha cela e pediu-me uma calça emprestada, porque a parte posterior de suas coxas estava em carne viva. Os torturadores animalizados se excitavam ainda mais, redobrando golpes exatamente ali. Em um determinado momento, nossa tensão, angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan, outro preso político, resolveu contar os golpes e gritos sucessivos. Lembro-me que a contagem passou dos 300. Por volta das 2h, os torturadores, extenuados e vencidos, colocaram Odijas na cela. Passados alguns minutos, apareceu o delegado Silvestre, visivelmente irritado, gritando com os torturadores, ordenou o reinício do assassinato que se prolongou até 4h do dia 31 de janeiro. Desse dia ao dia 5 não foi mais torturado fisicamente. Seu estado de saúde era gravíssimo. Estava com retenção urinária, vomitando sangue e sem alimentar-se. Foi retirado uma vez para um hospital onde urinou por meio de uma sonda. O ódio e a selvageria dos torturadores deixaram que ele definhasse, sem assistência médica até, finalmente, sem possibilidade de sobrevivência, ser retirado às pressas para um hospital, vindo a falecer três dias depois.

O preso político Mário Miranda de Albuquerque, uma das testemunhas do assassinato, denunciou as torturas que culminaram na morte de Odijas e, também, os nomes dos responsáveis: delegado José Silvestre, do DOPS/PE, os agentes Ivanildo Nemésio e Miranda e o delegado Carlos Brito.

O deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara e membro do CDDPH, protocolou denúncia sobre a morte de Odijas, mas o caso foi arquivado em 16 de agosto de 1972, vencido o voto de José Cavalcanti Neves, que propôs a remessa de cópias das peças dos autos ao Procurador-Geral do Estado de Pernambuco para as providências cabíveis.

O atestado de óbito fornecido pelo IML/PE foi assinado por Ednaldo Paz de Vasconcelos

e tinha como *causa mortis* embolia pulmonar. Odijas apresentava várias fraturas de ossos, ruptura de rins, baço e fígado.

Foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, no Recife, sob o nome de *Oσίας de Carvalho Souza*, e não Odijas, o que dificultou a localização de seu corpo pelos familiares.

De acordo com o relator do caso na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes,

[...] essa prova testemunhal de presos e companheiros de lutas têm valor se cotejadas e amparadas por outros indícios conforme passamos a expor: Odijas foi preso pela Polícia de Pernambuco em 30/01/1971 (doc. da SSP de Pernambuco); a vítima somente baixou ao HPM de Pernambuco no dia 06/02/1971; faleceu de embolia pulmonar no dia 8 de fevereiro. A baixa ao Hospital foi por problemas renais; a morte por embolia pulmonar, dois dias depois. A idade de Odijas: 26 anos; o fato de não haver qualquer notícia de que fosse uma pessoa doentia; o curto espaço de tempo da prisão: 6 dias; e principalmente a “causa mortis” – embolia pulmonar, tudo a indicar que sofreu violenta agressão física.

O requerimento foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 2 de abril de 1996.

Em sua homenagem, foi dado o nome de Odijas Carvalho Souza a uma rua em Maceió, no Parque dos Eucaliptos.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 191/96, na CEMDP.

PROGRAMA Rua Viva: Biografia de Mortos e Desaparecidos Políticos Alagoanos durante a Ditadura Militar. Maceió: PECDH, Prefeitura de Maceió, Alagoas, s/d.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

José Dalmo Guimarães Lins

Nasceu em 13 de março de 1937, em Maceió (AL), filho de Sadote Pierre Lins e Iracema Guimarães Lins. Morto em 11 de fevereiro de 1971. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Estudou no Colégio Marista Alagoano. Ainda na adolescência, iniciou sua militância no PCB. Trabalhava como representante comercial de laboratórios farmacêuticos.

Trabalhou inicialmente como cronista no jornal *A Voz do Povo*. Entre 1962 e 1963, Dalmo esteve em Cuba e na União Soviética, fazendo cursos na área de ciências políticas. De volta a Maceió, passou a integrar a executiva estadual do PCB. Dois dias após o golpe de 1964, ele e outros companheiros foram detidos na Cadeia Pública, onde hoje é o Quartel da Polícia Militar. De acordo com certidão da Abin, em 1963 ele foi processado, acusado de transgredir a LSN. O Conselho Permanente de Justiça da 7ª Região Militar, no Recife, julgou a denúncia improcedente e o absolveu, por falta de provas. Em 1969, consta entre os ex-presos controlados pela Polícia do I Exército.

Depois de libertado, Dalmo ainda morou algum tempo em Alagoas. Chegou a cursar a Faculdade de Direito na Universidade Federal de Alagoas, mas foi expulso sob a acusação de subversão. No começo de 1967, ele e sua companheira, Maria Luiza de Araújo, recém-formada em Medicina, mudaram-se para o Rio de Janeiro (RJ). Em 18 de maio de 1970, o apartamento onde moravam foi invadido, ambos foram presos e levados para o quartel do Exército da rua Barão de Mesquita, onde funcionava o DOI-CODI/RJ. José Dalmo permaneceu detido por seis meses, e Maria Luiza até 20 de março de 1972.

Documento encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública/RJ à CEMDP informou que Dalmo foi identificado e fotografado em 18 de maio de 1970. Neste dia foi recolhido ao xadrez especial e ficou à disposição do DOPS para responder inquérito. Em 19 de maio, prestou declaração e foi removido para o CODI no dia seguinte.

Dalmo não conseguiu superar os traumas da tortura e em 11 de fevereiro de 1971 atirou-se do sexto andar do prédio onde morava. Maria Luiza foi escoltada por soldados do Exército e policiais ao enterro do marido. Álvaro Caldas refere-se a Dalmo, seu companheiro de prisão, no livro *Tirando o Capuz*:

O Dalmo [...] preso doente, esquizofrênico, era outro que precisávamos acompanhar com cuidado. Interrompendo bruscamente um tratamento psiquiátrico, foi jogado naquele “hospital” onde os torturadores faziam o papel de loucos e de médicos ao mesmo



Documentos consultados:

Caso 152/04, na CEMDP.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 141-142.

PROGRAMA Rua Viva: Biografia de Mortos e Desaparecidos Políticos Alagoanos durante a Ditadura Militar. Maceió: PECDH, Prefeitura de Maceió, Alagoas, s/d.

tempo. Era duro vê-lo ao final das tardes encostado nas grades, esperando pelo seu tranqüilizante que não vinha, chamando pelo guarda e repetindo: “Me dá o meu Aloperidol, ah, guarda dá o meu Aloperidol”. Muitas vezes o remédio era pedido em coro, e não havia meios de conseguir a transferência do Dalmo para um hospital e nem mesmo de deixar o frasco na cela. Apesar de já apresentar sinais de catatonía, de ter os movimentos enrijecidos, ele se esforçava em participar da vida coletiva, integrando-se nas representações teatrais, participando das sessões musicais em que velhas canções como “Laranja Madura” e “Jardineira” eram lembradas. Ou cantando sozinho enquanto andava na cela, com sua voz forte e sentida: “Moon River”. O Dalmo não mais se recuperou. As marcas e feridas acumuladas naquela oficina de torturas o atingiram profundamente. Depois de libertado, continuou visitando regularmente sua companheira, presa em Bangu, mas era um homem inseguro, nervoso, com crises freqüentes. Numa delas, em fevereiro de 1971, suicidou-se, pulando do sexto andar do apartamento onde morava, no Leblon.

Na CEMDP, tendo como relatora do processo Maria do Rosário Nunes, seu caso foi aprovado por unanimidade, em 7 de abril de 2005, após a ampliação da lei 9.140/95 com a edição da lei 10.875/04, que abrange os casos de suicídios decorrentes da repressão política.

Em sua homenagem, a cidade de Maceió deu o seu nome a uma rua no Parque dos Eucaliptos.

Primeiros desaparecidos na Casa da Morte em Petrópolis



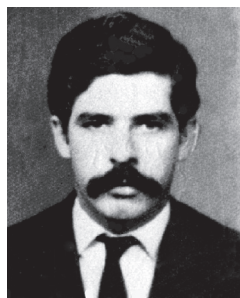
Antônio Joaquim de Souza Machado

Nasceu em 13 de setembro de 1939, em Papagaios (MG), filho de Joaquim Maria de Souza Machado e Maria de Oliveira Campos. Desaparecido em 15 de fevereiro de 1971. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Filho de um fazendeiro e vereador pela UDN por duas vezes na cidade de Pompeu, no oeste de Minas, *Quincas*, como Antônio era conhecido, estudou em um internato no Ginásio São Francisco, em Pará de Minas (MG) e, depois, no Colégio Dom Silvério, em Sete Lagoas (MG). Ingressou no curso de Direito da UFMG em 1960, e se formou em 1965.

Participou da JEC e da JUC e da formação da Ação Popular. Por ocasião do golpe militar de 1964, quando a Faculdade de Direito foi invadida por forças policiais, escapou de ser preso, escondendo-se em um armário. Sua liderança na universidade o transformou em alvo da perseguição policial, obrigando-o a interromper os estudos após o golpe. Viajou para o Rio de Janeiro, retornando em 1965 para terminar o curso. Em 1966, já desligado da AP, atuou na campanha eleitoral de Edgar da Mata Machado, do MDB, contrariando a tese do voto nulo, defendida por parte da esquerda naquele período.

Advogou na capital mineira e em Teófilo Otoni (MG) até se mudar para o Rio de Janeiro, já como militante da VAR-Palmares.



Carlos Alberto Soares de Freitas

Nasceu em 12 de agosto de 1939, em Belo Horizonte, filho de Jayme Martins de Freitas e Alice Soares de Freitas. Desaparecido em 15 de fevereiro de 1971. Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Caçula de oito irmãos, Carlos Alberto cursou o primário no Colégio São Francisco e no Grupo Escolar Manoel Esteves, em Teófilo Otoni (MG), e o secundário nos colégios Anchie-

ta e Tristão de Ataíde, em Belo Horizonte (MG). Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em 1961, no curso de Sociologia e Política. Nesse mesmo ano, foi recrutado pela Polop e inscreveu-se no PSB. Em janeiro de 1962, escolhido por seus companheiros de organização, foi a Cuba para a comemoração da Revolução Cubana e para conhecer melhor aquela experiência.

No período de 1961 a 1965, militou no movimento estudantil e participou do trabalho de implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais. Foi preso em flagrante pichando muros em Belo Horizonte contra o isolamento de Cuba imposto pela OEA e a ditadura, em 26 de julho de 1964. Inicialmente, foi levado para o DOPS e, posteriormente, para a Penitenciária Agrícola de Neves. Por meio de um *habeas corpus*, conseguiu ser libertado em novembro do mesmo ano.

Participou em 1965 da reorganização da seção regional do PSB, tornando-se um dos membros do Comitê Executivo do partido, além de dirigente nacional da Polop. No período de 1965 a 1968, além de outras tarefas, escreveu semanalmente artigos para o jornal operário *Piquete*. Em 1968, foi eleito para a direção nacional do Colina e elaborou documentos usando o pseudônimo de *Fernando Ferreira*. Nessa época, foi um dos diretores da revista *América Latina*.

Em 1967, foi condenado, como revel, a dois anos de prisão pela Auditoria do Exército da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora (MG). Iniciou então sua vida na clandestinidade. Em janeiro de 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro. Participou da criação da VAR-Palmares, uma organização formada da fusão de militantes do Colina e da VPR, em julho de 1969, no Congresso de Mongaguá (SP), quando passou a integrar seu Comando Nacional. Permaneceu na direção da organização até seu desaparecimento.

O desaparecimento

Antônio Joaquim de Souza Machado e Carlos Alberto Soares de Freitas – *Beto*, para a família, e *Bruno*, o codinome da clandestinidade – foram presos pelo DOI-CODI/RJ, na rua Farme de Amoedo, altura do número 135, na pensão em que moravam, em 15 de fevereiro de 1971. Na mesma data e local, foi preso Sérgio Emanuel Dias Campos, sobrevivente desse episódio. Em abril de 1996, Sérgio encaminhou a seguinte declaração escrita, anexada ao caso na CEMDP:

Na noite do dia 14 de fevereiro de 1971, por volta das 20 horas, juntamente com Rosalina Santa Cruz e seu companheiro, [...] encontrei-me com Antônio Joaquim Machado, [...] próximo à Rua Farme de Amoedo [...]. Percebi que Antônio encontrava-se tenso, sentindo-se ameaçado e que por questões de segurança não me colocou as razões [...]. Foi a última vez que estive com Antônio Joaquim.

Na manhã do dia 15 de fevereiro de 1971, por volta das 9:00 horas, encontrei-me com Carlos Alberto Soares de Freitas, na Rua Farme de Amoedo, 135, Ipanema.

Neste encontro ele me revelou que Antônio Joaquim Machado por estar sem lugar para ficar, havia dormido na noite anterior (14 para 15 de fevereiro) neste local. Carlos Alberto ainda revelou que havia escondido suas anotações de contatos com os militantes da VAR-Palmares da sua área de trabalho no Norte em uma fresta de uma cômoda existente no quarto. Combinamos que em qualquer situação de ameaça a sua pessoa ou prisão, eu deveria destruí-los.

Nesta ocasião, marcamos um encontro por volta das 18:00 horas daquele mesmo dia [...].

Saímos juntos de ônibus, eu com destino ao centro da cidade, tendo Carlos Alberto descido na Avenida N. S. Copacabana quase esquina da Av. Princesa Isabel. Foi a última vez que estive com ele.

Na hora acordada, compareci ao encontro [...]. Carlos Alberto não compareceu. Minutos depois, ainda no local, surgiram Rosalina Santa Cruz e seu companheiro [...] que me informaram que Carlos Alberto também não havia comparecido a um encontro com eles [...].

Diante disto, considerei a possibilidade de Carlos Alberto ter sido preso e resolvi, conforme nossa combinação, ir à Rua Farma de Amoedo, 135, para retirar e destruir suas anotações. Cheguei ao apartamento às 22:00 horas e este já se encontrava ocupado por elementos do DOI-CODI/RJ, tendo sido eu preso e removido para suas dependências.

[...] Durante todo o período de meus interrogatórios, supus que Antônio Joaquim e Carlos Alberto estivessem presos, apesar do desmentido permanente dos torturadores e agentes policiais.

As famílias de Carlos Alberto e Antônio Joaquim tentaram exaustivamente alguma pista para localizá-los. Até o fim de 1972, o pai de Joaquim, proprietário de terras em Pompeu, viajou por 22 vezes ao Rio de Janeiro e esteve por três vezes com o ministro da Justiça Armando Falcão. Pelo general reformado Ercindo Lopes Bragança, seu conhecido, soube, em setembro de 1972, que o filho fora preso pela Marinha e entregue ao Exército, mas tais informações nunca foram oficialmente confirmadas.

Em carta à família, Carlos Alberto informou sua prisão e intuía o próprio destino:

Esta carta só lhes será enviada se eu estiver preso. A forma de como lhes chegou não importa. [...] Se quiserem ajudar, ajam da seguinte forma:

1) O objetivo da interferência é conseguir minorar as torturas (impossível detê-las de todo, a não ser num segundo momento). 2) Tem-se que incomodá-los. Encher-lhes a paciência com visitas, com insistência para ver-me. Recusam continuamente. Tentem de novo, mais uma vez, outra, gritem, chorem, levem cartas, não lhes dêem sossego. Sempre se consegue romper a barreira. 3) No princípio eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam, voltem à carga. 4) No meu caso, como noticiaram que eu havia seqüestrado um avião em junho, poderão mesmo jogar com isso e dar-me sumiço.

A família foi avisada da prisão de Carlos Alberto por um telefonema de um companheiro da VAR-Palmares. Imediatamente a família contratou os serviços do advogado Osvaldo Mendonça Júnior, assistente designado pelo advogado Sobral Pinto, que impetrou um *habeas corpus*. Mobilizaram também o advogado Antônio Modesto da Silveira.

Em resposta ao *habeas corpus* impetrado em maio de 1971, feito em nome de Carlos Alberto Soares de Freitas, Antônio Joaquim Souza Machado e Sérgio Emanuel Dias Campos, o delegado do DOPS Gastão Fernandes Barbosa respondeu que Antônio e Carlos “[...] jamais estiveram presos ou detidos neste departamento” e que “os demais se encontravam presos à disposição daquela auditoria”. As famílias fizeram contato com as autoridades, encaminhando apelos ao presidente Garrastazu Médici e ao chefe do Gabinete Militar, João Baptista Figueiredo, além do ministro do STM, general Rodrigo Octávio Jordão Ramos. Nenhuma resposta foi dada.

Várias buscas foram feitas na Base Aérea do Galeão, na Ilha das Flores, na Vila Militar, na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, em Salvador (BA). Amigos e pessoas conhecidas o procuraram em outros Estados.

Na delegacia de Itaguaí (RJ), em junho de 1971, o irmão de Carlos Alberto, Eduardo Soares de Freitas, viu um cartaz de “*Terroristas procurados*”, exibindo sua foto riscada com um X.

Maria Clara Abrantes Pêgo, amiga de infância de Antônio e condenada sob a acusação de integrar, com ele, a célula de documentação regional da VAR-Palmares na Guanabara, ao depor na 2ª Auditoria do Exército no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1972, fez uma contundente denúncia das torturas a que foi submetida e do desaparecimento e possível assassinato de Antônio Joaquim e Carlos Alberto na Polícia do Exército, sede do DOI-CODI/RJ.

No relatório sobre sua prisão, publicado no jornal *O Pasquim* em 1981, Inês Etienne Romeu, amiga e companheira de Carlos Alberto desde a faculdade, e sobrevivente da *Casa da Morte*, centro clandestino de torturas do CIE localizado em Petrópolis (RJ), declarou que um dos carcereiros que a mantinha seqüestrada no local, conhecido como *Dr. Pepe*, confirmou-lhe que seu grupo o executara e fora responsável por sua prisão, em fevereiro de 1971.

Amílcar Lobo, na época tenente-médico do Exército, admitiu ter atendido presos políticos na *Casa da Morte* e também no DOI-CODI/RJ, tendo reconhecido Carlos Alberto dentre as fotos de pessoas que atendera no Quartel da Polícia do Exército, entre 1970 e 1974.

Sérgio Ferreira, seu primo, relatou que no fichário da Anistia Internacional, em Londres, Carlos Alberto estava relacionado como tendo sido preso em fevereiro de 1971, com as seguintes informações: “*Torturado no CODI do Rio de Janeiro até abril de 1971 e depois desaparecido*”.

Em homenagem aos dois, as cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte deram os seus nomes a ruas.

Seus nomes contam da lista de desaparecidos políticos, do anexo I, da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 240/96, de Antônio Joaquim de Souza Machado, e 239/96, de Carlos Alberto Soares de Freitas, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. *Projeto A: os Mortos*. Tomo V, v. 4.

ROMEU, Inês Etienne. “Relatório Inês. Dossiê da tortura”. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, nº 607, 12-18 jan. 1981, p. 4-5 e 26.

Falso tiroteio: assassinato de militantes da VPR

Gerson Theodoro de Oliveira

Nasceu em 31 de agosto de 1947, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Geraldo Theodoro de Oliveira e Maria de Lourdes Theodoro de Oliveira. Morto em 22 de março de 1971. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era estudante secundarista e trabalhava como auxiliar de escritório. Em 1968, estudou à noite no curso preparatório ao vestibular do Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. Foi funcionário da Cia. Siderúrgica Nacional, em São Paulo, de 29 de novembro de 1966 a 7 de maio de 1969, quando foi obrigado a abandonar o emprego em função da perseguição política. Desde então, passou a viver na clandestinidade.



Maurício Guilherme da Silveira

Nascido em 3 de fevereiro de 1951, em Itaipava (RJ), filho de Léo Octávio da Silveira e Maria Lacerda de Almeida da Silveira. Morto em 22 de março de 1971. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era estudante secundarista.

Em sua homenagem, o Rio de Janeiro deu o seu nome a uma rua, em Bangu.



As mortes

A nota oficial sobre a morte dos dois militantes foi transcrita de um recorte de jornal sem nome, datado de 23 de março de 1971, anexado ao processo, com o título “*Terroristas Morrem no Rio em Tiroteio*”:

Hoje, dia 22 de março de 1971, cerca das 11 horas, na esquina da rua Cupertino com a Avenida Suburbana, uma equipe de agentes de Segurança em operação encontrou-se com elementos subversivos, os quais, recebendo ordem de prisão, reagiram à mesma, travando-

se cerrado tiroteio, sendo feridos dois terroristas da VPR, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira, que faleceram quando eram transportados para o Hospital Salgado Filho.

As certidões de óbito, assinadas por José Alves de Assunção Menezes, informam o local da morte como sendo rua Barão de Mesquita, 425, endereço da sede do 1º Batalhão da Polícia do Exército, onde funcionava o DOI-CODI/RJ.

A notícia de que teriam sido fuzilados na rua Barão de Mesquita, 425, por agentes do DOI-CODI/RJ, foi divulgada também no boletim da Anistia Internacional de março de 1974.

Conforme o mesmo jornal, de 23 de março de 1971, os dois militantes eram acusados pelos órgãos de segurança de terem participado de diversas ações armadas e do seqüestro do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, em junho de 1970. De acordo com o historiador Jacob Gorender, após o seqüestro do embaixador suíço, iniciado a 7 de dezembro de 1970 e seguido de tensas negociações durante 40 dias para libertar 70 presos políticos, as dissensões internas da VPR vieram a público. A polícia teria apreendido com Gerson e Maurício documento redigido por Carlos Lamarca a respeito de suas divergências com a organização sobre as alternativas de recuo ou nova ofensiva da luta armada, que foi divulgado na imprensa.

Na CEMDP, o relator Paulo Gustavo Gonet Branco, em exame preliminar do caso de Maurício, pediu que fossem apresentados mais elementos, sendo então anexada cópia do processo no STM. Somente a foto do corpo de Maurício foi localizada no arquivo do STM.

O auto de exame cadavérico de Gerson foi localizado nos arquivos do STM e do extinto DOPS/SP, no qual está identificado como *Pedro de Castro Corrêa*. O documento informa: “[...] *na metade esquerda da região frontal existe ferida alongada e rasa, de bordas irregulares, ferida e escoriações também existentes na região mentoniana*”. O único tiro descrito, apesar do alegado cerrado tiroteio, foi dado pelas costas, entrando na região dorsal esquerda, com saída pela frente, na região peitoral direita, de cima para baixo.

Segundo os relatórios dos ministérios da Aeronáutica e da Marinha, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, ambos faleceram “[...] *em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança ao reagir à prisão, em 22 de março de 1971, em Madureira, no Rio de Janeiro*”.

O corpo de Gerson entrou no IML com a guia 48, da 29ª DP, identificado como *Pedro de Castro Corrêa*. Sua certidão de óbito informa que foi retirado do IML por seu pai, que o enterrou no Cemitério São Francisco Xavier, em 30 de março de 1971.

O BO 1.408, da 29ª DP, descreveu os fatos, conforme a versão oficial:

Às 15:00 hs compareceu o Capitão Aranha, da Segurança do I Ex., R. Barão de Mesquita, nº 425, Tijuca, comunicando que, cerca de 11:30 hs, realizando diligência para o Serviço de Segurança Nacional, localizara à Av. Suburbana, esquina com Rua Cupertino (Quintino), dois elementos conhecidos como subversivos, um preto, de nome falso Pedro de Castro Corrêa e outro branco, nome falso Raimundo Nazareno Lobato Rodrigues (este era Maurício Guilherme da Silveira), os quais reagiram à prisão, sacando as armas que portavam e atirando contra o comunicante e demais componentes da equipe, que revidaram em defesa, resultando feridos os dois elementos citados. Ao serem transportados para o hospital mais próximo vieram a falecer, estando os cadáveres no 1º Batalhão da Polícia do Exército (DOI).

Em seu relatório, Paulo Gustavo Gonet Branco analisou os dois casos em conjunto, e concluiu em seu voto que “[...] *a circunstância do óbito ter ocorrido num hospital e o corpo estar em batalhão militar obscurece a credibilidade da versão da morte por tiroteio durante resistência à prisão*”.

O pedido dos familiares de Maurício (caso 011/96) foi aprovado pela CEMDP, em 17 de outubro de 1996, por 6 votos a favor e 1 contra, do general Oswaldo Pereira Gomes.

O caso de Gerson (359/96), por ter sido apresentado após o prazo legal estipulado pela lei 9.140/95, não foi analisado. Reapresentado em 2002 (001/02), foi o primeiro caso a ser votado quando houve a reabertura do prazo, depois da aprovação da lei 10.536, de 14 de agosto de 2002, que alterou dispositivos da lei 9.140/95. Suzana Keniger Lisbôa foi a relatora, e o requerimento obteve a aprovação unânime em 19 de dezembro de 2003. A mãe de Gerson, contudo, não viveu para acompanhar a aprovação do seu requerimento.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 359/96 e 001/02, de Gerson Theodoro de Oliveira, e 011/96, de Maurício Guilherme da Silveira, na CEMDP.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 223.

Desaparecidos na *Casa da Morte* e a vala clandestina de Ricardo de Albuquerque

Marilena Villas Boas Pinto

Nasceu em 8 de julho de 1948, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Feliciano Pinto e Avelina Villas Boas Pinto. Morta em 3 de abril de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Era estudante de Psicologia na Universidade Santa Úrsula, tendo cursado até o 2º ano, quando, em 1969, por sua participação no movimento estudantil, foi obrigada a viver na clandestinidade. Inicialmente, militou na Ação Libertadora Nacional (ALN) e, posteriormente, ligou-se ao MR-8.



Mário de Souza Prata

Nasceu em 26 de setembro de 1945, em Cantagalo (RJ), filho de Mário Rodrigues Prata e Maria de Lourdes Prata. Morto em 3 de abril de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Foi estudante do Colégio Nova Friburgo da Fundação Getúlio Vargas. Estudava engenharia na UFRJ, onde iniciou sua militância política no movimento estudantil, ingressando na clandestinidade em 1969, quando sua prisão preventiva foi decretada pela Justiça Militar.

Em 1982, os estudantes da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, em Nova Friburgo (RJ), deram o nome de Mário Prata ao Diretório Central dos Estudantes, em sua homenagem.



As mortes

Marilena e Mário foram feridos em tiroteio e presos em 2 de abril de 1971, na rua Niquelândia, 23, em Campo Grande, no Rio de Janeiro (RJ).

Marilena, mesmo ferida e sem receber cuidados médicos, foi conduzida às celas de tortura do DOI-CODI/RJ, tendo sido assassinada algumas horas após seu ingresso naquele departamento.

Como testemunho da morte de Marilena sob torturas, há o depoimento da presa política Inês Etienne Romeu, que foi informada da sua morte quando esteve no Hospital Geral do Exército do Rio de Janeiro para tratamento. Lá, Inês ouviu de um médico o relato da noite em que estava de plantão e Marilena chegou para atendimento médico, mas já estava morta.

Marilena foi levada para o centro clandestino de tortura do CIE, em Petrópolis (RJ), conhecido como *Casa da Morte*, conforme relatório de prisão de Inês Etienne Romeu divulgado em 1981. A pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Inês ratificou a denúncia, em abril de 1997:

A pedido, confirmo integralmente o meu depoimento de próprio punho, sobre fatos ocorridos na casa em Petrópolis (RJ), onde fiquei presa de 08/05 a 11/08 de 1971. Esse depoimento é parte integrante do Caso n.º MJ-7252/81 do CDDPH, do Ministério da Justiça. Nesse depoimento está registrado que "Dr. Pepe" contou ainda que Marilena Villas Boas Pinto estivera naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares Freiras,

1. O jornalista Amaury Ribeiro Jr. teve acesso a parte da apostila citada quando entrevistou o general Antônio Bandeira e realizou a série de reportagens “O Baú do General” (O Globo, 5 a 8 de abril de 1998). Na época, o jornalista cedeu uma cópia desse material à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, no qual não consta a descrição da morte de Marilena e Mário. A veracidade de suas informações, porém, é questionável, como ficou comprovado no caso de José Roberto Arantes de Almeida.

condenada à morte e executada. Declaro ainda que estive internada no HCE, no Rio de Janeiro-RJ, de 6 a 8 de maio, que Marilena Villas Boas Pinto havia chegado morta ao HCE; que no dia 8 de maio, na casa de Petrópolis, o “Dr. Pepe” disse que Marilena havia morrido exatamente na mesma cama de campanha onde eu me encontrava, afirmando também que, embora baleada, Marilena tinha sido dura.

No atestado de óbito de Marilena, consta a morte em 3 de abril de 1971, no Hospital Central do Exército (HCE), o qual foi firmado por Rubens Pedro Macuco Janini.

Sua família, após muitas procuras e intermediações, conseguiu resgatar o corpo no HCE e enterrá-lo, em 8 de abril, no Cemitério São Francisco Xavier. Seu caixão foi entregue à família lacrado e, durante o enterro, vários militares à paisana mantiveram presença ostensiva e fizeram provocações aos presentes.

Segundo o ofício 717, do DOPS/RJ, de 8 de julho de 1971, o corpo de Mário de Souza Prata entrou no IML/RJ em 3 de abril de 1971, pela guia 70, da 35ª DP, “[...] como desconhecido, morto em tiroteio com as forças de segurança, às 20:45 horas do dia 2 de abril de 1971”.

Sua identificação foi efetuada e enviada ao DOPS em 6 de abril pelo Instituto Pereira Faustino da SSP/RJ, em Niterói, e informa que ele foi morto em 3 de abril. Assim mesmo, em sua certidão de óbito, emitida em 23 de abril de 1971, ele consta como desconhecido e informa-se que a morte se deu em 2 de abril, às 20h45min. Segundo Informação nº 624/71-G do I Exército (CIE), o suposto tiroteio teria ocorrido às 23 horas do dia 2, pelo menos duas horas depois do horário da morte divulgado na certidão de óbito. O atestado, assinado por José Guilherme Figueiredo, informa a *causa mortis*: “[...] feridas penetrantes do tórax e abdome e transfixantes do abdome com lesão do pulmão esquerdo, fígado e baço – hemorragia interna, anemia aguda”. Entretanto, a única foto do corpo de Mário, encontrada no arquivo do DOPS/RJ, mostra apenas seu rosto, onde aparecem marcas de diversos ferimentos, além de edema na parte frontal do crânio.

Mário foi enterrado como indigente, em 23 de abril de 1971, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, na cova 20.608, quadra 16. Ao lado do número da guia no IML/RJ, onde está identificado como “desconhecido”, consta a marca “sub”, de subversivo. Não se sabe a data em que seus restos mortais foram para o ossário-geral, mas presume-se que estejam na vala clandestina criada no início da década de 1980, onde foram enterradas cerca de 2.100 ossadas de indigentes sepultados no cemitério entre 1971 e janeiro de 1974.

Notícias de sua morte foram publicadas em 4 de junho de 1971, no *Jornal do Brasil*, em *O Globo* e *O Dia*, respectivamente, com as seguintes manchetes: “Casal Terrorista Morto ao Resistir à Ordem de Prisão”; “Terrorista Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão” e “Mortos no Tiroteio Terrorista e a Amante”. Em realidade, todos publicavam na íntegra o comunicado da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que informou: “[...] a morte de Mário ocorreu no dia 3 de abril próximo passado, durante tiroteio que travou com as autoridades ao reagir à prisão. Na ocasião, sua amante Marilena ficou gravemente ferida, vindo a falecer logo depois”.

O relator do caso (048/96), Paulo Gustavo Gonet Branco, votou pelo indeferimento em 14 de maio e Nilmário Miranda pediu vistas.

A CEMDP não conseguiu apurar se realmente houve o alegado enfrentamento na rua Niquelândia, já que não foi localizada perícia de local e tampouco o laudo necroscópico de Mário de Souza Prata. A maioria da CEMDP, contudo, não considerou os indícios provas suficientes de que a morte de Mário de Souza Prata não ocorrera no tiroteio alegado, sendo o requerimento de sua família indeferido, em 7 de agosto de 1997, por 4 votos a 3, sendo vencidos os de Nilmário Miranda, Suzana K. Lisbôa e Luís Francisco Carvalho Filho.

O segundo requerimento da família de Mário de Souza Prata (081/02) teve como relatora Suzana K. Lisbôa e foi aprovado por unanimidade, em 3 de setembro de 2004, após a ampliação dos critérios de abrangência da lei 9.140/95.

O requerimento dos familiares de Marilena (300/96), tendo como relator Paulo Gustavo Gonet Branco, foi aprovado por unanimidade em 7 de agosto de 1997.

Anos depois, em novembro de 2002, o jornalista Elio Gaspari publicou um relato a respeito da morte de Marilena e Mário no livro *A Ditadura Escancarada*, baseado em um depoimento gravado em fevereiro de 1985 e na apostila da ESNI produzida em 1974, intitulada *Contra-Subversão*¹:

Na noite de 2 de abril de 1971 deu-se uma tragédia na rua Niquelândia, no subúrbio carioca de Campo Grande. Um cabo pára-quedista desconfiara do comportamento de um casal de vizinhos e levava seu receio ao chefe da seção de informações da Brigada Aeroterrestre. Cinco agentes entraram na casa suspeita durante a tarde e confirmaram: era um aparelho, quase um arsenal. [...] Por volta das 22 horas havia sete militares e dois carros no boqueirão sem saída da pequena rua [Segundo Gaspari, o jornal O Globo, de 5 de abril de 1971, sugere que o tiroteio ocorreu à noite. De acordo com a apostila, o tiroteio ocorreu de madrugada]. Apareceu um táxi com um casal, passou pela casa, fez um contorno e ia embora quando um automóvel lhe fechou o caminho. Um agente saltou e pediu ao casal que se identificasse. A mulher abriu a bolsa e disparou. O major José Júlio Toja Martinez Filho, 39 anos, foi alvejado no tórax. A bala saiu abaixo da axila direita. Estava morto. Era o primeiro oficial das Forças Armadas assassinado em ação pelo terrorismo.

[...] Marilena Villas Boas Pinto, a Índia do MR-8, foi entregue ao DOI, e é possível que a tenham levado para Petrópolis. Mataram-na com um tiro no pulmão. O relato do que sucedeu a Marilena antes que a assassinassem chocou alguns dos companheiros de Toja. “Os pára-quedistas não tiveram nada a ver com o que fizeram com ela. No caixão, estava arrumada, estava inteira, mas era enfeite”, relataria catorze anos depois o coronel Idyno Sardenberg.

[...] Na rua Niquelândia tantos foram os erros cometidos pelos pára-quedistas que, listados, transformaram-se em estudo de caso para a própria Comunidade de Informações.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 300/96, de Marilena Villas Boas Pinto, e 048/96 e 081/02, de Mário de Souza Prata, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 381-382.

ROMEY, Inês Etienne. “Relatório Inês. Dossiê da tortura”, op. cit.

Devanir José de Carvalho

Nasceu em Muriaé (MG), em 15 de julho de 1943, filho de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho. Morto em 7 de abril de 1971. Dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos.

Nos anos 1950, seus pais se mudaram para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Ele e seus irmãos foram trabalhar no ABCD paulista no início da instalação das indústrias metalúrgicas e automobilísticas. Ainda adolescente, aprendeu com o irmão mais velho o ofício de torneiro-mecânico e desde então passou a trabalhar nas indústrias da região, como Villares e Toyota.

Em 1963, começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves. Ingressou no PCdoB e, após o golpe de 1964, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro (RJ), onde passou a trabalhar como motorista de táxi. Em 1967, começou a militar na Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, voltando para São Paulo (SP). Em 1969, desligou-se da Ala Vermelha e, com outros companheiros, fundou o MRT em outubro daquele ano.

Devanir era acusado de participação em ações armadas que resultaram em mortes de policiais e teria realizado treinamento de guerrilha na China. Ele e Eduardo Collen Leite, o *Bacuri*, dirigente da Rede (Resistência Democrática), participaram com a VPR do seqüestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo (SP), Nobuo Okuchi, em março de 1970, quando cinco prisioneiros políticos e três crianças foram trocados pelo diplomata.

Documento do Serviço de Informação do DOPS/SP informa que em “[...] 5/4/71 - 11h00 - 9:50 hs o terrorista Devanir José de Camargo [sic], ocupando o Volks, cor azul, chapa



“fria” AE-3248, portando metralhadora, manteve tiroteio com policiais, que resultou ferimentos graves no terrorista que não resistindo aos ferimentos morreu”.

Segundo a requisição de exame necroscópico, foi morto em via pública na rua Cruzeiro.

Conforme o depoimento de Ivan Seixas, ex-presos político e militante do MRT à época, o delegado Sérgio Fleury, por diversas vezes, mandara avisar a Devanir que fazia questão de prendê-lo vivo e levá-lo à morte por meio de torturas. Ivan Seixas relatou sua prisão e morte:

[...] quando fui preso, em 16/04/1971, ouvi vários torturadores do DOI-CODI do II Exército contarem detalhes sobre a morte de “Henrique”, codinome de Devanir. Esses torturadores diziam que fariam comigo “o que Fleury fez com teu chefe, o Henrique”. Quando fui transferido para o DOPS/SP, ouvi de vários carcereiros e policiais que “teu chefe agüentou três dias de tortura e não falou nada”. [...] quando fui levado para interrogatório pelo torturador “Carlinhos Metralha” (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury.

O laudo da necropsia, assinado pelos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmou a versão policial de que Devanir teria sido morto em tiroteio, em 5 de abril, apontando como *causa mortis* “[...] choque hemorrágico e anemia aguda decorrente de hemorragia traumática externa e interna por disparos de arma de fogo”. Descreve seis entradas e saídas de projéteis, sendo um na cabeça, quatro no tórax e um na coxa esquerda. Não apresenta, porém, a descrição das trajetórias dos projéteis. A requisição de exame necroscópico está assinalada com um T em vermelho e registra como sua profissão: “terrorista”. A resposta ao quarto quesito do laudo, onde consta a pergunta se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, a resposta é “prejudicado”.

Segundo a Certidão de Óbito, emitida em 20 de outubro de 1995, foi sepultado no cemitério de Perus.

A família Carvalho, além de Devanir, perdeu dois outros membros, Daniel e Joel, os quais constam da lista dos desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Na CEMDP, o caso de Devanir teve como relator Nilmário Miranda e foi deferido por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua do bairro das Indústrias.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 127/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 210, 225.



Abílio Clemente Filho

Nasceu em São Paulo (SP), em 17 de abril de 1949, filho de Abílio Clemente e Maria Helena Corrêa. Desaparecido em 10 de abril de 1971. Militante da Ação Popular (AP).

Estudou na Escola Estadual Fernão Dias Paes, na cidade de São Paulo. Quando desapareceu, cursava o 4º ano de Ciências Sociais da Unesp e era ativista do movimento estudantil, em Rio Claro (SP). Desapareceu quando estava com um amigo na praia de José Menino, em Santos (SP). Naquele ano, foi o homenageado especial dos formandos do seu curso.

No processo analisado pela CEMDP está anexado um relato de Maria Amélia de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, informando ter encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre os documentos do extinto DOPS/SP, uma ficha escolar de Abílio Clemente Filho da época em que cursava o colegial, na Escola Estadual Fernão Dias Paes, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. De acordo com os registros policiais, essa ficha teria sido encontrada na residência de Ishiro Nagami, militante da ALN morto juntamente com Sérgio Corrêa, em 4 de setembro de 1969, em consequência da explosão do carro em que ambos trafegavam na rua da Consolação, na capital paulista.

Joana D’Arc Contijo relatou a Maria Amélia, ambas presas no DOI-CODI/SP à época, que chegou a denunciar ter ouvido gritos de um homem jovem durante toda a noite, na mes-

ma data da prisão de Abílio. Joana acredita que o jovem parou de gritar porque morreu. Ela tentou descobrir a identidade da vítima daquelas torturas, mas não obteve sucesso.

Maria Amélia afirmou ter sido procurada pela irmã de Abílio, em meados dos anos 1990, para denunciar o seu desaparecimento quando ainda não havia legislação que estabelecesse indenização por tortura, morte ou desaparecimento.

O caso de Abílio foi inicialmente examinado pela Comissão de Indenização dos Presos Políticos de São Paulo, por meio do conselheiro e deputado Renato Simões, sendo deferido. Considerou aquela comissão que, com base no conjunto dos indícios apresentados e no conhecimento acumulado sobre os procedimentos dos órgãos de repressão política, era possível concluir pelo desaparecimento de Abílio Clemente Filho por razões políticas.

O relator do caso (057/02) na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior, votou favoravelmente ao deferimento do requerimento, agregando:

Também, nesta instância federal, bem considerados todos os elementos de prova colhidos, entendendo que Abílio, que tinha militância política, que teve documento apreendido em domicílio de pessoa vinculada a ações armadas, que desapareceu num dia determinado e cujos amigos e família sempre denunciaram como sendo mais uma das vítimas da polícia política, pode e deve ser reconhecido como pessoa desaparecida por motivos políticos. Exigir mais provas, seria desconhecer a história da repressão no Brasil.

O deputado estadual de São Paulo, Antônio Mentor, também apresentou depoimento à CEMDP, no qual confirmou seu desaparecimento e sua militância em organização clandestina durante a ditadura.

O caso foi aprovado por unanimidade em 2 de agosto de 2006.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

org.br

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 057/02, na CEMDP.

Joaquim Alencar de Seixas

Nasceu em 21 de janeiro de 1922, em Bragança (PA), filho de Estolano Pimentel Seixas e Maria Pordeus Alencar Seixas. Morto em 17 de abril de 1971. Dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Era casado com Fanny Akselrud Seixas, com quem teve quatro filhos. Operário, iniciou sua militância política aos 19 anos de idade. Trabalhou como mecânico de aviões em diversas empresas, entre as quais Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego várias vezes, em razão de sua militância política. Na Varig, cujos proprietários eram de origem alemã, apresentou denúncia contra a empresa, mostrando a ligação que havia entre ela e o governo nazista da Alemanha e o de Getúlio Vargas. Por essa razão perdeu o emprego.

No Rio de Janeiro (RJ), tornou-se militante do PCB, partido a que esteve ligado até 1953. Logo após a queda de Getúlio Vargas, em 1954, já casado com Fanny, mudou-se para o Rio Grande do Sul.

Em 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, trabalhava na Petrobrás como encarregado do setor de manutenção e militava no movimento sindical petroleiro. Seixas e vários líderes do movimento simularam um acidente para poderem escapar do cerco organizado pelo Exército, que já havia tomado a Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Usando tanques de guerra, carros de combates e muitos soldados armados, as Forças Armadas prenderam algumas lideranças operárias. Para furar o cerco, o setor de segurança da Refinaria acionou o alarme contra acidentes e as ambulâncias puderam transportar os líderes, cobertos com lençóis.

Durante vários meses, Seixas e seus companheiros sindicalistas tiveram suas casas vigiadas por policiais e ficaram escondidos. Quando diminuiu a perseguição, voltaram ao trabalho e foram demitidos. Seus nomes passaram a fazer parte de listas, o que não lhes permitia encontrar emprego.



No fim de 1964, Seixas e a família retornaram ao Rio Grande do Sul, onde ele trabalhou como marceneiro durante dois anos. Depois, montou postos de gasolina, construindo tanques e tubulações de combustíveis até 1967, quando foi contratado como encarregado do setor de mecânica da Pepsi-Cola de Porto Alegre (RS).

Sem abandonar sua atuação política, participou do movimento de resistência à ditadura no Rio Grande do Sul. Escapou várias vezes de ser preso, mas testemunhou a prisão de companheiros como o ex-sargento do Exército, Manoel Raimundo Soares, morto em 1966, após três meses de torturas nos cárceres gaúchos.

Após ser demitido da Pepsi-Cola, não mais conseguiu emprego. Assim, Seixas e sua família mudaram-se novamente para o Rio de Janeiro. Até conseguir nova colocação, trabalhou como motorista de táxi. Seu último emprego foi na Coca-Cola de Niterói (RJ), como chefe do setor de mecânica e manutenção. Mudou-se para a capital paulista em 1970, onde passou a militar no MRT, tornando-se um de seus dirigentes.

Em 15 de abril de 1971, em represália ao assassinato de Devanir José de Carvalho, dirigente do MRT, em ação conjunta organizada pelo MRT e pela ALN, é morto o então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, fundador e financiador da Oban, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. Nos dias 16 e 17, foram presos e, em seguida, assassinados, Seixas e Dimas Casemiro, que participaram da execução de Boilesen. Tais fatos ganharam grande repercussão na imprensa.

Seixas foi preso em São Paulo (SP) junto com seu filho Ivan na rua Vergueiro, altura do nº 9.000, em 16 de abril de 1971. Do local da prisão, ambos foram levados para a 37ª DP, na mesma rua Vergueiro, na altura do nº 6.000, onde foram espancados no pátio do estacionamento enquanto os policiais trocavam os carros usados naquela operação.

Em seguida, foram levados para o DOI-CODI/SP, onde no pátio de manobras, pai e filho foram novamente espancados. A violência dos espancamentos levou ao rompimento das algemas que os ligavam. Na sala de interrogatório, foram torturados um na frente do outro. Nesse mesmo dia, sua casa foi saqueada e toda sua família presa.

No dia seguinte, 17 de abril, os jornais paulistas publicaram uma nota oficial dos órgãos de segurança estampando a notícia da morte em tiroteio de Joaquim Alencar de Seixas. Contudo, ele não estava morto, pois ainda sofria as torturas, o que foi testemunhado por seu filho Ivan, sua esposa e suas duas filhas, Ieda e Iara.

Por volta das 19 horas do dia 17, Seixas foi morto. Sua esposa Fanny viu os policiais estacionarem uma perua C-14 no pátio de manobras, forrarem seu porta-malas com jornais e colocarem o corpo que reconheceu ser o de seu marido. Nesse momento, ouviu um policial perguntar a outro: “*De quem é este presunto?*”. E como resposta a afirmação: “*Este era o Roque*”, codinome utilizado por Seixas.

No processo da Justiça Militar, a que responderia se estivesse vivo, consta uma fotografia de seu cadáver com os sinais evidentes dos sofrimentos de que foi vítima e de um tiro na altura do coração, que indicaria a *causa mortis* do laudo necroscópico.

Os assassinos de Joaquim Alencar de Seixas foram identificados por seus familiares e companheiros como o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, o delegado Davi Araújo dos Santos, o investigador de polícia Pedro Mira Granzieri e vários outros, conhecidos apenas por apelidos.

Assinaram o laudo de necropsia os médicos legistas Pêrsio José R. Carneiro e Paulo Augusto Queiroz da Rocha, confirmando a falsa versão oficial de que Joaquim foi morto com sete tiros durante confronto com polícias. O legista Nelson Massini examinou os documentos relativos à sua morte e identificou oito lesões contusas, em especial na cabeça, e afirmou: “[...] o Sr. Joaquim Alencar de Seixas sofreu, além dos ferimentos mortais de projéteis de arma de fogo, outras lesões – provenientes de meios e/ou instrumentos – constituídas de forte dor física e sofrimento físico que se define como tortura ou forma cruel de violência”.

A revista *O Cruzeiro*, de 28 de abril de 1971, em matéria sobre a morte do industrial Boilesen escreveu:

No dia seguinte, após o sepultamento de Boilesen, começavam a morrer os seus matadores. Joaquim Alencar de Seixas (codinome: Roque), identificado por testemunhas do metralhamento e localizado pela polícia, foi morto ao resistir a bala contra a captura. Sábado [...], era a vez de Dimas Antônio Casemiro [sic] (Rei ou Celso), em tiroteio num aparelho varejado pelas autoridades paulistas de segurança. Ao condenar Henning Boilesen, o terror pode ter assinado sua própria sentença de morte.

Os presos políticos Milton Tavares Campos, Fanny Akselrud de Seixas e Iara Akselrud de Seixas declararam em auditorias militares, à época, o assassinato de Seixas sob tortura, no DOI-CODI/SP. Na carta encaminhada pelos presos políticos de São Paulo ao Dr. Caio Mário da Silva Pereira, presidente da OAB, em 25 de outubro de 1975, além de descreverem a prisão, tortura e morte de Joaquim, denunciaram que “os responsáveis diretos por sua morte foram ‘capitão Lisboa’ e ‘Amici’”.

Em 17 de maio de 1995, o Cremesp cassou o registro profissional de Pécio José Ribeiro Carneiro, acusado pelo GTNM/RJ de assinar laudo necroscópico falso, confirmando a versão de que Seixas teria sido morto em tiroteio ao reagir à prisão em 16 de abril. O laudo registra uma data que não confere com o dia de sua morte. Além disso, descreve os hematomas, escoriações e fraturas encontrados no corpo, mas responde “não” ao quarto quesito, que pergunta se a morte “foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel”.

O laudo necroscópico de Joaquim foi examinado pelo legista Nelson Massini em 13 de julho de 1995. Nas observações finais de seu parecer encaminhado à CEMDP, concluiu:

O laudo, apesar de conter omissões importantes que permitiriam se ter uma visão mais completa dos fatos que ocorreram com o Sr. Joaquim Alencar de Seixas, chega a uma causa mortis coerente com a descrição feita.

No entanto, o mesmo não se pode dizer da circunstância qualificadora cuja resposta corresponde ao quesito de nº 4 (quarto) do Laudo e que foi respondido NÃO, quando pelas lesões contusas sofridas fica evidente o processo de crueldade a que foi submetido o Sr. Joaquim Alencar de Seixas antes do desfecho com os tiros de misericórdia. [...]

Portanto, apesar de o Laudo revelar a intenção do relator demonstrar com clareza as lesões encontradas, encontra-se incompleto e incoerente ao responder o quarto quesito, que, a meu ver, deveria ter como resposta SIM.

Na CEMDP, seu caso (021/96) teve como relatora Suzana Keniger Lisbôa e foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 021/96, na CEMDP.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 225-226.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

Dimas Antônio Casemiro

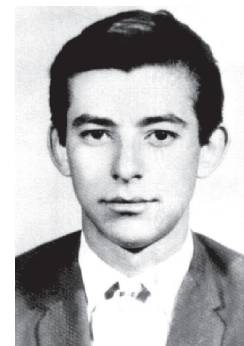
Nasceu em 6 de março de 1946, em Votuporanga (SP), filho de Antônio Casemiro Sobrinho e Maria dos Anjos Casemiro. Morto em 19 de abril de 1971. Dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Dimas era casado com Maria Helena Zanini, com quem teve um filho, Fabiano César Casemiro.

Trabalhou como corretor de seguros, vendedor e tipógrafo. Dimas atuou no movimento estudantil em Votuporanga (SP). Foi militante do PCdoB, de uma sua dissidência – Ala Vermelha – e da VPR, antes de se tornar militante do MRT.

Segundo a versão policial, Dimas teria sido morto no interior do “aparelho” ou “esconderijo” na rua Elísio da Silveira, 27, bairro da Saúde, em São Paulo (SP), ao resistir à voz de prisão, durante troca de tiros com forças de segurança.

Seus familiares acreditavam na versão de que Dimas teria morrido em tiroteio. Contudo, após investigação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos



no arquivo do antigo DOPS/SP, concluíram, com base nos documentos policiais, que a versão de tiroteio foi uma farsa forjada pelos órgãos de repressão política.

De acordo com a requisição de exame necroscópico, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e assinalada com o T de “terrorista”, sua morte se deu às 13 horas de 17 de abril de 1971. Entretanto, o corpo de Dimas só deu entrada no IML às 14 horas, de 19 de abril, sendo enterrado às 10 horas de 20 de abril. As fotos do corpo de Dimas mostram lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz e, principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo necroscópico e, certamente, provocadas por tortura.

O laudo, assinado por João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, corrobora a versão oficial e descreve

[...] quatro ferimentos causados por arma de fogo, ficando retido apenas um projétil. Um dos projéteis lesou vasos importantes, artérias e nervos do pescoço produzindo-se abundante hemorragia interna e externa e conseqüente morte. Deve-se considerar ainda que a vítima sofreu lesão de laringe, por onde houve penetração de sangue que foi aspirado para os pulmões provocando asfixia.

Em 15 de abril de 1971, em represália ao assassinato do dirigente do MRT Devanir José de Carvalho, uma ação conjunta organizada pelo MRT e pela ALN matou o então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, fundador e financiador da Oban, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. Nos dias 16 e 17, foram presos e, em seguida, assassinados, Dimas e Joaquim Alencar de Seixas, militantes do MRT que participaram da execução de Boilesen. Tais fatos ganharam repercussão na imprensa do país.

O *Diário Popular*, de 18 de abril de 1971, publicou matéria com o título “Morto Ontem Chefe dos Assassinos de Boilesen”, em que afirma que Antônio Casemiro “[...] foi morto ontem à tarde, no interior de um ‘aparelho’, ao resistir à bala ao cerco das forças de segurança”.

A revista *O Cruzeiro*, de 28 de abril de 1971, escreveu: “Sábado [...], era a vez de Dimas Antônio Casemiro [sic] (Rei ou Celso) [ser morto], em tiroteio num aparelho varejado pelas autoridades paulistas de segurança. Ao condenar Henning Boilesen, o terror pode ter assinado sua própria sentença de morte”.

Dimas foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, na capital paulista. Seu irmão, Dênis Casemiro, também foi assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura um mês após sua morte. Dênis foi considerado desaparecido político até que seus restos mortais foram resgatados da Vala de Perus, em 1990, e identificados, em agosto de 1991.

O caso (183/96) na CEMDP foi requerido pelo filho de Dimas Casemiro, Fabiano, tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa, e foi deferido por unanimidade, em 14 de maio de 1996.

Documentos consultados:

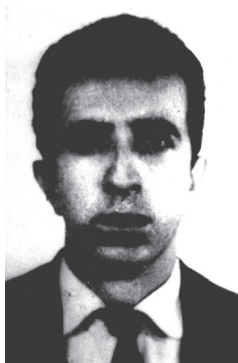
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 183/96, na CEMDP.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 225-226.



Raimundo Gonçalves Figueiredo

Nasceu em 23 de março de 1939, em Curvelo (MG), filho de Francisco Gonçalves Viana e Ana Gonçalves de Figueiredo. Morto em 28 de abril de 1971. Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Era bancário em Sete Lagoas (MG), onde participava da JOC. Logo foi transferido para Belo Horizonte (MG), permanecendo por pouco tempo no trabalho, pois foi despedido. Estudou em um seminário em Belo Horizonte, onde participou de mobilizações estudantis e mutirões em favelas. Nesta época, iniciou sua militância na AP. Após romper com essa organização, participou da Ala Vermelha – uma dissidência do PCdoB – e, mais tarde, ingressou na VAR-Palmares.

Esteve preso no DOPS/GB entre outubro e novembro de 1968, de onde foi solto por meio de um *habeas corpus*.

Era casado com Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, assassinada em 29 de março de 1972 pela repressão política, e morava no município de Jaboação dos Guararapes (PE). Tiveram duas filhas, Isabel e Iara, que à época de sua morte estavam com 3 e 2 anos, respectivamente.

Em depoimento prestado a CEMDP em 4 de fevereiro de 1996, Arlindo Felipe da Silva, irmão do desaparecido político Mariano Joaquim da Silva, declarou:

[...] em 1971 era militante da VAR-Palmares, que atuava junto com Raimundo Gonçalves Figueiredo, na ocasião eu o conhecia apenas por “Chico”, só vim a saber seu nome verdadeiro após a prisão ocorrida em 27 de abril de 1971 às 19hs no bairro de Sucupira-Jaboatão. Estávamos na casa de Áurea Bezerra, juntamente com seus filhos menores, quando a polícia chegou atirando para todo lado, estava escuro e chovendo, faltava energia, eles eram muitos [...] primeiro eles deram um tiro de revólver que atingiu o braço de um dos filhos menores de Áurea e disseram “saíam todos de mão na cabeça, estão todos presos”, Áurea tenta fugir e é presa, aí eles começam a dar rajadas de metralhadora, uma das balas atinge Raimundo, que cai de joelhos e diz muitas vezes “Calma! Não atirem! Parem! A casa tem criança!”, escutei ele dizer isso várias vezes, mas a polícia não atendia e continuava atirando, as crianças corriam dentro de casa apavoradas [...] sai com as crianças, Áurea já tinha sido agarrada quando tentou fugir, Raimundo ferido, ficou na sala, não podia sair. Fui encapuzado e colocado dentro de um carro, Raimundo ferido foi levado preso em outro carro. Fui levado para um local que até hoje não sei onde é, fui torturado juntamente com Áurea e o seu filho adolescente José Bezerra. As crianças foram levadas para outro local [...]. No dia seguinte fomos levados para a Secretaria de Segurança Pública. [...] Após dois meses e dezoito dias incomunicável fui levado para a Casa de Detenção do Recife, quando então soube pelos outros companheiros que o Raimundo tinha morrido em um tiroteio reagindo à prisão. Reafirmo e desminto a versão dada pelos jornais da época, Raimundo não morreu reagindo à prisão, foi ferido e levado preso pela polícia [...].

Documento encontrado nos arquivos do DOPS/PE informa:

[...] no dia 27 de abril último, era desbaratado o “aparelho” do Alto da Balança, em Sucupira.

Agentes desta Especializada, juntamente com os do Departamento de Polícia Federal, ao realizarem o cerco ao referido “aparelho” foram recebidos a bala. [...]

Dominada a situação pelos agentes verificou-se que um dos subversivos encontrava-se ferido, tendo sido de imediato levado ao pronto socorro, vindo a falecer, no entanto, no percurso da viagem.

Seu corpo chegou ao IML às 8 horas de 28 de abril, com guia de remoção do dia 27 e, conforme o Laudo de Perícia Tanatoscópica do IML/PE, a morte teria ocorrido às 3h15min do dia 28. O exame necroscópico assinado pelos legistas Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa atesta como *causa mortis* “[...] *hemorragia interna, decorrente de ferimento transfixante de tórax, por projétil de arma de fogo*”. Descreve, além do ferimento na região dorsal responsável pela hemorragia, ferimentos a bala no rosto, um no antebraço, outro no punho e ainda mais um na perna. Foi enterrado com o nome falso de *José Francisco Severo Ferreira*.

O *Jornal do Brasil*, de 1º de julho de 1971, dois meses após o fato, noticiou a sua morte com o título “*Terrorista Morre em Pernambuco*”:

A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco anunciou ontem a morte do terrorista Raimundo Gonçalves – acusado como responsável pela bomba que explodiu no Aeroporto dos Guararapes em 1966 – e a total desarticulação, no estado, da VAR-Palmares, com 15 prisões.

Segundo a Secretaria, o terrorista foi morto num tiroteio em que dois policiais saíram feridos; foram estourados três aparelhos subversivos, e num deles, no Recife, foram apreendidos material explosivo, armas e muitos livros.

O relator da CEMDP, Nilmário Miranda, concluiu: “[...] *Os fatos expostos permitem a convicção de que Raimundo Gonçalves, efetivamente, não morreu em confronto armado com os agentes do Estado. Não houve confronto armado. Raimundo foi baleado, preso e, já sob domínio dos agentes públicos, foi morto*”. Assim, votou pelo deferimento do caso, aprovado por unanimidade, em 29 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (BH) deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 118/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.



Stuart Edgar Angel Jones (Tuti)

Nasceu a 11 de janeiro de 1946, em Salvador (BA), filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones. Desaparecido em 14 de maio de 1971. Dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Era estudante de Economia da UFRJ, atuou no movimento estudantil e trabalhou como professor. Em agosto de 1968, casou-se com Sônia Maria Moraes Angel Jones, também assassinada pela repressão política, em 1973.

Stuart ou *Tuti*, como era chamado, foi criado no Rio de Janeiro (RJ). No quarto que dividia com as irmãs Ana Cristina e Hildegard funcionava um improvisado ateliê de alta costura de sua mãe, a estilista *Zuzu Angel*. Frequentou bons colégios, fez diversos cursos e praticou vários esportes: tênis, natação, capoeira, remo, levantamento de peso. Foi sócio do Caiçara, um clube do bairro de Ipanema.

Em janeiro de 1979, o preso político Alex Polari de Alverga escreveu um emocionado testemunho sobre *Paulo*, como Stuart era conhecido entre os militantes do MR-8. Para ele, Stuart possuía como característica:

[...] *uma calma aparente, um autocontrole adquirido que raramente deixava transparecer a sua tensão interior. Era uma figura serena e, vez por outra, um jeito dos lábios ou de olhar revelava uma amargura fugaz. Contida, a afetividade aflorava através de uma delicadeza muito grande dos gestos, um sorriso límpido e, ao mesmo tempo, grave. Apesar de um certo formalismo que existia em nossa relação, dispersa por encontros apressados, era fácil perceber firmeza e desprendimento naquela postura meio tímida, incapaz de proferir afirmações ou fazer profissões de fé desnecessárias.*

Stuart participou da Dissidência Estudantil do PCB da Guanabara, que depois passou a se denominar MR-8. Integrou a direção da organização em meados de 1969. Em abril de 1971, Carlos Lamarca, o guerrilheiro mais procurado naquele momento, havia trocado a militância na VPR pela do MR-8 e Stuart era um dos que sabiam onde ele estava escondido.

Foi preso na Vila Isabel, próximo à avenida 28 de Setembro, zona norte do Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1971, por volta das 9 horas, por agentes do CISA, para onde foi levado e torturado. Alex Polari foi testemunha das torturas a que Stuart foi submetido até a morte, narradas em carta dirigida a *Zuzu Angel*, em maio de 1972:

Em um momento retiraram o capuz e pude vê-lo sendo espancado depois de descido do pau-de-arara. Antes, à tarde, ouvi durante muito tempo um alvoroço no pátio do CISA. Havia barulho de carros sendo ligados, acelerações, gritos, e uma tosse constante de engasgo e que pude notar que se sucedia sempre às acelerações. Consegui com muito esforço olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer: junto a um sem-número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart, já com a pele semi-esfolada, era arrastado de um lado para outro do pátio, amarrado a uma viatura e de quando em quando obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar gases tóxicos que eram expelidos.

Zuzu Angel procurou o filho por todos os meios possíveis, interpelou autoridades brasileiras e internacionais, concedeu entrevistas e denunciou seu assassinato. Em função da busca e mobilização, o jornal *O Globo*, de 28 de setembro de 1971, em artigo intitulado “*A Atuação de Cada um no Terrorismo*” procurou desinformar a respeito do seu paradeiro, publicando a seguinte informação: “*Uma carta de Ângelo Pezutti e Maria do Carmo Guimarães de Brito para o Comando Nacional da VPR informa que ele [Stuart] deixou o País rumo ao Chile, saindo de São Paulo*”.

Todos os principais jornais estrangeiros registraram o fato. Em 15 de setembro de 1971, durante o lançamento de uma coleção de inverno de *Zuzu Angel* em Nova York (EUA), cujos motivos das roupas eram tanques, quepes, canhões e luto, a notícia do desaparecimento de Stuart espalhou-se pelo mundo.

Em 1972, Stuart voltou ao noticiário. Em 12 de abril, seu caso foi arquivado no CDDPH, presidido pelo então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Todos os presentes foram favoráveis a arquivá-lo, menos José Cavalcanti Neves, presidente da OAB. Os demais, Carlos Calero Rodrigues, Joaquim Justino Ribeiro, Raymundo Faoro, Pedro Calmon, Filinto Müller, Benjamin Albagli e Geraldo Freire alegaram “*falta de elementos*” para prosseguir a investigação.

O senador Edward Kennedy, evocando a dupla cidadania de Stuart, brasileira e norte-americana, levou o caso à tribuna do Senado dos EUA. O deputado Richard Nolan enviou cartas sobre o episódio a Henry Kissinger, então secretário de Estado daquele país, ao secretário-geral da ONU e ao embaixador do Brasil nos EUA. Mais tarde, seis congressistas norte-americanos exigiram do governo brasileiro uma resposta. As pressões continuaram e cogitou-se o corte da ajuda militar ao Brasil.

Durante a visita de Kissinger ao Brasil, em fevereiro de 1976, Zuzu Angel conseguiu entregar em suas mãos um volume do livro do historiador Hélio Silva, *Os Governos Militares de 1969-1974*, o vigésimo volume da série *História da República Brasileira*, onde o autor relatou o desaparecimento de Stuart, e uma carta solicitando esclarecimentos. Em função da cobertura da viagem do secretário de Estado dos EUA e do feito de Zuzu, o *Jornal do Brasil*, de 15 de abril de 1976, publicou matérias sobre Stuart, apesar da censura. A denúncia ganhou maior visibilidade graças também à divulgação da Anistia Internacional.

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, de 2 de setembro de 1979, intitulado “*Seu Filho Está Sendo Morto Agora*”, por ocasião do relançamento do livro de Hélio Silva, Tamar de Castro narrou a luta de Zuzu para encontrar o filho:

O depoimento de Zuzu Angel foi prestado em 10 de fevereiro de 1976, um mês antes de sua morte, ao historiador Hélio Silva, na qualidade de diretor do Centro de Memória Social Brasileira da Faculdade Cândido Mendes, auxiliado por Maria Cecília Ribas Carneiro, pesquisadora assistente. Nele, Zuzu Angel relata sua peregrinação junto a autoridades militares para ter alguma notícia sobre a prisão de seu filho, os desmentidos de que o estudante estivesse preso feitos pessoalmente pelo general Sílvio Frota, na época comandante do I Exército. Zuzu Angel afirma que as torturas sofridas por seu filho foram confirmadas, inclusive, pela visita que recebeu da sra. Lígia Tedesco, mulher do brigadeiro Tedesco, amigo pessoal de [João Paulo Penido] Burnier. A sra. Tedesco reafirmou as torturas sofridas no CISA por “um rapaz” e procurou diminuir a indignação de Zuzu assegurando-lhe que “esse rapaz não era o seu filho”. Oficialmente, Stuart Angel Jones foi considerado revel, julgado e absolvido pelos tribunais competentes.

Para o historiador, o afastamento da 3ª Zona Aérea e posterior reforma do brigadeiro João Paulo Penido Burnier e a destituição do então ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo, estão relacionados com a pressão norte-americana para obter informações a respeito de Stuart.

Zuzu Angel foi assassinada em 14 de abril de 1976 sem conseguir ter qualquer informação sobre o paradeiro do filho. O desaparecimento de Stuart e a luta de Zuzu foram cantados na canção “*Angélica*”, de Chico Buarque e Miltoninho, escrita em 1977.

No relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, consta que ele foi “*morto em 5 de janeiro de 1971, no Hospital Central do Exército*”.

O relatório do Ministério da Aeronáutica faz referências às denúncias sobre a morte de Stuart feitas por Alex Polari. Sem fornecer esclarecimento sobre sua morte, o relatório cita apenas a vida pregressa de Alex e finaliza: “[...] *neste órgão não há dados a respeito da prisão e suposta morte de Stuart Edgar Angel Jones*”.

Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ* publicou na matéria “*Longe do Ponto Final*”, declaração do ex-médico Amílcar Lobo, que atuava no DOI-CODI/RJ auxiliando torturadores e cujo registro profissional foi cassado, na qual confessou ter atendido Stuart no quartel da PE antes de sua transferência para a Base Aérea do Galeão. Lobo relatou: “*Ele tinha equimoses no abdome e tórax causados provavelmente por socos [...], dei a ele analgésicos*”. De acordo com Lobo, Stuart estava consciente, mas se recusou a lhe dirigir a palavra.

Documentos consultados:

- www.desaparecidospoliticos.org.br
- Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
- Arquivos do IEVE/SP. Caso 197/96, na CEMDP.
- CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.
- DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.,
- PROJETO Brasil: Nunca Mais. *Projeto A: os Mortos*. Tomo V, v. 4.
- VALLI, Virgínia. *Eu, Zuzu Angel, Procuro Meu Filho. A Verdadeira História de um Assassinato Político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

Segundo o livro *Desaparecidos Políticos*, há duas versões sobre qual foi o destino dado ao corpo de Stuart:

A primeira é de que teria sido transportado por um helicóptero da Marinha para uma área militar localizada na restinga de Marambaia, na Barra de Guaratiba, próximo à zona rural do Rio, e jogado em alto-mar pelo mesmo helicóptero. Mas, de acordo com outras informações, o corpo de Stuart teria sido enterrado como indigente com o nome trocado, num cemitério de um subúrbio carioca, provavelmente Inhaúma.

De acordo com Zuzu Angel, em carta escrita em 22 de fevereiro de 1975 ao sr. Osting, da Anistia Internacional, os responsáveis pelas torturas, morte e ocultação do cadáver de Stuart foram: capitão João Alfredo Peck, do Cenimar, coronel Alcântara, também chamado *dr. Pascoal*, capitão Lúcio Barroso, também nomeado *dr. Celso*, do CISA; Carlos Alberto Dellamora, do CISA; major-aviador Jorge Correia, do CISA; coronel Ferdinando Muniz (piloto), chefe do CISA, e o brigadeiro João Paulo Penido Burnier (general da Força Aérea).

Além das denúncias descritas, o preso político Manoel Henrique Ferreira denunciou na Justiça Militar, à época, o assassinato sob tortura de Stuart.

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso recebeu o nº 197/96.

Em homenagem a Stuart, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua no bairro Serra Verde e, no Rio de Janeiro, uma praça localizada na Ilha do Governador recebeu seu nome.

A denúncia da tortura e do desaparecimento de Stuart e a luta de sua mãe foram retratadas pelo cinema brasileiro no filme de Sérgio Rezende, denominado *Zuzu Angel*, em 2006.



Ivan Mota Dias

Nasceu em 29 de outubro de 1942, em Passa Quatro (MG), filho de Lucas de Souza Dias e Nair Mota Dias. Desaparecido em 15 de maio de 1971. Dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Tinha apenas um irmão. Era estudioso, comunicativo, carinhoso, gostava de música e tocava violino. Estudou História na UFF, em Niterói (RJ), e trabalhou como professor de cursinho pré-vestibular. Atuou no movimento estudantil. Não pôde concluir o curso, pois, em dezembro de 1968, pela sua participação no XXX Congresso da UNE – que teve lugar em Ibiúna (SP), em outubro daquele ano –, teve sua prisão preventiva decretada, passando a viver na clandestinidade.

Durante o período em que viveu clandestino no Rio de Janeiro, fazia traduções e morava em um quarto alugado, em uma rua perto da Central do Brasil. Entre 1968 e 1971, enviou notícias regularmente para a família por cartas ou telefonemas, sem nunca deixar o endereço.

Sua prisão ocorreu em 15 de maio de 1971, por agentes do CISA e, apesar de ter sido levado imediatamente à Base Aérea do Aeroporto do Galeão, foi dado como foragido pelos órgãos de repressão política. O ex-presos político Alex Polari de Alverga testemunhou ter ouvido pelo serviço de alto-falantes do CISA o anúncio da “*queda do Comandante Cabanas, da VPR*”, codinome utilizado por Ivan, quando chegou preso à Base Aérea. Nessa época, Ivan fazia parte da direção nacional da organização.

A única notícia que a família recebeu sobre Ivan foi um telefonema anônimo informando sua prisão. Inúmeros contatos foram feitos buscando alguma notícia ou informações sobre seu paradeiro. Prontamente, seus pais dirigiram-se ao Rio de Janeiro para tentar visitá-lo ou localizá-lo em alguma dependência policial: foram ao DOI-CODI, ao I Exército, à Aeronáutica, ao DOPS, ao Exército, em São Paulo e em Belo Horizonte. Um *habeas corpus*, requerido em 22 de junho, foi negado. Buscaram solidariedade na Igreja Presbiteriana, na Igreja Católica,

no Conselho Mundial das Igrejas. Tiveram apoio do deputado federal Lysâneas Maciel e também do advogado Marcelo Cerqueira.

Sua mãe chegou a escrever carta para a esposa do general Médici, sra. Scyla Médici, em 10 de outubro de 1971, na qual pedia ajuda para localizar seu filho. Diversos *habeas corpus* foram impetrados e negados, sob a alegação de que Ivan não se encontrava preso em nenhuma dependência militar.

Sob a acusação de “[...] *tentar derrubar o governo através da violência e da luta armada*”, Ivan foi julgado como revel e condenado a oito anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, em 1972, pelo enquadramento no artigo 23 da LSN. Na mesma época, com outros membros da VPR, o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica, por unanimidade, absolveu Ivan, denunciado pela prática de assaltos. Ivan também figurou, ao lado de 12 membros da VPR, no processo da 2ª Auditoria do Exército, acusado de participação nos seqüestros dos embaixadores da Alemanha, em junho de 1970, e da Suíça, concluído em janeiro de 1971.

Em depoimento publicado no livro *Desaparecidos Políticos*, sua mãe, Nair, relatou, em 1978, suas buscas e angústias:

O pior é o medo. O medo é que envenena tudo e afasta as pessoas. As pessoas não falam por medo de se comprometer. [...] O medo traz muita desordem. As pessoas não querem se comprometer, e por isto não dão informações. Ninguém quer se meter, se complicar. Como é que some uma pessoa e ninguém viu? Ninguém sabe de nada? [...] Foi depois da morte de Lucas (seu marido e pai de Ivan, morreu em agosto de 1974), quando o general Geisel assumiu, que eu escrevi uma carta para o Lysâneas [Maciel]. Foi em fevereiro, creio, os jornais diziam que Geisel ia fazer e acontecer, houve uma esperança muito grande naquele momento. O MDB de São Paulo estava recebendo cartas de familiares de pessoas presas ou seqüestradas, e eu enviei uma para o Lysâneas, dizendo que não queria que soltassem meu filho, não; se ele tinha errado, eu queria que ele aparecesse e fosse julgado pelas leis do país. Mesmo pelas leis de exceção. Só queria isso: que ele aparecesse. Aí iria a julgamento. A gente poria um advogado e íamos ver. Mesmo morto, tinha que aparecer o corpo. Alguém tinha de assumir a responsabilidade. O que não podia era uma pessoa sumir de repente e ninguém saber de nada, ninguém se responsabilizar. [...] Eu oro muito, sempre pedindo a verdade, eu só peço isso. Saber a verdade, se está vivo ou morto.

Inês Etienne Romeu, no relatório em que denunciou sua prisão na *Casa da Morte*, centro clandestino de torturas do CIE localizado em Petrópolis (RJ), afirmou que um dos torturadores, conhecido como *Dr. Guilherme*, lhe disse, antes de 15 de maio de 1971, que iriam prender Ivan nessa data. Posteriormente, contou-lhe que Ivan havia sido executado.

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em sua homenagem, as cidades do Rio de Janeiro (RJ) e de Belo Horizonte (MG) deram o seu nome a ruas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 072/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

ROMEU, Inês Etienne. “Relatório Inês. Dossiê da tortura”, op. cit.

Dênis Casemiro

Nasceu em 9 de dezembro de 1942, em Votuporanga (SP), filho Antônio Casemiro Sobrinho e de Maria dos Anjos Casemiro. Desaparecido em 18 de maio de 1971. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Dênis era trabalhador rural e freqüentava com assiduidade o Sindicato dos Lavradores de Votuporanga, fechado por ocasião do golpe de 1964. Seu pai era militante comunista e seu irmão, Dimas A. Casemiro, dirigente do MRT, foi assassinado em São Paulo (SP), em 19 de abril de 1971.



Até 1967, Dênis manteve-se naquela região, ora trabalhando como pedreiro, ora como lavrador. A partir de então, em busca de emprego mais bem pago, foi para São Bernardo do Campo (SP) trabalhar na fábrica da Volkswagen. Nos dias de folga, jogava futebol de várzea. Nessa ocasião, conheceu Devanir José de Carvalho, outro militante assassinado pela repressão política, e seus irmãos Daniel, que se tornou desaparecido político, e Jairo. Passou a ter militância política de oposição à ditadura e integrou-se à Ala Vermelha – uma dissidência do PCdoB – e, mais tarde, à VPR.

Mudou-se para o Maranhão, onde cuidava de um sítio próximo a Imperatriz (MA), com a perspectiva de ali desenvolver um trabalho político e militar no meio rural. Localizado e preso pelo delegado Sérgio P. Fleury, em fins de abril de 1971, foi trazido para o DOPS/SP, onde permaneceu sendo torturado por quase um mês. Durante esse período, era sempre transportado pelos corredores daquele órgão policial com um capuz cobrindo seu rosto para impossibilitar sua identificação pelos demais presos. Um deles, Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis, chegou a conversar com ele por alguns minutos. Ele estava confiante de que a retirada do capuz era um sinal de que as torturas acabariam e que o perigo de ser assassinado havia passado, segundo depoimento publicado nos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Notícia*, de 13 de agosto de 1991, quando os restos mortais de Dênis foram trasladados para sua cidade natal. Contudo, Dênis foi fuzilado em 18 de maio de 1971.

Em relatório encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP, consta a versão do delegado Fleury sobre a morte de Dênis, no qual não esconde seu cinismo ao informar que enquanto Dênis era transportado do Rio de Janeiro para São Paulo, próximo a Taubaté (SP), teria dito que, em Ubatuba, no litoral paulista, havia um campo de treinamento de guerrilha da VPR. E prossegue:

Ao iniciarem a descida da serra o preso alegou que necessitava com urgência realizar uma necessidade fisiológica. [...] Porém, dada a insistência do preso, dei ordem para a viatura estacionar e o mesmo descer à estrada. [...]

O preso desceu e dirigiu-se à sua beira [...] Eis que então, em movimento brusco e completamente inesperado, conseguiu apoderar-se da arma do policial que se encontrava próximo. O outro policial, diante do ocorrido, fez um disparo contra o preso, que deixando a arma cair, mergulhou em um matagal e princípio [sic].

Imediatamente perdemos de vista o preso, e iniciamos intensiva busca no local, onde foram feitos vários disparos. Porém a busca revelou-se infrutífera e então nos dirigimos à cidade de Ubatuba, que era a localidade mais próxima do local da ocorrência. [...]

Pela manhã, por volta de dez horas, este Departamento foi cientificado pela Autoridade de Ubatuba, de que o fugitivo havia sido internado na Santa Casa Local [...].

Seguiu então para aquela localidade uma equipe desta Delegacia, que, no caminho já encontrou-se acidentalmente com o Delegado de Polícia de Ubatuba, que, alertado pelo médico que atendeu ao fugitivo, vinha transportando o preso, para que fosse melhor medicado [...]

A equipe recebeu o preso e rumou com toda a pressa para esta Capital, a fim de que Dênis Casemiro recebesse no Hospital das Clínicas o tratamento de que carecia.

Porém, lamentavelmente, ao se aproximarem [...] o preso, não resistindo aos ferimentos recebidos, veio a falecer, tendo então sido entregue ao Necrotério do Instituto de Polícia Técnica para as providências de praxe.

A requisição de exame, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e datada de 19 de maio, confirma a versão do documento citado, informa que o cadáver despido de Dênis teria sido encontrado no próprio IML. O laudo necroscópico, realizado pelos legistas Renato Cappelano e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, confirmou a versão policial, descrevendo apenas a trajetória das balas que o mataram, sem fazer referências sobre o estado do corpo. No entanto, chamam a atenção os ferimentos com perfuração do pulmão, fígado, estômago e vasos peritonias e a intensidade do sangramento; e, mesmo assim, Dênis teria conseguido chegar até o hospital. O laudo descreve no item 4: “[...] entrada e saída múltiplas, interessando as articulações falange-falanginha do quarto e terceiro quirodáctilos da mão direita, com direção oblíqua”. Em geral, tiros na mão indicam execução, um gesto de defesa da vítima.

Dênis foi enterrado como indigente e com os dados pessoais alterados para dificultar sua identificação. No livro de registro de sepultamentos do cemitério, ele teria 40 anos e demais dados ignorados. Na realidade, ao morrer, ele estava com 28 anos e todos os seus dados constavam do atestado de óbito. Nenhuma comunicação oficial da morte foi feita pelas autoridades. A repressão política o matou e procurou esconder seu cadáver. Sem informações, os movimentos de oposição à ditadura passaram a considerá-lo um desaparecido político.

A história de sua prisão, tortura e morte começou a ser desvendada durante a campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em 1979, quando foram registrados relatos de ex-presos políticos. A denúncia de que estava enterrado no Cemitério de Perus foi feita durante a votação do projeto de anistia, na Câmara Federal, quando a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos denunciava, em nota, o paradeiro de dois desaparecidos: Dênis e Luiz Eurico Tejera Lisboa. Seus restos mortais encontravam-se na vala clandestina de Perus, com outras 1.049 ossadas. A identificação de seus restos mortais só foi possível porque a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, determinou que fossem efetuadas as investigações a respeito da Vala de Perus, aberta em setembro de 1990.

Em 13 de agosto de 1991, seus restos mortais, depois de identificados na Unicamp, foram trasladados para sua cidade natal, velados na Câmara Municipal de Votuporanga, com missa na Igreja Matriz e, em seguida, foi dignamente sepultado. Antes do traslado, no mesmo dia, houve missa na Catedral da Sé, na capital paulista, celebrada por D. Paulo Evaristo Arns em homenagem a Dênis, Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones, guerrilheiros assassinados em 1973, também exumados do cemitério D. Bosco de Perus e identificados na Unicamp.

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 110/96, na CEMDP.

Aluício Palhano Pedreira Ferreira

Nasceu a 5 de setembro de 1922, em Pirajuí (SP), filho de João Alves Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira. Desaparecido em 20 de maio de 1971. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Casou-se com Leda Pimenta, em 1947, e tiveram dois filhos, Márcia e Honésio.

Era filho de fazendeiro e estudou no Colégio Mackenzie, em São Paulo (SP), e no Colégio Salesiano, em Santa Rosa, Niterói (RJ). Terminou o curso secundário (atual ensino médio) no Colégio Plínio Leite.

Aos 10 anos de idade, perdeu o pai e foi obrigado a ir morar na casa da avó materna, em Niterói. Para ajudar no sustento da família, trabalhou como bilheteiro no Cine Royal, de propriedade da avó. Aos 21 anos, foi aprovado em concurso público e ingressou no Banco do Brasil, onde iniciou sua atividade sindical e trabalhou até ser cassado pelo AI-1, em 1964. Em 1943, seu irmão mais velho, Honésio, estava no navio Tutóia, torpedeado pelos alemães próximo à costa brasileira. A morte do irmão o aproximou da luta contra o nazi-fascismo. O envolvimento nas lutas sindicais o motivou a estudar, formou-se advogado pela Faculdade de Direito da UFF, em 1948. Atuou como advogado defendendo e auxiliando os colegas bancários.

Por duas vezes, foi presidente do Sindicato dos Bancários. Saiu da presidência do sindicato quando foi eleito presidente da Contec. Em 1961, dirigiu a greve geral dos bancários por aumento salarial e em defesa do 13º salário. Tornou-se vice-presidente do CGT, em 1962. Na época, era um dos principais líderes bancários, ao lado, entre outros, do comunista Armando Ziller, e viajou por diversos países socialistas em função de sua atividade sindical. Estava na antiga Alemanha Oriental, a fim de participar de um congresso da OIT como representante da Contec, quando ocorreu o famoso comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Com o golpe de Estado de 1964, foi demitido do Banco do Brasil e teve seus direitos políticos cassados com o AI-1, de 9 de abril daquele ano. Durante os primeiros dias do golpe, Palhano tentou ainda articular alguma resistência. Em junho de 1964 asilou-se no México, onde



2. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo* ver também os casos de José Maria Ferreira Araújo, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970), de José Raimundo da Costa (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma e de Edgard Aquino Duarte (1973).

permaneceu até o fim do ano, trabalhando em uma fábrica de batom e editando o jornal dos exilados, o *Correio Braziliense*. Posteriormente, dirigiu-se para Cuba, onde participou de colheita de cana e trabalhou na Rádio Havana. Foi eleito, em 1966, representante do movimento sindical do Brasil na OLAS, e, em 1969, presidiu o congresso da OLAS em Havana, Cuba.

Em 1970, regressou clandestinamente ao Brasil, e seu contato com a VPR era feito por meio do agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o *Cabo Anselmo*², que, possivelmente, o entregou aos órgãos de segurança. Teve contato com seus familiares por ocasião do casamento de sua filha, em novembro de 1970.

Sua prisão e morte foram denunciadas pelo ex-presos político Altino Rodrigues Dantas Júnior, em carta enviada do Presídio Romão Gomes, de São Paulo (SP), em 1º de agosto de 1978, ao general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, então ministro do STM, que, naquele período, se posicionou contra as violações de direitos humanos. Altino relatou que, por volta de 16 de maio de 1971, Aluísio chegou ao DOI-CODI/SP trazido do Cenimar/RJ, quando foram acareados. Um ou dois dias depois estiveram novamente juntos, tratando mutuamente de seus ferimentos. Segundo o relato de Palhano a Altino, ele havia sido seqüestrado na rua, em São Paulo, em 9 de maio de 1971 e, no dia seguinte, foi levado ao Cenimar/RJ.

Em torno das 23 horas de 20 de maio, Aluísio foi retirado da cela contígua à de Altino. O agente Dirceu Gravina, conhecido como *JC*, afirmou para Altino que tinham acabado de matar seu amigo. Na época, comandava o DOI-CODI/SP o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, sendo o subcomandante o major Dalmo José Cyrillo. Num dos trechos da carta, Altino escreveu:

Na noite do dia 20 para o dia 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram para a sala de torturas, que era separada da cela forte, onde se encontrava, por um pequeno corredor. Podia assim ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até alta madrugada do dia 21, provavelmente, 2 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio.

[...] Entre outros, se encontravam presentes naquele momento os seguintes agentes: "Dr. José" (oficial do Exército, chefe da equipe), "Jacó" (integrante da equipe, cabo da Aeronáutica), Maurício José de Freitas (Lunga ou Lungaretti, integrante dos quadros da Polícia Federal), além do já citado Dirceu Gravina "JC", e outros sobre os quais não tenho referência.

O ex-presos político Nelson Rodrigues Filho também denunciou que esteve no DOI-CODI/RJ com Aluísio Palhano.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório de denúncia sobre a *Casa da Morte*, centro clandestino de torturas do CIE, localizado em Petrópolis (RJ), onde esteve presa, afirmou que Aluísio foi levado para esse local em 13 de maio de 1971. Informou que Mariano Joaquim da Silva o viu pessoalmente naquele centro clandestino, quando presenciou sua chegada e narrou o seu estado físico deplorável. Mariano também se tornou um desaparecido político naquele período. Inês declarou ainda ter ouvido a voz de Aluísio várias vezes, quando este foi interrogado na *Casa da Morte*.

O nome de Aluísio Palhano foi encontrado, em 1991, no arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação "*falecidos*".

Apesar de todos esses testemunhos, os órgãos de segurança não reconheceram, até a atualidade, a prisão e a morte de Aluísio. Os relatórios dos ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, não fazem referências à sua morte.

Em 21 de maio de 1986, em homenagem a Aluísio Palhano, foi inaugurada uma rua com seu nome no bairro Campo Grande, no Rio de Janeiro. Em 1994, foi concedida a Aluísio Palhano a Medalha Pedro Ernesto, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, proposta pelo vereador Adilson Pires. E, no ano 2000, foi-lhe concedida a Medalha Chico Mendes de Resistência, outorgada pelo GTNM/RJ, por indicação do Sindicato dos Bancários/RJ.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95, e o seu caso na CEMDP tem o nº 217/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 217/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos*:

Prisões, Seqüestros,

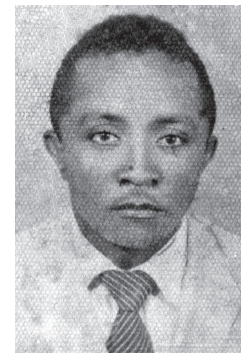
Assassinatos. Rio de Janeiro:

Opção, 1979.

ROMEU, Inês Etienne. "Relatório

Inês. Dossiê da tortura", op. cit.

Mariano Joaquim da Silva



Nasceu em 8 de maio de 1930, em Timbaúba dos Mocós (PE), filho de Antônio Joaquim da Silva e Maria Joana Conceição. Desaparecido em 31 de maio de 1971, no Rio de Janeiro (RJ). Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Era lavrador e sapateiro. Negro de origem camponesa e filho de família pobre, começou a trabalhar aos 12 anos de idade como assalariado agrícola e, em seguida, como operário da indústria de calçados. Em 1951, casou-se com Paulina Borges da Silva, com quem teve sete filhos.

Militante político do PCB desde 1952, foi preso em Timbaúba, em 28 de outubro de 1954, acusado de “*atividade subversiva*”. Liberado no dia seguinte, não conseguiu mais arrumar trabalho na cidade, transferindo-se para a capital do estado, onde continuou como sapateiro e tornou-se delegado do Sindicato dos Sapateiros do Recife (PE). Nessa época, começou a estudar e completou a primeira série ginásial (atual ensino fundamental). Em razão de sua intensa atividade política, Mariano foi novamente preso, em 5 de maio de 1956, permanecendo um mês sob interrogatório. Em 1959, foi preso com sua mulher, e ambos foram libertados três dias depois.

Em 1961, já desligado da atividade de sapateiro, foi eleito secretário do Sindicato Rural de Timbaúba. Tornou-se membro das Ligas Camponesas e, em 1963, integrou o Conselho Nacional da organização. Pouco depois, foi eleito para o Secretariado Nacional e transferido para o Rio de Janeiro para dar assistência política ao movimento, sendo um dos responsáveis pela implantação das Ligas nos estados do Piauí, Maranhão, Rio de Janeiro e da Bahia. Em meados de 1963, após nova reestruturação do secretariado, deslocou-se para Brasília, quando assumiu a secretaria da organização. Na capital, participou ativamente do apoio ao movimento dos sargentos, que teve como um dos seus pontos altos o dia 12 de setembro de 1963, quando centenas de sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ocuparam durante a madrugada importantes centros administrativos de Brasília em protesto contra a recusa do STF em reconhecer o direito de elegibilidade dos sargentos a cargos do Poder Legislativo.

Após o golpe de 1964, passou a ser duramente perseguido. Militou no PCdoB. Em decorrência de sucessivas prisões de integrantes desta organização, mudou-se com a família para Goiás, trabalhou na agricultura e voltou à militância no movimento camponês. Em 1966, foi decretada sua prisão preventiva e, desde então, passou a viver na clandestinidade. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, deixando a família. Em 1967, ingressou na AP antes de integrar-se à VAR-Palmares, da qual se tornou um dos dirigentes e passou a ser conhecido como *Loyola*. Foi designado para dar assistência à regional do Nordeste e reeditou o jornal *Ligas*, na tentativa de reorganizar as Ligas Camponesas.

Em 1970, foi novamente indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado em Brasília. Em setembro desse ano, a esposa e os filhos encontraram-se pela última vez com Mariano. Seu irmão, o ex-presos político Arlindo Felipe da Silva, esteve com Mariano pela última vez em 20 de abril de 1971, no Recife, quando procurou restabelecer contato. Logo após, a família recebeu informações de que ele fora preso na rodoviária, em 1º de maio de 1971, no Recife.

No livro *Brasil: Nunca Mais* consta que o órgão responsável pela sua prisão foi o DOI-CODI/SP. Posteriormente, foi transferido para a *Casa da Morte*, centro clandestino de torturas do CIE, localizado em Petrópolis (RJ), onde foi visto por Inês Etienne Romeu. Em sua denúncia, divulgada em janeiro de 1981 no jornal *O Pasquim*, Inês afirmou ter visto e falado várias vezes com Mariano, que se identificou, tendo-lhe relatado que ali chegara em 2 de maio, proveniente de Recife, onde foi preso e permaneceu por 24 horas.

Inês relatou ter tido contato com Mariano até 31 de maio, quando, durante a madrugada, ouviu uma movimentação estranha e percebeu que ele estava sendo removido. No dia seguinte,

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 0163/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos*:

Prisões, Seqüestros, Assassinatos. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

ROMEU, Inês Etienne. "Relatório Inês. Dossiê da tortura", op. cit.

indagou a seus carcereiros sobre Mariano, os quais lhe responderam que ele havia sido transferido para o quartel do Exército, no Rio de Janeiro. Desde então, nada mais se soube dele.

Inês afirmou, ainda, que Mariano, quando preso no Recife, foi torturado, o que continuou ocorrendo na *Casa da Morte*, onde foi interrogado por quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu por quase um mês naquele centro clandestino da repressão política fazendo o serviço doméstico e cortando lenha para a lareira. Um dos carrascos da *Casa da Morte*, conhecido como *Dr. Teixeira*, disse a Inês, no começo de julho, que Mariano fora executado, pois pertencia ao comando da VAR-Palmares e era considerado irrecuperável.

Segundo o livro *Desaparecidos Políticos*, em setembro de 1971 os órgãos de segurança divulgaram na imprensa fichas dos "principais terroristas" procurados, entre os quais figurava Mariano. Ele foi denunciado, com outros militantes, no processo nº 180/70-C, da 2ª Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro, por ter participado do congresso que resultou na formação da VAR-Palmares, após a fusão entre VPR e Colina, quando foi escolhido para a direção nacional.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que "[...] foi processado e condenado à revelia pela 11ª CJM a 10 anos de reclusão".

Seu nome consta da lista dos desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95, e o seu caso na CEMDP tem o nº 163/96.

José Gomes Teixeira

Nasceu em Maceió (AL), em 30 de setembro de 1941, filho de Antônio Gomes Teixeira e Maria Gomes Conceição. Morto em 23 de junho de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Era casado com Zeni Bento Teixeira, com quem teve cinco filhos. Ex-marítimo e funcionário da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ).

Foi preso em 11 de junho de 1971, pelo CISA, onde foi torturado e visto pelo seu cunhado, Rubens Luiz da Silva, em 15 de junho, quando, ainda preso, foi levado à sua casa.

Em abril de 1971, Carlos Lamarca, o guerrilheiro mais procurado naquele momento, havia trocado a militância na VPR pelo MR-8. Antes de ir para a Bahia, Lamarca escondeu-se em vários lugares no Rio de Janeiro, inclusive na residência de José Gomes Teixeira. Como ocorrera com Stuart Angel Jones, ele era um dos que sabiam onde estava localizado o ex-capitão do Exército e morreu sem revelar seu esconderijo.

Foi morto em 23 de junho de 1971, às 8 horas, no Depósito de Presos da Base Aérea do Galeão. O cadáver do militante deu entrada no IML com a guia 109, da 37ª DP. O exame necroscópico foi assinado pelos legistas Olympio Pereira da Silva e Ivan Nogueira Bastos, que confirmam a versão oficial de suicídio por enforcamento.

A certidão de óbito de nº 739 teve como declarante José Severino Teixeira e, apesar de nome e endereço completos, José Gomes foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1971, na cova 21.112, quadra 16. Em 15 de julho de 1976 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, entre 1980 e 1981, foram para a vala clandestina, composta de cerca de 2.100 ossadas de indigentes sepultados no cemitério entre 1971 e janeiro de 1974, descoberta nos anos 1990 naquele cemitério.

Foram encontrados o laudo (ocorrência nº 461/71) e as fotos de perícia de local (ICE nº 3.156/71) no Instituto Carlos Éboli (RJ), que mostram José Gomes enforcado com um lençol na cela. Os peritos afirmam que, com base nos elementos encontrados, como ausência de sinais de luta, presença de suportes utilizados na suspensão, meio utilizado para se construir o

instrumento e ausência de indícios de ação criminosa, concluiu-se que houve “*auto-eliminação*”, por enforcamento.

No arquivo do DOPS/RJ, consta o documento do CISA de nº 407, de 2 de julho de 1971, com o depoimento de José, logo após sua prisão. Em nota oficial dos órgãos de segurança, datada de 23 de junho de 1971, foi informada a morte de José Gomes por suicídio.

De acordo com o boletim de março de 1974 da Anistia Internacional, José Gomes Teixeira foi morto sob torturas.

Conforme o relator do caso (296/96) na CEMDP, Paulo Gustavo Gonet Branco, [...] *os autos estão instruídos com prova de que o falecido era militante político e do reconhecimento oficial de sua morte por suicídio, quando se encontrava preso em estabelecimento de segurança. Esses são fatores suficientes para que se reconheça a morte como ocorrida nos termos da lei, devendo o pleito para localizar o corpo aguardar exame no momento oportuno.*

O requerimento foi aprovado por unanimidade em 1º de agosto de 1996.

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 296/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 350.

Luiz Almeida Araújo

Nasceu em 27 de agosto de 1943, em Anádia (AL), filho de João Rodrigues de Araújo e Maria José Mendes de Almeida. Desaparecido em 24 de junho de 1971. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Mudou-se com a mãe e os quatro irmãos para São Paulo, em 1957. Os primeiros anos na cidade foram tempos difíceis. Aos 14 anos de idade, Luiz já trabalhava como *office-boy* na loja de confecções Clipper e estudava à noite.

Começou a participar do movimento estudantil no curso Santa Inês, quando passou a ter ligações com a JEC. Mais tarde, deu aulas de História nesse estabelecimento. Foi preso e torturado pela primeira vez em 1964. Neste mesmo ano, viajou para o Chile e, ao retornar, foi novamente preso. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Segundo sua mãe, Maria José, a família soube de suas atividades políticas pelos registros de suas prisões. Em 1967, foi preso e, nessa época, integrou-se à dissidência do PCB, liderada por Carlos Marighella. Saindo da prisão, voltou às suas atividades normais. Desenvolvia também atividades artístico-culturais. Fez parte do Grupo de Teatro Leopoldo Fróes. Seu grupo tentou encenar uma peça teatral e assim ele conheceu a atriz Carmem Monteiro Jacomini, que se tornou sua companheira. Em 1968, separaram-se e ela se filiou a outra organização clandestina.

Luiz foi preso novamente em 1968, identificado por ter emprestado seu carro, utilizado em uma ação da ALN. Libertado, nesse mesmo ano viajou para Cuba, passando pela antiga URSS, em companhia de Luiz José da Cunha (conhecido como *Crioulo*, assassinado em 13 de julho de 1973), onde realizou treinamento de guerrilha. Retornou em dezembro de 1970 e integrou-se ao movimento guerrilheiro da ALN.

Na noite de Ano Novo de 1970, Maria José foi surpreendida com a visita do filho, a quem não via já havia bastante tempo (na época ele vivia na clandestinidade). Eles comemoraram a passagem de ano juntos. Esse foi o último encontro dos dois.

Em 16 de junho de 1971, Luiz passou o dia com sua irmã, Maria do Amparo Almeida Araújo, que também militava na clandestinidade. Nesse dia, ela completou 21 anos e foi a última vez que o viu.

Luiz foi seqüestrado em 24 de junho na avenida Angélica, em São Paulo, quando dirigia o carro que levou Paulo de Tarso Celestino da Silva, dirigente nacional da ALN, para se encontrar com um companheiro, liderança da VPR. Paulo de Tarso, que seria preso e desapare-



ceria no mês seguinte, foi a última pessoa a ver Luiz vivo. Durante os meses de junho e julho várias pessoas amigas de Luiz e da família foram presas, torturadas ou molestadas pela polícia. Sua companheira, Josephina Vargas Hernandez, estava grávida nessa época e encontrava-se viajando fora do país. Luiz morreu sem conhecer sua filha, Alina de Paula, que hoje mora com a mãe na Europa.

Três dias após a prisão, a família foi avisada por um telefonema anônimo. Acompanhada de outro filho, Manoel, ela foi até a sede do DOI-CODI/SP. Chegaram às 18 horas e só foram liberados às 2 horas da manhã. Manoel foi obrigado a prestar depoimento a diferentes agentes policiais e a assinar uma declaração de que entregaria seus irmãos, Luiz e Maria do Amparo, caso os encontrasse. Maria José teve de esperar de pé, até que Manoel fosse liberado. A seguir, eles se dirigiram ao DOPS/SP, onde também não descobriram nada. Na 2ª Auditoria Militar de São Paulo, foram informados de que Luiz estava foragido, vivendo na clandestinidade.

Em 29 de novembro de 1973, Luiz foi absolvido pela 2ª Auditoria de Guerra por insuficiência de provas. O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro de Justiça em 1993, afirma que em “Ago.171 - teria sido dado como morto”.

Nos arquivos do DOPS/PR, o nome de Luiz foi encontrado em uma gaveta com a identificação “falecidos”. No antigo arquivo do DOPS/RJ, consta um documento do Ministério do Exército, de nº 129, de 2 de agosto de 1971, alguns dias após sua prisão e desaparecimento, enviado ao DOPS/RJ e assinado pelo general Sylvio Frota, então comandante do I Exército, que afirma: “*Incumbiu-me o Sr. Ministro informar a V. Exa. que, pela análise realizada no II Ex de documentação apreendida no aparelho de Luiz Almeida Araújo, vulgo Ruy, terrorista da ALN que se encontra foragido [...]*”.

O nome de Luiz integrou a primeira lista publicada de pessoas mortas ou desaparecidas do CBA, conforme notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 29 de março de 1978. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o nº 028/96.

Foi homenageado pela cidade de Maceió (AL), que deu o seu nome a uma rua no Parque dos Eucaliptos. Em sua homenagem, há uma placa no Monumento contra a Tortura, no Recife (PE).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 028/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

PROGRAMA Rua Viva: Biografia de Mortos e Desaparecidos Políticos Alagoanos durante a Ditadura Militar. Maceió: PECDH, Prefeitura de Maceió, Alagoas, s/d.



Heleny Telles Ferreira Guariba

Nasceu em 17 de março de 1941, em Bebedouro (SP), filha de Isaac Ferreira Caetano e Pascoalina Ferreira. Desaparecida em 12 de julho de 1971. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Heleny, formada em Filosofia pela USP, especializou-se em cultura grega. Paralelamente, estudou teatro. Trabalhou como professora na Faculdade de Filosofia da USP e da Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD). Casou-se com Ulisses Telles Guariba Netto, com quem teve dois filhos, Francisco e João Vicente.

Órfã de pai e criada pela mãe e uma tia, Heleny sempre se voltou aos estudos e às atividades culturais. Depois de estudar teatro, passou a lecionar teoria teatral na EAD. Em 1965, recebeu bolsa de estudos do Consulado da França, em São Paulo, especializando-se na Europa, onde ficou com o marido até 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou a arte de Bertolt Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao Brasil, foi contratada pela prefeitura de Santo André (SP), onde se tornou a diretora do grupo de teatro da cidade. Ali iniciou uma série de trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com



os alunos das escolas municipais. Na Aliança Francesa, na capital paulista, lecionou, montou e dirigiu peças de teatro.

Com a edição do AI-5, seu trabalho foi interrompido. Em março de 1970, foi presa em Poços de Caldas (MG). Já separada de seu marido, foi localizada no DOPS/SP por ele e seu sogro, o general da reserva Francisco Mariani Guariba. Tinha marcas roxas nas mãos e nos braços, provocadas por choques elétricos. Na Oban, foi torturada pelos capitães Albernaz e Homero, tendo sido internada no Hospital Militar durante dois dias em função de hemorragia provocada pelas torturas. Durante um ano, Heleny cumpriu pena no Presídio Tiradentes, sendo assistida por seu advogado, José Carlos Dias, que depois se tornou presidente da CJP/SP e, posteriormente, ministro da Justiça. Em abril de 1971, conseguiu a liberdade, quando passou algum tempo com a mãe e a tia. Retornou às suas atividades profissionais, dando aulas de teatro, mas foi novamente presa três meses depois.

Paulo de Tarso Celestino da Silva

Nasceu em 26 de maio de 1944, em Morrinhos (GO), filho de Pedro Celestino da Silva Filho e Zuleika Borges Pereira Celestino. Desaparecido em 12 de julho de 1971. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudou no Colégio Universitário da UFG, onde concluiu o curso de Humanidades em 1962 e foi escolhido orador da turma. Ingressou na Faculdade de Direito da UnB, onde se formou aos 23 anos, em 1967. Foi presidente da FEUB. Exerceu a advocacia em Goiânia (GO) e chegou a fazer sustentação oral no STF. Em 1968, viajou para a França e fez pós-graduação na Sorbonne. Segundo documento do DOPS/SP, de 10 de janeiro de 1972, baseado em relatório da Aeronáutica, esteve em Cuba onde fez “Curso de Guerrilha Rural e Urbana”, entre julho de 1969 e janeiro de 1970. Retornou ao Brasil em março de 1971 e, em 24 de março do mesmo ano, foi julgado e condenado à revelia à pena de dois anos e seis meses de reclusão. Poucos meses depois, foi preso, vindo a desaparecer.



O desaparecimento do casal

Heleny e Paulo de Tarso foram presos por agentes do DOI-CODI/RJ em 12 de julho de 1971, no Rio de Janeiro, e nunca mais foram vistos.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que Heleny foi “[...] presa em 20 de outubro de 1970, em Poços de Caldas (MG), sendo libertada em 1º de abril de 1971 [...]”. O relatório do Ministério do Exército informa que “[...] foi presa em 24 de abril de 1970 durante a Operação Bandeirantes e libertada a 1º de abril de 1971”.

Conforme depoimento de seu ex-marido, Ulisses Telles Guariba Netto:

[Heleny] Foi solta em fins de abril de 1971, por decisão da própria Justiça Militar. Ao ser libertada, desejava viajar para o exterior. Ela tinha também a intenção de ajudar familiares de perseguidos e mortos. Ficou uns tempos na casa da mãe e na casa de amigos, enquanto se preparava para a tal viagem. Por volta do dia 25 de julho, recebi um telefonema em casa informando-me que Heleny havia sido presa no Rio de Janeiro.

Meu pai foi para Brasília, bem como ao Comando do I Exército, no Rio de Janeiro, procurando autoridades e amigos. Todas as informações foram no sentido de que Heleny não havia sido presa e que, provavelmente, havia embarcado para o exterior.



Com a segunda prisão, não foi dada mais nenhuma informação da polícia sobre Heleny e Paulo. Nem o general Guariba conseguiu respostas: foi ao Ministério do Exército, ao SNI, ao Comando do I Exército e em todos os lugares possíveis na busca de autoridades e amigos que pudessem dar informações sobre o paradeiro de Heleny.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório sobre sua prisão no centro clandestino de tortura do CIE, em Petrópolis (RJ), conhecido como *Casa da Morte*, testemunhou que, durante o período em que esteve seqüestrada naquele local, dentre outros desaparecidos, ali estiveram, no mês de julho, Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny.

Nesse cárcere clandestino, Heleny teria sido torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina. Paulo de Tarso foi torturado durante 48 horas pelos carcereiros conhecidos por Inês como *Dr. Roberto, Laecato, Dr. Guilherme, Dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão*. Ele foi colocado no pau-de-arara, quando lhe deram choques elétricos e o obrigaram a ingerir grande quantidade de sal. Durante muitas horas, Inês o ouviu suplicar por um pouco de água.

Em dezembro de 1971, como resposta à solicitação da seccional de Brasília da OAB, o Ministério do Exército informou que Paulo de Tarso fora preso por autoridades militares, mas havia sido entregue à Polícia Federal, devendo o Ministério da Justiça prestar informações.

A OAB encaminhou, então, ofício ao presidente da República, assinado pelo seu presidente, o advogado Moacir Belchior, em 28 de janeiro de 1972, no qual afirmava:

[...] ter razões para preocupar-se com o silêncio do Ministério da Justiça a respeito do destino do advogado Paulo de Tarso Celestino da Silva e estar temerosa pela sua integridade física, já que são decorridos mais de seis meses do seu desaparecimento. [...] no Ministério do Exército, através do seu chefe de gabinete, obteve informação de que Paulo de Tarso Celestino da Silva fora preso por autoridades militares, mas que havia sido entregue à Polícia Federal e que somente no Ministério da Justiça se poderiam colher esclarecimentos neste sentido.

Tempos depois, o Ministério do Exército desmentiu o fato alegando erro.

Seu pai, Pedro Celestino, era advogado e fora deputado federal pelo PSD por Goiás, de 1963 a 1967, e pelo MDB, de 1967 a 1969, ano em que foi cassado em 14 de março. Pedro Celestino enviou uma carta ao general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil da Presidência da República, em 12 de julho de 1974:

Como cidadão e chefe de família é que dirijo-me a Vossa Excelência rogando fazer chegar ao Presidente da República o meu apelo extremo, depois de ver frustrados todos os recursos judiciais e extra-judiciais permitidos pela ordem jurídica vigente no país [...] para encontrar meu filho. Não venho pedir-lhe que o solte. Mas o mínimo que se deve garantir à pessoa humana, isto é, seja processado oficialmente, com o direito de sua família dar-lhe assistência jurídica e principalmente humana.

Não obteve nenhuma resposta. Em 20 de fevereiro de 1975, o ministro da Justiça, Armando Falcão, fez esclarecimento público sobre 22 desaparecidos políticos, entre os quais constava o nome de Paulo de Tarso, alegando que todos estavam foragidos. Em resposta, seu pai redigiu uma carta aberta a Armando Falcão, publicada no *Jornal do Brasil*, em 21 de fevereiro de 1975, e em outros jornais do país, na qual apontava a contradição entre as respostas do ministro da Justiça e a do Ministério do Exército.

Apesar do silêncio e da negativa das autoridades, as provas sobre a prisão e o desaparecimento dos dois militantes foram, aos poucos, sendo coletadas. Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ* publicou, na reportagem “*Longe do Ponto Final*”, declarações do ex-médico Amílcar Lobo, então lotado no DOI-CODI/RJ, na qual reconheceu ter atendido Paulo de Tarso quando ele esteve preso nas dependências do DOI-CODI/RJ, sem, no entanto, precisar a data.

Segundo entrevista do sargento Marival Chaves Dias do Canto, então membro do DOI-CODI/SP, à revista *Vêja*, de 18 de novembro de 1992:

Eles matavam e esquartejavam. Agentes que estiveram numa casa mantida pelo Centro de Informações do Exército em Petrópolis, no Rio de Janeiro, me contaram que os cadáveres eram esquartejados, às vezes até em catorze pedaços, como se faz com boi num matadouro. Era um negócio terrível. Eles faziam isso para dificultar a descoberta e a identificação do morto. Cada membro decepado era colocado num saco e enterrado em local diferente. A casa de Petrópolis foi onde o Centro de Informações do Exército mais matou presos e ocultou cadáveres. Os militantes detidos em diversas regiões do país eram enviados dos Estados diretamente para Petrópolis.

Conforme o ex-médico e colaborador da repressão política Amílcar Lobo, em seu livro *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*, os mortos eram enterrados nas cercanias, atrás da casa.

Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, os requerimentos foram protocolados com o nº 293/96, de Heleny, e 151/96, de Paulo de Tarso.

Em homenagem aos dois, a cidade do Rio de Janeiro deu seus nomes a ruas.

Walter Ribeiro Novaes

Nasceu em 1º de agosto de 1939, na Bahia, filho de Arlindo Ribeiro Moraes e Maria Rosalinda Ribeiro. Desaparecido em 12 de julho de 1971. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era casado com Atamilca Ortiz Novaes, com quem teve dois filhos. Trabalhava como salva-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo, no Rio de Janeiro (RJ), na praia de Copacabana.

Sua primeira prisão deu-se em 13 de junho de 1970, quando ainda vivia e trabalhava legalmente. Foi solto dois meses depois, passando a viver na clandestinidade, quando assumiu a tarefa de cuidar da infra-estrutura do comando da VPR, tendo participado dos seqüestros dos embaixadores da Alemanha, em junho de 1970, e da Suíça, entre dezembro daquele ano e janeiro de 1971.

A segunda prisão ocorreu às 18h30min de 12 de julho de 1971, quando se dirigia a um encontro, no bairro da Penha (RJ), com o militante conhecido como *Alípio*, que também era salva-vidas e trabalhava na Barra da Tijuca. Logo que a família soube da prisão, passou a procurá-lo. Chegou a entrar em contato com um policial que informou, em troca de dinheiro, que ele se encontrava no DOPS/RJ. Mas logo esse contato foi interrompido por iniciativa do próprio policial, que alegou estar sendo ameaçado de morte.

Depoimentos dos ex-presos políticos Alex Polari de Alverga e Lúcia Maurício Alverga, feitos à época em auditorias militares, testemunham que os torturadores do DOI-CODI/RJ disseram que Walter foi morto após ter sido torturado naquele órgão da repressão.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório sobre sua prisão no centro clandestino de tortura do CIE, em Petrópolis (RJ), conhecido como *Casa da Morte*, afirmou ter ouvido de seus torturadores que Walter esteve naquele cárcere em julho de 1971 e que, no período entre 8 e 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração em virtude de sua morte.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140. Na CEMDP, o caso recebeu o nº 301/96.

Luiz Eduardo da Rocha Merlino

Nasceu em 18 de outubro de 1947, em Santos (SP), filho de Zeno Merlino e Iracema Rocha da Silva Merlino. Morto em 19 de julho de 1971. Dirigente do Partido Operário Comunista (POC).

Ainda estudante secundarista, Merlino participou do CPC da UNE. Em 1965, com 17 anos, transferiu-se para São Paulo (SP), onde integrou, mais tarde, a primeira equipe de jor-

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 293/96, de Heleny Telles Ferreira Guariba, e 151/96, de Paulo de Tarso Celestino Silva, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

LOBO, Amílcar. *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 71.

ROMEU, Inês Etienne. "Relatório Inês. Dossiê da tortura", op. cit.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 301/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. *Projeto A: os Mortos*. Tomo V, v. 4.

ROMEU, Inês Etienne. "Relatório Inês. Dossiê da tortura", op. cit.



nalistas do recém-fundado *Jornal da Tarde* (1966), da empresa *O Estado de S. Paulo*. Escreveu reportagens de grande repercussão, como a que denunciou o “*mau patrão*” J. J. Abdala, proprietário da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (*Jornal da Tarde*, 24 de abril de 1967) e a sobre os índios Xavantes de Mato Grosso (*Jornal da Tarde*, 12 de agosto de 1967 e 26 de agosto de 1967). Trabalhou depois na *Folha da Tarde* e no *Jornal do Bairro*, em 1969 e 1970. Participou ainda ativamente da equipe do jornal *Amanhã*, editado pelo Grêmio Estudantil da FFCL da USP, que, mais que um semanário estudantil, foi uma publicação voltada para os problemas nacionais e de circulação nos meios operários. Em abril de 1968, participou da manifestação contra a prisão de jornalistas, diante do Tribunal Militar de São Paulo.

O ano de 1968 foi marcado por grandes mobilizações estudantis, nas quais Merlino também participou ativamente, já que havia ingressado no curso de História da USP. Foi também durante esse ano que ingressou no POC. Como repórter da *Folha da Tarde*, fez a cobertura do XXX Congresso da UNE, em outubro de 1968, em Ibiúna (SP) e foi, na ocasião, uma das principais fontes de informação sobre a repressão ao evento. Apesar da prisão dos mais de 700 estudantes, Merlino, liberado em seguida em virtude de sua condição de jornalista, publicou na *Folha da Tarde*, de 14 de outubro de 1968, as matérias “*Um Triste Congresso*” (assinada por Antônio Mello), “*Quem é ela?*” (assinada por Eduardo da Rocha e Silva) e “*Um Defunto Que Não Morreu*” (não assinado). Em dezembro, quando houve a decretação do AI-5, liderou a greve dos jornalistas da *Folha da Tarde*.

A partir de 1969, com o endurecimento da ditadura, participou de atividades clandestinas de combate ao regime, sem deixar a vida de jornalista. Nessa ocasião, colaborou na organização clandestina das manifestações estudantis contra a visita do banqueiro estadunidense David Rockefeller ao Brasil. Em dezembro de 1970, viajou para a França, para um período de estudos e contatos, sobretudo no âmbito da IV Internacional, de orientação trotskista. Participou como observador do 2º Congresso da Liga Comunista, organização francesa da IV Internacional, em Rouen. Durante sua estadia na França, por meio de seus contatos com a organização francesa, conseguiu que o prestigioso editor François Maspero publicasse uma das primeiras denúncias da tortura no Brasil, com depoimentos de vítimas, obra que elaborou em conjunto com os jornalistas Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca: *Pau de Arara – La Violence Militaire au Brésil* (Paris, François Maspero, Cahiers Libres, 1971).

Cinco dias depois de sua volta da França – que havia sido feita com passaporte legal, uma vez que contra ele não pesava nenhuma acusação dos órgãos repressivos –, foi preso na casa de sua mãe, Iracema da Rocha Merlino, em Santos, em 15 de julho de 1971. Os órgãos repressivos não conheciam a sua identidade legal, mas conheciam bem as atividades de *Nicolau*, seu nome de guerra no POC, como também sua qualidade de dirigente. Os policiais do DOI-CODI/SP apresentaram-se à porta da casa como amigos, mas, desde o momento em que puseram os pés no recinto da família, a cordialidade foi substituída pela brutalidade, as metralhadoras foram apontadas para toda a família, particularmente para sua irmã, Regina. Com grosserias e impropérios, revistando brutalmente o seu quarto, perguntavam agressivamente por sua companheira, Ângela Mendes de Almeida, também dirigente do POC e já condenada pela Justiça Militar a quatro anos de prisão. Iracema ficou nervosa, mas foi acalmada pelo filho que dizia: “*Logo estarei de volta*”.

Na sede do DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, Merlino foi torturado por cerca de 24 horas ininterruptas e abandonado em uma solitária, a chamada “cela-forte”, ou “X-zero”. Apesar de queixar-se de fortes dores nas pernas, fruto da permanência no pau-de-arara, não teve nenhum tratamento médico. Apenas massagens, acompanhadas de comentários grosseiros por parte de um enfermeiro de plantão, de traços indígenas, que respondia pelo nome de *Boliviano*, ou *Índio*, e que, em tom de brincadeira, falou ao chefe da equipe: “*Capitão, o Merlino está reclamando de dores nas pernas e que não pode fazer pipi. Vai ver que andou demais durante a noite*”; e os dois torturadores puseram-se a rir.

O preso político Guido Rocha já estava na solitária, ou “X-zero”, havia vários dias quando os policiais chegaram com Merlino, conforme depoimento dado por ele em Bruxelas, em 1º de abril de 1979, ao jornalista Bernardo Kucinski. Guido tentara sair do país por Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, onde chegara por trem, mas as autoridades bolivianas o devolveram aos militares brasileiros. O “X-zero” era uma cela quase totalmente escura. Chão de cimento, colchão manchado de sangue jogado no piso, uma privada turca, que os presos chamavam de “boi”. Só entrava luz na cela quando uma portinhola era aberta para passar comida. Antes mesmo de Merlino ser trazido para o “X-zero”, Guido já o conhecia pelos seus gritos e gemidos que ouvira muitas vezes, vindos da sala de torturas, localizada bem ao lado. Ao chegar, Merlino estava muito machucado e viera carregado pelos policiais. Mantinha-se calmo, tinha a voz fraca, mas ainda estava conversando e contou-lhe mais ou menos a sua situação, apresentando-se como *Nicolau*. Tinha a esperança de poder sair logo. Mas a sua saúde começava a piorar. As duas pernas ficaram dormentes, em razão do tempo que passara pendurado no pau-de-arara. Para ir à privada turca, Guido tinha que carregá-lo, embora, por ser franzino, mal o agüentasse.

As dores nas pernas que Merlino sentia eram, na verdade, uma complicação circulatória decorrente das torturas. Na manhã do dia 17, o enfermeiro da Equipe A do DOI-CODI arrastou uma escrivaninha até o pequeno muro que divide o pátio, onde existiam sete celas. Pediu então ao carcereiro *Marechal* para trazer o preso do “X-zero”. Luiz Merlino foi carregado até a mesa improvisada. O enfermeiro, com bata branca, calças e botas militares, tirou o calção de Merlino, colocou-o de costas para cima e massageou suas pernas. Ele gemeu, chorou e gritou de dor. Suas nádegas estavam esfoladas. Os presos das celas 2 e 3, em um breve período de afastamento do enfermeiro, conversaram com ele, que se identificou. Contou que fora torturado toda a noite e que suas pernas não mais o obedeciam, fruto da gangrena generalizada. De volta ao “X-zero”, Merlino piorava. O enfermeiro fez o teste de reflexo no joelho e planta do pé, sem resposta alguma. Ficou perturbado, mas se irritou quando Guido Rocha cobrou a remoção do companheiro para um hospital, batendo na porta maciça de ferro. Ele vomitava tudo o que comia e havia sangue nos vômitos. “*Chame o enfermeiro rápido, que estou muito mal*”, pediu Merlino. A dormência já alcançava os seus braços. Guido Rocha bateu na pesada porta e gritou por socorro. O enfermeiro reapareceu, com outras pessoas, que Guido identificou como torturadores. Eles levaram Merlino para morrer no Hospital Geral do Exército.

A reconstituição dos fatos deu-se com os relatos de Guido Rocha e, ainda, os depoimentos de Eleonora Menecucci, Ricardo Prata Soares, Laurindo Junqueira Filho e Zilá Prestes Pra Baldi, prestados na Justiça Militar, que confirmam as torturas sofridas por Merlino no DOI-CODI/SP.

Embora no atestado de óbito conste a data de 19 de julho de 1971, sua morte não foi comunicada à família. Os parentes só ficaram sabendo no dia 20, à noite, por pessoas que buscavam informação sobre sua prisão. A primeira versão era de que ele havia se suicidado. Uma segunda versão dada pelos órgãos repressivos afirmava que ele teria morrido por “*auto-atropelamento*”: tendo sido levado para o Rio Grande do Sul para identificar companheiros, ele teria escapado da guarda e se jogado embaixo de um carro, na BR-116, na altura de Jacupiranga (SP).

Apesar da desculpa mais sofisticada, o corpo não aparecia. Parentes de Merlino foram até o IML/SP e tiveram como resposta do diretor, Arnaldo Siqueira, que o corpo não estava ali. Foi preciso que seu cunhado, o delegado de polícia Adalberto Dias de Almeida, valendo-se de sua condição, entrasse por uma porta lateral e procurasse o corpo, de geladeira em geladeira, até encontrá-lo. Desmascarado então pelos parentes, o diretor deu como desculpa o fato de aquele corpo estar ainda sem identificação.

O corpo de Merlino foi retirado do IML/SP e enterrado no Cemitério de Paquetá, em Santos, pela família.

O laudo necroscópico, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, concluiu que Merlino morreu de anemia aguda traumática (por ruptura da

artéria ílica direita). No laudo consta a resposta “*não*” ao quarto quesito, que pergunta se a morte foi produzida por torturas ou por outro meio degradante e cruel. Na requisição de exame necroscópico, no item referente ao histórico do caso, lê-se “[...] *no dia e hora supra mencionados* [19/07/71 - 19:30 - BR-116 Jacupiranga] *ao fugir da escolta que o levava para Porto Alegre, RS, na estrada BR-116 foi atropelado e em consequência dos ferimentos faleceu*”. O documento contém um T de “terrorista”, escrito a lápis.

A notícia da morte de Luiz Eduardo Merlino foi censurada. Apesar disso o jornal *A Tribuna*, de Santos, noticiou, em 27 de agosto de 1971, que “*Estava morto há dias jornalista desaparecido [...] desde o dia 16 de julho último*”. No texto, citava-se um despacho enviado de Paris pela Agência Reuters, uma semana antes, comunicando que Merlino havia sido preso pelas autoridades de Segurança Nacional. Na mesma data, um anúncio fúnebre em *O Estado de S. Paulo* convidava “[...] *os jornalistas brasileiros e o povo em geral para a missa de trigésimo dia do seu falecimento, a realizar-se dia 28 de agosto, na Catedral da Sé, em São Paulo*”.

De fato, a missa foi celebrada com a presença de centenas de jornalistas e amigos. Segundo relato de sua irmã, Regina Merlino, havia também, entre os presentes, muitos policiais, alguns até portando metralhadoras. E o cúmulo do acinte: os mesmos três homens, que tinham ido prender Merlino em sua casa, vieram dar os pésames à família.

Durante muito tempo, toda a família foi vigiada ostensivamente, em alguns casos chegando à provocação. Por sua vez, a companheira de Merlino, Ângela, já condenada, permaneceu fora do Brasil até o advento da Lei de Anistia, em agosto 1979.

Iracema da Rocha Merlino morreu em 31 de março de 1994. Ela, a irmã, Regina Merlino Dias de Almeida, e a companheira de Luiz Eduardo, Ângela Mendes de Almeida, nunca deixaram de lutar pelo restabelecimento da verdade sobre sua morte. E nunca deixaram de denunciar esse crime por todos os meios disponíveis. Em 1978, o Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA/SP denunciou diversas mortes sob tortura, entre elas a de Luiz Eduardo. Em julho de 1979, sua família entrou com uma ação declaratória contra a União na Justiça Federal.

Durante os processos contra os médicos legistas do Cremesp, que falsificaram laudos durante a ditadura, iniciado pelo GTNM/RJ na década de 1990, a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o médico Antenor Chicarino analisou o laudo de necropsia de Luiz Eduardo e afirmou que a fotografia revelava manchas roxas no braço direito, no nariz e na testa, compatível com aquelas causadas por agente mecânico de efeitos constritivos que não são apontadas no laudo. As lesões compatíveis com marcas de pneus estão localizadas na sola dos pés, pernas, nádegas, cotovelos e braços. Como explicar escoriações na sola dos pés, se estava calçado com botas de couro? O médico Dolmevil aborda as mesmas questões e, com base nas fotografias, destacou inchaço no lábio inferior e uma mancha roxa horizontalizada paralela em toda a linha de implantação dos cabelos na região frontal.

Na CEMDP, seu caso, de nº 209/96, teve como relator Nilmário Miranda e foi deferido por unanimidade em 23 de abril de 1996.

Em 4 de abril de 2008, a Justiça de São Paulo acolheu uma ação cível declaratória – sem pedido de punição criminal ou indenização pecuniária – contra o coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brillhante Ustra, comandante do DOI-CODI do II Exército à época e acusado por várias testemunhas de ser o principal responsável pela morte de Merlino. A ação tem como autoras sua ex-companheira, Ângela, e sua irmã, Regina. Infelizmente, em 23 de setembro de 2008, o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou o agravo de instrumento impetrado por Ustra que suspende o processo, aceitando o argumento de que a ação declaratória não seria o meio processual para discutir o pedido feito (reconhecimento da tortura sofrida por Merlino). Fábio Konder Comparato e Aníbal Castro de Sousa, advogados dos familiares de Merlino, recorreram da decisão.

Ustra foi condenado em primeira instância, em outubro de 2008, em outra ação declaratória iniciada em 2006. O processo foi movido por cinco membros da família Almeida Teles, que o acusam de tê-los torturado em 1972.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 209/96, na CEMDP.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

Djalma Maranhão

Nasceu em 27 de novembro de 1915 em Natal (RN), filho de Luiz Ignácio de Albuquerque Maranhão e Maria Salomé Carvalho Maranhão. Morto em 30 de julho de 1971.

Casado com Dária de Souza Maranhão, com quem teve um filho, Marcos Maranhão.

Seu irmão Luiz Ignácio Maranhão Filho, ex-deputado estadual do Rio Grande do Norte e membro do Comitê Central do PCB, é desaparecido político desde abril de 1974.

Sua militância política tem início na década de 1930 quando se filiou ao PCB, desenvolvendo ação política no sul do país. Retornando a Natal em pleno Estado Novo, fundou um jornal e um clube de futebol. Com a redemocratização em 1945, Djalma Maranhão divergiu da direção regional do partido, acabando por ser expulso de seus quadros e passando a fazer parte do PSP. Em 1954, foi eleito deputado estadual com mandato até 1956, quando foi nomeado prefeito da cidade de Natal pelo governador Dinarte Mariz. Em 1958, renunciou à prefeitura e candidatou-se a deputado federal pela legenda da UDN, conquistando a primeira suplência. De 21 de julho a 3 de novembro de 1960 assumiu a cadeira de deputado federal. Em 1960, foi eleito prefeito de Natal pelo PTN, assumindo a prefeitura no ano seguinte.

Sua administração representou um grande avanço no setor educacional com ênfase na alfabetização de milhares de natalenses por meio da campanha “*De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*”, inspirada no método Paulo Freire. A passagem de Djalma pela prefeitura foi assinalada por inúmeras obras: Palácio dos Esportes, Estação Rodoviária, Galeria de Arte, Concha Acústica. Apoiou e estimulou as manifestações culturais da cidade de Natal, promovendo eventos e envolvendo a população em diversas práticas artísticas. Com o golpe militar de 1964, foi deposto, preso e teve seu mandato cassado. Levado para Recife (PE), foi posteriormente transferido para a ilha de Fernando de Noronha, lá ficando confinado até o fim de 1964. Em seguida, Djalma seguiu para o exílio no Uruguai. Neste período, foi julgado e condenado à revelia a 18 anos de prisão.

Em 30 de julho de 1971, vítima de uma parada cardíaca, faleceu no exílio em Montevideu. Seu corpo foi sepultado no Cemitério do Alecrim.

Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a Partir de 1964* no item “*Mortes no Exílio*”.



Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br
www.dhnet.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.
 Arquivos do IEVE/SP.

Joel Vasconcelos Santos

Nasceu em 9 de agosto de 1949, em Nazaré (BA). Filho de João Vicente Vasconcelos Santos e Elza Joana dos Santos. Desaparecido em julho de 1971. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Estudante de contabilidade na Escola Técnica de Comércio do Rio de Janeiro (RJ). Foi presidente da AMES/RJ, em 1970, e diretor da UBES, entre 1970 e 1971. Em 1970, militou também na UJP, organização dirigida pelo PCdoB.

Joel Vasconcelos e Antônio Carlos de Oliveira da Silva, conhecido como *Makandall*, foram presos em 15 de março de 1971 nas imediações do Morro do Borel, na esquina das ruas São Miguel e Marx Fleuiss, localizadas na Usina, bairro carioca da zona norte do Rio de Janeiro. Joel pretendia entregar a *Makandall* ingressos para a peça *O Rei da Vela*, que estava sendo apresentada no teatro João Caetano, quando foram surpreendidos pelos policiais.

Por mais de três meses, Joel e *Makandall* ficaram detidos e incomunicáveis nas dependências dos órgãos de repressão. Aos apelos da mãe de Joel, Elza Joana, os agentes da PE e os oficiais do Ministério do Exército, com os quais conseguiu falar, responderam com evasivas. Primeiro confirmaram a prisão, mais tarde negaram e, pouco depois, informaram que ele já havia sido liberado. Apesar disso, os dois continuavam detidos.



Elza Joana escreveu cartas às autoridades da Igreja, parlamentares, jornalistas e ao presidente Médici. Em 1972, após enviar uma carta ao presidente, recebeu em sua casa a visita de agentes do DOPS/RJ que a levaram até o gabinete do general Sizeno Sarmento. O comandante do I Exército prometeu esclarecer completamente o episódio, mas nada fez de concreto.

Makandall, trabalhador na construção civil e morador do Morro do Borel, conta que ele e Joel conversavam na esquina quando passou o carro da polícia. Joel assustou-se e comentou que havia documentos comprometedores nos pacotes que carregava. Os policiais cercaram os dois com metralhadoras e revistaram os pacotes. Ali mesmo começaram as torturas. Foram algemados e levados ao 6º Batalhão da PM. Mais torturas e, em seguida, foram encaminhados ao quartel da PM na rua Evaristo da Veiga, no centro. De lá, foram encaminhados para o quartel da PE, na rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, onde Joel permaneceu até o seu desaparecimento, sendo ininterruptamente torturado durante os quatro meses em que *Makandall* lá esteve preso.

No arquivo do antigo DOPS/RJ, há um documento do Estado Maior da PM/2 do estado do Rio de Janeiro, de 17 de março de 1971, confirmando a prisão de Joel em 15 de março daquele ano, e descrevendo o material apreendido com ele. Segundo o documento, nesse material havia anotações das ações que pretendiam realizar e o rascunho de um panfleto para o “28 de Março – Dia Nacional de Luta contra a Repressão Ditatorial”. Anexado ao documento, há o seu primeiro depoimento, quando Joel teria informado o endereço de sua residência.

Documento do DOI-CODI/I Exército, de 15 de março de 1971, interrogatório de nº 63, traz declarações de Joel, na página 42.1808-3. Outro documento do DOI-I Exército, de 19 de março de 1971, interrogatório de nº 65, traz também declarações de Joel, na página 42.1808-5. As informações confirmam a prisão de Joel em 15 de março e que, no dia 19, ainda estava vivo, sendo interrogado no DOI-CODI/RJ.

O relatório da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que Joel foi “[...] preso em 15 de março de 1971 e transferido para local ignorado”.

No livro *Desaparecidos Políticos*, *Makandall* contou sobre sua prisão junto com Joel e descreveu os espancamentos que sofreram na prisão:

Lá, na PE, tudo começou muito tranqüilo ao ponto de a gente imaginar que não iríamos ser torturados. Caiu a noite e começaram tudo novamente [...] Era pau-de-arara, choque e tudo o mais. Um mês nesse sofrimento e nós já estávamos com queimaduras por todo o corpo em virtude dos choques elétricos. Levaram então o Joel para a “estidadeira”, com uma pedra amarrada nos testículos. Fiquei apavorado e me trancafiaram na “geladeira”. Depois me pegaram para assistir às torturas de Joel e me fizeram um montão de perguntas. [...] Joel não disse nada, não falou uma palavra, nem sobre sua identidade, sobre seus pais, seu trabalho e seus amigos. Ai eles partiram para cima de mim e como eu não sabia nada da vida dele, torturavam a gente.

O preso político Luiz Artur Toríbio denunciou, à época, na Auditoria Militar, que um dos torturadores do DOI-CODI/RJ afirmava “[...] que se não confessasse teria o mesmo fim que Joel, ‘Moreno’, que foi morto por policiais do DOI do Rio de Janeiro”.

Após muitas tentativas de fazer contatos com pessoas e entidades, sua mãe, Elza Joana – que já havia apelado a dom Eugênio Salles, a dom Ivo Lorscheider, à OAB, ao senador Danton Jobim, ao professor Cândido Mendes –, escreveu ao então deputado do MDB “autêntico”, Francisco Pinto, que lhe prometeu ajuda. Logo depois, ele foi preso, mas mesmo assim lhe escreveu cartas de conforto da prisão. Ela foi uma das precursoras da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita no Rio de Janeiro, mantendo-se atuante nessa luta até a sua morte, em 1994, sem conseguir esclarecer as circunstâncias do desaparecimento de seu filho.

Em homenagem a Joel, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma de suas ruas. Também foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo GTNM/RJ, em 1º de abril de 1997.

O nome de Joel consta da lista dos desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso na CEMDP foi protocolado com o nº 106/96.

Documentos consultados:

- www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 106/96, na CEMDP.
 CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.
 PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.



José Raimundo da Costa

Nasceu em 28 de dezembro de 1939, no Recife (PE), filho de Manoel Raimundo da Costa e Maria Aleixo dos Santos. Morto em 5 de agosto de 1971. Dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era casado com Gisélia Morais da Costa, com quem teve dois filhos. Ex-sargento da Marinha, escapou, com Carlos Lamarca, do cerco militar estabelecido na área de treinamento de guerrilha da VPR, no Vale do Ribeira (SP), em 31 de maio de 1969.

José Raimundo foi muito perseguido, inicialmente, em virtude de sua participação no movimento dos marinheiros de 1964 e, depois, por ter se tornado um importante dirigente da VPR, onde era conhecido pelo codinome *Moisés*. Era acusado de participar de várias ações armadas e do seqüestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, ocorrido em março de 1970 na capital paulista, quando cinco prisioneiros políticos e três crianças foram trocados pelo diplomata. Ele respondeu a alguns processos e estava com prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar em 3 de junho de 1969.

Foi morto no Rio de Janeiro, após ter sido preso e torturado no DOI-CODI/RJ. Segundo a versão policial, seu corpo teria sido encontrado em terreno baldio na rua Otacílio Nunes, em frente ao número 80, no bairro de Pilares, Rio de Janeiro (RJ). Foi preso em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro. Embora estivesse usando o nome de *Odwaldo Clóvis da Silva*, o CIE informou ao DOPS/RJ que se tratava de José Raimundo da Costa. Em documento do arquivo do DOPS/RJ, de 5 de agosto de 1971, o comissário Jayme Nascimento, do DOPS, informou que

[...] às 7:00 horas, pelo telefone, o cel. Sotero, oficial de permanência do CIE, comunicou que, em uma travessa próxima à Rua Otacílio Nunes, em Pilares, havia sido morto um elemento subversivo de nome José Raimundo da Costa, quando reagiu à prisão numa diligência efetuada por elementos pertencentes ao Serviço de Segurança do Exército.

Entretanto, na mesma data, com o nome de *Odwaldo Clóvis da Silva*, o corpo de José Raimundo deu entrada no IML/RJ, guia 59, da 24ª DP, e no laudo de exame cadavérico, também com o nome de *Odwaldo*, encontramos: “Deu entrada no Serviço de Necropsia deste Instituto às onze horas e dez minutos do dia 5 de agosto de 1971 [...] removido da Rua Otacílio Nunes [...]”.

Inês Etienne Romeu declarou, em sua denúncia sobre o centro clandestino de torturas do CIE localizado em Petrópolis (RJ), conhecido como *Casa da Morte*, que, em 4 de agosto de 1971, ouviu o torturador *Laurindo* informar aos torturadores *Dr. Bruno* e *Dr. César* que José Raimundo havia sido preso em uma barreira. Posteriormente, outro torturador, *Dr. Pepe*, lhe disse que José Raimundo foi morto 24 horas após sua prisão, em um “*teatrinho*” montado numa rua do Rio de Janeiro.

Em laudo do ICE, os peritos registraram que “[...] os pulsos da vítima apresentavam hematomas em toda a sua extensão”. Na foto do corpo, percebe-se as marcas das algemas que prendiam os pulsos de José Raimundo. Foram ainda encontrados laudo de necropsia (Ocorrência nº 596/71) e fotos de perícia do local (ICE nº 3.916/71).

Mesmo identificado, José Raimundo foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1971, na cova 23.538, quadra 16. No livro de saída de indigentes do IML, ao lado de seu nome, está manuscrita a palavra “*Subversivo*”. Em 1º de outubro de 1979, seus restos mortais foram transferidos para um osário geral e, entre 1980 e 1981, foram levados para uma vala clandestina, composta de cerca de 2.100 ossadas de indigentes sepultados no cemitério entre 1971 e janeiro de 1974, descoberta nesse cemitério nos anos 1990.

José Raimundo foi uma das vítimas do agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o *Cabo Anselmo*³. Em documento localizado no arquivo do DOPS/SP, *Cabo Anselmo* refere-se aos seus encontros com José Raimundo e registra as possibilidades de con-



3. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo* ver também os casos de José Maria Ferreira Araújo, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma e de Edgard Aquino Duarte (1973).



tato com o mesmo. O documento, cuja primeira parte é datada de 4 de junho de 1971, é anterior à morte de José Raimundo.

De acordo com reportagem de Henrique Lago, intitulada “*Cabo Anselmo, um agente secreto*”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 14 de outubro de 1979, Anselmo teria contado a José Raimundo que havia sido preso e fingia colaborar com a polícia. Antes de ser assassinado, José Raimundo chegou a revelar essa informação a outros militantes. Contudo, as organizações da esquerda revolucionária apenas confirmaram essa suspeita em 1973, quando ocorreu o assassinato de militantes da VPR na chamada “Chacina da Chácara São Bento”, em Pernambuco.

A relatora do caso na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, em seu parecer observou:

[...] *considerando-se o controle a que estava submetido José Raimundo nos contatos com o ex-Cabo Anselmo e a necessidade [...] de eliminá-lo para poder dirigir a VPR, fica evidenciado que a versão oficial de tiroteio divulgada pelos órgãos de repressão serviu para encobrir o assassinato sob torturas de José Raimundo da Costa [...].*

Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, o filme lançado em 2006 *O dia que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburger:

[...] *evoca lembranças do diretor em sua infância, quando seus pais, Amélia e Ernest Hamburger, professores de Física da USP, foram presos em São Paulo como integrantes de um grupo de arquitetos, artistas, intelectuais (entre eles Lina Bo Bardi, Augusto Boal, Flávio Império, Sérgio Ferro e outros), que seriam presos ou perseguidos por ajudarem militantes da VPR e da ALN. A principal acusação contra os pais do cineasta foi, exatamente, ter abrigado em sua residência José Raimundo da Costa e sua esposa, em 1970.*

Na CEMDP, seu caso foi aprovado por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 094/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 347.

ROMEU, Inês Etienne. “Relatório Inês. Dossiê da tortura”, op. cit.



Francisco das Chagas Pereira

Nasceu em 2 de abril de 1944, em Sumé (PB), filho de Leôncio Samuel Pereira e Judite Joventina Pereira. Desaparecido em 5 de agosto de 1971. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Segundo o relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda,

[...] *Francisco das Chagas Pereira foi sargento da PM da Paraíba, tendo posteriormente trabalhado no Banco do Nordeste do Brasil e por último foi admitido, através de concurso público, na Embratel do Estado do Rio de Janeiro. Em agosto de 1971, ocorreu um atentado contra as instalações da Embratel e Francisco das Chagas Pereira passou a ser o principal suspeito. Segundo testemunhas, todas as diligências feitas para apurar a autoria do atentado o tinham como alvo principal. [...] Desde então, Francisco das Chagas desapareceu.*

Registros nos arquivos do DPF, confirmados pelo diretor do DPF, delegado Vicente Chelotti, em ofício nº 05/96 – GAB/DPF, encaminhado a CEMDP, informam:

[...] *até a data de 27/2/96, os seguintes dados: Sargento da PM/PB. Deixando a Corporação em 1964/65, residindo em local ignorado do Estado do Ceará, após a baixa militar; ex-funcionário da Embratel, no antigo Estado da Guanabara, suspeito de distribuir, naquela empresa, material impresso de cunho subversivo e contrário à administração da mesma; tornou-se o maior suspeito de ter ateado fogo, em 6 de agosto de 1971, em material de expediente da Embratel. [...] Fugiu do pessoal da segurança interna da empresa, que fez busca em sua residência e nada mais encontrou. Depois disso jamais voltou a trabalhar, deixando de frequentar as aulas na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas.*

No seu voto, o relator destacou: “Consta ainda dos autos que o último contato que fez com a família foi através de carta, onde pediu para que fossem queimadas todas as suas correspondências temendo a ação da repressão militar contra si e seus familiares”. E concluiu que “[...] a documen-

tação constante dos autos efetivamente demonstra a sua participação e acusação de ter participado em atividades políticas, tendo desaparecido, sem que dele a família tenha obtido qualquer notícia, até o presente momento, nem atestado de óbito”.

Na CEMDP, o caso foi deferido por unanimidade em 2 de abril de 1996.

Seu nome não constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a Partir de 1964*, pelo fato da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos não ter conhecimento, à época, de nenhuma denúncia ou informação sobre o seu desaparecimento.

Documentos consultados:

Caso 134/96, na CEMDP.

Raul Amaro Nin Ferreira

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), em 2 de junho de 1944, filho de Joaquim Rodrigo Nin Ferreira e Mariana Lanari Ferreira. Morto em 12 de agosto de 1971.

Raul formou-se em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ, em 1967. Participou de vários encontros acadêmicos nacionais e internacionais. Foi professor assistente do curso de Engenharia Naval da UFRJ. Na época da sua prisão, trabalhava no Ministério da Indústria e Comércio e preparava-se para viajar com uma bolsa de estudos para a Holanda.

Foi preso pelo DOPS/RJ na noite de 31 de julho de 1971, na rua Ipiranga, bairro de Laranjeiras, quando dirigia seu carro em companhia de outro engenheiro, Saidin Denne.

Raul Amaro voltava de carro de uma festa com alguns amigos, quando foi interceptado por uma radiopatrulha que dava batida na entrada do bairro carioca do Leme. Tanto ele quanto o colega que estava junto não portavam carteira de trabalho e sua identidade era antiga. Os policiais resolveram deixá-los passar.

Ao retornar para casa, Raul deixou uma colega em Copacabana e seguiu com um casal, outros colegas do Ministério. Ao chegar à rua Ipiranga, a mesma radiopatrulha fazia outra batida. Seu carro foi detido para revista, sob o argumento de que sua identidade era antiga e o fato de ter passado pelos policiais duas vezes em uma só noite. Ao revistar o carro, os policiais pegaram dois desenhos, os quais foram considerados mapas: o primeiro ensinava a sair do apartamento do cunhado de Raul, o advogado Fernando Albino de Oliveira, que morava em São Paulo, para tomar a Via Dutra. Raul lá estivera passando um fim de semana.

O segundo desenho, achado na bolsa da mulher do casal amigo de Raul que morava no bairro das Laranjeiras, era o caminho para o apartamento de Raul, na rua Santa Cristina, 46, casa 1, indicando como chegar a uma reunião na sexta-feira anterior. Raul Amaro foi detido e levado ao DOPS/RJ, onde permaneceu sendo interrogado durante toda a manhã de domingo.

No dia seguinte, por volta de 13 horas, ele foi levado por uma radiopatrulha à casa dos pais, à procura da chave de seu apartamento. Seus pais seguiram a radiopatrulha, mas foram impedidos de entrar no apartamento. O mesmo aconteceu com o cunhado, o advogado Raul Figueiredo Filho. Raul foi levado algemado, às 20 horas, na radiopatrulha sob o comando do policial Mário Borges, que se negou a informar para onde o estava levando, alegando ser assunto de interesse do Exército.

Foi torturado a ponto de ser preciso que o levassem, às pressas, para o Hospital Central do Exército, onde veio a falecer no dia 12 de agosto.

Na quinta-feira, dia 12, por volta de 14h30min, o HCE entrou em contato com os pais de Raul pelo telefone. A mãe, acompanhada do genro Raul Figueiredo Filho, chegou ao Hospital por volta de 15h30min e soube que seu filho morreria antes das 14 horas. Entre 21 horas e 22 horas chegou o legista Rubens Pedro Macuco Janine para o exame do cadáver no próprio HCE. O tio-avô de Raul, professor Manoel Ferreira, médico da OMS, também legista, quis assistir a autópsia, mas foi impedido. Somente lhe foi permitido entrar cerca de duas horas depois, quando viu que Raul fora seviciado: pernas e coxas estavam cheias de equimoses. O exame necroscópico não descreve tais lesões.



Em 1979, Mariana Lanari Ferreira, mãe de Raul, propôs ação declaratória contra a União, alegando que ele faleceu em 12 de agosto de 1971 em decorrência das torturas a que foi submetido. No processo, foi anexado o depoimento de um ex-soldado do Exército, Marco Aurélio Guimarães, que na época prestava serviço no DOI-CODI/RJ e viu Raul Amaro sendo torturado nas dependências daquele órgão, e o depoimento dos ex-presos políticos Alex Polari de Alverga e Aquiles Ferreira, que o viram no DOPS/RJ.

A ação obteve sentença favorável em 1ª instância, na 9ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1982. Somente em 7 de novembro de 1994, porém, o Estado foi responsabilizado pela prisão, tortura e morte de Raul.

Em entrevista publicada no livro *Os Anos de Chumbo: a Memória Militar sobre a Repressão*, o general Adyr Fiúza de Castro, criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e da VI Região Militar, admitiu que Raul Amaro havia sido torturado no DOPS:

Há um caso de um rapaz, Raul Amaro Nin Ferreira, que deu muito trabalho ao [general Silvio] Frota porque, quando ele foi entregue ao Exército, estava com umas marcas, havia sido chicoteado com fio no DOPS. O Frota mandou baixar imediatamente esse rapaz ao Hospital Central do Exército e, após alguns dias, ele morreu de infarto. [...] Então, o camarada nos foi entregue já com vergões nas pernas – ele apanhou nas pernas.

Depois de ganhar a causa na Justiça e obter o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Raul, e tendo se recusado a receber a indenização a que tinha direito em 1994 – mesmo após o general admitir parte das torturas a que Raul foi submetido –, sua mãe testemunhou à CEMDP sua insatisfação e seu desejo de saber o que realmente aconteceu:

Sabemos que a entrega do corpo de Raul Amaro foi um “privilegio”, pois não fizeram assim com muitos outros. Raul Amaro foi sempre um homem brilhante por onde passou e tinha um coração boníssimo, sendo lembrado com carinho por todos que o conheceram. Nunca nos conformaremos com o acontecimento e jamais esqueceremos Raul Amaro.

Na CEMDP, o caso foi protocolado após o prazo estabelecido por lei, sendo indeferido. Seu relator era Paulo Gustavo Gonet Branco. Com a reabertura do prazo para apresentação de requerimentos, em 18 de setembro de 2002, a CEMDP recebeu novo pedido da família. De acordo com o relator, coronel João Batista Fagundes, o parecer do renomado legista Paulo César Papaleo alertou para o fato de que Raul sofrera agressões que provocaram as lesões que motivaram sua morte. Além disso, ele apresentava perfeita condição de saúde física antes da prisão. Assim, existia relação de causa e efeito entre as lesões apresentadas e a morte. O caso foi aprovado por unanimidade em 19 de dezembro de 2003.

Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte (MG) e do Rio de Janeiro deram o seu nome a ruas, no bairro Serra Verde e no Recreio dos Bandeirantes, respectivamente.

Epaminondas Gomes de Oliveira

Nasceu em 16 de novembro de 1902, em Pastos Bons (MA), filho de José Benício de Souza e Ângela Gomes de Oliveira. Morto em 20 de agosto de 1971. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Epaminondas exercia a profissão de sapateiro. Em 9 de agosto de 1971, no garimpo de Ipixuna (PA), foi preso por agentes da PF e do antigo SNI, acusado de ser militante do PCB. Do garimpo, foi levado para a cidade de Jacundá (PA), depois para a cidade de Imperatriz (MA) e, finalmente, para Brasília (DF), onde veio a falecer no Hospital da Guarnição de Brasília.

A certidão de óbito registrou como causa da morte “*coma anêmico, choque, desnutrição e anemia*” e foi assinada pelo médico Ancelmo Schuingel.

Epaminondas foi sepultado no cemitério Campo da Esperança, localizado na Asa Sul de Brasília, na quadra 504, Lote 125.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 365/96 e 002/02, na CEMDP.

D'ARAÚJO, M. C. e outros (Org.). *Os Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 60.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

Em RI-Reservado nº 10, de 16 de setembro de 1971, do BPEB, assinado pelo comandante tenente-coronel Joel Peres de Vasconcelos, consta: “*O civil Epaminondas Gomes de Oliveira, recolhido preso a esta OM em 19 de agosto de 1971 pela Operação Mesopotâmia, veio a falecer às 20:30 hs do dia 20/08/1971*”.

Epaminondas foi preso e morto, vítima da *Operação Mesopotâmia*, desencadeada pelo Exército entre 2 e 12 de agosto de 1971, sob o comando do general Antonio Bandeira de Mello, para localizar ativistas políticos na divisa entre Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins).

Segundo o depoimento de sua esposa, Avelina da Rocha, de 83 anos, os militares não tiveram a coragem de entregar o corpo dizendo apenas que ele havia sido enterrado em Brasília, pois ficaria muito caro transportá-lo até sua terra natal.

De acordo com o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, em matéria publicada no jornal *O Globo*, de 5 de abril de 1998, baseada em documentos da *Operação Mesopotâmia* entregues a ele pela filha do general Antônio Bandeira de Mello:

Em agosto de 71, um destacamento de cerca de 60 homens, comandados por Bandeira, percorreu durante duas semanas as cidades de Imperatriz (MA), de Porto Franco, Tocantinópolis, Araguatins e Trombas (TO). Vinte e seis militantes e simpatizantes (a maioria camponeses) de grupos originalmente ligados à guerrilha urbana como VAR-Palmares, AP, PRT, ALN, e VPR foram presos. [...]

A aposentada Avelina da Rocha [...] não se esqueceu do dia 6 de agosto de 1972 [1971], quando as tropas do general Bandeira invadiram sua casa, em Tocantinópolis, levando seu marido, Epaminondas Gomes de Oliveira, militante do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores). Avelina nunca mais veria o marido – que morreu sob a tutela do Exército Brasileiro em Brasília. [...]

Mostrando cicatrizes na barriga, resultado das torturas, o funcionário Osmar Pereira dos Santos, de 53 anos – na época, simpatizante da AP e da ALN – lembrou que, por ter reafirmado ser comunista, Epaminondas foi quem mais sofreu.

– Os presos no DNER de Imperatriz, depois de torturados, eram obrigados a chutar a barriga de Epaminondas, que acabou morrendo – disse ele.

Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, em um trecho do relatório da *Operação Mesopotâmia*, está escrito: “*9 de agosto de 1971. Prisão do último dos treze ‘elementos’ durante a Operação Mesopotâmia e descoberta de mais um aparelho*”.

Na CEMDP, o general Oswaldo Pereira Gomes pediu vistas ao caso, analisado pelo relator Paulo Gustavo Gonet Branco, e elaborou um relatório favorável ao deferimento da indenização do requerimento da família de Epaminondas, o qual foi aprovado por unanimidade em 17 de outubro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

org.br

Caso 250/96, na CEMDP.

Iara Iavelberg

Nasceu em 7 de maio de 1944, em São Paulo (SP), filha de David Iavelberg e Eva Iavelberg. Morta em 20 de agosto de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Psicóloga e professora universitária, integrou a Polop, a VAR-Palmares e a VPR, tendo ingressado no MR-8 em abril de 1971. Nascida em uma família judia do bairro do Ipiranga, em São Paulo, Iara sempre se interessou por áreas da vida cultural. Estudou na Escola Israelita do Cambuci e casou-se com 16 anos. Ingressou no curso de Psicologia da FFCL da USP, em 1963, e atuou no movimento estudantil. Em 1968, trabalhava como professora-assistente na mesma faculdade.

Sua vida foi retratada em livro por Judith L. Patarra e, parcialmente, no filme dirigido por Sérgio Rezende sobre Carlos Lamarca, baseado em livro de Emiliano José e Oldack Miranda. Nesses trabalhos, a versão oficial de suicídio divulgada pelos órgãos de segurança foi aceita como verdadeira. As circunstâncias em que morreu são cercadas de dúvidas.



A versão policial sobre o fato foi contestada, por causa das contradições existentes entre as versões apresentadas, e os indícios mais fortes que indicam a intenção de falsear a causa de sua morte foram a divulgação do “suicídio” um mês depois do falecimento de Iara em escassas linhas, com o anúncio das mortes de Carlos Lamarca e de José Campos Barreto e o desaparecimento dos documentos relativos ao fato.

Iara teria morrido em um apartamento, no bairro de Pituba, em Salvador (BA), cercado pelos órgãos de segurança. Na ocasião, entre outros militantes, foi presa Nilda Carvalho Cunha, de 17 anos, que morreu ao sair da prisão, em 14 novembro do mesmo ano.

Há mais de uma versão para sua morte. Uma delas afirma que Iara teria se matado após rápido tiroteio com policiais do DOI-CODI/RJ, deslocados para Salvador para prendê-la. Consta que Iara teria se refugiado no banheiro de um apartamento vizinho ao seu na tentativa de escapar à perseguição dos policiais, ocasião em que teria sido localizada, tendo se matado com um tiro na cabeça. Esta é a versão oficial, conforme nota divulgada na época pelos órgãos de segurança.

Em outra versão, presente no parecer favorável ao deferimento do caso na CEMDP, Suzana K. Lisbôa afirma que há indícios de que Iara teria sido executada no próprio local do cerco policial. Esta informação foi dada em depoimento prestado à CEMDP pelo jornalista Bernardino Furtado, em 23 de setembro de 1997, no gabinete do então secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., no qual afirmou:

[...] quando entrevistou o dr. Lamartine [Lima] visando obter informações sobre o laudo cadavérico de Lamarca; nessa ocasião o médico lhe relatou o seguinte: o sargento Rubem Otero em consulta médica, em estado grave de saúde, confidenciou-lhe que [...] participou do cerco ao apartamento de Iara Iavelberg; que quando já se encontravam dentro do apartamento, sem que tivessem encontrado qualquer pessoa, perceberam que a porta de um dos cômodos se encontrava fechada; o sargento teria disparado uma rajada de metralhadora contra essa porta, não tendo havido qualquer reação dentro do referido cômodo, o sargento chutou a porta e ali encontrou uma mulher agonizando [...]. O depoente ouviu de Leônia Cunha, irmã de Lúcia Bernardete Cunha, que era hospedeira de Iara naquela época, a seguinte informação: a senhora Evandir Rocha, conhecida por Vanda, zeladora do edifício naquela época, relatou a Leônia que ouviu Iara gritar que se entregava às forças da repressão, tendo em seguida ouvido os tiros.

Ouvido pela relatora, o contra-almirante Lamartine Lima declarou que Rubem Otero não lhe confessara ter atirado em ninguém, e dissera apenas que disparara sua arma.

A proprietária do apartamento 202, Shirlei Freitas Silveira, também foi ouvida pela CEMDP, pois oito dias após a morte de Iara esteve no local para verificar o estado do apartamento, e afirmou que havia outros três tiros no banheiro onde Iara supostamente teria se suicidado com um único tiro. Ivan Pugliese, uma das pessoas que prestou depoimento à CEMDP no caso Iara, declarou: “Quando saía para o trabalho, ouvi os tiros que mataram Iara. Atiro desde os 12 anos e reconheço estampido de armas. Eram armas diferentes, de cano curto. Provavelmente uma pistola automática e um revólver”.

A certidão de óbito, firmada por Charles Pittex, informa que Iara foi sepultada por sua família no Cemitério Israelita de São Paulo.

O caso de Iara foi apresentado inicialmente em 2 de dezembro de 1997, na CEMDP, com voto favorável da relatora, Suzana Keniger Lisbôa, mas gerou pedido de vistas do general Oswaldo Pereira Gomes. Ao ser colocado em votação em 5 de maio de 1998, com voto do general pelo indeferimento, foi incluído pela relatora um “Adendo ao Voto” inicial, contendo parecer criminalístico elaborado pelo perito Celso Nenevê.

Perseguida por todo o país, Iara era considerada uma das principais pistas dos órgãos de segurança para localizar Lamarca, o guerrilheiro mais procurado naquele momento. Assim, sua morte foi encoberta pelo segredo. Nos relatórios elaborados pelas Forças Armadas e encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, há divergências nas versões apresentadas. Enquanto o da Marinha afirma “[...] foi morta em Salvador (BA), em ação de segurança”, o da Aero-

náutica, asseverou que “[...] se suicidou em Salvador (BA) em 06/08/1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia”.

O Exército mencionou sua morte no relatório oficial da chamada *Operação Pajussara*:

No dia 19/08/1971 foi montada uma operação pelo CODI/6 para estourar este aparelho, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20, resultando na prisão de Jaileno Sampaio Filho, “Raimundo”, “Orlando”, e de Nilda Carvalho Cunha, “Adriana”. Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se.

A *Operação Pajussara*, organizada para eliminar Lamarca, foi montada após a morte de Iara. Entretanto, o próprio texto do relatório da operação, ao seu final, deixa em dúvida o ocorrido ao transcrever o suposto diálogo mantido entre o então major Nilton Albuquerque Cerqueira, que comandava as operações, e o capitão Lamarca:

O Comandante do DOI travou o seguinte diálogo com o terrorista abatido, que reconhecera como sendo Carlos Lamarca: – Você é Lamarca? Nenhuma resposta foi obtida; retirando então do seu bolso o retrato e fazendo a comparação, repetiu a pergunta, obtendo como resposta: – Sim, sou Lamarca. – Como é o nome de sua amante? – Iara, respondeu. – Sabe o que aconteceu com ela? – Suicidou-se, não é? – Morreu. Onde está sua família?

O laudo necroscópico de Iara não foi encontrado no IML Nina Rodrigues, da Bahia, e não há sequer o registro de entrada do corpo.

A CEMDP buscou exaustivamente os documentos relativos à morte de Iara. Nilmário Miranda esteve pessoalmente em Salvador e colheu vários depoimentos. Em diversos contatos telefônicos com o diretor do IML em 1971, Lamartine Lima, foi informado de que havia duas vias do laudo de Iara, uma entregue à PF, e outra enviada ao comando da 6ª Região Militar. Em 1997, o diretor do IML afirmou em ofício para a CEMDP que o órgão não dispunha de cópia e que o laudo original fora entregue à PF, enviando à Comissão Especial cópia dos rascunhos, feitos por Charles Pittex por ocasião da necropsia.

Pittex não poupou detalhes ao emitir o laudo. Chegou a descrever o tipo de hímen de Iara e com minúcias as roupas que ela usava – “calça de algodão de cor preta, com fecho éclair na parte ântero-superior e suéter de mangas compridas na cor marrom-escuro, sendo a marca ilegível”. Em nenhum momento, porém, incluiu informações precisas capazes de esclarecer se Iara se suicidou ou foi assassinada. Não fez qualquer referência quanto ao tipo, à descrição e localização dos ferimentos. Apenas citou a lesão característica de disparo a curta distância, na região mamária esquerda e a saída próxima à região lombar. Na descrição detalhada das vestes, não mencionou os vestígios que caracterizariam o disparo, nem tampouco manchas de sangue.

Tanto em seu rascunho quanto no atestado de óbito, o legista colocou uma interrogação ao lado da versão de suicídio. A atuação de Pittex, porém, foi noticiada com destaque pelo jornal *O Globo*, da época, mas sem data, onde se lê: “O médico legista Charles Pittex [sic] está orgulhoso de seu trabalho: embalsamou os corpos de Iara Iavelberg e de Carlos Lamarca [...]”. Outras notas da imprensa também foram analisadas. O *Jornal do Brasil*, de 20 de setembro de 1971, e o *Jornal da Tarde*, do dia seguinte, divulgaram a versão de suicídio apresentada pela polícia.

O empenho para a obtenção de documentos relativos à sua morte resultou na entrega de documentos e álbum com fotos dos corpos de Iara e de Carlos Lamarca, por parte da Polícia Federal, ao então ministro da Justiça Nelson Jobim. Foram ainda acrescentados muitos depoimentos de testemunhas, mas nenhum esclareceu de forma conclusiva o caso. Restam sem esclarecimento importantes perguntas: por que não foi realizada a perícia de local apresentando fotos da arma utilizada no suposto suicídio, nem exames papiloscópicos para comprová-lo? Por que limpavam o banheiro onde ela teria se matado antes de tirar as fotos do local? Por que não recolheram o projétil que deveria estar no interior do banheiro?

Na CEMDP, o primeiro requerimento foi indeferido, em 5 de maio de 1998, com votos favoráveis ao deferimento da relatora Suzana Keniger Lisbôa, de Miguel Reale Jr. e de Nilmá-

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP. Casos 253/96 e 071/02, na CEMDP.



Amaro Luiz de Carvalho

Nasceu em 4 de junho de 1931, em Joaquim Nabuco (PE), filho de José Luiz de Carvalho e Marina Soares de Carvalho. Morto em 22 de agosto de 1971. Dirigente do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Era casado e teve três filhos: Zóia, Margarete e Luiz.

Iniciou sua militância política aos 15 anos de idade no PCB. Operário, conhecido como *Capivara*, teve participação destacada nas lutas da categoria têxtil da região metropolitana do Recife (PE). Foi preso pela primeira vez em 1958 por liderar uma greve têxtil. Na zona canavieira, porém, foi onde mais atuou, criando Ligas Camponesas e sindicatos, mobilizando e organizando os camponeses e assalariados rurais.

Esteve em Cuba em 1961, para tomar contato com o trabalho iniciado com a Revolução Cubana de 1959. Ao retornar, desligou-se do PCB por divergências políticas e ingressou no PCdoB. Antes do golpe de 1964, participou de invasão na região canavieira com o objetivo de reivindicar terras para os camponeses.

Após o golpe, passou a atuar na clandestinidade, ainda na zona canavieira de Pernambuco, nos municípios de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Moreno, Vitória e Sirinhaém.

Em dezembro de 1966, ao voltar da China, onde fez curso de capacitação político-militar, em função de discordâncias em relação à orientação do PCdoB, ajudou a fundar o PCR, junto com Manoel Lisbôa e Ricardo Zarattini. Atuou como dirigente do PCR na zona canavieira de Pernambuco até ser preso, em 27 de janeiro de 1970. Esteve preso no Recife e em São Paulo, resistindo às torturas. Foi condenado a dois anos de prisão e cumpria pena na Casa de Detenção de Recife. Na véspera de ser libertado, foi morto em decorrência de envenenamento e espancamento a pauladas. Um prisioneiro enviou carta anônima ao comandante do IV Exército denunciando o caso:

[...] o crime feito contra o preso político Capivara [...] na maior covardia por três criminosos perversos. Todos os presos estão revoltados porque não foi tomada nenhuma providência aqui. Os criminosos estão todos contentes. O cabeça é Dercílio de Brito, outro é Odilon Marculino e o terceiro é Severino Caboclo. Mais de dez presos viram, mas não querem dizer com medo de morrer. Não boto meu nome para depor, para não morrer também. Se vossa excelência der garantia, me apresento para provar na vista de todos três.

Testemunhas denunciaram os assassinos, mas os inquéritos não indiciaram os autores e os mandantes do crime. A imprensa divulgou versões mentirosas, conforme a matéria “*Coração Trai Capivara a dois Meses da Liberdade*”, publicada no *Diário da Noite*, de 24 de agosto de

1971. Em outras reportagens comemorou-se sua morte, como no *Diário de Pernambuco*, na matéria “*Fim do Terror*”, da mesma data.

Na época, era diretor da Casa de Detenção o coronel da Polícia Militar Olinto Ferraz. A morte de Amaro veio a público pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, que divulgou a versão de envenenamento causado pelos próprios companheiros de prisão, motivada por supostas divergências políticas. Tal versão foi repudiada pelos companheiros de prisão, conforme o trecho da carta citada e os depoimentos dos presos comuns, inclusive de menores de idade que estavam recolhidos à penitenciária, presentes no inquérito instaurado pela SSP/PE para apurar a morte de *Capivara*. Iracuan de Souza Lemos, Aristeu Afonso Valença, Odilon Marcolino de Araújo, Terêncio Vitorino, Dercílio de Brito Galvão, José Galdino de Andrade e outros denunciaram o assassinato do preso político.

Foram anexados aos anais do caso na CEMDP os depoimentos citados, a ocorrência policial, os termos de declaração de presos políticos, presos comuns e agentes penitenciários, o laudo de necropsia, as cópias de fotografias do cadáver, o exame em local de ocorrência feito pelo Instituto de Polícia Técnica de Pernambuco e o laudo pericial procedido pelo IML/PE.

O relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda, apontou flagrante contradição nos documentos, pois a causa da morte apontada na versão oficial era envenenamento, mas a necropsia, assinada pelos legistas Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa Barbosa, concluiu por “[...] *hemorragia pulmonar, decorrente de traumatismo do tórax, por instrumento contundente*”, o que também consta no atestado de óbito.

Além disso, os exames toxicológicos realizados em 27 de agosto de 1971, pelos médicos Oswaldo Bittencourt de Andrade e Adhemar Cavalcanti Ramos, resultaram negativos.

O exame de local de ocorrência feito pelo Instituto de Polícia Técnica apresentou a seguinte descrição:

O local, onde, por esta equipe técnica, foi encontrado o cadáver de Amaro Luiz de Carvalho, foi o necrotério da Casa de Detenção do Recife [...].

A simples inspeção, a vítima apresentava [...] escoriações, no braço esquerdo, com características de terem sido produzidas por unhas, equimose e escoriações na região escapular direita, além de escoriações no tornozelo direito [o que foi ilustrado por fotos].

Das lesões existentes na região escapular direita e no tornozelo direito fluíra pequena quantidade de sangue, pois havia naquelas regiões pequenas crostas, o que permite concluir que se tratava de lesões recentes.

O caso (027/96) foi deferido por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996, tendo como relator Nilmário Miranda.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 027/96, na CEMDP.

Jornal A Verdade. Recife, agosto de 2000. Publicação do PCB.

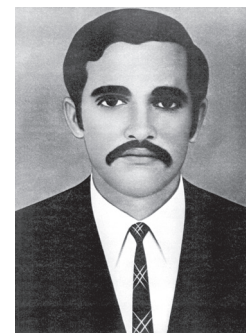
Operação Pajussara – Mortes na Fazenda Buriti

Luiz Antônio Santa Bárbara

Nasceu em 8 de dezembro de 1946, em Inhambupe (BA), filho de Deraldino Santa Bárbara e Maria Ferreira Santa Bárbara. Morto em 28 de agosto de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Luiz Antônio estudou no Colégio Municipal Joselito Amorim e trabalhou como tipógrafo na *Gazeta do Povo*, onde começou sua vida política. Foi presidente do Grêmio do Colégio Municipal de Feira de Santana (BA).

Em 1967, passou a militar na Dissidência do PCB e, depois, no MR-8. Passou a atuar na clandestinidade em 1969, conforme relatou sua mãe. Em 1970, sua casa foi invadida por homens armados que queriam saber o paradeiro de Luiz Antônio, levando preso o seu pai. Ele



foi o primeiro militante do agrupamento a ser deslocado para o sertão da Bahia, onde pretendiam realizar um trabalho político e militar. Chegou em Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúba (BA), como *Roberto, o professor*. Hospedado na casa de José de Araújo Barreto, pai de José Campos Barreto (*Zequinha*), Otoniel Campos Barreto e Oldericos Campos Barreto, trabalhava diariamente na roça com a família. Era um bom jogador de futebol e entusiasmou os times da região. Criou uma escola de alfabetização no povoado e um pequeno teatro formado por seus alunos, no qual encenaram uma peça sobre os problemas da população, representando trabalhadores, fiscais e a escolta armada que os acompanhava. Carlos Lamarca ajudou Santa Bárbara a escrever o texto.

Foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo GTNM/RJ, em 1º de abril de 2002.

Otoniel Campos Barreto

Nasceu em 11 de abril de 1951, em Brotas de Macaúba (BA), filho de José de Araújo Barreto e Adelaide Campos Barreto. Morto em 28 de agosto de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Camponês, viveu sempre em Buriti Cristalino, na residência de seus pais. Foi um jovem alegre e prestativo, plenamente integrado na sociedade local. De família hospitaleira, era muito querido por suas habilidades no futebol e no violão. Ajudava o pai na lavoura e no comércio. Naquele tempo, a região de Brotas de Macaúbas vivia alheia aos acontecimentos políticos do país. O isolamento era tal que se contava apenas com o rádio como meio de informação. Em fins de 1968, seu irmão *Zequinha*, metalúrgico em Osasco (SP), foi preso, despertando-o para a política.

Em 1971, *Zequinha* voltou a residir na casa dos pais e passou a ter um convívio mais próximo com seus irmãos. O convívio, porém, foi muito curto, pois em agosto do mesmo ano a família foi surpreendida pelo aparato repressivo da *Operação Pajussara*, que provocou a morte de Otoniel e *Zequinha*.

As mortes

Luiz Antônio foi morto na Fazenda Buriti, em Brotas de Macaúba, quando morreu também Otoniel Campos Barreto.

Estas mortes foram decorrentes da *Operação Pajussara*, organizada após o assassinato de Iara Iavelberg, cujo objetivo era o de “*capturar ou destruir*” Lamarca e seu grupo. Esta operação, organizada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar e comandante do DOI de Salvador (BA), foi mantida em sigilo até a morte de Otoniel e Luiz Antônio. Dela participaram 215 integrantes da Marinha, da Aeronáutica, dos Fuzileiros Navais, das polícias políticas, em especial o DOPS/SP, da PF, da PM/BA, do CODI/6, do 19º BC, conforme descreve o relatório feito pelo IV Exército. Todos atuaram à paisana. A Cia. de Mineração Boquira forneceu avião, carros e funcionários para que a ação pudesse ser mantida em segredo. A empresa Transminas também colaborou.

O relatório oficial da *Operação Pajussara* não descreveu os embates ocorridos na Fazenda Buriti, limitando-se a informar que, na madrugada daquele dia, os agentes cercaram e investiram contra o local onde acreditavam estar Lamarca. Afirmaram apenas que a operação “[...] redundou nas mortes de Luiz Antônio Santa Bárbara, “Merenda”, Otoniel Campos Barreto, bem como ferimentos e prisão de Oldericos Campos Barreto”. É esclarecedor, contudo, quando descreve as características da ocupação do local feita pelas Forças Armadas, mostrando que a Fazendeira

da Buriti se transformou, temporariamente, em base assemelhada a um estabelecimento policial, conforme citação: “[...] em Fazenda Buriti houve grande concentração de equipes, após o estouro do ‘aparelho’, em face da necessidade de desenvolver intenso patrulhamento”. Os dados do relatório citado foram confirmados pelos depoimentos dos moradores e constam do auto de qualificação e interrogatório de Olderico Campos Barreto, de 18 de abril de 1979, na Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar. Rosalvo Machado Rosa e Reuel Pereira da Silva, arrolados como testemunhas no processo contra Olderico, confirmam que sua casa foi cercada por agentes policiais. Reuel informa também que, como guia dos agentes, “[...] passou no local dos fatos cerca de uma semana”.

A família de Santa Bárbara ficou sabendo de sua morte por meio da imprensa e só em 19 de setembro conseguiu localizar seu corpo no IML, sendo o mesmo liberado somente no dia 21. Foi enterrado por seus familiares no Cemitério da Piedade, em Feira de Santana (BA).

O relator do caso na CEMDP, Paulo Gustavo Gonet Branco, argumentou que Santa Bárbara não estava sob a guarda dos agentes, pois estes ainda não teriam assumido o controle total da área, não podendo assim caracterizá-la como “dependência policial ou assemelhada”, e votou pelo indeferimento do pedido. Luís Francisco Carvalho Filho, relator do caso de Otoniel Campos Barreto, morto no mesmo dia, pediu vistas para que os dois pedidos fossem analisados em conjunto, em 19 de novembro de 1996.

O relato mais detalhado, descrito no livro de Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, foi feito por Olival Barreto e José Tadeu, na época meninos de 10 e 16 anos, que estavam no quarto onde se encontrava Luiz Antônio, escondidos debaixo da cama. Dali, o viram armado, atrás da porta, escutaram um tiro e viram seu corpo cair. Não foi encontrado, porém, qualquer documento que registre a morte, que cite o horário e quem encontrou o corpo.

A morte de Otoniel ocorreu também em 28 de agosto, e foi divulgada pelos jornais, os quais afirmaram que ele efetivou um disparo de arma de fogo e saiu correndo, em ziguezague, quando foi atingido. O laudo necroscópico, contudo, é impreciso e não estabelece a trajetória dos disparos, mas permite concluir que recebeu um disparo na cabeça, de frente, e foi metralhado pelas costas. Há ainda um disparo no ombro direito, com orifício de entrada de cima para baixo, indicando que deveria estar deitado ao receber tal projétil.

No interrogatório judicial de Olderico, irmão de Otoniel, temos o relato do acontecido: Otoniel foi detido e espancado; Olderico, reagiu, sendo atingido por um disparo no rosto. Quando recobrou os sentidos, foi preso e conduzido, juntamente com o pai e o irmão, para a frente da casa. Otoniel foi despido, ficando apenas de calção. Havia uma arma de fogo na sua calça, deixada nas proximidades, fato não percebido pelos agentes. Levaram o pai para o barracão e o penduraram por uma corda, de cabeça para baixo, e com socos, golpes de armas e ameaças de morte, exigiram saber o paradeiro do filho *Zequinha*. Do lado de fora, Otoniel, desesperado pelo sofrimento do pai, alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, quando foi atingido. Olderico disse que, enquanto era espancado, um policial lhe falou, referindo-se ao seu irmão morto: “*Isso é para ver o que acontece com quem foge*”.

O relator do caso de Otoniel na CEMDP, Luís Francisco Carvalho Filho, escreveu em seu voto:

Reuel Pereira da Silva, soldado e morador no município, deu dois depoimentos à Justiça Militar, um em 1972 e outro em 1979. No primeiro dos depoimentos, além de esclarecer que se engajou na equipe de repressão, confirma que Otoniel já estava detido, sob sua guarda, antes de morrer, e esclarece que naquele momento o pai dos rapazes havia sido conduzido, algemado, para um barracão. Diz que foi surpreendido e atingido de raspão pelo tiro dado por Otoniel (informação desmentida pelo relatório da “Operação Pajussara”, que não registra vítimas, e por ele próprio, no depoimento de 1979). O depoente não conseguiu segurar Otoniel, apesar de sair em seu encalço, sendo que outros agentes o perseguiram, ouvindo depois diversos disparos.

Ressaltou que “[...] a atitude negligente dos policiais de deixar uma arma a seu alcance não retira a responsabilidade do poder público”. E conclui: “Se atiravam pelas costas, o provável é que Otoniel tenha sido atingido, primeiro nas costas (o laudo registra dois tiros disparados pelas costas)”.

E questionou:

[...] e os outros tiros, um na cabeça, pela frente, e outro no ombro, de cima para baixo? Execução? O fato é que os disparos, todos direcionados para o tronco e para a cabeça, indicam a intenção de matar, não de imobilizar, quando a finalidade legítima de qualquer operação militar é deter. O fato é que as forças oficiais estavam ali, como registra o relatório da Operação Pajussara, para “capturar ou destruir”. Esta é a lógica da guerra, não é a lógica do Direito, que deve prevalecer na ação dos agentes do poder público. Destruir, por destruir, não é, não era, uma atitude juridicamente tolerável, até mesmo durante período de exceção institucional.

Assim, votou pelo deferimento.

Em 19 de novembro de 1996, os dois casos, o de Otoniel e o de Santa Bárbara, foram apresentados pelo relator Luís Francisco Carvalho Filho, sendo o de Otoniel aprovado por 4 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco. O caso de Santa Bárbara foi indeferido por 4 votos a 2, sendo favoráveis ao deferimento, Nilmário Miranda e Suzana K. Lisboa.

A família de Luiz Antônio entrou com recurso e anexou novos documentos. Na votação do pedido de revisão, o relator Gonet Branco declarou:

Na análise do pedido inicial, formulei voto contrário ao seu deferimento, por não ver demonstrados os pressupostos da lei. O Dr. Luis Francisco Carvalho Filho pediu vista ao processo e leu o voto, igualmente contrário ao pleito, por falta de “prova ou indícios de que Luís Antônio Santa Bárbara foi morto deliberadamente pelas forças policiais ou depois de estar sob sua guarda”. Os votos acabaram por prevalecer na Comissão.

Os documentos trazidos, porém, não logram alterar o quadro de fatos anteriormente levados em conta pela Comissão. [...]

Nilmário Miranda, em seu voto ao recurso do mesmo caso, afirmou:

Dr. Luís Francisco registrou em seu voto: “Há duas versões sobre a morte de Santa Bárbara. Uma de que morreu durante tiroteio, como registra o laudo necroscópico, e outra, de suicídio, disseminada pelos agentes de segurança, muito provavelmente em virtude do local da lesão (ouvido externo direito) e que foi aceita pelo filme de Sérgio Rezende, “Lamarca”.

Argumentou que Santa Bárbara não esteve em nenhum momento sob a guarda dos agentes do poder público e “[...] o que se pode intuir é que faleceu, vítima de disparo de arma de fogo, quando a força policial e militar ainda não havia assumido o controle da área, circunstância essencial para se caracterizar a condição de base assemelhada a estabelecimento policial, o que só ocorreu a partir da prisão de Otoniel, de Otoniel e do pai, José Barreto”. Examinei todo o material organizado por Dona Maria Ferreira Santa Bárbara. [...] O que me impressionou no recurso foi o número de vezes em que a versão de choque e confronto aparece. Vejamos: “Veja”, de 22 de setembro de 1971 – “Numa expedição enviada a Brotas de Macaúbas no centro-oeste da Bahia, já havia localizado uma fazenda, espécie de ‘aparelho rural’ que daria cobertura a Yara e Lamarcá. Nesse local, dois terroristas foram mortos em choque com a polícia”.

[...] “A Tribuna da Bahia”, de 18 de setembro de 1971: “Nas suas idas e vindas à região do São Francisco, os órgãos de segurança conseguiram prender Otoniel Barreto (ferido na mão e boca) e recolhido ao Hospital da PM de Salvador e matar Luiz Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto, ambos integrantes do MR-8”.

[...] Ou seja, em todas as notícias da época, aparece a versão do confronto e nunca de suicídio.

Também nos documentos oficiais: A requisição de Exame ao IML feita pelo Cel. Luiz Arthur de Carvalho dá como histórico do caso, em 29/agosto/71, que os dois foram “abatidos quando reagiram à bala contra a equipe encarregada de capturá-los”.

O laudo de necropsia feito pelo IML, Instituto Nina Rodrigues, repete a morte em con-

fronto. [...] Na verdade, a versão do suicídio só é divulgada a partir do livro de referência para o filme de Sérgio Rezende.

Neste livro esta versão baseou-se no depoimento do Oldérico Barreto que ouviu dos policiais que Luís Antônio Santa Bárbara teria se suicidado, já que ele, ferido e capturado, nada viu; e numa interpretação do relato de Olival Barreto e José Tadeu, meninos que estavam no quarto onde Santa Bárbara caiu morto.

Portanto, a versão oficial é de morte em confronto.

Nilmário Miranda acrescentou também novo depoimento de Olival, segundo o qual a casa já estava sob controle dos agentes de segurança que haviam acabado de matar Otoniel e prender Oldérico e José de Araújo Barreto. Anexou ainda depoimento da mãe de Luiz Antônio, segundo o qual, ao receber o corpo, viu a mão direita de Santa Bárbara vazada por um tiro, indicando gesto instintivo de defesa. Fato confirmado pelo agente da PF, Paulo Roberto Silva Lima, em depoimento de 17 de outubro de 1996, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

O relatório do Exército, entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, cita *O Estado de S. Paulo*, de 16 de setembro de 1971: “*Militante do MR-8 falecido em 28 de agosto de 1971 em confronto com agentes de segurança, em Brotas de Macaúbas/BA*”.

Em 9 de fevereiro de 1998, o recurso da família foi finalmente votado e indeferido por 5 votos a 2, sendo Nilmário Miranda e Suzana K. Lisbôa favoráveis ao deferimento.

Com a aprovação da lei 10.875/04, que ampliou os benefícios da Lei dos Desaparecidos (9.140/95), abrangendo tanto suicídio quanto confronto, novo requerimento foi feito pela família e o caso 078/02, tendo como relatora Maria Eliane Menezes de Farias, foi aprovado por unanimidade, em 10 de agosto de 2004.

O corpo de Otoniel, que fora sepultado no cemitério local, foi exumado no dia seguinte ao sepultamento e transportado para Salvador, segundo seus familiares, razão pela qual requereram também sua localização e o traslado para o cemitério onde foi originalmente sepultado.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 274/96, de Otoniel Campos Barreto, e casos 216/96 e 078/02, de Luiz Antônio Santa Bárbara, na CEMDP.

Operação Pajussara – Assassinatos no sertão baiano

Carlos Lamarca

Nasceu em 27 de outubro de 1937, no Rio de Janeiro, filho de Antônio Lamarca e Gertrudes da Conceição Lamarca. Morto em 17 de setembro de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Lamarca foi uma liderança marcante da luta armada e da resistência à ditadura. Reproduzimos aqui sua biografia, escrita pela historiadora e ex-presença política Inês Etienne Romeu em 1995 para o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, como forma de homenageá-la pelo seu incansável trabalho de denúncia e resgate da História do país.

Carlos Lamarca foi o terceiro entre os seis filhos de Antônio e Gertrudes Lamarca, uma família modesta da zona norte carioca. Magro, com 1,75 m de altura, olhos e cabelos castanhos escuros, casou-se em 1959 com Maria Pavan, com quem teve dois filhos: César e Cláudia.

Aos 16 anos participou de algumas manifestações de rua durante a campanha nacionalista “O Petróleo é Nosso”. Tinha como livro de cabeceira a obra Guerra e Paz, de Tolstói. Nessa época já havia tomado uma firme decisão: queria ser oficial do Exército Brasileiro. A carreira então projetada foi ganhando contornos definidos. Formou-se em 1960, pela Escola Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), obtendo a patente de capitão em 1967. Em entrevista concedida ao periódico chileno “Punto Final”, em abril de 1970, dizia Lamarca: “Sou um dos poucos oficiais brasileiros de origem operária.



Estudei com o sacrifício de meus pais e escolhi a carreira por entender que as Forças Armadas teriam condições de contribuir para o desenvolvimento e emancipação do meu país. Logo me desiludi”.

Em setembro de 1962, Lamarca foi recrutado para integrar o contingente militar da Organização das Nações Unidas. Seu destacamento permaneceu um ano na zona de Gaza, no Egito, perto do canal de Suez. Regressando ao Brasil, foi designado para servir num batalhão da Polícia do Exército, na cidade de Porto Alegre (RS), período em que, admirando a tentativa de resistência de Leonel Brizola ao golpe de 1964, solicitou inscrição junto ao Partido Comunista Brasileiro, que nunca chegou a se formalizar.

Mas foi em São Paulo, no quartel de Quitaúna, para onde pediu transferência em 1965, que Lamarca, estudando e discutindo com um grupo de companheiros as perspectivas de luta armada, fez sua opção revolucionária. Era preciso buscar “um caminho para a revolução brasileira”, que, nos termos da já referida entrevista, supunha modificar a situação agrária e, por conseguinte, “romper com todo o sistema, baseado e construído exatamente sobre o atraso e a miséria de nossas regiões rurais”. Para tanto, era necessário construir “a primeira coluna guerrilheira, alternativa do poder das classes dominantes, embrião do futuro Exército Popular”, com a simultânea implantação “de guerrilhas irregulares em todos os pontos importantes do País”. Influenciado pela revolução cubana e pelos movimentos guerrilheiros latino-americanos, Lamarca passou a defender as teses de Guevara e Régis Debray, teóricos do foco guerrilheiro: um pequeno grupo de homens bem treinados e bem armados, atuando em alguma área do campo, poderia desencadear a luta armada e despertar as massas para a insurreição.

Já estava organizado, em 1967, o grupo de Carlos Marighella, a Ação Libertadora Nacional (ALN), e havia também um grupo de militares expulsos das Forças Armadas que mantinham ligações com operários metalúrgicos de Osasco e outros setores proletários da região industrial de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Lamarca acompanhava com grande interesse o grupo de ex-sargentos que, inicialmente vinculado ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), uniu-se a um setor dissidente da Política Operária (Polop) e que deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sua perspectiva, naquele momento, era a de entrar em contato com algum grupo da esquerda armada brasileira que o aceitasse como simples militante e oferecer, de imediato, a possibilidade de realizar uma ação de expropriação no quartel de Quitaúna.

“Durante esses anos” – prossegue Lamarca na mesma entrevista – “busquei contato com as organizações revolucionárias que propusessem um caminho para a revolução brasileira de acordo com as conclusões a que eu chegara”. As numerosas discussões realizadas com Joaquim Câmara Ferreira, um dos principais dirigentes da ALN, levaram-no a optar por outra linha política, a da VPR. Passou a integrar a célula do IV Regimento de Infantaria.

Por iniciativa de Lamarca, preparou-se a ação de expropriação de armas e munições do quartel, com o imediato ingresso de toda a célula na guerrilha urbana.

Em 24 de janeiro de 1969, Lamarca deixou Quitaúna com a carga de 63 fuzis FAL, algumas metralhadoras leves e muita munição. A idéia era seguir imediatamente para uma região onde pudesse preparar a guerrilha, o que o obrigou separar-se da mulher e dos filhos, enviados para Cuba, via Itália, no mesmo dia de sua deserção.

Lamarca passou 10 meses trancado em “aparelhos” na cidade de São Paulo, vivendo clandestinamente, até seguir para o Vale da Ribeira, com mais 16 militantes, a fim de realizar um treinamento de guerrilha. Lá permaneceu até maio de 1970, quando a região foi cercada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Houve combates, mas Lamarca conseguiu romper o cerco ao lado de dois companheiros, após a retirada de vários outros. A “Operação Registro”, como a denominou o II Exército, durou 41 dias e resultou na prisão de quatro guerrilheiros.

De volta à cidade, continuou no comando e planejamento de ações armadas, para resgatar prisioneiros políticos e obter recursos para a sobrevivência da organização. Foram

ao todo dois anos e oito meses de clandestinidade, nos quais reforçou seu caráter introspectivo e exercitou sistematicamente – com a mesma disciplina que emprestava ao treinamento físico – o hábito de ler e escrever. Nas sucessivas mudanças a que era obrigado por razões de segurança, de duas coisas nunca se separava: da arma e dos manuscritos, que intitulava provisoriamente de “Estudos Militares”. Utilizando como nomes de guerra João, Renato, Cláudio, César, Cid e Cirilo, Lamarca não se limitou a traçar as estratégias de algumas das ações da VPR, mas participou diretamente do comando de seqüestros e expropriações.

Em abril de 1971, em discordância com a VPR, ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). No mês de junho, Lamarca foi para o sertão da Bahia, no município de Brotas de Macaúbas, com a finalidade de estabelecer uma base dessa organização no interior.

Com a prisão em Salvador, em agosto, de um militante que conhecia seu paradeiro e a localização de um aparelho onde se encontrava a psicóloga paulista Iara Iavelberg, companheira de Lamarca desde 1969 [...], os órgãos de segurança iniciaram o cerco à região. A direção do MR-8 não cuidou de retirá-lo de lá, mesmo considerando que Lamarca não tinha poder de decisão, pois se recusara a participar da organização como dirigente.

Um tiroteio travado entre a polícia e os irmãos de José Campos Barreto, o Zequinha, que acompanhava Lamarca, obrigou-os a iniciar uma longa e penosa rota de fuga, de 28 de agosto a 17 de setembro, com um percurso de quase 300 quilômetros. Ao descansarem à sombra de uma barauína, foram surpreendidos pela repressão. Lamarca estava desnutrido, asmático, provavelmente com a doença de Chagas.

A imprensa brasileira apresentou na ocasião duas versões sobre o diálogo que teria havido entre Lamarca e o “agente federal”. Para O Globo, foram apenas três frases: “Você é Lamarca?” – “Sou o Capitão Carlos Lamarca”. – “Era. Agora você vai ser defunto”. A versão da maioria dos jornais foi um pouco mais longa: “Quem é você?” – “Carlos Lamarca”. – “Sabe o que aconteceu com a Iara?” – “Ela se suicidou em Salvador”. – “Onde está sua mulher e seus filhos?” – “Estão em Cuba”. – “Você sabe que é um traidor da Pátria?” Lamarca teria morrido sem responder a esta última pergunta.

O desfecho que, com pequenas variações, caracteriza a versão oficial da morte de Lamarca, reforçada mais tarde pela publicação do Relatório Pajussara, do major Cerqueira, e consagrado pelo filme de Sérgio Rezende, é inverossímil. Os que o caçaram pelos sertões da Bahia deveriam temer, na realidade, o vigor, a atilada inteligência, os reflexos precisos, o esmerado preparo militar do capitão Lamarca, e jamais entrariam em sua linha de tiro. Limitaram-se a matar em silêncio um homem desfalecido.

Carlos Lamarca foi lembrado em diversas ocasiões, entre elas, destacam-se o livro *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, escrito em 1980 por Emiliano José e Oldack Miranda. Foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo GTNM/RJ, em 1º de abril de 1995.

José Campos Barreto (Zequinha)

Nasceu em 2 de outubro de 1946, em Brotas de Macaúbas (BA), filho de José de Araújo Barreto e Adelaide Campos Barreto. Morto em 17 de setembro de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Zequinha, como era chamado pela família, era o mais velho dos sete filhos do casal. Estudou no Seminário, em Garanhuns (PE), onde ficou por quatro anos e participou de suas primeiras discussões políticas. Em 1963, abandonou o seminário porque não queria ser padre, mas lá aprendera francês, inglês e latim.

Em 1964, mudou-se para São Paulo e, em 1965, fez o serviço militar obrigatório no Quartel de Quitaúna. Estudou em Osasco, no Colégio Estadual e Escola Normal Antônio



Raposo Tavares. Foi presidente do Círculo Estudantil Osasquense. Tornou-se operário metalúrgico e atuava no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Em 1966, trabalhou na Lonaflex e, mais tarde, na Cobrasma. Quando a fábrica de vagões foi cercada pela PM durante as greves de julho de 1968, foi preso e espancado. No auge da manifestação, Barreto, como era conhecido pelos companheiros, de cima de um vagão, discursou para os soldados, mostrando a eles as razões da luta. Por alguns momentos, os soldados hesitaram, mas cerca de 400 trabalhadores acabaram presos. Barreto ficou 98 dias nos cárceres do DEIC e do DOPS/SP. Solto por *habeas corpus*, passou a viver na clandestinidade.

Militou na VPR e, no começo de 1970, voltou à Bahia com o irmão Olderico, já militando no MR-8. Com a chegada de Lamarca à Bahia, foi designado para acompanhá-lo e com ele ficou até a morte.

A certidão de óbito de José informa que sua morte se deu em 17 de setembro de 1971, em Brotas de Macaúbas (BA), por tiro, sendo assinada pelo legista Charles René Pittex. Foi enterrado no Cemitério de Campo Santo (BA).

As mortes

Em 28 de agosto de 1971, a *Operação Pajussara*, sob o comando do DOI-CODI da 6ª Região Militar, invadiu o povoado do Buriti Cristalino, na região de Brotas de Macaúbas. Na casa de *Zequinha*, mataram um de seus irmãos, Otoniel, e feriram Olderico. Seu pai, José de Araújo Barreto, de 64 anos, foi preso e torturado.

Zequinha e Lamarca ouviram os tiros em Buriti Cristalino, desmontaram o acampamento no sertão e fugiram para dentro da mata. Caminharam, durante vários dias, cerca de 300 quilômetros, em fuga. Fracos e doentes, eles procuraram ajuda e alimentação nas casas dos camponeses. *Zequinha* chegou a ser visto pelos moradores carregando Lamarca nos ombros, pois estava doente.

Lamarca e José Campos Barreto foram encontrados descansando sob uma árvore, na região conhecida como Pintada. Estavam fracos, desidratados, doentes e sem força pela falta de alimentação e caminhada de muitos dias no agreste. Segundo o relatório da *Operação Pajussara*, [...] *foi fácil e rápido exterminá-los: Zequinha despertou com o barulho da aproximação dos agentes e acordou Lamarca. Tentou correr, mas foi metralhado por um soldado, gritando, antes de cair morto: Abaixo a ditadura! Os agentes estabeleceram um pequeno diálogo com Lamarca, já ferido, e logo também o executaram com rajadas.*

O objetivo da operação fora cumprido, sem que o relatório contenha qualquer descrição de resistência ou combate por parte de Barreto e Lamarca.

Segundo os moradores, os corpos foram levados para Brotas de Macaúbas e jogados no campo de futebol da cidade, onde foram chutados por oficiais, soldados e policiais. Depois, colocados em um helicóptero, foram transportados para Salvador. A família ainda tentou localizar o corpo de José Campos Barreto.

A ordem da *Operação Pajussara* assinada pelo então major chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar e comandante do DOI de Salvador, Nilton de Albuquerque Cerqueira, era

[...] *localizar, identificar, capturar ou destruir o bando terrorista que atua na região de Brotas de Macaúbas. Para isso: 1. Numa 1ª fase intensificará a busca de informes. 2. Numa 2ª fase, após localizar e identificar o bando de terroristas, isolará e investirá à área de treinamento para capturá-lo ou destruí-lo.*

A versão do guerrilheiro trocando tiros com os militares, immortalizada no filme dirigido por Sérgio Rezende, em 1994, foi desmentida na CEMDP. Durante a apreciação do caso, houve pedidos de indeferimento e de vistas, antes da maioria dos integrantes votarem pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado nas mortes de Lamarca e *Zequinha*.

O relator dos casos de Carlos Lamarca e de José Campos Barreto, de números 038/96 e 273/96, Paulo Gustavo Gonet Branco, propôs o indeferimento, e Nilmário Miranda pediu vistas.

Peça importante para a reconstrução dos fatos foi o álbum com as fotos de Lamarca morto entregue pela PF ao então ministro da Justiça, Nelson Jobim, após intensa busca e pressão da imprensa. Com base nesse registro, decidiu-se por exumar o corpo do guerrilheiro, o que ocorreu em 18 de junho de 1996, a cargo da família, já que a CEMDP recusou o pedido.

O exame dos restos mortais de Lamarca foi decisivo para o deferimento do caso. De acordo com o parecer do perito Celso Nenevê e do legista Nelson Massini, Lamarca foi atingido por sete disparos, exatamente o mesmo número identificado pela perícia oficial. O sentido das balas, porém, difere, invertendo completamente a versão apresentada pelos órgãos de repressão política. Após analisar meticulosamente o laudo, o parecer afirma: “*Lamarca, cercado, recebeu tiros de ambos os lados, inclusive por trás, sendo que o tiro fatal foi de cima para baixo. O que nos leva à presunção de que, provavelmente abatido pelas costas, caído, foi mortalmente atingido*”.

O processo voltou à pauta quando Nilmário Miranda apresentou seu voto pelo deferimento dos requerimentos, mas o general Oswaldo Pereira Gomes foi contrário. Suzana Keniger Lisboa pediu vistas.

O jurista Miguel Reale Júnior, então presidente da CEMDP, registrou sua apreciação:

No encontro entre as forças militares [...] e os dois guerrilheiros, revela o relatório, não houve troca de tiros. Apenas acordados, os dois buscam fugir, sendo José ferido e em seguida metralhado ao jogar uma pedra. Lamarca, puxando um saco na mão caminha cinco metros e cai por ter sido atingido em movimento por vários disparos como indica o laudo de exame necroscópico com tiros na mão, na nádega, clavícula, braços e região do tórax. Os dois guerrilheiros, sem reação, apenas procuraram fugir sem portar no instante qualquer arma, a ponto de José lançar uma pedra sendo fuzilado por diversos tiros. Havia nas circunstâncias pleno domínio da situação por parte das forças do Estado, que poderia facilmente prender a ambos os guerrilheiros ao invés de tê-los abatido a tiros.

A votação final ocorreu em 11 de setembro de 1996, com o parecer de Suzana Keniger Lisboa, na mesma data do julgamento do requerimento referente a Carlos Marighella, quando os casos foram aprovados por 5 votos a favor e 2 contra, o do relator Paulo Gustavo Gonet Branco e o do general Oswaldo Pereira Gomes.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 038/96 e 0273/96, de Carlos Lamarca e José Campos Barreto, respectivamente, na CEMDP.

ROMEY, Inês Etienne. “Relatório Inês. Dossiê da tortura”, op. cit.

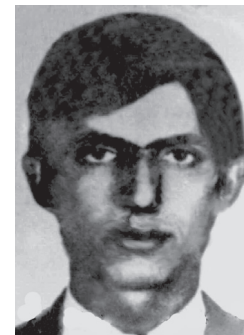
A emboscada da rua João Moura, São Paulo

Antônio Sérgio de Mattos

Nasceu em 18 de fevereiro de 1948, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Armando Mattos e Maria de Lourdes Pereira Mattos. Morto em 23 de setembro de 1971. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudava Direito na UFRJ quando iniciou sua militância política no agrupamento chamado Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Fazia parte da Associação de Auxílio aos Reclusos, que prestava assistência aos presos políticos. Em maio de 1969, colaborou com a fuga de presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito, o que o forçou a viver na clandestinidade. No fim de 1970, foi morar em São Paulo (SP), tornando-se dirigente regional da ALN. Era acusado de ter participado da execução, em 15 de abril de 1971, do então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, financiador da Operação Bandeirante, reorganizada como DOI-CODI/SP.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, encaminhados ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, mantêm a versão policial dada em 1971 de que Antônio teria sido metralhado durante assalto a um jipe do Exército.



Foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, em Perus, na capital paulista. Em 1975, sua família conseguiu retirar seus restos mortais e trasladá-los para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado no sítio de seus pais em Macaé.

O primeiro pedido encaminhado à CEMDP (233/96) foi apresentado por sua mãe, que faleceu em 2004, aos 82 anos, antes da família obter o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de seu filho.



Eduardo Antônio da Fonseca

Nasceu em 23 de fevereiro de 1947, em Belo Horizonte (MG), filho de Joaquim da Fonseca Jr. e Lucinda Miquelina Braga. Morto em 23 de setembro de 1971. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era casado com Walderês Nunes Fonseca.

Em 1968, Eduardo era secundarista quando se ligou ao Partido Socialista Revolucionário Brasileiro (PSRB). Este grupo se desfez em 1969 e Eduardo filiou-se à Corrente, de Minas Gerais. No fim do mesmo ano, com a captura da maioria dos ativistas desse agrupamento, passou a viver na clandestinidade e mudou-se para São Paulo, onde passou a militar na ALN.

Eduardo Antônio da Fonseca foi sepultado pela família no Cemitério São Pedro, em 30 de outubro de 1971.

Em homenagem a Eduardo, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua situada no bairro Serra Verde.



Manuel José Nunes Mendes de Abreu

Nasceu em 1º de janeiro de 1949, em Rossio do Sul (Tejo, Portugal), filho de José Pereira de Abreu e Dulce Souza Mendes de Abreu. Morto em 23 de setembro de 1971. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudou Engenharia na Escola Politécnica da USP, onde se engajou no movimento estudantil e, depois, na militância clandestina.

Manuel foi sepultado pela família no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo (SP), em 26 de setembro de 1971.

A emboscada

Em 23 de setembro de 1971, quatro militantes da ALN caíram em emboscada montada pelos órgãos de segurança na rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro do Sumareziinho, em São Paulo (SP).

Ana Maria Nacinovic Corrêa era a única mulher do grupo e conseguiu escapar sem ser presa, sendo executada posteriormente, em 14 de junho de 1972.

Os órgãos da repressão montaram a emboscada colocando na rua um jipe do Exército, aparentemente com problemas, e soldados parados à volta portando metralhadoras. Em um caminhão tipo baú de uma empresa jornalística ficaram escondidos os agentes do DOI-CODI/SP. A versão oficial registrou que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar o jipe.

Na CEMDP, os três casos foram analisados em conjunto, havendo intensos debates, com voto inicial de indeferimento dos três casos seguido de mais de um pedido de vistas.

O relator Nilmário Miranda e a conselheira Suzana Keniger Lisbôa examinaram exaustivamente os documentos localizados. Apesar de terem ocorrido três mortes violentas, estranhamente, não houve perícia de local. As requisições de exame necroscópico ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS/SP, Alcides Cintra Bueno Filho, e os laudos necroscópicos pelos legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini.

As primeiras contradições surgiram nos próprios documentos oficiais. Antônio Sérgio e Manuel teriam sido encontrados mortos às 16 horas, enquanto Eduardo teria sido encontrado às 15 horas. Os corpos dos três deram entrada no IML às 18h40min, apesar do local dos fatos ser muito próximo à sede do IML.

No laudo de Antônio Sérgio, os legistas relataram dois ferimentos à bala no pescoço e na traquéia e ferimentos não causados por arma de fogo, feitos por instrumento não descrito, mas que levam a supor que tenham sido feitos com proximidade física do agressor.

O laudo de Eduardo apresentava dois tiros na região glútea e dois nas pernas capazes de imobilizá-lo, mas não de provocar a morte imediata.

Manuel apresentava orifício de entrada de projétil de arma de fogo na face dorsal da mão direita, característico de reação instintiva de defesa para disparos à queima-roupa. E, ainda, um orifício de entrada de projétil na altura da omoplata esquerda e saída na face anterior do hemitórax esquerdo, após fraturar a clavícula e os segundo e terceiro arcos anteriores esquerdos – tiro dado de cima para baixo e, pela descrição da trajetória, poder-se-ia deduzir que fora dado quando estava dominado e de joelhos. Escoriações nos dois joelhos e no nariz foram anotadas pelos legistas.

As fotos de seus corpos mostram equimoses e edemas não descritos. A de Antônio Sérgio mostra apenas o rosto, com o tórax encoberto, e um objeto junto ao pescoço, que se assemelha a um gancho. A de Manuel José mostra evidentes sinais de tortura, e nenhum dos tiros que recebeu seria fatal.

Além disso, no requerimento encaminhado à CEMDP, Maria Fernanda Mendes de Abreu, irmã de Manuel, relatou os fatos presenciados pela família à época:

Manuel, segundo seus companheiros, teria sido levado para o DOI-CODI paulista onde teria sido espancado, levado choques e que teria morrido em virtude da aplicação da chamada “coroa de Cristo”. A requerente recebeu o corpo de Manuel das mãos de policiais do DOI-CODI/SP que exigiram dela sigilo total. Em seguida os policiais invadiram o quarto de Manuel levando todos os seus livros, cadernos e documentos pessoais. Ao abrir o caixão verificou as inúmeras violências sofridas por Manuel (vários hematomas). Sua cabeça não tinha perfurações, mas estava toda afundada.

Não foi possível determinar com precisão, baseando-se nos dados extraídos dos documentos encontrados, como e onde morreram.

Ao voto do relator Nilmário Miranda dos três casos na CEMDP, houve dois pedidos de vistas, e os dois relatórios apresentados pelo conselheiro Luís Francisco Carvalho Filho apontavam o deferimento dos pedidos dos familiares de Antônio Sérgio e Eduardo Antônio, e destacavam:

A natureza dos ferimentos, a inexplicável demora da chegada dos corpos ao IML, a característica da ocorrência imputada às vítimas – tentativa de assalto a um jeep do Exército –, aliada à certeza de que, em diversos outros casos, militantes feridos foram conduzidos a estabelecimentos militares e não a hospital para o devido atendimento médico, evidenciam que pode, de fato, ter ocorrido um tiroteio entre os agentes e os militantes, contudo, há fortes indícios de que eles ou um ou dois deles permaneceram vivos em poder dos agentes públicos até a morte por um lapso de tempo razoável até que se verificasse o óbito.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 233/96 e 083/02, de Antônio Sérgio de Mattos, 307/96, de Eduardo Antônio da Fonseca, e 363/96 e 032/02, de Manoel José Nunes de Abreu, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op cit.



Félix Escobar*

Nasceu em 22 de março de 1923, em Miracema (RJ). Filho de José Escobar e Emília Gomes Escobar. Desaparecido em outubro de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Félix foi comerciário, pedreiro, servente de obras, instalador de persianas e também tesoureiro do Sindicato dos Empregados no Comércio em Duque de Caxias e São João do Meriti. Chegou a Duque de Caxias (RJ) em 1942. Casado, pela primeira vez, com Raymunda Cardoso Escobar, teve seis filhos.

Participou da campanha “O Petróleo é Nosso” nos anos 1950 e pertenceu à diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Foi militante do PCB. Em 1962, ajudou a criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ). Nessa ocasião, atuou na organização de camponeses nos distritos de Capivari, Xerém e São Lourenço, quando foram mobilizados mais de mil camponeses e obtiveram uma disputa da vitória pela terra ao conseguirem sustar uma ação de despejo determinada por grileiros e pela Fábrica Nacional de Motores.

Com o golpe de 1964, o movimento dos camponeses dispersou-se em decorrência da prisão de importantes lideranças e militantes do PCB. Félix ficou preso durante 12 dias, foi processado e, ao ser libertado, passou a viver na clandestinidade.

Posteriormente, ligou-se ao MR-8. No fim de 1970, durante 15 dias, a rua onde Félix morava permaneceu ocupada por dezenas de agentes policiais armados. Sua casa foi cercada, invadida e vasculhada, quando agentes espancaram um dos seus filhos de 5 anos com o objetivo de obter informações sobre um suposto esconderijo de armas do pai. Por essa ocasião, Félix estava vivendo em Feira de Santana (BA), mas acabou sendo preso na casa de um companheiro, João Joaquim Santana, entre setembro e outubro de 1971, em Nova Iguaçu (RJ). Na época, um de seus filhos, que servia o Exército como recruta, foi torturado junto com outros irmãos no DOI-CODI/RJ.

O ex-preso político César Queiroz Benjamim afirma que viu Félix sendo conduzido por agentes do DOI-CODI/RJ na PE da Vila Militar do Rio de Janeiro.

Em entrevista ao jornalista Antônio Henrique Lago para o jornal *Folha de S. Paulo*, publicada em 28 de janeiro de 1979, um general, que não quis se identificar, assumiu a morte de Félix e de mais 11 presos considerados desaparecidos. Hoje, sabe-se que se tratava de Adyr Fiúza de Castro, o qual foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e da VI Região Militar.

No livro *Desaparecidos Políticos*, consta o depoimento do preso político Nilson Venâncio sobre a prisão de Félix:

Quando eu estava preso na Bahia, soube por intermédio de José Carlos Moreira, preso na mesma circunstância, que teria saído no jornal o atropelamento de uma pessoa de

*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Félix Escobar estava grafado erroneamente como Félix Escobar Sobrinho.

nome Félix Escobar Sobrinho. Um caso típico de tantas outras mortes que ocorriam no interior do DOI-CODI e que depois eram ditas como atropelamento.

Segundo Venâncio, um dos agentes do DOI-CODI/6ª RM, responsável por sua prisão em Feira de Santana (BA), ao transportá-lo do Forte Barbalho para o agrupamento dos Fuzileiros Navais, em Salvador, confessou que Félix estava “grampeado” havia muito tempo, o que havia ocorrido na 1ª Região Militar.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, informa que “[...] os dados apenas confirmam que já foi preso por atividades terroristas e que freqüentava a pedreira de Xerém em Duque de Caxias (RJ), junto com outros”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

Caso 053/96, na CEMDP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção, 1979.

Aylton Adalberto Mortati

Nasceu em Catanduva (SP), em 13 de janeiro de 1946, filho de Umberto Mortati e Carmem Sobrinho Mortati. Desaparecido em 4 de novembro de 1971. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Estudou em sua cidade natal até o fim do ensino médio. Era pianista e faixa preta de caratê. Mudou-se para São Paulo e cursou a Faculdade de Direito Mackenzie, onde passou a ser chamado de *Tenente* por freqüentar as aulas com a farda de aluno do CPOR.

Participou do movimento estudantil. Em outubro de 1968, foi preso no XXX Congresso da UNE ocorrido em Ibiúna (SP). Ingressou na ALN e seu codinome era *Umberto*, em homenagem ao seu pai. Aylton participou do seqüestro do avião Boeing da Varig durante o trajeto Buenos Aires–Santiago, juntamente com Ruy Carlos Vieira Berbert e mais sete militantes da ALN, desviando-o para Cuba em 4 de novembro de 1969. Este fato foi divulgado na imprensa da época. Em Cuba, realizou treinamento de guerrilha. Regressou clandestinamente ao Brasil, em 1971, como militante do Molipo, uma dissidência da ALN. Nessa época, a sua Carta Patente de oficial da reserva foi cassada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

Aylton foi preso em 4 de novembro de 1971 na rua Cervantes, 7, bairro de Vila Prudente, em São Paulo, por agentes do DOI-CODI/SP. A prisão de Aylton nunca foi assumida pelos órgãos de segurança e seu nome integra a lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

A mãe de Aylton, Carmem Mortati, viveu os anos de 1970 e 1971 sob constante pressão e ameaça, conforme seu relato:

Minha vida e de minha família passou a ser de constante vigilância e provocação por parte de agentes de segurança, que estacionavam carros à frente de minha residência, subiam no telhado da casa, usavam o banheiro existente no fundo do quintal, revistavam compras de supermercado, censuravam o telefone, espancaram meus sobrinhos menores e, ao que pude deduzir, provocaram um início de incêndio em minha residencial pensionato. Os agentes que vigiavam minha residência e meus passos por duas vezes atentaram contra minha vida, jogando o carro em minha direção. Nestas oportunidades escudei-me atrás do poste. A partir de então recebi, com constância e permanência, bilhetes ameaçadores, onde estava escrito que meu filho ia morrer e vinha junto o desenho de uma cruz, em preto, nos bilhetes. Quando eu recebia esses bilhetes ameaçadores, os levava de imediato ao Comando da Aeronáutica e os entregava a um Capitão, que me havia interrogado anteriormente e que, de tanto eu levar-lhe bilhetes, resolveu me fornecer uma carta onde se consignava que a Aeronáutica tinha feito uma vistoria em minha residência e que eu não tinha nada a ver com as atividades de meu filho.

Carmem Mortati contratou o advogado Virgílio Lopes Eney para procurar e defender Aylton. Certo dia, o advogado viu sobre uma mesa na 2ª Auditoria Militar do Exército, em São Paulo (SP), uma certidão de óbito em nome de Aylton Adalberto Mortati e tentou ler o



documento. Foi preso e levado para o DOI-CODI/SP, onde os militares o interrogaram e tentaram convencê-lo de que seu cliente nunca havia sido preso.

De fato, nas alegações finais do Ministério Público Militar do processo do qual Aylton figurava como indiciado, está escrito:

[...] *Consta mais, por outro lado, haverem falecido também os acusados Venâncio Dias da Costa (32), Ayrton [sic] Adalberto Mortati (7), Márcio Beck Machado (21), conforme se depreende do relatório do Inquérito nº 79/73 do DEOPS, recentemente aforado a esta Auditoria, em virtude do que estamos requerendo por cota à autoridade policial as certidões de óbito dos mesmos, para que se lhes declare também extinta a punibilidade.*

Presos políticos, como Paulo de Tarso Venceslau, declararam na Justiça Militar, à época, que Aylton foi morto sob tortura no DOI-CODI/SP, desaparecendo desde então. Outros, porém, não conseguiram registrar suas denúncias em juízo, conforme interpelação do advogado:

[...] *Igualmente ouvido perante o juízo da 1ª Auditoria desta CJM o acusado Oseas Duarte [de Oliveira] declarou que, na Operação Bandeirantes [DOI-CODI/SP], foi seviciado por pessoas que, entre outras coisas, se gabavam de ter matado Ayrton [sic]. [...] Igualmente, assim se manifestou em seu interrogatório o jurisdicionado desta Auditoria, de nome [José Carlos] Gianini, em declarações que, por não interessarem ao processo, não foram reduzidas a termo.*

Em 1975, os presos políticos de São Paulo enviaram um documento ao presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, denunciando a prisão, tortura e morte de Aylton, dentre outros casos, mas nenhuma informação oficial de sua prisão foi divulgada.

No arquivo do antigo DOPS/PR, foi encontrada uma gaveta com a identificação “falecidos”, onde constava o nome de Aylton.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, confirma sua morte: “[...] neste órgão consta que foi morto em 04/11/1971, quando foi estourado um aparelho na rua Cervantes, nº 7, em São Paulo. Na ocasião usava um documento (passaporte), em nome de Eduardo Janot Pacheco”.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 054/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os mortos. Tomo V, v. 4.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos. Rio de Janeiro: Opção, 1979.



José Roberto Arantes de Almeida

Nasceu em 7 de fevereiro de 1943, em Pirajuí (SP), filho de José Arantes de Almeida e Aída Martoni de Almeida. Morto em 4 de novembro de 1971. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

José Arantes foi militante do PCB, da ALN e do Molipo. Em 1956, sua família mudou-se para Araraquara (SP), onde seu pai foi trabalhar como professor. Foi escoteiro, estudou piano, praticou natação e pólo aquático. Estudou no Instituto de Ensino Bento de Abreu. Em 1961, ingressou no curso de Engenharia do ITA.

Após o golpe de 1964, foi expulso do ITA, sob a acusação de ter fundado um núcleo socialista, e preso na Base Aérea de Santos. Em 1966, ingressou no curso de Física da FFCL/USP, tornando-se presidente do grêmio da faculdade.

Em 1967, com Carlos Marighella e outros, participou da fundação da Dissidência Comunista de São Paulo, que rompeu com o PCB, cuja maioria constituiu a ALN.

Arantes foi destacada liderança no movimento estudantil, sendo vice-presidente da UNE na gestão de 1967-1968. Preso em outubro de 1968, no XXX Congresso da UNE, ocorrido em Ibiúna (SP), conseguiu escapar e assumiu a presidência da entidade. Organizou os minicongressos regionais em todo o país, que elegeram a nova diretoria. Em 20 de outubro de 1968, teve sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria da Justiça Militar, em São Paulo, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 1969, deixou o país pela fronteira do Rio Grande do Sul com destino a Cuba, onde

realizou treinamento de guerrilha. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1971, integrando o Molipo, uma dissidência da ALN.

Nos arquivos do antigo DOPS/SP, foram encontrados vários documentos a seu respeito. O documento de nome “*Terroristas da ALN com curso em Cuba (situação em 21 de junho de 1972)*” do CIE-S/103 informa que José Roberto esteve em Cuba e foi morto. Usava o codinome *Gustavo* e teria chegado de Cuba seis meses antes de sua morte, segundo a apostila da ESNI de 1974, intitulada “*Contra-Subversão*”.

Arantes foi preso em 4 de novembro de 1971 na rua Cervantes, 7, bairro de Vila Prudente, em São Paulo, por agentes do DOI-CODI/SP. Na versão da apostila da ESNI (citada no caso de Marilena Villas Boas Pinto)⁴, a morte de Arantes ocorreu após intenso tiroteio. Os agentes teriam calculado quatro atiradores dentro da casa, a qual foi bombardeada com gás lacrimogêneo e granadas ofensivas. Ao final, Arantes teria morrido. Este documento também não faz nenhuma referência a Aylton Adalberto Mortati, supostamente preso no mesmo dia e local.

A requisição de exame ao IML/SP, solicitada pelo DOPS/SP em 5 de novembro, informa a morte em decorrência dos ferimentos sofridos em tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança e possui a letra T manuscrita, indicando tratar-se de indivíduo considerado “*terrorista*”. O laudo de exame do IML/SP, de 9 de novembro, foi assinado por Luiz Alves Ferreira e Vasco Elias Rossi, em nome de *José Carlos Pires de Andrade*, nome falso utilizado por Arantes.

Nos arquivos do DOPS/SP, foi encontrado um documento do Ministério do Exército, de 19 de setembro de 1977, comunicando “*estouro*” pelo DOI-CODI/SP de um “*aparelho*” do Molipo na Vila Prudente, São Paulo (SP), onde residiam Aylton Adalberto Mortati, José Roberto Arantes de Almeida e Maria Augusta Thomaz.

A morte de Arantes foi divulgada somente em 9 de novembro de 1971, quando os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* reproduziram a versão policial. A família foi comunicada de sua morte quando ele já havia sido enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, com o nome falso de *José Carlos Pires de Andrade*. Com a interferência de um delegado do DOPS/SP, Emiliano Cardoso de Mello, parente da família, o delegado Alcides Cintra Bueno Filho autorizou seu traslado para o Cemitério Municipal de Araraquara, em 12 de novembro de 1971.

Na requisição da necropsia, datada de 5 de novembro de 1971, encontra-se: “*Ontem, por volta das 17 horas, manteve tiroteio com membros dos órgãos de segurança, sendo nessa oportunidade ferido, e em consequência veio a falecer*”. O corpo, entretanto, só chegou ao IML em 5 de novembro, às 18 horas, ou seja, 24 horas depois do suposto tiroteio em que fora morto. O laudo de necropsia assinado por Luiz Alves Ferreira e Vasco Elias Rossi afirma:

[...] *segundo consta, trata-se de elemento terrorista, que faleceu em tiroteio travado ao resistir à prisão, com militares da OBAN [DOI-CODI/SP], vindo a falecer às 17h30, aproximadamente, no dia 04/11/1971, sendo encontrado no pátio do trigésimo sexto distrito policial.*

O local da morte apontado refere-se à 36ª DP, localizada na rua Tutóia, sede do DOI-CODI/SP à época. Assim, não restou dúvidas de que Arantes só foi recolhido no pátio do DOI-CODI/SP 24 horas depois do suposto tiroteio, porque para lá fora levado com vida.

Além disso, a farsa ficou evidente no laudo, o qual afirma que o corpo tinha dois ferimentos perfuro-contusos de formato ovular, medindo três centímetros na maior dimensão, localizados na parte média da região frontal. A foto do corpo não mostra esses dois ferimentos à bala na cabeça e sim grandes equimoses na região malar esquerda. Mostra também a camisa encharcada de sangue do lado esquerdo do tórax, e o laudo não faz referências a ferimentos nessa região.

Na CEMDP, o caso (271/96), tendo como relator Nilmário Miranda, foi deferido por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 23 de abril de 1996.

4. O jornalista Amaury Ribeiro Jr. teve acesso a parte da apostila citada quando entrevistou o general Antônio Bandeira de Mello e realizou a série de reportagens intitulada “O Baú do General” (O Globo, 5 a 8 de abril de 1998). Na época, o jornalista cedeu uma cópia desse material à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que questionou a veracidade de suas informações, como as referentes ao caso de José Roberto Arantes de Almeida.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 271/96, na CEMDP.



Francisco José de Oliveira

Nasceu em 5 de abril de 1943, em Cabrália (SP), filho de Olívio Oliveira e Maria das Neves Temafela Oliveira. Morto em 5 de novembro de 1971. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Estudante de Ciências Sociais na USP, era conhecido pelos companheiros como *Chico Dialético*. Foi militante da Dissidência Comunista de São Paulo até 1968 e, no ano seguinte, integrou-se à ALN. Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, em 3 de setembro de 1969, escapou da perseguição policial que culminou com a morte de José Wilson Lessa Sabag. Em seguida, decidiu refugiar-se em Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. No início de 1971, os militantes do Molipo, uma dissidência da ALN, começaram a retornar clandestinamente ao Brasil. *Chico* também voltou, já integrando o Molipo, sendo assassinado em novembro do mesmo ano.

Francisco e uma companheira, Maria Augusta Thomaz, que se tornou desaparecida política em 1973, foram surpreendidos em uma lanchonete localizada na rua Turiassu, no bairro da Pompéia, em São Paulo (SP). Assim que foram reconhecidos, iniciou-se uma intensa perseguição policial, na qual *Chico* foi ferido gravemente. Maria Augusta conseguiu fugir. Francisco, embora ferido, teria tentado escapar dos policiais, entre eles o delegado do DOI-CODI/SP Antônio Vilela, mas foi atingido pelas costas por uma rajada de metralhadora. Em documento encontrado no arquivo do DOPS/SP (doc. 30-Z-165-118), ao lado de um xérox de identidade de nome *Dario Marcondes*, o nome falso utilizado por *Chico*, está anotado a máquina o nome, filiação e data de nascimento de Francisco José de Oliveira. Sua certidão de óbito, no entanto, foi feita em nome de *Dario Marcondes*, demonstrando a clara intenção dos órgãos de repressão de manter escondida a sua verdadeira identidade. Sepultado como indigente no Cemitério D. Bosco, no bairro de Perus, na cidade de São Paulo (SP), seus restos mortais foram colocados na vala clandestina de Perus, descoberta em 1990, e ainda aguardam identificação.

Segundo os relatórios dos ministérios da Aeronáutica e da Marinha, “[...] no dia 5/11/71, em São Paulo (SP), ao encontrar-se com outro terrorista, agentes de segurança tentaram realizar a sua prisão, reagindo a tiros, sendo morto”.

Até então, acreditava-se que *Chico* fora morto no local, alvejado por uma rajada de metralhadora nas costas, mesmo ferido, quando tentava fugir. O exame da documentação sobre o caso na CEMDP indicou que a morte não ocorreu durante o tiroteio.

O laudo de necropsia, assinado pelos médicos legistas Mário Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, descreve vários tiros, entre eles o que certamente imobilizou Francisco: o projétil penetrou na região lombar, linha média, contornou a coluna, lesou alças intestinais delgadas e alojou-se na parede anterior do abdômen, na altura do umbigo.

A relatora Suzana Keniger Lisbôa destacou em seu voto que o laudo se refere a outros seis tiros, sendo digno de nota um tiro dado quando *Chico* estava imobilizado: o projétil que penetrou no ângulo nasogeniano esquerdo lesou a língua, desceu pela coluna cervical, passou por trás da clavícula esquerda e se exteriorizou na região axilar direita. O laudo, porém, não descreve edemas e escoriações no rosto, queixo e olho direito e pescoço, visíveis na foto do IML/SP, evidentes lesões produzidas por tortura.

A requisição de exame ao IML, marcada com um T em vermelho e registrada como homicídio, foi feita em nome de *Dario Marcondes*, apesar de *Chico* ter sido fichado e fotografado, conforme requisição encontrada no DOPS/SP, na qual a data e o horário registrados foram 5 de novembro, 16 horas. No verso da requisição, no entanto, a data de entrada no necrotério é do dia 4 de novembro, 20 horas. Seu corpo, portanto, teria dado

entrada no IML sem roupas e antes da data da morte no suposto tiroteio. A mesma requisição de exame foi encontrada no arquivo do DOPS/SP com o nome verdadeiro manuscrito: Francisco José de Oliveira, vulgo *Amaro*.

Suzana K. Lisbôa concluiu que as evidências apontadas indicavam a clara tentativa de ocultação da prisão, tortura e morte, votando pelo deferimento do pedido.

O caso foi deferido em 18 de março de 1996, por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 157/96, na CEMDP.

Flávio Carvalho Molina

Nasceu em 8 de novembro de 1947, na Guanabara (atual estado do Rio de Janeiro), filho de Álvaro Andrade Lopes Molina e Maria Helena Carvalho Molina. Morto em 7 de novembro de 1971. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Cursou o primário nos colégios São Bento e São José, no Rio de Janeiro. Era um apaixonado por *camping* e alpinismo. Gostava muito de música clássica e era comum encontrá-lo à noite ouvindo o programa “*Primeira Classe*”, na época, produzido pela rádio *Jornal do Brasil*. A característica romântica de Flávio permitiu que criasse algumas poesias e pequenos ensaios de peças teatrais.

No período entre 1966 e 1967, enquanto cursava o científico no Colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro, iniciou a formação de sua consciência política. Havia, então, muitas manifestações estudantis e muita repressão policial.

Em 1968, entrou para a Escola de Química da UFRJ, na Praia Vermelha. Logo foi preso, durante a invasão do *campus* pela polícia para reprimir a assembléia geral convocada pela UNE e pela UME-RJ, no Teatro de Arena, em 20 de junho daquele ano. Cerca de 400 estudantes foram violentamente reprimidos no antigo campo do Botafogo, ao lado do Hospital Rocha Maia, chocando a opinião pública. Flávio foi fichado e solto no dia seguinte, quando ocorreu a chamada “sexta-feira sangrenta”. O fato provocou a reação popular manifestada cinco dias depois, na “Passeata dos Cem Mil”.

Em julho de 1969, vendo-se perseguido pelas forças da repressão, já tendo sido indiciado em inquérito na 2ª Auditoria do Exército, do qual foi posteriormente absolvido, e temendo a possibilidade de ser preso novamente, optou por deixar a casa de seus pais, visando não transferir para a família a repressão a ele dirigida. Trancou matrícula na universidade e passou a viver na clandestinidade, militando na ALN.

Sua prisão preventiva foi solicitada em duas ocasiões, em 6 de novembro de 1969 e 30 de janeiro de 1970. Viveu em Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha entre novembro de 1969 e meados de 1971, quando retornou ao Brasil já como militante do Molipo. Manteve contatos com a família por meio de encontros, primeiramente, ou de cartas, até julho de 1970.

Foi preso em 6 de novembro de 1971, em São Paulo (SP), por agentes do DOI-CODI/SP, em cuja sede foi torturado até a morte em 7 de novembro de 1971.

A prisão e morte de Flávio Molina não foram assumidas pelos órgãos de segurança de imediato. A primeira informação de sua morte ocorreu em 29 de agosto de 1972, quando o jornal *O Globo* noticiou o fato como consequência de choque com policiais em São Paulo, sem referência à data.

Sua família tentou obter alguma notícia nas prisões e quartéis, buscou saber com autoridades onde estava enterrado, mas foi tudo em vão – a própria Justiça Militar lhe disse que a notícia era infundada e Flávio continuava a ser processado como revel. Seu nome somente foi excluído dos autos do julgamento quando foi extinta a punibilidade por morte, por meio de informação prestada pelo então diretor-geral do DOPS, Romeu Tuma. Mesmo assim, a família não recebeu qualquer notificação oficial.



Em julho de 1979, mediante a localização dos documentos contendo as informações da Justiça Militar, obtida pelo CBA/SP, os familiares tomaram conhecimento da morte de Flávio. O ofício localizado, datado de 7 de agosto de 1978, endereçado ao juiz auditor e assinado por Romeu Tuma trazia, em anexo, o atestado de óbito de *Álvaro Lopes Peralta*, a identidade falsa usada por Flávio. O delegado assumia a prisão de Flávio ao informar ao juiz auditor que, por ocasião do “*estouro do aparelho*” onde havia sido preso José Roberto Arantes de Almeida, teriam localizado manuscrito de encontro com *André*, que na verdade era *Álvaro Lopes Peralta*, preso em 6 de novembro, na rua Agostinho Gomes. Ao ser “*ouvido*”, *André* declarou que tinha um encontro na rua Padre Marchetti, às 13 horas de 7 de novembro, onde teria tentado fugir e sido baleado mortalmente.

Flávio foi enterrado como indigente em 9 de novembro de 1971, na cova 14, rua 11, Quadra 2, Gleba 1, no Cemitério D. Bosco, em Perus (SP), sob o nome de *Álvaro Lopes Peralta*, registro nº 3.054, e transferido para uma vala comum, em 1976. Assim, ficou evidente a ocultação premeditada do cadáver de Flávio como forma de encobrir a morte sob tortura. O laudo de exame necroscópico no IML/SP, de nº 43.715, feito em 16 de novembro de 1971, com a identidade falsa de *Álvaro Lopes Peralta*, já estava associado à sua verdadeira identidade.

Os médicos legistas Renato Capellano e José Henrique da Fonseca procederam à necropsia.

A certidão de óbito, com o mesmo nome, foi registrada sob o nº 50.741 – fl. 191V – livro C.73, tendo sido declarante Miguel Fernandes Zaninello, identificado em outubro de 1990 como tenente da Polícia Militar reformado, conforme depoimento prestado à CPI da Vala de Perus, da Câmara Municipal de São Paulo, no mesmo mês.

No documento 52-Z-0-38.270, do arquivo do DOPS/SP constam todos os seus dados, como, ainda, nomes falsos e codinomes, inclusive o de *Álvaro Lopes Peralta*. Ofício do Ceni-mar nº 0396, de 13 de julho de 1970, informa que Flávio Carvalho Molina utilizava esse nome, o que demonstra que sua identidade era conhecida pelos órgãos de repressão política bem antes de sua morte.

Em outubro de 1979, de posse de documentos oficiais, a família abriu processo em São Paulo exigindo retificação de assentamento de óbito e reconstituição de identidade, ganhando a causa em 1981. Em 9 de outubro de 1981, a família teve oportunidade de abrir a vala comum e comprovar a existência das ossadas, mas constatou a necessidade de obter apoio técnico e respaldo político, o que só ocorreu em 1990, quando, em 4 de setembro, foi aberta a Vala de Perus. As ossadas encontradas foram trasladadas para a Unicamp, por iniciativa da prefeita Luiza Erundina, para serem identificadas, e lá permaneceram até o início do ano 2000.

Em novembro de 1991, transcorridos 20 anos de sua morte, a família abriu processo contra a União Federal na 17ª Vara da Seccional do Rio de Janeiro, protocolo nº 9101180125, sob responsabilidade do juiz Wanderley de Andrade Monteiro. A partir de 1999, o Ministério Público Federal passou a investigar e apurar responsabilidades pela não conclusão dos trabalhos de identificação das ossadas da Vala de Perus. Sua família entrou com uma ação cível na Justiça Federal de reparação por danos morais e materiais em 1992, que se encontra em fase de execução.

Em 2003, o governo federal aceitou arcar com as despesas de exame de DNA. Foram então levadas para Buenos Aires, por indicação da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), amostras de ossos e sangue da família Molina pelo então ministro da SEDH, Nilmário Miranda, mas não foram obtidos resultados conclusivos.

Passados 15 anos da abertura da Vala de Perus e depois de várias tentativas de extração do DNA – realizados por universidades brasileiras e instituições estrangeiras –, os restos mortais de Flávio Molina foram finalmente identificados por um laboratório particular em São Paulo, o Laboratório Genomic, graças à iniciativa do Ministério Público Federal com o apoio da SEDH-PR, em setembro de 2005.

Em 10 de outubro de 2005, um emocionante ato no auditório da Procuradoria da República, em São Paulo, marcou a entrega da urna com os restos mortais de Molina ao seu irmão, Gilberto. Maria Helena Molina, que lutou por tantos anos pela busca do filho,

já idosa, esteve presente nas homenagens e no sepultamento de Flávio no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

O caso de Flávio na CEMDP, tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa, foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma rua e, em 1º de abril de 1991, Flávio foi agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

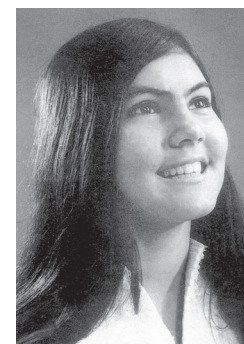
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 018/96, na CEMDP.

Nilda Carvalho Cunha



Nasceu em 5 de julho de 1954, em Feira de Santana (BA), filha de Tibúrcio Alves Cunha Filho e Esmeraldina Carvalho Cunha. Morta em 14 de novembro de 1971. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Nilda freqüentava o curso secundário e era bancária, quando passou a militar no MR-8. Morava com Jaileno Sampaio em um apartamento, onde abrigaram Iara Iavelberg, a companheira de Carlos Lamarca, durante sua estada em Salvador (BA).

Segundo a requerente na CEMDP, Leônia Alves Cunha, sua irmã, “[...] *Nilda foi detida e levada para o quartel do Barbalho na madrugada de 19 para 20 de agosto de 1971, posteriormente transferida para a Base Aérea de Salvador, em regime incomunicável.*”

Sua prisão ocorreu por ocasião do cerco policial montado no prédio onde morava para capturar Iara Iavelberg. Conforme o relatório da *Operação Pajussara*, o cerco era parte dessa operação, desencadeada para “*capturar ou eliminar*” Carlos Lamarca, comandada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar e comandante do DOI-CODI de Salvador.

Nilda foi liberada no início de novembro, quase dois meses depois, profundamente debilitada em consequência das torturas e morreu no dia 14 do mesmo mês, com sintomas de cegueira e asfixia.

No livro *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, publicado em 1980, já constava a denúncia de sua prisão e morte:

– *Você já ouviu falar de Fleury?*

Nilda empalideceu, perdia o controle diante daquele homem corpuloso.

– *Olha, minha filha, você vai cantar na minha mão, porque passarinhos mais velhos já cantaram. Não é você que vai ficar calada.*

Dos que foram presos no apartamento do Edifício Santa Terezinha, apenas Nilda Cunha e Jaileno Sampaio ficaram no Quartel do Barbalho. Ela, aos 17 anos, ele, com 18.

– *Mas eu não sei quem é o senhor...*

– *Eu matei Marighella.*

Ela entendeu e foi perdendo o controle. Ele completava:

– *Vou acabar com essa sua beleza – e alisava o rosto dela.*

Ali estava começando o suplício de Nilda. Eram ameaças seguidas, principalmente as do Major Nilton de Albuquerque Cerqueira. Ele já se tornara temido, e odiado, pelos presos políticos. Ela ouvia gritos dos torturados, do próprio Jaileno, seu companheiro, e se aterrorizava com aquela ameaça de violência sexual num lugar deserto. Naquele mesmo dia vendaram-lhe os olhos e ela se viu numa sala diferente quando pôde abri-los. Bem junto dela estava um cadáver de mulher; era Iara, com uma mancha roxa no peito, e a obrigaram a tocar naquele corpo frio. [...]

Dona Esmeraldina Carvalho Cunha, 49 anos [assassinada em outubro de 1972], logo que soube da prisão da filha caçula, revirou a Bahia. Ia atrás de advogado, do comandante da 6ª Região Militar, general Argus Lima, e do juiz de menores. Um dia acabou sabendo que a menina estava incomunicável. Só na Base Aérea, dias depois, encontrou-se com Nilda, imprestável, sem nenhum controle.

[...] No início de novembro, decidem libertá-la. Nilda, então, vai ao quartel-general, junto com Dona Esmeraldina, pedir autorização para visitar Jaileno. O chefe da 2ª seção não permite. Na saída, descendo as escadas, ela grita:

- Minha mãe, me segure que estou ficando cega.

Foi levada num táxi, chorando, sentindo-se sufocada, não conseguia respirar. Daí para a frente foi perdendo o equilíbrio: depressões constantes, cegueiras repentinas, às vezes um riso desesperado, o olhar perdido. Não dormia, tinha medo de morrer dormindo, chorava e desmaiava.

[...] O psiquiatra Eduardo Saback recomendou internação – uma sonoterapia – e ela foi para uma clínica particular – Amepe. No mesmo dia, os enfermeiros tentaram evitar a entrada do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, mas ele se apresentou também como médico, não puderam evitar. Na presença de Dona Esmeraldina, gritava raivoso: – Dona Nilda, acabe com essas frescuras, senão a senhora vai voltar para aquele lugar, aquele lugar que a senhora sabe!

Dona Esmeraldina discutiu com ele. Era a segunda vez que discutiam.

[...] Imediatamente após a saída de Cerqueira, o estado de Nilda se agravou. Depois de 48 horas na Clínica Amepe, o dr. Saback aconselhou internação num hospital. Sob efeito de sedativos, ela vai para o Sanatório Bahia.

[...] No dia 14 de novembro de 1971, Nilda morre.

[...] Todos se surpreenderam, até mesmo o dr. Saback, que anexou um relatório ao prontuário deixando dona Esmeraldina fora de si. Saback visitou Nilda nos dias, 8, 11 e 13 de novembro e, aos poucos, foi reduzindo a medicação, por notar que psiquicamente ela estava se recuperando e o estado físico encontrava-se “nos limites da normalidade”. Quando soube da morte, diante da ausência de causa física, ele solicitou “necropsia para esclarecimento”. Só 40 dias depois, o [Instituto] Nina Rodrigues fornece os resultados – “edema cerebral a esclarecer e excesso de barbitúricos no sangue” – que não desvendam o mistério.

Na CEMDP, o requerimento para o reconhecimento da morte de Nilda foi protocolado após o prazo estabelecido na lei 9.140/95, sendo por isso indeferido.

Mesmo assim, buscando documentar o caso, a CEMDP fez diversas diligências: do Sanatório Bahia recebeu a resposta que um incêndio destruíra os prontuários em 1984; a Superintendência da PF na Bahia informou que o inquérito relativo ao indiciamento de Nilda fora encaminhado para a 6ª CJM, não existindo no órgão qualquer outra informação sobre ela; o juiz auditor informou que nada constava sobre Nilda naquele juízo militar; o IML Nina Rodrigues informou que o laudo cadavérico de Nilda, como também os resultados de exames complementares, não foram encontrados nos seus arquivos.

Reapresentado o requerimento em 2002, após a ampliação de prazos pela edição da lei 10.536/02, tendo como relatora Maria do Rosário Nunes, o caso foi aprovado por unanimidade em 19 de dezembro de 2003.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 362/96 e 004/02, na CEMDP.

José, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*. 16. ed. São Paulo: Global, 2004.



José Milton Barbosa

Nasceu em 22 de outubro de 1939, em Bonito (PE), filho de Maria das Dores de Paulo. Morto em 5 de dezembro de 1971. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

A versão oficial diz que foi morto em tiroteio no bairro do Sumaré, em São Paulo (SP). Estava com sua companheira, Linda Tayah de Melo. Grávida, ela foi levada e teve seu filho na prisão, após o assassinato do pai.

Era sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de Sargentos das Armas, sendo cassado após o golpe de 1964. Trabalhou como funcionário da Sunab até fevereiro de 1969.

Em 1967, ingressou no curso de Economia da antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ, estudando até o 3º ano, quando, no início de 1969, em virtude de suas atividades políticas, passou a viver na clandestinidade. Foi militante do PCB, do PCBR, do MR-8 e, por fim, da ALN, da qual se tornou dirigente regional.

José Milton foi condenado à prisão perpétua como revel pela 1ª Auditoria do Exército, em 14 de abril de 1972. Esta pena foi reduzida para 20 anos de reclusão em 30 de agosto de 1972, quando já estava morto. Foi condenado também pela 2ª Auditoria da Aeronáutica – 1ª CJM à pena de 12 anos de reclusão. Além disso, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Era acusado de participar do seqüestro do embaixador alemão no Brasil, Von Holleben, ocorrido em junho de 1970, quando 40 presos políticos foram banidos em troca do diplomata, e, também, de ter participado da execução do então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, fundador e financiador da Oban, em 15 de abril de 1971.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos recebeu uma carta manuscrita da companheira de José Milton Barbosa e mãe de seu filho, sem data. Linda escreveu sobre os lugares onde esteve presa em São Paulo (presídios Tiradentes e Hipódromo) e Rio de Janeiro (Presídio São Judas Tadeu), de onde saiu em março de 1974. Estava tentando solicitar os restos mortais de José Milton e não o fez antes por não saber se tinha esse direito, por não ter sido casada legalmente com ele. Relatou também que não legalizou a paternidade de seu filho com medo de represálias, em função de ele ter nascido na prisão, pois saiu do Presídio Tiradentes para o Hospital das Clínicas apenas para fazer o parto. Relatou ainda o quanto se orgulha de ter convivido com José Milton e de ter tido um filho com ele. Ele sabia que, se fosse preso, não o poupariam, pois era ex-militar do Exército. Na carta, ela envia alguns documentos e vários dados sobre a vida de José Milton e conta como se deu a prisão e morte de seu companheiro:

[...] No dia 5 de dezembro de 1971, eu, José Milton e Gelson Reicher (este foi assassinado 45 dias depois, junto com Alex Xavier) estávamos no bairro do Sumaré, quando vimos uma blitz da Polícia Militar. Estacionamos o carro e fomos andando normalmente, não querendo chamar a atenção dos policiais. Entramos numa casa e não fomos atendidos à porta. Decidimos pular os muros dessa casa e das casas subseqüentes. Saímos numa rua paralela e percebemos que já vinham chegando alguns policiais.

Gelson escapara. [...]

Para tentar fugir da área, pararam um Galaxie. Linda entrou no carro e José Milton estava tentando retirar o motorista, apontando-lhe uma arma, quando Linda levou um tiro na cabeça e desmaiou. Linda continua seu depoimento:

Quando voltei a mim, vi José Milton sentado ao volante desmaiado, não percebendo nele nenhum ferimento. Puseram-nos em duas peruas diferentes e nos levaram à OBAN, para salas diferentes. Eu estava lúcida, embora em estado de choque. Faziam-me perguntas, mas minha voz não saía. Trouxeram algumas pessoas para me reconhecer. Só após é que me levaram ao Hospital das Clínicas para ser operada. De volta à OBAN (dias depois), soube que José Milton havia morrido.

O caso na CEMDP teve como relatora Suzana K. Lisbôa, que destacou aspectos importantes da análise dos documentos: a diferença de cinco horas entre a morte e a entrada do corpo no IML; e a contradição indicada pela comparação das fotografias do corpo com o laudo necroscópico, que, embora minucioso, não fez qualquer referência aos visíveis ferimentos apresentados em diversas partes do rosto. Houve pedido de vistas de Paulo Gustavo Gonet Branco.

Após analisar os autos, o conselheiro Paulo Gustavo Gonet Branco ressaltou que

[...] as fotografias emprestam significado relevante à demora ocorrida entre o momento da morte e o da entrega do corpo ao IML, certo de que a polícia, neste período, tinha o domínio da situação. As fotografias transmitem, de igual sorte, importância à indicação de nome equivocado do cadáver e subseqüente enterro sob o mesmo nome incorreto.

O laudo aponta quatro orifícios de entrada de projétil de arma de fogo, nenhum na cabeça, embora no exame interno observe edema e anemia do encéfalo. O exame da foto, en-

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.
Caso 264/96, na CEMIDP.



contrada nos arquivos do DOPS/SP, mostra que, em pleno verão, José Milton trajava roupa extremamente pesada, uma grossa japona de lã e calça de veludo, tendo o pescoço envolto em lenço ou cachecol, uma possível tentativa de encobrir marcas de violência. Assim mesmo, é possível visualizar os possíveis causadores dos ferimentos internos da cabeça: várias lesões e equimoses no nariz, canto do olho esquerdo, queixo e testa, não descritas no laudo. O laudo em que consta sua identificação com nome falso foi assinado pelos médicos legistas Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca, confirmando a morte em tiroteio na rua Tácito de Almeida esquina com a rua Cardoso de Almeida, em São Paulo.

No arquivo do DOPS/SP, foi encontrada a requisição de exame necroscópico ao IML marcada com a letra T de “terrorista”, conforme tratamento dado pelos órgãos de segurança aos militantes da esquerda revolucionária. No documento, informa-se que José Milton morreu às 16 horas de 5 de dezembro, mas o horário de entrada do corpo no IML foi 21 horas. Além disso, trazia, em anexo, a ficha datiloscópica com a identificação de José Milton. Apesar disso, ele foi enterrado como indigente e com o nome de *Hélio José da Silva*, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, na capital paulista, onde permanece até a edição deste *Dossiê*.

O caso foi aprovado por 6 votos a favor e 1 contrário, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 19 de novembro de 1996.

Carlos Eduardo Pires Fleury

Nasceu em 5 de janeiro de 1945, em São Paulo (SP), filho de Hermano Pires Fleury Jr. e Maria Helena Dias Fleury. Morto em 10 de dezembro de 1971. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Era estudante de Filosofia da USP e do curso de Direito da PUC.

Era subcomandante do Grupo Tático Armado da ALN quando foi preso em 30 de setembro de 1969. Levado para a Oban, foi torturado por vários dias, chegando a ter uma parada cardíaca. Ao ser transferido para o Presídio Tiradentes, denunciou as torturas sofridas por ele e seus companheiros na prisão em uma carta dirigida ao ministro interino da Justiça e seu antigo professor da Faculdade de Direito, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, redigida em janeiro de 1970. Denunciou também que Virgílio Gomes da Silva, dado como desaparecido, fora assassinado sob tortura na antevéspera de seu próprio suplício, descrito em seu depoimento:

Não vou enumerar exatamente o que sofri momento a momento, vou dar alguns exemplos dos métodos de interrogatório que sofri: o pau-de-arara, telefone, choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no resto do corpo como o mostram as cicatrizes que tenho até hoje. Os choques que levei no segundo dia de tortura foram de 220 volts [sic] e durante mais de cinco horas seguidas [fiquei] pendurado no pau-de-arara, o que me causou uma parada cardíaca. Quando isto ocorreu estavam chegando, naquele momento, na OBAN, os delegados do DOPS, Tucunduva, Fleury e Raul Ferreira. Foram estas pessoas que me fizeram voltar à vida, através de massagem no coração, fricção com álcool pelo corpo, etc., pois o pessoal da OBAN deu-me como clinicamente morto. Esta sessão [...] foi precedida por uma tarde de agressões e choques na cadeira do dragão, além de ter ficado na noite anterior das 22h30 até 6h30 da manhã deste dia no pau-de-arara levando choques.

Carlos Eduardo tentou o suicídio, inventando um encontro na avenida Brigadeiro Luiz Antônio, onde entrou em uma loja, apossou-se de uma tesoura e a enfiou no peito, mas não morreu. Levado para o Hospital das Clínicas, recuperou-se e, conforme denuncia na carta, apesar de seu estado físico depois de ter passado por tudo isso, voltou ao pau-de-arara e à cadeira do dragão.

Banido do Brasil, em junho de 1970, junto com outros 39 presos políticos, em troca do embaixador alemão no Brasil, Von Holleben, seqüestrado em ação organizada pela ALN e pela VPR. Carlos Eduardo foi para a Argélia e, em seguida, dirigiu-se para Cuba, onde reali-

zou treinamento de guerrilha. Voltou ao país clandestinamente em 1971, engajado no Moli-po, sendo morto em 10 de dezembro do mesmo ano.

A necropsia afirma que teria sido “[...] encontrado morto no interior de um veículo com um tiro”. Seu óbito foi registrado no IML/RJ com o nome de *Nelson Meirelles Riedel*, pela guia 235, da 23ª DP.

A nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança afirma que a morte de Carlos Eduardo ocorreu em decorrência de tiroteio na praça Avai, nas proximidades do Méier, na cidade do Rio de Janeiro, após tentar abandonar o carro em que fora abordado pelos agentes, por volta de 3h30min da madrugada.

O registro de ocorrência nº 3.220 da 23ª DP, de 10 de dezembro de 1971, informa:

Às 04:50 hs recebi comunicação do DOPS de que o Comissário Eduardo Rodrigues daquela dependência encontrava-se na Pça. Avai onde ocorreu algo de anormal e solicitei meu comparecimento. Rumei para o local em companhia do Del. Dias e do Escrivão Mendonça. Lá chegando o Comissário Eduardo cientificou-nos de que cerca das 03:30 hs passando nas proximidades da Pça. Avai, em serviço normal de ronda do DOPS ouviu disparos de arma de fogo na direção daquele logradouro, rumando para lá com os policiais integrantes da equipe. No local encontrava-se um automóvel marca Dodge Dart, cor verde, placa CB4495-GB, em cujo interior, no banco traseiro, do lado direito, jazia o cadáver de homem de cor branca, aproximadamente 27 anos, trajando calça tipo “Lee”, de cor bege, camiseta de cor branca, com diversas perfurações produzidas por projéteis de arma de fogo. O veículo estava com as quatro portas abertas e metralhado nos quatro lados. No local já se encontrava o perito do IC, Benedito, solicitado que fora pelas autoridades acima referidas que também já solicitaram o rabeção e o reboque para o veículo. Assim sendo, a pedido daquela autoridade expedi a guia nº 235/71 para o IML e guia de remoção do veículo para a G2 ficando o mesmo a disposição do DOPS.

Examinando o laudo de necropsia e as fotografias da perícia de local, percebe-se que Carlos Eduardo tinha marcas de algemas nos pulsos, o que confirma sua prisão e derruba a versão oficial. Dos 12 tiros que recebeu, a direção de todos é de frente para trás, o que dificilmente corresponderia aos ferimentos de alguém que estivesse em um banco traseiro do automóvel metralhado dos quatro lados. Além disso, o laudo é acompanhado de gráficos dos orifícios de entrada e saída: ele recebeu um tiro no púbis e dois no pênis, e não há hipótese de que possam ter sido desferidos no local onde, diz a versão oficial, seu corpo foi encontrado.

A perícia informa que “[...] a busca papiloscópica tornou-se impraticável face a ausência de dígitos papilares com propriedades permissíveis a tal pesquisa”. O que teria ocorrido com as mãos de Carlos Eduardo que não teria permitido o exame papiloscópico?

Os jornais *O Dia* e *O Globo*, de 11 de dezembro de 1971, divulgaram a sua morte reproduzindo a nota oficial dos órgãos de segurança, chamando a atenção para a circunstância de tal fato ter ocorrido exatamente no “mesmo local onde, há tempos, uma viatura policial foi incendiada e seus patrulheiros algemados”. Outros jornais do mesmo dia, como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* apenas divulgaram a nota oficial.

Na CEMDP, o relator Nilmário Miranda concluiu pelo deferimento do caso, que foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 168/96, na CEMDP.

Luiz Hirata

Nasceu em 23 de novembro de 1944, em Guaiçara (SP), filho de Tadayoshi Hirata e Hisao Hirata. Morto em 20 de dezembro de 1971. Militante da Ação Popular (AP).

Estudava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP), mas abandonou os estudos em 1969, quando estava no 4º ano, em razão das perseguições políticas. Com atuação no movimento sindical, ele era um dos cinco coor-



denadores da oposição metalúrgica de São Paulo, ao lado de Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira.

Foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DEOPS-SP, em 26 de novembro de 1971, e morto em 20 de dezembro daquele ano.

Heládio José de Campos Leme, preso no DEOPS/SP, onde conviveu com Luiz Hirata, fez a seguinte declaração, em 20 de setembro de 1995:

Fui preso no dia 26 de novembro de 1971, por motivos políticos, pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DEOPS/SP. Após alguns dias, em que fui torturado por membros dessa equipe, transferiram-me para a cela 6 do mesmo DEOPS, onde conheci o Sr. Luiz Hirata, um dos presos políticos que ali se encontravam. Convivemos nessa cela por um período que não consigo precisar exatamente, talvez duas ou três semanas [...]. Fui testemunha da progressiva deterioração de seu estado físico, em consequência dos maus-tratos a que o submeteram. Depois das sessões de tortura, das quais por vezes era trazido carregado pelos policiais, apresentava grandes hematomas pelo corpo, principalmente na região dos rins. Caminhava com dificuldade crescente, até que praticamente perdeu a capacidade de locomoção, precisando ser carregado inclusive para fazer uso do vaso sanitário. À medida que seu estado se agravava, o rosto foi ficando muito inchado e os olhos quase não podiam se abrir. Também não conseguia se alimentar e tinha dificuldade de micção. Após alguns dias nesse estado, sem qualquer assistência médica, foi retirado da cela semi-inconsciente, para ser encaminhado a um hospital, segundo alegaram os carcereiros. A partir de então não mais o vi. Soube posteriormente que ele teria morrido pouco tempo depois de sua remoção.

Quatro dias antes da sua morte, Sérgio Fleury tentou justificar as lesões que Hirata adquirira durante os interrogatórios. Para isso, chamou o legista Harry Shibata, que atendeu ao pedido, produzindo um laudo de corpo de delito em que sustentou a versão policial, segundo a qual Hirata teria colidido com a traseira de um ônibus quando tentou a fuga correndo a pé, em alta velocidade. Shibata escreveu:

[...] atendendo ao pedido “reservado” da Delegacia Especializada de Ordem Social, subscrito pelo Dr. Sérgio F. P. Fleury [...].

Segundo informação verbal, o examinado em questão, na tarde de hoje foi vítima de acidente quando tentava fuga, colidindo-se na traseira de um ônibus. Foi removido ao DOPS e por apresentar ferimentos generalizados, foi solicitada a presente perícia.

[...] O exame clínico do indivíduo em questão são indicativos [sic] de que houve traumatismo torácico, além de escoriações múltiplas mencionadas. A conduta faz-me parecer de bom alvitre a remoção imediata para o Hospital, onde deverá submeter-se a exame mais acurado, com radiografias complementares e as providências cabíveis. Foi, pois, recomendado ao Dr. Delegado presente, para que o preso fosse removido ao Hospital das Clínicas para socorro e providências médicas do caso.

O laudo com as recomendações de Shibata foi feito às 9h15min, mas Luiz Hirata deu entrada ao Hospital das Clínicas somente às 20h15, onde em poucos dias veio a falecer.

A requisição de exame ao IML, assinada por Jair Romeu, e que está marcada com o T de “terrorista”, utilizado para identificar os presos políticos, afirma que Hirata teria morrido por “morte natural”, sendo diagnosticada insuficiência renal crônica.

A conclusão do laudo assinado pelos médicos legistas Onildo B. Rogeno e Abeylard de Queiroz Orsini afirma: “[...] veio a falecer em consequência de choque hemorrágico e traumático produzido por agente contundente”. No histórico do mesmo laudo lê-se: “[...] a vítima foi admitida no Hospital das Clínicas às 20:15 do dia 16/12/71, sob o nº 15.894 e veio falecer às 8:30 h do dia 20/12/71, traumatizado há oito dias. Insuficiência renal crônica”.

O relatório do Ministério da Marinha afirma que em “Dez./71, sofreu lesões traumáticas ao tentar fugir. Foi conduzido ao Hospital, mas veio a falecer em consequência das lesões”. No relatório do Ministério da Aeronáutica consta: “Falecido em 16/12/71, em São Paulo (SP). Ao tentar fuga, sofrendo lesões traumáticas graves, baixando ao hospital onde veio a falecer”.



Foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, em Perus, na capital paulista, onde se encontra até a edição deste *Dossiê*.

Na CEMDP, seu caso foi aprovado por unanimidade em 14 de maio de 1996. O relator, general Oswaldo Pereira Gomes, votou pelo deferimento, concluindo que:

[...] as peças do processo dão a plena convicção de que Luiz Hirata estava preso na polícia paulista e que foi conduzido ao Hospital das Clínicas em estado terminal irreversível. [...] Isto não coincide com a versão da fuga velocíssima da vítima que em velocidade chocou-se com a traseira de um ônibus.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 290/96, na CEMDP.





Ato público após a missa de 7º dia do operário Santo Dias, em frente à Catedral da Sé, em São Paulo, novembro de 1979.

As missas na Catedral da Sé

O isolamento das famílias dos mortos e desaparecidos políticos e o cerceamento de qualquer informação não impediram os mais variados atos de resistência ao medo imposto pela ditadura. A reação ao arbítrio fez-se de modo contundente quando os familiares e amigos de Luiz Eduardo da Rocha Merlinho – dirigente do POC assassinado sob tortura em 19 de julho de 1971 – realizaram em sua homenagem a missa de 30º dia na Catedral da Sé, em São Paulo, com a presença de centenas de jornalistas, seus colegas de profissão, em 28 de agosto daquele ano.

Os protestos impulsionados pelo assassinato do estudante da USP Alexandre Vannucchi Leme, militante da ALN, em março de 1973, e a atitude corajosa de seus familiares, que exigiram investigações, tornaram possível a articulação de setores da Igreja e do incipiente movimento estudantil, que se reorganizava em São Paulo. D. Paulo Evaristo Arns realizou uma missa em sua homenagem, na Catedral da Sé, com a presença de 3 mil pessoas, apesar da intensa repressão policial. A repercussão de sua morte fez com que setores da sociedade civil ocupassem espaços institucionais antes sufocados pela repressão política e pela “cultura do medo”.

A sociedade civil começava a reagir e cumpriu um importante papel quando ocorreu o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e o movimento estudantil em ascensão organizaram, com D. Paulo, uma missa ecumênica na Catedral da Sé, com cerca de 8 mil pessoas. Essa missa se tornou um marco da resistência à ditadura.

Em seguida, em janeiro de 1976, foi morto o operário Manoel Fiel Filho. Pelo sétimo dia da morte de Manoel, foram celebradas três missas e uma delas contou com mais de 400 pessoas. Houve ma-

nifestação dos religiosos que as celebraram contra as torturas e as prisões.

Durante o governo Geisel, além da ofensiva contra o PCB, a repressão política voltou-se para o que restara do PCdoB, assassinando dirigentes do partido na “Chacina da Lapa”, em dezembro de 1976. Seu objetivo era eliminar qualquer ameaça à realização da transição política controlada.

Entre 1978 a 1980, buscou-se encaminhar a luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita” junto com a reorganização de movimentos sociais, tais como o movimento estudantil, o movimento contra o custo de vida, o movimento feminista, o movimento sindical e o apoio às greves dos metalúrgicos do ABC. Em 30 de outubro de 1979, o operário Santo Dias da Silva foi executado com um tiro à queima-roupa, disparado pelo soldado da PM Herculano Leonel em frente à fábrica Sylvania, em São Paulo, quando tentava impedir que alguns policiais militares continuassem agredindo outro metalúrgico. Santo Dias era líder da Oposição Sindical, da Pastoral Operária da Zona Sul, das Comunidades de Base de Vila Remo e representante operário na CNBB. Sua morte comoveu o país e, no dia seguinte, compareceram cerca de 30 mil pessoas às exéquias. Novamente, uma missa de corpo presente foi celebrada por D. Paulo, na Catedral da Sé, com a presença de mais de 10 mil pessoas.

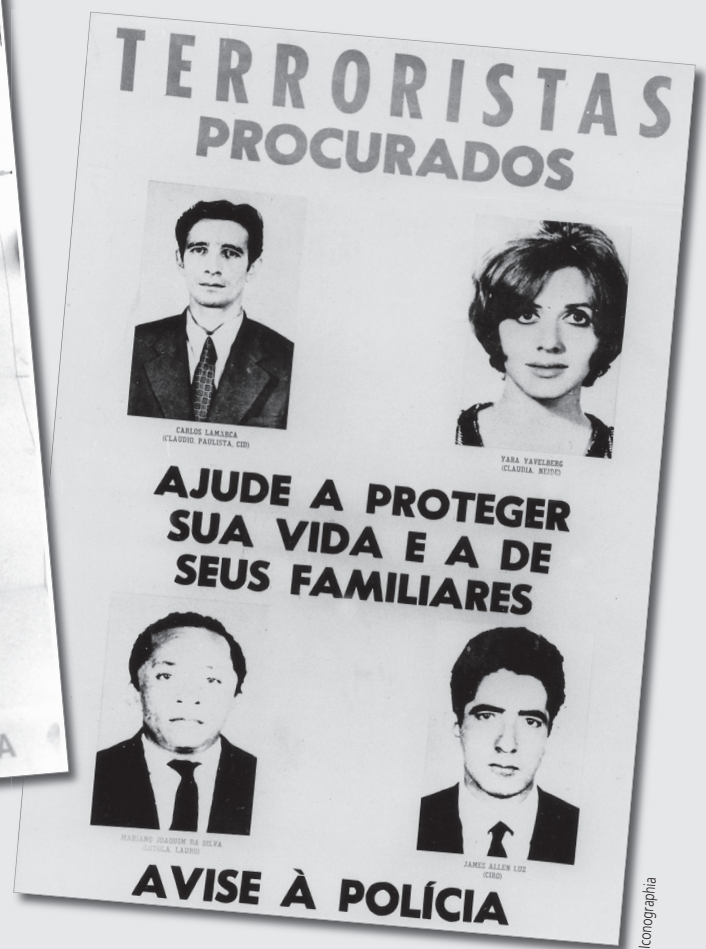
Essas missas impulsionaram e alimentaram a luta pela redemocratização do país. Sua radicalização oscilou entre a capacidade do movimento pela anistia em assimilar as derrotas e capitalizar a parcela de vitória que representou a anistia parcial de agosto de 1979. A luta por Verdade e Justiça, simbolizada nas missas, porém, após a anistia de 1979 e a reorganização dos partidos políticos, ficou restrita aos familiares de mortos e desaparecidos políticos. ■

1

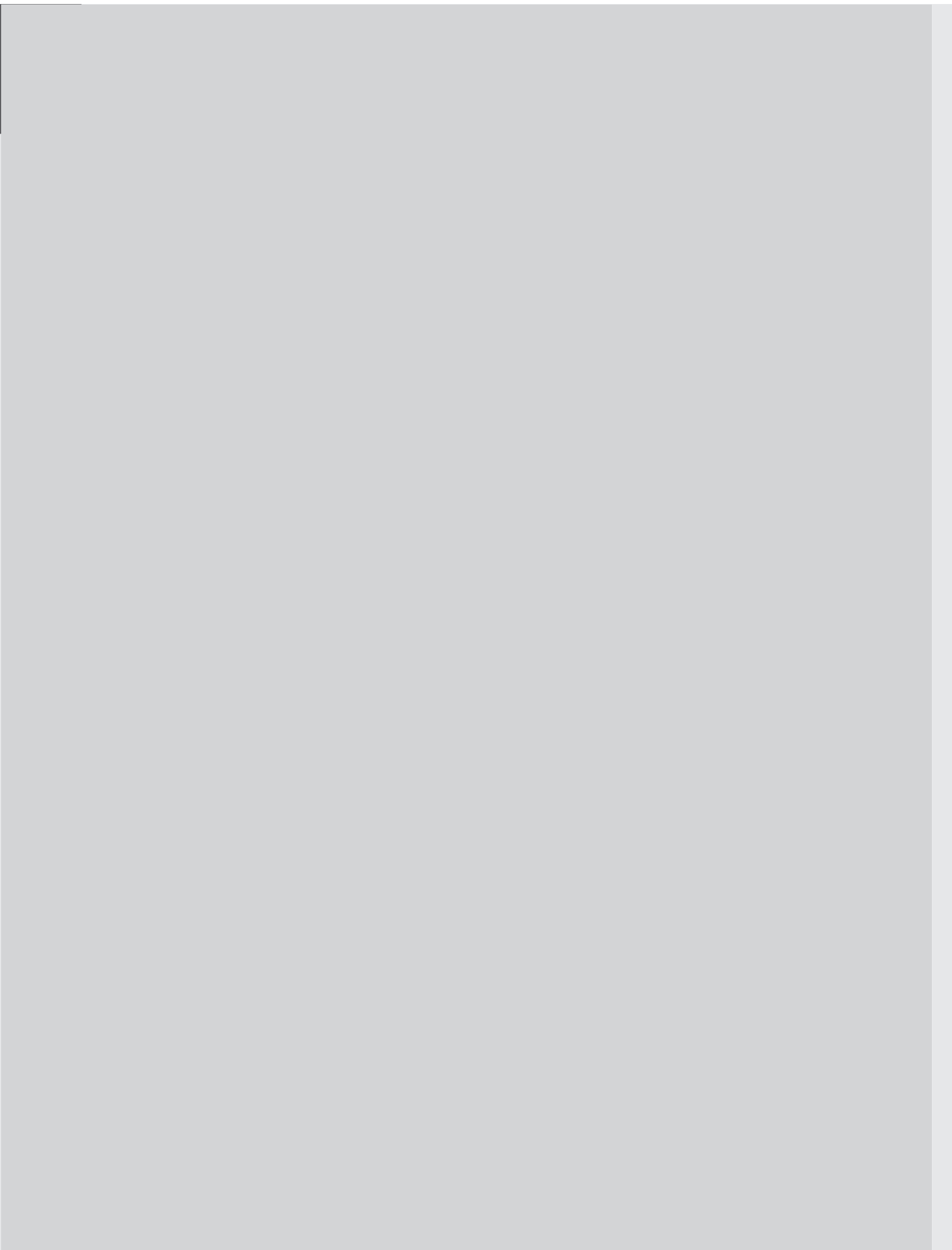
9

7

2



Cartazes distribuídos pelas forças de repressão nos anos 1970 estampam fotos de guerrilheiros. O da esquerda foi distribuído na região do Araguaia e o da direita nas principais cidades do país.



Ruy Carlos Vieira Berbert

Nasceu em 16 de dezembro de 1947, em Regente Feijó (SP), filho de Ruy Thales Jacoud Berbert e Otília Vieira Berbert. Desapareceu em 2 de janeiro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

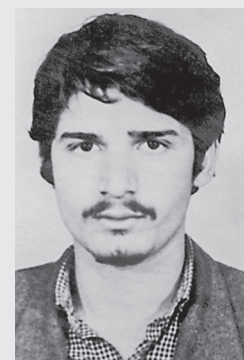
Ruy Carlos era estudante do curso de Letras da USP e residia no CRUSP. Militante do movimento estudantil, participou do XXX Congresso da UNE, quando foi preso, em outubro de 1968.

Havia poucas informações a respeito do desaparecimento de Ruy. Sua morte e as de mais outros 11 desaparecidos foram confirmadas pelo general Adyr Fiúza de Castro, quando declarações suas foram publicadas em *off* em matéria do jornalista Antônio Henrique Lago na *Folha de S. Paulo*, em 28 de janeiro de 1979. Fiúza de Castro foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e da VI Região Militar.

Em meados de junho de 1991, Hamilton Pereira, membro da Comissão Pastoral da Terra e ex-militante da ALN, entregou o atestado de óbito de *João Silvino Lopes*, datado de 2 de janeiro de 1972, no qual consta seu suicídio, em Natividade (TO, na época estado de Goiás), à Comissão de Investigação das Ossadas de Perus (261/90), criada pela então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, para acompanhar a identificação das 1.049 ossadas encontradas na vala clandestina do Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo. Havia a probabilidade de João ser um militante desaparecido. Esse nome não constava na lista dos desaparecidos políticos. Caso fosse um nome falso, seriam necessárias mais informações para identificá-lo.

Em janeiro de 1992, quando a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos teve acesso aos arquivos do DOPS/SP, encontrou uma relação de nomes, elaborada a pedido do delegado Romeu Tuma, intitulada: “*Retorno de Exilados*”. Nessa relação, consta o nome de Ruy Carlos Vieira Berbert com as seguintes observações: preso em Natividade, suicidou-se na Delegacia de Polícia, em 2 de janeiro de 1972. Concluiu-se, então, que *João Silvino Lopes* era o nome falso de Ruy Carlos. A Comissão de Familiares solicitou ajuda à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, responsável pela questão dos desaparecidos políticos, para investigar a verdadeira identidade do morto em Natividade.

Organizou-se uma caravana integrada pelo presidente da Comissão de Representação, o deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG), pelo deputado federal Roberto Valadão (PMDB-ES), por Idibal Piveta, advogado da família de Ruy Carlos e representante da OAB/SP, por Hamilton Pereira, da CPT/GO, e por Suzana Keniger Lisbôa, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.



Os integrantes da caravana tomaram os depoimentos de populares que presenciaram os fatos da época. Foram entrevistados alguns moradores, funcionários públicos e membros da PM local, que confirmaram que Ruy Carlos e *João Silvino* eram a mesma pessoa.

Identificado o possível local do sepultamento, foi encaminhado à Justiça pedido para reconstituição de identidade e posterior exumação e traslado dos restos mortais. Contatos com o prefeito e o governador do estado foram feitos para serem providenciadas as medidas necessárias para a guarda da sepultura localizada.

Em 30 de junho de 1992, a juíza de Direito da Comarca de Natividade, Sarita Von Roeder Michels, concluiu os termos de retificação da Certidão de Óbito, requerida por Ruy Jacoud Berbert, pai de Ruy Carlos. O parecer da juíza afirma:

A documentação acostada aos autos não deixa quaisquer dúvidas de que Ruy Carlos Vieira Berbert seja a mesma pessoa que foi morta na cadeia pública desta cidade de Natividade, foi sepultada no Cemitério local e cujo óbito lavrou-se em nome de João Silvino Lopes.

Em seguida, encaminhou o cancelamento do registro de óbito em nome de *João Silvino Lopes* e foi lavrado novo assento que registra o óbito de Ruy Carlos Vieira Berbert, falecido em 2 de janeiro de 1972, às 3 horas, na cadeia pública da Praça Senador Leopoldo de Bulhões.

Ruy foi enterrado no mesmo dia e horário de um conhecido morador, sendo seu enterro acompanhado por dezenas de populares. Seu corpo, entretanto, não pôde ser localizado, apesar das tentativas realizadas pela Equipe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, chefiada por Fortunato Badan Palhares.

Em 19 de maio de 1993, em Jales, São Paulo, uma urna funerária contendo apenas seus pertences, que cuidadosamente seu pai guardara durante todos aqueles anos, foi depositada no jazigo da família Berbert, simbolizando o enterro de Ruy Carlos, pouco mais de 20 anos após sua morte.

A seguir, o depoimento sobre sua biografia escrito por sua mãe, Otília:

Ruy Carlos tinha uma única irmã, Regina Maria Berbert Pereira. Ele passou a adolescência em sua terra natal. Sempre foi uma pessoa tranqüila e bondosa, especialmente para sua família.

Ao concluir o Curso Científico, deixou sua cidade seguindo para São Paulo com o intuito de se preparar para o vestibular e conseguiu, para tal, bolsa de estudos integral. E venceu essa etapa na vida estudantil conseguindo ser aprovado na PUC e USP, com distinção. Com o resultado dos vestibulares, optou pelo seu ingresso na USP, no curso de Letras.

Porém, após um ano, trancou a matrícula e começou a ministrar aulas em cursinhos particulares, entre outros no Capi-Vestibulares, na Av. São João, e também num cursinho da Liberdade. Neste ínterim, iniciou seu envolvimento nas atividades políticas estudantis [...].

Após a sua prisão [no Congresso da UNE, em Ibiúna], retornou à sua terra natal, permanecendo uns 15 dias e voltando logo em seguida para o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, onde morava, continuando a sua participação nos movimentos estudantis, até que, por motivos óbvios, se retirou do país.

Logo após sua saída do país, no final de 1969, em dezembro, recebemos uma carta da Europa na qual reconhecemos a letra dele. Porém, percebia-se claramente que, por motivos de força maior, dizia estar como turista pelo velho mundo, que estava bem, mas que seria muito difícil nos escrever sempre. Meses após recebemos um bilhete escrito às pressas e falando apenas que estava bem e que pensássemos sempre nele com carinho. A partir daí saíram algumas notícias na imprensa sobre ele, tais como:

25/11/78: "Folha de São Paulo" - O Congresso Nacional pela Anistia divulgou uma lista de 37 nomes de pessoas mortas e desaparecidas a partir de 1964 e nela constava o nome de Ruy Carlos como desaparecido em Dezembro de 69.

28/01/79: "Folha de São Paulo" - 13 nomes de desaparecidos, cujas fichas estavam no "necrotério" de um órgão de segurança em dezembro de 1973 e que são dados como de-

saparecidos pelas famílias e organizações de defesa dos direitos humanos; consta que o desaparecimento de Ruy Carlos está ainda em investigação.

03/08/79: “Correio da Manhã” - Rio - Notícia uma lista de 14 nomes com este título: “Estes desaparecidos foram mortos”. Entre esses nomes estava o de Ruy Carlos.

18/08/79: “O Estado de S. Paulo” - O Dr. Idíbal Piveta envia carta ao Ministro da Justiça, Petrônio Portela, solicitando informação de Ruy Carlos e outros.

22/09/79: “Folha de S. Paulo”. O juiz Antônio Carlos de Seixas Teles anistiou várias pessoas condenadas por atividades estudantis contra a segurança nacional e entre elas estava o nome de Ruy Carlos.

01/08/1991: “Diário Popular” noticia trabalho feito em Curitiba pela Comissão Especial de Investigação, onde foram encontradas fichas de 17 desaparecidos em um arquivo de aço com a identificação “falecidos”, constando o nome de Ruy Carlos.

Após este histórico sobre a vida de Ruy Carlos, gostaria de mostrar a luta constante pela qual passamos, na busca incerta da solução de um passado certo.

Apesar dos fatos comprovarem a quase certeza de sua morte, nós vivemos mais de uma década com a esperança e o sonho de vê-lo novamente.

A partir do momento em que tivemos a certeza de que ele não voltaria mais, passamos a viver momentos ainda mais angustiantes e mais uma década se passou.

Hoje, o nosso maior sonho é conseguir dar para Ruy Carlos um lugar digno de grande herói que foi. É esta a nossa última e grande esperança.

Se assim o conseguirmos, não olvidaremos jamais a grande luta dos amigos e, porque não dizer, irmãos, que lutam e lutaram para a elucidação de uma época tão negra para nós.

Esperamos que a História nunca se esqueça de mencionar esses jovens heróis, muitas vezes anônimos para a maioria da população alienada a respeito dos acontecimentos passados.

Todavia, para nós, Ruy Carlos Vieira Berbert não é um herói anônimo, pois, além de dar a sua contribuição para as grandes transformações sócio-políticas brasileiras, nos é lembrado como um filho digno das mais belas recordações, como um ser humano maravilhoso que foi: jovem, belo, inteligente, honesto e carinhoso que soube lutar pelos seus ideais.

Entre os vários documentos policiais encontrados sobre Ruy há o relato do delegado Pedro Soares Lopes, da Delegacia Especial de Polícia de Natividade, ao juiz, em 10 de janeiro de 1972, dizendo que prendeu *João Silvino Lopes* em 31 de dezembro de 1971 e com ele apreendeu revólver, balas, canivete e uma granada. Mantido preso, por se tratar de elemento subversivo, foi encontrado morto em sua cela, na madrugada de 2 de janeiro de 1972; teria se enforcado.

Ruy participou do seqüestro de um avião Boeing da Varig durante o trajeto Buenos Aires–Santiago, junto com mais oito militantes da ALN, desviando-o para Cuba em 4 de novembro de 1969. Nota oficial a esse respeito foi divulgada na imprensa da época. Em Cuba, realizou treinamento de guerrilha e, em meados de 1971, retornou ao Brasil clandestinamente como militante do Molipo. Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, os órgãos de segurança tinham informação de que Ruy e seus companheiros Arno Preis, Jeová Assis Gomes e outros teriam chegado ao Norte de Goiás, após tentarem fixar-se na Bahia, próximos ao rio São Francisco. Ruy e Boanerges de Souza Massa teriam passado um período na região de Balsas (MA), antes de se dirigirem a Goiás. Foi condenado à revelia a 21 anos de reclusão pela 2ª Auditoria da Justiça Militar, em São Paulo, embora já estivesse morto.

Nos arquivos da Abin, hoje guardados no Arquivo Nacional, consta foto parcial de seu corpo. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos não conseguiu obter uma cópia e, portanto, não pôde submetê-la a exame de peritos confiáveis.

A cidade do Rio do Janeiro rendeu-lhe homenagem, dando seu nome a uma rua. Em Presidente Prudente (SP), há uma escola pública com o seu nome.

Seu nome está incluído na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Caso 016/96, na CEMDP.

Arquivos do IEVE/SP.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos Políticos.* Rio de Janeiro: Opção, 1979.



Hiroaki Torigoe

Nasceu em 2 de dezembro de 1944, em Lins (SP), filho de Hiroshi Torigoe e Tomiko Torigoe. Morto em 5 de janeiro de 1972. Dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Cursava o 4º ano da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, quando ingressou na clandestinidade como militante da ALN.

De acordo com um documento de um informante do DOPS/SP, inicialmente Torigoe não pertencia ao “Grupo da Ilha”, como era chamado o Molipo, uma dissidência de militantes da ALN que realizavam treinamento de guerrilha em Cuba:

Os primeiros a chegar a São Paulo conseguiram contato com a ALN, mas não fizeram a fusão, continuando dissidentes. Conseguiram aliciar para o grupo Hiroaki Torigoe, e ele mora em um aparelho com Rita [...] em uma casa de fundos, possivelmente no Cambuci, mais perto da Aclimação, em São Paulo.

Sua prisão deu-se na rua Albuquerque Lins, bairro de Santa Cecília, em São Paulo, por uma equipe chefiada pelo delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., vulgo *Otavinho*, em 5 de janeiro de 1972, sendo levado para o DOI-CODI, órgão chefiado pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra e pelo, à época, capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo.

Segundo o documento elaborado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil intitulado “*Aos Bispos do Brasil*”, de fevereiro de 1973, encontrado nos arquivos do DOPS/SP:

Ferido, foi levado para o DOI/SP onde foi intensamente torturado pela chamada equipe B, chefiada pelo capitão Ronaldo, “tenente” Pedro Ramiro, capitão Castilho, capitão Ubirajana e o carcereiro Maurício, vulgo “Lungaretti” do DPF.

A nota oficial à imprensa, publicada no jornal *A Gazeta*, de 20 de janeiro de 1972, anunciou sua morte como a de mais um “terrorista” que morria ao ser levado ao hospital, ferido em consequência de tiroteio. Outros recortes de jornais, sem nome e data, anexados aos autos do caso na CEMDP, reproduzem as mesmas informações.

Sua foto identificada com o nome correto foi estampada em milhares de cartazes espalhados pela repressão política, com o título: “*Terroristas Procurados*”.

O laudo de necropsia assinado pelos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini informa a existência de dez ferimentos produzidos por arma de fogo e confirma a versão oficial. A foto do corpo mostra apenas a cabeça e parte do tórax de Torigoe, que apresenta diversas lesões e escoriações, além de um dos braços quebrado, evidenciando as torturas a que fora submetido. Segundo o laudo, o corpo de Torigoe teria dado entrada no IML despido. A requisição de exame necroscópico, identificada com nome falso de *Massashiro Nakamura*, apresenta anotação feita à mão de seu nome verdadeiro.

Torigoe foi enterrado como indigente com o nome falso em 7 de janeiro de 1972, na rua 15, sepultura 65, no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo. Seu irmão, que fez o reconhecimento fotográfico no DOPS em 20 de janeiro de 1972, contou oito tiros, sendo três na face e cinco no tórax. Seu atestado de óbito, também registrado com nome falso, teve como declarante o PM Miguel Fernandes Zaninello. Em 8 de novembro de 1972, foi retificado por determinação judicial.

A dor da família de Torigoe foi narrada pelo jornalista Caco Barcellos no programa *Globo Repórter*, da TV Globo, sobre a vala clandestina de Perus. Gravado em setembro de 1990, quando Caco Barcellos encontrou a vala, o programa foi exibido apenas em 1995.

Em 1990, pelo exame dos livros do cemitério, constatou-se que seus restos mortais, exumados em 1976, foram reinumados na mesma sepultura. Os peritos da Unicamp realizaram a exumação dos restos mortais encontrados no local. Um deles não possuía o crânio e, somente em 2004, após tentativas de identificação das três ossadas encontradas, os peritos da USP/IML concluíram que nenhuma correspondia à de Torigoe.

Em setembro de 2007, outra indicação do local da possível sepultura de Torigoe foi encaminhada ao MPF. Nova exumação foi realizada por peritos do IML/SP e os resultados obtidos foram negativos. Nova exumação foi feita em 2 de setembro de 2008, e até outubro de 2008 não havia conclusão do exame de DNA.

O relatório do Ministério da Marinha afirma que:

[...] faleceu no dia 05 de janeiro de 1972, no pronto socorro para onde foi conduzido, após ser ferido em tiroteio com agentes de segurança, ao reagir à bala à voz de prisão. Usava o nome falso de Nakamura, o que dificultou sua verdadeira identificação.

A conselheira Eunice Paiva escreveu em seu parecer:

[Hiroaki] foi torturado e morto em dependências policiais ou assemelhadas, foi enterrado pelos algozes como indigente e com identidade falsa, com laudo assinado pelo médico Abramovitch, o mesmo autor de outros laudos examinados nesta Comissão, e que não obedecem aos princípios de ética profissional a que os peritos médicos estão sujeitos.

O caso (080/96) foi aprovado na CEMDP por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro o homenagearam dando seu nome a uma de suas ruas.

Documentos consultados:

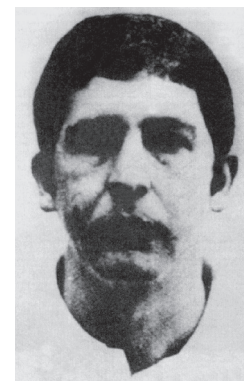
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 080/96, na CEMDP.

Jeová Assis Gomes



Nasceu em 24 de agosto de 1943, em Araxá (MG), filho de Luiz Gomes Filho e Maria José de Assis Gomes. Morto em 9 de janeiro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Nacional (Molipo).

Estudava Física na USP. Militante do movimento estudantil, em junho de 1965, participou da chamada “Greve do Fogão” contra o aumento de preço das refeições servidas aos estudantes no restaurante do CRUSP e a favor de melhorias na alimentação. Participou também da ocupação do Bloco F do CRUSP, em 1967, o conjunto residencial da USP, que tinha cerca de 1.200 universitários na época, e da invasão da Reitoria da universidade, em 1968. Após a decretação do AI-5, o CRUSP foi ocupado pelo Exército, pela Aeronáutica e pela Força Pública com tanques blindados, em 17 de dezembro de 1968, e muitos estudantes foram presos. Jeová foi expulso da universidade. Foi um dos articuladores e dirigentes da Dissidência Estudantil do PCB/SP. Em 1968, passou a militar na ALN e, após a edição do AI-5, atuou de forma clandestina em Brasília (DF) e Goiás.

Foi preso em Goiás (atual estado de Tocantins), em 12 de novembro de 1969. Levado para a Oban (posteriormente reorganizada como DOI-CODI), em São Paulo, as torturas a que foi submetido lhe causaram fraturas nas duas pernas.

Foi banido do país, com mais 39 presos políticos, em troca do embaixador alemão Von Holleben, seqüestrado em junho de 1970 pela ALN e pela VPR. Foi levado para a Argélia em 13 de junho do mesmo ano e, posteriormente, para Cuba, onde participou de treinamento de guerrilha.

Ao retornar clandestinamente ao Brasil, em 1971, radicou-se em Guaraí (TO, na época estado de Goiás). Em 9 de janeiro de 1972, Jeová foi localizado em um campo de futebol e morto.

No jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de janeiro de 1972, foi publicada uma matéria com o título “*Lider Terrorista Morto em Goiás*”, que reproduz o comunicado dos órgãos de segurança intitulado “*Outro Terrorista Banido Morre Reagindo à Prisão no Interior Goiano*”:

Algumas equipes de segurança deslocaram-se de Brasília para o interior de Goiás no encalço de um grupo terrorista empenhado na implantação da guerrilha rural, ao longo da Belém–Brasília.

Pelos dados existentes, o referido bando era chefiado por um elemento de grande periculosidade, chegado de Cuba nos meados de 1971, onde fora preparado e incumbido de,

no Brasil, ativar a guerrilha e coordenar sua implantação no interior de Goiás. A equipe de segurança abordou o referido elemento, convidando-o, discretamente, a acompanhá-la para fora do pequeno estádio. Aquiesceu, deslocando-se cerca de 15 metros, quando se jogou no chão, puxando do bolso uma granada, na tentativa de acioná-la, no que foi impedido a tiros pelos agentes, no interesse de evitar um morticínio de largas proporções, de populares inocentes.

Diversos jornais, como *O Globo* e *Jornal do Brasil*, da mesma data, também reproduziram essas informações.

O relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda, apresentou o relatório do então delegado de Guaraí, 2º Sargento da PM, José do Bonfim Pinto:

Aos nove dias de janeiro de 1972, mais ou menos às 15:30 horas, desembarcou nesta cidade, procedente do sul, um indivíduo que, mais tarde foi identificado como Jeová [sic] Assis Gomes, terrorista de destaque da ALN. Tomou quarto num hotel local, onde deixou uma pasta que trazia ao desembarcar. Mais ou menos às 16h, rumou para o acampamento da Redobrás, em cuja quadra de esportes era disputada uma partida de futebol, ali se misturou com o povo. Mais ou menos às 16:30 horas, foi abordado por uns senhores, que mais tarde se identificaram como agentes do DOI-CODI/11º RM, os quais, procurando afastá-lo do meio do povo, deram-lhe voz de prisão, chamando-o pelo seu nome. Vendo-se identificado, empurrou dois dos agentes e tentou empreender fuga, forçando um dos agentes a alvejá-lo. Dado a posição que recebeu o projétil (tórax), teve morte instantânea.

Ao concluir o relatório, o delegado descreveu o que fora encontrado na pasta: mapas de Goiás, bússola, roupas, documentos, um revólver, munição e uma bomba de fabricação caseira. Posteriormente, em 15 de setembro de 1972, o delegado encaminhou correspondência ao secretário de Segurança de Goiás, dizendo que, estando impossibilitado de abrir inquérito para investigar a morte de Jeová, remetia todo o material existente na DP.

Em seu voto, o relator descreveu as tentativas feitas para obter os documentos relativos à morte de Jeová. O secretário executivo da CEMDP solicitou ao então secretário de Segurança de Goiás, Antônio Lorenzo Filho, o laudo de exame necroscópico, o relato da apreensão, foto do corpo e toda a documentação referente a Jeová Assis Gomes. Fez, ainda, solicitação de mesmo teor ao secretário de Justiça, Virmondos Borges Cruvinel.

Em 7 de junho de 1996, o superintendente da polícia técnico-científica de Goiás encaminhou ofício à CEMDP informando que “[...] após minuciosas buscas em nossos arquivos de identificação civil, criminal e médico-legal, não encontramos nenhum registro da pessoa de Jeová Assis Gomes”, confirmando ao que parece, que todo material referente a Jeová fora levado pelos agentes do DOI-CODI/11ª RM, como havia declarado o delegado da cidade, em 1972.

A família soube da morte de Jeová pela imprensa, na noite de 6 de janeiro de 1972. Seu irmão foi até Guaraí, onde obteve informações de que Jeová fora morto com um tiro pelas costas e estava enterrado em um cerrado, na periferia da cidade. Não conseguiu nem o laudo, nem a certidão de óbito, tampouco os restos mortais.

Na CEMDP, houve empate na votação do caso (171/96) de Jeová. Ao pedir a aprovação do requerimento, o relator contraditou com os fatos divulgados, evidenciando que os agentes vindos de Brasília (DF) para a pequena cidade sabiam que Jeová estaria no campo de futebol, e que a versão divulgada três dias depois fora preparada para justificar a execução. Considerando a política de extermínio dos banidos que voltaram ao país, adotada pelos órgãos de segurança, não é crível que fossem a Goiás para prender Jeová, militante que tinha treinamento militar e media quase dois metros de altura, “[...] sem revistá-lo, e algemá-lo. Que agissem ‘convidando-o discretamente para acompanhá-lo para fora do pequeno estádio’”.

O presidente da CEMDP, Miguel Reale Júnior, dando o seu voto de desempate favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Jeová, ressaltou que ninguém iria levar uma granada a um campo de futebol e deixar a arma no hotel. Jeová estava desarmado e a possibilidade de domínio era grande.

O caso foi aprovado em 10 de dezembro de 1996 por 4 votos a 3, tendo votado pelo indeferimento o general Oswaldo Pereira Gomes, Paulo Gustavo Gonet Branco e João Grandino Rodas.

Em 2 de junho de 2005, integrantes da CEMDP foram à cidade de Guaraí buscar informações para localizar a sepultura de Jeová. Depoimento do soldado Sebastião de Abreu, que realizou o enterro de Jeová no cemitério da cidade, confirmou que ele foi fuzilado, apesar da possibilidade de prendê-lo. Em 12 de outubro, a polícia técnica de Brasília realizou escavações no cemitério, acompanhada de seu irmão Luís Antônio Assis Gomes, mas não conseguiu encontrar o local da sepultura.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa, e São Paulo a outra rua, localizada no Conjunto Habitacional Jova Rural.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 171/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua viva: o desenho da utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

Militantes da ALN mortos em falso tiroteio na avenida

Alex de Paula Xavier Pereira

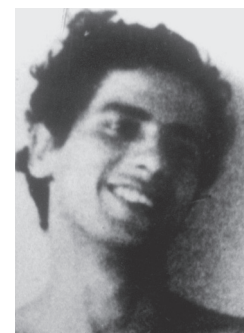
Nasceu em 9 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro (RJ), filho de João Baptista Xavier Pereira e Zilda Xavier Pereira. Morto em 20 de janeiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Participou do movimento estudantil secundarista e foi diretor do Grêmio do Colégio Pedro II, no Rio, em 1968, com Luiz Afonso de Almeida, Aldo de Sá Brito e Marcos Nonato da Fonseca – estes dois últimos também assassinados pela ditadura instaurada em 1964.

Conheceu desde cedo a perseguição e a repressão que atingiu sua família com o golpe de Estado de 1964 e ingressou, ainda muito jovem, no PCB. Era irmão de Iuri Xavier Pereira, assassinado pela repressão política em 14 de junho de 1972.

No PCB, alinhou-se com aqueles que defendiam a luta armada contra a ditadura, unindo-se ao grupo liderado por Carlos Marighella, e ingressou na ALN.

Participou de curso de guerrilha em Cuba e a foto de seu rosto apareceu em diversos cartazes distribuídos pelo país, com o título “*Terroristas Procurados*”. Tornou-se chefe de um Grupo Tático Armado da ALN, empreendendo intensa atividade política. Passou a viver na clandestinidade e respondeu à revelia a alguns processos na Justiça Militar.

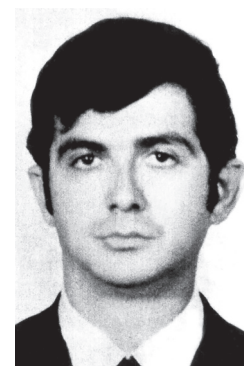


Gelson Reicher

Nasceu em 20 de fevereiro de 1949, em São Paulo (SP), filho de Berel Reizel Reicher e Blima Reicher. Morto em 20 de janeiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era estudante do 5º ano de Medicina na USP e diretor do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. Foi professor em cursos pré-vestibulares e participou de pesquisas científicas. Atuou no teatro universitário. Escreveu poesias e peças de teatro, compondo músicas para as encenações, muitas delas dirigidas por ele. Na ALN, juntamente com Iuri Xavier Pereira, foi responsável pela criação dos jornais *1º de Maio*, *Ação* e *O Guerrilheiro*.

De família judia e único filho homem de Berel e Blima, deixou tamanha saudade que seu quarto, quase dez anos depois de sua morte, ainda era mantido exatamente como deixara desde a última vez que ali estivera.



As mortes

A versão oficial de suas mortes divulgada pela imprensa foi, conforme *O Estado de S. Paulo*, de 22 de março de 1972, a seguinte:

O volks de placa CK 4848 corre pela Avenida República do Líbano. Em um cruzamento, o motorista não respeita o sinal vermelho e quase atropela uma senhora que leva uma criança no colo. Pouco depois, o cabo Silas Bispo Feche, da PM, que participa de uma patrulha, manda o carro parar. Quando o volks pára, saem do carro o motorista e seu acompanhante atirando contra o cabo e seus companheiros; os policiais também atiram. Depois de alguns minutos três pessoas estão mortas, uma outra ferida. Os mortos são o cabo da Polícia Militar e os ocupantes do volks, terroristas Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher.

A nota informou os nomes falsos usados por Alex e Gelson junto aos verdadeiros e, graças a essa informação, os familiares de Alex puderam encontrar seus restos mortais, em 1979, enterrado como indigente com o nome de *João Maria de Freitas*, no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo em que assumiram a morte dos dois militantes e suas verdadeiras identidades por nota oficial, seus corpos foram enterrados com os nomes falsos.

Os restos mortais de Alex foram trasladados para o Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1980, após a ação de retificação dos registros de óbito, junto com os de seu irmão, Iuri.

Até a abertura dos arquivos do DOPS/SP, em 1992, o único questionamento que os familiares faziam à versão oficial era quanto ao fato de que, mesmo conhecendo a identidade de Alex, os órgãos de segurança enterraram-no com nome falso, para impedir o acesso ao seu corpo. Mas fotos dos corpos de Alex e Gelson foram encontradas nos arquivos do DOPS/SP e indicavam prováveis escoriações e hematomas. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, mesmo sem poder contar com boas condições técnicas, reproduziu as fotos, que foram enviadas ao médico legista Nelson Massini, para a realização de um parecer.

Nos arquivos do DOPS/SP descobriu-se também o depoimento de um militante da ALN que, preso, indicara os possíveis locais de encontro com Alex. Esse fato derrubava a idéia de que o ocorrido foi um encontro casual, indicando que o volks teria sido seguido desde o bairro de Moema até a avenida República do Líbano, local próximo ao quartel do II Exército, onde teria acontecido o tiroteio, ou onde, provavelmente, se montou o “teatro” para forjar um tiroteio.

A análise das fotos e do laudo necroscópico assinado por Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini comprovou que a versão oficial não se sustenta. O novo laudo, elaborado pelo legista Nelson Massini, em 6 de março de 1996, atesta que Alex fora morto sob torturas. Nas suas conclusões, Massini afirmou:

Podemos concluir, com absoluta convicção, que o Sr. Alex de Paula Xavier Pereira esteve dominado por seus agressores que produziram lesões vitais e não mortais anteriores àquelas fatais, e assim submetido a um caso de tortura.

Gelson foi enterrado no Cemitério D. Bosco, sob o nome falso de *Emiliano Sessa*, mas sua família conseguiu, logo após sua morte, retirar o corpo.

Vários depoimentos demonstraram que o envio de corpos, a necropsia e a liberação dos mesmos obedeciam a um ritual próprio, envolvendo geralmente o mesmo grupo de pessoas. O que ocorria nas necropsias noturnas não tinha o testemunho de ninguém.

O corpo do militante Gelson Reicher, por exemplo, enviado com nome falso pelos órgãos de repressão, tinha o nome verdadeiro escrito à mão na requisição de exame. A autópsia foi feita por Isaac Abramovitch, amigo da família de Gelson, que o conhecia desde criança. Abramovitch encontrava-se diariamente com Gelson na garagem do prédio onde moraram. Mesmo assim, emitiu laudo e atestado de óbito com o nome falso, permitindo que o corpo fosse enterrado como indigente em Perus. Em seu depoimento na referida CPI, ele alegou não

ter reconhecido o rosto do autopsiado, embora tenha avisado ao pai de Gelson sobre o local onde o filho fora enterrado, o que possibilitou que fosse retirado dias depois para ser sepultado em cemitério judeu. A foto do cadáver mostra que o rosto não estava deformado, sendo facilmente identificado. Isaac Abramovitch também não soube explicar porque havia cometido esse “engano” outras vezes.

Os corpos de Gelson e Alex chegaram ao necrotério do IML vestidos apenas com cuecas. Como, quando, onde e por que foram despidos? E por que a morte dos dois só foi publicada 48 horas após o ocorrido? Estando oficialmente identificados, como mostram vários documentos, por que foram enterrados com nomes falsos?

Na CEMDP, o caso de Alex (206/96), tendo como relator Paulo Gustavo Gonet Branco, foi deferido em 2 de janeiro de 1997, por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes.

No caso de Gelson, o relator Paulo Gustavo Gonet Branco iniciou seu voto recordando que a CEMDP apreciou pedido semelhante, no caso de Alex de Paula Xavier Pereira, ressaltando, entretanto, que os casos deveriam ser analisados individualmente, pois a morte em confronto armado com forças de segurança não gerava o direito aos benefícios da lei 9.140/95.

O relator propôs que, da mesma forma como procedera no caso de Alex, a CEMDP buscasse opinião técnica, sendo solicitado parecer criminalístico ao perito Celso Nenevê.

O perito descreveu todas as lesões produzidas por tiro, concluindo não poder restabelecer a dinâmica do evento por falta de elementos. Registrou, contudo, como ocorrera no caso de Alex, que o corpo de Gelson apresentava lesões não descritas por Abramovitch:

1. Na região orbitária direita, na pálpebra superior direita, e na região frontal direita a presença de edema traumático, aparentemente associado a uma extensa equimose. A formação dessa lesão apresenta características da ação contundente de algum instrumento. Considerando, ainda, o descrito no laudo, quando do exame interno, “[...] Aberto o crânio pela técnica habitual, nada se constatou de interesse médico legal [...]”, a sua formação aparentemente não deve estar ligada a ação lesiva dos projéteis que atingiram a cabeça da vítima.

2. Na linha mediana da região frontal, no dorso do nariz e na região orbital esquerda, próximo da região zigomática, manchas escuras, com características genéricas de lesões, sem que se possam definir suas naturezas, e características do(s) instrumento(s) que as produziram. O mesmo pode ser observado para a região deltóidea esquerda e região mamária direita.

Outrossim, é provável que Gelson Reicher, a partir do momento que teve os quatro membros atingidos por projéteis de arma de fogo, não oferecia mais condições de resistência armada nem tão-pouco de fuga. Considerando ainda que o edema e a equimose verificados na região orbital direita e circunvizinhas sejam de natureza contusa, as quais para sua formação necessitam, obrigatoriamente, do contato físico entre o instrumento e a vítima, por conseguinte, de grande proximidade. Esse ferimento não coaduna com o quadro comumente verificado em tiroteios, sendo plausível que essa lesão contusa tenha sido produzida após as lesões perfuro-contusas de seus braços e pernas, e em circunstâncias que não estão esclarecidas, considerando que a vítima provavelmente apresentava-se dominada em decorrência dos ferimentos em seus membros.

Na CEMDP, o caso referente a Gelson (246/96) foi aprovado em 2 de outubro de 1997, por 6 votos a favor e 1 contra, do general Oswaldo Pereira Gomes.

Em 9 de novembro de 2007, por iniciativa da SEDH-PR, em parceria com a diretoria do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), foi inaugurado na sede daquela entidade estudantil um memorial em homenagem a Gelson Reicher e Antônio Carlos Nogueira Cabral. Este último, ex-presidente do CAOC e militante da ALN, assassinado no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1972.

No bairro Jardim da Glória, São Paulo homenageou Gelson dando seu nome a uma praça. O Rio de Janeiro deu o nome de Agência Irmãos Iuri e Alex Xavier Pereira a um centro de atendimento da Secretaria do Trabalho.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 206/96, de Alex de Paula Xavier Pereira, e 246/96, de Gelson Reicher, na CEMDP.



Gastone Lúcia Carvalho Beltrão

Nasceu em 12 de janeiro de 1950, em Coruripe (AL), filha de João Beltrão de Castro e Zoraide de Carvalho Beltrão. Morta em 22 de janeiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudou nos colégios Imaculada Conceição e Moreira Lima, em Maceió (AL), e concluiu o ensino médio no Rio de Janeiro (RJ), onde morava sua avó e onde iniciou sua militância política. Ainda jovem, visitava os presos comuns, levando roupas e alimentos.

Voltando a Maceió, em 1968, ingressou no curso de Economia na Universidade Federal de Alagoas, onde iniciou sua militância na JUC.

Casou-se em 1969 e logo em seguida viajou para a Europa. Já como militante da ALN, viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha durante alguns meses. Depois de uma rápida passagem pelo Chile, retornou clandestinamente ao Brasil. Morreu pouco depois de chegar ao país.

De acordo com a versão policial registrada na requisição de exame necroscópico, foi morta em 22 de janeiro de 1972, na rua Heitor Peixoto esquina com rua Inglês de Souza, bairro do Cambuci, em São Paulo, “[...] após travar violento tiroteio com agentes dos órgãos de Segurança, no transcorrer do qual feriu três policiais, foi ferida e, em consequência, veio a falecer”.

Sua mãe recebeu a informação de que algo acontecera à filha e foi até o DOPS/SP e, após muito insistir, conseguiu falar com o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que inicialmente afirmou não se lembrar do caso, mas acabou por lhe dizer que a filha era uma moça muito corajosa e forte, e resistira até a última hora.

Gastone foi enterrada como indigente no Cemitério D. Bosco, de Perus, na cidade de São Paulo. A família teve de esperar três anos para obter a autorização e trasladar seus restos mortais para o Cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió.

Após a realização de pesquisa da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos nos arquivos do IML e da Polícia Técnica de São Paulo, foi possível desvendar parte da história da sua morte. De acordo com o registro oficial, o corpo de Gastone deu entrada no IML às 15h30min, de 22 de janeiro de 1972. Suas vestes e objetos, conforme está escrito no verso da requisição de exame necroscópico, “[...] foram entregues ao Sr. Dr. Fleury”. O laudo necroscópico foi realizado às 18 horas de 28 de janeiro de 1972 e assinado pelos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg. O laudo indica 13 ferimentos a bala, orifícios de entrada e saída, descrevendo fraturas no cúbito e rádio esquerdo, ossos do punho esquerdo e no terço superior do úmero direito. A resposta ao quarto quesito do laudo, em que consta a pergunta se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, foi negativa.

Em todos esses documentos, Gastone está identificada com todos os dados corretos. No entanto, quando houve a divulgação da versão policial no jornal *O Globo*, de 25 de janeiro, três dias após a data oficial da morte, não há referência à sua identidade ou militância. No artigo citado, intitulado “*Pistoleira Fere e Morre em Duelo com Policiais*”, pode-se ler:

No ponto do ônibus, ao lado do assaltante João Ferreira da Silva, o Tião, perigoso marginal procurado, estava a jovem loura. Os três policiais da ronda se aproximaram para a captura, quando foram surpreendidos pela mulher, que sacou revólver da bolsa e abriu fogo. Dois policiais caíram baleados e o terceiro continuou na perseguição, pois seu comparsa desapareceu.

Mais adiante, na avenida, o agente alcançou a pistoleira que, novamente, resistiu à bala na iminência da prisão. Atingida por disparos dos policiais ela faleceu a caminho do hospital.

Na escapada ela deixou cair a bolsa com documentos, que foi apanhada na rua pelo transeunte Adalberto Nadur. Este a entregou ao agente que estava no encalço da pistoleira. O policial embarcou em um táxi para localizar a mulher, mas esqueceu a bolsa no veículo. Um apelo por rádio foi feito ao motorista do táxi para que entregue a bolsa da mulher, na delegacia mais próxima de sua residência, pois somente com a devolução a polícia poderá identificar a morta, através do documento ou pista.

As autoridades não divulgaram os nomes dos três policiais envolvidos no tiroteio.

O Laudo de Perícia Técnica 8.355, localizado nos arquivos da Polícia Técnica de São Paulo, tem a seguinte informação:

Às dezessete horas do dia vinte e dois de janeiro de mil novecentos e setenta e dois, este Instituto de Polícia Técnica recebeu do Delegado de Polícia de Plantão no sexto Distrito policial, Del. Jácomo José Orselli, um comunicado, por telefone e, posteriormente, confirmado pela requisição de exame BOAD nº 42/72, na qual solicitava exame pericial em prédios da Rua Inglês de Souza, da Rua Basílio da Cunha, em veículo e em cadáver até então desconhecido.

Segundo o relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, Gastone “[...] faleceu dia 22 de janeiro de 1972, após travar tiroteio com agentes de segurança em São Paulo (SP)”. O relatório do Ministério da Marinha registrou a mesma versão, sem citar a data, e assinala como local da ocorrência a avenida Lins de Vasconcelos. Os documentos encontrados no Arquivo da Polícia Técnica indicam a rua Heitor Peixoto como o local da morte, atestando a informação com várias fotos.

Em função das contradições presentes nos documentos oficiais, o caso de Gastone foi submetido a exame do perito criminal Celso Nenevê.

Após a análise das fotografias, o perito constatou que Gastone tinha 34 lesões enquanto o laudo descrevera 13 ferimentos à bala com os respectivos orifícios de saída. O perito concentrou-se em duas lesões, uma na região mamária e outra na região frontal. Ampliou a foto da ferida na região mamária em 20 vezes. Abramovitch descrevera a lesão como resultante de “[...] tangenciamento de projétil de arma de fogo”. Nenevê constatou que, em vez de tiro, se tratava de uma lesão em fenda, produzida por faca ou objeto similar. E agregou que, dado o formato em “meia-lua”, o ferimento fora produzido com o braço levantado. A lesão estrelada na região frontal indica que o tiro foi disparado com a arma encostada, de cima para baixo. Essas duas lesões são totalmente incompatíveis com a versão de tiroteio, pois a lesão produzida por faca ou objeto similar requer proximidade entre agressor e vítima, e o tiro encostado na testa demonstra execução.

Nenevê concluiu o parecer ao afirmar que, considerando a requisição de exame ao IML e o relatório do local, em que é explicitado “violento tiroteio” em alusão às circunstâncias em que a vítima fora ferida; e considerando que no laudo de exame cadavérico o legista constata “[...] fratura de cúbito e rádio esquerdos, ossos do punho esquerdo e do terço superior do úmero direito”, entendeu o perito que, tanto o relatório de local como o laudo médico-legal, não estabelecem pormenores que possibilitem compatibilizar as lesões descritas com as circunstâncias em que fora travado o aludido tiroteio. Salientou que Gastone, a partir do momento em que teve os membros superiores inabilitados, não ofereceria resistência armada.

As circunstâncias da morte não foram restabelecidas, mas a CEMDP reconheceu que Gastone Lúcia Carvalho Beltrão, medindo 1,55 m de altura e com 34 lesões, a maioria produzida por tiros, inclusive um à queima-roupa, além de facada, fraturas, lesões e equimoses por todo o corpo, não morrerá no “violento tiroteio” atestado pelo DOPS, o IML e o IPT, e sim depois de presa pelos agentes dos órgãos de segurança.

O caso 238/96, tendo como relator Nilmário Miranda, foi aprovado por unanimidade em 27 de agosto de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Maceió deu o seu nome a uma rua localizada no loteamento Parque dos Eucaliptos.

Documentos consultados:

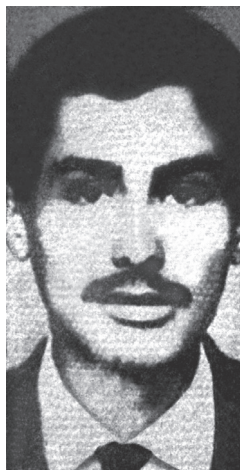
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 238/96, na CEMDP.

Programa Rua Viva: Biografia de Mortos e Desaparecidos Políticos Alagoanos durante a Ditadura Militar. Maceió: PECDH, Prefeitura de Maceió, s/d.



Hélcio Pereira Fortes

Nasceu em 24 de janeiro de 1948, em Ouro Preto (MG), filho de José Ovídio Fortes e Alice Pereira Fortes. Morto em 28 de janeiro de 1972. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Gostava de literatura, cinema e teatro. Participava intensamente das atividades culturais de sua cidade, escreveu em jornais, promoveu jograis, criou e difundiu peças teatrais. Era colaborador assíduo do *Jornal de Ouro Preto* e da *Voz do GLTA* (Grêmio Literário Tristão de Athayde, criado em 1938).

Atuou na União Colegial Oupretense e na Escola Técnica Federal. Ingressou na Escola de Metalurgia, mas não chegou a concluir o curso. Em 1963, passou a militar no PCB. Logo após o golpe de abril de 1964, passou a viver na clandestinidade, inicialmente em Belo Horizonte e em Contagem (MG), onde integrou o Comitê Municipal do PCB. Tornou-se um dos dirigentes da Corrente/MG e atuou junto aos metalúrgicos assessorando as comissões de fábrica da Belgo-Mineira, da Mannesman, da Mafersa e da RCA. Desempenhou papel importante nas greves dos metalúrgicos de 1968. Em 9 de abril de 1969, chegou a ser ferido em um confronto com policiais, mas conseguiu escapar. A partir desse episódio, em que foram presos alguns militantes da Corrente, passou a viver no Rio de Janeiro, já como militante da ALN.

Hélcio, mesmo na clandestinidade, não deixou de se comunicar com a família. Escrevia cartas em que expressava a sua saudade e as razões que o levaram a optar pela luta armada. A última vez que se comunicou com a família foi por meio de um telegrama, no Natal de 1971.

Preso em 22 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro, e transferido para o DOI-CODI/SP, foi morto sob torturas no dia 28.

A versão oficial distribuída à imprensa, que consta na requisição de exame ao IML/SP, informava que, “[...] após travar violento tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em consequência, veio a falecer”. O jornal *Estado de Minas*, de 1º de fevereiro de 1972, descreveu a versão policial sobre sua morte:

[...] Hélcio Pereira Fortes, morreu sexta-feira em São Paulo, na avenida dos Bandeirantes ao tentar fugir, aproveitando-se de tiroteio entre agentes de segurança e outro terrorista com o qual Hélcio tinha um encontro marcado.

No sábado anterior, dia 23 de janeiro, Hélcio Pereira Fortes [...] conseguiu escapar à perseguição policial na Guanabara, quando tentou manter contato com uma terrorista na Tijuca. Fugindo para São Paulo, foi preso dia 26, na Estação Rodoviária por agentes de segurança da Guanabara e de S. Paulo, que acompanhavam seus passos desde o Rio.

Os legistas Isaac Abramovitch e Lenilso Tabosa Pessoa definiram como causa da morte “anemia aguda traumática”.

Nos arquivos do DOPS/SP, foram localizados depoimentos prestados por Hélcio, comprovando sua prisão.

No documento elaborado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil em fevereiro de 1973, com o título “Aos Bispos do Brasil”, encontramos:

Preso, não se sabe se no Rio ou em S. Paulo, entre 22 e 26 de janeiro de 1972. Hélcio esteve enclausurado no DOI/SP sendo que inúmeros presos políticos atestam a sua presença naquele destacamento. Submetido a dolorosas torturas, pelas equipes policiais, Hélcio veio a sucumbir no dia 28 de janeiro. No dia 1º de fevereiro, os órgãos de repressão, através dos jornais, publicaram uma nota oficial onde informavam que Hélcio havia sido morto em tiroteio numa tentativa de fuga. Era por demais óbvio que ele não podia sequer caminhar, em decorrência das torturas. Seu corpo foi visto ao ser retirado do DOI.

Em documento encontrado no antigo DOPS/PR, lê-se:

Encaminhamento 087/72-CO/DR/PR - origem CIE/ADF - morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão.

Conforme recorte do “O Globo” e “Folha de S. Paulo”, de 4 de janeiro de 1972, consta que o fichado foi reconhecido pelos órgãos de segurança.

Comparando os relatórios dos ministérios militares, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, constatam-se contradições entre as versões sobre sua fuga. No relatório da Aeronáutica, lê-se: “[...] faleceu no dia 28 de janeiro de 1972 ao dar entrada no hospital das Clínicas em São Paulo, após travar tiroteio com agentes de segurança que o perseguiram”. No relatório da Marinha, assim está registrado: “Morto no dia 28 de janeiro de 1972 em tiroteio com agentes de segurança ao tentar fugir em um fusca após estabelecer contato com um companheiro”.

A família tomou conhecimento de sua morte no mesmo dia, pela televisão, e imediatamente se dirigiu para São Paulo, mas o corpo já havia sido enterrado no Cemitério D. Bosco, de Perus, em São Paulo. Em 1975, seus restos mortais foram trasladados para Ouro Preto (MG), onde foi enterrado na Igreja São José.

A requisição de necropsia, encontrada no IML/SP, tem a marca T em vermelho de “terrorista”, conforme tratamento dispensado aos perseguidos políticos.

O legista Antenor Chicarino analisou o laudo, a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, para instruir os processos éticos contra os médicos legistas que assinaram laudos falsos no Cremesp. Suas observações ressaltaram que o laudo não descreve as características das lesões por projéteis, não faz referência à distância, apenas as definindo como entrada e saída, e antecipa, no exame externo, as trajetórias dos projéteis, não o fazendo no exame interno. As lesões descritas não foram imediatamente mortais e os projéteis não foram retirados e encaminhados para inquérito, mesmo estando localizados em tecidos de fácil acesso.

O médico legista Dolmevil acrescentou também à instrução dos processos éticos no Cremesp que o primeiro projétil descreveu trajetória da esquerda para direita, de cima para baixo e ligeiramente de frente para trás, indicando que foi disparado a média ou curta distância, ato típico de execução.

O relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda, afirmou que a prisão e morte de Hércio Pereira Fortes ficaram demonstradas por vários depoimentos e documentos, entre eles o encaminhamento 087/72-CO/DR/PR encontrado no arquivo do antigo DOPS/PR, onde se lê que “[...] para conhecimento desse órgão, este Centro encaminha cópia do expediente de referência, versando sobre depoimento de Hércio Pereira Fortes, morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão”.

Nilmário Miranda citou também o depoimento de Darcy Toshiko Miyaki, presa por agentes do DOI-CODI/RJ, no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1972. Darcy perdeu a noção do tempo, pois foi submetida a intensas torturas, mas calcula que no dia 27 recebeu roupas e, encapuzada, soube que seria removida. Num corredor, pela costura esgarçada do capuz, viu Hércio encostado na parede. Foram transportados na mesma viatura – Hércio no chiqueirinho, e ela entre o motorista e um agente – e conduzidos ao DOI-CODI/SP. Ali, foi colocada em uma cela isolada, no segundo andar, onde ficou por vários dias sendo torturada e ouvindo os gritos de Hércio durante a tortura.

Sem saber precisar o dia, mas, após nova sessão de tortura, não mais foi conduzida à cela onde estava, mas a uma outra, com porta de ferro, sem luz e sem ventilação, e, antes de ser colocada nessa solitária, ouviu do carcereiro que desse local havia saído um “presunto fresquinho”. Darcy convenceu-se de que o corpo retirado da solitária era o de Hércio Pereira Fortes, porque, a partir de então, não mais ouviu os seus gritos.

O relator destacou que a versão oficial ora se referia a um tiroteio na avenida Bandeirantes, onde Hércio teria um encontro com outro militante (dando a entender que não se encontrava preso), ora falava de uma suposta fuga da prisão, quando Hércio teria sido baleado. Em função das contradições e dos depoimentos colhidos, o relator pediu o deferimento, concluindo que ficou demonstrada a farsa de morte em consequência de tiroteio, sendo o caso 70/96 deferido por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa, e a cidade do Rio de Janeiro fez o mesmo no bairro Paciência.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 70/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua viva: o desenho da utopia*, op. cit.

Desaparecidos no Rio de Janeiro



Ísis Dias de Oliveira

Nasceu em 29 de agosto de 1941, em São Paulo (SP), filha de Edmundo Dias de Oliveira e Felícia Mardini de Oliveira. Desaparecida em 30 de janeiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

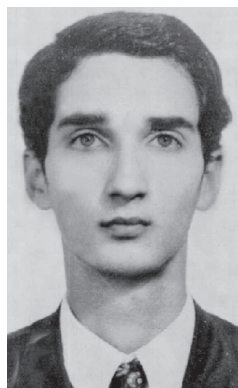
Iniciou seus estudos no Grupo Estadual Pereira Barreto, onde concluiu o primário. Curvou o ginásio e o clássico (atual ensino médio) na Escola Estadual Presidente Roosevelt e no Colégio Santa Marcelina, respectivamente. Estudava piano e fez curso de pintura na Fundação Alvares Penteado. Falava inglês e dominava também o espanhol e o francês. Trabalhou como secretária bilíngüe na empresa Swift.

Em 1965, iniciou o curso de Ciências Sociais na FFCL da USP e foi morar no CRUSP. Em 1967, passou a trabalhar no cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia e casou-se com José Luiz Del Royo, também militante da ALN, de quem se separou posteriormente. No primeiro semestre daquele ano, trancou sua matrícula no 3º ano do curso.

Em 1968, viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. No fim de 1969, voltou clandestinamente ao Brasil e, em junho de 1970, se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro.

Ísis figurou em seis processos, nos quais foi julgada à revelia. Foi acusada de ter assaltado o Hospital da Ordem Terceira da Penitência, no Rio de Janeiro; de ter depredado dois postos de gasolina onde se encontravam cartazes de militantes políticos procurados pela polícia; de ter participado do assalto à agência do Bradesco da rua Miguel Lemos, no qual foi ferida sem gravidade. Em três processos, foi absolvida e os demais foram arquivados por insuficiência de provas.

Em sua homenagem, a praça em frente à casa onde Ísis passou parte de sua vida, no Alto da Lapa, em São Paulo, desde 11 de setembro de 1997, tem o seu nome. As cidades do Rio de Janeiro e Recife (PE) também a homenagearam dando o seu nome a ruas nos bairros Recreio dos Bandeirantes e Macaxeira, respectivamente.



Paulo César Botelho Massa

Nasceu em 5 de outubro de 1945, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Cristovam Massa e de Laís Maria Botelho Massa. Desaparecido em 30 de janeiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Iniciou o primário na Escola Argentina e concluiu na Escola Marechal Trompowsky, no Rio de Janeiro. Iniciou o curso ginásial no Ginásio Santo Antônio, em São João del Rei (MG) e, no fim do ano, foi transferido para o Colégio Mello e Sousa, no Rio, onde terminou o curso, em 1960. Sua mãe referia-se ao filho, orgulhosa, lembrando-se de quando ganhou um prêmio em um concurso literário promovido pela Prefeitura do Rio sobre o Dia das Mães, tendo como jurados Manuel Bandeira e Dinah Silveira de Queiroz.

Aos 16 anos, foi aprovado em concurso público para o Banco do Brasil, onde foi trabalhar, após cumprir o serviço militar, na agência Paranaguá, em 1965. Em 1968, iniciou o Curso de Ciências Econômicas na antiga Universidade do Estado da Guanabara (hoje UERJ), vindo a participar do Diretório Acadêmico e do movimento estudantil.

Em 20 de março de 1969, pela sua participação no movimento estudantil, foi preso no DOPS/RJ para averiguações. Respondeu a vários processos, sendo absolvido em todos eles. Em junho de 1971, saiu de casa e foi morar com os companheiros, já como militante da ALN. Em 15 de novembro, desligou-se do Banco do Brasil e passou a viver na clandestinidade. Mesmo assim, continuou a freqüentar a casa de seus pais. Por ter o pai e mais três tios gerais, seus companheiros lhe deram o apelido de *General*. Um dia antes de sua prisão, fez uma visita aos pais.

Desde então, seus pais passaram a organizar um dossiê com informações sobre o filho desaparecido, encerrado em 31 de maio de 1989.

Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma praça na Barra da Tijuca, e a cidade de São Paulo a uma rua no Jardim Guanhembu. Foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo GTNM/RJ, no dia 1º de abril de 1993.

O desaparecimento

Em 30 de janeiro de 1972, Paulo César Massa e Ísis Dias de Oliveira foram presos e levados para o DOI-CODI/RJ. Eram companheiros de militância e viviam clandestinos na mesma casa. Desde esse dia, Ísis não compareceu aos encontros marcados com os companheiros. Em 2 de fevereiro, três dias após a prisão, agentes do DOPS/RJ estiveram na casa dos pais de Paulo, a pretexto de buscarem uma metralhadora, e levaram roupas de baixo dele, o que para sua mãe foi um forte indício de sua prisão. Desde então, seus pais iniciaram a busca por informações sobre seu paradeiro, mas só souberam de sua prisão por meio de Robson Gracie, um vizinho que também esteve preso no DOI-CODI/RJ, entre fevereiro e maio de 1972.

O chefe do grupo policial que foi à casa dos pais de Paulo César deu um cartão com o nome de *Otávio K. Filho*, que depois descobriram tratar-se de um nome falso. Os policiais, ao saírem do apartamento dos pais de Paulo César, foram ao apartamento de Robson Gracie e o prenderam, com mais quatro pessoas – sua esposa, seu cunhado, a empregada e um irmão.

Em 28 de março de 1972, a televisão mostrou um retrato de Paulo Massa dando-o como procurado pelos órgãos de repressão. No dia seguinte, o jornal *Última Hora* divulgou a mesma informação.

Desde então, as famílias de Paulo e Ísis não obtiveram qualquer informação oficial sobre a prisão ou a morte dos dois militantes. Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

A busca por notícias

A família de Ísis a procurou em unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em prisões e em arquivos de 13 cemitérios controlados pela Santa Casa de Misericórdia e outros em Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Itaguaí e São Gonçalo, cidades fluminenses.

O texto de Felícia Mardini de Oliveira, mãe de Ísis, retrata uma história semelhante à de diversas mães de desaparecidos:

Em 16 de junho de 1970, Ísis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio, vinha sempre visitar-nos em São Paulo. Outras vezes nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré-combinados. Um dia, ao despedir-se ela disse: “Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês”. Eu fiquei muito nervosa com essa informação.

No dia seguinte, conforme havíamos combinado, eu fui ao seu encontro. Esperei por várias horas, Ísis não apareceu. Nunca mais a vi.

Em 22 de novembro de 1971, Ísis fez um telefonema para a casa de um vizinho, chamando-me. Disse não ter sido possível ir ao meu encontro, conforme havíamos combinado, mas que tudo estava bem com ela. Foi a última vez que ouvi sua voz.

Em 23 de janeiro de 1972, Ísis encontrava-se em apuros. Chegou pela madrugada em casa de uns amigos em Niterói. Dormiu e passou o dia seguinte lá. Fez um curativo em um ferimento que tinha no pescoço, indo embora no final da tarde. O nosso amigo foi com ela até as barcas. Foi a última pessoa a ver Ísis.

Em 4 de fevereiro de 1972, meu marido recebeu, em seu escritório, um telefonema de uma moça dizendo: “Ísis foi presa, no Rio de Janeiro, pelo I Exército. Vocês devem tomar providências para localizá-la, porque ela corre perigo de vida”. Mais tarde soubemos que a autora do telefonema era a companheira de Ísis, Aurora Maria do Nascimento Furtado, posteriormente assassinada pela repressão, que fora também colega da Ísis aqui na USP. Em 10 de fevereiro de 1972, a advogada Eny Raimundo Moreira, que fora contratada por meu marido, impetrou um habeas corpus em favor de Ísis. Negaram sua prisão. Ao todo foram cinco habeas corpus. A partir do terceiro a resposta era: Ísis Dias de Oliveira “encontra-se foragida”.

Sua mãe conseguiu apurar parte do trânsito de Ísis pelos órgãos de repressão:

Em meados de fevereiro de 1972, esteve presa no DOI-CODI/RJ.

Março de 1972, quando era transferida do Rio para São Paulo, juntamente com outros presos, foi desligada desse grupo por apresentar problemas renais. No mesmo mês de março, pelos mesmos problemas renais, esteve hospitalizada em São Paulo.

Ainda no mês de março, foi transferida para a base Aérea de Cumbica (SP).

Em 13 de abril de 1972, uma Assistente Social, Maria do Carmo de Oliveira, lotada no Hospital da Marinha (Ilha das Cobras) no Rio, informa a mim e a minha sobrinha Sônia: “Ísis Dias de Oliveira foi presa pelo I Exército, com duas identidades, encontra-se incomunicável na Ilha das Flores”. Esta informação Maria do Carmo recebeu por telefone de um primo, lotado no serviço de Telex do I Exército.

No dia seguinte, Maria do Carmo, eu e minha sobrinha Sônia fomos intimadas a comparecer no I Exército. Lá nos atendeu um coronel e o primo da Maria do Carmo. Alegaram que “fora um lamentável engano”.

Logo em seguida, a Dra. Eny esteve na Ilha das Flores, onde foi negada sua presença. Eu estive por três vezes na Ilha, sem nada conseguir. Mas foi lá que conheci Leda Medeiros, esposa de Jorge Medeiros. Leda me falou ter conhecimento de uma família denominada “Massa”. Foi assim que eu cheguei até a família do Paulo César Botelho Massa, companheiro de Ísis, que teria sido preso antes da minha filha.

Paulo César Botelho Massa, desaparecido político, filho do general Cristóvão Massa e sobrinho de mais três generais, encontra-se desaparecido como Ísis, sem nenhuma informação a mais.

Em 21 de junho de 1972, soubemos que Ísis estivera no CENIMAR, de lá teria sido transferida para o Aeroporto do Campo dos Afonsos (RJ).

Em 20 de fevereiro de 1974, um conhecido do meu marido, que atuava com Seguros e também no DOPS, prometia conseguir informações da Ísis para nós. Chegando de uma excursão de turismo no exterior, disse-nos que a guia que os acompanhou na cidade de Londres era uma brasileira de nome Íris, e que tinha tudo para ser Ísis. Mostrou fotos da Ísis para outras pessoas que participaram da excursão. Todos acharam que de fato poderia ser Ísis. Meu marido havia sofrido uma cirurgia cardíaca. Então, eu e meu filho não tivemos outra alternativa senão tirar tudo a limpo.

Em 4 de março de 1974, viajamos para Londres e encontramos a moça, que trabalhava na agência de turismo Meliá-Marsans. Realmente era uma brasileira e nada mais, não tinha nada a ver com nossa filha Ísis.

Nós chegamos à triste conclusão que todas essas séries de desinformações serviam a um objetivo específico, que era de confundir-nos e fazer-nos reaver a cada sinal uma esperança.

Cartas: Foram escritas muitas. Eu as escrevia, com sacrifício, para poupar meu marido que havia sofrido um grave enfarte do miocárdio. Com o passar do tempo, fui vendo que os destinatários eram os mesmos, a quem as outras famílias de desaparecidos escreviam: Presidente da República, Ministros das três armas, Comandante do I e do II Exércitos, OAB, OEA, ONU, Anistia Internacional, Arcebispo do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Foram tantas as cartas e inúteis que não gosto de lembrar. Só não esquecerei uma em especial, pelo trabalho e pela satisfação que me deu.

Nós, familiares dos presos políticos desaparecidos, pedíamos informações ao Governo, sobre o destino dos nossos parentes, quando o Ministro da Justiça, através do líder José Bonifácio, vem de público enumerar uma série de delitos praticados por eles. Eu não me conformei com aquelas informações. Achei que era o fim de tudo. Nós queríamos saber o paradeiro deles e não o que eles haviam praticado. Escrevi uma carta de contestação. Mas, como publicar minha carta? A censura não respeitava nem o malote dos deputados. Não tive dúvidas. Fui pelo caminho mais longo, mas o que me pareceu seguro. Viajei 20 horas até Brasília para entregar minha carta ao deputado Lisâneas Maciel. O deputado Lisâneas não se encontrava em Brasília, entreguei então a minha carta em mãos do deputado Fernando Lira.

Mais 20 horas de volta. No meio do caminho, em uma parada de ônibus, comprei um jornal “O Estado de S. Paulo”. Lá estava a minha carta publicada. Valeu-me uma grande satisfação no momento. Mas foi só. Porque até hoje estou esperando saber o que eles fizeram com minha filha Ísis.

A morte de Ísis e Paulo e de mais outros dez desaparecidos foi confirmada pelo general Adyr Fiúza de Castro, quando suas declarações foram publicadas em *off*, em 28 de janeiro de 1979, em matéria do jornalista Antônio Henrique Lago na *Folha de S. Paulo*. Fiúza de Castro foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e depois da VI Região Militar.

Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ*, na matéria “*Longe do Ponto Final*”, publicou declarações de Amílcar Lobo, que reconheceu ter visto Ísis no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data. No Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação “*falecidos*”, foi encontrada sua ficha.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e do Exército, de 1993, afirmam que Ísis permanece “*foragida*”.

Em 27 de dezembro de 1978, o CBA, representado por Sérgio Ferreira e Yone de Almeida, protocolou uma carta ao presidente da República, o general Ernesto Geisel, solicitando esclarecimentos sobre o paradeiro de 54 desaparecidos políticos, dentre os quais Paulo César Botelho Massa e Ísis Dias de Oliveira.

A revista *Veja*, de 11 de fevereiro de 1987, em matéria sobre a investigação do assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, intitulada “*Caso Emperrado*”, referiu-se ao desaparecimento político de Paulo César. Na ocasião, o general Massa, seu pai, com 74 anos, foi à Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de interpelar o coronel Homem de Carvalho, comandante da PE à época do desaparecimento de seu filho. Sem uma resposta concreta, o general Massa saiu decepcionado do encontro com o coronel, dizendo que fez tudo o que um pai faria para localizar um filho.

Sua mãe leu um discurso na sede da ABI, no Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1993, por ocasião da entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência do GTNM/RJ. Junto com ela, encontrava-se o pai de Paulo César. Os dois escreveram a carta em homenagem ao filho:

Eis-nos aqui, pai e mãe de Paulo César. Nesse momento não estamos trazendo pelas mãos o nosso menino, o caçula de olhos claros e cabelos anelados.

Tampouco estou voltando ao passado para reencontrar Paulo César, sensível criança que

aos nove anos de idade, no Dia das Mães, teve sua carta premiada em 2º lugar entre 14 mil cartas de crianças cariocas. E que prêmio queria ele? Uma saia nova, bonita, para a mamãe trabalhar.

Hoje estamos aqui para reverenciar a memória do nosso amado filho que o GTNM escolheu para receber a medalha “Chico Mendes”.

Não mais o menininho, não mais o jovem rebelado contra as injustiças sociais e as amargas estruturas políticas da época que algemavam o nosso país.

Agora o homem Paulo César Botelho Massa. Aquele que soube defender seus pontos de vista com a coragem dos que crêem. E crer, senhores, é a essência da vida. Quem não crê, não quer, não luta, morre por antecipação.

Paulo César já é nome de praça pública no Pontal de Sernambetiba, na cidade do Rio de Janeiro. Ao lado de ruas com os nomes de companheiros seus que lutaram e morreram na vanguarda da resistência democrática, na década de 70.

[...] queremos deixar, diante de todos, o testemunho do nosso amor por Paulo César e pela Pátria, por esse Brasil a quem ele, consciente, deliberada e dignamente fez doação do seu bem maior: a vida.

A família Massa tem tradição no Exército brasileiro. Quatro irmãos do general Cristovam Massa chegaram à patente de general: Otávio, Demóstenes, Adalberto e Otaviano. Estes dois últimos se encontravam na ativa quando Paulo César desapareceu. Sua mãe, Laís, chegou a procurar Dulce Figueiredo, a esposa do general João Batista Figueiredo, chefe do SNI à época, mas não obteve nenhuma informação sobre seu filho. Laís desabafou: “*Conhecimentos, amizades, companheirismos de farda e laços de família não foram suficientes para ajudar a encontrar Paulo César. Tantas portas estiveram fechadas para a nossa dor*”.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 104/96, de Ísis Dias de Oliveira, e caso 061/96, de Paulo César Botelho Massa, na CEMDP.
 CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). Desaparecidos Políticos, op. cit.

Íris Amaral

Doméstica, 25 anos, casada, natural do Rio de Janeiro. Morta em 1º de fevereiro de 1972.

Foi baleada na rua por agentes da repressão política que perseguiram militantes políticos. Na estrada Vicente de Carvalho, no Rio de Janeiro, em 1º de fevereiro de 1972, os policiais do DOI-CODI/RJ reconheceram, dentro de um carro em movimento, os militantes da ALN Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral (assassinado no Rio de Janeiro em 4 de abril de 1972). Os policiais passaram, então, a persegui-los, disparando aleatoriamente suas armas, assim, mataram Íris Amaral e feriram pelo menos mais quatro transeuntes. Dessa perseguição, os militantes escaparam com vida.

A primeira denúncia sobre o assassinato de Íris foi divulgada em 1976, no livro *Dos Presos Políticos Brasileiros: Acerca da Repressão Fascista no Brasil*.

Pesquisas realizadas pelo GTNM/RJ constataram que Íris foi morta antes de dar entrada no Hospital Getúlio Vargas (RJ), para onde fora levada.

O corpo de Íris entrou no IML/RJ com a guia 85 da 27ª DP, no mesmo dia de sua morte e foi necropsiado em 2 de fevereiro de 1972 pelo legista Hygino C. Hércules, não constando o nome do 2º legista. A *causa mortis* foi “[...] *ferida transfixante de coxa interseccionando a artéria femural direita*”. Foi retirada do IML por seu esposo, Anésio Amaral Filho, e sepultada no Cemitério de Irajá (RJ).

O registro de ocorrência 580 da 29ª DP afirma: “[...] *fiz remover o corpo de Íris Amaral, cujo óbito ocorreu no interior de um táxi, dirigido por Teobaldo Caputo que, na ocasião, prestava socorro à mulher baleada na perna, em Vicente de Carvalho com Rua Caiçara.*

Seus familiares não apresentaram requerimento à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 COMITÊ Pró-Anistia Geral dos Presos Políticos no Brasil. *Dos Presos Políticos Brasileiros: Acerca da Repressão Fascista no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1976, p. 33.

Arno Preis



Nasceu em 8 de julho de 1934, em Forquilha (SC), filho de Edmundo Preis e Paulina Back. Morto em 15 de fevereiro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Descendente de tradicional família alemã, Arno aos 7 anos de idade foi para o Seminário dos Franciscanos e mais tarde para o seminário de Agudos, em São Paulo (SP). Graduiu-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da USP. Dominava vários idiomas: grego, latim, português, italiano, espanhol, francês, romeno, inglês, alemão, russo e japonês. Traduziu três livros do japonês: *Kamikaze*; *Cruz Vermelha*; e *Iwo Jima*. Pretendia ser diplomata, mas, após o golpe de Estado de 1964, passou a defender a luta armada. Começou sua militância política na ALN e mais tarde se integrou aos quadros do Molipo, dissidência da ALN.

Foi assassinado pelos órgãos de repressão política em Paraíso do Norte (atual Paraíso do Tocantins), à época Goiás, hoje estado do Tocantins.

Enterrado em cova rasa sem identificação, seu corpo só foi localizado em 1993, depois de longas buscas feitas pelo colega de faculdade e amigo Ivo Sooma. A exumação e identificação da ossada de Arno ocorreram com o apoio da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, presidida na época pelo deputado Nilmário Miranda. Infelizmente, a exumação realizada não respeitou os métodos da antropologia forense, não recuperando, assim, as condições do local onde o esqueleto foi enterrado e as circunstâncias de sua morte. Desse modo, não foi possível restabelecer as trajetórias dos 18 tiros que o atingiram. Apesar disso, ele foi identificado pelo IML/DF.

Em 9 de abril de 1994, seus restos mortais foram sepultados após realização de cerimônias em sua homenagem na Faculdade de Direito da USP e na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Depois, foi realizada uma missa na Igreja Matriz São José, em Criciúma (SC), celebrada por vários padres da região, com grande presença de jovens estudantes levados pelas escolas da cidade. Após essas celebrações, foi recebido com honras em Forquilha.

Derlei de Lucca, professora e companheira de militância política, escreveu em sua homenagem a pedido do *Jornal da Manhã*, de 3 de maio de 1994:

Carta Aberta ao Arno Preis
Criciúma, 29 de abril de 1994.

Arno,

Você não ia acreditar, mas Nelson Mandela é o favorito nas eleições presidenciais da África do Sul. Acusado de terrorista, subversivo, como tu, cumpriu 29 anos de cadeia.

Isak Shamir, acusado de subversivo e terrorista pelos ingleses, é Primeiro- Ministro em Israel.

Yasser Arafat, o líder da OLP acusado de terrorista e subversivo, foi recebido pelo Presidente dos Estados Unidos, em dezembro do ano passado, e é recebido na ONU como chefe de Estado.

Forquilha já é município e está orgulhosa de ti. Lurdes, Zilda, tia, sobrinhas e primas, estão mobilizando a cidade pra te levar flores.

Existe um aparelhinho chamado FAX. Em questão de segundos a gente se comunica com o mundo, mandando documentos.

Meu filho estuda automação na UFSC.

Dulcinha, Amelinha, Suzana estão tristes com a confirmação da tua morte, mas firmes organizando as homenagens.

O Ivo Sooma foi heróico. Realmente quem tem um amigo tem um tesouro. Ivo é o teu tesouro.

Nilmário, Genoíno, Zé Dirceu são deputados federais, Brizola é governador do Rio. Tem um operário do ABC candidato a Presidente da República.

Betinho renegou a luta armada, mas dirige uma campanha linda contra a fome e a miséria. Mobilizou o país todo.

Tu fazes muita falta. Serias nosso Ministro das Relações Exteriores, brilhante, defendendo as posições do Brasil no mundo. Ia esquecendo: o Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba. Eu já voltei lá algumas vezes com passaporte e tudo, legalmente. A gente não diz mais "turma", diz "galera".

Fumar não é mais moda, é cafona, coisa de Boko Moko. Nada melhor do que um dia depois do outro. Seja feliz no céu protegendo a nossa terra. Aqui tu não serás esquecido.

O jornal *Folha de S.Paulo*, de 22 de março de 1972, publicou notícia sobre a morte de Arno:

Os órgãos de segurança revelaram ontem que o terrorista Arno Preis foi morto dia 15 do mês passado (terça-feira de carnaval) na cidade goiana de Paraíso do Norte. Justificou-se o atraso na divulgação pela necessidade de investigações sigilosas após o incidente.

Na noite de 15 do mês passado, Arno Preis estava no Bar São José, sede do Clube Social do Paraíso do Norte. Era noite de carnaval. Abordado pelos elementos de segurança, identificou-se como Patrick Mc Burdy Cormick, apresentando identidade falsa.

Os policiais aguardaram que Preis saísse do baile, quando foi convidado a ir à delegacia. Naquele momento, sacou de um revólver e disparou à queima-roupa contra dois soldados PMs, correndo, em seguida na escuridão, rumo a um matagal.

O refúgio de Preis foi cercado, iluminado por faróis de carros, transformando-se em palco de intenso tiroteio, resultando na morte do terrorista.

As circunstâncias da morte de Arno Preis, como também o local do sepultamento, foram investigados nos anos 1980 pelo amigo Ivo Sooma, que escreveu um depoimento sobre as buscas:

À época, policiais entregaram seu corpo ao coveiro, dizendo-lhe: "Enterra de qualquer jeito. Isto é um porco".

O coveiro, Milton Gomes, pensou consigo: "Isto não é um porco. Este é um homem. Alguém um dia virá procurar por ele". Tomou então o cuidado de, junto ao local do sepultamento, erguer uma pequena pirâmide de concreto, sobre a qual fincou uma cruz de madeira, o que iria facilitar sua posterior localização, diferentemente do que ocorreu com muitos desaparecidos políticos.

Uns dez dias depois, enorme aparato policial militar cercou o cemitério, que não tinha muros e levou um dos braços do corpo de Arno para identificação. O próprio governo reconheceu sua morte, segundo notícias publicadas nos jornais, em março de 1972, com a versão oficial de morto ao tentar fugir. Seu corpo e atestado de óbito não foram entregues à família até 1994. Foi enterrado com o nome de Patrick McBund Cornik.

Pertencera ele à Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada sob a liderança de Carlos Marighella. Estivera em Cuba e retornara integrando o MOLIPO.

Quem era Arno Preis antes de entrar na guerrilha?

Conheci-o em 1957, quando, sendo eu secundarista, ingressou ele na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Chamou-me a atenção a maneira determinada com que perseguia seus objetivos. Pretendia ele prestar concurso no Itamaraty e seguir a carreira diplomática. Vocacionado para uma carreira de diálogos e negociações, acabou por empunhar armas e morrer em cidade do interior de Goiás.

Tomados de indignação cívica, centenas de jovens dobraram as folhas de seus livros, uniram-se a pessoas de outras origens que também deixaram suas rotinas e foram enfrentar o sacrifício. Muitos, o martírio.

Não fosse o fechamento de todos os canais de comunicação entre a Nação e o Estado, o Brasil não teria amargado a perda de muitos de seus mais dignos e generosos filhos.

Arno Preis, como tantos outros, dobrou uma folha do livro da História e imolou-se no sertão de Goiás, passando a ser parte da própria História. Compete a nós, agora, retomar a sua leitura, a partir das novas páginas que foram escritas.

A atitude de Milton Gomes, um humilde trabalhador do cemitério de Paraíso do Norte, em Goiás, foi decisiva para que 21 anos depois o corpo de Arno fosse localizado. No seu relato, Ivo Sooma refere-se às informações cedidas pelo coveiro:

Uns dez dias depois chegaram vários aviões. O cemitério, que na época não tinha cerca, foi todo cercado por aparato policial militar. Levaram o braço de Arno. Afirma Milton que tem muita coisa a contar e que existem várias pessoas na cidade que também têm coisas para dizer. O bate-pau (refere-se ao policial que era motorista de táxi – Luzimar Evaristo de Oliveira) e muita gente ficou rica. Passado mais de um ano, foi encontrada a mala de Arno, jogada, abandonada em um terreno baldio. Diz que, segundo ouviu dizer, Arno foi intimado por Luzimar e Gentil a ir à Delegacia, tendo se recusado. Luzimar sacou a arma e Arno atirou nele e em Gentil, correndo em seguida. A mala, que estava no táxi, ficou ali mesmo. Quando corria, foi atingido na perna por um tiro disparado pelo subdelegado Benedito (DOPS/GO). Parou em um terreno baldio onde havia um toco, atrás do qual se escondeu. Foi feito um cerco, de que participaram também populares. Foram buscar balas de fuzil com o delegado, capitão Alaor. Atingiram Arno. Na opinião de Milton, Arno foi morto na delegacia, pois tinha um tiro no ouvido.

No laudo necroscópico, o cadáver é identificado com o nome de Patrick McBundy Cormick, e o médico que o assina, Sandoval de Sá, responde de forma genérica e irresponsável às perguntas: Qual a causa da morte? “*Hemorragia interna, possivelmente*”; e qual o instrumento ou meio que produziu a morte? “*Possivelmente projétil de arma de fogo*”. Além disso, assinalou: *Apresentava lesão perfuro-cortante sob reborda costal direita de mais ou menos 15 cm de diâmetro, lesão idêntica, porém de menor diâmetro, mais ou menos de 10 cm, na linha axilar anterior ao nível do mamilo esquerdo [não são lesões por arma de fogo]; deve-se deixar claro que além destas lesões, o cadáver apresentava um grande número (total de 18) orifícios em todo o tórax e pescoço parecidos com aqueles produzidos por projéteis de armas de fogo, possivelmente de calibre 38.*

Mesmo constatadas as lesões à faca ou à baioneta, manteve-se a versão oficial de morte em tiroteio. Os depoimentos dos policiais, prestados na Delegacia de Polícia de Paraíso do Norte nos dias 15, 19, 20 e 21 de fevereiro de 1972, apresentam informações contraditórias com o objetivo de forjar a versão oficial:

[...] que no dia 14 do corrente mês, cerca das 3 horas da manhã, o declarante se encontrava no Bar São José, em companhia dos policiais Luzimar Machado de Oliveira e Gentil da Costa Mano e o agente de polícia Benedito Luiz de Paiva, quando entrou no referido bar um indivíduo de mais ou menos 36 anos de idade, que após falar boa noite aos presentes se recostou no balcão do bar, ficando numa posição que mostrava acintosamente que portava uma arma de fogo, sendo que era bem visível a presilha da capa da arma de fogo, e inclusive o espelho da mesma.

O relato prossegue afirmando que Arno teria se identificado a pedido de Luzimar e solicitado informações sobre um local para dormir, tendo como resposta que o único disponível ficava a 2 quilômetros do centro, tendo o próprio Luzimar se oferecido para levá-lo, por ser motorista de táxi. O mesmo Luzimar teria pedido a Arno para que apresentasse seu porte de arma, já que a mesma era visível. Arno teria dito que não tinha porte, sendo, então, convidado a comparecer à Delegacia de Polícia. Como resposta, Arno teria atirado em Luzimar, que foi morto, e em Gentil.

Outro policial do DOPS/GO, ao depor, atestou que Arno estava ferido em uma das pernas, quando se escondeu atrás de um toco de árvore, e foi encontrado, “[...] *tranqüilamente fumando, quando foi cercado*”.

As versões policiais, contraditórias, informaram que lhe pediram a identidade e, ao mesmo tempo, que só viram sua identidade quando já estava morto. O desaparecimento da pasta de Arno Preis é outro mistério: alguns disseram que nela havia grande quantidade de dinheiro.

As versões são inverossímeis, pois um guerrilheiro como Arno Preis não teria chegado de madrugada a um bar, durante o carnaval, com arma e dinheiro aparentes.

Todos foram unânimes em afirmar que Arno foi cercado e morto a tiros, mas os policiais não fizeram qualquer referência aos ferimentos à faca ou à baioneta em seus depoimentos. Assim, a Comissão de Familiares solicitou parecer do perito Celso Nenevê, que elaborou um laudo. Embora não conclusivo, o laudo reforçou as dúvidas de que Arno talvez ainda estivesse vivo e certamente imobilizado quando foi cortado à faca ou à baioneta.

Documentos oriundos do DOPS/SP indicam que havia um agente policial infiltrado no Molipo. As prisões e as mortes dos militantes da organização em circunstâncias não esclarecidas, iniciadas em novembro de 1971, comprovam o fato. Além disso, os órgãos repressivos estavam na região, pois em 2 de janeiro de 1972, em Natividade (então GO, hoje TO), desapareceram com Ruy Carlos Vieira Berbert. Em 9 de fevereiro de 1972, em Guaraí (atualmente estado de Tocantins), executaram Jeová de Assis Gomes e, em fevereiro, na pequena cidade de Paraíso do Norte, na terça-feira de Carnaval, os órgãos de segurança mataram Arno Preis.

A dificuldade em obter a documentação necessária para provar definitivamente as circunstâncias da morte de Arno Preis, assassinado pelos órgãos de repressão, revela a persistência em manter-se na sombra a violência da ditadura.

Na CEMDP, a conselheira Suzana K. Lisbôa pediu o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Arno Preis como “[...] *um ato do presente voltado para o futuro, representando o mais vivo repúdio à violência, ilegalidades e torturas praticadas pelo Estado durante a vigência da ditadura* [...]”.

Na primeira votação, em 18 de março de 1996, a CEMDP considerou que os indícios não foram suficientes para enquadrar o caso de Preis na lei 9.140/95. A maioria da comissão entendeu que Arno morreria em combate, situação não abrangida pela lei. O requerimento recebeu 5 votos contra o deferimento do pedido e 2 a favor, os do relator Nilmário Miranda e da conselheira Suzana K. Lisbôa. Contribuíram para esse resultado a realização de uma exumação sem rigor científico e a elaboração de um laudo por legistas que, em vez de tratar das condições da ossada, fizeram considerações acerca dos métodos repressivos da ditadura e do momento histórico, o que tumultuou as discussões na Comissão Especial.

A CEMDP recebeu manifestações indignadas de familiares de mortos e desaparecidos e entidades de direitos humanos, que consideravam o enterro sob nome falso e as circunstâncias conhecidas da morte de Arno suficientes para a aprovação do caso. A intensidade do protesto causou constrangimentos a Eunice Paiva, que se afastou da CEMDP, sendo substituída por Luís Francisco Carvalho Filho.

Durante os dois anos de atividades da Comissão sob a presidência de Miguel Reale Jr., o caso de Arno voltou muitas vezes à discussão. Em 15 de maio de 1997, Nilmário Miranda apresentou recurso, mas o general Oswaldo Pereira Gomes pediu vistas. Em 25 de março de 1998, o general apresentou seu voto contrário ao deferimento, quando Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas. Na reunião de 5 de maio de 1998, Luís Francisco, acompanhado por Suzana Lisbôa e Nilmário Miranda, apresentou seu voto favorável à inclusão do nome de Arno Preis, mas o processo foi novamente indeferido.

Com a edição da lei 10.536/02 e a ampliação de seus beneficiários, o processo do caso retornou à CEMDP. O caso, tendo como relatora Suzana K. Lisbôa, foi aprovado por unanimidade em 26 de agosto de 2004.

Após a aprovação do processo, o jornalista Luiz Maklouf Carvalho revelou a participação do então coronel do Exército, Lício Augusto Ribeiro Maciel, na morte de Arno, desmontando a versão oficial que insistiu na casualidade de seu encontro com os policiais e na sua displicên-

cia ao chegar à cidade. Em correspondência ao então ministro Nilmário Miranda, Maklouf retransmitiu as palavras do próprio Lício:

Além disso, outras importantes ações de que participei intensamente não foram reveladas na nossa conversa; o assunto era Araguaia. Afinal, foram cerca de seis anos de trabalho dinâmico e objetivo, decisivo, como você já sabe. Refiro-me à eliminação quase total dos membros do Molipo e outros detalhes. O Arno Preis foi eliminado na mesma área (ao longo da Belém-Brasília, em Paraíso, uma vila na época); acuado num matagal às margens da rodovia, não se entregou e foi alvejado utilizando-se faróis de caminhões, para evitar a fuga. Conseguiu matar dois militares, um foi morto na hora, outro, depois. O Arno Preis, verdadeiro cão raivoso que, a despeito de todo o aparato e apelos para que se entregasse, desabalou em corrida para a mata, assinando a própria sentença de morte: suicidou-se claramente. Teria sido mais rápido ter tocado fogo na touceira de capim seco em que se escondeu, à beira da estrada, a ter que esperar que ele se arrependesse e se entregasse. Pensou que de noite conseguiria fugir ao cerrado tiroteio que aconteceu, pois ninguém é trouxa. Foi preparada uma cortina de chumbo quente e ele que escolheu.

Na cidade de São Paulo, em sua homenagem, uma rua passou a se chamar Via de Pedestres Arno Preis, localizada no bairro de Parque Guaianazes.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 172/96 e 082/02, na CEMDP.

Frederico Eduardo Mayr

Nasceu em 29 de outubro de 1948, em Timbó (SC), filho de Carlos Henrique Mayr e Gertrud Mayr. Morto em 24 de fevereiro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Cursou o primário na escola pública municipal Dr. Cócio Barcellos, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). Fez o curso ginásial e o científico (atual ensino médio) no Colégio Mallet Soares, no mesmo bairro. Gostava da vida em contato com a natureza e dos acampamentos. Praticou pesca submarina na adolescência e foi escoteiro na Tropa Baden Powell. Gostava de artes plásticas. Aos 15 anos de idade, fez sua primeira participação coletiva em uma exposição, apresentando dois trabalhos. Ingressou na Faculdade de Arquitetura da UFRJ aos 18 anos. Na Faculdade de Arquitetura recebeu elogios de artistas plásticos como Illio Burrini e teve como professores Ivan Serpa e Ubi Bava. Participou do movimento estudantil e engajou-se na ALN.

Em 1969, em um dos primeiros processos que respondeu nas Auditorias Militares do Rio de Janeiro, Frederico foi acusado em uma ação penal que tinha como co-réus, dentre outros, o militante Jorge Raymundo Jr., sendo condenado à revelia à pena de três anos. Esta condenação motivou o protesto de Jorge na sessão de julgamento, quando, aos gritos, disse que Frederico era inocente.

A partir dessa condenação, Frederico passou a viver na clandestinidade, quando cursava o segundo ano da Faculdade de Arquitetura. A família recebeu um bilhete dele pedindo para trancar sua matrícula e não recebeu mais informações. Foi para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha e lá se integrou ao grupo dissidente da ALN, o Molipo, regressando para o Brasil em fins de 1971.

Foi baleado e preso pelos agentes do DOI-CODI/SP em 23 de fevereiro de 1972, na avenida Paulista, em São Paulo. No documento encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP, intitulado *Aos Bispos do Brasil*, assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, datado de fevereiro de 1973, temos:

Foi levado para o DOI/SP, à Rua Tutóia, 721, onde foi intensamente torturado durante todo o dia e toda a noite, submetido a choques elétricos, “cadeira do dragão”, “pau-de-arara” e violentos espancamentos, apesar de ferido no abdômen. Durante o período que estava sendo torturado, foi visto várias vezes. Numa delas, aplicaram-lhe um banho frio



no Xadrez 1 do DOI para que se reanimasse. Foi visto, ainda, sentado num banco existente na entrada do prédio onde se localizam as câmaras de torturas, todo ensanguentado e cheio de hematomas, chegando a conversar rapidamente com um preso político. Frederico foi torturado e assassinado pelos policiais: escrivão de polícia Gaeta, policial federal Aderbal Monteiro, um capitão do Exército de alcunha "Átila", um policial de alcunha "Zé Bonitinho" ou "Oberdã", um investigador loiro da equipe de identidade desconhecida; todos assistidos diretamente pelo major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que chegou a propor a Frederico a concessão de sua vida em troca de informações. Mayr foi assassinado no dia 5 [sic] de fevereiro de 1972 e existem várias testemunhas dos fatos aqui narrados. A polícia, meses mais tarde, admitiu publicamente a morte de Mayr sem qualquer esclarecimento.

Um dos companheiros que estiveram com ele antes de ser morto, José Carlos Giannini afirma não haver possibilidades de Frederico ter travado tiroteio com os policiais, nem mesmo se tivesse conseguido fugir, pois estava muito debilitado em razão do ferimento à bala e às torturas.

No processo 100/72, da 2ª Auditoria Militar de São Paulo, no qual Frederico estava sendo julgado como revel, vários presos políticos denunciaram sua prisão e morte, quando o juiz Nelson Machado Guimarães fez excluir seu nome, extinguindo sua punibilidade por morte, só reconhecida naquele momento. As várias denúncias feitas não foram registradas em decorrência da negativa do referido juiz. A declaração do ex-presos político Ozeas Duarte de Oliveira, contudo, ficou registrada: ele afirmou que seus torturadores afirmaram ter assassinado vários presos e os citavam nominalmente, inclusive o nome de Frederico Mayr.

Enterrado com nome falso no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, seus restos mortais estavam na vala clandestina criada em 1976. Sua ossada foi identificada, em 1992, pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Seus restos mortais foram trasladados para o jazigo da família, no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1992, após missa celebrada na Catedral da Sé por D. Paulo Evaristo Arns. Na mesma data, foram trasladados os restos mortais de Hélber José Gomes Goulart e Emanuel Bezerra dos Santos.

Desde o momento da prisão de Frederico, os agentes policiais sabiam de sua identidade. Nos documentos encontrados no DOPS/SP, constam seu nome verdadeiro, e na ficha individual (doc. 30 Z-165-124), além do nome verdadeiro, estão os dados de qualificação, ficha datiloscópica, fotos de frente e de perfil e os nomes falsos. Na ficha individual feita em 24 de fevereiro de 1972, pelo Serviço de Identificação do Exército, constam fotos de Frederico ainda vivo, catalogada no DOI sob o nº 1.112, na qual o local da prisão indicado foi a avenida Paulista, tendo ocorrido em 23 de fevereiro. Sua certidão de óbito, no entanto, foi lavrada em nome de Eugênio Magalhães Sardinha e indica que seu enterro como indigente ocorreu no Cemitério de Perus. No laudo da necropsia, assinado pelos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg, consta como local de sua prisão a rua Pero Correia, no Jardim da Glória, em São Paulo. Além disso, a resposta ao quarto quesito do laudo, onde se pergunta se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, foi negativa.

A versão oficial apresenta detalhes de um inacreditável tiroteio no qual ele teria morrido, confirmado pelo IML. Segundo documento encontrado no DOPS/SP, os guerrilheiros, a bordo de um fusca, "[...] começaram a atirar contra os policiais sem serem provocados". No combate só Frederico foi morto e os demais ocupantes do veículo não foram mais citados, nem como presos, nem como foragidos.

Sua morte e desaparecimento são relatados por sua mãe, Gertrud Mayr:

No final de 1972, em uma outra ação penal na Justiça Militar do Rio de Janeiro, foi juntado por um advogado um recorte de jornal que noticiava a morte de Flávio de Carvalho Molina. Embora essa notícia não mencionasse Frederico, a família pediu ao advogado Mário Mendonça que fosse a São Paulo para obter informações. O advogado voltou dizendo que nada constava em São Paulo segundo as informações que recebera

das autoridades sobre uma eventual prisão ou morte de Frederico. Foi neste momento que Nelson Lott me perguntou se Frederico ainda estava vivo. A partir desse instante tomei consciência de que meu filho pudesse ter sido preso e eventualmente morto.

Foi somente em 1979, quando da promulgação da Lei da Anistia, que vimos o nome de meu filho ser publicado em listas dos Comitês Brasileiros pela Anistia, ora como morto, ora como desaparecido. Membros do CBA/SP procuraram familiares meus no Rio de Janeiro com cópias de documentos do caso, onde as autoridades judiciárias extinguíam sua punibilidade por ter sido morto por órgãos de segurança e enterrado no Cemitério de Perus sob o falso nome de Eugênio Magalhães Sardinha. Na justiça foi feita retificação do assentamento de óbito, substituindo os dados falsos pelos verdadeiros.

Após ter sido encontrado enterrado em Perus, sob o nome falso de Nelson Bueno, o perseguido político Luís Eurico Tejera Lisboa (o primeiro desaparecido político encontrado), em 1979, fui ao Cemitério de Perus para buscar informações sobre meu filho e naquele registro não constava o nome de Frederico nem se encontrou anotações com o sobrenome Sardinha.

Apesar da informação da morte constar em processo na Justiça Militar, meu filho continuou a responder a outras ações penais em outras auditorias militares.

Frederico não foi o filho que eu perdi, mas o meu filho que todos nós perdemos. Quando existe um nascimento, sabemos que vai existir a morte. Mas o que aconteceu comigo, com a minha família e outras em situação semelhante, não segue a lei natural.

O que se passou conosco foi uma afronta à dignidade humana. Frederico Eduardo, julgado e absolvido, no Conselho Permanente de Justiça, em 21 de setembro de 1972, inocência confirmada no STM em 15 de fevereiro de 1974, já não era vivo. Baleado, preso e torturado por agentes do DOI-CODI de São Paulo, Frederico Eduardo havia morrido em fevereiro de 1972, fato que só vim a saber muitos anos depois.

No livro *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari comenta que, naquele período, os órgãos de segurança não se preocupavam em esconder a falsidade de suas versões oficiais sobre as mortes e prisões, pois eram nítidas as contradições estampadas nas notas oficiais de informe sobre a morte de “subversivos”:

Tamanha onipotência na manipulação da realidade produziria dois casos patéticos. [...] Outro “cubano”, Frederico Eduardo Mayr, morre três vezes. A primeira, “a caminho do hospital” depois de um tiroteio na avenida Paulista. A segunda, no dia seguinte, fugindo de um “ponto” no Jardim da Glória. A terceira, no mesmo dia, alvejado pelos colegas quando estava dentro de um carro, preso. Na realidade, Mayr foi para o DOI-CODI, onde o fotografaram e ficharam, dando-lhe o número 1112. Tinha uma bala alojada debaixo da pele da barriga. O ferimento era tão superficial que se podia apalpar o projétil. Conversava normalmente. Mataram-no com três tiros no peito, perfurando-lhe os dois pulmões.

A relatora do caso na CEMDP, Suzana K. Lisbôa, registrou que a foto do corpo mostrando o rosto e o dorso de Frederico, localizada no arquivo do DOPS/SP, indica ter sido tirada algum tempo depois da foto de identificação, já que aparece mais magro e desfigurado. Afirmou ainda que todos os documentos policiais apresentavam seu verdadeiro nome. Até mesmo a requisição de exame ao IML, feita com o nome falso, tem anotada sua identificação. E concluiu:

[...] é evidente que, além de confirmada a prisão, o enterro como indigente, sob nome falso, quando se conhecia plenamente a identidade, foi utilizado pelos órgãos de segurança para acobertar mais um assassinato sob torturas ocorrido nas dependências do DOI-CODI de São Paulo.

O caso de Frederico (019/96) na CEMDP foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo colocou seu nome em um Viaduto no Jardim São Luiz e em uma rua no bairro da Casa Verde. Criciúma também homenageou Frederico colocando seu nome em uma rua no bairro Santa Luzia.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 019/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 388.



João Mendes Araújo

Nasceu em 28 de julho de 1943, em Bom Jardim (PE), filho de Virgilina Rodrigues Amorim. Agricultor, foi morto em 24 de fevereiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Preso em 24 de janeiro de 1972, em sua própria casa, por agentes do DOI-CODI do Recife. Estas são as informações que constam desde a primeira versão do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* elaborado pela Comissão de Familiares. Nenhum outro dado foi acrescentado e nem foi possível estabelecer contato com os seus familiares.

O relatório do Ministério da Aeronáutica afirma que

[...] faleceu no dia 24/01/72, quando se escondia num "aparelho" da ALN, no Recife, PE. Resistiu à prisão, sendo ferido juntamente com outro terrorista, que foi preso. Mesmo gravemente atingido, evadiu-se, lançando-se ao mar. Posteriormente, seu corpo foi resgatado do mar.

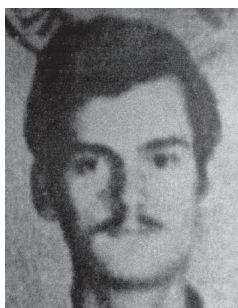
A certidão de óbito informa que sua morte ocorreu em 25 de fevereiro de 1972, na cidade de Olinda (PE), em um tiroteio, e que foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, no Recife (PE).

Seus familiares não requereram indenização à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.

Execuções na capital paulista



Alexander José Ibsen Voerões

Nasceu em 5 de julho de 1952, em Santiago, Chile, filho de Alexander Voerões Toth e Carmem Ibsen Chateau. Morto em 27 de fevereiro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Estudou no Colégio de Aplicação da USP até 1969. Preparou-se para fazer o vestibular no Curso Equipe, na capital paulista. Atuou na ALN antes de se integrar ao Molipo.



Lauriberto José Reyes

Nasceu em São Carlos (SP), em 2 de março de 1945, filho de José Reyes Daza Jr. e Rosa Castralho Reyes. Morto em 27 de fevereiro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Estudante da Escola Politécnica da USP e integrante da direção executiva da UNE, em 1968. Era morador do CRUSP e gostava de polemizar sobre questões culturais, participando dos debates sobre a militância política, o Tropicalismo e a criação artística. Ajudou a organizar o Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, sendo preso e libertado no dia seguinte para ir ao enterro do pai em sua cidade natal. Era militante da Dissidência Estudantil do PCB/SP até a formação da ALN.

Era acusado de participar do seqüestro de um avião Boeing da Varig durante o trajeto Buenos Aires-Santiago, com mais oito militantes da ALN, desviando-o para Cuba, em 4 de novembro de 1969. O fato foi divulgado na imprensa da época. Em Cuba, realizou treinamento de guerrilha e, em 1971, retornou ao Brasil clandestinamente como militante do Molipo.

Napoleão Felipe Biscaldi

Morto em 27 de fevereiro de 1972.

Funcionário público aposentado. Atravessava a rua Serra de Botucatu, da qual era antigo morador, quando foi atingido por tiros na perseguição policial a Alexander e Lauriberto. Foi enterrado por seus familiares no Cemitério do Araçá, na capital paulista.

As mortes

A nota policial sobre a morte dos dois militantes foi publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, em 29 de fevereiro de 1972:

Dois terroristas, um dos quais natural do Chile, ao dispararem metralhadora e revólver contra agentes dos órgãos de repressão, acabaram por atingir e matar o sr. Napoleão Felipe Biscaldi, de 61 anos de idade, no cerco realizado domingo na rua Serra de Botucatu, bairro do Tatuapé.

Outros jornais, como o *Jornal do Brasil*, publicaram notas semelhantes.

O laudo necroscópico de Lauriberto, emitido em 29 de fevereiro de 1972, afirma que ele faleceu às 17 horas, de 27 de fevereiro de 1972, e dá como causa da morte “[...] lesões traumáticas crânio encefálicas”. A requisição de exame feita pelo DOPS/SP ao IML/SP informou: “Após travar tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em consequência veio a falecer”. O horário indicado de entrada no necrotério foi 18h30min.

No exame necroscópico de Lauriberto, consta a descrição de quatro tiros: um no ombro esquerdo, um na coxa direita e dois na cabeça: um no olho esquerdo e outro na porção média da região frontal. No laudo de Alexander, constam também quatro tiros:

orifício de entrada na porção média do lábio inferior e saída no submento à direita; orifício de entrada na porção superior da região frontal e saída na região occipital; entrada na face ântero-lateral esquerda do pescoço e o projétil transfixou o tórax e o lobo superior do pulmão esquerdo, transfixou o omoplata esquerdo e saiu pela região escapular esquerda; entrada na face anterior do terço médio do antebraço direito e o projétil alojou-se no cotovelo.

Ao examinar os documentos e algumas contradições entre as informações divulgadas nos jornais da época, o relator do caso (270/96) na CEMDP, Nilmário Miranda, passou a considerar a hipótese de execução, solicitando um levantamento mais detalhado aos familiares.

Em 4 de junho de 1997, dois integrantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos estiveram no local do crime, para colher informações sobre o episódio com os moradores e relataram:

Fomos a uma borracharia onde trabalha Adalberto Barreiro, que na época dos fatos tinha 12 anos de idade e estava em casa assistindo televisão. Era um domingo quando ele ouviu um barulho continuado de tiro. Morava à rua Tijuco Preto, paralela à Serra de Botucatu. Curioso, correu pelos fundos da casa até a rua [Serra de] Botucatu. Lá, viu um jovem que tentava correr, mancando e segurando a perna, quando passou um Opala branco com policiais armados de metralhadora, com metade do corpo para fora do carro, atirando. Primeiro, atingiram Napoleão Felipe Biscaldi – um funcionário público aposentado antigo morador da [Serra de] Botucatu, que atravessava a rua; depois balearam o rapaz que mancava. O rapaz aparentemente foi morto na hora. Os policiais o jogaram no porta-malas do carro. As ruas estavam

cercadas de policiais. “Tinha até metralhadora em tripé”. Eles gritavam que o rapaz que mancava “era um terrorista”. Adalberto contou que viu uma moça japonesa presa dentro do Opala. “Em toda parte estava cheio de policiais armados. Era um cerco, parecia uma guerra. Todo mundo viu ou soube que Napoleão fora morto pela Polícia. Mas era um tempo em que todo mundo tinha medo de falar”. Ele disse também que os policiais e as pessoas comentavam que o outro “terrorista” também tinha sido morto, no outro quarteirão.

O borracheiro nos orientou que falássemos com Maria Celeste Matos, moradora do número 846 daquela rua. Com muito medo ainda, depois de tanto tempo, ela nos falou que, naquele domingo, o Esquadrão da Morte comandou a ação militar. Fez um cerco e colocou homens armados em toda a extensão da rua. “Do lado da minha casa, ali mais adiante, havia um campinho de futebol. Meu filho e o de Napoleão estavam jogando bola lá. Ele estava em casa, ouviu tanto tiro e então falou para a esposa, Alda, que ia buscar o filho no campinho. Foi quando ele saiu para a rua e foi executado pelo Esquadrão da Morte, que saiu atirando pela rua. Naquela hora, vimos um menino, vestido com um short, ser morto e colocado no porta-malas do carro da polícia. Meu marido pensou tratar-se de nosso filho que jogava de short. Ele falou com o Esquadrão da Morte que eles tinham matado nosso filho e ficou junto do carro sem arredar o pé. Foi aí que os policiais abriram o porta-malas, e mostraram para ele que o rapaz morto não era nosso filho”. Maria Celeste ainda disse que acha que o mesmo sucedeu com a outra pessoa morta. Os policiais explicaram que “eram terroristas”, disse Maria Celeste. Nenhum deles, nem Lauriberto, nem Alexander, chegou a sacar a arma, segundo relato dos moradores.

Pelos relatos colhidos no local do crime, todos viram a execução dos militantes e do vizinho Napoleão, cujo corpo ficou cinco horas na rua, aguardando a perícia, enquanto os corpos dos dois militantes foram levados. Lauriberto e Alexander foram examinados pelos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg, encarregados de confirmar as falsas versões oficiais. O laudo de Napoleão Biscaldi foi assinado por outro legista, Paulo Altenfelder. As requisições de exame ao IML/SP, solicitadas pelo DOPS/SP, em 27 de fevereiro de 1972, informando as mortes em decorrência dos ferimentos sofridos em tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança apresentam a letra T manuscrita, indicando tratar-se de indivíduos considerados “terroristas”, como eram tratados os perseguidos políticos na época.

Não foi encontrada perícia de local nem sequer fotos dos corpos que permitissem um exame por parte de peritos. Desse modo, foi impossível reconstruir a dinâmica do evento.

Segundo o relator, “[...] houve um cerco poderoso, uma emboscada e que, pelo relato de Adalberto Barreiro da morte de Sr. Napoleão Biscaldi, vítima inocente, e do jovem que foi abatido quando fugia, ‘mancando e segurando a perna’, que a operação não visava prender os dois militantes e sim matá-los”.

Lauriberto foi enterrado em São Carlos por seus familiares. Alexander foi enterrado em 1º de março de 1972, pela família, em caixão lacrado, conforme determinação policial, no Cemitério da Saudade, quadra 68, sepultura 28, em Vila Sônia, na capital paulista.

O caso de Lauriberto na CEMDP, tendo como relator Nilmário Miranda, foi aprovado no dia 7 de agosto de 1997, por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes.

O relator do caso de Alexander, André Sabóia Martins, retomou o parecer do relator do caso de Lauriberto, por se tratar de situação análoga. O caso de Alexander foi aprovado por unanimidade em 7 de outubro de 2004.

A Comissão de Familiares não conseguiu fazer contato com os familiares de Napoleão Felipe Biscaldi e não houve apresentação de requerimento sobre o seu caso na CEMDP.

Em homenagem a Lauriberto José Reyes, seu nome foi dado a uma praça em sua cidade natal, São Carlos, em 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 270/96, de Lauriberto José Reyes, e caso 050/02, de Alexander José Ibsen Voerões, na CEMDP.

Hamilton Pereira Damasceno

Nasceu em 15 de março de 1948, em Miracema (MG), filho de Lucas Damasceno e Maria Filomena Pereira Damasceno. Desaparecido em fevereiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Técnico em laticínios e funcionário da CCPL (Cooperativa Central de Produtores de Leite), Hamilton Pereira Damasceno está desaparecido desde fevereiro de 1972. No relatório elaborado pela relatora do caso na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, temos:

Afirma João Pereira Damasceno que tomou conhecimento do envolvimento político do irmão no final de 1971, quando da última viagem de Hamilton à Miracema.

Os dois irmãos se encontraram pela última vez em janeiro de 1972, na pensão onde Hamilton residia, na rua Campos Sales, cujo prédio hoje já não existe. Afirma que Hamilton estava apreensivo e que iria “sumir” por uns tempos, pois sentia o cerco se fechando, pedindo a João que, se a mãe perguntasse por ele dissesse que estava bem.

Algum tempo depois, estando a mãe, Maria Filomena, extremamente angustiada pela falta de notícias de Hamilton, dirigiu-se acompanhada de uma amiga à referida pensão, tendo sabido que, logo após a visita de João, que ocorrera no final de janeiro, policiais à paisana estiveram à procura de Hamilton e, não tendo encontrado, levaram toda sua bagagem roupas, livros etc.

Nunca mais a família teve notícias de Hamilton.

Em 1996, João Pereira Damasceno entrou em contato com o GTNM/RJ, pois tinha um documento encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, proveniente do DOPS/RJ, com a informação de que “[...] Hamilton teria sido autuado em 05/02/1972, quando usava uma farda de marinheiro”, e que teria estado no Cenimar.

A relatora fundamentou seu voto em declarações de Pedro Batalha da Silva e Jorge Joaquim da Silva, funcionários da CCPL presos em 1972, prestadas ao GTNM/RJ. Jorge conheceu Hamilton em 1970, quando passou a integrar a ALN. Foi preso em 2 de fevereiro de 1972 ao sair de casa, em Nova Iguaçu (RJ). Recebeu pelas costas uma rajada de metralhadora que lhe atingiu de raspão a espinha. Encapuzado e levado para o DOI-CODI/RJ ferido, foi torturado. Removido ao Hospital Souza Aguiar, ali permaneceu por sete dias, tendo sido interrogado e torturado. Voltou ao DOI-CODI, sendo torturado na presença de outros militantes da ALN. Levado ao Hospital do Exército, lá ficou por três meses e dez dias até ser libertado, em 26 de setembro de 1972, respondendo ao processo em liberdade condicional. Ao final, foi absolvido.

Ao voltar para casa, uma vizinha de Jorge, que presenciara sua prisão, contou-lhe que, logo após ter sido levado, fora retirado de um outro carro um rapaz moreno, baixo, de cabelos pretos e lisos, envolto em uma lona verde. Estava algemado e foi violentamente espancado e chutado em plena rua. Jorge, então, teve certeza de que se tratava de Hamilton, pois ele era o único que conhecia seu endereço.

Pedro Batalha também conheceu Hamilton na CCPL em 1970, passando a militar na ALN a seu convite.

A relatora esclareceu em seu voto que, em 1979, ao organizar a lista de mortos e desaparecidos políticos, junto com outros familiares engajados nos diversos CBAs, recebera de Sérgio Xavier Ferreira, do CBA/RJ, a foto de Hamilton Pereira Damasceno, com a anotação de que teria trabalhado na CCPL e que desaparecera em 1972. A família, no entanto, não fez ou indicou alguma forma de contato e, por isso, seu nome não constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. O contato somente foi possível quando a família apresentou requerimento à CEMDP, após a edição da lei 10.536/02, que ampliou os prazos para apresentação de pedidos.

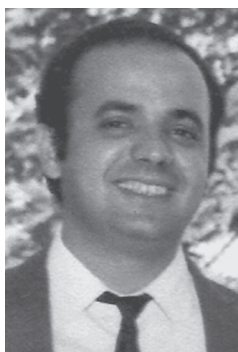
Suzana Lisbôa lembrou-se que, à época do desaparecimento, havia ocorrido um assalto na CCPL e os órgãos de repressão afirmavam que o mesmo fora realizado por membros da ALN, tornando provável que sua prisão estivesse relacionada a esse fato.



Documentos consultados:
Caso 040/02, na CEMDP.

A relatora pesquisou no STM o processo sobre o assalto à CCPL, confirmando o indiciamento e a absolvição de Jorge Joaquim e Pedro Batalha. Não há, contudo, qualquer referência ao nome de Hamilton no processo. A relatora votou pelo deferimento do caso (040/02) de Hamilton Pereira Damasceno, aprovado por unanimidade na CEMDP, em 22 de agosto de 2005.

Casal morre em suposto acidente em Caruaru



Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides*

Nasceu em 28 de setembro de 1942, em João Pessoa (PB), filho de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides e Jerusa Andrade de Sá e Benevides. Morto em 8 de março de 1972, em Caruaru (PE). Dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou Ciências Sociais na UFRJ até 1969. Era funcionário do Banco do Estado da Guanabara.

No início de 1970, depois de uma seqüência de prisões de militantes do PCBR ocorridas no Rio de Janeiro, Luís Alberto e outros se deslocaram para o Nordeste.



Míriam Lopes Verbena

Nasceu em 11 de fevereiro de 1946, em Irituia-Guamá (PA), filha de Alfredo Lopes Verbena e Joaquina Lopes da Cunha Verbena. Foi morta em 8 de março de 1972, com Luís Alberto. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Foi viver no Recife (PE) ainda pequena, chegando àquela cidade em dezembro de 1952, indo morar na casa de Maria Adozinda Monteiro Costa, que passou a considerá-la como sua irmã.

Em 1953, matriculou-se na Escola Padre Anchieta, hoje extinta, e em 1954 foi transferida para a Escola Padre Donino, localizada na Praça da Casa Forte, onde concluiu o curso primário. Fez o curso ginásial no Colégio Sagrada Família da Casa Forte. Em seguida, estudou e diplomou-se em professora primária, em 1963.

Em 1965, ingressou na Faculdade de Filosofia do Recife no curso de Ciência Sociais e, em 1968, transferiu-se para a UFPE, onde concluiu o curso. Míriam e Luís Alberto casaram-se em janeiro de 1972.

O suposto acidente

Segundo investigações feitas por Iara Xavier Pereira para instruir o processo da família na CEMDP, Luís Alberto estaria adquirindo documentos para viver na clandestinidade, uma vez que estava sendo processado e perseguido pela ditadura. Logo depois de se casar com Míriam Lopes Verbena, foi à cidade de Cachoeirinha (PE), em 24 de fevereiro de 1972, e solicitou à Junta de Serviço Militar (JSM) o certificado de alistamento militar com o seu novo nome: José Carlos Rodrigues. Fez a solicitação e deveria voltar novamente para retirar o documento em 8 de março daquele ano.

*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides estava grafado erroneamente como Luís Andrade de Sá e Benevides.

Os depoimentos da funcionária da JSM, Jaidenize Bezerra de Vasconcelos, mudavam cada vez que eram prestados, contendo informações contraditórias. Contudo, ela afirma que não atendeu Luís Alberto naquele 8 de março de 1972. Apesar disso, o suposto acidente ocorreu quando o carro saiu da pista e capotou do lado direito da rodovia, no sentido Cachoeirinha–São Caetano. Considerando-se o sentido adotado, conclui-se que o casal já havia passado na cidade onde se localizava a Junta. É possível que Jaidenize tenha se comunicado com o coronel Geraldo Isaias de Macedo, de Belo Jardim (PE), sobre o pedido de Luís Alberto e falado do seu retorno naquela data. Assim, o casal, ao chegar a Cachoeirinha, pode ter sido perseguido na rodovia BR-234 (hoje BR-423), resultando no “*acidente*” fatal.

Luís e Míriam morreram em circunstâncias até hoje não esclarecidas, em suposto “desastre de carro”. Em 15 de março de 1972, o jornal *O Globo* noticiou a morte do casal com a seguinte manchete: “*Líder do PCBR Morre em Desastre*”. Esta matéria divulgava uma nota do IV Exército (Recife):

Luís Alberto Benevides, que morreu no desastre, tinha como cognome “Otávio” e como nome falso “José Carlos Rodrigues”. Era estudante de Ciências Sociais na Guanabara. Residia na Rua Gustavo Sampaio, 610, apt. 1103, no Leme.

[...] trabalhava no Banco do Estado da Guanabara e como membro do PCBR foi enquadrado no artigo 27 da Lei de Segurança Nacional [tratava-se da pena de morte e de prisão perpétua] e poderia ser condenado à pena de morte pela Auditoria Militar.

No mesmo dia, o *Diário de Pernambuco* publicou a manchete: “*Terrorista Morre num Desastre em Caruaru*”.

Em 7 de março, dia anterior à ida à Junta de Serviço Militar, Míriam pediu a seu amigo pessoal, Ezequias Bezerra da Rocha, que lhe emprestasse o carro para uma pequena viagem. Ezequias havia sido militante do PCB, era fichado no DOPS/PE e visitava, com frequência, os presos políticos de Recife.

Ambos, Míriam e Luís Alberto, saíram cedo em 8 de março de 1972, conforme o relato de um companheiro da época, Antônio Prestes de Paula:

Estava morando provisoriamente com eles num apartamento de um conjunto residencial. Estava com eles no dia em que partiram bem cedo para a cidade de Caruaru, no fusca de um amigo, a eles emprestado, a fim de apanhar um documento “frio” para regularizar a nova identidade assumida por Luís Alberto, para que pudesse lecionar em um colégio de Recife. Como o apartamento era um “aparelho” da organização e como ambos não voltaram a ele no “teto” (horário) previsto, que era às 22 horas do mesmo dia, abandonei o apartamento. Todavia, mantive uma vigilância discreta e não muito distante do mesmo. Na manhã seguinte (não sei precisar a hora), percebi movimentos de pessoas no seu interior e acabei identificando pessoas conhecidas e familiares, limpando evidências da organização. Foi aí que tive conhecimento do ocorrido: Eles haviam capotado o carro na estrada para Caruaru, num trecho plano e quase reto. Luiz Alberto havia sido cuspidado do carro e ficou em coma até morrer, Miriam, antes de morrer ainda no local estava consciente e preocupada com ele.

O acidente em que foi morto o casal teria ocorrido às 10 horas daquele dia. Ezequias (o dono do fusca), ao saber do acidente, passou na casa de um irmão que tinha carro e foram os dois para Caruaru (local do acidente) tentar liberar seu carro.

Na noite do dia seguinte, 9 de março de 1973, Maria Adozinda, irmã de Míriam, foi seqüestrada em sua casa e, em 10 de março, foi seqüestrado seu marido, Aloysio.

O *Jornal do Brasil* de 11 de julho de 1972 veiculou matéria com o título “*Irmã da Jovem que Morreu com o Marido em Capotagem é Raptada por Seis no Recife*”:

Seis homens armados de revólveres e utilizando-se de uma camioneta Veraneio levaram de sua residência, ontem, a Sra. Adozinda Monteiro Costa e amordaçaram seu marido, Aluizio Monteiro Costa, que tentou esboçar uma reação.

A ação foi tida na cidade como seqüestro. Maria Adozinda é irmã da jovem Míriam

Lopes Rodrigues [sic] que foi morta há dois dias, com o marido num acidente de automóvel, em cujo interior a polícia informou ter encontrado material subversivo.

Em 10 de março de 1972, Ezequias Bezerra da Rocha foi preso com sua esposa, Guilhermina Bezerra da Rocha. Ezequias foi morto na prisão, sem que seu corpo fosse entregue à família. Dois dias depois de Guilhermina ter sido liberada, a imprensa divulgou que, no município de Escada (PE), na barragem do Bambu (Engenho Massauassu), havia sido encontrado um corpo mutilado, com visíveis sinais de tortura. As características físicas coincidiam com as de Ezequias, mas a família não pôde levar o corpo, sob a alegação policial de que se tratava de outra pessoa, já identificada.

O desaparecimento dos restos mortais de Luís Alberto e Míriam só foi constatado em janeiro de 1977, quando Ângela Benevides (irmã de Luís Alberto) foi a Caruaru cuidar do traslado dos corpos para o túmulo da família no Rio de Janeiro, a pedido de sua mãe.

Em 1991, o prefeito de Caruaru, João Lyra Neto, tentou localizar os restos mortais de Luiz Alberto e Míriam, mas não obteve sucesso. Segundo o *Jornal do Commercio*, de 19 de maio de 1991:

No cemitério [D. Bosco], o administrador Luís Nolasco confirmou que é praticamente impossível identificar os ossos de Míriam Verbena e Luís Andrade.

Jackson Araújo, o mais antigo coveiro do Dom Bosco – trabalha lá desde 1968 – confirma a dificuldade. Segundo ele, “naquele tempo era só chegar e enterrar, não tinha controle nenhum e quem assinava os atestados de óbito era um sargento de polícia, um tal de Zé Neves”.

Paulo Cavalcanti denunciou o fato em seu livro *O Caso eu Conto Como o Caso Foi*:

A 8 de março de 1972, morreram “acidentados”, perto da cidade de Caruaru, Míriam Lopes Verbena ou Míriam Verbena Maciel e seu companheiro Luís Alberto de Sá e Benevides, quando eram perseguidos na estrada pela Polícia Federal. O Volkswagen em que viajavam rolou num despenhadeiro, inexplicavelmente. Essas mortes “por acidente” passaram a ser comuns no Brasil, constituindo uma das “operações” das muitas que constam nos “códigos secretos” do Serviço Nacional de Informações. O estudante de agronomia Ezequias Rocha, que havia emprestado o Volks ao casal, foi depois encontrado, em estado de putrefação, nas matas da cidade do Cabo, interior de Pernambuco.

O *Diário de Pernambuco*, de 12 de maio de 1972, publicou a seguinte notícia:

Os Órgãos de Segurança conseguiram desbaratar um grupo do PCBR, que estava atuando na área. As quedas dos seus integrantes começaram após as mortes, em acidente de automóvel, de Luiz Alberto Sá e Benevides [...] e sua esposa Míriam Lopes Verbena.

E o *Jornal do Brasil*, de 17 de julho de 1972, acrescenta: “A polícia encontrou no apartamento do casal os nomes dos 21 implicados que foram ouvidos pelo DOSPS”.

Há muitas dificuldades para se recuperar os fatos, pois os documentos produzidos por vários órgãos de segurança não estão disponíveis. Até agora a reconstituição dos fatos tem se baseado, principalmente, nas pesquisas dos familiares, de entidades de direitos humanos, em depoimentos de sobreviventes e testemunhas, muitos dos quais ainda têm medo de falar. Algumas das lacunas e contradições nas informações obtidas no caso da “morte do casal” permanecem sem respostas:

1. Não consta do Inquérito Policial, dos documentos do DOPS/PE ou do DOI-CODI a informação de quem socorreu e transportou os feridos para o hospital de São Sebastião do Caruaru (PE).

2. Se foi um “acidente fortuito”, por que várias pessoas se referem ao fato do hospital estar cheio de policiais e que os médicos e enfermeiros tinham medo de falar?

3. Por que os nomes de “José Carlos Rodrigues” e de Míriam Lopes Verbena ou Míriam Lopes Rodrigues não constam do Livro de Registro de Internação do Hospital São Sebastião?

4. Por que não foi solicitado ao cunhado de Míriam, Sr. Aloísio, que viajou imediatamente para o local do acidente tão logo soube da notícia, o reconhecimento dos cadáveres?

Em 12 de dezembro de 1996, o *Diário Oficial da União* publicou o indeferimento da CEMDP ao pedido dos familiares de Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, conforme os termos da lei 9.140/95. O relator, Luís Francisco Carvalho Pinto justificou seu voto, alegando que:

Além da falta de indícios concretos que permitiriam o reconhecimento do nome de Luiz Alberto Andrade de Sá e Benevides, o relatório encaminhado por Antônio Soares de Lima Filho sobre a investigação que desenvolveu a pedido da família traz elementos que apontam para a plausibilidade da morte acidental. O desaparecimento dos registros do cemitério que poderiam apontar o local do sepultamento dos restos mortais, na minha opinião, não é indicativo, por si só, do suposto crime de morte praticado pela repressão: a família de Luiz Alberto só procurou os restos mortais anos depois da ocorrência.

Não basta para o reconhecimento previsto pela lei 9.140/95 a desconfiança subjetiva dos familiares. É fundamental que seja trazido para os autos elementos de convicção capazes de abalar a credibilidade da versão oficial. Estes elementos, em princípio, não existem.

Com base na lei 10.875, de 1º de junho de 2004, novamente, a família de Luís Alberto entrou com o pedido de reconhecimento, que foi negado. Contudo, o relator Belisário dos Santos Júnior manifestou-se pela localização dos restos mortais, visto que:

[...] ante a notícia de desaparecimento dos despojos mortais, que inequivocamente haviam sido enterrados no Cemitério Dom Bosco, entendo que devemos adotar as providências necessárias e possíveis para a localização dos restos mortais de Luís Alberto e Miriam, e/ou para a punição dos responsáveis pelo desaparecimento, se dolosa, desses restos mortais. Assim, voto no sentido de que o dossiê selecionado com as principais peças destes autos seja encaminhado para: o senhor Jarbas Vasconcelos, à época dos fatos combativo deputado estadual, mencionado nos autos como autor de denúncias de atrocidades ocorridas durante o regime militar e ao Dr. Francisco Sales Albuquerque, dd. Procurador Geral da Justiça de Pernambuco. Acompanhando o dossiê deverá seguir ofício subscrito pelo presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos solicitando as providências necessárias para a recuperação dos restos mortais e punição dos responsáveis.

Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, os documentos foram encaminhados, mas nenhuma resposta foi recebida pela Comissão.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IJVE/SP.

Casos 236/96 e 061/02, de Luís Alberto, e 312/96, de Miriam, na CEMDP.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu Conto Como o Caso Foi*, op. cit.

Ezequias Bezerra da Rocha

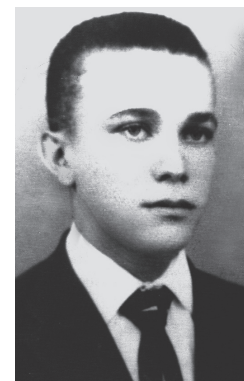
Nasceu em 24 de dezembro de 1944, em João Pessoa (PB), filho de Simplício Bezerra da Rocha e Antônia Bulhões Bezerra. Desaparecido em 11 de março de 1972. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Fez o curso secundário no antigo Colégio Estadual de Pernambuco e era geólogo, formado pela UFPE. Foi escriturário no First National City Bank, trabalhou como geólogo na Itapassoca Agro-Industrial, na Itapicuru Agro-Industrial e na Profertil. Exerceu o magistério, como professor de matemática e de inglês no colégio de freiras de Socorro (PE).

Preparava-se para fazer pós-graduação em Geofísica, na Bahia, quando foi preso com sua mulher, Guilhermina Bezerra da Rocha, em 11 de março de 1972, e juntos levados para uma dependência policial, onde passaram a ser torturados. Ezequias era amigo de infância de Miriam Verbena e emprestou seu carro (Volkswagen) para ela e o marido viajarem de Recife a Caruaru em 8 de março de 1972, quando foram mortos num suposto acidente. Guilhermina foi solta no dia seguinte.

Paulo Cavalcanti denunciou o desaparecimento de Ezequias no livro *O Caso eu Conto Como o Caso Foi*

A 8 de março de 1972, morreram “acidentados”, perto da cidade de Caruaru, Miriam Lopes Verbena ou Miriam Verbena Maciel e seu companheiro Luís Alberto de



Sá e Benevides, quando eram perseguidos na estrada pela Polícia Federal. O Volkswagen em que viajavam rolou num despenhadeiro, inexplicavelmente. Essas mortes “por acidente” passaram a ser comuns no Brasil, constituindo uma das “operações” das muitas que constam nos “códigos secretos” do Serviço Nacional de Informações. O estudante de agronomia Ezequias Rocha, que havia emprestado o Volks ao casal, foi depois encontrado, em estado de putrefação, nas matas da cidade do Cabo, interior de Pernambuco.

Dois dias após o seu desaparecimento, foi publicada uma notícia em jornal afirmando que no município de Escada (PE), na barragem do Bambu do Engenho Massauassu, havia sido encontrado um corpo mutilado, com sinais de tortura. De acordo com as características físicas indicadas, poderia ser Ezequias. A família procurou identificar o cadáver, mas foi impedida pela polícia, que argumentou tratar-se de pessoa já identificada por outra família, embora nem essa família e nem o local onde foi enterrado aquele corpo tenham sido encontrados.

A princípio, as autoridades não assumiram a prisão de Ezequias. Em 24 de março, o ministro do STM, brigadeiro Armando Perdigão, afirmou que o *habeas corpus* impetrado pelo advogado Fernando Fragoso estava prejudicado face às determinações do AI-5. Novo *habeas corpus* foi tentado pelo advogado e as autoridades mencionadas informaram que Ezequias estivera na prisão, mas fora resgatado por indivíduos estranhos, às 20h30min do mesmo dia. Julgado como revel, Ezequias foi absolvido em processo na 7ª CJM. A partir de então, Ezequias passou a fazer parte da lista de desaparecidos políticos.

Em março de 1991, foi instituída a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, pelo governo Carlos Wilson, de Pernambuco. Essa Comissão analisou, entre centenas de prontuários do DOPS/PE, os de Ezequias. Ao encontrar um ofício encaminhando um corpo procedente do município de Escada (PE) ao IML, no verso do qual havia as impressões digitais do cadáver, cujos traços físicos eram semelhantes aos de Ezequias, a Comissão solicitou ao secretário de Segurança Pública de Pernambuco que fossem confrontadas, por meio de perícia, as impressões digitais do Registro de Identificação de Ezequias com as existentes no referido ofício.

As impressões digitais do corpo encontrado em Escada, em 12 de março de 1972, eram idênticas às da carteira de identificação de Ezequias, ficando assim comprovado que os órgãos de segurança ocultaram o corpo e as circunstâncias de sua morte.

No relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, consta que Ezequias foi

[...] preso pelo DOI/IV Ex, no dia 11 de março de 1972, tendo sido encontrado em seu poder fardo material subversivo. Na noite do mesmo dia, foi conduzido para a região da Cidade Universitária (BR-232), a fim de cobrir um “ponto”, tendo sido nesta ocasião resgatado por seus companheiros de subversão, os quais o conduziram num VW1300, cor branca, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança no sentido de detê-lo, o que ocasionou forte tiroteio de ambos os lados; entretanto não há dados que comprovem se o mesmo encontra-se morto ou desaparecido.

Já o relatório do Ministério do Exército afirma que

[...] foi preso em 11 de março de 1972, pelo DOI-CODI do IV Exército. No mesmo dia de sua prisão, foi conduzido à Cidade Universitária de Recife a fim de cobrir um ponto, oportunidade em que foi resgatado por seus companheiros, após intenso tiroteio. Uma reportagem veiculada no Jornal do Brasil, edição de 2 de outubro de 1991, afirma que uma perícia datiloscópica, realizada pelo Instituto de Polícia Técnica de Recife, comprovou que as impressões digitais de corpo com identidade desconhecida, encaminhado ao Instituto Médico Legal, em 12 de março de 1972, “pertenciam ao nominado”.

O seqüestro de Ezequias

Sua esposa Guilhermina, já falecida, assim descreveu o seqüestro, conforme depoimento publicado no livro *Desaparecidos Políticos*:

Quando voltávamos para casa na sexta-feira, dia 11 de março de 1972, por volta de 1 hora da manhã, estavam nos esperando homens armados de metralhadora. Ficamos abismados. Sem armas, sem qualquer proteção e desprovidos de qualquer maldade, fomos presos. Invadiram nossa residência, vasculhando-a integralmente e deixando tudo na maior desordem. Levaram nossa máquina de escrever. Colocaram capuz em cada um de nós, em seguida nos puseram em carros diferentes (antes de sermos encapuzados, vimos tratar-se de carros tipo Rural Willys) e nos conduziram para local que nós ignoramos qual fosse. Quando chegamos ao local, Quias disse:

– Posso ver minha esposa?

– Não – respondeu alguém, com palavras de baixo calão.

Fomos conduzidos para dentro e eu fui posta numa cela enquanto Ezequias foi ao interrogatório. Mas aquilo não era interrogatório, era um verdadeiro massacre aplicado numa pessoa indefesa. De onde eu estava ouvia a pancadaria. Foram horas terríveis. Aquilo parecia mais um pesadelo. Eu queria acordar e não conseguia. Houve momentos em que pensava que o Quias estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível tantos baterem tanto numa única pessoa.

Depois de muito tempo eles pararam de torturá-lo e o colocaram numa cela perto da minha. Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé. Eu pensei: será que está morto?

Depois que os homens o jogaram na cela, tentei falar com ele, mas minha voz estava presa na garganta, de espanto e sofrimento. Com muito esforço perguntei a ele como estava se sentindo. Perguntei muitas vezes para que pudesse obter uma resposta dada com voz forçada: “Estou bem, meu amor, tenha calma”. Deve ter desmaiado depois disso porque não ouvi mais nenhum som vindo de lá. Foi esta a última vez que vi e ouvi o meu marido. Dormi vencida pelo cansaço. Ao me acordar, procurei imediatamente por ele. Os carcereiros diziam-me simplesmente que não tinha sido preso nenhum Ezequias. Insisti por diversas vezes, porém em vão. Ninguém mais me informou o paradeiro dele. Posso afirmar, categoricamente, que no estado físico em que o vi ele não tinha condições nem de matar uma mosca, quanto mais fugir ou tomar qualquer outra atitude. Eles mataram o meu querido Quias...

Conforme o relato do irmão de Ezequias no livro *Desaparecidos Políticos*, “[...] em setembro de 1977, um estranho acidente automobilístico matou a assistente social Guilhermina Bezerra, mulher de Ezequias”.

Seu nome faz parte da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em homenagem a Ezequias, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua na Vila São Silvestre, e o Rio de Janeiro a uma rua no bairro Paciência.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

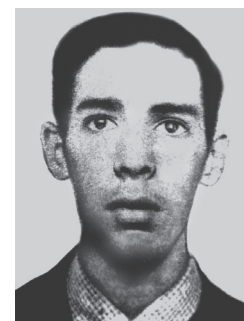
Caso 024/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

A chacina de Quintino

Antônio Marcos Pinto de Oliveira

Nasceu em 16 de fevereiro de 1950, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Januário de Almeida de Oliveira e Heloíza Pinto de Oliveira. Morto em 29 de março de 1972. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).



Fez o curso primário no Colégio Salesiano e depois ingressou no Seminário Arquidiocesano São José. Ao sair do seminário, ingressou na Juventude Estudantil Católica (JEC), atuando no movimento estudantil. Depois, militou na Ala Vermelha do PCdoB e, mais tarde, na VAR-Palmares.

Segundo declarações prestadas por sua irmã, Maria de Fátima de Oliveira Setúbal, em novembro de 1985:

Antônio Marcos atuava no movimento estudantil no Rio de Janeiro na época de 1966/67/68, quando era secundarista. Em 1970/71, passa a fazer parte de uma comunidade de base em Osvaldo Cruz (subúrbio carioca) e a desenvolver atividades de cunho humanista no local (onde a paróquia do Padre João Daniel era sede de um movimento comunitário, como hoje são as Associações de Moradores, nos bairros).

Paralelo a isso, Marcos fazia parte de uma organização política clandestina de oposição ao regime (VAR-Palmares). Passa então a ser procurado pelos órgãos de repressão em fins de 71, quando foram presos diversos companheiros do trabalho comunitário a que pertencia. Antônio Marcos torna-se forçado a atuar na clandestinidade.



Lígia Maria Salgado Nóbrega

Nasceu em 30 de julho de 1947, em Natal (RN), filha de Gorgônio Nóbrega e Naly Ruth Salgado Nóbrega. Morta em 29 de março de 1972. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Ainda pequena, Lígia mudou-se para a cidade de São Paulo, onde estudou, terminando o curso de normalista no Colégio Estadual Fernão Dias Paes. Em 1967, entrou no curso de Pedagogia da USP, tendo se destacado como líder do Grêmio da Pedagogia e por buscar métodos modernos de ensino. Em 1970, ingressou na VAR-Palmares. Obrigada a viver na clandestinidade, mudou-se para o Rio de Janeiro. Estava grávida de dois meses quando foi morta.



Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo

Nasceu em 5 de junho de 1938, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Álvaro Lobo Leite Pereira e Cecília Lisboa Lobo. Morta em 29 de março de 1972. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Participou da Juventude Universitária Católica (JUC) e era formada em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (atual UFRJ). Desenvolveu um trabalho na cidade de Marcos (MA), pelo Movimento de Educação de Base (MEB), apoiado pela Igreja Católica. Ali permaneceu cerca de três anos, dirigindo-se depois para o Recife (PE). Casou-se em novembro de 1966 com Raimundo Gonçalves Figueiredo, assassinado em 28 de abril de 1971, com quem teve duas filhas, Isabel e Iara, as quais tinham 3 e 4 anos quando ocorreu sua morte.

Maria Regina foi ferida quando a casa em que se encontrava foi invadida por agentes do DOI-CODI/RJ, em 29 de março de 1972. James Alen Luz, que estava na casa e conseguiu fugir, chegou a ver quando Maria Regina foi ferida na perna e presa pelos agentes policiais e avisou a família.

Wilton Ferreira

Nasceu no Rio de Janeiro, filho de Maria Ferreira Dias, segundo dados policiais. Morto em 29 de março de 1972. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Constava como Wilson Ferreira na lista organizada pelos Comitês Brasileiros pela Anistia, tendo seu nome corrigido na última edição do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, de 1995.

As mortes

A prisão e morte dos quatro militantes ficou conhecida como *Chacina de Quintino*, quando a casa em que moravam foi invadida por agentes do DOI-CODI/RJ. A porta da casa, na avenida Suburbana, 8988, no Rio de Janeiro, foi arrombada pela explosão de uma granada, por onde os policiais entraram, atirando a esmo. Antônio Marcos foi ferido e, mesmo assim, começou ali mesmo a ser torturado.

O corpo de Antônio chegou ao IML/RJ como desconhecido, pela guia 3 do DOPS/RJ. A necropsia foi feita pelos legistas Valdecir Tagliari e Eduardo Bruno. As fotos e o laudo de perícia de local (1.884/72) e a ocorrência 264/72, feitos pelo Instituto Carlos Éboli (RJ), mostram seu corpo baleado.

O corpo foi retirado por seu pai, em 10 de abril de 1972, por pressão de alguns setores da Igreja, em função de seu tio ser um influente padre no Rio de Janeiro, e entregue à família em caixão lacrado, onde só aparecia o rosto. A família foi ameaçada para evitar que abrissem o caixão ou denunciassem as condições em que o corpo havia sido entregue. O enterro foi realizado no Cemitério São Francisco Xavier, em 11 de abril de 1972, e teve a presença de policiais que continuaram a fazer ameaças.

Lígia foi morta por policiais do DOI-CODI/RJ, entre 29 de março e 30 de abril de 1972, depois de rendida. A família, que morava em São Paulo, só tomou conhecimento da morte de Lígia pela televisão. Pouco antes disso, policiais estiveram na casa de seus familiares buscando informações.

O corpo de Lígia chegou ao IML/RJ em 30 de março de 1972, como pessoa desconhecida. A necropsia, assinada pelos mesmos legistas que realizaram o laudo de Antônio Marcos, confirma a versão oficial de tiroteio e determina como causa da morte “[...] *ferida penetrante de crânio com hemorragia das meninges e destruição parcial do encéfalo*”. Fotos e laudo de perícia de local, feitas pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli (RJ), mostram o corpo de Lígia baleado.

A estudante foi reconhecida pelo seu irmão, o médico Francisco, em 7 de abril, que percebeu escoriações e manchas escuras nas costas e nas regiões laterais do corpo, além dos tiros na cabeça e no braço. Lígia Maria foi sepultada por seus familiares em São Paulo.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, refere-se a Lígia e informa que

[...] em 29/03/72, quando do “estouro” de “aparelho” da VAR-Palmares, no Rio de Janeiro, resistiu à bala à ordem de prisão, sendo ferida e falecendo posteriormente. Assassinada na residência de um companheiro por agente do DOI-CODI, juntamente com dois outros companheiros, na Av. Suburbana 8988, casa 72, Quintino, Rio.

O corpo de Maria Regina chegou ao IML/RJ, considerada pessoa desconhecida, vindo da avenida Suburbana, bairro de Quintino, e teria sido “[...] *morta em tiroteio*”. Chegou a ser encaminhada ao Hospital Central do Exército. Sua necropsia, datada de 30 de março de 1972 e assinada pelos mesmos legistas que assinaram as de Antônio e Lígia, confirma a versão oficial. Fotos e laudo da perícia de local, feitos pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli (RJ), mostram o corpo de Maria Regina baleado.

Maria Regina teria sido identificada nesse mesmo dia, pela ficha do Instituto Félix Pacheco (RJ). O laudo atesta que a morte foi causada por “[...] *feridas transfixantes de crânio e tórax com destruição parcial do encéfalo, lesão da artéria aorta, hemorragia interna e conseqüente ane-*

mia aguda”. Ela foi reconhecida por suas irmãs Maria Eulália, Maria Alice e Maria Augusta, em 7 de abril de 1972, e sepultada por seus familiares no dia seguinte, no Cemitério São João Batista.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, refere-se a Maria Regina e informa que “[...] *por ocasião do estouro do aparelho da VAR/Palmares, em Quintino (RJ), em 29/03/72, ao resistir à prisão foi ferida à bala, morrendo posteriormente*”.

A família de Maria Regina, contudo, apresentou fatos contestando a versão dos órgãos de repressão. Em depoimento, Maria Alice Lobo Leite Burle afirma que em 28 de março de 1972 Maria Regina foi visitar as filhas, que estavam dormindo em sua casa. No dia seguinte, pela manhã, despediu-se das crianças e pegou uma carona com o cunhado e com a irmã. Entre 30 de março e 2 de abril, a família de Maria Alice viajou em virtude do feriado de Semana Santa.

Em 3 de abril de 1972, Maria Alice recebeu um telefonema de alguém que se identificou como amigo de Maria Regina, provavelmente James Alen, contando que em 29 de março a casa onde estavam fora invadida por policiais armados – duas pessoas morreram no local, um conseguiu fugir e apenas Regina foi presa com vida, ferida na perna. Recomendou que a família agisse imediatamente, pois já fazia uma semana que Maria Regina havia sido presa. No dia seguinte, a família procurou o Ministério do Exército, expondo o que sabia e pedindo informações sobre o paradeiro de Regina. Os militares afirmaram que não sabiam de nada.

Seus familiares, por meio de um militar de alta patente conhecido de Maria Alice, conseguiram obter informações concretas a respeito da localização de Regina: estava viva, mas a sua situação era muito grave; nada poderia ser feito, mas tentaria manter a família informada.

Em 5 de abril de 1972, esse militar avisou que Maria Regina acabara de morrer e que as notícias seriam divulgadas na TV naquela noite e nos jornais do dia seguinte. Os órgãos de informação noticiaram a ocorrência.

Em 7 de abril, a família conseguiu a identificação de Maria Regina e a certidão de óbito. No dia seguinte, quando foram ao IML buscar o corpo, funcionários pediram uma roupa de Maria Regina e a trouxeram já vestida. Os irmãos Maria Augusta, Maria Alice e Mário Lobo examinaram melhor a perna direita de Regina e certificaram-se do inchaço. Ela não morrera no tiroteio de 29 de março, senão sua perna não teria inchado. Além do mais, um tiro na perna não seria causa de morte. Os demais tiros, entre eles os na cabeça e no tórax, provavelmente foram dados depois.

Concluíram que Maria Regina, depois de ferida na perna, foi levada pelas autoridades policiais, torturada e, então, baleada – seja com tiros de misericórdia, seja para compor a farsa da morte no tiroteio do dia 29. Ou, ainda, caso não tenha sido torturada, foi assassinada friamente, com vários tiros, depois de ser capturada.

O corpo de Wilton entrou no IML/RJ como desconhecido, pela guia 4 do DOPS/RJ, em 30 de março de 1972 e, segundo a versão oficial, foi metralhado em sua casa à rua Silva Vale, 55, bairro de Cavalcante, na cidade do Rio de Janeiro, em 29 de março de 1972.

O atestado de óbito 16.686, provavelmente de Wilton, foi emitido para uma pessoa dada como desconhecida, tendo sido firmado pelo mesmo legista que assinou os laudos de Antônio Marcos, Lígia e Maria Regina, e confirmou a versão oficial. O declarante foi José Severino Teixeira. Fotos de perícia de local (1.883/72) realizadas pelo ICE/RJ mostram Wilton baleado.

O jornal *Correio da Manhã* publicou, em 6 de abril de 1972, notícia sobre as mortes com a manchete: “*Terroristas Morrem em Tiroteio: Quintino*”, em que o nome de Antônio capciosamente foi substituído pelo de James Allen Luz, militante da VAR-Palmares que conseguiu fugir ao cerco à casa onde se encontravam. A matéria do jornal apresenta uma foto de James, uma foto de Aurora Maria Nascimento Furtado como sendo Lígia e, ainda, uma foto de Maria Regina como Ranúsia Alves Rodrigues. O artigo acrescenta: “[...] *A ação prosseguiu em diversos bairros da Guanabara, sendo localizada em Cavalcanti, à Rua Silva Vale, nº 55, uma oficina mecânica da VAR-Palmares, onde reagiu à prisão outro terrorista, cuja identidade está ainda em exame [sic]*”.

O documento do Instituto Félix Pacheco (RJ), datado de 30 de março de 1972, entretanto, identifica o corpo entregue ao IML como o de Wilton Ferreira, apesar de ter sido enterrado como desconhecido, quase três meses depois. O atestado de óbito, firmado por Valdecir Tagliari, informa que foi morto por feridas transfixantes do tórax, abdômen e perfuração dos pulmões, indicando que tinha cor branca e teria 25 anos presumíveis. O reconhecimento teria sido feito mediante suas digitais, confrontadas no Instituto Félix Pacheco.

Estranhamente, em resposta à solicitação de informações da CEMDP, o Instituto Félix Pacheco informou que Wilton não requereu a carteira de identidade. Forneceu, entretanto, o número de RG, acrescentando que era natural do Rio de Janeiro (RJ), filho de Maria Ferreira Dias.

Wilton foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1972, quase três meses após sua morte. Em 6 de fevereiro de 1978, seus restos mortais foram para um ossário-geral e, no início da década de 1980, para uma vala clandestina com cerca de 2 mil ossadas de indigentes.

Sobre Wilton não foi possível obter mais dados, nem ao menos a certeza de ser esse o seu nome verdadeiro. O caso foi protocolado na CEMDP pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos na expectativa de que sua família pudesse ser localizada, o que não ocorreu. Em dossiês anteriores, elaborados pela Comissão de Familiares e pelos Comitês Brasileiros pela Anistia, seu nome constava também como Hilton Ferreira, registrado nos documentos oficiais com o de Onofre Rodrigues de Moraes, supostamente seu nome falso.

Um documento do CISA, encontrado nos arquivos do DOPS/RJ, de 6 de abril de 1972, informa que, em 29 de março de 1972, foram presos integrantes da VAR-Palmares os quais indicaram o endereço de uma oficina mecânica em que agentes do DOI-CODI - I Exército encontraram Wilton Ferreira (que resistiu à prisão e foi morto) e o endereço de uma residência onde estavam Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Lígia Maria Salgado Nóbrega e Maria Regina Lisboa Leite de Figueiredo, que vieram a falecer depois de tiroteio travado com agentes do DOI-CODI.

Os familiares desses militantes fizeram várias denúncias, uma delas – uma carta da irmã de Antônio Marcos, datada de 29 de março de 1979 – foi publicada em jornais da imprensa alternativa da época.

Na CEMDP, embora os casos tivessem o mesmo relator, João Grandino Rodas, foram votados em sessões diferentes e aprovados por unanimidade. Grandino Rodas baseou-se no atestado de óbito e no exame cadavérico, como também em fotos e depoimentos constantes dos autos, os quais comprovam a tortura e morte após serem rendidos. O caso de Antônio Marcos (35/96) foi aprovado em 8 de fevereiro de 1996, o de Maria Regina (117/96), em 29 de fevereiro de 1996, e o de Lígia (198/96), em 14 de maio de 1996. O caso de Wilton Ferreira foi arquivado sem exame do mérito, em função do fato de seus familiares não terem apresentado o requerimento solicitando indenização.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.dhnet.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 035/96, de Antônio Marcos; caso 198/96, de Lígia Maria; e caso 117/96, de Maria Regina, na CEMDP.

Antônio Carlos Nogueira Cabral

Nasceu em São Paulo (SP), em 14 de outubro de 1948, filho de Cezário Nogueira Cabral e Maria Tereza Nogueira Cabral. Morto em 12 de abril de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudante de Medicina na USP, foi presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. Era uma liderança muito querida entre os estudantes, participou da tradicional encenação teatral



do *Show Medicina* e, também, de uma montagem dirigida por Alberto Daversa, *Noite de Guerra no Museu do Prado*, de Rafael Alberti, uma narração da resistência dos republicanos espanhóis diante do ataque final das forças fascistas, em 1939.

Sua prisão, em circunstâncias desconhecidas, ocorreu em 11 de abril de 1972 e a notícia de sua morte foi publicada nos jornais somente em 18 de abril. Segundo a versão oficial contida no auto de exame cadavérico, de 12 de abril de 1972, Rio de Janeiro, Antônio Carlos foi “[...] morto em aparelho subversivo após reagir à bala”. A mesma informação foi divulgada no *Jornal da Tarde* de 18 de abril de 1972, com a seguinte manchete: “*Terrorista é Morto em Tiroteio na Guanabara*”.

Seu caixão foi entregue à família lacrado e com ordens expressas para não ser aberto. O enterro de Antônio Carlos contou, ainda, com a presença ostensiva de policiais.

O corpo de Antônio Carlos entrou no IML pela guia 5 do DOPS, como desconhecido, morto ao reagir à prisão. Foi identificado por sua irmã, Maria Elizabeth Nanni, em 18 de abril de 1972, e entregue à família no dia 19.

A necropsia foi assinada pelos legistas Olympio Pereira da Silva e Jorge Nunes Amorim, e afirma que as balas que o alvejaram penetraram as regiões vitais: duas no pescoço e três na região do coração.

O relatório da perícia relativo à ocorrência, de nº 293/72, informou que os peritos compareceram ao local às 3h40min de 12 de abril, atendendo requisição do DOPS/RJ. Descreve o local do encontro do corpo de Antônio Carlos como o da entrada da casa. Assinala feridas contusas e equimoses nas nove fotos que acompanhavam o laudo. Registra, ainda, que “[...] suas vestes se achavam em desalinho, denunciando bruscos movimentos e luta. A vítima tinha, nas vestes e mãos, impregnações de tinta própria para Stencil [...]”. Tais fotos, entretanto, não foram localizadas. O atestado de óbito, firmado por Olympio Pereira da Silva, registra outro horário para a morte, 5h25min de 12 de abril, e dá como causa da morte “[...] ferimentos penetrantes e transfixantes do tórax e abdômen, com lesões do pulmão direito, coração e fígado – hemorragia interna”.

As duas únicas fotos de seu corpo encontradas nos arquivos do IML/RJ, junto a dezenas de outras, dentro de uma gaveta sem qualquer identificação, mostram visíveis marcas de tortura: escoriações nas mãos, no tórax, no rosto, faces e testa. Algumas são descritas na necropsia, outras não:

[...] na metade esquerda da região frontal há três placas de escoriação de cor parda avermelhada, medindo a maior três por dois centímetros; o membro superior esquerdo mostra placa de escoriação de cor pardo-avermelhada, medindo três por meio centímetro e que se situa no terço superior [ilegível] externa do braço; no terço superior da face dorsal do antebraço e terço inferior dessa mesma face há oito placas de escoriação de cor pardo-avermelhada, medindo a maior dois por um centímetro; [...] o membro superior direito revela na face externa do cotovelo face posterior do terço inferior do antebraço seis placas de escoriação de cor pardo-avermelhada, medindo a maior dois por um centímetros [...]

Relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, registram que teria morrido em 12 de abril de 1972, às 5h25min, na rua Zizi, 115, bairro de Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, após intenso tiroteio, ao resistir à ordem de prisão.

Seu caso na CEMDP, tendo como relator Nilmário Miranda, foi deferido por unanimidade, em 29 de fevereiro de 1996.

Em 9 de novembro de 2007, por iniciativa da SEDH-PR, em parceria com a diretoria do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (CAOC), foi inaugurado, na sede da entidade estudantil, um memorial composto de painel metálico com fotos e textos, em homenagem a Antônio Carlos e Gelson Reicher, morto em janeiro de 1972.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 107/96, na CEMDP.

Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter



Nasceu em 3 de novembro de 1942, em Orleans (SC), filho de Osvaldo Pfützenreuter e Leônia Aguiar Pfützenreuter. Morto em 14 de abril de 1972. Dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT).

Foi aluno do Grupo Escolar Costa Carneiro, em sua cidade natal, e concluiu o curso ginasial no Colégio São Ludgero, em Tubarão (SC). O científico (atual ensino médio) foi cursado em Blumenau (SC). Mudou-se para Porto Alegre (RS), onde se formou em Jornalismo e Sociologia pela UFRGS, em dezembro de 1964. Escrevia para vários jornais, organizava grupos de estudos e debates, dava palestras sobre a situação nacional e os caminhos da revolução brasileira. Em 1964, foi preso pelo Exército, em Porto Alegre. Mudou-se para São Paulo (SP) com o objetivo de organizar o PORT, sendo um de seus principais dirigentes. Trabalhou em diversas empresas metalúrgicas, dentre elas a MWM e Chiarioni.

Preso por agentes do DOI-CODI/SP, em 14 de abril de 1972, foi morto sob torturas nas dependências desse órgão, no dia seguinte.

A seguir, trechos da carta de seu pai ao presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, datada de 16 de maio de 1972, em que descreve a angústia de sua busca:

Há dias fui avisado de sua prisão pela polícia política, em circunstâncias nebulosas, pois nunca mais foi visto, estando, pois, desaparecido, desde que foi detido.

Em São Paulo [...] dirigi-me à “Operação Bandeirantes” e ao DOPS no dia 7 do corrente, onde me informaram: “Nada consta!”. Me dirigi novamente ao DOPS no dia 11, onde uma vez mais recebi uma resposta negativa e dali fui à OBAN [DOI-CODI/SP], onde indignado e angustiado faço um pedido dramático e em alta voz que me dessem notícias de meu filho, que ao menos reconhecessem sua prisão e que me dissessem quando poderia estar com ele. Nada quebrou a frieza dos funcionários, nenhum deles, e todos sabiam da “via crucis” em que havia se transformado minha vida, nenhum deles se dignou a dizer uma orientação para localizá-lo, nada. Nenhum disse o que todos sabiam e que temiam e temem que seja público. Deste órgão (OBAN) me dirigi, numa última tentativa, ao Instituto Médico Legal, onde simplesmente me informaram que Rui deu entrada (em linguagem clara, morto) no dia 15 e no mesmo dia foi enterrado no Cemitério de Perus. A minhas perguntas [...], responderam simplesmente: “Vá ao DOPS”. Para obter a autorização para retirar a certidão de óbito e a autorização para transportar o corpo para sua terra natal, um funcionário de nome Jair Romeu me deu um papel com o nome do delegado Tácito, do DOPS. No DOPS o delegado Tácito me disse desconhecer o caso e que voltasse na próxima segunda-feira (dia 15). Na data indicada fui ao DOPS, o Dr. Tácito encaminhou-me ao Dr. Bueno, que me mostrou entre vários papéis a certidão de óbito e uma fotografia de meio corpo de meu filho depois de morto. Nesta foto aparecem duas nítidas manchas escuras.

Na certidão de óbito consta como causa da morte anemia aguda traumática, atestado assinado pelo Médico Isaac Abramovitch. O que me causa muita estranheza, Sr. Presidente, é o fato de que o atestado não explica o motivo que causou a anemia. A isto se juntam os detalhes (manchas escuras que aparecem na foto). Eu pergunto: que tipo de tratamento teve meu filho antes de morrer ou o que é o mesmo, o que causou concretamente sua morte? Segundo estou informado de maneira limitada, a imprensa denuncia maus tratos a presos políticos, tenho sérias dúvidas se meu filho não foi torturado antes de morrer ou se não foi morto exatamente em consequência delas [...].

Tenho um passado limpo de serviços prestados à nação e a consciência limpa para exigir o castigo para os assassinos.

E se tomo a iniciativa de denunciar e usar todos os canais para castigar os responsáveis e conseguir dar a meu filho um enterro digno em sua terra natal é para que amanhã outros pais não tenham que, amargurados e silenciosamente, enterrar seus filhos, como se fosse possível enterrar, junto a seus corpos, suas idéias, suas lembranças e a força renova-

dora de sua juventude. Uma grande lição a vida me ensinou, e meu filho mais do que ninguém, a lição da solidariedade humana.

Uma versão dessa carta em espanhol foi encontrada nos arquivos do extinto DOPS/SP. Cópias da carta foram entregues aos líderes dos dois únicos partidos legais na época, Arena e MDB, ao CDDPH e aos organismos de Direitos Humanos da ONU e da OEA. Ela foi lida da tribuna da Câmara dos Deputados pelo parlamentar do MDB gaúcho Nadyr Rossetti, em 12 de junho de 1972, sendo apoiado com apertes de outros parlamentares como Lisâneas Maciel, Marcos Freire, J. G. de Araújo Jorge e Jaison Barreto.

Rui, que fora enterrado no Cemitério D. Bosco, em Perus, como indigente, graças aos esforços de seu pai, acabou tendo seus restos mortais trasladados para o jazigo da família, em Santa Catarina. Nessa ocasião, ainda sob o domínio da ditadura, a Câmara de Vereadores de Orleans, em corajosa atitude, votou a lei que deu o nome de Rui a uma praça daquela cidade. Na mesma época, os formandos da 1ª turma de Comunicação Social da UFSC o escolheram como patrono.

O relatório do Ministério da Marinha, entregue ao ministro da Justiça Maurício Correa, em 1993, afirma que Rui “[...] foi morto em tiroteio com agentes de segurança em 15 de abril de 1972”. O relatório do Ministério da Aeronáutica informa que, “[...] em 15 de abril de 1972, em São Paulo, ao receber voz de prisão, sacou de sua arma e atirou na equipe de segurança, sendo ferido, mesmo assim conseguiu evadir-se, aproveitando a escuridão, porém caiu adiante, sendo conduzido ao hospital e falecendo no trajeto”.

O exame da necropsia foi realizado pelo IML/SP em 26 de abril de 1972, 11 dias após sua prisão e a data oficial de sua morte. A solicitação de exame foi assinalada por um T de “terrorista”, termo utilizado para referir-se aos perseguidos políticos.

O laudo de Isaac Abramovitch não registra as escoriações e marcas de hematomas que são visíveis na única foto do rosto de Rui encontrada no arquivo do DOPS/SP, mas descreve tiros, que não estão visíveis:

[...] Nota-se ferimentos semelhantes àqueles produzidos pela entrada de projétil de arma de fogo na face anterior do terço médio do antebraço direito, que saiu na face anterior, após fratura de dois ossos do antebraço a este nível. Nota-se orifício de entrada na face lateral do hemitórax direito, na linha axilar posterior na altura do nono espaço intercostal. Este projétil, após transfixar o lobo inferior do pulmão direito, e o lobo superior do pulmão esquerdo, alojou-se no tecido celular sub-cutâneo da região mamária esquerda [...].

Rui foi identificado, não se justificando seu sepultamento como indigente. A ocultação de seu corpo da família teve o objetivo de impedir qualquer esclarecimento sobre sua morte.

O legista Antenor Chicarino – por ocasião da instrução dos processos disciplinares no Cremesp contra os legistas que assinaram laudos falsos de mortos e desaparecidos políticos, iniciados nos anos 1990 – afirmou que o laudo de necropsia de Rui é estranhamente sucinto e não descreve as várias lesões na face mostradas na fotografia. Além disso, atestou também que a lesão descrita no exame interno não é imediatamente mortal.

O doutor Dolmevil afirmou que o laudo é de péssima qualidade técnica, omissivo e incompleto. Não detalhou as orlas e zonas dos orifícios de entrada dos projéteis, não descreveu suas trajetórias e não fez referências à hemorragia externa. Além disso, asseverou que a hemorragia interna de 500 mililitros não foi suficiente para justificar a causa da morte como anemia aguda traumática. Em relação à fotografia, o laudo omitiu as lesões na face e equimose transversal paralela à gola esquerda da camisa, produzidas por compressão do tipo estrangulamento.

Declarações dos presos políticos Ayberê Ferreira de Sá e Almério Melquíades de Araújo, na Justiça Militar, denunciaram a morte sob tortura de Rui Pfüthenreuter no DOI-CODI/SP.

A relatora do caso (144/96) na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, votou pelo deferimento, sendo aprovado por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, foi dado seu nome a ruas nas cidades de Criciúma e Florianópolis, em Santa Catarina, e no Rio de Janeiro.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 144/96, na CEMDP.
 PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

Bergson Gurjão Farias (Jorge)

Nasceu em 17 de maio de 1947, em Fortaleza (CE), filho de Gessiner Farias e Luiza Gurjão Farias. Desaparecido em 8 de maio de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pertencia ao destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Era estudante de Química da UFC e foi vice-presidente do DCE dessa universidade, em 1967. Foi preso no Congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968, e expulso da faculdade com base no decreto-lei 477. Indiciado em inquérito por participação no XXX Congresso da UNE, foi condenado a dois anos de reclusão pelo CPJ do Exército, em 1º de julho de 1969.

Ainda em 1968, foi gravemente ferido à bala na cabeça, quando participava de manifestações estudantis no Ceará. Refeito dos ferimentos e sob feroz perseguição, foi para o interior, indo residir na região de Caianos (sudeste do Pará), onde continuou suas atividades políticas.

Morto em combate em 8 de maio de 1972, seu corpo foi levado para Xambioá, em Goiás (atual Tocantins), bastante deformado, pendurado em uma árvore, de cabeça para baixo, a qual era chutada constantemente pelos pára-quedistas mobilizados na caça aos guerrilheiros.

Na carta de instrução 01/72, da Operação Papagaio, o comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra, Uriburu Lobo da Cruz, informou que a operação produziu baixas entre os guerrilheiros, entre as quais a morte do “[...] *terrorista Bergson Gurjão Farias, Jorge*”, em 2 de junho de 1972, na região do Caianos.

Segundo depoimento de Dower Moraes Cavalcante, ex-guerrilheiro já falecido, o general Antônio Bandeira dissera-lhe que Bergson estaria enterrado no Cemitério de Xambioá.

O relatório do Ministério da Marinha, entregue ao ministro da Justiça Maurício Correa em 1993, afirma que “[...] *em junho de 1972, foi morto*”.

Seu desaparecimento foi denunciado na Justiça Militar, em 1972 e 1973, pelos presos políticos José Genoíno Neto e Dower Moraes Cavalcante. Genoíno afirmou que o corpo de Bergson lhe foi mostrado durante um de seus interrogatórios e sabia que ele estava com malária, tendo sido morto à baioneta.

Ângelo Arroyo, comandante da guerrilha que sobreviveu à perseguição no Pará e foi assassinado na Chacina da Lapa em 1976, fez um relato minucioso dos acontecimentos. Esse documento se tornou conhecido como Relatório Arroyo, após a sua apreensão e anexação no processo sobre a referida chacina. No documento, há a seguinte citação a respeito de Bergson:

[...] *dias depois, Paulo [Paulo Mendes Rodrigues, comandante do destacamento] procurou um morador de nome Cearense, seu conhecido, e que já havia prestado alguma ajuda, encomendando-lhe um rolo de fumo, que seria apanhado dentro de uns três dias. Cearense sempre foi muito ajudado por Paulo. No entanto, diante da recompensa oferecida pelo Exército (1.000 cruzeiros) por cada guerrilheiro que entregasse, Cearense foi a São Geraldo e avisou o Exército do ponto marcado por Paulo. No dia de apanhar o fumo, dirigiu-se ao local um grupo constituído por cinco elementos: Paulo, Jorge [Bergson Gurjão Farias], Áurea [Áurea Elisa Pereira Valadão], Ari [Arildo Valadão] e Josias [Tobias Pereira Júnior]. Ao se aproximarem do local, foram metralhados, tendo morrido Jorge.*

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em sua homenagem, foi dado seu nome a ruas em São Paulo (SP), Campinas (SP) e no Rio de Janeiro (RJ).



Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 145/96 e 338/96, na CEMDP.

Projeto Brasil: Nunca Mais.
Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

Lourival de Moura Paulino

Filho de Joaquim Moura Paulino e Jardilina Santos Moura. Desaparecido em 21 de maio de 1972.

Tinha aproximadamente 55 anos, segundo documentos do inquérito policial em Goiás, referentes à sua morte.

Camponês da região próxima ao rio Araguaia, residia no município de Marabá (PA). Foi preso em maio de 1972 pelo Exército, torturado e transportado para a base militar de Xambioá em Goiás (atual Tocantins), onde continuaram a torturá-lo até ser encontrado enforcado, em 21 de maio de 1972, na delegacia de polícia da cidade.

No processo (105/90) arquivado em 17 de setembro de 1990 em Xambioá e encontrado em abril de 1991, pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, representantes de entidades de direitos humanos e parlamentares, foram obtidas as seguintes informações:

Lourival deu entrada na Delegacia de Xambioá no dia 18 de maio de 1972, aproximadamente às 15:30 horas, após ser detido pelo Exército, a fim de ser interrogado por suspeita de subversão. No dia 21 de maio de 1972 teria se suicidado com a corda da rede de dormir que o filho lhe trouxera. Era delegado em Xambioá, à época, Carlos Teixeira Marra, 2º Sargento da PM, e carcereiro, Salomão Pereira de Souza. Assina o laudo necroscópico o médico Manoel Fabiano Cardoso da Costa - CRM 267/AM.

O *Jornal do Brasil*, de 8 de maio de 1991, em artigo intitulado “*Inquérito Documenta Morte no Araguaia*”, descreveu os fatos:

O primeiro documento oficial da guerrilha do Araguaia, um inquérito policial que atesta o “suicídio” de um guerrilheiro desaparecido, o camponês Lourival Moura Paulino, datado de maio de 1972, foi encontrado por um grupo de familiares dos 59 combatentes mortos, no fórum da cidade de Xambioá, no Tocantins.

No inquérito, o primeiro documento oficial da guerrilha do Araguaia, consta que o corpo teria sido levado de Xambioá para Marabá, mas o cadáver está perdido.

Após acompanhar a procura das ossadas, o grupo foi ao fórum da cidade, onde achou o inquérito policial relatando a morte do guerrilheiro Lourival. No inquérito, com o timbre da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (onde ficava Xambioá, antes da criação do Estado de Tocantins), o então soldado da Polícia Militar, hoje delegado de Xambioá, Salomão Pereira de Souza, assina a declaração de que Lourival fora entregue à delegacia, no dia 18 de maio de 1972, após ter sido preso pelo Exército.

O preso teria, segundo o documento, cerca de 55 anos. Lourival fora detido pelo Exército a fim de ser interrogado “por suspeita de subversão”.

Em anexo ao inquérito, há uma autorização para remoção de cadáver, datada do dia 22 de maio de 1972, assinada pelo então delegado de Xambioá, Carlos Teixeira Marra.

O inquérito foi enviado ao juiz da comarca de Araguaína (GO), Vítor Barbosa Lenza, sob o número 105/90, e arquivado no dia 17 de setembro de 1990, por determinação do juiz Gilberto Lourenço Ozelame.

Segundo seu filho, Ruiderval Miranda Moura, que tirou a corda do pescoço de Lourival, a corda usada não era a que ele levou e sim uma corda diferente, mais fina e lisa.

Em depoimento na Justiça Militar, o ex-presos político José Genoíno Neto afirmou que “[...] quando estava na cadeia de Xambioá, na cela ao lado, foi enforcado um lavrador que se chamava Lourival Paulino”.

Até o momento, Lourival é o único desaparecido político da Guerrilha do Araguaia cujos documentos comprovando a sua morte foram encontrados no cartório de Xambioá.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Correa em 1993, informa:

Sem dados de qualificação, utilizava o codinome “Lourival”. O Jornal do Brasil, em sua edição do dia 08 Mai. 91, noticiou que o primeiro documento oficial sobre a guerrilha do Araguaia, um Inquérito, revela o “suicídio” do guerrilheiro camponês em sua cela, no dia 21 Mai. 72.

Este Inquérito teria sido enviado ao juiz de Araguaína (GO), onde recebeu o número 105/90, o qual, por determinação do Juiz Gilberto Lourenço Ozelane, foi arquivado em 17 Set. 90.

Não existe registro que confirme essa versão.

O Relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, assinado pelo Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, informa que ele “[...] suicidou-se a 21 Mai. 72, em Xambioá – apoiava o Destacamento C”.

Em maio de 1996, a CEMDP descobriu que o corpo de Lourival havia sido entregue a uma de suas filhas, Maria da Conceição Mota da Silva, residente em Marabá (PA). Maria disse que seu pai havia saído de casa com seu barco. Dois dias depois, uma vizinha contou-lhe que o Exército havia capturado Lourival: “[...] A gente correu atrás dele e viu o corpo dentro de um buraco. Pedimos para sepultá-lo no cemitério e os militares deixaram, mas tenho certeza que dinheiro nenhum paga o que fizeram com meu pai”.

No Relatório da Primeira Missão da Busca de Restos Mortais: Relatório de Viagem aos Estados do Pará e Tocantins, datado de 14 de maio de 1996 e assinado por Cristiano Morini, da CEMDP, lê-se:

Além disso, o depoimento da filha de Lourival de Moura Paulino (desaparecido constante na lista do anexo I da lei 9.140/95), Maria da Conceição Mota da Silva, afirmou que os restos mortais de seu pai estão no cemitério local da cidade de Marabá, afirmando, também, que não quer a exumação do esqueleto.

No livro *O Nome da Morte*, do jornalista Klester Cavalcanti, o matador de aluguel Júlio Santana, contratado como mateiro pelo Exército, declarou que Lourival foi torturado durante dois dias pelo delegado Carlos Marra e por militares do Exército antes de aparecer enforcado na delegacia de Xambioá.

O seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo e Campinas (SP) deram seu nome a ruas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 010/96 e 338/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

CAVALCANTI, Klester. *O Nome da Morte*. São Paulo: Planeta, 2006.

Paulo Guerra Tavares

Nasceu em Sapucaia (RJ), em 22 de agosto de 1937, filho de Antônio Tavares Dias e Maria Del Pino Guerra. Morto em 29 de maio de 1972. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era 3º sargento pára-quedista do Exército, casado com Sueli Madeira Guerra Tavares e tinha três filhos. Em 1963, foi transferido do Rio de Janeiro para João Pessoa (PB). Em julho de 1964, temendo a prisão, abandonou o Exército, sendo excluído por deserção.

Viajou para o Uruguai, onde se asilou e manteve contato com Leonel Brizola e outros asilados. Poucos meses depois, a família viajou para juntar-se a ele no Uruguai.

Em 1965, retornou ao Brasil clandestinamente, com o nome de João Paulo Martins, instalando-se na cidade de Pau D’Alho, no Paraná.

Em 29 de maio de 1972, foi morto em São Paulo (SP). O jornal *Notícias Populares* do dia seguinte divulgou que fora morto com quatro tiros por quatro homens que saíram de um Volkswagen de armas em punho, tendo levado seus documentos, mas deixando intacto seu dinheiro. A imprensa divulgou que, pelas características do crime e do morto, estava bem trajado e usava documentos falsos, deveria estar em São Paulo para algum encontro ilegal.

Em seu bolso, a polícia paulista teria encontrado o endereço da família no Rio de Janeiro. Estranhamente, seu irmão, Isaac Tavares Dias, foi avisado e dirigiu-se à capital paulista para



reconhecer o corpo, até então identificado como João Paulo Martins, tendo sido enterrado no Cemitério São Pedro, em São Paulo (SP).

O primeiro pedido encaminhado à CEMDP não foi analisado, por ter sido apresentado fora do prazo. O caso somente chegou ao conhecimento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos após a apresentação do requerimento. O caso foi reapresentado após a edição da lei 10.536/02, que ampliou os prazos para novos pedidos.

Aos autos do pedido foram juntadas declarações do médico Almir Dutton Ferreira e de Liszt Benjamim Vieira, integrantes da VPR, presos e banidos do país por ocasião do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, em junho de 1970. Ambos declaram ter militado na VPR com Paulo Guerra Tavares, no Rio de Janeiro, durante o ano de 1969, a quem conheciam como *Sargento Guerra*. O ex-marinheiro Avelino Capitani também o conheceu com esse apelido, durante o exílio no Uruguai, logo após o golpe de Estado de 1964.

A morte foi investigada pelo DOPS/SP, conforme relatório de 18 de junho de 1973, assinado pelo investigador Amador Navarro Parra, que afirmou ter feito investigações nas cidades paranaenses de Londrina, Rolândia, Ubatuba, Araçatuba, Cascavel e Foz do Iguaçu, além de Vila de Bananeira e outras vilas intermediárias. Relatou que, com o nome de João Paulo Martins, Paulo Guerra exercera funções de dentista ambulante e vendedor autônomo, tendo grande prestígio em Rolândia. Identificou amigos e concluiu supondo que o falecido estaria ligado ao PCBR, tendo sido indiciado em IPM por ser o tesoureiro da organização, na qual era conhecido pelo nome de *Souza*.

O relator do caso (092/02) na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior, considerou que os fatos não apontavam para um crime de latrocínio, e sim para uma execução política, praticada no auge da repressão política no Brasil, sendo aprovado por unanimidade em 27 de dezembro de 2004.

Documentos consultados:
Caso 92/02, na CEMDP.



Grenaldo de Jesus da Silva

Nasceu em 17 de abril de 1941, em São Luís no Maranhão, filho de Gregório Napoleão Silva e Eneida Estela Silva. Morto em 30 de maio de 1972.

Era o filho mais velho dentre 12 irmãos. O pai era alfaiate, a mãe servente de escola em São Luís (MA). Ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros do Ceará em 1º de janeiro de 1960. Em 30 de setembro de 1964, quando era marinheiro de 2ª classe, foi expulso em função de sua participação política e acabou por ser condenado a cinco anos e dois meses de prisão, a mais alta pena entre os 414 marinheiros julgados.

Fugindo à prisão, chegou a Guarulhos (SP), e durante cinco anos trabalhou como porteiro e vigilante da empresa Camargo Corrêa. Lá se casou com Mônica Edmunda Messut e tiveram um filho. Em 1971, Grenaldo saiu de casa nervoso, após receber cartas que, provavelmente, lhe avisavam que fora descoberto. A mulher só voltou a saber dele quando foi divulgada sua morte por ocasião do seqüestro de um avião no Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo.

Foi morto em 30 de maio de 1972, no Aeroporto de Congonhas, quando tentava seqüestrar um avião da Varig, que partira para Curitiba, obrigando o piloto a retornar para São Paulo. Após negociar a saída de todos os passageiros e a maior parte dos tripulantes, a aeronave foi invadida, e Grenaldo, mesmo tendo sido imobilizado, recebeu um tiro na cabeça dado pelos agentes do DOI-CODI/SP.

A versão policial foi de suicídio, e é a que consta na requisição do exame necroscópico marcado com a letra T manuscrita, indicando tratar-se de pessoa considerada "*terrorista*", solicitado pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho. Assinaram o laudo os legistas Sérgio Belmiro Acquestra e Helena Fumie Okajima.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que ele foi “[...] morto em 30 de maio de 1972”.

Grenaldo foi enterrado como indigente em 1º de junho de 1972, no Cemitério D. Bosco, em Perus, em São Paulo, e, de acordo com o registro do cemitério, seus restos mortais encontram-se entre as 1.049 ossadas da vala clandestina criada em 1976 naquele cemitério.

Em um artigo de jornal não identificado encontrado nos arquivos do DOPS/SP, de 2 de junho de 1972, há um depoimento em que Mônica Edmunda Messut e sua mãe Cristina, companheira e sogra de Grenaldo, respectivamente, afirmaram que ele era uma boa pessoa, mas que havia um ano começara a receber cartas do Norte do país, que ele dizia serem de sua mãe, e desde então se tornou uma pessoa tensa. Em setembro de 1971, chegou em casa acompanhado de uma moça, que ele apresentou como sua irmã. Disse também que iria acompanhá-la em um tratamento médico, mas nunca mais voltou nem deu notícias. Sua família soube pelo rádio que ele havia seqüestrado o avião.

A família não requereu indenização à CEMDP quando foi editada a lei 9.140/95. Somente em 2002, um dos seus irmãos entrou com um pedido, que foi posteriormente transferido ao filho. Em 2003, a repórter Eliane Brum, da revista *Época*, foi procurada por uma testemunha que desvendou o crime, possibilitando ao seu filho, Grenaldo Edmundo da Silva Mesut, que não sabia das circunstâncias da morte do pai, o encontro com sua verdadeira história e de sua família.

José Barazal Alvarez, sargento especialista da Aeronáutica e controlador de tráfego aéreo no aeroporto de Congonhas, estava trabalhando no dia da tentativa de seqüestro e alternava com seus colegas a comunicação com a tripulação do avião. Recebeu a missão de reunir os pertences do seqüestrador e fazer um relatório. Fazia 30 anos que sofria pesadelos ao lembrar-se da carta-testamento para o filho que retirara do peito de Grenaldo, próximo ao segundo tiro em seu corpo. Grenaldo não se suicidara com um único tiro, como afirmaram a Aeronáutica e os legistas do IML. José calou-se até rever a foto de Grenaldo em reportagem da jornalista Eliane Brum, publicada na edição nº 251 da revista *Época*, de 7 de março de 2003, intitulada “*Bodas de Chumbo*”. Decidiu procurar o filho de Grenaldo e contar-lhe a verdade. Assim, chegou à jornalista Eliane Brum, que promoveu o encontro entre José e Grenaldo Edmundo, registrando-o em reportagem que veio a público na edição nº 286 de *Época*, de 6 de novembro de 2003, sob o título “*O Filho do Perseguido*”:

Na sala de estar, sentados um diante do outro, dois homens estão unidos por um assassinato. É sábado, 26 de julho, e faz frio em São Paulo. Eles se encontram pela primeira vez. O mais velho, José Barazal Alvarez, de 63 anos, tem atravessado na garganta um segredo de mais de três décadas. O mais jovem, Grenaldo Edmundo da Silva Mesut, de 35 anos, vive um daqueles raros momentos na vida em que um homem descobre, entre o desejo e o horror, que seu destino está prestes a ser alterado. José se liberta: “Seu pai não se suicidou. Ele foi assassinado. Deixou uma carta para você. Tirei essa carta do peito dele, a primeira página estava manchada de sangue. Li e entreguei aos meus superiores”. Grenaldo cai de joelhos diante de José. Juntos, rezam um pai-nosso.

A partir desta data, o filho empreendeu um doloroso caminho em busca da história – a do pai e a do país.

Descobriu-se herdeiro de duas guerras. A da ditadura, trazida pelo pai. E a outra, não menos trágica, encarnada pela mãe. Sua avó, Christina, fugiu da Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial. No caminho, encontrou uma mulher morta. Nos braços, o bebê ainda respirava. Salvou a criança e, na fuga pela Europa devastada, chegou ao horror: sem leite ou comida, rasgou o pulso e alimentou a menina com seu sangue. O bebê era Mônica, aquela que seria sua mãe. No Brasil, nenhuma das duas alemãs gostava de falar do passado, e por isso não fizeram perguntas quando Grenaldo, um maranhense robusto de silêncios, instalou-se em suas vidas.

“Seu pai não era um bandido. Não machucou ninguém. Deixou todo mundo sair do avião e foi executado. Sabe o que era a granada que diziam que ele tinha? Um carretel

daqueles de pescaria, enrolado com fita crepe”, revelou o ex-sargento. “Na carta para você ele explicou que estava sendo perseguido, que não podia trabalhar por causa dos documentos e que cometia aquele ato de loucura para chegar ao Uruguai e construir uma nova vida. Depois, mandaria buscar você e sua mãe.”

A repórter localizou também o mecânico de vôo Alcides, a única pessoa que permaneceu no avião com Grenaldo após a fuga da tripulação pela janela, e que encontrou o corpo caído com o buraco de bala, quase na nuca.

O chefe da equipe de controle de vôo, Alberto Bertolucci, relatou à revista: “*A ditadura decidiu que era suicídio e a gente teve de aceitar. Botaram um pano em cima*”. E acrescenta “[...] *virou piada o seqüestrador suicidado com um tiro na nuca...*”.

A relatora do caso (049/02 e 127/02) na CEMDP, Maria Eliane Menezes de Farias, observou que,

[...] embora o IPM seja inconclusivo quanto à motivação política de Grenaldo de Jesus da Silva no seqüestro que culminou em sua morte, assim como não há documentação reunida nos autos que comprove que o falecido participava de uma ação politicamente orientada, fica patente que esse entendimento foi o que conduziu toda a ação policial militar quanto aos fatos.

Para a relatora, “[...] *a aeronave em que Grenaldo se encontrava quando foi morto se assemelha às dependências policiais, já que a vítima estava sob custódia das forças de segurança*”. O caso foi aprovado por unanimidade em 10 de agosto de 2004.

O nome de Grenaldo consta nas primeiras listas de busca dos familiares de mortos e desaparecidos, mas somente em 2003 foi possível localizar seu filho. Em sua homenagem, a cidade de São Paulo colocou seu nome em uma rua na Vila Ema.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 049/02 e 127/02, na CEMDP.

Emboscada no Restaurante Varella



Ana Maria Nacinovic Corrêa

Nasceu em 25 de março de 1947, no Rio de Janeiro, filha de Mário Henrique Nacinovic e Anadyr de Carvalho Nacinovic. Morta em 14 de junho de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Fez o primário, o ginásio e o científico no Colégio São Paulo, em Ipanema, no Rio de Janeiro (RJ). Estudava piano e tinha entusiasmo pelas artes. Terminou o científico (atual ensino médio) com 17 anos, e sua inclinação para a matemática levou-a a frequentar um curso pré-vestibular com o objetivo de tornar-se engenheira. O casamento malsucedido a fez interromper os estudos. Aos 21 anos, ingressou na Faculdade de Belas Artes.

Ligou-se à ALN no Rio de Janeiro e, em seguida, foi para São Paulo como integrante do Comando Regional da organização. Foi a única sobrevivente quando houve a emboscada, arquitetada pelo DOI-CODI/SP, contra militantes da ALN, em setembro de 1971, na rua João Moura, em São Paulo, que resultou nas mortes de Antônio Sérgio de Matos, Manuel José Mendes Nunes e Eduardo Antônio da Fonseca.

Em 16 de outubro de 1973, apesar de considerada oficialmente morta, Ana Maria foi condenada à reclusão a 12 anos de prisão, com base no artigo 28 do decreto-lei 898/69 (a LSN).

Sua mãe, Anadyr, escreveu um relato sobre a filha:

[...] para a idealista que era, o que sempre demonstrou no seu dia-a-dia em atitudes de solidariedade em relação ao próximo, caíram em campo fértil as sementes de rebelião contra o regime autoritário que dominava o país. Era a época aterrorizante do ditador Emílio Garrastazu Médici. Aquela mocinha inexperiente, mal saída dos bancos escolares e de um casamento frustrado, aos poucos se converteria na guerrilheira cujos retratos

nos aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos, apontavam como uma subversiva perigosa. Seguiu-se uma época de aflição e angústia para sua mãe e demais familiares, até que chegasse o momento fatal. Momento em que toda a ternura daquele coraçãozinho que só aspirava à igualdade entre os homens, daqueles imensos olhos azuis que só queriam contemplar o lado bom da vida, converteu-se em escuridão e trevas.

Iuri Xavier Pereira



Nasceu em 2 de agosto de 1948 na cidade do Rio de Janeiro, primeiro filho de João Batista Xavier Pereira e Zilda Xavier Pereira, militantes comunistas do PCB. Morto em 14 de junho de 1972. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Fez o primário na Escola Pública Alberto Barth e o secundário no Colégio Anglo-Americano, no Rio de Janeiro. Em 1965, ingressou na Escola Técnica Nacional, quando atuou ativamente no movimento estudantil e na organização dos estudantes técnicos, dirigindo a UNETI.

Em 1964, estava se preparando para o vestibular de Engenharia Eletrônica, mas foi impedido de prosseguir pelas violentas mudanças ocorridas no Brasil após o golpe de Estado. Sua casa foi invadida e saqueada, e sua família passou a viver na clandestinidade. Logo após o golpe de 1964, tornou-se militante do PCB.

Atuando na clandestinidade, participou da luta interna no PCB, transformando o Comitê Secundarista em um foco de crítica às teses defendidas pela direção do partido na preparação do VI Congresso, a partir do qual acompanhou Carlos Marighella na fundação da ALN.

Com Alex, seu irmão, assassinado em janeiro de 1972, dedicou sua vida à militância política. Em 1969, foi para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. Em maio de 1970, retornou ao Brasil, quando passou a fazer parte do Comando Nacional da ALN, assumindo depois a coordenação da organização.

Sempre preocupado com a formação dos militantes e com o desenvolvimento de uma imprensa revolucionária, fundou e dirigiu órgãos informativos no movimento estudantil: *O Moita*, que depois passou a se chamar *Radarr*, na Escola Técnica, e *O Micro*, órgão oficial da AETI. Desenvolveu com Gelson Reicher (militante da ALN assassinado com seu irmão Alex) um trabalho de imprensa clandestina e, juntos, criaram os jornais *1º de Maio*, *Ação* e *O Guerrilheiro*.

Em 1969, enfrentou o sofrimento em decorrência da prisão, tortura e fuga de sua mãe, Zilda, dirigente da ALN. E, em janeiro 1972, pelo assassinato do irmão Alex.

Vivendo intensa perseguição policial, escapou da morte muitas vezes, furando os cercos da repressão policial. Ao mesmo tempo, escreveu diversos artigos e documentos na tentativa de fundamentar um processo de discussão e balanço interno que definisse os rumos da ALN. Em dezembro de 1971, escreveu à mãe:

[...] Quero que você tenha a certeza de que, haja o que houver, serei sempre fiel ao seu exemplo e de Marighella. Não mancharei a firmeza que me deram. Qualquer coisa que houver, saberei preservar a organização, pois a vacilação diante do inimigo não faz parte do que aprendi.

Marcos Nonato da Fonseca



Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1º de junho de 1953, filho de Octávio Fonseca Filho e Leda Nonato Fonseca. Morto em 14 de junho de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudante secundarista do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde iniciou suas atividades políticas. Era de família pobre e tinha de cuidar de seus irmãos menores enquanto seus pais trabalhavam: sua mãe era manicure e seu pai, cozinheiro. Morava em uma casa simples em São Conrado, no Rio de Janeiro.

Em 1969, com apenas 16 anos, ingressou na ALN. Dirigiu-se a Minas Gerais, onde atuou na Coordenação Regional da organização com Aldo de Sá Brito Souza Neto, assassinado em 1971. Voltou para o Rio de Janeiro e, posteriormente, foi para São Paulo (SP).

Sua mãe guardou a última carta que ele lhe escreveu, em 30 de dezembro de 1971:

Estou escrevendo novamente, depois de um longo tempo sem mandar notícias. O povo perdeu combatentes de valor, como Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca e tantos outros. Mas, apesar disso, nossa luta não terminou, porque é a luta de um povo contra seus opressores. Estou me lembrando que amanhã vai fazer dois anos em que estivemos juntos pela última vez. Foi numa passagem de ano de 69 para 70. [...] Não me arrependo do caminho que escolhi... Até uma outra vez. Seu saudoso filho.

A emboscada

Enquanto Ana Maria, Iuri, Marcos Nonato e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no Restaurante Varella, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, telefonou para o DOI-CODI/SP, avisando da presença de algumas pessoas que tinham suas fotos afixadas em cartazes de “*Procurados*”, produzidos na época pelos órgãos de segurança.

Os agentes do DOI-CODI, assim que se certificaram da presença dos quatro, montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando um grande contingente de policiais.

Segundo o relato de Antônio Carlos Bicalho Lana (assassinado em 1973), o único sobrevivente da emboscada, eles foram vítimas de um intenso tiroteio levado a efeito por dezenas de policiais. Os tiros vinham de todos os lados, com exceção do lado onde estava estacionado o carro dos guerrilheiros, junto à calçada, em frente a um muro. Ao abaixar-se para abrir a porta do carro para os demais, protegido pelo muro, Lana recebeu tiros no braço, na perna e no pé direito. Tentou usar a metralhadora, única arma de que dispunha o grupo, mas ela travou. Ao sair correndo pela rua, viu Ana Maria, Iuri e Marcos correndo em outra direção. Fugindo dali, Lana soube da morte dos outros companheiros pelos jornais.

A versão oficial distribuída à imprensa na noite de 14 de junho de 1972 e publicada nos jornais do dia seguinte, informou que houve um cerco montado pelos agentes de segurança quando conseguiram localizar, na esquina das ruas Antunes Maciel e Mooca, quatro militantes da ALN. Os jornais referiram-se a ferimentos em uma menina, um transeunte e dois agentes policiais, sem identificá-los, conforme relatam os jornais *O Globo*, *Jornal de Tarde* e *Jornal do Brasil*, de 15 de junho.

Não há dados e perícias que possam comprovar a morte em tiroteio, tais como fotos, relação de armas utilizadas, exame de corpo de delito nem dos militantes, nem dos policiais ou transeuntes feridos citados na versão oficial. Por outro lado, contrariamente ao alegado à época, os corpos não foram levados para o necrotério, mas sim para as dependências do DOI-CODI do II Exército, onde foram vistos pelo preso político Francisco Carlos de Andrade, conforme seu depoimento de 26 de março de 1996:

Fui preso no dia 27 de novembro de 1971 por um grupo de militares subordinados ao II Exército, que atuavam clandestinamente com o nome de Operação Bandeirantes [DOI-CODI] e usavam como sede a delegacia de polícia situada na rua Tutóia, em São Paulo. Fiquei detido nessa delegacia até novembro de 1972, sendo então transferido para a Casa de Detenção de São Paulo. Numa data que não posso precisar ao certo do ano de 1972, devido às condições que nos impunham os carcereiros, vi no pátio dessa delegacia três corpos estendidos no chão. Reconheci, de imediato, tratar-se de Iuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Corrêa; o terceiro corpo não reconheci. Minha certeza de que se tratava de Iuri e Ana vem de que os conheci muito bem durante meu período de militância na ALN, organização na qual os dois também militavam. Tempos depois, vim a saber que o terceiro corpo estendido naquela delegacia era de um terceiro companheiro que não havia conhecido e que se chamava Marcos Nonato da Fonseca.

O corpo de Ana Maria foi entregue à família, com a autorização do delegado do DOPS/SP, em caixão lacrado.

Iuri foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, de Perus, na cidade de São Paulo. Os restos mortais de Iuri foram trasladados para o Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1980, após a ação de retificação dos registros de óbito, com os de seu irmão, Alex. Agentes policiais estiveram presentes na cerimônia organizada em São Paulo e no Rio de Janeiro e acompanharam o traslado dos mesmos até a capital carioca.

Marcos Nonato foi enterrado por seus familiares no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Suas necropsias, realizadas no IML/SP, em 20 de junho de 1972, foram firmadas pelos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, que confirmaram a versão oficial de morte em tiroteio. As requisições do exame necroscópico apresentam o T manuscrito, indicativo de que se tratavam de perseguidos políticos considerados “terroristas”.

Na CEMDP, o caso de Ana Maria (189/96) foi apresentado em 18 de março de 1996 pela relatora Suzana K. Lisbôa, sendo retirado de pauta para a realização de diligências solicitadas. Em 23 de abril de 1996, a relatora apresentou seu voto favorável. O conselheiro Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas e enviou o caso ao perito Celso Nenevê, que recomendou a exumação e exame pericial de seus restos mortais, considerando-se que a má qualidade das fotos anexadas ao caso não permitia a análise detalhada dos ferimentos que recebera, não descritos no laudo necroscópico dos legistas do IML/SP.

Em 17 de outubro de 1996, Luís Francisco trouxe o caso à pauta, propondo que fossem realizadas diligências para localizar os dois policiais que teriam sido feridos durante o tiroteio ocorrido em 14 de junho de 1972, como também os dois transeuntes feridos. Tais solicitações não foram respondidas.

Não tendo a CEMDP atendido à solicitação de exame pericial em Ana Maria, as três exumações foram realizadas a pedido dos familiares.

Os três foram exumados e examinados pelo antropólogo forense Luís Fondebrider, da Equipe Argentina de Antropologia Forense, e pelo legista Nelson Massini.

Os familiares de Iuri e Alex providenciaram também a identificação de ambos, feita por exame de DNA no Serviço de Huellas Digitales Genéticas, da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Buenos Aires, aos cuidados do médico Daniel Corach.

Na análise, o antropólogo forense constatou no esqueleto de Ana Maria que somente o fêmur esquerdo apresentava fratura *peri mortem*, não sendo esse o ferimento responsável pela sua morte. Junto aos ossos, foram localizados três projéteis de arma de fogo e o laudo de Abramovitch indicava apenas dois tiros, tendo um transfixado o corpo. Como teriam aparecido três projéteis no corpo de Ana?

Não há qualquer referência no laudo do IML da fratura ou das lesões visíveis no seio, no ouvido e no pescoço presentes nas fotografias. Apesar da má qualidade das mesmas, nota-se a existência de disparo característico de tiro de execução, desferido de cima para baixo, o que contradiz a versão oficial.

No caso de Ana Maria, os argumentos finais da relatora foram em torno de um aspecto destacado pelo perito Celso Nenevê. Segundo ele, todas as fotos mostram Ana com a boca entreaberta, expondo a arcada dentária superior. Segundo o perito essa condição

[...] é sugestiva da possibilidade de insuficiência respiratória, a qual poderia ser resultante de lesão em órgãos deste sistema. Como não consta exame interno, nada se pode inferir do motivo da boca estar entreaberta. Outrossim, cabe salientar que a lesão da região mamária direita poderia causar insuficiência respiratória, dependendo para tanto da intensidade (profundidade) e das características do agente causador.

A relatora alegou ser suspeito que, tratando-se de um episódio de tamanha violência e proporções, com três mortos e quatro feridos, incluindo dois policiais que não são identificados, não tenha sido feita perícia de local, não haja fotos dos corpos por inteiro no local onde foram abatidos, não tenham sido encontradas referências às armas apreendidas com os três

militantes, não haja exames residuais de pólvora ou balística para determinação dos possíveis responsáveis pelos tiros que teriam atingido os quatro feridos. Enfim, nada foi feito para que se pudesse corroborar a versão oficial.

Argumentou ainda que, apesar de os jornais informarem que, dali, os corpos teriam sido levados para o necrotério, o que evidentemente aconteceria se a morte ali tivesse ocorrido, os três militantes não foram levados ao IML, mas para o DOI-CODI do II Exército, onde foram vistos pelo então preso político Francisco Carlos de Andrade.

Além do testemunho de Francisco, há a comprovação do fato nas fichas de identificação de Iuri e Ana Maria feitas no DOI-CODI do II Exército no mesmo dia 14.

Outro fato que se contrapõe à versão oficial é o dado registrado na requisição do delegado Alcides Cintra Bueno Filho, do DOPS/SP, que informa que os corpos deram entrada no IML sem roupas. Ana Maria chegou despida, Iuri de cuecas e meias e Marcos de calça, cueca, sapatos e meias. Certamente, não foi com essas vestimentas que almoçaram no restaurante e fizeram parte do violento tiroteio.

O exame pericial de Isaac Abramovitch descreveu que Marcos recebera dois tiros:

Ferimento com as características daqueles produzidos pela entrada de projétil de arma de fogo, localizado na linha média da face anterior da porção inferior da região cervical. O projétil, dirigido de frente para trás, de cima para baixo e da direita para a esquerda, fraturou a clavícula esquerda, transfixou o lobo superior do pulmão esquerdo, provocou derrame hemorrágico na pleura esquerda, transfixou a omoplata esquerda e saiu pela região escapular esquerda. Nota-se, ainda, outro ferimento de entrada de projétil de arma de fogo, na região mamária direita, três centímetros para dentro e para cima do mamilo direito.

No gráfico que acompanhou o laudo, com a localização da penetração dos projéteis, os tiros foram disparados de cima para baixo. Dada sua localização, as trajetórias seriam impossíveis para um tiroteio. O exame das fotos localizadas no DOPS/SP mostrou ainda a existência de lesões não descritas no laudo e indicativas de tortura: “[...] ferimento contundente com área equimótica na região mamária; equimoses profundas sobre os olhos, nariz edemaciado; ferimento corto-contuso próximo à axila esquerda”. O exame pericial dos ossos indicou ainda que o corpo não fora aberto para exame, portanto o legista descrevera lesões sem constatá-las.

Partindo dos novos dados obtidos, Suzana K. Lisbôa, que também foi relatora dos casos de Iuri e Marcos, apresentou seu voto para o conjunto dos casos, em 24 de abril de 1997.

A relatora lembrou ainda que, no contexto repressivo vigente na época em que Iuri, Ana e Marcos foram mortos, o esquema montado para empreender o cerco policial aos militantes tinha o objetivo de eliminá-los. Eles ocupavam posições de destaque na luta armada e estavam sendo caçados pelos agentes de segurança. A partir do momento em que o dono do Restaurante Varella denunciou ao DOI-CODI a presença dos quatro em seu estabelecimento, os agentes viram a possibilidade de matá-los. Com esse fim, permaneceram nas proximidades do restaurante, organizando cuidadosamente o cerco. Ao saírem do local, a emboscada já estava organizada e os policiais iniciaram imediatamente os disparos contra os quatro militantes. Na apostila da ESNI de 1974, intitulada *Contra-Subversão*, à página 233, consta um croqui onde se pode constatar como estava montada a emboscada: havia dois agentes no bar, dois dentro de uma carpintaria ao lado do bar, mais dois no terreno ao lado, um carro com agentes na outra esquina e dois em cima do telhado de um posto de gasolina. Mesmo assim, Antônio Carlos Bicalho Lana conseguiu escapar.

O exame do legista Nelson Massini comparou as fotos do corpo de Iuri com o laudo de Isaac Abramovitch e o laudo sobre os restos ósseos. Dentre outras irregularidades, o perito chamou a atenção para as escoriações que Iuri apresentava, próprias de reação vital (ou seja, quando ainda estava vivo), e a presença de dois tiros localizados na região torácica, sobre a posição anatômica do coração, não descritos no laudo do IML. O legista concluiu afirmando que Iuri foi atingido por pelo menos seis projéteis de arma de fogo e não apenas três como indicou o laudo de Abramovitch; seu corpo apresentava lesões do tipo de escoriações, eviden-

ciando que foi agredido em vida, portanto, antes de ser atingido pelos disparos fatais ou a ocorrência da morte. O exame dos restos mortais evidenciou perfurações de entrada de arma de fogo sobre o coração, fatos não descritos no laudo necroscópico, sendo esses disparos característicos de alvo parado, denominados de “disparos de misericórdia” ou execução. Os disparos que atingiram o crânio, tanto os descritos no laudo do IML como os encontrados na exumação, tinham trajetória de cima para baixo, indicando que a vítima se encontrava em plano inferior ao do atirador, fato esse que nega a versão de confronto, pois o mesmo, para ser atingido dessa maneira, já estaria no chão e dominado.

A relatora Suzana K. Lisbôa concluiu não restarem dúvidas de que as mortes de Iuri, Ana Maria e Marcos Nonato ocorreram quando estavam em poder dos agentes do Estado.

Na CEMDP, em 24 de abril de 1997, os casos de Ana Maria (189/96), de Iuri (256/96) e de Marcos (268/96) foram aprovados por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes.

Em 1992, populares da Mooca, que ainda se lembravam do trágico episódio, sugeriram o nome de Ana Maria para uma creche municipal. A então prefeita Luiza Erundina aceitou a sugestão. A cidade do Rio de Janeiro também deu seus nomes a ruas localizadas na Praia do Pontal. O Rio de Janeiro deu o nome de Agência Irmãos Iuri e Alex Xavier Pereira a um centro de atendimento da Secretaria do Trabalho.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 189/96, de Ana Maria; 256/96, de Iuri Xavier; e 268/96, de Marcos, na CEMDP.

Maria Lúcia Petit da Silva

Nasceu em 20 de Março de 1950, em Agudos (SP), filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva. Desaparecida em 16 de junho de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pertenceu ao Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Cursou o primário, o ginásio e os dois primeiros anos do curso normal em Duartina (SP), vindo a concluí-lo em São Paulo, no Instituto de Educação Fernão Dias, no bairro de Pinheiros, em 1968, quando participou do movimento estudantil secundarista. Em 1969, prestou concurso para o magistério. Foi professora primária municipal, lecionou na EMPG Tenente Aviador Frederico Gustavo dos Santos, na Vila Nova Cachoeirinha, na capital paulista.

No início de 1970, como militante do PCdoB, foi para o interior de Goiás e, logo após, para o Sudeste do Pará. Maria Lúcia dedicou-se ao magistério e ao trabalho na roça, conquistando grande simpatia dos moradores da redondeza. Em 1972, o Exército brasileiro cercou a região de atuação dos guerrilheiros do PCdoB, utilizando forte aparato militar, onde se encontrava Maria Lúcia.

Segundo os depoimentos de alguns sobreviventes, em 16 de junho de 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, Maria Lúcia foi fuzilada por tropas do Exército, sob o comando do general Antônio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria.

O Relatório Arroyo, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que conseguiu escapar do cerco militar à região em 1974, descreveu sua morte:

Em meados de junho, três companheiros dirigidos por Mundico [Rosalindo Souza] procuraram um elemento de massa, João Coioió, para pedir-lhe que fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Coioió já tinha ajudado várias vezes os guerrilheiros com comida e informação. Ficou acertado o dia em que ele voltaria de São Geraldo para entregar as encomendas. À noitinha desse dia aproximaram-se da casa Mundico, Cazuza [Miguel Pereira dos Santos] e Maria [Maria Lúcia Petit da Silva], mas perceberam que não havia ninguém. Cazuza afirmou que ouvira alguém dizendo baixinho: “pega, pega”. Mas os outros dois nada tinham ouvido. Acamparam a uns 200 metros. Durante a noite ouviram barulho que parecia de tropa de burro chegando na casa. De manhã cedo, ouviram barulho de pilão batendo. Aproximaram-se com cautela, protegendo-se



nas árvores. Maria ia à frente. A uns 50 metros da casa, recebeu um tiro e caiu morta. Os outros dois retiraram-se rapidamente. Dez minutos depois, os helicópteros metralhavam as áreas próximas da casa. Alguns elementos de massa disseram, mais tarde, que Maria fora morta com um tiro de espingarda desfechado por Coioió. Este, logo depois, desapareceu com toda a família.

Este relato é confirmado por Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das guerrilheiras sobreviventes, em depoimento de 2002:

Dona Valdó, filha do Souza Lima e mulher do Seu Manoel, nossa vizinha mais próxima, falou em tom de lamento: “Coitada da finada Maria”. Coioió, quando viu a finada sendo levada pelos “federais”, enrolada em um cobertor ensangüentado, sofreu uma crise de nervos e se borrou todinho na hora. O corpo tremia inteiro e não parava em pé. Tiraram ele e a família de lá. Ninguém mais soube deles.

Quando estive presa na base militar de Xambioá (GO), alguns oficiais mostraram-me objetos do seu uso pessoal: um par de chinelos de sola de pneu com alças retorcidas de nylon azul claro, e uma escova de dentes de cor amarela e com o cabo quebrado. Reconheci tais objetos que realmente pertenciam a Maria, que os guardava em um bernal de lona verde, permanentemente usado a tiracolo. Afirmaram que fora enterrada em São Geraldo (PA), cidade em frente e separada de Xambioá pelo rio Araguaia.

Em entrevista gravada pelo padre francês Aristides Camio, em 1984, quando exercia seu ministério naquela região, “Dona Nenzinha”, parteira da estrada do Pará da Lama e moradora próxima da casa do “João Coioió”, confirmou a morte da Maria e disse ter sido o próprio “João Coioió” quem avisou as Forças Armadas sobre o dia marcado para a visita dos três companheiros. Segundo ela: a emboscada preparada ao redor daquela casa era composta por muitos militares distribuídos entre as árvores mais próximas e sobre o paiol de milho. Disse ainda que, na noite seguinte à morte da Maria, os guerrilheiros retornaram àquele local e mataram os cachorros do “João Coioió”. Essa informação não confere, pois nenhum de nós voltou àquela casa. Pode ser associada às palavras ouvidas pelo Mundico e pelo Cazuza, “mata, mata” dirigidas aos cachorros da casa, farejadores e denunciadores de presenças estranhas que, no caso, seriam os próprios militares.

No dia 15 de junho de 1972, Maria usava calças compridas de brim cinza, camisa cáqui, botinas de cor marrom e um bernal de lona verde atravessado no peito, a tiracolo. Na cintura, um cinto de couro que sustentava, do lado esquerdo, um revólver de calibre 38, com 6 balas no tambor e, do lado direito, um facão medindo cerca de 50 cm de comprimento, protegido por uma bainha de couro. Levava uma espingarda de calibre 20, carregada com um cartucho, verde, de calibre correspondente. Usava óculos de grau e um relógio de pulso, com a pulseira feita de couro de veado.

De dentição perfeita, com exceção do primeiro molar superior esquerdo, cujo bloco havia caído e, com o tempo se quebrara, permanecendo, entretanto, um pedaço do dente e a sua raiz, Maria era ligeiramente estrábica e, na época, usava os cabelos cortados bem curtos, mas vastos e pretos.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que Maria Lúcia “[...] foi morta durante enfrentamento na tarde do dia 16/06/72, próximo a Pau Preto”.

Seus irmãos Jaime e Lúcio Petit também estão desaparecidos na região da Guerrilha do Araguaia.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a equipe de legistas da Unicamp, estiveram no cemitério da cidade de Xambioá, em Goiás (atual Tocantins), onde exumaram duas ossadas. Uma de um velho, negro, provavelmente Francisco Manoel Chaves (desaparecido na Guerrilha do Araguaia) e outra, de uma mulher jovem enrolada num pedaço de pára-quadras, que poderia ser Maria Lúcia. Esses restos mortais foram encaminhados à Unicamp.

Ao retornar, Badan Palhares, então Chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, fez uma escala em Brasília (DF) e, em entrevista à imprensa, afirmou que os

restos mortais eram certamente de uma guerrilheira. Mas ao chegar a São Paulo mudou de idéia. Sem qualquer base científica, passou a dizer que a ossada pertenceria à filha de um dentista que atuava na área, que teria sido morta por não atender à ordem de prisão de uma patrulha. Cinco anos depois, o mesmo legista foi obrigado, pelos fatos, a examinar e reconhecer essa ossada.

Em 28 de abril de 1996, o jornal *O Globo* iniciou uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia, quando publicou fotos de guerrilheiros presos e mortos entregues anonimamente ao jornal por um militar que participou da repressão política durante a ditadura. Entre as fotos, a família conseguiu identificar Maria Lúcia morta, embrulhada em um pedaço de pára-quadras e a cabeça envolta em plástico. A foto apresentava detalhes idênticos aos da ossada encontrada em Xambioá e foi encaminhada ao Departamento de Medicina Legal da Unicamp, em 30 de abril de 1996.

O exame da arcada dentária feito pelos dentistas que a atenderam em 1967, Jorge H. Tanaka e Benedito B. de Moura, além do depoimento descritivo das circunstâncias da morte feito por seus companheiros e a comparação da foto publicada com os despojos encontrados em 1991, possibilitou a identificação de Maria Lúcia em 15 de maio de 1996.

A identificação de Maria Lúcia, primeira e única entre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, fortaleceu a esperança de busca e localização dos restos mortais dos demais, enterrados em cemitérios clandestinos ou na floresta. O sumiço dos corpos dos guerrilheiros, contudo, não pode ser atribuído às dificuldades logísticas da região, pois a tropa tinha uma instrução a seguir, conforme documento dos Fuzileiros Navais da Operação Papagaio assinado pelo comandante Uriburu Lobo da Cruz, encaminhado anonimamente em 1993 ao presidente da Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, Nilmário Miranda:

a. Os PG [prisioneiros de guerra] deverão ser encaminhados imediatamente ao S-2 e, em seguida, ao PC da Brigada. b. Os PG falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias).

O Relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, assinado pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, confirma a morte de Maria Petit da Silva [Maria] nessa data, em Pau Preto.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em 15 de junho de 1996, houve um culto ecumênico e vigília em sua homenagem na Câmara Municipal de São Paulo. No dia seguinte, seus restos mortais foram trasladados para o cemitério de Bauru (SP), com a presença de sua mãe, Julieta Petit da Silva, morta em 2007, sem ter conseguido encontrar os restos mortais de seus dois outros filhos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, Lúcio e Jaime.

Em sua homenagem, seu nome foi dado a ruas em São Paulo (no bairro Jardim Toca); Belo Horizonte (Jardim das Nações); e Campinas (SP), no bairro Visconde do Rio Branco); e, no Rio de Janeiro, a uma praça no bairro Santa Cruz. Em outra homenagem, Maria Lúcia passou a denominar uma escola primária na Freguesia do Ó, em São Paulo.

Boanerges de Souza Massa

Nasceu em 7 de janeiro de 1938, na cidade de Avaré (SP), filho de Francisco de Souza Massa e Laura Alves Massa. Desaparecido em 21 de junho de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Era médico formado na Faculdade de Medicina da USP, em 1965. Era casado com Maria Lúcia Kerbeg Massa. Tornou-se perseguido político depois de prestar atendimento médico a Francisco Gomes da Silva, militante da ALN baleado durante uma ação realizada pela organização no bairro da Penha, em São Paulo. Desde esse episódio, foi obrigado a viver na clandestinidade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Arquivos do IEVE/SP

Caso 033/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. op. cit.

ALMIRÓN, Ana Carolina; ZUCARE, Maria Cláudia Calaf; LEITE, Mariana Moraes e ANDRADE, Rafael Oliveira. *Vestígios do Araguaia*. Projeto Experimental do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero. São Paulo: 2002.



Boanerges foi para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha e se organizou junto ao chamado “Grupo dos 28”, que deu origem ao Molipo. Voltou ao Brasil clandestinamente e foi preso pelos órgãos de repressão da ditadura.

De acordo com a *Informação nº 850*, do Ministério da Aeronáutica, 4ª Zona Aérea, de 2 de dezembro de 1971, Boanerges havia regressado ao país vindo de Cuba. Documento encontrado no arquivo do DOPS/SP, de 8 de dezembro de 1971, faz referências a Boanerges no item em que trata dos “*elementos cursados em terrorismo e sabotagem [que] já se encontram em atividade no País*”. Segundo o documento do CIE – S/103, de nome “*Terroristas da ALN com cursos em Cuba (situação em 21 de junho de 1972)*”, encontrado no DOPS/SP: “*Boanerges está preso*”.

Seu nome não constava no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, pois, desde a época do movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, não foi possível fazer contato com sua família e confirmar seu desaparecimento.

De acordo com documento localizado nos arquivos da Abin, posteriormente à aprovação de seu caso na CEMDP e anexado aos autos, ele foi preso em dezembro de 1971, em Pindorama, Goiás, hoje estado de Tocantins.

A família requereu indenização à CEMDP, onde o caso (267/96) foi deferido por unanimidade em 17 de outubro de 1996.

Documentos consultados:
Caso 267/96, na CEMDP.



Kleber Lemos da Silva (Kelé, Carlito)

Nasceu em 21 de maio de 1942, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Norival Euphrosino da Silva e Karitza Lemos da Silva. Desaparecido em 29 de junho de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Participou do movimento estudantil durante a década de 1960, quando entrou para o PCdoB a convite de Lincoln Bicalho Roque, dirigente do partido assassinado em 1973.

Já formado em Economia, trabalhou como pesquisador no Instituto de Ciências Sociais. Depois foi para a região Sudeste do Pará, próximo do rio Araguaia, na localidade de Caianos, onde residiam outros companheiros, incorporando-se ao Destacamento B da guerrilha.

O Relatório Arroyo, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que conseguiu escapar do cerco militar à região em 1974, descreveu a sua prisão:

Em princípios de julho, Vitor [José Toledo] e Carlito [Kléber Lemos da Silva] saíram para tentar um encontro com a CM [Comissão Militar]. Mas Carlito não pôde prosseguir viagem, devido [ao fato de] ter-se agravado uma ferida (leishmaniose) na perna. Sem poder caminhar, ficou num castanhal, próximo à estrada, enquanto Vitor voltava para avisar os companheiros. Nesse meio tempo, passou pela estrada o bate-pau Pernambuco, que ouviu o barulho de alguém quebrando um ouriço de castanha. Levou então o Exército ao local. Ao procurar se defender, Carlito foi alvejado no ombro e em seguida preso. Foi levado para um local chamado Abóbora, e lá foi bastante torturado. Chegou a ser amarrado num burro e por este arrastado. Elementos de massa disseram que o viram praticamente morto sobre o burro. Soube-se depois que Carlito levou os soldados até um velho depósito que nada continha. Pode ser que o tenham matado, mas também pode ser que ficou apenas preso.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que Kleber era “[...] militante do PCdoB, participou da Guerrilha do Araguaia, foi morto no dia 29/01/72 em confronto com uma patrulha, sendo sepultado na selva sem que se possa precisar o local exato”. Esta informação apresenta, pelo menos, um erro, pois os confrontos armados ocorridos na Guerrilha do Araguaia tiveram início em 12 de abril de 1972, portanto, Kleber não poderia ter sido morto em janeiro de 1972.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, afirma que “[...] *foi preso quando se encontrava acampado na mata*”.

Documento dos Fuzileiros Navais da Operação Papagaio, assinado pelo comandante Uriburu Lobo da Cruz e encaminhado anonimamente, em 1993, ao então presidente da Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, Nilmário Miranda, afirma:

26/06/72 - na região de Abóboras - preso por elemento FE da Bgd Pqd.

29/06/72 - morto quando guiava elem. FE da Bgd. Pqdt para um local utilizado como ponto de apoio. Foi metralhado quando tentava fugir.

O Relatório da Manobra Araguaia, de 30 outubro de 1972, assinado pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, ao fazer referências às operações do período transcorrido entre 27 maio e 7 julho de 1972, afirma que a morte de Kléber Lemos da Silva (*Carlito*) ocorreu em 29 junho de 1972.

O Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, também confirma sua morte.

Na carta de instrução 01/72, da Operação Papagaio, o comandante Uriburu Lobo da Cruz informou que Kleber foi preso em 26 de junho de 1972, pela Brigada Para-Quedista, e que, em 29 de junho, sem precisar o local, foi metralhado quando tentava fugir. Note-se que o mesmo documento, em outro trecho, quando trata das instruções a respeito dos prisioneiros de guerra, determina:

a. Os PG [prisioneiros de guerra] deverão ser encaminhados imediatamente ao S-2 e, em seguida, ao PC da Brigada; b. Os PG falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias).

Mesmo assim, as autoridades militares insistem em afirmar que não têm essas informações.

Nos autos de seu caso na CEMDP (254/96), há cartas escritas em 1984 por seu pai, Norival Euphrosino da Silva, ao ministro da Justiça, apelando para que fosse confirmado junto às autoridades militares ou civis do Pará se Kleber estaria preso ou se foi morto na Guerrilha do Araguaia. José de Andrade, assessor do ministério à época, respondeu ao apelo informando que, para a adoção de medidas cabíveis, o assunto estava sendo analisado pelo secretário de Segurança Pública do Estado do Pará. Tais estudos nunca foram informados ou concluídos.

Seu nome consta da lista de mortos e desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo, Campinas (SP) e Rio de Janeiro deram o seu nome a ruas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 254/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

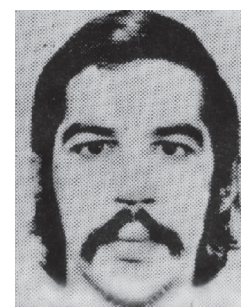
Desaparecidos no DOI-CODI/RJ

Paulo Costa Ribeiro Bastos

Nasceu em 16 de fevereiro de 1945, em Juiz de Fora (MG), filho de Othon Ribeiro Bastos e Maria do Carmo Costa Bastos. Desaparecido em 11 de julho de 1972. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Cursou 1º e 2º graus (atuais ensino fundamental e médio) no Colégio Militar do Rio de Janeiro (RJ). Seu pai era general de divisão da ativa do Exército à data do seu desaparecimento. Ingressou na Faculdade de Engenharia da UFRJ, concluindo o curso em 1970.

Trabalhava como engenheiro hidráulico no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Em função de sua militância política, estava vivendo como clandestino no país e respondia a vários processos na Justiça Militar por ser integrante do MR-8.





Sérgio Landulfo Furtado

Nasceu em 24 de maio de 1951, em Serrinha (BA), filho de George de Souza Furtado e Diva Landulfo Furtado. Desaparecido em 11 de julho de 1972. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Era estudante de Economia na Universidade Federal da Bahia.

Passou a viver na clandestinidade em 1969, ligando-se ao MR-8. Respondeu a alguns processos na Justiça Militar, sendo julgado à revelia. Foi absolvido em alguns deles.

O desaparecimento

Paulo Costa Ribeiro Bastos e Sérgio Landulfo Furtado foram presos em 11 de julho de 1972, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-CODI/RJ, para onde foram levados, sendo transferidos posteriormente para o CISA.

De acordo com o livro *Desaparecidos Políticos*, no início da manhã do dia 11, um rigoroso aparato policial militar foi montado na Urca, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Os dois teriam sido surpreendidos no apartamento onde se encontravam. Ainda segundo o livro, outra versão informava que Sérgio e Paulo teriam percebido o cerco e tentaram escapar como passageiros de um ônibus. Os policiais bloquearam a única saída do bairro, revistando todos os veículos e, em um deles, prenderam os dois.

No dia da prisão, Sérgio telefonara à mãe, para cumprimentá-la pelo Dia das Mães. Em 24 de julho, seus pais receberam um telefonema, em Salvador, informando que o filho havia sido preso no Rio de Janeiro. Imediatamente, constituíram como advogado Augusto Sussekind, no Rio de Janeiro, que fez representação junto ao STM, mas não obtiveram informações sobre o paradeiro de Sérgio. Estiveram com o general Adyr Fiúza de Castro, então Chefe do DOI-CODI do I Exército, que negou a prisão do filho. Escreveram ao presidente Emílio Garrastazu Médici e, tempos depois, ao ministro da Justiça de Ernesto Geisel, Armando Falcão.

Denúncias sobre a prisão e desaparecimento dos dois militantes foram feitas em diversas auditorias militares pelos presos políticos Paulo Roberto Jabour, Nelson Rodrigues Filho e Manoel Henrique Ferreira.

No “*Auto de Qualificação e Interrogatório*” consta depoimento prestado por Manoel Henrique Ferreira na 2ª auditoria da Aeronáutica, em 20 de março de 1973, no qual denunciou a prisão de “*Sérgio Landulfo Furtado e Paulo Roberto Ribeiro Bastos [o nome correto é Paulo Costa Ribeiro Bastos], no dia 11 de junho de 1972 [a data é 11 de julho]*”.

Em 1978, o ministro e general Rodrigo Otávio Jordão requereu ao STM que investigasse o desaparecimento de Paulo e Sérgio, mas nada foi apurado.

O livro *Desaparecidos Políticos* transcreve o depoimento do preso político Paulo Roberto Jabour, feito em 20 de fevereiro de 1979, quando ainda se encontrava no Presídio Milton Dias Ferreira, no Rio de Janeiro, relatando que:

Militantes como eu do MR-8, Sérgio e Paulo encontravam-se no Rio de Janeiro em julho de 1972 [...]. Fazendo parte do mesmo organismo encontramos os três no bairro de Ipanema, por volta das 17h do dia 3 de julho de 1972. Depois nos separamos, vim a ser preso (em condições desconhecidas) às 19:30h do mesmo dia, já no bairro de Botafogo. Conhecendo o Paulo de longa data, pois havíamos cursado juntos a Escola Nacional de Engenharia do Rio, este, ao não conseguir estabelecer o contato combinado no dia, iniciou uma série de telefonemas para um amigo comum, com vistas a que meus familiares, assim avisados da minha prisão, procurassem localizar-me. Estes contatos telefônicos prolongaram-se por toda a semana, mais precisamente até o dia 10 de julho (sem que até aquele dia houvesse qualquer notícia a respeito do meu paradeiro). A partir deste dia,

sem aviso prévio, Paulo cessou de ligar para a determinada pessoa. Posteriormente, vim a saber que com este mesmo dia estava datada a última carta recebida pela companheira de Paulo (para quem ele escrevia quase que diariamente) que, nesta época, se encontrava exilada em Santiago do Chile.

Durante o período inicial da minha prisão, tive algumas indicações sobre a prisão e morte de Paulo e Sérgio. Citarei aqui três delas:

1 – Já transferido para o 1º Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, fui chamado, certo dia, no começo de agosto de 1972, à presença de um elemento pertencente aos órgãos de segurança que, de posse de uma fotografia de Paulo, pedia que eu o identificasse como sendo o militante que usava o codinome Luís, pois isto, segundo ele, melhoraria a situação de Paulo, seria melhor para ele. Presenciou esta entrevista o major Diogo, S-2 do citado quartel. Exigência exatamente igual foi feita, no mesmo dia, ao companheiro Nelson Rodrigues que também se encontrava detido no mesmo quartel.

2 – Ainda no começo de agosto e no mesmo quartel, fui chamado a prestar depoimento no IPM instaurado para apurar as atividades do MR-8. A certa altura deste depoimento, o encarregado do inquérito, major Oscar da Silva (com o qual eu havia tido o meu primeiro encontro ainda no DOI-CODI, no 1º Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, durante a fase de torturas) insistiu para que eu nomeasse os militantes do MR-8 que eu conhecia. Tendo eu, em resposta a isso, apenas nomeado os companheiros dados publicamente como mortos ou sabidamente desaparecidos (conforme depoimento no processo 148/73-C da 2ª Auditoria da Marinha 1ª CJM), o citado major, à guisa de intimidação, perguntou se eu não gostaria de incluir o nome de Sérgio Landulfo nesta lista.

3 – Respondendo a vários processos, tive que comparecer inúmeras vezes ao DOPS para prestar depoimento. Assim, pude constatar, durante o segundo semestre de 1972, que era voz corrente neste órgão repressivo que Sérgio Landulfo, o Tom, tinha sido morto. Idêntica constatação pôde fazer Nelson Rodrigues – também conduzido freqüentemente ao DOPS. A Nelson, o escrivão chamado Bioni confirmou a veracidade da notícia da morte de Sérgio.

Há denúncias do desaparecimento de Sérgio e Paulo em todas as auditorias em que respondi processos: 3ª do Exército, 1ª e 2ª da Aeronáutica, 1ª e 2ª da Marinha. Entre outros processos, podem ser encontradas denúncias nos seguintes: processo 16/93 na 2ª Auditoria da Aeronáutica; processo 91/72 na 3ª Auditoria do Exército; processo 10/72 na 2ª Auditoria da Marinha; processo 16/96 na 2ª Auditoria da Aeronáutica; processo da 2ª Auditoria da Marinha nº 148/73-C; processo 98/72 na 1ª Auditoria da Marinha. Idênticas denúncias foram feitas por Nelson Rodrigues Filho, Manoel Henrique Ferreira e Zaqueu José Bento nos processos a que responderam em diversas auditorias.

Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em homenagem aos dois, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro deram seus nomes a ruas situadas nos bairros Cidade Dutra e Paciência, respectivamente.

Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício)

Nasceu em 21 de Agosto de 1947, em Rubim (MG), filho de Idalísio Soares Aranha e de Aminthas Rodrigues Pereira. Desaparecido em 12 de julho de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Fez o curso primário em Rubim e o ginásial em Teófilo Otoni (MG), no Colégio São José. Em 1962, foi para Belo Horizonte (MG), onde estudou até o 2º ano no Colégio Estadual e cursou o 3º ano no ex-Colégio Universitário da UFMG. Em 1968, participou da luta dos excedentes por mais vagas na universidade. Nesse mesmo ano, iniciou o curso de Psicologia na UFMG. Em 1970, casou-se com Walkíria Afonso Costa, uma das últimas guerrilheiras a ser presa e desaparecer na Guerrilha do Araguaia.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

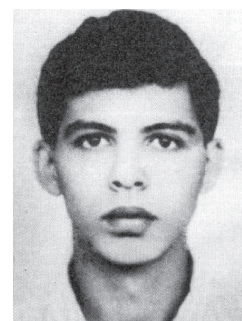
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 062/96, 147/96 e 01/96, na CEMIDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.



Foi eleito presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Em janeiro de 1971, ele e Walkíria foram viver na região Sudeste do estado do Pará, próximo aos rios Araguaia e Gameleira. Vivendo na clandestinidade, procuraram dar continuidade à luta revolucionária e contra a ditadura, colaborando na constituição do núcleo que iniciaria a luta armada no campo, dirigida pelo PCdoB. Como violeiro e cantor, logo conquistou a simpatia da população local.

O Relatório Arroyo, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que conseguiu escapar ao cerco militar à região em 1974, descreveu sua morte:

Em julho, a CM [Comissão Militar] resolveu enviar um grupo de companheiros, chefiados pelo Juca [João Carlos Haas Sobrinho], para conseguir reatar o contato com o C. Faziam parte do grupo: Flávio [Ciro Flávio de Oliveira Salazar], Gil [Manoel José Nurchis], Aparício [Idalísio Soares Aranha Filho] e Ferreira (do B) [Antônio Guilherme Ribeiro Ribas]. Esta medida se impunha porque o C não atendeu aos pontos previamente estabelecidos. Este grupo caiu numa emboscada do Exército na Grot Vermelha, a uns 50 metros da estrada. Juca levou dois tiros: um na perna e outro na coxa, mas conseguiu, juntamente com os outros companheiros, embrenhar-se na mata. Ficaram parados alguns dias para que Juca se restabelecesse. Durante esse período, Aparício saiu para caçar e se perdeu. Procurou a casa de um morador chamado Peri, por onde sabia que os demais iam passar. Lá ficou à espera. O dono da casa onde se refugiou levou-o para um barraco no mato, próximo a casa. Aí lhe serviam a comida. Dias depois, apareceu o Exército e travou tiroteio com Aparício. Este descarregou todas as balas do revólver que tinha e quando tentava enchê-lo de novo recebeu um tiro e foi morto. Não se sabe se o Exército chegou por acaso ou se foi denúncia.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que Idalísio foi morto em uma localidade de nome Peri “[...] por ter resistido ferozmente”.

O relatório do Ministério do Exército, também de 1993, entre outras coisas, afirma que “[...] em Jul.173, encontrando-se foragido, foi processado e condenado à revelia, a pena de 2 anos de reclusão”. Mais uma tentativa de desinformar, pois o Exército já sabia de sua morte.

Na mesma época em que Idalísio foi morto na Guerrilha do Araguaia, a casa de seus pais, em Belo Horizonte, foi invadida por policiais que acusavam a ele e a Walkíria de pertencerem ao PCdoB.

As fichas entregues anonimamente ao jornal *O Globo*, em 1996, com informações sobre a Guerrilha do Araguaia, repetem as informações do relatório do Ministério da Marinha.

O Relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, assinado pelo Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, encaminhado anonimamente à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal em 1993, faz referência a sua morte em 13 de julho de 1972, em Perdidos.

O relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, também confirma sua morte.

Na carta de instrução 01/72, da Operação Papagaio, o comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra, Uriburu Lobo da Cruz, deixou claro o destino que seria dado aos corpos dos guerrilheiros mortos:

a. Os PG [prisioneiros de guerra] deverão ser encaminhados imediatamente ao S-2 e, em seguida, ao PC da Brigada. b. Os PG falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias).

Nesse relatório, Uriburu Lobo da Cruz informou que a operação produziu baixas entre os guerrilheiros: em 2 de junho de 1972, na região do Caianos, foi morto o

[...] terrorista Bergson Gurjão Farias, Jorge; que em 12 de julho de 1972 foi morto em emboscada o terrorista Idalísio Soares Aranha Filho, Aparício, na região de Perdidos, e que em 26 de junho foi preso na região de Abóbora o terrorista Kléber Lemos da Silva, Carlito.

A obra *Vestígios do Araguaia*, de 2002, traz o seguinte depoimento de Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das sobreviventes:

Dias depois, em Brasília, no presídio da Terceira Brigada de Infantaria, o general Antônio Bandeira confirmou ainda a morte de Aparício, quando eu soube ser seu verdadeiro nome Idalísio Soares Aranha Filho, a quem conhecera em Minas Gerais, em trabalhos ligados ao movimento estudantil universitário em 1968. O general Bandeira elogiou o ato de bravura do Idalísio, contando alguns detalhes da sua resistência e morte: emboscado, levou um tiro no rosto, mas conseguiu escapar do cerco, embrenhando-se na mata e atirando em seus perseguidores militares, ao final de certo tempo, foi encontrado caído de bruços, localizado através dos rastros de sangue e muito distante do lugar da emboscada: tinha a camisa amarrada ao redor da cabeça, em apoio ao queixo, pois o primeiro tiro lhe partira o maxilar e este se deslocara para baixo; a embalagem onde guardava a munição estava vazia, e, no tambor do revólver, nenhuma bala. Ainda segundo o general Bandeira, o militar que comandava aquela ação chamou seus comandados ao exemplo de força simbolizado por Aparício.

Essa versão também foi transmitida ao então preso político Dower Moraes Cavalcante pelo mesmo general, mas tendo como protagonista o guerrilheiro Gil. O mais provável, porém, é que se trate de Idalísio, pelo fato de ser o único guerrilheiro morto nessa data.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo (SP), Campinas (SP), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) deram o seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar, Residencial Cosmo I, Braúnas e Paciência, respectivamente.

Em homenagem póstuma, foi dado o seu nome ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Psicologia da UFMG, onde estudou.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 097/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

ALMIRÓN, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

Ismael Silva de Jesus

Nasceu em 12 de agosto de 1953, em Palmelo (GO), filho de Ismail Augusto da Silva e Jandyra Jesus da Silva. Morto em 9 de agosto de 1972. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Estudante secundarista do Colégio Pedro Gomes em Goiânia (GO).

Foi preso em 8 de agosto de 1972 e levado para o 10º Batalhão de Caçadores de Goiás, atual 42º BIM (Batalhão de Infantaria Motorizada), vindo a morrer no dia seguinte, em consequência das torturas.

Seu corpo foi entregue à família com evidentes sinais das sevícias e a justificativa de que ele havia se suicidado por se envergonhar de ter sido preso. Segundo a versão oficial, Ismael teria se enforcado sentado. O atestado de óbito registra como causa da morte asfixia mecânica por enforcamento, ocorrida no 10º Batalhão de Caçadores de Goiás, comandado pelo então major Rubens Robine Bigenil. Foi enterrado pela família no cemitério Rio Park, em Goiás.

Recorte de jornal, sem nome e data, traz o depoimento de Aguinaldo Lázaro Leão, amigo de infância de Ismael e militante do PCB, que na época prestava serviço militar no 10º Batalhão, no qual afirmou ter trocado algumas palavras com ele durante seu turno de guarda. Disse que o amigo estava muito rouco e revelou ter levado choques elétricos e pancadas por todo o corpo que o deixaram debilitado e com um braço quebrado. Aguinaldo contou que, em seguida, foi preso e levado encapuzado para a sala de interrogatórios, onde ouviu a porta se abrir e uma pessoa entrar arrastada. Um dos torturadores perguntou para a tal pessoa se conhecia o soldado Lázaro, recebendo uma resposta positiva. Aguinaldo reconheceu a voz rouca do amigo.

Um irmão de Ismael, Jorge Elias da Silva, observou no velório que o corpo tinha as orelhas machucadas e que o olho direito estava vazado, além de estar com marcas roxas nos dedos



dos pés e das mãos e na altura da virilha, conforme depoimento prestado à revista *Veja*, de 22 de maio de 1991. A revista questionou a veracidade da versão de suicídio:

Não é impossível, tecnicamente, que alguém se enforque nessa posição. É preciso, no entanto, fazer um bom esforço. A pessoa tem de amarrar a ponta de uma corda em ponto alto e bem firme, sentar-se, amarrar a outra ponta de uma corda em ponto alto e dar um salto acrobático para frente. O difícil é explicar como o corpo vai parar exatamente sentado, encostado a uma parede, e a persiana se mantém intacta, como mostram as fotografias. A cena fica ainda mais inverossímil se for considerado que antes de Ismael morrer fora submetido a uma violenta sessão de torturas e espancamentos, encontrando-se impossibilitado de fazer tal ginástica.

Estão anexadas aos autos do caso na CEMDP as fotos de seu corpo no suposto lugar em que se suicidou sentado, com uma fina corda de persiana amarrada ao pescoço, cuja outra extremidade está presa a um porta-toalhas de louça fixado aos azulejos da parede. Segundo a relatora do caso, Suzana K. Lisbôa,

[...] as fotos da perícia local mostram claramente que a cena foi montada, pois seria impossível alguém se enforcar estando sentado e usando uma corda de persiana amarrada a um frágil porta-toalhas. Havia também sinais evidentes de espancamento e sangue pelo corpo.

A relatora votou pelo deferimento do caso (002/96), que foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996.

Em sua homenagem, foi dado seu nome a uma escola estadual em Goiânia (GO) e a uma rua no Rio de Janeiro (RJ).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 002/96, na CEMDP.

Juarez Rodrigues Coelho

Camponês da região da Guerrilha do Araguaia, no Sudeste do Pará. Desapareceu em 14 de agosto de 1972.

O Relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, assinado pelo Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, faz referência à sua morte. Este relatório foi encaminhado anonimamente à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em 1993. Juarez seria uma das pessoas que compunha a rede de apoio aos guerrilheiros do Destacamento C que, ao ser preso, teria se suicidado em 14 de agosto de 1972, em Patrimônio (PA).

Seu nome não consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, pois não foi possível localizar alguém da sua família, mas o documento militar citado constitui indício suficiente da responsabilidade do Estado pelo seu desaparecimento.

Juarez não foi incluído na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

Arquivos do IEVE/SP.



Célio Augusto Guedes

Nasceu em 21 de junho de 1921, em Mucugê (BA), filho de Júlio Augusto Guedes e Adosina Santos Guedes. Morto em 15 de agosto de 1972. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era dentista e irmão de Armênio Guedes, comunista e jornalista, dirigente do PCB por muitos anos.

Foi criado em Salvador (BA). Ainda adolescente, começou a trabalhar como lapidário de pedras semipreciosas, ofício que aprendeu em casa, e assim pôde pagar os seus estudos e ajudar à família. Durante a ditadura do Estado Novo, em meados dos anos 1930, ingressou na Ju-

ventude Comunista do PCB, quando se preparava para o vestibular de odontologia. Nessa época, durante uma panfletagem denunciando violências da ditadura de Getúlio Vargas no Ginásio da Bahia, onde estudava, foi preso e identificado como um dos “*líderes da subversão*”. Levado ao DOPS, ele e seus companheiros lá ficaram por mais de 30 dias. Na Bahia, chegou a ser membro da direção estadual do PCB.

Nos dias que sucederam o golpe militar de 1964, sua casa foi invadida pelos policiais e saqueada, obrigando-o a viver na clandestinidade e a mudar-se para o Sul. Passou a trabalhar no “*aparelho*” de segurança do secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, tornando-se responsável por sua locomoção no país, até que Prestes se exilou.

Foi condenado em 27 de fevereiro de 1970 à pena de dois anos de detenção por suas atividades políticas. Em julho de 1972, recebeu a missão do PCB de ir de carro até Montevideú, no Uruguai, para encontrar-se com o médico Fued Saad, que voltava de uma viagem ao exterior e devia ingressar clandestinamente no Brasil. Célio já havia realizado tarefas desse tipo várias vezes com êxito. Ao cruzar a fronteira, entre Jaguarão (RS) e Rio Branco, no Uruguai, os dois militantes foram identificados, detidos e transportados em avião diretamente para a sede do Cenimar no Rio de Janeiro, onde Célio Guedes, conforme declarações do seu irmão, Armênio Guedes, morreu sob torturas. A família só foi avisada 15 dias depois do ocorrido.

Denúncia do boletim da Anistia Internacional, de março de 1974, afirma que Célio Guedes foi morto sob torturas no 1º Distrito Naval do Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1972.

Seu corpo entrou no IML/RJ, em 15 de agosto de 1972, pela guia 06 do DOPS/RJ. Seu atestado de óbito (38.481) informa que sua morte ocorreu “[...] às 18:00 horas no Pátio Externo dos fundos do Edifício do Comando do 1º DN”. A certidão de óbito, assinada pelo médico Gracho Guimarães Silveira, confirma a versão oficial de que sua morte foi decorrente da queda de uma janela, sofrendo ruptura da aorta, pulmão, fígado, baço e rins.

As fotos da perícia de local, encontradas no ICE/RJ (462/72), contudo, mostram várias escoriações no seu corpo. O laudo da perícia de local (Ocorrência 605/72) informa que “[...] a vítima teria se projetado do 7º andar da janela de um banheiro ali existente”.

O corpo de Célio foi retirado do IML/RJ por Maurício Naiberg, sendo enterrado por sua família no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1972.

A conclusão do relator do caso (320/96) na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, foi de que Célio Augusto Guedes foi morto em dependência assemelhada à policial, por morte não natural, condenado por crime político, estando assim amparado na lei 9.140/95.

Seu voto foi acolhido por unanimidade em 1º de agosto de 1996. Os conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa fizeram ressalva contra a versão oficial de suicídio, em função das lesões visíveis em seu rosto, e da ausência do laudo necroscópico e de um inquérito policial, que deveria ter sido instaurado para apurar os fatos.

Anos depois, a revista *IstoÉ* de 31 de março de 2004 publicou reportagem de Amaury Ribeiro Jr. intitulada “*Traição e extermínio*”, baseada na apuração sobre as infiltrações de “*cachorros*” – ex-militantes que prestaram serviços aos órgãos da repressão política durante a ditadura como agentes infiltrados – no PCB, realizada pelo dirigente comunista Hércules Corrêa dos Reis, e nas declarações do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto. De acordo com a revista, em agosto de 1972 agentes do DOI fortemente armados invadiram um apartamento no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, e prenderam o militante do PCB Aluísio dos Santos Filho. Lá, a repressão achou uma carta indicando o local na fronteira com o Uruguai por onde Fuad Saad, do Comitê Central, regressaria ao país. A direção do partido sabia que a carta caíra nas mãos dos órgãos de segurança e, mesmo assim, Célio Guedes foi buscar Fuad. Os dois foram presos e, torturado, Célio morreu.

Segundo a apuração de Hércules Corrêa, contrariando a decisão da direção, Givaldo Siqueira mandou Célio para a missão. Desde então, Siqueira, que atuava no Departamento de Fronteira do partido, é suspeito de ter trabalhado a serviço da ditadura. De acordo com o jornalista Armênio Guedes: “*Givaldo mandou meu irmão para a morte. O Comitê sabia da*

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 320/96, na CEMDP.

carta e mesmo assim foi feita a operação” [...]. A reportagem de *IstoÉ* apresenta a versão de Siqueira sobre o fato: “*Eu dei a ordem contrária. Não mandei buscar ninguém. Vieram porque quiseram*”. Ainda conforme testemunho de Armênio, Fuad deu a seguinte versão: “*Ele disse que, colocado frente à frente numa acareação com o agente Carlos no Ceninmar (Centro de Informação da Marinha), meu irmão, vendo que ele era um infiltrado, partiu para cima dele, o que levou os agentes do DOI a executá-lo*”.

Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma rua no bairro Campo Grande.

Sabino Alves da Silva

Camponês da região da Guerrilha do Araguaia. Morto em 17 de agosto de 1972.

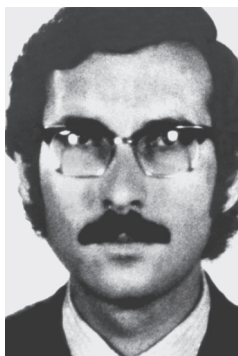
Foi morto em decorrência da explosão de uma granada abandonada pelo Exército no antigo sítio de guerrilheiros do Araguaia, na localidade chamada “Faveira”, em 17 de agosto de 1972. Lauro Rodrigues dos Santos, sobrevivente da explosão, relatou o ocorrido ao jornal *Movimento*, de 3 a 9 de março de 1980, em entrevista feita por Luiz Maklouf Carvalho:

Eu fiquei trabalhando com o Sabino. Aí ele encontrou a granada. Estava no chão, no meio do mato. Ele não conhecia e pegou. Levou para onde eu estava e eu também não conhecia. Eu botei ela na mão esquerda e fiquei olhando, era tipo uma garrafa, de pescoço, baixa, grossa, toda verdinha. Quando eu peguei no gramposinho que desarma, ela explodiu. O Sabino foi morto na hora. Eu fiquei lá. Quando explodiu, não vi mais nada. Eu ouvia, mas não enxergava, porque a pólvora queimou a minha vista. Isso foi em 17 de agosto de 1972. O seu Raimundo estava perto de nós, ouviu o barulho e foi chamar papai. Papai me pegou mais o Sabino e nós fomos de barco até São João. O prefeito arranjou uma caçamba e trouxe a gente até Marabá. Sabino estava morto, mas veio também, foi sepultado em Marabá. Quando chegou, papai foi lá no comando do Exército. De manhã, me mandaram para Belém e me internaram no hospital da Aero-náutica. Eu fiquei lá internado quatro meses.

Seus familiares nunca foram localizados e seu nome não consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. O depoimento citado, entretanto, constitui indício suficiente da responsabilidade do Estado pela sua morte.

Documentos consultados:

Arquivos do IEVE/SP.
 CARVALHO, Luiz Maklouf. Era só avião, avião. *Movimento*, São Paulo, 3 a 9/3/80.



José Júlio de Araújo

Nasceu em 22 de julho de 1943, em Itapecerica (MG), filho de José de Araújo e Maria do Rosário Corrêa Araújo. Morto em 18 de agosto de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudou no Colégio Herculano Paz, em Itapecerica, onde seu pai era comerciante. Com a mudança de sua família para Belo Horizonte (MG), José Júlio passou a estudar no Grupo Escolar Cesário Alvim e, posteriormente, no Colégio Anchieta. Aos 14 anos, começou a trabalhar no Banco da Lavoura de Minas Gerais e se filiou ao PCB. Saiu do banco aos 20 anos de idade e foi trabalhar na Socima, firma de atacados, onde seu pai era um dos sócios. Em 1968, mudou-se para São Paulo (SP), passando a viver na clandestinidade.

O último contato pessoal de José Júlio com a família foi em São Paulo, em 1968, quando, 15 dias após a sua saída de Belo Horizonte, recebeu a visita de Dona Lulu, sua mãe, e de Valéria, sua irmã. Após sua partida, a polícia esteve, por duas vezes, na casa de seus pais à sua procura.

José Júlio foi um dos organizadores da Corrente Revolucionária, entre 1967 e 1968, uma dissidência do PCB formada em Minas Gerais. Era muito amigo de Mário Alves (desaparecido em 1970), dirigente comunista que também saiu do PCB em função de divergências, e ajudou a fundar o PCBR.

Desempenhou importante papel na articulação da chapa de oposição do Sindicato dos Bancários, que venceu as eleições de 1967, e da chapa de oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais, além das greves de metalúrgicos e bancários, em 1968. Perseguido, mudou-se para o Rio de Janeiro já como militante da ALN, como a maioria dos militantes da Corrente, que se incorporou à organização em 1969. Viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. Em 1971, morou na clandestinidade por cerca de um ano, no Chile. Retornou clandestinamente ao Brasil no mesmo ano, vindo a morar em São Paulo com os companheiros Iara Xavier Pereira e Arnaldo Cardoso Rocha, pouco antes de sua morte.

Sua família recebeu uma única carta escrita por ele, enviada do Rio de Janeiro (RJ), datada de 2 de março de 1971, onde ele pedia notícias de todos os parentes, nominalmente, e da qual seguem alguns trechos:

Minha querida mãe:

Espero que me perdoe por não ter escrito antes, afinal faz tanto tempo que não nos vemos e eu sinto muito por isto. Minha vontade é estar junto de você e de todos. Mas que posso fazer? Você sabe que é a pessoa a quem eu mais quero, por tudo que fez por mim e por meus irmãos. Espero que compreenda que quando não escrevo é porque não posso. Apesar dos problemas que eu trouxe para você, por favor, seja feliz. Eu nunca poderia retribuir tanto carinho que você dedicou a mim.

Apesar de todos os problemas que tiveram por minha causa, eu pediria ao Vinícius e Marcinho que visitassem meus amigos que estão presos em Juiz de Fora, e que lhes levassem cigarros e doces que fazem muita falta para quem está em uma prisão. Eu ficaria eternamente agradecido se meus irmãos pudessem praticar este ato de solidariedade humana.

Foi preso com sua companheira Valderês Nunes Fonseca, em 18 de agosto de 1972, em um bar no bairro da Vila Mariana, em São Paulo, pelo DOI-CODI/SP.

José Júlio ainda tentou resistir. Houve luta corporal e ele saiu ferido por uma coronhada desfechada em sua cabeça por um dos agentes policiais.

De acordo com o documento *Aos Bispos do Brasil*, de fevereiro de 1973, assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, encontrado nos arquivos do DOPS/SP:

Foi preso no dia 18/8/1972 na rua Domingos de Moraes, em SP, por uma equipe de policiais comandada pelo “Dr. Ney”. Na ocasião da prisão aplicaram-lhe violenta coronhada na cabeça que produziu um sério ferimento. Foi levado para o DOI, na rua Tutóia, 721, onde foi violentamente torturado pelos policiais: escrivão de polícia Gaeta, capitão do Exército Dalmo Luiz Cirillo, “Dr. Ney”, “Zé Bonitinho”, “Dr. Jorge” e outros. A sala de torturas, no final da tarde do dia 18, estava totalmente suja de sangue. Às 17 horas desse dia, José Júlio foi retirado do DOI e assassinado.

A versão oficial, publicada pelo *Diário da Tarde*, de 22 de agosto de 1972, com o título “*Terrorista Volta de Cuba para Morrer em São Paulo*”, informou:

Por volta das 14,30 horas do dia 18 último [...] foi notada, pelos policiais de serviço no local, a presença de um homem em atitude suspeita e, presumivelmente, armado. Após ter se afastado do local, o homem foi seguido pelos policiais até a rua Cubatão, quando foi abordado.

Ao ser interpelado reagiu, tentando sacar uma arma. [...] Imediatamente foi ouvido, tendo declarado chamar-se José Júlio de Araújo [...].

José Júlio de Araújo declarou ainda que, naquele mesmo dia, às 17,30 horas iria encontrar-se com um companheiro da ALN, na rua Fradique Coutinho, esquina com rua Teodoro Sampaio. Conduzido ao local na hora prevista do encontro, o terrorista lançou-

se sobre um policial que o escoltava, arrebatando-lhe a arma e saindo correndo pela rua Teodoro Sampaio. Os demais agentes que o escoltavam passaram a persegui-lo, ocasião em que travou-se violento tiroteio [...]. A 100 metros, o terrorista foi ferido mortalmente, caindo ao solo. Ao ser levado para o hospital, foi constatado que o mesmo já estava morto, sendo, então, levado para o Instituto Médico Legal.

Os relatórios dos ministérios da Aeronáutica e da Marinha, encaminhados ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, afirmam que ele foi

[...] preso em 18 de agosto de 1972, após interrogatório, foi levado para encontrar com outro terrorista, quando entrou em luta corporal com um policial que o escoltava, aposando-se de sua arma e tentando fugir, atirando, quando então foi baleado e vindo a falecer.

Valderês, no depoimento escrito em 16 de janeiro de 1996, anexado ao caso na CEMDP, afirmou que ela e José Júlio foram interrogados em salas separadas:

A equipe C do DOI-CODI, que nos prendeu (recordo-me que dela participavam o capitão Átila, Oberdan e um policial civil com codinome Mangabeira, [...]) durante todo o tempo sob o comando do major Carlos Alberto Brilhante Ustra), dividiu-se em duas, uma das quais, menor, ocupava-se de mim. Na primeira parte do meu interrogatório, meus torturadores visaram unicamente a obter dados sobre José Júlio, não se importando em saber nada de minha pessoa, a não ser meu endereço. De vez em quando, abandonavam a sala onde eu estava, e desciam uma escada. Ao subir, voltavam querendo mais dados sobre José Júlio, sendo que suas perguntas pareciam visar a complementar dados sobre ele. Os únicos dados que eu posso afirmar que eles possuíam sobre José Júlio é que ele havia chegado do exterior e que havia marcado um encontro na Avenida Jabaquara. Este interrogatório prosseguiu desse modo ininterruptamente.

A Requisição de Exame do IML/SP registra que a entrada do corpo de José Júlio foi às 20h45min.

De acordo com o que foi relatado por Valderês, a prisão e a morte de José Júlio ocorreram em circunstâncias completamente diferentes daquelas veiculadas pelos órgãos da repressão, pois, além de os dois terem sido presos juntos, ela afirma que:

[...] na madrugada do dia 19 (dezenove) de agosto, fui transferida para uma sala onde se encontravam todas as roupas com as quais José Júlio havia sido preso, algumas peças rasgadas, outras ensangüentadas e, a partir deste momento, começou meu interrogatório propriamente dito: nada mais a respeito de José Júlio me foi perguntado.

Assinaram o laudo necroscópico de José Júlio os legistas Isaac Abramovitch e José Henrique da Fonseca, confirmando a falsa versão oficial. O laudo descreve quatro tiros: um no lábio, um no ombro direito, outro na cabeça e um no peito. Foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo.

Em agosto de 1975, seus restos mortais foram exumados do Cemitério D. Bosco e levados para Belo Horizonte pelo seu irmão Márcio, que escondeu a ossada no sótão da casa onde moravam, no bairro Gutierrez. Ele contara aos pais que enterrara os ossos do irmão no Cemitério da Lapa, em São Paulo.

Em 1976, Márcio, acometido de forte crise depressiva, suicidou-se, levando consigo o segredo de que os ossos de José Júlio se encontravam em um caixote no sótão da casa. Após a morte de Márcio, a mãe, desconfiada do caixote no sótão, guardado com tanto cuidado, descobriu os ossos de José Júlio e decidiu manter o segredo, já que não dispunha de qualquer documento que pudesse oficializar a exumação feita pelo irmão.

Anos depois, um encanador contratado pela família descobriu os ossos no sótão e denunciou o fato ao delegado Miguel Dias Campos, que abriu inquérito contra a mãe e a irmã de José Júlio, por ocultação de cadáver. Feitos os exames e constatada a identificação dos ossos como sendo de José Júlio, foram liberados e enterrados. Os legistas do IML de Minas Gerais, José Frank Wiedreker Marotta e Geraldo Pianetti Filho, ao realizarem o exame da ossada de José Júlio em 1º de outubro de 1991, afirmaram:

Com base na localização dos orifícios “E” (na região frontal direita) e “S” (na occipital à direita), infere-se que a trajetória descrita, pelo instrumento pérfuro-contundente que os produziu, foi de frente para trás, ligeiramente da direita para a esquerda e ligeiramente de cima para baixo.

A versão policial, portanto, apresenta uma contradição: se este tiro foi disparado de frente para trás, torna-se difícil a aceitação da versão de “perseguição”.

O enterro aconteceu em 6 de novembro de 1993, no Cemitério Parque da Colina, sendo acompanhado por familiares, amigos, antigos companheiros e representantes de movimentos de Direitos Humanos e da luta pela anistia.

Na CEMDP, o caso (032/96) teve Nilmário Miranda como relator e foi deferido por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro das Indústrias.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 032/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Luiz Eurico Tejera Lisbôa (Ico)

Nasceu em 19 de janeiro de 1948, em Porto União (SC), filho de Eurico Siqueira Lisbôa e Clélia Tejera Lisbôa. Desaparecido em 2 setembro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Luiz Eurico foi o mais velho de sete irmãos. Morou em diversas cidades catarinenses, além da sua terra natal: Caçador, Tubarão, Itajaí e Florianópolis. Em 1957, a família mudou-se para o Rio Grande do Sul. Em Caxias do Sul, estudou no Colégio Santa Terezinha e no Colégio Nossa Senhora do Carmo.

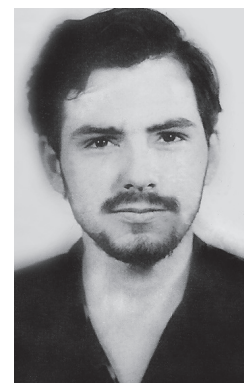
Quando ocorreu o golpe de Estado de 1964, cursava o clássico (atual ensino médio) na Escola Cristóvão de Mendonça, em Caxias. Então com 15 anos, escreveu e assinou um manifesto contra a ditadura, que saiu a distribuir de porta em porta. Acuado pelas conseqüências, ameaçado por um professor-policial, mudou-se para Porto Alegre, ingressando no Colégio Estadual Júlio de Castilhos – o *Julinho* –, onde começou sua militância política organizada, participando da JEC.

Foi membro da direção estadual do PCB, integrou a Dissidência Estudantil do Rio Grande do Sul e a direção regional da VAR-Palmares até tornar-se militante da ALN, em 1969. Após a edição do AI-5, criou o Movimento 21 de Abril, buscando manter a organização do movimento estudantil de forma clandestina. Em Santa Maria (RS), começou a cursar a faculdade de Economia, na UFSM.

Porto Alegre registrou grandes manifestações de secundaristas nos anos 1967 e 1968. A militância ativa e a participação destacada de Luiz Eurico chamaram a atenção dos órgãos de segurança, que passaram a prendê-lo preventivamente a cada anúncio de manifestação a ser realizada. Era um dos diretores da UGES (União Gaúcha dos Estudantes Secundários), entidade que ainda não havia sido fechada pela ditadura.

Em maio de 1968, foi preso dentro do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, com Cláudio Antônio Weyne Gutierrez, também diretor da UGES, por policiais do DOPS chamados pela direção da escola, quando tentavam entregar um abaixo-assinado pela reabertura do Grêmio Estudantil. O grêmio havia sido fechado, em meio à intensa agitação provocada pela tentativa da direção de cobrar uma taxa – e ao mesmo tempo em que era determinada a proibição do uso de minissaias e cabelos compridos. Os estudantes instalaram o grêmio em uma barraca, em frente à escola, concentrando os alunos em assembléias permanentes de onde saíam frequentes passeatas.

Luiz Eurico e Cláudio foram levados ao DOPS, onde ficaram por cerca de três semanas, incomunicáveis, em cela fechada, mal ventilada, sem direito a banho ou sol, cercados de bara-



tas, sendo interrogados incessantemente sob ameaças. Em julho, o DOPS decidiu enquadrar os dois estudantes na LSN, sendo presos novamente por duas semanas. O IPM instaurado apontava o crime: tentativa de reabertura de entidade ilegal.

A radicalização da repressão política exigia novos posicionamentos. Luiz Eurico passou a militar na VAR-Palmares e, a seguir, na ALN.

Casado com Suzana Keniger Lisbôa, começou a trabalhar como escriturário no Senai. Fora absolvido por unanimidade no IPM, comparecendo à Auditoria Militar no dia do julgamento. No fim de outubro de 1969, porém, foi surpreendido por uma notícia de jornal que estampava sua condenação a seis meses de prisão, e passou a viver na clandestinidade.

Após passar um período em Cuba, retornou clandestinamente ao país em 1971, estabelecendo-se em Porto Alegre, com a tarefa de reorganizar a ALN no Estado. Em agosto de 1972, viajou de Porto Alegre para São Paulo, onde desapareceu. As reais circunstâncias de sua morte são até hoje desconhecidas.

A denúncia sobre seu desaparecimento constou das primeiras matérias publicadas sobre os desaparecidos políticos, em 1978. Na época, os familiares de desaparecidos lidavam com a contra-informação dos militares, que usavam todos os métodos possíveis para negar a prisão dos militantes. Uma informação oficiosa, que chegou de forma muito peculiar, por meio de pessoas amigas, emocionou a todos. O então chefe do SNI, general Otávio Medeiros, prometera apurar o caso de Luiz Eurico, mas queria a promessa de que nada do que dissesse fosse divulgado. Pouco tempo depois, fez chegar a notícia de que Luiz Eurico estaria morando em Montevidéu, casado e feliz. Seus familiares enviaram, então, ao general um recado solicitando o endereço, pois publicamente iriam excluir seu nome da lista dos desaparecidos políticos. Seria uma vitória para a ditadura, pois a foto de Luiz Eurico figurava no primeiro cartaz com fotos de desaparecidos políticos, organizado pelo CBA/SP. Enquanto seus parentes aguardavam a localização prometida pelo general, a sepultura de Luiz Eurico foi localizada.

Reunidos no Encontro Nacional das Entidades de Anistia, no Rio de Janeiro, em abril de 1979, os familiares haviam chegado a uma pista fundamental para suas buscas, trazida com o retorno do exílio de Iara Xavier Pereira: o destino de muitos militantes, como também de seus dois irmãos assassinados em 1972, fora o cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo. Até mesmo militantes oficialmente mortos estavam enterrados ali com nome falso, como era o caso de Alex de Paula Xavier Pereira. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos sabia do uso do cemitério de Perus, pois lá fora sepultado Joaquim Alencar de Seixas, em 1971, mas até esse momento não havia sido considerada a hipótese de o cemitério também haver servido para enterrar corpos de desaparecidos políticos.

Iara e Suzana K. Lisbôa foram ao cemitério em Perus, onde localizaram as sepulturas de Alex e Iuri, irmãos de Iara e, ainda, as de Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Antônio Benetazzo, Luiz José da Cunha e Hélber José Gomes Goulart. Suzana sabia que o marido usava um documento com o nome de Nelson, mas não recordava o sobrenome. Com essas referências, ela encontrou no livro de óbitos o nome de Nelson Bueno, morto em 2 de setembro de 1972.

Reunidos na sede do CBA/SP, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos montou um esquema de investigação. Com o jornalista Ricardo Carvalho e o fotógrafo Hélio Campos Mello, da revista *IstoÉ*, apresentaram-se como familiares de Nelson Bueno, no endereço da pensão no bairro da Liberdade, referido no cemitério como local da sua morte. O reconhecimento foi imediato. Os moradores choravam, apavorados, ao contar que ali se “suicidara” o moço da foto. Solícitos, gravaram depoimentos e tiraram fotos.

Com a certeza do encontro do corpo, a Comissão de Familiares resolveu manter a informação restrita a um pequeno grupo, pois imaginava poder encontrar outros desaparecidos enterrados com nomes falsos. Assim, pesquisou nos registros funerários, nos cartórios e em outros cemitérios da cidade. Sem conseguir nenhum novo dado, e ao constatar que seus pas-

sofos eram seguidos, inclusive no cemitério em Perus, quando as flores que colocaram nos túmulos foram jogadas no lixo por homens não identificados, os familiares resolveram tornar pública a denúncia.

No gabinete do senador Teotônio Vilela, os familiares reunidos para acompanhar a votação do projeto de lei de Anistia, divulgaram uma nota pública: “*Eis Aqui o Paradeiro de Dois Desaparecidos*”. A denúncia do encontro do corpo de um desaparecido, feita no Congresso Nacional, durante a votação da Lei de Anistia, em 22 de agosto de 1979, tornou-se um marco no movimento dos familiares. Enquanto o projeto da ditadura determinava que seria dado um atestado de morte presumida aos desaparecidos, era apresentado à Nação um atestado de morte verdadeiro. A morte de Luiz Eurico havia sido ocultada, premeditadamente, quando o enterraram como indigente, com nome falso, para esconder a verdade dos fatos.

Graças à ampla divulgação da notícia pela imprensa, foi possível descobrir o inquérito feito na 5ª DP de São Paulo (582/72), que versava sobre o “suicídio” de Nelson Bueno. As fotos mostravam Luiz Eurico deitado na cama do quarto da pensão, com um revólver em cada mão, e marcas de disparos na parede e no armário. Segundo os peritos, Luiz Eurico teria disparado quatro tiros do revólver calibre 38, que estava junto à sua mão direita, e um tiro com a arma de calibre 32, próxima à sua mão esquerda. No forro de madeira do quarto, duas perfurações; no piso, um projétil de 38, e, no armário, em direção à porta, lascas na madeira. O IPM concluiu, de forma absurda, que o morto teria disparado alguns tiros antes de embrulhar uma das armas na colcha que o cobria para abafar o tiro que daria em sua própria cabeça. O laudo necroscópico, assinado por Octavio D’Andréa e Orlando Brandão, confirma o suicídio.

Em processo aberto na 1ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, em 25 de outubro de 1979, foi solicitada a reconstituição da identidade e retificação do registro de óbito (1.288/79). O pedido inicial foi deferido, em 7 de novembro de 1980. O IPM foi reaberto por ordem do juiz da 1ª Vara, Hélio Lobo Júnior, pois os restos mortais exumados em fevereiro de 1980 na sepultura que seria de Nelson Bueno não correspondiam à descrição do laudo do IML – os ossos apresentavam fraturas indiscriminadas e não o orifício correspondente ao tiro no crânio com que, na versão policial, ele teria se suicidado.

O inquérito foi encaminhado pelo procurador-geral da Justiça da 2ª Vara Auxiliar do Júri de São Paulo e enviado pelo promotor Rubens Marchi para o DEIC. Foram realizadas novas exumações no Cemitério D. Bosco, até ser encontrado um corpo que correspondia às características do corpo necropsiado pelo IML em 1972. O mesmo perito criminal que fez o laudo técnico na pensão em 1972, Neidy Lopes Rocha, acompanhou as exumações no cemitério. Durante a fase de investigações, foram evidentes as manobras realizadas com os moradores da pensão onde Luiz Eurico teria sido encontrado morto. Alguns mudaram por completo o depoimento feito anteriormente, declarando que o corpo de Luiz Eurico teria sido jogado pela escada, o que poderia servir para justificar a existência de fraturas. O promotor designado nada investigou, limitando-se a elogiar o trabalho policial, ratificando a versão de suicídio.

As circunstâncias da morte de Luiz Eurico não foram restabelecidas. O aparato repressivo montado pela ditadura ainda estava intacto. Na época, Romeu Tuma era diretor do DOPS/SP e respondeu aos insistentes ofícios do juiz da 1ª Vara informando que o órgão nada tinha sobre o caso. Entretanto, após a abertura dos arquivos do extinto DOPS, em 1992, descobriu-se que, em 1978, antes da família encontrar seu corpo, um documento intitulado “*Retorno de Exilados*”, endereçado a Romeu Tuma, informava a morte de Luiz Eurico, em setembro de 1972. Por meio dessa lista, foi possível descobrir o local de sepultamento com nome falso de Ruy Carlos Vieira Berbert.

Em 1982, Harry Shibata ainda era diretor do IML e, sob sua responsabilidade, os ossos encontrados foram examinados. Ele próprio entregou os restos mortais à família. Traslado para Porto Alegre, em 2 de setembro de 1982, Luiz Eurico foi enterrado após homenagem na

Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e a inauguração de uma rua com seu nome, cuja proposta foi feita pelo vereador Antônio Cândido Ferreira, sapateiro de profissão, conhecido como *Bagé*, então vereador do PT de Porto Alegre.

Somente em 1990, quando fazia gravações para a realização do programa *Globo Repórter* sobre a Vala de Perus, o repórter Caco Barcellos ouviu outra versão para a morte de Luiz Eurico. Um dos novos moradores da pensão na Liberdade relatou os detalhes que lhe foram contados pelas testemunhas da época e pela dona da pensão. Luiz Eurico fora na verdade assassinado e o suicídio foi montado no quarto. Nesse mesmo período, a Comissão de Familiares teve acesso aos arquivos do IML/SP, onde encontrou a solicitação de exame cadavérico de Nelson Bueno, identificada com a letra T, usada para se referir aos perseguidos políticos.

Os documentos do antigo SNI e da Abin, mantidos pelo Arquivo Nacional, foram cuidadosamente selecionados para que não constasse qualquer informação sobre sua morte. Em sua ficha, consta a informação de que, em 1974, organizava a ALN no Sul. Em outubro de 1975, o ministro da Justiça Armando Falcão, em carta ao presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, em nome do presidente da República, garante que o esforço da CNBB na salvaguarda dos direitos humanos não é maior que o do governo. O ministro reiterou as informações que prestara, no início daquele ano, quando divulgara publicamente falsas informações sobre 22 desaparecidos políticos. Sobre Luiz Eurico, Armando Falcão afirmou que não fora encontrado para o cumprimento da pena de seis meses de prisão, sendo seu paradeiro desconhecido. Não há nenhum documento sobre seu assassinato, mas faz parte do dossiê de Luiz Eurico um informe detalhado do SNI sobre o traslado do corpo para Porto Alegre, datado de 8 de setembro de 1982.

Em 1994, foi lançado o livro *Condições Ideais para o Amor* com poesias e cartas do poeta-guerrilheiro, Luiz Eurico, publicado pela Editora Tchê e o Instituto Estadual do Livro. Edição mais apurada, preparada pelo seu irmão, o conhecido músico gaúcho Nei Lisboa, foi lançada pela Sulina e o Instituto Estadual do Livro em 1999, marcando os vinte anos da Lei de Anistia. Em texto de agosto de 1993, Nei Lisboa escreveu seu testemunho, publicado no livro:

O autor deste livro, objeto dos depoimentos e análises que acompanham, foi assassinado aos vinte e quatro anos. Cumpria, até ali, intensa trajetória de resistência à ditadura militar brasileira, do movimento estudantil à guerrilha urbana, do exílio à clandestinidade, da Filosofia à metralhadora em punho: idealismo, precocidade e despojamento impensáveis para os dias de hoje. As circunstâncias de sua morte, no entanto – bala na têmpora a sangue-frio, obra de anônimos representantes de aparelhos de segurança do Estado –, soam em sua maioridade cinicamente familiares a um país desperto para o horror de chacinas rotineiras.

Poucos minutos de percurso no metrô de São Paulo separam o bairro da Liberdade, onde em setembro de 1972 Luiz Eurico foi executado, do presídio do Carandiru, na zona norte da cidade. Uma viagem subterrânea que poderia incluir exemplarmente, entre suas estações, os nomes de Vladimir Herzog e de Pixote; de centenas de mortos, desaparecidos e torturados pelos governos militares – ou de seus equivalentes na favela do Vidigal e na Baixada Fluminense. Argumente-se que a uns e outros, entre as vítimas, lhes sobravam ideais ou lhes faltava inocência: os métodos e seus executores não deixarão de convergir para a ética da inquisição e do nazismo. Nada a estranhar, de fato. Da profusão de siglas como DOPS, DOI-CODI, OBAN, CENIMAR e outros tantos emblemas do terrorismo de estado, ninguém mais ouviu falar. Mas o que dizer de suas estruturas, de suas redes de ação e informação? De seus quadros, centenas de embrutecidos profissionais do extermínio? Nenhum deles foi punido ou compulsoriamente afastado do serviço público. De seus mandantes, sobretudo, altas patentes militares, não se exigiu um mea culpa sequer por vinte anos de usurpação do poder. Onde se esperaria encontrar, então, para citar um único caso, aqueles que estupraram Sonia de Moraes com um cassete e lhe arrancaram os mamilos com alicate durante um interrogatório? Na LBA? Ou quem sabe engajados na nobre tarefa de formação das nossas polícias? Chama a atenção, na fotografia póstuma de Luiz Eurico, que a esposa diligentemente resgatou, a expressão se-

rena a armar o sorriso nos lábios que lhe era habitual. Talvez estivesse a preparar, na hora da morte, algumas das divertidas e amorosas trapanças por ele aqui narradas e que tão bem definem os contornos humanos da época. Ou talvez adivinhasse, visionário, a declaração do General Leônidas Pires de que “nós também tivemos os nossos mortos”. Vossos, General? E em nome de que esbórnia se inscreveria o epitáfio nesse par de lápides?

De minha parte, choro por quem se foi e pelo que, longe e através de seus olhos, ainda não vi realizado. Luiz Eurico era meu irmão, onze anos mais velho, e com ele aprendi desde o berço a soletrar justiça, liberdade, humanidade. Relevo, no que em mim será eterna e inevitavelmente heróico, a lembrança de que via em Cândido Norberto um confiável companheiro da esquerda, relevando ele próprio os sinais do que Sergio Augusto viria tardiamente a advertir: pensando bem, com a classe média e a mídia da época, os milicos não estavam sozinhos.

Estivemos juntos pela última vez, Ico, Suzana e eu, em clandestina semana de 72 na praia do Pinhal. Condições ideais, aos meus púberes treze anos, para uma pós-graduação na arte de fazer pandorgas. Nelas colávamos, em papel de seda, a alça de mira, símbolo da ALN. Algumas vezes atingiam o infinito azul do céu, noutras se despedaçavam entre os fios de luz atravessados no caminho. Não se pode acertar sempre. Mas ele, certamente, não morreu de medo.

O nome de Luiz Eurico não foi retirado da lista dos desaparecidos políticos após a descoberta do corpo, uma forma de manter a denúncia e a investigação sobre as circunstâncias de sua morte. Por isso, seu nome consta da lista dos desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 248/96.

Para homenageá-lo, o Grêmio Estudantil e a direção do Colégio Júlio de Castilhos deram seu nome ao auditório da escola. Luiz Eurico é também nome de rua em Criciúma (SC), no Rio de Janeiro (RJ), em São Paulo (SP), em Porto Alegre e em Caxias do Sul (RS).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Aqui está enterrado um desaparecido. *IstoÉ*, n. 140, 29 de agosto de 1979.

Caso 248/96, na CEMDP.

Lisbôa, Luiz Eurico Tejera. *Condições Ideais para o Amor*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

Miguel Pereira dos Santos (Cazuza)

Nasceu em 12 de julho de 1943, no Recife (PE), filho de Pedro Francisco dos Santos e Helena Pereira dos Santos. Desaparecido em 20 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

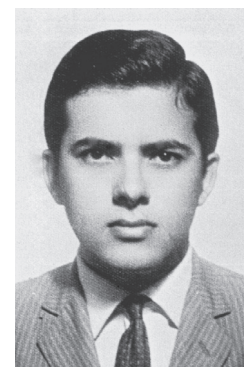
Começou a trabalhar aos 13 anos de idade. Em 1964, mudou-se com a família para São Paulo (SP) e, nesse mesmo ano, concluiu o curso científico (atual ensino médio) no Colégio de Aplicação da USP. Trabalhava no Banco Intercontinental do Brasil. Em 1965, passou a viver na clandestinidade em razão da perseguição política.

Em 1968, o DOPS, ao procurar Miguel, interrogou sua mãe, ocasião em que o delegado Wanderico mostrou-lhe fotocópias de documentos de Miguel que teriam sido enviadas pela CIA, dizendo que Miguel estivera na China. Em diversas ocasiões, a casa de sua mãe foi invadida pela polícia política.

As primeiras informações sobre as perseguições políticas sofridas por Miguel são de 21 de novembro de 1968, quando o jornal *Folha de S.Paulo* publicou a seguinte informação na matéria “China Prepara Brasileiros para Fazerem Guerrilha em Nosso País”:

[...] foram vistos quando entravam ou saíam da China Comunista e é provável que a CIA (Serviço de Inteligência dos EUA) tenha colaborado com as autoridades brasileiras para sua identificação. O DOPS tem a fotografia de todos eles [...].

Após realizar treinamento de guerrilha na China, em 1966, voltou ao Brasil clandestinamente, indo morar na região Norte/Centro-Oeste do país. Residiu inicialmente em Praia Chata, Norte de Goiás, às margens do rio Tocantins e, posteriormente, no sul do Pará, na localidade de Pau Preto, integrando o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Entre os guerrilheiros, Miguel era conhecido como *Cazuza*.



O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que Miguel “[...] participou ativamente da Guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972”. Miguel foi o primeiro guerrilheiro a desaparecer com o início da II Campanha do Exército contra a guerrilha, denominada de “Operação Papagaio”.

O Relatório Arroyo, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que conseguiu escapar ao cerco militar à região em 1974, descreveu sua morte:

No Destacamento C, cerca do dia 20 de setembro, dois companheiros, Vitor [José Toledo de Oliveira] e Cazuzza, deslocavam-se para fazer um encontro com três outros companheiros. Acamparam perto de onde devia se dar o encontro. À tardinha, ouviram barulho de gente que ia passando perto. Cazuzza achou que eram os companheiros e quis ir ao encontro deles, mas Vitor não permitiu. Disse que se devia ir ao ponto no dia seguinte. Pela manhã, Cazuzza convenceu Vitor a permitir que ele fosse ao local onde, na véspera, ouvira o barulho. Vitor ainda insistiu que não se devia ir ao ponto, mas acabou concordando. Ao se aproximar do local do barulho, Cazuzza foi metralhado e morto.

O Relatório das Operações da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, assinado pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, no capítulo que se refere às “Ações mais Importantes Realizadas pelas Peças de Manobra”, informou: “Do 10º BC – ação de emboscada, por uma esquadra (1 Cb. e 5 Sd), em 26 Set. 72, numa grota distante cerca de 3 km da casa do velho Manoel. Resultou na morte do terrorista ‘Cazuzza’ (não identificado)”.

Regilena Carvalho Leão Aquino, em depoimento prestado no processo movido pelos familiares dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia contra a União desde 1982, informou que Miguel foi morto, segundo informação do general Bandeira. Em outro depoimento prestado a estudantes de jornalismo, em 2002, afirmou:

Em setembro de 1972, preso em cela vizinha à que me encontrava, Dower me informou sobre a morte do Cazuzza. Dias depois, o general Bandeira confirmou a morte, acrescentando que a tropa que matou Cazuzza, em choque casual no interior da mata, havia decepado sua mão direita para que, em uma das bases instaladas em vários locais da região, fossem identificadas as suas impressões digitais. Era 20 de setembro de 1972.

Nos arquivos do DOPS/PR, a Comissão Especial de Investigação das Ossadas do Cemitério de Perus, em 24 de julho de 1991, encontrou diversas fichas em uma gaveta com a identificação “falecidos”, no qual constam os nomes de 17 militantes. Entre eles, está o de Miguel Pereira dos Santos.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos *do anexo I, da lei 9.140/95.*

Em sua homenagem, São Paulo e Campinas (SP) deram o seu nome a ruas dessas cidades.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

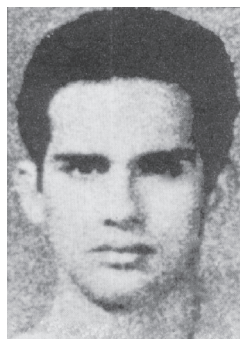
Arquivos do IEVE/SP.

Caso 097/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

ALMIRÓN, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

Mais guerrilheiros desaparecidos na II Campanha do Exército contra a Guerrilha do Araguaia (Operação Papagaio)



Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio)

Nasceu em 22 de agosto de 1944, em Ilhéus (BA), filho de Gerson da Silva Teixeira e Luiza Monteiro Teixeira. Desaparecido em 21 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Geólogo, formado pela UFBA, casado com Dinalva Monteiro Teixeira, guerrilheira conhecida como *Dina*, também desaparecida na Guerrilha do Araguaia.

Antônio teve grande participação no movimento estudantil entre 1967 e 1968. Em 1969, após casar-se com Dinalva, passou a residir e trabalhar no Rio de Janeiro (RJ), no Ministério das Minas e Energia. Era membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Em maio de 1970, juntamente com *Dina*, foi viver na região próxima ao rio Araguaia, no Sudeste do Pará, perto de Caianos, onde se organizou o Destacamento C da guerrilha.

Segundo depoimento de moradores da região, estaria enterrado no cemitério de Xambioá (TO).

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, informa apenas que “[...] em dezembro de 1972 foi identificado, por fotografia, como sendo o prof. Antônio que lecionava, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Félix, em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador”.

Os outros relatórios dos ministérios militares, de 1993, não fazem nenhuma referência à sua morte.

Francisco Manoel Chaves

Desaparecido em 21 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Era negro, oriundo de família de camponeses. Muito jovem, ingressou na Marinha de Guerra, onde sofreu preconceitos raciais. Em 3 de abril de 1935, engrossou as fileiras da Aliança Nacional Libertadora (ANL), filiando-se ao PCB. Preso em 1935, após a derrota da Insurreição Armada, foi torturado sob a chefia do comandante Lúcio Meira, sendo mais tarde recolhido ao presídio da Ilha Grande. Graciliano Ramos, que conviveu com ele nessa época, narra em seu livro *Memórias do Cárcere* os esforços de Chaves e de outros comunistas para denunciar as condições desumanas em que viviam os presos naquele autêntico campo de concentração.

Em 1937, foi expulso da Marinha, segundo informações encontradas no arquivo do DEOPS/SP.

Posto em liberdade no início da década de 1940, participou da preparação da Conferência da Mantiqueira, em 1943, sendo eleito suplente do Comitê Central do PCB, cargo que exerceu até 1946.

Após o golpe de Estado de 1964, já como militante do PCdoB e muito perseguido, foi residir na região de Caianos, no Sudeste do Pará, onde se organizou junto ao Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Em 1991, nas exumações feitas no Cemitério de Xambioá por uma comissão composta de familiares, parlamentares, técnicos e representante da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, foram encontrados ossos de um homem com mais de 60 anos, negro, que provavelmente seriam de Francisco Manoel Chaves. Essa ossada se encontra no columbário do Cemitério do Araçá, em São Paulo (SP), aos cuidados do IML/SP, junto com as ossadas do cemitério D. Bosco, de Perus, e não pôde ser identificada por falta de dados para confronto, visto não ter sido possível localizar seus familiares. Além disso, a Marinha não forneceu os dados solicitados para sua identificação, apesar de ter sido feita solicitação formal.

José Toledo de Oliveira (Vitor)

Nasceu em 17 de julho de 1941, em Uberlândia (MG), filho de José Sebastião de Oliveira e Adaíde Toledo de Oliveira. Desaparecido em 21 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Era advogado e bancário. Muito jovem se tornou funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e ingressou no Sindicato dos Bancários. Como ativista político, editou o jornal *Elo* com o deputado federal João Alberto. Com o pseudônimo de Sobral Siqueira, tinha



uma coluna fixa no periódico. Foi eleito diretor da Associação dos Funcionários do Banco. Nessa época, ingressou no PCB e, mais tarde, tornou-se militante do PCdoB.

Com o golpe de Estado de 1964, houve intervenção no sindicato e o jornal *Elo* foi fechado. Numerosas demissões ocorreram no Banco de Crédito Real. José Toledo permaneceu trabalhando, por escrever com pseudônimo e não ser identificado.

Em 1º de agosto de 1969, foi preso quando trabalhava, com outros bancários, pelo DOPS/MG. Transferido para o Cenimar, na Ilha das Flores, foi torturado. Na Justiça Militar, denunciou as torturas de que foi vítima. Após ser absolvido no processo, deixou o trabalho no banco e passou a viver na clandestinidade, no Sudeste do Pará, onde ocorreria a Guerrilha do Araguaia.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, afirma que José Toledo era “[...] *militante do PCdoB, utilizava o nome falso de José Antônio de Oliveira e os codinomes Vitorio e Vitor. Participou da Guerrilha do Araguaia*”.

As mortes e desaparecimentos

O Relatório Arroyo, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que conseguiu escapar ao cerco militar à região em 1974, descreve as mortes:

Como estivessem sem alimento, Vitor resolveu ir à roça de um tal de Rodrigues, apanhar mandioca. Os companheiros disseram que lá não tinha mais mandioca. Vitor, porém, insistiu. Quando se aproximavam da roça viram rastros de soldados. Então Vitor decidiu que os quatro deveriam esconder-se na capoeira, próxima à estrada, certamente para ver se os soldados passavam e depois então ir apanhar mandioca. Acontece que, no momento exato em que os soldados passavam pelo local onde eles estavam, um dos companheiros fez um ruído acidental. Os soldados imediatamente metralharam os quatro. Dois morreram logo: Vitor e Zé Francisco. Antônio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço.

O Relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, assinado pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, confirma a morte dos três combatentes. O que também é confirmado no Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974.

No processo movido pelos familiares dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, na 1ª Vara da Justiça Federal, o médico e ex-guerrilheiro Dower Moraes Cavalcanti citou ao juiz os nomes de João Carlos Haas Sobrinho, José Toledo de Oliveira, Ciro Flávio Salazar Oliveira, Francisco Chaves e Antônio Carlos Monteiro Teixeira, como guerrilheiros mortos durante a segunda campanha, em fins de 1972. Dower, enquanto ainda estava preso no Pará, após reconhecer essas pessoas em um álbum de fotografias, foi chamado pelo general Antônio Bandeira para ir pessoalmente à Base Militar de Xambioá identificar os guerrilheiros: “[...] *Quando eu cheguei lá, porém, os corpos já haviam sido enterrados em uma vala comum, no cemitério de Xambioá*”. Ele afirmou ainda ao juiz que o Exército tinha em sua posse vários objetos de uso pessoal e documentos dos guerrilheiros, como, por exemplo, o diário de campanha de João Carlos Haas Sobrinho, sua carta-testamento aos familiares e uma carta de Francisco Chaves à Comissão Militar da guerrilha.

Segundo depoimento de Regilena Carvalho Leão Aquino no mesmo processo, esses guerrilheiros teriam sido mortos, segundo relato do general Bandeira feito a ela quando se encontrava presa em Brasília (DF).

Luzinete, camponesa da região, em depoimento prestado à CEMDP em julho de 1996, informou a localização de uma cova na Reserva Indígena dos Sororós, onde estariam enterrados Antônio Carlos e um outro guerrilheiro. Esse local fica às margens da estrada, perto de São Raimundo (PA). A EAAF encontrou no local restos incompletos e danificados de esqueletos, não sendo possível identificá-los.

Em depoimento publicado na obra *Vestígios do Araguaia*, Regilena Carvalho afirmou: [O general Bandeira] “*Mostrou fotos de alguns de meus companheiros mortos: em close de rosto, Antônio e Vitor [José Toledo], abatidos em 20 de setembro de 1972, com a barba grande e os cabelos crescidos*”.

Fichas encaminhadas por um militar anonimamente ao jornal *O Globo*, em 1996, informam que José Toledo foi morto em 29 de setembro de 1972.

Em homenagem aos três, as cidades de São Paulo e de Campinas (SP) deram os seus nomes a ruas dessas localidades. O Rio de Janeiro homenageou com nomes de ruas Antônio Carlos e José Toledo.

Os seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

O caso de Antônio Carlos Teixeira Monteiro (057/96) e José Toledo de Oliveira (013/96) foram protocolados na CEMDP, mas a família de Francisco Manoel Chaves não apresentou requerimento.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 057/96, de Antônio Carlos, e 013/96, de José Toledo, na CEMDP.

ALMIRON, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

Helenira Rezende de Souza Nazareth (Preta, Fátima)

Nasceu em 11 de janeiro de 1944, em Cerqueira César (SP), filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthália Rezende de Souza Nazareth. Desaparecida em 29 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Esse destacamento passou a chamar-se Helenira Rezende após sua morte.

O depoimento de sua irmã, Helenalda Rezende, apresenta aspectos de sua biografia:

Lenira para uns... Preta para os colegas da USP... Nira entre os familiares, Fátima para os companheiros do Araguaia... Helenira foi, acima de tudo, uma cidadã brasileira consciente de seus atos, que empunhou a bandeira da justiça e da liberdade, lutando obstinadamente até a morte. Nascida na pequena cidade de Cerqueira César, próximo a Avaré, mudou-se para Assis aos 4 anos, onde cresceu, tendo concluído o Curso Clássico na EEPSG Prof. Clibas Pinto Ferraz. Participante da Seleção de basquete da cidade, sobressaiu-se como uma das melhores jogadoras da região da Alta Sorocabana, tendo também sido contemplada com várias medalhas no atletismo, na modalidade de salto a distância. Dedicada ao estudo da teoria marxista, desde cedo sua presença se fez sentir como líder estudantil que, com posições avançadas, defendia com firmeza suas propostas. Fundadora e 1ª presidente eleita do Grêmio Estudantil da Escola, já se pronunciava nos palanques e na Rádio Difusora de Assis durante campanhas políticas dos candidatos que julgava dignos de seu apoio.

E desde então, ou talvez desde o berço, foi-se formando líder estudantil, grande oradora nos Congressos Estudantis e nas manifestações de rua dos anos 60. Foi vice-presidente da UNE, em 1968.

Ingressou na Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia, no Curso de Letras, onde, através dos movimentos estudantis, passou a viver intensamente a vida política do país. Com seus alunos de português de duas escolas estaduais, uma no Jardim Japão e outra em Guarulhos, preparava peças de teatro consideradas subversivas na época.

Helenira foi presa pela primeira vez quando conclamava os colegas a participarem de uma passeata, em maio de 1968, em São Paulo. E, no mesmo ano, mais uma vez foi presa, no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna com outros 800 estudantes. Nesta ocasião, quando o ônibus que os transportava passava pela Avenida Tiradentes, conseguiu entregar a um transeunte um bilhete que foi levado à sua residência à Rua Robertson, no Cambuci, avisando à família de sua prisão. Procurada pelos policiais como Nazareth e apontada como sendo uma das líderes do movimento, foi transferida do Presídio Tiradentes para o DOPS, onde caiu nas garras do famigerado Fleury, que a jurou de morte.



Uma outra mensagem foi entregue então, à sua família, avisando sua localização e a dos companheiros José Dirceu, Antônio Ribas, Luís Travassos e Vladimir Palmeira. A polícia continuava negando sua prisão, enquanto um policial não identificado atuava como mensageiro entre o DOPS e o Cambuci. Após alguns dias de “vai e vem” ao DOPS, o contato direto com Helenira foi conseguido por intermédio da advogada Maria Aparecida Pacheco. Alguns dias depois a “estudante”, como era chamada pelo carcereiro, foi transferida para o Presídio de Mulheres do Carandiru, onde ficou detida por dois meses. Seu Habeas Corpus foi conseguido um dia antes da edição do AI-5. A partir de então passou a viver na clandestinidade, tendo residido em vários pontos da cidade e do país, antes de se dirigir ao Araguaia.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, afirma cnicamente que ela se encontra foragida.

No arquivo do DOPS/PR, o nome de Helenira e de mais 16 pessoas consta em uma gaveta com a identificação “falecidos”.

Entre 1969 e 1972, mesmo após sua morte na Guerrilha do Araguaia, sua família foi intimada a prestar declarações ao DOPS/SP e ao II Exército.

O Relatório Arroyo, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou ao cerco militar à região em 1974, descreveu sua morte:

No dia 29 de setembro, houve um choque do qual resultou a morte de Helenira Resende. Ela, juntamente com outro companheiro, estava de guarda num ponto alto da mata para permitir a passagem, sem surpresas, de grupos do destacamento. Nessa ocasião, pela estrada vinham tropas. Como estas achassem a passagem perigosa, enviaram “batedores” para explorar a margem da estrada, precisamente onde se encontrava Helenira e o outro companheiro. Este quando viu os soldados, acionou a metralhadora, que não funcionou. Ele correu e Helenira não se deu conta do que estava sucedendo. Quando viu, os soldados já estavam diante dela. Helenira atirou com uma espingarda 16. Matou um. O outro soldado deu uma rajada de metralhadora que a atingiu. Ferida, sacou o revólver e atirou no soldado, que deve ter sido atingido. Foi presa e torturada até a morte. Elementos da massa dizem que seu corpo foi enterrado no local chamado “Oito Barracas”.

Sua morte foi citada no Comunicado 6 das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Nas fichas encaminhadas anonimamente ao jornal *O Globo*, em 1996, além de outras informações, registra-se que ela “[...] foi morta no dia 28 set. 72, no Pará”.

O Relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972, assinado pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, no capítulo “Ações mais Importantes Realizadas pelas Peças de Manobra da FT 2º BIS”, afirma: “[...] ação de patrulhamento, em 28 Set. 72, executada por 1 GC na R do Alvo teve como resultado a morte da terrorista Helenira Rezende de Souza Nazareth ‘Fátima’ (Dst A – Grupo Metade)”.

O Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, confirma sua morte, indicando-a como *Fátima*.

Em declarações feitas na Justiça Militar, a presa política Elza de Lima Monnerat denunciou o assassinato de Helenira sob tortura, após ter sido baleada nas pernas.

Em depoimento, Danilo Carneiro, um dos primeiros guerrilheiros a ser preso pelo Exército, no processo movido pelos familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, na 1ª Vara da Justiça Federal, afirmou que viu, na prisão, slides de corpos mutilados de guerrilheiros e álbuns de fotografias que lhes eram mostrados pelo Exército para que ele os identificasse: “Eles iam matando e riscando os nomes do álbum”. Ele confirmou ter visto fotografias dos corpos de Bergson Gurjão Farias, João Carlos Haas Sobrinho e Helenira. Danilo foi preso na região da guerrilha.

Segundo depoimento de Regilena Carvalho Leão de Aquino, no mesmo processo, o general Antônio Bandeira lhe falou da morte de Helenira.

José Moraes Silva, morador da região, em depoimento ao Ministério Público Federal de 2001, afirmou que:

Teve conhecimento da morte da Fátima (Helenira Rezende), guerrilheira, através do Sr. Mamede, também guia do Exército e da região de São José; que o Sr. Edite carregou Fátima na cangalha de um burro ainda viva, a qual teria dito ao Sr. Edite que não fizesse aquilo com ela, pois ela o havia ajudado; que os soldados do Exército a enrolaram numa lona e posteriormente a levaram de helicóptero até o igarapé Taurizinho, local em que ficava a base militar de Oito Barracas; que o Sr. Salomão ou Absalão, marido de Dona Luzia, moradora de São Domingos do Araguaia, contou ao declarante que passava todos os dias muito próximo do local onde a guerrilheira Fátima foi enterrada, que ficava entre duas árvores de Inajá, próximo ao igarapé Taurizinho.

José Rufino Pinheiro, também morador da região, em depoimento ao MPF em 2001, declarou que:

Ficou por 6 meses e 16 dias ajudando o Exército na mata, guiando-os; que o batalhão que o declarante servia de guia era composto de 32 soldados; que viu a Fátima, guerrilheira, baleada na coxa e perna, pois ela estava sendo carregada no lombo de um burro do Edite, até a localidade de Bom Jesus; que segundo informações à época ela teria sido removida para Belém num helicóptero.

Em outro depoimento de uma moradora da região colhido pelo MPF, Adalgisa Moraes da Silva, é dito:

Em 1972 entrou os primeiros helicópteros trazendo soldados para a região do Chega com Jeito; que os militares ficaram lá durante uma semana; que depois disto passaram em sua casa com os burros carregados de carga dentro de sacos e que só foi possível distinguir as botinas; que foram para o rumo de Marabá; que depois eles voltaram e chegaram a casa de sua mãe, no Alto Bonito, perto de São José; que dormiram na casa de sua mãe cerca de 20 soldados; que dormiram no chão com medo do ataque dos guerrilheiros; que no dia seguinte saíram e foram para o Castanhal do Mano Ferreira; que, lá houve o combate em que a Fátima foi morta e o Nunes conseguiu se esconder atrás de uma folha; que os soldados foram buscar o cavalo do Edite para levar a Fátima; que o corpo da Fátima foi colocado atravessado na cangalha e levado para a casa do Mamede; que na casa do Mamede a Fátima foi enrolada num plástico preto e colocada atrás da porta; que no dia seguinte levaram o corpo da Fátima, primeiramente de cavalo e depois de carro onde passava a estrada; que foi levada para as Oito Barracas.

Agenor Moraes Silva, ex-guia do Exército, declarou ao MPF, em 2001, que:

Ficou sabendo que Fátima teria atirado primeiro na equipe do Exército, atingindo o quepe do comandante, no que ocorreu o revide atingindo Fátima na coxa; que Fátima foi presa ainda viva, e enrolada em uma lona de plástico preta, colocada em um cavalo e levada para região de Oito Barracas, local em que já chegou morta; que na região de Oito Barracas havia um acampamento do Exército; que o declarante não presenciou esses fatos, mas quem lhe contou foi o Edite, que carregou em seu próprio cavalo o corpo de Fátima; que o Edite, que tinha cerca de 35 anos, sumiu da região naquela época e nunca mais foi visto; que Mamede, vizinho do Edite, e que morava perto de Chega com Jeito, também presenciou os fatos; que o declarante chegou no local onde Fátima foi baleada logo após terem levado seu corpo.

O “Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia”, do Ministério Público Federal, de janeiro de 2002, concluiu:

Fátima: Helenira Rezende foi vista por um depoente, baleada na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro de um morador da região, próximo à localidade de Bom Jesus. Outro depoente ouviu referências de que Fátima foi vista na base de Oito Barracas. E um terceiro conta que ouviu falar ter Fátima chegado já morta em Oito Barracas, em função de ferimentos. Em fragmento de um relatório aparentemente oficial, há registro de que Fátima teria sido morta em setembro de 1972.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo (SP) e Campinas (SP) deram o seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Grajaú, na capital paulista, e Vila Esperança, no interior do estado. A cidade de Guarulhos (SP) também deu o seu nome a uma de suas ruas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 148/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/SP 03/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/DF 05/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Projeto Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

ALMIRÓN, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

Desaparecidos no Araguaia, 30 de setembro de 1972



Ciro Flávio Salazar Oliveira

Nasceu em 26 de dezembro de 1943, em Araguaia (MG), filho de Arédio Oliveira e Maria de Lourdes Oliveira. Desaparecido em 30 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Sua família mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ), onde cursou o primário (atual ensino fundamental) no Colégio Santo Antônio M. Zacarias e, posteriormente, no Franco Brasileiro.

Em 1964, ingressou no curso de Arquitetura da UFRJ. Enquanto cursava o 4º ano, começou a militar no movimento estudantil. Em 26 de junho de 1968, foi detido pelo DOPS/RJ distribuindo folhetos na Passeata dos 100 mil. Foi publicada na revista *Manchete* uma foto sua incendiando uma viatura policial em uma manifestação de rua, quando passou a ser alvo de intensa perseguição policial. A partir de então, foi obrigado a viver na clandestinidade, em Araguaia e em Belo Horizonte (MG).

Em 1970, foi para a região do rio Araguaia, próximo ao rio Gameleira, fazendo parte do Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Morou em Palestina, município de São João do Araguaia, Sudeste do Pará, onde instalou uma farmácia com Paulo Roberto Pereira Marques, também desaparecido na guerrilha.

Em certidão fornecida pela Abin, em resposta ao pedido de esclarecimento feito pela SEDH/PR, consta que, em março de 1975, seu nome integrou uma relação nominal elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Nessa lista, consta como “morto em 1971”.

Sua mãe, Maria de Lourdes Salazar Oliveira, deixou o seguinte depoimento:

*Não se sabia de nada, pois os meios de comunicação eram severamente controlados; até que, sem saber como, uma lista foi deixada na PUC com diversos nomes de desaparecidos e, entre eles, o de **Ciro Flávio Salazar Oliveira**, morto no Araguaia no dia 30 de setembro de 1972.*

Começou então a ro maria atrás de notícias mais concretas. Dificilmente se conseguia alguma coisa. Apareceram, bem depois, esclarecimentos em livros e jornais.

O que se pode dizer, como externar a imensidão do sentimento diante de tamanha perda? Num massacre que, até hoje, não assumem nem se responsabilizam?

Consegui, entretanto, separar dois grandes sentimentos: a saudade imorredoura de um convívio insubstituível e a honra de ser mãe desta criatura digna, heróica, cuja coragem suplantou separações, distâncias, na luta por uma pátria mais justa e honrada em favor dos irmãos oprimidos.

Obrigada meu filho, por sua vida!

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1993.



João Carlos Haas Sobrinho (Juca)

Nasceu em 24 de junho de 1941, em São Leopoldo (RS), filho de Ildefonso Haas e Ilma Linck Haas. Desaparecido em 30 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia e, na época de sua morte, pertencia à Comissão Militar.

Cursou o primário e o ginásio no Ginásio São Luiz, em São Leopoldo. O curso científico (atual ensino médio) foi iniciado no Colégio São Jacó, em Novo Hamburgo (RS), e completado no Colégio Anchieta, em Porto Alegre (RS).

Em 1959, ingressou na Faculdade de Medicina da UFRGS, formando-se em dezembro de 1964. Foi presidente da UEE/RS e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRGS. Jovem intelectual, aderiu inicialmente ao movimento estudantil até ingressar no PCdoB. Trabalhou como médico no hospital Ernesto Dornelles, em Porto Alegre.

Em janeiro de 1966, teria ido para São Paulo com o objetivo de continuar seus estudos em medicina. Em meados de 1966, João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, Divino Ferreira de Souza e Libero Giancarlo Castiglia viajaram para a China e na escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, tiveram os seus passaportes retidos por várias horas, sem nenhum esclarecimento. Mais de um ano depois, uma matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 21 de novembro de 1968, com o título “*China Prepara Brasileiros para Fazerem Guerrilha em Nosso País*”, do jornalista Edson Flosi, foi possível saber que seus passaportes haviam sido retidos pela CIA (serviço de inteligência dos Estados Unidos). Segundo a reportagem, as informações sobre o trajeto dos militantes que se dirigiam à China foram passadas à polícia depois da prisão de Tarzan de Castro e Gerson Alves Parreira, em setembro de 1966. João Carlos realizou treinamento de guerrilha na China.

Ao regressar clandestinamente ao Brasil, em 1967, mudou-se para Porto Franco (MA), onde montou um pequeno Hospital. Até 1968, sua família recebeu correspondências de João Carlos. Em 1969, os órgãos de segurança publicaram sua foto em reportagem onde figurava como participante de ações armadas da guerrilha urbana, embora estivesse residindo no Maranhão desde 1967. Procurado pela repressão política, mudou-se para São Geraldo, povoado às margens do rio Araguaia, no Sudeste do Pará, onde trabalhou como lavrador na posse de Paulo Mendes Rodrigues.

Escreveu vários trabalhos sobre malária e leishmaniose, fruto de suas pesquisas e experiência. Ingressou nas Forças Guerrilheiras do Araguaia como responsável pelo seu Serviço de Saúde. Participou de vários combates, sendo ferido em um deles, em 1972. Foi metralhado e morto em 30 de setembro de 1972.

Entre os relatórios dos três ministérios militares encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, apenas o da Marinha faz referência à morte de João Carlos, em outubro de 1972. Nas fichas encaminhadas anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, consta que ele foi morto no Pará, em 30 de setembro de 1972.

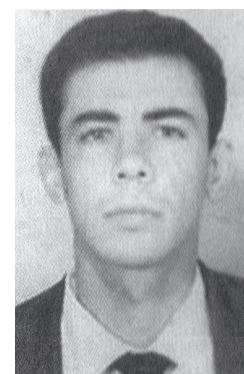
Manoel José Nurchis (Gil)

Nasceu em 19 de dezembro de 1940, em São Paulo (SP), filho de José Francisco Nurchis e Rosalina de Carvalho Nurchis. Desaparecido em 30 de setembro de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Era operário. Foi preso por motivos políticos em junho de 1963. Em razão da perseguição política após o golpe de 1964, foi forçado a deixar seu trabalho na fábrica para viver clandestinamente na região do rio Araguaia, passando a integrar o movimento guerrilheiro organizado pelo PCdoB. Residiu na região do rio Gameleira, onde se estabeleceu o Destacamento B da guerrilha.

Desapareceu após um confronto, quando o grupo comandado por João Carlos Haas Sobrinho foi atacado na região de Caianos.

Dower Cavalcante conta que o general Bandeira comentou nunca ter visto “*um homem tão macho*” quanto Nurchis. Segundo o ex-guerrilheiro, Nurchis enfrentou os pára-quedistas em um combate que durou cerca de duas horas e só morreu após receber o 12º tiro de metralhadora.



Essa mesma versão foi relatada por outra guerrilheira que foi presa, Regilena de Carvalho Leão de Aquino, atribuindo-a ao guerrilheiro Idalísio Soares Aranha Filho e não a Manoel.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, afirma que “[...] *Manoel foi preso em jun./63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em out. 72 - morto em combate em Xambioá*”. Os Relatórios dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica, também de 1993, informam apenas que ele era “[...] *militante do PCdoB e atuou na guerrilha do Araguaia*”. O do Ministério do Exército acrescentou ainda que Manoel utilizava os “[...] *codinomes Gil, Gilberto e Guilherme, tendo também realizado o curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim/China*”.

Os desaparecimentos

No Relatório Arroyo, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou ao cerco militar à região em 1974, a morte de Ciro Flávio Salazar Oliveira, João Carlos Haas Sobrinho e Manoel José Nurchis é narrada pelos sobreviventes ao ataque:

Ouviu-se uma rajada. Juca [João Carlos] e Flávio [Ciro Flávio] caíram mortos. Raul [Antônio Teodoro de Castro] foi ferido no braço, escapando juntamente com Walk [Walkíria Afonso Costa]. Gil [Manoel José] ainda se aproximou de Juca tentando reanimá-lo. Ocorreram novos disparos. Depois não se soube mais de Gil. Deve ter morrido. Raul e Walk, que não conheciam bem a região, vagaram durante dois meses pela mata até que se encontraram novamente com os companheiros do destacamento B. [30/9/72]

O corpo de João Carlos, crivado de balas, foi exibido à população de Xambioá, em Goiás (atual Tocantins), com a perna direita quebrada e a barriga cortada e costurada. Foto de João Carlos em situação semelhante à descrita por moradores de Xambioá foi mostrada à então presa política e ex-guerrilheira, Criméia Alice Schmidt de Almeida, no PIC em Brasília (DF), em 1973, pelo general Antônio Bandeira. Este confirmou a morte de João Carlos e disse que seu corpo foi exposto à população, com o objetivo de atemorizá-la. A população passou o dia velando o corpo do médico, apesar da proibição de fazê-lo. E segundo informações dos moradores de Xambioá, foi enterrado no cemitério da cidade.

O informe denominado “*Ações mais Importantes Realizadas pelas Peças de Manobra*”, do Relatório da Manobra Araguaia, produzido em 30 de outubro de 1972 e assinado pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria, general Bandeira, onde consta um balanço da II Campanha de combate à guerrilha, traz:

Da FT 6º BC – ação de patrulhamento, em 30 Set. 72, executada na R dos Crentes, por 1 GC, teve como resultado a morte dos seguintes terroristas:

João Carlos Haas Sobrinho “Juca” (membro da Comissão Militar)

Ciro Flávio Salazar de Oliveira “Flávio” (Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre)

José Manoel Nurchis “Gil” (China Com) – (Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre).

O Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, também confirma suas mortes.

Em declarações feitas na Justiça Militar, a presa política Elza de Lima Monnerat denunciou o assassinato de João Carlos.

De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, na certidão fornecida pela Abin em resposta à solicitação de informações sobre Ciro Flávio feita pela SEDH, “[...] *consta que em março de 1975 seu nome integrou uma relação nominal elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Nesta lista aparece como ‘morto em 1971’*”. Informação errada, tendo em vista que a repressão à guerrilha se iniciou em abril de 1972.

Em setembro de 1990, familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia estiveram na região em busca de informações. No cemitério de Xambioá, os familiares de João Carlos tentaram localizar seus restos mortais, mas não obtiveram êxito.

Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em homenagem aos três guerrilheiros, São Paulo e Campinas (SP) deram os seus nomes a ruas dessas cidades.

Em Belo Horizonte, Ciro Flávio também foi homenageado com o nome de uma rua no bairro Braúnas.

João Carlos foi homenageado com a adoção de seu nome em ruas das cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, Caxias do Sul e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A Câmara Municipal de Porto Franco concedeu-lhe o título de cidadão e medalha de honra ao Mérito.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IJEVE/SP.

Casos 143/96, 221/96 e 122/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/SP 03/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/DF 05/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83

PROJETO Brasil: Nunca Mais. *Projeto A: os Mortos*. Tomo V, v. 4.

ALMIRON, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

DUARTE, B. *Rua Viva*, op. cit.

José Inocêncio Barreto*

Nasceu em 16 de outubro de 1940, em Escada (PE), filho de Manoel Inocêncio Barreto e Cosma Laurinda de Lima. Morto em 5 de outubro de 1972.

José Inocêncio era camponês e líder sindical rural. Era casado com Noêmia Maria Barreto e tinham três filhos.

Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, como José Inocêncio Pereira, cuja denúncia se baseou em nota oficial emitida pela Arquidiocese de Olinda e Recife e divulgada pela CNBB.

Relatório do DOPS/PE afirma que os órgãos de segurança foram ao município de Escada para efetuar a prisão de Luiz Inocêncio Barreto, também conhecido como *Luiz Carneiro*, e de outro trabalhador citado apenas como Anselmo. Anselmo foi detido na cidade e os oficiais foram em busca de *Luiz Carneiro* no Engenho Matapiruna de Baixo.

No relato elaborado pelos policiais encarregados de cumprirem a diligência consta que, ao chegarem ao engenho:

[...] perguntamos a ele (vigia) onde nós podíamos encontrar o “Luiz Carneiro”. Respondendo ele que aquela hora todos os trabalhadores estava no corte de cana, mas que nós devíamos ter muito cuidado, pois os irmãos Carneiro eram muito perigosos. Em seguida auxiliado pelo vigia tomamos as nossas viaturas e fomos localizar o local onde os elementos estavam trabalhando.

Em seguida pedimos ao vigia que nos apontasse o homem que nós procurávamos, como também o local aonde ele estava, e ele (vigia) olhando para o lado esquerdo da estrada e com uma das suas mãos apontando para o local disse: “é aqui em baixo, mas não se preocupem, pois eu conheço todos eles e sendo assim é melhor que eu vá até lá e diga a eles que venha até aqui pois vocês desejam falar com eles”. Assim foi feito e minutos, digo, segundos após volta o vigia e nos comunica que os irmãos conhecidos por “Carneiros”, João, José e Luiz Inocêncio Barreto tinham dito que não vinham. Neste momento ouvi um dos elementos dizer: vou nada, tem um carro de Recife.

Com isto resolvemos nos dirigir até eles gritando que éramos policiais (pois o local aonde nós estávamos era muito alto) e pedimos que se entregassem, que estavam presos de ordem do Sr. Secretário da Segurança. Tudo isto foi inútil, pois para surpresa nossa, um dos elementos afirmou: “é assim, é” e armou-se da foice investindo para nós sendo o vigia o primeiro a ser atacado. Os outros dois elementos que estavam um pouco mais atrás deste primeiro, tomou a mesma atitude e começaram a nos atacar. Começamos a atirar para o ar, quando o elemento que estava dominando Miguel o libertou e investiu contra nós, momento em que é alvejado, o que estava dominando o nosso outro companheiro Pedro

*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de José Inocêncio Barreto estava grafado erroneamente como José Inocêncio Pereira.

também o liberta e investe também contra nós e é alvejado por nós, e finalmente, o que estava dominando o vigia, vendo que os seus dois companheiros já estavam dominados, consegue evadir-se por dentro do canavial.

O ofício assinado pelo delegado Bartolomeu Ferreira de Melo e encaminhado ao DOPS na mesma data da morte do camponês fala de “*atos subversivos praticados por Luiz Inocêncio Barreto e seus adeptos*”. O documento informa, ainda, que foram apresentados os cadáveres de Severino Fernando da Silva (o vigia) e José Inocêncio Barreto ao IML. Os legistas José Marcos Ionas Pereira Barbosa e Lúcio José Rodrigues apontaram como *causa mortis* “[...] *hemorragia interna e externa, decorrente de ferimentos transfixantes da cabeça, tronco e membros causadas por projéteis de arma de fogo*”.

As atividades subversivas a que se referem os policiais eram a exigência do cumprimento da decisão da Justiça de Trabalho favorável ao imediato pagamento de férias e o recebimento do 13º salário por parte dos trabalhadores da Usina Engenho Matapiruna de Baixo. Como não obtiveram o pagamento, pararam de trabalhar por um período de 40 dias. Em vez de pagar-lhes, o dono do referido engenho, José Metódio Pereira, contratou um vigia, Severino Fernando da Silva, que espionava os trabalhadores e os castigava com espancamentos. Esse vigia levou os agentes policiais do DOPS/PE para prender os trabalhadores, entre os quais se encontrava José Inocêncio Barreto. Os trabalhadores reagiram com suas ferramentas de trabalho: foices. José Inocêncio Barreto travou luta corporal com o vigia, os agentes do DOPS/PE deram uma saraivada de tiros quando os dois homens tombaram mortos. João Inocêncio Barreto, irmão de José Inocêncio, foi testemunha desses fatos e ainda pôde ver os policiais assassinos fugirem numa Rural Willys. Vários trabalhadores ficaram feridos, mas mesmo assim foram presos e processados pela Justiça Militar de Pernambuco.

A relatora do caso na CEMDP, Maria Eliane Menezes de Farias, afirmou que os documentos anexados mostram que José Inocêncio Barreto foi morto a tiros por agentes do DOPS, em 5 de outubro de 1972. Maria Eliane observou em seu voto que:

[...] os irmãos de José Inocêncio, Luiz Inocêncio Barreto e João Inocêncio Barreto, que sobreviveram à violência promovida naquela ocasião pelos agentes públicos, em injusta perseguição imposta pelo regime militar, ainda foram indiciados em inquérito policial instaurado pela Delegacia de Segurança Social do DOS/SSPE para apurar “possíveis atividades subversivas que estariam desenvolvendo no engenho Matapiruna de Baixo, município de Escada (PE)”.

Ela recomendou a aprovação do caso (045/02) em seu relatório, no que foi seguida por unanimidade, em 1º de dezembro de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
Arquivos do IEVE/SP.
Caso 045/02, na CEMDP.



Esmeraldina Carvalho Cunha

Nasceu em 1º de abril de 1922, em Araci (BA), filha de Cândido de Senna Cunha e Minervina Carvalho Cunha. Morta em 20 de outubro de 1972.

Foi casada com Tibúrcio Alves Cunha Filho, com quem teve cinco filhas. A mais nova, Nilda, foi morta em 14 de novembro de 1971, após dois meses de prisão e torturas durante a chamada *Operação Pajussara*, quando mataram Iara Iavelberg e Carlos Lamarca. As filhas Leônia e Lúcia também tiveram militância política, sendo que a última chegou a ser presa. A mais velha, Lourdes, foi assediada por agentes da repressão política, o que lhe causou sérios problemas psicológicos.

Esmeraldina, sozinha, separada do marido, lutou para defender a vida de suas filhas. Após a morte da caçula, Esmeraldina teve uma crise de depressão, sendo internada no Sanatório Ana Nery. Ao sair, passou a buscar o médico e os diretores dos hospitais onde estivera internada sua filha, mas não os encontrou e ninguém esclareceu a morte de Nilda.

Sua história de enfrentamento do temido major Nilton de Albuquerque Cerqueira, um dos torturadores da sua filha Nilda, foi relatada no livro *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda:

Ela não se conformava com a morte da filha, chorava, andava pelas ruas da cidade, delirava e gritava:

– Eles mataram minha filha, uma criança! Eles mataram minha filha. São assassinos, do Exército, do Governo. Estão matando estudantes...

Até que aparecia alguém e a levava para casa. Mas em qualquer lugar recomeçava de repente a gritar, a falar contra o Governo. Incomodava.

Chegou a ser detida e levada à Secretaria de Segurança Pública, quando recebeu a visita de um estranho que lhe levava um recado, dizendo: “O major mandou avisar à senhora que, se não se calar, nós seremos obrigados a fazê-lo”. Esmeraldina não se intimidou, e nas praças de Salvador continuou a bradar suas denúncias.

Em 20 de outubro de 1972, foi encontrada enforcada em sua casa. De acordo com o livro citado:

Ela morava no bairro do Chame-Chame, em Salvador, com a filha Lubélia. Um dia, Lubélia chegou em casa, trazendo o noivo para almoçar. A janela estava encostada e a porta fechada à chave, por dentro. Ninguém atendia. Ele pulou a janela, abriu a porta e seguiu em frente. Voltou-se rápido, impedindo a noiva de entrar. Lá dentro, no quarto, estava dona Esmeraldina, enforcada, suspensa por um fio de máquina de somar, amarrado na cumeeira da casa.

Segundo o depoimento de sua filha Leônia, havia marcas de sangue no chão, sua face não estava arroxeadada, o que para os familiares deixou dúvidas sobre a verdadeira causa de sua morte.

A relatora do caso na CEMDP, Maria Eliane Menezes de Farias, votou pelo deferimento do pedido, pois considerou que a documentação anexada aos autos confirmava que a morte de Esmeraldina Carvalho Cunha se deu em consequência de seus atos públicos contrários aos interesses políticos da época, resultantes de seu inconformismo e conhecimento das atrocidades praticadas por agentes do poder público. O caso (142/04) foi aprovado por unanimidade em 2 de junho de 2006.

Sua história consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, na referência à morte de Nilda, pois naquele período havia poucas informações a seu respeito.

Documentos consultados:

Caso 142/04, na CEMDP.

José, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*. 16. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 130.

Juan Antônio Carrasco Forrastal

Nasceu em 30 de janeiro de 1945, em La Paz, Bolívia, filho de Antônio Carrasco Bustillo e Olga Forrastal de Carrasco. Morto em 28 de outubro de 1972.

Juan Antônio Carrasco Forrastal e o irmão Jorge Rafael vieram para o Brasil com bolsa de estudos. Jorge cursava engenharia e morava no Conjunto Residencial da USP. Após a decretação do AI-5, o CRUSP foi ocupado pelo Exército, pela Aeronáutica e pela Força Pública com tanques blindados, em 17 de dezembro de 1968. Nesta ocasião, foi preso, com muitos outros estudantes residentes no local.

Ao saber da prisão do irmão, Juan saiu à sua procura e acabou sendo preso no II Exército. Na prisão, arrancaram-lhe a bengala e a perna mecânica e, por ser hemofílico, os golpes recebidos lhe produziram derrames pelo corpo inteiro.

Seus pais, Olga e Antônio, que residiam no Brasil, pediram ajuda ao consulado boliviano. Alegando que Juan corria risco de vida por ser hemofílico, o cônsul da Bolívia em São Paulo, Alberto Del Caprio, conseguiu que Juan fosse removido para o Hospital de Clínicas, mas logo foi transferido para o Hospital Militar do Cambuci. Mesmo internado, Juan era submetido a tortura psicológica.



Transferidos para o quartel paulista de Quitaúna, os irmãos foram violentados e queimados com cigarro, sob as ordens do coronel Albin, segundo o relato de seus familiares.

Libertados, no início de 1969, Jorge conseguiu voltar a estudar e se formar, mas Juan entrou em uma sucessão de crises e internações, que se agravaram após a morte do irmão Jorge, em acidente de carro.

Em depoimento anexado ao caso na CEMDP, Mary Deheza Balderrama, amiga da família, declarou:

Não era mais o mesmo. O moço alegre, otimista e confiante cederia lugar a outro com graves alterações psíquicas, amedrontado com tudo, não podia ver um militar. Mesmo faltando apenas um ano para terminar o curso de física nuclear, não queria mais voltar às aulas nem lecionar conforme fazia antes.

Depois de tratamento no Hospital das Clínicas de São Paulo, a família o levou para a Espanha. Em 28 de outubro de 1972, após 12 dias de internação no Hospital da Cruz Vermelha, em Madri, entrou em delírio e suicidou-se durante um breve momento em que a mãe havia saído do quarto.

O pedido de reconhecimento do caso de Juan como vítima da repressão política ingressou na CEMDP, mas sequer chegou a ser protocolado, tendo a família sido informada de que a morte por suicídio no exterior, mesmo que em decorrência das seqüelas de tortura, não se enquadrava na lei 9.140/95.

Com a ampliação do benefício por meio da lei 10.085, de 2004, os pais entraram com novo requerimento, e o caso (167/04), tendo como relator Augustino Veit, foi aprovado por unanimidade em 16 de fevereiro de 2006.

Documentos consultados:
Caso 167/04, na CEMDP.



Antônio Benetazzo

Nasceu em 1º de novembro de 1941, em Verona, na Itália, filho de Pietro Benetazzo e Giulieta Squazzordo Benetazzo. Morto em 30 de outubro de 1972. Dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Mudou-se para o Brasil em 1950, quando tinha 9 anos. Em 1962, ingressou no PCB, integrando-se ao setor estudantil, tendo destacada atuação nos movimentos culturais e políticos, principalmente naqueles promovidos pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Estudava Arquitetura e Filosofia na USP. Foi presidente do Centro Acadêmico do Curso de Filosofia e professor de História e Educação Artística. Como professor de cursos de preparação para vestibulares universitários, em especial o Cursinho Universitário, Benetazzo procurou transmitir uma visão crítica da História e da realidade.

Em junho de 1965, fez parte da Greve das Panelas¹, também chamada de “Greve do Fogão”, contra o aumento de preço das refeições servidas aos estudantes no restaurante do CRUSP, e a favor de melhorias na alimentação.

Em 1967, desligou-se do PCB, passando a militar na DISP, Dissidência Estudantil do PCB/SP, e em 1969 ingressou na ALN.

Participou da preparação do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968. Em julho de 1969, deixou a universidade e as escolas em que lecionava e passou a viver na clandestinidade.

Além da política, Benetazzo também se dedicava às artes, como a pintura e a fotografia. Era conhecido como *Benê* e foi um dos criadores de *O Amanhã*, um dos primeiros jornais alternativos que surgiu durante a ditadura e um dos precursores da imprensa nanica. Atuava na área cultural em diversas atividades. Participou como ator do filme *Menina Moça*, de Francisco Ramalho Jr., gravado em super-8. Foi cenógrafo de *Anuska*, *Manequim* e *Mulher* (1968), do mesmo diretor, tendo no elenco Francisco Cuoco, Jairo Arco e Flecha, Ruthinéa de Moraes

1. Sobre este episódio, ver o curta-metragem *Universidade em crise*, de Renato Tapajós, produzido pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1965 (16mm, pb, 20’).

e Marília Branco. Fez também a capa do primeiro livro de Mário Prata, *O Morto que Morreu de Rir*, publicado em 1969.

Viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e voltou ao Brasil clandestinamente, em 1971, integrado ao Molipo, sendo o redator do jornal *Imprensa Popular*, órgão oficial da organização e membro de sua direção.

Foi preso em 28 de outubro de 1972, ao entrar na casa do operário e militante político Rubens Carlos Costa, na Vila Carrão, em São Paulo, e levado ao DOI-CODI/SP. Lá permaneceu por dois dias, sendo torturado até a morte.

Foram publicadas diversas versões oficiais para sua morte na imprensa. Em *O Diário da Noite*, de 2 de novembro de 1972, temos:

[...] os órgãos responsáveis pela segurança interna conseguiram localizar, no último sábado, um “aparelho terrorista” pertencente ao MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), prendendo o subversivo Antônio Benetazzo. Durante o interrogatório Benetazzo indicou que teria um encontro com um companheiro de sua organização na segunda-feira seguinte, dia 30 às 15 horas, na rua João Boemer, no Brás. Na hora aprazada, compareceram ao local o terrorista preso e os agentes de segurança, oportunidade em que Benetazzo, conseguindo se desvencilhar das autoridades, tentou empreender fuga, atravessando, em desabalada carreira, a rua João Boemer, foi colhido pelas rodas de um caminhão marca “Scania Vabis”, que não conseguiu frear a tempo. Caiu mortalmente ferido, falecendo a caminho do pronto socorro.

Ainda durante o interrogatório a que foi submetido, Benetazzo forneceu às autoridades o endereço de outro membro do MOLIPO. Perto das 20 horas da última segunda-feira, os agentes perceberam que dois homens entraram na casa tendo sido perseguidos pelas autoridades. Houve violenta troca de tiros e um dos terroristas caiu morto, mais tarde identificado como João Carlos Cavalcante Reis enquanto que o segundo, ferido na perna, conseguiu fugir.

Em 3 de novembro, o jornal *O Estado de S. Paulo*, afirmou que “[...] Antônio Benetazzo, quando preso, forneceu o endereço de um ‘simpatizante’ do MOLIPO que morava no bairro de Vila Carrão”. Isto é, o endereço onde o próprio havia sido preso em 28 de outubro.

Como outras vítimas da repressão política em São Paulo, foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, de Perus, no dia 31, dois dias antes da divulgação da sua morte na imprensa. Seus restos mortais foram trasladados mais tarde por seus familiares. Os legistas Isaac Abramovitch e Orlando J. Brandão assinaram o laudo necroscópico confirmando a versão de morte por atropelamento.

Em documento encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP, marcado como “*secretó*”, lê-se: “[...] Ao ‘cobrir’ um ponto, atirou-se sob as rodas de um caminhão, na rua João Boemer”.

No relatório para instruir o Inquérito 6/73 sobre o Molipo, à página 3, no item “*Das Provas*”, há a confirmação da prisão de Benetazzo e o seu suposto “suicídio”, quando se refere “[...] a declarações de Nelson Aparecido Franceschini, motorista do caminhão que atropelou Antônio Benetazzo, quando este atirou-se debaixo do mesmo”.

Na época em que ocorreu a morte de Benetazzo, familiares e amigos fizeram uma investigação sobre os fatos relatados pela imprensa, constatando, então, a inexistência de qualquer acidente no dia, hora e lugar do suposto atropelamento a que se refere a versão oficial dos órgãos de segurança, responsáveis pelo assassinato.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, encaminhados ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, confirmam a falsa versão de morte por atropelamento, e o relatório do Exército, em cujas dependências Benetazzo foi morto, afirma não ter registros a respeito de seu destino.

Benetazzo teve sua prisão decretada em 16 de janeiro de 1973, pela 2ª Auditoria, pouco depois de morto.

A pedido da Comissão de Familiares, legistas fizeram observações sobre o laudo de necropsia de Antônio Benetazzo, na segunda metade da década de 1990, após a votação do seu

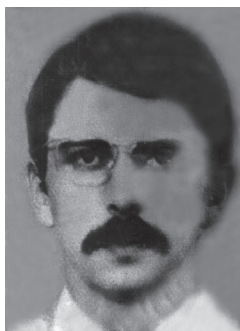
caso na CEMPD, para instruir os processos disciplinares contra legistas acusados de falsificar laudos de dissidentes assassinados durante a ditadura no Conselho Regional de Medicina de São Paulo. O médico Antenor Chicarino afirmou ter a impressão de que o laudo foi feito por um leigo, pois não usa nomenclatura técnica adequada. Não descreve o ferimento externo ou lesão que certamente existiria na região da fratura da abóbada craniana. Menciona como *causa mortis* choque traumático por politraumatismo, mas a descrição indica traumatismo cranioencefálico. O médico Dolmevil afirmou também que as fraturas do lado direito do crânio teriam, necessariamente, que deformar a fisionomia da vítima, o que não foi registrado. Para produzir as lesões cranianas sem afetar o rosto, o pescoço e o tronco, as mesmas teriam que ser produzidas perpendicularmente no lado direito do crânio, o que não condiz com a versão sobre atropelamento. Se o esmagamento do crânio se deu como resultado da compressão pelos pneus do veículo contra o solo, por que não foram detectadas marcas de pneus no corpo? Não faz referência a estragos ou sujeira nas roupas. Examinando a foto encontrada no arquivo do DOPS/SP, não constatou nenhuma escoriação no rosto e, além disso, o laudo não descreve o hematoma na região superior da pálpebra direita, nem o inchaço do lado direito da mandíbula, resultantes do ferimento à bala existente na orelha direita. Isto sugere que não se trata de atropelamento e, sim, de ferimento por arma de fogo disparada encostada ao crânio.

Na CEMDP, seu caso (261/96) foi aprovado por unanimidade em 14 de maio de 1996, tendo como relator o general Oswaldo Pereira Gomes, considerando sua prisão e o suposto suicídio condições enquadradas nas exigências da lei 9.140/95. Nilmário Miranda e Suzana K. Lisbôa fizeram constar em ata a certeza de que Antônio Benetazzo fora preso e morto sob torturas, sendo falsa a versão oficial de suicídio.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma praça localizada atrás do Museu de Arte de São Paulo.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 261/96, na CEMDP.



João Carlos Cavalcanti Reis

Nasceu em 8 de agosto de 1945, em Salvador (BA), filho de João Viveiros Reis e Helena Cavalcante Reis. Morto em 30 de outubro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Era estudante do 5º ano de Engenharia Mecânica da Universidade Mackenzie, em São Paulo (SP). Saiu do país após a ocorrência de uma seqüência de prisões de militantes da organização no fim do ano, quando também foi preso seu sobrinho, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, envolvido no seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Viajou para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha, retornando ao país clandestinamente em 1971, como militante do Molipo.

A versão oficial apresentada na requisição de exame necroscópico ao IML dizia que “[...] após travar tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e em consequência, veio a falecer”.

Sua morte foi amplamente divulgada pela imprensa, porque Natanael de Moura Girardi, que estava junto com João Carlos, conseguiu fugir e os órgãos de segurança pretendiam alertar os hospitais e clínicas sobre a possibilidade de seu companheiro buscar socorro, já que estava ferido. Segundo o que se apurou com seus companheiros, João Carlos e Natanael de Moura Girardi (ambos do Molipo) tinham perdido, havia dois dias, o contato com Antônio Benetazzo, preso em 28 de outubro. Na busca por notícias, foram à casa de Rubens Carlos Costa, onde Benetazzo havia sido preso. Os agentes do DOI-CODI/SP encontravam-se instalados na casa vizinha para controlar o fluxo de pessoas nas imediações. Natanael conseguiu escapar do cerco, mas João Carlos foi ferido e preso.

Em depoimento prestado por seu irmão José Trajano Paternostro Reis, em 19 de março de 1996, temos:

[...] foi preso, ferido, foi interrogado nas dependências do DEOPS, falecendo, posteriormente, ali, horas depois; foram as autoridades do DEOPS que convocaram o requerente e sua progenitora para irem às dependências do IML, já que os policiais do DEOPS, que guardavam o corpo de João Carlos, tinham ordens para prenderem quem ali comparecesse para reclamar o corpo; ao se aproximarem da pedra onde jazia o corpo de João Carlos, somente puderam reconhecê-lo do peito para a cabeça já que o resto do corpo estava coberto por um lençol cuja remoção não foi permitida; puderam constatar que o rosto de João Carlos estava sem o olho esquerdo, e a cavidade preenchida por algodão; que, o declarante indagou da pessoa que vestia avental branco o que tinha ocorrido, tendo obtido como resposta que isso tinha sido produto de um “tarugo de madeira”.

Os legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão assinaram o óbito, alegando como causa da morte “lesões traumáticas crânio-encefálicas”. Consta como declarante o policial Miguel Fernandes Zaniello.

O caixão funerário foi entregue lacrado, sob o compromisso e a recomendação de jamais ser exumado. Um agente dos órgãos de segurança estava presente, vigiando o enterro no Cemitério Gethsêmani.

Os legistas descreveram duas lesões de entrada na cabeça: no canto externo do supercílio direito, com ferimento de saída na região occipital; e outro ferimento de entrada no canto direito da rima bucal, que fraturou os incisivos laterais direitos e saiu pela porção inferior da região occipital. Apontaram ainda ferimentos no terço inferior de ambas as pernas por projéteis.

A única foto encontrada nos arquivos do IML/SP mostra uma marca no pescoço não explicada nem descrita no laudo cadavérico.

O conselheiro Nilmário Miranda convocou o perito criminal Celso Nenevê, do Instituto de Criminalística da Coordenação de Polícia Técnica da Polícia Civil (DF), para elaborar parecer sobre as circunstâncias da morte de João Carlos, mas o perito não conseguiu concluir a análise por causa da “[...] absoluta falta de elementos materiais no bojo do caso”.

Nilmário Miranda ressaltou em seu relatório que Natanael, sobrevivente do tiroteio, afirmou que os tiros disparados do Corcel usado pelos agentes policiais ocorreram entre 18 e 19 horas. Entretanto, a ficha do IML encontrada nos arquivos do DOPS/SP afirma que a entrada no necrotério aconteceu às 22 horas de 30 de outubro de 1972, e que João Carlos vestia apenas cueca de *nylon* castanho e meias de algodão cinza, “[...] o que seria impróprio para o horário e o local do tiroteio”, segundo o perito Celso Nenevê.

O relator considerou desnecessária a exumação do corpo de João Carlos, por acreditar que os elementos apresentados nos autos do caso permitiam uma conclusão: a circunstância da sua morte poderia ser comparada à de Arnaldo Cardoso Rocha, cuja ausência de roupas ao chegar no IML indicou que o militante foi levado à dependência policial, mesmo ferido, para fornecer mais informações.

Na CEMDP, seu caso (167/96) foi aprovado por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 7 de agosto de 1997.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua localizada no Conjunto Habitacional Jova Rural.

Aurora Maria Nascimento Furtado (Lola)

Nasceu em 17 de junho de 1946, em São Paulo (SP), filha de Mauro Albuquerque Furtado e Maria Lady Nascimento Furtado. Morta em 10 de novembro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, era a responsável pela imprensa da UEE/SP. Manteve ativa presença no movimento estudantil nos anos 1967 e 1968; conhecida como *Lola*, foi namorada de José Roberto Arantes de Almeida (assassinado em 1971). Trabalhou no Banco do Brasil, na agência do Brás, em São Paulo. Foi militante do PCB, per-

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 167/96, na CEMDP.



tenceu à DISP e, após o AI-5, passou a atuar politicamente na clandestinidade. Integrou-se à ALN, atuando no Rio de Janeiro (RJ), onde foi responsável pela imprensa, publicando o jornal da organização chamado *Ação*.

Foi presa em 9 de novembro de 1972, no bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro, durante uma batida policial realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte, após rápido tiroteio, em que matou um policial. Depois de correr alguns metros e esconder-se em vários lugares, Aurora foi aprisionada, viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado.

Foi torturada desde o momento de sua prisão na presença de vários populares que se aglomeravam ao redor da cena. Aurora foi conduzida para a Invernada de Olaria, onde continuou sendo torturada por policiais do DOI-CODI/RJ e integrantes do Esquadrão da Morte.

Aurora viveu os mais terríveis tormentos nas mãos dos torturadores que, além de utilizarem os tradicionais pau-de-arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras, aplicaram-lhe a “coroa de Cristo”, ou *torniquete*, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada, esmagando aos poucos o crânio da vítima.

Em 10 de novembro, morreu em consequência das torturas, quando jogaram seu corpo crivado de balas na esquina das ruas Adriano com Magalhães Couto, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Seu corpo chegou ao IML/RJ classificado como o de “desconhecida”, pela guia 43 da 26ª DP.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 11 de novembro de 1972, afirmava:

Na madrugada de ontem, Aurora Maria Nascimento Furtado, que fora presa às 9h40min de 9 de novembro, conduzia agentes da polícia carioca a um local do Méier, na Guanabara, onde estaria localizado um “aparelho” (local de encontro) da organização terrorista Aliança [sic] Libertadora Nacional, informa o documento distribuído ontem pelas autoridades de segurança da Guanabara. Chegando à esquina da rua Magalhães Couto e Adriano, Aurora pediu para descer. Disse que preferia, por motivos de segurança, dirigir-se sozinha, a pé, até o “aparelho”, próximo dali.

Ao descer, Aurora saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades. Nesse momento, começou um intenso tiroteio entre os agentes da polícia e os ocupantes do carro. Ao terminar o tiroteio, Aurora, baleada, estava morrendo, caída na rua.

Preocupados em socorrer Aurora Maria, os agentes procuraram atendê-la. Com isso não alcançaram o grupo do Volkswagen, que arrancou em alta velocidade.

A necropsia feita no IML em 10 de novembro, firmada pelos legistas Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano, confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio e assinala como a *causa mortis* “[...] ferimentos penetrantes na cabeça com dilatação cerebral”. Descreve ainda 29 perfurações por projétil de arma de fogo, não especificando, entretanto, as entradas e saídas dos tiros, não permitindo a reconstituição das trajetórias. Foram encontrados oito projéteis em seu corpo. Os projéteis usados eram de vários calibres, pois as perfurações variaram de 5 a 19 milímetros, com pontas de metal amarelo ou chumbo nu.

O laudo afirma que o tórax e o abdômen foram transfixados por projéteis, mas “[...] as cavidades pleurais não contêm sangue; a cavidade abdominal não contém sangue; na região glútea direita há três orifícios sem reação vital”. Ou seja, os tiros, pelo menos parte deles, foram dados quando Aurora já estava morta, apenas para confirmar o tiroteio que não ocorreu e que é assumido como verdadeiro pelos legistas. As lesões no crânio são descritas como feridas irregulares de 60 e 25 milímetros, localizadas nos parietais esquerdo e direito. Essas medidas não são de projéteis, o que confirma a denúncia de que Aurora foi morta sob tortura com a coroa de Cristo.

O ex-comandante do DOI-CODI do I Exército, Adyr Fiúza de Castro, em depoimento publicado no livro *Os Anos de Chumbo*, confirmou que sabia das torturas praticadas no quartel, conforme trecho abaixo:

Do ponto de vista da valentia, há algumas pessoas que eu poderia ressaltar. Certa vez, uma moça – o nome dela é Aurora Maria Nascimento Furtado – estava cobrindo um “ponto” com o chefe da sua organização, debaixo da ponte Benfica ou de Olaria, não sei bem, quando passou uma viatura do pessoal que, naquela época, era encarregado da luta contra o tráfico de entorpecentes, e que achou que aquele casazinho era traficante. [...] Então, deixaram a viatura em cima do viaduto e um agente desceu para interpellá-los – agente da Invernada de Olaria, pessoal meio bruto, acostumado a lidar com traficante. Então, chegou para perto deles, sorratamente, e disse: “Seus documentos!”. Ele ficou meio aparvalhado, mas ela abriu a bolsa, tirou uma pistola e deu um tiro na cara do agente. E ficou ali com o revólver, enquanto o camarada fugia. Ela combateu todos os outros agentes que assistiram o lance lá de cima do viaduto, crentes que estavam lutando contra uma traficante. Então, fizeram um cerco e ela saiu correndo para a avenida Brasil. [...] um conseguiu segurá-la pelas pernas e, debaixo de muito pau, a pegaram e meteram-na na viatura. Ela cobriu, com a própria vida, a fuga do chefe. Foi levada para a Invernada de Olaria. [...] Calculo o que fizeram com ela.

[...] Não era das [delegacias de polícia] mais comuns. Era a Invernada de Olaria, célebre pela sua violência. Era o pessoal mais “duro” que existia na Polícia Civil.

[...] eu estava no CODI, no I Exército, quando o comandante do DOI me telefonou: “Chefe, recebi informações que capturaram uma moça e agora chegaram à conclusão de que deve ser gente nossa”. Eu mandei um oficial meu ir lá para identificá-la. “Ela está em péssimo estado, não vai resistir nem uma ou duas horas mais. O senhor quer que a traga?” “Não, não traga coisa nenhuma. Quem é ela?” Ele disse o nome [...]. Um livro que um desses camaradas escreveu diz que, na Invernada, ela foi submetida à “coroa de Cristo”, um negócio que aperta a cabeça. Isso não me foi dito nem pelo comandante do DOI, nem pelo oficial que foi à Invernada de Olaria. Mas se eles fizeram isso, fizeram crentes de que estavam lidando com uma traficante fria, que matou um dos seus friamente. Acho que essa moça era muito valente, mas não deu entrada em DOI, não “abriu” coisa alguma.

A declaração do general, feita nos anos 1990, permitiu desmentir a versão oficial dos órgãos de segurança sobre sua morte, isto é, que teria ocorrido durante o tiroteio no Méier.

As fotos de perícia de local (6.507/72), encontradas nos arquivos do ICE/RJ, mostram profundas marcas de torturas no corpo de Aurora: percebe-se o afundamento do crânio e escoriações nos braços e pernas, nos olhos, nariz e boca, que não foram relatados na necropsia, além do Volkswagen DH-4734 atingido por tiros, completando a encenação montada para simular o tiroteio.

A nota oficial divulgou uma pequena biografia de Aurora, não deixando dúvidas de que os órgãos de segurança sabiam quem era ela. Não obstante, a primeira certidão de óbito emitida registra a morte de uma mulher branca, de identidade ignorada. Somente mais tarde, os familiares conseguiram um atestado de óbito com a identificação correta.

Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML/RJ por seus pais e sua irmã, que constataram, além de hematomas e cortes profundos, o afundamento do crânio. Seu corpo foi trasladado para São Paulo em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto.

Sua morte foi denunciada pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos Brasileiros em documento intitulado *Aos Bispos do Brasil*, divulgado em fevereiro de 1973, e encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP.

Não há nenhuma referência à sua morte nos relatórios dos três ministérios militares encaminhados ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993.

O requerimento (194/96) dos familiares de Aurora apresentado à CEMDP foi relatado pelo general Oswaldo Pereira Gomes e aprovado por unanimidade em 2 de abril de 1996.

A trajetória de Aurora e seu sofrimento na tortura foram narrados no romance *Em Câmara Lenta*, de 1977, escrito pelo ex-presos político e cineasta Renato Tapajós. Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua situada no Conjunto Habitacional Jova Rural, e a cidade do Rio de Janeiro a uma rua no bairro de Bangu.

Documentos consultados:

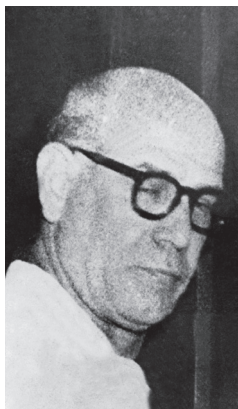
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 194/96, na CEMDP.

D'ARAÚJO, M. C. e outros (org.). *Os Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 76-77.



Lincoln Cordeiro Oest

Nasceu em 17 de junho de 1907, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Edmundo Oest e Ezequiel Cordeiro Oest. Morto em 21 de dezembro de 1972. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Sua atuação política começou aos 15 anos de idade, no movimento operário. Participou da insurreição armada organizada pela Aliança Nacional Libertadora em 1935, sendo acusado e absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 1940.

Em 1946, foi eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pelo PCB, sendo cassado em 1948, quando o partido foi novamente colocado na ilegalidade.

Seu prontuário no DOPS/RJ registra suas atividades políticas desde 1948. Em 1962, foi integrante da Comissão de Solidariedade a Cuba e também organizou a Comissão Cultural Brasil-Coréia do Norte.

Em abril de 1964, com o golpe militar, teve os seus direitos políticos cassados após a edição do AI-1, no dia 9 daquele mês, e passou a viver na clandestinidade.

Preso pelo DOPS/SP, em 1968, foi torturado e, após 18 dias, posto em liberdade por ausência de acusações. Em 1970, foi condenado a dez anos de reclusão pela Justiça Militar e, em 1971, nova condenação a dois anos de reclusão. Preso novamente em dezembro de 1972, por agentes do DOPS/RJ, foi torturado até a morte. Era membro do Comitê Central do PC doB.

Os órgãos de segurança divulgaram nota oficial sobre sua morte na imprensa. O jornal *O Dia*, de 6 de janeiro de 1973, em artigo intitulado “*Desarticulado o Comitê Central – Mortos Chefes do Partido Comunista*”, refere-se à prisão de Lincoln Cordeiro Oest. Ele teria sido “[...] morto ao tentar uma fuga na hora da prisão”. No entanto, em documento encontrado posteriormente nos arquivos do antigo DOPS/RJ, datado de 20 de dezembro de 1972, a versão apresentada era outra:

Às 23,00 horas, recebi comunicação telefônica, advinda do Comissário, Dr. Borges Fortes, de que fora informado ter havido, pouco antes, encontro entre agentes das áreas de segurança nacional e elementos subversivos, fato que teria ocorrido em um terreno baldio da rua Garcia Redondo. Penetrando no aludido imóvel, no qual existe caminho que dá acesso para outra rua, cerca de quinze metros da entrada, deparei com o cadáver de um homem de cor branca, aparentando a idade de aproximadamente 52 anos, forte, cabelos grisalhos, aparados, em decúbito ventral, e que apresentava vários ferimentos pérfuro-contusos, produzidos por projéteis de arma de fogo. Não foi encontrado qualquer documento que possibilitasse a identificação do morto.

O delegado Cícero Gomes Ribeiro assinou esse documento. Segundo a guia 7 do DOPS/RJ que encaminhou o seu corpo como desconhecido ao IML, ele foi “[...] encontrado num terreno baldio da Rua Garcia Redondo, 111, após tiroteio com agentes das Forças de Segurança”.

No Auto de Exame Cadavérico, datado de 21 de dezembro, temos: “[...] os peritos acima para proceder a exame no cadáver de um homem – rec. como: Lincoln Cordeiro, branco, mais ou menos 52 anos de idade. Removido do terreno baldio da rua Garcia Redondo [...]”.

A necropsia, realizada pelos legistas Adib Elias e Eduardo Bruno, confirmou a versão oficial de que Lincoln teria sido morto em tiroteio. O óbito 60.500 tem como declarante Amarilho Ferreira.

O corpo de Lincoln somente foi encontrado e reconhecido por sua filha, Vânia Moniz Oest, em 6 de janeiro de 1973, sendo sepultado por sua família no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1973.

Laudo e fotos de perícia de local (Ocorrência 946/72 e ICE 7379/72) concluíram por morte violenta (homicídio) e mostram o corpo de Lincoln baleado com grande número de tiros (pelo menos nove) em várias partes do corpo e evidentes marcas de tortura. A certidão de óbito indica como *causa mortis* “[...] ferimento penetrante do crânio com destruição parcial do

tecido nervoso cerebral [...]”. Registro 1.517/72 de 20 para 21 de dezembro de 1972 do DOPS/RJ, assinado pelo comissário Manoel Conde Júnior, confirma a farsa de tiroteio.

A versão oficial de morte por tentativa de fuga é totalmente desmentida pelos depoimentos dos presos políticos José Auri Pinheiro e José Francisco dos Santos Rufino prestados à época em auditorias militares. Segundo eles, Lincoln foi torturado no DOI-CODI/RJ, onde estava preso. Tanto Auri quanto Rufino ouviram de um policial torturador que Lincoln teria sido “[...] *eliminado em suas mãos*”.

O relatório do Ministério da Aeronáutica encaminhado ao ministro da Justiça em 1993 afirma: “[...] *preso em 20 de dezembro de 1972, no Rio de Janeiro, foi atingido mortalmente, após tentar fugir da equipe de agentes de segurança*”. O relatório do Ministério da Marinha diz que “[...] *foi morto em intenso tiroteio com os agentes de segurança após escapar ao cerco à rua Itapevirim, RJ*”.

O relator do seu caso (231/96), na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, considerou que “[...] *todas as provas anexadas ao caso levam a crer que não houve tiroteio e Lincoln foi levado ao local em que foi morto, sendo ali fuzilado*”. Seu caso foi aprovado por unanimidade em 23 de abril de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 0231/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

Massacre de militantes do PCBR no Rio de Janeiro

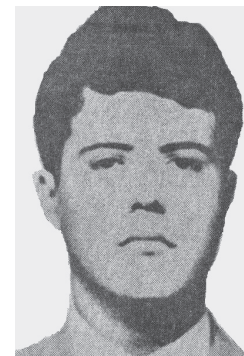
Fernando Augusto da Fonseca

Nasceu em 13 de janeiro de 1946, no Rio de Janeiro (RJ), filho de José Augusto da Fonseca e Nathayl Machado da Fonseca. Morto em 29 de dezembro de 1972. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Casado com Sandra Maria de Araújo Fonseca, teve dois filhos. Fernando concluiu o 2º grau (atual ensino médio) no Colégio Pedro II, e estudava Economia na UFRJ. Trabalhava no Banco do Brasil, sendo demitido por abandono do emprego quando, no início de 1970, depois de uma seqüência de prisões de militantes do PCBR ocorridas no Rio de Janeiro, Fernando e outros se deslocaram para o Nordeste.

Militou na organização Corrente antes de ingressar no PCBR, no qual chegou a ser membro da direção nacional.

Era um dos responsáveis pela imprensa do partido, publicando o jornal *O Avante*. Foi obrigado a fugir para Maceió (AL) com sua esposa e o filho André. Nesse período, Sandra estava grávida de sua filha Fernanda, que nasceu depois da morte do pai.



Getúlio de Oliveira Cabral

Nasceu em 4 de abril de 1942, em Espera Feliz (MG), filho de Manoel Archanjo D'Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Morto em 29 de dezembro de 1972. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Era casado com Maria de Lourdes Resende Cabral, com quem teve dois filhos.

Estudou o 1º grau (ensino fundamental) na Escola Darcy Vargas, em Caxias (RJ), onde sua família passou a residir quando ele tinha 7 anos de idade. Ainda muito jovem, iniciou sua militância na União da Juventude Comunista. Mais tarde, incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de Caxias.



Trabalhou como escriturário na Fábrica Nacional de Motores (FNM) e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde participou das lutas de sua categoria. Foi dirigente regional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, dirigente nacional do PCBR.

No Arquivo do DOPS/SP, há um prontuário em que consta a informação de que Getúlio trabalhou como servente do Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido demitido no fim de 1964. Em 1971, já estava com prisão preventiva decretada.

José Bartolomeu Rodrigues de Souza



Nasceu em 5 de maio de 1949, em Canhotinho (PE), filho de Virgílio Rodrigues de Souza e Maria Cavalcanti de Souza. Morto em 29 de dezembro de 1972. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Era estudante secundarista.

Documentos encontrados no arquivo do DOPS/RJ afirmam que ele foi condenado, por unanimidade, pelo Conselho de Justiça da Aeronáutica, em 30 de maio de 1972, à prisão perpétua e ainda à pena acessória de dez anos de suspensão dos direitos políticos com base na LSN e tinha mandado de prisão expedido. José Bartolomeu foi perseguido, preso, assassinado e enterrado como “desconhecido”.

José Silton Pinheiro



Nasceu no sítio Pium de Cima, em São José de Mipibu (RN), em 31 de maio de 1949, filho de Milton Gomes Pinheiro e Severina Gomes de Lima. Morto em 29 de dezembro de 1972. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Sua mãe faleceu logo em seguida ao seu nascimento, em decorrência de complicações pós-parto, tendo sido criado por uma tia paterna, Maria Gomes Pinheiro, conhecida como Tia Lira.

Silton viveu até os 6 anos de idade no sítio onde nasceu. Depois, transferiu-se para a cidade de Monte Alegre (RN), na qual ficou até completar 10 anos. A partir daí radicou-se na capital do Rio Grande do Norte, Natal, onde fez o curso primário no Instituto Sagrada Família e concluiu o ginásio no Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas, em 1966. Iniciou o curso clássico (atual ensino médio) no Colégio Estadual Padre Miguelinho, finalizando-o no Atheneu Northeriogrândense.

Em 1964, iniciou sua militância política no movimento estudantil, sendo eleito presidente do Diretório Marista de Natal, que logo depois do golpe de Estado passou a ser denominado “Grêmio Marista de Natal”. Em 1970, ingressou na Faculdade de Pedagogia da UFRN. Nesse mesmo ano, passou a militar no PCBR. Em função da perseguição política movida pela ditadura, em 1972 passou a viver na clandestinidade. Silton mudou-se para Recife (PE) e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde continuou sua atividade política no partido.

Sua família, que continuava morando no interior, só veio a saber de sua morte mais de um mês depois, informada por amigos.

Lourdes Maria Wanderley Pontes



Nasceu em 31 de maio de 1943, em Olinda (PE), filha de Antônio Araújo Neves e Tereza Wanderley Neves. Morta em 29 de dezembro de 1972. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Estudou o primário e o ginásio no Recife, não chegando a concluir seus estudos em função de seu envolvimento político a partir de 1968. Era estudante e desenhista. Casou-se em 1969 com Paulo Pontes da Silva, passando a residir em Natal para fugir da repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA). Paulo foi preso em outubro de 1970 e condenado à prisão perpétua. Lourdes mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou viver na clandestinidade.

Valdir Salles Saboya

Nasceu em 1º de março de 1950, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Gerson Augery de Saboya e Ephigenia Salles Saboya. Morto em 29 de dezembro de 1972. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Era ex-soldado da PM/RJ e militante do PCBR desde sua fundação, em 1968.



As prisões e mortes

O *Jornal do Brasil*, de 17 de janeiro de 1973, sob o título “*Seis Subversivos Morrem em Tiroteios com as Autoridades*”, publicou a íntegra da nota distribuída no dia anterior pelos órgãos de segurança, com o título “*Destruido o Grupo de Fogo Terrorista do PCBR/GB*”:

Em ações simultâneas, realizadas em pontos diferentes da Guanabara, os órgãos de segurança, prosseguindo operações contra grupos terroristas remanescentes, desbarataram duas importantes células do PCBR, que atuavam coordenadas nos bairros de Grajaú e Bento Ribeiro. No choque conseqüente, ficou gravemente ferido um agente de segurança, morreram dois terroristas, um ficou ferido e conseguiu fugir após ser perseguido por alguns populares que presenciaram o tiroteio, e dois foram presos. Esses terroristas constituíam o Grupo de Fogo do PCBR/GB que seria encarregado da execução de vários assaltos a agências bancárias, planejadas para o início do corrente ano. Os fatos aconteceram na noite de 29 de dezembro último e deixaram de ser noticiados na oportunidade em face do sigilo necessário ao prosseguimento das operações.

[...] No decorrer dessas operações, foi preso, também, o terrorista Fernando Augusto da Fonseca, o “Fernando Sandália”, do comando nacional do PCBR, procurado em todo o país devido a sua periculosidade verificada na execução de inúmeros assaltos e crimes diversos, ocorridos na Guanabara e em algumas capitais do Nordeste, particularmente Salvador e Recife. [...] Após os interrogatórios preliminares, “Fernando Sandália” foi trazido ao Rio, a fim de concretizar os encontros planejados e possibilitar a prisão dos terroristas participantes.

[...] Já no Rio, Sandália indicou o aparelho principal da organização, situado na Rua Sargento Valter Xavier de Lima – Bento Ribeiro, [...] e se prontificou a conduzir os agentes ao encontro do aparelho móvel, que fazia ponto no Grajaú. No dia 29 de dezembro, [...] equipes de segurança cercaram o aparelho, enquanto outras, conduzindo Fernando Sandália, se deslocaram para a Rua Grajaú, visando, com isso, realizar a prisão do Grupo de Fogo do PCBR [...].

No aparelho, o grupo ocupante procurou romper o cerco, empregando suas armas, inclusive granadas de mão. Entretanto, após algum tempo, dois terroristas se entregaram presos: Valdir Sales Sabóia, desertor da Polícia Militar da Guanabara, e Luciana Ribeiro da Silva – Gordinha, antiga militante do PCBR.

As equipes de segurança que se dirigiram para o Grajaú, conduzindo Sandália, se aproximaram do local previsto, onde avistaram um fuscão azul, chapa GB 3890, que posteriormente se apurou ter sido roubado para a realização do assalto à União de Bancos

Brasileiros. Feito o reconhecimento preliminar e identificados os ocupantes do fuscão, os agentes se retiraram, para depois estacionar na entrada da referida rua, onde Sandália deveria descer. Bastante nervoso, Sandália dirigiu-se a pé para o volks, sendo recebido a tiros. Em decorrência, as equipes de segurança se aproximaram, travando-se então intenso tiroteio, após o qual o fuscão se incendiou. No interior do carro, parcialmente carbonizados, estavam mortos os terroristas Getúlio de Oliveira Cabral (Gogó), José Bartolomeu Rodrigues de Sousa (Tropi) e José Silton Pinheiro (Soares). O outro ocupante, que se presume estar bastante ferido, conseguiu escapar [...].

Luciana Ribeiro da Silva era o nome de Lourdes Maria, plenamente identificada na matéria como tendo nascido em Olinda e casada com Paulo Pontes.

As simulações de tiroteio serviam para ocultar as mortes sob tortura e também como aviso macabro: o local da cena criada para a morte de Valdir e Lourdes foi a rua Sargento Valder Xavier de Lima – nome de um militar morto por militantes do PCBR na Bahia. Paulo Pontes, marido de Lourdes, cumpria pena em Salvador, na Bahia, condenado à prisão perpétua, acusado de ser co-autor da morte do sargento, ao tentar fugir quando era conduzido algemado com o militante Theodomiro Romeiro dos Santos, em Salvador.

Nunca se pôde saber quem, milagrosamente, conseguira fugir ferido do cerco – feito em uma rua sem saída – e do carro em chamas, nem tampouco quais os dois militantes que teriam sido presos ou ainda o nome do agente policial que fora ferido.

A prisão de *Fernando Sandália*, que era confirmada na nota oficial, tinha o testemunho de sua mulher, presa na mesma data. Em 26 de dezembro de 1972, Fernando encontrava-se no Recife, hospedado com sua mulher e filho em um hotel, com viagem marcada para Belo Horizonte (MG), onde viviam seus sogros. Fernando saiu do hotel para se encontrar com um militante da organização e, passado pouco mais de uma hora, os policiais invadiram o hotel e levaram presos Sandra e o filho de 3 anos de idade. Inicialmente foram levados para uma dependência das Forças Armadas, cuja localização Sandra não sabe precisar, e onde foi interrogada. Depois, foram encaminhados para uma residência, sob o controle de um casal de policiais. Só foram liberados em 16 de janeiro de 1973, véspera da publicação da notícia que informava a morte de Fernando, no Rio de Janeiro, conforme depoimento prestado por Sandra Maria Araújo da Fonseca à Justiça Federal do Rio de Janeiro na ação ordinária 92.131.433-7.

Não foi possível restabelecer a seqüência dos fatos que envolveram os seis militantes. A divulgação da versão oficial tanto tempo depois de ocorridas as mortes e, em especial, a montagem da cena na rua Sargento Valder Xavier de Lima evidenciavam a falsidade da versão, comprovada pelo exame posterior dos documentos resgatados no IML e no DOPS.

Todos os seis militantes deram entrada no IML juntos – em 30 de dezembro de 1972, às 2h30min, e as guias de encaminhamento foram enumeradas em seqüência, de 8 a 13. Horários diferentes constam dos laudos de perícia de local de ocorrência, de necropsia e a seqüência das guias demonstra a montagem das cenas.

O corpo de Fernando entrou no IML/RJ, por meio da guia 10, como desconhecido, apesar de plenamente identificado desde sua prisão no Recife. Seu óbito (131.835), informa que seu corpo foi retirado por seu irmão, José Augusto da Fonseca, e enterrado por sua família no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. O laudo de Ocorrência (988/72) e as fotos de perícia de local (7.645/72) encontrados no Instituto de Criminalística Carlos Éboli (RJ) mostram Fernando próximo a um Volkswagen incendiado de placa GB, EB-3890. Há escoriações no rosto e no tórax de Fernando, não relatadas no exame necroscópico.

O corpo de Getúlio entrou no IML pela guia 11. Ali consta: “*homem de cor branca – carbonizado*”. O registro 1.291 informa que ele foi identificado em 30 de dezembro de 1972, por Ivan Silveira, registro 136.490, que confrontou as impressões digitais. Seu óbito (nº 132.011) apresenta no verso a seguinte frase manuscrita: “*Inimigo da Pátria (Terrorista)*”. O laudo e as fotos de perícia de local mencionados mostram o corpo de Getúlio semicarbonizado (da cintura para baixo), com a metade inferior do corpo dentro do Volkswagen incendiado.

O delegado Cícero Gomes Carneiro, do DOPS, de serviço de 29 para 30 de dezembro de 1972, fez o registro de nº 1.541/72:

[...] às 23.50hs, quando estávamos empenhados nas diligências que originaram o registro 1.540, recebemos o comunicado, através de Elmo Zero, de que no final da Rua Grajaú, no bairro do mesmo nome, teria havido outro encontro entre agentes da área de segurança e elementos subversivos que se encontravam no interior de um auto. Imediatamente, [...] rumamos para o local do evento, onde, de fato, duas viaturas do Corpo de Bombeiros, comandadas pelo Tenente Portela, do 6º Batalhão, os quais foram solicitados em face do auto em que se encontravam os subversivos haver se incendiado completamente. No seu interior foi constatado a presença de três corpos totalmente carbonizados, sem possibilidade de serem identificados. Do lado de fora, em frente ao nº 321, jazia o corpo de um rapaz jovem, de cor branca, aparentando ter 27 anos de idade, trajando calça e camisa, sem porém ter em seu poder qualquer documento que o identificasse. Arrecadei no interior do veículo, que era de marca Volkswagen, provavelmente de cor azul, dois revólveres inteiramente queimados, sendo um de nº 130.892, calibre 38, com cinco balas deflagradas no tambor e o outro, do mesmo calibre, com 6 balas deflagradas no tambor. Os corpos com guias nº 10, 11, 12 e 13 foram removidos para o IML na viatura 13-603, conduzida pelo motorista Jocely Fernandes Moço. A perícia do IC foi realizada pelo perito Guerra. A identificação dos cadáveres seria feita pelo técnico Alcântara, do ST/DO que esteve no local com o fotógrafo Sobral. Esteve ainda presente ao local da ocorrência o detetive Décio De Marco com sua equipe, que, inclusive, acautelou o auto sinistrado. [...] Proceda-se a IP sob a presidência do Dr. Edson Sacramento [...].

Em 1º de fevereiro, o comissário de polícia Édson de Alencar Sacramento assinou ofício ao DOPS, referente à Investigação Policial nº 93/72, nos seguintes termos:

Dr. Delegado: Para os devidos fins, informo a V.Sa. que entre o material arrecadado dos quatro mortos, encontrados no interior de um veículo incendiado, na Rua Grajaú, no dia 29/12/72, em decorrência de um conflito armado ocorrido entre o grupo subversivo que ocupava o veículo e agentes de segurança do Estado, de que trata o registro 1541/72, de autoria do Comissário de Polícia Gilberto da Silveira Menezes, encontrei uma cédula de identidade com a fotografia do terrorista Getúlio D'Oliveira Cabral, de codinomes Feio e Gogo, setoriado no Grupo de Fogo do PCBR, com o nome inidôneo de Antenor Pires Ferreira [...]. Isto posto, com a documentação anexa, arrecadada no local do evento, não há dúvida de que um dos elementos mortos na ação era realmente o terrorista Getúlio D'Oliveira Cabral [...].

Ofício 8.609/73/IML, de 17 de julho de 1973, assinado por Nilson Santanna, diretor do IML, em resposta à solicitação do DOPS, por meio do memorando 997, de 13 de julho de 1973, assinado pelo Delegado Caetano Mayolino, informa:

[...] Encaminho os autos cadavéricos (2ª via) correspondentes às guias nºs 12 e 13, de 29/12/72. Outrossim, informo que as guias de nºs 10 e 11 foram identificadas como Valdir Sales Sabóia e Getulio de Oliveira Cabral, respectivamente [...].”

Os corpos de José Silton e José Bartolomeu entraram no IML/RJ registrados como desconhecidos, com as guias 12 e 13 e as certidões de óbito 131.985 e 131.986, respectivamente. Ambas têm no verso do documento a frase manuscrita: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”. As fotos mostram seus corpos totalmente carbonizados dentro do Volkswagen incendiado.

Encontrou-se ainda o registro de Ocorrência, s/nº, da 20ª DP, no qual consta:

Às 0:40 horas, o 2º Tenente Paixão comunicou que compareceu à Rua Grajaú (final) para tomar conhecimento de ocorrência envolvendo auto incendiado. Todavia foi informado que se tratava, apenas, de Diligência de interesse de Segurança Nacional. Chegando ao local, constatou a presença do Delegado do DOPS, Gomes Ribeiro, que afirmou tratar-se de serviço de rotina do interesse da Segurança Nacional. Esclareceu que, em sua chegada, foi atendido por agentes do DOI. Cumpre dar conhecimento ao Titular desta DP, quanto ao caráter Reservado do serviço.

O DOPS/RJ encaminhou o corpo de Lourdes ao IML, como “*uma mulher branca*”, com a guia 8. O laudo de necropsia refere-se a uma mulher de cor parda, e a expressão “*uma mulher*” está riscada, sendo substituída pelo nome com que foi feito o óbito: Luciana Ribeiro da Silva. Não obstante todo o esforço dos familiares de Lourdes para realizar sua identificação, em 30 de dezembro de 1972, o Instituto Félix Pacheco (RJ) fez o reconhecimento do corpo, conforme documento localizado no arquivo do DOPS/RJ, nos anos 1990.

Se verdadeiros os fatos, o corpo de Valdir deveria ter seguido com a guia de nº 9, mas com ela foi encaminhado o corpo de Fernando Augusto. Como afirmou o IML, o corpo de Valdir deu entrada com a guia de nº 10.

Observe-se que para cada uma das vítimas do massacre foi apresentada uma versão no relatório da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993. Referindo-se a Valdir Salles Saboya, o relatório afirma: “[...] *Este fato foi amplamente divulgado - Última Hora de 17/4/73*”. O relatório, contudo, não explica o porquê da divulgação ter ocorrido quase quatro meses depois dos assassinatos.

O relatório do Ministério da Aeronáutica diz que José Bartolomeu foi morto “[...] *dia 29/12/72, no Grajaú (RJ) no interior de um Fuscão roubado, ao ser abordado pelas equipes de segurança, travou intenso tiroteio, resultando sua morte*”. Sobre Fernando, a versão é de que foi morto “[...] *por seus próprios companheiros, os quais travaram intenso tiroteio com a equipe de segurança que se aproximou do local*”.

Os seis corpos foram necropsiados pelos legistas Roberto Blanco dos Santos e Hélder Machado Paupério, que confirmaram a falsa versão oficial.

À exceção de Fernando e Valdir, os demais foram enterrados como indigentes no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 26 de fevereiro de 1973. Em 10 de abril de 1978, seus restos mortais foram levados para um ossário-geral e enterrados em vala clandestina localizada no cemitério, entre os anos de 1980 e 1981. Nessa vala, descoberta em 1991, foram enterradas cerca de 2.100 ossadas de indigentes sepultados no cemitério entre 1971 e janeiro de 1974.

O declarante das mortes de Fernando e Valdir são seus pais, que os reconheceram quando foram buscar seus corpos no IML. O declarante das mortes dos carbonizados José Silton, Getúlio e José Bartolomeu, e de Lourdes Pontes, é a mesma pessoa – José Severino Teixeira.

O relatório da perícia para Lourdes e Valdir informa que, às 23 horas de 29 de dezembro, o DOPS solicitou a presença dos peritos na rua Sargento Valder Xavier. Consta do relatório:

[...] *Dos cadáveres: no quarto, sobre uma cama de casal, [...] acha-se o cadáver de um homem, com 20 anos presumíveis [...] na sala achava-se o cadáver de uma mulher, de cor branca, com 24 anos presumíveis. [...] Dos ferimentos: no cadáver do homem foi notado um ferimento de entrada de projétil no abdômen, outro no tórax junto ao ombro, na linha axilar direita, outro acima da região glútea com a ponta do projétil aflorando e um de entrada no braço esquerdo. No cadáver de mulher foram notados ferimentos de projétil de arma de fogo, os quais estão assinalados nas fotos 7, 8 e 9, devendo-se acrescentar um de saída nas costas, que não apareceu nas aludidas fotos. Com relação aos ferimentos, melhores esclarecimentos serão prestados no laudo de necropsia. Outros elementos: entre as mãos do cadáver do homem havia um revólver Taurus, cal. 38, cano médio, nº 68674m com 5 cartuchos, sendo um deflagrado, estando uma das câmaras vazias; junto ao cadáver da mulher havia um revólver Rossi, com 5 cartuchos, sendo 2 deflagrados. [...]*

Nenhuma referência ao encontro de granadas – e sequer foram fotografados locais onde pudessem ter sido detonadas as granadas referidas na nota oficial. No violento tiroteio, teriam os militantes disparado três tiros. Além disso, diz a nota que teriam se rendido. No entanto, a guia de encaminhamento de Valdir ao IML informa que ele morreu no fim da rua Grajaú, local bem distante da referida rua situada em Bento Ribeiro.

Na CEMDP, os seis casos foram apresentados separadamente. Os casos de Fernando (101/96), José Bartolomeu (115/96) e José Silton (119/96) tiveram como relator João Grandino Rodas, e foram deferidos por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996. O

mesmo relator votou pelo deferimento do caso de Getúlio (213/96), que foi aprovado por unanimidade em 14 de maio de 1996.

O relator do caso de Lourdes (182/96), Nilmário Miranda, apresentou elementos que desmentiram a versão oficial de morte em tiroteio. Segundo o laudo, a necropsia de Lourdes foi realizada às 2h30min de 30 de dezembro de 1972, quando seu corpo apresentava rigidez muscular generalizada, o que indica que já estava morta, no mínimo, havia 12 horas.

Ressaltou a impossibilidade de ter havido violento tiroteio, observando as fotos de perícia de local, em que o corpo de Lourdes está junto à parede da sala, atrás de um vaso, tendo a planta diversos enfeites de Natal dependurados. Não se enxerga nenhuma marca de tiro nas paredes e os frágeis enfeites de Natal estão intactos na planta, apesar do “*violento tiroteio*” e das granadas. Em algumas fotos, Lourdes tem um relógio de pulso na mão esquerda, em outras não. As fotos mostram, também, que, além dos três tiros seqüenciais no tórax, junto ao coração, característicos de execução, Lourdes recebeu tiros no pulso (sinal de autodefesa), na região glútea e na coxa direita.

Nilmário Miranda concluiu seu voto afirmando que:

[...] a exemplo de outros “teatrinhos”, as versões oficiais vão criando detalhes para dar verossimilhança e movimentação. Ao mesmo tempo, os agentes que criaram estas ficções não pensaram que algum dia estas incongruências serviriam exatamente para desmascarar as versões oficiais.

Votou pelo acolhimento do caso, que foi aprovado por unanimidade em 30 de janeiro de 1997.

A Comissão de Familiares não conseguiu fazer contato com a família de Valdir, que somente requereu a indenização após a reabertura dos prazos, em 2002.

O laudo de Valdir, assinado pelo legista Roberto Blanco dos Santos, descreve somente os tiros de forma superficial. Segundo o laudo, a necropsia foi realizada quando seu corpo apresentava rigidez muscular generalizada, o que indica que já estava morto havia pelo menos 12 horas e a perícia só foi pedida às 23 horas. Não foi encontrado qualquer documento que informasse a data de sua identificação, tendo sido o corpo retirado do IML pelos familiares em 18 de janeiro de 1973. As fotos mostram seu corpo em decúbito dorsal, sobre a cama – mas não há nenhum sinal de sangue sobre a colcha. A relatora do caso (015/02) de Valdir Saboya, Suzana Keniger Lisbôa, apontou:

A parte interna de seu antebraço esquerdo apresentava entrada de projétil, lesão identificada como gesto de autodefesa; e ainda como teria levado tiros na região glútea? Os seis militantes deram entrada ao IML no mesmo horário, com guias de encaminhamento numeradas de oito a treze, mesmo tendo supostamente morrido em lugares diferentes; as discrepâncias evidenciam o descuido nos detalhes para a montagem do “teatro” e a certeza da impunidade.

A relatora considerou o caso enquadrado entre os preceitos da lei 9.140/95, e seu parecer foi aprovado por unanimidade em 1º de dezembro de 2004.

O marido de Lourdes ajuizou, em 1986, uma ação para conseguir o atestado de óbito na Comarca de Camaçari (BA) – processo 6.899/86. Foi anexado ao seu requerimento à CEMDP o testemunho do padre Renzo Rossi, sem data, que afirmou perante o juiz ali comparecer a pedido de Paulo Pontes, a quem visitara na Penitenciária Lemos de Brito, em 1975, e que lhe solicitara ajuda para o caso. Rossi declarou ter certeza de que a morta em questão era Lourdes, baseado nas informações que ele e Paulo obtiveram de amigos e parentes. Procurara o Instituto Félix Pacheco (RJ) na expectativa de comparar as impressões digitais, tendo desistido diante das dificuldades impostas. No seu depoimento consta:

Disse ainda que não sabe onde Luciana [Lourdes] foi sepultada; que o depoente conhece parentes e amigos de mais de cem pessoas mortas pela repressão militar, sem que se saiba onde as mesmas foram sepultadas; que essas pessoas costumavam usar dois nomes para não serem identificadas pela repressão e no caso de Lourdes Maria Wanderley Pontes, devido ao fato de seu marido, Paulo Pontes da Silva, encontrar-se envolvido em luta

clandestina contra a ditadura militar e a fim de não prejudicar o seu marido [utilizou esse codinome]; que antes de Lourdes Maria ser assassinada, o depoente já sabia que se tratava da mesma pessoa de Luciana Ribeiro da Silva.

O juiz Clésio Rômulo Carrilho Rosa, da comarca de Camaçari, em 7 de novembro de 1986, baseando-se no artigo 88 da lei nº 5.015/73, segundo a qual juizes togados podem admitir justificação de óbito de desaparecidos em naufrágios, terremotos, catástrofes e, considerando que o período político em que Lourdes fora morta foi, sem nenhum exagero, um período catastrófico afirmou:

Sabem todos os brasileiros, notadamente aqueles que se opuseram às arbitrariedades praticadas em determinado momento e período governamental do regime instalado em 1964, que centenas de militantes políticos, inconformados com a ditadura militar, foram presos, assassinados e dados como desaparecidos, sem se saber, até hoje, onde foram sepultados e com que nomes o foram.

Determinou o juiz, então, que, não sendo conhecida a *causa mortis*, o atestado de óbito fosse preenchido da seguinte forma: “[...] decorreu de a vítima ter sido morta em tiroteio pela repressão militar”. O corpo de Lourdes e dos demais militantes enterrados na vala clandestina de Ricardo de Albuquerque não foram recuperados, pois as ossadas lá enterradas estão misturadas, não sendo possível realizar as respectivas identificações.

A família de Fernando Augusto da Fonseca entrou com uma ação cível na Justiça Federal de reparação por danos morais e materiais em 1992, que se encontra sob análise de admissibilidade de recurso da União.

Em homenagem a esses militantes, a cidade do Rio de Janeiro deu os seus nomes a ruas localizadas no bairro Paciência; apenas José Bartolomeu não consta entre eles.

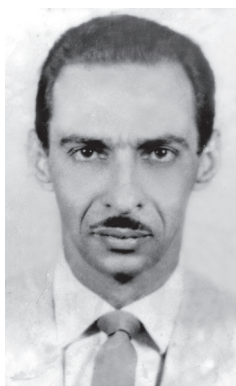
Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 101/96, de Fernando; 213/96, de Getúlio; 182/96, de Lourdes; 115/96, de José Bartolomeu; 119/96, de José Siltón; e 015/02, de Valdir, na CEMDP.



Carlos Nicolau Danielli (Carlinhos)

Nasceu em 14 de setembro de 1929, em Niterói (RJ), filho de Pascoal Egídio Danielli e Virgínia Silva Chaves. Morto em 30 de dezembro de 1972. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Era casado e pai de quatro filhos. Destacado dirigente comunista, era membro da Comissão Executiva do Comitê Central do PCdoB, responsável pela Setor de Organização. Muito jovem, com 15 anos de idade, começou a trabalhar nos estaleiros de construção naval em São Gonçalo (RJ). Tomou contato com o movimento operário, tornando-se assim um ativista sindical. Em 1946, entrou para a Juventude Comunista, chegando a ser um dos seus dirigentes. Em 1948, passou a integrar as fileiras do PCB e, em 1954, no IV Congresso, foi eleito membro do Comitê Central.

Em meados de 1962, juntamente com Ângelo Arroyo, Danielli viajou para Cuba com o objetivo de prestar solidariedade ao povo e ao governo cubano durante a chamada “Crise dos Mísseis”. Nesse mesmo ano, participou com outros militantes comunistas da organização do PCdoB, uma dissidência do PCB.

Participou de vários eventos internacionais e buscou estreitar laços de amizade e solidariedade entre os povos e os partidos comunistas. Tornou-se responsável pelo jornal do partido, *A Classe Operária*, editado de forma clandestina e distribuído de mão em mão em vários estados do país. Participou ativamente da preparação da Guerrilha do Araguaia, recrutando e encaminhando militantes, arrecadando equipamentos, remédios e outros recursos necessários.

Carlos Nicolau Danielli foi morto sob tortura nas dependências do DOI-CODI/SP, na madrugada de 30 de dezembro de 1972, conforme denúncia feita em depoimentos prestados na Auditoria Militar em 4 e 7 de julho de 1973, pelos militantes Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, presos com ele.

Maria Amélia, César e Danielli foram presos em São Paulo, em 28 de dezembro de 1972, e submetidos a sessões de torturas. Durante três dias, Danielli foi intensa e continuamente torturado sob o comando do então major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, do capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo e do *Capitão Ubirajara*, codinome do delegado de polícia Aparecido Laerte Calandra. Apesar das torturas, seus algozes não conseguiram arrancar dele nenhuma informação. Danielli foi assassinado lentamente; mesmo com o corpo todo esfolado, respondeu sempre de maneira ativa a seus inquisidores: “É disso que vocês querem saber? Pois é comigo mesmo, só que eu não vou dizer”. Afirmou diversas vezes: “Só faço o meu testamento político”.

No primeiro dia, foi torturado pela Equipe C, chefiada pelo capitão Átila e integrada pelo capitão Olavo, *Mangabeira* (apelido do escrivão de polícia de nome Gaeta), *Oberdan* ou *Zé Bonitinho*.

No segundo dia, ficou nas mãos da Equipe A, chefiada por *Dr. José* e integrada por *Jacó*, *Rubens*, *Matos*, *Capitão Tomé* e o investigador do Departamento de Polícia Federal Maurício, vulgo *Lungaretti*.

No terceiro dia, foi torturado pela Equipe B, chefiada pelo capitão do Exército Orestes, vulgo *Ronaldo*, e seus subordinados: *Capitão Castilho*, o ex-policial do DOPS Pedro Mira Granzieri e o soldado da Aeronáutica Roberto, vulgo *Padre*.

Finalmente, no quarto dia, novamente nas mãos da Equipe C, Carlos Nicolau foi assassinado.

A versão apresentada pelo DOI-CODI/SP foi a de que Danielli teria sido morto em tiroteio com policiais ao tentar fugir. O depoimento judicial de César Augusto Teles desfaz a versão policial:

Foram apresentadas a mim e à minha esposa manchetes de jornais que anunciavam a morte de Carlos Danielli como tendo tombado num tiroteio com agentes policiais. Sob nossos protestos de que ele havia sido morto em consequência e a cabo das torturas que sofreu na OBAN, fomos ameaçados de termos o mesmo destino. Em seguida, foi exigido que assinássemos um documento confirmando que teríamos um encontro com uma pessoa de nome “Gustavo” e que nós poderíamos morrer. Como nos negássemos a assinar tal documento, como absurdo, pois ninguém em sã consciência assina sua própria sentença de morte, fomos torturados e, no fim de um certo tempo, um torturador assinou o documento em meu nome. E ficamos durante 5 meses incomunicáveis, certamente, por termos assistido ao brutal assassinato de Carlos Nicolau Danielli.

Na Justiça Militar, há ainda declarações do ex-presos político José Auri Pinheiro, que foi informado por um torturador, na Polícia Federal do Ceará, que Danielli havia sido “exterminado”.

No julgamento de Maria Amélia e César, no STM, em virtude de recurso impetrado pelo promotor, mais uma vez a denúncia da morte de Danielli veio à tona. A notícia foi divulgada pela imprensa, em 24 de abril de 1978, em *O Estado de S. Paulo*:

No STM, novas denúncias em julgamento de presos. A advogada, Rosa Cardoso declara que Nicolau Danielli, cuja morte foi atribuída a um confronto com a polícia, é no mínimo suspeita. Isso porque Danielli foi preso juntamente com César e Maria Amélia Teles e não parece possível que uma pessoa presa pela polícia possa ser armada por ela mesma. As denúncias feitas no STM fizeram com que o ministro general Rodrigo Otávio Jordão requeresse a apuração dos fatos que envolveram a prisão e a morte de Carlos Nicolau Danielli, ainda que tivesse seu voto vencido.

Em consequência das denúncias do casal César e Maria Amélia, as torturas e o assassinato de Danielli chegaram a ser objeto de apreciação no STM, conforme foi divulgado em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, de 9 de maio de 1978:

O Superior Tribunal Militar negou a apuração das denúncias sobre as mortes do estudante Alexandre Vanucchi Leme e Carlos Nicolau Danielli, que teriam ocorrido no DOI-CODI do II Exército, pois somente o general Rodrigo Otávio pediu a apuração dos fatos, que considerou graves, assim como as várias denúncias de torturas feitas pelos

acusados. Em seu voto solitário, o general Rodrigo Otávio pediu que as peças referentes às torturas e sevícias fossem encaminhadas ao procurador-geral da Justiça Militar, para apuração dos possíveis crimes previstos nos artigos 209 do Código Penal Militar e 129 do Código Penal Comum.

No seu voto, o general justificou sua atitude demonstrando que “[...] a fragilidade das provas, trazidas como respaldo à veracidade da segunda hipótese, indicariam a necessidade de uma apuração mais completa sobre evento tão contundentemente grave”.

Danielli foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, em Perus, na capital paulista, pelos agentes do DOI-CODI/SP. Após a promulgação da Lei de Anistia, seus familiares e amigos puderam sepultar seus restos mortais em 11 de abril de 1980, em Niterói (RJ).

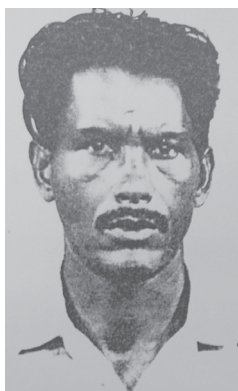
A relatora do caso (052/96) na CEMDP, Suzana Keniger Lisboa, destacou ainda em seu voto que:

O laudo necroscópico, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Paulo A. de Queiroz Rocha, no dia 02/01/1973, não descreve as torturas sofridas por Danielli e confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio. No formulário de requisição de exame e da certidão de óbito, no item profissão, foi preenchido como “terrorista”, num flagrante desrespeito aos direitos humanos. O recorte de jornal de 05/01/1973, encontrado nos arquivos do DOPS/SP, confirma a prisão de Danielli, quando afirma: Carlos Danielli, o Antônio, havia sido preso poucos dias antes de morrer.

O caso foi aprovado por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
Arquivos do IEVE/SP.
Caso 052/96, na CEMDP.
PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.



Amaro Félix Pereira

Nasceu em 10 de maio de 1929, em Rio Formoso (PE), filho de Félix Pereira da Silva e Caetana Maria da Conceição. Desaparecido provavelmente em 1972. Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), conhecido como *Procópio*.

Casou-se em 1951, em sua terra natal, com Maria Júlia Pereira e tiveram dez filhos: Elias Felix, Ananias Felix, David Felix, Noemia Maria, Daniel Felix, Eliude Maria, Elenilda Maria, Maria José, Eliam Maria, Oziel Felix.

Desde 1963, Amaro participava do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, presidido pelo conhecido líder Júlio Santana, o primeiro sindicato a ser organizado na região e reconhecido pelo Ministério do Trabalho.

Amaro atuava com os trabalhadores rurais do canavial e da Usina Central de Barreiros (PE). Ali foi funcionário durante 29 anos e exerceu as funções de apontador e ferreiro do suprimento agrícola. Trabalhou também no Engenho Soledade e no Engenho Tibiri, em Barreiros.

O requerimento dos seus familiares foi apresentado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 2 de janeiro de 2003, pelos advogados Flavia Coutinho Wanderley de Almeida e Lenísia Leite Sobeslavsky, com escritório no Recife. Ali recebeu o número 2003.01.19201 e tramitou na 1ª Câmara da referida Comissão, sendo posteriormente encaminhado à CEMDP, protocolado sob o nº 105/03.

Na petição à Comissão de Anistia, declararam os procuradores da família que:

Em 16 de março de 1964, foi o Sr. Amaro covardemente preso, acusado de exercer atividades subversivas no município de Barreiros/PE, onde residia no Engenho. Teve sua residência invadida e vasculhada pelos agentes policiais, na presença de seus filhos menores e de sua esposa, na época grávida, que duramente violentada pelos policiais, ocasionou o aborto de seu filho. Sem qualquer tipo de ajuda pelos agentes e estando o Sr. Amaro impedido de ajudá-la por encontrar-se gravemente ferido e algemado, permaneceu sangrando e com muita dor, estendida no chão. Nessa ocasião, as autoridades policiais, buscando eximir-se de suas responsabilidades, saíram imediatamente, levando o Sr. Amaro para a delegacia da cidade, logo em seguida o remeteram para o Recife, devi-

damente escoltado e algemado para o DOPS da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. [...] Ao chegar [...] foi imediatamente colocado no “buque” (cela exígua, apertada, úmida e fétida) [...] submetido a sessões constantes de interrogatórios e simultaneamente à prática de torturas e sevícias [...]. As torturas eram cruéis, como ameaças de morte, afogamento, telefone, choque-elétrico, pau-de-arara [...]. Permanecendo nessas condições até o dia 7 de maio de 1964.

De volta à Usina Central de Barreiros, passou a exercer outra função, a de ferreiro de suprimento agrícola. Em 1966, tentou candidatar-se a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, mas sua candidatura não foi aceita, sob a alegação de que já havia vencido o prazo legal para registrar sua inscrição. Ao buscar esclarecimentos, foi preso, acusado de “agitação” nas eleições sindicais, e levado para a delegacia da cidade. Foi acusado de sabotar as eleições, que não alcançaram o quórum necessário. Ao ser libertado, foi demitido e expulso com a mulher e os dez filhos da casa onde moravam, de propriedade da usina. Amaro Félix, que fora funcionário da Usina Central por 29 anos, levou sua demissão à Justiça do Trabalho, ação que até 2002 ainda tramitava.

Passou a viver de “bicos” e da horta que plantou em seu quintal. Em 1967, candidatou-se a vereador pelo MDB a convite do ex-deputado estadual Miguel Mendonça, que se candidataria a prefeito, mas não foram eleitos.

Segundo o requerimento, foi preso por mais quatro vezes, em sua residência, mediante violência e na presença da família.

O prontuário do DOPS/PE de número 14.094, que fazia parte do arquivo do DOPS, e hoje integra o acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), contém depoimentos de Amaro, e confirma as prisões em 20 de abril de 1964, do “*agitador conhecido*” no município de Barreiros, conduzido por ofício s/n do delegado de Barreiros, e solto em 7 de maio de 1964; em 3 de março de 1966, por se achar envolvido em agitação nas eleições para presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, quando ficou constatado que permaneceu em contato com os trabalhadores, convencendo-os a não votar, resultando um número muito limitado de votantes, sendo solto no dia 7 de março; em 29 de novembro de 1969, conduzido pelo policial Nelson Machado, acusado de atividades subversivas. Em 22 de janeiro de 1970, o Conselho Permanente de Justiça do Exército decretou sua prisão preventiva, conforme ofício da Auditoria da 7ª Região militar assinado pelo juiz auditor Antônio Carlos de Seixas Telles, em 23 de janeiro, juntamente com as dos militantes Amaro Luiz de Carvalho, Manoel Aleixo da Silva e Manoel Lisboa de Moura, militantes do PRC que atuavam em Pernambuco, mortos entre 1971 e 1973. Em 27 de janeiro de 1970, Amaro Felix foi recolhido à Casa de Detenção de Recife.

É de seus depoimentos que foram extraídas as informações desta pequena biografia.

Em 13 de janeiro de 1970, Amaro foi ouvido por João Washington de Mendonça Filho, delegado de Ordem Econômica e delegado especial do Inquérito 307/70. Qualificado como trabalhador rural, alfabetizado, casado, sem religião, medindo 1,68 m, compleição regular, cabelos e olhos castanhos, respondeu que trabalhara no Sítio Borboleta até setembro de 1969, tendo ali conhecido Ventania, que depois soube chamar-se Manoel Aleixo da Silva.

Em 7 de julho de 1970, declarou perante o mesmo delegado:

que [...] desde janeiro do corrente ano se encontra recolhido à Casa de Detenção do Recife, em face de ter sido decretada sua prisão preventiva, por estar envolvido num “inquérito Capivara”, que a prisão preventiva foi decretada pelo Conselho da Auditoria Militar da 7ª Circunscrição Judiciária; [...] que não é verdade que [...] tenha o codinome de “Bento” na “Fração Bolchevique Trotskista”; que nunca ouviu falar da “Fração Bolchevique Trotskista”, vindo a saber da existência da mesma neste estabelecimento penal, no momento em que presta o presente depoimento.

Segundo certidão da Abin, de 11 de março de 2005, feita a pedido da CEMDP, Amaro foi preso em 24 de novembro de 1969 e condenado a um ano de prisão no processo 11/70, sendo libertado em 24 de novembro de 1970, após o cumprimento da pena.

A partir dessa data, não há informações de seu paradeiro e a única referência de vida posterior é o registro de seu filho menor, nascido em 24 de abril de 1972.

Os filhos de Amaro Felix requereram indenização prevista na lei estadual 11.773/2000, em Pernambuco, tendo o processo 249/2001 tido o voto favorável do relator, Paulo de Biase, em 21 de fevereiro de 2003.

Na CEMDP, ao apresentar seu voto, a relatora Maria Eliane Menezes de Farias disse que o conjunto dos documentos trazidos aos autos era suficiente para comprovar a participação de Amaro em atividades políticas e afirmou:

[...] *A situação de Pereira se enquadra como as de muitos brasileiros trabalhadores, estudantes, sindicalistas e políticos que ousaram divergir da ideologia militar da época, tornando-se vítimas do conservadorismo político que se implantou no país, consolidando aquele período como um dos mais obscuros da nossa história. Foi preso e torturado por diversas vezes, por razões políticas, enquadrando-se todas as prisões no período abrangido pela lei 9.140/95. Desapareceu, após ser levado em uma viatura branca da polícia que encostou no local onde se encontrava, ou seja, na Usina, momento em que desceram quatro policiais armados e o levaram.*

Pedro Bezerra da Silva, do Sindicato do Açúcar, também ex-presos político, declarou no processo 9.364/96, de justificação de óbito feito pela família de Amaro, que soubera, por um cidadão conhecido como *Joça Vila Verde* e outro conhecido como *Touro Preto*, que Amaro Félix aparecera na usina em um jipão de chapa branca com a polícia. Em declaração de próprio punho, afirmou ter sido preso com Amaro Félix e que este fora preso e torturado outras vezes, no DOPS/PE. Sem precisar a data, declarou que Amaro foi visto em uma oficina mecânica, quando um jipe de placa branca, escoltado por policiais, ali parou para ser consertado. Amaro estava no carro, deitado debaixo do banco e amarrado por correntes. Tal fato foi presenciado pelo motorista do jipe e por vários funcionários da oficina.

Elzir Amorim de Moraes afirmou, em declaração pública, ter trabalhado com Amaro Félix e que o mesmo lhe dissera que “[...] *estava sendo perseguido e ameaçado de morte*”.

Elias, o filho mais velho, declarou que foi preso e espancado pela polícia e por capangas da Usina Central de Barreiros. Além disso, a família ouviu apenas rumores sobre o paradeiro do pai: seu corpo teria sido jogado dentro da caldeira da usina ou no rio Uma.

A relatora concluiu que, diante do exposto

[...] *resta evidente a comprovação do requisito necessário e suficiente em que se respalda essa Comissão para o deferimento do pedido. Assim provada a relação de causa e efeito entre o exercício da atividade repressora naquela época e o desaparecimento de Amaro Félix, por suas atividades políticas, reconheço-o como vítima da ditadura militar.*

O caso (105/03) foi aprovado por unanimidade pela CEMDP, em 2 de fevereiro de 2006.

As circunstâncias do desaparecimento de Amaro em 1972 ainda não foram esclarecidas, não sendo possível estabelecer uma data para o fato, embora a CEMDP tenha considerado, no livro *Direito à Memória e à Verdade*, a data de 5 de outubro de 1972 como a de sua morte, provavelmente com base em informação fornecida oralmente pela família.

Seu nome não consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Apesar de sua longa militância política e do convívio com os presos políticos na Casa de Detenção de Recife, Amaro Félix não figurou nas listas de desaparecidos políticos. Não fossem os esforços de seus filhos para resgatar sua história, esta teria sido esquecida e acabaria por desaparecer, como aconteceu com seu corpo.

Documentos consultados:
Caso 105/03, na CEMDP.

José de Oliveira

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia em 1972.

Camponês, foi morto na região da guerrilha, segundo informação do padre Humberto Rialland, publicada no jornal *Movimento*, de 10 a 17 de julho de 1978.

Documentos consultados:
Movimento, São Paulo: 10 a 17/7/78.



Arquivo Público do Estado de São Paulo

Manifestação de familiares de mortos e desaparecidos políticos, 31 de outubro de 1986.

A Guerrilha do Araguaia

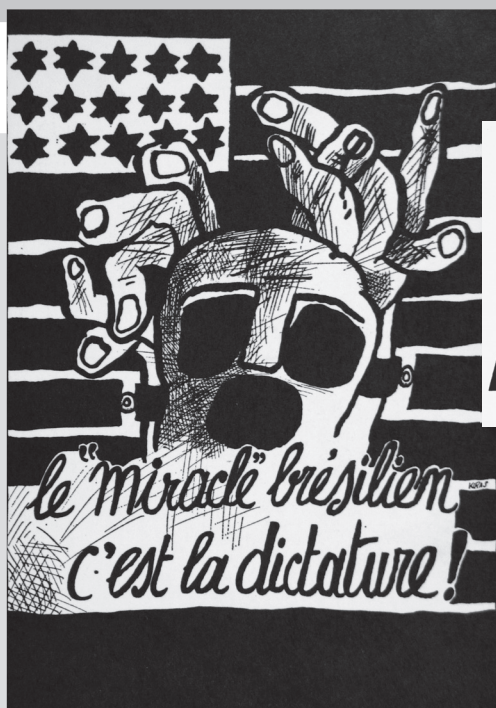
No Sudeste do Pará, em abril de 1972, teve início a repressão aos militantes do PCdoB que organizavam as bases do que ficaria conhecido como a “Guerrilha do Araguaia”. Desde 1966, os guerrilheiros começaram a instalar-se na região, uma área de cerca de 6.500 km², com aproximadamente 20 mil habitantes. O governo ditatorial utilizou homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da Polícia Federal e das Polícias Militares do Pará, Goiás e Maranhão para combatê-los. Foram mobilizados cerca de 7 mil militares para reprimir três destacamentos constituídos por 73 guerrilheiros. Após duas derrotas das tropas regulares, as Forças Armadas iniciaram a terceira campanha, em outubro de 1973, depois de um ano recolhendo informações na região. Passaram a utilizar homens dos serviços de informação treinados para o combate na selva em ação conjunta com as tropas. Nessa fase, as Forças Armadas executaram todos os prisioneiros. Alguns corpos foram decapitados e enterrados em bases militares. Foram assassinados 59 guerrilheiros e pelo menos 17 moradores da região, sem que nenhuma comunicação fosse enviada aos seus familiares.

Os governos dos generais Garrastazu Médici e Ernesto Geisel decidiram extirpar da História não apenas os corpos dos guerrilheiros e sua memória, mas o próprio acontecimento. Utilizaram na selva os procedimentos do combate à guerrilha urbana. Nas cidades, entretanto, houve preocupação em poupar a população. No Pará, ao contrário, grande parte da população foi aprisionada, tendo sido criados verdadeiros “campos de concentração”, com a utilização de tortura gene-

ralizada. A região foi bombardeada com *napalm* e as plantações e árvores frutíferas, incendiadas. Jarbas Passarinho, coronel da reserva e por duas vezes ministro da ditadura, definiu a guerrilha como uma “guerra suja”. Para ele, havia um forte motivo para manter o silêncio a respeito, pois a “[...] divulgação disso, na medida, por exemplo, em que uma guerrilha de Xambioá durasse um ano para ser combatida, ela poderia, pelo noticiário feito a respeito dela, induzir a ações semelhantes. A grande massa desconheceu pura e simplesmente o assunto e sobre ela não se fez o efeito multiplicador da propaganda”.

Os fatos que envolveram o combate à Guerrilha do Araguaia foram totalmente censurados e estiveram ausentes dos noticiários da imprensa entre setembro de 1972 e julho de 1978. A guerrilha foi derrotada no fim de 1974, mas somente quando acabou a censura prévia, em 1978, a *imprensa alternativa* passou a resgatar sua história. Todos os guerrilheiros, com exceção de Maria Lúcia Petit – cujos restos mortais foram identificados em 1996 –, embora tenham sido reconhecidos pela União como mortos em 1995, com a Lei dos Desaparecidos, são ainda hoje *desaparecidos políticos*, uma vez que seus corpos permanecem em locais ignorados.

Por muito tempo, as únicas informações existentes sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia foram as do relatório do dirigente Ângelo Arroyo, que conseguiu sair da região do conflito em janeiro de 1974. Arroyo, todavia, foi assassinado junto com os dirigentes do PCdoB Pedro Pomar e João Batista Franco Drummond, quando houve a operação conhecida como “Massacre da Lapa”, em dezembro de 1976 (ver capítulo referente ao ano de 1976). ■



BRASIL AME-O OU DEIXE-O

Fotomontagem/Fernando B. Simões

Panfleto em francês denuncia a vinculação entre o "milagre econômico brasileiro" e as violências da ditadura. Ao lado, um dos slogans do "milagre".

O "milagre econômico"

O governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), período em que ocorreu o maior número de assassinatos de opositores da ditadura, coincidiu com o chamado "milagre econômico", nome usado para qualificar a retomada do crescimento econômico a uma taxa média superior a 10% ao ano, uma das maiores da história brasileira. A expansão industrial concentrou-se no setor de bens de consumo duráveis, tais como eletrodomésticos e automóveis, e foi sustentada pelo crédito fácil a juros baixos, criando um clima de euforia entre os setores médios, transformados em vorazes consumidores.

O país, entretanto, não deixava de ser dependente das economias capitalistas centrais, pois não dominava as tecnologias de ponta nem possuía uma poupança interna em dólar. Para superar esses entraves à expansão econômica, o então ministro da Fazenda, Delfim Netto usou duas estratégias: o *endividamento externo* e o aprofundamento do *arrocho salarial*, base do modelo econômico da ditadura militar.

Em 1964, para compensar as perdas provocadas pela inflação, foi criada a "indexação" da moeda nacional. O único valor da economia mantido fora desse reajuste automático foi o salário. Mediante uma legislação especial, os salários eram reajustados pela média (rebaixada) anual da inflação. Além disso, o governo aumentou a arrecadação de impostos. A aplicação dessa política foi facilitada por uma legislação trabalhista que cerceava a organização dos trabalhadores. Consolidava-se, assim, um processo histórico do capitalismo

brasileiro: a *concentração de renda*. Ao lado do crescimento da produtividade, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres aumentou de forma acelerada.

No início de sua implantação, graças ao controle da inflação e ao crédito popular facilitado, os efeitos do arrocho não foram sentidos. Esse modelo foi sustentado pelo fortalecimento dos oligopólios (setores produtivos comandados por poucas empresas), voltados para a produção de mercadorias caras e elitistas, e criou um dos capitalismo mais dinâmicos do mundo. Os antigos consumidores, que compravam produtos duráveis importados, ao lado da nova classe média, formavam um mercado interno relativamente limitado. Para compensar, o governo passou a incentivar a exportação de bens de consumo não duráveis e de alimentos em geral, obtendo um considerável superávit comercial. O que importava era manter altos os níveis de consumo do setor da indústria automobilística, sediada em São Paulo.

Essa estratégia de crescimento, além de tornar o país muito dependente dos empréstimos estrangeiros, gerou grande dependência externa do petróleo – combustível indispensável para o transporte e a indústria. Naquele período, o Brasil produzia pouco petróleo. Com a crise mundial do petróleo, iniciada em outubro de 1973, em função da guerra entre árabes e israelenses, e o aumento considerável de seu preço e dos juros internacionais, o Brasil passou a ter dificuldades para importar o produto, gerando mais endividamento e grave crise. A partir de então, o crescimento econômico começa a se reduzir e a inflação sobe, causando recessão e desemprego.

Em julho de 1977, foi divulgada a manipulação dos índices inflacionários promovida pelo governo. O movimento sindical calculou as perdas que não foram repassadas para os reajustes salariais: 34,1%. A falsificação do índice de 1973, somada ao aumento da inflação, impulsionou os *novos movimentos sociais*, como o Movimento do Custo de Vida de São Paulo e o movimento operário, a reiniciarem manifestações contra a política econômica do governo. Eles se transformaram em um importante foco de tensão entre ditadura e sociedade civil (NAPOLITANO, 1998). ■

A Comissão Justiça e Paz

A Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo, criada em janeiro de 1972 por iniciativa de D. Paulo Evaristo Arns, tornou-se um importante instrumento de solidariedade aos presos políticos e aos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil.

Desde 1969, aumentava o número de denúncias sobre os crimes da ditadura brasileira no exterior. Neste ano, a igreja católica começou, lentamente, a se engajar na luta em defesa dos direitos humanos. Em 1971, D. Aloísio Lorscheider foi eleito presidente da CNBB, na XII Assembléia Geral da instituição. Esse fato ocasionou mudanças na postura da Igreja brasileira da diante da ditadura, contribuindo para o crescimento do trabalho das pastorais em apoio à população pobre das periferias e em defesa dos direitos humanos.

Foi em agosto de 1972 que os primeiros membros da Comissão Justiça e Paz de São Paulo começaram a se reunir. A Comissão tinha como finalidade alguns pontos, segundo D. Paulo, decisivos:

Defesa das pessoas que eram presas sem poderem defender-se, porque não lhes revelavam o motivo da prisão.

Esforços para evitar as torturas aos presos que sofriam progressivamente as conseqüências dessa forma bárbara de tratamento humano.

Descoberta do nome dos desaparecidos e das circunstâncias do desaparecimento de pessoas de diversas classes do povo.

Investigação dos locais onde se praticavam tratamento ilegal, morte e sepultamento dos atingidos.

Socorro imediato a quem estava sendo perseguido.

Prevenção do que poderia acontecer no futuro às pessoas que se ocupavam de política e da colaboração com a Igreja.

Estabelecimento de relações com outras entidades que se ocupavam das mesmas tarefas.

Luta pelo volta do país à normalidade democrática.

A Igreja paulistana partiu para o enfrentamento ao regime e denunciava as atrocidades cometidas nos porões da ditadura por meio de intenso trabalho da Comissão Justiça e Paz. No Rio de Janeiro, outra comissão tentava diminuir a fúria dos militares por meio do diálogo. A Comissão Brasileira de Justiça e Paz tinha o intelectual católico Cândido Mendes na secretaria-geral e manteve um trabalho extremamente relevante – porém diplomático e discreto, se compa-

rado à militância explícita da entidade paulistana. A chamada *Comissão Bipartite* reuniu na mesma sala, por diversas ocasiões e durante quatro anos, membros do clero e do governo militar¹.

Os primeiros integrantes da CJP referem-se aos primeiros anos de trabalho como “fase das catacumbas” e, por isso mesmo, os mais exigentes de dedicação e coragem. As reuniões eram realizadas na casa de D. Paulo, por motivo de segurança, e pautadas por toda cautela que o momento exigia. Na mesma sala, em torno de uma única mesa, reuniam-se, pela primeira vez, advogado, sociólogo, jornalista, estudante e operário. Ali se relatavam inúmeros casos de violência, colhiam-se as primeiras informações que iriam criar um verdadeiro “banco de dados”, com fotos das vítimas do aparato repressivo, depoimentos ou uma simples palavra ouvida dentro de uma prisão. Esse método de trabalho foi fundamental e, graças a ele, muitas vidas puderam ser salvas. Houve momentos em que o volume de processos era tão grande que os advogados da Comissão não tinham como vencê-los. Alguns chegaram a ter 70 clientes presos ao mesmo tempo.

Segundo Dom Paulo, “*As reuniões da nossa Comissão Justiça e Paz tinham como fito principal: recobrar a coragem, descobrir fontes seguras de informação e delinear estratégias eficazes. Em última análise, queríamos construir a legalidade para derrubar a ilegalidade. Embora não reconhecêssemos as autoridades como legítimas – pois eram fruto de golpe – procurávamos basear-nos em leis, por vezes criadas pelo próprio regime militar. Até um comandante do 2º Exército chegou a dizer-me: Os senhores estão certos. São os samaritanos nesta guerra que travamos contra os subversivos em nossa Pátria*”².

Sobre o início da luta de denúncias contra as torturas e o trabalho de proteção aos presos políticos dentro dos presídios, assim como o apoio constante aos familiares, sediado na Cúria Metropolitana, relata a então secretária da CJP, Margarida Genevois:

Lembro-me que, quando comecei a ver os detalhes do que se passava nas prisões, contados nas reuniões, voltava apavorada, nem dormia direito de tão angustiada, e os jornais não contavam nada, evidentemente. As reuniões eram na casa de D. Paulo, mas como o número de pessoas era cada vez maior, ele pediu que eu o ajudasse e passei a atender na Cúria. As pessoas chegavam aflitíssimas, pedindo auxílio “meu marido, meu filho está preso, está sendo torturado, o que faço?”. Providenciávamos advogados, que se desdobravam para obter a proteção judicial possível e ajudar na busca dos desaparecidos, escondíamos pessoas em perigo de vida, encaminhando-as para o exterior, fazíamos denúncias nos organismos internacionais. E, sobretudo, ouvíamos as pessoas,

pois às vezes não tínhamos nada a fazer, senão ouvir, chorar junto. Mas, o simples fato de ouvir, acho, já ajudava também. Nós os recebíamos sempre com o maior respeito à dignidade de cada um. Nunca perguntávamos a quem nos procurava o porquê de sua prisão ou da de seus parentes; isso não importava. Eram dramas de vida e morte. Na verdade, eu preferia até que nem dissessem o nome, muito menos a atuação, porque tinha pavor de qualquer dia ser presa e falar o que pudesse prejudicar; nunca sabemos o limite de nossas forças em situações extremadas.³

Por isso todo atendimento era feito mediante códigos e com o cuidado necessário para proteger não apenas os familiares de presos e perseguidos, mas também os membros da Comissão – que era considerada entidade subversiva até 1974. Seus membros eram frequentemente ameaçados pela comunidade de segurança. As ameaças levaram os integrantes a transformá-la em uma entidade civil, com estatuto e personalidade jurídica, o que a tornou segura do ponto de vista jurídico, embora isso não impedisse que ocorressem ameaças anônimas e a eterna possibilidade de prisão de dirigentes.

Os familiares de mortos e desaparecidos que passaram a se encontrar na CJP engajaram-se na campanha pela anistia desde seu início, quando esta foi proposta por D. Paulo em reunião próxima ao Natal de 1974, na Cúria Metropolitana de São Paulo⁴. Logo após as eleições daquele ano, com a vitória significativa da oposição, muitos exilados sentiram-se mais seguros para voltar ao Brasil e iniciar a discussão sobre a luta pela anistia, cuja conquista permitiria a volta de todos exilados. Desde agosto de 1972, parte dos militantes exilados já publicavam periódicos contendo artigos favoráveis à anistia⁵. Em entrevista de D. Paulo ao jornal *Opinião*, ele indicava a mobilização de setores da Igreja em defesa dos direitos humanos e pela anistia: “A Comissão Justiça e Paz, em São Paulo, vem desenvolvendo um trabalho sério em benefício dos presos e suas famílias. [...] A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, seguindo os passos de Paulo VI, encaminhou um pedido de anistia plena e ampla, para presos, perseguidos, banidos e exilados por motivos políticos. [...] e] Julgamento público de todos os acusados de terem praticado crimes, por exemplo, contra a vida ou a propriedade, garantindo-lhes a proteção legal de defesa”⁶.

Com as lutas da sociedade civil pela democratização, a CJP ampliou suas atividades para uma atuação política em torno da anistia, das campanhas contra a Lei de Segurança Nacional e o “entulho autoritário”, pela Constituinte livre e soberana, pela participação popular, pela integração latino-americana e pelo amplo apoio aos movimentos sociais.

Há que se destacar, igualmente, o papel da CJP (com outras entidades de defesa de direitos humanos, dentro e fora da Igreja) na criação de órgãos públicos como o Condepe (Conselho de Direitos da Pessoa Humana, em São Paulo) e as ouvidorias, assim como a sua “ramificação” em outras entidades – como a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e a Escola de Governo –, além da participação de muitos de seus membros em funções e cargos da maior relevância para a concretização de direitos. Basta lembrar os que assumiram a luta parlamentar – em nível municipal, estadual e federal – e também cargos executivos, nas secretarias de Segurança e Justiça, nas ouvidorias e no Condepe, no Ministério da Justiça e na Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Além disso, cumpre lembrar aqueles que foram trabalhar em órgãos ligados à ONU – como o Tribunal Penal Internacional e os observadores em determinadas regiões de grandes conflitos étnicos – ou ligados à OEA. Registre-se, ainda, a participação dos que continuam nas lutas populares, nos Centros de Defesa de Direitos Humanos das periferias urbanas, nas Pastorais, nos Conselhos Populares, nos presídios e nas demais instituições fechadas.

Em 2008, a CJP está presente na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e na Comissão de Prevenção e Combate à Tortura (ambas na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República). Alguns de seus advogados estão fortemente engajados na discussão sobre a abrangência da Lei de Anistia de 1979 e vêm defendendo causas e propostas que tem por finalidade reconhecer a responsabilidade do Estado e repudiar a versão oficial que considera também “anistiados” os torturadores, assassinos e estupradores. Não aceita, em hipótese alguma, que tais crimes possam ser considerados “crimes políticos”, o que seria uma claríssima afronta à Constituição e aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. São crimes contra a humanidade, portanto, imprescritíveis.

1 A história dessa comissão, criada em 1970 e desmantelada em 1974, foi narrada pelo brasileiro norte-americano Kenneth Serbin no livro *Diálogos na Sombra*, publicado em 2001.

2 Dom Paulo Arns em *O São Paulo*, 30/7/1992, p. 3.

3 Depoimento de Margarida Genevois a Maria Victoria Benevides, dezembro de 2000.

4 Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles, ex-presa política e ex-militante do PCdoB. São Paulo, 23/9/2001.

5 Ver *Unidade e Luta* (Tendência Leninista), Santiago/Chile, ago./set. de 1972, p. 4-9. Cedem-Unesp/SP, Fundo ASMOB. Entrevista com José Luis Del Roio, *op. cit.*

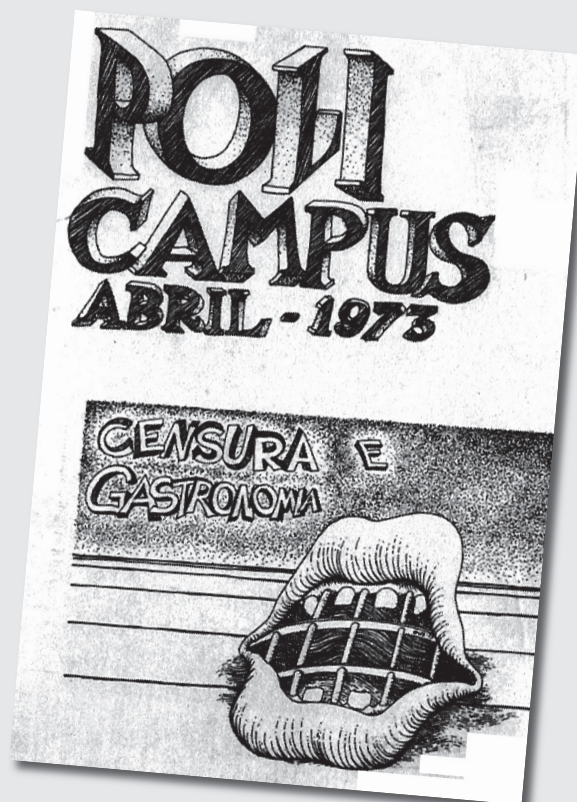
6 *A Igreja e os Direitos Humanos*. D. Paulo E. Arns. *Opinião*, nº 128, 18/4/75, p. 4.

1 9 7 3



Capas do jornal *Poli Campus*, da USP, dos meses de março e abril de 1973, e filipeta de convocação para missa pela morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, que havia sido assassinado em 17 de março daquele ano.

os alunos da Geologia usp convidam v.s. para a missa de 7: dia de alexandre vanucchi leme dia 30 às 18:30 hs. na catedral da sé sp 27/3/73



Avenida Despatinheiro Público do Estado de São Paulo



Luiz Ghilardini



Nasceu em 1º de junho de 1920, em Santos (SP), filho de Gino Ghilardini e Ercília Ghico. Morto em 4 de janeiro de 1973. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Exerceu as profissões de operário naval, ferreiro e, posteriormente, jornalista. Era casado com Orandina Ghilardini e juntos adotaram um filho de nome Gino. Em 1945, ainda na cidade de Santos, entrou para o PCB. Atuava com os portuários.

Em 1953, foi para o Rio de Janeiro (RJ), tornando-se membro do Comitê Regional dos Marítimos, importante organismo partidário na época.

Em 1962, alinhou-se com o grupo que deu origem ao PCdoB. Em 1966, foi eleito membro de seu Comitê Central. Nesse ano, vivendo na clandestinidade, teve seus direitos políticos suspensos em 23 de maio.

Preso e morto logo após a sua prisão. Seu cadáver foi encontrado no cruzamento entre as ruas Guapimirim e Turvânia, no Rio de Janeiro, conforme versão policial publicada no jornal *O Dia*, de 6 de janeiro de 1973, em que se lê:

Os agentes chegaram então a outro “aparelho”, este localizado na Rua Guararema, 62, em Turiaçu, que era chefiado por Luiz Ghilardini, o “Gustavo”, que se evadira anteriormente. Preso, afinal, apontou outra célula, situada na Rua Guapimirim, chefiada por Lincoln Bicalho Roque, o “Mário” e prontificou-se a penetrar no “aparelho” para facilitar a sua prisão. Quando o carro trafegava por Vila Valqueire, “Gustavo” pediu para reduzir a velocidade, pois estavam próximos ao “aparelho”. Ao pedir para parar o carro e descer, agrediu o motorista e saltou, saindo correndo pela calçada. O carro desgovernou-se e chocou-se no meio-fio da calçada. Os agentes usaram as armas. O terrorista morreu.

Sua esposa testemunhou, em depoimento ao GTNM/RJ, que, em 4 de janeiro de 1973, sua casa, na rua Guararema, 62, no Rio de Janeiro, foi invadida por 13 homens armados, que ali mesmo começaram as torturas. Ela, seu filho de 8 anos e Luiz Ghilardini foram colocados em cômodos separados e espancados. Foram levados encapuzados, em viaturas diferentes, para um local que presume fosse o DOI-CODI/RJ. Seu filho assistiu ao pai ser torturado, ao mesmo tempo em que também sofreu sevícias.

Segundo seu depoimento, a última vez que viu o marido ele estava de costas, tinha as mãos amarradas com uma borracha e os braços roxos.

Em depoimento ao GTNM/RJ, seu filho confirmou o relato da mãe e acrescentou:

[...] nós fomos levados para uma prisão que não sei onde era, só sei que ficava no subsolo. Chegando lá me tiraram de perto de minha mãe e ainda encapuzado fui levado a uma sala, chegando lá, começaram a fazer perguntas. Perguntavam se o meu pai viajava e o que ele fazia e eu, muito assustado, nada respondia, mas eu ouvia meu pai ali perto gemendo, eu escutava, mas não podia fazer nada. Só sei que sentia muito medo.

No mesmo dia, Orandina e seu filho foram levados para um quartel do Exército, que supõe ficasse em São Cristóvão. Ali permaneceram três dias em uma cela exposta ao sol, o que provocou desidratação na criança. Gino foi levado para o antigo SAM (Serviço de Assistência ao Menor), no bairro de Quintino. Orandina foi interrogada diariamente e, cerca de nove dias depois de sua prisão, soube por um dos torturadores que Luiz Ghilardini estava morto. “*Seu homem bancou o durão e foi pro inferno e você também está a caminho para lhe fazer companhia*”, disseram-lhe em um dos interrogatórios.

Orandina somente foi libertada três meses depois, quando conseguiu encontrar seu filho.

O corpo de Ghilardini deu entrada no IML/RJ, como desconhecido, em 5 de janeiro de 1973, pela guia 14 do DOPS/RJ, na qual está escrito: “*morto quando reagiu às Forças de Segurança*”.

Sua necropsia, realizada no mesmo dia, foi assinada pelos legistas Salim Raphael Balassiano e Rubens Pedro Macuco Janini, que confirmaram a falsa versão da morte, atestando que a mesma ocorreu em tiroteio, apesar de descreverem que “[...] *o membro superior direito exhibe sinais de lesões violentas*”.

Reconhecido no mesmo dia pelo Serviço de Identificação do Instituto Félix Pacheco (RJ), foi enterrado no dia seguinte como indigente, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ), na cova 22.708, quadra 21. Em 20 de março de 1978, seus restos mortais foram transferidos para um ossário-geral e, entre 1980 e 1981, enterrados em uma vala clandestina localizada nesse cemitério. Na vala, descoberta em 1991, foram enterradas cerca de 2.100 ossadas de indigentes sepultados no cemitério entre 1971 e janeiro de 1974.

Foram emitidas duas certidões de óbito para Luiz: a certidão de óbito 17.117 atesta que sua morte ocorreu em 1º de janeiro de 1973, quando ainda não havia sido preso, e foi assinada pelo segundo legista, Rubens Pedro Macuco Janini, tendo como declarante José Severino Teixeira. A outra, de nº 17.119, cuja data é de 23 de março de 1973, informa que a morte se deu em 4 de janeiro do mesmo ano.

Nos autos do caso, constam as fotos de perícia de local do ICE/RJ, nº 0078/73, e o laudo de perícia de local (Ocorrência 14/73), no qual está registrado não haver arma de fogo no local e que “[...] *nos pulsos da vítima havia sinais recentes de ferimentos produzidos por algo que os prenderam. Os ferimentos, embora superficiais, faziam-se notar nitidamente*”. O laudo informa ainda que Luiz estava vestido “[...] *com camisa esporte azul clara e calça azul sobre cueca branca e sapato azul e branco*”. Segundo sua esposa, porém, ele foi preso vestindo bermudas e chinelos, mas, quando o levaram de sua casa, os agentes de segurança pegaram um terno azul de linho, camisa e sapatos dele.

O preso político José Auri Pinheiro declarou à época na Justiça Militar que no mesmo local onde foi torturado “[...] *um cidadão de nome Dr. Leônidas declarou ao interrogando que tinham sido exterminados [...] Luiz Guilardim [sic]. [...] também o mesmo Dr. Leônidas declarou que [...] pertenciam à Gestapo brasileira*”.

Na CEMDP, seu caso (142/96) foi aprovado por unanimidade, em 29 de fevereiro de 1996, tendo como relatora Suzana Keniger Lisboa.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

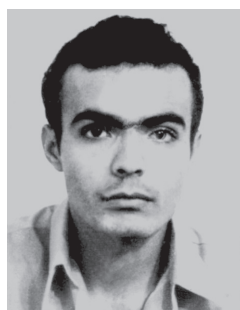
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 142/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

O Massacre da Chácara São Bento



Eudaldo Gomes da Silva

Nasceu em 1º de outubro de 1947, em Bom Conselho (PE), filho de João Gomes da Silva e Isaura Gomes da Silva. Morto em 8 de janeiro de 1973. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Seu pai era carpinteiro da Escola 2 de Julho, onde Eudaldo estudou até concluir o curso secundário. Iniciou sua militância política em Cruz das Almas (BA), quando era estudante de

Agronomia na Universidade Federal da Bahia. Foi presidente do Diretório Acadêmico de sua faculdade e, depois, membro do Diretório Central dos Estudantes, em 1968. Participou do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, quando foi preso. Em 1969, optou por não concluir o curso e dirigiu uma carta aos colegas, na qual justificou sua posição, reafirmando seu compromisso de lutar contra a ditadura.

Em junho de 1970, após seis meses de vida na clandestinidade, foi preso no Largo da Glória, no Rio de Janeiro (RJ).

Banido do Brasil em 15 de junho de 1970, por ocasião do seqüestro do embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, com outros 39 presos políticos em troca do diplomata, seguiu para a Argélia. De lá viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. Vivia com Pauline Reichstul, também assassinada em 8 de janeiro de 1973.

De acordo com a versão policial, amplamente divulgada em 11 de janeiro de 1973, militantes da VPR encontravam-se reunidos na Chácara São Bento, na noite de 8 de janeiro, para realizar um congresso da organização. Os policiais teriam sido conduzidos ao local por indicação do militante preso José Manoel da Silva. Ao perceberem o cerco, os militantes teriam reagido a bala. Depois de intenso tiroteio, Evaldo Luiz Ferreira de Souza teria conseguido fugir, sendo morto em Chã da Mirueira, em Paulista (PE). Outros cinco militantes, dentre os que estavam na chácara, teriam morrido durante o tiroteio. Tal episódio ficou conhecido como Massacre da Chácara São Bento.

O laudo pericial registrou que, no corpo de Eudaldo, havia lesões na cabeça produzidas por arma de fogo e mais duas outras lesões no tronco. Contudo, são visíveis também deformações na face, hematomas, sulcos e vergões nos ombros.

Evaldo Luiz Ferreira de Souza

Nasceu em 5 de junho de 1942, em Pelotas (RS), filho de Favorino Antônio de Souza e Maria Odete de Souza. Morto em 8 de janeiro de 1973. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Ingressou no Senai, formando-se como mecânico-ajustador, e prosseguiu seus estudos de nível médio. Ainda muito jovem, prestou concurso para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Santa Catarina.

Em 1962, foi para o Rio de Janeiro (RJ) com planos de seguir carreira na Marinha e prosseguir seus estudos, mas encontrou dificuldades para estudar em função da rigidez dos horários nas escalas de serviço. Após tornar-se marinheiro, conheceu o *Cabo Anselmo* – José Anselmo dos Santos –, que se tornou um agente policial infiltrado.

Filiou-se à Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais. Com o golpe de Estado de 1964, foi preso e expulso da Marinha pelo Ato Ministerial 365/64. Permaneceu nove meses preso. Ao ser libertado, retomou sua militância política vinculando-se ao MNR.

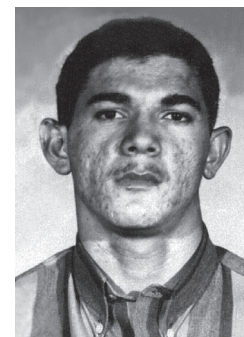
Em 1966, foi condenado a cinco anos de prisão e exilou-se, ficando oito anos no exterior, cinco deles residindo em Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. Retornou ao Brasil em 1973, indo viver no Recife (PE).



Jarbas Pereira Marques

Nasceu em 27 de agosto de 1948, no Recife (PE), filho de Antônio Pereira Marques e Rosália Pereira Marques. Morto em 8 de janeiro de 1973. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Ingressou no movimento estudantil secundarista quando estudava no Colégio Porto Carreiro, no Recife. Foi preso pela primeira vez em 17 de agosto de 1968, quando distribuía panfletos convocando os estudantes a comparecerem ao Congresso da UBES. A polícia inva-



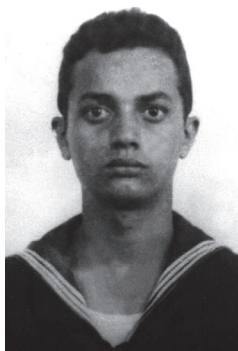
diu sua casa e encontrou livros e manifestos considerados subversivos pelos órgãos de segurança. Foi torturado e contraiu tuberculose pulmonar logo após sair da prisão.

Casou-se com Tércia Maria Rodrigues Marques em 17 de dezembro de 1970 e se mudou para São Paulo (SP), regressando a Recife no fim de 1971.

Em 6 de janeiro de 1973, quando estava trabalhando na Livraria Moderna, recebeu um telefonema e deixou a livraria com “*estranhos*” que vieram buscá-lo e deixaram um recado para sua esposa, no qual afirmavam que ele não voltaria mais.

Jarbas deixou uma filha, Nadejda Rodrigues Marques, na época com 10 meses de idade. Tércia decidiu esconder-se com a filha e, em 11 de janeiro, a mãe de Jarbas, Rosália Pereira, soube que seu filho fora assassinado. Rosália foi ao IML e viu o corpo com o rosto desfigurado e marcas pelo corpo.

Temendo pela vida da filha, Tércia deixou o Brasil e só regressou ao país em abril de 1979.



José Manoel da Silva

Nasceu em Toritama (PE), em 2 de dezembro de 1940, filho de Manoel José da Silva e Luiza Elvira da Silva. Morto em 8 de janeiro de 1973. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

José Manoel era cabo da Marinha e participou do movimento dos marinheiros e de manifestações no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Foi excluído dos quadros da Marinha em 1964 após o golpe militar de 1964. Vivia legalmente com a família no Recife.

Segundo depoimentos de Nivaldo Martins da Silva, João Joaquim Nunes Filho e Ivo João Tavares, anexados aos autos do caso na CEMDP, José Manoel da Silva foi preso por três pessoas, que se diziam agentes da Polícia Federal, e transportado em uma Variante preta com o emblema do INCRA, em 7 de janeiro de 1973, entre 12 e 13 horas, no posto de gasolina localizado na rodovia BR-104, próximo a Toritama. Foi morto no dia seguinte, no Massacre da Chácara São Bento.

José Manoel foi enterrado como indigente no Cemitério da Várzea, no Recife. Algum tempo após sua morte, sua esposa, Genivalda, foi presa e estuprada. Ela denunciou as torturas que sofreu em um emocionado depoimento a respeito do Massacre da Chácara São Bento, concedido ao programa “*Linha Direta*” da Rede Globo sobre o *Cabo Anselmo*, exibido em julho de 2007.

Dois anos mais tarde, em 1975, quando se aproximava o término do prazo de espera para incinerar ossadas de indigentes, receosa de novas represálias, Genivalda não reivindicou os restos mortais do marido, mas, com a ajuda do cozeiro, conseguiu retirar os ossos do cemitério e os enterrou junto a uma árvore na entrada do local, dentro de um saco plástico. Somente 22 anos depois, em março de 1995, os restos mortais de José Manoel foram levados a Toritama e enterrados por seus familiares.



Pauline Reichstul

Nasceu, em 18 de julho de 1947, em Praga (antiga Checoslováquia), filha de Selman Reichstul e Ethel Reichstul, judeus poloneses. Morta em 8 de janeiro de 1973. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Seus pais eram sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Casaram-se depois da guerra e viveram na Checoslováquia, onde Pauline nasceu. Quando ainda tinha 18 meses, a família mudou-se para Paris, onde viveram até 1955, migrando depois para o Brasil.

Pauline estudou no Instituto Pasteur, em São Paulo (SP). Com 18 anos, viveu por um ano e meio em Israel, onde trabalhou e estudou.

Depois de curta estada na Dinamarca e na França, fixou residência na Suíça, em 1966, primeiramente em Lausanne e depois em Genebra, onde completou o curso de Psicologia, em 1970. Nesse período, teve contato com movimentos de estudantes brasileiros e de exilados em razão da instauração da ditadura militar em 1964.

Apesar de não ser brasileira nata, abraçou a causa da luta revolucionária e de resistência à ditadura no Brasil. Em um primeiro momento, trabalhou na Europa com vários órgãos de divulgação das violações de direitos humanos, torturas e desaparecimentos de pessoas ocorridos no Brasil.

Com o recrudescimento da repressão política, durante o período dos governos dos generais Costa e Silva e Médici, julgou pouco efetivas as denúncias e protestos realizados no exterior e voltou ao país, em 1972, para se engajar na luta armada. Ingressou na VPR, realizou treinamento militar em Cuba e estabeleceu-se em Pernambuco.

Embora tenha sido identificada pelos órgãos de segurança, Pauline foi considerada desconhecida e sepultada como indigente no Cemitério da Várzea, no Recife. Em 12 de janeiro de 1973, foi autorizada a exumação do seu corpo e o traslado do cadáver para São Paulo (SP). Era companheira de Eudaldo Gomes da Silva, também assassinado no Massacre da Chácara São Bento.

Em 1999, após o reconhecimento da responsabilidade do Estado por sua morte, seu irmão, Henri Philippe Reichstul, fundou o Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente, em sua homenagem, em Belo Horizonte (MG).

Soledad Barret Viedma (Viejita)

Nasceu em 6 de janeiro de 1945, em Laureles, no Paraguai, filha de Alex Rafael Barret e Deolinda Viedma Barret. Morta em 8 de janeiro de 1973. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Casada com o militante da VPR, José Maria Ferreira de Araújo (desaparecido em 1970), com quem teve uma filha, Naisandy de Araújo Barret, que cresceu em Cuba e hoje vive no Brasil.

Sua irmã, Namy Barret, escreveu um depoimento a seu respeito, publicado em 1991:

Seu nome refletia a ausência de nosso pai, que já nessa época era perseguido por suas idéias políticas, como o fora também seu pai, nosso avô, o escritor Rafael Barret.

Quando Soledad tinha apenas 3 meses, tivemos que fugir para a Argentina, onde passamos a viver num pequeno povoado às margens do Rio Paraná, durante cinco anos, quatro dos quais, nosso pai esteve preso ou perseguido, tanto pela polícia paraguaia como argentina.

Regressamos ao Paraguai e Soledad, com seus 5 anos e sua maneira de ser tão doce, se converteu na adoração de quem a via. Tinha uma forma de falar pausada que lhe valeu o apelido de "viejita" entre seus irmãos. Era uma criatura formosa, de cabelos cor de ouro, macios e longos, pele branca e sobrancelhas de cor castanho-escuro, quase negro. Não gostava de caminhar, preferia sentar-se e inventar histórias entre longos suspiros que provocavam o riso e manifestações de carinho de todos que a ouviam...

Adolescente e exilada no Uruguai, dona de uma graça especial para a dança folclórica, se converteu pouco a pouco no símbolo da juventude paraguaia nesse país, tanto que não havia um ato de solidariedade em que ela não era a artista convidada.

Eram tempos de mudanças no Uruguai, a tradição democrática ia perdendo terreno, estava sendo minada. No dia 1º de julho de 1962, Soledad foi raptada por um grupo neonazista que a colocou em um automóvel e, sob ameaças de todos os tipos, quiseram obrigá-la a gritar palavras de ordem totalmente contrárias às suas idéias.



Soledad se negou. Então, com uma navalha lhe gravaram na carne uma cruz gamada, símbolo de Hitler, e a abandonaram em um local escuro, atrás do parque zoológico de Villa Dolores.

Era o começo das perseguições, prisões e torturas no Uruguai.

Soledad, de vítima passou a ser “culpada” para a polícia e foi de tal forma a perseguição que teve que ir-se. Esteve muitos anos longe de sua família, de sua terra. Um dia conheceu José Maria, se amaram e tiveram uma filha, mas o destino estava traçado e ele retornou ao seu Brasil.

Ela em vão o esperou por mais de um ano e decidiu vir a seu encontro. O fruto desse amor é o mais fiel testemunho do triste destino do nosso Continente. Crianças sem pais, sem o direito de serem crianças, sem o direito à felicidade.

Soledad vivia com o seu companheiro *Cabo Anselmo*, cuja participação como agente policial infiltrado no Massacre da Chácara São Bento foi relatada de forma detalhada no documento intitulado “Relatório de Paquera”, encontrado no DOPS/SP. Suspeita-se de que estivesse grávida dele, quando levou quatro tiros na cabeça e dois no pescoço, após ter sido presa e levada à chácara. Tinha marcas de algemas nos pulsos e equimoses no olho direito, o que desmentiu a versão oficial de morte em tiroteio. Soledad foi enterrada como indigente, sem qualquer identificação, no Cemitério da Várzea, no Recife.

Daniel Viglietti, importante cantor e compositor uruguaio, que se engajou na conquista da democracia nos países latino-americanos, compôs em sua homenagem a música *Soledad Barret*. Mário Benedetti, considerado um dos maiores escritores uruguaio da atualidade, também lhe dedicou um de seus poemas, intitulado *Muerte de Soledad Barret*. A cidade de São Paulo deu seu nome a um Centro de Educação Infantil no Jardim Adelfiore, em Pirituba.

As prisões e mortes

Entre 8 e 9 de janeiro de 1973, foram mortos pelos órgãos de segurança seis integrantes da VPR, no Massacre da Chácara São Bento. O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* contestou a versão oficial, afirmando que eles foram presos e mortos sob tortura pela equipe do delegado do DOPS/SP, Sérgio Fleury.

Conforme mencionado, cinco dos seis militantes teriam morrido em um tiroteio em 8 de janeiro de 1973, na Chácara São Bento, município de Paulista (PE), sendo eles: Eudaldo, Jarbas, José Manoel, Pauline e Soledad. Evaldo Luiz, teria conseguido fugir ao cerco e morrido em tiroteio em Chã de Mirueira, na cidade de Paulista, sítio próximo à Chácara São Bento, onde teria sido localizado em 9 de janeiro.

A conexão entre os dois pretensos tiroteios não é apenas factual. Todo o episódio que envolve os seis militantes mortos e a prisão de outras pessoas no Recife, à época, fazem parte do caso de desmonte da organização VPR no Nordeste, comandada pelos DOI-CODI/SP e DOPS/SP.

No comando da própria organização, no Recife, estava o *Cabo Anselmo*, cuja atuação como agente policial infiltrado¹ era controlada pelo delegado do DOPS/SP Sérgio Fleury. Anselmo já havia sido denunciado em 1971 pela ALN, após a prisão e morte de militantes dessa organização em decorrência de contatos realizados com ele. Inês Etienne Romeu, militante da VPR, presa pelo DOI-CODI/RJ em maio de 1971, também o denunciou. Contudo, a direção da VPR, que se encontrava no exterior, não acreditou nas denúncias. Outras organizações de esquerda já suspeitavam de que Anselmo fosse um agente duplo desde as manifestações dos marinheiros no início de 1964.

Em entrevista ao jornalista Octávio Ribeiro, o *Pena Branca*, publicada na revista *IstoÉ* de 28 de março de 1984, cujo título é “*O Anjo da Morte*”, e no livro *Por Que Eu Traí: Confissões de Cabo Anselmo*, de autoria do mesmo jornalista, Anselmo relatou a sua atua-

1. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo* ver também os casos de José Maria Ferreira Araújo, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira e José Raimundo da Costa (1971) e de Edgard Aquino Duarte (1973).

ção como informante e revelou suas atividades na VPR e os contatos que teve com membros de outras organizações.

Após a abertura dos arquivos do DOPS/SP, dois documentos referentes ao *Cabo Anselmo* foram encontrados pela Comissão de Familiares e Mortos e Desaparecidos Políticos. O primeiro deles, catalogado sob o nº 03/209, com o título “*José Anselmo dos Santos – Declarações prestadas nesta Especializada de Ordem Social*”, 4 de junho de 1971, refere-se à sua atuação como agente infiltrado na VPR e aos contatos que teria feito em Pernambuco. O segundo, catalogado sob o nº 09/143, referente ao período de 22 de novembro a 5 de dezembro, sem precisar o ano, denominado “*Relatório de Paquera*”, contém informações sobre Onofre Pinto e outros militantes, e relata os contatos mantidos no Chile e o seu papel no comando da VPR, no Recife.

Conforme mencionado, a versão oficial informou que os militantes da VPR se encontravam reunidos na Chácara São Bento para realizar um congresso, e os policiais foram conduzidos ao local pelas indicações de José Manoel da Silva, preso em Toritama (PE), em 7 de janeiro de 1973. Um cerco teria sido montado no local, seguido de tiroteio e morte de cinco militantes, quando outros dois teriam fugido, de acordo com a notícia divulgada pelo *Jornal do Commercio*, de 11 de janeiro de 1973:

Equipes especiais dos órgãos de segurança cercaram, no último dia 8, um “aparelho” coordenador da VPR numa chácara dentro do loteamento São Bento, Paulista, utilizado como centro de treinamento de guerrilha. Dada ordem de prisão aos terroristas que ali se achavam reunidos, eles reagiram a bala.

Após cerrado tiroteio, foram encontrados no “aparelho” alguns terroristas mortos e outros gravemente feridos. Mas estes, não resistindo aos ferimentos vieram a falecer. Dois terroristas conseguiram fugir. No dia seguinte, uma das equipes, que estava de vigilância próximo a um sítio na Estrada da Santa Casa, Paulista, percebeu a presença do terrorista Evaldo Luís Ferreira de Souza, recentemente chegado de Cuba.

Supõe-se que fosse um dos fugitivos da véspera. Reagindo à voz de prisão, disparou contra a equipe. No tiroteio, morreu no local. Outros que morreram na operação do dia anterior: Eudaldo Gomes da Silva, banido; Pauline Reichstul e Soledad Barret Viedma, ambas estrangeiras; José Manoel da Silva e Jarbas Pereira Marques.

Nota semelhante foi publicada na *Folha de S. Paulo* e no *Diário de Pernambuco* no mesmo dia. As informações disponíveis atualmente permitem desmentir a versão oficial. O ex-marineiro de primeira classe, conhecido como *Cabo Anselmo*, induziu os dirigentes da VPR no exterior a aceitarem sua proposta de estabelecer uma base operacional no Nordeste, a partir de Recife, retomando contatos locais com antigos militantes e transferindo militantes que se encontravam no exterior, entre eles Pauline, então companheira de Eudaldo Gomes da Silva, conforme o documento “*Relatório de Paquera*”:

Ficamos decididos enfim: 1) farei o contato com os ferroviários; 2) receberei “Sérgio” e “Baião” [Eudaldo] no Recife e os instalarei, ficando os dois sob meu comando; 3) tratarei, com Baião, da entrada de sua companheira, ex-mulher do Jamil [Pauline Reichstul]; 4) comprarei o carro legal para transportar o pessoal mais quente; 5) contatarei Lurdes [Soledad] com carta para o Uruguai.

Para acertar a vinda e recebimento dos entrantes, mantereí a correspondência, usando microfílm e tinta invisível (urina) no verso das cartas.

Ao chegarem, Pauline e Eudaldo ficaram sob o comando de Anselmo. Os demais militantes já se encontravam sob a vigilância da polícia, de acordo com a citada entrevista. Estando no comando da VPR no Nordeste, Anselmo não encontrou dificuldades para preparar e executar seu plano: colocar sob vigilância policial todos os possíveis contatos da VPR no Nordeste e receber os militantes que chegavam do exterior.

Em janeiro de 1973, quando uma parcela representativa da VPR no exterior se convenceria do trabalho de infiltração de Anselmo e a comunicara aos companheiros de Recife, o DOI-CODI decidiu desencadear a ação que culminou com o assassinato dos militantes.

José Manoel da Silva foi preso em 7 de janeiro de 1973, mas a polícia já sabia onde localizar os militantes, pois todos os integrantes da VPR local estavam sendo vigiados pelos órgãos de segurança.

Depoimento de Jorge Barret Viedma, irmão de Soledad, prestado ao DOI-CODI/PE em 31 de janeiro de 1973, revelou parte dos acontecimentos do dia 8, quando foi executado o plano para eliminar os militantes da VPR. Rui (Eudado), Gorda (Pauline), Sol (Soledad) e o próprio Jorge reuniram-se no “*aparelho*” de Anselmo, onde dormiram dia 7 de janeiro. Jorge, à época com 17 anos de idade, descreveu os fatos:

No Domingo, 7 de janeiro, à noite, eu estava dormindo quando me acordou minha irmã, dizendo que tinha chegado gente na casa e que iam dormir lá. Me levantei e encontrei o Moreno com uma mulher que ele me apresentou como sua esposa. A mulher era chamada de “Gorda”. Depois de cumprimentar o casal, voltei a dormir. No dia seguinte, Daniel [Cabo Anselmo] me acordou dizendo que ia para a cidade e que eu devia acompanhá-lo. Assim ele me levou até um barzinho e dentro dele me disse para esperar um pouco pelo rapaz. Em determinado momento, ele se levantou e me disse “fique aí que já volto”. Saiu, e segundos depois entrou a polícia, detendo-me. Assim, no dia 8 de janeiro de 1973 fiquei preso.

Neste dia, assim como ocorreu com Jorge, foram sendo presos os cinco militantes da VPR, antes do suposto tiroteio. Os depoimentos mencionados de Nivaldo Martins da Silva, João Joaquim Nunes Filho e Ivo João Tavares informaram sobre a prisão de José Manoel da Silva em Toritama (PE), em 7 de janeiro de 1973.

Jarbas Pereira Marques foi preso em 8 de janeiro de 1973, no Recife (PE), segundo depoimentos de Tércia Maria Rodrigues Mendes, sua esposa, e da advogada Mércia de Albuquerque Ferreira.

Soledad e Pauline também foram presas no dia 8, segundo depoimento de Sonja Maria Cavalcanti de França Lócio prestado na Secretaria de Justiça de Pernambuco, em 7 de fevereiro de 1996:

Declaro que, no dia 8 de janeiro de 1973, entre nove e dez horas da manhã, estava em minha residência, Av. Conselheiro Aguiar, 1934, Boa Viagem, Recife, em cuja garagem funcionava a Boutique “Chica Boa” de minha propriedade, atendendo uma fornecedora acompanhada de uma amiga sua quando alguns homens (cinco) se aproximaram de nós três estando as duas de costa e eu de frente para eles sendo um deles alto, forte, usando camiseta e colar de continhas estilo hipe, que se aproximaram por trás das mesmas tomando a bolsa, prendendo suas mãos enquanto outros adentraram na loja, examinaram as cabines provadoras [...] e a essa altura já estavam espancando uma delas, inclusive com coronhadas de revólver na cabeça que a fez cair no chão e se urinar (que eu vim a saber depois ser Pauline Reichstul) a outra só indagava: Por quê? Por quê? Elas foram levadas amarradas, uma delas colocada dentro de um carro de placa oficial 7831, pertencente ao INCRA que se encontrava dentro da minha residência, no passeio que dava acesso à garagem tapando totalmente a entrada ou saída de pessoas ou veículos. A outra (Soledad Barret Viedma) que não foi espancada e era a pessoa que me fornecia blusas bordadas em consignaçoão, foi colocada no Volks que se encontrava na frente da minha residência, equipado com rádio no qual eles se comunicavam.

O marido da dona da boutique foi à polícia prestar queixa, mas lá foi aconselhado a esquecer o caso. O casal ficou horrorizado ao ler as notícias de jornais afirmando que as duas moças haviam sido mortas em um tiroteio na Chácara São Bento, quando na realidade haviam sido presas na sua residência. Naquela época, Sonja e o marido fizeram um comunicado por escrito à Ordem dos Advogados do Brasil/PE relatando o fato presenciado.

Evaldo Luiz Ferreira de Souza foi preso no dia 8, no Recife (PE), segundo o depoimento da advogada de presos políticos Mércia de Albuquerque Ferreira, prestado em 7 de fevereiro de 1996 na Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco, tendo como testemunha o secretário de Justiça do governo de Pernambuco:

[...] no dia 8/1/73, a mãe dele [de Jarbas] chegou muito aflita ao anoitecer e me disse que ele teria sido retirado por dois homens da Livraria; a Livraria ficava situada na Rua Ubaldo Gomes de Matos, 115, ela ficou toda noite na minha casa em estado de ansiedade muito grande; no outro dia pela manhã mandei uma pessoa, uma amiga minha, ir até a Livraria no sentido de comprar um livro do curso primário, a pessoa comprou e lá obteve a mesma informação que ele teria saído com dois homens; à tarde eu voltei para trocar o livro dizendo que o menino teria levado um da primeira série, mas o livro era da segunda e perguntei ao balconista por Jarbas, ele repetiu a história; eu botei o retrato [do Cabo Anselmo] que eu tinha em mãos sobre o balcão e perguntei: foi este o homem? Porque se foi este o homem eu acho que não há problemas, me parece que é parente dele; o rapaz me respondeu foi este o homem e não tinha cara de amigo; eu voltei e comecei a busca e não estou assim muito segura se foi no dia 9 ou no dia 10 que tomei conhecimento que seis corpos se encontravam no necrotério, que nessa época funcionava em frente ao Cemitério de Santo Amaro, na praça; consegui a licença para entrar e ao entrar encontrei seis corpos realmente, em um barril estava Soledad Barret Viedma, ela estava despida tinha muito sangue nas coxas, nas pernas e no fundo do barril onde se encontrava, também havia um feto.

Eu fiquei horrorizada, como Soledad estava em pé com os braços ao lado do corpo, eu tirei a minha anágua e a coloquei no pescoço dela, era uma mulher muito bonita; estava também deitada numa mesa a Pauline, eu então a cobri com uma toalha que tinha na entrada do necrotério, uma toalha de mão, mas era grande e eu botei por cima do corpo dela. Jarbas, que eu conhecia muito, estava também numa mesa, estava com uma zorba azul-clara e tinha uma perfuração de bala na testa e uma no peito e uma mancha profunda no pescoço de um lado só como se fosse corda e com os olhos muito abertos e a língua fora da boca, que me deixou assim muito chocada; os outros corpos jaziam, um estava de bermuda que eu não conhecia, outro estava de zorba e outro despido, estavam pelo chão, todos os corpos estavam muito massacrados. Pauline tinha a boca arrebitada, tinha marcas pela testa, pela cabeça e o corpo muito marcado, então eu ao sair dali fiquei pensando como daria essa notícia a dona Rosália (mãe de Jarbas) que ainda se encontrava em minha casa justamente com Tércia e a filha de Jarbas que tinha apenas dez meses; eu ao chegar em casa providenciei um chá para dona Rosália e depois de muito tempo, muita conversa ela disse: “minha filha, meu filho foi assassinado com um tiro na cabeça, não foi?” Fiquei surpresa e disse: foi; contei como estava o problema e voltei com ela ao necrotério, ela viu o corpo do filho na situação em que se encontrava; então os corpos foram levados para a Várzea e, posteriormente, eu sei que Jarbas foi trazido para o Cemitério de Santo Amaro, e eu não tenho certeza, mas me parece que, também as estrangeiras, mas não estou bem a par disso, se elas foram removidas. Agora as pessoas que ali se encontravam sem vida eram a Soledad Barret, a Pauline, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira, que foi preso na residência de Soledad, e Manoel da Silva, que foi preso no posto de gasolina em Toritama. A Soledad estava com os olhos muito abertos com expressão muito grande de terror, a boca estava entreaberta e o que mais me impressionou foi o sangue coagulado em grande quantidade, que eu tenho a impressão que ela foi morta e ficou algum tempo deitada e a trouxeram, e o sangue quando coagulou ficou preso nas pernas, porque era uma quantidade grande e o feto estava lá nos pés dela, não posso saber como foi parar ali ou se foi ali mesmo no necrotério que ele caiu, que ele nasceu, naquele horror.

A Pauline, eu já falei o estado que se encontrava, e todos os corpos estavam muito estragados, marcas de pancadas, cortes; o que me impressionou foi porque aqueles corpos estavam desnudados e todos os corpos estavam inchados, uma coisa muito impressionante, ao ponto de um caixão normal não caber o corpo de Jarbas, tendo que ser feito depois um caixão especial para que ele fosse colocado. Uma coisa que eu quero que fique esclarecida nessas minhas declarações é que eu recebi um telefonema de uma pessoa me falando que os corpos estavam no necrotério e quando eu procurei na época informações no

DOPS, [...] e que pelo que o Jarbas me falou seriamente essas prisões foram feitas pelo Cabo Anselmo e por Fleury, Jarbas me disse que ele estava na época aqui no Recife e pela violência da ação, pela barbaridade, pela crueldade, eu acredito que foi por Fleury; Jarbas me disse que Fleury estava aqui, ele tinha certeza e ele estava em pânico. A esposa de Jarbas permaneceu na minha casa, depois [...] ajudei-a a sair de Pernambuco juntamente com a filha; [...] eu sei que ela deixou a menina na casa da mãe dela; ela foi embora para o Rio e depois para o Chile, e depois para Cuba, a mãe dela levou a criança para companhia dela. No momento quando eu apresentei a fotografia do Daniel que Jarbas havia me dado, a outra testemunha Sonja disse que aquele homem freqüentava com Soledad a sua casa quando ela ia levar blusas para vender em sua boutique, porque Soledad fornecia essas blusas para serem negociadas e colocadas na boutique de Sonja em consignação. Nada mais tenho a declarar.

De acordo com o laudo de perícia de local de ocorrência do Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, de 9 de janeiro de 1973, os peritos concluíram que houve troca de tiros na Chácara São Bento, resultando na morte violenta de cinco pessoas, três do sexo masculino e duas do feminino. Apenas duas pessoas foram identificadas: José Manoel da Silva e Soledad Barret Viedma.

Chama a atenção o fato de todos os militantes terem sido atingidos com quatro tiros na cabeça cada um, exceto Jarbas, que recebeu dois tiros na cabeça e dois no tronco. Segundo o laudo, os militantes teriam disparado 18 tiros sem ferir nenhum policial enquanto estes acertaram 26 tiros, sendo 14 deles nas cabeças dos cinco, que supostamente teriam sido mortos dentro da casa. Evaldo, dado como morto em tiroteio após ter fugido da chácara, também recebeu três tiros na cabeça e diversos outros pelo corpo.

Nas fotografias dos cadáveres do laudo de perícia de local de ocorrência é possível observar que há sinais e marcas nos pulsos de Soledad, Pauline, Jarbas e José Manoel produzidos por algemas ou corda, comprovando que foram presos antes de serem assassinados. A fotografia de Pauline registra ainda, junto ao pulso, a ponta de uma corda. Chama a atenção, também, nas fotos que três dos militantes – Evaldo, Pauline e Jarbas –, apesar de terem sido atingidos por diversos tiros, continuaram empunhando as armas.

As informações até hoje colhidas nos permitem afirmar que as ações policiais de 7, 8 e 9 de janeiro de 1973 fizeram parte de um plano único dos órgãos de repressão.

Não há no referido laudo registro de perfurações de projéteis nas paredes, portas, janelas e utensílios da casa, exceto uma referência imprecisa de que, na cozinha da casa, em frente à porta dos fundos, havia “[...] vários orifícios produzidos por projéteis de arma de fogo”, sem que tal fato tenha sido apontado pela perícia técnica nas fotografias.

Não foram encontradas referências a respeito do congresso da VPR naquele local e data, tampouco existiam ali condições materiais para a realização de tal evento. O laudo citado revelou a impossibilidade da realização do congresso:

A casa de que se trata, de exíguas dimensões, com o piso em barro batido, é composta de sala única, seguida de um quarto à esquerda e a cozinha à direita, com porta de saída para o terreno, diretamente. No que respeita a móveis e utensílios, pouco foi encontrado e tudo de qualidade inferior. Assim é que, para dormida, dispunha apenas de uma cama de lona, tipo de campanha e de uma esteira de palha, não havendo cadeiras ou mesa.

A versão oficial foi mantida nos relatórios dos ministérios da Aeronáutica e da Marinha, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993.

Na CEMDP, os casos de Eudaldo (179/96), Evaldo (136/96), Jarbas (012/96), José Manoel (120/96), Pauline (149/96) e de Soledad (073/96) tiveram como relator Paulo Gustavo Gonet Branco.

O caso de Jarbas foi aprovado por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996. Os casos de Evaldo, José Manoel, Pauline e Soledad foram julgados em 6 de março de 1996, sendo aprovados por unanimidade; o mesmo ocorreu com o caso de Eudaldo, aprovado em 2 de abril de 1996.

Documentos consultados:

- www.desaparecidospoliticos.org.br
- Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, op. cit.
- Arquivos do IEVE/SP.
- Casos de Eudaldo (179/96), de Evaldo (136/96), de Jarbas (012/96), de José Manoel (120/96), de Pauline (149/96) e de Soledad (073/96), na CEMDP.
- BARRET, Namy. *Boletim Hasta Encontrarlos!* Fedefam, ano IX, n. 46, maio-jun. 1991.
- www.dhnet.org.br
- VIANA, Gilney. *Massacre da Chácara São Bento*. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação; Câmara dos Deputados, 1996.

Anatália de Souza Melo Alves



Nasceu em 9 de julho de 1945, em Mombassa, no município de Martins, atual Frutuoso Gomes (RN), filha de Nicácio Loia de Melo e Maria Pereira de Melo. Morta em 22 de janeiro de 1973. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Em 1967, Anatália concluiu o curso científico (atual ensino médio) no Colégio Estadual de Mossoró (RN), cidade onde residiu até 1969. Desde 1965 trabalhava na Cooperativa de Consumo Popular. Em 1966, conheceu o radiotécnico Luiz Alves Neto com quem se casou em 1968 e passou a morar no conjunto popular da Fundap. Ela se tornou militante do PCBR depois do marido, e, em função das perseguições políticas, em 1969, mudaram-se para o Recife (PE).

Sua atuação política voltou-se para os locais onde haviam sido organizadas as Ligas Camponesas, na Zona da Mata (PE). Viveram também em Campina Grande (PB), Palmeira dos Índios (AL) e Gravatá (PE), onde foram localizados pelo DOI-CODI do IV Exército. Anatália e seu marido foram presos em 17 de dezembro de 1972 e levados para local desconhecido, segundo o jornal *Diário Popular*, de 23 de janeiro de 1973. Somente em 13 de janeiro de 1973 foram enviados ao DOPS/PE.

De acordo com documentos encontrados nos arquivos do DOPS/PE, consta no cadastro de recebimento de presos da Delegacia de Segurança Social, da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, que Anatália chegou àquela dependência policial em 13 de janeiro de 1973, procedente do DOI-CODI do IV Exército. O auto de exibição e apreensão, no entanto, foi registrado no dia seguinte, 14 de janeiro de 1973, ou seja, Anatália foi presa e os órgãos de segurança expediram o pedido de apreensão um dia depois.

Segundo informação policial do laudo de perícia de local de ocorrência do Instituto de Polícia Técnica de Pernambuco, às 17h20min de 22 de janeiro de 1973, enquanto tomava banho, sob a vigilância do agente policial Artur Falcão, Anatália teria se suicidado com uma tira de couro e atado fogo ao corpo. A análise das fotos do laudo de perícia de local de ocorrência indica que seus órgãos genitais foram queimados.

De acordo com a versão do policial Falcão, ao estranhar a demora de mais de 20 minutos para que Anatália tomasse o banho,

[...] bateu por diversas vezes na porta que estava fechada, chamando a atenção da mesma e, como notasse algo de anormal, empurrou a porta, com violência, deparando-se com a acusada caída no chão, o que motivou o alarme de socorro. Ela então foi retirada para os devidos socorros, notando-se, em seguida, que a mesma se achava sem vida, e com um cordel de sua bolsa, atado na garganta.

Nesse informe não há referência a queimaduras e, mesmo estando sob a vigilância de um agente, não foi percebido nenhum barulho ou cheiro de roupa e pêlos queimados, substâncias que provocam muita fumaça e cheiro forte quando incendiados.

O referido laudo, realizado às 18h20min do dia da morte, contém várias fotografias com descrição. A legenda da fotografia 1 informa: “[...] jazia sobre uma cama, dita de campanha, que se encontrava no interior do local em que funciona a Seção de Comissariado da Delegacia de Segurança Social da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública de Pernambuco”. As fotografias 1 e 2 mostram a vítima “[...] no momento em que foi examinada, superficialmente”. “[...] Trajava vestido de algodão, de cor vermelha, estampado, usava calças de ‘jersey’, de cor rosa e estava descalça [...] tanto o vestido como as calças estavam parcialmente queimados, na parte anterior”.

As fotografias 11 e 12 mostram a bolsa e a alça da mesma, feita de courvin, medindo 109 cm de comprimento e 2 cm de largura, com um nó em uma de suas extremidades, a qual teria servido de instrumento para Anatália enforcar-se. A fotografia 4 mostra o sulco produzido no terço médio do pescoço da vítima. Na fotografia 6, a parte inferior do cadáver exibia queimaduras de primeiro e segundo grau, na região hipogástrica, na região pubiana e na face anterior dos terços superiores das coxas.

Além disso, a fotografia 11 traz a seguinte legenda: “Na bolsa em tela (que poderá ser vista na inclusa fotografia nº 1, obtida no local em que se achava o cadáver) foi encontrada a cédula de identidade nº 79028/4166”.

Anatália, uma presa incomunicável, teria consigo sua carteira de identidade. Contudo, entre os documentos encontrados no DOPS/PE, há uma lista dos pertences de um grupo de cinco presos, na qual estavam relacionados “Os objetos pessoais de Anatália Melo Alves, Marina: 1 (um) cartão de identidade registro nº 79028; cartão nº 4166 do Instituto de Medicina Legal do Rio Grande do Norte, Cr\$ 20,30 (vinte cruzeiros e trinta centavos); 1 (uma) carteira para cédulas; 1 (uma) bolsa de couro marrom para senhora; 2 (duas) chaves”. O policial Hilton Fernandes da Silva assina o recibo da guarda dos objetos listados.

A conclusão do laudo foi de que o cadáver não foi encontrado no local de ocorrência; as duas peças do vestuário usado pela vítima estavam parcialmente queimadas; e de que a morte de Anatália se deu em consequência de asfixia por enforcamento. Esta versão foi publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, de 23 de janeiro de 1973, anexado ao caso na CEMDP.

De acordo com o livro *Dos Filhos Deste Solo*:

A versão de suicídio não convenceu os presos políticos da época. As queimaduras, inexplicadas, levaram-nos à suspeita de que Anatália teria sido vítima de violências sexuais, quando se encontrava psicologicamente abalada pelas torturas e pelo clima de terror nos cárceres de Pernambuco. Sua morte e as queimaduras na região pubiana seriam uma forma de impedir que ela denunciasse os responsáveis pelas sevícias.

Segundo o requerimento enviado por seu marido, Luiz Alves Neto, à CEMDP: “Esta versão é pouco convincente, observando-se as fotografias tiradas do corpo da ‘suicida’ no próprio local, que nos revelam o aspecto chocante desta situação”.

Na CEMDP, ao declarar seu voto no caso de Anatália (158/96), o relator Paulo Gustavo Gonet Branco afirmou estar

[...] evidenciada a militância política de Anatália. Mesmo que, com especial esforço, se dê crédito à versão do suicídio por fogo, o fato se ajusta ao que dispõe o Art. 4º, I, “b”, da lei 9.140/95, uma vez que a morte ocorreu, indubitavelmente, por causa não-natural, estando a militante política presa [...].

O caso foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

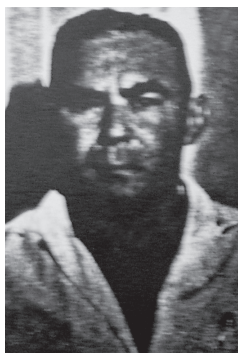
www.dhnet.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 158/96, na CEMDP.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos Deste Solo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999.



José Mendes de Sá Roriz

Nasceu em 30 de dezembro de 1927, no Crato (CE), filho de Belarmino de Sá Roriz e Leonina Mendes de Sá Roriz. Morto em 17 de fevereiro de 1973. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Aos 15 anos de idade, engajou-se na 9ª Companhia de Fuzileiros Navais, aumentando sua idade para poder combater na Itália com os Aliados, na Segunda Guerra Mundial. Foi ferido e perdeu a visão de um olho. Recebeu diversas condecorações por sua coragem em combate.

Em 1949, casou-se com Eutenitza Licarião Roriz, com quem teve quatro filhos. Em 1956, reformado como 2º sargento, mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ) com a família. Pouco depois, ligou-se ao PCB, tornando-se uma liderança entre os ex-combatentes da Segunda Guerra e participando de vários movimentos sindicais. Chegou a candidatar-se a deputado federal.

Após o golpe militar de 1964, foi preso, tendo sido recolhido na Vila Militar, na Ilha das Flores, no DOPS/RJ e na Polícia do Exército/RJ. Libertado em 1965, conseguiu asilo político no México, onde permaneceu até 1969.

Antes de sua primeira prisão, logo após o golpe de 1964, a família foi mantida em cárcere privado em sua própria residência por três meses, tendo a casa cercada por militares.

Em 1968, sua filha de 18 anos de idade, Sueli Roriz Moreira, foi presa e levada à PE/RJ, por ter dado entrevista à imprensa em defesa do pai que, exilado, era acusado pela ditadura de participação em uma série de ações armadas, conforme seu depoimento apresentado à CEMDP.

Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, logo após a deposição do presidente João Goulart, Sá Roriz esteve vinculado a uma articulação desbaratada de integrantes da Polop, chamada pela imprensa de “*Guerrilha de Copacabana*”. Por essa acusação, foi condenado a cinco anos de reclusão pela Justiça Militar, em 27 de novembro de 1969, pena imposta também a Rui Mauro Marini e Luiz Alberto Moniz Bandeira, intelectuais de projeção nacional.

Em meados de 1969, Sá Roriz voltou do exílio em razão da grave doença de seu filho mais novo, Eduardo Licarião Roriz, acometido de meningite. Viveu na clandestinidade até janeiro de 1973, quando seu esconderijo foi invadido por militares, de onde conseguiu fugir. Após a invasão infrutífera, sua casa foi cercada em 28 de janeiro e seu filho, então com 18 anos, foi seqüestrado como refém. Ameaçaram de morte sua neta de apenas 7 meses, caso não se entregasse. Seu filho permaneceu preso e sendo torturado até que Sá Roriz entregou-se em fevereiro de 1973.

Apresentou-se, então, ao marechal Cordeiro de Farias, de quem salvara a vida na Segunda Guerra Mundial, e seu filho foi libertado. Sá Roriz foi preso e ficou 17 dias no DOI-CODI/RJ, de onde saiu morto, apesar dos militares terem dado garantias de sua vida ao marechal, que o acompanhou no momento da prisão, no gabinete do Chefe do I Exército, Sizen Sarmento.

Seu atestado de óbito afirma que morreu em 17 de fevereiro de 1973, no Hospital Central do Exército, assinado pelo legista Rubens Pedro Macuco Janini somente em 11 de julho de 1973. O atestado não apresenta *causa mortis*, alegando que sua determinação dependeria dos “[...] exames laboratoriais solicitados”.

O resultado do exame toxicológico das vísceras e do sangue de Sá Roriz, segundo o documento 432.117, do Hospital Central do Exército, enviado pelo ofício 1.142, em 19 de fevereiro de 1973, foi negativo.

O corpo de Sá Roriz foi enterrado no Cemitério Jardim da Saudade (RJ) por sua família, em 18 de fevereiro de 1973, após muita insistência para a liberação do corpo.

Vários pedidos de abertura de investigação foram encaminhados ao Ministério da Justiça, sem que a família conseguisse qualquer resposta.

Na CEMDP, seu caso (087/96) teve como relator João Grandino Rodas, que apresentou seu voto em 8 de fevereiro de 1996, pelo deferimento do pedido, por considerar que Sá Roriz foi morto sob a responsabilidade do Estado, sendo aprovado por unanimidade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 087/96, na CEMDP.

Lincoln Bicalho Roque

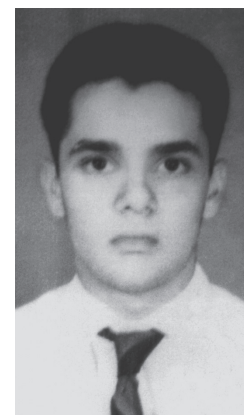
Nasceu em 25 de maio de 1945, em São José do Calçado (ES), filho de José Sarmento Roque e de Maria Augusta Bicalho Roque. Morto em 13 de março de 1973. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Cursou o primário no Grupo Escolar Bodart Júnior, de Rio Novo do Sul (ES), e o ginásio no Colégio Estadual do Espírito Santo, em Vitória (ES), onde se formou em primeiro lugar. Cursou o 2º grau (atual ensino médio) no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (RJ).

Foi aprovado para todas as faculdades de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, chegando a cursar um ano na Faculdade de Medicina da antiga Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Após um ano, trancou a matrícula, passando a cursar Sociologia na mesma universidade.

Formou-se sociólogo em 1967, quando foi contratado como professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Foi compulsoriamente aposentado em abril de 1968, em decorrência de suas atividades políticas. Tornou-se militante do PCdoB, com outros dirigentes comunistas, após curta militância no PCBR, de cuja fundação participou em abril do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Álvaro Caldas escreveu um relato sobre Lincoln no livro *Tirando o Capuz*:



[...] *Um dos jovens revolucionários mais bem dotados de minha geração, um quadro político de grande habilidade, astuto, com uma boa formação teórica, militante de organização que gostava da vida político-partidária. Caminhamos juntos umas léguas, nos afastamos em outros trechos da estrada durante o longo processo de luta interna no PCB, até 1968, quando a Dissidência Estudantil do Partido se partiu e os jovens tomaram rumos diferentes, ele indo para o PCdoB. Difícil esquecer esse cara, jeito simples de operário, combativo, raciocínio ágil, uma parada dura de enfrentar numa discussão. Trabalhamos juntos um bom período naquela fase na Faculdade de Filosofia. De uma feita fazendo o jornal “Insurreição”, um jornalzinho mimeografado para discussão na vanguarda. O jornal estava quase pronto e nós ainda em dúvida sobre como imprimir o título. Surgiu então a idéia complicada de se fazer um carimbo com o nome e depois aplicar sobre cada exemplar. Mas como chegar a uma oficina gráfica e pedir um carimbo com a palavra “Insurreição” sem chamar a atenção? Idéia era o que não faltava. Decidimos criar uma firma fictícia, J. Insurreição e Cia. Ltda., e lá fui eu a uma pequena oficina situada numa ruela que cruza a avenida Marechal Floriano encomendar o carimbo, que ficou enorme. Depois, foi só cortar o J. e o Cia. Ltda. e estava pronto o título do jornal. Insurreição era nossa palavra de ordem, e de fato limitada à nossa companhia.*

Mais tarde trabalhamos no “Combate”, jornal de uma frente de organizações para as camadas médias. Conversávamos bastante naqueles encontros e nos intervalos disponíveis – e era uma conversa estimulante, que eu gostava. Lembro-me de que ao passar um dia em frente a uma banca de jornais paramos para ler uma matéria de críticas à China de Mao. Retomamos a caminhada e ele comentou: “Esses capitalistas são engraçados. Vivem nessa desordem, mas exigem que tudo seja perfeito no socialismo”.

[...] *Difícil de esquecer esse Lincoln, sua tenaz combatividade, sua maneira simples e falsamente despreziosa de fazer política, um osso duro de roer numa discussão.*

Lincoln trabalhou como sociólogo no Sesc (Serviço Social do Comércio), mas em 1972 passou a viver na clandestinidade. Continuou realizando trabalhos para esta e outras instituições, utilizando nomes de terceiros.

Lincoln desapareceu em 13 de março de 1973. Imediatamente, a família percorreu os órgãos policiais à procura de informações. Após uma longa busca, a família recorreu à ajuda da CNBB. Apenas em 22 de março de 1973 foi noticiada pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo* a versão oficial de que Lincoln fora morto, com mais de 15 tiros, ao resistir à prisão em um choque armado no Campo de São Cristóvão, em 13 de março de 1973.

Depois de muita investigação, hoje se sabe que ele foi preso em frente à Igreja de São João de Meriti, onde tinha um encontro marcado com um companheiro.

Seu cadáver entrou no IML/RJ no mesmo dia, como desconhecido, pela guia 15 do DOPS/RJ. A necropsia, realizada no dia seguinte pelos legistas Gracho Guimarães Silveira e Jorge Nunes Amorim, confirma a falsa versão oficial da repressão de que foi morto em tiroteio.

As fotos de perícia de local mostram sinais de torturas nos olhos e lábios, o que foi confirmado, à época, nas declarações do preso político José Auri Pinheiro, em Auditoria Militar, nas quais denunciou as torturas sofridas por Lincoln.

João Luiz de Santiago Dantas Barbosa Quental, companheiro de militância de Lincoln, preso em 6 de março e recolhido à Polícia do Exército localizada na rua Barão de Mesquita, onde funcionava o DOI-CODI/RJ, confirmou ter sido levado para uma praça em São João de Meriti (RJ), cerca de uma semana após sua prisão, onde tinha encontro marcado com Lincoln. Ali, ladeado pelos agentes do DOI-CODI, viu quando Lincoln chegou ao local e foi preso, agarrado pelo cós da calça e pelos braços, sem esboçar qualquer reação armada. Acrescentou que, conforme orientação do partido a que pertenciam, os militantes não portavam armas nas cidades, pois o PCdoB defendia que a luta armada deveria ser travada nas regiões agrárias do país. Soube da morte de Lincoln dias depois, por outro preso, que lhe relatou ter a nota oficial informado sua morte em tiroteio, em São Cristóvão.

Delzir Antônio Mathias declarou que foi preso no dia 1º de junho de 1975 e, tempos depois, entrou em estado de coma. Como durante a tortura no DOI-CODI/RJ não falava nada, ameaçaram levá-lo para o delegado Fleury, em São Paulo, dizendo-lhe que ele era corajoso como o Lincoln, que resistira muito às torturas. Disseram-lhe que passariam um filme para que visse o estado em que Lincoln ficara.

Amílcar Barroso de Siqueira, que em 1973 era estagiário no escritório do advogado Modesto da Silveira, afirmou que a família de Lincoln procurara o escritório ao saber que ele estava preso. Iniciaram a luta para localizá-lo no Comando Aéreo Regional, no Distrito Naval, no Comando Regional do Exército, no Setor de Polícia Política Federal e na Delegacia Estadual de Ordem Política (DOPS). Em todos os lugares, a resposta foi negativa.

Quando foi publicada a notícia de que Lincoln fora morto, seus familiares iniciaram outra luta para conseguir a liberação do corpo. O IML inicialmente negou que o corpo lá estivesse, mas o Ministério do Exército confirmou sua morte. No DOPS/RJ, o delegado Borges Fortes oficiou ao IML/RJ a autorização para a liberação do corpo. Os funcionários do IML mostraram a gaveta onde se encontrava o corpo, desnudo e necropsiado, e as fotos em que se observou o afundamento da face em torno do olho direito. Em função do traumatismo, um dos olhos estava mais fundo do que o outro. Foi possível observar também os tiros, cerca de três na parte da frente do corpo, e quatro ou cinco atrás, que formavam uma linha circular. Constatou-se uma mancha esverdeada, grossa e regular em torno dos pulsos.

O corpo apresentava inúmeras marcas de tortura e foi mantido fora da geladeira no período entre 22 e 23 de março. Tais fatores, junto com as pressões dos órgãos de segurança, dificultaram o reconhecimento e obrigaram a família a realizar o enterro imediatamente, sem ao menos poder velar seu corpo.

Foi reconhecido, segundo o documento 437 do DOPS/RJ, em 16 de março de 1973, pelas impressões digitais, e retirado por seu irmão, sendo enterrado pela família em 23 de março de 1973, no Cemitério Jardim da Saudade, no Rio de Janeiro. Seu enterro contou com a incômoda presença de policiais, que verificavam atentamente quais dos presentes poderiam também ser enquadrados como subversivos.

A relatora do caso (177/96) na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, destacou que o documento feito pelo comissário do DOPS, Mário Martins da Veiga, funcionário de plantão do dia 13 para 14 de março de 1973, informou que, ao receber uma mensagem telefônica às 19h30min sobre a morte de um “*subversivo*” no Campo de São Cristóvão, fora ao local e constatara, realmente, ter ocorrido uma morte por volta das 20 horas, ou seja, depois de ter recebido a comunicação.

O levantamento pericial realizado pelos peritos Luiz Leite Santiago e Brent Bastos descreveu o encontro do corpo, suas vestes, os ferimentos, a chuva e a iluminação deficiente, concluindo que houve um homicídio, em circunstâncias a serem esclarecidas, e atestaram: “*Com o cadáver nas proximidades não foram encontrados quaisquer documentos, pertences, ou outros elementos materiais (vestígios) de valor criminalístico que se pudesse relacionar ao evento da causa*”. A própria perícia desmente a versão oficial ao constatar que ali não havia armas.

A relatora do caso na CEMDP, tendo como base as provas anexadas aos autos, afirmou ser falsa a versão oficial apresentada e que Lincoln fora assassinado sob torturas no DOI-CODI/RJ. As principais provas presentes nos autos são os depoimentos prestados por seus familiares e ex-presos políticos na ação ordinária iniciada pela família de Lincoln na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1992. Essa ação visava responsabilizar o Estado brasileiro. Em 2008, a Justiça Federal, embora tenha admitido a responsabilidade da União pelo assassinato, considerou que os danos materiais sofridos

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 177/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. *Projeto A: os Mortos*. Tomo V, v. 4.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 151-152.

pela família já haviam sido reparados pela lei 9.140/95, impedindo a possibilidade de novo recurso. Mais uma vez, o Estado brasileiro tentou colocar um ponto final na luta dos familiares por verdade e justiça.

Tânia e Tatiana, mulher e filha de Lincoln, solicitaram ainda que a CEMDP retificasse a *causa mortis* da certidão de óbito e que buscasse restabelecer as reais circunstâncias de sua morte, ouvindo a relação de membros dos órgãos de segurança citados nos autos do caso. O caso foi aprovado por unanimidade em 2 de abril de 1996.

A militância de Lincoln no movimento estudantil foi tema do documentário de Cacá Diegues, realizado em 1968, intitulado *Oito universitários*, com depoimentos sobre o pensamento político dos universitários da época.

A emboscada da rua Caquito, em São Paulo (SP)



Arnaldo Cardoso Rocha

Nasceu em 28 de março de 1949, em Belo Horizonte (MG), filho de João de Deus Rocha e Annette Cardoso Rocha. Morto em 15 de março de 1973. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

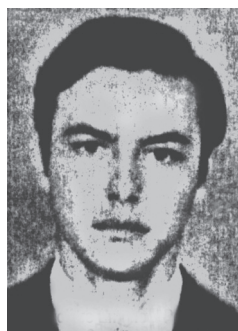
Cursou o primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásio no Colégio Padre Machado, em Belo Horizonte. Iniciou sua militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando cursava o colegial (atual ensino médio), influenciado pelo pai, um antigo militante comunista. Não chegou a concluir o 2º grau em razão dos rumos que o movimento estudantil tomou, após o golpe de Estado de 1964. Era bastante reservado em relação à sua militância política. Ex-soldado do Exército, trabalhou no Colégio Militar, na Pampulha, na capital mineira.

Ao deixar a militância no PCB, com outros jovens, participou da Corrente, passando a viver na clandestinidade em 1969. Em seguida, ingressou na ALN.

Em 1971, passou a integrar o Comando Nacional da ALN. Perseguido pela repressão, em 1972 foi para o exterior. Esteve em Cuba, voltando logo ao Brasil. Atuou na região Nordeste e, após a morte do dirigente da organização, Iuri Xavier Pereira, em 14 de junho de 1972, Arnaldo passou a atuar em São Paulo (SP).

Sua família soube da sua morte pela televisão. Viajou para São Paulo, conseguindo resgatar seu corpo e enterrá-lo no Cemitério Parque da Colina, na sua cidade natal.

Arnaldo era casado com Iara Xavier Pereira, também militante da ALN. Não chegou a conhecer o filho, Arnaldo Xavier Cardoso Rocha, nascido a 5 de setembro de 1973. Em 1994, aos 20 anos, seu filho, estudante de Engenharia Florestal em Viçosa (MG), faleceu tragicamente em um desastre automobilístico.



Francisco Emanuel Penteado

Nasceu em 29 de dezembro de 1952, em Taquaritinga (SP), filho de Francisco Santa Cruz Negreiros Penteado e Nair Pereira Pinto. Morto em 15 de março de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudante secundarista, iniciou sua militância política na ALN ainda em Taquaritinga, em 1969. Mudou-se para São Paulo (SP) onde estudava, mas passou a viver na clandestinidade no fim de 1971, quando ocorreu a prisão de militantes da ALN e do Molipo. Nesse período

do, atuou no Grupo Tático Armado da ALN, coordenado por Gelson Reicher. Teve sua prisão decretada pela Justiça Militar em 23 de outubro de 1972.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que “[...] faleceu em 15 de março de 1973, em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança no bairro da Penha (SP)”. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, atesta que “[...] foi morto em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança na Penha, Rio de Janeiro”.

Seu sepultamento foi realizado pela família no Cemitério Getsêmani, em São Paulo, em 16 de março de 1973.

Francisco Seiko Okama

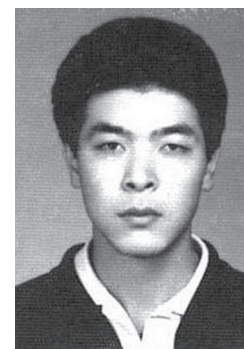
Nasceu em São Carlos (SP), em 2 de maio de 1947, filho de Masahares Okama e Yócico Okama. Morto em 15 de março de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era operário metalúrgico.

Apesar de ferido na emboscada, tentou a fuga, tendo sido abatido poucos metros adiante do local onde tombaram seus companheiros.

Os relatórios do Ministério da Aeronáutica e do Ministério da Marinha, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, apresentam a mesma versão descrita no caso de Francisco Emanuel.

Foi enterrado por seus familiares no Cemitério de Mauá (SP).



As mortes

Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteado e Francisco Seiko Okama foram assassinados em 15 de março de 1973, em São Paulo (SP). Segundo a versão oficial divulgada em 16 de março de 1973 nos jornais *Folha da Tarde*, *Jornal da Tarde*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, pouco antes das 14h30min, os três militantes teriam sido localizados na rua Caquito, no bairro da Penha, por um carro que patrulhava a zona leste. Ao receberem voz de prisão, teriam reagido a tiros. Dois deles teriam morrido no local, em frente ao número 247, e um conseguido fugir, mas foi morto perto do local, ao enfrentar a tiros outro grupo de agentes.

A mesma versão consta das requisições de exame necroscópico encaminhadas pelo DOPS/SP ao IML/SP e nos laudos necroscópicos assinados pelos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

As reais circunstâncias dessas mortes não foram restabelecidas, mas a versão oficial foi questionada na década de 1980, quando Iara Xavier Pereira e Suzana K. Lisbôa estiveram na rua Caquito em busca de informações. Conversando com alguns moradores da rua, souberam que dois meninos teriam assistido ao ocorrido e conseguiram localizar um deles, que relatou em detalhes o que vira ao se deparar com o tiroteio enquanto andava de bicicleta com um amigo. Segundo ele, “[...] um rapaz moreno corria rua abaixo e, após cambalear, dobrara as pernas e caiu de bruços, quase em sua frente”. Talvez o pavor o tenha feito guardar muitos detalhes da cena, fundamentais para que se concluísse que a pessoa que vira cair era Arnaldo Cardoso Rocha, visto que um dos militantes era nissei e Penteado era louro. Ao tombar, foi imediatamente colocado no banco traseiro de um Volkswagen verde, ao lado de uma mulher com uma mecha de cabelos brancos, uma agente não identificada, mas que, segundo um testemunho, havia participado de outras operações de agentes do DOI-CODI/SP.

O laudo de necropsia de Arnaldo descreve sete tiros, dos quais dois provavelmente correspondem aos que o fizeram tombar junto à testemunha: um no terço inferior da coxa direita,

que fraturou o fêmur, e outro no terço médio da tíbia direita. Outros dois tiros são dignos de nota: o tiro fatal foi no canto externo do supercílio direito, local idêntico registrado no laudo de Francisco Seiko Okama, e o outro causou diversas fraturas na mão direita, característica da lesão de autodefesa, quando o atirador está próximo à vítima prestes a ser executada.

Francisco Seiko Okama recebeu cinco tiros. No laudo da necropsia, alguns pontos merecem destaque, especialmente o fato de que pelos menos três tiros foram desferidos de cima para baixo, indicando que, provavelmente, ele se encontrava dominado ao receber tais tiros. Segundo o laudo, os ferimentos localizavam-se na pálpebra inferior esquerda, no pescoço e na ponta do nariz.

Francisco Penteadado recebeu três tiros, um com entrada no “*ramo ascendente direito da mandíbula, saiu na face lateral do pescoço, tornou a entrar na altura do músculo trapézio e saiu na região escapular direita*”, certamente desferido de cima para baixo; outro com entrada na “*altura do manúbrio esternal e saída na porção média da região dorsal na mesma altura*” e o terceiro com “*orifício de entrada na altura do terço interno da clavícula esquerda e saída na região escapular esquerda*”.

Não foi realizada perícia de local, apesar da referência a um intenso tiroteio, e não foram localizadas fotos dos corpos dos militantes.

Uma informação divulgada 19 anos depois, quando a revista *Veja* publicou duas matérias (em 20 de maio e em 18 de novembro de 1992), com base em depoimento do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, que revelaram como atuavam os infiltrados nas organizações clandestinas durante a ditadura, chamados de “*cachorros*”, esclareceu em parte como se deu o cerco policial. De acordo com as reportagens:

“Cachorro” não foi o cidadão que, no calor de um interrogatório violento, forneceu uma informação a seus carrascos. Foi o sujeito que se tornou um funcionário regular do porão, com direito a salário e, por mais estranho que isso possa parecer, até mesmo a um contrato de trabalho. Encapuzados, alguns chegaram a interrogar colegas da mesma organização.

Um desses “*cachorros*” foi o médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI/SP de *Jota*, e citado como modelo de infiltração pela antiga Escola Nacional de Informações (Esni). Segundo Marival Chaves do Canto, a atuação de João Henrique “*permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. [...] A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN*” (*Veja*, de 18 de novembro). A revista citou nominalmente, entre os que morreram em consequência dessas delações, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okama, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski e os três militantes mortos na Penha (Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Penteadado).

Arnaldo, que conseguira escapar da perseguição dos agentes de segurança diversas vezes desde a morte de José Júlio de Araújo, em agosto de 1972, relatou aos companheiros que, em algumas dessas perseguições estava presente uma mulher com uma mecha de cabelos brancos, semelhante à descrita pelo menino que testemunhou sua prisão. De acordo com as citadas reportagens da revista *Veja*, entretanto, *Jota* teria iniciado sua atuação como agente infiltrado no fim de 1972, sem contudo, apresentar comprovação a respeito dessa informação.

Em 2 de março de 1973, Arnaldo escapou de uma perseguição, ferido na perna, e o fato foi noticiado como um tiroteio envolvendo traficantes, conforme relatou o jornal *Folha da Tarde*, de 16 de março de 1973. Nesse dia, ele havia acabado de ter um encontro com *Jota*, evidenciando que o encontro dos órgãos de repressão política com os três militantes não fora casual, conforme a versão oficial. Isso que ficou evidenciado pela revista *Veja*, de 20 de maio de 1992:

Em março de 1973, por exemplo, três integrantes da organização [ALN] foram fuzilados no bairro da Penha, em São Paulo. Um deles [Arnaldo] fora contatado por Jota dias antes, e a partir de então uma equipe do DOI não perdeu o seu rastro.

Na CEMDP, os três casos foram relatados em conjunto por Luís Francisco Carvalho Filho, que registrou outras fragilidades da versão oficial: “[...] *as armas que teriam sido encontra-*

das em poder dos militantes só foram formalmente apreendidas pela autoridade militar em 19 de março, quatro dias depois, e não há notícia de que tenham sido submetidas a exame pericial”.

Em depoimento, Amílcar Baiardi, preso no DOI-CODI/SP na época, afirmou que viu, pela janela, à distância, dois jovens feridos jogados na quadra de esportes daquele órgão da repressão, aparentemente sendo interrogados em meio a regozijos e comemorações ruidosas dos agentes. Ali foram deixados, por mais de uma hora, até serem recolhidos por um rabeção do IML. Amílcar calcula que os viu depois do meio-dia. Estavam com vida. Um tinha traços orientais e era chamado pelos agentes de “japonês”. Quando foi libertado, Amílcar teve acesso aos jornais e associou o fato à morte dos três militantes da ALN.

Prosseguiu o relator em seu parecer:

Outra evidência de que os militantes não foram conduzidos diretamente para o IML é o registro oficial de suas vestes. Segundo a requisição do IML e os próprios legistas, os três militantes estariam sem calças. [...]

O fato é que os próprios registros oficiais demonstram que, antes dos corpos chegarem ao IML, os três militantes foram conduzidos para algum lugar. Se chegaram sem calças ou despidos, este dado é importante porque contraria a versão oficial. Com efeito, não há uma explicação razoável para o fato dos três militantes não usarem calças e o único lugar para onde poderiam ser levados, naquelas circunstâncias, era o DOI-CODI.

Luís Francisco Carvalho Filho concluiu pelo deferimento do caso:

A palavra “eliminação”, por outro lado, pelo extraordinário clima de tensão política e de guerra daquela época, não causava tanta estranheza. “Segurança elimina três terroristas”, registrou a imprensa no dia seguinte. Se eliminar faz parte da lógica da guerra, não faz parte da lógica do Direito, que disciplinava as ações dos agentes do poder público. Seu dever, naquele momento, era cumprir a ordem de prisão da Justiça Militar.

Registra-se que o número de tiros (15 certos) confere credibilidade à tese dos requerentes, de que os militantes foram executados. Mostra disposição de matar, não de deter.

Na CEMDP, os casos de Arnaldo Cardoso Rocha (255/96), de Francisco Emanuel Penteadado (180/96) e de Francisco Seiko Okama (235/96) foram aprovados por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 24 de abril de 1997.

Em homenagem a Arnaldo Cardoso Rocha, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Itapoã.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 255/96, de Arnaldo; 180/96, de Francisco Emanuel; e 235/96, de Francisco Seiko Okama, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

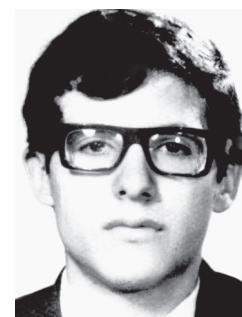
Alexandre Vannucchi Leme

Nasceu em 5 de outubro de 1950, em Sorocaba (SP), filho de José de Oliveira Leme e Egle Maria Vannucchi Leme. Morto em 17 de março de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Alexandre era filho de professores. Nasceu em uma família católica, cuja mãe tinha um irmão padre e três irmãs religiosas. Teve uma vida escolar exemplar em Sorocaba e Itu (SP). Cursava o 4º ano de Geologia na Universidade de São Paulo quando foi preso pelos agentes do DOI-CODI/SP, em 16 de março de 1973, por volta das 11 horas.

Era o representante dos estudantes na Congregação do Instituto de Geociências e foi visto pela última vez na USP, em 15 de março de 1973, quando assistia às aulas. Como era o início do ano letivo, permaneceu em Sorocaba, na casa dos seus pais, onde passou as férias, até o dia 12 de março. Ao viajar para São Paulo, despediu-se dos pais e irmãos prometendo voltar no domingo seguinte para o almoço. Como ele não voltou, sua mãe se preocupou, pois convalrescia de uma operação de apêndice.

A morte de Alexandre foi justificada pelos torturadores, diante da acusação dos demais presos políticos, como tendo sido provocada por suicídio com auxílio de uma lâmina de barbear. Tal versão foi desmentida nos depoimentos prestados na 1ª Auditoria Militar, em julho



de 1973, pelos seguintes presos políticos: Luís Vergatti, César Roman dos Anjos Carneiro, Leopoldina Brás Duarte, Carlos Vítor Alves Delamônica, Walkíria Afonso Costa, Roberto Ribeiro Martins, José Augusto Pereira, Luís Basílio Rossi e Neide Richopo.

Os órgãos de segurança divulgaram sua morte apenas em 23 de março de 1973. A versão apresentada era a de que Alexandre fora atropelado ao tentar fugir da prisão, conforme as notícias publicadas nos jornais *A Gazeta* e *Jornal da Tarde*.

A luta de seus pais para obterem informações de seu paradeiro começou quando, em 20 de março, receberam um telefonema anônimo, por volta das 10 horas da manhã: “*O Alexandre está aqui no DOPS, venham buscá-lo*”. Seu pai viajou para São Paulo e foi ao DOPS/SP, sendo informado de que ali não havia nenhum registro no nome de Alexandre. Foi orientado a procurá-lo no DEIC e no Degran, mas em ambos os lugares as respostas foram negativas. Dirigiu-se ao DOI-CODI/SP e não obteve qualquer informação a respeito do filho.

Não conseguindo ser atendido na sede do II Exército, voltou a Sorocaba. Em 23 de março, retornou a São Paulo em busca do filho. Ao pegar o ônibus, começou a ler o jornal *Folha de S. Paulo* quando viu a notícia da morte de seu filho. Dirigiu-se de imediato ao IML/SP em busca do seu cadáver, onde soube que Alexandre já havia sido sepultado como indigente desconhecido, no Cemitério de Perus, na capital paulista. Disseram-lhe que poderia obter o atestado de óbito no DOPS/SP, mas só obteve o documento em 26 de março.

Segundo o atestado de óbito, a morte de Alexandre ocorreu em 17 de março. Seus dados de identificação eram conhecidos pela polícia, conforme as informações do próprio atestado. Alexandre, porém, foi sepultado como indigente, sem caixão, em cova rasa forrada de cal virgem, a fim de que a decomposição do corpo fosse acelerada e apagadas as marcas evidentes das torturas que o levaram à morte.

A necropsia assinada pelos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, em 22 de março de 1973, confirmou a falsa versão oficial, segundo a qual Alexandre teria se atirado sob um veículo, sofrendo contusão na cabeça. A certidão de óbito atesta que sua morte ocorreu em 17 de março, após atropelamento na rua Bresser, em São Paulo, quando era levado ao Hospital das Clínicas.

Os delegados de polícia Sérgio Paranhos Fleury e Edsel Magnotti, ao falarem com o pai de Alexandre, forneceram versões díspares e contraditórias para a causa da morte: Fleury disse-lhe que Alexandre foi morto atropelado e lhe ofereceu, como um macabro presente, a placa do caminhão que o teria matado. Edsel Magnotti afirmou que Alexandre teria cometido suicídio.

Em 11 de abril de 1973, o advogado representante da família Vannucchi, Mário Simas, requereu junto ao Ministério Público a participação de um promotor público para acompanhar o inquérito policial instaurado pelo DOPS com o objetivo de apurar a morte de Alexandre. O inquérito foi encaminhado para a 2ª Auditoria Militar e o juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães o dirigiu ao comandante do II Exército. O inquérito, contudo, foi arquivado sem solução.

De acordo com o depoimento de Neide Richopo, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 27 de abril de 1978:

Além de ser torturada e de assistir torturas em outras pessoas, presenciou também o assassinato de um rapazinho no DOI, chamado Alexandre; que se ouviam os gritos de tortura de Alexandre durante dois dias e que, no segundo dia, ele foi arrastado, já morto, da cela onde ele se encontrava, e depois disso, os interrogadores apresentaram, pelo menos, três versões sobre a morte dele como sendo suicídio, sendo que a versão oficial é totalmente diferente das três anteriores, pois era a de que ele havia sido atropelado; que jamais poderia ser atropelado porque já estava morto quando saiu do DOI. Que tudo o que disse com referência à morte de Alexandre é porque encara isso como meio de coação psicológica. Se a interroganda não assinasse o seu depoimento, poderia acontecer com ela o mesmo que aconteceu com Alexandre.

Os depoimentos foram tão precisos e contundentes que levaram o ministro do STM, general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, a requerer apuração dos fatos em 26 de abril de 1978. Sobre a versão de atropelamento de Alexandre por um caminhão, o ministro apontou contradições nos relatos presentes nos autos do inquérito: o motorista João Cocov testemunhou ter visto a vítima sendo perseguida aos gritos de “*pega ladrão*”, a qual teria se jogado contra o pára-choque; a única testemunha, o balconista Alcino Nogueira de Souza, afirmou, porém, que Alexandre estava tomando cerveja e, de repente, começou a correr. O pedido do ministro, contudo, foi rejeitado pelos demais membros daquela Corte:

Fui vencido, no tocante à apuração de denúncias sobre torturas e sevícias, que teriam sofrido alguns réus, e culminando com a morte dos cidadãos Alexandre Vannucchi Leme e Carlos Nicolau Danielli, de ampla repercussão nacional [...].

Os colegas de Alexandre, estudantes e professores da Geologia, recusaram-se a reiniciar as atividades acadêmicas até o esclarecimento dos fatos. Uma assembléia, realizada no Instituto de Geologia em 23 de março de 1973, aprovou a proposta de realização de uma missa de sétimo dia, a formação de uma comissão para apurar as circunstâncias da sua morte e das prisões de outros estudantes e decidiu decretar luto e organizar uma paralisação simbólica de protesto com as demais faculdades da USP. Três dezenas de centros acadêmicos (dezoito da USP, três da PUC/SP e seis da PUC/RJ, além de outros do interior de São Paulo) lançaram um comunicado sobre a morte de Alexandre, lamentando o episódio e declarando luto.

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, em 29 de março de 1973, nota de falecimento de Alexandre feita pelos seus colegas do curso de Geologia e o convite para a missa de sétimo dia. A missa foi celebrada na Catedral da Sé por D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, em 30 de março de 1973. O ato religioso foi marcado para começar às 18h30min, mas por volta das 16 horas o centro de São Paulo estava tomado por veículos policiais e tropas de choque. Pelo menos 3 mil pessoas conseguiram passar pelas barreiras e chegar à igreja. A Cidade Universitária da USP foi bloqueada pela polícia, e foram presos dezenas de estudantes que tentavam ir à missa.

O programa da missa intitulava-se “*Celebração da Esperança*”. Depois dos cânticos, D. Paulo proferiu o sermão:

*Só Deus é dono da vida. D'Ele a origem, e só Ele pode decidir o seu fim.
O próprio Cristo quis sentir a ternura da mãe e o calor da família ao nascer. E mesmo depois de morto, o cadáver foi devolvido à mãe e aos amigos e familiares. Esta justiça lhe fez o representante do poder romano, embora totalmente alheio à Sua missão de Messias.*

Pouco antes da comunhão, D. Paulo anunciou que o conhecido cantor Sérgio Ricardo se apresentaria. Ele havia acabado de compor a música “*Calabouço*” em homenagem ao estudante Edson Luiz, assassinado em 1968, e a cantou na missa, provocando grande comoção. Ao saírem da igreja, sob uma chuva fina, as pessoas começaram a entoar nas escadarias da catedral a canção “*Caminhando (Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores)*”, de Geraldo Vandré. Muitos estudantes foram presos ao se afastarem do local.

O bispo de Sorocaba (SP), D. José Melhado Gomes, que também oficiou a cerimônia da Sé, protestou contra a morte de Alexandre no comunicado lido no domingo, nas missas celebradas na região: “*Por que a família só veio saber do ocorrido através dos jornais? Por que a família não foi avisada do atropelamento?*”, conforme documento encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP com o título “*Informação nº 622-B/73*”.

As manifestações de protesto após a morte de Alexandre Vannucchi não puderam ser divulgadas na imprensa por causa da forte censura. Outros estudantes da USP foram presos em represália às manifestações. Um show com o cantor Gilberto Gil foi organizado na USP em solidariedade aos presos.

Em resposta às manifestações estudantis, o secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, general Sérvulo Mota Lima, enviou comunicado em que repetiu a versão do DOI-CODI/SP de morte por atropelamento, acrescentando que:

[...] na documentação encontrada com Vannucchi não continha seu endereço e nem as investigações realizadas levaram à residência do mesmo e por isso, após o prazo de 24 horas, decorridas a contar de sua morte, não tendo sido o corpo reclamado, foi enterrado.

Em 2 de abril de 1973, o deputado “autêntico” do MDB, Lysâneas Maciel, fez um pronunciamento no Congresso Nacional, no qual denunciou o assassinato de Alexandre Vannucchi, cobrou de seus pares a defesa da integridade física e moral dos presos políticos e leu a nota do Episcopado paulista sobre o ato religioso em memória de Alexandre:

Os 5 mil universitários presentes participaram intensamente das orações, diálogos litúrgicos, leituras bíblicas e cânticos, de um texto especial, preparado para a ocasião pela Comissão Arquidiocesana de Liturgia. Tratando-se de ato de sentido exclusivamente religioso – momento de prece e sufrágio –, os dirigentes universitários que organizaram conseguiram evitar qualquer manifestação pública de outro sentido, tornando-se desnecessário o verdadeiro aparato bélico de militares concentrados na Praça da Sé, Praça Patriarca e adjacências.

O deputado leu também uma nota escrita pelos estudantes:

Segundo informações oficiais, a trágica morte de Alexandre teria ocorrido por atropelamento, “ao tentar fugir quando era conduzido por agentes de segurança para encontro com um companheiro” (Folha de S. Paulo, 23 de março de 1973). Atropelamentos de presos políticos têm ocorrido com tão surpreendente frequência que a veracidade desta notícia torna-se questionável. A quem poder-se-ia responsabilizar por este acontecimento senão aos órgãos que mantinham Alexandre em seu poder?

As notícias acerca da morte do colega afirmam taxativamente sua participação em ações. Esquecem-se, no entanto, que “Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não se provar a sua culpa, conforme a lei e em julgamento público, no qual se hajam assegurado todas as garantias necessárias à sua defesa. (art. 11, item 1, da Declaração Universal dos Direitos do Homem).

Lysâneas Maciel concluiu seu discurso lamentando as inúmeras prisões de estudantes e opositores da ditadura ocorridas de maneira arbitrária e brutal, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.

Em outubro de 1975, os presos políticos de São Paulo escreveram um documento de denúncia das violações aos direitos humanos nos cárceres brasileiros à OAB/SP, no qual relataram os testemunhos sobre as mortes em consequência de torturas, como a de Alexandre Vannucchi Leme:

[...] torturado toda a noite e vários presos que ali se encontravam ouviram seus gritos e as ameaças dos torturadores. Após constatarem sua morte na tarde do dia seguinte, os torturadores evacuaram os xadrezes cuja localização permitiria ver mais facilmente o corpo. No entanto, mesmo assim muitos presos políticos puderam ver o cadáver de Alexandre sendo arrastado e o pátio da carceragem ser limpo do sangue que cobria o chão e marcava o rastro deixado pelo corpo. Depois, numa tentativa de esconder o crime, os torturadores fizeram revistas nas celas daquele órgão, simulando a busca de materiais cortantes e explicando que Alexandre havia se suicidado com uma lâmina de barbear. Dias depois, os torturadores exibiram a esses presos políticos um jornal que noticiava a morte de Alexandre, “atropelado por um caminhão”, no bairro do Brás (São Paulo), durante um suposto encontro com companheiros. O torturador Gaeta (“Mangabeira”) disse: “Nós damos a versão que queremos! Nessa joça mandamos nós!” Esses fatos acham-se em processo aforado na 1ª Auditoria da 2ª CJM de SP e julgado em 12/3/1975. [...]

Apesar de seus familiares terem constituído advogado após a notícia de sua prisão, somente dez anos depois puderam resgatar os restos mortais de Alexandre. Em 24 de março 1983, uma celebração litúrgica ocorreu na igreja dos Dominicanos, em Perdizes, na cidade de São Paulo, em memória de duas vítimas da ditadura no Brasil: o frei dominicano Tito de Alencar Lima, que se suicidou, em 1974, aos 29 anos, na França, em consequência das torturas sofridas no DOPS/SP e na sede da Operação Bandeirante (reorganizada como

DOI-CODI/SP), e Alexandre Vannucchi Leme, morto sob tortura aos 22 anos. A cerimônia foi realizada com as cinzas de Frei Tito e os restos mortais de Alexandre, exumados do Cemitério de Perus e trasladados para sua cidade natal.

Em sua homenagem, o DCE-Livre da USP, reorganizado em 1976, adotou o seu nome. Em 11 de novembro de 1983, uma Escola Estadual de Primeiro Grau em Ibiúna (SP) passou a chamar-se Alexandre Vannucchi Leme. O seu nome designa uma praça em Sorocaba, localizada próxima à casa onde residiu com seus pais, e uma Escola Municipal de Educação Infantil de São Paulo (SP).

O *Jornal do Campus*, editado pelo Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, em homenagem a Alexandre publicou, em 16 de outubro de 1986, uma pequena biografia e denúncia de seu assassinato:

Desde muito cedo revelou inteligência viva, muito aberta a todos os conhecimentos humanos. Interessava-se por tudo e, assim que foi alfabetizado, foi tomado por um gosto enorme pela leitura. Não parou mais de ler.

Só depois de sua morte, seus pais souberam que Alexandre fora classificado em 1º lugar no vestibular para a Geologia da USP. Era um típico sorocabano, caipirão. Andava sempre com umas botinhas de cano curto, calças curtas. Era um nativo. Cara gozador, colocava apelido na escola inteira. Tirava um sarro de todo o mundo que não se adaptava às condições de campo nas excursões da Geologia. Cara que não conhecesse passarinho, cobra e história de assombração, ele pegava no pé do coitado. Uma antiga tradição da Geologia, da USP, reza que todo calouro deve receber um apelido. Alexandre ficou conhecido como Minhoca, talvez por ser baixinho, franzino e pelo grande interesse que demonstrou pela profissão. Tinha uma coisa que ele gostava de fazer: traduzir artigos estrangeiros sobre filosofia, política, economia. Ele já estava se especializando em teorias econômicas do 3º Mundo, questões do subdesenvolvimento ou análise da história da pobreza.

Partilhava de todas as lutas comuns aos estudantes da época: contra o ensino pago, contra a falta de verbas, contra o fechamento do CRUSP. Por outro lado, como estudante de Geologia, foi extremamente preocupado com a questão dos recursos naturais do país devastados pelo capital estrangeiro. Sobre o ciclo da exploração do ferro, editou um boletim especial do Centro Acadêmico da Escola, no qual enumerava as principais jazidas e empresas exploradoras. Tomou posição contra a Transamazônica, do modo como estava sendo feita. E passou a fazer, junto com outros colegas, exposições e palestras em outras faculdades e escolas do 2º grau. Ninguém viu Alexandre ser preso, mas no dia 16 de março de 1973, ele já estava sendo torturado na Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP). Sob o comando do então major Carlos Alberto Brillhante Ustra, Alexandre foi barbaramente espancado durante toda a noite. Seus gritos o testemunhavam. Para a cela, voltou carregado da sala de torturas. Ainda pôde dizer aos outros presos: “Meu nome é Alexandre Vannucchi Leme, sou estudante de Geologia, me acusam de ser da ALN... eu só disse meu nome”. [...]

Na CEMDP, seu caso (284/96), tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa, foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP/SP.

Caso 284/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

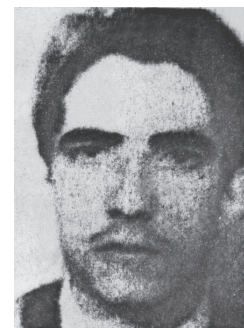
BRAGA, Teodomiro; BARBOSA, Paulo. *Meu Filho Alexandre Vannucchi*. São Paulo: Edição S.A., 1978.

COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: Girafa, 2003.

James Alen Luz

Nasceu em 21 de dezembro de 1938, na cidade de Buriti Alegre (GO), filho de Rolandina Martins da Luz e Cassiano Diniz Filho da Luz. Morto em 24 de março de 1973. Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Iniciou sua militância política na Escola Técnica de Comércio Campinas, em Goiânia (GO), no fim da década de 1950, sendo presidente do Grêmio Castro Alves. Fez o curso de Direito na Universidade Federal de Goiás.



Atuou no PCdoB e, depois, integrou a dissidência que veio a constituir a Ala Vermelha, antes de se tornar militante da VAR-Palmares. Foi preso em 1966, em Goiânia, posteriormente foi transferido para Brasília (DF) e, em seguida, para o Rio de Janeiro. Empreendeu uma fuga espetacular da prisão localizada na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, junto com Tarzan de Castro, Gerson Alves Parreira e o sargento Arraes, em 21 de novembro de 1966. Asilou-se na embaixada do Uruguai, onde morou por um ano. Voltou clandestinamente ao Brasil e, em outubro de 1969, integrou-se à VAR-Palmares, tornando-se um dos seus principais dirigentes.

O jornal *Correio da Manhã* publicou, em 6 de abril de 1972, sob o título “*Terroristas Morrem em Tiroteio: Quintino*”, as informações policiais sobre o episódio conhecido como a Chacina de Quintino, quando quatro militantes da VAR-Palmares foram assassinados (Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Lígia Maria Salgado Nóbrega, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo e Wilton Ferreira). Na matéria, o nome e a foto de Antônio Marcos Pinto foram capciosamente substituídos pelos de James Alen Luz, que, naquela ocasião, havia conseguido fugir do cerco à casa.

De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, documentos dos órgãos de segurança registraram que, em 1º de janeiro de 1970, James Alen comandou o seqüestro de um avião Caravelle da Cruzeiro do Sul, que seguia na rota Montevidéu–Rio de Janeiro, desviando-o para Cuba, de onde teria regressado em dezembro do mesmo ano. Segundo os documentos citados, James Alen teria participado da execução do delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., do DOI-CODI/SP, em Copacabana, em 25 de fevereiro de 1973, um mês antes do acidente que provocou sua morte.

O jornal *Folha da Tarde*, de 5 de abril de 1973, publicou a seguinte notícia:

Após 11 dias de investigações, a Polícia ainda não conseguiu desvendar a misteriosa capotagem de uma Variant, na Estrada do Lami, que provocou a morte de um homem. Até hoje não se sabe quem faleceu naquele acidente [...] por outro lado, o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – está auxiliando a Delegacia de Acidentes a tentar desvendar o mistério. Isso é um indício de que possa haver subversão envolvendo o caso.

No laudo de necropsia, datado de 25 de março de 1973 e assinado pelos legistas Edson M. Dutra e Marco Aurélio Barros da Silva, o cadáver foi identificado com o seu nome verdadeiro. Entretanto, nem seu corpo e nem o atestado de óbito foram entregues aos seus familiares, que chegaram a viajar para o Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS), quando as notícias policiais informaram sua morte.

Pairavam dúvidas em relação à sua morte, porque, quando James Alen morreu no acidente de carro na Estrada do Lami, em Porto Alegre, ele vivia na clandestinidade e estava sendo muito procurado pela repressão política. Sua foto estampava os cartazes intitulados “*Terroristas Banidos Procurados*” espalhados por todo o país. Assim, havia a suspeita de que os órgãos de segurança o haviam assassinado.

Na CEMDP, a mãe de James Alen Luz requereu o reconhecimento da morte de seu filho por consequência da repressão política. Os autos apresentam farto material jornalístico. Cópia de documento qualificado como “*confidencial*”, datado de 20 de novembro de 1973 e emitido pelo Departamento de Polícia Federal de Goiás, comunica a impunibilidade do sentenciado James Alen, por morte. Entretanto, não havia nos autos do caso provas de que ele teria sido morto pelas forças policiais. A documentação indicava que ele teria sido morto em um acidente de carro, quando o veículo era dirigido por outro militante da VAR-Palmares, Aldir Rodrigues da Silva, posteriormente preso e condenado.

A CEMDP realizou um levantamento minucioso sobre o caso. O então secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, José Fernando Cirne Lima Eichenberg, empenhou-se pessoalmente na busca de dados e localizou o inquérito e os documentos relativos ao acidente. Assim, foi possível juntar documentos com relatos de testemunhas, ativistas políticos da época e os médicos que estavam de plantão no hospital onde teria sido deixado James Alen.

O caso (03/96), tendo como relator Paulo Gustavo Gonet Branco, e com pedido de vista da conselheira Suzana Keniger Lisbôa, foi indeferido em 9 de fevereiro de 1998, quando ela apresentou sua conclusão:

Não há como, pelos dados disponíveis, questionar-se que a morte de James Alen não tenha ocorrido em função do acidente e sim dentro dos órgãos de segurança. O fato de ser ele muito procurado deve ter facilitado a identificação através das impressões digitais, apesar de não haver referência ao fato no processo localizado, mas não há qualquer indício de que a morte não tenha ocorrido em função do acidente. [...]

A falsidade das versões oficiais, por si só, não é suficiente, neste caso, em que há informações e depoimentos concretos dando conta da morte em função do acidente ocorrido no Lami.

Acompanho, portanto, o voto do relator, Dr. Paulo Gonet, indeferindo o pedido dos familiares de James Alen Luz, por não encontrar provas que amparem o pedido com fundamento no disposto pela lei 9.140/95.

Reapresentado novamente, o pedido foi indeferido em 7 de outubro de 2004, tendo como relator Belisário dos Santos Júnior.

Documentos consultados:

Casos 03/96 e 044/02, na CEMDP.

Ronaldo Mouth Queiroz

Nasceu em 18 de dezembro de 1947, em São Paulo (SP), filho de Álvaro D'Ávila Queiroz e Elza Mouth Queiroz. Morto em 6 de abril de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Ronaldo começou a trabalhar aos 13 anos de idade, quando fiscalizava propagandas de rádio para uma empresa. Ao entrar no curso de Geologia da Universidade de São Paulo, começou a dar aulas em cursinhos pré-vestibulares e, logo depois, passou a trabalhar na USP.

Dotado de extremo bom humor, adotou o pseudônimo de *Mc Coes*, e com ele publicava jornais de humor, tanto no colegial como na universidade, quando suas piadas passaram a ter caráter político. Foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da USP durante a gestão de 1970-1971. Participou de vários comícios-relâmpagos em praça pública contra a ditadura, sendo, depois, obrigado a viver na clandestinidade, quando passou a adotar o pseudônimo "*Papa*". Estava ligado à ALN desde 1969. Trabalhou para manter a articulação entre os diretórios e centros acadêmicos na universidade, preparando publicações, organizando campanhas, apresentações artísticas e a recepção dos calouros. Ronaldo, mais conhecido como Queiroz, era o responsável pelo trabalho da ALN no movimento estudantil.

Queiroz foi fuzilado em 6 de abril de 1973, na avenida Angélica, em São Paulo, por agentes do DOI-CODI/SP, que não chegaram a dar-lhe voz de prisão, baleando-o à queimadura, assim que o reconheceram. A versão oficial publicada no *Jornal do Brasil*, no dia seguinte, foi de que Queiroz teria resistido à prisão, sendo morto em consequência de um tiroteio.

A necropsia feita pelos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão no IML/SP, em 11 de abril de 1973, confirmou a versão oficial de morte em tiroteio. O cadáver deu entrada no necrotério às 8 horas em 6 de abril de 1973, mas a requisição do IML/SP registrou que o óbito ocorreu às 7h45min, prazo impossível para se fazer o traslado do cadáver. O laudo necroscópico descreveu duas lesões provocadas por arma de fogo: uma "[...] na face anterior do hemitórax esquerdo, seis centímetros abaixo, um centímetro para dentro do mamilo esquerdo: o projétil transfixou", a outra lesão ocorreu "[...] no mento um centímetro abaixo da mucosa do lábio inferior [...]", e o projétil "[...] alojou-se na massa encefálica do hemisfério direito".

Ofício do II Exército encaminhado ao diretor do DOPS/SP, em 26 de abril de 1973, informou que Queiroz

[...] no dia 6 de abril de 1973, às 7h40, aproximadamente, foi localizado na esquina da Av. Angélica. Ao ser dada voz de prisão, o mesmo sacou de um revólver calibre 38,



reagiu a tiros, sendo então travado “cerrado tiroteio”, vindo a falecer em virtude dos ferimentos recebidos.

O caso na CEMDP foi instruído com um relatório das circunstâncias da morte, preparado pela Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, acompanhado de diversos documentos: recorte de notícia do *Jornal do Brasil* sobre o tiroteio, de 7 de abril de 1973; guias do necrotério; reportagens da revista *Veja*, publicadas em 20 de maio e 18 de novembro de 1992.

A revista *Veja*, de 20 de maio de 1992, em artigo de Expedito Filho intitulado “*Anatomia da Sombra*”, divulgou reportagem baseada em entrevista com o ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, na qual revelou a ação de ex-militantes que prestaram serviços aos órgãos da repressão política durante a ditadura como agentes infiltrados, denominados “cachorros”. Entre eles, estaria o ex-militante da ALN, o médico João Henrique Ferreira de Carvalho, conhecido como “Jota”, que atuou como agente infiltrado desde 1972, e cuja ação possibilitou a eliminação de pelo menos 11 pessoas, entre eles vários dirigentes da organização a partir de 1973². Nessa edição da revista *Veja* há uma referência direta à morte de Queiroz:

Em março de 1973, por exemplo, três integrantes da organização foram fuzilados no bairro da Penha, em São Paulo. Um deles fora contatado por Jota dias antes, e, a partir de então, uma equipe do DOI não perdeu seu rastro. O mesmo aconteceu com o estudante Ronaldo Mouth Queiroz, conhecido como “Papa” na ALN, morto a tiros de metralhadora, num ponto de ônibus na Av. Angélica. [...]

Primeiro, [Jota] investiu junto a um agrupamento da organização na Faculdade de Geologia da Universidade de São Paulo, onde estudava Alexandre Vannucchi Leme, preso e morto em março de 1973. Na mesma escola estudava Queiroz, que antes de ser assassinado lhe abriu as portas da ALN em outra faculdade, a Medicina da USP. Numa ocasião, sempre disfarçado de militante, Jair, o agente Jota, procurou um estudante da Medicina, Jurandir Duarte Godoy, o “Romeu” que lhe fora apresentado por Queiroz.

O relator do caso, Luís Francisco Carvalho Filho, procurou por telefone o médico João Henrique Ferreira de Carvalho, o “Jota”, que se recusou a depor e desmentiu a informação. O relator ainda juntou aos autos reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*, de 7 de abril de 1973.

Além disso, Luís Francisco localizou uma testemunha do assassinato. O ex-militante da ALN, Enzo Luís Nico Júnior, na época estudante de Geologia da USP, anos depois se encontrou com um amigo e, conversando, chegaram à conclusão de que ele havia testemunhado o assassinato de Queiroz. Tratava-se de Paulo Antônio Guerra, também ex-aluno da Geologia. Paulo estava no ponto do ônibus onde ocorreu a morte de Queiroz e viu quando, por volta das 7h30min, três homens desceram de uma perua Veraneio C-14, um japonês, um homem branco forte e outro de barba e jaqueta de náilon azul, e dispararam contra um rapaz cabeludo e barbudo que estava encostado na parede. O primeiro tiro o derrubou e o segundo foi disparado quando estava caído. Ele viu quando o mesmo homem que disparou os tiros colocou uma arma nas mãos do jovem morto e outra em sua cintura, além de uma agenda verde no bolso da camisa. Diante de protestos dos populares, um homem que reclamava foi preso e levado na viatura. Na época, Paulo não reconheceu seu colega Queiroz, porque ele estava diferente, cabeludo e barbudo. Tempos depois, Enzo contou essa história ao relator Luís Francisco que, imediatamente, recolheu o depoimento de Paulo, anexando-o aos autos.

O parecer do relator na CEMDP ressaltou que esse era mais um caso em que a versão oficial afirmava a ocorrência de “*cerrado tiroteio*”. Reafirmou que o que se espera do agente do poder público envolvido em ocorrência de morte é a demonstração da legitimidade de seu ato, ou seja, o agente deve demonstrar que agiu em legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal. No entanto, durante a repressão política, não prevaleceu a exigência dessa formalidade. Bastava o registro de “*cerrado tiroteio com terroristas*” para desobrigá-lo de qualquer explicação e impedir a investigação.

2. De acordo com matérias publicadas pela revista *Veja* (em 20 de maio e em 18 de novembro de 1992) com base em depoimento do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, a atuação de Jota “permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. [...] A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN”. A revista citou nominalmente, entre os que morreram em consequência dessas delações, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okama, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski, Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Penteadado.

De acordo com o relatório da autoridade militar dirigido ao diretor do DOPS/SP, os agentes teriam apreendido duas armas de fogo, uma em seu poder e outra no aparelho localizado nas imediações do local do tiroteio. Não há referência alguma sobre o exame pericial nas armas nem sobre a perícia no local. Também não foi encontrada a foto do cadáver, cuja requisição é automática nesses casos. O fato é que não se sabe quantos e quais foram os agentes envolvidos no tiroteio. Não se sabe quantos tiros Ronaldo Mouth Queiroz desferiu, e se provocou dano. As mãos da vítima não foram examinadas.

O relator concluiu que não há prova sólida e convincente de que a versão oficial seja verdadeira. Por outro lado, sempre existiu o sentimento de que ela é falsa: pelos registros oficiais, o estudante deu entrada no necrotério apenas 15 minutos depois de ser atingido; a requisição do exame foi preenchida com seu nome verdadeiro, embora a imprensa tenha informado que ele usava documento falso com o nome de Ghandi Ferreira da Silva; e a testemunha localizada 23 anos depois disse ter presenciado o assassinato de um homem, no mesmo local e data, depois associado a Ronaldo.

Segundo o relator, no balanço das evidências contidas nos autos, prevalece o sentimento de que Ronaldo foi executado. Não há prova do suposto “*cerrado tiroteio*”. O depoimento da testemunha é convincente e harmoniza-se com a versão da requerente. O fato de a morte ter ocorrido em via pública não impede o reconhecimento legal. O dever dos agentes de segurança é deter o infrator, não executá-lo friamente. Poderiam prendê-lo, mas não o fizeram.

Na CEMDP, o caso (330/96) foi aprovado por 5 votos a favor e 2 contra, o de Paulo Gustavo Gonet Branco e o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 10 de abril de 1997.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro do Tirol.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 330/96, na CEMDP.

COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: Girafa, 2003, p. 111-118, 287-288.

DUARTE, B. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.

Merival Araújo

Nasceu em 4 de janeiro de 1949, em Alto Paraguai (MT), filho de Domingos de Araújo e Mery Menezes. Morto em 14 de abril de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era professor no Vale do Jequitinhonha (MG). No Rio de Janeiro, continuou a dar aulas. Foi preso em 7 de abril de 1973, na rua das Laranjeiras, em frente ao nº 462, por agentes do DOI-CODI/RJ, e torturado até a morte.

O professor Francisco Jacques Moreira Alvarenga, militante da RAN e colega de Merival no curso Miguel Couto Baense, prestou depoimento a Rubim Santos Leão de Aquino, em julho de 1973, após ser libertado, informando que:

Após a sua prisão [de Francisco Jacques], no dia 5/4/73, os agentes do DOI-CODI levaram-no até o seu apartamento, onde acamparam aguardando possíveis contatos. Detiveram também sua mãe e [sua] irmã, que estavam chegando de Belo Horizonte. Neste interim, Merival telefonou para Jacques que, por imposição dos agentes da repressão, insistiu para que Merival subisse até o seu apartamento. Os agentes do DOI-CODI ameaçaram matar a todos, dizendo inclusive que explodiriam o prédio e colocariam a culpa nos subversivos, caso ele, professor Jacques, desse algum aviso a Merival de que a polícia estava no apartamento. Merival não quis subir então Jacques desceu entre dois agentes do DOI-CODI. Merival, que estava do outro lado da rua, percebendo algo, tentou fugir, mas a rua estava cercada por agentes que estavam disfarçados no local. Merival foi ferido e levado ao DOI-CODI, onde foi morto sob tortura.

Esse fato foi parcialmente comprovado na nova versão oficial apresentada pelo general Adyr Fiúza de Castro no livro *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão*, no qual relatou:

Então montamos uma armadilha – vou encurtar a história. Colocamos um sargento e um cabo junto com o professor Jacques na casa dele, na rua Campos Sales. Quatro ou cinco dias depois, o Merival de Araújo, que era um dos comandantes da ALN, entrou



em contato com ele: “Você sai com a sacola com os revólveres, que eu o estou esperando no posto de gasolina”. Saiu o professor Jacques com a sacola, e atrás, o sargento e o cabo, disfarçados. Quando o camarada se aproximou dele no posto de gasolina, o sargento e o cabo o pegaram. Mas o Merival era realmente um homem valente, forte, muito disposto, e estava armado. Então tirou o revólver, e o sargento segurou sua mão: ele meteu uma coronhada na cabeça do sargento, rachando-a completamente. Mas o cabo, que era uns dois metros de crioulo, um desse tipo PE mesmo, reforçado, o pegou na gravata e quebrou seu pescoço. Matou na hora. Mas ficou sem saber o que fazer, então pegou um táxi que passava e levou todo mundo para o DOI. E o comandante do DOI me telefonou para relatar o fato. Eu lhe disse: “Mande-o voltar para o mesmo lugar, porque não quero gente morta no DOI, não tenho como explicar ao Frota. Foi combate de rua”. E foi combate de rua mesmo, não é? Mande chamar o rabecão para levar o corpo. E o professor Jacques, dê um jeito nele” [...].

Esta nova versão não encontra amparo no laudo de necropsia, feito para confirmar a morte em combate de rua. No laudo encontra-se a seguinte referência: “[...] o pescoço é simétrico e não mostra lesões [...]”.

No atestado de óbito também não aparece qualquer referência ao pescoço quebrado. Nesse documento está registrada como causa da morte “[...] ferimento penetrante do tórax com transfixação dos pulmões, hemorragia interna e anemia aguda consecutiva”.

Há outras contradições nos documentos policiais relacionadas ao horário da morte. O registro 1.542, da 19ª DP, refere-se ao encontro de um cadáver ferido a bala na praça Tabatinga, às 7h20min. O laudo de necropsia informa, no entanto, que o corpo deu entrada no IML às 12h10min. O atestado de óbito, por outro lado, afirma que Merival foi morto às 16 horas.

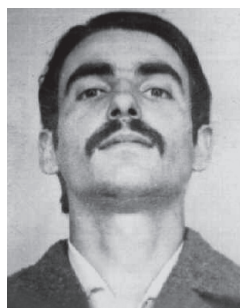
Apesar de identificado, como declarou o próprio general Adyr Fiúza de Castro, seu corpo deu entrada no IML/RJ pela guia 16, do DOPS/RJ, como desconhecido. Ele foi identificado pelo Instituto Félix Pacheco logo após o exame necroscópico realizado pelos legistas Roberto Blanco dos Santos e Hélder Machado Paupério, que descreveram algumas escoriações em seu corpo: no abdômen, no membro superior esquerdo (face posterior do cotovelo e dorsal da mão) e membro inferior esquerdo (joelhos). Mesmo assim, confirmaram a versão oficial.

O laudo necroscópico, ao descrever as vestes de Merival, informa que: “[...] trajava calça de tergal cinza-azulada, trazendo preso ao cós um cordão à guisa de cinto”. As fotos de perícia de local mostram as marcas de torturas de tal modo violentas que faltam pedaços de pele em algumas partes do seu corpo, como nos braços e pernas. Essas mutilações, entretanto, não foram descritas na necropsia.

O atestado de óbito 133.270 teve como declarante José Severino Teixeira e informa que foi sepultado como indigente, em 24 de maio de 1973, dez dias depois da data de sua morte, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, na cova 23.274, quadra 21. Em 28 de junho de 1978, seus restos mortais foram para um ossário-geral e, entre 1980 e 1981, foram transferidos para uma vala clandestina, localizada no mesmo cemitério com cerca de 2.100 ossadas de indigentes.

Na CEMDP, o caso (169/96), tendo como relator Paulo Gustavo Gonet Branco, foi aprovado por unanimidade, em 23 de abril de 1996.

Assassinato do casal de militantes do Molipo



Márcio Beck Machado

Nasceu em 16 de janeiro de 1943, em São Paulo (SP), filho de Octávio Meneses Machado e Edena Beck Machado. Desaparecido em 17 de maio de 1973. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Era estudante de Economia da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Foi preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968. Em 1º de abril de 1970, teve sua prisão preventiva decretada. Foi indiciado, também, nos Inquéritos Policiais de números 7/72 e 9/72. Em 23 de outubro de 1972, teve novamente sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria Militar, referente ao processo 100/72.

Militante da ALN, no fim de 1969, após diversas prisões e a morte de Carlos Marighella, viajou para Cuba, onde realizou treinamento militar. Retornou clandestinamente ao Brasil, como militante do Molipo, indo morar no interior de Goiás.

Maria Augusta Thomaz



Nascida em 14 de novembro de 1947, em Leme (SP), filha de Aniz Thomaz e Olga Michael Thomaz. Desaparecida em 17 de maio de 1973. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Foi estudante do Instituto Sedes Sapientiae, da PUC/SP. Foi indiciada por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), quando foi presa em outubro de 1968. Em 14 de janeiro de 1970, foi expedido mandado de prisão contra Maria Augusta, pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. Após o assassinato de seu namorado, José Wilson Lessa Sabag, em setembro de 1969, passou a viver na clandestinidade. Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, teria participado do seqüestro de um avião Boeing da Varig durante o trajeto Buenos Aires–Santiago, com mais oito militantes da ALN, desviando-o para Cuba em 4 de novembro de 1969. Em Cuba, realizou treinamento de guerrilha e, no início de 1971, retornou ao Brasil clandestinamente como militante do Molipo, indo morar no interior de Goiás.

Foi condenada, como revel, a cumprir pena de 17 anos de prisão, em 29 de setembro de 1972. Em outro processo, também julgado à revelia, foi condenada a cinco anos de reclusão. Em 27 de agosto de 1976, depois de três anos de seu assassinato, foi absolvida pelo STM por falta de provas em outro processo.

As mortes

Márcio e Maria Augusta foram mortos em maio de 1973, em uma fazenda situada entre as cidades de Rio Verde e Jataí, em Goiás.

Em 1980, jornalistas descobriram a localização da sepultura do casal baseando-se em depoimentos que afirmavam que eles haviam sido enterrados na Fazenda Rio Doce, em Rio Verde, a cerca de 240 quilômetros de Goiânia, por ocasião dos assassinatos. O fazendeiro Sebastião Cabral e seu empregado foram encarregados de enterrar os corpos de Márcio e Maria Augusta, esfacelados por tiros. Os policiais lhes recomendaram que o sepultamento fosse feito a “[...] pelo menos 200 metros do asfalto”.

Ao saberem das investigações sobre o caso e antes que a descoberta viesse a público, três homens foram à fazenda e exumaram os restos mortais, deixando nas covas abertas apenas alguns dentes e pequenos ossos.

No Boletim Informativo do Ministério do Exército de janeiro de 1976, os nomes de Márcio e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos, mas as mortes não foram assumidas publicamente.

Em 1992, após a abertura dos arquivos do extinto DOPS/SP, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos descobriu um documento intitulado “Retorno de

Exilados”, endereçado em 1978 ao então delegado Romeu Tuma, diretor do DOPS/SP. O documento informava as mortes de Márcio e Maria Augusta em 1973. Assim mesmo, as autoridades policiais jamais informaram as mortes aos seus familiares.

O artigo intitulado “*DPF Frustra Identificação de Desaparecidos, Diz CBA*”, publicado na *Folha de S. Paulo*, de 10 de agosto de 1980, noticiou a acusação do CBA/SP de que agentes da Polícia Federal teriam violado as sepulturas de Maria Augusta e de Márcio para impedir suas identificações. Testemunhas confirmaram a remoção dos restos mortais. Segundo o jornal:

A morte de Maria Augusta e Márcio teria sido comentada nos corredores do DOI-CODI paulista, segundo o depoimento de vários presos políticos, detidos naquele órgão à época. Ainda segundo essas versões, Márcio tivera sua cabeça decepada por tiros de metralhadora e transportada para Goiânia. Depoimentos de testemunhas que presenciaram a retirada das ossadas, antontem, por policiais, afirmam que uma delas estava sem o crânio. Indício que confirmaria a versão da cabeça decepada.

Os familiares de Márcio Beck Machado acataram, segundo informações do CBA, a versão da sua morte sem insistir na elucidação das circunstâncias. Consta que à época, sem o saber, o então secretário da Segurança Pública de Goiás, coronel PM Euvaldo Vaz, tomou conhecimento da caçada a Maria Augusta e Márcio, mas só foi reconhecer Márcio Beck como parente seu (filho de seu primo-irmão), depois de ver a cabeça do rapaz. Segundo depoimentos de testemunhas, o então secretário Euvaldo Vaz teria tomado um avião em Goiânia, vindo a São Paulo e levado seu primo para reconhecer o filho. O pai fez, segundo a versão do CBA, o reconhecimento do filho e pediu um atestado de óbito, negado com a afirmação de que a “única coisa que não poderiam fornecer seria um atestado de óbito”.

A *Folha de S. Paulo*, de 17 de agosto de 1980, relatou como foi o assassinato de ambos: “*Neuza e Raimundo, levantem para morrer*”. O grito que cortou a madrugada fria de 17/05/1973, na Fazenda Rio Doce, soou como uma sentença definitiva.

Pelo relato emocionado, repleto de palavras simples do lavrador Eurípedes João da Silva, a conclusão a que chegaram os integrantes da comissão especial de juristas e parlamentares leva a uma única constatação: a morte de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz não se tratou de uma operação policial militar dos chamados órgãos de segurança e sim de um assassinato frio de dois militantes exaustivamente perseguidos.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Márcio “[...] *teria sido morto em tiroteio juntamente com Maria Augusta Thomaz, numa fazenda em Rio Verde (GO), no dia 17/5/73*”. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, atesta que, Márcio “[...] *em maio/73, foi morto em Goiás, em tiroteio, durante ação de segurança*”.

O ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, em entrevista à revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, declarou que a operação de exumação das ossadas dos dois militantes foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército que trabalhava no CIE de Brasília (DF) em 1981, depois de ter atuado no DOI-CODI/SP sob o codinome de Dr. Edgard. A matéria assim descreve os fatos:

[...] segundo Marival, em 1980 o Doutor Edgard comandou, por exemplo, uma expedição que retirou de uma fazenda em Rio Verde, em Goiás, as ossadas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomas, integrantes do MOLIPO (Movimento de Libertação Nacional), mortos em 1973 num confronto com agentes do CIE. De acordo com o fazendeiro Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados por três homens em 1980, que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas.

Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Na CEMDP, seus casos foram protocolados com os números 039/96 e 291/96, respectivamente, de Maria Augusta e de Márcio.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 039/96, de Maria Augusta Thomaz, e 291/96, de Márcio Beck Machado, na CEMDP.

Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa

Nasceu em 1950, em Caicó (RN), filho de Luís Fernandes da Costa e Francisca Jandira Torres Fernandes da Costa. Morto em 28 de maio de 1973.

Gerardo era poeta e jornalista. Durante o período em que residiu em Itu (SP), participou do jornal *Bidu*, gazeta poética e política que mobilizava a juventude daquela cidade do interior paulista. Depois, passou a morar em Sorocaba (SP), onde prestou exame vestibular na universidade local, tendo estudado até o 5º ano do curso de Medicina. Como estudante universitário, engajou-se no movimento estudantil, sendo eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sorocaba. Era amigo de Alexandre Vannucchi Leme, estudante de Geologia na USP assassinado pelo DOI-CODI/SP em 17 de março de 1973.

Segundo a versão oficial registrada no laudo de necropsia, em que seu nome aparece grafado como Geraldo, teria se suicidado atirando-se do Viaduto do Chá, localizado no centro de São Paulo. A causa da morte foi atribuída a traumatismo cranioencefálico. Paradoxalmente, o laudo oficial não registrou nenhuma outra fratura ou mesmo escoriações, prováveis em alguém que teria caído de uma altura razoável. O laudo foi assinado por Otávio D'Andréia, legista responsável por diversos laudos falsos de morte de prisioneiros políticos, a exemplo de Luiz Eurico Tejera Lisboa, morto sob tortura em 1972, na cidade de São Paulo.

Gerardo teria sido enterrado no cemitério de Perus (SP) com o nome de Geraldo. Em 27 de outubro de 1977 foi exumado e, em seguida, renumado na sepultura 537, quadra 08, gleba 02 do mesmo cemitério.

Gerardo Magela não constava da relação de mortos e desaparecidos políticos do Brasil e seus familiares não foram localizados.

As informações foram colhidas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos na documentação encontrada nos arquivos do extinto DOPS/SP e confirmadas pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Alagoas (CDHMP).

Documentos consultados:

www.dhnet.org.br
Arquivos do IEVE/SP

Nilton Rosa da Silva (Bonito)

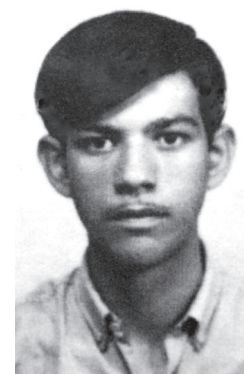
Nasceu em Cachoeira do Sul (RS). Morto em 15 de junho de 1973, no Chile, em uma manifestação de rua. Militante das Brigadas do Movimento de Izquierda Revolucionario (MIR).

Nilton foi um ativo participante do movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Sul, quando estudava no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Em decorrência da perseguição política de que foi vítima, exilou-se no Chile em 1971. Nilton, conhecido também como o *Bem Bolado*, tornou-se estudante de Letras do Instituto Pedagógico de Santiago.

De acordo com o texto "*Discurso en homenaje a Carlos Lamarca*", de autoria de Bautista van Schouwen, Nilton foi assassinado em 15 de junho de 1973, quando um grupo de alunos do Instituto Pedagógico se dirigia ao Palacio de La Moneda para apoiar o governo da Unidade Popular e foram emboscados por militantes do Partido Nacional e da Democracia Cristã. O autor do tiro mortal chamava-se Ricardo Ahumada.

Sobre sua vida e atuação no Chile, seguem trechos de um artigo de seu amigo Oscar Aguilera, escrito em junho de 2005, chamado "*Nilton da Silva, Brasileiro, Todo Este Territorio Es Tu Sepulcro*":

Quando ingressamos no Pedagógico em 1972, em pleno governo de Salvador Allende, soubemos que havia chegado uns dias antes um companheiro que se transformaria em um personagem inesquecível em pouco tempo. Havia editado um pequeno livro mimeografado chamado "Hombre América". Nilton Rosa da Silva, poeta, de



cabelos longos, militante da FER (a frente estudantil do MIR desse tempo), falador impenitente, sedutor incansável, solitário estudioso do marxismo e da poética, revolucionário internacionalista.

Nilton era um pouco mais velho que a média de idade dos nossos colegas do primeiro ano do curso de Castelhana do Pedagógico de 1972. Era refugiado político no Chile e indubitavelmente trazia um cabedal de experiências da sua pátria, que nos deixava com calafrios pensando, nesse tempo, que no Chile jamais ocorreriam essas coisas das quais Nilton havia sido testemunha e vítima no Brasil: seqüestros, torturas, assassinatos.

Nosso curso tinha marcadas inclinações pela poesia, o teatro e a música. [...] Na primeira fila sempre estava Nilton recitando um poema em português quase incompreensível, que terminava perguntando “que é liberdade?”. Mas nossos primeiros meses na Universidade do Chile foram adquirindo minuto a minuto toda a temperatura que vivia o país. Veio o sinistro Paro de outubro de 1972. Nilton também esteve na primeira linha. Esse era o seu destino evidente. Nesse tempo, trocamos livros emprestados, eu levei ao alojamento de alunos do pavilhão J, o edifício ocupado atualmente pela Filosofia, um exemplar do Canto Geral de Neruda. Ele me passou A Literatura, de Gorki. Nunca devolvemos nossos respectivos livros. Algum dia o faremos.

Recordo que quando completei dezoito anos, em novembro de 1972, muitos companheiros e companheiras do Pedagógico foram à imensa casa em que vivia na rua Olivos. Em algum momento da festa, bastante heterogênea, Nilton quis [...] lançar-se a todos pulmões com o poema que perguntava pela “liberdade”. Mas não teve êxito. Na festa seguimos adiante com as cumbias, as cuecas; a história do Chile seguiu avançando até 1973. Nosso curso conseguiu produzir uma revista de nome ETCETERA, em que aparecem poemas de Nilton.

Eu o vi pouco nesse primeiro semestre de 1973. Já quase não ia às aulas. Dedicava-me ao grupo de teatro do Pedagógico, que havia estreado uma obra também pouco compreensível para nós, mas que advertia para os terríveis riscos do fascismo: “Terror e Misérias do Terceiro Reich”. Quem nos dirigia era um brasileiro, Pedro Vianna, que como Nilton sabia o que viria se triunfasse o golpe de Estado contra Salvador Allende.

Recordo claramente o 15 de junho de 1973. Era um dia frio. Um setor de mineiros de Rancagua se levantava contra Allende e marchava até Santiago, encabeçados por grupos armados de direita. À noite escutei a notícia em um pequeno rádio: Nilton da Silva Rosa [sic] havia sido crivado de balas na San Martín com Alameda, perto do Comitê Central do Partido Socialista. Estava chovendo.

No dia seguinte, a notícia, sangrando, corre e entristece o Pedagógico e a Universidade do Chile, os refugiados brasileiros, o MIR, a esquerda chilena. Seus funerais foram gigantescos. Tremulavam milhares de bandeiras na Avenida La Paz. O cortejo multitudinário entrou cheio de ira ao cemitério.

“Companheiro Nilton da Silva. Presente, agora e sempre.” Ninguém sabia claramente que a morte de Nilton era o prelúdio do golpe militar. Seus companheiros de partido ordenaram o sepultamento em uma cova temporária. Duas semanas depois, em 29 de junho, veio a revolta militar chamada “Tancazo”. E na terça 11 de setembro, a junta militar bombardeava La Moneda e emitia sua primeira proclamação. Nilton foi enviado a uma vala comum. Seus restos mortais se extraviaram nesse momento da história do Chile. “Todo o território nacional é seu sepulcro”, como disse um verso de Ernesto Cardenal. Nós colegas, como testemunho de homenagem e memória, plantamos em frente a sua janela, no antigo pavilhão J – hoje Filosofia –, uma árvore brasileira, um jacarandá, quando se completaram vinte anos da sua morte defendendo a Constituição e a liberdade do Chile. Pusemos uma proteção metálica na frágil árvore que foi pintada de vermelho e negro como Nilton teria querido. [...]

Esta é uma das histórias que podemos contar do Pedagógico [...].

Em outubro de 1998, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos enviou carta ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, solicitando o empenho do

governo brasileiro para que o ditador Augusto Pinochet respondesse perante a Justiça pelas atrocidades e crimes cometidos. Solicitou o envio da lista dos desaparecidos políticos brasileiros no Chile, para que fosse incluída entre as acusações formalizadas contra Pinochet. Além disso, solicitou também a interferência junto ao governo chileno para que fossem devolvidos os restos mortais de Nilton e dos demais brasileiros desaparecidos no Chile. O que ainda não ocorreu.

Seu nome consta no capítulo “*Mortes no Exterior*”, do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.

Documentos consultados:

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, op. cit.

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.lashistoriasquepodemoscontar.cl

www.derechos.org/nizkor/chile

www.archivochile.com

Zoé Lucas de Brito Filho

Nasceu em 17 de agosto de 1944, em São João do Sabugi (RN), filho de Zoé Lucas de Brito e Maria Celeste de Brito. Morto em 28 de junho de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Fez o curso primário no Grupo Escolar Senador José Bernardo, em São João do Sabugi, cidade em que morou até 1958. Em 1959, mudou-se para Caicó (RN), onde conclui o curso ginásial no Ginásio Diocesano Seridoense, em 1962. Zoé completou o segundo grau (atual ensino médio) na cidade de Recife (PE), ingressando posteriormente no curso de Geografia na Universidade Federal de Pernambuco. Nessa época, participou do movimento estudantil, na capital pernambucana.

Inicialmente, foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e, a partir de dezembro de 1969, da Ação Libertadora Nacional, condição na qual foi preso em 31 de março de 1970. Permaneceu detido durante sete meses, percorrendo diversas prisões: 2ª Companhia de Guarda, Forte de Cinco Pontas e Casa de Detenção do Recife.

Antes de ser preso, Zoé era professor de Geografia, exercendo a profissão em escola particular. Depois de libertado, ficou alguns meses no Recife, mas, diante do cerco e das ameaças policiais, viajou para São Paulo. Nesta cidade passou a trabalhar como corretor de imóveis.

Seu corpo foi encontrado dilacerado sobre os trilhos da estação de trem Ipiranga, em São Paulo, em 28 de junho de 1973. As circunstâncias de sua morte continuam obscuras.

A testemunha que comunicou ao seu irmão o falecimento de Zoé não se identificou.

Atualmente, seus familiares buscam elementos de prova com o objetivo de obter o reconhecimento da responsabilidade da União pelo assassinato de Zoé Lucas de Brito Filho.

Estas informações foram fornecidas pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Alagoas (CDHMP).

Seu nome não constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e nenhum requerimento sobre seu caso foi encaminhado para a apreciação da CEMDP.

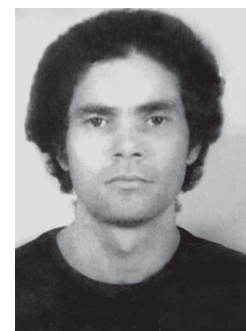


Edgar Aquino Duarte

Nasceu em 22 de fevereiro de 1941, em Bom Jardim (PE), filho de José Geraldo Duarte e Francisca Maria Duarte. Desaparecido em junho de 1973.

Após terminar o 2º grau (atual ensino médio), Edgar ingressou na Marinha, tendo realizado vários cursos e chegado a cabo do Corpo de Fuzileiros Navais.

Participou, em 1964, da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, opondo-se ao golpe de Estado. Em consequência de sua destacada atuação na famosa revolta dos marinheiros ocorrida em março daquele ano, em junho foi obrigado a exilar-se no México. Mais tarde viajou para Cuba. Retornou ao Brasil em outubro de 1968 e viveu clan-



Documentos consultados:

www.dhnet.org.br

destinamente em São Paulo até sua prisão, em junho de 1971, realizada por DOPS/SP e DOI-CODI/SP. Nessa ocasião, trabalhava como operador na Bolsa de Valores.

No livro *Brasil: Nunca Mais*, há a seguinte informação sobre Edgar:

Entrou em contato com seus pais no Recife, permaneceu dois meses em Bom Jardim (PE) e depois foi para São Paulo, onde montou uma imobiliária com um sócio [...] Sempre trabalhando, não tinha contato com antigos companheiros. Por coincidência, certo dia, Edgar encontrou-se com o “Cabo Anselmo”, que lhe disse ter chegado de Cuba, estando sem trabalho e moradia. Edgar o levou para morar em seu apartamento.

Foi preso em seu apartamento, onde hospedava José Anselmo dos Santos, o *Cabo Anselmo*³, e levado com o nome falso de Ivan Marques Lemos. Segundo Elio Gaspari, há duas versões para a prisão de *Cabo Anselmo*, e nas duas acabaria preso na casa de Edgar Aquino Duarte após ter sido reconhecido em um hotel ou terem rastreado um cheque de Edgar. Essa versão foi contestada pelo próprio Anselmo em seu depoimento publicado em abril de 1984, no livro *Por Que Eu Traí: Confissões de Cabo Anselmo*, em que ele diz que não teria sido preso:

Aí voltamos para o Rio de Janeiro e reatamos o contato com o Quaresma [Edson Neves Quaresma] e o Fujimori [Yoshitane Fujimori]. Quando eles morreram havia contatos alternativos com o pessoal da ALN. [...] Depois da morte de Fujimori, resolvi cair fora. O Palhano [Aluísio Palhano Pedreira Ferreira] falhou a dois ou três contatos, então eu pensei: o próximo sou eu. Posso ter a alternativa de decidir isso em liberdade ou me deixar prender e ter que fazer, mas aí já com a iniciativa do pessoal da polícia. Mas se tomo a iniciativa é uma questão que tomo em liberdade. Foi essa a iniciativa que tomei...

[...] Identifiquei o telefone do DOPS, fiz uma chamada telefônica. Disse que queria falar com o doutor Fleury e que era um elemento que estava atuando na guerrilha urbana, embora não tivesse praticado nenhum crime maior; que tinha estado em Cuba e que estaria em tal lugar em tal hora. O local foi o Museu do Ipiranga, porque tinha ampla visão, poderia ver que estava só, não havia problema nenhum. Aí uma equipe foi lá, me pegou e me levou para o DOPS. Daí fui levado à presença do doutor Fleury, e ele disse: “Olha, meu nome é fulano de tal, patati, patatá”. Conteí toda a história e disse: “a minha não é essa, ponto final”.

[...] Daí ele me deu papel, lápis, veio gente do Exército e da Marinha para fazer interrogatórios. Sempre na base do papel e lápis. Depois havia um bate papo, depois mais papel, mais lápis, esclarecimento de detalhes. Então tudo o que aconteceu a partir daquele momento de 1964 da mesma maneira que estou lhe dizendo hoje, foi colocado para o pessoal da polícia. E a maneira como atuavam os grupos e a maneira como estavam esses grupos no Brasil, uma estimativa de quantas pessoas existiam, das dificuldades que tinham, do que se pensava – do que pensava inclusive o Lamarca – sobre as condições de continuar operando ou não. Foi colocado tudo. “Qual o seu próximo contato?” Fulano de tal, em tal lugar, e pronto.

Em outro trecho do livro, Anselmo reafirmou o relato:

E depois do Palhano então é que chegou a minha decisão de entregar todo o trabalho, porque eu fui a três contatos com o Palhano e ele não apareceu.

De acordo com o delegado Carlos Alberto Augusto, em entrevista publicada no jornal *O Globo* de 18 de junho de 2000, Anselmo teria sido preso, sozinho, em 30 de maio de 1971, por agentes do DOPS/SP. Nessa época, o ex-militante Anselmo se tornaria um agente policial infiltrado na VPR. Augusto, porém, na época era um policial que atuava sob as ordens do delegado Sérgio P. Fleury e se tornou um agente infiltrado na VPR, utilizando o codinome de *César*, citado no caso do Massacre da Chácara São Bento.

Estas versões teriam sido desmentidas pelo próprio Edgar Aquino Duarte, de acordo com matéria de Henrique Lago publicada na *Folha de S. Paulo*, em 14 de outubro de 1979. Segundo a matéria, Altino Dantas Jr., que esteve preso no DOPS/SP junto com Edgar, lembra que ele lhe contou sobre sua prisão com Anselmo, em 2 de junho, à noite, em seu apartamento.

Em uma ficha da Coordenação de Execução do DOI-CODI/SP, encontrada no arquivo do DOPS/SP, consta que Edgar foi preso em 13 de junho de 1971, para averiguações.

3. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo* ver também os casos de José Maria Ferreira Araújo, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira e José Raimundo da Costa (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma (1973).

É controversa a data na qual Anselmo começou a colaborar com os órgãos de segurança, pois há indícios de que seu trabalho como agente infiltrado nas organizações de esquerda tenha se iniciado antes de sua suposta prisão. Os depoimentos de Anselmo encontrados no DOPS/SP, um deles datado de 4 de junho de 1971, e já mencionados em outros casos, não deixam dúvidas sobre os alvos de sua perseguição: os dirigentes da VPR e das demais organizações que mantinham contato com ela. Anselmo teria sobrevivido simulando não ter sido preso, tornando-se uma “isca” para atrair contatos.

Edgar permaneceu preso na cela 4 do “fundão” (conjunto de celas individuais, isoladas) no DOPS/SP, durante três meses. Em agosto de 1971, esteve no DOI-CODI/RJ, quando conversou com os presos Manoel Henrique Ferreira e Alex Polari de Alverga. Em outubro e novembro de 1971, esteve no DOI-CODI/SP, onde também foi visto por Manoel Henrique Ferreira. Em julho de 1972, esteve no Regimento de Cavalaria localizado no Setor Militar Urbano de Brasília por oito ou nove meses, retornando ao DOPS/SP, onde foi visto entre 19 de março e junho de 1973.

Durante todo esse período, conviveu com diversos presos políticos, contando sua vida de prisão e torturas. Edgar dizia ter tido uma entrevista com um oficial do Exército que lhe dissera que seu caso estava à disposição do CIE.

Visto pela última vez em junho de 1973, no DEOPS/SP, estava barbudo, cabeludo e muito debilitado fisicamente. Os carcereiros retiraram-no da cela no “fundão” do DOPS/SP e o levaram para um corredor e diziam que ele deveria tomar sol porque, em breve, seria libertado. Mas isso era uma farsa, Edgar comentou rapidamente com outros presos: “*Eles vão me matar e dizem que eu vou ser libertado*”. Em uma dessas vezes, ele foi conduzido encapuzado para a carceragem, onde foi espancado e um de seus algozes gritou: “*Você mexeu com segredo de Estado, você tem que morrer*”.

Nos corredores do DOPS/SP, comentava-se que ele teria descoberto a atuação de *Cabo Anselmo* como agente policial infiltrado nas organizações de esquerda e responsável por uma série de prisões e assassinatos de ativistas políticos. O que ficou evidenciado por ocasião da prisão, tortura e morte de seis militantes da VPR no Recife, em janeiro de 1973, operação comandada pelo delegado paulista Sérgio P. Fleury e efetuada graças aos “serviços” de *Cabo Anselmo*. Testemunha e sobrevivente dessa chacina, Jorge Barret Viedma, irmão de Soledad Barret Viedma, assassinada na operação, quando esteve preso no DOPS/SP com Edgar, ele lhe confirmou essa informação.

Em julho de 1973, o advogado Virgílio Lopes Enei entrou com um pedido de *habeas corpus* em favor de Edgar. O delegado do DOPS/SP, Alcides Singilo, informou que Edgar já havia sido libertado e, quando sua informação foi desmentida, pois Edgar não entrou em contato com ninguém da família, ele respondeu: “*Talvez ele tenha medo de represálias dos elementos de esquerda e por isso tenha evitado contatos com a família ou talvez já tenha sido morto por esse pessoal*”.

A prisão e o desaparecimento de Edgar foram testemunhados por todos os presos políticos que se encontravam recolhidos nos órgãos de repressão por onde passou. Entre as muitas testemunhas de sua prisão que denunciaram o seu desaparecimento na Justiça Militar, estão José Genoíno Neto, Ivan Akselrud Seixas, Paulo Vannuchi, Manuel Henrique Ferreira, Carlos Vítor Alves Delamônica, Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles.

No relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, há a seguinte menção a Edgar: “[...] em 10 de agosto de 1968 como elemento atingido pelo AI-5 com o nome de soldado F.N. *Edgard de Aquino Duarte*, n. 60.30136-SPC”.

Seu nome foi encontrado no arquivo do DOPS/PR, entre as 17 fichas de uma gaveta identificada com a palavra “*falecidos*”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95, e na CEMDP seu caso foi protocolado com o número 029/96.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma rua do bairro Cidade Dutra.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 029/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do Mar: o Movimento dos Marinheiros e o Golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

GASPARI, Elio, op. cit, p. 344-349.

RIBEIRO, Octávio, op. cit, p. 63, 81.

Pai e filho desaparecidos



José Porfírio de Souza

Nasceu em 12 de julho de 1913, em Pedro Afonso (GO, hoje TO), filho de Teófilo de Souza e Maria Joaquina de Jesus. Desaparecido em 7 de junho de 1973. Militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Em 1949, com outros camponeses de Pedro Afonso, mudou-se para a região de terras devolutas e férteis ao norte da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), atualmente município de Ceres (GO), próxima ao rio Tocantins, em Goiás (atual divisa com o estado do Tocantins), fundada em 1941. Em 1951, grileiros tentaram tomar as terras dos camponeses dessa região, que não aceitaram as tentativas de expulsá-los. Articulou-se, então, um movimento de resistência que marcou a história da luta pela reforma agrária no país, mais conhecido como a revolta popular de Trombas e Formoso. Em virtude do grau de mobilização e conscientização, vários círculos acadêmicos e políticos pontuam que ali havia um território liberado, face ao grau de organização política, econômica e social dos camponeses que lutaram para garantir suas terras.

Porfírio era uma das principais lideranças desse movimento em Trombas enquanto em Formoso, inicialmente, se destacou o camponês José Firmino. Em 1954, no auge dos confrontos, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sediados na CANG dirigiram-se à região para ajudar a organizar o movimento. Algumas fontes sinalizam contatos de Porfírio com o PCB anteriores à sua ida à região, mas, por volta de 1956, ele já era um militante e também a expressão política maior dessa luta, secundado pelos históricos quadros do PCB enviados à região: José Ribeiro, Dirce Machado, Geraldo Marques e João Soares. O movimento, por meio da Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas, manteve-se organizado e, a partir de 1956, foram criados os “Conselhos de Córregos”, que facilitaram e dinamizaram as atividades do movimento em toda a área. Os conflitos armados e políticos para o equacionamento da questão fundiária duraram até 1961, quando foi selado um acordo com o governador Mauro Borges, que distribuiu cerca de 20 mil títulos de propriedade.

Na fase inicial da luta, faleceu sua primeira esposa, Rosa Amélia de Faria, após um ataque da polícia e de jagunços que incendiaram seu barracão. Rosa teve um ataque cardíaco fulminante, deixando órfãos seus seis filhos. Ele então escreveu ao governador um bilhete com os seguintes dizeres: “*Excelência, daqui por diante ninguém abusa mais de mim*”. E foi buscar o rifle.

Sua segunda esposa foi Dorina Pinto da Silva, com quem teve mais 12 filhos.

Ajudou a criar a Associação dos Trabalhadores Camponeses de Goiânia, em 1962, e participou do Congresso dos Camponeses de Goiânia, nesse mesmo ano, e do de Belo Horizonte, em 1963.

Foi eleito, em 1962, deputado estadual pela coligação PTB-PSB, sendo o segundo mais votado no estado, com 4.663 votos. Seu mandato foi cassado pelo AI-1, em 9 de abril de 1964.

Depois do golpe militar de 1964, José Porfírio voltou à região de Trombas e Formoso para tentar organizar alguma resistência armada, mas não obteve sucesso. Seus companheiros opuseram-se à iniciativa por entenderem que seria um ato isolado, à medida que, frustrando as expectativas, Mauro Borges também aderiu ao golpe em Goiás e não havia sinais de resistência em curso no restante do país. Fugiu em seguida com alguns companheiros em uma

épica jornada de 18 dias de canoa, rio Tocantins acima, até a cidade de Carolina, no Maranhão, vivendo clandestinamente no sul do estado. Anos depois, embora isolado, tomou conhecimento dos rumos tomados pelo PCB a partir das Resoluções do VI Congresso, que reorientou sua estratégia política para o caminho pacífico. Descontente com essas teses, desligou-se do partido e integrou-se inicialmente à Ação Popular (AP).

Em 1968, participou do grupo dissidente da AP liderado pelo padre Alípio de Freitas e pelo ex-presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant, que fundou o PRT.

Em 1964, seu filho Durvalino Porfírio foi preso e torturado para que informasse o paradeiro de seu pai. Em consequência das torturas, enlouqueceu e desapareceu inexplicavelmente do manicômio. Outro filho seu, Manoel Porfírio, foi preso político durante sete anos em São Paulo, condenado pela Justiça Militar por ser militante do PRT. Ao sair da prisão, integrou-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, na busca pelos restos mortais e circunstâncias da morte do pai e do irmão. Manoel Porfírio, porém, morreu em um acidente de carro, em 1994.

Porfírio foi preso na Fazenda Rivião Angelical (MA), em 1972, e levado para o PIC, em Brasília (DF). Em seguida, foi processado e condenado a seis meses de prisão, acusado de ser um dos organizadores do PRT. Foi solto em 7 de junho de 1973. Nesse dia, almoçou na casa de sua advogada, Elizabeth Diniz, que o levou até a rodoviária de Brasília, para embarcar no ônibus que o transportaria até Goiânia (GO), já tendo passagem comprada. Em Goiânia, reencontrou-se com seu amigo de lutas do PCB, José Sobrinho, tendo pernoitado na casa dele. Saiu pela manhã para ir ao banco buscar vencimentos remanescentes de seu mandado de deputado e pretendia retornar para o almoço e depois despedir-se. Depois dessa manhã, José Porfírio nunca mais foi visto.

Alguns meses depois, surgiu o boato de que Porfírio teria sido morto. Sua advogada comunicou o fato à Auditoria Militar em Brasília, que negou a possibilidade de fazer algo a respeito. Nesse momento, o advogado Luís Carlos Sigmaringa Seixas, da OAB/DF e, depois, membro do CBA/DF, iniciou um movimento para localizá-lo, sem sucesso.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 015/96.

Em 2004, foi produzido pela TV Cultura e Ministério da Cultura um documentário sobre sua vida chamado de *Cadê Porfírio*, de Hélio de Brito, lançado no circuito comercial em 2007.

Durvalino Porfírio de Souza

Nasceu em 23 de outubro de 1947, em Pedro Afonso (GO), filho de José Porfírio de Souza e Rosa Amélia de Faria. Desaparecido em 1973.

Manoel Porfírio, seu irmão, denunciou que Durvalino foi preso em abril de 1964 e torturado para dizer onde o pai estava escondido, e que, em consequência das torturas, sofreu fortes distúrbios mentais.

Ele foi internado em um manicômio de Goiânia (GO), de onde desapareceu inexplicavelmente, em 1973, mesmo ano em que ocorreu o desaparecimento do seu pai, quando havia acabado de sair da prisão.

Era casado e tinha filhos. Segundo relatos de seus irmãos, Durvalino não participava de organização política, mas era muito apegado ao pai.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 005/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

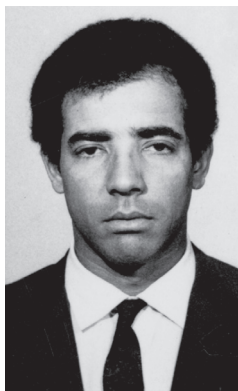
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 015/96, de José Porfírio, e 005/96, de Durvalino Porfírio, na CEMDP.

CABRAL, R.; Lapa, R. (Org.), op. cit.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.



Luiz José da Cunha (*Crioulo*)

Nasceu em 2 de setembro de 1943, no Recife (PE), filho de José Joviano da Cunha e Maria Madalena da Cunha. Morto em 13 de julho de 1973. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando ainda era estudante do Colégio Estadual Beberibe. Logo se destacou e se tornou membro do Comitê Secundarista do partido em Pernambuco até 1963, quando foi estudar na escola do Konsomol – Juventude Comunista da URSS. Lá realizou cursos de Filosofia, Economia Política e Ciência Social, além de História do Movimento Operário. Gostava de ler e adquiriu uma ampla cultura geral sobre história e geografia política.

Retornou da antiga URSS após o golpe de Estado de 1964 e, impossibilitado de voltar para Recife, onde era procurado pelo DOPS, fixou residência no Rio de Janeiro. Ali se integrou à Seção Juvenil do Comitê Central do PCB e se tornou um dos principais formuladores das políticas específicas para os estudantes e a juventude em geral.

Como membro da Seção Juvenil assistia e orientava o Comitê Secundarista da Guanabara, quando conheceu Iuri Xavier Pereira (assassinado em junho de 1972) de quem se tornou grande amigo, bem como de sua família, incluindo Alex Xavier Pereira, também assassinado pela ditadura em 1972.

No final de 1967 se desligou da Seção Juvenil e integrou à dissidência do PCB liderada por Carlos Marighella, que, depois, formou a ALN. Nessa época contraiu tuberculose e dela se curou após tratamento em São José dos Campos (SP), numa clínica de amigos de Marighella.

Em fins de 1968, esteve em Cuba participando de treinamentos de guerrilha. Voltou clandestinamente ao Brasil. Integrante do Comando Nacional da organização, tornou-se o principal dirigente da ALN. Teve participação fundamental na elaboração do documento “Política de Organização”, que iniciou, em junho de 1972, um debate sobre os problemas e as perspectivas da luta armada na ALN.

Desempenhou importante papel na formação de jovens militantes, pois, além das suas qualificações como quadro político experimentado, era determinado e ponderado, contribuindo para o trato com a vida na clandestinidade e a luta política.

Na ALN, *Crioulo* – como era conhecido – manteve a serenidade mesmo quando vários companheiros foram mortos e se fechava o cerco da repressão política, sempre tentando fortalecer os laços com outras organizações de esquerda, certo de que a tarefa exigia a unidade dos que tinham os mesmos ideais.

Até a preparação do requerimento sobre seu caso apresentado na CEMDP, a informação que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos dispunha era a de que Luiz fora fuzilado pela equipe do Grupo Especial do DOI-CODI/SP, chefiada pelo agente conhecido como *Capitão Nei* e pelo tenente da PM *Lott*, na altura do nº 2200 da avenida Santo Amaro, em São Paulo, em 13 de julho de 1973.

Revelações publicadas na revista *Véja*, de 20 de maio de 1992, indicam que Crioulo foi delatado aos órgãos de segurança pelo médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI/SP de “Jota”, um ex-militante da ALN que atuou como “cachorro”, um agente infiltrado na organização. Ele teria delatado pelo menos 11 militantes que foram assassinados, entre eles, todos os integrantes da direção da ALN a partir de 1973⁴.

A versão oficial divulgada em 14 de julho de 1973 pelo *Jornal da Tarde* e reafirmada no documento do DOI-CODI/SP encontrado no arquivo do DOPS/SP, afirma que:

Ao receber voz de prisão, o referido elemento reagiu violentamente, abrindo fogo contra os agentes do DOI, utilizando uma pistola automática que portava. Após intenso tiroteio, caiu ferido, vindo a falecer quando era transportado para o Pronto Socorro Santa Paula. Mesmo depois de ferido, o terrorista tentou apropriar-se de um carro que era

4. De acordo com matérias publicadas pela revista *Véja* (em 20 de maio e em 18 de novembro de 1992) com base em depoimento do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, a atuação de *Jota* “permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. [...] A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN”. A revista citou nominalmente, entre os que morreram em consequência dessas delações, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okama, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski, Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuele Penteadou.

ocupado por duas moças e, fazendo uso de sua arma, efetuou disparos, ferindo-as. O referido elemento portava documentos falsos com nome de José Mendonça dos Santos, mas foi identificado como sendo, de fato, Luiz José da Cunha (“Criolo”), do Comando Nacional da ALN.

A requisição de exame necroscópico ao IML/SP, de 13 de julho de 1973, apresenta a letra T manuscrita, indicando tratar-se de indivíduo considerado “terrorista”, forma utilizada pelos órgãos de segurança de São Paulo para identificar dissidentes políticos assassinados.

Foi enterrado no Cemitério de Perus, em São Paulo, como indigente. Seus restos mortais, que estavam sem o crânio, foram exumados em 1991 e levados para a Unicamp para identificação. Em 2001, as ossadas da Vala de Perus e algumas outras resgatadas de diferentes lugares, que se encontravam na Unicamp, foram transferidas para o IML/SP na tentativa de dar continuidade aos trabalhos de investigação e identificação dos restos mortais de militantes.

Além da ocultação de seu corpo, o atestado de óbito informava que sua cor era *branca*. Inicialmente a cargo da Unicamp, o exame das ossadas foi prejudicado porque o sangue de Maria Madalena, sua mãe, foi mal acondicionado e o fato só foi comunicado à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos após o seu falecimento. Fortunato Badan Palhares, então chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, dizia informalmente que exames de DNA haviam sido feitos em Minas Gerais com resultado negativo, mas o laudo nunca foi apresentado.

Desde que as ossadas foram transferidas para o IML/SP, em 2001, a Comissão de Familiares passou a solicitar que os legistas da instituição tentassem um novo exame de DNA. Somente cinco anos depois, por meio da intervenção do Ministério Público Federal de São Paulo, foi feito um exame de DNA do sangue que estava no frasco danificado para compará-lo com o sangue do irmão de Luiz José da Cunha recolhido por Iara Xavier Pereira, em nome da CEMDP, comprovando ser o sangue compatível com o da mãe de Luiz. Finalmente, em junho de 2006, o Laboratório Genomic identificou que aquela era a ossada de *Crioulo* e sua cor no atestado de óbito foi retificada para negra a pedido do Ministério Público Federal.

A cerimônia do traslado de seus restos mortais começou em São Paulo, em 1º de setembro de 2006, com um ato inter-religioso na Catedral da Sé, quando Amparo Araújo, a viúva de Luiz, recebeu oficialmente a urna com os seus restos mortais. Foi sepultado em 2 de setembro, no Cemitério Parque das Flores, no Recife, ao lado do túmulo de sua mãe, após velório e homenagens na sede do Movimento Tortura Nunca Mais/PE.

Seus familiares e companheiros acreditaram na versão policial durante muitos anos, até que, com o acesso aos arquivos do DOPS/SP e o encontro das fotos de seu corpo, se pôde constatar a morte sob tortura.

Além disso, o depoimento do ex-presos político Fernando Casadei Salles, encaminhado à CEMDP em 15 de abril de 1996, ajudou a esclarecer o local em que ocorreu a morte de Luiz: *[...] aos gritos de que o “Crioulo” já era! [...], os policiais comemoravam o êxito da operação. O clima de histeria estabelecido só seria superado pela chegada da caravana, quando as comemorações atingiram níveis indescritíveis. Imediatamente, um corpo, aparentemente inerte, foi retirado de uma das peruas e, coberto com um cobertor, foi estendido em frente à porta de entrada que dava acesso aos setores de carceragem e tortura daquele organismo policial. Não obstante do meu ponto de observação não ter sido possível a visualização concreta do cadáver de Luiz José da Cunha, não tenho dúvidas em afirmar tratar-se do próprio, por ter escutado várias vezes e insistentemente referências ao seu nome.*

O caso (308/96) na CEMDP foi relatado oralmente por Suzana Keniger Lisbôa, com base nas fotos obtidas no arquivo do DOPS/SP, cujos negativos foram emprestados à relatora pelo Arquivo Público de São Paulo. As 11 lesões evidentes no rosto, nenhuma provocada por tiro, não foram suficientes para a aprovação de requerimento da família, encontrando resistência entre alguns membros da CEMDP.

Decidiu-se então por enviar as fotos do arquivo do DOPS/SP para a realização de parecer do perito Celso Nenevê, como também o laudo de Luiz, assinado pelos legistas Harry Shibata e Orlando J. B. Brandão. A conclusão do perito provou a falsidade da versão oficial.

As contradições entre as informações sobre o local exato da morte; o fato de Luiz José ter dado entrada no IML/SP trajando apenas “*cueca de nylon vermelha e meias pretas*”; de ter sido levado ao DOI-CODI/SP e de seu corpo ter permanecido no IML pouco mais de 12 horas, sendo enterrado como indigente, embora identificado pelo próprio DOI-CODI/SP, foram os indícios apontados para a contestação da versão oficial.

O parecer do perito Celso Nenevê afirma:

O quadro das lesões contusas que a vítima apresenta na face não coaduna com a terminologia “tiroteio” (alusão às circunstâncias em que se deu o fato que culminou com a morte de Luiz José da Cunha), uma vez que, necessariamente, indicam uma proximidade do oponente quando de suas produções. Considerando ainda o número de lesões contusas, a sede de suas produções, a presença de reação vital, e a similaridade de suas formas, infere o signatário, em consonância com o Professor França, que estas características são indícios contundentes de dominação cruel e/ou tortura, ou seja, “[...] lesões de formas idênticas, mesmo em regiões diferentes, pode-se pensar em sevícia [...]”.

E acrescenta, considerando as afirmações do Laudo de Exame Cadavérico:

“(1) [o] encéfalo que nada apresentava de anormal” e (2) “Na cavidade torácica nada digno de especial menção foi consignado.”, infere o Perito que as circunstâncias em que se deram o “tiroteio” e o posterior traslado de Luiz José da Cunha para o Pronto-Socorro Santa Paula, quando faleceu, são atípicas, já que não é de se esperar o óbito de forma rápida, uma vez que nenhuma lesão em órgão vital, como coração e cérebro, foi evidenciada, nem tampouco nenhum dano a vasos calibrosos; sendo descrito somente lesões para o estômago e intestino.

E conclui:

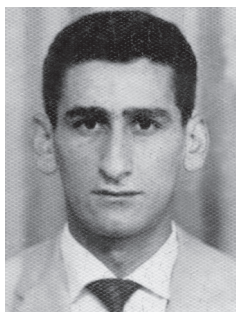
[...] “ferimento perfuro-contuso transfixante no terço médio da coxa direita com fratura e desvio completo do fêmur”, estado patológico que certamente o impossibilitaria, a partir da formação dessa lesão, de se deslocar em estado de fuga (como mencionado, ele teria se deslocado do nº 2200 até o nº 2000 da Av. Santo Amaro). É absolutamente lógico inferir que uma vez ferida nessa condição a citada vítima tivesse, inclusive, dificuldades de sequer se manter em pé.

Com os dados novos do parecer, o caso foi reapresentado para votação após dois pedidos de vistas, do general Oswaldo Pereira Gomes e de João Grandino Rodas, sendo aprovado em 10 de abril de 1997 por 6 votos favoráveis e 1 voto contrário. O general Oswaldo Pereira Gomes votou contra a aprovação do caso, argumentando que as marcas no corpo de Luiz eram provenientes de queda durante o tiroteio e não de tortura.

Em sua homenagem, o MTNM/PE produziu o documentário *Comandante Crioulo*, por ocasião do traslado de seus restos mortais para Recife, em 2006.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 308/96, na CEMDP.



Helber José Gomes Goulart

Nasceu em 19 de setembro de 1944, em Mariana (MG), filho de Geraldo Goulart do Nascimento e de Jandyra de Souza Gomes. Morto em 16 de julho de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Segundo depoimento de suas irmãs, Maria do Carmo e Elba:

Estudou até a segunda série ginásial em Mariana, no Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Começou a trabalhar muito cedo: aos 11 anos, entregando jornais; aos 13 anos, no escritório da fábrica de tecidos de Mariana e, pouco depois, como datilógrafo, na Prefeitura.

Foi para São Paulo em 1961, com 17 anos, em busca de melhores condições de trabalho, lá permanecendo até 1963.

Iniciado na luta política através de seu pai, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nesse mesmo ano juntou-se ao Grupo dos Onze.

Após o golpe de 1964, Helber foi julgado na Auditoria Militar de Juiz de Fora e, em seguida, mudou-se para o Mato Grosso, para trabalhar na construção da Hidrelétrica de Urubupungá [atual cidade de Ilha Solteira, na região oeste do Estado de São Paulo, próximo à divisa com Mato Grosso do Sul], como apontador. Revoltou-se profundamente com as péssimas condições de trabalho e segurança a que eram submetidos os operários. Retornou a Mariana em 1968, mudando-se para Ouro Preto em 1969, quando se integrou à ALN.

Antes de se vincular à ALN, Helber participou da Corrente. Conhecido como “Euclides” entre os militantes da ALN, partiu em 1971 para São Paulo, já vivendo na clandestinidade. A partir de então, os contatos com a família foram sendo feitos por meio de cartas e de raros encontros.

Em uma carta enviada à família, em 8 de outubro de 1971, ele brincava dizendo que trabalhava 25 horas por dia, pois levantava sempre uma hora mais cedo e não tinha tempo para paquerar. Dizia que os problemas não se resolveriam no plano individual e sim coletivamente; recomendava às irmãs bons livros e bons filmes: *Queimada*; *Os Estranhos Caminhos de São Tiago*; e também a leitura do jornal alternativo *O Pasquim*. Criticava o sistema político e econômico, o ufanismo exagerado, a política de massificação, despedindo-se com afeto e saudades. Sua última carta é de 7 de setembro de 1972.

Em novembro de 1972, estava com Aurora Nascimento Furtado quando foram cercados pela repressão política no Rio de Janeiro. Ele conseguiu fugir, mas Aurora foi presa e morta sob tortura.

Os últimos encontros com seus familiares ocorreram em março e junho de 1973, pouco antes de sua morte. Sua prisão certamente foi consequência do trabalho do médico João Henrique Ferreira de Carvalho, o *Jota*, um ex-militante da ALN que atuou como agente policial infiltrado na organização – “cachorro”, de acordo com a denominação dada pelos órgãos de repressão política, conforme matérias publicadas pela revista *Veja*. *Jota* foi citado como modelo de infiltração pela antiga Escola Nacional de Informações (ESNI) e, segundo a reportagem, teria delatado vários militantes, entre eles estão todos os integrantes da direção da ALN a partir de 1973⁵.

Não se sabe ao certo desde quando Helber passou a ser controlado pelos órgãos de segurança, já que as regras da vida clandestina podem lhe ter permitido escapar desse controle de tempos em tempos. Helber teve o último encontro com José Júlio de Araújo, na avenida Jabaquara, pouco antes de José Júlio ser preso e assassinado, em 18 de agosto de 1972. Segundo as reportagens citadas, *Jota* teria iniciado sua atuação como agente infiltrado no fim de 1972, mas não são apresentados mais detalhes a respeito dessa informação.

A versão oficial é de morte em tiroteio, às 1h30min de 16 de julho de 1973, nas imediações do Museu do Ipiranga, em São Paulo, e foi publicada na *Folha da Tarde*, de 19 de julho de 1973 com o título “*Cai Morto Outro Terrorista*”. Segundo documento intitulado “Informação 2.100”, de 19 de setembro de 1973, encontrado no arquivo do DOPS/SP, Helber teria morrido por volta de 1h30min, de 16 de julho, em confronto com agentes de DOI-CODI/SP. Esta versão é mantida, sem especificar o horário, no relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 5 de fevereiro de 1993, assinado pelo ministro da Marinha, Ivan da Silveira Serpa.

Segundo denúncia no livro *Dos Presos Políticos Brasileiros*, publicado em Portugal em 1976 pela Editora Maria da Fonte:

[...] na verdade, Helber foi preso pelo DOI-CODI/SP dias antes, o que é confirmado pelo testemunho de algumas pessoas que, naquela época, se achavam detidas no DOI. Tais pessoas viram Helber com a cabeça enfaixada, sendo certo que ele chegou a ser internado no Hospital Geral do Exército (HGE).

5. De acordo com matérias publicadas pela revista *Veja* (em 20 de maio e em 18 de novembro de 1992) com base em depoimento do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, a atuação de *Jota* “permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. [...] A partir de 1973, *Jota* delatou todos os comandos da ALN”. A revista citou nominalmente, entre os que morreram em consequência dessas delações, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okama, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski, Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Pentead.

Sua família tomou conhecimento da morte em 18 de julho de 1973 pela televisão e, em 19 de julho, por meio de jornais. Os familiares não tiveram acesso aos seus objetos pessoais: documentos, roupas, livros e outros pertences.

O laudo do exame cadavérico do Instituto Médico Legal foi solicitado pelo delegado Romeu Tuma, na época chefe do Setor de Inteligência do DEOPS/SP.

O atestado de óbito foi assinado pelos legistas Harry Shibata e Orlando J. B. Brandão. A requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado Romeu Tuma, anota que Helber foi morto às 16 horas de 16 de julho, mas no verso consta que o corpo deu entrada no necrotério às 8 horas do mesmo dia. Ou seja, oito horas antes do horário de sua morte registrado na requisição assinada por Romeu Tuma e quatro horas e meia antes de ser abordado por agentes de segurança, conforme a versão oficial divulgada no jornal *Folha da Tarde*, citada anteriormente.

O laudo descreve diversos ferimentos, sem referir-se às marcas de tortura.

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, na cidade de São Paulo, onde sua ossada permaneceu até 1990. Seus restos mortais foram exumados e identificados pela equipe da Unicamp e, em 13 de julho de 1992, trasladados para Mariana, onde ocorreu o sepultamento no Cemitério de Santana, após missa celebrada por D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB. Antes, D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, celebrou missa na Catedral da Sé em homenagem a Helber, Frederico Eduardo Mayr e Emanuel Bezerra dos Santos, junto com as urnas contendo seus restos mortais já identificados.

Segundo o relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda, Helber já estava morto em 16 de julho. Na verdade ele teria sido morto antes das 8 horas da manhã, horário da entrada de seu corpo no necrotério.

O laudo necroscópico descreve equimoses e afirma que foi morto por choque hemorrágico oriundo de ferimento transfixante do pulmão no seu lobo inferior. Nilmário Miranda observa que, “[...] *dadas as características do ferimento, a trajetória do projétil foi de frente para trás, da esquerda para a direita e de cima para baixo*”. Como Helber media 1,88 m, tal disparo provavelmente foi efetuado com o corpo caído ao chão. Na foto do corpo, em que ele aparece sem barba, são visíveis marcas no pescoço não descritas no laudo.

O caso (241/96) na CEMDP foi aprovado por unanimidade em 14 de maio de 1996.

Embora não conste do seu voto, Nilmário Miranda relatou à CEMDP, tempos depois, que, após o julgamento do caso, mostrou ao perito Celso Nenevê a foto do rosto de Helber morto e o perito fez uma observação surpreendente: Helber não estava morto quando aquela foto foi tirada. Havia nela o registro de um *rictus* de dor, com vincos marcando a testa, incompatíveis com o rosto de um cadáver.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Jardim Atlântico.

Documentos consultados:

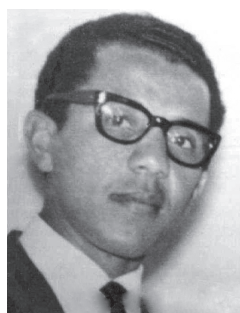
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 241/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.



Rosalindo Souza (Mundico)

Nasceu em 2 de janeiro de 1940, em Itaguassu, comarca de Saúde (BA), filho de Rosalvo Cypriano Sousa e Lindaura Correia de Sousa. Desaparecido em 16 de agosto de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrou o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Mudou-se com sua família, em 1945, para Itapetinga (BA), onde concluiu o curso ginasial no Centro Educacional Alfredo Dutra.

Em 1957, iniciou o curso científico (atual ensino médio) no Colégio Antônio Vieira, em Salvador (BA), interrompendo-o em 1959 por causa do serviço militar obrigatório feito no Quartel do 19º BC, como soldado de Artilharia. Em 1961, voltou a residir em Itapetinga, assumindo as funções de diretor da Secretaria da Câmara Municipal. Retornou mais tarde a

Salvador onde concluiu o curso de contabilidade no Instituto Valença e ingressou na Escola de Direito da UFBA. Nessa época, era também escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC) e estava à disposição do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como secretário do Serviço Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra.

Militante ativo do movimento estudantil, em 1968 foi eleito presidente do Diretório Acadêmico de sua escola e, em função disso, em 1969 foi impedido arbitrariamente de se matricular no 4º ano da faculdade.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro e terminou o curso na Faculdade Cândido Mendes. Ao terminá-lo, retornou a Itapetinga, inscreveu-se na OAB/BA em 31 de março de 1970 e instalou seu escritório de advogado. Nessa mesma época, foi denunciado, com alguns estudantes, pela Auditoria Militar, sendo posteriormente condenado à revelia a dois anos e dois meses de reclusão.

Em 1971, foi denunciado perante a Justiça Militar e julgado à revelia em 13 de maio, sendo mais uma vez condenado a dois anos e dois meses de reclusão. Em 22 de abril, viajou para uma região próxima ao rio Araguaia, em Caianos, no sudeste do Pará, onde ficou conhecido como *Mundico*. Visava, dessa forma, continuar a luta que havia iniciado na Bahia contra o terrorismo de Estado promovido pela ditadura então vigente.

Gostava de fazer cordéis, sendo de sua autoria um que fala dos 27 pontos defendidos pelos guerrilheiros da União de Luta pelos Direitos do Povo (ULDP). Esse cordel ainda hoje é recitado pelos moradores da região.

O Relatório Arroyo, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, informa: “[...] *acontecimentos negativos ocorreram também em setembro: a morte de Mundico, do C, [Rosalindo] por acidente com a arma que portava*”.

O relatório do Ministério do Exército informa que: “*Consta que teria sido morto no dia 16 Ago. 73, em combate com as forças de segurança*”.

Em depoimento prestado ao MPF, em 2001, Sinézio Martins Ribeiro, comerciante e guia do Exército, afirmou:

[...] que quando ainda estava preso no curral da base de Xambioá, viu a cabeça do Mundico; que isto se deu entre agosto e setembro, porque as roças ainda não tinham sido queimadas; que quem descobriu a sepultura foi o João do Buraco, proprietário do local onde estava enterrado o Mundico; que o Mundico era conhecido do João do Buraco; que as terras do João do Buraco, localizadas perto das terras dos Galegos, eram frequentadas pelos guerrilheiros; que João do Buraco ajudava os guerrilheiros; que João do Buraco ao ser preso pelo Exército, mostrou a sepultura; que o Exército não havia travado combates neste local; que por isso o Exército disse que foram os guerrilheiros que mataram o Mundico; que o Exército chegou lá por volta de 4 ou 5 dias após; que o Exército cavou o buraco, cortou a cabeça, e enterrou novamente o corpo; que a cabeça foi levada para a base e mostrada aos presos para reconhecimento; a cabeça estava meio destruída, o cabelo solto; que João do Buraco reconheceu o Mundico; que os documentos estavam com o morto; que a cabeça do Mundico ficou exposta uns dois dias perto do barracão do Exército; que ele acha que essa cabeça foi enterrada perto de um pé de jatobá que ficava perto da base; que o João do Buraco apanhou muito na base do Exército em Xambioá.

O Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002 informa a seu respeito:

Mundico: Rosalindo de Souza. Segundo o testemunho de Sinézio Martins Ribeiro, teria sido morto e sepultado pelos guerrilheiros e, depois, teve a cabeça retirada pelo Exército.

Em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma das ruas da Vila Esperança.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 125/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

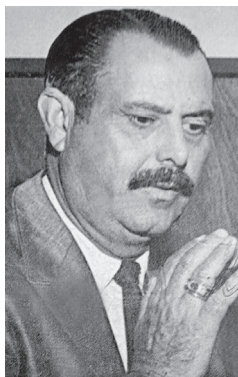
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 125/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/SP 03/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/DF 05/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.



Henrique Cintra Ferreira de Ornellas

Nasceu em Itapira (SP), filho de Henrique Cintra de Ornellas e Maria Ferreira de Ornellas. Morto em 21 de agosto de 1973.

Advogado criminalista, formado pela Faculdade de Direito da USP. Trabalhava e residia em Arapongas, no Paraná. Era casado com Yara Walkyria de Carvalho Ornellas e tinha dois filhos.

Henrique foi preso em casa, em 16 de agosto de 1973, por um comando da PF e do Exército, ocasião em que foram presos outros cidadãos naquela cidade. Durante quase seis horas, sua casa foi vasculhada pelos agentes. Segundo requerimento de seus familiares apresentado à CEMDP, enquanto reviravam a casa outros agentes mantinham seus filhos menores sob a mira das armas – Juliana e Manoel Augusto, com 16 e 18 anos, respectivamente.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* afirma que, de acordo com informações prestadas à imprensa pelo general Antônio Bandeira, Henrique teria se suicidado no local onde estava preso para averiguações, em Brasília (DF). Essa informação também consta do IPM presidido pelo major Wilson Pinto de Oliveira, instaurado para apurar o “suicídio” de Henrique na prisão.

Segundo o IPM, os presos foram levados para o 30º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército, em Apucarana (PR), onde já se encontravam dois outros presos, um advogado de Londrina (PR) e um comerciante de Cambé (PR). Todos foram transferidos no dia seguinte para Brasília. Chegando à Capital Federal, ainda algemados foram também encapuzados e encaminhados a dependências militares.

Segundo o comandante militar do 8º Agrupamento de Artilharia Antiaérea, em Brasília, Henrique foi encontrado já sem vida em sua cela, no dia 21 de agosto de 1973, pendurado no basculante da janela do banheiro por três gravatas pretas de tergal e um cinto preto, trajando pijama, o mesmo que usava ao ser preso cinco dias antes.

O legista Hermes Rodrigues de Alcântara concluiu: “*Morte por asfixia devido a enforcamento com fortes indícios de suicídio*”. A investigação feita para apurar o caso confirmou que a morte se deu em decorrência de suicídio. Mas o inquérito iniciado para “[...] *apurar responsabilidades de componentes de uma quadrilha de assaltantes*”, à qual Henrique estaria ligado, não logrou comprovar seu envolvimento em atividades criminosas.

De acordo com o relator do caso na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes,

[...] *o advogado Henrique Ornellas envolveu-se em atividades políticas em 1963, quando candidatou-se a vereador na cidade de Arapongas (PR). [...] Sua prisão, segundo portaria de instauração de Inquérito Policial baixada pelo diretor-geral da Polícia Federal, estava baseada no fato de “apenas apurar responsabilidades de componentes de uma quadrilha de assaltantes, corruptores, falsificadores e homicidas, com possíveis ligações com a subversão, que vem atuando em alguns Estados da Federação, em especial nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso”.*

Ele conclui: “[...] *o processo traz prova eloqüente do suicídio do advogado, prova pericial e testemunhal: o suicídio deu-se em Quartel do Exército e foi aberto IPM para apurar os fatos cuja cópia consta do processo*”. O relator termina afirmando que “*Henrique Cintra Ferreira de Ornellas foi preso, entre outras acusações, por motivos de supostas atividades subversivas e faleceu por causas não-naturais na prisão*”. Assim, votou pelo deferimento do caso.

O caso (357/96) na CEMDP foi aprovado por unanimidade em 20 de junho de 1996. Os conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa fizeram registrar em ata suas declarações de voto discordando da versão de suicídio.

Henrique foi enterrado em Arapongas com a presença de representantes da OAB de diversos estados. A entidade protestou publicamente contra a prisão arbitrária dos advogados. Além disso, assistiu aos presos por meio do advogado Luís Carlos Sigmaringa Seixas.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 357/96, na CEMDP.

Manoel Aleixo da Silva (Ventania)

Nasceu em 3 de setembro de 1923, em São Lourenço da Mata (PE), filho de José Aleixo da Silva e Clausina Maria da Conceição. Morto em 29 de agosto de 1973. Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Era líder camponês do sertão pernambucano, um dos organizadores das Ligas Camponesas. Atuou em São Lourenço, Ribeirão, Cabo e toda a região da Zona da Mata Sul.

Freqüentador das rodas de coco e animador das quadrilhas de São João da região, cantadas pelos negros, orgulho de sua etnia e cultura. Era conhecido pela alcunha de “Ventania”.

Preso em 1969, tão logo saiu da prisão voltou à militância política junto aos trabalhadores rurais de sua terra. Era um dos responsáveis pelo trabalho rural vinculado ao Partido Comunista Revolucionário.

Seqüestrado em 16 de agosto de 1973, foi torturado até a morte no Quartel General do IV Exército no Recife. A sua morte, segundo os militares, teria ocorrido durante um tiroteio, ao reagir à prisão, no município de Ribeirão, no interior de Pernambuco.

Isabel Simplícia da Conceição, em seu depoimento sobre seu companheiro, anexado ao caso encaminhado à CEMDP, descreveu a prisão:

Estava em minha casa, embora deitada em nosso quarto, quando alguns homens dizendo ser amigos de Ventania, [o] convidaram para descer o morro indo em direção a um carro. Ainda ouvi quando um dos homens, pois eram quatro ou cinco, não sei se um ficou no carro, disse para ele, vista a camisa Ventania e vamos descer, passa aí na frente. O carro estava escondido embaixo de uma árvore, da janela vi eles entrando, era um carro grande e verde, mais escuro que a cana. Deu para ver o carro sim, a casa ficava num alto e dava para ver os homens de costas, eles estavam vestidos de roupas simples, só que um tinha essas botas de soldado. Foi tudo muito rápido, botaram Manoel no carro e saíram logo, e nunca mais soube dele vivo.

Os companheiros me disseram que uns dias depois saiu no jornal que aconteceu uns tiros em Ribeirão e que Ventania tinha morrido. Na conversa com os companheiros soube que os tiros tinham sido trocados com um sargento do Exército, achei estranho, pois Ventania não andava armado. Foi quando comecei a colocar as coisas na minha cabeça, tudo estava muito estranho e comecei a me lembrar que o carro verde parecia uma Veraneio do Exército, era muito verde, diferente do verde da cana. [...]

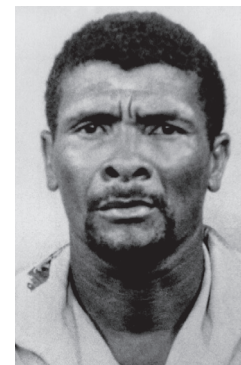
Manoel já tinha sido preso outras vezes, em 1969, quando fazia dois anos que a gente tinha casado. [...] Acho que mataram ele porque ele era muito bom, era das Ligas Camponesas. Levaram Manoel não sei para onde [...].

O depoimento de José Laurêncio da Silva, vizinho do casal, traz mais informações sobre o que ocorreu:

Na época em que conheci o casal eles moravam em Joaquim Nabuco, na localidade Soturno de Cima, vivendo em perfeita tranqüilidade, embora Manoel participasse de reuniões das Ligas Camponesas [...].

Estava em casa quando Isabel veio me contar que uns homens haviam levado Ventania, não fiquei surpreso, pois ele já tinha sido preso em 1969, quando fazia dois anos de casado, só não podia pensar que desta vez ele não iria mais voltar. Era por volta das 10h da manhã do final de agosto, não estou certo se foi 27 ou 29, mas o ano eu sei, foi em 1973, quando Isabel chegou assustada na minha casa perguntando o que eu achava, contou toda a história e eu fiquei sem saber o que dizer por um momento. Alguns dias depois veio a notícia da morte dele pelo jornal, não acreditei, é claro, vi logo que era mentira, ele não andava armado, e sempre morou em Joaquim Nabuco.

Na vida da gente sempre acontecem absurdos, mas esse aí não deu para esquecer, porque fui logo vendo que foi tudo armado, para esconder a verdade, que ele não tinha suportado a tortura e depois deram uns tiros nele para despistar.



Documentos obtidos nos arquivos do DOPS/PE trazem informações do IV Exército, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, mandado de prisão expedido pela Justiça Militar em 15 de setembro de 1972, e pedido de busca do IV Exército, datado de 24 de agosto de 1973, com referências da possível localização de Manoel Aleixo em Gameleira, difundido para a 7ª RM/DI e SSP/PE.

Inquérito feito pelo DOPS/PE reproduz a versão oficial, relatada no auto de resistência lavrado por Jorge Francisco Inácio e testemunhado por outros dois homens, Gercino Adelino Silva e Severino José de Barros, que teriam participado da busca na casa de Manoel.

No auto de resistência, de 29 de agosto de 1973, temos:

[...] às 6h30, em cumprimento à determinação verbal do Diretor do Departamento de Ordem Social, acompanhado das testemunhas abaixo assinadas, depois de me identificar perante Manoel Aleixo da Silva este, ao receber voz de prisão, reagiu fazendo disparos de arma de fogo, resultando a morte ao resistente, em face do revide da agressão sofrida [...].

O depoimento de Jorge Francisco Inácio descreve a busca realizada pelos três policiais em Gameleira, até descobrir o endereço em Ribeirão, para onde se dirigiram, por volta das 7 horas. Nesse depoimento, a simulação montada para encobrir as verdadeiras circunstâncias da morte de Manoel Aleixo torna-se evidente:

[...] depois de serem informados mais ou menos do local da casa, saíram à procura do mencionado indivíduo; naquelas proximidades. Gercino ficou na viatura, enquanto o depoente e Severino José de Barros se dirigiram até aquela casa; que Severino estava desarmado, isto porque era a pessoa encarregada de abordar o elemento para fazer o seu reconhecimento.

A versão mais bem acabada da simulação consta do depoimento de Severino José de Barros, a pessoa encarregada de dar voz de prisão a Manoel, que estaria desarmado:

Por volta das 7h o depoente, como sempre desarmado, deveria abordar o elemento para fazer o completo reconhecimento; que realmente o depoente saiu para a casa em companhia de Jorge, ficando Gercino na viatura a uma certa distância; que Jorge foi para o oitão da casa, enquanto ele, depoente, abordava um elemento de cor parda que saía do interior da mencionada casa; que o depoente, ao se aproximar do elemento e para ter bem certeza, a fim de junto com Jorge dar-lhe voz de prisão, assim se expressou: “oh seu Manoel, como vai o senhor?”, tendo o mesmo respondido imediatamente: “quem é você, e da onde veio?”, adiantando ainda: “não quero conversa com você”; que de imediato o depoente percebeu quando o referido indivíduo sacava de uma arma, tendo ele depoente rolado uma barreira que fica quase contígua à casa de taipa, ouvindo em seguida uns disparos; que dali o depoente gritou: “Jorge, cuidado com o homem”, quando ouviu Jorge dizer para o elemento: “é a polícia, está cercado, se entregue”, percebendo então ele depoente que o indivíduo investia de arma em punho contra Jorge, não tendo ele condições de auxiliá-lo por se encontrar desarmado; que Jorge revidou a agressão, quando o depoente divisou o elemento caído ao solo; incontinenti e constatando que o “Severino Ventania” já estava sem vida, resolveram, todos, regressar a esta cidade.

A relatora do caso (193/96) na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, ponderou que a versão policial esbarrava na seguinte questão: “[...] Seria possível que, obedecendo ao pedido de busca do IV Exército, o DOPS enviaria para a detenção de um ex-presos político, que o IV Exército dizia ter treinamento de guerrilha, um agente desarmado?”.

O laudo da necropsia, assinado pelos legistas Agrício Salgado Calheiros e João Luís dos Santos, refere-se a uma única ferida:

[...] circular, de bordos irregulares, orientados para dentro, avermelhados, medindo dez milímetros de diâmetro na região clavicular esquerda e penetrante do tórax (orifício de entrada), e circular, de bordos irregulares, voltados para fora, medindo dez milímetros de diâmetro, na região mamária direita (orifício de saída).

A causa da morte teria sido “[...] *hemorragia interna, decorrente de ferimento transfixante do tórax, por instrumento perfuro-contundente (arma de fogo)*”.

As contradições quanto ao horário da morte constam do próprio inquérito do DOPS/PE: 6h30min no auto de resistência e na necropsia; 7 horas na portaria do DOPS e no depoimento de Jorge Francisco; por volta das 7 horas nas declarações de Severino; às 8 horas no ofício da delegacia de polícia de Ribeirão; e na manhã do dia 29, “*logo cedo*”, nas declarações do delegado Odon de Barros Dias, que em depoimento afirmou:

Na manhã do dia 29 de agosto último, logo cedo, o depoente estava em sua residência, quando foi informado por uma pessoa do povo de que tinha “havido um atrito” entre uns elementos, causando a morte de um deles, num dos subúrbios daquela cidade, [...] sabendo apenas o depoente de que a vítima, a quem soube chamar-se Manoel Aleixo da Silva, em face de um batistério e uma certidão de registro encontradas com o mesmo [...] não foi instaurado inquérito naquele município por se tratar de caso afeto à Segurança Nacional.

Embora o crime tivesse sido praticado por agentes policiais, o delegado de polícia da cidade não foi informado, a não ser por uma pessoa do povo, tampouco procedeu a qualquer investigação, já que o caso era de “interesse da segurança nacional”.

O depoimento de Eptácio Ferreira desmente a história de tiroteio, como se lê:

Conheci Ventania, digo Manoel Aleixo da Silva, camponês, militante ativista das Ligas Camponesas de Pernambuco. [...] No dia em que Manoel foi preso, cruzei com ele, com vários homens dentro de um carro grande, que acho ser do Exército, num local próximo de Ribeirão, indo para Recife. O veículo estava parado e eu vinha a pé, quando percebi as pessoas do carro e o Ventania dentro dele fazendo sinal para que eu passasse direto. Entendi que estava acontecendo algo anormal e fiz que não estava vendo nada, continuei a caminhada, sozinho em direção a Ribeirão. Chegando a Ribeirão procurei saber algo, mas ninguém sabia informar nada, foi quando peguei uma condução e fui para Joaquim Nabuco, chegando lá fui até a casa de Manoel e a mulher dele, Isabel, disse que uns homens o haviam levado de carro. No dia seguinte Manoel foi assassinado com vários tiros, a notícia saiu no jornal como um tiroteio em Ribeirão, mas ele não andava armado e jamais havia participado de tiroteio. Foi quando comecei a pensar e percebi que ele havia sido torturado até a morte.

Após a abertura dos arquivos do DOPS/PE, foi possível esclarecer os fatos. Ventania foi preso, levado para Recife e, no dia seguinte, para a periferia de Ribeirão, onde foi morto, ou deixado morto, com um único tiro nas costas, disparado por Jorge Francisco Inácio, um agente da repressão política, mas qualificado em seu depoimento ao DOPS apenas como funcionário público. A morte foi tratada pelo delegado do DOPS, José Oliveira Silvestre, como um ato de quem agiu no estrito cumprimento do dever legal, consoante a disciplina e a legislação em vigor.

A relatora do caso ressaltou que a afirmação contida no relatório do Ministério da Aeronáutica de que Manoel Aleixo utilizava o nome falso de Antonio dos Santos Oliveira é contraditória com os documentos encontrados no DOPS/PE, que registram terem sido encontradas com Manoel Aleixo “um batistério e uma certidão de registro”. Estranhamente, o nome Antonio dos Santos Oliveira é o mesmo atribuído em alguns documentos policiais e cartazes de “procurados” a Luiz José da Cunha, o comandante *Crioulo* da ALN, assassinado em julho de 1973.

A relatora considerou estar evidente nos autos que Manoel Aleixo foi preso por agentes dos órgãos de repressão política e torturado até a morte em alguma dependência policial ou assemelhada e levado para Ribeirão, onde foi montada mais uma das simulações de resistência à voz de prisão, sendo legítima a solicitação da companheira dele de incluí-lo dentre os beneficiários da lei 9.140/95.

O requerimento do caso foi aprovado por unanimidade em 23 de abril de 1996.

Em sua homenagem, há uma placa no Monumento contra a Tortura, no Recife (PE).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 193/96, na CEMDP.



Paulo Stuart Wright

Nasceu em 2 de julho de 1933, em Joaçaba (SC), filho de Lothan Ephair Wright e Maggir Belle Wright. Desaparecido em 1º de setembro de 1973. Dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Era casado com Edimar Rickli, com quem teve dois filhos, Leila Cristina e João Paulo.

Seus pais eram missionários norte-americanos, que vieram morar no Brasil. Paulo formou-se em Sociologia e fez pós-graduação em Los Angeles (EUA).

Paulo e sua companheira trabalharam com operários e pescadores.

Em 1960, tornou-se secretário regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil e dirigiu a Imprensa Oficial de Santa Catarina. Em 1962, foi eleito deputado estadual em Santa Catarina, pelo PSP. Após o golpe de Estado de 1964, foi cassado sob a alegação de “*quebra de decoro parlamentar*”, por não usar paletó e gravata. Em 1993, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina devolveu-lhe o mandato, em uma homenagem *post-mortem*.

Ao ser cassado, exilou-se no México, voltando em 1965. Desde então, viveu clandestino, militando na luta contra a ditadura e passou a atuar na Ação Popular (AP).

Segundo documentos dos órgãos de segurança, conforme o livro *Direito à Memória e à Verdade*, Paulo foi o representante da AP na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana, Cuba, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967.

Foi submetido a vários processos na Justiça Militar. A 8 de março de 1972, Paulo foi julgado pela 1ª Auditoria da 1ª CJM, sendo absolvido. De acordo com o *Jornal do Brasil* de 9 de março de 1972, estava no processo relacionado à AP, no qual 13 dos 64 acusados foram condenados à prisão. A 14 de março de 1974, quando já estava desaparecido, Paulo foi condenado a cinco anos de prisão pelo Conselho Permanente da 1ª Auditoria da CJM.

No início de setembro de 1973, foi seqüestrado pelo II Exército e levado ao DOI-CODI/SP, onde foi morto sob torturas. Sua morte não foi reconhecida e permanece desaparecido desde então.

Seu irmão, reverendo Jaime Wright, já falecido, um dos coordenadores do Projeto Brasil: Nunca Mais – o mais completo levantamento sobre a repressão política da ditadura instaurada em 1964 –, deixou o seguinte depoimento:

O telefone tocou. “Alô?!” Era a voz mansa e inconfundível de Paulo. “Podemos nos encontrar hoje às 14:00h na Praça da Sé?” “Sim.” No esquema combinado, nos encontramos às 15:00h na Praça da República. Eram tempos de ditadura. Clandestinidade. Conversávamos sobre família e, principalmente, teologia. Lembrei-lhe que João Calvino também viveu na clandestinidade, adotando nove codinomes diferentes. Nas lembranças da nossa infância, em Santa Catarina, destacamos a ousadia dos nossos pais, ambos missionários norte-americanos. Tiveram a rara intuição de que seus filhos precisavam estudar na convivência diária com outros brasileiros e não numa escola segregada para americanos em São Paulo. Fundaram uma escola nos salões de madeira da Igreja Presbiteriana de Herval, na margem esquerda do Rio do Peixe (Joaçaba está no outro lado do rio). Sabiam eles os riscos que corríamos estudando e convivendo com os amigos do dia-a-dia. Com descendentes de italianos, alemães e poloneses – além da gente cabocla – aprenderíamos cada palavrão [...]. Lembrávamos também a coragem de “Dona Belá”, nossa mãe, que, contrariando a vontade de papai, pegou um trem e viajou até o Rio de Janeiro para buscar recursos para a instalação do primeiro posto de puericultura na região. Sentou-se na sala de espera de D^a Darcy Vargas, presidente da LBA, informando que dali não sairia até ser atendida. Voltou triunfante para casa (o posto funciona até hoje). Exemplos missiológicos assim, fora do seu tempo, contribuíram para torná-lo um leigo cristão irrequieto e inconformado e, sobretudo, corajoso. Estava identificado com os sofrimentos e necessidades do seu povo. Sua preocupação com a condição dos operários levou-o a trabalhar na construção civil em Los Angeles, nas férias dos seus estudos de pós-graduação. Fundou, nos Estados Unidos, um grupo contrário à discrimina-

ção racial. Estava fazendo doutorado em Sociologia quando foi convocado para a guerra da Coreia. Fugiu dos Estados Unidos para não perder sua cidadania brasileira. Foi procurado pelo FBI. De volta ao Brasil e casado com Edimar Rickli, engajaram-se num projeto da Igreja Presbiteriana do Brasil nas fábricas paulistas. Fez-se torneiro-mecânico e atuou no bairro operário de Vila Anastácio. Foi golpeado pela morte do seu primeiro filho num hospital do antigo IAPC, quando a criança nasceu desassistida por médicos e enfermeiras. Jurou que iria lutar para que isso não se repetisse na vida de outros operários. Paulo sempre fez dos seus dias a matéria-prima de suas ações. Voltando a Santa Catarina, ajudou a criar os primeiros sindicatos de Joaçaba, inclusive o dos metalúrgicos. Foi o primeiro candidato protestante à prefeitura. Perdeu por 11 votos. Foi eleito para a Assembléia Legislativa. Denunciou o controle de grupos oligárquicos do estado sobre a pesca. Organizou 27 cooperativas de pescadores em todo o litoral catarinense, reunindo-as, em seguida, numa federação (FECOPESCA) para colocar o controle da pesca nas mãos dos pescadores (o que inspirou Dias Gomes, na primeira novela em cores da Globo: *O Bem Amado*). Na véspera do Natal de 1963, sofreu atentado a mando do partido de Adhemar de Barros, mas convenceu o ex-sargento contratado para matá-lo de que tal crime seria contrário aos interesses da sua classe. Tornou-se “bode expiatório” quando, em 1964, a Assembléia Legislativa foi pressionada pelo Regime Militar a cassar alguém “corrupto” elou “subversivo”. Acabou sendo cassado por “falta de decoro parlamentar” (não usava gravata e paletó quando subia à tribuna...). Asilou-se no México e voltou um ano depois. Começavam seus dias de atividade subterrânea como líder do movimento Ação Popular, originário dos egressos dos movimentos estudantis cristãos banidos: Juventude Universitária Católica (JUC) e Associação Cristã de Acadêmicos (ACA). Viveu oito anos na clandestinidade. Nos primeiros dias de setembro de 1973, foi seqüestrado pelo II Exército e levado ao DOI-CODI de São Paulo, onde foi morto por torturas nas primeiras 48 horas do seu cativeiro. Até hoje não se sabe o que fizeram com seus restos mortais. Ruas em quatro capitais ostentam o nome de Paulo Stuart Wright. Na capital do seu estado, todas as Igrejas se fizeram representar na cerimônia de inauguração da rua que passa ao lado da Igreja Metodista, menos a Presbiteriana. Lá, ele tinha sido eleito presbítero. Com o seu ingresso na “política”, a igreja de Florianópolis lhe proibiu de fazer oração e dirigir classe de Escola Dominical. Pelo visto, a anistia ainda não chegou ao presbítero (leigo) que teve a coragem de levar suas convicções cristãs às últimas conseqüências.

Delora Jan Wright, sobrinha de Paulo, filha do irmão Jaime, autora do livro *O Coronel Tem um Segredo, Paulo Wright Não Está em Cuba*, afirma sobre sua prisão e desaparecimento: *Isso aconteceu em São Paulo, capital, possivelmente nos dias 2, 3 ou 4 de setembro de 1973. Segundo informações de Osvaldo Rocha, dentista, militante político da APM, na ocasião do desaparecimento de Paulo, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na grande São Paulo; nessa ocasião, ao terem percebido pessoas ligadas à repressão política, Osvaldo desceu do trem em primeiro lugar e Paulo teria descido em outro ponto. Ao chegar à sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo veio a ser preso por policiais, sendo, em seguida, conduzido às dependências do DOI-CODI (OBAN), onde foi despido e agredido violentamente e, nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava no trem que os conduzia a Mauá.*

O advogado de presos políticos, à época, José Carlos Dias impetrou *habeas corpus* em favor de Paulo Stuart Wright e *Pedro João Tinn*, nome falso que usava. Dias, então membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, apresentou ao STM declarações de uma testemunha, Maria Diva de Farias, que esteve com Paulo na sala de identificação do DOI-CODI/SP. Mas as autoridades negaram sua prisão.

Sua família apelou ao Departamento de Estado e ao Senado norte-americanos, uma vez que Paulo Stuart Wright tinha dupla cidadania. Igrejas, advogados, movimentos internacionais de direitos humanos, imprensa de outros países denunciaram o desaparecimento de Paulo Wright, sem nenhum resultado.

A denúncia de seu desaparecimento provocou a instauração do caso 1.789 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. A comunicação do caso chegou na CIDH em 30 de outubro de 1973, acusando a ocorrência de sua prisão arbitrária em setembro daquele ano. Em maio de 1975, durante a 35ª sessão da CIDH, decidiu-se pela não continuidade do processo, em razão da falta de informações que deveriam ter sido fornecidas pelo governo brasileiro.

Ainda em 1973, sua morte foi denunciada por meio da apelação 40.617 perante a Justiça Militar pelos presos políticos Beatriz do Valle Bargieri e Otto José Mattos Filgueiras.

Em 29 de junho de 1974, foi publicada uma nota oficial do MDB, no jornal *Diário de Brasília*, indagando do governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais Paulo. Seu nome figurou na nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, de fevereiro de 1975, em que é dado como foragido.

Em 1991, com a abertura dos arquivos do DOPS/PR, durante o governo de Roberto Requião, foi encontrada uma ficha com o nome de Paulo Stuart Wright, com mais 16 nomes, em uma gaveta com a inscrição “falecidos”.

A revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, na matéria de título “Os Matadores”, publicou o seguinte a seu respeito:

Comandando uma rede de informantes do CIE, Doutor César [coronel reformado José Brant] e Doutor Pablo [coronel Paulo Malhães], segundo [o ex-sargento do DOI-CODI/SP] Marival [Chaves do Canto], também foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma megaoperação em inúmeros pontos do País para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP), movimento de esquerda ligado à Igreja Católica. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Monteiro Guimarães, militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) [...]. Irmão do reverendo Jaime Wright, Paulo Stuart foi preso e morto em São Paulo, em 1973. Os demais militantes também tombaram naquele ano e em 1974, no Rio.

O nome de Paulo consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 076/96, na CEMDP.

Em 2005 foi produzido o documentário *Paulo, companheiro João* (Catarina Produções Artísticas/TV Cultura de Santa Catarina/Fundação Padre Anchieta, 55 min.), de Iur Gómez, da série DOC TV II.

Em sua homenagem foi dado o seu nome a ruas no bairro Paciência, no Rio de Janeiro (RJ); no bairro Coloninha, em Florianópolis (SC); no bairro Aberta dos Morros, em Porto Alegre (RS); e no Promorar de Vila Vitó, em Criciúma (SC).

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 076/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel Tem Um Segredo: Paulo Wright Não Está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

Assassinato de militantes do PCR em São Paulo



Emmanuel Bezerra dos Santos

Nasceu em 17 de junho de 1943, na praia de Caiçara, Município de São Bento do Norte (RN), filho de Luís Elias dos Santos e Joana Elias Bezerra. Morto em 4 de setembro de 1973. Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Filho de pescador, estudou na Escola Isolada São Bento do Norte, onde fez o curso primário. Esta escola hoje leva o seu nome, uma homenagem ao seu aluno ilustre. Em 1961, mudou-se para Natal (RN), passando a residir na Casa do Estudante e a frequentar o Colégio Estadual do Atheneu Northeriograndense. Quando cursava a 3ª série do curso ginásial, Emmanuel, com outros colegas, fundou o jornal *O Realista*, voltado para a denúncia política das misérias da sociedade. Logo em seguida, já no período da ditadura, Emmanuel criou *O Jornal*

do Povo, publicação libertária com correspondentes em vários municípios do estado. No Atheu, estudou até o 1º ano clássico (atual ensino médio), em 1965. Em 1966, adoeceu e perdeu o ano letivo. Recuperou-se rapidamente, cursou o supletivo e prestou exame vestibular, ingressando na Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto, em 1967. Neste ano, foi eleito delegado ao XXIX Congresso da UNE, em São Paulo. Também foi eleito presidente da Casa do Estudante, onde realizou uma administração marcada pelo dinamismo, ousadia e eficiência. A Casa do Estudante foi transformada em uma trincheira de luta do movimento estudantil (secundarista e universitário) de Natal. Em 1968, como diretor do Diretório Central dos Estudantes da UFRN, desempenhou função de liderança no meio universitário. A partir de 1966, Emmanuel passou a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo um dos principais articuladores e teóricos da luta interna no partido, dele afastando-se em 1967 para incorporar-se ao Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Com a edição do Ato Institucional nº 5, Emmanuel foi preso em dezembro de 1968 e, condenado, cumpriu pena até outubro de 1969, em quartéis do Exército, no Distrito Policial e, finalmente, na Base Naval de Natal. Libertado, Emmanuel passou a viver na clandestinidade, indo atuar, já como dirigente nacional do seu partido, nos estados de Pernambuco e Alagoas. Nesse período, realizou viagens ao Chile e à Argentina, buscando aglutinar exilados brasileiros em torno da luta e das propostas defendidas pelo PCR.

Além de militante, Emmanuel participou de movimentos artísticos desenvolvidos em Natal. Escreveu seus primeiros poemas adolescentes ainda na sua cidade natal. Apesar das atribulações da vida clandestina, foi possível salvar alguns desses poemas.

Manoel Lisboa de Moura



Nasceu em Maceió (AL), em 21 de fevereiro de 1944, filho de Augusto de Moura Castro e Iracilda Lisboa de Moura. Morto em 4 de setembro de 1973. Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Iniciou suas atividades políticas participando do movimento estudantil secundarista, no antigo Colégio Liceu Alagoano. Integrou a União Estadual dos Estudantes Secundários de Alagoas (UESA). Participou ainda do Movimento de Cultura Popular do estado com encenação de peças teatrais nas praças. Manoel pertenceu à Juventude Comunista de Alagoas e foi militante do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil antes de ingressar no Partido Comunista Revolucionário.

À época do golpe militar de 1964, era estudante do 1º ano de Medicina na Universidade Federal de Alagoas. Instaurada a ditadura, sua casa foi invadida por agentes da polícia armados, que queriam prendê-lo. Manoel conseguiu fugir para Recife (PE) e de lá para o Rio de Janeiro, onde morou por mais ou menos um ano. Voltou em 1965 e se entregou às autoridades policiais, permanecendo preso por 45 dias, quando foi torturado. Foi libertado, mas as perseguições continuaram. Em setembro de 1966, após ser condenado, passou a viver na clandestinidade, editando o jornal *A Luta*, no qual denunciava os crimes da ditadura. Preso pela segunda vez, no Recife, na Praça Ian Fleming, foi levado ao DOI-CODI do IV Exército, onde foi visto durante dez dias, aproximadamente, até ser transferido para São Paulo.

Prisão e morte

Manoel Lisboa de Moura foi preso em 16 de agosto de 1973 por agentes do DOI-CODI do IV Exército, no Recife, conforme documento encontrado nos arquivos do DOPS/SP inti-

tulado “*Relatório Periódico de Informação (RPI 09/73)*”, do II Exército. Emmanuel Bezerra dos Santos foi preso nessa mesma ocasião.

O relatório do Inquérito Policial 49/73, encontrado no DOPS/SP, traz a versão oficial: *No dia 4 de setembro do corrente ano, policiais da Segurança Interna em diligência para prisão de agentes subversivos, deparou [sic] com Emanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura, pertencentes ao Partido Comunista Revolucionário – PCR, ocasião em que deram voz de prisão, mas houve reação dos subversivos, os quais resistiram fazendo disparos contra os policiais, e após tiroteio entre os subversivos e os policiais, Emanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura receberam ferimentos que causaram suas mortes quando tentavam socorrê-los.*

Esta versão foi divulgada no jornal *Diário de Pernambuco* de 5 de setembro de 1973.

De acordo com um panfleto anônimo provavelmente de 1973, anexado ao caso de Manoel na CEMDP, e registrado em cartório, temos: “*No início de agosto, Emmanuel Bezerra dos Santos [...] foi seqüestrado por agentes policiais, em condições ainda desconhecidas. [...] No dia 16 de agosto de 1973, foi seqüestrado por um bando de agentes policiais, nas imediações da FECIM, Manoel Lisboa de Moura [...]*”.

Segundo denúncia de Selma Bandeira Mendes, companheira de Manoel Lisboa, e de outros presos políticos, ele foi torturado pela equipe do agente policial conhecido como *Luiz Miranda*. Removido para São Paulo, continuou sendo torturado pelo delegado Sérgio P. Fleury e por Miranda, até morrer em 4 de setembro de 1973. Apresentava marcas de queimaduras por todo o corpo e estava quase paraplégico.

Dois meses depois desses assassinatos, o delegado Sérgio P. Fleury entregou ao torturador Luiz Miranda os presos políticos militantes da Ação Popular (AP), José Carlos Novaes da Mata Machado, preso em São Paulo, e Gildo Macedo Lacerda, em Salvador, e assassinados no Recife, em outubro de 1973.

As fotos do Instituto Médico Legal mostram um corte no lábio inferior de Emmanuel, certamente produzido pelas torturas, que os legistas Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues afirmaram ser consequência de um tiro.

Os dois militantes foram enterrados como indigentes no Cemitério de Campo Grande, em São Paulo. As requisições de necropsia feitas pelo DOPS/SP têm o T de “*terrorista*”, manuscrito em vermelho, marca utilizada pelos órgãos de segurança de São Paulo para identificar os dissidentes políticos assassinados.

No caso de Manoel, há uma carta do seu irmão, capitão do Exército Carlos Cavalcante, dirigida ao major Maciel, em 7 de setembro de 1973, reiterando solicitação feita pessoalmente no QG do II Exército, para que identificasse o número da Guia do IML que correspondia à sepultura do irmão, uma vez que no Cemitério de Campo Grande havia duas guias, 5.205/73 e 5.206/73, relativas a dois “*terroristas*”, ambas com os mesmos dizeres: indivíduo de cor branca, 25 anos presumíveis, com nome “*desconhecido*” e indicando como *causa mortis* anemia aguda por hemorragia interna e externa traumática atestada pelos médicos Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues. Reclamava ainda a devolução dos pertences do irmão.

O irmão de Manoel tentou resgatar o corpo que, embora tivesse sido enterrado como indigente, poderia ser exumado, desde que a família se comprometesse a não abrir o caixão que seria entregue lacrado, o que a família se recusou a aceitar, por não poder ter nem ao menos a certeza de que, no caixão lacrado, estivesse realmente seu corpo.

Segundo o documento citado, RPI 09/73, do II Exército, que trata das mortes de Manoel Lisboa de Moura e Emmanuel Bezerra dos Santos, consta que Manoel havia sido preso no Recife, em agosto de 1973, e posteriormente transferido para São Paulo, porque em 4 de setembro de 1973 teria um encontro no Largo de Moema com outro companheiro do PCR, “*Manoel*” Bezerra, que havia chegado do exterior. No local do encontro, os agentes dos órgãos de segurança teriam mantido Manoel Lisboa sob custódia, quando deram voz de prisão a Emmanuel Bezerra, que teria reagido a tiros e, depois do intenso tiroteio, os dois “[...] receberam ferimentos que causaram suas mortes quando [policiais] tentavam socorrê-los”.

O relatório do Ministério da Aeronáutica encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, afirma que: “*Emmanuel foi morto no dia 4 de setembro de 1973, em confronto com agentes dos órgãos de segurança em Moema (SP). Mesmas circunstâncias da morte de Manoel Lisboa de Moura*”.

No caso (137/96) de Manoel Lisboa de Moura, a relatora na CEMDP, Maria Eunice Paiva, votou pelo acolhimento do pedido, registrando que os órgãos oficiais conheciam a identidade de Manoel, e que, mesmo assim, ele foi enterrado como indigente, em caixão lacrado, e em sepultura que não podia ser identificada pela família. Na opinião da relatora, isso fazia deduzir que a morte por causas não naturais estava relacionada com a tortura, mesmo não atestada no exame do IML. O caso foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996.

O relator do caso (219/96) de Emmanuel na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, argumentou que sua morte se deu da mesma forma e nos mesmos local, data e circunstâncias que a de Manoel Lisboa de Moura, cujo “[...] *requerimento da família teve apreciação unânime pelo deferimento desta Comissão*”. Assim, concluiu que “[...] *a versão da morte em tiroteio de um elemento já preso, que é levado ao encontro de outro e desse tiroteio não há notícia de ferimento em nenhum elemento da Segurança, não convence o relator, como não convenceu no caso de Manoel Lisboa de Moura*”. O caso foi deferido por unanimidade em 23 de abril de 1996.

Em 1992, os restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos foram exumados do Cemitério do Campo Grande, em São Paulo. Em 12 de julho de 1992, D. Paulo Evaristo Arns celebrou missa na Catedral da Sé em homenagem a Helber José Gomes Goulart, Frederico Eduardo Mayr e Emmanuel Bezerra dos Santos, com as urnas contendo seus restos mortais identificados. No dia seguinte, a ossada de Emmanuel foi trasladada para Natal (RN) e, em 14 de julho, sepultada na sua cidade, São Bento do Norte. Em meio a grande comoção, Emmanuel foi enterrado no cemitério da cidade. Ele recebeu diversas homenagens no Rio Grande do Norte: a Escola Isolada de São Bento do Norte tem hoje o seu nome; o Grêmio Estudantil da Escola Estadual João XXIII, também. Uma rua localizada no bairro de Pitumbu, em Natal, recebeu seu nome.

Os restos mortais de Manoel Lisboa de Moura foram exumados e trasladados para Maceió em maio de 2003, pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, após ato público em sua homenagem na sede da Prefeitura Municipal, em São Paulo. Em sua homenagem, a cidade de Maceió deu o nome de Manoel a uma de suas ruas no Loteamento Parque dos Eucaliptos. No Recife, ele é nome do Centro Cultural Manoel Lisboa de Moura.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.dhnet.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 219/96, de Emanuel Bezerra, e 137/96, de Manoel Lisboa de Moura, na CEMDP.

Três brasileiros desaparecidos após o golpe no Chile

Túlio Roberto Cardoso Quintiliano

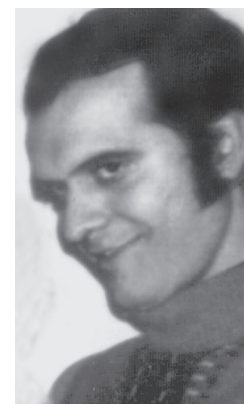
Nasceu em 6 de setembro de 1944, em Maceió (AL), filho de Aylton Quintiliano e Nairza Cardoso Quintiliano. Desaparecido em 12 de setembro de 1973, no Chile. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Era engenheiro civil, formado pela PUC/RJ, em 1969.

Em abril de 1969, foi preso por participação no movimento estudantil. Foi liberado em agosto, quando terminou seus estudos. Formado, foi trabalhar como engenheiro fiscal de obras na estrada Belém–Brasília.

Ao ser condenado a um ano de prisão, em 21 de julho de 1970, voltou ao Rio e pediu asilo na Embaixada do Chile.

Viajou para Santiago em 1º de outubro de 1970, onde morava e trabalhava como engenheiro. Passou a trabalhar na Cora, o órgão oficial responsável pela reforma agrária.



Casou-se com Narcisa Beatriz Verri Whitaker, com quem teve uma filha. Ainda na Embaixada do Chile, conheceu o crítico de arte e militante trotskista brasileiro Mário Pedrosa, de quem se tornou amigo. Influenciado pelas discussões com Mário e seus amigos, antigos militantes do Partido Socialista Chileno, organizou um pequeno grupo, chamado “Ponto de Partida”, para discutir a experiência da luta armada no Brasil e os caminhos da revolução na América Latina.

No dia seguinte ao golpe militar do Chile, que depôs Salvador Allende, foi detido com sua esposa, em 12 de setembro de 1973, às 19h30min, por uma patrulha militar, sendo ambos levados para a Escola Militar.

Em carta de 3 de outubro de 1973 ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Narcisa declarou que foi liberada na mesma noite e que Túlio, por não ter um documento em ordem, foi encaminhado para o Regimento Tacna, onde teria sido fuzilado. De posse do documento que faltava a Túlio, sua esposa voltou ao presídio, mas não mais conseguiu encontrá-lo. Desde então, está desaparecido.

Sua mãe, Nairza, foi a Santiago, onde permaneceu por 50 dias a procura de Túlio, mas sem sucesso. Ela e Narcisa escreveram várias cartas às autoridades brasileiras, chilenas e de outros países; ao ACNUR, em Santiago; ao embaixador e ao cônsul-geral do Brasil no Chile; ao subsecretário do Interior do Chile; ao ministro das Relações Exteriores do Brasil; ao presidente Ernesto Geisel; ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça no Brasil; à Divisão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra; à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA; à Anistia Internacional, tanto em Londres como em Nova York; ao presidente da Comissão de Justiça e Paz, em Roma; ao presidente do Tribunal Bertrand Russell, em Paris; à Ordem dos Advogados do Brasil, tanto à seção do Rio de Janeiro como à de São Paulo, obtendo respostas apenas após o fim da ditadura de Augusto Pinochet. As primeiras cartas datam de 1974 e se estenderam até 1994.

Narcisa Beatriz exilou-se na França com a filha do casal.

Em 8 de fevereiro de 1991, o resultado dos trabalhos de investigação feitos pela Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação foi publicado no *Informe Rettig* – como ficou conhecido o documento conclusivo dos trabalhos de investigação sobre os desaparecimentos políticos no Chile, organizado pelo senador do Partido Radical, Raul Rettig. Em abril de 1990, havia sido criada, no Chile, a referida Comissão com o objetivo de esclarecer a verdade sobre as mais graves violações dos direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, no país ou no estrangeiro, relacionadas com o Estado chileno. Ao fim de nove meses, na data citada, a Comissão entregou ao ex-presidente, Patricio Aylwin Azócar, o Informe da Comissão, no qual foram consideradas 2.296 das 3.550 denúncias recebidas.

Os familiares de Túlio tiveram, então, acesso às informações sobre as circunstâncias de sua morte e o Estado chileno assumiu sua responsabilidade por seu assassinato, concedendo à família uma pensão como forma de reparação financeira.

O *Informe Rettig* divulgou:

Foi detido em 12 de setembro de 1973 [...].

O indicado foi preso junto com sua cônjuge em 12 de setembro de 1973, por efetivos militares em seu domicílio, sendo trasladados à Escola Militar, onde foram submetidos a interrogatórios. A cônjuge foi libertada nesse mesmo dia.

A família apresentou um recurso de amparo a favor da vítima, e no processo consta em um ofício expedido pelas autoridades militares que a vítima esteve detida na Escola Militar e foi enviada ao Regimento Tacna. O comandante desse Regimento destaca, em uma comunicação enviada ao presidente da Corte de Apelações, que a vítima não figura como detida em nenhuma unidade sob seu comando.

As gestões realizadas por representantes diplomáticos de seu país no Chile tampouco conseguiram obter informação sobre seu destino.

Apresentados assim os fatos a esta Comissão, firma-se a convicção sobre a responsabilidade pelo seu desaparecimento que cabe aos agentes do Estado que o mantinham prisioneiro,

produzindo-se uma violação a seus direitos humanos; especialmente por encontrar-se confirmada a prisão do indicado e a certeza de que não foi deixado em liberdade.

De acordo com o *Informe Rettig*, logo após o golpe de 11 de setembro, as Forças Armadas não possuíam muitos lugares habilitados a funcionar como centros de detenção e por isso, no início, utilizaram lugares transitórios como o Ministério da Defesa, a Escola Militar e o Regimento Tacna. Posteriormente, alguns foram transferidos para a ilha Dawson, na XII Região, e alguns estrangeiros foram para o Regimento de Artilharia nº 1 Tacna. Localizado a doze quadras do Palácio La Moneda, sede do governo chileno. O Regimento Tacna recebeu os presos do La Moneda e de muitos outros lugares. Em setembro de 1973, o comandante era o coronel Joaquín Ramírez Pineda e o segundo no comando era o tenente coronel Oscar Escalona. Segundo o relato do major Enrique Cruz, Augusto Pinochet esteve presente durante as torturas de membros do GAP (Grupo de Amigos do Presidente) no Regimento Tacna: “[...] *No setor conhecido como ‘los rastrillos’ [...] viu Pinochet presenciando as torturas aos membros do GAP [...]’*”.

De acordo com testemunhos encaminhados à Vicaría de la Solidaridad, após sofrer torturas, os presos foram tirados do Regimento para serem executados, presumivelmente, em Peldehue. Pelo menos 26 pessoas tiveram esse destino.

O relator do caso (021/02) na CEMDP, João Grandino Rodas, votou pelo indeferimento do requerimento da família em 20 de julho de 1996, pois considerou que “[...] *tendo sido confessado que o cidadão brasileiro em tela desapareceu no Chile, sem que, ao menos, se tenha alegado participação no ocorrido do Estado brasileiro, é impossível a aplicação da lei 9.140/95*”.

O caso na CEMDP, cujo relator foi João Grandino Rodas, foi indeferido por unanimidade em 20 de junho de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html

www.memoriaviva.com

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Luiz Carlos Almeida

Filho de Euclides Ferreira de Almeida e Herotildes Mattos de Almeida. Desaparecido em 14 de setembro de 1973, no Chile. Militante do Partido Operário Comunista (POC).

Formado em Física pela USP, era professor de Física Experimental na mesma universidade.

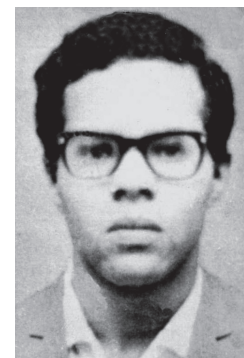
Era solteiro. Segundo documento de 1971 encontrado no arquivo do DOPS/SP, Luiz Carlos tinha 25 anos, mas não há a data de seu nascimento.

De acordo com documento do Serviço de Informações do DOPS/SP, de 22 de abril de 1975, em 1970 participou de uma série de reuniões realizadas por integrantes da cúpula do POC, na região de São Roque (SP). Ele pertenceria à célula do ABC dessa organização. Em fevereiro de 1970, desligou-se do POC visando colaborar na reconstrução da Polop sob a sigla OCML-PO. Continuou fazendo trabalho político na mesma região. Era conhecido pelos codinomes *Sérgio, Tavares, Álvaro e Moraes*.

Documento da Divisão de Ordem Social, datado de 27 de setembro de 1976, informa que: “*Em 15.02.74, foi julgado e absolvido nos autos do Proc. 135/71 pela 2ª Aud. da 2ª CJM*”.

Foi preso em 14 de setembro de 1973, em sua casa, no bairro de Barrancas, Santiago, Chile. Após ser torturado no Estádio Nacional, foi levado a uma ponte sobre o rio Mapocho, onde foi fuzilado.

O caso de Luiz Carlos de Almeida foi denunciado por outro brasileiro seqüestrado com ele e que tem o nome muito parecido com o seu, Luiz Carlos Almeida Vieira, que levou três tiros, mas conseguiu escapar com vida e hoje mora na Suécia. Mediante informações de Vieira e investigações realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e pela Comissão de Representação Externa sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, foi possível incluir o caso de Luiz Carlos na lista de investigados pela Corporação Nacional de Reparação e Conciliação – organismo oficial encarregado das questões relacionadas aos mortos e desaparecidos da ditadura no Chile.



Luiz Carlos respondeu a alguns processos e, com mandado de prisão preventiva, exilou-se no Chile.

Em carta de 3 de setembro de 1993 à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal sobre os Desaparecidos, Luiz Carlos de Almeida Vieira narrou os últimos momentos de Luiz Carlos de Almeida, no Chile.

Afirmou que o conheceu em setembro de 1973, alguns dias antes do golpe contra o presidente Allende, quando chegou ao Chile. Estava morando com Luiz Carlos, quando ocorreu o golpe. Em 13 de setembro, sua casa foi invadida por carabineiros que os prenderam.

Luiz Carlos de Almeida era professor universitário de Física no Chile. Após sua prisão, ambos foram levados a uma delegacia. Depois, foram transferidos para o Estádio Nacional, onde sofreram torturas. Posteriormente, os dois jovens brasileiros e mais um uruguaio, que também se encontrava preso, foram transportados, em um veículo militar, até às margens do rio Mapocho. O uruguaio foi imediatamente metralhado ao tentar entrar no rio e o mesmo aconteceu a Luiz Carlos de Almeida. Vieira perdeu a consciência ao ser baleado e foi levado pelas águas do rio, conseguindo se salvar.

De acordo com o *Informe Rettig*, entre 12 e 13 de setembro de 1973 começaram a utilizar o Estádio Nacional, que foi o maior centro de detenção dessa região, chegando a ter cerca de 7 mil detidos em 22 de setembro, segundo a Cruz Vermelha Internacional. A mesma fonte estima que entre 200 e 300 presos eram estrangeiros de diversas nacionalidades. O lugar foi comandado por um oficial do Exército e para lá foram levadas pessoas provenientes de todos os lugares de Santiago, detidas em circunstâncias e características diversas. O *Informe Rettig* concluiu que foi possível formar convicção de que houve execuções no Estádio Nacional, como também de que vários presos foram tirados dali para serem assassinados. Segundo levantamento da jornalista Pascale B. Miralles, pelo menos 46 presos tiveram esse destino. Outro recinto esportivo foi utilizado como prisão: o Estádio Chile.

O *Informe Rettig*, publicado em 8 de fevereiro de 1991, é o documento conclusivo da investigação sobre os desaparecimentos políticos no Chile, organizado pelo senador do Partido Radical, Raul Rettig, e apresenta o resultado dos trabalhos de investigação feitos pela Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação. Esta Comissão foi criada em abril de 1990 com o objetivo de esclarecer a verdade sobre as mais graves violações dos direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, no país ou no estrangeiro, relacionadas com o Estado chileno. Ao fim de nove meses, na data citada, a Comissão entregou ao ex-presidente Patricio Aylwin Azócar o Informe, no qual foram consideradas 2.296 das 3.550 denúncias recebidas. Em 1993, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos procurou a família de Luiz Carlos Almeida, que preferiu não fazer nenhuma demanda a respeito da sua morte⁶.

Em 24 de março de 2004, a revista *IstoÉ* publicou reportagem de Amaury Ribeiro Jr., baseada em documento encontrado nos pertences do general Antônio Bandeira, que comandou as Forças Armadas até o fim da II Campanha contra a Guerrilha do Araguaia, no qual foi revelado o conteúdo de uma reunião entre os generais Ernesto e Orlando Geisel e o então presidente da República, general Emílio G. Médici, da qual Bandeira também participou. Na reunião, ocorrida em maio de 1973, discutiu-se as diretrizes da repressão política: “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”.

De acordo com o depoimento cedido à *IstoÉ* por um general que atuou na área de informações e era ligado ao presidente Geisel: “Em 1973 concluímos que ou a gente matava todo mundo ou essas guerrilhas nunca mais teriam fim”. De acordo com a reportagem:

Surgiram dois grupos ultra-secretos – um no CIE de Brasília e outro no DOI-CODI/SP–, formados por menos de dez pessoas. Estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975.

6. Em nota à imprensa em 11 de janeiro de 1994, o então deputado federal Nilmário Miranda, da Comissão de Representação Externa de Desaparecidos Políticos na Câmara Federal, tornou público o comunicado do cônsul geral do Brasil no Chile, Carlos Alfredo Pinto da Silva, no qual declarou que: “[...] os cidadãos brasileiros Jane Vanini e Luiz Carlos de Almeida foram vítimas de violação de seus direitos humanos naquele país, reconhecendo a participação de agentes do Estado chileno nestes fatos”.

O CIE encarregou-se da repressão à Guerrilha do Araguaia e dos militantes perseguidos pelos órgãos de repressão política do Cone Sul. O ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto Dias, em entrevista na matéria “*Os matadores*”, na mesma edição da revista, divulgou os nomes de alguns dos envolvidos no extermínio. Os responsáveis pelas ações do CIE foram os coronéis Paulo Malhões (*Dr. Pablo*) e José Brant Teixeira (*Dr. César*). Malhões era ligado à Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia política chilena, e ganhou o codinome “*Pablo*” quando participou dos interrogatórios no Estádio Nacional de Santiago, após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IJVE/SP.

www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html

MIRALLES, Pascale B. *Terrorismo de Estádio. Prisioneiros de Guerra em un Campo de Deportes*. Santiago: Ed. Chile América; CESOC, 2005.

Nelson de Souza Kohl



Nasceu em 25 de janeiro de 1940, em Marília (SP), filho de Francisco Kohl e Rita de Souza Kohl. Desaparecido em 15 de setembro de 1973, no Chile. Militante do Partido Operário Comunista (POC).

Fez seus primeiros estudos no Colégio Canadá, em Santos (SP). Em 1966, inicia-se seu interesse pela política ao tomar contato com as lutas dos estivadores do porto de Santos e dos metalúrgicos da Cosipa, em Cubatão (SP). Mudou-se para São Paulo e entrou na Escola de Comunicações e Artes da USP, onde cursou até o 2º ano.

Teve ativa participação nas manifestações estudantis do período, tanto na universidade como nas passeatas de rua. Em razão de sua militância no Partido Operário Comunista, passou a ser perseguido pelos órgãos da repressão política. Apesar da sua atuação clandestina, sempre visitava os pais nos fins de semana.

Em 9 de abril de 1979, João Luiz Kohl Moreira, seu sobrinho, escreveu um testemunho sobre Nelson:

[...] Somente em 1971 pude conhecer mais de perto sua vida particular. Foi quando mudei para São Paulo e fui residir em seu apartamento em Pinheiros [bairro da cidade de São Paulo]. Aí travei a primeira conversa séria com ele e me surpreendi com o seu aspecto sério. [...] Foi quando ele me alertou para os problemas que eu poderia vir a ter morando e convivendo com ele. De sua militância, dos perigos da repressão, da instabilidade da vida que levava. Pude compreender bem o que ele queria dizer [...].

Desde esse dia, começamos a conversar cada vez mais sobre os problemas da realidade, fazendo leituras em conjunto e discutindo questões do movimento estudantil.

[...] Foi aí que eu conheci a verdadeira admiração e magnetismo que tinha por ele. Foi aí que conheci o Nelson maravilhoso, responsável e sério. Mas nem por isso deixava de ser divertido. [...] Também era admirável o seu poder de persuasão. [...]

[...] a vida conjugal de meu tio era a mais normal possível. Percebi que eles conversavam bastante, mas, certamente, o casamento era impregnado de uma fervorosa paixão. Ele sabia cativar o amor de Elaine com um comportamento que poderíamos descrever como alegre, brejeiro, voluntarioso e adoravelmente sério nas suas devidas horas. Nelson sempre cativou as pessoas.

[...] num domingo de abril de 1971 cheguei de Santos e encontrei o apartamento vazio.

[...] Logo depois, chega Nelson com uma cara séria e angustiada. [...] contou que o partido caíra.

[...] Duas semanas após, a família foi visitada pela última vez. Sem dizer nada, deixou transparecer uma despedida. Despedida que só foi percebida por alguns.

Em todos os momentos que me lembrei dele até hoje, sempre me deu vontade de mandar-lhe um recado: “É isso mesmo, tio. Essa foi a opção mais acertada”.

Sem alternativas, Nelson exilou-se na Argentina, onde ficou até novembro de 1972, indo, posteriormente, viver em Santiago, no Chile, onde trabalhou como tradutor no Instituto de Estudos Econômicos e Sociais.

Nessa mesma época, foi julgado à revelia pela 1ª Auditoria do Exército, em São Paulo, quando foi condenado a dois anos de prisão.

O desaparecimento de Nelson deu-se após seu seqüestro feito por 70 soldados da Força Aérea chilena, em 15 de setembro de 1973.

A família de Nelson, ao tentar apurar o seu desaparecimento, chegou a três versões: na primeira, teria sido preso pela polícia chilena e entregue a militares brasileiros, que agiram no Chile durante o golpe que depôs o presidente Salvador Allende. Mais tarde, teria sido confinado na ilha de Fernando de Noronha. A segunda informa que foi preso e levado para a Base Aérea de San Bernardo, em Paradero, 32, da Gran Avenida, em Santiago, Chile. E a terceira, a que a família julga ser a mais provável, que teria sido metralhado pelo próprio comando que o prendeu.

Na época, sua prisão foi denunciada pelo Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados da ONU, a Cruz Vermelha Internacional e a Cruz Vermelha Argentina.

A Comissão de Representação Externa sobre os Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, buscando esclarecer os casos dos mortos e desaparecidos políticos brasileiros no Chile, viajou até aquele país, na década de 1990, onde encontrou o seu atestado de óbito. De acordo com esse documento, ele teria sido morto em confronto com a polícia, dois dias depois de sua prisão. Esse atestado foi assinado pelo médico Alfredo Vargas, diretor do Instituto Médico Legal de Santiago, o mesmo que atestou a morte de dezenas de pessoas após o golpe de Estado de 1973, entre eles a do presidente Allende.

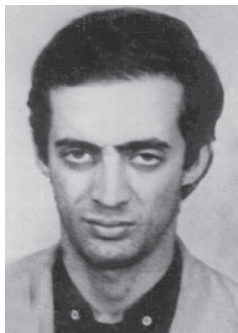
Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.



Umberto Albuquerque Câmara Neto

Nasceu em 28 de maio de 1947, em Campina Grande (PB), filho de Roberto Alves Câmara e Mariluce de Sá Leitão Câmara. Desaparecido em 8 de outubro de 1973. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Em 1967, Umberto esteve entre os candidatos excedentes ao curso de Medicina, na Universidade Federal de Pernambuco. E assumiu a liderança local e regional da luta por vagas para os excedentes. No fim do ano, candidatou-se à presidência da União Estadual dos Estudantes de Pernambuco. Depois, presidiu o diretório acadêmico de sua faculdade e foi membro do DCE da UFPE, que hoje tem o seu nome.

Em 1968, foi escolhido o representante de seu estado na chapa de Jean Marc Van der Weid para a diretoria da UNE. Foi preso em outubro do mesmo ano, durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

Em fevereiro de 1969, foi eleito um dos vice-presidentes da UNE, perante o conselho da entidade. Era constantemente ameaçado pelos órgãos de repressão política e também pela organização paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Em 1972, ainda como militante do movimento estudantil, participou da tentativa de organizar as comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna, frustradas em vários estados brasileiros por causa da intensa repressão promovida pelos órgãos de segurança, que efetuaram diversas prisões, impedindo a realização dessa atividade cultural nos principais estados do país.

No fim de 1972, já havia sido submetido a processos na Justiça Militar. Alinhou-se com Paulo Wright e outros, quando houve a cisão da AP, recusando-se a ingressar no PCdoB. Manteve-se militante da chamada APML.

Umberto foi preso em 8 de outubro de 1973 pelo DOI-CODI, no Rio de Janeiro, depois de ter encontrado em uma viagem de ônibus, quando regressava do Nordeste, seu companheiro de organização, José Carlos da Mata Machado. Acertaram um encontro no Rio de Janeiro, em um trecho da praia de Botafogo. O contato foi breve, mas marcaram um outro para aquele mesmo dia. Pretendiam tirar a limpo a suspeita de que estavam sendo seguidos. Zé Carlos

esperou o companheiro no segundo encontro, mas Umberto não apareceu. Avisou aos amigos e fugiu para São Paulo, mas foi assassinado 20 dias depois pelos órgãos de repressão política. José Carlos já estava sendo seguido pela polícia graças a informações obtidas por intermédio de Gilberto Prata Soares, que se tornou um colaborador financiado pelos órgãos de segurança, tendo confessado sua atuação como “cachorro” à irmã, Maria Madalena Prata Soares, esposa de José Carlos, em 1983.

Mesmo sem a ajuda da família de Umberto, amigos, como Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira (desaparecido em 1974), buscaram informações de seu paradeiro. Sem procuração da família para constituir um advogado, foi impossível impetrar um *habeas corpus*. Chegaram a contatar, por carta e pessoalmente, D. Ivo Lorscheiter, então secretário-geral da CNBB, mas sua resposta foi a de que nada podia fazer.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, persistindo na conduta de desinformar, diz que Umberto “[...] foi visto no Recife em Jul.174”. O relatório do Ministério da Marinha, produzido no mesmo período, no entanto, confirma sua morte em outubro de 1973.

Em 29 de junho de 1974, foi publicada a nota oficial do MDB, no jornal *Diário de Brasília*, indagando do governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais Umberto. Seu nome figurava na nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, de fevereiro de 1975, em que é dado como foragido.

No arquivo do DOPS/SP, consta na sua ficha: “[...] nascido em 1947, ex-estudante de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, ex-membro da UNE, preso no dia 08/10/73, no Rio de Janeiro.”

Em 17 de dezembro de 1992, Gilberto Prata Soares declarou à Comissão de Representação Externa sobre os Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, em Brasília, que desde março de 1973 estava colaborando com o Centro de Informações do Exército (CIE).

A revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, publicou o seguinte na matéria “Os Matadores”: *Comandando uma rede de informantes do CIE, Doutor César [coronel José Brant Teixeira] e Doutor Pablo [coronel Paulo Malhães], segundo [o ex-sargento do DOI-CODI/SP] Marival [Chaves do Canto], também foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma megaoperação em inúmeros pontos do País para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP), movimento de esquerda ligado à Igreja Católica.*

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 025/96.

Para homenageá-lo, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma rua no bairro Cidade Dutra.

7. Denominação dada aos ex-militantes que prestaram serviços aos órgãos da repressão política durante a ditadura como agentes infiltrados.

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 139/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

Honestino Monteiro Guimarães

Nasceu em 28 de março de 1947, em Itaberaí (GO), filho de Benedito Monteiro Guimarães e Maria Rosa Leite Monteiro Guimarães. Desaparecido em 10 de outubro de 1973. Dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Era casado com Isaura Botelho Guimarães, com quem teve uma filha, Juliana.

Sua família mudou-se para Brasília em 1960, quando foi inaugurada a nova capital da República. Na cidade fez a 4ª série ginásial, no Colégio Elefante Branco, e concluiu o colegial no Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM). Começou a atuar no movimento estudantil, ainda como secundarista.

Foi um estudante brilhante, passou em primeiro lugar geral no vestibular para o curso de Geologia de 1964, da Universidade de Brasília, quando tinha 17 anos. Foi presidente do diretório acadêmico de geologia e, durante uma de suas prisões, mesmo não sendo candidato,



foi eleito presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Em 29 de agosto de 1968, ocorreu a invasão do campus da Universidade de Brasília e Honestino foi preso sob intensa pancadaria, junto com muitos outros estudantes.

Ao sair da prisão e com a edição do AI-5, Honestino foi obrigado a deixar a universidade quando cursava o último semestre e viver na clandestinidade. A mãe de Honestino, Maria Rosa, disse que naquela época sua casa foi invadida diversas vezes por policiais, sob pretexto de o procurarem. Em uma dessas invasões, seu irmão, Norton, com 18 anos, foi levado ao DOPS e depois ao Pelotão de Investigações Criminais do Exército, para dar informações sobre o paradeiro de Honestino.

Por essa época, seu pai, que passara noites sem dormir, acabou dormindo ao volante, vindo a falecer em 17 de dezembro de 1968. Durante o período de clandestinidade, sempre manteve contato com sua mãe por meio de encontros sigilosos.

Honestino foi eleito presidente da UNE, depois do frustrado XXX Congresso, em Ibiúna (SP) e da prisão do líder estudantil Jean Marc Van der Weid, o presidente anterior. Três dias antes da edição do AI-5, saiu de Brasília e foi para Goiânia. Entre 1968 e 1972, Honestino viveu em São Paulo, exercendo clandestinamente a função de presidente da UNE e atuando como dirigente da AP. No fim de 1972, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi preso, em 10 de outubro de 1973.

Sua mãe percorreu quartéis, gabinetes de generais e de ministros de Estado sem conseguir nenhuma informação. No natal de 1973, disseram-lhe que poderia visitar Honestino no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília, mas lá chegando disseram que o mesmo não se encontrava preso naquele local.

Segundo depoimento de sua mãe de 22 de dezembro de 1982:

Um dia, em 13 de dezembro de 1973, recebi em minha casa um bilhete lacônico: seu filho foi internado no hospital do Rio, em seguida, no mesmo teor um telegrama trazendo a data, isto é, o mesmo texto com a data de 10 de dezembro de 1973. [...]

Não tive dúvida, fui imediatamente tomar todas as medidas possíveis, pois sabia que nova prisão teria ocorrido. Busquei Honestino desesperadamente por longo tempo. Lançei mão de todos os meios e recursos: contratei advogados no Rio, São Paulo e Brasília. Recorri aos Direitos Humanos, à ABI, à Ordem dos Advogados, à Maçonaria, até ao Papa escrevi. Tudo que me foi possível fazer fiz. Mantive contatos com as autoridades políticas e militares do meu País, inclusive uma entrevista coletiva com familiares de outros desaparecidos junto ao então ministro Golbery, de quem recebi pessoalmente uma promessa de resposta, nunca vinda.

Sua prisão e desaparecimento foram denunciados pelos presos políticos de São Paulo, em documento datado de 23 de outubro de 1975, encontrado nos arquivos do DOPS/SP.

Antes de sua última prisão, Honestino escreveu uma denúncia, batizada de “*Mandado de Segurança Popular*”, instrumento idealizado por ele para prevenir seu desaparecimento, mas que não chegou a ser concluído:

[...] A minha situação é de uma vida na clandestinidade forçada há quase cinco anos. Neste tempo sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto. Nada menos de 25 anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis de 1968. Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso país. É certo que a justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar da criação dos tribunais de exceção: os tribunais militares. Depois da brutalidade das prisões e as maiores violências nas fases dos interrogatórios onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado. [...] Daí o porquê de não me entregar. Não reconheço nem posso reconhecer como “justiça” o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo o mundo. [...]

Documento sobre Honestino do Setor de Análise, Operações e Informações do DOPS/SP relata suas atividades políticas, a partir de 1965, como estudante da UNB e suas consecutivas prisões, até 1969, quando foi considerado foragido. Outros documentos do arquivo do DOPS/SP trazem ainda informações do período de 1967 até 1979, relacionados à sua militância política, condenações pela Justiça Militar, além de fichas pessoais com informações resumidas do período de 1966 a 1973, e artigos de jornais sobre seu desaparecimento.

Em 29 de junho de 1974, foi publicada a nota oficial do MDB, no jornal *Diário de Brasília*, indagando do governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais Honestino. O seu nome constava na lista de 22 desaparecidos políticos apresentada ao chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e Comissão de Familiares de Desaparecidos, em agosto de 1974. Seu nome figurava também na nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, de fevereiro de 1975, emitida em resposta às denúncias dos familiares e de D. Paulo Evaristo Arns.

Em 1979, na cidade de Salvador (BA), no congresso de reconstrução da UNE, 10 mil universitários colocaram no espaço um gigantesco painel com a foto de Honestino e deixaram na mesa que presidia os trabalhos uma cadeira vazia em sua homenagem.

Em outubro de 1983, sua viúva conseguiu na justiça a declaração de ausência de Honestino Monteiro Guimarães.

Artigo do jornal *Correio Braziliense*, de 26 de abril de 1992, informa que, segundo o deputado federal José Luiz Clerot, o comando da repressão política planejou uma operação para que a morte de Honestino, ocorrida em decorrência de torturas sofridas na prisão, não tivesse nenhuma conexão com sua passagem pelo cárcere.

Os relatórios dos ministérios militares, encaminhados ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, não informam sobre sua prisão e desaparecimento.

A revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, publicou matéria com o título de “*Os Matadores*”, que cita Honestino:

Comandando uma rede de informantes do CIE, Doutor César [coronel José Brant Teixeira] e Doutor Pablo [coronel Paulo Malhães], segundo [o ex-sargento do DOI-CODI/SP] Marival [Chaves do Canto], também foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma megaoperação em inúmeros pontos do País para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP), movimento de esquerda ligado à Igreja Católica. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Monteiro Guimarães, militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) [...]. Irmão do reverendo Jaime Wright, Paulo Stuart foi preso e morto em São Paulo, em 1973. Os demais militantes também tomaram naquele ano e em 1974, no Rio.

Em 1992, sua família entrou com uma ação cível na Justiça Federal de reparação por danos morais e materiais, que se encontra com recurso da União no STJ.

Em 19 de setembro de 1992, foram inaugurados os viadutos do Complexo João Dias, na cidade de São Paulo, cujos nomes fazem homenagem a três militantes assassinados durante a ditadura: Honestino Monteiro Guimarães, Sônia Moraes Angel e Frederico Eduardo Mayr. Honestino Guimarães também dá o seu nome a uma rua do Jardim da Toca (SP). Na cidade do Rio de Janeiro, ele também foi homenageado, seu nome foi dado a uma rua no Recreio dos Bandeirantes.

Em 26 de agosto de 1997, o DCE da Universidade de Brasília recebeu o seu nome como mais uma homenagem e o reitor, João Cláudio Todorov, outorgou o título de Mérito Universitário a Honestino Guimarães.

Em 15 de dezembro de 2006, foi inaugurado em Brasília o Museu Nacional Honestino Guimarães, projetado por Oscar Niemeyer, localizado ao lado da Catedral da cidade.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 100/96 na CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

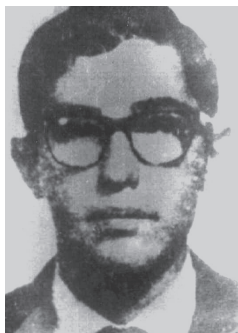
Arquivos do IEVE/SP.

Caso 100/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.).

Desaparecidos Políticos, op. cit.

Os primeiros desaparecidos da III Campanha do Exército contra a Guerrilha do Araguaia



André Grabois (José Carlos)

Nasceu em 3 de julho de 1946, no Rio de Janeiro, filho de Maurício Grabois, também desaparecido no Araguaia, e Alzira da Costa Reys. Desaparecido em 14 de outubro de 1973 na localidade denominada “Fazenda Caçador”. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Comandante do Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha do Araguaia.

Fez o curso primário na Escola Municipal Pedro Ernesto e o ginásio no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Filho do dirigente comunista Maurício Grabois, líder da bancada do Partido Comunista na Constituinte em 1946, desde muito cedo, graças ao convívio com destacados militantes do movimento comunista no Brasil, André interessou-se pelas questões políticas.

Na juventude, tornou-se muito amigo de um jovem italiano, cuja família morava no Rio de Janeiro, chamado Líbero Giancarlo Castiglia. Líbero lutou na Guerrilha do Araguaia, onde provavelmente foi assassinado em 25 de dezembro de 1973. Em 1963, com Giancarlo, pichou o nome “*Fidel*” na Pedra da Gávea, em homenagem à Revolução Cubana e seu líder. Em 1964, em razão das perseguições movidas contra seus pais, André foi obrigado a abandonar os estudos e, com apenas 17 anos, foi viver na clandestinidade.

Em meados de 1966, André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Carlos Haas Sobrinho e Líbero Giancarlo Castiglia viajaram para a China e, na escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, tiveram os seus passaportes retidos por várias horas, sem nenhum esclarecimento. Mais de um ano depois, pela matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, de 21 de novembro de 1968, com o título “*China Prepara Brasileiros para Fazerem Guerrilha em Nosso País*”, do jornalista Edson Flosi, foi possível saber que seus passaportes haviam sido retidos pela CIA (serviço de inteligência dos Estados Unidos da América). Segundo a reportagem, as informações sobre o trajeto dos militantes que se dirigiam à China foram passadas à polícia depois da prisão de Tarzan de Castro e Gerson Alves Parreira, em setembro de 1966. André realizou cursos de capacitação política e militar na China e na Albânia.

No segundo semestre de 1967, retornou clandestinamente ao território brasileiro através da Bolívia. Foi um dos primeiros a chegar à região onde se deu a Guerrilha do Araguaia, indo morar na localidade de Faveira no início de 1968. Ali trabalhava na roça e possuía um pequeno comércio próximo ao povoado de Ponta de Pedra. Antes morou em várias cidades da região: Rondonópolis, Porto Franco, Tocantins e outras.

Era conhecido como Zé Carlos. Tinha um gênio alegre e brincalhão e rapidamente conquistava a simpatia das pessoas. Gostava de música popular, em particular de samba, que aprendera nos morros cariocas. Frequentava as festas locais, onde era dos primeiros a chegar e o último a sair. Apreciador das peladas, construiu um campo e organizou times de futebol por onde passou, em Rondonópolis, Mato Grosso, e no sul do Pará. Também era bom nadador.

À noite, enquanto ouvia rádio, gostava de desenhar cartuns sobre os acontecimentos políticos ou alusivos à região e aos companheiros. Via com grande tristeza o fato de as crianças da região do rio Araguaia não conhecerem brinquedos.

Em 1969, casou-se com a guerrilheira Criméia Alice Schmidt de Almeida, a quem conheceu no Pará. Tiveram um filho, João Carlos, que nasceu na prisão, em fevereiro de 1973, que André não chegou a conhecer. Seu filho só pôde usar o nome paterno após uma ação na Justiça, julgada em 1988.

Em 1970, foi residir em uma posse denominada “Chega com Jeito”, próxima a Brejo Grande, no Sudeste do Pará.

Foi o comandante do Destacamento A – Helenira Resende, das forças guerrilheiras do Araguaia até sua morte. Seu pai e seu cunhado, Gilberto Olímpio Maria, integravam também a guerrilha e morreram durante o ataque do Exército, em 25 de dezembro de 1973.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, registra: “[...] morto em 13 de outubro de 1973”.

Documento dos Fuzileiros Navais da “Operação Papagaio”, de 1972, assinado pelo comandante Uriburu Lobo da Cruz, encaminhado em 1993 anonimamente ao presidente da Comissão de Representação Externa sobre os Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, Nilmário Miranda, faz referência a José Vieira da Silva Jr., nome falso de André Grabois, como um dos “procurados”. André utilizava também o nome falso de José Carlos Ferreira da Silva.

Seus familiares participaram da primeira caravana que foi à região da Guerrilha do Araguaia, em 1980. Em 1982 entraram com uma Ação Cível na 1ª Vara da Justiça Federal em Brasília, junto com outros 21 familiares, que pede esclarecimentos à União sobre o ocorrido com 25 desaparecidos. Esse processo (I-108/83) somente foi julgado favoravelmente aos familiares em 2003, mas o governo federal entrou com vários recursos protelatórios contra a sentença, sendo o último deles julgado em dezembro de 2007. Os familiares ainda hoje estão aguardando a execução da sentença, visto que a União não poderá mais interpor nenhum recurso.

Sua mãe, Alzira, com outros familiares, participou do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), a partir de 1979, pois até essa época ela vivia na clandestinidade, já que também era uma perseguida política. Nesse período, as manifestações dos familiares consistiam em panfletagens semanais diante da estátua de Tiradentes na Praça XV, no Rio de Janeiro, ou em portas de cinemas quando exibiam algum filme relacionado às perseguições políticas, ocasião em que denunciavam o desaparecimento de seus parentes.

A sua família também entrou com uma petição junto à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1996, por considerar que a lei 9.140/95 não atendia aos interesses dos familiares de desaparecidos. Essa petição foi aceita, recebendo a denominação de “Caso 11.552”, mas até hoje não obteve a decisão final.

Denúncias de sua morte foram feitas também à Comissão de Direitos Humanos da ONU e à Anistia Internacional.

Sua mãe faleceu sem conseguir esclarecer os paradeiros de seu filho e de seu marido.

Para homenageá-lo, a cidade de São Paulo deu o nome de André Grabois a um Centro de Referência da Saúde do Trabalhador e a uma rua situada no bairro Cidade Ademar. No Rio de Janeiro, sua cidade natal, André Grabois deu nome a uma avenida, próxima à Estrada do Pontal, no Recreio dos Bandeirantes.

Antônio Alfredo de Lima*

Camponês, natural do estado do Pará, tinha 35 anos quando foi assassinado pelas Forças Armadas, em sua roça. Desaparecido em 14 de outubro de 1973. Integrante do Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha do Araguaia.

Foi barqueiro, vaqueiro, tropeiro, castanheiro e lavrador. Vivia com a mulher e três filhos como posseiro, no município de São João do Araguaia, quando foi ameaçado de expulsão e morte por grileiros e intimado a abandonar o local. Resistiu, aderindo à Guerrilha do Araguaia. Dizia: “*Posseiro que se entrega a grileiro vira andarilho no mundo, sempre com seus bagulhos nas costas, sem ter onde cair morto*”.

*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Antônio Alfredo de Lima estava grafado erroneamente como Antônio Alfredo Campos.

Segundo relatos, gostava de ensinar e transmitia suas experiências de caçador e mateiro aos companheiros. Alfredo, como era conhecido, tinha também muita disposição para o aprendizado. Analfabeto, em poucos meses aprendeu a ler e escrever. Aconselhava os outros lavradores a fazerem o mesmo. Em outubro de 1973, sua mulher, Oneide, e seus filhos foram presos e torturados para que ele se entregasse aos militares. Alfredo permaneceu na luta, sendo morto uma semana depois.



Divino Ferreira de Souza (Nunes)

Nasceu em 12 de setembro de 1942, em Caldas Novas (GO), filho de José Ferreira de Souza e Maria Gomes dos Santos. Desaparecido em 14 de outubro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha do Araguaia.

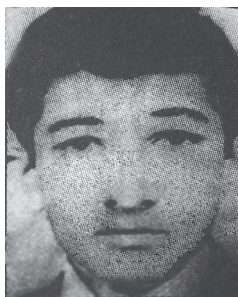
De uma família pequena, tinha apenas uma irmã, Terezinha. A família mudou-se de Caldas Novas para Goiânia em 1947. Divino tinha, então, 5 anos de idade, e aos 8 passou a trabalhar vendendo jornais. Ainda estudante do Colégio de Comércio Campinas, participou de várias greves e, em 1961, tornou-se membro da União Goiana dos Estudantes Secundaristas.

Divino deixou Goiânia em 28 de janeiro de 1966. Em meados de 1966, foi para o exterior, tendo passado pela China e pela Albânia para fazer cursos de capacitação política e militar. No segundo semestre de 1967, regressou clandestinamente ao Brasil, indo viver no interior de Goiás e, depois, próximo ao rio Araguaia, na região de Brejo Grande, onde trabalhava como comerciante e agricultor e era conhecido como “Nunes”. Lá passou a integrar o destacamento A das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Segundo relatos, foi preso depois de ser ferido na emboscada das Forças Armadas, em 14 de outubro de 1973, quando André Grabois, João Gualberto e Antônio Alfredo Campos foram mortos na roça do último, às margens do rio Fortaleza.

O relatório do Ministério da Marinha o relaciona entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá (GO, atual TO), e traz a data de morte: 14 de dezembro de 1973, ou seja, dois meses após a sua prisão.

Sua mãe lutou até o fim de sua vida para obter informações sobre o filho desaparecido. Infelizmente, morreu sem obter do Estado brasileiro essas informações.



João Gualberto Calatrone (Zebão)

Nasceu em 7 de janeiro de 1951, em Nova Venécia (ES), filho de Clotildio Calatrone e Osória de Lima Calatrone. Desaparecido em 14 de outubro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha do Araguaia.

Como estudante secundarista, teve grande atuação política no seu estado natal. Formou-se como técnico de contabilidade.

Em 1970, foi residir em uma região próxima ao rio Araguaia, no Sudeste do Pará, em uma posse denominada “Chega com Jeito”, perto de Brejo Grande, onde adotou o nome de Zebão e se destacou como tropeiro e mateiro.

Com seu jeito calado, ouvia mais que falava, mas sempre tinha uma solução para os problemas difíceis que apareciam. Tinha grande capacidade para improvisações.

Antônio Alfredo Lima, Divino Ferreira de Souza e João Gualberto Calatrone, como André Grabois, foram homenageados com nomes de ruas no bairro Cidade Ademar, em São Paulo (SP). Todavia, por um erro no Comunicado nº 8 das Forças Guerrilheiras, que havia informado que o nome de Antônio era Antônio Alfredo *Campos*, a rua recebeu este nome (Campos) e não o correto (Lima). Os três, ao lado de André, também foram homenageados pela cidade de Campinas (SP), que deu seus nomes a ruas na Vila Esperança.

A emboscada de 14 de outubro de 1973

O *Relatório Arroyo*, documento redigido por Ângelo Arroyo, comandante da guerrilha que sobreviveu à perseguição no Pará, foi apreendido após ação da repressão política conhecida como “Massacre da Lapa”, em 16 de dezembro de 1976, quando os dirigentes do PCdoB Arroyo e Pedro Pomar foram assassinados. O documento, transcrito no livro *Guerrilha do Araguaia (1972-1982)*, relata a emboscada em que morreram André, Antônio Alfredo, Divino e João Gualberto:

Alfredo na ocasião insistiu com Zé Carlos [André Grabois] para que fossem apanhar dois porcos dele que se encontravam numa roça próxima. Os porcos ajudariam na alimentação dos guerrilheiros. Zé Carlos considerou temerário o projeto de Alfredo. Chegou a dizer: “Não vamos morrer pela boca”. Sabia que o Exército provavelmente estaria emboscado na roça onde se encontravam os porcos. No dia seguinte, saíram cinco companheiros para apanhar farinha num depósito e, se nada de anormal notassem, poderiam ir apanhar os porcos. Mas no caminho decidiram ir, primeiramente, apanhar os porcos. Lá chegaram cerca das 9 horas. Mataram os porcos com quatro tiros e os levaram para um lugar limpo a fim de retalhá-los. Fizeram fogo de palha para pelar os porcos. Uma hora depois estava terminado o serviço. Mas quando foram carregar a carne, as alças das mochilas quebraram. Alfredo resolveu então improvisar um atado de cipó (vira-mundo) para carregar nas costas. Quando terminou o último atado eram já 12 horas. Estavam presentes os companheiros: Zé Carlos [André Grabois], Nunes [Divino Ferreira de Souza], Alfredo, Zebão [João Gualberto Calatrone] e João [Dermeval da Silva Pereira]. Preparavam-se para sair quando Alfredo ouviu um barulho esquisito. Chamou a atenção de João. Este, porém, achou que era uma palha de coqueiro que tinha caído. Ato contínuo, apareceram os soldados, apontando suas armas. Atiraram sobre o grupo. João conseguiu escapar, os outros foram mortos. Não tiveram tempo nem de pegar as armas.

Dias antes, este grupo de guerrilheiros e mais alguns outros havia participado de uma ação de repercussão na região, o assalto ao posto da Polícia Militar de Brejo Grande, na Transamazônica, conforme depoimento de Adalgisa Moraes da Silva, citado no livro *Direito à Memória e à Verdade*, à página 236:

[...] os guerrilheiros haviam colocado fogo em uma ponte na Transamazônica, no Município de São Domingos; que a Rosinha [Maria Célia Correa], a Sônia [Lúcia Maria de Souza], o Nelito [Nelson Lima Piauhi Dourado], o João Araguaia [Dermeval da Silva Pereira], o Nunes [Divino Ferreira de Souza], o Orlandinho [Orlando Momento], o Beto [Lúcio Petit da Silva], o Alfredo [Antônio Alfredo de Lima], o Zé Carlos [André Grabois], o Edinho [Hélio Luiz Navarro de Magalhães], o Valdir [Uirassu Assis Batista] e o Zebão [João Gualberto Calatrone] colocaram fogo na ponte para impedir que os carros passassem; que eles atacaram um posto da Polícia Militar e colocaram um soldado para ir a pé até Marabá, vestindo apenas uma cueca, pegaram as armas, as facas, o Alfredo vestiu a roupa do sargento, e passaram logo após na casa da declarante, vestindo roupa da Polícia Militar; que eles passaram na casa da declarante um dia após os fatos [...]

Em declaração ao Ministério Público Federal, em 2001, o guia do Exército Manoel Leal de Lima, conhecido como *Vanu*, confirma em parte o que diz o *Relatório Arroyo*, acrescentando apenas que *Divino (Nunes)* foi conduzido ferido para Marabá:

Na primeira vez que foi usado como guia, foi para a localidade chamada Caçador acompanhando o major Adurbo [Asdrúbal – coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel] e o sargento Silva, um cabo e uns cinco soldados; que dormiram na mata e no outro dia, por volta de três a quatro horas da tarde ouviram tiros, foram em direção ao local e o depoente identificou um grupo de cinco guerrilheiros que portavam fardamento e arma da PM, que haviam roubado no posto do entroncamento; que este grupo estava matando três porcos, na casa do velho Geraldo; que o depoente disse para os militares que eram os guerrilheiros Zé Carlos, Nunes, Alfredo, João Araguaia e Zebão; que a tropa do Exército abriu fogo contra os guerrilheiros; que foram pegos de surpresa no momento em que se preparavam para levantar acampamento; que morreram no local os guerrilheiros Zé Carlos, Alfredo e Zebão; que João Araguaia conseguiu fugir e que Nunes foi baleado vindo a morrer em Marabá no dia seguinte.

Versão semelhante é contada por outro guia do Exército, Antônio Félix da Silva, em declaração também prestada ao Ministério Público Federal, em 6 de julho de 2001:

[...] que Vanu informou ao declarante que foi este (Vanu) quem colocou os corpos dos três guerrilheiros em uma égua e os conduziu desde a Fazenda do Geraldo Martins, local do confronto, até a casa do pai do declarante (Caçador), a 4 quilômetros de distância; que os militares abriram uma valeta com um prato de esmalte e jogaram os três corpos juntos; que o declarante, três dias após ter recebido a notícia, foi até o local onde os guerrilheiros foram enterrados; que se tratava de um local distante 3 metros do lado esquerdo da casa do pai do declarante, na visão de quem está na frente da casa; que o local estava com a terra remexida e coberto com os restos da casa que havia sido queimada; que, ao lado da sepultura, foi fincado um torno de madeira com um metro e pouco de altura, e sobre o torno uma camisa; que o declarante reconheceu que a camisa era de Zé Carlos; que a camisa não tinha sinal de sangue nem de bala; que o declarante não levou a camisa, deixando-a no mesmo local; que, trinta dias após, o declarante voltou ao local da sepultura e já a encontrou remexida, com vários ossos sobre a terra, roídos pelas cotias; que o declarante somente viu um crânio sobre a terra; que o crânio se encontrava com o buraco redondo de bala na nuca, com espessura menor que de um dedo mindinho; que pela espessura do buraco, parecia ter sido de uma arma calibre 32; que o buraco não despedaçou nenhuma parte do crânio; [...] que, quatro meses depois da primeira vez que o declarante visitou a sepultura dos três guerrilheiros, voltou ao local, não encontrando nenhum osso sobre o túmulo, o qual estava afundado e sem os paus que o cobriam, mas apenas um osso de calcâneo afastado a uns 6 metros da cova; que os militares e Vanu informaram ao declarante que no local do confronto um guerrilheiro foi preso e outro saiu ferido; que Vanu disse ao declarante que foi Nunes que ficou ferido no confronto e que o levaram numa padiola na direção de Bom Jesus onde havia uma clareira para pouso de helicóptero.

Trecho do diálogo entre o coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, codinome “Asdrúbal”, que comandou a operação, e o jornalista Luiz Maklouf, publicado em seu livro, trata desses fatos:

Luiz Maklouf – Quantos guerrilheiros morreram?

Coronel Lício – Os únicos que se salvaram foram o João Araguaia, que fugiu, e o Nunes, que ficou muito ferido. Eles ficaram lá a noite inteira. Eu via lá os caras, mas eu não sou médico, nem enfermeiro, não estava nem aí pra esse troço. Mas os caras da minha equipe iam lá, davam morfina, injeção, os primeiros socorros que a gente levava [...] Passaram a noite dando morfina pros caras. Acabaram com o estoque. Mas três morreram. No dia seguinte estava todo mundo esticado lá. Nós botamos em cima de muares, arranjados pelos dois guias, e levamos. [...]

Esses corpos eu entreguei pro PIC, o PIC identificou e daí a três ou quatro dias chegou a informação. Era o grupo mais importante de toda a guerrilha. Infelizmente, estava o

André Grabois no meio, que era o bandidão chefe. [...]

Luiz Maklouf – Ou seja: se tem alguém capaz de dizer onde esses corpos foram enterrados, esse alguém é o hoje general Cerqueira?

Coronel Lício – No meu entender, num estudo sobre isso, ele deveria declarar alguma coisa. Porque nos combates, está tudo explicado, mas tem a parte humana. O procedimento era entregar os corpos pro PIC. [...]

Eu entreguei para o chefe da equipe, e segui com a minha turma, em um dos helicópteros, para Marabá, onde fiz o relatório.

Luiz Maklouf – Para quem?

Coronel Lício – Todos dois estão vivos, todos dois são meus amigos do peito, então eu não posso dizer os nomes. Era um tenente-coronel comandante de Marabá, de Infantaria, e um tenente-coronel de engenharia, todos da minha turma da AMAN, de 52. Um de Brasília e outro da 8ª Região Militar.

O jornalista Luiz Maklouf identificou os oficiais citados como Wilson Brandi Romão e Leo Frederico Cinelli.

Os nomes dos quatro guerrilheiros fazem parte da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 055/96, de André Grabois; 339/96, de Antônio Alfredo de Lima; 030/96, de Divino Ferreira de Souza; e 220/96, de João Gualberto Calatrone, na CEMDP.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Coronel Rompe o Silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Wânio José de Mattos

Nasceu em 27 de abril de 1926, em Piratuba (SC), filho de José Antônio de Mattos e Luíza Santos Mattos. Desaparecido em 16 de outubro de 1973, no Chile. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era capitão da Força Pública do Estado de São Paulo (atual Polícia Militar), advogado especializado em Direito Internacional, formado pela Faculdade de Direito da USP. Exerceu também a profissão de jornalista e de fotógrafo. Em Piratuba (SC), em 1954, casou-se com Maria José Fischer de Mattos, com quem teve um filho, José Paulo Fischer de Mattos, nascido em 1960, em São Paulo. Mais tarde, Wânio casou-se com Maria das Dores Romaniolo, com quem teve uma filha, Roberta Romaniolo de Mattos. Maria das Dores faleceu em 2001.

Um relatório reservado, de 27 de julho de 1962, encontrado no arquivo do DOPS/SP, informa: “[...] que a delegação paulista ao ‘VIII Festival Mundial da Juventude pela Paz e Amizade’, a realizar-se em Helsink – Finlândia, de 28 de julho a 6 de agosto de 1962, era constituída por trinta e três elementos, da qual fazia parte Wânio José de Mattos”. O mesmo documento diz: “Consta em nosso arquivo uma relação de nomes, sem data, de elementos associados da União Cultural Brasil Rússia, na qual figura o nome do epígrafado”.

Preso em 24 de abril de 1970 pela Operação Bandeirante (reorganizada como DOI-CODI/SP em setembro daquele ano), foi expulso da Polícia Militar e banido para o Chile, em janeiro de 1971, por ocasião do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, com outros 69 presos políticos.

No Chile, trabalhou como professor de Direito da Universidade de Santiago, Chile.

Segundo denúncia da ex-presa política Marijane Lisboa, Wânio foi preso com a esposa, Maria das Dores, e a filha e levado para o Estádio Nacional, em Santiago, quando ocorreu o golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, onde foi morto sem tratamento médico, em outubro daquele ano.

Conforme relato de sua filha, publicado na matéria “*Agonia e Morte no Estádio Nacional*”, de Luis Fernando Assunção (jornal *A Notícia*, Joinville, 3 de julho de 2003), depois que Wânio foi banido para o Chile, Maria das Dores e Roberta, ainda bebê de colo, conseguiram viajar para encontrá-lo: “*Só conseguimos sair do Brasil porque minha mãe me registrou como filha de pai desconhecido*”. Na época dessa reportagem, Roberta tinha 32 anos e estava vivendo e trabalhando como fisioterapeuta em Londrina (PR). Segundo o jornal:



No Chile, os brasileiros exilados começaram vida nova. Wânio passou a dar aulas de direito e filosofia na Universidade de Santiago. A mãe cuidava de Roberta. Foram quase dois anos de vida tranqüila e muitas reuniões com outros brasileiros exilados. [...] Então veio o golpe, em 1973. Os brasileiros se organizaram para mandar o maior número de pessoas para fora do Chile. Wânio, Maria das Dores e Roberta foram presos e separados. A mulher e a filha sobreviveram, apesar de tudo. Wânio não teve a mesma sorte. [...]

Roberta recorda-se: “Fomos presos juntos e depois separados. Me tiraram de minha mãe e isso foi marcante nas nossas vidas”. Foram dias de angústia até que Roberta foi trazida de volta à cela: “Eu chorava de fome. Não havia comida”. Conseguiram ser libertadas com a ajuda de um funcionário da Cruz Vermelha Internacional, que conseguiu levá-la até a embaixada da França. Maria das Dores e Roberta acabaram exiladas em Paris. Só em 1979 voltaram para o Brasil.

De acordo com um documento encontrado no arquivo do DOPS/SP:

Consta na relação do CIE, de Brasília, de nº 3.621, de setembro de 1973, que o epigrafado, juntamente com outros brasileiros foram presos no Chile. Na informação nº 583/DIS/COMZAE-4, do Ministério da Aeronáutica, de 23/11/73, consta que o CISA informou que, conforme dados obtidos de fontes diversas, teriam sido mortos no Chile, durante a Revolução de 11/09/73, ocorrida naquele país, os seguintes brasileiros, que foram banidos: (relação de nomes, onde figura o de Wanio José de Matos [sic]).

Confirma-se, assim, que as Forças Armadas brasileiras tinham conhecimento de sua morte desde 1973 e nunca a informaram à família e, além disso, que as ditaduras latino-americanas atuavam em parceria antes mesmo da *Operação Condor*, iniciada em 1975.

No livro *Roleta Chilena*, Alfredo Sirkis relatou sua morte:

Agora, cara, uma história fodida. Triste pacas: sabe quem foi morto? O Vânio [sic], lá no Estádio Nacional.

Todo dia a mulher dele ficava junto ao portão com aquele monte de chilenas tentando saber notícias dos maridos. Anteontem o sargento tinha dito pra ela que tava tudo bem, que ele ia ser expulso do país, o que nessa altura é o que todos eles querem. Ficou tranqüilizada, inclusive porque agora já o reconheciam como preso no estádio, oficialmente. Chega ontem, aparece o sargento e, sem mais nem menos, entrega pra ela o relógio, a aliança e o cordão do Vânio. E se recusa a dar qualquer informação...

Filhos da puta. Fuzilaram o Vânio!

Estou possesso. Assassinararam o capitão Vânio de Matos, da Polícia Militar de São Paulo, um oficial de cavalaria que ficou revoltado com a utilização da sua tropa para reprimir passeatas, em 68. Era amigo do Lamarca e foi preso em 70, acusado de simpatizar com a VPR. Foi banido no listão dos 70 e vivia com a mulher e os filhos uma pacata existência no Chile, até que...

– Não, não foi fuzilamento. Foi úlcera perfurada – um soldado veio e contou a história, e depois o pessoal lá de dentro confirmou através do cara da Cruz Vermelha...

Sua morte foi denunciada no Brasil, conforme documento do DOPS/SP (doc. 52-Z-0-4838):

Consta arquivado, neste setor, cópia datilografada de um panfleto apreendido no Grêmio da Psicologia da USP, no dia 18/05/1975, cujo título é: “Patriota brasileiro vítima do fascismo no Chile”, em cujo texto lê-se: “O golpe militar dos generais fascistas chilenos armados [...] mataram inúmeros patriotas latino-americanos que lá viviam asilados, entre diversas vítimas, bolivianos, argentinos e de outros países, está o companheiro Wanio José de Matos [sic], assassinado em meados de outubro no Estádio Nacional de Santiago do Chile”. [...]

Em 26 de abril de 1979, o juiz auditor da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, José Paulo Paiva, solicitou informações sobre a denúncia de que Wânio José de Mattos faleceu e, em caso positivo, onde poderia ser localizado o atestado de óbito. Como resposta, em 3 de maio de 1979, a Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, no Paraná, encaminhou

o “*Certificado de defunción*”, datado de 23 de novembro de 1973, de número E 3166, de Wânio José de Mattos Santos [sic], informando que faleceu no Hospital de Campanha do Estádio Nacional, em Santiago, de peritonite aguda. Mas nada foi informado à família na ocasião.

A *Folha da Tarde*, de 2 de outubro de 1980, publicou uma pequena nota em que afirma que o deputado do PMDB, Iram Saraiva, “[...] reivindicou ontem empenho do presidente Figueiredo para a localização de brasileiros ‘desaparecidos ou assassinados pelo regime de Pinochet’, em Santiago”, citando quatro nomes: Luiz Carlos Almeida, Nelson de Souza Kohl, Wânio José de Matos [sic] e Getúlio Quintiliano [Túlio Roberto Quintiliano].

Em 8 de fevereiro de 1991, o resultado dos trabalhos de investigação feitos pela Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação do Chile foi publicado no *Informe Rettig* – como ficou conhecido o documento conclusivo dos trabalhos de investigação sobre os desaparecimentos políticos no Chile, organizado pelo senador do Partido Radical, Raul Rettig. Em abril de 1990, havia sido criada a referida comissão com o objetivo de esclarecer a verdade sobre as mais graves violações dos direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, no país ou no estrangeiro, relacionadas com o Estado chileno. Ao fim de nove meses, na data citada, a comissão entregou ao ex-presidente, Patricio Aylwin Azócar, o Informe da Comissão, no qual foram consideradas 2.296 das 3.550 denúncias recebidas.

Após a elaboração do *Informe Rettig*, Maria das Dores e a filha tiveram acesso às informações sobre as circunstâncias de sua morte e o Estado chileno assumiu sua responsabilidade no assassinato e a devida reparação financeira.

Sua certidão de óbito informa que faleceu em 16 de outubro de 1973, no Hospital de Campanha do Estádio Nacional, em Santiago, Chile, registrando como *causa mortis* “*peritonite aguda*”. Não há, porém, assinaturas de médicos legistas. O texto que trata de Wânio no referido relatório é o seguinte:

No dia 16 de outubro de 1973, morre José Wannio de Mattos Santos [sic], brasileiro, 47 anos. Fontes altamente confiáveis declararam a esta Comissão que já estava detido e doente em 13 de outubro de 1973, no Estádio Nacional. Nessa data apresentava “síntomas de tifo crescente com prisão de ventre e vômitos”. As autoridades do recinto assinalaram que ele somente poderia ser atendido no Hospital de Campanha dali a dez dias, porque não tinham capacidade suficiente para atender a todos os doentes.

Solicitado ao delegado médico no Estádio Nacional seu traslado ao Hospital Militar, este foi negado. Como consequência disso, falece no dia 16 de outubro de 1973, no Hospital de Campanha do Estádio Nacional, em razão de uma “peritonitis aguda”.

É convicção desta Comissão que José Wannio de Mattos Santos faleceu por se haver negado o auxílio médico oportuno e eficaz requerido, por parte de agentes do Estado, constituindo uma grave violação a seu direito à integridade física e à sua vida.

De acordo com o *Informe Rettig*, o Estádio Nacional foi o mais notório centro de detenção da capital chilena.

Entre 12 e 13 de setembro de 1973, começaram a utilizar o Estádio Nacional, que foi o maior centro de detenção dessa região, chegando a ter cerca de 7 mil detidos em 22 de setembro, segundo a Cruz Vermelha Internacional. A mesma fonte estima que entre 200 a 300 presos eram estrangeiros de diversas nacionalidades. O lugar foi comandado por um oficial do Exército e para lá foram levadas pessoas detidas em circunstâncias e características diversas, provenientes de todos os lugares de Santiago,. O *Informe Rettig* concluiu que foi possível formar convicção de que houve execuções no Estádio Nacional, e ainda de que vários presos foram tirados dali para serem assassinados. Segundo levantamento da jornalista Pascale B. Miralles, pelo menos 46 presos tiveram esse destino. Outro recinto esportivo foi utilizado como prisão: o Estádio Chile.

Nos relatórios militares encaminhados ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, temos o seguinte: os do Exército e da Marinha afirmam que ele foi banido do país; o relatório da Aeronáutica registrou: “[...] *teria sido morto no Estádio Nacional de Santiago, segundo a imprensa*”.

Em 24 de março de 2004, a revista *IstoÉ* publicou reportagem de Amaury Ribeiro Jr., baseada em documento encontrado nos pertences do general Antônio Bandeira, que comandou as Forças Armadas até o fim da II Campanha contra a Guerrilha do Araguaia, no qual foi revelado o conteúdo de uma reunião entre os generais Ernesto e Orlando Geisel e o então presidente da República, general Emílio G. Médici, da qual Bandeira também participou. Na reunião, ocorrida em maio de 1973, discutiram as diretrizes da repressão política: “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”.

De acordo com o depoimento cedido à *IstoÉ* por um general que atuou na área de informações e era ligado ao presidente Geisel: “Em 1973 concluímos que ou a gente matava todo mundo ou essas guerrilhas nunca mais teriam fim”. De acordo com a reportagem:

Surgiram dois grupos ultra-secretos – um no CIE de Brasília e outro no DOI-CODI/SP –, formados por menos de dez pessoas. Estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975.

O CIE encarregou-se da repressão à Guerrilha do Araguaia e dos militantes perseguidos pelos órgãos de repressão política do Cone Sul. O ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto Dias, em entrevista na matéria “*Os matadores*”, na mesma edição da revista, divulgou os nomes de alguns dos envolvidos no extermínio. Os responsáveis pelas ações do CIE foram os coronéis Paulo Malhães (*Dr. Pablo*) e José Brant Teixeira (*Dr. César*). Malhães era ligado à Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia política chilena, e ganhou o codinome “*Pablo*” quando participou dos interrogatórios no Estádio Nacional de Santiago, após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile.

O jornalista Cláudio Dantas Sequeira publicou no *Correio Braziliense*, de 22 de julho de 2007, reportagem a respeito de documentos secretos do Itamaraty produzidos durante a ditadura, os quais reforçam a hipótese de que as autoridades brasileiras tenham participado da prisão e morte de Wânio, considerando-se que mantinham vigilância permanente sobre todos os exilados brasileiros no Chile. Sequeira mencionou que, no Informe 656, de 31 de dezembro de 1973, o Itamaraty foi formalmente comunicado da morte de Wânio ocorrida em 16 de outubro daquele ano.

Na CEMDP, seu caso (275/96) foi indeferido por unanimidade pelo fato de Wânio ter morrido em território chileno.

Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu seu nome a uma rua no bairro Paciência.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 275/96, na CEMDP.

www.purochile.org/rettig32.htm

SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

MIRALLES, Pascale B. *Terrorismo de Estádio*, op. cit.



Lúcia Maria de Souza (Sônia)

Nasceu em 22 de junho de 1944, em São Gonçalo (RJ), filha de José Augusto de Souza e Jovina Ferreira. Desaparecida em 24 de outubro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha do Araguaia.

De origem pobre, com muita dificuldade ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Participava ativamente do movimento estudantil e era responsável, com Jana Moroni (desaparecida na guerrilha em 1974) pela impressão e distribuição do jornal *A Classe Operária*, entre 1969 e 1970. Cursava o 4º ano de medicina e era estagiária no Hospital Pedro Ernesto quando teve de abandonar a cidade para viver na clandestinidade.

No início de 1971, mudou-se para uma região próxima ao rio Araguaia, no Sudeste do Pará, em uma posse denominada “Chega com Jeito”, perto da localidade de Brejo Grande, com o objetivo de ajudar a organizar as Forças Guerrilheiras do Araguaia e prosseguir na luta política contra a ditadura. Naquela área rural, tão desprovida de recursos, Lúcia era conhecida como Sônia e utilizou seus conhecimentos de medicina a favor do povo; destacou-se como parteira, sendo por isso muito estimada. Há vários depoimentos de moradores da região referentes aos tratamentos médicos executados por ela.

Muito carinhosa e dedicada, rapidamente conquistou a amizade dos companheiros e moradores. Esforçou-se bastante para se adaptar à região, chegando a superar muitos companheiros homens no trabalho pesado, na derrubada da mata, no uso do facão e na capacidade de transportar grandes pesos.

Sua vontade de aprender a levava a estudar até tarde da noite, sob a luz de lampião, tanto os compêndios de medicina como os livros de marxismo. Era grande apreciadora de música clássica.

Foi ferida em combate e executada em 24 de outubro de 1973, mas seu corpo permanece desaparecido. O *Relatório Arroyo*, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, assim descreve a sua morte:

[...] E no dia 23, pela manhã, dois outros companheiros foram levar, até a estrada que vai para São Domingos, um rapazinho que, por acaso, se encontrava com os nossos. Nesse mesmo dia, os demais, em número de 11, inclusive o membro da CM [Comissão Militar], deslocaram-se para a margem esquerda do Fortaleza. Dois helicópteros e um avião começavam a sobrevoar a área. No dia 24, Sônia [Lúcia] e Manuel [Rodolfo de Carvalho Troiano] foram ao encontro dos dois que haviam levado o rapazinho. Não encontraram. À tarde, novamente Sônia e Wilson (elemento de massa) voltaram ao local de encontro. Recomendou-se que não fossem por um pizeiro antigo, pois ali poderia haver soldados emboscados. Acontece que Sônia acabou indo pelo pizeiro e, como decidiu caminhar descalça, deixou a botina no caminho. Quando voltou não encontrou a botina. Pensou que fosse brincadeira de gente de massa. Chamou por um nome conhecido. Apareceu uma patrulha do Exército que atirou nela, ficando ferida. Os soldados – segundo relatou gente de massa – perguntaram-lhe o nome. E ela respondeu que era uma guerrilheira que lutava por liberdade. Então o que comandava a patrulha respondeu: “Tu queres liberdade. Então toma [...]” – desfechou vários tiros e matou-a. Wilson conseguiu escapar.

Segundo o relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, Lúcia “[...] foi morta no dia 24/10/73 em confronto com as forças de segurança ocorrido entre Xambioá (GO) e Marabá (PA)”.

Em entrevista à revista *IstoÉ*, de 4 de setembro de 1985, o major Curió (Sebastião de Moura Rodrigues) afirmou que a mesma foi ferida, caiu e sacou de um revólver escondido na bota, ferindo-o no braço e a um capitão do CIE (Lício Augusto Ribeiro Maciel) no rosto e, em seguida, foi metralhada pelos outros militares.

De acordo com o depoimento de Sinvaldo, cunhado de João Batista (filho de Antônio Alfredo de Lima, morto na emboscada de 14 de outubro de 1973 com outros guerrilheiros), o menino que estava com Sônia diz que ela foi morta na Grota Água Fria. Seu corpo teria sido abandonado no local sem ser enterrado.

Em depoimento ao Ministério Público Federal, em 2001, Margarida Ferreira Félix declarou:

[...] que no dia 17 de outubro a depoente ouviu uma rajada de metralhadora às 17:00 hs próxima à sua casa no Sítio Água Boa, e a rajada vinha da Grota da Borracheira; que no dia seguinte o Exército cercou a casa da declarante e a entrevistaram para saber se a declarante conhecia a Sônia, e a declarante disse que sim, descrevendo-a fisicamente e sua vestimenta; que os soldados do Exército disseram que a “Sônia já era”, e que as rajadas que a declarante ouvira no dia anterior foram dadas nela; que os soldados descreveram como a Sônia foi morta: que os soldados emboscaram a Sônia na Grota da Borracheira, através de um camponês que foi capturado, e que iria se encontrar com ela; que quando ela foi abordada, ela conseguiu dar dois tiros, atingindo o Sr. Curió no rosto e num outro doutor; que em seguida ela foi metralhada apenas nas pernas, mas continuou viva; que então, embora muito ferida, ela foi interrogada, mas pouco disse, a não ser sorrir, tendo sido morta pelos soldados; que o corpo da Sônia não foi enterrado, sendo deixado no local, e o irmão da depoente, João dos Reis Nonato da Silva, viu os restos da Sônia, meses após o ocorrido, no local onde foi morta.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 184/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Coronel Rompe o Silêncio*, op. cit.

ALMIRÓN, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

Outro depoimento, de José Rufino Pinheiro, informa:

[...] *que o declarante ficou por 6 meses e 16 dias ajudando o Exército na mata, guiando-os; que o batalhão que o declarante servia de guia era composto de 32 soldados; que nessa condição testemunhou a morte de Sônia e Osvaldão; que a morte de Sônia ocorreu perto da casa do finado Hilário, sogro do Peixinho, por volta de dez horas; que Sônia foi alvejada quando ia saindo da mata para a casa, sendo que, quando o declarante a viu, ela só mexia a cabeça; que não sabe qual o destino dado ao corpo de Sônia, pois seguiu em frente com o batalhão.*

O livro *Vestígios do Araguaia* conta detalhes da mesma versão para sua morte:

O major Curió e o capitão Ivan [tenente-coronel Lício Ribeiro Maciel] seguiam pela mata com sua tropa quando pararam um garoto. Queriam saber o que fazia ali e, com medo, ele entregou que ia a um encontro com uma guerrilheira, na Grota da Borracheira. Era Sônia, que já estava à sua espera, para integrá-lo à guerrilha. Armaram, então, a emboscada. Uma rajada de metralhadora e Sônia caiu sentada, quadril e pernas destruídos pelas balas. Mas, no tumulto, ela ainda conseguiu acertar dois tiros de raspão. Um no braço de Curió e outro no rosto de Ivan.

O *Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – Janeiro de 2002* conclui que: “*Sônia: Lúcia Maria de Souza foi morta em combate com as Forças Armadas*”.

O seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com no número 184/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma rua na Vila Esperança; a cidade do Rio de Janeiro a uma rua situada no bairro de Bangu; e a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua na zona sul, no bairro Colônia.

Execuções de militantes do PCBR na praça Sentinela, em Jacarepaguá



Almir Custódio de Lima

Nasceu em 24 de maio de 1950, no Recife (PE), filho de João Custódio de Lima e Maria de Lourdes Guedes de Lima. Morto em 27 de outubro de 1973. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Estudante secundarista da Escola Técnica Federal de Pernambuco.

No Rio de Janeiro, trabalhou como operário metalúrgico da Aluferco. Casou-se com Nadja Maria de Oliveira, em 10 de agosto de 1971.



Ramires Maranhão do Valle

Nasceu em 21 de novembro de 1950, no Recife (PE), filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e Agrícola Maranhão do Valle. Desaparecido em 27 de outubro de 1973. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Freqüentou os colégios São João, Carneiro Leão e Salesiano Sagrado Coração, no Recife, e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, em Bananeiras, na Paraíba.

Não chegou a concluir o curso secundário (atual ensino médio), em virtude de perseguições policiais que sofreu por sua atuação política no movimento estudantil, iniciada em 1967, no Recife. Foi preso pela primeira vez aos 17 anos em um ato público contra o acordo MEC-USAID nas escadarias da Assembléia Legislativa, permanecendo oito dias no Juizado de Menores com Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, também desaparecido em 1973.

Em 1968, participou da resistência ao cerco e ameaça de invasão do *campus* da Universidade Católica de Pernambuco pela Polícia Militar.

O enterro do Padre Antônio Henrique, morto por agentes paramilitares em maio de 1969, transformou-se em uma autêntica manifestação cívica em defesa da democracia. Ramires, rompendo a vigilância policial, promoveu um comício relâmpago em uma das pilastras da ponte por onde passava o cortejo. Em decorrência da perseguição policial que se seguiu, passou a viver na clandestinidade.

Teve atuação política em Fortaleza (CE) e, em 1971, radicou-se no Rio de Janeiro, onde foi acolhido na casa de Elia Meneses Rola. Nessa época, manteve contato com parentes por meio de cartas, telefonemas e raras visitas. O último encontro ocorreu em fevereiro de 1972. Elia ajudou-o financeiramente em diversas ocasiões e encontrou-se com Ramires pela última vez em outubro de 1973, conforme seu depoimento à Comissão Externa sobre os Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, em 16 de fevereiro de 1996.

O nome de Ramires foi incluído na lista de desaparecidos políticos desde o início da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita para os presos políticos no Brasil. Em 1979, o senador Orestes Quércia denunciou o caso de Ramires e pediu esclarecimentos. O seu desaparecimento foi denunciado por sua família à ONU, ao Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos do governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça.

O seu nome está incluído na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, o seu caso foi protocolado com o número 096/96. Em sua homenagem, há uma placa com seu nome no Monumento contra a Tortura, no Recife (PE).

Ranúzia Alves Rodrigues

Nasceu em 18 de junho de 1945, em Garanhuns (PE), filha de Moisés Rodrigues Vilela e Áurea Alves Siqueira. Morta em 27 de outubro de 1973. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Estudante de enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco, foi presa em Ibiúna (SP) quando participava do XXX Congresso da UNE, em outubro de 1968, e expulsa da Faculdade pelo Decreto 477/69.

Vivendo na clandestinidade, teve uma filha, Vanúzia, em 27 de agosto de 1969.

Segundo a família, alguns fatos referentes à sua morte só puderam ser esclarecidos com a abertura dos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco. Ela foi presa na manhã de 27 de outubro de 1973, no Rio de Janeiro, conforme documentos policiais.

Na CEMDP, o requerimento do caso contém documentos da faculdade, que comprovam sua participação política e a expulsão, além de documentos do DOPS que comprovam a participação no PCBR, sua prisão e morte, a ficha do IML/RJ com fotos, além de recortes de jornais.

Teve sua morte reconhecida pelo I Exército, mas foi enterrada como indigente no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Em sua homenagem, há uma placa com seu nome no Monumento contra a Tortura, no Recife (PE).



Vitorino Alves Moitinho

Nasceu em Poções (BA), em 3 de janeiro de 1949, filho de Izaú Lopes Moitinho e Jolinda Alves Moitinho. Desaparecido em 27 de outubro de 1973. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Era estudante universitário. Trabalhou como bancário e operário. Respondeu a alguns processos em razão de sua militância política, sendo preso em março de 1972, quando foram



mortos Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, Miriam Lopes Verbena e Ezequias Bezerra da Rocha. Ao sair da prisão, foi obrigado a entrar para a clandestinidade.

Seu nome está incluído na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, o seu caso foi protocolado com o número 085/96.

As mortes e os desaparecimentos

Almir Custódio de Lima, Ramires Maranhão do Valle, Ranússia Alves Rodrigues e Vitorino Alves Moitinho foram mortos em 27 de outubro de 1973. Os quatro foram presos em circunstâncias até hoje desconhecidas e levados para a praça da Sentinela, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, onde foram carbonizados dentro de um carro.

Documento do I Exército, de 1º de novembro de 1973, encontrado no arquivo do DOPS/RJ, informa que em 8 de outubro de 1973 foram entregues ao DOI-CODI do I Exército, por agente do DOPS/GB, documentos que haviam chegado mediante um informante. Este marcou com Almir Custódio de Lima um encontro em 14 de outubro. Nesse dia, Almir encontrou-se com o informante e, a partir daí, foi possível descobrir o endereço de seu trabalho e o de seus contatos – Ramires e Vanússia. O documento informa ainda que, em 27 de outubro pela manhã, decidiu prender os três, entretanto, apenas Ranússia foi encontrada e detida.

De acordo com o documento citado, o DOI-CODI do I Exército foi informado que no dia 27 haveria um encontro dos militantes do PCBR em Jacarepaguá e Ranússia foi levada ao local. Os militantes do PCBR perceberam a presença de “*elementos suspeitos*” e tentaram fugir acionando suas armas. Segundo o documento:

Nessa troca de tiros morreram Ramirez Maranhão do Vale [...], Almir Custódio de Lima [...] e Ranússia Alves de Oliveira [sic]. Como o carro começou a pegar fogo, não foi possível retirar os elementos que estavam em seu interior, embora tenha sido possível constatar que “Rogério” [codinome de militante da ALN que iria ao encontro e não compareceu] não se encontrava ali e, ao que parece, o terceiro elemento (reconhecimento fotográfico) era Vitorino Alves Moitinho [sic].

O documento de informação do Ministério da Aeronáutica (575), de 22 de novembro de 1973, encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP, afirma:

Dia 27 de outubro de 1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranússia Alves Rodrigues, Ramirez Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho.

Esses documentos contradizem, portanto, a versão oficial da época, apresentada para a imprensa e publicada no jornal *O Globo*, de 29 de outubro de 1973, cujo título foi “*Metralhados Dois Casais em Jacarepaguá*”, onde se lê;

Dois casais morreram metralhados e carbonizados no interior de Volksvagem (chapa GB AA 6960) na Praça Combate, [sic] em Jacarepaguá. As autoridades da 32ª DP, jurisdição onde ocorreu o fato, na madrugada de domingo, nada informaram a respeito. Os corpos foram removidos do local para o Instituto Médico Legal, com guia expedida pelo DOPS, sem que até o momento tenham sido identificados ou reclamados por parentes.

O mesmo ocorre na matéria “*Quem Matou Quem?*”, da revista *Veja*, de 7 de novembro de 1973. A reportagem afirmou que, antes de acontecer o tiroteio, um homem avisou os casais de namorados que ali se encontravam que se afastassem, *porque a barra iria pesar*. A revista informou ainda que, apesar da quantidade de carros (oito ou nove) que chegaram ao mesmo tempo no local e participaram do tiroteio, os moradores não ouviram gemidos, só tiros, o estrondo e a movimentação acelerada de vários carros.

Somente em 17 de novembro de 1973, tanto em *O Globo* quanto no *Jornal do Brasil*, respectivamente, sob os títulos “*Terroristas Morrem em Tiroteio com as Forças de Segurança*” e

“*Terroristas São Mortos em Tiroteio*” é que foram publicados os nomes de Ranúsia Alves Rodrigues (*Florinda*) e Almir Custódio de Lima (*Otávio*).

Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moitinho permaneceram sem identificação e seus nomes integram a lista de desaparecidos políticos.

Qual a intenção dos órgãos de repressão ao carbonizar seus corpos? Esconder marcas de tortura? Ocultar cadáveres?

O documento do DOI-CODI do I Exército, citado anteriormente, termina dizendo:

A imprensa da Guanabara noticiou o acontecimento da Pça. Sentinela, com versões colhidas na 32ª DP. O DOPS/GB instaurou “investigação policial”, cuja conclusão demorará bastante, inclusive pela dificuldade de identificar oficialmente os terroristas cujos corpos foram carbonizados. Por tudo isto, e mais pela continuidade da ação, já que há mais onze subversivos cujos passos permanecem vigiados na esperança de registrar o encontro PCBR-ALN, esta Agência achou por bem não permitir a divulgação de nota alguma para o público externo sobre o fato.

Nos arquivos da Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro, o Registro de Ocorrência 4.041 da 32ª DP, feito às 22 horas de 27 de outubro de 1973, comunica um incêndio no carro Volkswagen placa AA-6960 e informa: “*No local já se encontrava o Comissário Kalil, de plantão no DOPS, que esclareceu ser a dita ocorrência de interesse de seu Departamento e já se encarregara das providências exigidas pelo fato [...]*”.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica encaminhados ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, falam de morte em tiroteio ao resistir à prisão e esquecem o fato dos corpos terem sido carbonizados. O relatório do Exército sequer cita os nomes de Almir e Vitorino.

Chama a atenção que o laudo de perícia de local nº 947/73, realizado pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli em 27 de outubro de 1973, não apresenta descrição da trajetória dos tiros, embora a versão oficial fale de um “cerrado tiroteio”. Não há também nenhum registro de policial ferido. A perícia de local indica homicídio ocorrido na circunscrição da 32ª DP. Laudo e fotos de perícia de local mostram Ranúsia metralhada, tendo ao fundo o Volkswagen incendiado, onde estavam carbonizados Ramires, Vitorino e Almir.

Supõe-se que o óbito de Almir seja o 17.412, que entrou no IML/RJ com a guia nº 17 do DOPS/RJ, referente a um homem desconhecido, no qual está registrado como *causa mortis* carbonização, sendo declarante José Severino Teixeira. O mesmo de outros casos de simulação de morte em tiroteio.

Considerando a compleição física e os aspectos fisionômicos preservados da ação do fogo, seus familiares associam Ramires ao corpo da guia nº 18 do DOPS (carbonizado no banco traseiro do carro, com óculos de aros redondos por ele usados na época). O cadáver de Vitorino Alves Moitinho provavelmente se refere à guia nº 19.

Ranúsia foi a única não carbonizada na praça Sentinela. O corpo entrou no IML/RJ pela guia nº 20 do DOPS.

A necropsia dos quatro militantes, feita pelos legistas Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, confirma a versão oficial de que foram mortos em tiroteio ao reagir à prisão.

Apesar de comprovadamente presa, conforme os documentos policiais (Informação 2.805, de 1º de novembro de 1973, do DOI-CODI/RJ), na certidão de óbito de nº 17.414 Ranúsia figura como desconhecida, tendo como declarante o já mencionado José Severino Teixeira. Apesar de identificados pelos órgãos de repressão, os quatro militantes mortos em Jacarepaguá foram enterrados sem identificação como indigentes no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Em 1º de outubro de 1979, seus restos mortais foram transferidos para um ossário-geral, que foi desativado. Entre 1980 e 1981, foram levados para uma vala clandestina, composta de cerca de 2.100 ossadas de indigentes enterrados entre 1971 e janeiro de 1974, descoberta nos anos 1990, nesse cemitério.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

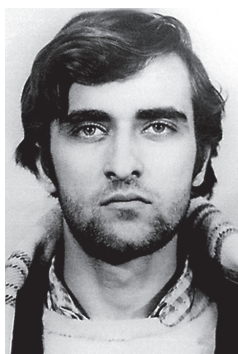
Casos 123/96, de Almir Custódio de Lima; 096/96, de Ramires Maranhão do Valle; 124/96, de Ranússia Alves Rodrigues; e 085/96, de Vitorino Alves Moitinho, na CEMDP.

Na CEMDP, apenas os casos de Almir e Ranússia foram julgados, pois os de Ramires e Vitorino, por serem desaparecidos políticos, tiveram a responsabilidade por suas mortes reconhecida automaticamente, conforme a lei 9.140/95.

O relator do caso referente a Almir (123/96), general Oswaldo Pereira Gomes, votou pelo indeferimento da solicitação da família, alegando que ele “[...] *foi morto num enfrentamento com agentes de segurança*” e foi acompanhado pelo conselheiro João Grandino Rodas. O caso foi deferido pelos demais membros da CEMDP, em 18 de março de 1996, por considerarem que já havia sido reconhecida a responsabilidade do Estado pela morte de duas das quatro vítimas, as incluídas no anexo I da lei 9.140/95.

O caso de Ranússia (124/96), também tendo como relator Oswaldo Pereira Gomes, foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996.

Mortes de militantes da Ação Popular



Gildo Macedo Lacerda

Nasceu em 8 de julho de 1949, em Ituiutaba, município de Veríssimo (MG), filho de Agostinho Nunes Lacerda e Justa Garcia Macedo Lacerda. Morto em 28 de outubro de 1973. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Mudou-se muito cedo com sua família para Uberaba (MG). Estudou no Colégio Triângulo, Escola Normal e Colégio Dr. José Ferreira, onde foi presidente do Grêmio Central Machado de Assis. Foi membro ativo e diretor do Círculo de Estudos da União da Mocidade Espírita, do Departamento de Evangelização da Criança, do programa radiofônico “*Hora Espírita Cristã*” e orador da Mocidade Espírita Batuíra. Fazia o programa radiofônico “*Ondas de Luz*” da Comunidade Espírita de Uberaba, em que refletia sobre a obra de Allan Kardec e Francisco Cândido Xavier.

Nos anos de 1965-1966, fez teatro amador em Uberaba, participando como sócio ativo do Núcleo Artístico de Teatro Amador (NATA).

Nesse mesmo período, ainda secundarista, foi orador oficial da União Estudantil Uberabense (UEU) e do Partido Unificador Estudantil (PUE).

Em 1967, já como ativista da Ação Popular no movimento estudantil, Gildo transferiu-se do Colégio Dr. José Ferreira para Belo Horizonte (MG), onde concluiu o segundo grau.

Gostava de se corresponder com estrangeiros. Além disso, suas preferências eram: no teatro, Tchecov; na música, Antônio Carlos Jobim, Gilbert Bécaud e Frank Sinatra; na poesia, Vinicius de Moraes, Moacyr Félix, Carlos Drummond de Andrade, Thiago de Mello, Pablo Neruda, Evtuchenko e Paul Claudel.

Em 1968, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG. Pouco tempo depois, em razão da intensa militância, foi excluído da Universidade com base no decreto-lei 477, editado em fevereiro de 1969, também conhecido como o “AI-5 da educação”.

Transferiu-se para São Paulo (SP) e, em seguida, para o Rio de Janeiro (RJ), já atuando na clandestinidade e buscando fugir às perseguições impostas pela ditadura.

Foi eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante a gestão 69/70, a última diretoria antes da desarticulação total da entidade pela repressão política.

Deslocou-se, em 1972, para Salvador, Bahia, quando fazia parte da Direção Nacional da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Nesse mesmo ano, casou-se com Mariluce Moura.

A sua última carta para os familiares foi datada de 17 de setembro de 1973. Nessa missiva, manifestou sua preocupação por não receber cartas da família, acreditando em extravio de

correspondência. Falou, ainda, de seu trabalho, do salário melhor, da saudade de todos e de uma próxima ida a Uberaba, no fim do mês; despedindo-se com um até breve.

Gildo e Mariluce foram presos em 22 de outubro de 1973, em Salvador, no Quartel do Barbalho, pelo Exército e imediatamente conduzidos às câmaras de tortura. Mariluce, que estava grávida, foi libertada alguns dias depois, e não mais o viu. Gildo foi transferido para o DOI-CODI do IV Exército, no Recife, onde foi torturado até a morte, em 28 de outubro de 1973.

A família de Gildo luta até hoje pela localização de seus restos mortais, o esclarecimento das circunstâncias de sua morte e por um sepultamento digno, pois o seu corpo não foi entregue à família.

A mãe de Gildo, Justa Garcia Macedo Lacerda, deixou seu testemunho:

Meu saudoso filho, Gildo Macedo Lacerda, foi um moço notável, simpático e justo, empreendedor e dinâmico.

Vivia sempre rodeado de bons amigos e por onde passava ia sempre conquistando novas amizades, isto graças à sua afabilidade, ao seu coração magnânimo, à sua grandeza de alma.

Era amigo da Paz e da Justiça. Seu maior desgosto era ver alguém ser pisoteado sofrendo calamidades injustamente.

Era possuidor de um coração generoso e nobre, vivia sempre dando o melhor de si em prol da comunidade.

Ficamos arrasados com tudo o que aconteceu com o nosso querido Gildo. Ficamos também decepcionados com o cinismo por parte dos seus algozes e pelo consentimento daquele governo déspota.

Gildo foi morto como morrem todos os heróis, de cabeça erguida e consciência tranqüila. Seu desaparecimento foi uma perda irreparável, não só para nós os seus familiares, como para toda a nação.

Sentimos até hoje uma incomensurável falta da sua presença amiga, bondosa, com toda aquela gentileza que lhe era muito peculiar. Como também sentimos a falta de seu apoio, ele era o nosso arrimo, o nosso braço direito.

Era ele quem nos orientava, nos aconselhava, resolvendo os problemas com acerto; com a orientação dele, tudo dava certo.

Estou escrevendo com as lágrimas a escorrer-me pelas faces, pois até hoje eu sinto uma dor intensa, arraigante, a corroer-me as mais profundas entranhas da alma.

E esta dor eu sei que me acompanhará até ao túmulo, por ter perdido o meu querido e amado filho que foi vítima fatal da sanha daqueles bárbaros desumanos, como tantos outros, brutalmente assassinado.

Tessa, filha de Gildo, nascida em 1974, não chegou a conhecer o pai e só pôde usar o nome paterno em 1991, após uma sentença judicial de reconhecimento de paternidade.

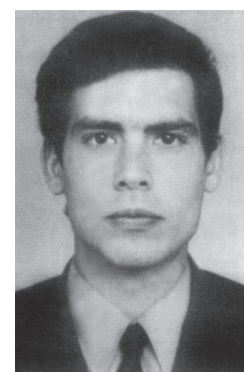
José Carlos Novaes da Mata Machado

Nasceu em 20 de março de 1946, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Edgard Godói da Mata Machado e Yedda Novaes da Mata Machado. Morto em 28 de outubro de 1973. Dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Era estudante, casado com Maria Madalena Prata Novaes, com quem teve um filho, Dorival.

No texto escrito por seu irmão Bernardo em outubro de 1993, por ocasião dos 20 anos da morte de José Carlos, temos um pouco de sua vida:

José Carlos frequentou o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, o ginásial no Colégio Estadual de Minas Gerais, onde fez o curso clássico. Durante a adolescência fundou, junto com amigos do bairro Funcionários, o Youth Clube, grupo de jovens



unidos pela convivência em festas, atividades esportivas, namoros e conversas animadas. Em 1964, entrou para o curso de Direito da UFMG, tendo obtido a primeira colocação no vestibular. Em 1966, concluiu o serviço militar obrigatório no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), sendo sua patente de oficial posteriormente cassada pelo Exército.

Na Faculdade, foi um dos fundadores do Grupo de Alunos da Turma de 1964 (GAT-64) que exerceu muita influência política entre os estudantes. Sua liderança foi se consolidando até o ponto de seus colegas brincarem dizendo que José Carlos não era mais o “filho do professor Edgard”, mas o professor é que se tornara “pai do Zé”. Em 1967, foi eleito presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP) e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nessa época, já integrava os quadros da Ação Popular.

Em outubro de 1968, durante a realização do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), José Carlos foi preso e condenado a oito meses de reclusão nas celas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de Belo Horizonte.

Solto, no segundo semestre de 1969, continuou na luta, porém clandestinamente. Em 1970, casou-se com sua companheira de AP, Maria Madalena Prata Soares, e morou, por mais de um ano, numa favela de Fortaleza (CE), exercendo o ofício de comerciante. Gilberto Prata Soares, seu cunhado e ex-membro da AP, preso em fevereiro de 1973, concordou em colaborar com o CIE na identificação dos militantes da AP. A partir de março de 1973, com a ajuda do informante, os seus passos e [os] de Madalena foram minuciosamente rastreados pelos órgãos de repressão. Em consequência, militantes e simpatizantes começaram a cair como num jogo de dominó.

Presentindo que o cerco se fechava, advogados do escritório de Joaquim Martins da Silva (companheiro de José Carlos na Faculdade de Direito), em São Paulo, fizeram contato com a família. José Carlos e Madalena já haviam confiado aos avós a guarda do filho Dorival, nascido em Goiânia, no dia 19 de fevereiro de 1972.

No dia 18 de outubro, atendendo ao apelo vindo de São Paulo, dois cunhados e um amigo da família foram encarregados de buscar José Carlos e conduzi-lo à fazenda de um tio, no interior de Minas Gerais. Madalena se encontraria com eles num sítio próximo a Belo Horizonte. No dia 19 de outubro, em São Paulo, para onde José Carlos tinha ido com o principal objetivo de providenciar cobertura jurídica para os companheiros presos, encontraram-se no escritório de Joaquim Martins da Silva. Ali combinaram novo encontro em um posto de gasolina na saída da cidade. Não percorreram mais do que alguns quilômetros e foram presos por elementos à paisana fortemente armados. Algemados e encapuzados, foram conduzidos provavelmente para o DOI-CODI/SP, onde foram submetidos a interrogatórios durante três dias. No dia 21 foram transferidos, à exceção do José Carlos, para o 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, onde permaneceram incomunicáveis. Na noite de 22, Madalena e seu filho Eduardo (do primeiro casamento) foram presos no sítio onde se encontravam. Nesse mesmo dia, Gildo Macedo e sua esposa foram presos em Salvador pela Polícia Federal. No dia 31, quarta-feira pela manhã, os representantes da família foram soltos. Na noite do mesmo dia 31, os meios de comunicação transmitiram nota oficial informando sobre a morte de José Carlos e Gildo Macedo Lacerda num tiroteio no Recife. A nota dizia que ambos confessaram, durante interrogatórios, que teriam no dia 28 um encontro com “um subversivo de codinome Antônio”. Levados para o local, o referido “Antônio” presentiu alguma anormalidade e abriu fogo contra seus companheiros.

A morte dos dois militantes estava repercutindo nacional e internacionalmente (New York Times, de 13 de novembro, Le Monde, de 14 de novembro e Avvenire D'all Italia e Dal Mondo, de 15 de novembro). No dia 7, a denúncia do Prof. Edgard ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi lida na Câmara e no Senado pelos líderes da oposição, Deputado Aldo Fagundes e Senador Nelson Carneiro. A repercussão, somada ao esforço dos advogados de Recife, Oswaldo Lima Filho e Mércia Albuquerque, resultou na autorização para a exumação e o traslado do corpo para Belo Horizonte. A condição imposta pelo coronel Cúrcio Neto, comandante militar da 7ª Região, foi a de que não houvesse publicidade. Até mesmo o aviso fúnebre foi proibido.

A advogada Mércia acompanhou a exumação, realizada no dia 10 de novembro. José Carlos, assim como Gildo, foram enterrados como indigentes num caixão de madeira sem tampa e com fundo de taliscas.

No dia 15 de novembro, após ordens e contra-ordens, o corpo de José Carlos foi finalmente liberado e chegou a Belo Horizonte às 13:15h, em caixão lacrado. Às 14:30h foi sepultado no cemitério Parque da Colina.

Embora já no dia 9 de novembro de 1973 tenha sido protocolada uma representação junto à Procuradoria Geral da Justiça Militar requerendo a instauração de um Inquérito Policial Militar, até hoje não foram tomadas providências para apurar os fatos que cercaram a morte de José Carlos. Não se sabe qual a autoridade responsável por sua prisão em São Paulo, nem se conhecem as circunstâncias de sua transferência para Recife.

Sua morte, na madrugada do dia 28, foi testemunhada pelas estudantes Fernanda Gomes de Matos e Melânia Almeida Carvalho, que estavam presas no DOI-CODI do Recife. Fernanda reconheceu, imediatamente, quando Mata Machado chegou no dia 27 de outubro de 1973, escoltado por agentes, com uma venda nos olhos.

Após várias horas de agonia, pedindo ajuda, porque estava perdendo muito sangue, a voz grave de Mata Machado silenciou.

Mortes

A versão oficial foi dada pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, por intermédio da Delegacia de Segurança Social, em portaria de 29 de outubro de 1973. Além de encobrir os assassinatos sob tortura de Gildo e José Carlos, alegando que teriam sido baleados na esquina da avenida Caxangá com a rua general Polidoro, no Recife, tentou encobrir a prisão e o posterior desaparecimento de Paulo Stuart Wright em setembro, quando se referiu ao Antônio [codinome de Paulo], que teria conseguido fugir.

Em Salvador, além de Gildo e Mariluce, foram presos outros militantes e, entre esses, o jornalista Oldack de Miranda. Todos foram levados à sede da Superintendência da PF, em Salvador. No dia seguinte, o superintendente da PF, coronel Luís Arthur de Carvalho, separou os homens das mulheres e, a partir desse dia, Mariluce não viu mais o marido, e somente soube de sua morte em 1º de novembro de 1973, por meio de um oficial do Exército.

Oldack de Miranda declarou que no dia seguinte à sua prisão foi transferido, com Gildo, para o Quartel do Barbalho. Dois dias depois, Gildo foi retirado da cela. Tinha feridas nos pés e mal conseguia andar. Dias depois, durante um interrogatório, soube pelos militares que eles haviam matado José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda.

O assassinato dos dois militantes foi denunciado na Justiça Militar, conforme declarações prestadas por Otto José Mattos Filgueiras e Antônio Norival, sobre Gildo, e Maria Madalena Prata Soares, Otto José Mattos Filgueiras e Gildázio Westin Cosenza, referentes a José Carlos.

Carlúcio de Souza Júnior e as demais testemunhas declararam na Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco, em 6 de novembro de 1995, que presenciaram a morte de José Carlos e Gildo Lacerda:

Fui levado encapuzado para as dependências do DOI-CODI [...] Quando lá me encontrava, assisti quando chegaram vários companheiros, algemados, encapuzados; lembra-se que teve conhecimento que Mata Machado e Gildo se encontravam permanentemente na sala de interrogatórios e que, alguns dias depois da chegada deles, não conseguiu dormir com os gritos que vinham dessa sala de interrogatório; [...] Veio a saber que seus companheiros Mata Machado e Gildo estavam mortos.

Custódio Feitoza Amorim afirmou que foi preso e conduzido às dependências do quartel do IV Exército; que foi interrogado sob tortura e que estudantes que foram presos posteriormente afirmaram que Mata Machado também estava sendo torturado, o que possivelmente o levaria à morte, pois suas condições eram muito precárias.

Marcelo Sérgio Martins Mesel declarou ainda:

Fomos encapuzados e presos clandestinamente, e levados para um lugar que os carcereiros chamavam de DOI-CODI; que quando estava sendo interrogado, sempre através de tortura, o que mais me perguntavam era a respeito das atividades de Mata Machado [...], era sabido que o mesmo se encontrava preso ali.

Fernanda Gomes de Matos afirmou:

[...] no dia 26 de outubro, para 27 do mesmo mês, confronte à sua cela, naquele quartel, [...] viu em pé e reclamando não haver escovado os dentes, há cerca de quatro dias, José Carlos da Mata Machado, a quem já conhecia [...] viu quando Mata Machado foi conduzido, por pessoas que ali trabalhavam, para ser torturado [...] que depois disso não voltou mais a ver Mata Machado, apenas ouviu lamentações de uma pessoa, que dizia que estava morrendo, perdendo muito sangue; que no dia 27 de outubro foi a depoente informada que Mata Machado havia falecido; que quem prestou essa declaração foi Rubens Manoel Lemos, que também estava detido, mas tinha a função de fazer a limpeza de todas as celas, pois era preso antigo.

Na verdade, diversos militantes da APMML estavam sendo monitorados pelos órgãos de segurança por meio de Gilberto Prata Soares. Gilberto assumiu publicamente o seu trabalho como agente infiltrado pelos órgãos de segurança dentro da APMML em 1992, e declarou que, em decorrência desse trabalho, Gildo foi preso em Salvador.

A relatora Suzana Keniger Lisbôa votou pelo deferimento dos pedidos, por estar comprovado que Gildo e Mata Machado foram presos e torturados até a morte pelos órgãos de segurança, sendo falsa a versão de morte em tiroteio. Destacou ainda em seu relatório ser tarefa da CEMDP diligenciar no sentido de buscar os restos mortais de Gildo Lacerda, que estariam na vala comum no Cemitério Parque das Flores, no Recife. Recomendou também que fosse ouvido o depoimento do bacharel Jorge Tasso de Souza, que enviou e recebeu os corpos para sepultamento, a fim de poder, inclusive, esclarecer a existência de um terceiro corpo, que pode vir a ser de um desaparecido político.

No caso de José Carlos (022/96), a relatora assinalou que consta no Ministério da Justiça denúncia encaminhada ao procurador geral da Justiça Militar, feita em 6 de novembro de 1973, e denúncias de jornais da época. Traz ainda alguns depoimentos, como o de Rubens Manoel Lemos que afirmou:

Na condição de preso político, torturado e vítima da ditadura militar, nas mesmas dependências do DOI-CODI, Recife (PE), compete-me dizer o seguinte: levado que fui, àquele período e momento, para uma sessão de torturas, encontrei um jovem, de cuecas, sangrando pela boca e ouvidos que, debruçado sobre uma mesa, tendo ao lado um outro jovem que me pareceu já estar morto, dirigiu-se a mim, com extrema dificuldade e falou: “Companheiro, meu nome é Mata Machado. Sou dirigente nacional da AP. Estou morrendo. Se puder, avise aos companheiros que eu não abri nada”.

Concluiu a relatora afirmando ser o caso um dos mais completos em documentação, com depoimentos, reportagens (fitas cassete e de vídeo) e laudos, estando plenamente comprovado que foram presos e assassinados sob torturas no DOI-CODI de Recife.

Os dois casos foram aprovados por unanimidade na CEMDP, em 18 de janeiro de 1996.

Em 29 de março de 1993, foi inaugurada uma sala na Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais com o nome de José Carlos Novaes da Mata Machado, em homenagem aos 20 anos da sua morte.

Em homenagem a Gildo, seu nome foi dado ao DCE da Universidade de Uberaba e a uma rua na cidade de Belo Horizonte, no bairro Braúnas.

José Carlos é nome de uma rua em Belo Horizonte, no bairro das Indústrias, em substituição a sua antiga denominação que era Dan Mitrone, torturador que veio dos Estados Unidos para o Brasil com o objetivo de ensinar *Métodos Modernos de Interrogatório* a policiais e militares. Suas cobaias eram mendigos recolhidos nas ruas e seu alvo eram os presos políticos.

Documentos consultados:

- www.desaparecidospoliticos.org.br
- Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
- Arquivos do IEVE/SP.
- Casos 023/96 e 022/96, respectivamente de Gildo e José Carlos, na CEMDP.
- PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.
- LIMA, Samarore. *O Tempo de Todas as Vidas: Reportagem Biográfica sobre José Carlos Novaes da Mata Machado*. Primeira versão, texto digitado, não publicado em livro. Em 1998 foi publicado o livro *Zé: José Carlos Novaes da Mata Machado, uma Reportagem*, de Samarore Lima (Belo Horizonte: Mazza).
- Onde estão? - Desaparecidos Políticos Brasileiros*. Folheto do Comitê Brasileiro de Anistia e Comissão de Familiares de Desaparecidos Políticos Brasileiros (1983).
- DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Antes da *Operação Condor*: Vindos da Argentina, desapareceram no Rio de Janeiro

Caiupy Alves de Castro



Nasceu em 16 de agosto de 1928, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Mariano Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro. Desaparecido em 21 de novembro de 1973.

Bancário aposentado e sócio da empreiteira São Tomé, Caiupy levava uma vida tranqüila, sempre presente aos acontecimentos políticos mais importantes de sua época.

Como militante comunista, foi detido pelo DOPS/GB, em maio de 1968, quando participava de uma manifestação de 1º de maio próximo ao campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Ficou 11 dias incomunicável. O Sindicato dos Bancários interferiu, mas as autoridades não reconheceram a prisão. Foi posto em liberdade 20 dias depois, por meio de um *habeas corpus*, sem que se formalizasse o processo judicial.

Em 1971, Caiupy viajou para o Chile para encontrar o major Joaquim Pires Cerveira, de quem era amigo. Passou 20 dias lá. Voltou, em seguida, para o Brasil, onde viveu até o dia de seu desaparecimento. Cerveira foi banido do Brasil em junho de 1970, após o seqüestro do embaixador alemão, quando 40 presos políticos foram trocados pelo diplomata. Após o golpe de Estado no Chile, que depôs Salvador Allende, em setembro de 1973, Cerveira mudou-se para a Argentina.

Caiupy foi preso novamente pelos órgãos de segurança do Rio de Janeiro, em Copacabana, em 21 de novembro de 1973, por volta das 19 horas, e desde então se encontra desaparecido.

De acordo com o depoimento de sua esposa, Marly Paes Leme, publicado no livro *Desaparecidos Políticos*:

Tomamos um ônibus da linha circular Glória–Leblon, no início da [rua] Barata Ribeiro, em Copacabana, e, quando chegamos na altura da Galeria Menescal, Caiupy puxou a cigarra e desceu. Antes, me confidenciara um encontro rápido com um amigo, mas garantiu que voltaria logo. Pediu-me, inclusive, que não mudasse a roupa ao chegar em casa, pois iríamos juntos ao cinema.

Esperei e nada do Caiupy. [...] meu marido tinha desaparecido...

Comecei a busca. Recorri a amigos que me acompanharam nos distritos policiais. Desconfiava da gravidade do que tinha acontecido. Ninguém desaparece assim de uma hora para outra. Fui pelas vias normais. Percorri todos os hospitais da cidade, minha irmã foi ao necrotério, fomos também ao DOPS e nada encontramos. O mistério era tão grande que quase enlouqueci. Algumas pessoas me sugeriram colocar um anúncio no jornal, mas nenhum diário queria aceitar o anúncio. Depois de muita procura, conseguimos colocar por dois dias, no Diário de Notícias. Nada adiantou, nenhuma informação nova.

Procurei um advogado. Fui falar com D. Ivo Lorscheiter na CNBB, comecei a movimentar pessoas amigas, fiz pedidos a generais e nada consegui. Nenhum órgão assumia a prisão de Caiupy. Devido à minha falta de tempo, Lourdes Cerveira, esposa do também desaparecido major Cerveira, me ajudava.

Nessa época foi preso um companheiro do Caiupy de nome Otevaldo da Silva. A prisão foi de conhecimento público. Pouco depois, Otevaldo foi solto e disse que ouviu a voz de meu marido quando estava sendo interrogado num quartel militar de Brasília. As esperanças reacenderam.

O nome de Caiupy faz parte da lista de desaparecidos políticos, desde os anos 1970, grafado incorretamente como Caiuby. Sua vinculação política era apresentada como a de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), decorrente de sua filiação a esse partido

em 1945, mas pouco se sabe de suas atividades políticas nos últimos anos antes de seu desaparecimento.

Seu nome figurou na nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, de fevereiro de 1975, emitida em resposta às denúncias feitas em 1974 pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e por D. Paulo Evaristo Arns, sobre 22 desaparecidos políticos. Na nota consta a seguinte informação a seu respeito: “*Militante comunista, detido pelo DOPS-GB, em maio de 1968, participando de agitações de rua. Foi posto em liberdade após prestar declarações. Encontra-se desaparecido*”.

O nome de Caiupy consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 099/96.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma de suas ruas situada no bairro de Jardim Ganhembu.

Jean Henri Raya Ribard

Nasceu em 4 de agosto de 1944 na cidade de Gourgeon, no departamento de Haute-Saône, na França. Desaparecido em 21 de novembro de 1973.

O pai de Jean Henri era um espanhol anarquista que combateu o franquismo na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e fugiu para a França durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Jean trabalhava no Frigorífico Pedro e residia em Buenos Aires, Argentina. Tinha 29 anos, era casado com Mabel Bernis Raya, com que teve uma filha.

Jean Henri chegou ao Rio de Janeiro em 21 de novembro de 1973 e desapareceu em território brasileiro. Nada foi noticiado pela imprensa da época e permanece uma incógnita o que ocorreu. Seu desaparecimento foi relatado no livro *Desaparecidos Políticos: Prisões, Seqüestros, Assassinatos*, de 1979. A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, cuja declaração possui o nº 3.366. A autora da denúncia foi sua mãe, Gilberta Camila Ribard Raya.

No arquivo da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) consta apenas que desapareceu no Brasil e não há registro de que tenha sido visto em algum Centro Clandestino de Detenção (CCD) naquele país.

Jean saiu de Buenos Aires com destino ao Brasil, em 14 de novembro de 1973. Passou por Uruguaiana procedente de Paso de los Libres no dia 18, quando escreveu à sua esposa, que estava na Europa. Chegou ao Rio e hospedou-se em um hotel na avenida Atlântica, nº 3.150, ficando no apartamento 204, de onde escreveu a amigos de Buenos Aires. Esta é a última notícia sobre ele. Depois disso, não há mais informações sobre sua estadia no Brasil.

Em abril de 1974, sua esposa recebeu na Europa uma carta anônima, revelando que Jean havia sido seqüestrado pelos órgãos de segurança no Rio de Janeiro. O seqüestro teria sido motivado pelos freqüentes contatos mantidos por ele com exilados brasileiros em Buenos Aires.

Imediatamente, Mabel e sua filha viajaram ao Rio de Janeiro para tentar descobrir algo sobre seu paradeiro. Seguindo indicações de amigos brasileiros, Mabel contratou o advogado Lino Machado Filho, conhecido advogado de presos políticos. O advogado solicitou informações às autoridades, mas não obteve êxito. Decidiu impetrar *habeas corpus*, no qual especificou que

[...] *o paciente entre os dias 16 e 18 de novembro ingressou neste país através da cidade de Uruguaiana, vindo de Paso de los Libres, presumindo de sua cédula de identidade argentina de nº 5268995 e passaporte devidamente legalizado. Chegando em Porto Alegre, escreveu à sua mulher, dando-lhe conta de que seguiria, de imediato, para o Estado da Guanabara, onde chegou efetivamente a 21 daquele mês e ano, e de onde novamente se correspondeu com seus familiares e amigos.*

Lino lembrou ainda da carta anônima recebida e explicou que a família procurou, em Buenos Aires, as embaixadas do Brasil e da França, e a da França comunicou-se com a Embaixada francesa no Brasil.

A família também realizou buscas para localizá-lo no Rio de Janeiro. No endereço indicado na carta enviada por Jean, Mabel e sua filha foram informadas pelos porteiros e guardas – que o reconheceram pelas fotos – que ele estivera morando no edifício, mas desaparecera.

Em 16 de outubro de 1974, o pedido de *habeas corpus* deu entrada no STM, solicitando versões sobre a prisão, de quem teria sido a ordem, desde quando, qual o motivo e onde se encontrava Jean Henri. O pedido dirigiu-se aos comandos do Exército nas respectivas áreas, aos Comandos Regionais da Aeronáutica e da Marinha em todo o país, à Polícia Federal, às secretarias de Segurança Pública e aos DOPS nos estados e territórios.

O STM alegou que não havia “[...] *indicação precisa da autoridade coatora*”. O procurador-geral do Ministério Público da União junto à Justiça Militar, Ruy Lima Pessoa, em despacho ao relator do *habeas corpus* no STM, general Augusto Fragoso, explicou: “[...] *Inúmeras pessoas, nos grandes centros, desaparecem diariamente sem que os interessados pelos seus destinos atribuam a sua origem aos órgãos de segurança do Estado*”. E insistiu na necessidade da família ou do advogado especificarem a autoridade coatora. Outro despacho, do general Augusto Fragoso, solicitou novamente a indicação da autoridade. O advogado respondeu-lhe:

As prováveis autoridades coadoras serão as sediadas no Estado da Guanabara [hoje Rio de Janeiro] e as de São Paulo, já acostumadas a “seqüestrar” cidadão no Rio, como aconteceu recentemente com a advogada Dra. Flora, fato do conhecimento do Egrégio Tribunal.

Quando do “affaire” Rubens Beyrodt Paiva, as negativas de prisão só sucumbiram quando o impetrante de ontem e de hoje ofereceu a prova da prisão negada sempre: o seu veículo no pátio do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita. Mas já era tarde porque o paciente jamais apareceu.

De resto, Eminentíssimo Ministro, a solução simplista recomendada pelo Ilustrado Dr. Procurador Geral, plena de conceitos jurídicos e filigranas desatende ao escopo do remédio heróico, que, por sê-lo assim, na lição de Ruy, não fica submetido a regras processuais que o ilidiriam, tornando-o inócuo e ineficaz.

A averiguação judicial sobre o paradeiro de Jean não prosperou. A família continuou insistindo até 22 de novembro de 1974, quando o Ministério Público negou o pedido de *habeas corpus*, reafirmando: “[...] *Deve o impetrante dirigir-se ao órgão policial competente, encarregado de descobrir o paradeiro das pessoas desaparecidas no país*”.

Desde o fim da campanha pela Anistia ampla, geral e irrestrita para os presos políticos, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos perdeu contato com a família de Jean.

Não foi apresentado requerimento sobre o caso na CEMDP.

Antonio Luciano Pregoni

Nasceu em Córdoba, Argentina, em 9 de julho de 1936, filho de Pascual e Juana Antonia Giménez Pregoni. Desaparecido em 21 de novembro de 1973. Militante da organização Tupamaros, no Uruguai.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, e está protocolada com o número 3.291. A autora da denúncia foi sua esposa, Maria Ester Pregoni, com quem Antonio teve um filho na Argentina, chamado Javier Pregoni.

De acordo com informações dos arquivos da CONADEP, Luciano teria viajado de Buenos Aires ao Rio de Janeiro em um ônibus da empresa Puma, em 16 de novembro, com Jean Henri Raya Ribard e uma terceira pessoa, chamada Antonio Graciani. Todos são desaparecidos.

Documento da CONADEP vincula Pregoni aos Tupamaros, relacionando-o a Abraham Guillén, combatente da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) que se refugiou na França durante a Segunda Guerra Mundial. Guillén mudou-se para a América Latina nos anos 1950 e foi uma importante influência entre os Tupamaros.

Um documento encontrado no arquivo do DOPS/SP faz referência a uma matéria de jornal, sem data e sem identificação, mas cuja ficha registra a data de 24 de abril de 1967, com o título “*Dois Brasileiros Detidos por Subversão no Uruguai*”, a qual cita Pregoni:

MONTEVIDEU (AP e ANSA) – Cerca de vinte pessoas foram detidas ontem à noite durante uma batida realizada pela polícia para desbaratar o que as autoridades julgam ser uma vasta conspiração comunista para subverter a ordem pública no Uruguai. Entre os detidos se encontram dois brasileiros: o ex-suboficial do Corpo de Fuzileiros Navais Darcy Pereira da Silva e um outro elemento cujo nome não foi fornecido à imprensa. O ex-suboficial brasileiro foi detido em um restaurante de sua propriedade situado no centro de Montevidéu, onde reside desde que fugiu do Brasil logo depois da revolução de 1964.

Outro terrorista detido foi o argentino Antonio Luciano Pregoni que, segundo a polícia, é especialista em explosivos e está ligado à organização extremista dos “Tupamaros” [...].

Em uma batida anterior, a polícia apreendeu na residência do agrimensor Alfredo Rodriguez Luciardi uma abundante propaganda comunista da linha chinesa e uma lista dos altos comandantes militares uruguaios com suas respectivas residências particulares. Os documentos encontrados na residência de Rodriguez Luciardi forneceram a pista à polícia para as prisões realizadas nas últimas horas.

Também em poder de Darcy Pereira da Silva foi encontrada vasta propaganda comunista da linha chinesa, além de outros documentos que o vinculam a grupos terroristas uruguaios que a polícia acaba de prender. Em fontes policiais admite-se a possibilidade de que Darcy esteja ligado também ao “almirante vermelho” brasileiro Candido Aragão, que está exilado no Uruguai.

○ seqüestro e os desaparecimentos

Segundo informações dos arquivos da CONADEP, Jean Henri participava do Comitê de Solidariedade a Refugiados Políticos na Argentina e viajou ao Brasil para cumprir tarefas dessa organização. Os arquivos informam ainda que, no fim de 1973, Pregoni e Jean tiveram contatos freqüentes com um oficial do Exército brasileiro refugiado em Buenos Aires. Eles estariam, nessa época, discutindo a formação de uma nova organização revolucionária. Há indícios de que o terceiro membro do grupo que viajou ao Brasil, em novembro de 1973, era brasileiro. Até o presente momento, não foram encontrados registros a respeito de Antonio Graciani e há suspeitas de que esse seja um nome falso⁸.

Desde os anos 1970, o nome de Caiupy Alves de Castro figurava na lista de desaparecidos políticos da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Contudo, somente a partir das informações obtidas por meio das pesquisas realizadas nos arquivos da CONADEP, em 2008, foi possível relacionar o desaparecimento dos três militantes vindos da Argentina e o de Caiupy, principalmente em função do fato de o referido seqüestro ter ocorrido na mesma data e local. Também as prováveis relações em comum que mantinham com o ex-major do Exército brasileiro, Joaquim Pires Cerveira, desaparecido na Argentina em 5 de dezembro de 1973, juntamente com João Batista Rita.

Em 24 de março de 2004, a revista *IstoÉ* publicou reportagem de Amaury Ribeiro Jr., baseada em documento encontrado nos pertences do general Antônio Bandeira, que comandou as Forças Armadas até o fim da II Campanha contra a Guerrilha do Araguaia, no qual foi

8. Considerando-se que o nome seja verdadeiro, foram encontradas no arquivo DOPS/SP fichas sobre Antonio Graciani, as quais informam que ele era filho de Antonio Graciani e Maria Novello Graciani. Natural de Piracicaba (SP), casado, exercia a profissão de mecânico. Tinha 34 anos quando foi detido pelo DOPS/SP durante a greve iniciada em 13 de dezembro de 1961, considerada ilegal pelo governo federal.

revelado o conteúdo de uma reunião entre os generais Ernesto e Orlando Geisel e o então presidente da República, general Emílio G. Médici, da qual Bandeira também participou. Na reunião, ocorrida em maio de 1973, discutiu-se as diretrizes da repressão política: “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”.

De acordo com o depoimento cedido à *IstoÉ* por um general que atuou na área de informações e era ligado ao presidente Geisel: “Em 1973 concluímos que ou a gente matava todo mundo ou essas guerrilhas nunca mais teriam fim”. De acordo com a reportagem:

Surgiram dois grupos ultra-secretos – um no CIE de Brasília e outro no DOI-CODI/SP –, formados por menos de dez pessoas. Estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975.

O CIE encarregou-se da repressão à Guerrilha do Araguaia e dos militantes perseguidos pelos órgãos de repressão política do Cone Sul. O ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto Dias, em entrevista na matéria “*Os matadores*”, na mesma edição da revista, divulgou os nomes de alguns dos envolvidos no extermínio. Os responsáveis pelas ações do CIE foram os coronéis Paulo Malhões (*Dr. Pablo*) e José Brant Teixeira (*Dr. César*). Malhões era ligado à Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia política chilena, e ganhou o codinome “*Pablo*” quando participou dos interrogatórios no Estádio Nacional de Santiago, após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Arquivos da CONADEP, Buenos Aires, Argentina.

Arquivos da EAAF, Buenos Aires, Argentina.

Caso 099/96 de Caiupy, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). Desaparecidos Políticos, op. cit.

Arildo Valadão (Ari)

Nasceu em 28 de dezembro de 1948, em Itaiçá (ES). Era filho de Altivo Valadão de Andrade e Helena Almochede Valadão. Desaparecido em 24 de novembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

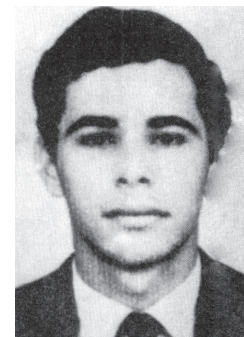
Estudou até a conclusão do 2º grau (atual ensino médio) em Cachoeiro do Itapemirim (ES) e, em 1968, ingressou no Instituto de Física da UFRJ. Aí conheceu Áurea Elisa Pereira Valadão, colega de turma, com quem se casou em fevereiro de 1970, também desaparecida na Guerrilha do Araguaia. Moravam em um pequeno apartamento no Catete, no Rio de Janeiro, e mantinham-se com uma bolsa de estudos do CNPq e com o que ele ganhava como monitor.

Foi presidente do diretório acadêmico de sua escola, em 1968. Nesse período, passou a militar no PCdoB com Áurea e um colega da faculdade, Antônio de Pádua Costa, o *Piauí*, desaparecido na Guerrilha do Araguaia em março de 1974.

Perseguido pelos órgãos de repressão política, que invadiram o apartamento onde morava, passou a viver com Áurea na clandestinidade, tendo viajado para o Sudeste do Pará no segundo semestre de 1970, indo morar em Caianópolis, localidade próxima ao rio Araguaia.

De acordo com o *Relatório Arroyo*, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974:

No dia 24 [novembro de 1973], quando voltavam de um contato com a massa, os companheiros Ari [Arildo Valadão], Raul [Antônio Teodoro de Castro] e Jonas [morador da região] pararam próximo de uma grotta. Ari e Raul se aproximaram da grotta para melhor se orientarem. Jonas ficou de guarda, perto das mochilas. Ouvia-se um tiro e Ari caiu. Em seguida, ouviram-se mais dois tiros. Raul correu. O comando do Destacamento BC, que também ouvira os tiros, enviou quatro companheiros para pesquisar o que teria havido. Logo adiante, esses companheiros encontraram o corpo de Ari sem a cabeça. Sua arma, rifle 44, seu borsal e sua bússola tinham sido levados. As mochilas de Ari, Jonas e Raul estavam lá. Raul voltou pela manhã ao acampamento e Jonas desapareceu.



O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que ele foi morto em 24 de novembro de 1974 (observe-se que o dia e mês estão corretos, mas não o ano).

Em declaração prestada ao Ministério Público Federal, em 19 de julho de 2001, o ex-guia do Exército Sinézio Martins Ribeiro afirmou:

O primeiro tiroteio do Exército foi no Pau Preto onde foi morto o Ari; que o depoente estava presente; que Ari não atirou; que Ari teve sua cabeça cortada e levada para a base do Exército em Xambioá; que nesse dia só havia uma equipe de 5 soldados, o comandante era o Piau e os guias eram Iomar Galego, Raimundo Baixinho e o depoente; que a grotta do Pau Preto fica dentro do castanhal do Almir Moraes; que isto se deu num encontro casual, que não viram piseiro nem tiveram informações; que após a retirada da cabeça a colocaram num saco plástico e voltaram a pé, até a base do Paulista [Nemer Kouri], na beira do Xambioazinho, junto a OP-2; que a cabeça foi entregue ao Dr. César, do Exército.

Em matéria do jornalista Vasconcelos Quadros intitulada “Memorial Araguaia” e publicada em *No Mínimo*, de 20 de janeiro de 2005, temos:

Jonas teria permanecido nove meses na guerrilha e só se rendeu no final de 1973 para ser trocado pelo pai, José Gonçalves, preso e torturado porque o filho havia aderido à subversão. No período em que atuou na guerrilha participou de confrontos com os militares. Na declaração que será encaminhada à Comissão de Anistia são citados dois episódios: o ataque a um pelotão do Exército na localidade chamada Embaubal e a emboscada na região da Gameleira, em 24 de novembro de 1973, em que cairia junto com outros dois guerrilheiros.

Surpreendidos por três guias das Forças Armadas, Ioma [Iomar], Baixinho e Cinézio [Sinézio], Jonas, o cearense Antônio Teodoro de Castro, o Raul, ex-estudante de farmácia e bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desaparecido desde 24 de dezembro de 1973, e o capixaba Arildo Valadão, o Ari, estudante do Instituto de Física da UFRJ, foram emboscados numa grotta enquanto abriam uma picada a facção. O primeiro a ser atingido foi Ari, que levou um tiro no tórax e foi morto. Raul correu e foi atingido por um tiro nas costas. Jonas conta que, com o impacto do tiro, Raul caiu, rolou para a parte baixa do terreno e em seguida levantou, desaparecendo na mata. Jonas ficaria sabendo depois que a bala teria acertado um prato de esmalte que o guerrilheiro carregava na mochila presa às costas.

Encurrulado, mas escondido, ele diz que teria assistido os guias cortarem a cabeça de Ari para levá-la à base militar – um procedimento comum entre militares e mateiros que caçavam os guerrilheiros. Os corpos eram abandonados no local, enterrados ou não, e a cabeça era levada para identificação. “Diante dos meus olhos, decapitaram o Ari. Amarraram pés e mãos e penduraram num vara-pau. Saíram dizendo que queriam a minha cabeça, que na época já valia CR\$ 5.000,00”, relata Jonas. [...]

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu o nome de Arildo a uma rua situada no bairro Cidade Ademar. Também foi homenageado pelas cidades de Campinas (SP), que deu seu nome a uma rua na Vila Esperança, e Belo Horizonte, no bairro de Braúnas

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 202/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 0202/96, na CEMDP.
 Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.
 Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.
 DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.



Adriano Fonseca Filho (Chico, Queixada)

Nasceu em Ponte Nova (MG), em 18 de dezembro de 1945, filho de Adriano Fonseca e de Zely Eustáquio Fonseca. Desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Era o segundo de cinco irmãos de uma família presbiteriana. Fez o curso primário em uma escola particular de Ponte Nova e aos 10 anos de idade foi fazer o curso ginásial, como

interno, no Colégio Batista, em Belo Horizonte (MG). Fez o curso científico (atual ensino médio) no Instituto Gammon, na cidade de Lavras, sul de Minas. Muito ligado à música, Adriano estudava e tocava piano desde os 5 anos. Quando terminou o curso científico, mudou-se para o Rio de Janeiro.

No período em que estudou fora, Adriano só ficava em casa durante as férias. Depois que foi para o Rio, suas idas ficaram mais escassas. Escrevia raramente para a mãe.

Nos períodos de férias que passava em Ponte Nova, estreitava sua amizade com o compositor e cantor João Bosco. Adriano era também muito ligado às artes plásticas, gostava de pintar e, principalmente, fazer gravuras. Era muito alto, media 1,96 m e foi jogador de basquete. Jogava xadrez, lia muito, gostava mais de literatura e teatro do que de livros teóricos – mesmo os de filosofia.

No Rio, morava em um apartamento em Ipanema com escritores e artistas, na “república de intelectuais”. Trabalhou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dedicou-se ao teatro, encenou e escreveu peças teatrais. Uma das peças em que atuou como ator foi encenada no Teatro Tereza Rachel, na praça Cardeal Arcoverde.

Iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil na luta por aumento de vagas nas universidades. Adriano entrou para o curso de Filosofia em 1969, quando começou sua militância política no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Participou ativamente do movimento estudantil e, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a intensificação da repressão, foi obrigado a viver na clandestinidade.

No fim de 1970 e início de 1971, participou da Comissão Organizadora da Juventude Patriótica, movimento criado por iniciativa do PCdoB. Já nessa época teve que se afastar do emprego por questões de segurança, pois já se encontrava perseguido.

Mudou-se para o Sudeste do Pará, na região da Gameleira, incorporando-se ao Destacamento B da Guerrilha do Araguaia, cujo comandante era Osvaldo Orlando da Costa – o *Osvaldão*.

Adriano Fonseca Filho foi ferido em combate em 28 ou 29 de novembro de 1973, próximo à gruta do Nascimento, estando desaparecido desde então.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, em 1993, afirma que ele foi “*morto na região do Araguaia em 3 de dezembro de 1973*”.

Em depoimento prestado ao Ministério Público, em 2001, o ex-guia do Exército Sinézio Martins Ribeiro, relatou:

[...] a equipe era outra e não a do depoente; não sabe informar quem era o comandante, mas os guias eram Raimundinho e Arlindo Piauí; que ficou sabendo dos fatos pelo Raimundinho e Arlindo Piauí; que nesse dia o Raimundinho atirou e matou o Chicão [Adriano Fonseca Filho]; que não tem certeza, mas parece que o Chicão não atirou; [...] que não sabe informar se a cabeça do Chicão foi cortada; que mais adiante encontraram o acampamento dos guerrilheiros; [...] que o dito acampamento fica para os lados do Igarapé do Cunha; [...] que a equipe do Raimundinho e do Arlindo foram descansar; que no dia seguinte viu o corpo do Chicão, já estava com mau cheiro, os urubus estavam por perto, mas o depoente passou a uma certa distância que não pode distinguir se tinha ou não a cabeça, mas pode afirmar que não foi enterrado; que após uns três dias, como não aparecesse nenhum guerrilheiro, abandonaram o local.

No jornal *Correio Braziliense*, de 28 de novembro de 2001, na reportagem “*A História do Exército que Torturava, Matava e Cortava Cabeças*”, de Eumano Silva, lê-se o seguinte depoimento do ex-guia do Exército Cícero Pereira Gomes:

No trecho mais assustador de seu depoimento, contou como assistiu à morte e decapitação do guerrilheiro Adriano Fonseca Fernandes Filho, conhecido como Chicão ou Queixada. Ele foi morto por Raimundinho com um tiro de espingarda no peito, a mando do tenente que comandava a operação, afirmou Cícero. “Quando recebeu

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 042/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - 1108/83.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

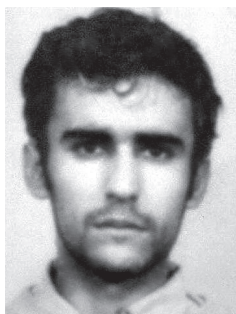
a bala, o Chicão botou a mão na cara e deu um gemido doído que até hoje parece que eu escuto”.

O atirador era um morador da região, segundo Cícero, o tenente dizia se chamar Dr. Silva. Depois o mesmo Raimundinho cortou a cabeça do Chicão, afirmou. “Ajudei a carregar a cabeça dele num saco pelo meio da mata”, destacou o ex-guia do Exército no Araguaia. “Pesava tanto que até parecia um corpo inteiro [...] Isso teria acontecido no final de novembro de 1973 [...] Ouvi dizer que a cabeça dele valia 5 mil cruzeiros em Brasília”.

Em homenagem a Adriano Fonseca Filho, há ruas com o seu nome em São Paulo; em Belo Horizonte, no bairro Braúnas; e em Campinas (SP), na Vila Esperança.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 042/96.

Guerrilha do Araguaia: mais dois desaparecidos



Jaime Petit da Silva

Nasceu em 18 de junho de 1945, em Iacanga (SP), filho de José Bernardino da Silva Jr. e Julieta Petit da Silva. Desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Estudou em Amparo e Duartina, no Estado de São Paulo. Muito cedo perdeu o pai, sendo obrigado a trabalhar. Morou e estudou também no Rio de Janeiro (RJ). Em 1962, foi para Itajubá (MG) morar com seu irmão Lúcio. Em 1965, ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá e trabalhou como professor de Matemática e Física nos colégios de Itajubá e Brazópolis (MG). Lá se casou.

Participava ativamente do movimento estudantil. Em 1968, foi eleito presidente do diretório acadêmico. Nesse mesmo ano, em outubro, participou do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, quando foi preso.

Condenado à revelia em 1969, foi obrigando a abandonar o curso de Engenharia e ir viver clandestinamente no interior, trabalhando como eletricista. Posteriormente, mudou-se para a localidade de Caianos, no Sudeste do Pará, onde já residiam seus irmãos Lúcio e Maria Lúcia, também desaparecidos durante a guerrilha, integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia.



Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (Ferreira)

Nasceu em 20 de setembro de 1946, em São Paulo (SP), filho de Walter Scheiba Pinto Ribas e Benedicta de Araújo Ribeiro Ribas. Desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Estudou até o 3º ano colegial no Colégio Estadual Brasília Machado e foi presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), em 1967. Foi detido em 7 de setembro de 1968 pelo DOPS durante manifestação contra a presença do então presidente general Costa e Silva em solenidade pelo Dia da Independência. Ficou preso por 34 dias nas dependências do antigo Presídio Tiradentes, sendo solto por meio de um *habeas corpus*.

Foi detido novamente no XXX Congresso Nacional da UNE, ocorrido em outubro de 1968 em Ibiúna (SP), e condenado pela 2ª Auditoria de Justiça Militar de São Paulo a um ano e seis meses de prisão. Esteve em vários presídios: Tiradentes (duas vezes); delegacia da rua 11 de Junho (Vila Mariana); quartel do Batalhão dos Caçadores (São Vicente); Forte de Itaipu (Praia Grande); Casa de Detenção de São Paulo; Quartel de Quitaúna (Osasco). Nesse período, seus parentes sofreram violências e abusos por parte dos policiais.

Libertado em abril de 1970, passou a morar em Duque de Caxias (RJ), onde continuou sua militância política. No fim do ano, mudou-se para a região do Vale do Gameleira, próxima ao rio Araguaia, no sudeste do Pará. Antes, teve um último encontro com o irmão, Dalmo Ribas. A família, porém, só voltaria a ter notícias suas em 1973, por meio de Francisco Romani, detido pelo DOI-CODI/SP, que ouvira falar de suas atividades na guerrilha.

Em 1975, julgado à revelia, foi absolvido.

Seus parentes investigaram o caso em parceria com o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, com o objetivo de encontrar o corpo e esclarecer a verdade. Para isso seu irmão Dalmo Ribas esteve no Quartel General do 2º Exército, no bairro do Ibirapuera, em São Paulo, na tentativa de falar com o Comandante, general Dilermando Monteiro. Como não conseguiu ser recebido, falou com o tenente-coronel Pinheiro, uma espécie de relações públicas. O militar lhe garantiu que o “[...] assunto era reservado, mesmo dentro do próprio Exército, e que nem o Comandante teria acesso a informações afetas exclusivamente a Brasília”. Sugeriu, apenas, que não procurasse maiores esclarecimentos.

Os desaparecimentos

Segundo o *Relatório Arroyo*, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974:

[...] no dia 28 ou 29 de novembro, o grupo dirigido pelo Simão [Cilon da Cunha Brun] (8 companheiros) acampou nas cabeceiras da grota do Nascimento. Neste mesmo local, o Destacamento B já havia acampado meses atrás. Ferreira [Antônio Guilherme Ribas] ficou na guarda, Jaime foi catar babaçu, Chico [Adriano Fonseca Filho] e Toninho [camponês da região] foram procurar jabuti numa gameleira próxima. Chico recebeu um tiro, caindo morto. Eram 17 horas. Em seguida, ouviram-se mais seis tiros. O grupo levantou acampamento imediatamente, deixando, no entanto, as mochilas, as panelas, os bornais. O Doca [Daniel Callado] deixou o revólver, que estava consertando no momento da saída. Jaime e Ferreira ficaram desligados do grupo e desde então estão desaparecidos.

A respeito de Jaime, o relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, diz que “[...] existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 1973”, sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento. De acordo com o relatório do Ministério da Marinha do mesmo ano, ele foi “[...] morto em 22 de dezembro de 1973”.

Nas fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, consta a seguinte informação sobre Jaime: “[...] morto em 22 Dez 73, pela Eqp Z11, na Grotá do Cajá”.

Em depoimento ao MPF, em 2001, o ex-guia do Exército, Sinézio Martins Ribeiro, afirmou:

Josias entregou um local na mata que era ponto de encontro dos guerrilheiros, caso se perdessem após algum tiroteio com o Exército; que quem levou os guias ao local foi o próprio Josias; que ao se aproximar do local ele apontou com o dedo e voltou; que nesse instante o Jaime atirou dois tiros e errou e que não atirou mais porque a bala engasgou na arma; que a seguir a equipe atirou muito que a mata ficou cheia de fumaça; que quando abaixou a fumaça, Piauí foi de rastro e pediu aos outros para darem tiros com-

passados por cima dele; que quando Piauí chegou, constatou que o Jaime estava morto; que ele tinha um pouco de milho e de sal, uma colher, uma lata de óleo para cozinhar e um moinho de moer milho; que não tinha camisa e a calça estava toda esfarrapada; que as pernas estavam cheias de feridas de “leicho”; que ele estava muito magro, tinha 5 a 6 cartuchos de bala; que ele foi atingido por muitas balas de FAL; foi atingido no braço e quebrou o relógio; que ele tinha documento de identidade; que retiraram ele da cabana e desceram ele para o pé do morro, onde retiraram a cabeça; que a cabeça foi colocada num saco plástico e levada na mochila do Baixinho [Raimundo]; que não tinham como cavar a cova; que cavaram com facão e pedaço de madeira por isso a cova ficou rasa; que colocaram por cima do corpo umas cuncas de coco; que foram a pé até a casa do Raimundo Galego; que lá já os esperava o Dr. Augusto, que trabalhava na base de São Raimundo, onde acredita que tenha ficado a mochila com a cabeça do Jaime; que isto ocorreu por volta de 15 dias após a morte do Chicão; que o Jaime foi morto há aproximadamente 5 km da casa do Raimundo Galego, perto da grota do Ezequiel.

A referência ao tiro no pulso, que quebrou o relógio, indicando um movimento de defesa, nos faz supor que o caso foi de mais uma das rotineiras execuções.

Pedro Ribeiro Alves, conhecido como *Pedro Galego*, também prestou o seu depoimento ao MPF em 2001, após ser intimado por ordem policial. Ele disse:

[...] os militares chamaram o depoente uma vez para ir até a grota da Boragiga, porque lá se encontrava o corpo do guerrilheiro Jaime, e avisaram ao declarante que já tinham tirado a cabeça do morto, e que era para o declarante enterrar o corpo; que quem comunicou isto ao declarante foi o comandante Maulino, militar do Exército, que comandava um grupo de militares que andava pela mata; que o comandante Maulino também mandou o declarante fazer guarda no local para ver se algum outro guerrilheiro apareceria; que o declarante foi até o local e encontrou de fato um corpo sem a cabeça, e pôde reconhecer como sendo o corpo de Jaime, já que conheceu Jaime em vida, e se tratava de uma pessoa de estatura baixa, moreno escuro, tal qual o corpo que estava no local; que o declarante não sabe como ocorreu a morte de Jaime, mas sabe que Sinézio participava do grupo de militares que mataram Jaime; que o corpo de Jaime foi enterrado na Grota da Boragiga; que hoje em dia fica no pasto da Fazenda do Antônio Costa.

Quanto a Antônio Guilherme, o relatório do Ministério do Exército diz que, durante encontro com uma patrulha na região da Guerrilha do Araguaia, conseguiu evadir-se abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva e, mais adiante, diz que teria morrido em confronto com as forças de segurança.

Já o relatório do Ministério da Marinha afirma que ele teria sido morto em 20 de fevereiro de 1973, o que não é verdade.

Em homenagem aos dois desaparecidos políticos, as cidades de São Paulo e Campinas (SP) deram os seus nomes a ruas situadas no bairro Cidade Ademar e na Vila Esperança, respectivamente.

Jaime também foi homenageado com o seu nome em uma rua de Belo Horizonte (MG).

Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, o requerimento da família de Jaime Petit da Silva foi protocolado com o número 173/96, e o de Antônio Guilherme Ribas, com o número 102/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 0173/96, de Jaime, e 102/96, de Antônio, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.



Miguel Sabat Nuet

Filho de Miguel Sabat Nuet e Mon Serrat Nuet, nasceu em 12 de março de 1923, em Barcelona, Espanha. Exercia a profissão de vendedor e era desquitado. Desaparecido em 30 de novembro de 1973.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos tomou conhecimento da morte de Miguel Sabat Nuet ao examinar os arquivos do DOPS/SP, em 1992, quando foi

encontrada a requisição de exame ao IML, com um T, de “terrorista”, manuscrito, indicando tratar-se de militante político assassinado, procedimento utilizado pela repressão política de São Paulo. Desde então, todas as tentativas de localizar sua família e resgatar sua história haviam sido infrutíferas.

Os documentos citados referem-se à prisão de Miguel para averiguação, efetuada pelo DOPS/SP em 9 de outubro de 1973, conforme relação de presos datada de 12 de dezembro de 1973 e assinada por José Airton Bastos e Manoel Nascimento da Silva. Dentre 19 nomes listados, há alguns estrangeiros em situação irregular ou aguardando expulsão do país.

O investigador Fábio Pereira Bueno Filho informou ao delegado de plantão da Equipe B que, conforme ordem recebida, por volta das 19h30min, se dirigira à estação da Fepasa, acompanhado do investigador Mário Adib Nouer, buscando saber detalhes de uma mala que fora encontrada pelos funcionários, pertencente a um passageiro que descera na estação Barra Funda, na cidade de São Paulo, com o trem em movimento. Diziam os funcionários que o passageiro estava muito agitado e nervoso. No informe é feita a descrição física do passageiro e a anotação: “*passado telex nº 23.509 para capturar o Miguel Sabat Nuet*”.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos conseguiu algumas informações sobre Miguel nos arquivos do próprio DOPS: nascido em Barcelona, mas com cidadania venezuelana, Miguel tinha identidade nº V1866133V, expedida em 17 de junho de 1971, em Caracas. Foram localizadas cartas, de próprio punho, sendo uma delas escrita em Buenos Aires, em 31 de agosto de 1973. Nelas, percebe-se a aflição e perturbação em que se encontrava, obrigado que fora a sair da Venezuela por perseguição política. Relata seus temores, sua vida profissional por mais de 30 anos na Venezuela, onde era casado e tinha três filhos. Trabalhou como motorista particular, camareiro no litoral, representante comercial e assistente de engenheiro.

A requisição de exame necroscópico informa que se enforcou na carceragem do DOPS/SP em 30 de novembro de 1973 e seu corpo foi enterrado no Cemitério de Perus, em São Paulo, como indigente, com os de Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones, mortos sob tortura em novembro daquele ano, em sepulturas subseqüentes.

A foto de Miguel e as circunstâncias de sua morte foram amplamente divulgadas às entidades do Cone Sul, sem ter havido qualquer retorno de localização de sua família. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 088/02 pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 12 de dezembro de 2002, e foi retirado de pauta sem exame do mérito.

Somente em 2008, com as novas denúncias sobre a *Operação Condor*, a Comissão de Familiares e o jornalista Rubens Valente, da *Folha de S. Paulo*, descobriram onde vivem seus parentes, na Espanha. Em matéria intitulada “*Família quer Apurar Morte de Espanhol durante a Ditadura*”, de 20 de janeiro de 2008, após a localização de alguns de seus familiares na Venezuela e Espanha, o jornal publicou:

“Nunca pudemos saber o que houve realmente com ele. Queremos esclarecer esse episódio e que se faça a exumação do corpo para saber o que aconteceu com ele na prisão”.

A afirmação é de Maria del Carmen Sabat, [...] filha de Miguel Sabat Nuet, localizada [...] na Venezuela, juntamente com Minerva Sabat, sobrinha e uma das pessoas com quem ele mais tinha contato durante seus 23 anos de vida na Venezuela.

“Nunca acreditamos em suicídio, mesmo porque, em um dos documentos que vimos na embaixada brasileira em Caracas, constava que ele tinha fraturas. Para nós, Miguel foi torturado até a morte”, diz Minerva.

A hipótese de suicídio também é rejeitada pelo irmão de Miguel, Carlos Sabat, e outra sobrinha, Carmen Francisco, localizados em Barcelona, cidade onde Miguel nasceu e de onde emigrou para Caracas por volta de 1950. “Não acreditamos nessa hipótese, ainda mais que falaram que foi com o cinto... Essa é a primeira coisa que tiram do preso, não?” [...] Minerva Sabat diz ter sido informada pela embaixada brasileira em Caracas, à época da morte, de que Miguel foi preso ao voltar de Buenos Aires para Caracas. Ele teria sido revistado e em sua mala encontrados documentos que levaram à sua detenção.

[...] *Mas alguns meses antes da viagem a Buenos Aires, Miguel teria confidenciado a Josefina Díaz, sua ex-cunhada, que o estavam perseguindo e queriam matá-lo.*

Em 1º de abril de 2008, seus restos mortais foram exumados pelo Ministério Público Federal de São Paulo para identificação. Em 28 de agosto do mesmo ano, a imprensa divulgou que o laboratório Genomic Engenharia Molecular comprovou que a ossada é de Nuet. De acordo com a matéria “*Brasil-DDHH: Primeiro Corpo de Vítima Estrangeira*”, da Agência Ansa, de 29 de agosto de 2008, “*Os peritos chegaram a essa conclusão após comparar o DNA de um fêmur do cadáver com os dados genéticos de um irmão e dois filhos da vítima, que moram em Caracas, Venezuela, e em Barcelona, Espanha*”. Ainda segundo a reportagem, a procuradora Eugênia Fávero, do Ministério Público Federal de São Paulo, que havia determinado a exumação da ossada, afirmou que:

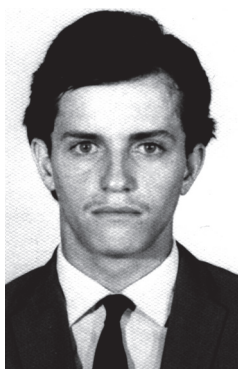
Este foi o primeiro corpo de um estrangeiro descoberto no Brasil, mas sabemos que há outros desaparecidos estrangeiros, inclusive dois italo-argentinos, porém este [o Miguel Sabat Nuet] era o único do qual tínhamos informação de seu enterro no Brasil. Encontrá-lo estabelece um precedente.

Os restos mortais de Miguel Sabat Nuet serão entregues aos seus familiares.

Documentos consultados:

Arquivos do IEVE/SP.
Caso 088/02, na CEMDP.

Assassinato sob tortura de militantes da ALN



Antônio Carlos Bicalho Lana

Nasceu em 2 de março de 1949, em Ouro Preto (MG), filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana. Morto em 30 de novembro de 1973. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Cursou o primário no Grupo Escolar D. Pedro II e o ginásial na Escola Municipal Marília de Dirceu, em Ouro Preto, onde iniciou o científico (atual ensino médio), não concluído.

Começou a atuar no movimento estudantil na década de 1960, com um grupo de militantes formado por secundaristas, universitários e operários. Depois de ingressar na Corrente, transferiu-se para Belo Horizonte (MG).

No início de 1969, diante das prisões, torturas e assassinatos de seus companheiros, Antônio Carlos deslocou-se para o Rio de Janeiro e tornou-se militante da ALN. Viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e retornou clandestinamente ao Brasil. Foi para o Ceará e, mais tarde, para São Paulo, já como dirigente da ALN.

Em 14 de junho de 1972, escapou ferido com três tiros de uma emboscada organizada pelo DOI-CODI/SP no restaurante Varella, na Mooca, quando morreram Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Ana Maria Nacinovic Corrêa.



Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones

Nasceu em 9 de novembro de 1946, em Santiago do Boqueirão (RS), filha de João Luiz Moraes e Cléa Lopes de Moraes. Morta em 30 de novembro de 1973. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Estudou no Colégio de Aplicação da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e, posteriormente, na Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, mas não chegou a se formar, sendo desligada pela Portaria 53, de 24 de setembro de 1969.

No Rio de Janeiro, trabalhava como professora de português no Curso Goiás.

Casou-se com Stuart Edgar Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), desaparecido em 1971.

Em 1º de maio de 1969, foi presa com mais três estudantes por ocasião das manifestações de rua na praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. Foram levadas para o DOPS/RJ e, posteriormente, para o Presídio Feminino São Judas Tadeu. Libertada em 6 de agosto de 1969, foi julgada e absolvida por unanimidade pelo STM. Passou a viver na clandestinidade.

Em maio de 1970, exilou-se na França, onde se matriculou na Universidade de Vincennes e trabalhou na Escola de Línguas Berlitz, em Paris, onde lecionava português.

Com a prisão e o desaparecimento de Stuart pelos órgãos de repressão política, Sônia decidiu voltar ao Brasil para retomar a luta de resistência contra a ditadura.

Ingressou na ALN e viajou para o Chile, onde trabalhava como fotógrafa. Em maio de 1973, retornou clandestinamente ao Brasil, indo morar em São Paulo. Em 15 de novembro de 1973, alugou um apartamento em São Vicente (SP), com Antônio Carlos Bicalho Lana.

Prisão e morte

Antônio Carlos e Sônia Maria foram presos em novembro de 1973, no Posto Rodoviário, no Canal 1, em Santos (SP). Antônio Carlos foi agredido por vários policiais tendo recebido uma coronhada de fuzil na boca, segundo testemunhas. De acordo com a versão oficial divulgada em 1º de dezembro de 1973, pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, eles teriam morrido em um tiroteio com os órgãos de segurança no bairro de Santo Amaro. A seguir, o relato do pai de Sônia, o tenente-coronel da reserva do Exército brasileiro e professor de matemática, João Luiz de Moraes, um exemplo da luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil:

Sônia Maria Lopes de Moraes, minha filha, teve seu nome mudado, após o seu casamento com Stuart Edgar Angel Jones, para Sônia Maria de Moraes Angel Jones. Ambos foram torturados e assassinados por agentes da repressão política, ele em 1971 e ela em 1973. Minha filha foi morta nas dependências do Exército Brasileiro, enquanto seu marido Stuart Edgar Angel Jones foi morto nas dependências da Aeronáutica do Brasil. Tenho conhecimento de que, nas dependências do DOI-CODI do I Exército, minha filha foi torturada durante 48 horas, culminando essas torturas com a introdução de um cassete da Polícia do Exército em seus órgãos genitais, que provocou hemorragia interna.

Após estas torturas, minha filha foi conduzida para as dependências do DOI-CODI do II Exército, local em que novas torturas lhe foram aplicadas, inclusive com arrancamento de seus seios. Seu corpo ficou mutilado de tal forma, a ponto de um general em São Paulo ter ficado tão revoltado, tendo arrancado suas insígnias e as atirado sobre a mesa do Comandante do II Exército, tendo sido punido por esse ato. Procedi a várias investigações em São Paulo, visando à aferição desses fatos, inclusive tentando manter contato, porém sem êxito, com esse general, tendo tido notícia de que o mesmo sofrera derrame cerebral, estava passando mal e de que sua família se opunha a qualquer contato e a qualquer referência aos fatos relativos a Sônia Maria.

As informações sobre as torturas, o estupro, o arrancamento dos seios de Sônia Maria e os tiros, me foram prestadas pessoalmente pelo coronel Canrobert Lopes da Costa e pelo advogado José Luiz Sobral. Minha filha, em sua militância política, utilizava o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Em 1º de dezembro de 1973, ao ler o jornal O Globo vi uma notícia sobre Esmeralda Siqueira Aguiar. Viajei imediatamente em companhia de minha mulher Cléa, de minha cunhada Edy, de minha outra filha, Ângela, e de meu

futuro genro, Sérgio, para a cidade de São Vicente, dirigindo-me diretamente para a Rua Saldanha da Gama, 163, apto. 301, local onde residia Sônia Maria. Ao chegar a esse local, à noite, encontrei-o ocupado por alguns homens, em torno de 5 (cinco) ao que me recordo, membros das Forças da Segurança. Ao me recusar entregar minha carteira de identidade, cheguei a ser agredido. Após ter sido agredido, ameaçado de ser atirado do 3º andar e de ser metralhado por esses homens, consegui comunicar-me com o superior-de-dia do II Exército, em São Paulo, quando então, após identificar-me como tenente-coronel, consegui deste uma determinação por telefone diretamente a um dos 5 membros das Forças de Segurança, que me libertassem, mediante o compromisso de dirigir-me para um hotel em São Paulo, onde fiquei juntamente com minha mulher à disposição do II Exército e no dia seguinte prestei depoimentos no DOI-CODI.

Durante esse depoimento, indaguei aos interrogadores a respeito do paradeiro do corpo de minha filha, sendo que um destes respondeu que o corpo só poderia ser visto com a autorização do Comandante do II Exército.

Na tarde desse mesmo dia, viajei para o Rio de Janeiro em companhia de minha mulher para conversar com meu amigo, general Décio Palmeiro Escobar, Chefe do Estado Maior do Exército, já falecido, o qual me deu uma carta para ser entregue ao general Humberto de Souza Mello, carta essa em que o general Décio pedia ao ilustre companheiro e amigo que me liberasse, assim como minha mulher, de São Paulo, pois necessitávamos permanecer no Rio, onde dirigíamos um Colégio, bem como fosse liberado o corpo de Sônia para um sepultamento cristão.

Regressando a São Paulo em companhia de minha mulher, no dia seguinte, dirigi-me ao Quartel do II Exército para entregar a mencionada carta, sendo certo que o general Humberto não quis receber-me, e a carta foi levada pelo então coronel Hugo Flávio Lima da Rocha, que, ao voltar do gabinete do general, deu a seguinte resposta: o general manda te dizer que, por causa desta carta, você está preso a partir deste momento e, como seu velho companheiro de Realengo faço questão de, pessoalmente, levá-lo para o Batalhão da Polícia do Exército. No Batalhão da Polícia do Exército, fiquei preso durante 4 (quatro) dias, vindo a ser liberado, sem maiores explicações mas com a recomendação de que regressasse ao Rio, nada falasse, não pusesse advogado e aguardasse em casa o atestado de óbito de Sônia que seria remetido pelo II Exército e, quanto ao corpo, não poderia vê-lo pois havia sido sepultado.

Somente decorridos muitos anos, pude entender minha prisão, ou seja, naqueles dias Sônia Maria ainda estava viva e sendo torturada e, à medida que era mantido preso, era possível evitar minha interferência, ao mesmo tempo que, com essa prisão, buscavam amedrontar toda a família.

Apesar do desespero, das ameaças e do conseqüente apavoramento, a família continuou insistindo em conhecer os detalhes sobre a morte de Sônia Maria e, nessa procura, o referido advogado, José Luiz Sobral, que se dizia amigo comum da família e do general Adir Fiúza de Castro, então Comandante do DOI-CODI/RJ, prontificou-se em obter esclarecimentos diretamente com esse general. José Luiz Sobral, ao retornar das dependências do DOI-CODI do I Exército, claudicava um pouco, e insinuava “ter levado umas cassetadas”, trazendo-me um presente inusitado: um cassetete da Polícia do Exército, mandado pessoalmente pelo general Fiúza para a família, com a recomendação que não falasse mais sobre o assunto, pois “todos estavam falando demais”.

Na ocasião, a família guardou o cassetete sem lhe dar maior importância e só recentemente, há uns 2 (dois) anos, é que pude fazer a interligação dos acontecimentos, ou seja, concluí estarrecido que o verdadeiro significado desse presente é que o mesmo general Fiúza nos enviava, como advertência, o próprio instrumento que provocou a morte de Sônia Maria. Este cassetete se encontra em meu poder, podendo ser apresentado a qualquer tempo.

A partir da morte de Sônia, todo final de semestre, nas Declarações de Herdeiros que prestava ao Ministério do Exército, colocava Sônia Maria Lopes de Moraes como minha

herdeira, assinalando sempre que “presumivelmente morta pelas Forças de Segurança do II Exército, deixo de apresentar a certidão de óbito porque não me foi fornecida ainda pelo II Exército, conforme prometido”. Essas declarações causavam mal-estar entre os militares, tendo sido aconselhado pelo chefe da pagadoria do Exército a requerer a certidão diretamente ao Comandante do II Exército. Apresentado o requerimento, em setembro de 1978, recebi uma correspondência onde o general Dilermando Gomes Monteiro, então Comandante do II Exército, afirmava que “não cabe ao II Exército fornecer o atestado solicitado. No Cartório de Registro Civil do 20º Sub-Distrito - Jardim América (SP) foi registrado o óbito de Esmeralda Siqueira Aguiar, filha de Renato A. Aguiar e de Lúcia Lima Aguiar. O requerente procure o Cartório em causa, se assim o desejar”. O documento acrescentava, ainda, que “mandara retirar do Cartório referido, por pessoa indiscriminada, uma certidão de óbito registrada, que fora fornecida sem qualquer problema”. A referida correspondência, subscrita pelo Comandante do II Exército, foi o primeiro reconhecimento oficial da morte de Sônia Maria. Apesar de ter requerido o atestado de óbito em nome de Sônia Maria Lopes de Moraes, a resposta do Comandante do II Exército foi a entrega de uma certidão de óbito em nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Tempos depois da entrega desse atestado de óbito, tomei conhecimento de um outro documento, “Auto de Exibição e Apreensão”, datado de 30 de novembro de 1973, em cujo verso há uma nota do DOI-CODI do II Exército, onde, no final, consta um “em tempo: material encontrado em poder de Esmeralda Siqueira Aguiar, cujo nome verdadeiro é Sônia Maria Lopes de Moraes”.

No Cemitério de Perus, consegui encontrar o registro de sepultamento de Esmeralda Siqueira Aguiar, na Quadra 7, Gleba 2, Terreno 486, com algumas rasuras, em datas principalmente. Nessa oportunidade, os ossos de Sônia não podiam ser exumados porque estava sepultado na parte de cima um outro cadáver. Tivemos que aguardar ainda 3 (três) anos para a pretendida exumação, ocorrida em 16 de maio de 1981.

Nessa ocasião reclamei das divergências existentes entre o que constava do laudo assinado pelos legistas Harry Shibata e Antônio Valentin e a realidade da ossada retirada, pois, ao contrário do que constava nesse laudo, o crânio que seria o de Sônia não apresentava nenhum orifício de entrada ou saída de projétil de arma de fogo e estava inteiro. Apesar dessas discrepâncias, levamos os ossos para o Rio de Janeiro, sepultando-os no Cemitério Jardim da Saudade, mais precisamente no Lote 18.874, Espaço B, Setor IV, e, durante um ano, todos os sábados, juntamente com minha mulher, ia ao Cemitério e levava flores em homenagem a minha filha.

Além da ação proposta na I Vara de Registros Públicos para retificação de identidade, intentamos outra na Auditoria Militar de São Paulo, pleiteando a abertura de IPM para averiguar as verdadeiras causas da morte de minha filha, bem como a falsidade da certidão e laudo assinados por Harry Shibata e Antônio Valentin. Esse processo, na Auditoria Militar, teve seu curso normal até que o Comandante da II Região Militar, general Alvir Souto se negou a cumprir determinação do Juiz para a abertura de IPM, alegando insuficiência de provas.

Nessa ocasião a Juíza Sheila de Albuquerque Bierrenbach determinou a exumação dos restos mortais sepultados no Cemitério Jardim da Saudade, bem como o seu exame pelo IML/RJ, constatando esse Instituto que aquela ossada não pertencia a Sônia, mas sim a um homem, negro, de aproximadamente 33 anos de idade.

Diante do estranho resultado dessa última exumação, a mesma Juíza Sheila Bierrenbach determinou que se fizessem, no Cemitério de Perus, tantas exumações quantas fossem necessárias até serem encontrados os restos mortais de Sônia Maria. Nessa busca, participei juntamente com minha mulher, familiares e amigos ainda de mais 4 exumações nesse mesmo Cemitério de Perus. Terminada a última dessas exumações foi encontrada uma ossada, que poderia ser a de Sônia. Porém, o crânio encontrado também não estava seccionado e os orifícios de entrada e saída de projéteis não coincidiam inteiramente com o laudo. Não tínhamos então a ficha dentária de Sônia, que havia sido perdida por seu

dentista, no Rio de Janeiro, Lauro Sued. Não tínhamos elementos de convicção para aceitar aqueles restos mortais como sendo os de Sônia e, por isso, tentamos impugnar as conclusões do IML/SP, apresentando 11 quesitos e 10 fotografias do crânio de Sônia quando esta tinha 11 anos de idade. A juíza, Sheila, finalmente, aceitou a conclusão do IML/SP, no sentido de que aqueles eram, oficialmente, os restos mortais de Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

A prisão do casal, em São Vicente, foi detalhadamente planejada, como constatou sua família durante as investigações junto aos empregados do prédio em que Sônia e Antônio Carlos moravam. Costumavam, assim que se mudaram, tomar banho de sol em uma praíinha ligada ao prédio e eram observados de um prédio próximo por agentes policiais, mediante uma luneta. Dias depois, os mesmos agentes comunicaram aos empregados do prédio que moravam ali dois terroristas muito perigosos e fizeram-se passar, a partir daquele momento, por funcionários do prédio, para observá-los mais de perto. Certa manhã, bem cedo, quando Antônio Carlos e Sônia pegaram o ônibus da Empresa Zefir, já havia no ônibus alguns agentes, inclusive uma senhora vestida de vermelho. Ao mesmo tempo, nas imediações da agência no Canal 1, em São Vicente, já se encontravam vários agentes à espera, pois pelo menos um deles desceria para adquirir passagens, pois as mesmas não eram vendidas no ônibus. Até hoje, a família não pôde precisar o dia exato da prisão, possivelmente em um sábado, depois de 15 de novembro.

O casal foi delatado aos órgãos de segurança pelo médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI/SP de *Jota*, citado como modelo de infiltração nas organizações clandestinas durante a ditadura pela antiga Escola Nacional de Informações (Esni). De acordo com matérias publicadas pela revista *Vêja* (em 20 de maio e em 18 de novembro de 1992) com base em depoimento do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, a atuação de *Jota* “*permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. [...] A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN*”. A revista citou nominalmente, entre os que morreram em consequência dessas delações, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okama, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski, Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Penteadó.

Existem duas versões a respeito da prisão, tortura e assassinato de Sônia e Antônio Carlos.

A versão do primo do pai de Sônia, coronel Canrobert Lopes da Costa, ex-comandante do DOI-CODI de Brasília, amigo pessoal do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI/SP: depois de presa, foi mandada do DOI-CODI/SP para o DOI-CODI/RJ, onde foi torturada, estuprada com um cassetete e mandada de volta a São Paulo, já exangüe, onde recebeu dois tiros.

A versão do sargento Marival Chaves, membro do DOI-CODI/SP, conforme depoimento à revista *Vêja* de 18 de novembro de 1992: Sônia e Antônio Carlos foram presos e levados para um centro clandestino onde ficaram de cinco a dez dias, até morrerem sob torturas, em 30 de novembro de 1973, quando foram assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Depois, seus corpos foram colocados no porta-malas de um carro e levados para o DOI-CODI/SP, para servir de exemplo. Ao mesmo tempo, foi montada uma simulação de tiroteio ou “*teatrinho*”, termo usado pelo sargento, para justificar a versão oficial de que haviam sido mortos em consequência de um tiroteio, no mesmo dia 30 (metralharam com tiros de festim um casal e os colocaram imediatamente em um carro).

Nos relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica entregues ao ministro da Justiça em 1993, permanece a falsa versão de que morreram após tiroteio com os órgãos de segurança.

A versão oficial publicada dia 1º de dezembro de 1973 em dois jornais, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, refere-se às mortes de Sônia e Antônio Carlos a caminho do Hospital, após

tiroteio com os agentes de segurança, na avenida Pinedo, no bairro de Santo Amaro (atual Capela do Socorro), cidade de São Paulo, altura do nº 836, às 15 horas.

No arquivo do antigo DOPS/SP foi encontrado um documento da Polícia Civil de São Paulo - Divisão de Informações CPI/DOPS/SP que afirma: “*Consta arquivado nesta divisão uma cópia xerográfica do Laudo de Exame Necroscópico referente à epigrafada com data de 20 de novembro de 1973*”. Qual seria a verdadeira data da morte?

Apesar de identificada, Sônia Maria foi enterrada como indigente no Cemitério D. Bosco, em Perus, com o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Antônio Carlos também foi enterrado como indigente em Perus. Eles foram autopsiados pelos legistas Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha.

A troca proposital do nome de Sônia demonstra a clara tentativa dos órgãos de repressão em esconder seu cadáver.

A família de Sônia conseguiu obter, pelo processo 1.483/79 na 1ª Vara Civil de São Paulo, a correção de identidade e retificação do Registro de Óbito. Os depoimentos de Ozéas de Oliveira, o bilheteiro da agência de passagens, e do motorista do ônibus, Celso Pimenta, que presenciaram a prisão dos militantes, tomados no fim de 1979 e início de 1980, foram anexados ao processo movido pela família contra o médico legista Harry Shibata.

Conforme já relatado, somente depois de ser considerada oficialmente morta, a família pôde trasladar seus restos mortais para o Rio de Janeiro, em 1981. Em 1982, na tentativa de apuração das reais circunstâncias da morte de Sônia, por meio do processo movido contra Harry Shibata, o IML/RJ constatou que os ossos entregues à família eram de um homem.

Para sepultar os restos mortais de Sônia, a família teve que fazer várias exumações. A última exumação apresentava um crânio sem o corte característico de autópsia; a família não aceitou os restos mortais, por desconfiar que fosse mais um engano do IML/SP.

Em um de seus depoimentos à CPI sobre a Vala de Perus, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, Harry Shibata declarou que a descrição feita no laudo necroscópico de que houve corte de crânio não corresponde à verdade, uma vez que essa descrição é apenas uma questão de praxe. Assumiu, portanto, a farsa com que eram feitos os laudos.

O laudo de necropsia de Antônio Carlos, datado de 30 de novembro de 1973, descreve apenas um ferimento à bala na cabeça, com entrada na região palpebral e saída na região parietal direita. Neste caso, também, Shibata descreve a trajetória do tiro “[...] *aberto que fora o crânio pelo método de Griesinger*”, e omite as marcas de tortura. Exumado e identificado em 1991, o crânio de Antônio Carlos também não fora serrado, estava intacto.

Em 1990, foto de seu rosto visivelmente mutilado pelas torturas foi localizada no arquivo do IML/SP. Os tiros que levaram na Mooca em junho de 1972 foram fundamentais para a sua identificação.

Depois de muito relutar em acreditar que a filha não fora morta no tiroteio informado pelos militares, João Moraes tornou-se um militante do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, tendo sido presidente – e Cléa, secretária – do GTNM/RJ por muitos anos. Já falecido por ocasião da lei 9.140/95, o pai não presenciou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte da filha. Cléa assumiu sozinha a continuidade da luta até quando seu estado de saúde permitiu. Em 2006, foi homenageada pelo GTNM/RJ com a Medalha Chico Mendes, recebida pelo marido em 1997.

Na CEMDP, os casos de Antônio Carlos (093/96) e Sônia (092/96), tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa, foram aprovados por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Seus restos mortais foram exumados em 1991, com o apoio da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, e identificados pela Unicamp. Foram trasladados para suas cidades natais, em 11 de agosto de 1991, após a celebração de uma missa na Catedral da Sé, por D. Paulo Evaristo Arns.

Os restos mortais de Antônio Carlos chegaram ao aeroporto de Confins (MG), onde várias pessoas lhe prestaram homenagem cantando o Hino Nacional e carregando cartazes

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 093/96 e 092/96, de Antônio Carlos e Sônia Maria, respectivamente, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

com os dizeres “*Ditadura Nunca Mais*”. Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana (MG), esteve presente à recepção e pediu para que uma lição de vida fosse aprendida com sua história. Foi enterrado pela família no dia seguinte, em Ouro Preto (MG).

O sepultamento dos restos mortais de Sônia foi realizado em 12 de agosto de 1991, no cemitério Jardim da Saudade, no Rio de Janeiro, precedido de Ato Ecumênico em sua homenagem, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Em homenagem aos dois militantes, as cidades de São Paulo e de Belo Horizonte deram os nomes de Antônio Carlos e Sônia a ruas no Jardim da Toca e nos bairros da Lagoa e Tirol, respectivamente.

O nome de Sônia também foi dado a um dos viadutos do Complexo João Dias, em São Paulo, em 19 de setembro de 1992, sendo os outros dois homenageados Honestino Monteiro Guimarães e Frederico Eduardo Mayr.

A cidade do Rio de Janeiro deu o nome de Sônia a uma de suas ruas.

Seu pai publicou o livro *O Calvário de Sônia: uma História de Terror nos Porões da Ditadura*, resultado de suas buscas por verdade e justiça sobre a morte de Sônia. A família produziu também o vídeo *Sônia: Morta e Viva*, dirigido por Sérgio Waismann, em 1985.

José Carlos da Costa

Desaparecido em 2 de dezembro de 1973. Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária- Palmares (VAR-Palmares).

O militante conhecido como *Baiano* ou *Maneco* pertenceu à Ala Vermelha e à direção da VAR-Palmares. Atuou em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Sua vida e sua morte ficaram ocultas desde 2 de dezembro de 1973, quando foi preso em Belém e levado para o Quartel do Exército, de onde desapareceu. A denúncia foi feita em 1980, mas a testemunha nunca mais foi localizada e não quis se identificar por medo de represálias. Seu nome nunca constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* porque era conhecido apenas pelos apelidos. Nenhum de seus companheiros sobreviventes, inclusive os que moraram com ele por muitos anos, souberam indicar seu verdadeiro nome.

O nome de José Carlos da Costa foi extraído de artigos publicados em um *site* mantido pelos antigos membros dos órgãos de repressão política, em 2000, conforme artigo dos jornalistas Mário Magalhães e Sérgio Torres, publicado na *Folha de S.Paulo*, de 5 de novembro de 2000. O artigo revela que aquele *site* trazia trechos e informações de um livro de 1.200 páginas, conhecido como “Orvil”, cujo trabalho fora coordenado por coronéis e baseado integralmente nos arquivos do Centro de Informações do Exército (CIE). Nele, *Baiano*, *Maneco*, ou ainda *Bira*, seriam os codinomes de José Carlos da Costa. Em 1986, o livro fora encomendado ao comando do CIE pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Sua intenção era dar uma resposta à publicação do livro *Brasil: Nunca Mais* e alguns trechos foram disponibilizados no *site* a partir de maio de 2000. Esse livro foi parcialmente divulgado pelo jornalista Lucas Figueiredo, em 2007, no jornal *Correio Braziliense*.

De família humilde, nascido em Estância, Sergipe, sendo sua mãe lavadeira, a vida e a morte do militante permanecem ocultas. As únicas informações coletadas nesses anos dão conta que trabalhou como operário e marceneiro antes de tornar-se militante de uma organização clandestina. Teria mais ou menos 35 anos em 1973 e uma de suas irmãs seria professora de Sociologia em São Paulo e se chamaria Margareth.

O caso foi protocolado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos em nome de seus sucessores, na esperança de que sua origem e sua família pudessem ser descobertas, o que ainda não ocorreu. Na CEMDP, o caso foi protocolado com o número 086/02 e arquivado sem discussão do mérito.

Documentos consultados:

Caso 086/02, na CEMDP.

Antes da *Operação Condor*: Seqüestrados na Argentina, desapareceram no Brasil

João Batista Rita



Nasceu em 24 de junho de 1948, em Braço Grande do Norte (SC), filho de Graciliano Miguel Rita e Aracy Pereira Rita. Desaparecido em 5 de dezembro de 1973. Militante da Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G).

Mudou-se para Criciúma (SC) aos 4 meses, onde estudou no Ginásio Madre Tereza Michel, até completar o curso ginásial.

Era calmo, magrelo, miúdo, de raciocínio rápido e bonito. Seu sonho era ser engenheiro. Mudou-se para Porto Alegre (RS) a fim de estudar e trabalhar. Nesse período, trabalhava em um escritório de advocacia e ingressou no M3G a convite do jornalista Edmur Péricles de Camargo. Morava em Cachoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre, com a irmã Aidê.

Em 1968, participou ativamente do movimento estudantil. A luta na época se voltava especialmente para a questão de manter as universidades federais públicas, contra o ensino pago, como previa o acordo MEC-USAID.

De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, foi preso em 10 de abril de 1970, poucos dias depois da tentativa frustrada da VPR de seqüestrar o cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul, quando foi muito torturado. Era considerado o “*número 2*” do M3G e, segundo documentos dos órgãos de segurança citados no referido livro, João Batista teria participado de ações armadas realizadas em Porto Alegre, Viamão e Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul.

Segundo documento encontrado no arquivo do DOPS/SP, o jornal *O Globo*, de 5 de junho de 1970, informou que sua prisão preventiva havia sido decretada; e uma informação de 9 de junho de 1970, produzida pela SSP/RS, afirmava que, em 29 de maio de 1970, João Batista havia sido indiciado por crime contra a segurança nacional.

Em janeiro de 1971, foi banido, quando 70 presos políticos foram trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bücher, seqüestrado no Rio de Janeiro pela VPR.

Foi para o Chile, onde trabalhou como mecânico. Ingressou na Universidade Técnica Nacional e passou a trabalhar no Ministério do Interior. Na ocasião, ficou noivo da psicóloga chilena Amélia Ermecinda Barrera Perez, que atualmente reside em Hamburgo, Alemanha, com quem esteve por pouco mais de um ano, até seu desaparecimento.

Com o golpe militar no Chile, em 11 de setembro de 1973, procurou asilo na embaixada da Argentina, em Santiago, onde ficou alojado por muito tempo. De lá saiu em um dos últimos contingentes resgatados do Chile. Sua transferência para a cidade de Paraná, na Argentina, foi feita em um avião especial a 2 de novembro. Em Entre Rios, Argentina, em função de sua condição de refugiado e da situação política do Brasil, não estava bem. Sentia-se confinado e ficou aguardando que o governo argentino cumprisse o acordo com os asilados. Casou-se com Amélia a 27 de novembro de 1973, e a certidão de casamento foi registrada nos “*libros de Matrimonios de la Oficina de Paraná – 2da. Sección*”. Em 2 de dezembro viajaram para Buenos Aires, onde se alojaram em um edifício do Departamento de Imigração (*Migraciones*).

Na Argentina, pelo fato de ser filho de imigrantes italianos, teve a oportunidade de solicitar sua ida para a Itália. Preparava seus documentos junto ao Departamento de Imigração, no bairro do Retiro, sob a proteção do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR).

Encontrou-se com Joaquim Pires Cerveira em 5 de dezembro de 1973 quando os órgãos da repressão política no Brasil, articulados pelo capitão do Exército Diniz Reis, os seqüestraram e, desde então, os dois permanecem desaparecidos.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, cuja declaração possui o número 7.833.



Joaquim Pires Cerveira

Nasceu em 14 de dezembro de 1923, em Pelotas (RS), filho de Marcelo Pires Cerveira e Auricela Goulart Cerveira. Desaparecido em 5 de dezembro de 1973. Militante da Frente de Libertação Nacional (FLN).

Era casado com Maria de Lourdes Cerveira, com quem teve três filhos.

De uma família de militares, seu pai e quatro irmãos pertenceram às fileiras do Exército. Desde jovem, Cerveira gostava de matemática, na qual se aprofundou ao apresentar uma tese na França após ser banido do Brasil, em 1970. Estudioso de línguas estrangeiras, dominava os idiomas inglês, francês, alemão e japonês. Coursou a Escola Militar e, depois de sair como aspirante, foi servir em São Luiz Gonzaga (RS).

Filiou-se ao PCB após o fim do Estado Novo. Engajou-se em mobilizações nacionalistas dos anos 1950, tendo participado da campanha presidencial do Marechal Lott, em 1960.

Eleito vereador em Curitiba pelo PTB, em 1963, estava licenciado do Exército, quando ocorreu o golpe de Estado, em abril de 1964. Teve o seu mandato cassado e os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Major do Exército brasileiro, passou à reserva pelo Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

Em 1965, refugiou-se no Rio de Janeiro. Conforme documentos encontrados nos arquivos do DOPS/SP, foi preso em 21 de outubro de 1965, encaminhado à 5ª Região Militar e entregue ao coronel Fragomini.

Em 29 de maio de 1967, foi absolvido pelo Conselho Especial de Justiça da 5ª Auditoria da denúncia do processo 324, acusado do crime de subversão, por 3 votos contra 1.

Em 1968, a perseguição política intensificou-se, estendendo-se também à sua família, que ficara morando em Curitiba e teve sua casa invadida e saqueada diversas vezes. Nesse ano, Cerveira foi acusado de ter colaborado na fuga da prisão do ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim Osório, ligado ao MNR, que liderou uma tentativa de organizar um movimento guerrilheiro em 26 de março de 1965, no Rio Grande do Sul.

Em uma operação de colaboração entre os órgãos de segurança do Cone Sul, em 11 de dezembro de 1970, Cardim, seu filho e seu sobrinho foram seqüestrados em Buenos Aires e levados ao Rio de Janeiro, Brasil, onde o ex-coronel cumpriu sentença de prisão até 1977.

Cerveira passou a atuar na clandestinidade em 1970, quando liderava a FLN. Nesse período, não se apresentou ao juiz auditor da 5ª CJM que, em edital de citação, exigia a sua presença para qualificação e interrogatório. Foi preso novamente em 10 de abril de 1970 com sua mulher e o filho, sendo torturado no DOI-CODI/RJ.

Foi banido do país em junho de 1970, quando 40 presos políticos foram trocados pelo embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, e viajou para a Argélia com os demais.

Durante o período de banimento, ficou algum tempo na Argélia e, após percorrer vários países da Europa, mudou-se para o Chile, onde morou até pouco antes do golpe que depôs Salvador Allende. Transferiu-se para a Argentina, passando a residir em Buenos Aires, na rua Horácio Queiroga, 1993. Sempre manteve contato com a família por cartas, telefonemas e até visitas, como quando a família esteve no Chile.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, cuja declaração possui o número 7.691.

O seqüestro

De acordo com o relato preparado pelos familiares de Cerveira encaminhado a CEMDP, temos a seguinte descrição dos acontecimentos:

Em novembro de 1973 falei com meu marido por telefone, sem saber que seria a última vez. Combinamos novo contato em janeiro quando pretendíamos reunir a família em Buenos Aires, entretanto, estávamos apreensivos. Estranhamos que Cerveira não telefonou para sua filha no dia do aniversário desta, em 10 de dezembro, coisa que nunca deixou de fazer, nossa apreensão tinha razão de ser, no dia 3 de janeiro de 1974 recebemos um telefonema anônimo avisando que meu marido fora seqüestrado em Buenos Aires no dia 5 de dezembro de 1973, estarrecidos chegamos a conclusão de que não era trote; viajei o mais rápido que pude para a Argentina, não podia imaginar que meu marido já havia sido trazido para o Brasil. Em Buenos Aires constatei que Cerveira fora seqüestrado junto com outro brasileiro, João Batista Rita Pereda [sic], também banido e vindo do Chile pelo mesmo motivo, o golpe militar naquele país; pude constatar que o fato foi imediata e amplamente divulgado pela imprensa local, e que causou polêmica e protestos pelo que chamavam de violação da soberania nacional argentina, houve protestos por parte da Asociación Gremial de Abogados e um habeas corpus foi impetrado pelo advogado portenho Dr. Roberto Sinigaglia. Todos os órgãos de segurança argentinos foram questionados, sem resultado, diziam não ter conhecimento da detenção de Cerveira ou João Batista, acrescentado nada ter contra eles.

Por intermédio da esposa de João, a chilena Amélia de Rita Pereda [sic], soube que Cerveira e João haviam se encontrado no dia 5 de dezembro, quando realmente foram vistos juntos por pessoas conhecidas, em torno das 18h, em Migraciones, zona do Retiro, tratando do visto de permanência. Foi a última vez que foram vistos em Buenos Aires.

Cerveira, por motivos de segurança, usava identidade fictícia em nome de Walter de Sousa ou Moura Duarte, mesmo porque, quando foram desterrados, não receberam seus documentos. Rossi, um homem que se encontrava presente na casa em que Cerveira se hospedava, confirmou-me, pessoalmente, os fatos descritos no processo de habeas corpus. Às 3 horas da madrugada do dia 6 de dezembro de 1973, 6 policiais argentinos dizendo-se da Polícia Federal, realizaram uma busca na residência de Cerveira a procura, segundo disseram, de armas e documentos comprometedores, como nada encontrassem, retiraram-se negando qualquer explicação. Nesse mesmo dia, por volta de 11 horas, o mesmo grupo voltou aquele local, desta vez acompanhados de outro homem, o qual dizia que ali se refugiara um exilado brasileiro que estava sendo requerido pelas autoridades do seu país natal, mostrando-lhes uma foto de Cerveira; o novo componente do grupo e que parecia chefá-los não havia dúvida, era brasileiro, e notava-se uma cicatriz num dos lados da testa [identificado mais tarde pelos familiares como o delegado Sérgio Paranhos Fleury]. Após nova revista na casa, interrogaram e ameaçaram a família dos residentes e retiraram-se, não sem antes dar a entender que o brasileiro já estava preso.

Chamou-me a atenção o relato de Amélia, esposa de João, confirmado por outras pessoas, de que em Empedrados, província de Corrientes, no alojamento dos refugiados do Chile, dia 2 de dezembro de 1973, estiveram nesse local dois homens, um deles oficial do Exército brasileiro, capitão Diniz Reis, segundo as pessoas acima citadas, o qual perguntava por Cerveira e sua localização, fato significativo já que três dias depois este foi seqüestrado. Em Buenos Aires, procurei todas as organizações oficiais como a Amnesty International, Justiça e Paz, ONU e outras de solidariedade como a M.A.A.S.L.A. que nos ajudou a obter o apoio dos Congressistas, Deputados e Senadores, especialmente o Senador De La Rúa que, extra-oficialmente, prometeu nos ajudar na tentativa de conseguir uma entrevista com o general Inhiguez, chefe da Polícia Federal na época, e com o Ministro do Interior Jambí, com quem tínhamos esperança de conseguir algum esclarecimento, já que tinha informação de que ambos estavam a par do que realmente ocorrera com Cerveira

e João. Não conseguindo nosso intento, fui à Embaixada do Brasil para falar com o Embaixador, na época, Azeredo da Silveira; o Embaixador estava viajando, segundo o Adido Militar que me recebeu, não consegui saber seu nome, o qual afirmou não saber nada além do que os jornais publicavam e disse ter até uma pasta com recortes sobre o caso.

Em 19 de fevereiro de 1974, Oldrich Hasselman, representante latino-americano do Alto Comissariado da ONU para Refugiados [ACNUR] com sede em Buenos Aires, informou-me que um brasileiro (não estava autorizado a identificá-lo), havia ido a Genebra denunciar ao Alto Comissariado da ONU, Príncipe Sadrudim Aga Khan, de que os dois homens desaparecidos na Argentina, Cerveira e João Batista, foram vistos na noite de 12 para 13 de dezembro de 1973⁹, quando chegavam numa ambulância fortemente guardada, na Polícia do Exército (DOI-CODI), na rua Barão de Mesquita, em lamentável estado físico. Desanimada, já me preparando para voltar ao Brasil, fui procurada por um brasileiro aparentando uns 30 anos, baixo, moreno do tipo atarracado, cabelos crespos e bem curtos, que se apresentou como sendo a pessoa que fez a denúncia em Genebra, disse que nada tinha a ver com política e que já estava voltando para o Brasil por isso não diria seu nome, mas queria me contar que fizera a denúncia a mando de um oficial do Exército, colega de Cerveira, que estava presente quando o mesmo chegou à Polícia do Exército, e que o mesmo oficial deu as costas a Cerveira evitando que este o reconhecesse, deixou passar alguns dias e mandou-o à Genebra denunciar o ocorrido. Percebi que não havia mesmo mais o que fazer naquele país, por isso voltei imediatamente para o Brasil; antes de partir soube que o advogado portenho patrocinador do habeas corpus em favor de meu marido, Dr. Roberto Sinigaglia, estava recebendo ameaças por telefone para que abandonasse o “caso dos brasileiros”.

[...] Com a certeza da presença de meu marido no Brasil, procuramos uma série de autoridades: o Comandante da Polícia do Exército da 2ª Sessão; CIE, o general Albuquerque Lima e outros, a resposta era sempre a mesma, ninguém sabia nada. Prometiam averiguar e comunicar-se comigo, só que isso nunca acontecia. Ainda em Buenos Aires escrevi uma carta ao general Ernesto Geisel, que tomaria posse na presidência em março de 1974, onde pedia pela vida de meu marido. Esta carta foi entregue pessoalmente por minha filha, no gabinete do Geisel, e até hoje espero a resposta. Através do advogado, Dr. Augusto Sussekind, fizemos petições às Auditorias Militares das três armas e todos responderam negativamente.

De acordo com o livro *Desaparecidos Políticos*, o seqüestro e desaparecimento de Cerveira e João Batista fez parte de uma articulação clandestina dos órgãos de repressão política dos países do Cone Sul, envolvendo os governos de Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, chamada de “Operação Mercúrio”: “[...] Através dessa operação, a polícia de um país penetra no território de outro, prende, tortura e até mata o cidadão procurado, sem que isso, em nenhum momento, seja considerado violação de soberania nacional pelos respectivos governos dos países envolvidos [...]”.

Depois do golpe de Estado na Argentina, o advogado da família de Cerveira, Roberto Juan Carmelo Sinagaglia, também foi seqüestrado e desapareceu em 11 de maio de 1976. Roberto era advogado de presos políticos e escrevia para a revista *Nuevo Hombre*. Foi seqüestrado no seu local de trabalho, localizado na rua Viamonete nº 1355, na cidade de Buenos Aires, por um grupo de membros da Polícia Federal, à paisana, que se apresentaram como pertencentes às “Fuerzas de Seguridad Policial”. A operação foi presenciada pelo porteiro do edifício, entre outras pessoas. A denúncia de seu desaparecimento foi registrada na CONADEP, na Argentina, tendo a declaração o nº 4.860.

A esposa de Cerveira constituiu como seus advogados, em Buenos Aires, Mário Norberto Silva e Mário Algel Hernandez.

Há indícios de que o desaparecimento desses dois militantes era parte de uma operação maior, na qual foram seqüestrados em 21 de novembro de 1973, em Copacabana, no Rio de Janeiro, Caiupy Alves de Castro, que mantinha contatos com Cerveira desde 1971 no Chile, e ainda Jean Henri Raya Ribard, Antonio Luciano Pregoni e Antonio Graciani, vindos da

9. Há outros dois textos nos quais se afirma que eles foram vistos em 13 de janeiro de 1974.

Argentina, conforme descrito no caso “*Antes da Operação Condor: Vindos da Argentina, desapareceram no Rio de Janeiro*”.

Diversos jornais argentinos, a partir de 9 de dezembro de 1973, denunciaram o seqüestro dos dois militantes e foram anexados ao caso na CEMDP, a saber: o jornal *Noticias*, de 9 de dezembro, com o título “*Denuncian la Desaparición de un Exiliado Brasileño*”; no dia 11 o mesmo jornal publica “*Denuncian la Desaparición de un Brasileño que Provenía de Chile*”; e no dia 13, “*La Policía Niega la Detención del Exiliado Brasileño*”. *El Mundo*, de 11 de dezembro, traz “*Desapareció un Exiliado*”; e o mesmo jornal, no dia 13, “*Otro Brasileño Raptado*” e “*El Brasileño Desaparecido – La Policía Alegó que no Sabe Nada*”.

Houve ainda a divulgação por parte de uma rádio de Porto Alegre (RS) de que João Batista estaria entre quatro guerrilheiros mortos na Bolívia, em 12 de dezembro de 1973.

De acordo com uma matéria publicada no jornal *The Times*, escrita por Leonard Greenwood, sob o título “*U.N. Probing Alleged Kidnaping of Brazilians*”, cuja cópia não tem data, Oldrich Hasselmann, o representante regional da ONU na América Latina, sediado em Buenos Aires, estava encaminhando as investigações sobre o caso, pois a ONU recebeu informações de que:

[...] *Cerveira e João Batista Pereda [sic] desapareceram no dia 5 de dezembro, e que a casa em que estavam vivendo foi revistada pela polícia argentina acompanhada de um brasileiro, e que depois eles foram vistos numa prisão militar no Rio de Janeiro. [...] “Se as alegações forem provadas, será um incidente muito sério. [...] Seria um desrespeito à Carta dos Direitos Humanos, seria também um sério desrespeito à função protetora da ONU, porque João Batista Pereda [...] estava sob a proteção do Alto Comissariado da ONU em Buenos Aires quando desapareceu”.*

O periódico londrino *The Guardian*, em 19 de fevereiro de 1974 publicou: “*Rebeldes brasileños torturados después de secuestrados [...] Dos Brasileños del movimiento opositor clandestino que estaban refugiados en Argentina, fueron secuestrados en Buenos Aires y están siendo torturados en Rio de Janeiro [...]*”.

Na nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, de 6 de fevereiro de 1975, emitida em resposta às denúncias feitas em 1974 por D. Paulo Evaristo Arns e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos sobre 22 desaparecidos, foi divulgada apenas a informação de que João Batista e Cerveira haviam sido banidos do país.

Em julho de 1975, o advogado Miguel Radrizzani acusou, em uma petição judicial, o ex-ministro argentino José Lopez Rega de ser um dos principais chefes da organização Aliança Anticomunista Argentina, conhecida como “Triple A”, e denunciou a relação formal existente entre a repressão política Argentina e a do Brasil, lembrando o seqüestro e desaparecimento de Joaquim Pires Cerveira em Buenos Aires, de onde teria sido transferido para o território brasileiro (ver *Jornal da Tarde e Folha da Manhã*, de 15 de julho de 1975).

A morte de Cerveira e de mais outros 11 desaparecidos foi confirmada por um general, cujo nome foi mantido em sigilo, entrevistado pelo jornalista Antônio Henrique Lago para o jornal *Folha de S.Paulo*, em matéria publicada em 28 de janeiro de 1979. Hoje, sabe-se que o referido oficial era Adyr Fiúza de Castro, criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e, depois, da VI Região Militar.

No arquivo do antigo DOPS/PR, o nome do major Cerveira foi encontrado em uma gaveta, contendo 17 fichas, com a identificação de “*falecidos*”.

Em 24 de março de 2004, a revista *IstoÉ* publicou reportagem de Amaury Ribeiro Jr., baseada em documento encontrado nos pertences do general Antônio Bandeira, que comandou as Forças Armadas até o fim da II Campanha contra a Guerrilha do Araguaia, no qual foi revelado o conteúdo de uma reunião entre os generais Ernesto e Orlando Geisel e o então presidente da República, general Emílio G. Médici, da qual Bandeira também participou. Na reunião, ocorrida em maio de 1973, discutiu-se as diretrizes da repressão política: “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Arquivos da CONADEP, Buenos Aires, Argentina.
 Casos 084/96, de João Batista, e 064/96, de Joaquim P. Cerveira, na CEMDP.
 CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

De acordo com o depoimento cedido à *IstoÉ* por um general que atuou na área de informações e era ligado ao presidente Geisel: “Em 1973 concluímos que ou a gente matava todo mundo ou essas guerrilhas nunca mais teriam fim”. De acordo com a reportagem:

Surgiram dois grupos ultra-secretos – um no CIE de Brasília e outro no DOI-CODI/SP –, formados por menos de dez pessoas. Estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975.

O CIE encarregou-se da repressão à Guerrilha do Araguaia e dos militantes perseguidos pelos órgãos de repressão política do Cone Sul. O ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto Dias, em entrevista na matéria “*Os matadores*”, na mesma edição da revista, divulgou os nomes de alguns dos envolvidos no extermínio. Os responsáveis pelas ações do CIE foram os coronéis Paulo Malhães (*Dr. Pablo*) e José Brant Teixeira (*Dr. César*). Malhães era ligado à Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia política chilena, e ganhou o codinome “*Pablo*” quando participou dos interrogatórios no Estádio Nacional de Santiago, após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile.

Os nomes de Cerveira e João Batista constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seus processos foram protocolados com os números 084/96 e 064/96, de João Batista Rita e Joaquim Pires Cerveira, respectivamente.

Tobias Pereira Júnior (*Josias*)

Nasceu em 26 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Tobias Pereira e Emília Barreto Pereira. Desaparecido em 17 de dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Estudante de medicina na Universidade Federal Fluminense, quando cursava o 3º ano em 1971, foi viver no Sudeste do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia.

O *Relatório Arroyo*, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, afirma que “[...] entre 17 e 18 de dezembro [de 1973], *Josias* [Tobias Pereira Júnior] fugiu perto de uma base do inimigo”.

O relatório do Ministério da Marinha, entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que “[...] foi morto em 15 de fevereiro de 1974”.

Foi preso na casa de camponeses, em São Geraldo (PA), segundo o depoimento de José da Luz Filho, publicado na *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil* de 1981.

O *Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – Janeiro de 2002*, informa que “[...] *Josias: Tobias Pereira Júnior, foi visto na base de Xambioá*”.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome a uma rua na Vila Esperança. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi registrado com o número 203/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 203/96, na CEMDP.
 Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Marcos José de Lima (*Zezinho, Ari*)

Nasceu em 3 de novembro de 1947, em Beira Rio, município de Nova Venécia (ES), filho de Sebastião José de Lima e Lusía D’Assumpção de Lima. Desaparecido em 20 de dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha do Araguaia.

Era operário e ferreiro. Em 1970, foi viver na localidade de Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, perto do rio Araguaia, no Sudeste do Pará, com objetivo de participar do movimento guerrilheiro, trabalhando como ferreiro, consertando armas.

O *Relatório Arroyo*, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, referiu-se ao seu desaparecimento:

J. [Ângelo Arroyo] decidiu enviar Ari [Marcos José de Lima] e Mané [Rodolfo de Carvalho Troiano] para apanhar farinha num depósito próximo. Mané ficou aguardando Ari a uma certa distância. Como Ari demorasse, Joca [Liberio Giancarlo Castiglia], que havia chegado, foi até o depósito e não encontrou o Ari. No local do depósito estava apenas o saco plástico que Ari havia levado para trazer a farinha. A impressão que se teve é que ele fugiu, pois não apareceu nem no acampamento, nem nas referências [20 de dezembro de 1973].

Os relatórios dos ministérios militares entregues ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirmam não possuir registros a seu respeito. No entanto, nas fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, temos: “*Ari Armeiro* – preso na Transamazônica, em 26 Dez. 73, após haver desertado – era o armeiro dos Destacamentos e conheceu os depósitos e oficinas da CM”.

No livro *Vestígios do Araguaia*, podemos ler:

Ari (Marco José de Lima) [sic] também impressionava o povo. Era o responsável pelo reparo e a manutenção dos armamentos e fazia isso muito bem, apesar das condições precárias de trabalho. Entre os moradores, corre o boato de que estava construindo um avião para a guerrilha, tanto que os companheiros iam a São Domingos em busca de lataria.

Este é um dos casos em que não se conseguiu muitas informações. Em uma das diversas vezes em que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos esteve na região, moradores disseram que ele teria sido morto e enterrado na fossa construída no local conhecido como “Chega com Jeito”. Em 1996, realizou-se uma busca no local com a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF). Localizada a fossa, procedeu-se a escavação, mas não foi encontrada nenhuma ossada.

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi registrado com o número 050/96.

Para homenageá-lo, seu nome foi dado a uma rua no Residencial Cosmo, em Campinas (SP).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 050/96 da CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

ALMIRÓN, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

Guerrilha do Araguaia: o massacre do Natal de 1973

Gilberto Olímpio Maria (Pedro)

Nasceu em 11 de março de 1942, em Mirassol (SP), filho de Antônio Olímpio Maria e Rosa Cabello Maria. Desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Membro da comissão militar e comandante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Mudou-se para São Paulo (SP) onde estudou no Colégio Sarmiento. Pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, depois, ao PCdoB.

Em 1961, viajou para a Checoslováquia para estudar Engenharia. Dois anos depois, retornou ao Brasil, com Osvaldo Orlando da Costa (“Osvaldão”, desaparecido em 1974), de quem se tornou amigo. Trabalhou no jornal *A Classe Operária*, periódico clandestino editado pelo PCdoB, até o golpe militar de abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30 de dezembro de 1964, casou-se com Victória Grabois, em Araraquara (SP). Em seguida, mudaram-se para Guaratinga (MT). Lá, com Paulo Mendes Rodrigues (desaparecido no mesmo dia) e Osvaldão, tentaram organizar as forças guerrilheiras e a resistência à ditadu-



ra junto aos camponeses. Em 1965, foram obrigados a abandonar o trabalho por problemas de segurança. Em 1966, nasceu seu filho Igor. Nesse mesmo ano, viajou para a China, onde realizou treinamento de guerrilha.

Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior do país, inclusive em Porto Franco (MA) com João Carlos Haas Sobrinho (desaparecido em 1972), com quem se mudou mais tarde para a região de Caianos, localidade próxima ao rio Araguaia, no sudeste de Pará. Era conhecido como Pedro. Na guerrilha atuava na comissão militar e, posteriormente, foi comandante do Destacamento C com Dinalva Monteiro Teixeira, a *Dina* (desaparecida em julho de 1974).

Com Paulo M. Rodrigues e outros companheiros fundou o povoado de São João dos Perdidos, Distrito de Conceição do Araguaia (PA).

Em 1980, os familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia organizaram uma Caravana à região e estiveram no local buscando informações, sendo recebidos com honrarias e carinho, prova da estima que gozavam os guerrilheiros na região.



Guilherme Gomes Lund (*Luiz*)

Nasceu em 11 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), filho de João Carlos Lund e Júlia Gomes Lund. Desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha do Araguaia.

Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Colégio Santo Antônio Maria Zacaria, no Curso Vetor.

Em 1967, ingressou na Faculdade de Arquitetura da UFRJ, onde cursou até o segundo ano. Lá conheceu Ciro Flávio Salazar de Oliveira, que também desapareceu na guerrilha, em 30 de setembro de 1972. Atuou no movimento estudantil. Preso em 26 de junho de 1968, na famosa Passeata dos 100 mil, quando distribuía panfletos na avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Solto em 10 de julho, acabou condenado a seis meses de prisão, como revel.

Em 1969, foi residir em Porto Alegre (RS) e, em fevereiro de 1970, mudou-se para a localidade de Faveira, no Sudeste do Pará, próximo ao rio Araguaia, para participar do movimento guerrilheiro organizado pelo PCdoB.

Para Guilherme, a adaptação à vida no campo e na floresta foi dura, tudo era estranho e difícil. Graças à sua prática anterior em hipismo, dedicou-se com afinco ao ofício de tropeiro, sendo um dos melhores. Era também um excelente nadador. Ao iniciar-se a luta guerrilheira, Guilherme já era um excelente mateiro e caçador. Era um companheiro dedicado, sempre preocupado em ensinar aos menos experientes.

Na clandestinidade, manteve contato com os pais por meio de cartas, nas quais procurou explicar-lhes os motivos de sua opção política.

Era membro do Destacamento A – Helenira Resende, das Forças Guerrilheiras do Araguaia e, posteriormente, foi deslocado para o destacamento C.

Em 25 de dezembro de 1973, encontrava-se no acampamento guerrilheiro atacado pelo Exército. Nessa ocasião, estava doente, acometido pela malária.



Maurício Grabois (*Velho Mário*)

Nasceu em 2 de outubro de 1912, em Salvador (BA), filho do comerciante Agostim Grabois e de Dora Grabois, ambos judeus da Ucrânia (antiga Rússia). Desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e comandante da Guerrilha do Araguaia.

Maurício era casado com Alzira da Costa Reys, também militante comunista, e tiveram um casal de filhos: André Grabois, também desaparecido na Guerrilha do Araguaia, em 1973, e Victória Lavínia Grabois Olímpio.

Fez o curso primário em vários colégios em razão das inúmeras viagens e mudanças de seus pais. Em 1920, sua família regressou a Salvador, onde concluiu a escola primária. Em 1925, no Ginásio da Bahia, passou a se interessar por política, influenciado pelo diretor da escola, Bernardino José de Sousa. Também nessa época conheceu e tornou-se amigo de Carlos Marighella (assassinado em 1969), que freqüentava o mesmo colégio. Formou-se em 1929. No início do ano seguinte foi para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde passou a freqüentar o curso preparatório para a Escola Militar de Realengo, nela ingressando em 1931. Não chegou a concluir o curso por ter sido expulso da escola em 1933.

Ingressou na Escola de Agronomia, onde cursou até o 2º ano, abandonando definitivamente os estudos para dedicar-se à vida política.

No início da década de 1930, Grabois foi um dos primeiros organizadores do PCB nas Forças Armadas, quando aluno da Escola Militar. Logo após sua entrada para o PCB, passou também a atuar na Juventude Comunista e, em 1934, foi encarregado do setor nacional de agitação e propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Em 1935, Maurício Grabois integrou-se nas ações desenvolvidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), foi condenado à revelia, em um processo em Minas Gerais. No início de 1941, Grabois foi preso no Rio de Janeiro. Libertado no início de 1942, formou, ao lado de Amarílio Vasconcelos, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP).

Trabalhou na empresa de aviação Panair do Brasil e participou da fundação e da direção da Editora Horizonte, do PCB, com sede no Rio de Janeiro. Em maio de 1945 dirigiu o jornal *A Classe Operária*, função que manteria até 1949, quando o jornal foi fechado.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 para a Assembléia Nacional Constituinte, o PCB elegeu um senador e 14 deputados, entre os quais Grabois, pelo antigo Distrito Federal. Assumindo seu mandato em fevereiro de 1946, foi designado líder da bancada comunista. O período da legalidade do PCB chegou ao fim em 7 de maio de 1947, quando o TSE cancelou o seu registro e Grabois teve o seu mandato cassado.

Em conseqüência à repressão policial aos comunistas, a partir de 1948 Grabois passou a atuar na clandestinidade novamente.

Em agosto de 1957, rejeitou a política soviética de coexistência pacífica, explicitando suas divergências com a orientação do PCB. Em fevereiro de 1962, com João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Danielli e outros, organizou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), relançando o antigo nome e preservando o projeto político-partidário anterior ao XX Congresso do PCUS. Em março de 1962, foi relançado o jornal *A Classe Operária*, órgão central do PCdoB, dirigido por Grabois e Pomar.

Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, voltou a viver na clandestinidade. Por força do AI-2, de 27 de outubro de 1965, teve seus direitos políticos cassados. Foi condenado pela 2ª Auditoria do Exército – 1ª CJM nos processos nº 7.478 e nº 7.512 a dez anos e a dois anos de reclusão, respectivamente. Também foi condenado pela 1ª Auditoria a cinco anos de reclusão e, pela 2ª Auditoria, a dois anos.

Colaborou na elaboração da tática revolucionária do PCdoB, aprovada na VI Conferência Nacional, de junho de 1966, o mesmo acontecendo em relação a outros documentos básicos do partido, como os *Estatutos*; *Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil*; *Política e Métodos de Revolucionarização do Partido*; *50 anos de Lutas do PCdoBrasil* e *Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina*.

No fim de 1966, quando o PCdoB era influenciado pelo pensamento de Mao Tsé-tung, iniciou os preparativos de um movimento guerrilheiro visando à preparação da “guerra popular prolongada” na região próxima ao rio Araguaia, no Sudeste do Pará, onde passou a viver, estabelecendo-se na localidade de Faveira, em 1967.

Não obstante, desde a Revolução Cultural da China, onde esteve por duas vezes, fez sérias críticas ao que considerava erros de princípios desse movimento, e, a partir de 1970, criticou energicamente os desvios do PC da China, em particular a aproximação com os Estados Unidos.

Em abril de 1972, o Exército iniciou o combate ao núcleo guerrilheiro situado na região do rio Araguaia. As tropas enviadas, estimadas em cerca de 10 mil homens, eliminaram 59 guerrilheiros do PCdoB, entre os quais Maurício Grabois.

Com Ângelo Arroyo e Paulo Mendes Rodrigues, atuou na comissão militar, na preparação da luta revolucionária e na organização da resistência armada. Ali esteve desde os primeiros momentos convivendo com os moradores e camponeses explorados da região. Atuou com os combatentes da guerrilha e, paralelamente, participou da elaboração de documentos políticos e militares. Comandou as Forças Guerrilheiras do Araguaia, onde foi assassinado no Natal de 1973.

Maurício Grabois, conhecido como *Mário*, usou diversos outros nomes: *Abel*, *Freitas*, *Chico*, *Velho*, sempre atuando como um dirigente comunista dedicado ao partido e às idéias em que acreditava.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10 de outubro de 1982, diz que Maurício foi morto com um tiro de FAL na cabeça, que lhe arrancou o cérebro, e outro na perna, que provocou uma fratura exposta. A revista *IstoÉ*, de 4 de setembro de 1985, em entrevista com um pára-quedista que não quis se identificar, afirma que a foto publicada em 10 de outubro de 1982 no jornal *O Estado de S. Paulo* não é de Maurício Grabois, porque os corpos registrados não apresentam sinais de destruição da caixa craniana. Eles estão descalços e o grupo que foi morto em combate em 25 de dezembro de 1973 estava calçado. Afirmou ainda que os quatro mortos da foto estão com as pernas amarradas, sinal de que foram presos e torturados, e que Maurício e mais outros quatro foram mortos em combate, não tendo sido presos. Reconhece, no entanto, que a foto retrata guerrilheiros do Araguaia.

Em comentário na sua coluna de 17 de outubro de 1982, o jornalista Castello Branco, do *Jornal do Brasil*, afirmou que o general Hugo Abreu lhe dissera que Maurício Grabois estava enterrado na Serra das Andorinhas (PA).

Segundo o *Jornal do Brasil* de 23 e 24 de março de 1992, foram mortos no ataque de 25 de dezembro de 1973 Paulo Mendes Rodrigues, Guilherme Lund, Gilberto Olímpio Maria e Maurício Grabois, e que a operação militar contra o grupo foi comandada pelo major *Curió* (Sebastião de Moura Rodrigues).

Apesar dessas notícias, Grabois não foi dado oficialmente como morto, sendo considerado desaparecido. O último contato que teve com sua mulher ocorreu em janeiro de 1972.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa em 1993, faz referências à reportagem de *O Estado de S. Paulo* de 10 de outubro de 1982, concluindo que não há “*dados que confirmem essa versão*”, evidenciando a intenção de manter oculta a morte de Grabois da família e da sociedade, visto que, para “*uso interno*” dos órgãos de informação, sua morte já era conhecida pelo “*Inf. 965/82 do II Exército*”, encontrado nos arquivos do DOPS/SP, em 1992.

No relatório do Ministério da Marinha, também de 1993, consta que Maurício “[...] *foi morto em 25 de dezembro de 1973, em Xambioá*”.

De acordo com diversas fontes, em seu poder havia uma espécie de diário, onde ele anotou os principais fatos e as medidas adotadas na guerrilha, desde o seu início. Estas anotações são da maior importância, refletem as opiniões do comando em diferentes ocasiões. Com Maurício encontravam-se também cópias de todos os materiais editados, assim como os hinos, poesias, etc. Todo esse material foi apreendido pelas Forças Armadas e continua sob sigilo, apesar das solicitações de seus familiares e de decisão judicial de 2003, da juíza Solange Salgado, da 1ª Vara do Distrito Federal, que determinou a “*quebra de sigilo das informações militares relativas a todas as operações realizadas no combate à Guerrilha do Araguaia*” e que a

União deveria, no prazo de 120 dias, informar onde estão sepultados os restos mortais dos guerrilheiros mortos e realizar o traslado das ossadas para os locais determinados pelos familiares dos mortos. Na mesma sentença, a juíza determinou também que, em 120 dias, fossem apresentadas pela União:

as informações relativas à totalidade das operações militares relacionadas à Guerrilha, incluindo-se, entre outras, aquelas relativas aos enfrentamentos armados com guerrilheiros, à captura e detenção dos civis com vida, ao recolhimento de corpos de guerrilheiros mortos, aos procedimentos de identificação dos guerrilheiros [...], as informações relativas ao destino dado a esses corpos [...].

A União recorreu da decisão e até agosto de 2008 ela não havia sido cumprida¹⁰.

Paulo Mendes Rodrigues

Nasceu em 25 de setembro de 1931, em Cruz Alta (RS), filho de Francisco Alves Rodrigues e Otilia Mendes Rodrigues. Desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrou a Comissão Militar da Guerrilha do Araguaia e foi comandante do Destacamento C.

Militante comunista desde o início da década de 1960, participou da organização do PCdoB em 1962.

Era economista, mas, em decorrência das perseguições políticas, não pôde exercer por muito tempo a profissão. Paulo era membro do Comitê Central do PCdoB e, segundo documentos dos órgãos de segurança, teria realizado treinamento de guerrilha na China junto com outros militantes. Foi um dos primeiros a chegar à região de Caiano, no Sudeste do Pará. Tempos depois de assumir o comando do Destacamento C, Paulo integrou-se ao Destacamento da Guarda da Comissão Militar.

Em artigo intitulado “*Cabeças Cortadas do Povo da Mata*”, publicado no jornal *Movimento*, de 9 a 15 de julho de 1979, há o seguinte depoimento:

Que eu vi de vista, eles cortaram a cabeça do Osvaldão, do Joaquinzão e do Dr. Paulo, que era desses “papa-mickey” também. Teve outras que eles cortaram mas que eu não vi. Eu não conto porque eu não vi. Esses eu vi.

“Papa-mickey” era o código militar para indicar o “*povo da mata*” (P e M), como eram conhecidos os guerrilheiros.

Tanto o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10 de outubro de 1982, quanto as fichas entregues anonimamente ao jornal *O Globo* em 1996, fazem referência à morte de Paulo Henrique Milhomes e Paulo Mendes Milhomes, respectivamente, mas pesquisas da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e outras notícias de jornais confirmam tratar-se de Paulo Mendes Rodrigues.

Os desaparecimentos do Natal de 1973

O *Relatório Arroyo*, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, descreveu o massacre do Natal de 1973:

Quando já estavam a mais ou menos um quilômetro do acampamento, às 11 hs e 25 da manhã (25/12/73), ouviram cerrado tiroteio. Encontraram-se logo depois com Áurea [Áurea Elisa Pereira Valadão] e Peri [Pedro Alexandrino de Oliveira], que vinham apanhá-los para o acampamento. Os dois afirmaram que o tiroteio tinha sido no rumo do acampamento. Cinco minutos depois do tiroteio, dois helicópteros e um avião começaram a sobrevoar a área onde houvera o tiroteio, e continuaram durante todo o dia

10. Mais informações sobre essa sentença podem ser vistas na Introdução deste livro.

nessa operação. Dois helicópteros grandes fizeram duas viagens – da base do Mano Ferreira, a uns cinco ou seis quilômetros, até o local do tiroteio. Tinha-se a impressão de que ou estavam levando mais tropas ou retirando mortos e feridos do local. J. [Ângelo Arroyo] e seus companheiros (eram oito) afastaram-se do local mais ou menos um quilômetro. No dia seguinte, 26 [de dezembro], foram a uma referência para encontro, num local próximo. Aí encontraram os companheiros Osvaldo, Lia [Telma Regina Cordeiro Corrêa], Batista [Uirassu de Assis Batista] e Lauro [Custódio Saraiva].

Osvaldo informou o seguinte: que o grosso da força havia acampado dia 24, mas percebeu que estava perto da estrada. Dia 25, pela manhã, afastaram-se para uns cem metros de onde se achavam, designando alguns companheiros para limpar (camuflar) o local em que estiveram. Os membros da CM [Comissão Militar] e sua guarda ficaram num ponto mais alto do terreno, e os demais ficaram na parte de baixo. Na hora do tiroteio havia 15 companheiros no acampamento: Mário [Maurício Grabois], Paulo, Pedro [Gilberto Olímpio Maria], Joca [Líbero Giancarlo Castiglia], Tuca [Luiza Augusta Garlippe], Dina (com febre) [Dinalva Oliveira Teixeira], Luís (com febre) [Guilherme Gomes Lund], na parte alta; embaixo: Zeca [José Huberto Bronca], Lourival [Elmo Corrêa], Doca [Daniel Callado] e Raul [Antônio Teodoro de Castro] (estavam ralando coco babaçu para comer). Lia e Lauro faziam guarda. Osvaldo e Batista realizavam a camuflagem.

Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, veiculada em sua edição de 10 de outubro de 1982, publicou foto de alguns cadáveres, dois dos quais seriam de Gilberto Olímpio e de Maurício Grabois, que teriam sido mortos em 24 de dezembro de 1973¹¹, durante confronto com uma patrulha na região entre Marabá (PA) e Xambioá (GO, atual TO). De acordo com o texto, os corpos teriam sido enterrados no local, face às dificuldades de transporte no interior da selva:

Maurício Grabois não desapareceu – está morto. Grabois – ou Abel, Chico, Velho ou Velho Mário – foi morto num início de tarde chuvosa da véspera do Natal de 73, em confronto com uma patrulha do Exército, composta de três militares e dois mateiros, durante uma emboscada no interior da selva, entre Marabá e Xambioá. Aos 61 anos, Grabois foi morto atingido por balas de fuzil FAL, ao lado de três companheiros da Comissão Militar da Força Guerrilheira do Araguaia – Forga ou Fogueira [...]. Eram eles: Gilberto Olímpio Maria (Pedro Gil), Paulo Henrique Milhomens e Guilherme Lund (Luiz). Gilberto era genro de Grabois, que também perdeu um filho na guerrilha, André (Zé Carlos).

E acrescenta:

Um militar que combateu em Xambioá, detentor de vigorosa folha de serviços prestados no combate à subversão, principalmente à guerrilha rural, dá o seu testemunho sobre a morte de Maurício Grabois e seus três companheiros, na véspera do Natal de 73:

– Eles emboscaram uma patrulha do Exército, que era composta de cinco homens, sendo três militares e dois mateiros. Estavam armados de revólveres calibre 38, espingardas de caça e armas brancas improvisadas. O confronto ocorreu entre Marabá e Xambioá, à margem esquerda do Araguaia. Era aproximadamente meio-dia. Eles estavam reunidos em discussão, quando a patrulha foi pressentida e sua aproximação avisada pelos seus vigias. Embora a patrulha fosse constituída de pequeno número, era de gente altamente qualificada e ainda contava com reforço de elementos locais que serviam de batedores, de guias, recrutados na população, voluntariamente.

O combatente faz pequena pausa, retira-se e apanha slides em seu arquivo, em meio a outros documentos e apontamentos sobre a guerrilha do Araguaia. Levanta os slides contra a luz que atravessa a vidraça da janela, separa um deles e retoma a narrativa:

– Aqui está a prova: os quatro caíram no mesmo choque contra a patrulha. Morreram sob o impacto de fuzis automáticos FAL. [...]

– Foram os próprios mateiros que imediatamente identificaram os mortos. Mais tarde, Grabois foi reconhecido com a ajuda de um álbum de fotografias de terroristas procura-

11. Alguns jornais citam dia 24 e, outros, 25 de dezembro.

dos. Eles foram sepultados no mesmo local, com os nomes falsos, os codinomes como eram conhecidos na região da guerrilha. As próprias condições locais da floresta densa, sem vias de comunicação, a alta temperatura e umidade faziam com que os corpos se decompussem com rapidez, o que impedia a remoção para áreas mais distantes. Nunca soube dessa história de que os restos mortais desses terroristas foram desenterrados para cremação dos esqueletos.

Curió (Sebastião de Moura Rodrigues), em reportagem do SBT, em julho de 1996, faz referência a um combate com dez guerrilheiros, no começo da 3ª Campanha, na localidade de Some Home, quando quatro deles morreram. Pode ser o combate de 24 ou 25 de dezembro de 1973. O local pode ser o descrito por Osvaldão, no *Relatório Arroyo*, pois Some Home fica a cerca de seis quilômetros da Fazenda Consolação e quatro quilômetros distante do rio Saranzal. Pode ser que alguns tenham sido presos, outros escaparam e, provavelmente, quatro tenham sido mortos no local.

O *Jornal do Brasil*, de 24 de março de 1992, diz:

Maurício Grabois [...], foi morto doente, praticamente estava cego, no dia de Natal de 1973. Em seu acampamento militar montado em plena selva amazônica na localidade Grotão dos Macacos [...]. Os documentos secretos produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) descrevem a ação militar. O Exército conseguiu localizar Grabois depois de obter informações através da prisão de um dos guerrilheiros.

O ataque ao acampamento de Grabois no dia de Natal foi, talvez, a maior vitória militar das Forças Armadas durante a guerra suja do Araguaia: uma patrulha com 15 soldados armados com metralhadoras e fuzis, liderada pelo capitão Sebastião de Moura Rodrigues, o Curió, do Centro de Informações do Exército (CIE), conseguiu descobrir o local que Maurício Grabois havia escolhido [...]. O ataque somente não alcançou maior êxito porque, segundo relato de um militar que participou da operação, um dos soldados assustou-se com uma cobra surucucu pico-de-jaca, fez barulho e despertou atenção dos guerrilheiros. Mesmo assim, o objetivo da expedição foi alcançado. Centenas de tiros de metralhadoras e fuzis foram disparados contra os guerrilheiros no meio da floresta. [...] No ataque morreram ainda Paulo Mendes Rodrigues, chefe da Coluna B da guerrilha; Gilberto Olímpio, técnico industrial, casado com a filha de Grabois, e Guilherme Gomes Lund, estudante de arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na clandestinidade desde 1968. [...]

O oficial que presenciou a morte de Grabois, porém, garante que houve somente quatro mortes no ataque do dia de Natal de 73.

A morte de Gilberto Olímpio, segundo Victória Grabois, foi reconhecida pela juíza da 4ª Vara de Sucessão e Órfãos do Rio de Janeiro a partir da solicitação de um atestado de ausência feita por ela com base na Lei da Anistia, de 1979. Na sentença, a juíza reconhece a morte de Gilberto no dia 25 de dezembro de 1973 com base em foto publicada no jornal O Estado de S. Paulo, onde aparece o corpo de Gilberto ao lado de Maurício Grabois e, também, respaldada no depoimento prestado por ex-guerrilheiros do Araguaia. [...]

Segundo Elio Gaspari no livro *A Ditadura Escancarada*:

Na manhã do Natal de 1973, uma das patrulhas estava na região da Palestina. O acaso fez com que uma tropa que pretendia interceptar a marcha de uma coluna de guerrilheiros acabasse passando pelo seu ponto de destino, o morrote onde estava a comissão militar. Maurício Grabois, o Mário, pode ter sido o primeiro guerrilheiro a morrer. A narrativa de um oficial que se encontrava na região, mas não presenciou o choque, informa que ele estava sentado numa trilha quando, para surpresa mútua, um tenente viu-o à sua frente. Grabois tinha um revólver 38 e o oficial, uma submetralhadora. As duas armas travaram, mas o tenente teve a segunda chance. Há ainda duas outras versões. Numa, ele foi surpreendido enquanto comia. Na outra, foi morto em combate. Nesse choque morreram mais quatro guerrilheiros, entre eles seu genro Pedro. Grabois guardava consigo o arquivo da guerra. Desde o seu diário de campanha, até a coleção de panfletos, hinos e poemas dos combatentes. Ao tiroteio seguiu-se uma revoada de aviões e helicóp-

teros que por todo o dia desembarcaram tropas e levaram para Marabá o que acharam. Tanto cadáveres como mochilas e objetos pessoais.

Reportagem da revista *IstoÉ*, de 4 de setembro de 1985, intitulada “*Novidades do Front*”, assinada pelo jornalista Raymundo Costa, diz:

Sobre cada combate existe um relatório e ampla documentação, que foi toda encaminhada ao Centro de Informação do Exército (CIE). Esse foi o destino dado ao material recolhido do embate no qual foi morto o ex-deputado e antigo líder comunista Maurício Grabois, que era chefe da guerrilha. Segundo um dos militares que participaram do combate, Grabois e outros quatro guerrilheiros foram emboscados na manhã de 25 de dezembro de 1973. Um deles escapou, mas os outros quatro tombaram em poucos minutos de tiroteio. Grabois recebeu um tiro de fuzil FAL de baixo para cima, que penetrou no queixo e rompeu a massa encefálica ao sair. Em seu poder foi encontrado um detalhado diário das atividades guerrilheiras.

O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que:

[...] em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, veiculada em sua edição de 10/10/82, publicou foto de alguns cadáveres, dois dos quais seria o do nominado [Gilberto Olímpio Maria] e o de Maurício Grabois, que teriam sido mortos em 24/12/73, durante confronto com uma patrulha na região entre Marabá (PA) e Xambioá (GO). De acordo com o texto, os corpos teriam sido enterrados no local, face às dificuldades de transporte no interior da selva.

Relatório do Ministério da Marinha, da mesma época, diz que Gilberto Olímpio Maria, Guilherme Gomes Lund e Maurício Grabois foram mortos em 25 de dezembro de 1973.

O relatório do Ministério da Aeronáutica não faz referência a essas mortes.

De acordo com as fichas entregues anonimamente ao jornal *O Globo*, Paulo Mendes Rodrigues foi morto em 25 de dezembro de 1973 e usava o nome falso de Paulo Milhomens. Na matéria de *O Estado de S. Paulo*, referida pelo relatório do Ministério do Exército, há menção à morte de Paulo Milhomens.

Em homenagem a eles, as cidades de São Paulo (SP) e Campinas (SP) deram seus nomes a ruas.

A cidade do Rio de Janeiro também homenageou Maurício Grabois, Gilberto Olímpio e Guilherme Gomes Lund, dando os seus nomes a ruas no bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Os nomes dos quatro militantes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, os casos de Gilberto, Guilherme, Maurício e Paulo foram protocolados com os números 242/96, 153/96, 154/96, 131/96, respectivamente.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

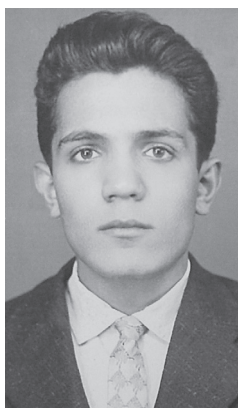
Arquivos do IEVE/SP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Casos 242/96, de Gilberto; 153/96, de Guilherme; 154/96, de Maurício; e 131/96, de Paulo, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 448-449.



Líbero Giancarlo Castiglia (Joca)

Nasceu em 4 de julho de 1944, na Comuna de San Lucido, Província de Cozenza, na Itália, filho de Luigi Castiglia e de Elena Gibertini Castiglia. Desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante da comissão militar da Guerrilha do Araguaia.

Veio para o Brasil com a mãe e mais os três irmãos em 1955. Tinha, então, 11 anos de idade. Seu pai havia chegado em 1949 e era pedreiro. Moraram em Bonsucesso e em Ramos, no Rio de Janeiro (RJ). Sua mãe, Elena, era filiada ao Partido Comunista Italiano e seu pai, Luigi, ao Partido Socialista.

Líbero, ainda muito jovem, ingressou no Partido Comunista. Fez o curso de torneiro-mecânico e trabalhava como operário metalúrgico no Rio de Janeiro. Tornou-se amigo de André Grabois (também desaparecido em 1973) desde a adolescência. Em 1963, com André Grabois, pichou a Pedra da Gávea com o nome “Fidel”, em uma homenagem à revolução cubana e a seu líder.

Após o golpe de Estado de 1964, foi obrigado a viver na clandestinidade em consequência de sua militância política.

Em meados de 1966, André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Carlos Haas Sobrinho e Líbero Giancarlo Castiglia viajaram para a China e na escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, tiveram os seus passaportes retidos por várias horas, sem nenhum esclarecimento. Mais de um ano depois, com a publicação de uma matéria no jornal *Folha de S. Paulo*, em 21 de novembro de 1968, com o título “*China Prepara Brasileiros para Fazerem Guerrilha em Nosso País*”, do jornalista Edson Flosi, foi possível saber que seus passaportes haviam sido retidos pela CIA (serviço de inteligência dos Estados Unidos da América). Segundo a reportagem, as informações sobre o trajeto dos militantes que se dirigiam à China foram passadas à polícia depois da prisão de Tarzan de Castro e Gerson Alves Parreira, em setembro de 1966. Líbero realizou cursos de capacitação política e militar na China e na Albânia.

Retornou clandestinamente ao Brasil e residiu em Rondonópolis (MT). Chegou à região do rio Araguaia, no Sudeste do Pará, durante o Natal de 1967, com Maurício Grabois e Elza Monnerat, estabelecendo-se como comerciante na localidade de Faveira. Cuidava da roça e também tinha um pequeno barco a motor.

Adotou o codinome João Bispo Ferreira da Silva, mas era conhecido como “*Joca*”. Era muito estimado pelos companheiros e pelos moradores da região, sendo, por isso mesmo, escolhido como padrinho de várias crianças. Era sempre o primeiro a se levantar e o último a se deitar. Muito solidário, estava sempre disposto a ajudar os companheiros a cumprir as tarefas mais difíceis. Gostava de ouvir música clássica e noticiários, ficando, às vezes, até altas horas da madrugada ouvindo notícias de emissoras de rádio do exterior. Desde o início, quando foram constituídos os destacamentos da guerrilha, passou a fazer parte da comissão militar.

Nenhum dos três relatórios dos ministérios militares entregues ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, faz menção a Líbero. Algumas matérias jornalísticas fazem referência à morte de Grabois e mais quatro combatentes, mas citam apenas Gilberto Olímpio Maria, Guilherme Gomes Lund e Paulo Mendes Rodrigues. Em todas as pesquisas feitas na região, não surgiu nenhuma referência à presença de Líbero ou “*Joca*”, após o dia 25 de dezembro de 1973.

Sua mãe, em 1970, voltou para San Lucido, na Itália. Mas ainda tem esperança de que o Estado brasileiro lhe dará informações e esclarecimentos sobre o que aconteceu com seu filho. A revista *IstoÉ*, de 7 de fevereiro de 2007, em matéria de Hugo Marques, reproduz a luta da mãe de Giancarlo, que está com 90 anos: “*Nossa família está pedindo ao governo da Itália que peça ao governo brasileiro notícias sobre esse cidadão italiano. [...] O meu filho é uma pessoa que só queria um Brasil melhor, liberdade e igualdade*”. Mais adiante, ela fez um apelo direto ao presidente da República do Brasil: “*Lula foi um companheiro que sofreu muito também. [...] Ele só tem que lembrar de sua história passada*”.

E o jornalista conclui:

O caso Castiglia tem potencial para trazer muitos problemas para o Exército. O corpo de Líbero Giancarlo é a prova material necessária que pode levar os italianos a exigir o julgamento na Corte Internacional de Justiça, em Haia, dos militares brasileiros responsáveis por sua morte. A mãe Elena acaba de escrever para o presidente da Itália, Giorgio Napolitano, exigindo que pressione o governo brasileiro pelos restos mortais do filho. Só os militares sabem onde está.

Em março de 2007, a SEDH da Presidência da República colheu amostra de sangue e unhas da mãe de Líbero para compor o acervo do Banco de DNA de familiares de mortos e desaparecidos políticos do Brasil. Ruas das cidades de São Paulo (SP) e Campinas (SP) receberam seu nome como forma de homenageá-lo.

O seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 252/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

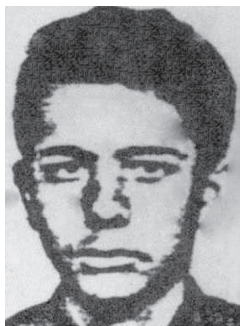
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Caso 252/96, na CEMDP.



Paulo Roberto Pereira Marques (Amauri)

Nasceu em 14 de maio de 1949, em Pains (MG), filho de Sílvio Marques Camelo e de Maria Leonor Pereira Marques. Desaparecido em dezembro de 1973. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Aos 15 anos de idade, transferiu-se para Acesita (MG), onde estudou por algum tempo e morou na casa de uma tia, mudando-se depois para Belo Horizonte (MG), onde concluiu o 2º grau (atual ensino médio), no Colégio Lúcio dos Santos. Ingressou, em seguida, no curso pré-vestibular Pitágoras, preparando-se para o vestibular de química. Era funcionário do Banco de Minas Gerais e participou ativamente da greve dos bancários de 1968, razão pela qual foi indiciado na Lei de Segurança Nacional.

Participava também do trabalho comunitário na Igreja de Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Perseguido pela repressão política, passou a viver na clandestinidade, mudando-se para Itapetinga, no interior da Bahia, e depois para o Rio de Janeiro (RJ).

Tocava violão, cantava e compunha canções, o que contribuiu para aumentar sua popularidade entre os companheiros.

Em 1969, foi viver no lugar denominado Palestina, no Sudeste do Pará, próximo ao rio Araguaia, onde montou uma pequena farmácia com o companheiro Ciro Flávio Salazar Oliveira, tornando-se, em pouco tempo, bastante conhecido na região.

Na última carta enviada à família, em 1972, pedia que não se preocupassem com ele, pois não estava fazendo nada de errado, apenas lutava para mudar o país para que todos tivessem uma vida melhor. Sabendo que a mãe, Leonor, gostava muito das músicas de Chico Buarque, dizia em suas cartas que, ao ouvir “*Apesar de Você*”, se lembrava dela.

Filho amoroso e preocupado com os irmãos menores, pedia à irmã mais velha, Maria de Fátima, que cuidasse bem dos irmãos, já que ele não poderia fazê-lo, pois estava ausente.

No livro *A Guerrilha do Araguaia*, da Editora Alfa Ômega, consta o seguinte depoimento a respeito do trabalho de Paulo Roberto, conhecido na região como *Amauri*:

Amauri salvou muitas crianças. Quando eles saíram de lá, se estima que em menos de um ano faleceram mais de 100 crianças. Ele também salvou muitas mães de família, porque na região da Palestina se estima que mais ou menos 20% das mulheres morrem no primeiro parto ou resguardo – descalcificação, falta de vitaminas, todas essas coisas; então o Amauri salvou muita gente passando as noites nas cabeceiras.

Ele era muito silencioso. Flávio era mais expansivo, mais alegre; então foi compadre de muita gente, e quando os militares chegaram lá, teve um rapaz que deu o nome de todos os compadres – foram os primeiros presos e os primeiros torturados.

Paulo Roberto está desaparecido desde o ataque à comissão militar ocorrido no dia 25 de dezembro de 1973. A família, apesar das buscas, nunca mais teve notícias de Paulinho, como era chamado pelos familiares.

Sua irmã, Maria de Fátima Marques Macedo, assim falou sobre seu desaparecimento:

Na ocasião da Anistia, nós, familiares de Paulo Roberto, tivemos a oportunidade de conversar com José Genoíno Neto que, ao ser anistiado, veio a Belo Horizonte para um encontro com políticos e familiares dos desaparecidos do Araguaia.

Sabendo que familiares de Amauri (codinome de meu irmão) estavam presentes, veio ao nosso encontro. Foi a única vez, depois de 25 anos, [sic] que estivemos próximos a ele, através das palavras de José Genoíno, que nos dizia coisas tão familiares e conhecidas sobre sua pessoa. Foi nosso único elo, até então.

Espero chegarmos, um dia, a esclarecer sobre o paradeiro de todos os guerrilheiros que [...] tiveram a coragem de entrar em uma luta, movidos por um ideal [...]. Tiveram muita coragem. Isto precisa ser reconhecido.

Segundo o *Relatório Arroyo*, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974:

Foi com Walquíria ao local onde Vandick e Dinaelza haviam ido buscar Raul [Antônio Teodoro de Castro], Lourival [Elmo Corrêa] e Zezinho, que já haviam chegado (isto é, perto do local do tiroteio do dia 17/12/73). Deveriam retornar no dia 28 ao local onde houve tiroteio no dia 25/12. Desaparecidos desde então.

Nos relatórios dos ministérios militares encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, não existem registros sobre Paulo Roberto.

Nos arquivos do DOPS/SP, foram encontradas informações sobre sua militância, mas não fazem referência às atividades da Guerrilha do Araguaia, nem à sua morte.

O relatório intitulado *Manobra Araguaia/72*, de novembro de 1972, no item “*Ações não confirmadas*”, afirma que ele teria sido morto, com outro companheiro, pelas forças da repressão à guerrilha em “*14 ou 15/09/72*”. Tal afirmação é diferente da informação registrada no *Relatório Arroyo*, o qual informou que ele estava vivo em dezembro de 1973.

Paulo Roberto foi citado como morto na série de reportagens de Fernando Portela publicadas no *Jornal da Tarde* de 13 a 20 de janeiro de 1979, com o nome de *Amauri*.

Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte e Campinas (SP) deram seu nome a ruas situadas no bairro Braúnas e Vila Esperança, respectivamente.

O seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 159/96.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 159/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Joaquinzão

Desaparecido em 1973.

Camponês. Morto em combate na Guerrilha do Araguaia.

Pouco se sabe a seu respeito. Em depoimento prestado ao jornal *Movimento*, publicado no artigo intitulado “*Cabeças Cortadas do Povo da Mata*”, de 9 a 15 de julho de 1979, um guia do Exército afirmou:

Vi cortar a cabeça de Joaquinzão. Esse era um moço forte. Foi uma morte muito feia. Eu achava tudo muito feio e tinha pena, mas não podia falar nada porque eles fazia [sic] fogo quando topava com a trilha deles. Fazia fogo. Quem escapava, escapava, quem morria, morria. Não era dizer que só fazia fogo de pontaria. Era emparelhar com os paus e aí ia roçando tudo o que era mato. Aí o Joaquinzão estava nesse dia com a turma de 5 parceiros, 5 “papa-mickey”. Teve 5 minutos de fogo. Quando terminou nós fomos chegando pra lá, se arrastando na folha, aí nós enxergamos ele. Aí o sargento disse: “Esse aí é que é o Joaquinzão”. E mostrou o retrato pra todo mundo, pros soldados, pros mateiros e pro guia. Aí procurou por mim, se eu conhecia. Eu disse: “Não senhor, não conhecia”. Ele disse: “É, você conhece, você está ‘punindo’ por eles”. “Não senhor, não conhecia”. Aí ele parou de conversar e foi tirando a faca pra cortar a cabeça do Joaquinzão. Tirou a cabeça, botou num saco de estopa e de tardezinha o “sapão” [helicóptero] veio pegar. Eles botavam a cabeça dentro de uma caixa e aí subia com ela para o “sapão”, que levava para o comando em Xambioá. Não sei o que eles faziam com ela. [...] Que eu vi de vista, eles cortaram a cabeça do Osvaldão, do Joaquinzão e do Dr. Paulo, que era desses “papa-mickey” também. Teve outras que eles cortaram, mas que eu não vi. Eu não conto porque eu não vi. Esses eu vi.

Em 2001, Valdemar Cruz Moura declarou em depoimento prestado ao MPF, que:

[...] no dia 18 de junho de 1973 o seu pai, Joaquim de Souza Moura, conhecido por Joaquinzão, saiu para trabalhar, como de costume, e não mais retornou para a sua casa; que a partir desse dia nunca mais viu o seu pai; que a família por muito tempo procurou em saber o que tinha acontecido; que não conheceu nenhum guerrilheiro, nem nunca foram na sua casa; que o Exército chegou a ir várias vezes em sua casa, para fazer indagações sobre o “pessoal da mata”, mas o seu pai sempre respondia que não os conhecia;

Documentos consultados:

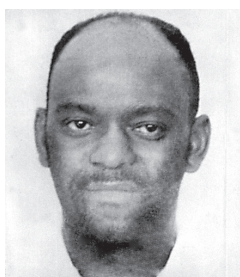
www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

que acredita que o seu pai foi morto pelo Exército porque o seu nome consta do cartaz com os nomes das vítimas da guerrilha; que seu pai era uma pessoa muito conhecida da região; que naquela época fizeram várias tentativas junto ao Batalhão do Exército para tentar descobrir o que acontecera, mas nunca obtiveram informações sobre o ocorrido; que com o desaparecimento de seu pai, a família abandonou as terras, a casa e tudo o que tinham (porco, galinha, ovelhas, etc.) e foram embora para Araguaína, porque sua mãe ficou nervosa e não quis mais ficar na região; que sua mãe faleceu cerca de 6 (seis) meses após o desaparecimento de seu pai; que acredita que seu pai está sepultado entre a Praia da Colher e Xambioá.

Não foi possível confirmar se essa pessoa seria o mesmo Joaquinão citado como morto. Seu nome também consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, apenas como Joaquinão.



Edmur Péricles Camargo (Gauchão)

Nasceu em 4 de novembro de 1914, em São Paulo (SP), filho de Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça. Desaparecido provavelmente em 1º de dezembro de 1973. Dirigente da organização Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G).

Era jornalista. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1944. A partir de 1946, passou a trabalhar no Sindicato dos Armadores, no Rio de Janeiro e, em 1952, trabalhou como jornalista n'A *Tribuna Gaúcha*, órgão de imprensa do PCB, em Porto Alegre (RS).

Entre 1951 e 1953, esteve envolvido na Revolta de Porecatu, importante momento da luta pela reforma agrária no Brasil, marcado por choques armados e cidades ocupadas no Sudoeste do Paraná.

Com o golpe de Estado de 1964, refugiou-se no Uruguai. Voltou para o Brasil em 1967. Acompanhou Carlos Marighella, quando ocorreu a cisão com o PCB, constituindo o Agrupamento Comunista de São Paulo e, em seguida, ingressando na ALN.

Mais tarde, em razão de divergências com Marighella, desligou-se da ALN. Em abril de 1969, Edmur foi para Porto Alegre (RS), onde organizou o grupo clandestino M3G e manteve contatos com a VAR-Palmares.

Foi preso e banido do país, em janeiro de 1971, após o seqüestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, quando 70 presos políticos foram trocados pelo diplomata. Foi para o Chile com os demais banidos, onde permaneceu até o golpe que derrubou Salvador Allende, em setembro de 1973. Refugiou-se na Argentina, de onde tentou voltar ao Brasil. E, desde então, não foi mais visto.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, cuja declaração de número 6.009 não foi formalizada posteriormente e apenas registra que Edmur teria sido seqüestrado em 1º de dezembro de 1973.

No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, há a seguinte informação a seu respeito: "*Jun.175, preso por autoridades brasileiras e argentinas quando seu avião fez pouso em Buenos Aires, em viagem do Chile para o Uruguai*".

Matéria divulgada em 24 de julho de 2007 pelo *Correio Braziliense*, referindo-se a documentos produzidos pelo serviço de informações do Itamaraty, afirma que o desaparecimento de Edmur ocorreu em 1971, conforme o texto a seguir:

O episódio do desaparecimento de Edmur Péricles Camargo é um exemplo da perseguição política e cooperação sistemática internacional iniciada pela ditadura brasileira. [...] Em junho de 1971, Péricles Camargo deixou Santiago do Chile com destino a

Buenos Aires para um tratamento ocular – as torturas a que fora submetido nos porões do DOPS de São Paulo teriam comprometido sua visão.

Desembarcou no aeroporto internacional de Ezeiza, onde foi detido numa operação entre autoridades policiais brasileiras e argentinas, com base nas informações do CIE e o apoio de informantes infiltrados na companhia aérea LAN-Chile. O desaparecimento de Gauchão foi oficialmente registrado como ocorrido em 1975, apenas quatro anos depois. Edmur viajava com o nome falso de Henrique Vilaça. Seu paradeiro permanece desconhecido.

Em 24 de março de 2004, a revista *IstoÉ* publicou reportagem de Amaury Ribeiro Jr., baseada em documento encontrado nos pertences do general Antônio Bandeira, que comandou as Forças Armadas até o fim da II Campanha contra a Guerrilha do Araguaia, no qual foi revelado o conteúdo de uma reunião entre os generais Ernesto e Orlando Geisel e o então presidente da República, general Emílio G. Médici, da qual Bandeira também participou. Na reunião, ocorrida em maio de 1973, discutiu-se as diretrizes da repressão política: “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”.

De acordo com o depoimento cedido à *IstoÉ* por um general que atuou na área de informações e era ligado ao presidente Geisel: “Em 1973 concluímos que ou a gente matava todo mundo ou essas guerrilhas nunca mais teriam fim”. De acordo com a reportagem:

Surgiram dois grupos ultra-secretos – um no CIE de Brasília e outro no DOI-CODI/SP –, formados por menos de dez pessoas. Estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975.

O CIE encarregou-se da repressão à Guerrilha do Araguaia e dos militantes perseguidos pelos órgãos de repressão política do Cone Sul. O ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto Dias, em entrevista na matéria “*Os matadores*”, na mesma edição da revista, divulgou os nomes de alguns dos envolvidos no extermínio. Os responsáveis pelas ações do CIE foram os coronéis Paulo Malhões (*Dr. Pablo*) e José Brant Teixeira (*Dr. César*). Malhões era ligado à Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia política chilena, e ganhou o codinome “*Pablo*” quando participou dos interrogatórios no Estádio Nacional de Santiago, após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95, mas seus familiares não enviaram requerimento à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Arquivos da CONADEP, Buenos Aires, Argentina.

As denúncias na Organização dos Estados Americanos



Panfletos e cartazes dos anos 1970, em espanhol, italiano e francês, denunciam a repressão e as torturas no Brasil.

As campanhas de divulgação das denúncias de tortura no país e no exterior foram fundamentais para a luta dos familiares de mortos e desaparecidos e da resistência à ditadura. Em 1970, a Comissão Interamericana de Defesa de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) encaminhou várias denúncias de tortura ao governo brasileiro. À OEA foi negada a autorização para investigar indícios de tortura no país.

A comissão apreciou oito denúncias de violações de direitos humanos que ocorreram entre 1968 e 1974, que resultaram em morte ou desaparecimento de opositores políticos. Na época, o Brasil não era signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos¹ e essas ações se fundamentaram na *Declaração de Direitos e Deveres do Homem*. Em 1970, foram encaminhadas à CIDH 40 comunicações referentes a nove casos, sendo oito de mortos e/ou desaparecidos políticos (Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, Olavo Hansen, padre Antônio Henrique Pereira Neto, Paulo Stuart Wright e Joaquim Alencar de Seixas). No caso em favor da família de Olavo Hansen, solicitava-se a investigação sobre seu assassinato na prisão, mas o governo negou o pedido. A comissão recomendou em resolução que os responsáveis pela morte de Hansen, decorrente de tortura, fossem levados à justiça e que sua família fosse indenizada.

A detenção arbitrária, tortura e assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto em maio de 1969, no Recife, foram denunciados em petição de junho de 1970. A Comissão Interamericana, por maioria de votos, recomendou ao governo do Brasil que investigasse as denúncias e solicitou informações sobre os resultados e a punição dos responsáveis, em maio de 1972. O governo, novamente, opôs resistência a qualquer investigação das responsabilidades, insistindo que não

havia nenhuma violação dos direitos humanos no país e que as bases da presunção dessas violações eram frágeis e insuficientes. A partir de então, a comissão decidiu publicar no seu relatório anual recomendações endereçadas ao governo brasileiro, reiterando que havia indícios de práticas de tortura no país e que o Brasil se recusava a adotar as medidas recomendadas. Essa resolução foi aprovada na sua 31ª sessão

e comunicada ao Brasil em janeiro de 1974.

Outros casos foram submetidos à Comissão Interamericana, destacando-se o de número 1.788, no qual foram denunciados 104 assassinatos, encaminhado em outubro de 1973. Entre outros, denunciava a prisão de Ivan Akselrud Seixas e o assassinato de seu pai, Joaquim Alencar de Seixas, em 1971. O caso nº 1.789, de 30 de outubro de 1973, pediu a investigação do desaparecimento de Paulo Stuart Wright. O caso 1.844, de 15 de junho de 1974, solicitou a investigação do desaparecimento de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho. Somente em dezembro de 1975, o governo brasileiro respondeu às solicitações da Comissão Interamericana definindo como “inverídica” a denúncia de prisão dos dois desaparecidos. Segundo o governo, Eduardo Collier Filho tinha um mandado de prisão e encontrava-se foragido, e Fernando era procurado sem ter processo, mas estava clandestino. A correspondência de seus familiares com a OEA ocorreu entre junho de 1974 e agosto de 1984, mas a ação não teve maiores desdobramentos no sentido de auxiliar a publicidade das violações de direitos humanos e garantir a proteção desses direitos, gerando apenas um discreto constrangimento político e moral ao Estado brasileiro. Estranhamente, a Comissão Interamericana passou a não publicar em seu relatório anual as conclusões e recomendações a respeito dessas denúncias.

Entre 1974 e 1976, comunicações apresentadas à ONU sobre as violações de direitos humanos no Brasil foram objeto de consideração nos procedimentos confidenciais da instituição.

Desde 1996, os familiares dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia aguardam o julgamento de uma petição que tramita na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. ■

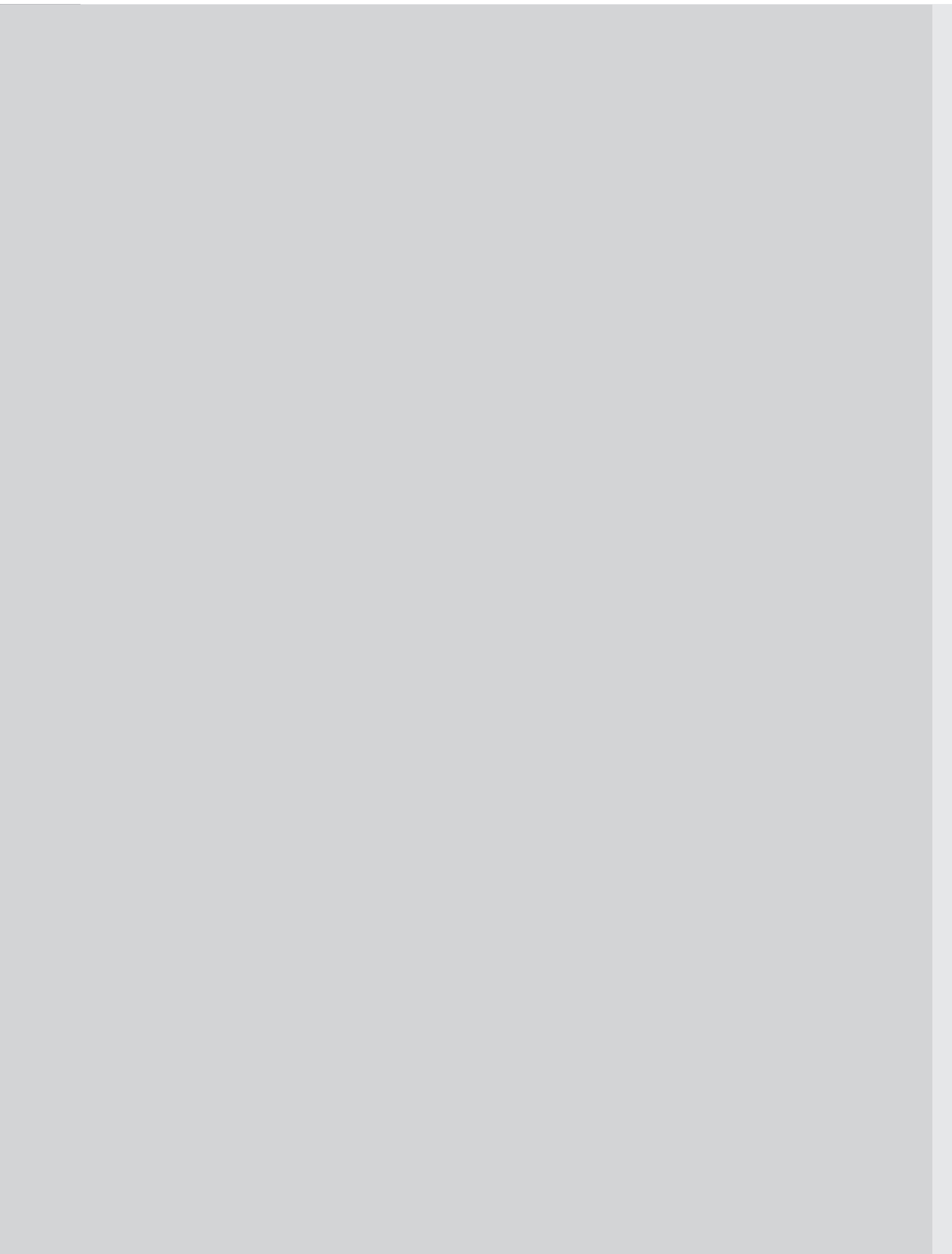
1 O Estado brasileiro ratificou sua adesão a essa convenção pelo decreto 678, de 6 de novembro de 1992.

1 9 7 4



Capas do jornal *Opinião* e da revista *Veja* repercutem a vitória do MDB nas eleições legislativas de novembro de 1974.

Reprodução



Desaparecidos na base militar de Bacaba, São Domingos do Araguaia (PA)

Nelson Lima Piauhy Dourado (*Nelito*)



Nasceu a 3 de maio de 1941, em Jacobina (BA), filho de Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado. Desaparecido em 2 de janeiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Fez curso primário e ginásial em Barreiras (BA), na Escola de Dona Jovinha e no Colégio Padre Vieira, respectivamente. Foi para Salvador (BA), onde fez o curso científico (atual ensino médio) nos colégios Bahia e Ipiranga.

Funcionário da Petrobras, trabalhou na Refinaria Landulfo Alves em Mataripe (BA). Filiou-se ao Sindicato dos Petroleiros e desenvolveu intensa atividade sindical.

Com o golpe militar de 1964, foi preso e demitido do emprego. Por algum tempo, trabalhou como motorista de táxi, passando a atuar no eixo Rio–São Paulo. Sempre visitava seus pais em Barreiras.

Após o golpe, passou a viver na clandestinidade, viajou para a China em 1966, onde realizou treinamento de guerrilha. Voltou ao Brasil e morou em várias cidades de Goiás, teve uma farmácia em Augustinópolis, atual estado de Tocantins. Posteriormente, foi residir na localidade de Metade, no Sudeste do Pará, próximo ao rio Araguaia, onde era conhecido como *Nelito*. Aí conheceu Jana Moroni Barroso (desaparecida em 8 de fevereiro de 1974), com quem se casou em 1971.

Pedro Carretel

Camponês que se incorporou à Guerrilha do Araguaia, integrando o Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia. Desaparecido, provavelmente em 2 de janeiro de 1974.

Estava com Maria Célia Corrêa e Jana Moroni Barroso no tiroteio com as Forças Armadas em que Nelson Lima Piauhy Dourado teria sido morto.

Esteve preso com Joana Almeida Vieira, esposa de Luiz Vieira, outro camponês que se incorporou à Guerrilha do Araguaia e também foi assassinado em 1974. Foi visto pela última vez quando lhe tiraram da cela dizendo que seria levado para Brasília (DF), no início de 1974.

Os desaparecimentos

Nelito foi morto em combate em 2 de janeiro de 1974 e, nessa ocasião, Pedro *Carretel* foi preso.

No mesmo ano, agentes do DOPS de Salvador invadiram a casa dos irmãos de Nelson, apoderando-se de uma carta em que os seus companheiros de guerrilha informavam sua morte, procurando assim não deixar qualquer prova da existência de combates na região da Guerrilha do Araguaia. Seu irmão, José Lima Piauhy Dourado, também é um dos guerrilheiros desaparecidos na guerrilha, em 24 de janeiro de 1974.

Sua mãe veio a falecer nesse mesmo ano, 1974, ao saber da morte de seus filhos.

O *Relatório Arroyo*, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, descreveu a morte de *Nelito* e o desaparecimento de *Carretel*:

Dia 30 pela manhã, os cinco grupos tomaram seus destinos... No dia 2 de janeiro, ouviu-se ruído de metralhadora para o rumo em que seguia Nelito [Nelson Lima Piauhy Dourado]... No dia 18, J. [Ângelo Arroyo], Zezim e Edinho [Hélio Luiz Navarro de Magalhães] encontraram Duda [Luiz René Silveira e Silva], do grupo do Nelito. Ele contou que os tiros do dia 2 tinham sido sobre o grupo em que ele estava. Disse que, depois do almoço desse dia, Nelito e Duda estavam juntos e que Cristina [Jana Moroni Barroso] e Rosa [Maria Célia Corrêa] haviam se afastado por um momento. Carretel estava na guarda. Na véspera, Duda e Carretel tinham ido à casa de um morador. A casa estava vazia. Quando se retiravam viram que vinham chegando os soldados. Avisaram Nelito. Imediatamente afastaram-se do local. Mas caminharam em trechos de estrada, deixando rastros. Dia 2, Nelito tinha ido a uma capoeira apanhar alguma coisa para comer. Trouxe pepinos e abóbora numa lata grande que lá encontrara. A lata fez muito barulho na marcha de volta. Às 13h30min ouviram-se rajadas. Os tiros foram dados sobre Carretel, que saiu correndo. Nelito não quis sair logo. Entrincheirou-se, talvez pensando nas duas companheiras. Mas os soldados se aproximavam. Então ele correu junto com Duda, mas foi atingido. Assim mesmo, ainda se levantou e correu mais uns vinte metros. Foi novamente atingido e caiu morto. Duda conseguiu escapar. Não sabe o que houve com as duas companheiras, nem com Carretel.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que Nelson foi “morto em 02 Jan. 74” e nos arquivos do antigo DOPS/SP foi encontrado um pedido de busca do SNI, datado de 26 de janeiro de 1967, referente ao seu provável retorno ao país procedente da China.

Em depoimento prestado por Joana Almeida Vieira a Criméia Schmidt de Almeida e à equipe de reportagem da revista *Manchete*, em 1993, ela afirmou que Pedro *Carretel* se encontrava preso com ela, no centro de torturas de Bacaba, localidade às margens da Transamazônica onde havia também um campo de concentração das Forças Armadas, e tornou-se, segundo moradores da região, um cemitério clandestino. Segundo ela ouviu dos militares, ele foi levado para Brasília e, desde então, está desaparecido. Conforme relato de Joana, as expressões “levado para Brasília” ou “viajar” era um código para dizer que a pessoa seria levada para a mata para ser executada.

As fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, dizem “que Pedro *Carretel* foi ferido no choque em que caiu ‘Nelito’. Apareceu ‘estropiado’ em 06 Jan. 74 e foi entregue à força por moradores locais”.

Em depoimento prestado ao MPF em 2001, Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres, moradores da região de São Domingos do Araguaia (PA), declararam que:

[...] a comida foi acabando porque as casas dos lavradores que davam comida, munição e remédio ao povo da mata foram queimadas; que, devido à escassez de alimentos, Ne-

lito disse ao declarante e aos demais lavradores: “nós já estamos no sufoco, se é de morrer vocês, que morra só a gente, porque vocês têm famílias”;

[...] que na Bacaba soube por um companheiro que o Nelito chegou baleado em um helicóptero; que Nelito estava com uns tiros no peito, e que fizeram uma operação lá na Bacaba, mas Nelito não resistiu; que não sabe se Nelito foi enterrado na Bacaba. [...]

Viu no Amapá [bairro de Marabá (PA), onde se situa o aeroporto] dona Isaura levar choque elétrico no braço e na orelha para que ela contasse onde estava seu marido, Pedro Carretel, mas que ela não sabia; que Pedro Carretel e dona Isaura faziam parte do grupo de guerrilheiros que ficavam com Zé Carlos e Sônia.

Em depoimento prestado ao MPF, Raimundo Nonato dos Santos, vulgo *Peixinho*, ex-guia do Exército, contou:

[...] Pedro Carretel – outro camponês que havia aderido à guerrilha – foi preso por uma equipe que andava com Zé Catingueiro e ferido por um tiro do próprio Zé Catingueiro. Na mesma ocasião, Nelito, outro guerrilheiro, foi naufragado, ou seja, morto. [...] A operação que resultou na morte de Nelito e prisão de Pedro Carretel foi comandada pelo capitão Rodrigues.

Em depoimento ao MPF, da mesma época, Margarida Ferreira Félix declarou:

No ano de 1973, não se recordando o mês, a declarante esteve no acampamento do Exército, em Bacaba, e presenciou o momento em que Pedro Carretel, lavrador, foi conduzido por soldados à presença de sua mulher, dona Joana [a mulher de Pedro se chamava Isaura], sendo que ele encontrava-se travestido de mulher com as unhas dos pés e das mãos pintadas, com batom nos lábios, com sobrancelhas pintadas, sendo que as sobrancelhas naturais foram retiradas, sombra nos olhos, cabeça raspada, e um círculo desenhado em vermelho, com esmalte, na parte superior de sua cabeça; que a declarante tomou conhecimento de que uma manicura de São Domingos do Araguaia, chamada Ildene, irmã do Arlindo Piauí, que matou Osvaldão, guerrilheiro, foi chamada pelos militares do Exército para “tratar de Pedro Carretel”; que Pedro Carretel fora capturado na mata alguns meses antes e estava preso em Bacaba; que a declarante viu diversos militares, inclusive autoridades superiores, reunidos no momento em que Pedro Carretel, na condição descrita, foi levado ao encontro de sua esposa, momento em que ambos se emocionaram muito, recordando-se ainda que foi dito pelos militares que esse encontro seria o último; que os militares brincaram com a dona Joana dizendo que seu marido estava muito “bonito”; que Pedro Carretel nunca mais foi visto; que a dona Joana nunca mais foi a mesma até que alguns anos depois ficou louca vindo a falecer; que Pedro Carretel era um lavrador que se uniu aos guerrilheiros, passando a andar com eles na mata.

Em outro depoimento prestado ao MPF, José Salustiano de Oliveira afirmou:

Conheceu Pedro Carretel, lavrador da região, que foi baleado na mata e foi tratado na Bacaba; que ouviu falar que quando Pedro Carretel já estava bem de saúde foi levado de avião e jogado lá de cima sobre a mata na região de São Geraldo.

Manoel Leal de Lima, conhecido como *Vanu*, ex-guia do Exército, também prestou depoimento ao MPF:

Que chegou a ver presos o Piauí [Antônio de Pádua Costa], o Duda [Luiz René Silveira e Silva] e o Pedro Carretel; [...] que esses três foram mortos no final da guerra na Bacaba; que o depoente acompanhou a equipe, mas se separou antes deles serem mortos, só ouviu os tiros e uns quinze dias depois viu os corpos numa toca e nunca mais viu nenhum dos três; que esses três não ficavam no mesmo alojamento que os outros guias e sabe que um mateiro, que não se lembra se era Muniz ou Trosoba, estava com os soldados quando foram mortos os três guias [guerrilheiros].

Há vários outros depoimentos de camponeses prestados ao MPF que repetem o relato sobre a prisão e morte de Pedro Carretel e a prisão e o enlouquecimento de sua esposa.

O *Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002*, concluiu:

Nelito: Nelson L. Piauhy Dourado, chegou ferido na Bacaba e, embora tenha havido atendimento médico, não resistiu e faleceu.

E teria sido enterrado na cabeceira da pista de pouso da base da Bacaba.

Pedro Matias [não se tem certeza do seu sobrenome]: Pedro Carretel (camponês que aderiu à guerrilha) foi visto na base de Bacaba em 1973, vestido de mulher, condição em que foi mostrado à sua esposa. Manoel Leal Lima (Vanu) relatou que ao final da guerrilha Pedro Carretel foi morto na Bacaba, assim como Duda e Piauí. Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou (Segundo outro depoente, há uma versão – de fonte não identificada – de que Pedro Carretel teria sido jogado de um avião, sobre a mata).

O nome de Nelson consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 229/96.

Em homenagem a Nelson, a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome a uma rua situada na Vila Esperança.

O nome de Pedro Carretel consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, mas não figura na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95, por ser desconhecido o seu nome completo.

Na CEMDP, foi apresentado um pedido em nome de Pedro Matias de Oliveira como sendo Pedro Carretel, o que não pôde ser comprovado, inclusive porque a família de Pedro Matias apresentou como documentação apenas uma carteira de identidade sua, expedida em 12 de setembro de 1975, data incompatível com a de seu desaparecimento.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 229/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.



Rodolfo de Carvalho Troiano (Mané)

Nasceu em 2 de abril de 1949, em Juiz de Fora (MG), filho de Rodolfo Troiano e de Geny de Carvalho Troiano. Desaparecido em 12 de janeiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Foi preso por ter pichado o Morro do Cristo, em Juiz de Fora, com frases em defesa do socialismo. Foi preso novamente por sua militância no movimento estudantil, na cidade de Rubim (MG) e, mais tarde, transferido para o presídio de Linhares, em Juiz de Fora, de onde saiu no fim de 1970.

Após ser posto em liberdade, optou por ir viver no sudeste do Pará, na posse de Chega com Jeito, próximo à comunidade de Brejo Grande, nas margens do rio Araguaia.

Era conhecido por Mané ou Manoel do “A”, por ser combatente do Destacamento A, denominado “Destacamento Helenira Rezende”, após a morte da guerrilheira, em 29 de setembro de 1972.

Por ser muito jovem, Rodolfo Troiano tinha pouca experiência. No início, as questões de sobrevivência na floresta e do convívio em uma área rural eram muito difíceis, mas, com perseverança, conseguiu superar as dificuldades e destacou-se como combatente.

Do *Relatório Arroyo*, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, temos a seguinte informação: “Em 25/12/73 estava sendo aguardado no acampamento que sofreu o tiroteio, neste mesmo dia por volta de 12:00h, deveria chegar à tarde, por isto talvez ainda estivesse vivo”.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que “[...] foi morto em 12 de janeiro de 1974”. O do Ministério do Exército afirma que “[...] foi preso em 69, em São Paulo. Condenado à pena de reclusão e recolhido à Penitenciária de Juiz de Fora, de onde foi libertado em 9/10/71”.

Em fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, está anotado que foi morto em 12 de janeiro de 1974.

Em declarações prestadas ao MPF em 2001, Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres, moradores da região de São Domingos do Araguaia (PA), descreveram a morte de Rodolfo:

Cerca de 10 dias após a soltura do declarante, este foi com sua esposa para sua antiga residência no Tabocão; [...] pouco tempo depois, viu a chegada, na sua casa de João Araguaia [Dermeval da Silva Pereira], Manoel [Rodolfo de Carvalho Troiano] e Sebastião, adolescente, sobrinho dos declarantes e filho do Zé dos Santos; que João Araguaia e Manoel lhe disseram que tinham vindo entregar o Sebastião para a família; que Sebastião voltou à mata para buscar os seus pertences, enquanto que a declarante foi chamar seu marido e Zé dos Santos; que, quando a declarante voltou com seu marido e Zé dos Santos, eles conversaram com Manoel e João Araguaia; que Manoel tinha aparência amarela, magro e dentuço; que João Araguaia tinha a mesma aparência de antes: forte, trajando bermuda jeans, sem camisa, portando metralhadora e um revólver 38 na cintura; que o declarante ouviu de João Araguaia que este tinha responsabilidade para com o menino Sebastião e por isso estava voltando para entregá-lo à sua família; que Zé dos Santos nem esperou Sebastião, disse que iria ao Brejo Grande pegar um carro para ir avisar aos militares que seu filho havia voltado, já que sabia que este seria preso caso não informasse; que ao chegar, Zé dos Santos contou a história e voltou logo com duas equipes de doze soldados até a casa dos declarantes no Tabocão; que os militares interrogaram Sebastião e, no dia seguinte, às 4 horas da manhã, com lanternas acesas foram para a mata, levando Sebastião; que, por volta das 6 ou 7 horas da manhã, os declarantes ouviram rajadas de tiros e, logo em seguida, dois tiros separados; que, em seguida, chegou um soldado de volta da mata, pedindo uma rede; que os declarantes deram-lhe a rede; que, em seguida, os militares e Sebastião voltaram da mata, carregando a rede com um corpo envolto em um saco plástico azul; que os militares jogaram a rede na frente da casa dos declarantes, como se joga um porco, e chamaram Zé dos Santos para cavar a sepultura; que Zé dos Santos cavou a sepultura a 5 metros da frente da casa de seu cunhado, próximo a um tronco grosso caído; que os militares e Sebastião falaram aos declarantes que foi Manoel quem foi morto; que a declarante ainda pediu que abrissem o saco azul para ver o corpo, mas os militares não deixaram; que os militares e Sebastião contaram aos declarantes que após a rajada de tiros, esperaram a fumaça de pólvora subir um pouco e foram fazer a busca; que eles encontraram sangue no chão e foram seguindo o seu rastro; que ao chegarem em um pau atravessado na mata, constataram que Manoel estava deitado embaixo do pau com um tiro nas costas, à altura da cintura, mas ainda vivo; que um dos militares pegou sua FAL, apontou para a cabeça de Manoel, e deu dois tiros; que um dos militares que carregava o corpo de Manoel disse: “Essas pragas ruins não comem mas é pesado. Em vez de nós estar na cidade numa boa, estamos aqui carregando uma desgraça dessa”; que, quase ao mesmo tempo da chegada do corpo, chegou também um helicóptero; que os militares roçaram um bananal para o helicóptero poder aterrissar entre a casa da mãe da declarante e do seu irmão; que os militares levaram no helicóptero os pertences dos guerrilheiros.

O Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002, refere-se a “Manoel”: “Rodolfo de Carvalho Troiano, executado na mata, após ter sido ferido em combate, na região do Tabocão, Município de Brejo Grande do Araguaia”.

O nome de Rodolfo consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 034/96.

Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte (MG) e Campinas (SP) deram seu nome a ruas situadas nos bairros Braúnas e Vila Esperança, respectivamente.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

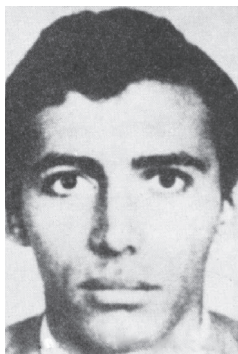
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 034/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.



Vandick Reidner Pereira Coqueiro (João Goiano)

Nasceu em 9 de dezembro de 1949, em Boa Nova (BA), filho de Arnóbio Santos Coqueiro e Elza Pereira Coqueiro. Desaparecido em 17 de janeiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Fez o 1º e 2º graus no Instituto Regis Pacheco, em Jequié (BA). Coursou até o 3º ano de Economia na UFBA, em Salvador. Era membro do DCE e professor de História em cursinhos pré-vestibulares. Participou também de um grupo de estudos de literatura com duas futuras guerrilheiras: Dinaelza Soares Santana Coqueiro (desaparecida em 8 de abril de 1974), com quem se casou, e Luzia Reis Ribeiro, presa na Guerrilha do Araguaia e uma das poucas sobreviventes.

Com Dinaelza foi viver em fevereiro de 1971 na localidade de Gameleira, no Sudeste do Pará, próxima ao rio Araguaia.

O *Relatório Arroyo*, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, diz:

Dinaelza e Vandick haviam ficado perto do local onde houvera o tiroteio em 17/12 contra Antônio Teodoro e Elmo, para encontrá-los e deveriam retornar no dia 28/12 num local bem próximo de onde houvera o tiroteio do dia 25/12, segundo informações de Osvaldão. No entanto, Antônio e Elmo já haviam se encontrado com Arroyo em outro local. Desde esta data estão desaparecidos.

O relatório do Ministério Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que foi “*morto em 17/01/74*”.

Nas fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo* em 1996, há a informação de que foi “[...] *morto em 17 Jan. 74, pela equipe C 11*”.

O nome de Vandick consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 046/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma rua situada na Vila Esperança.

Documentos consultados:

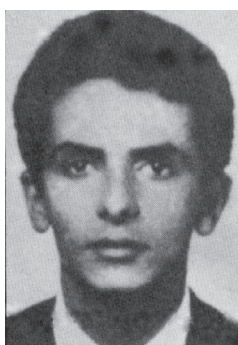
www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 046/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.



José de Lima Piauhy Dourado

Nasceu em 30 de março de 1946, em Barreiras (BA), filho de Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado. Desaparecido em 24 de janeiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante da guarda da comissão militar da Guerrilha do Araguaia.

Estudou no Colégio Padre Vieira, em Barreiras e depois na Escola Técnica Federal da Bahia, em Salvador (BA). Foi fotógrafo na Bahia até mudar-se para o Sudeste do Pará, na região próxima ao rio Araguaia. Inicialmente, morou perto da Transamazônica. Fazia parte da guarda da comissão militar.

Foi visto pela última vez com Cilon da Cunha Brum, quando tentavam encontrar Jaime Petit da Silva e Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, que haviam se perdido em 28 ou 29 de novembro de 1973, próximo da Grota do Nascimento, depois de descobertos pelo Exército, quando Adriano Fonseca Fernandes Filho foi morto, segundo o *Relatório Arroyo* (documento escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974).

De acordo com depoimentos de moradores da região, caiu em uma emboscada do Exército – levou um tiro na cabeça e foi enterrado na localidade de Formiga.

Era irmão de Nelson Lima Piauhy Dourado, também desaparecido na Guerrilha do Araguaia, em 2 de janeiro de 1974.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que foi morto em 24 de janeiro de 1974.

Nas fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo* em 1996, consta a informação de que foi preso em 25 de janeiro de 1974 e morto na mesma data. A ficha está riscada com um “X”.

Segundo o relatório da CEMDP publicado no livro *Direito à Memória e à Verdade:*

Na certidão fornecida pela Abin à CEMDP consta unicamente que, em março de 1975, o nome de José de Lima fazia parte de uma relação elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Em 1979, foi anistiado no Processo 13/72, da 6ª CJM, onde consta a relação de pessoas condenadas pela Lei de Segurança Nacional (LSN) absolvidas em face da lei 6.683/79.

O nome de José Lima consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 228/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome à antiga rua 12 do Residencial Cosmo I.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 228/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia)

Nasceu a 23 de julho de 1947, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Luiz Durval Cordeiro e Celeste de Almeida Cordeiro. Desaparecida em janeiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Estudante de geografia da Universidade Federal Fluminense, de onde foi excluída pelo decreto 477.

Deslocou-se para uma região próxima ao rio Araguaia, localizada no Sudeste do Pará, em 1971, com seu marido Elmo Corrêa (desaparecido 14 de maio de 1974), indo morar às margens do rio Gameleira. Ingressou no Destacamento B da guerrilha, onde era conhecida como *Lia*.

Em depoimento registrado pela caravana de familiares que esteve na região em 1980, José Ferreira Sobrinho, o *Zé Veinho*, lavrador de idade avançada, declarou:

[...] toda quinta-feira tinha que viajar 3 léguas para assistir a reunião deles (do Exército). E aquilo era sem apelo. Se não fosse, tinha que explicar o motivo que não fui. Se não fosse, daí a pouco chegava 4 a 5 soldados. Lá nessas reuniões tinha o retrato do pessoal. O que eles iam pegando, iam tirando do mapa. Só vi presa a Lia [Telma Regina], que se entregou lá no Macário e foi presa. Ai o Macário mandou chamar o Zé Olímpio. Ela dormiu no barraco do Zé Olímpio, que era uma pessoa deles, do Exército. Ela tava sozinha. Disse que tava com um revólver 38 e um facão. Parece que o marido dela era chamado Lourival, esse dizem que tinham matado ele lá no Carrapicho. Isso foi no final. Ela falou que ‘tavam’ as duas. A Valquíria mais ela. Depois a Polícia foi para ela achar a outra. Ela não achou. Depois eu soube que pegaram essa outra... O Amadeu, um negro, morador, ajudou-as. Foi preso e muito espancado. Perguntaram para ele se ele queria apanhar ou morrer. Ele disse que preferia morrer. Deram logo um tapa na cara dele. Ele estava com os olhos inchados, os dedos furados [...]

A Lia não sabia que tinham matado o marido dela. Quando ela foi presa, o Zé Olímpio trouxe ela para a base de Xambioá.

Segundo o relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, “foi morta em janeiro de 1974”.

Em depoimento ao Ministério Público Federal, de 5 de março de 2004, o ex-soldado Raimundo Antônio Pereira de Melo afirmou que:

[...] viu a tortura de três colonos, os quais foram açoitados com cipó de mororó por terem fornecido comida para as guerrilheiras Lia e Dina [Dinalva Oliveira Teixeira]; que a tortura dos colonos durou aproximadamente cinco dias; que após esse período, os PQDs



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 067/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

[pára-quadristas] *levaram os colonos torturados para a mata com o objetivo de informar o local onde se encontravam as guerrilheiras Lia e Dina; que no dia 7 de setembro [sic] de 1974 foi encontrada a guerrilheira Lia, chegando na Base de Xambioá de helicóptero, por volta de 4 ou 5 horas da tarde; que Lia foi levada para a casa de isolamento para interrogatório; [...] que após o hasteamento da bandeira, a Lia foi encapuzada e escoltada até o aeroporto, sendo dito pelos PQDs que a mesma seguiria para Brasília de helicóptero; que o helicóptero retornou à base em aproximadamente 30 minutos sem a Lia; [...] que a Lia tinha a aparência debilitada e se encontrava amarrada com as mãos para trás em um esteio e de pé, mas sem marcas de ferimentos, salvo picadas de mosquitos.*

Conforme relato de Joana Almeida Vieira, esposa de Luiz Vieira, camponês que se incorporou à Guerrilha do Araguaia e foi assassinado em 1974, as expressões “*levado para Brasília*” ou “*viajar*” era um código para dizer que a pessoa seria levada para a mata para ser executada.

O nome de Telma consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 067/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome a uma rua na Vila Esperança.



Jana Moroni Barroso (Cristina)

Nasceu em 10 de junho de 1948, em Fortaleza (CE), filha de Benigno Girão Barroso e Cirene Moroni Barroso. Desaparecida em 8 de fevereiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Estudou biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro até 1971. Em 21 de abril daquele ano, mudou-se para o Sudeste do Pará, uma região localizada próxima ao rio Araguaia, com o objetivo de participar da luta guerrilheira organizada pelo PCdoB. Lá se casou com Nelson Lima Piauhy Dourado e atuava como professora, na localidade chamada “*Metade*”, onde era conhecida como *Cristina*. Desapareceu em 8 de fevereiro de 1974.

Sua mãe, Cirene, cuja família foi a primeira a dirigir-se à região da guerrilha em busca de informações, em 1979, lembra sua filha:

A Jana era uma pessoa muito estudiosa, fazia parte do Grupo das Bandeirantes, foi chefe dos Lobinhos, tudo isso em Petrópolis, onde morávamos, e ela fez o curso secundário. Quando veio para o Rio fazer a faculdade, se engajou na União da Juventude Patriota (UJP). Foi então que começou a participar de movimentos políticos. Vinha e ia de ônibus para todos os lugares. Nunca foi procurada ou presa. Só foi fichada mesmo quando foi para o Araguaia: o SNI a fichou. Naquela época, eles cortavam as mãos e os pés das pessoas que estavam lá, faziam slides e levavam para Brasília. Quando a Jana foi para o Araguaia chamou a mim e ao pai e disse que nós precisávamos entender, que aquele era um trabalho muito sério. Meu marido pediu que ela me levasse junto. Jana explicou que não podia e me deixou esse livro – Mãe, de Máximo Gorki –, com uma pequena cartinha, pedindo que eu só o lesse depois que ela tivesse partido. Meus outros filhos foram levá-la à rodoviária. [...] Eu nunca podia supor que jamais iria vê-la de novo. Mas, na carta, ela me explicava que aquela era uma questão de ideologia e talvez eu não a tivesse de volta. Fiz inúmeras viagens pelo Brasil e fui duas vezes para o exterior procurando minha filha: tinha esperança que ela tivesse ido para o Chile, mas não consegui encontrar nada. Quando fui ao Araguaia, uma ex-vizinha de Jana disse que minha filha morava em um casebre, distante dali uns 200 m, e contou que ela alfabetizou seus dois filhos. Disse que ela ensinava a fazer plantações e eles comiam cobra. Eles eram um grupo de cinco pessoas. O marido de Jana, o Nelson Dourado, era o chefe deles. Eles estavam passeando na mata quando foram surpreendidos por uma patrulha. Os patrulheiros metralharam todo o grupo, mas a Jana e uma outra moça

conseguiram fugir. Essa é a história que contam lá [...] Tive essas informações em 1980, mas agora quero saber toda a verdade.

O *Relatório Arroyo*, documento escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, descreve as últimas informações sobre ela:

No dia 18, J. [Ângelo Arroyo], Zezim e Edinho [Hélio Luiz Navarro de Magalhães] encontraram Duda [Luiz René Silveira e Silva], do grupo do Nelito [Nelson Lima Piauhy Dourado]. Ele contou que os tiros do dia 2 [de janeiro de 1974] tinham sido sobre o grupo em que ele estava. Disse que, depois do almoço desse dia, Nelito e Duda estavam juntos e que Cristina [Jana Moroni Barroso] e Rosa [Maria Célia Corrêa] haviam se afastado por um momento. [Pedro] Carretel estava na guarda. Na véspera, Duda e Carretel tinham ido à casa de um morador. A casa estava vazia. Quando se retiravam viram que vinham chegando os soldados. Avisaram Nelito. Imediatamente afastaram-se do local. Mas caminharam em trechos de estrada, deixando rastros. Dia 2, Nelito tinha ido a uma capoeira apanhar alguma coisa para comer. Trouxe pepinos e abóbora numa lata grande que lá encontrara. A lata fez muito barulho na marcha de volta. Às 13h30min ouviram-se rajadas. Os tiros foram dados sobre Carretel, que saiu correndo. Nelito não quis sair logo. Entrincheirou-se, talvez pensando nas duas companheiras. Mas os soldados se aproximavam. Então ele correu junto com Duda, mas foi atingido. Assim mesmo, ainda se levantou e correu mais uns vinte metros. Foi novamente atingido e caiu morto. Duda conseguiu escapar. Não sabe o que houve com as duas companheiras, nem com Carretel.

De acordo com os depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaiba, localidade às margens da Transamazônica onde foi construído um centro de torturas e um campo de concentração das Forças Armadas. Segundo os moradores da região, aí também se encontra um cemitério clandestino. Estava quase nua e com muitas arranhaduras pelo corpo. Foi amarrada, colocada em um saco e içada por um helicóptero. Isto teria se dado nas proximidades de São Domingos do Araguaia (PA).

No artigo intitulado “*Cabeças Cortadas do Povo da Mata*”, publicado no jornal *Movimento*, de 9 a 15 de julho de 1979, temos:

Recentemente o jornal Resistência, do Pará, divulgou a foto de Jana Moroni Barroso, natural daquele estado, e que teria participado da guerrilha. Acompanhava a foto uma ligeira biografia de Jana, que chegou a cursar Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente com um apelo: “Procurem Jana”.

O que parecia ser uma tentativa sem muita possibilidade de êxito, acabou surtindo efeito. A partir dela surgiu um camponês que foi guia do Exército, dispondo-se a falar de Jana, e acabando por fornecer um impressionante testemunho do que foi a guerrilha do Araguaia. [...].

– Nós chegamos no sapão [helicóptero] na cabeceira do Caiano. Nós estávamos acampados de tardezinha, todo mundo na folha, quando vimos aquela mulher vim [sic] tomando chegada. Aí os soldados alvoroçaram para atirar e o sargento falou com os soldados: “Não atira não, deixa ver quem é primeiro”. Todo mundo ficou em ponto de tiro. Agora, eu não, eu não ficava em ponto de tiro. Ficava com a FAL de um jeito para não desconfiarem. Aí, ela chegou a uma distância como daqui naquele pauzinho ali. Aí pegaram e irradiaram para o Comando de Pontão na mesma hora. Aí o sapão veio e pegou ela. Botaram dentro de um saco e botaram o saco dentro de uma caixa, de uma jaula, não sei o que era, e trouxeram para Xambioá [...]. Eu só vi ela essa vez. [...] Era ela mesma. Eu vi sim. Eles me mostraram a fotografia dela, eles me mostraram idêntica que está neste retrato aí. É fotografia dela, pura. [...] Foi bem no fim. Agora, eu não sei se eles mataram ela, se prenderam. Só sei que ela foi pega à mão. Eu vi bem, com esses dois olhos, aqui. Ela veio pedindo por tudo mesmo, chorando mesmo. Ela já estava nua. Roupas toda rasgada. Estava vestida de maiozinho e uma blusinha. Estava toda desprevenida, já.

1. Segundo Gaspari, depoimento de José Veloso a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe.

Sua mãe fala sobre a caravana de familiares que esteve na região em 1980:

Durante a caravana, fiquei muito emocionada porque pude falar com uma camponesa que era vizinha dela. Jana deu aula para as três crianças dessa mulher e cobrava 5 cruzeiros por mês, uma quantia simbólica. Ao que parece ela morreu entre março e abril de 1974. Recebeu um tiro pelas costas na Transamazônica. Embora sinta saudades, estou profundamente envaidecida com a atuação de minha filha. Ela seguiu os ideais de nossa família que são de desenvolver os princípios da justiça social. E foi trabalhar num local onde a população era particularmente carente. Há dez anos, numa carta, ela me dizia que estava muito feliz, fazendo o que sempre quis.

Informações colhidas pela Ordem dos Advogados do Brasil do Pará (OAB/PA), entre a população da região da guerrilha, indicam que Telma Regina Cordeiro Corrêa, Dinalva Oliveira Teixeira, Daniel Callado, Jana Moroni Barroso, Áurea Valadão e Maria Célia Corrêa, seis dos desaparecidos, foram capturados pelo Exército.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Jana “foi morta em 08/02/74”.

Nas fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo* em 1996, está escrito que foi “[...] morta em 11 Fev. 74”.

Em depoimento ao MPF, em 2001, o ex-guia do Exército, Raimundo Nonato dos Santos, vulgo *Peixinho*, declarou:

Cristina foi presa perto de um local chamado “Grotta da Sônia” em homenagem a uma outra guerrilheira que gostava muito daquele lugar; que quando viu a Cristina, que estava desarmada, ainda fez sinal para que ela fugisse, no entanto, outra equipe já vinha entrando, a qual estava sendo guiada pelo Taveira. O soldado Silva atirou na Cristina, que morreu na hora. O comandante da operação chegou a criticar o soldado porque a guerrilheira estava desarmada e podia ser pega viva. O corpo da Cristina foi deixado largado, não foi enterrado e nem retirado nenhum pedaço para identificação. Nessa ocasião foi tirada a foto que foi objeto de reconhecimento anterior pela Sra. Raimunda Rodrigues dos Santos.

No livro *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari descreveu outra versão para sua morte:

José Veloso de Andrade, um cearense que sobrevivera à seca de 1932 e desmatava a região desde 68, soube o que aconteceu a Cristina: ‘Ela morreu o seguinte: eles andava com uma equipe, a equipe do... chamavam ele Dr. Terra, que tudo era uns nomes vãos, estrambólicos, que eles tinham... Ai, toparam nela. ... Não foi combate, ela... quando ela... eles pressentiram o pessoal do Exército ela correu... Um guia atirou nela. Era o Zé Catingueiro, atirou nela, deu chumbo, mas o chumbo era pequeno, e ela não morreu logo, mas ela morreu... A flor da subversão na boniteza.’¹

O nome de Jana consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 196/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome a uma rua do Residencial Cosmo I, e a cidade do Rio de Janeiro a uma avenida no bairro da Paciência. Ela também foi agraciada com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo GTNM/RJ, em 1º de abril de 1992.

Em Petrópolis, cidade onde Jana passou sua infância, o seu nome foi dado a uma maternidade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

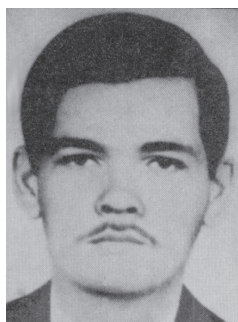
Arquivos do IEVE/SP.

Caso 196/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit, p. 401.



Custódio Saraiva Neto (Lauro)

Nasceu em 5 de abril de 1952, em Fortaleza (CE), filho de Dario Saraiva Leão e Hilda Quaresma Saraiva Leão. Desaparecido em 15 de fevereiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante da guarda da comissão militar da Guerrilha do Araguaia.

Participava ativamente do movimento estudantil secundarista, o que lhe valeu intensa perseguição por parte dos órgãos de repressão política. Impossibilitado de continuar vivendo em Fortaleza, optou por viver na região próxima ao rio Araguaia, na localidade de Chega Com Jeito, perto de Brejo Grande, Sudeste do Pará.

Pertenceu ao Destacamento A – Helenira Rezende e, mais tarde, ao corpo de guarda da comissão militar da guerrilha.

Foi visto pela última vez por seus companheiros em 30 de dezembro de 1973, segundo o *Relatório Arroyo* (documento escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974).

O relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Custódio “foi morto em 15 de fevereiro de 1974, em Xambodá”.

O nome de Custódio consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 007/96.

Foi homenageado pela cidade de Campinas (SP), que deu seu nome a uma rua na Vila Esperança.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 007/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

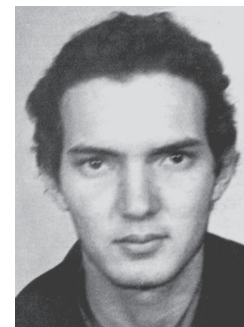
O desaparecimento de militantes da APML

Eduardo Collier Filho

Nasceu em 5 de dezembro de 1948, no Recife (PE), filho de Eduardo Collier e Risoleta Meira Collier. Desaparecido em 23 de fevereiro de 1974. Militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML).

Estudava na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, de onde foi expulso pelo decreto 477, em 1969. Foi preso e indiciado em inquérito policial pelo DOPS/SP, em outubro de 1968, por ter participado do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Transferido para Salvador, foi um dos últimos a ser libertado.

A 11 de setembro de 1972, Eduardo foi julgado como revel na 1ª Auditoria da Aeronáutica da II Região Militar, em São Paulo. Neste processo, foi condenado a dois anos de reclusão sob a acusação de pertencer à APML, enquadrado no art. 14 da LSN “por filiação a organizações clandestinas”.

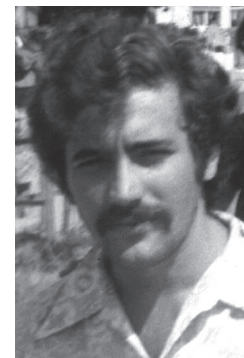


Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira

Nasceu em 20 de fevereiro de 1948, no Recife (PE), filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira. Desaparecido em 23 de fevereiro de 1974. Militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML).

Participou do movimento estudantil secundarista em Pernambuco entre 1966 e 1968. Foi preso em uma manifestação de rua contra os acordos MEC-USAID, em 1966, com Ramires Maranhão do Vale (assassinado em 1973). Nessa ocasião, por ser menor de idade, permaneceu uma semana detido no Juizado de Menores.

Após a edição do AI-5, em 13 de dezembro 1968, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar na Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, do Ministério do Interior. Em 1972, ingressou no curso de direito na Universidade Federal Fluminense. Em setembro de 1973, abandonou os estudos e mudou-se para São Paulo, onde trabalhou como funcionário público.



Era casado com Ana Lúcia Valença e tinha um filho, Felipe, de 2 anos de idade à época de seu desaparecimento.

A prisão e o desaparecimento

Em um sábado de Carnaval, Fernando saiu por volta das 15h30min da casa do irmão, o advogado Marcelo de Santa Cruz Oliveira, no bairro do Catete, no Rio de Janeiro, para se encontrar com um companheiro, Eduardo, que morava em Copacabana. O encontro estava marcado para as 16 horas de 23 de fevereiro de 1974. Disse onde ia e deixou uma advertência: se não voltasse até as 18 horas, teria sido preso. Amigos de infância, ambos foram presos juntos por agentes do DOI-CODI/RJ. Em seguida, o apartamento de Eduardo foi invadido pelos órgãos de segurança. Há indícios de que tenham sido transferidos para o DOI-CODI/SP, onde ficaram à disposição do CIE.

Em 14 de março de 1974, buscando saber do paradeiro de Fernando e Eduardo, as duas famílias foram ao DOI-CODI/SP, cujo carcereiro de plantão, conhecido como *Marechal*, confirmou que os dois jovens estavam presos ali, só podendo receber visitas no domingo, dia 17. Foram deixados, então, para eles, objetos de uso pessoal. No domingo, foram atendidas por um senhor que se dizia chefe de serviço do dia e atendia pelo nome de *Dr. Homero*. Os objetos deixados em 14 de março foram devolvidos pelo *Dr. Homero*, com a justificativa de que se tratava de um equívoco, pois os dois não estavam presos ali, conforme o relato das mães de Eduardo e Fernando, Risoleta Meira Collier e Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, na carta enviada ao chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, de 27 de maio de 1974.

A família e os advogados Marcelo de Santa Cruz Oliveira e Modesto da Silveira recorreram ao STM, fizeram em vão dois pedidos de *habeas corpus* para Fernando. Apelaram a várias autoridades nacionais e internacionais pedindo que fosse assegurado o direito de defesa aos dois militantes e nada conseguiram.

Na Câmara Federal, o deputado do MDB pernambucano Fernando Lyra transcreveu nos anais as correspondências em favor de Fernando e Eduardo. Em 29 de junho de 1974, foi publicada uma nota oficial do MDB, no jornal *Diário de Brasília*, indagando do governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais figuravam os nomes de Fernando e Eduardo.

Em 7 de agosto de 1974, com outros familiares, foram recebidas em Brasília (DF) por Golbery, que prometeu em 25 dias dar uma resposta sobre o paradeiro dos 22 desaparecidos listados apresentados a ele, o que não ocorreu.

A resposta que o general Golbery prometeu veio seis meses depois, em 6 de fevereiro de 1975, quando o ministro da Justiça, Armando Falcão, em um pronunciamento transmitido em rede pela televisão, respondeu aos familiares dos desaparecidos políticos. A versão oficial apresentada foi a de que os desaparecidos encontravam-se foragidos e não teriam sido presos por nenhuma instituição governamental.

Revoltada com a resposta dada pelo ministro da Justiça, a mãe de Fernando escreveu a seguinte carta:

Exmo. Sr. Ministro Armando Falcão

Ministério da Justiça - Brasília, Distrito Federal.

Olinda, Pernambuco, 7 de fevereiro de 1975.

Sou mãe de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e fui surpreendida com a Nota Oficial do Ministério da Justiça, divulgada em 6 de fevereiro pela imprensa falada e escrita, em que são prestadas informações sobre 27 pessoas dadas como desaparecidas com os respectivos registros constantes dos órgãos de segurança.

Entre as pessoas desaparecidas encontra-se meu filho, fato ocorrido no dia 23 de fevereiro de 1974, na Guanabara, quando se encontrava com o seu amigo Eduardo Collier Filho, conforme alegações apresentadas pelos seus advogados ao Superior Tribunal Militar.

Iniciou-se para nós a partir de sua prisão uma verdadeira maratona em busca de informações por este Brasil afora, desde os presídios civis e militares até os ministérios, no sentido de localizá-lo e ter a certeza da autoridade responsável pela sua custódia, a fim de que fosse permitido o acesso de advogado e familiares.

Apesar das negativas das autoridades responsáveis, as informações, fatos e indícios que obtivemos junto a pessoas e instituições indicam a sua prisão. Fatos estes que foram já relatados minuciosamente a sua Excia. o Sr. Ministro Golbery do Couto e Silva, em entrevista mantida em 7 de agosto de 1974, promovida pelo arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

Quero informar-lhe, Sr. Ministro, que o teor da nota expedida por V. Excia. no que se refere ao meu filho, perpetua a incerteza de seu destino, razão pela qual sinto-me na obrigação de assumir, na qualidade de mãe, sua defesa, já que ele não pode se manifestar. Mas faço também imbuída por princípios de justiça e de verdade que acredito serem postulados que devem nortear a conduta humana.

A afirmação “encontra-se na clandestinidade” a ele atribuída nesta Nota Oficial é paradoxal e para contestá-la informo a V. Excia. que Fernando era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, residia à rua Diana, 698, no Bairro de Perdizes – SP, tendo, portanto, residência e emprego fixos e sendo responsável pelo sustento material de sua esposa e filho.

Para maiores esclarecimentos do que afirmo, junto a este recibo de aluguel em seu nome e contracheque do último pagamento referente ao mês de janeiro de 1974 e inclusive poderá ser verificado na repartição que trabalhava o seu cartão de ponto, marcando a sua presença sempre pontual até a véspera do seu desaparecimento – dia 22/02/74.

Sr. Ministro da Justiça, diante de tais esclarecimentos pergunto: que clandestinidade seria esta que, repentinamente, transformaria um filho, respeitoso, carinhoso e digno em um ser cruel e desumano, que desprezaria a dor de sua velha mãe, a aflição de sua jovem esposa e o carinho de seu filho muito amado? É fácil concluir que qualquer pessoa, mesmo perseguida em qualquer lugar onde estiver, terá como enviar uma palavra de calma e tranquilidade aos seus familiares. Ora, Sr. Ministro, porque Fernando não o faria?

Não posso aceitar pura e simplesmente o argumento de V. Excia, tendo em vista os fatos, indícios e informações já prestadas ao Exmo. Ministro Golbery e espero que não se dê por esgotado este episódio, mas que seja esclarecido o que realmente aconteceu ao meu filho para que possamos sair deste imenso sofrimento em que nos encontramos; eu e todos os meus familiares.

Escrevo esta carta movida pela crença de que sentimentos de justiça e de dignidade nortearão a conduta de V. Excia. e do Exmo. Sr. Presidente da República em relação a este fato. Nada peço ao Sr. para meu filho a não ser os esclarecimentos, que tenho direito, sobre o seu paradeiro e justiça!

*Disposta a qualquer esclarecimento que seja necessário, subscrevo-me,
Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira.*

Em março de 1975, os deputados Jarbas Vasconcelos e Fernando Lyra, do MDB, retomaram o assunto no Congresso. A relação de autoridades procuradas pelos familiares de Eduardo e Fernando é extensa: presidente da República, general Ernesto Geisel; general Reinaldo Mello de Almeida, comandante do I Exército; general Rodrigo Otávio, ministro do STM; ministro da Justiça, Armando Falcão; marechal Juarez Távora; general Bandeira de Mello; dr. Rui de Lima Pessoa, procurador-geral da Justiça Militar; dr. Teócrita de Miranda, auditor da Justiça Militar; general Cordeiro de Farias; senadores Petrônio Portella, Paulo Torres e Magalhães Pinto; deputados Fernando Lyra e Flávio Marcílio. Nenhuma resposta lhes foi dada. Além das autoridades oficiais, fizeram contatos com a Comissão Jus-

tiça e Paz, por meio do arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, e o do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles; do representante do papa Paulo VI, o primaz do Brasil, D. Agnello Rossi; com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Tribunal Bertrand Russell, Anistia Internacional, com o Diretório Central do MDB e com a OAB e nada conseguiram esclarecer. Além disso, foram acionados também os jornais *Le Monde* e *The New York Times*.

Os contatos com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA por meio de seu secretário executivo, Luís Reque, também foram em vão. O caso 1.844, de 15 de junho de 1974, solicitou a investigação sobre o desaparecimento de Fernando de Santa Cruz e Eduardo Collier. A comissão pediu informações ao governo brasileiro em 14 de agosto de 1974. Como não recebeu resposta, a comissão reiterou seu pedido em dezembro do mesmo ano. Em fevereiro de 1975, o governo brasileiro pediu à comissão prorrogação do prazo para dar as informações requeridas e divulgou a referida nota do ministro da Justiça. Somente em dezembro de 1975, o governo brasileiro respondeu às solicitações da Comissão Interamericana definindo como “inverídica” a denúncia de prisão dos dois desaparecidos. Segundo o governo, Eduardo Collier tinha um mandado de prisão e encontrava-se foragido e Fernando era procurado sem ter processo, mas estava clandestino. A correspondência de seus familiares com a OEA continuou até agosto de 1984 e a ação não teve maiores desdobramentos.

Na ficha de Fernando encontrada no arquivo do DOPS/SP, em 1992, consta: “*Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no RJ em 23/03/74*”. No relatório do Ministério da Marinha consta que Fernando “[...] *foi preso no RJ em 23/02/74, sendo dado como desaparecido a partir de então*”.

Em 1991, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos encontrou no Arquivo do DOPS/PR uma ficha com o nome de Eduardo em uma gaveta identificada com a palavra “*falecidos*”, junto com mais 16 nomes.

Sobre Eduardo, o relatório do Ministério do Exército entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que:

[...] *conforme reportagem veiculada no Jornal de Brasília, em sua edição do dia 31 de outubro de 1975, o nominado teria sido preso em 23 de janeiro de 1974, no estado do Rio Grande do Sul, após permanecer por um longo período foragido da Justiça Militar. Em setembro de 1972 foi condenado a 2 anos de prisão pela Auditoria do Conselho de Justiça da Aeronáutica.*

O relatório do Ministério da Marinha, da mesma data, diz que Eduardo “[...] *desapareceu quando visitava parente na Guanabara. Na época respondia processo por atividades políticas na 2ª Auditoria Militar de São Paulo*”.

Em entrevista à revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, o sargento Marival Chaves do Canto afirmou ter trabalhado como analista de informações no DOI-CODI/SP e que acompanhou as principais operações comandadas pelo *Doutor César*, o coronel José Brant Teixeira, e pelo *Doutor Paulo*, o coronel Paulo Malhães. Marival declarou que esses dois oficiais

[...] *foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma mega-operação em inúmeros pontos do País para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP) [...]. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Guimarães [...].*

Em 16 de julho de 2008, a revista *CartaCapital* (nº 504) divulgou matéria sobre a localização do *Capitão Homero*, *Dr. Homero* ou Homero César Machado, coronel do Exército reformado, apontado como um dos principais torturadores da “equipe C” do DOI-CODI/SP, na época da ditadura. Ele foi denunciado em pelo menos sete processos no Superior Tribunal Militar, segundo o Projeto Brasil: Nunca Mais. O mesmo oficial é o responsável pelas informações falsas de que Fernando e Eduardo não estavam presos no DOI-CODI/SP.

Os nomes de Fernando e Eduardo constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, o caso de Fernando foi protocolado com o número 243/96, e o de Eduardo com o número 081/96.

Em homenagem aos dois militantes, Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Campinas (SP) deram seus nomes a ruas dessas cidades.

Fernando foi homenageado com um vídeo sobre sua vida, intitulado *25 Anos sem Fernando Santa Cruz*, produzido pelo DCE da UFF, que adotou o seu nome, e pela equipe da TV UFF. O Teatro Municipal de Olinda (PE) e o diretório acadêmico da Faculdade de Direito da PUC, no Recife (PE), têm o seu nome. E uma placa em sua homenagem foi colocada no Monumento contra a Tortura, na capital pernambucana.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 081/96 e 243/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

Antônio Teodoro de Castro (Raul)

Nasceu em 12 de abril de 1945 em Itapipoca (CE), filho de Raimundo de Castro Sobrinho e Benedita Pinto de Castro. Desaparecido em 27 de fevereiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Cursava o 4º ano de farmácia na UFCE e era diretor da Casa do Estudante Universitário. Mudou-se para o Rio de Janeiro em razão das perseguições políticas que vinha sofrendo na universidade. A seguir, matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, participando do movimento estudantil nos anos 1969-1970.

Como se intensificassem as perseguições, Antônio acabou mudando-se para o Sudeste do Pará, na região do rio Gameleira, e integrando-se ao Destacamento B da guerrilha.

Segundo o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974, Antônio Teodoro foi ferido em 30 de setembro de 1972, quando morreram ou foram presos João Carlos Haas Sobrinho, Ciro Flávio de Oliveira Salazar e Manoel José Nurchis. Mais adiante relatou as informações fornecidas pelo guerrilheiro *Osvaldão*:

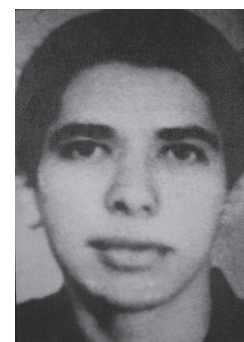
[...] o grosso da força havia acampado dia 24, mas percebeu que estava perto da estrada. Dia 25 [de dezembro de 1973], pela manhã, afastaram-se para uns cem metros de onde se achavam, designando alguns companheiros para limpar (camuflar) o local em que estiveram. Os membros da CM [comissão militar] e sua guarda ficaram num ponto mais alto do terreno, e os demais ficaram na parte de baixo. Na hora do tiroteio havia 15 companheiros no acampamento: Mário [Maurício Grabois], Paulo [Mendes Rodrigues], Pedro [Gilberto Olímpio Maria], Joca [Líbero Giancarlo Castiglia], Tuca [Luiza Augusta Garlippe], Dina [Dinalva de Oliveira] (com febre), Luís [Guilherme Gomes Lund] (com febre), na parte alta; embaixo: Zeca [José Huberto Bronca], Lourival [Elmo Corrêa], Doca [Daniel Ribeiro Callado] e Raul [Antônio Teodoro de Castro] (estavam ralando coco babaçu para comer). Lia [Telma Regina] e Lauro [Custódio Saraiva] faziam guarda. Osvaldo [Osvaldo Orlando da Costa] e Batista [Uirassu de Assis Batista] realizavam a camuflagem.

Desde o Natal de 1973, não se teve mais notícias suas.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, afirma que “[...] foi morto durante ataque de terroristas à equipe [de militares] que o conduzia no dia 27 de fevereiro de 1974”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 141/96.

Em homenagem a Antônio Teodoro, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma rua na Vila Esperança.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 141/96, na CEMDP.



Cilon da Cunha Brum (Comprido, Simão)

Nasceu em 3 de fevereiro de 1946, em São Sepé (RS), filho de Lino Brum e Eloah Cunha Brum. Desaparecido em 27 de fevereiro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul, mudando-se posteriormente para São Paulo, onde ingressou no curso de Economia da PUC. Participava ativamente do movimento estudantil, tendo sido eleito presidente do diretório acadêmico e membro da diretoria do DCE da PUC.

Teve seu último contato com a família em junho de 1970, quando esteve em Porto Alegre (RS) e revelou para seus irmãos que estava sendo perseguido pela repressão política e que poderia ser preso a qualquer momento. Foi viver em uma região próxima ao rio Araguaia, onde participou do movimento guerrilheiro organizado pelo PCdoB. No *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974, informa-se que, em 30 de dezembro de 1973, Cilon estava vivo.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que ele participou de um combate próximo a Couro Dantas com elementos do Exército, resultando em um morto e outro ferido. Segundo o documento citado: “*Em fevereiro/74 - foi morto por terroristas quando era escoltado, tendo a ação características de ‘justiçamento’*”. Esta, certamente, é a versão dos militares para a execução de presos.

No relatório da Marinha, de 1993, temos: “*Nov./74 - relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo CC do PC do B, em Xambioá. Morto em 27/02/74*”.

Pedro Ribeiro Alves, ex-guia do Exército conhecido como *Pedro Galego*, deu o seguinte depoimento ao Ministério Público Federal, de 19 de julho de 2001: “[...] *se recorda de haver visto no acampamento do Exército em Xambioá os guerrilheiros Batista, Áurea, Simão [Cilon da Cunha Brum] e Josias. Em artigo assinado pelo jornalista Vasconcelos Quadros, publicado no jornal No Mínimo, de 20 de janeiro de 2005, consta a seguinte informação:*

Jonas [Josias Gonçalves de Souza – camponês que participou da guerrilha e está vivo] conta ter convivido na base militar de Xambioá com outros dois guerrilheiros que estão desaparecidos. Um deles foi Cilon da Cunha Brum, conhecido por “Comprido” ou “Simão”, natural de São Sepé, no Rio Grande do Sul, ex-estudante de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, preso e desaparecido desde o Natal de 1973. Suely Yumiko Kamayama, a “Chica”, paulista de Coronel Macedo, ex-estudante de Licenciatura em Língua Portuguesa e Germânica da Universidade de São Paulo, também faz parte das memórias de Jonas.

O *Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002*, informa: “*Simão: Cilon da Cunha Brum, foi visto na base de Xambioá*”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 086/96.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo e Campinas (SP) deram o seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Vila Esperança, respectivamente. Na sua cidade natal, São Sepé, seu nome foi colocado em uma praça.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Caso 086/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.



José Huberto Bronca (Fogoió, Ruivo, Zeca)

Nasceu em 8 de setembro de 1934, em Porto Alegre (RS), filho de Huberto Atteo Bronca e Ermelinda Mazzaferro Bronca. Desaparecido em 13 de março de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Vice-comandante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Fez o primário na Escola do Rosário e o curso de mecânica de máquinas na Escola Técnica Parobé, onde se formou em mecânica de manutenção de aeronaves. Trabalhou na Varig durante vários anos e, mais tarde, na Indústria Micheleto.

Foi desportista, dedicando-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo no remo conquistado várias medalhas.

Teve várias outras atividades profissionais, chegando, inclusive, a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo.

Sua militância política é anterior ao golpe de Estado de 1964. Foi para o exterior, ficando durante algum tempo na China, onde realizou treinamento de guerrilha. Em 1966, atuando na clandestinidade, morou no Rio de Janeiro.

Homem muito simples, vivia em um pequeno quarto em São João do Meriti (RJ), onde seus únicos haveres eram uma muda de roupas, uma esteira, um pequeno fogareiro a querosene e uma gaita.

Foi dos primeiros a chegar na região próxima ao rio Araguaia, no Sudeste do Pará. Foi vice-comandante do Destacamento B das forças guerrilheiras do Araguaia até ser deslocado para atuar na guarda da comissão militar.

Segundo o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974, foi visto pela última vez em 25 de dezembro de 1973, quando houve um ataque das Forças Armadas ao local onde estavam acampados, mas não há nenhuma referência à sua morte nessa data.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, afirma que foi “[...] morto em 13 de março de 1974”.

Em *A Ditadura Escancarada*, de Elio Gaspari, temos:

Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió, o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acercou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: “Doutor, não vai me matar”. Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquito e desnutrição. Numa mochila de aniagem carregava carne de macaco e mandioca. Identificou-se como José Huberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: “Que Bronca coisa nenhuma, esse é o Fogoió”.

Segundo Gaspari, esta é a versão de um oficial que combateu a Guerrilha do Araguaia e que lhe concedeu entrevista, em fevereiro de 2001, sob a condição de manter sigilo sobre sua identidade.

O governo federal concedeu a primeira indenização para familiares de mortos e desaparecidos políticos à sua mãe, Ermelinda Mazzaferro Bronca, por ser a mais velha de todas as mães ainda vivas, tinha 90 anos. Em 10 de dezembro de 1996, ela recebeu o valor da indenização das mãos do próprio presidente, durante o anúncio do Plano Nacional de Direitos Humanos, e disse que usaria o dinheiro para realizar o sonho de sua vida: encontrar o corpo do filho. Meses depois foi o que ela fez quando ajudou financeiramente os familiares que se dirigiram à região da Guerrilha do Araguaia, em 1996, buscando informações e enfrentando dificuldades para se locomoverem na extensa área onde ocorreu a guerrilha.

Infelizmente, Ermelinda, como tantas outras mães, não viveu para ver o resgate dos restos mortais de seu filho, que até hoje ainda não foram encontrados.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 071/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome a uma rua do Residencial Cosmo I.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

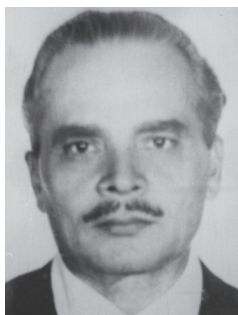
Arquivos do IEVE/SP.

Caso 071/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit, p. 455.

Dirigentes do PCB desaparecidos próximos à fronteira



David Capistrano da Costa

Nasceu em 16 de novembro de 1913, no distrito de Jacampari, do município de Boa Viagem (CE), filho de José Capistrano da Costa e Cristina Cirilo da Costa. Desaparecido em 19 de março de 1974. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Com 13 anos, David Capistrano foi para o Rio de Janeiro (RJ) aos cuidados de um tio materno. Sem condições de estudar, trabalhou em bares e botequins até ir para o Exército, em 1931. Nesse ano, como cabo e aluno na escola de aviação, conheceu o tenente Ivan Ribeiro, que intermediou seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da revolta de 1935, já como sargento da Aeronáutica, tendo participado do ataque ao Regimento de Aviação de Realengo. Sufocada a revolta, foi detido, processado e condenado a sete anos de prisão por sua participação no movimento e levado ao presídio de Ilha Grande. Em 1936, fugiu a nado da ilha com outros companheiros militares e exilou-se no Uruguai, onde passou a trabalhar como mecânico de automóveis.

Em meados de 1936, foi para a Espanha participar da Brigada Internacional, combatendo ao lado dos republicanos contra o fascismo, na guerra civil. Lutou na Batalha do Ebro (julho a outubro de 1938), que teve o maior número de mortos dentre todas da Espanha. Em outubro daquele mesmo ano, o republicanismo espanhol dispensou as Brigadas Internacionais e David Capistrano foi para a França. Lá participou da resistência à ocupação nazista dirigida pelo comunista André Marty. Radicado em Marselha, onde também atuava Apolonio de Carvalho, ex-militar comunista e combatente da Revolta de 1935, era acobertado pelo cônsul brasileiro daquela cidade no sul da França. Preso, foi poupado da execução imediata por não ser francês. Enviado para o campo de Gurs, na Alemanha, ficou preso por oito meses e foi libertado pesando apenas 35 quilos. Recuperou-se e regressou ao Uruguai em 1941.

Em 1944, seguiu para o Rio de Janeiro, com a intenção de inscrever-se nas Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB), que estavam sendo formadas por Getúlio Vargas para combater na Europa. Entretanto, ao chegar ao Brasil, ele e outros militantes foram detidos em São Paulo. David Capistrano ficou preso na Ilha Grande, no litoral fluminense, sendo anistiado e libertado em 18 de abril de 1945.

Em dezembro de 1946, David Capistrano passou a integrar a direção nacional do PCB, recém-legalizado, sendo o mais votado dos deputados estaduais de Pernambuco na legenda do partido.

Em junho de 1947, David Capistrano casa-se com Maria Augusta de Oliveira, então dirigente estadual do PCB na Paraíba. O registro do PCB foi cancelado em maio de 1947 e cassados os mandatos dos comunistas, inclusive o de David Capistrano, que foi deslocado para a atividade partidária clandestina em São Paulo, fixando-se em Sorocaba (SP), a fim de organizar o núcleo comunista na fábrica de tecidos Votorantim.

Atuou por algum tempo na capital paulista, no bairro da Mooca, mas foi destacado para se estabelecer na Baixada Santista. Mudando-se para Santos (SP), David Capistrano foi preso e processado durante agitações sindicais em 1953. Absolvido, transferiu-se para o Rio, onde permaneceu na clandestinidade até ser enviado para a Escola de Quadros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em Moscou, onde ficaria por dois anos. Em novembro de 1954 foi eleito para o Comitê Central no IV Congresso do PCB.

De volta ao Brasil, desenvolveu atividades políticas no Amazonas, Pará e Ceará, regressando legalmente a Pernambuco em 1957. Em outubro de 1958, defendeu uma ampla

política de alianças e o PCB decidiu apoiar o udenista Cid Sampaio para o governo do estado. Durante o governo Cid Sampaio (1959-1963), dedicou-se à expansão do semanário comunista *Folha do Povo*, posteriormente denominado *A Hora*. No V Congresso do PCB, em 1960, foi reeleito para o Comitê Central.

Em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, David Capistrano foi preso e enviado à ilha de Fernando de Noronha (com os jornalistas Hiran Pereira e Aloísio Falcão, os líderes sindicais Cícero Targino Dantas, Gilberto de Oliveira Azevedo, José Raymundo da Silva, João Barbosa de Vasconcelos), por participar nos movimentos democráticos para assegurar a posse do vice-presidente legalmente eleito – João Goulart. Quando o governador Cid Sampaio e o PCB romperam a aliança, foi mais uma vez preso no Recife. Em 1962, defendeu a articulação de uma aliança com o PSD. Vitoriosa sua posição, foi para o Rio de Janeiro articular com o ex-governador Etelvino Lins o acordo que, nas eleições de outubro de 1962, permitiu a vitória de Miguel Arraes pelo Partido Social Trabalhista (PST). David Capistrano chegou a candidatar-se pelo PSB, mas teve seu registro impugnado pelo TRE de Pernambuco. Durante o governo Arraes, intensificou suas atividades de dirigente comunista e continuou à frente do jornal *A Hora*.

Com o golpe de Estado de 1964, David Capistrano foi perseguido e, em 13 de junho, teve seus direitos políticos cassados. Escondeu-se com os demais dirigentes do PCB de Pernambuco em um sítio, onde dirigiu a edição de um jornal clandestino – *Combater*. O sítio acabou sendo descoberto pelos militares em 1965, mas seus ocupantes conseguiram escapar à prisão.

A partir de 1965, passou a viver na clandestinidade no Rio de Janeiro. Em 1967, no VI Congresso do PCB, David foi destacado para organizar atividades de solidariedade internacional. Mais tarde foi deslocado para integrar uma comissão para estudar os problemas rurais brasileiros.

Em 1972, viajou para a Checoslováquia como representante do PCB da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*. Em 1974, apresentava problemas de saúde e o desejo de voltar ao Brasil. Foi substituído por outro representante do PCB. Foi seqüestrado com José Roman ao retornar ao país em 18 de março de 1974, e ambos estão desaparecidos desde então.

David Capistrano e Maria Augusta de Oliveira tiveram três filhos. Em 1948, nasceu seu primeiro filho, David Capistrano da Costa Filho, que foi líder universitário no Rio de Janeiro entre 1967 e 1972 e preso nove vezes por atividades políticas. David Filho formou-se em Medicina, foi secretário da Saúde de Santos (SP) e de Bauru (SP), e depois prefeito de Santos. Faleceu em novembro de 2000; e duas filhas, Maria Cristina Capistrano e Maria Carolina Capistrano.

José Roman

Nasceu em 1º de outubro de 1904, em Jaú (SP), filho dos espanhóis Manoel Roman e Trenida Gonzalez. Desaparecido em 19 de março de 1974. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era metalúrgico e, desde 1950, participava do sindicato e das lutas da categoria com sua esposa, Lídia Pratavieira Roman. Tinham dois filhos. Também trabalhou como corretor de imóveis.

Em 1952, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde, entre outras atividades partidárias, atuava como motorista do PCB. Em 1966, a família voltou para São Paulo e José continuou exercendo suas atividades partidárias, inclusive a de motorista do partido, até seu desaparecimento em 1974, quando foi buscar David Capistrano da Costa em Uruguaiana (RS).



O desaparecimento e a repercussão política

David voltou clandestinamente ao Brasil em março de 1974, desaparecendo ao longo do percurso entre a cidade de Uruguaiana e São Paulo, quando viajava de carro em companhia de José Roman. Ele vinha da Argentina, onde havia chegado vindo de Orly, França. Acompanhado por um argentino, dirigiu-se à cidade de Paso de los Libres, que faz fronteira com Uruguaiana.

A companheira de David Capistrano, Maria Augusta, foi avisada que ele havia saído de Uruguaiana, em 15 de março, acompanhado de José Roman, que foi até lá em um carro Volkswagen com o objetivo de transportá-lo até São Paulo, onde encontraria sua família.

Em 19 de março de 1974, Lídia recebeu um telegrama de seu esposo, José Roman, dizendo que a operação tinha sido bem-sucedida e que estava voltando. Em 21 de março, José Luiz, filho de José Roman, recebeu um telefonema informando que o pai estava preso e que a família deveria providenciar um advogado.

Lídia registrou queixa sobre o desaparecimento na delegacia policial de Itaim Bibi, bairro da cidade de São Paulo, e fez buscas em diversos órgãos de segurança, mas não obteve informações sobre o paradeiro de José.

Após essa data, nem David Capistrano nem José Roman jamais entraram em contato ou foram vistos por seus familiares.

Suas famílias impetraram *habeas corpus*, em 25 de março de 1974, por meio do advogado Aldo Lins e Silva, mas os órgãos de repressão política negaram a prisão de ambos.

Em 9 de julho de 1974, o presidente francês, Giscard D'Estaing, enviou carta ao governo brasileiro pedindo sua intervenção para preservação da vida de David Capistrano, por considerá-lo herói de guerra, já que combateu o nazismo na França. A embaixada brasileira negou a prisão de Capistrano e informou desconhecer seu paradeiro.

O papa Paulo VI enviou ao Rio de Janeiro missionários para tratar diretamente com o presidente da República, general Ernesto Geisel, esse e outros casos de desaparecimentos por motivação política.

Intervieram ainda com interpelações ao governo brasileiro o então primeiro secretário do Partido Socialista Francês, François Mitterrand; o secretário internacional do mesmo partido, Robert Pontillon; e a representante da Anistia Internacional em visita ao Brasil, Barbel Hegeler.

Maria Augusta procurou o general Reynaldo de Mello Almeida, comandante do I Exército, que declarou desconhecer o desaparecimento de Capistrano.

O Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos publicou um manifesto em defesa de David Capistrano da Costa e José Roman, em 20 de maio de 1974.

Lídia, esposa de José Roman, em 30 de maio de 1974 enviou carta à Câmara dos Deputados informando que seu marido fora preso em março de 1974 e solicitava ajuda para que o mesmo fosse localizado.

Nota da Comissão Executiva do MDB, de 28 de junho de 1974, publicada no *Diário de Brasília* do dia seguinte, denunciou as prisões arbitrárias e os maus-tratos sofridos pelos presos políticos e reiterou junto às autoridades, notadamente ao ministro da Justiça, pedido de esclarecimentos sobre as detenções e o paradeiro de vários opositores desaparecidos no primeiro semestre de 1974. Dentre eles, foram citados os nomes de Luiz Ignácio Maranhão Filho, João Massena Melo, Walter de Souza Ribeiro, Ieda Santos Delgado, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, David Capistrano da Costa e José Roman.

Em 7 de agosto de 1974, familiares de desaparecidos políticos, dentre os quais se encontrava Maria Augusta, reuniram-se com o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva. A entrevista foi intermediada pelo então cardeal D. Paulo Evaristo Arns. O general recebeu dos familiares um dossiê detalhado de 22 desaparecidos

políticos. Na ocasião, o general comprometeu-se a dar uma resposta até o dia 20 daquele mês, o que não aconteceu.

Os apelos eram tão fortes que o pensador cristão Tristão de Athayde escreveu no *Jornal do Brasil*, em 25 de outubro de 1974, sobre os desaparecidos políticos:

[...] *Até quando haverá no Brasil mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas, de um Brasil que julgávamos ingenuamente isento de tais insanas crueldades?*

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, formada em torno dessa movimentação política, enviou carta ao general Geisel, presidente da República, em janeiro de 1975, apelando para que fossem tomadas as providências para por fim às terríveis angústias e incertezas sobre a prisão e o desaparecimento de maridos, pais, filhos e irmãos. Dentre as assinaturas legíveis, encontram-se: Márcia de Santa Cruz Freitas, irmã do desaparecido político Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira; Risoleta Meira Collier e Maria do Rosário Collier, parentes do desaparecido político Eduardo Collier Filho; Neuza Cerveira de Alencar, filha do desaparecido político Joaquim Pires Cerveira; Alice Frazão Soares, mãe do desaparecido político Ruy Frazão, e Maria Augusta de Oliveira, esposa do desaparecido político David Capistrano da Costa.

Em 6 de fevereiro de 1975, respondendo a requerimento sobre o paradeiro de desaparecidos, o ministro da Justiça, Armando Falcão, informou que David Capistrano estava foragido na Checoslováquia e não apresentou nenhuma informação sobre José Roman.

Samuel Dib, em depoimento prestado à Secretaria de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1975, quando ainda estava preso, declarou que David Capistrano atravessou a fronteira entre Argentina e Brasil, pela cidade de Uruguaiana, em 16 de março de 1974, em companhia de José Roman, em um carro Volkswagen, modelo 1500, cor gelo, portando 5 mil dólares e grande volume de bagagens.

A família de David Capistrano jamais foi informada pelos poderes judiciários sobre o seu paradeiro e sobre a existência dessa quantia, nem recebeu os seus pertences.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 7 de outubro de 1977, informou que

[...] *Samuel Dib foi preso em 1974 e acusado pela 2ª Auditoria Militar de Bagé de integrar o "Comitê de fronteira" do PCB no Rio Grande do Sul. Foi apontado como responsável pelo transporte de foragidos da justiça militar brasileira para a Argentina e de facilitar a entrada ilegal no país de pessoas tidas pelo regime como subversivas. Dib era proprietário de um táxi com que fazia constantes viagens entre Uruguaiana e Paso de los Libres entre outubro de 1973 e maio de 1974.*

Em 1978, com a organização do Comitê Brasileiro da Anistia (CBA), foi elaborada uma lista de desaparecidos políticos, dentre os quais se encontravam os nomes de David e José Roman. Maria Augusta teve papel destacado na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, sendo uma das fundadoras do CBA/SP.

Ainda em 1978, houve o julgamento de mais de 60 pessoas, acusadas de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro, pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha, no Rio de Janeiro. Destas, oito eram desaparecidas, dentre as quais David Capistrano da Costa e José Roman. No julgamento, os oito desaparecidos foram absolvidos.

Em 14 de março de 1978, quatro anos depois do desaparecimento, o presidente do Supremo Tribunal Militar, Hélio Leite, respondeu à representante da Anistia Internacional, Patrícia Deerey, reconhecendo a prisão de David Capistrano, dizendo que o mesmo havia estado preso durante uma semana, sendo então libertado, sem esclarecer as datas ou os locais da prisão nem da libertação.

Em julho de 1979, os familiares de desaparecidos políticos enviaram outra carta para o então presidente da República, general João Figueiredo, sem obter nenhuma resposta.

Em entrevista à revista *IstoÉ*, em 1º de abril de 1987, o ex-médico e torturador Amílcar Lobo, que servia no quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, onde funcionou

o DOI-CODI, declarou que assistiu a diversos presos, nas dependências de uma casa na rua Arthur Barbosa, em Petrópolis – a *Casa da Morte*. Procurado pela filha de Capistrano, Maria Carolina, contou que o seu pai havia sido torturado naquelas dependências, vindo a falecer em decorrência das torturas.

Em outubro de 1988, o advogado da família apresentou ao STF um pedido de *habeas data*, para exigir do SNI esclarecimentos sobre o desaparecimento de David Capistrano e José Roman. Em 13 de outubro de 1988, a corte suprema considerou-se incompetente para julgar o pedido.

Em 18 de novembro de 1992, o ex-sargento e agente do DOI-CODI, Marival Dias Chaves do Canto, declarou à revista *Veja* que David Capistrano esteve preso no DOI-CODI do Rio de Janeiro e foi levado à chamada *Casa da Morte*, em Petrópolis (RJ), com José Roman, onde foi executado e esquartejado, tendo seus restos mortais ensacados e jogados em um rio.

Em 26 de novembro de 1992, foi encontrado um documento nos arquivos da Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro, no prontuário 3.579, no qual se constata que, em 16 de setembro de 1974, David Capistrano encontrava-se preso havia quatro meses.

No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, consta: “[...] *desapareceu em São Paulo, no dia 16/03/74. Pertencia ao Comitê Central do PC, tendo sido preso na unidade de atendimento do Rocha, em São Paulo/SP*”. Não se sabe se essa seria uma referência ao Manicômio Judicial de Franco da Rocha (SP), pois a família teve notícias de que David teria permanecido nesse hospital, sem conseguir apurar a informação.

De acordo com a revista *IstoÉ*, de 31 de março de 2004, os desaparecimentos dos dirigentes do PCB faziam parte de uma investida contra o partido, cujo comando da operação ficou a cargo do chefe do DOI, coronel Audir dos Santos Maciel, codinome *Dr. Silva*. A missão era

[...] *prender e executar os membros do Comitê Central do PCB, sem deixar pistas. Os assassinatos ocorreram em chácaras clandestinas para facilitar a ocultação de cadáveres. [...] Apelidada de “Operação Radar”, resultou na morte de 11 membros do Comitê Central. Além de destruir as gráficas clandestinas do partido, a repressão desmantelou seus diretórios nos estados, em operações que prenderam 679 pessoas.*

A reportagem baseou-se também na apuração desses fatos realizada pelo dirigente comunista Hércules Corrêa dos Reis. David Capistrano ficou esperando em um hotel de Uruguaiana durante dez dias enquanto o taxista Samuel Dib se dirigiu a São Paulo para consultar a direção do partido sobre os riscos de trazer Capistrano com malas cheias de documentos. Com a aprovação da direção do PCB, José Roman foi a Uruguaiana buscar Capistrano. Segundo declarações do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, às 23 horas do dia 18 de março, Roman pegou a estrada com Capistrano em direção a São Paulo, mas no caminho deparou com um grupo de agentes do CIE, comandado pelo *Dr. César*, o coronel José Teixeira Brant. Os dirigentes foram levados para o DOI-CODI de São Paulo.

Segundo declaração de Marival, divulgada na reportagem de Amaury Ribeiro Júnior publicada na revista *IstoÉ* de 24 de março de 2004, intitulada “*Os Matadores*”:

Em 1974, quando trabalhava em São Paulo, ele [Marival] diz ter visto o coronel Brant [José Brant Teixeira] chegar ao DOI-CODI com os dirigentes comunistas José Roman e David Capistrano, presos quando tentavam regressar ao Brasil pela fronteira do Uruguai. Segundo ele ambos foram transferidos para a Casa de Petrópolis, onde foram assassinados.

O ex-agente do DOI-CODI/SP relatou ainda que, ao ser transferido para o CIE de Brasília, em 1981, foi trabalhar com o cabo Félix Freire Dias, cujos codinomes eram *Dr. Magro* e *Dr. Magno*. Félix contou-lhe que cortava os corpos das vítimas da *Casa da Morte* em Petrópolis (RJ). Segundo Marival:

“[...] As impressões digitais eram as primeiras partes a serem cortadas. [...] Ele me disse que os pedaços dos corpos, cortados nas juntas, eram colocados em sacos plásticos e enterrados em lugares diferentes para dificultar a localização”.

Em homenagem a David Capistrano, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma de suas ruas. Ele também foi agraciado, em 1993, com a Medalha Chico Mendes de Resistência criada pelo GTNM/RJ. No Monumento contra a Tortura, no Recife (PE), há uma placa em sua homenagem.

Os nomes de Davi Capistrano da Costa e de José Roman constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seus casos foram protocolados com os números 017/96 e 161/96, respectivamente.

Dermeval da Silva Pereira (João Araguaia)

Nasceu em 16 de fevereiro de 1945, em Salvador (BA), filho de Carlos Gentil Pereira e Francisca das Chagas Pereira. Desaparecido em 28 de março de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Concluiu o curso secundário no Colégio Estadual de Salvador. Em 1965, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e foi eleito diretor do Centro Acadêmico. Em 1969, foi expulso da universidade por meio do decreto 477. Transferiu-se para a PUC/BA, onde concluiu o curso, chegando a trabalhar como advogado.

Em 1971, foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar em Salvador por sua atuação política. Foi viver clandestinamente no Sudeste do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia, na localidade chamada “Metade”, integrando-se ao Destacamento A – Helenira Rezende, das forças guerrilheiras do Araguaia. Era conhecido como “João Araguaia”.

Conseguiu escapar da emboscada em 14 de outubro de 1973, durante a III Campanha das Forças Armadas, quando foram feridos e presos André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Gualberto e Antônio Alfredo Campos, todos desaparecidos desde então. É dele o relato do que sucedeu aos quatro combatentes que consta do *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974.

O *Relatório Arroyo* relata que, em 30 de dezembro de 1973, estava vivo e comandava um dos grupos de cinco companheiros em que foram divididos os vinte e cinco guerrilheiros que se encontraram com Arroyo naquele dia. Desde então, está desaparecido.

Em 1974, foi preso na casa de uma moradora da região de nome Nazaré Rodrigues de Sousa, segundo depoimento de José da Luz Filho, também morador da região, à Caravana de Familiares de Desaparecidos da Guerrilha do Araguaia que lá esteve em 1980.

O relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que “[...] Dermeval foi morto em 28 de março de 1974”. Os relatórios dos ministérios do Exército e da Aeronáutica, embora façam referência à sua presença na região da guerrilha, não se referem à sua prisão ou morte.

De acordo com o depoimento de Adalgisa Moraes da Silva à CEMDP, em julho de 1996, ele foi preso quando a mulher de Luiz Garimpeiro o chamou para dar-lhe comida e, em seguida, trouxe os militares para amarrá-lo. Foi levado para a base militar de Bacaba, localidade às margens da Transamazônica, onde foi construído um centro de torturas e um campo de concentração das Forças Armadas, e tornou-se, também, segundo moradores da região, um cemitério clandestino.

Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, em 5 de julho de 2001, Rocilda Souza dos Santos declarou que:

Luiz Garimpeiro [ex-guia do Exército] levou João Araguaia, que estava cabeludo, bastante magro e com a cor amarelada, até à casa da declarante, sendo de lá transportado

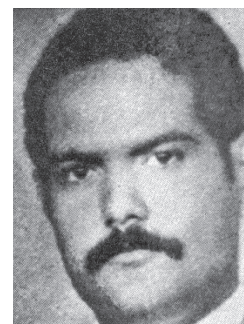
Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 017/96 e 161/96, de David Capistrano da Costa e José Roman, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. *Desaparecidos Políticos*, op. cit.



pelo Exército em um helicóptero até Bacaba; que a declarante ouviu os militares fazendo perguntas ao João Araguaia, recordando que teria João Araguaia respondido que era Juiz de Direito em Salvador, no que foi indagado por um tenente sobre a razão dele deixar de ganhar dinheiro para morrer na mata, no entanto, nenhuma resposta foi dada; que oferecido para reconhecimento as fotografias dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, reconheceu João Araguaia (Dermeval da Silva Pereira).

Em depoimento prestado ao MPF, em 5 de julho de 2001, Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres declararam:

[...] que, pouco tempo depois, viu a chegada, na sua casa, de João Araguaia [Dermeval], Manoel [Rodolfo Troiano] e Sebastião, adolescente, sobrinho dos declarantes e filho do Zé dos Santos; que João Araguaia e Manoel lhe disseram que tinha vindo entregar o Sebastião para a família; que Sebastião voltou à mata para buscar os seus pertences, enquanto a declarante foi chamar seu marido e Zé dos Santos; que, quando a declarante voltou com seu marido e Zé dos Santos, eles conversaram com Manoel e João Araguaia; que Manoel tinha aparência amarela, magro e dentuço; que João Araguaia tinha mesma aparência de antes: forte, trajando bermuda jeans, sem camisa, portando metralhadora e um revólver 38 na cintura; que o declarante ouviu de João Araguaia que este tinha responsabilidade para com o menino Sebastião e por isso estava voltando para entregá-lo à sua família; que Zé dos Santos nem esperou Sebastião, disse que iria ao Brejo Grande pegar um carro para ir até a Bacaba avisar aos militares que seu filho havia voltado. [...]

Manoel Leal de Lima, ex-guia do Exército, conhecido como *Vanu*, declarou ao MPF, em 12 de julho de 2001:

[...] que viu o João Araguaia só de passagem na Bacaba sendo levado para Marabá; que o Sargento Santa Cruz contou para o depoente que o João Araguaia pediu ao soldado um copo de água e, quando recebeu, jogou a água na cara do soldado que revidou com uma rajada de metralhadora. [...]

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 130/96.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo (SP) e Campinas (SP) deram seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Vila Esperança, respectivamente.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 130/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Prisões e execuções na Guerrilha do Araguaia



Antônio de Pádua Costa (Piauí)

Nasceu em 12 de junho de 1943, em Luiz Corrêa (PI), filho de João Lino da Costa e Maria Jardimina da Costa. Desaparecido em março de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Vice-comandante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Estudante de astronomia do Departamento de Física da UFRJ, foi eleito membro da diretoria do diretório acadêmico do Instituto de Física e do Conselho do Dormitório do Alojamento do Fundão. Foi preso em 12 de outubro de 1968, durante o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Mais tarde, mudou-se para o Sudeste do Pará, na região do rio Araguaia, uma localidade denominada “Metade”. Era conhecido como *Piauí*.

Com seu jeito alegre e brincalhão, rapidamente conquistou a simpatia dos vizinhos e companheiros. Com seu espírito prático e capacidade de direção, assumiu o comando do Destacamento A – Helenira Rezende, após a morte de André Grabois.

Foi visto pela última vez em 14 de janeiro de 1974, quando houve intenso tiroteio com as Forças Armadas. Estavam com ele naquele momento *Antônio Alfaiate* [Antônio Ferreira Pinto] e Lúcio Petit da Silva, também desaparecidos em 1974.

Segundo o relatório do Ministério da Marinha enviado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, teria morrido em 5 de março de 1974.

Nos arquivos DOPS/SP foram encontrados documentos sobre sua militância no movimento estudantil.

Hélio Luiz Navarro de Magalhães (*Edinho*)

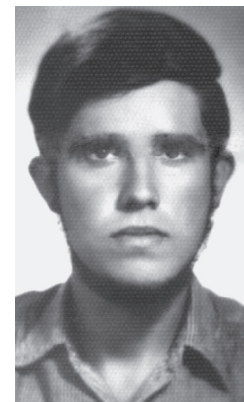
Nasceu em 23 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Gerson Menezes Magalhães e Carmem Navarro Rivas. Desaparecido em março de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Estudante de química e de música na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em razão da intensa perseguição política que passou a sofrer após a decretação do AI-5, optou por se afastar da faculdade e mudou-se para o Sudeste do Pará, próximo à região do rio Araguaia, em 3 de outubro de 1970, onde se integrou às forças guerrilheiras do Araguaia.

No início, teve grandes dificuldades de adaptação, principalmente nas atividades relacionadas à cozinha e para calcular distâncias na floresta amazônica. A primeira superou com a prática, e a segunda contando passos e tempo. Isto lhe valeu a capacidade de calcular com grande precisão as distâncias. *Edinho*, como era conhecido na região, gostava muito de música e tocava piano. Ao mudar-se para o Araguaia, procurou adaptar seus conhecimentos musicais, tornando-se flautista.

Na CEMDP, sua mãe recusou-se a receber a indenização paga pelo Estado, mas requereu esclarecimentos sobre sua morte e a entrega de seus restos mortais: “[...] *que se abra o caminho da verdade que está nas mãos daqueles que o possuem*”.

Recentemente, a família de Hélio entrou com interpelação Judicial contra a União Federal e Ação de Reparação de Perdas e Danos.



Luiz René Silveira e Silva (*Duda*)

Nasceu em 15 de julho de 1951, no Rio de Janeiro (RJ), filho de René de Oliveira e Silva e de Lolita Silveira e Silva. Desaparecido em março de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia. Era conhecido como *Duda*.

Cursou o primário e o secundário no Instituto Lafayette. Em 1970, ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (RJ), tendo de abandonar o curso no ano seguinte. Contava apenas 20 anos de idade quando decidiu ir para o Sudeste do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia, para participar das forças guerrilheiras do Araguaia. Com seu jeito calado, estava sempre atento aos relatos dos companheiros mais experientes. Queria sempre participar dos trabalhos mais difíceis. Apesar de ter cursado apenas o 1º ano de Medicina, dedicava-se bastante ao estudo, pois, como dizia “[...] *se não me formei na cidade, serei médico formado na ‘Universidade do Araguaia’*”. Compreendia que os conhecimentos de saúde lhe seriam importantes, mas sua dedicação ao estudo não se restringia somente a essa área, estudava as questões políticas e econômicas e não era raro vê-lo lendo jornais velhos que serviam de papel de embrulho.



De acordo com o relato de sua mãe, Lolita Silveira e Silva:

Ele era um idealista, um garoto que só pensava em consertar o mundo. Tinha 20 anos quando abandonou a escola de Medicina, no 1º ano, e decidiu ir para o Araguaia. Disse que iria para o interior fazer um trabalho de campo e o que havia aprendido de medicina era o bastante, porque as doenças do campo são as verminoses. O objetivo dele era dar assistência às pessoas e mostrar-lhes os direitos que elas têm. O que eu quero não é indenização nenhuma [...] Queria era poder descansar do lado de meu marido (ele morreu sem nenhuma esperança de saber se o filho estava realmente morto) e do meu filho.

Em 1980, sua mãe foi à Escola de Medicina e Cirurgia para conseguir a fotografia de Luiz René e encontrou sua ficha escolar sem a foto, sendo informada que a mesma havia sido retirada por agentes de segurança.



Maria Célia Corrêa (Rosinha)

Nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1945, filha de Edgar Corrêa e Irene Creder Corrêa. Desaparecida em março de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Era bancária e estudante de ciências sociais na Faculdade Nacional de Filosofia, hoje UFRJ. Em 1971, foi viver no Sudeste do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia, onde já se encontrava seu irmão, Elmo Corrêa, e sua cunhada, Telma Regina Cordeiro Corrêa, ambos também desaparecidos (em 14 de maio e em janeiro de 1974, respectivamente). Morava em Chega com Jeito e era conhecida como “Rosa”.

Foi vista pela última vez por seus companheiros em 2 de janeiro de 1974, segundo o *Relatório Arroyo* (documento escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar à região da Guerrilha do Araguaia em 1974). Estava em companhia de Nelson Lima Piauhy Dourado, Jana Moroni Barroso e Pedro Carretel (todos desaparecidos em 1974), quando houve um tiroteio.

De acordo com o depoimento de Edgar Corrêa, pai de Maria Célia:

Todas as informações que tive foram de um camponês que conhecemos na caravana que fizemos ao local no ano passado [1980]. Ele afirmou que minha filha foi presa perto de São Domingos das Latas. Moradores a viram sendo arrastada com as mãos amarradas, doente, seminua. Nunca mais apareceu. O ministro do Exército declarou que não tem ninguém preso. Concluímos, pois, que ela morreu sob tortura.

Em documento enviado à CEMDP, Aldo Corrêa, irmão de Maria Célia, afirma que, após longos anos de pesquisa, seu pai, Edgar Corrêa, chegou à conclusão de que

*“[...] todos os indícios apontam na direção de que Maria Célia foi presa viva”.
Continua Elmo:*

Baseando-se nessa conclusão, os pais de Maria Célia impetraram Ordem de Habeas Corpus em favor da filha, no Tribunal Federal de Recursos, em 28 de maio de 1981, que foi negado, com base na declaração feita pelo então coronel-chefe do Gabinete do Ministério do Exército, Osvaldo Pereira Gomes, mui digno membro desta Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos criada pela lei 9.140. Declaração esta que dizia o seguinte: “[...] declaro que, compulsando os arquivos da Assessoria no Judiciário do Ministro do Exército, não encontrei registro algum, nos casos relativos à Lei de Segurança Nacional, sobre custódia ou qualquer outro tipo de cerceamento de liberdade exercido sobre a referida pessoa. Brasília, DF, 21 de maio de 1981”.

Nas fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, há a informação de que ela foi presa em 26 de fevereiro de 1974.

As execuções e os desaparecimentos

De acordo com o *Relatório Arroyo*, em 18 de janeiro de 1974:

J. [Ângelo Arroyo], Zezim e Edinho [Hélio Luiz Navarro de Magalhães] encontraram Duda [Luiz René Silveira e Silva], do grupo do Nelito [Nelson de Lima Piauhy Dourado]. Ele contou que os tiros do dia 2 [de janeiro de 1974] tinham sido sobre o grupo em que ele estava. Disse que, depois do almoço desse dia, Nelito e Duda estavam juntos e que Cristina [Jana Moroni Barroso] e Rosa [Maria Célia Corrêa] haviam se afastado por um momento. Carretel estava na guarda. Na véspera, Duda e Carretel tinham ido à casa de um morador. A casa estava vazia. Quando se retiravam viram que vinham chegando os soldados. Avisaram Nelito. Imediatamente afastaram-se do local. Mas caminharam em trechos de estrada, deixando rastros. Dia 2, Nelito tinha ido a uma capoeira apanhar alguma coisa para comer. Trouxe pepinos e abóbora numa lata grande que lá encontrara. A lata fez muito barulho na marcha de volta. Às 13h30min ouviram-se rajadas. Os tiros foram dados sobre Carretel, que saiu correndo. Nelito não quis sair logo. Entrincheirou-se, talvez pensando nas duas companheiras. Mas os soldados se aproximavam. Então ele correu junto com Duda, mas foi atingido. Assim mesmo, ainda se levantou e correu mais uns vinte metros. Foi novamente atingido e caiu morto. Duda conseguiu escapar. Não sabe o que houve com as duas companheiras, nem com Carretel.

E mais adiante acrescenta:

[...] dia 14 [de janeiro de 1974], acamparam próximo a uma capoeira abandonada e onde a casa do morador havia sido queimada pelo Exército. Ao amanhecer do dia 14, dois companheiros foram ver se conseguiam alguma mandioca. [...] às 9:30h, quando estavam preparando uma refeição, ouviram um barulho estranho na mata. Ficaram de sobreaviso, com as armas na mão. Viram então os soldados que vinham seguindo o rastro e passaram a uns dez metros de onde os companheiros se encontravam. Os soldados atiraram, ouviram-se várias rajadas. [...] Zezim e Edinho escaparam por um lado. Não se sabe se os outros três – Piauí [Antônio de Pádua Costa], Beto [Lúcio Petit da Silva] e Antônio [Antônio Ferreira Pinto] – também escaparam. No dia 18, J., Zezim e Edinho encontraram Duda do grupo de Nelito. No dia 19 de janeiro, J. decidiu tentar aproximar-se do local de referência com a CM na esperança de que algum companheiro aparecesse por lá. Foi junto com Zezim, deixando Edinho e Duda juntos.

Segundo informações colhidas em 1979 por Cirene Barroso, mãe de Jana Moroni Barroso (desaparecida em 8 de fevereiro de 1974), junto aos moradores da região onde ocorreu a guerrilha, Luiz René foi preso em casa de camponeses. Estava com a perna quebrada por projétil de arma de fogo e foi levado, no início de 1974, para a base militar de Bacaba (PA), localidade às margens da Transamazônica, onde foi construído um centro de torturas e um campo de concentração das Forças Armadas, e tornou-se também, segundo moradores da região, um cemitério clandestino.

A caravana de familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, que esteve na região em 1980, conseguiu saber pelo depoimento de José da Luz Filho que:

O Duda também foi entregue em São Geraldo. Depois o Piauí se entregou também. O João Araguaia [Dermeval da Silva Pereira] também se entregou na casa da minha madrinha Nazaré Rodrigues de Souza. O Exército ficou com eles vivos [...]

José da Luz Filho explicou que o “se entregar” consistia em tentar fazer contato com lavradores, que estavam com suas casas guarnecidas por tropas.

O relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Hélio “[...] foi preso gravemente ferido, como terrorista, na região de Chega com Jeito [...] Possibilidades de sobrevivência desconhecidas [...] Morto em 14/03/74”. Sobre Luiz René diz apenas que “[...] foi morto em combate em Xambioá em março de 1974”.

Nas fichas entregues anonimamente por um militar ao jornal *O Globo*, em 1996, a de número 40, referente a Hélio Luiz Navarro de Magalhães, registra como data da sua prisão o dia 4 de fevereiro de 1974. Essa informação indica que ele ficou mais de um mês preso, já que, segundo o relatório do Ministério da Marinha, ele teria morrido no dia 14 do mês seguinte. Nas fichas citadas não há referências sobre Luiz René.

De acordo com uma entrevista ao jornal *O Globo*, de 2 de maio de 1996, do ex-guia do Exército Manoel Leal Lima (*Vanu*):

Um mês depois, quando guiava o mesmo pelotão às margens do Igarapé do Gameleira, Vanu presenciaria as cenas descritas por ele como as mais violentas que viu em toda a sua vida – um helicóptero aterrizou trazendo três prisioneiros: Antônio de Pádua, o Piauí, Luís René da Silva, o Duda, e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião [sic] e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles.

– Foi horroroso: as cabeças dos guerrilheiros ficaram totalmente destruídas, cheias de miolos e sangue expostos – lembrou Vanu, ressaltando que dessa vez os próprios soldados enterraram os corpos em valas próximas à cabeceira do rio, onde hoje fica o lote de Antônio Branco.

O ex-guia do Exército José Ribamar Ribeiro Lima, em declaração prestada em 4 de julho de 1996, na sede da Procuradoria da República no Estado de Roraima, na presença do procurador-chefe, Osório Barbosa, afirmou:

Que acompanhou até Bacaba uma moça alva, branca, baixa, cabelos curtos e escuros, e olhos castanho-claros, chamada “Rosinha”, cuja verdadeira identidade é Maria Célia Corrêa, a qual era do Rio de Janeiro e supostamente seu pai era um militar; que a viu durante os três dias em que ficou na Vila Bacaba; que Maria Célia foi entregue na Base da Bacaba na última noite de carnaval do ano de 1973 [sic].

Em depoimentos prestados à CEMDP, em julho de 1996, Adalgisa, Pedro e José Morais da Silva afirmaram que *Rosinha* foi presa pelos guias do Exército Manoel das Duas e Geraldo da Coló (Geraldo Martins). A arma dela não tinha mais bala. E *Piauí* (Antônio de Pádua Costa) foi preso perto de São Domingos do Araguaia. Os dois foram levados para Bacaba. Nessa mesma época, Creusa Morais da Silva, filha de Adalgisa e irmã de Pedro e José Morais, afirmou tê-la visto em Bacaba, amarrada em uma cadeira de choque.

Nas declarações prestadas pelos moradores da região Adão Rodrigues Lima e Salviana Xavier Lima ao MPF, em São Domingos do Araguaia, em 3 de julho de 2001, eles afirmaram:

[...] que pouco tempo depois do declarante ter retornado da prisão, a declarante viu em torno de 10 pessoas amarradas, dentre elas algumas sujas de carvão, caminhando à frente de um cortejo, o qual era tocado por mais ou menos 15 soldados do Exército, passando em frente à casa da declarante em São Domingos do Araguaia, na direção de Marabá; que a declarante reconhece, entre os prisioneiros do referido cortejo, as pessoas de Piauí, Dionor e o filho do Sr. Luisinho e Dona Joana, cujo nome não se recorda; que Piauí estava com aspecto sujo de mata, trajando um calção curto, com uma camiseta da cor de chumbo; que Dionor estava todo sujo de carvão; que o filho do Sr. Luisinho não estava sujo de carvão, e trajava calção curto e camisa de manga; que sabe informar que Dionor habita a mesma região até hoje; que o filho do Sr. Luisinho ainda habita na cidade de São Domingos do Araguaia; que nunca mais viram Piauí, Sônia, Zé Carlos e Zebão, tendo ouvido falar que eles foram mortos pelo Exército.

Depoimentos semelhantes foram prestados por diversos camponeses e moradores da região, como Pedro Moraes da Silva, em 4 de julho de 2001, que declarou:

Duda (Luiz René Silveira e Silva), cujo corpo foi jogado num castanhal na região do Gameleira, que hoje é a fazenda Brasil-Espanha; que viu Duda, quando passou em frente da casa do Vanu no tempo em que o declarante lá morava, amarrado e seguido por mais ou menos 20 soldados do Exército, fardados; que os pulsos de Duda já estavam

sem pele em razão das cordas que o amarravam; que reconheceu a ossada de Duda, em virtude da camisa esticada em cima de uma árvore e pelos ossos da perna que eram compridos por ser Duda muito alto; que o declarante pegou no crânio e viu um buraco de bala no meio da testa.

De José Francisco Dionísio, em 6 de julho de 2001:

[...] o declarante ficou sabendo através do genro do Sr. Antônio Almeida, chamado Neu, que o Piauí, junto com o filho da D^a Joana, Raimundo [trata-se de José, irmão de Raimundo, que também foi preso], chegou em São Domingos a pé, com as mãos algemadas e conduzido por soldados do Exército; que o Piauí chegou na casa do tio do Raimundo, Sr. Antônio Almeida, que ficava próxima à cidade de São Domingos, em torno de 6 km; que o Sr. Antônio Almeida veio até à cidade para entregar o Piauí para a polícia; que a polícia fez contato com o Exército, e os militares vieram pegar o Piauí; que o declarante acredita que o Sr. Antônio Almeida entregou o Piauí após um período de alguns dias em que ficou sustentando ele, e que provavelmente ele temia que os militares chegassem em sua casa e ele fosse envolvido como colaborador dos guerrilheiros [...].

Do ex-guia do Exército Agenor Moraes Silva, prestado em 7 de julho de 2001:

[...] o Duda foi pego na região do Chega com Jeito; que o declarante foi chamado na Bacaba, ao que se recorda no final de 1973, e viu o Duda preso, algemado, dentro de uma sala; que o Duda foi levado para a mata, porque descobriram que ele teria um encontro com a Cristina [Jana Moroni Barroso]; [...] que o declarante foi guia do Exército e acompanhou uma turma até o rio Jacu, que o declarante viu um corpo na floresta, 15 dias depois do tiroteio, na mesma região, na tranqueira de uma castanheira, em estado de decomposição, porém não conseguiu reconhecer com certeza de quem era, mas que achava ser de Duda, não tendo certeza; que o corpo encontrado era semelhante com Duda por ser alto, mesma cor da pele e jovem; que o cadáver tinha marcas de sangue, com sinais de que havia sido atingido no lado direito do peito e havia muitas marcas de tiros de metralhadora; que o declarante chegou a ouvir de sua casa rajadas de metralhadora, provavelmente, disparadas no local em que ele achou o corpo, porque era próximo de sua casa; que, no dia em que ouviu as rajadas de metralhadora, os militares estavam acampados próximo da casa do declarante, na OP2; que após oito dias do tiroteio, o declarante ao caminhar pela mata encontrou o referido cadáver.

Do ex-guia do Exército Raimundo Nonato dos Santos, vulgo Peixinho, em 14 de julho de 2001:

[...] uma vez encontraram os guerrilheiros Edinho e Duda; houve confronto e Edinho levou três tiros do capitão Salsa, também conhecido como Anibal, e do soldado Ataíde. Não houve confronto, pois Edinho e Duda não atiraram nos soldados. [...] depois da prisão nunca mais viu Duda ou Edinho, que apesar de baleado estava vivo e foi posto numa padiola e levado num helicóptero. O confronto foi na cabeceira da Borracheira, na direção da [grota] Fortaleza. O Duda estava desarmado, mas o Edinho carregava uma espingarda feita pelos próprios guerrilheiros, que tinha o apelido de Zezina.

O Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002, traz a seguinte conclusão:

Piauí: Antônio de Pádua Costa foi identificado sendo conduzido por soldados fardados na cidade de São Domingos do Araguaia. Depois de preso trabalhou como guia para as Forças Armadas na base de Bacaba, havendo, inclusive, foto sua em uma equipe.

Edinho: Hélio Luís N. de Magalhães, preso e ferido em confronto com as Forças Armadas. Foi visto pelo guia do Exército sendo posto numa padiola, em um helicóptero. Na mesma ocasião teria sido preso Duda.

Duda: Luiz René Silveira e Silva, visto em São Domingos do Araguaia, amarrado e escoltado por cerca de 20 soldados e, depois, na base da Bacaba, algemado. Manuel Leal Lima (ex-guia conhecido como Vanu) relatou que ao final da guerrilha Duda foi morto na Bacaba [sic], assim como Piauí e Pedro Carretel. Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 201/96, 111/96, 227/96 e 041/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Rosinha: Maria Célia Corrêa foi vista em São Domingos do Araguaia, amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu).

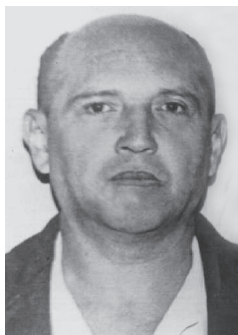
O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Antônio de Pádua Costa e Maria Célia Corrêa morreram em 5 de março de 1974, apresentando uma versão inacreditável de que um teria matado o outro.

Os nomes de Antônio de Pádua Costa, Hélio Luiz Navarro de Magalhães, Luiz René Silveira e Silva e Maria Célia Corrêa constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seus casos foram protocolados com os números 201/96, 111/96, 227/96 e 041/96, respectivamente.

Em homenagem a esses quatro guerrilheiros, seus nomes denominaram ruas nas cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Campinas (SP).

Luiz René Silveira e Silva foi homenageado pelo GTNM/RJ com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1999.

Mais três dirigentes do PCB assassinados



João Massena Melo

Nasceu em 16 de agosto de 1919, em Água Preta, à época distrito de Palmares (PE), filho de Sebastião Massena Melo e Olímpia Melo Maciel. Desaparecido em 3 de abril de 1974. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Filho de pai carpinteiro e mãe costureira, começou a se interessar por política na adolescência, entre 1932 e 1933, no Rio de Janeiro (RJ), quando trabalhava como operário tecelão da Fábrica de Tecidos Nova América. Posteriormente, tornou-se operário metalúrgico. Antes, trabalhou como balconista em um pequeno armazém na Baixada Fluminense.

Preso em razão de suas atividades políticas durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, ficou no presídio de Fernando de Noronha, onde conviveu com Agildo Barata e Carlos Marighella.

Em 1947, foi eleito vereador no antigo Distrito Federal. Seu mandato foi extinto e cassado quando o PCB foi considerado ilegal, em 1948. Ainda em 1947, casou-se com Ecila Francisca Massena Melo, com quem teve três filhos. As perseguições políticas o levaram a voltar para Pernambuco, onde viveu até 1950.

De volta ao Rio de Janeiro, trabalhou como soldador e passou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo antigo estado da Guanabara, pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Após o golpe de Estado de 1964, teve novamente seu mandato cassado, de acordo com o art. 10 do AI-1, de 9 de abril daquele ano. Além disso, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Preso em casa no dia 1º de julho de 1970 por agentes da 2ª Auditoria da Marinha, sob a acusação de estar reorganizando o PCB, foi muito torturado. Sua família também foi presa e levada para a ilha das Flores, e sua casa foi saqueada. Chegou a ser transferido para a ilha das Cobras. Foi libertado após dois anos e sete meses de reclusão, em fevereiro de 1973. Em 20 de setembro de 1978, ocorreu o julgamento de mais de 60 pessoas, pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha no Rio de Janeiro, acusadas de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro. Destas, oito eram desaparecidas e foram absolvidas, inclusive Massena. Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, de 7 de junho de 1966, foi condenado a cinco anos de reclusão no chamado “Processo das Cadernetas de Prestes”.

Permaneceu com a família até viajar para a cidade de São Paulo, em 19 de março de 1974, onde foi novamente preso em 3 de abril, quando desapareceu.

Em documentos referentes a João Massena, arquivados no antigo DOPS/SP, foram encontradas as seguintes anotações: “[...] Em 24/06/74, sua filha Alice Massena Melo, solicitou ao Exmo. Sr. Presidente da República, general Ernesto Geisel, providências no sentido de localizar seu pai”. Em outro documento, o “Relatório Periódico de Informação (RPI nº 08/76)”, de 10 de setembro de 1976, consta: “Ministério do Exército nos cientificou que o marginado e outros, a partir de maio de 1974, o PCB passa a dar como desaparecidos”.

De acordo com o livro *Desaparecidos Políticos*:

[...] não puderam desaparecê-lo, no dizer de sua mulher que ia sempre visitá-lo, afinal ele fora preso com testemunhas [...] Massena foi solto em fevereiro de 1973, embora seu julgamento só tenha ocorrido cinco anos depois, em 20 de setembro de 1978, quando foi absolvido, juntamente com outras pessoas submetidas às mesmas acusações e igualmente desaparecidas, como Jayme Amorim Miranda, Orlando Bomfim Júnior, David Capistrano, Itair José Veloso, Hiram de Lima Pereira.

A libertação de Massena, para sua mulher, foi uma verdadeira armadilha. Eles – os organismos de repressão – ficaram à espreita e, na primeira oportunidade, apanharam o ex-deputado. [...]

A 30 de março Massena escreveu sua última carta [...] marcava um encontro com sua mulher, que seria realizado num fim de semana, entre os dias 5 e 6 de abril. Ela foi ao encontro, esperou todo o fim de semana, mas Massena não apareceu.

Então julgou que alguma coisa acontecera, mas ainda não colocara a prisão dele como uma possibilidade [...] No dia 20 de abril, o homem, na casa de quem Massena se hospedara em São Paulo, lhe informou que Massena saiu de casa dia 3 ou 4 de manhã, “apenas com a roupa do corpo, dizendo que voltaria para o almoço e não voltou”.

Depois disso, a família de Massena desenvolveu intensa busca, seguindo o mesmo ritual das outras famílias de desaparecidos: foi a São Paulo e procurou a Igreja, dirigiu-se aos conhecidos órgãos de repressão política e aos hospitais de emergência, cemitérios, institutos médicos-legais. Ninguém sabia do seu paradeiro.

A família impetrou um *habeas corpus* no STM, protocolado com o número 31.242, o qual foi distribuído para o ministro Alcides Carneiro, mas foi negado sob a alegação de que Massena não se encontrava preso em nenhuma dependência militar.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 195/96.

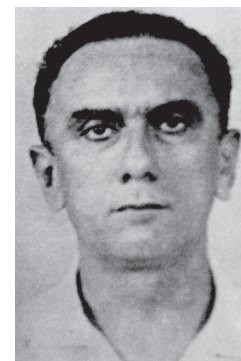
Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma de suas ruas. Ele foi homenageado também com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 2007, pelo GTNM/RJ.

Luiz Ignácio Maranhão Filho

Nasceu em 25 de janeiro de 1921, em Natal (RN), filho de Luís Ignácio Maranhão e Maria Salomé Carvalho Maranhão. Desaparecido em 3 de abril de 1974. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Odete Roselli Garcia Maranhão. Advogado, professor do Atheneu Northeriograndense, onde havia estudado, e também da Fundação José Augusto e da UFRN. Jornalista, colaborou com diversos jornais do estado, particularmente com o *Diário de Natal*, e publicou vários artigos na *Revista Civilização Brasileira*.

Em 1945, iniciou sua militância no PCB. Preso em 1952 pela Aeronáutica, em Parnamirim (RN), foi muito torturado. Sua história constituiu um capítulo do livro *A História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Em 1958, foi eleito deputado estadual, pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), desempenhando o mandato até 1962.



No início de 1964, visitou Cuba a convite de Fidel Castro. Quando ocorreu o golpe de Estado de abril do mesmo ano, Luiz foi preso e, novamente, submetido à tortura. Permaneceu preso na ilha de Fernando de Noronha (PE) até fins de 1964, junto com o governador de Pernambuco Miguel Arraes e seu irmão, todos cassados.

Libertado, imediatamente passou à clandestinidade, no Rio de Janeiro. Durante o período de vida clandestina, Luiz Ignácio atuou em diversas atividades partidárias. Foi eleito membro do Comitê Central do PCB no seu VI Congresso, em 1967.

Era importante elo nos contatos do PCB com a Igreja católica e políticos da oposição legal. Defendia o diálogo entre marxistas e cristãos, conforme o filósofo filiado ao PCF, Roger Garaudy, com quem se correspondia. Em 1967, organizou a publicação de três Encíclicas: *Mater et Magistra*, *Pacem in Terris*, de João XXIII, e *Populorum Progressio*, de Paulo VI, em um volume intitulado *A Marcha Social da Igreja*, cuja introdução foi escrita por Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, importante pensador cristão. Ele acreditava em uma aproximação com a Igreja para realizar um trabalho conjunto contra a ditadura.

Prisões no Rio de Janeiro, em junho de 1970, originaram um IPM no Primeiro Distrito Naval para apurar a atividade de militantes do PCB. Um processo nesse distrito, que se desdobrou em cinco IPMs, procurou colher informações sobre Luiz Maranhão. Ele foi indiciado como revel no IPM de agosto de 1970, sendo denunciado como incurso nos art. 23, 43 e 45 da LSN. Em 23 de janeiro de 1973, porém, foi absolvido por insuficiência de provas. Em 27 de março de 1973, o Superior Tribunal Militar julgou a apelação e, por maioria de votos, o absolveu.

Luiz Maranhão foi preso em 3 de abril de 1974 numa praça, em São Paulo, capital. Pessoas que presenciaram a cena informaram que ele foi algemado e conduzido por agentes policiais. A ditadura jamais reconheceu sua prisão e ele foi incluído no rol dos desaparecidos políticos.

Odeto Maranhão constituiu como advogado Aldo Lins e Silva e buscou informações em diversas delegacias, entidades e com autoridades. Contatou o professor Cândido Mendes, da Comissão Justiça e Paz. Conseguiu, até, uma audiência com o general Ednardo D'Ávila de Mello, então comandante do II Exército, que disse ter procurado Erasmo Dias, então Secretário de Segurança Pública no estado de São Paulo, mas não obteve nenhuma informação: eles lhe garantiram que Ignácio não estava sob responsabilidade de seus comandos.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 043/96.

Foi homenageado com a criação do Instituto Prof. Luiz Ignácio Maranhão Filho.

Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma rua no bairro de Paciência. Uma placa com seu nome foi colocada no Monumento contra a Tortura, no Recife (PE).



Walter de Souza Ribeiro

Nasceu em 24 de setembro de 1924, em Teófilo Otoni (MG), filho de Benedito Ribeiro e Maria Natalícia Alves Ribeiro. Desaparecido em 3 de abril de 1974. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Adalcy Byrro Ribeiro, com quem teve três filhos: Marcos, Marina e Marcelo. Pessoas que com ele conviveram e que o conheceram de perto o descrevem como encantador, inteligente, excelente amigo, fiel companheiro e muito bom pai.

Fez o curso primário em Teófilo Otoni (MG) e o ginásio em Conceição do Mato Dentro (MG). Ingressou no Curso Preparatório de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (RJ), tornando-se oficial de artilharia do Exército.

Foi reformado como 2º tenente pela lei 1.507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade com o oficialato, por haver assinado um documento em defesa da paz mundial, contra o uso de armas atômicas e o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia.

Atuou profissionalmente como jornalista e era inscrito no sindicato da categoria no Rio de Janeiro.

Em 1959, mudou-se para Brasília (DF), ainda em construção, onde trabalhou como funcionário da Novacap até abril de 1964, tendo sido demitido por força do AI-1. Era membro do Comitê Central do PCB e atuava na clandestinidade.

Respondeu ao chamado “Processo das Cadernetas de Prestes”, no qual foi condenado como revel à pena de três anos de reclusão, em 6 de junho de 1966. A sentença foi reformada pelo STM em 27 de julho de 1974, reduzida à pena de 18 meses de detenção e considerada extinta quando já se encontrava desaparecido.

Após a notícia da prisão de Walter, ocorrida em 3 de abril de 1974, a peregrinação da família começou, na tentativa de encontrá-lo. Procurado pela família, o deputado federal Fábio Fonseca telefonou para o general Gentil Marcondes, chefe do Estado Maior do II Exército, em São Paulo. Este lhe informou horas depois, por telefone, que Walter se encontrava preso. Em 23 de maio, seu irmão, major Tibúrcio Geraldo, veio a São Paulo falar com o general Gentil Marcondes na tentativa de visitar Walter e recebeu deste a resposta de que ele não estava preso. A família entrou em contato com o deputado Freitas Nobre em 31 de maio, que afirmou ter obtido a notícia de que Walter estivera no DOPS/SP naquele mês, por meio do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Marina, sua filha, procurou pelo pai, colocando anúncios nos jornais. Foram feitos contatos com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 0204/96.

Em sua homenagem, as cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte deram o seu nome a uma de suas ruas.

Os desaparecimentos e a repercussão política

Os dirigentes do PCB desconfiavam de infiltrações no partido e que estavam sendo seguidos há algum tempo, afinal, em 3 de dezembro de 1972, o *Jornal do Brasil* publicara uma entrevista do “agente Carlos”. Era Aduino Freire, que assumiu a condição de agente da CIA infiltrado no partido e era secretário-geral da Seção de Relações Exteriores do PCB.

De acordo com a pesquisa de Elio Gaspari, publicada no livro *A Ditadura Derrotada*:

No dia 3 de abril, [Walter de Souza] Ribeiro saiu de uma reunião numa casa em cuja vizinhança havia pessoas consertando a fiação de postes. Foi a um “ponto” conversar com Luís Inácio Maranhão [sic]. Ex-deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, defensor da anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República e amigo do cardeal Eugênio Sales, Maranhão era uma espécie de chanceler do Partidão. [...] Também iria a esse encontro João Massena Mello [sic] [...]. Sumiram todos.

A família de Massena enviou cartas ao conselheiro federal da OAB, F. A. Serrano Neves, e a deputados estaduais e federais. Em 25 de abril de 1974, sua filha, Alice Massena Melo, escreveu uma carta ao líder do MDB, deputado Laerte Vieira, que a leu no plenário do Congresso Nacional, seguido pelo pronunciamento do deputado Marcos Nobre. A carta foi transcrita no *Diário Oficial da União*, de 2 de maio do mesmo ano, e resume os fatos:

Meu pai, João Massena Melo, brasileiro, casado, pai de três filhos, metalúrgico, ex-dirigente sindical e ex-deputado à Assembléia Legislativa da Guanabara foi preso no dia 3 do corrente mês na cidade de São Paulo, para onde viajara na véspera a fim de tentar ganhar a vida, já que nesta cidade todas as portas lhe foram fechadas.

Angustiada e ansiosa, faço um amargurado e veemente apelo a V. Excia. para que vos dirija às autoridades do País pedido para pouparem a vida de meu pai e concederem permissão para que eu possa visitá-lo.

Este dramático e estranho apelo se justifica e só tem razão de ser formulado porque até hoje as autoridades coatoras não se dignaram a proceder a qualquer formalidade legal e, sobretudo, porque – quando preso em 1º de julho de 1970 – meu pai poderia ter morrido em consequência das torturas (spancamentos, pendura pelos pés e mãos no chamado “pau de arara” ao mesmo tempo em que se lhe aplicava choques elétricos por todo o corpo, quase enforcamento e outros requintes bestiais e horripilantes) sofridas no quartel da Polícia do Exército, sediado na rua Barão de Mesquita, nesta cidade. Meu pai é um homem doente e já conta 55 anos de idade, sendo por isso improvável que possa suportar a repetição de métodos tão bárbaros e tão anti-humanos.

Meu pai estava em gozo de liberdade concedida pelo Egrégio Superior Tribunal Militar em fevereiro de 1973. Agora, depois de submetido a tratamento de saúde – deteriorada, em parte, pelas torturas e pelos maus-tratos da prisão – ele vinha tentando reintegrar-se na sua atividade profissional.

Angustiada e desesperada, mas confiante e esperançosa de que o vosso apelo possa salvar a vida de meu pai, subscrevo-me.

A esposa de Luiz Ignácio Maranhão Filho, Odete, denunciou seu desaparecimento e que estaria sendo torturado pelo delegado do DOPS/SP, Sérgio Paranhos Fleury. O deputado do MDB Lysâneas Maciel discursou na Câmara Federal exigindo explicações do governo. O secretário-geral do MDB e amigo de infância de Luiz, deputado Thales Ramalho, leu a carta da esposa de Luiz no plenário do Congresso Nacional, emocionado. Esta foi publicada no *Diário do Congresso*, em 15 de maio de 1974. Ao terminar a leitura, o deputado enfatizou que os direitos elementares de Luiz Ignácio deveriam ser respeitados, e pediu um julgamento justo para ele e a apuração do caso. Neste mesmo dia, o vice-líder da Arena, deputado Garcia Neto, prometeu “[...] que o governo tomaria providências para elucidar os seqüestros de presos políticos, inclusive de Luiz Maranhão Filho” e outras denúncias feitas pelo MDB. Essas providências nunca foram tomadas.

Odete conseguiu ainda fazer um apelo ao então presidente Geisel para que mandasse apurar o caso com urgência, pois Luiz Maranhão estava em “*péssimas condições de saúde*”. Mas nada conseguiu. Ainda em maio, a CNBB e a OAB protestaram e exigiram resposta sobre o paradeiro dos desaparecidos ao presidente Geisel.

Em 29 de junho de 1974, foi publicada a nota oficial do MDB, no jornal *Diário de Brasília*, indagando do governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais figuravam os nomes dos três dirigentes comunistas.

Em 7 de agosto do mesmo ano, por intermédio de D. Paulo Evaristo Arns, conseguiu-se uma audiência de familiares de desaparecidos políticos com o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, com a presença do cardeal, do presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, professor Cândido Mendes, e do advogado José Carlos Dias. O general Golbery prometeu aos familiares que, no prazo máximo de um mês, daria uma resposta sobre o paradeiro dos 22 desaparecidos citados, o que não aconteceu.

A reação da ditadura viria em fevereiro de 1975, quando o ministro da Justiça, Armando Falcão divulgou nota sobre os desaparecidos políticos, em que afirmava sobre Walter de Souza Ribeiro: “*Ex-oficial do Exército, expulso por atividades subversivas, como indigno para o oficialato. Há um mandado de prisão expedido pela 2ª Auditoria da 2ª CJM em 1970. Encontra-se foragido*”. Sobre Luiz Ignácio Maranhão Filho, apenas informou que ele era membro efetivo do Comitê Central do PCB, e a respeito de João Massena Melo, apenas reafirmou que ele não se achava preso em nenhum organismo militar.

Indignada com a nota do ministro, a viúva de Walter, Aldacy, manifestou-se protestando contra as calúnias e apresentando documentos que desmentiam o ministro, uma vez que havia sido expedida pela 2ª Auditoria do Exército de São Paulo certidão negativa, a qual informava

que sua pena havia sido reformada pelo STM em acórdão de 27 de maio de 1974 e diminuída para um ano e oito meses e, assim, prescrita.

Tão logo soube do teor da nota, Aldacy enviou uma carta ao general Sylvio Frota, então ministro do Exército, pedindo-lhe que informasse em qual *Diário Oficial* havia sido publicado o ato de expulsão do Exército como indigno do 2º tenente reformado Walter de Souza Ribeiro. A carta foi protocolada em 6 de março de 1975, mas não recebeu resposta. De acordo com seu depoimento publicado no livro *Desaparecidos Políticos*:

A nota é caluniosa também quando diz que meu marido foi expulso do Exército como indigno. Não existe, até agora, que seja do meu conhecimento e dos meus filhos, nenhuma expulsão e sim reforma pela lei nº 1507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade para o oficialato. [...] A reforma de um oficial por incompatibilidade não significa indignidade, conforme declarou o ministro Falcão. Nossa dor já era demasiadamente grande pelo dramático desaparecimento do chefe da nossa família para suportar ainda o peso da difamação que o ministro nos impôs através de toda a imprensa nacional.

Anos após seu desaparecimento, a família de Walter continuou sua busca por meio de advogados e da Comissão de Justiça e Paz, sem obter qualquer informação.

Em 8 de abril de 1987, o ex-médico e torturador Amílcar Lobo revelou, em entrevista à revista *IstoÉ*, que viu Luiz Maranhão sendo torturado no DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro.

Em entrevista a revista *Vêja*, de 18 de novembro de 1992, o ex-sargento do DOI-CODI/SP Marival Dias Chaves do Canto afirmou que pelo menos oito dirigentes do PCB tiveram seus corpos esquartejados e atirados nas águas do rio Novo, em Avaré (SP). Segundo o ex-sargento, João Massena Melo e Luiz Ignácio Maranhão Filho, presos em 1974, teriam recebido uma dose de injeção para matar cavalos. Suas mortes fizeram parte da “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar o PCB.

De acordo com essas declarações do ex-sargento, Walter de Souza Ribeiro foi capturado pelo DOI-CODI em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro, onde foi assassinado e esquartejado, sendo as partes de seu corpo enterradas em lugares diferentes, para não ser identificado.

Em 24 de março de 2004, a revista *IstoÉ* publicou reportagem de Amaury Ribeiro Jr., baseada em documento encontrado nos pertences do general Antônio Bandeira, que comandou as Forças Armadas até o fim da II Campanha contra a Guerrilha do Araguaia, no qual foi revelado o conteúdo de uma reunião entre os generais Ernesto e Orlando Geisel e o então presidente da República, general Emílio G. Médici, da qual Bandeira também participou. Na reunião, ocorrida em maio de 1973, discutiu-se as diretrizes da repressão política: “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”.

Em 31 de março de 2004, a revista *IstoÉ* revelou, na reportagem “Traição e extermínio”, que a operação que promoveu os desaparecimentos dos dirigentes do PCB foi comandada pelo chefe do DOI, coronel Audir dos Santos Maciel, codinome *Dr. Silva*. A missão consistia em [...] prender e executar os membros do Comitê Central do PCB, sem deixar pistas. Os assassinatos ocorreram em chácaras clandestinas para facilitar a ocultação de cadáveres. Os demais sobreviventes eram encaminhados pelo comando do II Exército aos delegados do DOPS [...] José Francisco Setta e Alcides Singillo. [...] Apelidada de “Operação Radar”, resultou na morte de 11 membros do Comitê Central. Além de destruir as gráficas clandestinas do partido, a repressão desmantelou seus diretórios nos estados, em operações que prenderam 679 pessoas.

O ex-sargento Marival tornou públicos então os nomes dos principais envolvidos: os coronéis Audir Santos Maciel, ex-comandante do DOI-CODI (1974-1976), o *Dr. Silva*; Paulo Malhães, conhecido como *Dr. Pablo*; e José Brant Teixeira, o *Dr. César*. Além dos ex-cabos Félix Freire Dias e José Bonifácio Carvalho. O oficial do DOI-CODI/SP, André Pereira Leite Filho, então conhecido como *Doutor Edgar*, também integrou o pequeno grupo responsável pela eliminação de dirigentes do Comitê Central do PCB.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.dhnet.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 043/96, de Luiz Ignácio Maranhão; 195/96, de João Massena Melo; 204/96, de Walter de Souza Ribeiro, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 394-395.

GOES, Maria Conceição Pinto de. *A Aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: Cristãos e Comunistas na Construção da Utopia*. Rio de Janeiro: UFRJ; Revan, 1999.



Dinaelza Soares Santana Coqueiro (Mariadina)

Nasceu em 22 de março de 1949, em Vitória da Conquista (BA), filha de Antônio Pereira de Santana e Junília Soares Santana. Desaparecida em 8 de abril de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Concluiu o curso primário e o secundário no Instituto Regis Pacheco, em Jequié (BA), e em 1969 iniciou o curso de geografia na Pontifícia Universidade Católica de Salvador. Participou do movimento estudantil e fazia parte da comissão executiva do diretório central dos estudantes de sua universidade.

Trabalhou na Sadia, que mais tarde se tornou Transbrasil, até início de 1971. Foi para o Sudeste do Pará, uma região próxima ao rio Araguaia, com seu marido Vandick Reidner Pereira Coqueiro (desaparecido em 17 de janeiro de 1974), onde participou das forças guerrilheiras do Araguaia.

Segundo o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974:

[...] em 25 de dezembro de 1973 – Dinaelza e Vandick haviam ficado perto do local onde houvera tiroteio em 17/12/73 contra Antônio Teodoro e Elmo Corrêa, para encontrá-los, e deveriam retornar no dia 28/12 num local bem próximo de onde houvera o tiroteio do dia 25.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa em 1993, afirma que Dinaelza “[...] utilizava os codinomes Dinorá e Maria Dina, tendo sua carteira de identidade nº 792454-SSP/BA apreendida em um ‘aparelho rural’ do PC do B. Atuava na área de Xambioá e Marabá”.

O relatório do Ministério da Marinha, da mesma data, diz que ela foi “[...] morta em 8 de abril de 1974”.

Segundo informações de moradores da região, foi aprisionada por tropas do Exército, conforme depoimento prestado ao MPF, em julho de 2001, pelo ex-guia do Exército Sinézio Martins Ribeiro:

[...] ficou sabendo pelo Pedro Galego e Iomar Galego que a Mariadina foi presa no rumo da OP-1, dentro da mata; que quem prendeu ela foi o mateiro Manoel Gomes e entregou para o Exército; que segundo soube o depoente ela foi levada para a casa do Arlindo Piauí para contar onde estavam os outros e outras informações; que ela não falou nada; que lhe contaram que ela era muito bruta, porque ela não respondia nenhuma das perguntas e também cuspiu nos doutores; que por isso mataram ela um pouco adiante da casa do Arlindo Piauí, dentro da mata; que o depoente não conheceu Mariadina.

Em matéria publicada no *Correio Braziliense*, de 28 de novembro de 2001, o jornalista Eumano Silva afirmou:

O corpo de outra guerrilheira, Dinaelza Santana Coqueiro, segundo a testemunha, está enterrado na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo a Marabá, também no Pará. Dinaelza usava o codinome Mariadina. Da estrada, Cícero apontou o local da cova, perto de uma casa de tábuas. O ex-mateiro não quis ir até o local para não ser visto pelos moradores da casa. Deu alguns detalhes. Disse que a cova fica do lado esquerdo da curva de um caminho velho, perto de onde havia uma antiga tapera.

O *Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002*, diz:

Mariadina: Dinaelza S. Coqueiro foi presa por um mateiro e entregue ao Exército. Interrogada na casa de um camponês, teria cuspidos em um dos oficiais e então executada.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 047/96.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo (SP) e Campinas (SP) deram seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Vila Esperança, respectivamente. Também foi homenageada com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 2002, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 047/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Ieda Santos Delgado



Nasceu em 9 de julho de 1945, no Rio de Janeiro, filha de Odorico Arthur Delgado e Eunice Santos Delgado. Desaparecida em 11 de abril de 1974. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Bacharel em ciências jurídicas e sociais, formada pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Brasília (DF), em 1969, e funcionária do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, no Rio de Janeiro, até sua prisão e desaparecimento. Trabalhou também no Suplemento Literário do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Sua atuação política iniciou-se no movimento estudantil, quando ainda estudava direito, entre 1967 e 1968. Formou-se em Direito e, além disso, falava francês, italiano, inglês e espanhol. Trabalhou como assistente jurídica do MEC, no Plano Nacional de Educação, de 1967 a 1970. Já como funcionária do Ministério das Minas e Energia, realizou um curso de especialização na PUC/RJ, entre setembro de 1971 e março de 1972. Também fez outros cursos na Faculdade Cândido Mendes. Em 1973, foi secretária jurídica do Centro de Pesquisas Experimentais e, ao ser presa, aguardava transferência para Brasília.

Em 11 de abril de 1974, viajou para São Paulo durante os feriados da Semana Santa, para buscar passaportes para um casal de militantes da ALN perseguidos pelos órgãos de repressão política e que precisavam sair do país. Seu nome constava da passagem e lista de passageiros confirmados pela Varig. Quatro dias depois, sua mãe recebeu um telefonema anônimo informando que teria sido presa pelo DOPS/SP. Sua mãe viajou para São Paulo e, a partir de então, começou a busca nos quartéis, delegacias, DOI-CODI, DOPS, hospitais e até no IML. Foram contratados vários advogados, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, entre eles Modesto da Silveira e Rosa Cardoso, mas, tanto as buscas como os *habeas corpus*, o último impetrado em 23 de maio de 1974 no STM, em nada resultaram.

Ieda era acusada de fazer atividades de apoio financeiro à Ação Libertadora Nacional.

Sua mãe foi aconselhada a procurar amigos influentes que tivessem acesso a informações; um deles, um general, prometeu conversar com o então chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo. Após esse contato, o mesmo general disse que “*Ieda era um elemento perigoso e que deveria estar foragida*”.

Tempos depois, sua mãe teve notícias de que Ieda estivera presa em Campinas (SP), onde teria sido torturada e, em virtude disso, hospitalizada, e em Piquete (SP), onde permanecera por pouco tempo. Essas informações, porém, nunca foram confirmadas.

Exatamente um mês depois de seu desaparecimento, sua mãe recebeu uma carta de Ieda, de cinco linhas, na qual ela dizia que muito em breve se comunicaria e que a família não se preocupasse. A carta estava sem data e com o carimbo de Belo Horizonte. Um mês depois, outra carta, nos mesmos termos, com a letra muito tremida e carimbo do Uruguai. A partir daí, nenhuma notícia. A família realizou exames grafológicos, que confirmaram tratar-se da letra de Ieda.

Sua mãe enviou cartas ao presidente da República, general Ernesto Geisel, e ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que não foram respondidas.

Escreveu também para o presidente da OAB, seção São Paulo, e para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que por sua vez interpelou o governo brasileiro. Este enviou à OEA, em 30 de novembro de 1976, o seguinte comunicado:

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo nada apurou em relação à sra. Ieda Santos Delgado e não consta que esteja detida em órgão de segurança daquela área. Não existe nenhum dado sobre a mesma, a não ser notícias esparsas de seu desaparecimento dadas pela imprensa e pelos seus familiares. O

habeas corpus impetrado pelos pais de Ieda Santos Delgado e a carta por eles dirigida ao senhor Ministro da Justiça dão como data de sua prisão o dia 13/04/74 o que é de estranhar, uma vez que ela enviou duas correspondências à sua mãe, uma postada em Belo Horizonte (MG), 19/4/74 e outra postada no Uruguai, em 15/05/74 o que comprova que ela não fora presa.

Em 29 de junho de 1974, foi publicada a nota oficial do MDB, no jornal *Diário de Brasília*, indagando do governo o destino de 11 presos políticos desaparecidos, entre os quais figurava o nome de Ieda.

Documento encontrado no arquivo do DOPS/SP, produzido e enviado pelo Ministério da Aeronáutica, em 17 de março de 1975, encaminhando, entre outros documentos, o relatório do Serviço de Informação do DOPS/SP sobre Ieda Santos Delgado e Ana Rosa Kucinski, informa que ambas estavam envolvidas com pessoas presas ou procuradas pela polícia.

Não obstante toda a luta de sua mãe para localizar Ieda, Eunice começou a sofrer uma verdadeira tortura psicológica quando passou a receber telefonemas com vozes de mulher. O primeiro deu-se em março de 1977, o segundo, em dezembro do mesmo ano: uma mulher se dizendo Ana Lúcia Paiva disse que Ieda iria de “[...] Recife para Jaboatão (PE), saindo de Campinas (SP) no voo 19 da Varig, com escala no Rio de Janeiro”. O último aconteceu em 5 de março de 1979, quando uma mulher ligou dizendo: “Mãe, é Rosa” [nome que usava], e que a veria em breve.

No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, há uma referência a que, em matéria do *Jornal da Tarde*, de 29 de junho de 1974, na página 3 do 1º caderno, Ieda teria sido detida em 18 de abril de 1974, não constando qual a autoridade ou órgão seria o responsável por sua prisão.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 265/96.

Ieda foi homenageada no Rio de Janeiro e em São Paulo, cidades onde o seu nome foi dado a ruas nos bairros de Paciência e Jardim Toca, respectivamente.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 265/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.).

Desaparecidos Políticos, op. cit.



Antônio Ferreira Pinto (Antônio Alfaiate)*

Nasceu em 16 de julho de 1932, no município de Lagoa dos Gatos (PE), filho de Manoel Ferreira Pinto e Leopoldina Maria de Jesus. Desaparecido em 21 de abril de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Vivia na região da Baixada Fluminense (RJ), onde trabalhava como alfaiate. Participou dos movimentos populares contra a sonegação de gêneros alimentícios que culminaram com a invasão de supermercados e açougues, onde os produtos estavam sendo escondidos para obter elevação de preços, que ocorreram entre 1961 e 1962, em Duque de Caxias (RJ). Atuou como dirigente do Sindicato dos Alfaiates do Estado da Guanabara.

Em 1970, foi viver com outros companheiros na localidade chamada “Metade” (PA), próxima ao rio Araguaia. Era de gênio alegre e gostava de cantar músicas nordestinas.

Apesar de seu porte franzino, jamais recusou uma tarefa, por mais pesada ou difícil que fosse.

Foi visto pela última vez em 14 de janeiro de 1974, com Lúcio Petit e Antônio de Pádua Costa, conforme o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974.

*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Antônio Ferreira Pinto constava apenas como Antônio Alfaiate.

Lúcio Petit da Silva (Beto)

Nasceu em 1º de dezembro de 1943, em Piratininga (SP), filho de José Bernardino da Silva Júnior e Julieta Petit da Silva. Desaparecido em 21 de abril de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Vice-comandante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Cursou o primário em Amparo e o ginásio em Duartina, no interior paulista. Por causa das dificuldades financeiras da família, começou a trabalhar muito cedo. Foi viver com um tio em Itajubá (MG), onde terminou o colegial e o curso superior no Instituto Eletrotécnico de Engenharia. Fez parte do diretório acadêmico de sua faculdade, onde iniciou sua militância política, encarregando-se do setor de cultura. Participou das atividades do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros para o jornal *O Dinamo*, do diretório acadêmico.

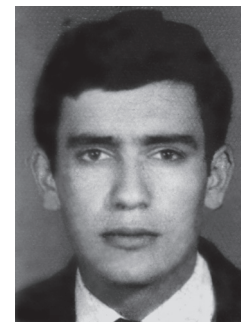
Em 1965, trabalhou em São Paulo (SP) como engenheiro da Light, da Engemix e da Cia. Nativa, em Campinas (SP).

Em meados de 1970, abandonou o trabalho e a cidade para continuar a luta política na região Sudeste do Pará, local escolhido pelo PCdoB para iniciar a Guerrilha do Araguaia. Lá já se encontravam sua irmã Maria Lúcia e seu irmão Jaime (desaparecidos em 16 de junho de 1972 e no fim de novembro de 1973, respectivamente). No campo, destacou-se como excelente mateiro. Fez vários poemas e literatura de cordel que eram recitados pelos camponeses da região e nas sessões de terecô (religião local).

Tornou-se vice-comandante do Destacamento A – Helenira Rezende, após a morte do comandante André Grabois, em 14 de outubro de 1973. Era conhecido como *Beto*.

Visto pela última vez por seus companheiros em 14 de janeiro de 1974, após forte tiroteio com as Forças Armadas.

Theresa Braz Rosas, professora de fotografia e amiga de Lúcio, buscou resgatar alguns de seus textos para lembrar a atuação literária do então aluno da EFEI. Dos trabalhos que ele deixou escritos, apenas duas crônicas foram encontradas, publicadas no jornal do diretório acadêmico da EFEI – *O Dinamo*. Segundo informações obtidas no DA pela professora, os demais exemplares do jornal, em que havia mais publicações de Lúcio “[...] foram apreendidos pelo Batalhão de Itajubá” nos anos 1970.



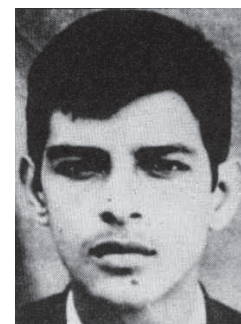
Uirassu de Assis Batista (Valdir)

Nasceu a 5 de abril de 1952, em Itapicuru (BA), filho de Francisco de Assis Batista e Aidinalva Dantas Batista. Desaparecido em 21 de abril de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do Destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Iniciou seus estudos em Itapicuru e concluiu o curso primário em Rio Real (BA), indo depois para Alagoinhas (BA), onde concluiu o ginásio. Como estudante secundarista na Bahia, participou do movimento estudantil. Chegou a ser aprovado no vestibular para a Universidade Federal da Bahia, quando abandonou os estudos.

Perseguido por sua atuação política, mudou-se para o Sudeste do Pará, indo residir na localidade denominada “Metade” (PA), incorporando-se à Guerrilha do Araguaia.

Com seu gênio alegre, cativou todos que com ele conviveram. Frequentava todas as festas da vizinhança, onde dançava e participava das brincadeiras.



Os relatórios dos ministérios militares encaminhados ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, não fazem referência à sua morte.

Prisão e desaparecimento

De acordo com o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974:

Dia 14 [de janeiro de 1974], acamparam próximo a uma capoeira abandonada e onde a casa do morador havia sido queimada pelo Exército. Ao amanhecer do dia 14, dois companheiros foram ver se conseguiam alguma mandioca... Às 9h30, quando estavam preparando uma refeição, ouviram um barulho estranho na mata. Ficaram de sobreaviso, com as armas na mão. Viram então os soldados que vinham seguindo o rastro e passaram a uns dez metros de onde os companheiros se encontravam. Os soldados atiraram, ouviram-se várias rajadas. J. [Ângelo Arroyo], Zezim e Edinho [Hélio Luiz Navarro de Magalhães] escaparam por um lado. Não se sabe se os outros três – Piauí [Antônio de Pádua Costa], Beto [Lúcio Petit da Silva] e Antônio [Antônio Ferreira Pinto] – também escaparam.

Provavelmente tenham de fato escapado, porque os relatos posteriormente obtidos pelo MPF fazem referências à prisão de Antônio, Lúcio e Uirassu, em 21 de abril de 1974.

Dos relatórios dos ministérios militares já citados, somente o da Marinha faz referência sobre Lúcio Petit da Silva e afirma que foi morto em março de 1974, nada constando sobre os demais.

Em depoimento prestado ao MPF em julho de 2001, Margarida Ferreira Félix afirmou: [...] *no dia 21 de abril de 1974, os três últimos guerrilheiros foram presos na casa do Manezinho das Duas, quando eles vieram pedir um pouco de sal; que os guerrilheiros eram o Beto [Lúcio Petit da Silva], Antônio [Antônio Ferreira Pinto] e Valdir [Uirassu de Assis Batista]; que os soldados do Exército enganaram os guerrilheiros, simulando que estavam pousando o helicóptero na casa da declarante, mas na verdade uma equipe de soldados foi para a casa do Manezinho das Duas, e lá prenderam os três; que o marido da declarante ajudou a embarcar os três guerrilheiros vivos em um helicóptero do Exército.*

Seu marido, o ex-guia do Exército Antônio Félix da Silva, complementa:

[...] *em abril de 1974, poucos militares ainda andavam na mata; que os militares achavam que apenas três ou quatro guerrilheiros ainda estavam vivos; que os militares pousaram em uma clareira perto de sua casa e foram a pé até a casa de Manezinho das Duas e se esconderam em um bananal próximo da casa; que no dia seguinte, pela manhã, o declarante foi até a casa do Manezinho das Duas, conforme determinação dos militares; que lá chegando, por volta das 7 horas da manhã, do dia 21/04/1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; que, por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros; que o declarante apenas percebeu que Valdir estava ferido, parecendo ser um lecho [ferida de leishmaniose] na batata de sua perna, que atingia metade da mesma, tendo dificuldade para andar até o helicóptero.*

Conforme depoimento prestado ao MPF por Adalgisa Moraes da Silva, os três guerrilheiros foram levados presos para a base militar de Bacaba, localizada próxima a São Domingos do Araguaia (PA), às margens da Transamazônica, onde foi construído um centro de torturas e um campo de concentração das Forças Armadas, e que se tornou, também, segun-

do moradores da região, um cemitério clandestino. A partir daí não se obteve mais nenhuma informação sobre o paradeiro dos três.

O nome de *Antônio Alfaiate* não foi incluído na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95, pois seu nome completo não era conhecido. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 323/96, cuja relatora foi Suzana Keniger Lisbôa, sendo aprovado por 4 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e de Paulo Gustavo Gonet Branco.

Os nomes de Lúcio e Uirassu constam na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em homenagem aos três guerrilheiros, a cidade de Campinas (SP) deu seus nomes a ruas localizadas no bairro Vila Esperança.

Lúcio Petit da Silva foi homenageado pela cidade de São Paulo (SP), que deu seu nome a uma rua no bairro Visconde do Rio Branco. Outra rua com seu nome se localiza em Belo Horizonte (MG).

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Casos 323/96, de Antônio; 033/96, de Lúcio; e 109/96, de Uirassu, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Casal de militantes da ALN desaparece em São Paulo

Ana Rosa Kucinski Silva

Nasceu em 12 de janeiro de 1942, em São Paulo (SP), filha de Majer Kucinski e de Ester Kucinski. Desaparecida em 22 de abril de 1974. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Filha de judeus vindos da Polônia, estudou em São Paulo, no Ginásio Estadual Octávio Mendes e, posteriormente, na Universidade de São Paulo, onde se bacharelou em química em 1967. Tornou-se professora no Instituto de Química da USP. Obteve Doutorado em Filosofia também na USP em 1972. Casou-se com o físico Wilson Silva, militante da ALN, em 11 de julho de 1970.



Wilson Silva

Nasceu em 21 de abril de 1942, em Taubaté (SP), filho de João Silva e Lygia Vilaça Silva. Desaparecido em 22 de abril de 1974. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Interessou-se por política quando ainda era estudante secundarista na Escola Estadual Monteiro Lobato. Em 1961, saiu de Taubaté para estudar na capital paulista. Físico formado pela USP, especializado em processamento de dados, trabalhava na empresa Servix, em São Paulo. Em 1966, organizou com Bernardo Kucinski, seu colega do curso de física e irmão de Ana Rosa, uma exposição sobre os 30 anos da Guerra Civil Espanhola na USP, no prédio da rua Maria Antônia. Militou na Polop entre 1967 e 1969, quando se ligou à ALN, com atuação política no setor operário. Era conhecido pelo codinome *Rodrigues*.



O desaparecimento do casal

Em 22 de abril de 1974, Wilson saiu do escritório da empresa Servix com Osmar Miranda Dias, seu colega de trabalho, para fazer um serviço no centro da cidade. Por volta do meio-dia, Wilson disse ao colega que voltaria para o escritório na parte da tarde, mas iria almoçar com sua esposa em um restaurante perto da Praça da República. Despediu-se e partiu ao seu encontro. Nunca mais foi visto.

Ana Rosa também saiu do trabalho rumo ao centro da cidade para almoçar com seu marido. Avisou seus colegas de trabalho sobre seus planos e saiu. Também nunca mais foi vista. Segundo seu irmão, no dia anterior ela estava muito nervosa.

A ausência de Ana Rosa na USP causou estranheza aos seus colegas, que avisaram a família Kucinski. Ao procurarem Wilson em seu trabalho, ficaram sabendo que ele também não voltara do almoço. Começaram a tomar providências para a localização do casal desaparecido. Impetraram um *habeas corpus* por intermédio do advogado Aldo Lins e Silva. A medida foi rejeitada, pois o AI-5 havia abolido o *habeas corpus* para crimes políticos. As famílias procuraram em todos os locais de prisão na esperança de alguma notícia ou informação, mas nada conseguiram.

O cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência com o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo Geisel, em Brasília (DF) em 7 de agosto de 1974, e obteve promessas de investigação como resposta. Golbery também foi procurado a respeito por Roberto Muller, editor do jornal *Gazeta Mercantil*, onde o irmão da Ana Rosa trabalhava.

A Comissão de Direitos Humanos da OEA também foi acionada. O pedido de investigação, feito em 10 de dezembro de 1974, obteve como resposta do governo brasileiro apenas que não havia responsabilidade governamental alguma sobre o destino do casal.

O pai de Ana Rosa lutou incansavelmente para obter alguma informação e se tornou um símbolo da luta dos familiares. Chegou a entregar uma carta ao general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, mas este nunca a respondeu. As famílias pediram informações ao Departamento de Estado do governo norte-americano sobre o destino dado ao casal, que respondeu por meio da America Jewish Communittee e do American Jewish Congress. A resposta recebida foi a de que Ana Rosa ainda estaria viva, presa em local desconhecido, mas sobre Wilson Silva nada sabiam. A última informação do Departamento de Estado foi transmitida à família em 18 de dezembro de 1974.

Em 6 de fevereiro de 1975, respondendo a requerimento feito pelos familiares sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos, o ministro da Justiça, Armando Falcão, publicou nota oficial a respeito, na qual os nomes de Ana Rosa e Wilson Silva são citados como “*terroristas foragidos*”.

Anos depois, o tenente-médico Amílcar Lobo, que colaborou com o DOI-CODI do I Exército e atuou também no aparelho clandestino conhecido como *Casa da Morte*, em Petrópolis (RJ), após ser identificado por ex-presos políticos, resolveu falar à revista *IstoÉ*. Na matéria intitulada “*Longe do Ponto Final*” (8 de abril de 1987), contou sobre os assassinatos que presenciara na unidade militar e na *Casa da Morte*. Procurado pelo jornalista Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa, em 31 de maio de 1987, o médico denotou reconhecer a foto de Wilson Silva como uma das pessoas atendidas por ele na Casa de Petrópolis, mas não admitiu o reconhecimento formalmente. Ao ver a foto de Ana Rosa, negou conhecê-la.

O relatório do Ministério da Marinha enviado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, confirma que Wilson Silva “[...] foi preso em São Paulo a 22/04/1974, e dado como desaparecido desde então”. Sobre Ana Rosa há apenas referências caluniosas, estendidas também ao seu irmão Bernardo Kucinski.

Pesquisas realizadas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos nos arquivos do antigo DOPS/SP conseguiram localizar apenas uma ficha sobre Ana Rosa, em que se lê: “*presa no dia 22 de abril de 1974 em SP*”. Sobre Wilson Silva consta que foi “*preso em 22/04/1974, junto com sua esposa Rosa Kucinski*”.

Outro documento encontrado no arquivo do DOPS/SP, produzido pelo Ministério da Aeronáutica em 17 de março de 1975, encaminhando, entre outros documentos, o relatório do Serviço de Informação do DOPS/SP sobre Ieda Santos Delgado e Ana Rosa Kucinski, informa que ambas estavam envolvidas com pessoas presas ou perseguidas pela polícia.

Em requerimento à CEMDP, com base em informações de uma entrevista de 1993 não publicada do agente da repressão José Rodrigues Gonçalves a Mônica Bérghamo, da revista *Veja*, seu irmão Bernardo Kucinski prestou os seguintes esclarecimentos sobre as tentativas de localizar sua irmã e seu cunhado:

Minha irmã e seu marido Wilson Silva foram presos na tarde do dia 22 de abril de 1974, pelo agente do DOI-CODI de codinome Paulo da Silva Júnior, quando voltavam para sua residência.

O verdadeiro nome desse agente é José Rodrigues Gonçalves, cabo reformado do Exército.

Minha irmã e meu cunhado foram levados na madrugada do mesmo dia para Petrópolis pelos policiais Ênio Pimentel da Silveira e Sérgio Paranhos Fleury, ambos já mortos.

O Sr. Paulo Sawaya, na condição presumida de agente do serviço de repressão, informou-me, em 3 de janeiro de 1975, que minha irmã efetivamente havia sido presa pelos órgãos de segurança em São Paulo e transferida da jurisdição do II Exército. Ficou de me dar detalhes no dia seguinte, quando, assustado, negou tudo. O Sr. Paulo Sawaya tornou-se assessor do deputado federal Delfim Neto.

Segundo testemunho de Bernardo publicado no livro *Desaparecidos Políticos*:

A morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais, principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo.

Ele declarou, também à revista *Veja*, que a família foi extorquida em 25 mil cruzeiros em troca de informações, que se mostraram falsas.

De acordo com a entrevista de Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento e ex-agente do DOI-CODI/SP, em reportagem de Expedito Filho na revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992: “A partir de 1973, Jota [João Henrique Ferreira de Carvalho] delatou todos os comandos da ALN. Foi por causa do seu trabalho que Wilson Silva e sua mulher, Ana Rosa Kucinski, foram torturados e mortos”². Em outra parte da entrevista ele afirmou: “Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um “cachorro” [ou seja, por um ex-militante que prestava serviço aos órgãos da repressão política durante a ditadura como agente infiltrado], presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados”. De acordo com o ex-sargento, na Casa de Petrópolis a prática de ocultação dos corpos era executada por esquartejamento.

Em julho de 1995, o processo de desligamento por abandono de cargo, movido pela USP, contra Ana Rosa foi anulado, pois ela foi reconhecida como desaparecida política.

Os nomes de Ana Rosa e Wilson constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, seus casos foram protocolados com os números 036/96 e 178/96, respectivamente.

Em homenagem a Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, seus nomes foram dados a ruas na cidade de São Paulo. A cidade do Rio de Janeiro também deu o nome de Ana Rosa a uma de suas ruas. Ana Rosa foi homenageada ainda com a criação da Associação Atlética Acadêmica Ana Rosa Kucinski (AAAARK) do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, em 15 de junho de 1988, pelos ex-diretores esportivos do Centro de Estudos Químicos Heinrich Rheinboldt. No site da associação, há o seguinte depoimento de um de seus colegas:

[...] Numa manhã de trabalho habitual, Ana Rosa não apareceu. Procurada não a encontramos. Continuava não aparecendo, continuávamos a procurá-la e não a encontrávamos. Nada mais normal que comunicar então o fato às autoridades e aguardar a versão oficial. Daqui para frente é difícil continuar a história. Não houve versão oficial que nos deixasse tranquilos, muito pelo contrário, ficamos mais intranquilos ainda. Ana Rosa continua desaparecida. Quem sabe um dia, pelo menos seu corpo apareça para a última homenagem dos seus pais, irmãos e amigos.

2. De acordo com matérias publicadas pela revista *Veja* (em 20 de maio e em 18 de novembro de 1992) com base em depoimento de Marival Chaves do Canto, a atuação de Jota “permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas”. A revista citou nominalmente entre os que morreram em consequência dessas delações: Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okano, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski, Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Penteado.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 036/96, de Ana Rosa, e 178/96, de Wilson Silva, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

FINOTTI, Engles Anastácio. *Sobre os Estados Isoméricos do Índio. Tese (Mestrado)*—Instituto de Física da USP, 1979. Disponível em: www2.iq.usp.br/aaark.



Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão)

Nasceu em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro (MG), filho de José Orlando da Costa e Rita Orlando dos Santos. Desaparecido em abril de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Comandante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Entre 1952 e 1954 morou na cidade de São Paulo, estudando na Escola Técnica, onde fez o Curso Industrial Básico de Cerâmica, o que lhe assegurou a condição de artífice em cerâmica.

Mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ), matriculando-se na Escola Técnica Federal, onde se formou como Técnico de Construção de Máquinas e Motores, em 1958.

Como atleta, vinculou-se ao Botafogo de Futebol e Regatas, competindo como lutador de boxe e de arremesso de dardo.

Tornou-se oficial da reserva do Exército, após servir no CPOR (RJ).

Viajou para a Checoslováquia, tendo estudado até o 3º ano de Engenharia de Minas em Praga, onde se tornou amigo de Gilberto Olímpio Maria, desaparecido durante a guerrilha, em 25 de dezembro 1973.

Em sua homenagem, o escritor checo Cytrian Ekwensi escreveu, em 1962, o livro *O Homem Que Parou a Cidade (Lidéz mesta)*. O guerrilheiro só contou esse segredo à sua irmã Irene Orlando, que recebeu o livro com uma dedicatória. A popularidade de Osvaldão, segundo o livro, devia-se a seu carisma e, principalmente, à sua aparência física, que acabou despertando a atenção dos moradores de Praga. Ele era um negro de 1,98 m de altura, que calçava sapatos número 46.

Essa popularidade é confirmada pela professora do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp, Sandra Negrães Brisolla, que conheceu o guerrilheiro em Praga. Em 6 de setembro de 1995, ela contou sobre a vida do militante do PCdoB para o jornal *Correio Popular*, de Campinas:

Osvaldão era um líder. Aliava um bom humor contagiante com uma bondade infinita. Andava permanentemente rodeado de jovens estudantes e participou da organização de um dos centros acadêmicos da Universidade de Praga – disse Sandra.

Para dar um exemplo da curiosidade que Osvaldão despertava, ela lembrou algo que lhe dissera o próprio guerrilheiro.

– Quando cheguei em Praga, os meninos passavam saliva no dedo e esfregavam meu braço, para ver se a cor da minha pele saía. Nunca tinham visto um negro – contou.

Sandra disse também que era grande o sucesso do guerrilheiro entre as mulheres.

– Ele era bonito, chegou até a participar de filmes na Checoslováquia.

Por sua militância política, foi obrigado a viver na clandestinidade logo depois do golpe de Estado de 1964. Foi dos primeiros a chegar à região próxima ao rio Araguaia, por volta de 1966. Passou a viver na mata como garimpeiro e “mariscador” (caçador). Conhecia muito bem a área da guerrilha e as terras em volta. Em 1969, fixou sua residência em uma posse que adquiriu às margens do rio Gameleira, onde mais tarde outros companheiros se juntaram a ele. Era muito querido e respeitado tanto pela população como pelos guerrilheiros.

Contam-se a seu respeito inúmeras histórias como a de que, estando de passagem em casa de uma família camponesa, encontrou a mulher desesperada porque não tinha dinheiro para comprar comida para seus filhos. Era uma casa pobre. Osvaldo perguntou-lhe se queria vender o cachorro. A mulher, sem alternativa, disse que sim. Tanto ela como Osvaldo sabiam o que significava a perda do cão: mais fome, pois na região, sem cachorro e arma, é difícil conseguir caça. Osvaldo pagou-lhe o preço do cão e, a seguir, disse-lhe: guarde-o para mim que eu não poderei levá-lo para casa agora.

Sobre ele surgiram inúmeras lendas a respeito de sua bondade, força, coragem e sua pontaria.

Foi comandante do Destacamento B e, ao lado de *Dina* (Dinalva Monteiro Teixeira), tornou-se o mais conhecido guerrilheiro entre a população.

Estava entre os combatentes que foram atacados por um grande contingente das Forças Armadas em 25 de dezembro de 1973, conseguindo escapar.

Segundo depoimentos de moradores da região, ele foi morto em abril de 1974, nos dias próximos à Semana Santa, perto da localidade de São Domingos do Araguaia (PA). Foi ferido com um tiro de espingarda 22 na barriga, disparado por Arlindo Piauí, um ex-guia que colaborava com o Exército por dinheiro. Em seguida, Osvaldo foi fuzilado pelos militares. Seu corpo foi dependurado por cordas em um helicóptero que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até a base militar de Bacaba, e de lá para Xambioá (GO, atualmente TO). Quando seu corpo foi içado pelo helicóptero, caiu e quebrou o pé esquerdo. Posteriormente, sua cabeça foi decepada e exposta em público. Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi mutilado por chutes, pedradas e pauladas dados pelos militares e, finalmente, queimado e jogado no buraco conhecido como “*Vietnã*” – vala situada no fim da pista de aterrissagem da Base Militar de Xambioá –, onde eram jogados os mortos e os moribundos. Com o término das operações militares na área, foi feita uma grande terraplanagem que descaracterizou o local.

Os depoimentos colhidos pelos familiares nas diversas vezes que estiveram na região e as informações publicadas em jornais são coincidentes e se complementam, mas são conflitantes quanto à data exata de sua morte.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que “[...] *foi morto em 7/fev.174.*”

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 013/96.

Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte (MG) e Campinas (SP) deram seu nome a ruas situadas nos bairros Braúnas e Vila Esperança, respectivamente.

Documentos consultados:
www.desaparecidospolitic.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 013/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto

Nasceu em 1º de julho de 1937, em Parintins (AM), filho de Togo Meirelles e Maria Garcia Meirelles. Desaparecido em 7 de maio de 1974. Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Foi casado com Míriam Marreiro Meirelles, com quem teve dois filhos, Larissa e Togo.

Chegou ao Rio de Janeiro em 1958, onde participou do movimento estudantil na UBES e, depois, na UNE. Paralelamente à sua atividade como jornalista, participou e acompanhou nos diversos estados do país o CPC da UNE. Em 1961, participou da Cadeia da Legalidade em favor da posse do então vice-presidente da República, João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

Sua militância política começou no PCB e prosseguiu na ALN.

Quando Brasil e União Soviética estabeleceram relações diplomáticas, Thomaz Meirelles solicitou uma bolsa de estudos para continuar sua formação universitária. Foi para Moscou em 1962, onde cursou Filosofia na Universidade de Moscou Lomonosov.

Retornou ao Brasil em 13 de novembro de 1969. Com poucos meses no Brasil, foi obrigado a viver na clandestinidade. Preso em 18 de dezembro de 1970 quando transitava pela rua da Alfândega (Rio de Janeiro), foi levado para o DOI-CODI, onde foi torturado. Posteriormente, foi condenado a três anos e seis meses de prisão. Mais tarde, a sentença foi ao STM, que reduziu sua pena para um ano de detenção. Cumpriu a condenação por suas atividades políticas na ALN e por ter estado na União Soviética. Libertado em 17 de novembro de 1972, mais uma vez foi obrigado a viver na clandestinidade. Com as sucessivas quedas da direção da ALN, Thomaz assumiu a direção da organização.

Foi preso pela segunda vez em 7 de maio de 1974, no bairro do Leblon (Rio de Janeiro) e a partir dessa data nunca mais visto. Após o seu desaparecimento, foi julgado à revelia na 2ª Auditoria Militar de São Paulo e condenado à pena de dois anos de prisão.



Sua morte e de mais outros 11 desaparecidos foi confirmada pelo general Adyr Fiúza de Castro, que se manteve anônimo na publicação da entrevista que concedeu ao jornalista Antônio Henrique Lago na *Folha de S.Paulo*, em 28 de janeiro de 1979. Fiúza de Castro foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e da VI Região Militar.

Notícia veiculada pelo *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1979, afirmava que 14 desaparecidos políticos foram mortos pelos serviços secretos das Forças Armadas, entre eles Thomaz.

Em 15 de abril de 1987, a revista *IstoÉ*, na reportagem “*Longe do Ponto Final*”, publicou declarações do ex-médico militar Amílcar Lobo, que colaborava com a tortura, de que havia visto Thomaz no DOI-CODI do Rio de Janeiro, sem precisar a data.

No arquivo do DOPS/SP consta que Thomaz foi “[...] *novamente preso em 07/05/1974, quando viajava do Rio de Janeiro para São Paulo*”.

O relatório do Ministério da Marinha de 1993, assinado pelo ministro Ivan Serpa, relata: “*DEZ.172, preso anteriormente e liberado na primeira semana de dez.172, preso novamente no dia 7/maio/74, entre o Rio de Janeiro para São Paulo*”.

No pedido de reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Thomaz Meirelles Netto, há uma solicitação feita por seus filhos, Togo e Larissa, de que sejam fornecidas as seguintes informações:

1. *Que se esclareça o dia, mês, ano, hora, local de sua prisão e, posteriormente, de sua morte;*
2. *Que se localizem e identifiquem os restos mortais de Thomaz Meirelles, para sepultamento digno pela família;*
3. *Que o Ministério da Marinha forneça a informação nº 0132/CISA, de 11 de março de 1975, informando como, onde e quando obteve esta e outras informações referentes a Thomaz Meirelles [Citado no seu prontuário no arquivo do antigo DOPS/RJ].*
4. *Que o Ministério do Estado Maior das Forças Armadas e Ministérios Militares forneçam lista de todos oficiais e praças, lotados nos órgãos repressivos, como DOI-CODI, CENIMAR, CISA, CIE e DOPS, no período de 1974.*
5. *Que o Ministério da Justiça forneça cópia (2ª via) da Carteira de Identidade, CPF, Passaporte e demais documentos de Thomaz Meirelles.*
6. *Que o Ministério do Exército forneça a informação 1573/74-E/Ex, de 10 de julho de 1974, esclarecendo como, onde e quando obteve esta e outras informações referentes a Thomaz Meirelles [Citado no seu prontuário no arquivo do antigo DOPS/RJ].*
7. *Os depoimentos do ten. cel. Almir de Castro Miranda e do 3º sargento José Roberto Marques, para que possam esclarecer como, onde e quando obtiveram esta e outras informações [Os dois foram os responsáveis pelo interrogatório de Thomaz Meirelles Netto em 27 de janeiro de 1971, no 2º Batalhão de Infantaria Blindada, em São Cristóvão (RJ)].*
8. *O depoimento do sr. Armando Falcão, para que possa esclarecer a nota oficial por ele publicada, e com que base afirmou que Thomaz Meirelles tinha seu destino ignorado e o que sabe sobre ele.*
9. *O depoimento do Sr. Amílcar Lobo, para que diga a esta Comissão como, onde e quando viu Thomaz Meirelles e o que sabe sobre ele.*
10. *Que os Ministérios da Marinha, do Exército e Aeronáutica forneçam todas as informações a respeito de Thomaz Meirelles e que entreguem todos os documentos e informações ao Arquivo Nacional, para que se tornem públicas.*
11. *O depoimento do Sr. Alm. Mauro César Pereira, para que diga quais os desaparecidos que estão “bem vivos” e como, onde e quando ele obteve esta e outras informações.*

12. *Que a Comissão corrija o engano contido na listagem da lei 9.140, quando diz que Thomaz Meirelles nasceu em Patintins, mas sim em Parintins-AM.*

13. *O esclarecimento da circunstância da prisão e morte de Thomaz Meirelles para que estas informações possam estar contidas na Certidão de Óbito.*

Seus filhos não obtiveram até o momento as respostas solicitadas.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 088/96.

Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma de suas ruas. Foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 2000, pelo GTNM/RJ.

Elmo Corrêa (Lourival)

Nasceu em 16 de abril de 1946, no Rio de Janeiro, filho de Edgar Corrêa e Irene Creder Corrêa. Desaparecido em 14 de maio de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, onde cursou até o 3º ano. Participou do movimento estudantil.

Era casado com Telma Regina Cordeiro Corrêa, desaparecida em janeiro de 1974, e juntos foram para uma região próxima do rio Araguaia, em fins de 1971. Sua irmã, Maria Célia Corrêa, também se tornou desaparecida na Guerrilha do Araguaia, em março de 1974.

Foi visto pela última vez por seus companheiros em 25 de dezembro de 1973, segundo o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Elmo “[...] *foi morto em 14 de maio de 1974*”, sem esclarecer os detalhes de sua morte. Os demais relatórios militares fazem referência a sua atuação na Guerrilha do Araguaia, sem apresentar qualquer esclarecimento.

Pouco se sabe sobre o seu desaparecimento. É citado como morto e com o nome de *Lourival* na reportagem de Fernando Portela publicada no *Jornal da Tarde*, em 13 de janeiro de 1979.

José Ferreira Sobrinho, lavrador de idade avançada, conhecido como *Zé Veinbo*, declarou aos familiares, que realizaram uma caravana à região da guerrilha em 1980, que:

Parece que o marido dela [Telma Regina Cordeiro] era chamado Lourival, esse dizem que tinham matado ele lá no Carrapicho. Isso foi no final.

Seus pais, incansáveis batalhadores pelo esclarecimento das mortes de seus filhos e nora, faleceram sem o conseguir.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 040/96.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo e Campinas deram seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Vila Esperança, respectivamente. No Rio de Janeiro, também há uma rua com seu nome.

Issami Nakamura Okano

Nasceu em 23 de novembro de 1945, em Cravinhos (SP), filho de Hideo Okano e Sadae Nakamura Okano. Desaparecido em 14 de maio de 1974. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Iniciou sua militância política no movimento estudantil quando era aluno da Faculdade de Química da USP, onde se tornou assistente de laboratório no Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física da mesma universidade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 088/96, da CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.).

Desaparecidos Políticos, op. cit.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

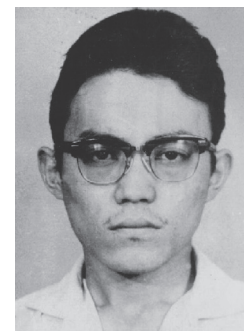
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 040/96, da CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.



Foi preso em setembro ou outubro de 1969, acusado de ser militante da ALN e de manter contatos com pessoas ligadas a VAR-Palmares. Condenado em 24 de março de 1971 a dois anos de reclusão pela Auditoria de Guerra da 2ª CJM de São Paulo, cumpriu pena no Presídio Tiradentes, sendo libertado em outubro de 1972.

Preso novamente em 14 de maio de 1974 por agentes do DOI-CODI/SP em sua casa, no bairro de Pinheiros, em São Paulo, permanece desaparecido desde então.

Em 7 de fevereiro de 1975, o então ministro da Justiça, Armando Falcão, informou à imprensa que Issami havia sido preso, processado e estava foragido. Issami jamais esteve foragido, como contestou seu advogado Idibal Piveta. Na verdade, ele foi condenado, recorreu da sentença, cumpriu pena, foi solto, voltou a estudar e trabalhar para, então, ser seqüestrado.

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Issami teria “[...] *desaparecido em 14/5/74 quando se dirigia de casa para o trabalho*”.

Sua prisão foi consequência do trabalho de infiltração do médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI/SP de *Jota*, citado como modelo de infiltração nas organizações clandestinas durante a ditadura, pela antiga Escola Nacional de Informações (Esni). De acordo com matérias publicadas pela revista *Veja* (em 20 de maio e em 18 de novembro de 1992), com base em depoimento do ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, a atuação de *Jota* “*permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. [...] A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN*”. A revista citou nominalmente, entre os que morreram em consequência dessas delações, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okano, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski, Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Penteado.

Na entrevista concedida ao jornalista Expedito Filho, publicada na revista *Veja* de 18 de novembro de 1992, o ex-agente Marival Dias Chaves do Canto relatou a respeito de pessoas presas em São Paulo que foram levadas para o Rio de Janeiro: “[...] *É o caso de Issami Okano, da ALN, e de Walter de Souza Ribeiro, do PCB*”.

Issami foi julgado em outro processo, sendo absolvido em 11 de fevereiro de 1974.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 155/96.

Em sua homenagem, São Paulo deu o seu nome a rua situada no Jardim Nova América.

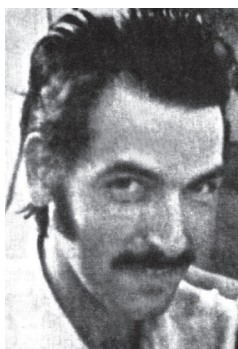
Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 155/96, na CEMDP.



Ruy Frazão Soares

Nasceu a 4 de outubro de 1941, em São Luís (MA), filho de Mário da Silva Soares e de Alice Frazão Soares. Desaparecido em 27 de maio de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Era o quinto de sete irmãos. Nascido em São Luís, viveu no Rio de Janeiro com sua família até os cinco anos de idade, quando retornaram ao Maranhão. Lá, estudou no Colégio de Aplicação Gilberto Costa e no Liceu Maranhense. Iniciou o curso de engenharia na Universidade Federal de Pernambuco, em 1961, e logo começou a participar da JUC.

Após o golpe de Estado de 1964, foi determinada a mudança da faculdade de engenharia para o Engenho do Meio, local sem restaurante, sem biblioteca e mal servido por transportes. Ruy, eleito representante discente junto à Congregação, foi um dos líderes da resistência à mudança. Preso ao sair da faculdade, foi mantido incomunicável e submetido à tortura, em 1965.

Como bolsista na Harvard University, participou de um seminário sobre Economia do Desenvolvimento. Em julho de 1965, na Assembléia das Nações Unidas em Nova York, pronunciou-se sobre as torturas no Brasil.

De volta ao país, foi impossibilitado de concluir o seu curso de Engenharia. Voltou ao Maranhão. Em novembro de 1966, Ruy foi condenado a dois anos de reclusão pela Justiça Militar, em um processo em que foi acusado de “*agitação da classe universitária*”.

Em 1967, assumiu o cargo de Exator Federal da Receita Federal daquele estado, obtido em concurso público quando terminou o correspondente ao atual ensino médio. Exerceu a função em Viana (ES). Como militante da AP, participou da organização dos trabalhadores rurais, aproveitando o trabalho iniciado pelo Movimento de Educação de Base, em Pindaré (MA), uma área em que o conflito pela posse da terra foi duramente reprimido, ocorrendo o assassinato de lavradores e de seus líderes. Em 1968, esse trabalho culminou em intensos conflitos, quando o dirigente camponês Manoel da Conceição foi baleado e detido, tendo que amputar a perna por falta de atendimento na prisão.

Casou-se com Felícia Moraes em 1968, e logo depois passou a viver na clandestinidade, com o nome falso de *Luís Antônio Silva Soares*.

Em 1972, nasceu o seu filho Henrique Ruy de Moraes Soares. Para manter a família, fez um curso de técnico de rádio e televisão e, com sua esposa, negociava artigos de artesanato do Ceará. Moravam em Juazeiro (BA) com a família, mas Ruy trabalhava na feira de Petrolina (PE), vendendo artesanato em sua banca.

Nessa época, Ruy passou a militar no PCdoB.

Na manhã de 27 de maio de 1974, Ruy foi preso na feira de Petrolina por três policiais à paisana, armados de revólveres, que o espancaram, o ameaçaram de morte, o algemaram e o jogaram no porta-malas de uma camioneta preta. Suas últimas palavras, dirigidas a uma feirante foram: “*Avisa Licinha!*” Logo em seguida, voltaram os policiais ao local da prisão para recolher suas mercadorias. Desde então está desaparecido.

Sua mãe, Alice Frazão, viajou para o Recife e lá procurou os altos comandos militares, encontrando sempre a mesma negativa, ninguém sabia de seu filho. Felícia e a mãe de Ruy contrataram advogados no Recife, Rio de Janeiro e em Fortaleza. Foram impetrados *habeas corpus* para sua localização, mas nenhum deles obteve resposta. Sucederam-se visitas às auditorias, comandos do Exército, distritos navais, Aeronáutica, presídios políticos, solicitações ao STM. A resposta era sempre negativa. O encaminhamento jurídico do caso também esbarrou na mesma justificativa: “*Ruy não se encontrava em nenhuma dependência policial-militar*”.

Em petição encaminhada ao auditor da 10ª CJM em Fortaleza, pela advogada Wanda Sidou, no *habeas corpus* enviado ao STM pelo advogado Antônio Modesto da Silveira, e em carta ao deputado federal do MDB, Laerte Vieira, Alice Frazão revelava sua aflição de mãe de desaparecido político. Na carta ao parlamentar, escreveu:

Não sei qual a acusação que pesa sobre meu filho, não sei que crime ele cometeu, e, principalmente – o que é particularmente doloroso para mim, como também para a nossa família –, é não saber onde ele se encontra, como está sendo tratado, se está vivo, se está morto, se está doente, sem assistência médica [...].

Quando foi preso Alanir Cardoso, em setembro de 1974, em Pernambuco, os torturadores lhe apresentaram uma foto de Ruy, de perfil, que havia sido feita no cárcere, e afirmaram: “*O Comprido já virou presunto*”.

Sua esposa escreveu ao jornal *Folha de S. Paulo*, ao *Jornal do Brasil* e a diferentes órgãos da imprensa brasileira. Uma carta sua dirigida a Julio de Mesquita Filho foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 27 de março de 1975, narrando os antecedentes da prisão e dando o testemunho de sua angústia: “*Não preciso dizer ao senhor do nosso sofrimento e da incapacidade de romper com esta situação de não saber se ele é vivo ou morto*”.

Sua mãe escreveu ao então ministro da Justiça, Armando Falcão, que havia sido colega de seu pai no Instituto Nacional do Sal. Em 6 de fevereiro de 1975, o pronunciamento oficial do governo feito por intermédio daquele ministro, dava o caso de Ruy por encerrado, ao afirmar que ele e mais outros três desaparecidos tinham “[...] *destino ignorado*”.

Felícia conseguiu recolher o depoimento de três testemunhas da prisão de Ruy, entre 15 e 16 de janeiro de 1979, que garantem ter assistido tudo.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 098/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.



Áurea Eliza Pereira Valadão (Elisa)

Nasceu em 6 de abril de 1950, em Monte Belo (MG), filha de José Pereira e Odila Mendes Pereira. Desaparecida em 13 de junho de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Sua família morava na Fazenda da Lagoa, município de Monte Belo, onde seu pai era administrador. Áurea Eliza, muito cedo, foi para o internato estudar.

Afetiva e risonha, manteve sempre um bom relacionamento com a família durante sua infância e adolescência.

Aluna aplicada, estudou dos 6 aos 14 anos de idade no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Areado (MG), onde concluiu o curso ginásial.

Segundo depoimento de uma colega, Áurea Eliza exercia grande liderança no colégio, mantendo boas relações com as colegas, participando das atividades escolares, sendo brilhante aluna em matemática.

Mudou-se em 1964 para o Rio de Janeiro (RJ) para cursar o 2º grau no Colégio Brasileiro, em São Cristóvão, morando com sua irmã Lara, com quem tinha laços muito estreitos e afetuosos. Em 1967, aos 17 anos, prestou vestibular para ingressar no Instituto de Física da UFRJ, onde pretendia estudar física nuclear. Por não ter ainda 18 anos, precisou de uma autorização especial de seu pai para que pudesse fazer o curso.

Participou intensamente do movimento estudantil durante o período de 1967 a 1970. Foi membro do diretório acadêmico de sua escola, com Antônio de Pádua Costa e Arildo Valadão, ambos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, o primeiro, em março de 1974 e, Arildo, em 24 de novembro de 1973.

Áurea Eliza casou-se com Arildo Valadão em 6 de fevereiro de 1970, em um cartório do Rio de Janeiro e, no dia seguinte, na Basílica de Aparecida do Norte, no interior de São Paulo.

Mudou-se com Arildo e Antônio de Pádua para uma região próxima ao rio Araguaia, no segundo semestre de 1970, indo morar na região de Caianos, onde passou a trabalhar como professora e era conhecida como *Eliza*. Ingressou no destacamento C das Forças Guerrilheiras do Araguaia, cujo comandante era Paulo Mendes Rodrigues.

Durante o período em que viveu no Rio de Janeiro, Áurea correspondia-se regularmente com seus pais. Depois, quando as perseguições foram constantes, seus familiares deixaram de receber notícias.

Seus pais faleceram sem que nenhuma notícia lhes fosse dada sobre seu paradeiro.

No início de 1974, Áurea foi vista viva e em bom estado de saúde no 23º Batalhão de Infantaria da Selva pelo preso Amaro Lins, que prestou declarações no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro relatou também que ouviu um policial dizer-lhe que arrumasse suas coisas, pois iria viajar (“viajar” era o termo utilizado pelos militares para designar execução).

Este depoimento foi anexado ao processo na 1ª Vara da Justiça Federal, de autoria dos familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, dá como data da morte de Áurea o dia 13 de junho de 1974, sem mais informações.

Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal em julho de 2001, o ex-guia do Exército, Sinézio Martins Ribeiro, afirmou que:

[...] *soube pelos guias Domingos e Manoelzinho Araújo que a Áurea [Áurea Eliza Pereira Valadão] e o Batista [camponês que aderiu à guerrilha] foram presos na casa da dona Petronilha; que a dona Petronilha falou para os soldados que eles iam a sua casa comer todas as tardes; que o Exército mandou os dois guias acima citados para ficarem vigiando dentro da casa de dona Petronilha, escondidos no quarto, aguardando a chegada dos guerrilheiros; que quando a Áurea e o Batista chegaram ao anoitecer foram presos; que os dois não atiraram, pois não tinham mais munições; que os presos foram levados para a casa do Arlindo, onde o Exército já estava esperando; que os dois foram levados para Xambioá; que Batista era morador que aderiu à guerrilha; que o depoente não chegou a ver a Áurea viva em Xambioá, apenas o Batista; que o depoente chegou a conversar com o Batista a quem deu conselhos para que obedecesse os militares; que o Batista não seguiu seus conselhos, parece que ele era meio preguiçoso; que depois o Batista desapareceu; que ele não perguntou pela Áurea nem pelo Batista; que a mulher do Batista foi presa, levada para a base de São Raimundo, onde passou a ser cozinheira.*

O ex-guia do Exército Pedro Ribeiro Alves, conhecido como *Pedro Galego*, em depoimento prestado ao MPF em julho de 2001, recordou de:

[...] *haver visto no acampamento do Exército em Xambioá os guerrilheiros Batista, Áurea, Simão [Cilon da Cunha Brum], Josias [Tobias Pereira Júnior]; que todos estavam vivos e acompanhados de soldados; que o declarante se recorda de haver visto o momento em que Batista e Áurea chegaram no acampamento em um helicóptero do Exército; que o declarante não chegou a falar com nenhum deles.*

Na obra *Vestígios do Araguaia* temos o depoimento da filha de Petronilha Ferreira dos Santos, Raimunda Pereira Gomes. Ela contou, chorando, que a mãe entregou dois guerrilheiros ao Exército com medo de ser presa. Durante 15 dias, Áurea e Batista passaram em sua casa para comer. Nesses encontros, Petronilha pedia aos dois que se entregassem, com a certeza de que era o melhor a ser feito. Como não atenderam ao pedido e continuaram a procurá-la, ela foi ao acampamento militar denunciar os amigos. Quatro homens a acompanharam até a casa. Depois de cinco dias, a dupla apareceu e foi surpreendida pela voz de prisão.

Elio Gaspari relatou em seu livro *A Ditadura Escancarada* que Adalberto Virgulino capturou a guerrilheira Áurea e recebeu 800 cruzeiros e um maço de cigarros pelo “serviço”.

O nome de Áurea consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, o seu caso foi protocolado com o número 069/96.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo, Campinas e Belo Horizonte deram o nome de Áurea a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar, Vila Esperança e Braúnas, respectivamente.

Daniel Ribeiro Callado (*Doca*)

Nasceu em 16 de outubro de 1940, em São Gonçalo (RJ), filho de Consueto Ribeiro Callado e América Ribeiro Callado. Desaparecido em 28 de junho de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Daniel fez o curso de ajustador no SENAI e, aos 16 anos de idade, começou a trabalhar na Hime e, posteriormente, na Cacren. Abandonou o emprego em 6 de abril de 1964, em conseqüências das perseguições políticas, passando a morar em vários locais da região Centro-Oeste do país. Mais tarde, foi viver na região do rio Araguaia, no Sudeste do Pará.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 069/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - 1108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

ALMIRON, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit, p. 459-460.



Era proprietário de um barco a motor, o Carajá, com Paulo Mendes Rodrigues (desaparecido em 25 de dezembro de 1973), utilizado para comercializar roupas e utensílios diversos ao longo do rio Araguaia.

Foi visto vivo pela última vez por seus companheiros em 25 de dezembro de 1973.

Nos primeiros meses de 1974, Amaro Lins o viu preso em três oportunidades, conforme seu depoimento prestado em Cartório de Belém (PA). Estava em bom estado de saúde, e na terceira vez em que foi visto era conduzido por um soldado que disse que o mesmo iria fazer uma viagem de avião, sem dizer para onde (“viajar” era o termo utilizado pelos militares para designar uma execução). Nessa mesma época, foi visto preso com o pé machucado, na delegacia de Xambioá (atual estado de Tocantins), conforme depoimento de uma moradora que não quis se identificar, prestado a Criméia Schmidt Almeida em 1996.

Segundo depoimento da moradora de Xambioá, Joaquina Ferreira da Silva, prestado na delegacia da cidade em 29 de abril de 1991, o mesmo estaria enterrado no cemitério da cidade.

O jornal *Movimento*, de 9 a 15 de julho de 1979, publicou, com o título “*Cabeças Cortadas do Povo da Mata*”, o seguinte depoimento:

Dos papa-mickey³ eu vi o Daniel [Guilherme Lund, segundo o jornalista, mas provavelmente seja Daniel Callado]. Ele foi pego já do outro lado, no Goiás. Ele vinha da mata, já vinha correndo com medo do fogo. Eu acho que ele não tinha coragem para se entregar, então ele chegou numa casa da beira do rio e pegou um relógio que ele tinha, muito bom, e deu para o dono da casa, para ele ir botar ele do outro lado do rio Araguaia. Num lugar de nome Itaipava. O moço da casa disse que não ia deixar ele, mas que pegasse a canoa e atravessasse para o outro lado do Araguaia que ele escapava. Aí ele fez. Quando ele pegou a canoa e bateu no rio, o moço da casa correu no comando, lá em Vanderlândia, que era bem pertinho, e avisou o comando. Aí já vieram os soldados, 2 sargentos e a soldadama (grupo de soldados) já veio por fora beirando o rio. Veio outros por água e outros de sapão [helicóptero]. Quando ele bateu do outro lado já foi saindo em cima de uma equipe de soldados com um mateiro. Aí pegaram ele. Trouxeram batendo – socava pé na bunda dele. Chamavam ele de bandido, investigavam ele onde era que ele estava, quem era o pessoal dele, qual era a sigla dele. Ele disse que não interessa, não. Não interessava eles saber porque eles iam procurar os outros. Ele só sabia que era brasileiro. Quando ele dizia que era brasileiro eles socavam pé na bunda dele e assim ele caía. Ficava lançando sangue. Judiaram muito com ele. Levaram para o comando de Pontão e fizeram outra investigação, querendo descobrir onde é que os outros estavam, porque é que eles entravam na mata, qual era o medicamento que eles usavam para não enfraquecer, para não morrer de fome, qual era a sigla deles. Ele só sabia dizer que “eu não sei qual é a minha sigla, vocês vão procurar os outros que eles sabem qual é”. Aí eles batiam e diziam – “bandido, covarde” e esculhambavam com ele. Aí levaram ele para o comando de Xambioá. Chegou em Xambioá, aí eles descobriram que tinha um oco de uma castanheira cheia de medicamentos, cheia de armamentos e de bala, dentro das matas. Foi uns na frente para abrir um buraco para o sapão soltar nós lá. E aí nós encontramos mesmo a castanheira, que estava mesmo cheia. Têve bala que nem o Exército conheceu de que arma é.

Depois eu não sei o que aconteceu com ele. Eles ficaram com ele e ele não foi morto. Foi também quando pegaram o médico [segundo o jornalista, trata-se de Paulo Mendes Rodrigues] e também a Dina [Dinalva Oliveira Teixeira].

Informações colhidas por Paulo Fonteles, representante da OAB na Caravana de Familiares de Desaparecidos da Guerrilha do Araguaia organizada em 1980, junto à população da região da guerrilha indicam que Telma Regina Cordeiro Corrêa, Dinalva Olivei-

3. “Papa-mickey” era o código militar para indicar “povo da mata” (P e M), como eram conhecidos os guerrilheiros.

ra Teixeira, Daniel Callado, Jana Moroni, Áurea Valadão e Maria Célia Corrêa, seis dos desaparecidos, foram capturados pelo Exército.

O relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, diz que Daniel “[...] participou de destacamento de subversivos em Esperancinha, Gameleira, Pau Preto; tendo se dispersado do grupo foi preso em Araguaína... Morto em 28 de junho de 1974”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140. Na CEMDP, o caso de Daniel foi protocolado com o número 185/96.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo e Campinas deram seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Dutra e Vila Esperança, respectivamente. Foi homenageado pelo GTNM/RJ com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1992.

Luisa Augusta Garlippe (Tuca)

Nasceu em 16 de outubro de 1941, em Araraquara (SP), filha de Armando Garlippe e Durvalina Santomo Garlippe. Desaparecida em junho de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Estudou até o fim do curso científico em Araraquara e mudou-se para a cidade de São Paulo, onde fez o curso de enfermagem na USP, formando-se em 1964. Em seguida, passou a trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando a enfermeira-chefe do Departamento de Doenças Tropicais, assunto em que se especializou, fazendo inclusive algumas viagens ao Amapá e ao Acre.

Participava da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas, distribuía panfletos e organizava seus colegas de trabalho.

Com seu companheiro Pedro Alexandrino, desaparecido em 4 de agosto de 1974, foi viver na região do rio Gameleira, próximo ao rio Araguaia, onde desenvolveu intenso trabalho relacionado à saúde, destacando-se como parteira. Com a morte do guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, integrou a comissão militar (CM), sendo a responsável pelo setor de saúde.

Foi vista viva pela última vez por seus companheiros em 25 de dezembro de 1973, em um acampamento próximo à Serra das Andorinhas, quando houve intenso tiroteio contra eles, de acordo com o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha no início de 1974.

Seu irmão, Armando Garlippe Júnior, contou que a família a viu pela última vez no início de 1970:

Posteriormente, fomos perdendo contato. Não sabíamos onde ela estava. Pensávamos que ela pudesse estar presa. Às vezes, chegavam informações desencontradas sobre o seu paradeiro. Alguns diziam que ela estava no exterior, outros falaram que ela se encontrava no Nordeste. Só muito tempo depois fomos saber sobre o Araguaia. Na verdade, naquela época, a comunicação era difícil. As forças da repressão nos vigiavam.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que é “[...] considerada desaparecida desde 5/74”. O relatório do Ministério da Marinha diz que teria sido “[...] morta em junho/74”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, o caso de Luisa foi protocolado com o número 058/96.

Em sua homenagem a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome a uma rua no bairro Vila Esperança. A cidade de Santo André (SP) deu o seu nome ao Procon local.

A Comissão de Direitos Humanos de Araraquara tem o seu nome.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 185/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União na 1ª Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.adaea.com.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 058/96, na CEMDP.



Dinalva Oliveira Teixeira (*Dina*)

Nasceu em 16 de maio de 1945, em Argoim, município de Castro Alves (BA), filha de Viriato Augusto Oliveira e Elza Conceição Bastos. Desaparecida em julho de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Vice-comandante de destacamento C da Guerrilha do Araguaia.

Cursou o primário na Escola Rural de Argoim, o ginásio no Instituto de Educação Isaías Alves e, depois, o atual ensino médio no Colégio Estadual da Bahia, em Salvador. Durante o curso universitário de geologia na UFBA, morava na Casa do Estudante, sendo a representante da Residência Universitária Feminina. Participou do movimento estudantil em Salvador em 1967 e 1968, quando foi presa e posta em liberdade logo em seguida. Formou-se em 1968.

Conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira, desaparecido em 21 de setembro de 1972, colega de turma, com quem se casou em 1969, em Salvador. No mesmo ano se mudaram para o Rio de Janeiro, trabalharam no Ministério das Minas e Energia e pertenciam à Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC).

Em maio de 1970, ambos foram viver no Sudeste do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia. Lá atuou como professora, parteira e foi a única mulher da guerrilha a ocupar o cargo de vice-comandante de destacamento. Destacou-se por sua habilidade militar, escapando várias vezes dos cercos das Forças Armadas. Participou com destaque de várias ações, sendo ferida em uma delas. Era conhecida como *Dina*.

Ex-guerrilheiros presos na época comentaram que era temida pelos militares. Tornou-se uma figura lendária por ser exímia atiradora. A última vez que foi vista viva e em liberdade pelos seus companheiros foi em 25 de dezembro de 1973, desaparecendo após o tiroteio que houve no acampamento, onde estava gravemente enferma, com malária.

De acordo com comentários de alguns moradores da região, teria sido presa na Serra das Andorinhas, outros dizem que foi presa no igarapé Taurizinho, bem próximo de Marabá.

Informações colhidas por Paulo Fonteles, representante da OAB na Caravana de Familiares de Desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, em 1980, entre a população da região, indicam que Telma Regina Cordeiro Corrêa, Dinalva Oliveira Teixeira, Daniel Callado, Jana Moroni Barroso, Áurea Valadão e Maria Célia Corrêa foram capturados vivos pelo Exército.

Em matéria do *Jornal do Brasil*, de 12 de abril de 1992, o coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, o *Curió*, um dos oficiais do CIE enviado para reprimir a guerrilha, destaca a coragem das guerrilheiras do PCdoB, conta que sua audácia era temida pelos soldados e que Dinalva Teixeira foi a última guerrilheira a tombar, após uma perseguição que se estendeu por mais de quatro meses.

Depoimento do coronel da Aeronáutica Pedro Cabral à revista *Veja*, de 13 de outubro de 1993, e à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, faz referência a uma guerrilheira grávida que teria sido morta. Há também comentários de moradores da região que fazem referência à gravidez em estado adiantado de Dina.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que:

Mar.173 – entre os dias 30/01 e 02/02/73, acompanhada por outros elementos, (Dina) percorreu várias casas de caboclos da região de Pau Preto, onde foi comprado arroz e distribuído um manifesto do PC do B, prometendo aos elementos da região que, após a derrubada do governo, seriam instalados, na mata, escolas e hospitais. Na ocasião, foi notado que o grupo de “Dina” portava armas semelhantes às usadas pelo Exército e que a mesma (Dina) portava uma atravessada no peito que aparen-

tava ser automática. A “Dina” comentou que o grupo estava preparado para vingar os companheiros mortos durante as operações militares ocorridas em set./72.

O relatório afirma que em “Jul./74 teria sido morta em Xambioá”.

Os relatórios do Ministério da Aeronáutica e do Exército não dão nenhuma informação de seu paradeiro, embora o *Relatório da Manobra Araguaia/72*, de novembro de 1972, no item “ações não confirmadas”, afirme que ela “[...] teria sido ferida pelas forças da repressão em 29 de setembro de 1972”, fato este confirmado no *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha no início de 1974.

Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, em julho de 2001, o ex-guia do Exército Sinézio Martins Ribeiro afirmou que:

[...] ouviu dizer que um tropeiro foi abordado pela Dina, que ela lhe pediu para ele comprar uma roupa para ela; que ela lhe deu dinheiro para isto; que o tropeiro contou para o seu patrão que lhe recomendou avisar ao Exército; ela estava com outra companheira e não tinham mais roupas sobre o corpo; que eles marcaram um local para se encontrarem; que o tropeiro foi ao encontro; que quando ela apareceu o Exército cercou e prendeu as duas.

Raimundo Antônio Pereira de Melo, militar que combateu a guerrilha, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal na mesma época, afirmou que:

[...] por volta do mês de outubro de 1974, na guarda do 52 BIS, chegou a notícia, através de um vaqueiro do Sr. Miguel Pernambuco que na fazenda deste (Taurizinho) uma mulher, querendo comprar roupas e uma passagem de Marabá a Belém na Transbrasiliana, deu dinheiro ao vaqueiro; que a mesma tinha um revólver com uma bala; que o vaqueiro, ao invés de ir para Marabá comprar as coisas, dirigiu-se ao 52 BIS; que ao ser atendido pela guarda, foi encaminhado ao comandante da guarda; que o vaqueiro ficou no quartel; que o comandante da guarda comunicou ao oficial de dia e este, por sua vez, ao comandante da base no DNER de Marabá; que uma hora depois, os PQDs [paraquedistas] chegaram ao 52 BIS, foram com o vaqueiro para a fazenda no Taurizinho em carros do DNER durante a noite; que foi montado cerco na casa onde a mesma se encontrava; que a guerrilheira não resistiu à ordem de prisão; que, após a prisão, retornaram ao quartel do 52 BIS para informar que se tratava da guerrilheira Dina, e voltaram ao DNER, levando Dina presa e sem ferimentos [...].

De acordo com Elio Gaspari no livro *A Ditadura Escancarada*, “[...] a mitológica Dina foi assassinada grávida. Ela estava sob o controle do major Curió”.

Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, relatou em entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, de 4 de março de 2004, que:

[...] a operação para tirar de combate os principais comandantes da Guerrilha do Araguaia, Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, e Dinalva Oliveira Teixeira, foi definida numa reunião do presidente Emílio Garrastazu Médici com o Alto-Comando do Exército. “Ela [Dinalva] morreu no dia 24 de julho de 1974”, revela. É a primeira vez que o chefe da terceira campanha do Araguaia confirma a data da morte da guerrilheira... “Ela tinha importância, mas não era tanta assim, havia muito mito. Mito de que ela virava cupim, virava pomba... Ela entrou em combate numa emboscada. Só posso dizer isso”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, o caso de Dinalva foi protocolado com o número 049/96.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo (SP) e de Campinas (SP) deram seu nome a ruas situadas nos bairros Cidade Ademar e Vila Esperança, respectivamente. Ela também foi homenageada com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 2003, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 049/96, na CEMDP.

Ação Cível contra a União no 1º Vara da Justiça Federal - I 108/83.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit.

Operação Juriti: militantes da VPR desaparecem na fronteira



Daniel José de Carvalho

Nasceu em 13 de outubro de 1945, em Muriaé (MG), filho de Ely José de Carvalho e de Esther Campos de Carvalho. Desaparecido em 13 de julho de 1974. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Motorista e torneiro-mecânico. Era casado com Maria Aparecida Ferreira da Silva, com quem teve dois filhos – Magda Cristina e Magno.

Daniel pertencia a uma família de militantes. Na década de 1950, a família migrara de Minas Gerais para São Paulo. Seus irmãos atuaram em organizações revolucionárias e de oposição à ditadura instaurada em 1964. Ele e Joel José Carvalho, seu irmão, são desaparecidos políticos, e Devanir José de Carvalho, outro irmão, foi assassinado no DOPS/SP, em 7 de abril de 1971.

Foi militante do PCB e, depois, do PCdoB, com atuação política em São Bernardo do Campo (SP), sob a direção de Lincoln Cordeiro Oest, também assassinado pela ditadura em 21 de dezembro de 1972. Em 1969, Daniel passou a integrar a dissidência do PCdoB chamada Ala Vermelha e, mais tarde, já no exílio, passou a militar na VPR.

Foi preso pelo DOI-CODI/SP em 5 de outubro de 1970, e foi torturado. Esteve no Presídio Tiradentes até ser banido do Brasil, em 13 de janeiro de 1971, por ocasião do seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Partiu para o Chile, com outros 69 presos políticos, onde permaneceu até setembro de 1973, quando houve o golpe de Estado liderado pelo general Pinochet, ocasião em que fugiu para a Argentina.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, demonstra a interligação entre os órgãos de repressão política dos diversos países do Cone Sul, ao afirmar a respeito de Daniel: “*O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo Governo Argentino, confirmando o seu ingresso naquele país em 3 de outubro de 1973, procedente do Chile e radicando-se em 31 de outubro de 1973, na Província de Corrientes*”.



Enrique Ernesto Ruggia

Nasceu em 25 de julho de 1955, em Corrientes, Argentina, filho de Atilio Carlos Ruggia e Ana Violeta Bambula. Desaparecido em 13 de julho de 1974.

Estudante de veterinária da Faculdade de Agronomia de Buenos Aires. Morava em uma casa de estudantes no bairro de San Pedro, em um momento de grande efervescência do movimento estudantil.

Conheceu Joel José de Carvalho em 1973, em Buenos Aires. Nessa época, teve contato também com a chilena Marta Amuñategui, exilada acolhida pelos montoneros depois do golpe de Augusto Pinochet. Aproximou-se dos montoneros, sem contudo entrar na organização.

Ao se despedir de sua irmã, a psicóloga Lilian Ruggia, quando deixou Buenos Aires rumo ao Brasil, de acordo com depoimento dela em 1999, ele disse que iria com Joel e outro brasileiro realizar uma ação política e voltaria em dez dias. Nunca mais foi visto.

Lilian tentou informar-se e foi ao Hotel Cecil, local onde ficavam hospedados perseguidos políticos protegidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e onde se hospedava uma chilena namorada de Daniel José de Carvalho. Lá

conversou também com Jairo de Carvalho, outro irmão de Joel, e ambos lhe confirmaram que o destino deles era o Brasil, mas não sabiam mais nenhum detalhe.

Passaram-se muitos anos até que conseguisse confirmar que Enrique havia acompanhado o grupo de guerrilheiros brasileiros.

Joel José de Carvalho

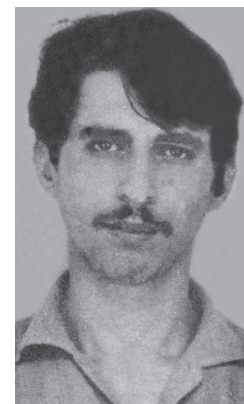
Nasceu em 13 de julho de 1948, em Muriaé (MG), filho de Ely José de Carvalho e de Esther Campos de Carvalho. Desaparecido em 13 de julho de 1974. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era irmão de Daniel José de Carvalho, também desaparecido em 13 de julho de 1974, e de Devanir José de Carvalho, morto em 7 de abril de 1971, conforme mencionado.

Exerceu a profissão de operário gráfico, casou-se com Maria das Graças de Souza com quem teve um filho. Foi militante do PCB e depois do PCdoB. Em 1969, Daniel passou a integrar a dissidência do PCdoB chamada Ala Vermelha. No exílio, ingressou na VPR.

Foi preso pelo DOI-CODI/SP em 5 de outubro de 1970, onde foi bastante torturado. Permaneceu no Presídio Tiradentes até ser banido do Brasil em 13 de janeiro de 1971, indo para o Chile, em troca da libertação do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado em dezembro de 1970. Joel permaneceu no Chile até a deposição do presidente eleito Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, quando fugiu para a Argentina.

O relatório do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, em 1993, informou: “[...] em 1974, fez parte de um grupo de refugiados brasileiros que entraram clandestinamente no país, determinados a desenvolver atividades de guerrilha rural”.



José Lavecchia

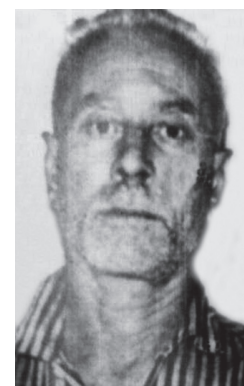
Nasceu em 25 de maio de 1919, em São Paulo, filho de Leo Lavecchia e Felícia Matheu. Desaparecido em 13 de julho de 1974. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Exerceu a profissão de sapateiro, era militante do PCB. Em função de divergências sobre a orientação do partido em relação à luta armada, ingressou na VPR. Morava no sítio comprado pela VPR no Vale do Ribeira (região Sul do estado de São Paulo), onde cumpria o papel de manter uma fachada para esconder a área de treinamento do agrupamento. Após a descoberta da área pelos órgãos de segurança, deslocou-se pela mata com outros guerrilheiros, até ser preso, dias depois.

Foi preso em 7 de maio de 1970, durante o cerco militar à área de treinamento de guerrilha da VPR e a seu líder, Carlos Lamarca, no Vale da Ribeira. Banido do território nacional em 15 de junho do mesmo ano, por ocasião do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Ludwig Von Holleben, viajou para a Argélia com outros 39 presos políticos. Dirigiu-se depois para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. Mais tarde, mudou-se para o Chile, mas teve de se refugiar na Argentina após o golpe de Estado que depôs Salvador Allende.

Ao tentar retornar ao Brasil clandestinamente, Lavecchia desapareceu, em julho de 1974, na fronteira da Argentina com o Brasil, com outros banidos.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, em 1993, diz que “[...] em 12 de outubro de 1973, constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir”.





Onofre Pinto

Nasceu em Jacupiranga (SP) em 26 de janeiro de 1937, filho de Júlio do Rosário e Maria Pinto do Rosário. Desaparecido em 13 de julho de 1974. Dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era ex-sargento do Exército formado em contabilidade e casado com Idalina Maria Pinto, com quem teve uma filha, Kátia.

Onofre teve seus direitos políticos cassados pelo A-1, em 9 de abril de 1964, e sua prisão preventiva decretada em 8 de outubro do mesmo ano, pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, em razão de sua participação no Movimento dos Sargentos, que teve como um dos seus pontos altos o dia 12 de setembro de 1963, quando centenas de sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ocuparam durante a madrugada importantes centros administrativos de Brasília em protesto contra a recusa do STF em reconhecer o direito de elegibilidade dos sargentos a cargos do Poder Legislativo.

Indiciado em IPM instaurado pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, em 2 de fevereiro de 1966, era um dos fundadores e principais líderes da VPR.

Foi preso em 2 de março de 1969, por agentes do DOPS/SP e da 2ª Companhia da Polícia do Exército. Em setembro do mesmo ano, foi banido do Brasil, quando ocorreu o seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, e viajou para o México com outros 14 presos políticos. Depois, seguiu para Cuba, onde recrutou vários exilados para integrarem a VPR.

Morou ainda no Chile e, após o golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende, refugiou-se na Argentina.

Após a Chacina da Chácara São Bento (ver página 410), em janeiro de 1973, quando seis militantes da VPR foram assassinados em Pernambuco, vítimas da delação do agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o *Cabo Anselmo*⁴, Onofre decidiu voltar para o Brasil para retomar o projeto de organizar a luta armada no campo contra a ditadura.

Onofre foi monitorado pela repressão política dos países do Cone Sul por meio de informantes. Registro policial encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP relata que: “*Informação do II Exército de 29/01/70 esclarece que Onofre Pinto [...] teria a intenção de retornar ao Brasil [...] em princípios de fevereiro de 1970*”. E completa os dados: “*O Ministério do Exército nos cientificou que provavelmente o marginado encontrar-se-ia no Chile*”.

Mais adiante, outras informações mostram como Onofre se encontrava vigiado pelos órgãos de repressão:

A CIOP, em 2/7/73, nos cientificou do seguinte: A carteira de identidade de Francisco Wilton Fernandes, emitida pelo Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Brasília, em 17/05/73, RG n° 104.947, estaria de posse de um aparelho de subversivos brasileiros em Santiago do Chile. Segundo o informante, a referida carteira deverá ter a fotografia substituída pela de Onofre Pinto.

4. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo*, ver também os casos de Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (“Execução Sumária em Praça Pública”, 1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira e José Raimundo da Costa (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma (“Massacre da Chácara São Bento”) e de Edgard Aquino Duarte (1973).



Vitor Carlos Ramos

Nasceu em 18 de janeiro de 1944, em São Paulo (SP), filho de Feliciano Ramos e Santana Silva Ramos. Desaparecido em 13 de julho de 1974. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Era escultor. Iniciou sua participação política em 1964. Acusado de pertencer à Polop, foi preso em dezembro de 1967, tendo sua prisão decretada em agosto de 1971, no processo



16/68 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, em São Paulo. Entrou ilegalmente no Uruguai, em 1969. Morou no Chile até a queda de Salvador Allende em setembro de 1973, quando se mudou para a Argentina com outros refugiados brasileiros.

De acordo com documentos encontrados nos arquivos do DOPS/RJ, Vitor foi militante da VPR, VAR-Palmares e Rede. Diversos documentos produzidos entre 1969 e 1972 demonstram que era procurado pelos órgãos de segurança.

Na Argentina, teria sofrido distúrbios psicológicos e fez tratamento durante alguns meses. Começou a lecionar artes plásticas, conheceu e passou a viver com Suzana Machado, da Juventude Peronista, que morreu grávida em um suspeito acidente de carro pouco antes da data de seu casamento. Dois meses depois, teria se ligado ao grupo de Onofre Pinto. O irmão de Vitor, Paulo, obteve informações sobre ele de Idalina Maria Pinto, viúva de Onofre, que o reconheceu em fotografias.

Seu nome não consta do *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e nem do anexo I da lei 9.140/95. Seu caso na CEMDP (331/96) teve como relator Nilmário Miranda, que votou pelo deferimento, pois reconheceu que se tratava de um novo caso de desaparecimento político. O caso foi aprovado por unanimidade em 30 de maio de 1996.

A emboscada

Em 11 de julho de 1974, entrou clandestinamente no Brasil um grupo de seis brasileiros: os irmãos Joel e Daniel José de Carvalho, Onofre Pinto, José Lavecchia, Gilberto Faria de Lima, conhecido como *Zorro*, e Vitor Carlos Ramos, todos militantes da VPR, além do argentino Enrique Ernesto Ruggia. Desde então, estão desaparecidos.

Em 1985, a irmã de Enrique, Lilian, obteve informações sobre a viagem de seu irmão ao Brasil de Flávio R. de Souza, brasileiro exilado na Suécia, que, em 1974, esteve no Hotel Cecil, na Argentina, onde se encontravam outros brasileiros exilados. De acordo com Flávio, a viagem e a ação foram idealizadas por Onofre Pinto. Ele relatou também sua suspeita de que o grupo tivesse sido preso no Rio Grande do Sul.

O ex-sargento e ex-agente do DOI-CODI/SP e do CIE Marival Dias do Canto Chaves afirmou, em depoimento realizado na Câmara Federal em 1993, que a operação foi uma cilada armada por Alberi Vieira dos Santos, um ex-sargento infiltrado entre os ativistas da VPR. Alberi mobilizara refugiados políticos no Chile e na Argentina para montarem uma fictícia área de treinamento de guerrilha no Brasil. Alberi fez contato com Onofre Pinto, que liderou o grupo. Marival conta que, ao chegar ao país, o grupo do qual Enrique fazia parte foi levado à suposta área de treinamento. Ali seis pessoas foram assassinadas sumariamente, entre elas Enrique.

Registros dos órgãos de segurança comprovam que, pouco antes da realização da operação responsável pelo desaparecimento desses militantes, eles estavam sendo monitorados pela repressão política dos países do Cone Sul, conforme documento encontrado no arquivo do DOPS/SP sobre Onofre Pinto, onde se lê: “*Relatório de Plantão DOPS datado de 29/30 de junho de 1974 informa: Rádio 3749 DPF solicita observações sobre os indivíduos Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo procedentes do Uruguai*”.

Documentos do DOPS/RS confirmam que, em 21 de junho de 1974 (um mês antes de sua partida de Buenos Aires), Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho eram esperados na fronteira Brasil–Argentina.

O ex-sargento Marival Chaves declarou ao semanário *Nosso Tempo* que por meio de conversas informais com membros do CIE, ele teria tomado conhecimento de que estava sendo desenvolvida uma operação para matar Onofre Pinto, desde 1973.

Além disso, em depoimentos de Maria Madalena de Azevedo (ex-militante da VPR, conhecida como *Ana Barreto Costa*) e seu marido, Gilberto Giovaneti (também ex-militante da



VPR), prestados à Comissão de Representação Externa sobre os Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, em 1992, e reproduzida em parte pelo *Jornal do Brasil*, em 1º e 3 de novembro de 1992, eles declararam que foram aliciados pelos militares antes do desaparecimento de Onofre e colaboraram com os órgãos de repressão, espionando durante vários anos seus companheiros. A esposa de Onofre tornou públicas suas suspeitas de que Maria Madalena teria sido o último contato de Onofre e a delatora da missão que fariam.

Em 24 de março de 2004, em matéria publicada na revista *IstoÉ*, intitulada “Os Matadores”, Marival Chaves declarou que os coronéis José Brant Teixeira e Paulo Malhães

[...] *ganharam fama dentro dos órgãos de repressão ao montar uma emboscada em Medianeira, cidade a sudoeste do Paraná, para atrair, no dia 11 de julho de 1974, um grupo argentino de militantes de esquerda e guerrilheiros. [...] Malhães era ligado à DINA [Direção de Inteligência Nacional], o serviço de inteligência chileno, e ganhou o codinome de “Pablo” ao participar do gigantesco interrogatório seguido de torturas no Estádio Nacional de Santiago, logo após o golpe militar [...]. Segundo Marival, Malhães montou a emboscada no Paraná com a ajuda da DINA e do ex-sargento Alberi Vieira dos Santos, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, o responsável por atrair os militantes para uma área de guerrilha fictícia na zona rural de Medianeira. De acordo com Marival, Alberi havia sido preso em 1965, ao comandar [sic] uma tentativa de rebelião contra o regime em Três Passos (RS), e acabou se tornando informante do CIE infiltrado na VPR. A chácara [...] foi arranjada pelo então capitão Areski de Assis Pinto Abarca, chefe do serviço de inteligência do Quartel do Exército de Foz de Iguaçu, que, após a operação, passou a integrar os quadros do CIE. [...] “Presos, os irmãos Carvalho, Lavéchia [sic], Vitor, Ruggia e Zorro foram torturados e executados imediatamente”, conta Marival. [...] Alberi também teria sido assassinado, como queima de arquivo, em 1977, no Paraná.*⁵

Aluizio Palmar, jornalista e ex-militante do MR-8 e da VPR, preso no Paraná e banido do país após o seqüestro do embaixador suíço, em 1971, após exaustivo trabalho de investigação conseguiu esclarecer alguns fatos. No seu livro intitulado *Onde Vocês Enterram Nossos Mortos?*, relatou que descobriu o agente policial que trabalhou com Alberi nessa operação. Utilizando o nome falso de *Otávio Camargo*, desempenhou o papel de motorista encarregado de buscar o grupo que saíra de Buenos Aires em 11 de julho. O grupo chegou no dia seguinte e foi levado para o sítio de Niquinho Leite, parente de Alberi, localizado em Boa Vista do Capanema (PR), que, segundo Palmar, desconhecia sua atuação como infiltrado. De acordo com o livro:

A Operação Juriti estava em marcha, comandada pelo “doutor César” (coronel José Brandt Teixeira) e pelo “doutor Pablo” (coronel Paulo Malhães). Ela havia começado no Chile, teve sua continuidade na Argentina e agora chegava à sua fase final. Durante a viagem pela Argentina, desde que saíram de Buenos Aires, os exilados foram monitorados por agentes do CIE. Marival Chaves foi um deles. Toda a operação foi controlada a distância pelos coronéis Brandt e Malhães. Os agentes fizeram rodízio e acompanharam o retorno dos revolucionários até chegarem ao sítio de Niquinho. Para cumprir a ordem de extermínio, um grupo comandado pelo cão de guerra major Sebastião Rodrigues Curió, que usava o pseudônimo de doutor Marco Antônio Luchini, iria esperar no Caminho do Colono, seis quilômetros mato a dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Aquela noite e o dia seguinte eles passaram no sítio. Enquanto uns descansavam, outros foram andar pelo mato ou pescar no Rio Capanema. Ao anoitecer do dia 13, Alberi e Otávio saíram com Joel, Daniel, Victor, Lavecchia e Enrique para executar a primeira ação revolucionária, uma expropriação na agência do Banco do Estado do Paraná, em Medianeira.

[...] *Otávio deu a partida no motor e o carro subiu a lomba, para em seguida seguir pela estreita e sinuosa Estrada do Colono. Com exceção de alguns raios de luz que, de vez em quando cruzavam a mata fechada, a escuridão era total. Depois de rodar quase seis*

5. Alberi constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* até a confirmação de sua atuação como agente policial infiltrado que colaborou para que as mortes desses militantes ocorressem.

quilômetros, a rural fez uma curva fechada e entrou num picadão à direita, que dava acesso a uma clareira. “Chegamos companheiros”, disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou um pouco e, de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. Otávio ficou junto ao carro, Alberi correu e se jogou no solo, Lavecchia deu um tiro a esmo antes de cair. Após o tiroteio, a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina [...] No chão, entre folhas e entrelaçado por cipós, o jovem Enrique Ernesto Ruggia ainda estava vivo [...]. A ordem era matar e uma descarga final de pistola tirou o último sopro de vida de Enrique Ruggia.

Ainda de acordo com Palmar, os corpos foram enterrados ali mesmo e Onofre foi executado logo depois; seu corpo teria sido jogado em um rio.

A CEMDP tentou resgatar os restos mortais desses seis militantes com base nas pesquisas realizadas por Aluizio Palmar. A Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) chegou a ir ao local em 2001 e 2005, sem conseguir localizar as covas clandestinas.

Todos os nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95, menos o de Vitor Carlos Ramos, conforme já relatado. Na CEMDP, os casos foram protocolados com os números 282/96, de Daniel José de Carvalho; 276/96, de Enrique Ernesto Ruggia; 140/96, de Joel José de Carvalho; 156/96, de José Lavecchia; e 139/96, de Onofre Pinto. Não foi possível confirmar a morte de Gilberto e nem foi apresentado requerimento referente a seu caso à CEMDP.

Em homenagem aos militantes desaparecidos – os irmãos Daniel José e Joel José de Carvalho –, as cidades de São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG) deram seus nomes a ruas situadas nos bairros Cidade Dutra e das Indústrias, respectivamente.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 282/96, de Daniel José de Carvalho; 276/96, de Enrique Ernesto Ruggia; 140/96, de Joel José de Carvalho; 156/96, de José Lavecchia; 139/96, de Onofre Pinto; e 331/96, de Vitor Carlos Ramos, na CEMDP.

PALMAR, Aluizio. *Onde Vocês Enterraram Nossos Mortos? Foz do Iguaçu: Travessa dos Editores*, 2005.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Pedro Alexandrino de Oliveira Filho (Peri)

Nasceu em 19 de março de 1947, em Belo Horizonte (MG), filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e de Diana Piló Oliveira. Desaparecido em 4 de agosto de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Fez curso primário e ginásial no Colégio Monte Calvário e o científico no Colégio Anchieta.

Foi um filho e um irmão muito amigo, amoroso e alegre. Perto ou longe, participava intensamente da vida da família e tratava as três irmãs, Ângela, Eliana Maria e Diana Maria, com um carinho incomum.

Gostava muito de cantar e fazia serenatas com os seus amigos, inclusive para as próprias irmãs. Duas eram as músicas de sua preferência, as que mais marcaram sua irmã Eliana: *Perfídia* e *Relógio*.

Era uma pessoa tranqüila e muito querida por seus inúmeros amigos: Fredinho Silésio, Leonardo Andrade, Didiu e muitos outros.

Pedro trabalhou no antigo Banco Hipotecário, hoje Banco do Estado de Minas Gerais e, quando foi transferido para São Paulo (SP), em 1967, lá terminou seus estudos, fazendo também um curso de inglês. Estudante universitário, Pedro participou ativamente do movimento estudantil na capital paulista.

Retornou a Belo Horizonte em 1969, onde já era procurado. Pedro Alexandrino passou o Natal de 1969 com a família, almoçando com todos na casa dos avós.

Foi preso em dezembro do mesmo ano, na casa de sua irmã Ângela, no bairro Gutierrez, para onde foi quando se sentiu seguido e ameaçado. Ainda no interior da casa de Ângela, que se encontrava no trabalho, levou coronhadas na cabeça e pontapés, foi colocado nu e espancado na frente de suas duas sobrinhas, de 3 e 4 anos de idade.



Levado para o DOPS/MG, foi torturado com choques elétricos, pau-de-arara, palmatória, simulação de enforcamento e outras atrocidades.

Quando foi solto, estava surdo de um ouvido e o outro se encontrava em estado lastimável. Logo depois, mudou-se para o Sudeste do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia. *Pedrinho* – como era carinhosamente chamado pela família – ou *Peri*, como era chamado pelos companheiros, ao transferir-se para lá, foi residir na região do rio Gameleira.

A partir desse período, a família não teve mais paz: a casa onde moravam era frequentemente invadida por policiais à procura de Pedro Alexandrino.

Sua mãe, Diana, não suportando as constantes violências, resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro, para tentar descobrir o paradeiro de seu filho. Procurou por ele com o casal Edgar e Cirene (hoje falecidos), que buscavam notícias de dois filhos e uma nora, também desaparecidos na Guerrilha do Araguaia (Elmo Corrêa, Maria Célia Corrêa e Telma Regina Cordeiro Corrêa). Entraram em contato com entidades de direitos humanos, em São Paulo, Brasília e Genebra (Suíça), com a Comissão Justiça e Paz do Rio de Janeiro, a Associação Americana de Juristas, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás e com o Instituto Médico Legal de Minas Gerais.

Nessa ocasião, a família soube que ele tinha uma namorada, Tuca (Luisa Augusta Garlippe, também desaparecida em junho de 1974), enfermeira do Hospital das Clínicas de São Paulo e que havia ido com ele para o Pará.

As cartas escritas por Pedro Alexandrino para a família eram extremamente afetivas e carinhosas. As saudades eram sempre imensas e a vontade de poder abraçar, beijar, sorrir e cantar com as irmãs era seu cuidado constante. Sempre se colocava como um grande amigo e companheiro delas, para o que viessem a precisar algum dia.

Perguntava pelos sobrinhos, queria notícias de todos. De seus projetos pessoais e de sua vida, pouco falava. Mas falava de sua caminhada, de seu compromisso com o povo brasileiro, do significado da luta política, da importância da honestidade, da seriedade, do crescimento interior, de atitudes decentes e até da vontade de ter um filho um dia.

Dizia em uma das cartas: *“Tudo do amanhã está sempre no campo das possibilidades, é de hoje que temos a certeza, é hoje que criamos as condições objetivas para o amanhã”*.

De acordo com o *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da guerrilha no início de 1974, em 30 de dezembro de 1973 Pedro estava vivo.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que “[...] foi morto em 4 de agosto de 1974, em Xambioá”. O relatório do Ministério do Exército afirma que Pedro Alexandrino de Oliveira Filho participou da Guerrilha do Araguaia, usando os codinomes de *Moisés*, *Chico* e *Peri*, sem esclarecer sobre o seu paradeiro.

Em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 4 de março de 2004, temos as seguintes informações sobre Pedro Alexandrino:

Dois corpos crivados de balas foram despejados na pista. Sem camisa, vestiam bermudas jeans desfiadas, presas com cintos de couro. Um deles estava descalço, o outro usava tênis Topa Tudo. Foram chutados pelos militares. Um soldado pegou o facão e abriu um buraco no peito de um dos mortos. “Tem gordura aí?”, zombou.

O cadáver com o peito aberto a facão era do guerrilheiro Peri, de 27 anos, disfarce do bancário Pedro Alexandrino de Oliveira Filho. O outro era de Batista, um dos poucos camponeses que os membros do PC do B conseguiram cooptar para a luta. Os dois foram mortos juntos. Batista, conforme relatos de agricultores da região, foi preso com a guerrilheira Aurea [Aurea Eliza Pereira Valadão] perto da casa de uma camponesa amiga.

O soldado Antônio Fonseca e um colega foram escalados para sepultar os corpos numa cova dentro da base. Eles já estavam duros, conta. Fonseca pegou Peri pelos cabelos, levanta-

tou-o e jogou-o nas costas. O colega fez o mesmo com Batista. Ambos foram largados no mesmo buraco, um por cima do outro. Para cobrir os corpos foi usado um pano com listras vermelhas e brancas. Um camponês que estava preso na base encheu a cova de terra.

Em abril de 1995, durante um debate no Center for Strategic International Studies, em Washington, o então presidente Fernando Henrique Cardoso foi interpelado publicamente pela irmã de Pedro Alexandrino, a professora Ângela de Oliveira Harkavy, da George Mason University, sobre o destino de seu irmão e dos demais desaparecidos políticos. O presidente lhe respondeu não dispor das informações naquele momento, mas prometeu procurá-la para responder aos familiares dos desaparecidos, que ainda não foram informados.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, o caso de Pedro foi protocolado com o número 112/96.

Em carta conjunta escrita por Diana Piló Oliveira e Carmen Navarro Rivas, mães de Pedro Alexandrino Oliveira Filho e Hélio Luiz Navarro de Magalhães (também desaparecido em março de 1974), respectivamente, elas pedem à CEMDP não o pagamento de indenização previsto em lei, mas que as autoridades dêem notícias que possam esclarecer o mistério que envolve o desaparecimento de seus filhos e, se estiverem mortos, a localização de seus restos mortais.

Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte e Campinas deram seu nome a ruas situadas nos bairros Braúnas e Vila Esperança, respectivamente.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 112/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Tito de Alencar Lima (Frei)

Nasceu em 14 de setembro de 1945, em Fortaleza (CE), filho caçula de Idelfonso Rodrigues de Lima e Laura Alencar Lima. Matou-se em 7 de agosto de 1974, no exílio, na França.

Era frade dominicano. Estudou em Fortaleza com os padres jesuítas. Iniciou sua militância na União Cearense de Estudantes Secundaristas e, a seguir, foi dirigente da Juventude Estudantil Católica (JEC). Em 1965, ingressou na Ordem dos Dominicanos, sendo ordenado sacerdote em 1967. Também foi aluno de Filosofia da USP.

Como militante da Ação Estudantil Católica, foi seu coordenador para a região Nordeste. Foi preso em 1968 sob a acusação de ter alugado o sítio onde teve início o XXX Congresso da UNE, em outubro daquele ano, na cidade de Ibiúna (SP).

Foi preso novamente em 4 de novembro de 1969, em companhia de outros dominicanos acusados de terem ligações com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e seu dirigente, Carlos Marighella, assassinado pela equipe do delegado Sérgio P. Fleury, do DOPS/SP, no mesmo dia.

Frei Tito foi torturado durante 40 dias pela equipe de Fleury e, depois, foi transferido para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu até 17 de dezembro de 1970. Nesse dia, foi levado para a sede da Oban (posteriormente reorganizada como DOI-CODI), onde o torturador capitão Maurício Lopes Lima lhe disse ao chegar: “Agora você vai conhecer a sucursal do inferno”.

Tito foi torturado no pau-de-arara com choques elétricos em diversas partes do corpo; levou socos, pauladas, “telefones”; enfrentou um “corredor polonês” e foi queimado com cigarros. Tentou o suicídio com uma gilete, sendo conduzido ao Hospital Central do Exército, no bairro do Cambuci, onde ficou cerca de uma semana.

As torturas sofridas por Frei Tito foram relatadas em documento redigido por ele, anexado ao seu caso na CEMDP:

Na quinta-feira, três policiais acordaram-me à mesma hora do dia anterior. De estômago vazio, fui para a sala de interrogatórios. Um capitão cercado por sua equipe voltou às mesmas perguntas. – Vai ter que falar senão só sai morto daqui – gritou. Logo depois vi que isto não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na Cadeira



do Dragão (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremecia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques, passaram-me ao pau de arara. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais: tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isso durou até as dez horas, quando chegou o Capitão Albernaz. Nosso assunto agora é especial, disse o Capitão Albernaz, e ligou os fios em meus membros. Quando venho para a OBAN – disse – deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede. A certa altura, o Capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca para receber “a hóstia sagrada”. Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito.

Banido do país em 13 de janeiro de 1971, com mais 69 presos políticos trocados pelo embaixador suíço seqüestrado, Giovanni Enrico Bucher, foi para o Chile e depois para a Itália e a França. Até junho de 1973, viveu no convento S. Jacques, em Paris, onde retomou seus estudos na Universidade de Sorbonne. Depois, mudou-se para o convento dominicano de Sainte Marie de la Tourette, em Eveux, província de Lyon. Em 23 de fevereiro de 1973, estando no exílio, foi condenado na 2ª Auditoria Militar de São Paulo a um ano e meio de reclusão.

Em 7 de agosto de 1974, enforcou-se em uma árvore do bosque ao redor do convento, conforme foi retratado no filme *Batismo de Sangue* de Helvécio Ratton, produzido em 2006. Foi enterrado no cemitério de Sainte Marie de la Tourette.

Em 25 de março de 1983, suas cinzas, ao lado dos restos mortais de Alexandre Vannuchi Leme, foram recebidos na igreja dos Dominicanos, no bairro de Perdizes em São Paulo (SP), onde foi realizada uma celebração litúrgica com a presença de D. Paulo Evaristo Arns, em homenagem aos dois. A seguir, suas cinzas foram enterradas no jazigo da família, em 26 de agosto do mesmo ano, em Fortaleza (CE).

A relatora do caso na CEMDP, Maria Eliane Menezes de Farias, destacou vários registros da participação de Tito de Alencar Lima em atividades políticas, chamando a atenção para as inúmeras brutalidades sofridas que teriam culminado em seu suicídio, demonstrando o nexo causal entre o suicídio e as torturas e perseguições por motivação política, na forma do disposto no art. 4º, I, “d”, da lei 9.140/95.

Ao elaborar seu voto, Maria Eliane Menezes de Farias afirmou que:

[...] a vasta documentação acostada aos autos confirma os fatos quanto à militância política de Tito de Alencar Lima, seu sofrimento e morte, por suicídio, em consequência das seqüelas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público. Provada a relação de causa e efeito entre a prisão, tortura e posterior desequilíbrio psíquico que levou Frei Tito ao suicídio, reconheço-o como vítima da ditadura militar.

O seu caso foi aprovado por unanimidade em 10 de agosto de 2004.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua localizada no bairro Goiânia.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 126/04, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.



Suely Yumiko Kanayama (Chica)

Nasceu em 25 de maio de 1948, em Coronel Macedo (SP), filha de Yutaka Kanayama e Emi Noguchi. Desaparecida em setembro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Era a primeira filha de um casal de imigrantes japoneses. Com 4 anos de idade, mudou-se com a família para Avaré (SP). Em 1965, vieram para a capital paulista residir no bairro de Santo Amaro.

Suely terminou o colegial na Escola Alberto Levy em 1967. Em seguida, ingressou na Universidade de São Paulo, sendo aprovada no vestibular para licenciatura em língua portuguesa e germânica. Durante o período de 1967 a 1969 fez curso de língua japonesa como cadeira opcional.

Na USP, tornou-se amiga de Rioko Kaiano e, juntas, ingressaram na Ação Popular (AP). Mais tarde, outra nikei, Nair Kobashi, as convidou para militarem no PCdoB. Passaram, então, a serem chamadas de o “*exército japonês*”.

Em fins de 1967, e nos anos que se seguiram, as principais lideranças estudantis foram perseguidas e passaram a viver na clandestinidade ou no exterior, e novas lideranças surgiram. Suely foi uma delas. Matriculou-se pela última vez na USP em 1970, porém para continuar a luta política ingressou na militância política clandestina.

Chegou à região próxima do rio Araguaia, no Sudeste do Pará, em fins de 1971, sendo uma das últimas a integrar-se ao destacamento B.

De acordo com a reportagem publicada no *Diário Nippac*, de 28 de julho de 1979, no artigo “*Yumiko, a Nissei Guerrilheira*”, Suely foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, deixando seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá (TO) e seus restos mortais foram, posteriormente, exumados por estranhos. E acrescenta:

Além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida, uma vez que até mesmo seus familiares, inclusive seu irmão, localizado por nós, recusam-se a lembrar e falar dela, e mesmo seus pais já não se encontram mais em São Paulo.

Tudo o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar, além dos pedidos de matrículas e que era portadora de identidade RG - 4.134.859, mas o espaço para a fotografia está em branco.

Em outro trecho do mesmo jornal, lê-se:

José Genoio Neto, [...] contava-nos [...] que, conversando com a sua mãe, a senhora Emi, que reside no Sul do país, disse que ouviu um emocionante depoimento.

Ao relatar toda a história da guerrilha do Araguaia e finalmente tomar conhecimento do que realmente a sua filha Yumiko acreditava, ela diria que “estava muito feliz em saber destas coisas”. Apesar de toda a sua dor, concluiu que “estava aliviada e contente por saber que ela tinha morrido feliz, pelo que sempre acreditou”.

Suely Yumiko 4 anos após a morte tinha sido compreendida, senão pela família toda, pelo menos pela sua própria mãe, que, apesar de não ter recebido quase nenhuma notícia de sua filha desde o início de 1971 – somente boatos de que sua filha teria se tornado prostituta –, guardava a confiança até aquele momento do encontro com Genoio Neto.

Consta a seguinte citação a seu respeito no *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974:

[Suely] havia saído [junto com José Maurílio Patrício] antes do dia 25/12/73, para buscar Cilon [da Cunha Brum] e José Lima Piauhy Dourado. Deveriam retornar dia 28/12 ao local onde houve o tiroteio do dia 25/12.

Desde o relatado, não foram mais vistos.

Sobre a ocultação do cadáver de Suely, o coronel da Aeronáutica Pedro Cabral afirmou em entrevista à revista *Veja*, em 13 de outubro de 1993:

Suely havia sido morta no final de 1974. Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacaba, onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército – CIE foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a operação limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala [...].

Desenterrado, o corpo de Suely foi colocado num saco plástico e levado até meu helicóptero que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 km de distância. Ali [...] fizeram uma pilha de cadáveres [...] também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
 Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IEVE/SP.
 Caso 126/96, da CEMDP.
 LESSER, Jeffrey. *Uma Diáspora Descontente*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

O brasilianista Jeffrey Lesser, no livro *Uma Diáspora Descontente*, escreveu o seguinte relato: *A “luta até a morte”, semelhante a de um kamikaze, também foi importante para Célia Abe Oi, jornalista da Página Um e hoje diretora do Museu da Imigração Japonesa de São Paulo. Ela me disse: “Yumiko foi uma heroína para nós”. Quando lhe perguntei o que ela queria dizer com isso, ela explicou que Kamayana representava o “caminho do samurai”, que significa levar algo até seu limite máximo, e também que ela era uma pessoa com um senso de brasilidade forte ao ponto de torná-la disposta a dar a vida por seu país.*

O relatório do Ministério da Aeronáutica entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, afirma que “[...] cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição”. O relatório do Ministério da Marinha, de mesma data, afirma que “[...] foi morta em setembro de 1974”.

No *Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002*, temos: “Sueli Yomiko Kanayama (referida pelo depoente como uma ‘japonezinha’) foi enterrada na cabeceira da pista de pouso da Bacaba”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, o caso de Sueli foi protocolado com o número 126/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma rua localizada no bairro Residencial Cosmo.



Walkíria Afonso Costa (Wal)

Nasceu em 2 de agosto de 1947, em Uberaba (MG), filha de Edwin Costa e de Odete Afonso Costa. Desaparecida em 25 de outubro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Walkíria fez o curso primário na Escola Normal de Patos de Minas (MG) e as duas primeiras séries do curso ginásial no Ginásio Rio Branco, em Bom Jesus de Itapapoama, no Rio de Janeiro.

Com a transferência de sua família para Pirapora (MG), terminou o curso ginásial no Colégio Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, estabelecimento dirigido por religiosas.

No período de 1963 a 1965, estudou no Colégio São João Batista, em Pirapora, onde terminou o curso normal de formação de professoras, e lecionou em alguns grupos escolares da cidade.

Walkíria gostava muito de cantar e tocar violão.

Wal – como era chamada – prestou concurso público no estado em 1966 e foi nomeada na primeira chamada. Transferiu-se para Belo Horizonte, onde passou a lecionar.

Aluna exemplar, ocupava sempre os primeiros lugares nas escolas por onde passou, Walkíria prestou o vestibular para o curso de pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais, classificando-se em segundo lugar.

Freqüentou apenas os três primeiros anos do curso, quando teve início seu contato com os problemas políticos e sociais do país e, em particular, da universidade.

Participou, com outros colegas, da fundação do diretório acadêmico da Faculdade de Educação, do qual foi vice-presidente, em 1968. Nesse momento, lutavam pela defesa de interesses estudantis e buscavam o caminho para soluções de questões mais concretas como cortes de verbas, o acordo MEC-USAID, o fechamento de restaurantes universitários, o combate ao decreto 477 etc.

Perseguições políticas intensificaram-se. O cerco do prédio da Faculdade de Educação demonstrou um claro desrespeito aos alunos e professores que estavam em seu interior. Intimações para prestarem depoimentos no DOPS, muitas prisões e tortura eram os sinais nítidos do agravamento da situação política.

Até então, Walkíria não havia sido indiciada em nenhum inquérito, pelo DOPS ou por qualquer outro órgão de segurança. Prevendo dificuldades futuras e maiores riscos de atuação, decidiu em 1971 partir para outra frente de trabalho político: a luta armada junto aos camponeses pobres da região próxima ao rio Araguaia, no Sudeste do Pará. Chegou a ser procurada por agentes do DOPS/MG e teve sua casa invadida, sob a alegação de envolvimento em reuniões estudantis.

Walkíria, ou *Walk*, como também era conhecida, e seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho, ambos filiados ao PCdoB, foram viver próximos ao rio Gameleira.

Em julho de 1973, foi julgada à revelia pela Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora (MG), mas foi absolvida por falta de provas da sua atuação política.

Sua irmã a descreve assim: “[...] *de muitas lembranças e tantas saudades, alta, clara, cabelos castanhos e lisos, rosto ovalado, inteligente e leal*”.

No relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, consta que “[...] *foi morta em 25/out.174*”. No relatório do Ministério do Exército “[...] *consta que teria morrido em 1972, em confronto com as forças de segurança*”.

O *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da guerrilha no início de 1974, descreve que ela “[...] *foi com Paulo Roberto Pereira Marques encontrar-se com Vandick e Dinaelza. Deveriam retornar dia 28/12 a um local bem próximo ao local do tiroteio do dia 25/12/73. Desde esta data está desaparecida*”.

Foi presa pela “*Dona Maria do Zezinho Madeira*” e entregue aos militares, próximo de São Raimundo (PA). Estava muito magra, com a roupa toda rota. Dona Maria e o sr. Zezinho a amarraram e chamaram os soldados, segundo depoimento de Luzinete, moradora da região que ajudou a localizar uma cova de guerrilheiros na reserva dos índios Suruis, em julho de 1996.

Em declaração prestada ao MPF em 3 de julho de 2001, em São Domingos do Araguaia (PA), o morador Sinvaldo de Souza Gomes, disse que:

[...] um ex-soldado do Exército conhecido por Raimundo Nonato, que guarnecia a base do Exército em Xambioá, [...] assistiu a prisão de Valquíria, guerrilheira, sendo que ele ficou três dias vigiando a prisioneira, que estava amarrada numa árvore conhecida como Jacarandá, quando chegaram dois tenentes do Exército que pediram para que Raimundo Nonato cavasse um buraco no chão e, após, saísse do local por pelo menos uma hora; que quando Raimundo Nonato retornou Valquíria não estava mais no local e o buraco já estava tapado com terra.

Também em depoimento prestado ao MPF, em 19 de julho de 2001, o ex-guia do Exército, Sinézio Martins Ribeiro, afirmou que “[...] *viu a Valquíria, viva dentro da base de Xambioá*”.

Em bilhete escrito por um informante, em 1974, e encontrado pelo MPF, encaminhado a Miguel Reale Jr., então, presidente da CEMDP, consta:

Sr. Francisco Alves dos Santos conhecido como Chico Vitorino [...] informou que: por volta das dez horas do dia 10 Out. 74 estando na fazenda do Sr. Carlos Holanda, descansando em uma barraca apareceu uma mulher trajando bermudas, camisa de homem meio amarelada, descalça, cabelo amarrado e com um revólver na mão. A mulher perguntou que lugar era aquele, que foi respondido. Perguntou se a grotta Seca era uma que indicava e também se a estrada era a OP-2. Obteve respostas positivas, perguntando que direção estava São Raimundo. Tudo respondido pediu uma caixa de fósforos. Depois o Chico Pantera (que estava com o informante) pediu a mulher que o deixasse ver o revólver. Tentando apanhá-lo a mulher levantou o revólver dizendo que não e saiu correndo na direção da OP-3. Após isso o informante e seu acompanhante reconheceram nela a Valquíria, que já tinha sido vista por Chico Vitorino em agosto de 73. Nesse dia ela estava com todo o grupo.

O informante declara que tudo isso durou 15 minutos. Chico Vitorino pediu a Chico Pantera que avisasse a Jacó. Por sua vez este avisou Liomar, filho do Raimundo Galego. Chegando Jacó e Liomar estes foram caçar o rastro. Não conseguiram muita coisa. Perguntando sobre a aparência de Valquíria, disse que está mancando, amarela e bastante magra. Embora manca, saiu em “carreira”.

No *Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal* – janeiro de 2002, consta o seguinte a seu respeito:

[...] *Valquíria Afonso Costa, na base militar de Xambioá ela estava bem cuidada, limpa e com roupa nova, um vestido, falando com o doutor (era o termo utilizado pelos camponeses para se dirigir e se referir aos oficiais militares); que o doutor não gostava de falar com guerrilheiro sujo; [...] que na base de Xambioá viu ela ser levada por um soldado do Exército para o rumo do jatobá; que o “carrasco” (sic) levava uma arma curta; que a arma era “surda” e não se escutava o tiro; que atrás ia outro soldado levando uma lata grande de bolacha com cal virgem; que dias depois ele perguntou ao soldado por ela e teve como resposta “já era”, que esta resposta significava que tinha sido morta.*

Segundo o “*Informe nº 4*”, de 3 de outubro de 1974, sem identificação, citado pelo jornalista Elio Gaspari, dois registros de informantes do Exército revelaram que em 3 de outubro daquele ano três guerrilheiros foram vistos no mato, sendo dois homens e com roupas esfarrapadas.

De acordo com o relatório do Ministério da Marinha entregue ao Ministério da Justiça, em 1993, ela teria morrido em 25 de outubro de 1974.

Seria, portanto, a última guerrilheira executada.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 181/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma rua localizada na Vila Esperança. Em Belo Horizonte (MG), é nome de rua no bairro Braúnas e, em Pirapora (MG), foi homenageada com seu nome dado a uma outra rua. Foi agraciada com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 2004, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

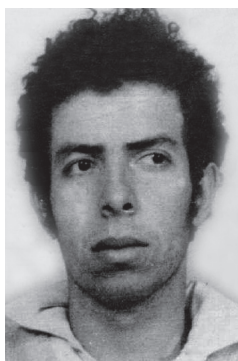
Arquivos do IEVE/SP.

Caso 181/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, op. cit, p. 460.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.



José Maurílio Patrício (Manoel)

Nasceu em 13 de setembro de 1944, em São João de Petrópolis (ES), filho de Joaquim Patrício e Izaura de Souza. Desaparecido em outubro de 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Fez o 1º ano primário no Colégio Singular, em São João de Petrópolis, em 1954. No ano seguinte foi para o Grupo Escolar do Colégio Agrícola de Santa Tereza, onde terminou o curso. Continuou na mesma escola no curso de iniciação agrícola e, em seguida, fez o curso de técnico agrícola, formando-se em 1966.

Era considerado muito alegre, solidário e inteligente.

Em 1967, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar na Universidade Rural, onde fez o curso de educação técnica.

Em 1968, foi preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Com a edição do AI-5, em dezembro daquele ano, pela intensidade da repressão política, passou a viver na clandestinidade. Mais tarde, mudou-se para o Sudeste do Pará, indo morar próximo ao rio Araguaia, nas margens do rio Gameleira.

Consta a seguinte citação a seu respeito no *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar à região da guerrilha em 1974:

Junto com Suely Kamayano [sic] havia saído antes do dia 25/12/73, para buscar Cilon [da Cunha Brum] e José Lima Piauhy Dourado. Deveriam retornar dia 28/1, ao local onde houve o tiroteio do dia 25/12.

Desde o relatado, não foram mais vistos.

O relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que “[...] foi morto em out./74, na região de Saranzal”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, o seu caso foi protocolado com o número 199/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu o seu nome a uma rua localizada no bairro Residencial Cosmo I.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 199/96, na CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002.

Jane Vanini



Nasceu em 8 de setembro de 1945, em Cáceres (MT), filha de José Vanini Filho e Antônia Maciel Vanini. Desaparecida em 6 de dezembro de 1974, no Chile. Militante do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Estudou no Colégio Imaculada Conceição, em Cáceres, até 1966, quando se mudou para São Paulo (SP), tornando-se estudante de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Trabalhou na loja Mappin e na Editora Abril, onde conheceu seu marido, Sérgio Capozzi. Em 1969, passou a militar na ALN com Sérgio. Nesse mesmo ano, ele foi detido e Jane foi condenada à reclusão a cinco anos de prisão.

Em abril de 1970, após uma seqüência de prisões de militantes da ALN, o casal foi identificado pela repressão política. Colegas da Editora Abril ajudaram Capozzi a fugir quando agentes da Oban (posteriormente reorganizada como DOI-CODI) tentaram prendê-lo no trabalho. Passaram a viver na clandestinidade; depois, refugiaram-se no Uruguai e, posteriormente, na Argentina e em Cuba, onde Jane realizou treinamento de guerrilha e trabalhou na Rádio Havana. Tornou-se membro da dissidência da ALN, o Molipo.

Em setembro de 1971, o casal retornou ao Brasil e fixou-se na região do rio Lages, entre Araguaína e Vanderlândia, atual estado de Tocantins. A prisão de Carlos Eduardo Pires Fleury, em dezembro de 1971, porém, obrigou Jane a partir para o Chile pouco antes do Natal do mesmo ano, na tentativa de fazer contatos com a organização. Sem condições de retornar ao Brasil, integrou-se ao MIR. Trabalhou como secretária no periódico da organização, chamado *Punto Final*, até 11 de setembro de 1973, dia do golpe que derrubou o presidente Salvador Allende. Tornou-se companheira do jornalista e dirigente do MIR José Carrasco Tapia, o *Pepe*.

Usando no Chile os codinomes de *Adélia*, *Miny Ana Honorato*, *Gabriela Pereira*, *Carmen Montoya* ou *Tereza Motta*, Jane Vanini pôde testemunhar os preparativos que antecederam o golpe. Esses fatos foram relatados nas cartas que escrevia periodicamente à sua irmã, Dulce Ana Vanini, carinhosamente chamada de *Madrinha*. Após o golpe, decidiu ficar no Chile e passou a atuar na clandestinidade, indo morar em Concepción, 500 quilômetros ao sul da capital Santiago.

Às 12 horas de 6 de dezembro de 1974, a dez quadras da casa onde morava com Jane, José Carrasco Tapia foi detido e conduzido à Base Naval de Talcahuano. À noite, após procurá-lo e consultar militantes do MIR sobre as possibilidades de resgatá-lo, Jane voltou à sua casa disposta a tentar o resgate de Carrasco das mãos da DINA (Direção de Inteligência Nacional), embora os companheiros tivessem descartado essa hipótese e houvessem chegado a trancá-la no banheiro de um dos aparelhos da organização, percebendo sua determinação, ela fugiu do local. À noite, *Pepe* disse aos torturadores o endereço de sua casa, certo de que Jane não mais estivesse lá, conforme o combinado. A clandestinidade impunha regras rígidas de segurança e, após determinado horário, o não comparecimento a um encontro significava que aquela pes-

soa havia sido presa. Mesmo assim, Jane voltou, e às 22 horas a casa foi cercada por um destacamento de Infantaria da Marinha. Jane resistiu armada à invasão de sua casa, localizada em Laguna Redonda II, Pasaje 12, nº 560. Movimentou-se disparando um fuzil, dando a impressão de que havia mais de uma pessoa no segundo andar da casa. Depois de várias horas de resistência, quando acabou sua munição, os agentes do Serviço de Inteligência Regional (SIRE) puderam entrar na casa. Jane caiu ferida, inconsciente, mas viva, e foi retirada da casa em uma maca na madrugada do dia 7.

Uma ambulância a transportou para local desconhecido. Hoje, sabe-se que foi levada para um recinto clandestino de Ancla II (Serviço de Inteligência da Marinha de Talcahuano), instalações esportivas em que se mantinham prisioneiros seqüestrados, onde permaneceu por três ou quatro dias sob interrogatórios e torturas, e que, depois, foi assassinada. Na tarde de 10 de dezembro, o funcionário do Serviço de Bem-Estar da Marinha, Reinaldo Alarcón Muñoz, foi “designado para dar sepultura a uma executada”. Disse que lhe entregaram um cadáver no necrotério do Hospital Naval e lhe ordenaram que o levasse ao Cemitério nº 2 de Talcahuano, onde a sepultou como NN (“*Non Nombrado*”, “sem nome”). Seus restos mortais, contudo, permanecem ainda sem identificação.

Os jornais *El Sur* e *Diario Color*, de Concepción, de 8 de dezembro de 1974, apenas transcreveram o comunicado do Comando da II Zona Naval de Talcahuano. A versão oficial afirmava que um grupo de “terroristas” havia enfrentado os soldados da Marinha e policiais. Segundo o comunicado, Jane Vanini havia se suicidado. Apesar disso, os vizinhos declararam que a Infantaria da Marinha disparou com armamento de grosso calibre em direção à casa, naquela madrugada. Nem o Juizado Naval de Talcahuano e nenhum outro tribunal abriu processo para apurar o caso. Tampouco o comandante da Base Naval informou sua morte ao consulado do Brasil ou a seus familiares, não obstante terem conhecimento de sua identidade e nacionalidade. Seu corpo não foi encontrado, apesar das buscas feitas pela mãe de *Pepe Carrasco* e pela Liga de Senhoras Católicas Chilenas.

Em 8 de fevereiro de 1991, o resultado dos trabalhos de investigação feitos pela Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação do Chile foi publicado no *Informe Rettig* – como ficou conhecido o documento conclusivo dos trabalhos de investigação sobre os desaparecimentos políticos no Chile, organizado pelo senador do Partido Radical, Raul Rettig. Em abril de 1990, havia sido criada a referida comissão com o objetivo de esclarecer a verdade sobre as graves violações dos direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, no país ou no exterior, relacionadas com o Estado chileno. Ao fim de nove meses, na data citada, a comissão entregou ao então presidente, Patricio Aylwin Azócar, o seu Informe, no qual foram consideradas 2.296 das 3.550 denúncias recebidas. De acordo com o referido informe, a Base Naval de Talcahuano/Base “El Morro” funcionou como lugar de detenção e tortura desde o golpe até 1975. Era governador de Talcahuano o capitão Fernando Carrasco Herrera, e o contra-almirante Jorge Paredes Wetzler era comandante da II Zona Naval.

A Base Naval foi o principal recinto utilizado pelo SIRE de Concepción, onde foi mantido um número considerável de prisioneiros. O SIRE era integrado por efetivos de distintas unidades da área de Concepción e contava com oficiais da Marinha e do Exército entre os comandantes. Alguns testemunhos de prisioneiros afirmam que participavam dos interrogatórios o Serviço de Inteligência Naval (SIN), a DINA e a CNI (Central Nacional de Informações). Testemunhos de pessoas presas entre 1980 e 1983 informam que foram detidas em operações da CNI e da Marinha e conduzidas até a base naval para serem interrogadas e torturadas antes de seus traslados.

A irmã de Jane, Dulce, correspondia-se semanalmente com Jane e mantinha um contato mensal por telefone até a morte dela. Sua morte lhe foi comunicada por *Pepe*, por carta, em março de 1975. *Pepe* cumpriu pena e, libertado, seguiu para o exílio. Retornou ao Chile em 1984, mas foi assassinado em 8 de setembro de 1986, por agentes da DINA, em represália a um atentado realizado por guerrilheiros chilenos contra Augusto Pinochet, poucas horas antes.

Anches Domingues Vial, à época secretário executivo da Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação do Chile, que conviveu com Jane, comunicou a Dulce Vanini, em 14 de janeiro de 1994, que: “[...] *Em dezembro de 1993, o governo chileno assumiu suas responsabilidades no caso Jane Vanini, concedendo à sua família pensão como forma de reparação*”.

Em nota à imprensa em 11 de janeiro de 1994, o então deputado federal Nilmário Miranda, da Comissão de Representação Externa sobre os Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, tornou público o comunicado do cônsul-geral do Brasil no Chile, Carlos Alfredo Pinto da Silva, no qual declarou que: “[...] *os cidadãos brasileiros Jane Vanini e Luiz Carlos de Almeida foram vítimas de violação de seus direitos humanos naquele país, reconhecendo a participação de agentes do Estado chileno nestes fatos*”.

Em maio de 2005, informou-se que haviam sido encontrados seus restos mortais. Eles foram localizados, mas permanecem legalmente sem identificação. Em 22 de dezembro de 2006, foi apresentada no 3º Juizado Criminal de Concepción uma ação criminal pelo seqüestro, execução e desaparecimento de Jane, pelo advogado Nelson González Bustos, que investigou o caso. A ação foi apresentada contra os membros do SIRE, organização criminosa clandestina das Forças Armadas da VIII Região, dirigida por funcionário do Exército de Concepción, e do Ancla II, departamento da Marinha conhecido pelas inúmeras execuções e torturas contra prisioneiros, cometidos pelos que ali prestavam serviço público. A ação dirige-se aos autores materiais e também aos mandantes da política de extermínio de prisioneiros.

Não foi encontrado atestado de óbito de Jane Vanini, embora tenha sido encontrado um atestado em nome de uma NN – que corresponde ao cadáver de Jane –, em que se indica que a morte foi “[...] *comprovada por certidão de óbito expedido pelo diretor do Hospital Naval de Talcahuano*”. Interrogado no processo, o ex-diretor assinalou que “*não se recorda de ter examinado o cadáver, praticado autópsia e firmado nenhum certificado médico de falecimento*”. À luz desses antecedentes, o ministro Carlos Aldana Fuentes decretou a reconstituição da cena do assalto à casa de Jane e *Pepe Carrasco*.

Em 17 de outubro de 2007, realizou-se a reconstituição do assalto. Compareceram os ex-chefes das equipes de torturadores do SIRE, Osvaldo Harnisch Salazar e Arturo Garay González, ex-detetives de investigações; Conrado Scesnic Guerricabeitía, oficial dos Carabineros; José Cáceres González, subtenente de Infantaria da Marinha; três torturadores: Juan Fuentealba Ríos, suboficial da Marinha, o cabo Maldonado e o soldado Marco Matamala; e os oficiais a cargo dos fuzileiros da Infantaria da Marinha: o capitão Luis Kohler Herrera, o tenente Luis Encalada e o chefe do Estado Maior da II Zona Naval na época, Aníbal Aravena García, que dirigiu o assalto à casa.

A reconstituição estabeleceu que os agentes do SIRE levaram até a casa o jornalista José Carrasco, então preso. Jane os recebeu com descargas de fuzil, que não cessaram, em que pese os reiterados pedidos que lhe fazia Carrasco aos gritos para que se rendesse. A reconstituição, os interrogatórios e as acareações entre os participantes do assalto afastaram as versões de que Jane teria se suicidado.

O tenente Luis Encalada, que destruiu a fechadura da casa a tiros para nela entrar, declarou que viu quando o pessoal médico tirou da casa o corpo de Jane em uma maca, sem que soubesse se estava viva ou morta. Na diligência, concluiu-se que Jane foi retirada da casa inconsciente, após o enfrentamento com as forças policiais, pela Infantaria da Marinha, na presença do chefe do Estado Maior da II Zona Naval, que entrou na residência logo após o tiroteio.

Seu caso na CEMDP (287/96) foi indeferido por unanimidade, em função do entendimento de que foi assassinada em território chileno e por falta de provas de que houve participação de agentes da repressão política brasileira.

Em sua homenagem, a cidade de Cuiabá deu o seu nome a uma de suas ruas e a Universidade do Estado de Mato Grosso também deu o seu nome ao *campus* universitário de Cáceres.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 287/96, na CEMDP.

www.purochile.org/rettig42.htm

www.puntofinal.cl/651/Janevanini.htm

<http://exppmemoria.blogspot.com/2006/12/jane-vanini.html>

Afonso Henrique Martins Saldanha

Nasceu em 22 de setembro de 1918, na cidade de Olinda (PE), filho de João Baptista Martins Saldanha e Maria da Conceição de Barros Saldanha. Morto em 8 de dezembro de 1974. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Casado com Idalina Saldanha, era pai de cinco filhos.

Professor de história, geografia e ciências sociais, exerceu o magistério em diversos estabelecimentos de ensino na cidade do Rio de Janeiro (RJ), citando-se o Colégio Rui Barbosa, o Colégio Mello e Souza, o Instituto de Educação Brasil-América, tendo dirigido, também, o Colégio Helvécio Xavier Lopes.

Convidado por Antônio Houaiss, Saldanha colaborou na edição brasileira da Enciclopédia Britânica, escrevendo verbetes ligados à educação.

Era, ainda, inspetor federal do Ministério da Educação e Cultura.

Foi presidente do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro de 1967 a 1969. Foi reeleito para novo mandato (1969-1972). Não chegou a ser empossado porque foi cassado.

Preso em 1970, foi levado para o DOI-CODI/RJ e torturado. Os torturadores preocuparam-se particularmente em dar choques elétricos sobre uma verruga que Saldanha possuía na cabeça. Após 42 dias, foi libertado, com Cecília Coimbra, que também se encontrava presa e foi testemunha da tortura a que foi submetido.

Segundo diagnóstico médico, a tortura contribuiu para desencadear um processo de metastase que acabou levando Saldanha à morte, em 8 de dezembro de 1974.

Não foi apresentado requerimento da família à CMDP, após a ampliação dos casos admitidos pela lei de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Batista

Camponês, desaparecido em 1974, na Guerrilha do Araguaia.

Pouco se sabia a seu respeito até julho de 2001, quando o MPF esteve na região para ouvir depoimentos de moradores. Em um desses depoimentos, o ex-guia do Exército Sinézio Martins Ribeiro afirmou que:

[...] soube pelos guias Domingos e Manoelzinho Aratijo que a Áurea [Áurea Eliza Pereira Valadão] e o Batista foram presos na casa da dona Petronilha; que a dona Petronilha falou para os soldados que eles iam a sua casa comer todas as tardes; que o Exército mandou os dois guias acima citados para ficarem vigiando dentro da casa de dona Petronilha, escondidos no quarto, aguardando a chegada dos guerrilheiros; que quando a Áurea e o Batista chegaram ao anoitecer foram presos; que os dois não atiraram, pois não tinham mais munições; que os presos foram levados para a casa do Arlindo, onde o Exército já estava esperando; que os dois foram levados para Xambioá; que Batista era morador que aderiu à guerrilha; que o depoente não chegou a ver a Áurea viva em Xambioá, apenas o Batista; que o depoente chegou a conversar com o Batista a quem deu conselhos para que obedecesse os militares; que o Batista não seguiu seus conselhos, parece que ele era meio preguiçoso; que depois o Batista desapareceu; que ele não perguntou pela Áurea nem pelo Batista; que a mulher do Batista foi presa, levada para a base de São Raimundo, onde passou a ser cozinheira; que o depoente perguntou se ela recebia salário e ela respondeu que não sabia mas que os soldados disseram que quando terminasse a guerra eles a levariam para junto da família dela no Maranhão; que a filha do casal, de aproximadamente 7 anos, também ficava na base; que acha que a mulher se chamava Raimunda; que depois não a viu mais na base.

O ex-guia do Exército Pedro Ribeiro Alves, conhecido como *Pedro Galego*, que também prestou depoimento ao MPF, declarou que:

[...] se recorda de haver visto o momento em que Batista e Áurea chegaram no acampamento em um helicóptero do Exército; que o declarante não chegou a falar com nenhum deles.

Na obra *Vestígios do Araguaia*, há uma entrevista com a filha de Petronilha, que forneceu a seguinte informação:

Petronilha Ferreira dos Santos, moradora da região paraense de Caiano, é um exemplo de como a população sentiu-se dividida, tomando atitudes ingênuas e, muitas vezes, contraditórias. Sua filha Raimunda Pereira Gomes conta, chorando, que a mãe entregou dois guerrilheiros ao Exército com medo de ser presa. Durante 15 dias, Áurea (Áurea Elisa Pereira Valadão) e Batista (camponês que aderiu à guerrilha) passaram em sua casa para comer. Nesses encontros, Petronilha pedia aos dois que se entregassem, com a certeza de que era o melhor a ser feito. Como não atenderam ao pedido e continuaram a procurá-la, ela foi ao acampamento militar denunciar os amigos. Quatro homens a acompanharam até a casa. Depois de cinco dias, a dupla apareceu e foi surpreendida pela voz de prisão. Batista foi levado de imediato enquanto Áurea se abraçava a Petronilha desesperadamente, implorando para não ser presa.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em artigo de 4 de março de 2004, intitulado “*Curió Rompe o Silêncio e Fala sobre Mortes no Araguaia*”, assinado por Leonêncio Nossa e Dida Sampaio, informa:

Dois corpos cravados de balas foram despejados na pista. Sem camisa, vestiam bermudas jeans desfiadas, presas com cintos de couro. Um deles estava descalço, o outro usava tênis Topa Tudo. Foram chutados pelos militares. Um soldado pegou o facão e abriu um buraco no peito de um dos mortos. “Tem gordura aí?”, zombou.

O cadáver com o peito aberto a facão era do guerrilheiro Peri, de 27 anos, disfarce do bancário Pedro Alexandrino de Oliveira Filho. O outro era de Batista, um dos poucos camponeses que os membros do PC do B conseguiram cooptar para a luta. Os dois foram mortos juntos. Batista, conforme relatos de agricultores da região, foi preso com a guerrilheira Áurea perto da casa de uma camponesa amiga.

O soldado Antônio Fonseca e um colega foram escalados para sepultar os corpos numa cova dentro da base. Eles já estavam duros, conta. Fonseca pegou Peri pelos cabelos, levantou-o e jogou-o nas costas. O colega fez o mesmo com Batista. Ambos foram largados no mesmo buraco, um por cima do outro. Para cobrir os corpos foi usado um pano com listras vermelhas e brancas. Um camponês que estava preso na base encheu a cova de terra.

O Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002, afirma:

Batista, morador que aderiu à guerrilha, foi preso junto com Áurea e também levado para a base de Xambioá, onde foi visto (um dos depoentes ao Ministério Público Federal conversou pessoalmente com ele). A revelação de que esse camponês aderiu à guerrilha é fato novo, tanto que seu nome não foi incluído no rol de desaparecidos da lei 9.140/95. [...]

Ao todo, portanto, foram indicados 21 guerrilheiros que teriam sido presos com vida pelas Forças Armadas. Desses, 18 guerrilheiros (Antônio de Pádua Costa, Maria Célia Corrêa, Pedro Carretel, Luís René Silveira e Silva, Lúcio Petit da Silva, Antônio Ferreira Filho, Uirassu de Assis Batista, Hélio Luís N. de Magalhães, Valquíria Afonso Costa, Áurea Elisa Pereira Valadão, Batista, Cilon da Cunha Brum, Tobias Pereira Júnior, Dermeval da S. Pereira, Helenira Rezende, Maria Célia Corrêa, Divino Ferreira de Souza e Nelson L. Piauhy Dourado) foram vistos em bases militares, sendo razoável supor que o eventual destino dado ao corpo (após morte natural ou execução) tenha sido objeto de registro pelas Forças Armadas. [...]

De qualquer forma, é fato que os locais utilizados como base pelas Forças Armadas representam, com maior probabilidade, áreas que podem ter servido para sepultamentos.

Seu nome não consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Não foi apresentado requerimento à CEMDP.

Documentos consultados:

Arquivos do IEVE/SP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.

Relatório Parcial da Investigação sobre a Guerrilha do Araguaia – Ministério Público Federal – janeiro de 2002.

ALMIRÓN, Ana Carolina e outros. *Vestígios do Araguaia*, op. cit.

*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1996, o nome de Luiz Vieira estava grafado erroneamente como Luiz Vieira de Almeida.

Luiz Vieira*

Nasceu em Teresina (PI), filho de Manoel Vieira e de Maria Vieira. Desaparecido em 1974. Camponês que se incorporou à Guerrilha do Araguaia

Era casado com Joana Almeida e tinham filhos. Também possuía uma roça na localidade de Bacaba, perto de São Domingos do Araguaia, no estado do Pará. Segundo depoimento de sua esposa Joana, foi morto próximo à Fazenda Fortaleza. Seu corpo foi abandonado no local, mas ela não pôde resgatá-lo, porque os soldados proibiram a população de entrar na mata. Seu filho, José, também sofreu os abusos da ditadura, foi preso, torturado e obrigado a fazer o serviço militar. Para isso sua idade foi alterada.

O camponês José Ribamar Ribeiro Lima, em declaração prestada em 4 de julho de 1996, na sede da Procuradoria da República do Estado de Roraima, ao procurador-chefe, Osório Barbosa, encaminhada por fax a Criméia Schmidt de Almeida, quando esta se encontrava na região como colaboradora da CEMDP, conta que:

Assistiu a execução de Luizinho (baixo, moreno, cabelos lisos e pretos) por uma patrulha comandada pelo cabo Andrada; que Luizinho morava a uns quinze a vinte quilômetros da Vila Bacaba; que, nesse dia, a patrulha comandada por Andrada era composta por quinze homens, sendo que doze caminhavam à frente do depoente e dois atrás; que chegaram ao local da casa de Luizinho, que encontrava-se vazia. Caminharam mais uns seiscentos metros e por ter ficado para trás, o depoente já encontrou a vítima morta, sendo o tiro dado pelas costas, e que pode ver o coração e o fígado e a "frente" de um modo geral toda "para fora".

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 165/96.

Documentos consultados:

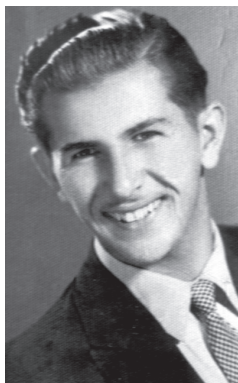
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 165/96, da CEMDP.

Inquéritos civis públicos MPF/DF 05/2001, MPF/PA 01/2001 e MPF/SP 03/2001.



Orlando Momente (Landinho)

Nasceu em 10 de outubro de 1933, em Rio Claro (SP), filho de Álvaro Momente e Antônia Rivelino Momente. Desaparecido em 1974. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrante do destacamento A – Helenira Rezende, da Guerrilha do Araguaia.

Trabalhava como operário em São Paulo até transferir-se para o Sudeste do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia.

Fez o curso primário e o de desenho mecânico em sua cidade natal – o último concluído em 1950. Mudou-se para a cidade de São Paulo (SP), onde trabalhou como operário na Companhia Antártica Paulista, entre 1951 e 1959.

Ali conheceu sua esposa, Maria José de Moura Momente, com quem teve uma filha, Rosana.

Militou no PCB e, posteriormente, no PCdoB. Com o golpe de Estado de 1964, foi viver com sua família em uma fazenda em Fernandópolis (SP), onde ficou pouco tempo, partindo para a clandestinidade.

Visitava sua família periodicamente, sendo a última visita em 1969.

Em razão das perseguições políticas, foi viver no Norte de Goiás e, posteriormente, no sudeste do Pará, próximo à Transamazônica, na localidade de Paxiba.

Tinha um gênio alegre e muito criativo. Sabia sair-se com facilidade de situações difíceis concernentes à sobrevivência na floresta. Muito habilidoso e prestativo, conquistava facilmente a simpatia de todos que o conheciam. Com seu espírito arrojado, em algumas ocasiões esteve frente a frente com agentes da repressão, passando-se por camponês e dando informações erradas sobre os guerrilheiros, contando para isso com a ajuda dos moradores que o apresentavam como compadre ou parente.



O *Relatório Arroyo*, documento escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar à região da guerrilha no início de 1974, descreveu a última notícia sobre ele:

Os grupos eram cinco. Um chefiado por Osvaldo [Orlando da Costa] (que retornou à sua área); outro por J. [Ângelo Arroyo]; outro pelo João [Dermeval da Silva Pereira]; outro pelo Nelito [Nelson Lima Piauhy Dourado]; e o outro pelo Landim [Orlando Momente].

[...] Dia 30 pela manhã [30 de dezembro de 1973], os cinco grupos tomaram seus destinos. Às 15 horas, ouviu-se ruído de metralhadora no rumo em que havia seguido Osvaldo ou Landim. Não se sabe o que houve.

Em 1974, Joana de Almeida, moradora da região e esposa de Luiz Vieira, camponês também desaparecido na Guerrilha do Araguaia em 1974, esteve em seu antigo sítio na Paxiba, próximo a São Domingos do Araguaia (PA), e encontrou restos de uma ossada humana, semi-enterrada. Visíveis estavam o crânio e um fêmur, com características de terem sido enterados havia pouco tempo, porque ainda tinham restos de carne. Ao lado da ossada estava um chapéu feito de couro de coati curtido, o que lhe deu certeza de que se tratava de seu compadre e amigo Orlando. Na época, Joana nada pôde fazer porque estava proibida pelo Exército de ir a seu sítio, ao qual fora às escondidas à procura de alimentos. Este depoimento foi dado a Criméia Schmidt de Almeida, que esteve na região da guerrilha, em 1993, com uma equipe de jornalistas da revista *Manchete*.

Os relatórios dos três ministérios militares entregues ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, não trazem nenhuma informação sobre o seu paradeiro.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o número 090/96.

Em sua homenagem, a cidade de Campinas (SP) deu seu nome a uma rua situada no bairro Residencial Cosmo I.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 090/96, na CEMDP.



O Tribunal Bertrand Russell

O Tribunal Bertrand Russell I sobre os crimes de guerra dos EUA no Vietnã teve grande repercussão mundial e ocorreu em três audiências entre novembro de 1966 e dezembro de 1967, em Londres. Presidido por Jean-Paul Sartre, contou com a participação de diversos intelectuais. A segunda versão do tribunal foi convocada pelo jurista e senador italiano Lelio Basso, do Partido Socialista Independente, a pedido de brasileiros exilados no Chile, no fim de 1971. Inicialmente pensado para julgar os crimes da ditadura brasileira, o tribunal ocorreu em três sessões entre 1974 e 1976, em Roma e Bruxelas, e tratou também de outros países da América Latina.

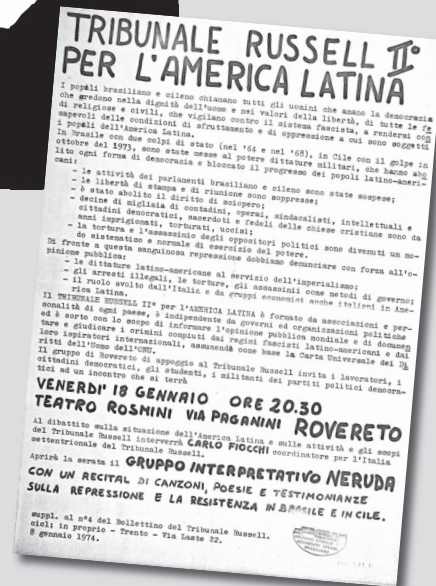
Composto por juristas, professores, escritores e personalidades de renome, o tribunal era independente de governos e buscou legitimidade na autoridade moral e na consciência pública dos povos para garantir o respeito aos direitos humanos. Denúncias de torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, ocorridos no Brasil, foram divulgadas no Tribunal Bertrand Russell II, entre 30 de março e 5 de abril de 1974, em Roma. A boa receptividade da mídia foi fundamental para que a opinião pública se infomasse e tomasse posição a respeito. Estima-se que mais de dez emissoras de televisão e cerca de 180 jornalistas italianos e estrangeiros acompanharam as sessões.

O relatório do juiz italiano Salvatore Senese apresentou um quadro do direito e da legislação no Brasil a partir do golpe militar. Miguel Arraes fez o ato de acusação ao governo brasileiro que, além de instaurar o terror entre seus opositores, atingiu o povo, privando-o da liberdade e implementando uma política econômica responsável pelo agravamento das desigualdades sociais. Vários ex-presos políticos testemunharam, tais como Dulce Maia, Fernando Gabeira, Carmela Pezzuti e Rolando Frati. Presente ao tribunal, Denise Crispim – esposa de Eduardo Collen Leite e irmã de Joelson Crispim, ambos assassinados em 1970 – pediu que seu depoimento fosse lido. Muitos levaram materiais e informações sobre as condições carcerárias no Brasil, listas de atingidos, de torturadores e de centros de tortura.

As testemunhas e o júri enfatizaram as violações aos direitos humanos, explicitando que o uso da tortura era sistemático e havia se tornado política de Estado no Brasil. Destacaram as perseguições às famílias dos dissidentes, inclusive às crianças. Analisando a documentação apresentada, a legislação e os



Panfletos divulgam a realização do Tribunal Bertrand Russell II em Roma, em 1974.



testemunhos, o júri considerou comprovado que o governo brasileiro era responsável por graves violações dos direitos humanos. O relatório do antropólogo Ettore Biocca descreveu as torturas e divulgou as listas dos mais de mil atingidos, dos torturadores e dos locais onde ocorriam as violências. Mencionou também as violações anteriores ao golpe e a ação do Esquadrão da Morte.

O tribunal sentenciou que a amplitude das violações aos direitos humanos verificadas no Brasil configuravam crimes contra a humanidade. O encontro contribuiu, por meio dos dados colhidos, para a elaboração de dossiês utilizados na divulgação de denúncias e incentivou a formação de comitês de solidariedade ao Brasil.

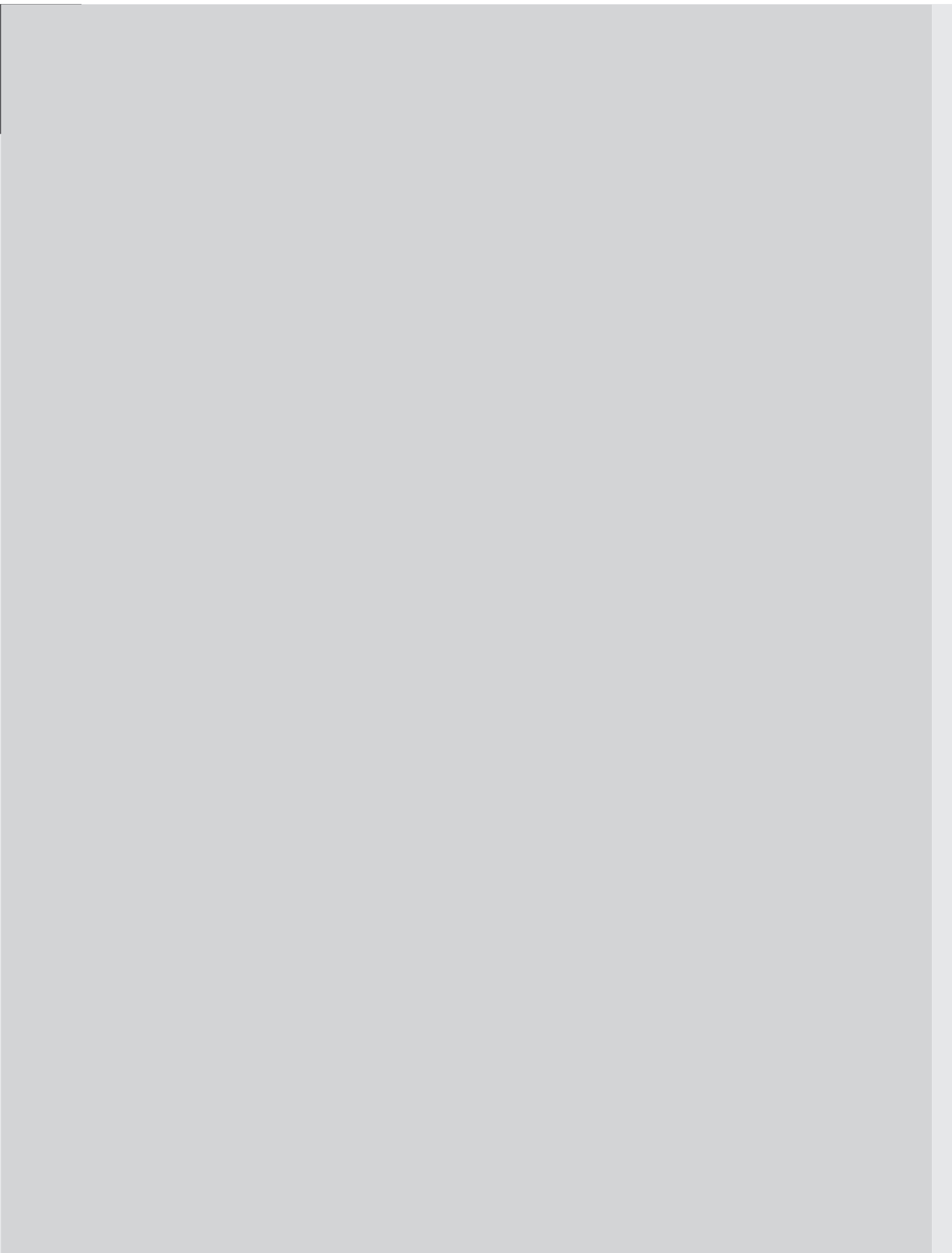
As duas sessões seguintes analisaram o papel das multinacionais na instauração e manutenção das ditaduras latino-americanas, destacando o direito à autodeterminação dos povos e a necessidade de se construir a Paz com Justiça. Ainda na segunda sessão, em Bruxelas, o tribunal condenou o governo brasileiro pelo crime de genocídio (ROLLEMBERG, 1999). ■

1 9 7 5



ikonografia

Ato ecumênico pela morte de Vladimir Herzog na catedral da Sé, em São Paulo, outubro de 1975.



Elson Costa



Nasceu em 26 de agosto de 1913, em Prata (MG), filho de João Soares da Costa e Maria Novaes Costa. Desaparecido em 15 de janeiro de 1975¹. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Aglaé de Souza Costa.

Iniciou sua vida política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em Uberlândia (MG), onde liderou uma greve de caminhoneiros. Trabalhou na divulgação do jornal *A Classe Operária*. Foi membro do Comitê Central, atuou em Belo Horizonte (MG), Niterói (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Campo Grande (MT), Recife (PE), Curitiba (PR) e, finalmente, em São Paulo (SP). Conheceu os países socialistas do Leste Europeu na década de 1960.

Com o golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados e passou a atuar na clandestinidade com outro nome. Em 1966, foi condenado a dois anos de reclusão pela Justiça Militar no processo referente às cadernetas de Luís Carlos Prestes. Cumpriu a pena em Curitiba e, quando foi solto, voltou à clandestinidade com o nome de *Manoel de Sousa Gomes*.

No Rio de Janeiro, integrava a direção do PCB do antigo estado da Guanabara, onde foi preso em 1970. Apesar de muito torturado, sobreviveu e permaneceu mais de dois anos preso, cumprindo pena no Paraná. Libertado em 1973, voltou à clandestinidade, em São Paulo. No Comitê Central atuava no setor de agitação e propaganda do PCB, trabalhando na produção e distribuição do jornal *Voz Operária*.

Na manhã de 15 de janeiro de 1975, Elson foi preso no bar ao lado de sua casa, onde fora tomar café. Alguns vizinhos tentaram protestar contra a ordem de prisão dada por seis homens, pois, para eles, quem estava sendo preso era o aposentado *Manoel de Sousa Gomes* que vivia na rua Timbiras, 199, bairro de Santo Amaro, em São Paulo.

Em 7 de fevereiro do mesmo ano, sua esposa enviou telegrama ao ministro da Justiça e, no dia 18 daquele mês, escreveu ao presidente Ernesto Geisel solicitando informações sobre o paradeiro de Elson. Em seguida, no dia 1º de março, foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* uma nota assinada por sua esposa, descrevendo como ocorreu o seu desaparecimento.

No Pedido de Busca nº 79-E/2-75, do II Exército, datado de 7 de abril de 1975, encontrado nos arquivos do antigo DOPS/PR, lê-se “[...] no dia 15 jan. 75 o 11º DP registrou a ocorrência sobre ‘Manoel de Sousa Gomes’, conforme BO nº 315/75, cópia anexa [não foi encontrada a referida cópia]”. Mais adiante, o documento afirma:

Na possibilidade de vir a ser preso em função das prisões já efetuadas pelos Órgãos de Segurança Interna, evadiu-se de sua residência, às pressas, sendo levado por elementos do partido, conforme testemunhas. [...]

1. Há versões conflitantes sobre a data de seu desaparecimento nos documentos encontrados. Esta data é a fornecida pela esposa.

Agláé de Souza Costa, ao ter ciência do “desaparecimento” de seu marido, em vez de procurar as autoridades da Segurança Interna, logo de imediato, como tem ocorrido com outras famílias de presos, recorre sim a Aldo Lins e Silva que a orientou no sentido de:

1. Procurar as seguintes autoridades:

*Ministro da Justiça,
Presidente da República,
Cardeal Arcebispo de São Paulo;*

2. Escrever cartas para:

*Jornal do Brasil
Folha da Tarde.*

Essas atitudes estranhas levam a crer que procura-se fazer exploração política desse “desaparecimento” configurada na campanha desencadeada no sentido de denegrir as autoridades à opinião pública interna e externa.

Apesar das buscas e sem notícias de Elson desde seu desaparecimento, sua família conseguiu na justiça, anos depois, um atestado de morte presumida. Sua irmã, Zailde, assim expressou sua dor: “[...] sempre tive um pouco de esperança de que ele poderia aparecer vivo, mas depois de tantos anos é triste parar de acreditar nisso”.

Segundo o depoimento do ex-sargento do Exército, Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-CODI/SP, publicado na revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992:

Outro que está no rio [na cidade de Avaré (SP)] é Elson Costa, assassinado em 1975. [...] Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo.

De acordo com o ex-sargento, os corpos de vários militantes mortos nas casas de tortura clandestinas mantidas pelo CIE e pelo DOI-CODI/SP foram jogados “no rio debaixo de uma ponte que fica na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco [...]. Existe ali um cemitério debaixo d’água”. A revista *Veja*, na matéria citada, informou que se trata da rodovia SP-255.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que:

[...] no dia 26 de fevereiro de 1975, seu irmão Oswaldo Costa esteve no QG do II Exército para informar que o mesmo usava o nome falso de Manoel de Sousa Gomes e que teria sido levado pelos ocupantes de dois veículos tipo “Veraneio”, no dia 16 [sic] de janeiro de 1975. Segundo ele, o fato teria sido testemunhado pelo proprietário de um bar e noticiado pelos jornais como sendo o seqüestro de um rico comerciante. A ocorrência teria sido registrada no 11° DP, conforme BO 315/75 e tendo ocorrido na rua Timbiras, 199, em Santo Amaro (SP).

De acordo com Elio Gaspari, no livro *A Ditadura Encurralada*:

No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal Voz Operária, no subúrbio carioca. Ela funcionava num subterrâneo, num sítio. Chegava-se à impressora por um alçapão existente no fundo de uma caixa-d’água, que era esvaziada para que os trabalhadores descessem. A Voz submergira em 1964, mas reaparecera um ano depois, circulando mensalmente. Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. Um dos responsáveis pelas máquinas, Elson Costa, desapareceu no dia 14 [sic] de janeiro. [...] Segundo um sargento do DOI, mataram-no numa casa do CIE, na periferia de São Paulo².

A revista *IstoÉ*, de 31 de março de 2004, publicou matéria com o seguinte teor:

Comandado pelo chefe do DOI (Destacamento de Operações Internas) de São Paulo, coronel Aldir dos Santos Maciel, o “doutor Silva”, um grupo ultra-secreto recebeu a missão de prender e executar os membros do Comitê Central do PCB, sem deixar pistas. Os assassinatos ocorreram em chácaras clandestinas, para facilitar a ocultação dos cadáveres. Os demais sobreviventes eram encaminhados pelo comando do II Exército aos

2. A casa, de acordo com entrevista do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto à revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992, era um centro clandestino de torturas na estrada de Itapevi, cidade da Região Metropolitana de São Paulo.

delegados do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) José Francisco Setta e Alcides Singillo. Após serem torturados, nas dependências do órgão na rua Tutóia, em São Paulo, os militantes eram obrigados a prestar declarações de próprio punho sobre suas atividades. Dentro dessa estratégia se enquadram os casos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Mas, brutalmente torturados, eles acabaram morrendo. Apelidada de “Operação Radar”, a caça resultou na morte de 11 membros do Comitê Central. Além de destruir as gráficas clandestinas do partido, a repressão desmantelou seus diretórios nos estados, em operações que prenderam 679 pessoas.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 031/96, na CEMDP.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo e Belo Horizonte deram o seu nome a ruas nos bairros Toca e das Indústrias, respectivamente. Em Belo Horizonte, também foi homenageado em 2004, pela Câmara Municipal, com a Medalha Tributo à Utopia, que lembrou as vítimas da ditadura.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 031/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Carta de Aglaé de Souza Costa, esposa de Elson, ao presidente Ernesto Geisel, em 8 de fevereiro de 1975.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit, p. 24-25.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

Hiram de Lima Pereira

Nasceu em 3 de outubro de 1913, em Caicó (RN), filho de Hilário Amâncio Pereira e Maria Marieta de Lima Pereira. Desaparecido em 15 de janeiro de 1975. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Célia Pereira, com quem tinha quatro filhas.

Foi secretário de Administração da prefeitura do Recife nas gestões de Miguel Arraes, de Pelópidas da Silveira e de Liberato da Costa Júnior, de 1959 a 1964.

Após o golpe de 1964, a família de Hiram mudou-se para São Paulo, onde ele vivia na clandestinidade. Impossibilitado de morar com a família, ligava semanalmente. A última vez que a esposa esteve com Hiram foi em 9 de janeiro de 1975, quando ele contou que sua situação estava muito séria. Disse que se não aparecesse em cinco ou seis dias, algo de muito grave lhe teria acontecido.

No dia 15, por volta de 6 horas da manhã, Célia foi seqüestrada por dois homens que invadiram a casa de sua filha, onde ela se encontrava. Os homens identificaram-se como da Oban (então denominada DOI-CODI/SP), sem revelarem seus nomes. Ela foi levada em um Opala azul que acabou colidindo em um cruzamento com um carro particular e um dos seqüestradores identificou-se como capitão do Exército. Na Oban, Célia respondeu a interrogatórios sob tortura até o dia 17, quando foi solta às 14 horas. Pegou um táxi nas imediações da Oban, que logo adiante foi interceptado pelos mesmos homens que a haviam seqüestrado. Eles a obrigaram a pagar o táxi e seguir com eles de “carona” para a sua casa. Ao chegarem, novas revistas e levaram sua máquina de escrever, que nunca devolveram.

Em 6 de março de 1975, os advogados Maria Luiza Bierrenbach e José Carlos Dias (que posteriormente tornou-se ministro da Justiça) peticionaram à 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar em uma tentativa de localizar o paradeiro de Hiram.

Em sua primeira carta dirigida à Comissão Justiça e Paz (CJP), Célia narra o seu seqüestro e a ameaça de prisão de Hiram. Em uma segunda carta, datada de 12 de março de 1975, Célia fez a seguinte denúncia:

Apelo para que ajudem a encontrá-lo. Trata-se de um homem de 62 anos, cujo estado de saúde nos inspirava cuidados mesmo antes disso, uma vez que sofre problemas circulatórios e cardíacos, é herniado e está quase cego por conta de catarata e glaucoma. Precisamos encontrá-lo urgentemente, pois, conhecendo os métodos desumanos usados pelos coatores, receamos não chegar a tempo de proporcionar-lhe a assistência médica de que tanto necessita.



Sua filha Zodja Pereira descreveu a militância e o desaparecimento de seu pai:

[...] meu pai já tinha atividades políticas bem antes de meu nascimento. Sei que, em meados da década de 1930, foi detido no Rio de Janeiro, onde prestava serviços ao Exército Nacional, servindo na PE, tendo ficado preso nessa ocasião cerca de um ano. Em 1946, Hiram foi eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte, onde conseguiu uma das maiores votações na legenda do PCB. Logo a seguir foi cassado, junto com a legenda partidária, por ato do Governo Federal.

No ano de 1949, transferiu sua residência para o Recife onde passou a ser um dos redatores do Jornal “Folha do Povo”, órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro, de âmbito estadual. Concomitantemente passou a trabalhar como vogal numa das Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho sediada no Recife.

Participou ativamente de todas as campanhas eleitorais, tanto de caráter nacional, estadual como municipal. Por volta de 1958, Miguel Arraes foi eleito Prefeito do Recife, tendo convidado meu pai para exercer as funções de Secretário de Administração da capital pernambucana, permanecendo nesse cargo por mais duas administrações sucessivas dos prefeitos Pelópidas e Liberato.

Em agosto de 1961, foi seqüestrado por agentes do IV Exército, ficando desaparecido por dez dias, sendo que, inicialmente, em local desconhecido e, posteriormente, na Ilha de Fernando de Noronha. Após essa prisão retornou às suas funções de Secretário do Executivo Municipal de Recife e atuou como ator de teatro no Grupo Profissional denominado “Teatro Popular do Nordeste”, estreando na peça de autoria de Ariano Suassuna “A Pena e a Lei”, com direção artística de Ermilo Borba Filho.

Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, minha mãe Célia Pereira e minha irmã Sacha Lídice Pereira foram detidas, no Recife, em nossa residência como reféns por agentes do IV Exército, ficando presas no R.O., em Olinda. Os noivos de minhas irmãs, Ardigan e Nathánias, foram igualmente detidos. Meu pai estava clandestino na própria cidade do Recife, onde ficou até o ano de 1966, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para a cidade de São Paulo.

Dessa data até o ano de 1975, meu pai teve intensa participação nos movimentos políticos contra a ditadura e em favor da liberdade e da justiça social, sendo que essas atividades foram exercidas no PCB e na qualidade de jornalista. Durante esse período, a par de suas atividades políticas partidárias, meu pai esteve sempre presente na vida familiar mantendo contato comigo, com minha mãe e as minhas três irmãs.

Na passagem de ano de 1974 para 1975 mantive meu último contato com meu pai na residência de Sacha em São Paulo, no bairro de Campo Belo. Sei que minha mãe, com quem residia nesse período, manteve outros contatos com meu pai, na primeira semana de janeiro de 1975. Meu pai marcou três pontos alternativos nas datas de 13, 15 e 17 do mês de janeiro, não tendo comparecido ao primeiro. Sacha foi ao terceiro encontro marcado, dia 17 de janeiro, mas meu pai também não compareceu. Minha mãe foi detida no dia 15 na minha residência. Ela ficou detida nas dependências do DOI-CODI, à Rua Tutóia, São Paulo, por três dias, sendo que agentes desse organismo policial permaneceram durante esse período em minha casa. Minha mãe sofreu sevícias e torturas durante essa detenção e, pela forma como foi conduzido seu interrogatório, chegou à conclusão que meu pai teria sido morto em torturas nessa mesma época. Minha mãe teria vislumbrado, entre várias pessoas conduzidas às sessões de torturas, um cidadão encapuzado com características físicas que pareciam ser de meu pai.

Quero esclarecer também que todos os meus familiares tinham conhecimento de que meu pai, durante esse tempo de clandestinidade, usava o nome de guerra de José Vanildo de Almeida³ e que tinha toda sua documentação com esse nome, que era de um parente já falecido. Cerca de um mês depois, eu e minha irmã Sacha fomos detidas por algumas horas nas dependências do DOI-CODI, onde, encapuzadas, fomos interrogadas.

Logo a seguir, eu e meus familiares passamos a buscar a ajuda e os serviços de advogados e de órgãos que colaboravam na procura de desaparecidos políticos.

3. Com esse nome foi encontrado nos arquivos do DOPS/SP um extrato bancário em que consta registrado um saque realizado em 28 de janeiro de 1975, provavelmente a data de sua morte.

Para localizar Hiram, Célia procurou o QG do II Exército de onde foi encaminhada por um coronel ao DOPS/SP, onde o mesmo dissera que Hiram estava detido. No DOPS, disseram-lhe que ele não estava lá e ela retornou ao II Exército, onde o mesmo coronel lhe disse: “*Se eu disse que estava lá, é porque estava*”.

Ela o procurou também na sede do I Exército e no DOPS/RJ e a resposta foi a mesma: Hiram não estava preso.

Inconformada, escreveu ao ministro da Justiça, Armando Falcão, em 14 de março de 1975. Na carta, além de pedir a localização de seu marido, denunciava as coações, torturas e ameaças sofridas por ela e suas filhas.

Em 20 de setembro de 1976, Hiram foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria da Marinha.

De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, consta em um documento encontrado no DOPS/RJ em 1992, identificado com a sigla DI/DGIE do RJ e datado de 7 de dezembro de 1979, a seguinte nota sobre Hiram: “*Teve seus direitos políticos cassados por 10 anos em 20 de fevereiro de 1967. Segundo documento aqui existente, teria sido preso em 15 de janeiro de 1975 e, em 26 de junho de 1975, estaria desaparecido conforme Manifesto publicado pelo MDB*”.

No arquivo do DOPS/PR, foi encontrado o nome de Hiram em uma gaveta com a identificação “*falecidos*”.

Na ficha com os antecedentes da militância de Hiram encontrada no arquivo do DOPS/PE, datada de 20 de março de 1975, consta que usava o nome falso de *José Vanildo de Oliveira Almeida*, que tinha conta bancária em São Paulo e estava foragido.

De acordo com o depoimento do ex-sargento do Exército Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-CODI/SP, publicado na revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992, a “*Operação Radar*”⁴ realizou a apreensão da gráfica do jornal *Voz Operária*, do PCB, e a prisão de “[...] *Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapevi, e de Luís Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 1974*”. O ex-sargento afirmou ainda que havia um centro clandestino de torturas na estrada de Itapevi, cidade da Região Metropolitana de São Paulo.

De acordo com o ex-sargento, os corpos de vários militantes mortos nas casas de tortura clandestinas mantidas pelo CIE e pelo DOI-CODI/SP foram jogados “*no rio debaixo de uma ponte que fica na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco [...]. Existe ali um cemitério debaixo d’água*”. A revista *Veja*, na matéria citada, informa que se trata da rodovia SP-255.

No relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, consta:

[...] *em março de 1991, reportagem veiculada pelo Jornal do Brasil relata que, na abertura dos arquivos do DOPS/SP, os pesquisadores descobriram no prontuário do nominado um extrato bancário do dia 28 de janeiro de 1975, concluindo que esta provavelmente foi a data em que ocorreu sua morte.*

No relatório do Ministério da Marinha consta que, em “*abril/75, foi preso por agentes de segurança*”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 294/96, na CEMDP.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma rua do bairro Jardim Toca e uma placa com seu nome foi colocada no Monumento contra a Tortura, no Recife (PE).

4. A “*Operação Radar*” foi uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB. Ver detalhes nos casos “*Mais três dirigentes do PCB assassinados*” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.dhnet.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 294/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.).

Desaparecidos Políticos, op. cit.

Jayme Amorim de Miranda

Nasceu em 18 de julho de 1926, no distrito de Jaraguá, município de Maceió (AL), filho de Manoel Simplício de Miranda e Hermé Amorim de Miranda. Desaparecido em 4 de fevereiro de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Elza Calheiros da Rocha e pai de quatro filhos.



5. A “Operação Radar” foi uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB. Ver detalhes nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Jornalista, advogado e ex-diretor do jornal *A Voz do Povo*, de Maceió.

Na década de 1950, Jayme foi duas vezes preso, no Pará e em Pernambuco, quando percorria a região organizando as lutas sociais como militante do PCB. Ao retornar a Maceió, foi vítima de atentado a faca quando recolhia assinaturas para o “Apelo de Estocolmo” em favor da paz mundial. Restabelecido, dirigiu o trabalho do PCB na reestruturação do movimento sindical alagoano, notadamente dos trabalhadores têxteis, portuários, ferroviários e bancários. Por causa disso, ficou preso durante meses no governo Arnon Mello, pai de Collor de Mello.

Sob o seu comando, o PCB também passou a ter ativa participação no processo eleitoral, por meio do qual Jayme conseguiu eleger-se suplente de deputado estadual. Membro do Comitê Central do PCB, foi colaborador do jornal *Novos Rumos*, órgão nacional do partido.

Militando no PCB desde a juventude, interrompeu o curso de direito no 3º ano para ingressar na Escola de Sargento das Armas, por orientação do partido. Depois de passar três anos como sargento, retornou à faculdade, concluindo o curso de direito.

Por suas convicções políticas, foi preso diversas vezes, chegando a cumprir um ano de prisão em Maceió. Como advogado, mas sem direito a prisão especial, ajudou na libertação de muitos presos comuns sem culpa formada, fato que irritou o diretor do presídio.

Governada pelo general Luís Cavalcante, Alagoas foi um dos principais centros da conspiração golpista de 1964 no Nordeste. Jayme comandou o comício de 28 de março daquele ano, em Maceió, na defesa da democracia e da legalidade constitucional.

Com o golpe de 1964, o jornal *A Voz do Povo* foi fechado, no dia 1º de abril, por agentes da polícia e da organização integralista “Patrulha Nacional Cristã”. O prédio do jornal foi incendiado, as máquinas destruídas e toda a documentação e os equipamentos de valor roubados. Nesse mesmo dia, Jayme e diversas outras pessoas foram presos em todo o estado de Alagoas. Após permanecer um ano preso, foi posto em liberdade condicional e, em 1965, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Por descumprir as determinações da liberdade condicional de comparecer semanalmente a uma dependência militar, passou a viver na clandestinidade. Por esse motivo, seu pai foi interrogado e seu irmão preso.

No Rio de Janeiro, trabalhava como tradutor para os principais jornais.

Em 1973, esteve na União Soviética para tratamento de saúde, retornando ao Brasil um pouco antes de ser preso. Pelas informações dos órgãos da repressão, mais tarde conhecidas, seus passos foram seguidos desde o exterior.

Desapareceu em 4 de fevereiro de 1975, no bairro do Catumbi, Rio de Janeiro, ao sair de casa para despedir-se do pai e da irmã que voltavam para Maceió.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que “[...] esteve em Moscou e seu nome aparece numa lista de brasileiros que, em 1974, transitaram pelo aeroporto de Orly, França, com destino aos países socialistas, com o nome falso de Juarez Amorim da Rocha”.

O relatório do Ministério da Marinha diz que, “[...] com data de agosto de 1979, figurou em uma relação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, [de] cassados pelo AI 1, 2 e 5 e desaparecido depois de ter sido preso (Relação s/n. de 20 de agosto de 79 – CAM-DEP)”.

O ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, que trabalhou no DOI-CODI/SP, em entrevista a revista *Vêja*, de 18 de novembro de 1992, revelou que Jayme Amorim de Miranda foi preso na “Operação Radar”⁵, em uma das incursões do DOI de São Paulo no Rio de Janeiro. Foi transferido para um centro clandestino de tortura do CIE em Itapevi (SP) e, depois, seu corpo foi atirado em um rio na cidade de Avaré (SP).

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 037/96, na CEMDP.

Em sua homenagem, Rio de Janeiro (RJ) e Maceió (AL) deram o seu nome a ruas dessas cidades.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Caso 037/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.).

Desaparecidos Políticos, op. cit.

Nestor Vera

Nasceu em 19 de julho de 1915, em Ribeirão Preto (SP), filho de Manoel Vera e Pilar Velasques. Desaparecido em abril de 1975. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Maria Miguel Dias Vera, com quem teve cinco filhos. Gostava de tocar clarineta.

Foi integrante do Comitê Central do PCB, encarregado do trabalho com o setor camponês, membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, em 1963. Era o responsável pelo jornal *Terra Livre*, criado em 1949 pelo PCB para tratar dos temas agrários brasileiros. Foi um dos organizadores do Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, em 1961, com Francisco Julião, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Alberto Passos Guimarães.

Em 1962, Caio Prado Júnior incluiu um dos textos de autoria de Nestor Vera em uma publicação lançada pela Editora Brasiliense.

Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, dados do CIE informam que Nestor Vera esteve em Moscou fazendo cursos de formação política.

Cassado pelo AI-1 e condenado a cinco anos de reclusão pela Lei de Segurança Nacional (LSN) no Processo das Cadernetas de Luís Carlos Prestes, passou a viver na clandestinidade, adotando nome falso para si e toda a sua família.

Foi preso em frente a uma drogaria, em Belo Horizonte (MG), em abril de 1975, conforme denúncia de Luís Carlos Prestes. Desde então, Nestor está desaparecido. Sua prisão e seu desaparecimento são consequência da “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB⁶.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 212/96, na CEMDP.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Serra Verde.



6. Ver detalhes sobre a “Operação Radar” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 212/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Itair José Veloso

Nasceu em 10 de junho de 1930, no município de Faria Lemos (MG), filho de Sebastião Veloso e Zulmira Maria Teodora. Desaparecido em 25 de maio de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Ivanilda da Silva Veloso, com quem teve quatro filhas, Cátia, Yrlene, Ana Maria e Valéria.

Filiado ao PCB desde 1952, quando ingressou na Juventude Comunista do partido.

Foi operário, apontador de obras, montador de calçados e líder sindical, no Rio de Janeiro.

Em 1957, entrou para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados, Luvas e Bolsas e Peles de Resguardo do Rio de Janeiro. Em 1961, ocupou o cargo de secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Niterói e Nova Iguaçu e, depois, tornou-se secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil.

Esteve na União Soviética e na China, acompanhando delegações sindicais.

Logo após o golpe de 1964, sua casa foi invadida por policiais que saquearam livros e objetos de valor da família.



Arrolado em processo sob a acusação de pertencer ao PCB, passou a viver na clandestinidade. Itair não costumava informar à família sobre suas atividades políticas fora de casa, durante a militância clandestina, para não envolver as filhas.

Saiu de casa em 25 de maio de 1975, às 7h30min, para um encontro às 8 horas, dizendo que voltaria ao meio-dia para ir ao médico. Desde então, nunca mais a família recebeu notícias dele.

Acreditando que poderia encontrá-lo de alguma forma, Ivanilda começou sua peregrinação: procurou a CNBB, o Palácio São Joaquim (Cúria da Arquidiocese do Rio), D. Eugênio Sales (à época capelão do Hospital do Exército), os advogados Heleno Fragoso e Modesto da Silveira, o Movimento pela Anistia, a imprensa.

O relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma sobre Itair: “*set.175 – está preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB*”.

Segundo depoimento do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-CODI/SP, publicado na revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992, Itair José Veloso foi preso por agentes daquele órgão no Rio de Janeiro, durante a “*Operação Radar*” e morreu de choque térmico, sob tortura, imerso em água gelada, em um centro clandestino de torturas na estrada de Itapevi, cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Seu corpo sem vida teria sido jogado “*no rio debaixo de uma ponte que fica na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco [...] Existe ali um cemitério debaixo d’água*”, completa Marival. A revista *Veja*, na matéria citada, informou que se trata da rodovia SP-255. De acordo com o ex-sargento, os corpos de vários militantes mortos nas casas de tortura clandestinas mantidas pelo CIE e pelo DOI-CODI/SP foram jogados ali.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 079/96, na CEMDP.

Em sua homenagem, as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte deram o seu nome a suas ruas. Em 2004, foi homenageado com a Medalha Tributo à Utopia, criada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Foi homenageado também com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1998, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

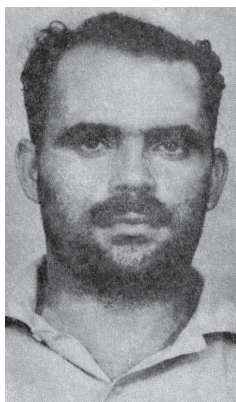
Arquivos do IEVE/SP.

Caso 079/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.).

Desaparecidos Políticos, op. cit.



João Leonardo da Silva Rocha

Nasceu em 4 de agosto de 1939, em Salvador (BA), filho de Mário Rocha e Maria Anathália. Desaparecido em junho de 1975. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Fez seus primeiros estudos na cidade de Amargosa (BA) e o secundário no Colégio dos Irmãos Maristas, em Salvador. De 1952 a 1957, estudou no Seminário de Aracaju (SE). Em 1959, como funcionário do Banco do Brasil, morou em Alagoinhas (BA), onde também lecionava português e latim no Colégio Santíssimo Sacramento e na Escola Normal.

Em 1962, mudou-se para São Paulo (SP) e continuava trabalhando no Banco do Brasil, além de lecionar em escolas do ABC. Estudou direito na Faculdade do Largo de São Francisco (USP) sendo colega de Arno Preis (assassinado em 15 de fevereiro de 1972). Foi diretor da Casa do Estudante, localizada na Avenida São João, que servia de moradia para os alunos da sua faculdade. Estava no último ano do curso quando foi preso pelo DOPS/SP e torturado, em janeiro de 1969. Nessa época, era militante da ALN e acusado de participar de um grupo tático armado dessa organização.

Foi banido do Brasil em setembro de 1969 quando ocorreu o seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, quando outros 14 presos políticos foram trocados pelo diplomata indo para o México.

Mais tarde, fez curso de guerrilha em Cuba. Retornou ao Brasil, clandestinamente, em 1971, como militante do Molipo, uma dissidência da ALN. Morou em São Vicente, pequena localidade de Pernambuco, no sertão do Pajeú, quase divisa com a Paraíba, onde era conhecido por Zé Careca, por ter raspado totalmente a cabeça. Ali passou a viver na comunidade, e era muito querido por todos. Trabalhava no sítio que adquiriu e, com suas habilidades artesanais, fazia brinquedos com os quais presenteava as crianças.

De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, mudou-se para o interior da Bahia, onde foi localizado, identificado, perseguido e morto em junho de 1975, em um choque pouco esclarecido com agentes da PM, em Palmas do Monte Alto, entre Malhada e Guanambi.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 283/96, na CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 283/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

Alberto Aleixo

Nasceu em 18 de fevereiro de 1903, em Belo Horizonte (MG), filho de José Caetano Aleixo e Úrsula Maria Aleixo. Morto em 7 de agosto de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

De acordo com o depoimento de Alberto Aleixo prestado no DOPS/RJ, em 29 de janeiro de 1975, iniciou seus estudos no Colégio Salesiano, em Belo Horizonte. Parou de estudar por volta de 1921 quando começou a trabalhar, inicialmente em uma loja de tecidos e, mais tarde, como aprendiz na gráfica de seu irmão. Em 1929, mudou-se para o Rio de Janeiro passando a trabalhar nos Diários Associados. No ano seguinte, mudou-se para Ribeirão Preto (SP), onde fundou um jornal de nome *Diário do Oeste* e, mais tarde, o *Diário Paulista*. Em 1932, mudou-se para Nilópolis (RJ) e trabalhou em diversos ofícios, só voltando a trabalhar como gráfico em 1957, no *Correio Radical*, editado nas oficinas da *Imprensa Popular*, órgão de divulgação do PCB. Tornou-se militante do PCB nesse ano. Com o fechamento da *Imprensa Popular*, trabalhou em outras gráficas. Mais tarde trabalhou na impressão de *Novos Rumos* e outros jornais de sindicatos e, finalmente, na *Voz Operária*.

Era irmão de Pedro Aleixo, político mineiro que foi vice-presidente da República no período da ditadura, durante o mandato do presidente Costa e Silva. Foi preso em janeiro de 1975, em uma gráfica no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, onde era impresso o jornal *Voz Operária*. Sua prisão é uma consequência da “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB⁷.

Morreu em 7 de agosto de 1975, no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, para onde fora encaminhado pelo DOPS/RJ, em 24 de março de 1975.

As circunstâncias da morte de Aleixo somente foram conhecidas a partir de julho de 1996, após o requerimento da família sobre seu caso ser encaminhado à CEMDP.

Preso aos 72 anos de idade, Aleixo solicitou ao Ministério Público a revogação da custódia que lhe fora imposta. Além da idade avançada, alegou problemas de saúde. O Ministério Público negou o pedido, respondendo:

Sem pretender ser desumano, cumpre, todavia, salientar que referidas alegações não justificam a pretendida revogação, de vez que, como se infere de sua cota de participação, na denúncia nesta data oferecida, em janeiro deste mesmo ano, não obstante a sua avançada idade agora alegada, o denunciado achava-se em plena atividade subversiva e como ainda se verifica da citada cota de participação, não foi sem importância a sua participação nos fatos delituosos que deram origem ao inquérito instaurado.

Após dois meses de prisão, em 24 de março de 1975, Alberto Aleixo foi removido para o Hospital Souza Aguiar. O prontuário médico daquele dia informou: “Paciente magro, desidra-



7. Ver detalhes sobre a “Operação Radar” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

tado, sem exonerar intestino há quatro dias, com sangramento hemorroidário. O paciente emagreciu mais ou menos 15 quilos em dois meses”.

Foi anexado ao caso laudo assinado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, Anelino José de Resende, realizado com base no prontuário médico do Hospital Souza Aguiar. O laudo informa:

Trata-se de indivíduo que tendo sido preso em boas condições de saúde, conforme atesta o Ministério Público, foi submetido a condições que o levaram a ser internado com desnutrição protéico-calórica (emagrecimento acentuado), extremamente anêmico e desidratado, conforme atesta o prontuário no dia da internação.

Durante o período da internação, Aleixo foi também submetido a dois tratamentos cirúrgicos, um para corrigir uma hérnia inguinal e outro para corrigir um aneurisma de aorta preexistente. Conforme o laudo: “[...] *as circunstâncias da prisão, maus tratos, torturas e pressões psicológicas agravaram seus problemas de saúde*”.

Elio Gaspari, no livro *A Ditadura Encurralada*, escreveu sobre o caso:

No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal Voz Operária, no subúrbio carioca. Ela funcionava num subterrâneo, num sítio. Chegava-se à impressora por um alçapão existente no fundo de uma caixa-d'água, que era esvaziada para que os trabalhadores descessem. A Voz submergira em 1964, mas reaparecera um ano depois, circulando mensalmente. Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. [...] o gráfico Alberto Aleixo, de 72 anos, foi formalmente preso. Dois meses depois, os policiais internaram o velho comunista, com quinze quilos a menos, no hospital Souza Aguiar. Era irmão de Pedro Aleixo, o vice-presidente de Costa e Silva, de quem se distanciara. Pedro morreu em março sabendo que seu irmão estava preso. Em agosto, morreu Alberto.

O caso na CEMDP (190/96) teve como relator Nilmário Miranda, e foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 190/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit., p. 24-25.



José Ferreira de Almeida

Nasceu em 16 de dezembro de 1911, em Piracaia (SP), filho de Joaquim Josimo Ferreira e Olympia Ferreira de Almeida. Morto em 8 de agosto de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

José Ferreira de Almeida era tenente da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Era casado e não tinha filhos.

Aos 64 anos de idade, foi preso em 7 de julho de 1975, com outros militantes e vários policiais da PM, acusados de serem membros do PCB. Sua prisão e morte são consequência da “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB⁸.

Passou um mês incomunicável, sofreu torturas físicas e psicológicas. Depois de várias tentativas, seu advogado conseguiu visitá-lo, em 7 de agosto, no DEOPS/SP. Na visita, o advogado pôde observar o quanto se encontrava abatido, tenso, com sinais bem visíveis de tortura, escoriações, marcas de choques. Ele teria dito ao advogado que temia ser morto. Mal acabou a visita, os policiais o levaram de volta para o DOI-CODI/SP. No dia seguinte, segundo nota do Exército, apareceu morto, enforcado, “[...] *ao amarrar o cinto do macacão que os presos utilizavam a uma das grades da cela*”.

Pouco mais de dois meses depois, na mesma cela, ocorreria a farsa que simulou o suicídio por enforcamento do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975. Esta farsa ainda se repetiria quando houve o assassinato de outro preso político, ocorrido no mesmo DOI-CODI, o do operário Manoel Fiel Filho, em 16 de janeiro de 1976.

8. Ver detalhes sobre a “Operação Radar” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Seu corpo foi velado no Hospital Cruz Azul da Polícia Militar, com a presença de agentes de segurança do II Exército. O caixão foi aberto pelo advogado e familiares, que puderam constatar as torturas sofridas.

No atestado de óbito consta a data da morte, em hora ignorada, na sede do DOI-CODI, na rua Tomás Carvalhal, 1030, Vila Mariana, São Paulo, o qual foi assinado pelos legistas Harry Shibata e Marcos de Almeida.

Depoimentos em auditorias militares dos presos políticos major Carlos Gomes Machado, capitão Manoel Lopes e tenente Atilio Geromin denunciaram as torturas sofridas por José Ferreira.

Carlos Gomes Machado, à época com 62 anos, fez uma denúncia por escrito sobre o caso: *Além disso, embora sabendo ser eu cardíaco, não podendo sofrer emoções, levaram-me para ver outros colegas meus serem torturados, como foram os casos do tenente Atilio Geromin, que ficou com marcas indeléveis nas duas pernas, visto que fora amarrado em uma cadeira de braços chamada, pelos interrogadores, de “cadeira do dragão”; tenente José Ferreira de Almeida que, apesar de seus 63 anos de idade, foi levado à morte em virtude das torturas que lhe foram aplicadas, tais como “pau-de-arara”, choques elétricos, palmatória, etc., que se repetiam diariamente.*

Nos arquivos do DOPS/SP foi encontrada uma única folha, com o carimbo do DOPS e datada de 4 de novembro de 1975, de um relatório sucinto de enfermagem com datas, prescrições e horários, que se iniciam em 8 de julho de 1975, nome e idade do paciente sem referências a clínica, quarto ou leito. Acrescido ao impresso: “II Exército”. Nessa ficha, em 6 de agosto de 1975, na coluna medicamento lê-se: “entorse no tornozelo direito” e na coluna tratamento: “enfaixamento” e em 8 de agosto de 1975, na coluna medicamento, lê-se “suicidou-se”.

No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, pode-se ler: “[...] foi morto em ação de segurança no dia 7 de agosto de 1975. Era 2° T (RRn - PMSP), pertencia ao PCB”.

Em *A Ditadura Encurralada*, o jornalista Elio Gaspari tratou do caso:

Descobriu-se uma base do Partidão dentro da Polícia Militar paulista. Ela estivera invicta desde sua montagem, em 1946. Funcionava sob as rígidas normas de segurança do Setor Militar, ligando-se diretamente a um representante pessoal do secretário-geral do PC. Segundo o CIE, conseguira infiltrar um sargento no DOI por dois anos. Na sua liquidação, prenderam-se 63 policiais. Entre eles, nove oficiais da ativa, inclusive um tenente-coronel, e doze da reserva.

O tenente reformado José Ferreira de Almeida, o Piracaia, tinha 64 anos e mais de vinte anos de militância. [...] No princípio de agosto, deitado num colchão da carceragem do DOI, despediu-se de um capitão: “Eu não agüento mais... Vou morrer.” [...] O II Exército informou que no dia 8 de agosto Piracaia se enforcara. Teria amarrado o cinto do macacão à grade da cela, de forma que seu corpo pendeu com as pernas dobradas e os pés no chão. Segundo o SNI, Piracaia se matara “quando havia indícios de que iria nomear os prováveis contatos em outras áreas militares”. Oficialmente era o 36° preso a se suicidar dentro de uma prisão da ditadura, o 16° enforcado, o sétimo a fazê-lo sem não livre.

A esposa de José Ferreira de Almeida, Maria Sierra, já faleceu. Eles não tiveram filhos e seus ascendentes também já morreram. Pela lei, não há mais ninguém que possa receber a indenização, sendo por essa razão indeferido o caso (269/96) na CEMDP, cujo relator foi o general Oswaldo Pereira Gomes, em 17 de outubro de 1996.

O assassinato do tenente José Ferreira de Almeida, ainda que menos conhecido e divulgado que outros, é parte das atrocidades praticadas pela ditadura durante o governo de Ernesto Geisel. A CEMDP reconheceu a responsabilidade do Estado pela sua morte e indeferiu apenas o pagamento da indenização.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 269/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit, p. 159-160.



José Maximino de Andrade Netto

Nasceu em 20 de setembro de 1913, em Três Corações (MG), filho de José Maximiano Netto e Odila de Andrade Netto. Morto em 18 de agosto de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Era coronel reformado da PM/SP e foi afastado da instituição em 1964 por não aderir ao golpe. Preso em 11 de agosto de 1975 por agentes do DOI-CODI/SP, sob a acusação de militância no PCB, foi torturado. Morreu de um enfarte do miocárdio, no Hospital Clinitor em Campinas (SP), um dia após ser libertado, segundo o legista Alberto F. Piccolotto Naccaratto. Sua prisão e sua morte são conseqüências da “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB⁹.

9. Ver detalhes sobre a “Operação Radar” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

O relator do caso (205/96) na CEMDP, Luís Francisco Carvalho Filho, afirmou:

O requerente esclarece que a prisão ocorreu em 11 de agosto de 1975, por volta das 22h, por agentes que usavam trajes civis, mas que se identificaram como pertencentes ao Exército Brasileiro. O Cel. Maximino ficou desaparecido durante uma semana, até que, em 18 de agosto, durante a madrugada, foi encontrado caído, na calçada, de frente à sua casa. Ao ser socorrido, informou ter sofrido torturas e que os agentes, além de alertá-lo para que “não divulgasse o que ele tinha sofrido, caso contrário os seus familiares é que pagariam por isso”, alegaram que ele tinha “sorte na vida, pois pelo fato de ser coronel da Polícia Militar iria morrer em casa”. [...]

Os depoimentos colhidos pela autoridade judicial, sob compromisso legal, informam o seguinte:

Salomão Galdino da Rocha, ex-policia militar, diz ter sido preso no mesmo dia da prisão do Cel. Maximino, esclarecendo, no entanto, não tê-lo encontrado no cárcere. O declarante informa que foi torturado e que durante o interrogatório foram formuladas perguntas que giravam em torno de seu relacionamento com o Cel. Maximino. [...] diz que soube por um carcereiro que havia um coronel preso no local e que estava passando mal e que por isso seria solto; pelo que soube o declarante, um médico teria determinado que retirassem o coronel de lá porque ele estaria morrendo.

Bráulio Mendes Nogueira, funcionário público aposentado, diz que [...] foi visitá-lo quando soube que havia sido solto, encontrando-o “bastante ferido” e “sem condições de conversar”.

Irmã Salles diz que era amiga do coronel desde a juventude e que foi visitá-lo quando foi solto, encontrando-o com muitas escoriações em seu corpo. Informa que ele “tinha machucados nos pés”, sendo que o próprio Cel. Maximino relatou à declarante que “havia apanhado muito e que havia levado choques pelo corpo, inclusive órgãos genitais”.

Alberto de Castro Fernandes, policial militar aposentado, diz que era sargento da PM e que foi destacado para acompanhar o velório e o enterro de Maximino e observar o que se comentava a respeito de movimentos comunistas e anotar as placas dos carros. Segundo o declarante, seu comandante informou que o Cel. Maximino havia sido preso “injustamente” e conduzido ao DOI-CODI, em São Paulo, onde teria sido torturado, que ele “foi colocado na porta de sua casa, pelos agentes da repressão, quando souberam que ele iria morrer”.

Na CEMDP, o relator considerou que a prisão de Maximino estava relacionada com o caso de repressão aos militantes do PCB entre 1975 e 1976, e que havia prova da motivação política de sua prisão e torturas. Concluindo, assim, que as evidências apontavam para o fato do coronel, já idoso, não ter resistido aos maus-tratos, e, por ser sua morte inevitável, teria sido retirado do cárcere e abandonado em frente à sua casa.

O caso foi aprovado por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes, em 1º de agosto de 1996.

Documentos consultados:

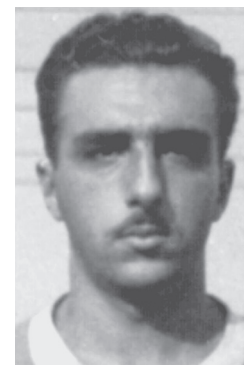
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 205/96, na CEMDP.

Armando Teixeira Fructuoso



Nasceu em 20 de maio de 1921, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Aníbal Teixeira Fructuoso e Maria da Glória Fructuoso. Desaparecido após 4 de setembro de 1975. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Era operário, líder sindical e militante comunista no Rio de Janeiro. Tinha o 2º grau completo (atual ensino médio). Fez vários outros cursos de formação política, inclusive na Checoslováquia.

Era casado com Virgínia Ricardi Viana, com quem teve uma filha chamada Cláudia.

Desde 1945, tornou-se um ativista sindical. Foi delegado sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Light e, em julho de 1946, foi preso no Rio de Janeiro ficando à disposição do Supremo Tribunal Militar. Em 1947, foi um dos signatários do “*Apelo de Estocolmo*”, contra a bomba atômica e pela paz mundial. No início da década de 1950, representou os trabalhadores cariocas no Congresso Sindical Mundial pela Paz, na Coreia.

Entre 1945 e 1964, em decorrência de sua atividade sindical, foi preso diversas vezes (os documentos indicam 14 vezes) por agentes do DOPS. Em uma dessas prisões, sua libertação foi exigida pelos trabalhadores para que Armando fosse para a mesa de negociações.

Com o golpe de 1964, perdeu seu mandato sindical e teve os direitos políticos cassados por dez anos, passando a atuar na clandestinidade.

Foi militante do PCB até 1968, quando, com outros militantes, fundou o PCBR, onde permaneceu por pouco tempo, indo para as fileiras do PCdoB. Em 1971, passou a integrar seu Comitê Central.

Preso em 30 de agosto de 1975, no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro (RJ), por agentes do DOI-CODI, foi torturado nas dependências do DOPS e do DOI-CODI, do Rio e de São Paulo, tendo sido assassinado no início do mês de setembro.

Gildásio Westin Cosenza e Delzir Antônio Matias chegaram a ser acareados com Armando, entre 4 e 7 de setembro. Ao serem processados, denunciaram em depoimentos na Auditoria Militar e em cartas enviadas ao presidente do STM, almirante Hélio Leite, as torturas que levaram Armando à morte no DOI-CODI/RJ.

Gildásio declarou: “No dia 4, ele mal podia levantar-se, tamanha as seqüelas produzidas pelas torturas. Seu rosto apresentava manchas de sangue e equimoses. A partir de determinado dia, os torturadores passaram a negar alimentação e água”.

Delzir Antônio escreveu uma carta ao Conselho de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, em 21 de março de 1978, quando foi julgado no mesmo processo em que Fructuoso foi absolvido:

A minha denúncia de sua morte decorre do fato de haver ouvido de minha cela no DOI-CODI os seus gritos lancinantes, emitidos noites e dias seguidos e que repentinamente cessaram. Estou convencido de que tratava do Sr. Armando Teixeira Fructuoso por ter ouvido naquela ocasião o comentário de um para outro torturador afirmando que “esse lixo é o Juca ou Armando Fructuoso”.

Segundo o livro Desaparecidos Políticos:

No dia 28 de março de 1978, a 2ª Auditoria do Exército do Rio de Janeiro absolveu Armando Teixeira Fructuoso, acusado de ser dirigente regional do PC do B. Pouco menos de um ano antes, em junho de 1977, a 1ª Auditoria do Exército de São Paulo, condenara Fructuoso, à revelia, a cinco anos de prisão, no caso que envolveu os presos da Lapa, em São Paulo, no dia 16 de dezembro de 1976, sob a acusação de integrar o Comitê Central do mesmo partido.

Ambos os julgamentos, envolvendo Fructuoso, foram uma farsa. Havia denúncias de testemunhas de sua prisão, tortura e desaparecimento. Mas, nos dois casos, elas não fo-

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 175/96, na CEMDP.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo VI, v. 4.

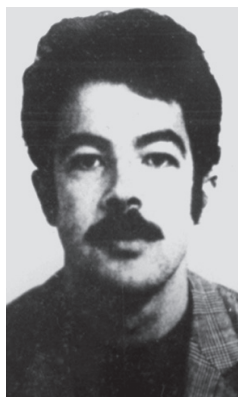
CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

ram levadas em conta. No segundo julgamento, o próprio advogado de ofício – já que Frutuoso era revel – Lourival Nogueira Lima, pediu o desmembramento do caso, para declarar a punibilidade extinta por morte. O que foi recusado pelo Conselho Permanente de Justiça.

Tais denúncias se transformaram em investigações que não elucidaram o desaparecimento de Armando, em razão da reiterada alegação de que ele estava foragido.

O relatório do Ministério do Exército entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, mantém a versão de que “*nunca esteve preso*”.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 175/96, na CEMDP.



Ângelo Pezzuti da Silva

Nasceu em Araxá (MG), em 27 de abril de 1946, filho de Theofredo Pinto da Silva e Carmela Pezzuti. Morto em 11 de setembro de 1975, no exílio. Militante do Comando de Libertação Nacional (Colina).

Cursou o primário no Grupo Escolar Delfim Moreira e o ginásio no Colégio D. Bosco, ainda em sua cidade natal. O curso científico (atual ensino médio) foi feito em Belo Horizonte, no Colégio Padre Machado. Ingressou na Faculdade de Medicina da UFMG em 1964, onde permaneceu até 1968, quando optou por se especializar em psiquiatria.

Desde criança, desenvolveu o gosto pela leitura e pelos estudos. Ainda cursando o primário, dedicou-se ao estudo de piano durante dois anos. O gosto pela música clássica, pela poesia, pelo teatro e pela leitura, principalmente dos autores regionais brasileiros, sempre o acompanhou.

Ângelo tinha um temperamento alegre e extrovertido. Gostava de fazer amizades e cultivá-las. Possuía grande fluência verbal, o que facilitava a exposição de suas idéias. Vivia intensamente, como se o momento presente fosse o mais importante. Era senhor de uma ternura especial, mesclada de certo ar irônico.

Sua militância política iniciou-se no Colégio Padre Machado, onde participou do curso de alfabetização de adultos. Foi eleito presidente da associação de alunos e diretor do curso de alfabetização, mas seu nome acabou sendo vetado pelo diretor do colégio, pelas suas posições políticas de esquerda e questionamentos religiosos.

Na Faculdade de Medicina, integrou-se ao movimento de estudantes que visava a ampliação de vagas na UFMG e a absorção dos chamados “excedentes”. Participou do Centro de Estudos de Medicina (CEM), do diretório acadêmico e do *Show Medicina*.

Em busca de alternativas políticas, ingressou na Polop e, em 1967, com outros companheiros, constituíram a primeira direção do Colina, que defendia a luta armada como instrumento de transformação social. Sempre esteve à frente dos grandes projetos da organização – foi uma liderança intelectual e participou das primeiras ações armadas desde 1968.

Em 13 de janeiro de 1969, foi preso pelo DOPS, em Belo Horizonte. Passou por vários presídios e foi transferido para o Rio de Janeiro. Depois, retornou a Minas, para o presídio de Linhares, em Juiz de Fora.

Durante sua prisão, sofreu vários tipos de torturas físicas e psicológicas. Entretanto, o ápice das torturas foi marcado pela obrigação de assistir, na Vila Militar do Rio de Janeiro, a uma aula de tortura ministrada pelo Exército para cem oficiais, onde alguns presos serviam de cobaia e, dentre os presos-cobaias, estava seu próprio irmão, Murilo.

Com alguns companheiros do presídio de Linhares, elaborou o “*Documento de Linhares*”, denunciando as torturas e suas conseqüências nas prisões. Este foi o primeiro documento do gênero elaborado no Brasil e encaminhado às autoridades brasileiras, que ignoraram o seu conteúdo, mas foi amplamente divulgado no exterior.

A denúncia da prisão de Ângelo foi encaminhada à CIDH da OEA, na qual foram descritas as torturas sofridas por ele. Estas ocorreram com tamanha intensidade que Ângelo, não suportando mais, se atirou de uma janela de vidro, vindo a se cortar em várias partes do corpo e a perder a consciência. Foi levado a um hospital militar. Os agentes policiais que o torturaram eram chamados de Mendonça e Povoreli.

Em 11 de junho de 1970, Ângelo foi banido do país, quando ocorreu o seqüestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, solto em troca da libertação de 40 presos políticos, entre os quais Ângelo e seu irmão, Murilo. Exilou-se na Argélia.

Em 1971, foi para o Chile, onde se encontrou com sua mãe, Carmela, também banida do Brasil por sua atuação política. Lá se casou com Maria do Carmo Brito, com quem teve seu único filho, Juarez.

Em 1972, no Chile, em razão de seus contatos com grupos chilenos que lutavam pelo socialismo, foi preso e torturado por policiais brasileiros que lá se encontravam, sendo libertado logo em seguida.

Foi um dos que mais batalhou para provar a atuação como agente policial infiltrado de *Cabo Anselmo*¹⁰ – José Anselmo dos Santos – na VPR, tentando convencer os companheiros que ele foi responsável por várias prisões e mortes de militantes.

O golpe militar do Chile o levou a pedir asilo na embaixada do Panamá, país onde sua permanência foi curta. Com sua companheira, Maria Luiza Gorete, seguiu para a França, onde se integrou a um comitê, cujo objetivo era obter asilo na Europa para os companheiros brasileiros, chilenos, uruguaios e outros. Com esse objetivo, viajou pela Europa tendo contatos com entidades de defesa dos direitos humanos.

Por duas vezes, a primeira no Chile e a segunda na França, Ângelo retornou aos seus estudos de Medicina, formando-se em Paris, em meados de 1975, como psiquiatra.

Em 11 de setembro de 1975, Ângelo morreu em um acidente de motocicleta em Paris. Seu corpo foi cremado no Cemitério Perè Lachese e, em 1976, suas cinzas foram depositadas no Cemitério das Paineiras, em Araxá.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua no bairro Salgado Filho.

Seu caso não foi encaminhado à CEMDP, mas seu nome sempre foi incluído nos dossiês organizados pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos no capítulo “Mortes no Exterior”.

10. Sobre a infiltração do *Cabo Anselmo* ver também os casos de José Maria Ferreira Araújo, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira e José Raimundo da Costa (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma e de Edgard Aquino Duarte (1973).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Pedro Jerônimo de Souza

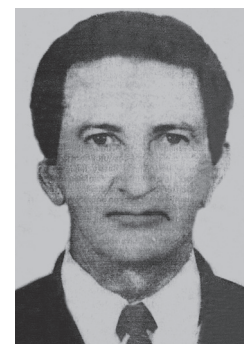
Nasceu em 30 de junho de 1912, em Mutamba, distrito de Icapuí (CE), filho de José Jerônimo de Souza e Catarina Evangelista de Souza. Morto em 17 de setembro de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era casado com Sarah Pinheiro Araújo, com quem teve dois filhos.

Ainda jovem, foi residir em Fortaleza, trabalhava como vendedor viajante a serviço de vários laboratórios farmacêuticos e em outras atividades ligadas ao comércio.

Ingressou no PCB nos anos 1940, e atuou na reestruturação do partido, cujo registro fora cassado em 1948. Integrou a direção municipal e fez parte do Comitê Estadual do Ceará. Após o golpe de 1964, já clandestino, atuou como tesoureiro do partido durante vários anos. Também participou do diretório do MDB em Fortaleza.

Em 11 de setembro de 1975, viajava em um ônibus em um bairro da capital cearense quando foi preso e levado para o DOI-CODI. Um amigo comunicou o fato à família, que conseguiu dias depois visitá-lo no presídio. No dia 17, seus familiares foram informados por agentes do DOPS que Pedro Jerônimo teria se suicidado. O laudo de exame cadavérico foi assinado pelos legistas José Carlos da Costa Ribeiro e Antônio Fernandes de Oliveira, dando como causa “*asfixia mecânica por enforcamento*”.



11. Ver detalhes sobre a “Operação Radar” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Sua prisão e seu desaparecimento são consequência da “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB¹¹.

O relator do caso 26/96 na CEMDP, Nilmário Miranda, transcreveu o depoimento do advogado da família, Antônio de Pádua Barros, prestado perante a Comissão de Direitos Humanos da OAB/CE, em 18 de dezembro de 1995:

[...] que o declarante acompanhou pessoalmente a exumação que foi realizada dentro de um cerco de guerra, tendo em vista que o cemitério Parque da Paz foi tomado por viaturas da Polícia Militar e da Polícia Federal; que a razão da presença dos policiais no cemitério era para amedrontar os peritos e os familiares, bem como as demais pessoas que estavam interessadas no esclarecimento da morte de Pedro Jerônimo; que, em face da impossibilidade de realizar nova perícia no cadáver de Pedro Jerônimo, o declarante viu que nada podia fazer do ponto de vista jurídico; que à época dos fatos um tenente coronel da Polícia Militar do Ceará, cujo nome o declarante quer preservar, narrou para o declarante a composição do DOI no Ceará e as circunstância que envolveram a morte de Pedro Jerônimo; que o relato sobre a morte de Pedro Jerônimo lhe foi feito no dia 29 de setembro de 1975, e que na ocasião em que o relato lhe era feito o declarante fez as anotações que agora faz anexar às suas declarações.

Nas anotações do advogado Antônio Pádua Barroso constam as seguintes declarações do referido tenente-coronel da Polícia Militar: “No caso específico da prisão e morte de Pedro Jerônimo de Souza, tudo funcionou deste modo: o chefe da 2ª Seção do QG da 10ª RM, ten.-cel. Francisco Valdir Gomes, despachou o Pedido de Busca (PB); a prisão foi efetuada por dois agentes policiais chefiados por um tal Dr. Evandro, que se supõe tratar-se de oficial do Exército (dentro em pouco poderei ter melhores indicações sobre ele); feita a prisão, levaram Pedro Jerônimo de Souza para o Quartel de Guardas (DOI); aí aquele major Luís Marques de Barros mandou que levassem Pedro Jerônimo, este já entregue sadio ao Medardone, para a denominada Casa de Hóspedes, no bairro de Mata Galinha. Na chegada à tal Casa de Hóspedes, deram logo uma grande pancada no frontal de Pedro Jerônimo. A morte ocorreu assim: Pedro Jerônimo, após uma série de sofrimentos, foi sentado num banco, sem encosto, e um brutamente deles se aproximou pelas costas, curvou um joelho encostando-lhe na coluna dorsal e tentou sufocá-lo com um instrumento escuro (parecia um molho de fio de telefone), puxando nas duas extremidades, para trás. O instrumento era colocado no pescoço, na parte anterior, na garganta; o instrumento constrictor foi puxado com muita força e o resultado foi a quebra do pescoço do homem Pedro Jerônimo de Sousa, que disse morreu. Arrepiados com o crime que cometeram, prepararam, em conluio com o DPF e o DOPS, o simulacro do enforcamento suicida”.

Recorte do *Jornal do Brasil* da época, sem data, informa: “O deputado Alfredo Marques, vice-líder da bancada do MDB na Assembléia Legislativa, denunciou ontem da tribuna que foi o tenente da Polícia Militar Horácio Marques Gondim quem matou o operário Pedro Jerônimo de Souza”. E mais adiante o deputado acrescentou, ainda segundo o jornal: “Ele [o tenente citado] já pertenceu ao DOI e 16 dias depois da morte do operário foi devolvido pelo DOI à PM”.

O caso na CEMDP foi deferido por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
Arquivos do IEVE/SP.
Caso 026/96, na CEMDP.



José Montenegro de Lima (Magrão)

Nasceu em 27 de outubro de 1943, em Itapipoca (CE), filho de Francisco Montenegro de Andrade e Maria dos Santos Montenegro. Desaparecido em 29 de setembro de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Filho de uma família humilde do interior do Ceará, estudou até o ginásial (atual ensino médio) na Escola Normal Joaquim Magalhães. Mudou-se para Fortaleza (CE), onde se matriculou no curso técnico em edificações na Escola Técnica Federal do Ceará. Participou ativa-

mente do movimento estudantil, onde era conhecido como *Magrão*, e integrou a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI).

Com o golpe de Estado de 1964, foi condenado no Inquérito Policial Militar instaurado contra a UNE e outras entidades estudantis. Montenegro não pôde concluir o curso e se mudou para o Rio de Janeiro, onde passou a viver na clandestinidade. Membro da Seção Juvenil do Comitê Central do PCB, dedicou o que seriam seus últimos 11 anos de vida à organização da Juventude Comunista e do partido no movimento estudantil.

Exerceu grande influência na formulação das políticas do PCB para o movimento estudantil, em especial o secundarista e técnico-industrial, até o início dos anos 1970. Dedicou-se também à representação da JC na Federação Mundial da Juventude Democrática (com sede em Budapeste, Hungria) e à organização da participação brasileira no Festival Mundial da Juventude, em Berlim (à época, capital da Alemanha Oriental).

As prisões que atingiram a direção do PCB no antigo estado da Guanabara em 1970, quando foi preso João Massena Melo e outros, o levaram a mudar-se para São Paulo. Com as prisões de 1974, a rede de apoio da Juventude nas fronteiras tornou-se o único caminho para o exterior. Montenegro viabilizou a saída de vários dirigentes ameaçados de serem presos. A estrutura da Juventude foi igualmente sobrecarregada com a tarefa de reconstruir o parque gráfico do partido.

Nesse momento, em que prisões generalizadas atingiram o PCB em São Paulo e nos demais estados, ainda em decorrência da “Operação Radar”¹², ocorreu a prisão de Montenegro em sua casa em 29 de setembro de 1975.

O livro *Desaparecidos Políticos* relatou um pouco da vida de Montenegro:

[...] As dificuldades de trabalho e estudo cedo começaram a se manifestar e, aos poucos, Montenegro foi obrigado a viver refugiado dentro de seu próprio país, pois considerava legítimo o direito de manifestar-se politicamente como qualquer cidadão.

Nos anos mais duros da ditadura, em especial a partir de 1969, Montenegro viveu clandestinamente, única forma encontrada de manifestar sua oposição ao regime de opressão. Viajou, morou em diversos estados, perambulou pelo Brasil a fora.

Apesar das dificuldades, nunca perdera a esportividade. Podia ser encontrado por velhos amigos nas ruas de São Paulo ou Rio de Janeiro, assim como pulava atrás do trio elétrico em pleno carnaval da Bahia em 1974.

O livro *Brasil: Nunca Mais* informa o seguinte sobre Montenegro:

[...] pesquisador de mercado foi preso em 29 de setembro de 1975, em sua residência no bairro da Bela Vista, São Paulo, SP, por quatro agentes policiais e foi testemunhado por seus vizinhos e conhecidos [...]. Posteriormente, em interrogatório judicial, Genivaldo Matias da Silva, em processo do PCB, assegurou ter visto José Montenegro de Lima detido nas dependências do DOI-CODI-II Exército.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que “foi preso em 30 de setembro de 1975”.

Segundo entrevista de Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento e ex-agente do DOI-CODI/SP, em reportagem de Expedito Filho, publicada na revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992:

O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima, mas esse é um caso especial. Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do “Voz Operária”, Montenegro recebeu do partido 60.000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com a injeção [para matar cavalos], e depois foi na sua casa pegar os 60.000 dólares. O dinheiro foi rateado na cúpula do DOI.

Em *A Ditadura Encurralada*, Elio Gaspari relatou que:

No final de setembro, de acordo com a documentação oficial do II Exército, havia doze presos na carceragem do DOI de São Paulo. Pelo menos dois prisioneiros estavam em

12. A “Operação Radar” foi uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB. Ver detalhes nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Documentos consultados:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 138/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Projeto A: os Mortos. Tomo V, v. 4.

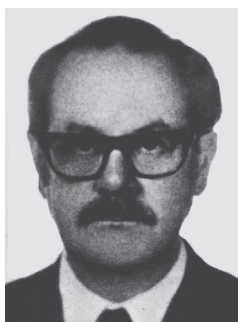
GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit, p. 169.

outra escrita, a dos calabouços clandestinos. José Montenegro de Lima, encarregado da reconstrução do aparelho gráfico onde se voltaria a imprimir a Voz Operária, foi capturado na Bela Vista. Viram-no no DOI. Transferido para o sítio do CIE na rodovia Castello Branco, assassinaram-no com uma injeção de matar cavalos.

De acordo com a citada entrevista do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, havia um centro clandestino de torturas na estrada de Itapevi, cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Ainda segundo ele, os corpos de vários militantes mortos nas casas de tortura clandestinas mantidas pelo CIE e pelo DOI-CODI/SP foram jogados “no rio debaixo de uma ponte que fica na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco [...]”. Existe ali um cemitério debaixo d’água”. A revista *Veja* informou que se trata da rodovia SP-255.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 138/96, na CEMDP.

Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma rua do bairro da Paciência.



Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior

Nasceu em 14 de janeiro de 1915, em Santa Teresa (ES), filho de Orlando da Silva Rosa Bomfim e de Maria Gasparini Bomfim. Desaparecido em 8 de outubro de 1975. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Orlando Bomfim Júnior era casado com Sinésia de Carvalho Bomfim e pai de seis filhos: Regina, Orlando, Roberto, Olga, Sérgio e Beatriz.

Fez seus primeiros estudos em Vitória (ES). Mudou-se para Belo Horizonte (MG), onde fez o curso de direito na UFMG e exercia as atividades de jornalista no *Estado de Minas*, jornal de grande circulação, do qual, ainda jovem, foi secretário.

Foi um dos signatários do “*Manifesto dos Mineiros*”, em 1943. Dirigiu jornais partidários e advogava gratuitamente. Elegeu-se vereador em Belo Horizonte nas eleições de 1946 e tornou-se líder do PCB na Câmara Municipal.

Em 1958, mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar na *Imprensa Popular*. Foi jornalista até o golpe de 1964, quando o jornal que dirigia na capital carioca, chamado *Novos Rumos*, foi fechado.

Antes do golpe, uma das participações políticas mais marcantes de Orlando ocorreu na greve dos operários da Mina de Morro Velho, estado de Minas Gerais, que durou 43 dias. Orlando atuou como advogado dos operários, morou com eles e foi lá que, procurado vivo ou morto, conseguiu cobertura de casa em casa, escondendo-se da polícia.

Segundo depoimento de amigos e familiares, era uma pessoa de caráter sincero e franco. Sua convivência era a mesma em qualquer nível social: era respeitado tanto no meio operário como entre políticos e intelectuais. Era um espírito aberto e admirado por todos que desfrutavam do seu convívio.

Em 8 de outubro de 1975, sua família ficou sobressaltada por um telefonema anônimo, em que alguém, dizendo-se tratar de “*um amigo de seu pai*”, comunicou a um dos filhos a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Imediatamente, sua família e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo.

Na mesma noite, o jornalista Elio Gaspari telefonou para o Palácio do Planalto, pedindo informações ao general Golbery do Couto e Silva. A ABI foi avisada e indicou o advogado Humberto Jansen Machado, que impetrou um *habeas corpus* junto ao STM. No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Bomfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado.

Cartas foram enviadas ao MDB, ao ministro da Justiça e a parlamentares. O deputado Getúlio Dias, na liderança da oposição na Câmara, anunciou a prisão, e o deputado Cantídio Sampaio, respondendo pela liderança da Arena, prometeu pedir informações ao governo. Uma autoridade em Brasília prometeu elucidar o desaparecimento de Orlando em 72 horas. Passaram-se horas, dias, anos e Orlando nunca foi encontrado, apesar dos esforços do MDB e de entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento pela Anistia, a Comissão Justiça e Paz (CJP) do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Cardeal D. Eugênio Sales e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – entidade da qual Orlando Bomfim era membro pela seção Minas Gerais. Todos os instrumentos legais foram acionados.

Até 1975, antes de ser preso, escreveu para a mãe afirmando estar bem de saúde e defendeu o caminho escolhido, tão difícil e longe dos que amava. Isto desmente a repressão, que insinuava que ele não estava desaparecido, mas sim na União Soviética.

Em 31 de outubro, a família recebeu a informação, vinda de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-CODI/RJ. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida. Mas, 11 dias depois, o I Exército informou que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão.

Em 27 de novembro surgiu o primeiro boato. Como sempre, a origem era de “fontes militares”. A redação do jornal *O Estado de S. Paulo* recebeu um telefonema anônimo informando que Orlando Bomfim estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca da *Folha de S. Paulo* recebia um telex informando sua morte na prisão, durante interrogatório.

Sua prisão e seu desaparecimento são consequência da “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB¹³.

De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, à revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992: “Orlando Bomfim Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Bomfim foi preso no Rio de Janeiro pelo Destacamento de Operações e de Informações de São Paulo e levado para o cárcere na rodovia Castelo Branco”. Foi morto e jogado “no rio debaixo de uma ponte que fica na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco [...] Existe ali um cemitério debaixo d’água”, afirma o ex-sargento. A revista *Veja* informou que se trata da rodovia SP-255. Ainda segundo Marival, havia um centro clandestino de torturas na estrada de Itapevi, cidade da Região Metropolitana de São Paulo.

Em documento encontrado no DOPS/SP, lê-se:

14/7/64 – Cassado pelo AI-1 de 1964;

1/6/71 – Foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ª RM.

22/9/78 – O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas.

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso foi protocolado com o número 095/96, da CEMDP.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Planalto. Em 21 de junho de 1988, foi instituído pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo o Prêmio Orlando Bomfim Júnior de Direitos Humanos.

13. Ver detalhes sobre a “Operação Radar” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 095/96, na CEMDP.

CABRAL, R.; LAPA, R. (Org.). *Desaparecidos Políticos*, op. cit.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.

Vladimir Herzog

Nasceu em 27 de maio de 1937, em Osijek, Iugoslávia, hoje Croácia, filho de Zigmund Herzog e Zora Herzog. Era naturalizado brasileiro. Morto em 25 de outubro de 1975. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Era jornalista, professor da Universidade de São Paulo e teatrólogo.



Chegou ao Brasil aos 9 anos de idade e iniciou sua carreira de jornalista em 1959 no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde chegou a chefe de reportagem. Foi produtor e locutor da BBC, em Londres, de 1965 a 1968. Em fins de 1968, após o AI-5, retornou ao Brasil. Tornou-se editor cultural da revista *Visão*, na qual, em 1971, elaborou uma extensa reportagem de capa sobre as questões das TVs educativas, e, em 1974, participou de uma histórica reportagem de balanço dos dez anos do golpe. Em 1972, ainda trabalhando na *Visão*, passou a trabalhar também como secretário do jornal “*Hora da Notícia*”, na TV Cultura de São Paulo, e chegou a diretor do departamento de telejornalismo da emissora. Exercia sua profissão movido pela proposta de que a imprensa deveria cumprir sua responsabilidade social. Defendia que a TV Cultura deveria produzir um jornalismo profissional não subserviente ao Estado e que, mais do que educativo ou cultural, fosse público. Herzog defendia um jornalismo de diálogo com a sociedade, superando todo tipo de paternalismo e incorporando “[...] *os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige*”.

Agentes do DOI-CODI/SP tentaram prender Herzog na noite de 24 de outubro de 1975 em sua casa, mas ele não estava lá. Foram então à sede da TV Cultura, onde ele estava trabalhando. Lá, após tensas negociações entre jornalistas da redação e os agentes, foi acertado que Herzog se apresentaria no dia seguinte, às 8 horas da manhã, na rua Tomás Carvalhal, 1030, sede do DOI-CODI. Como combinado, Vladimir compareceu sem escolta policial, em 25 de outubro de 1975, no DOI-CODI do II Exército. Foi acusado de possíveis ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Sua prisão e morte foi conseqüência da “*Operação Jacarta*”, que “*atingiu entidades influentes da opinião pública (Arquidiocese de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas, OAB, movimento estudantil, MDB)*”, de acordo com informações de Mário Sérgio de Moraes, no livro *O Ocaso da Ditadura: o Caso Herzog*. A “*Operação Jacarta*”, por sua vez, era parte da “*Operação Radar*”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB¹⁴.

Segundo a versão oficial, Herzog teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário que vestia desde sua entrada no DOI-CODI/SP, no mesmo dia em que foi preso, por volta das 15 horas.

A farsa foi desmascarada pelo testemunho de seus companheiros de prisão, Rodolfo Konder e Jorge Benigno Jathay Duque Estrada, jornalistas presos na mesma época no DOI-CODI, que foram acareados com *Vlado*. Logo após, permaneceram próximos à sala onde ele se encontrava sendo interrogado, de onde ouviam com nitidez seus gritos, o barulho de pancadas e as ordens do torturador para a aplicação de choques.

No processo no STM, transcrito no livro *Brasil: Nunca Mais*, o depoimento de Rodolfo Konder esclarece:

[...] *De lá, podíamos ouvir nitidamente os gritos, primeiro do interrogador e, depois, de Vladimir e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a “pimentinha” e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio, e os gritos de Vladimir se confundiam com o som do rádio. [...] A partir de determinado momento, o som da voz de Vladimir se modificou, ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordaça [...] Que o interrogador de Vladimir, antes descrito pelo depoente como sendo aquele que tinha uma tatuagem de âncora no braço, era branco. Que quando iniciou-se a tortura de Vladimir o declarante, estando na sala ao lado, chegou a ouvir sons de pancadas que lhe eram desferidas [...].*

O IPM instaurado para apurar a morte de Herzog concluiu que ele se suicidara exatamente como noticiado pelo Comando do II Exército.

A morte por suicídio foi desmentida pelas próprias contradições existentes nos depoimentos dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, prestados na ação judicial movida pela família, cuja decisão foi dada em 27 de outubro de 1978. Essa ação declaratória terminou por responsabilizar a União pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog.

14. Ver detalhes sobre a “*Operação Radar*” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Os relatórios dos ministérios militares, encaminhados ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, insistem na versão dos órgãos de segurança. O da Marinha afirma que Herzog “suicidou-se no dia 23 [sic] de outubro de 1975, em São Paulo” e o relatório do Ministério da Aeronáutica diz que “suicidou-se em 25 de outubro de 1975, por enforcamento, no interior da cela que ocupava no DOI-CODI do II Exército, segundo apurado em IPM e laudos elaborados pelos órgãos competentes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo”.

A falsidade do seu suicídio ficou flagrante na foto em que aparece, nas dependências do DOI-CODI paulista, pendurado nas grades de uma janela, sem vida, com um cinto amarrado ao pescoço e com os joelhos dobrados, supostamente enforcado, ainda que não houvesse vão livre para a sua queda.

Evidências inquestionáveis da tortura foram, ainda, identificadas pelo comitê funerário judaico responsável pela preparação do corpo para o funeral. Por essa razão, Herzog foi enterrado dentro do cemitério e não em área separada, como são tratados os suicidas no judaísmo.

O assassinato do jornalista foi um dos mais divulgados e documentados do período da ditadura, sendo considerado um marco na luta de resistência. Ao saberem do ocorrido, seus colegas de profissão pararam as redações em São Paulo. Os donos das empresas precisaram negociar para que trabalhassem apenas uma hora, garantindo a edição do dia seguinte. O Sindicato dos Jornalistas, presidido por Audálio Dantas, entrou em vigília permanente e divulgou um convite para o sepultamento. Os estudantes convocaram uma assembléia no sindicato, quando foi aprovada a proposta de realizar um ato ecumênico na Catedral da Sé.

Mais de 30 mil estudantes entraram em greve em protesto na USP, na PUC e na Fundação Getúlio Vargas, segundo o livro *Dossiê Herzog*, de Fernando Pacheco Jordão.

Para impedir manifestações na celebração ecumênica realizada em homenagem a Herzog, o então comandante do II Exército, Ednardo D’Ávila Melo, fechou as grandes avenidas que conduziam ao local. Mesmo assim, a Praça da Sé ficou lotada, com a presença de cerca de 8 mil pessoas. Pouco depois, o general Ednardo D’Ávila Melo seria demitido pelo presidente Ernesto Geisel, quando houve o assassinato do operário Manoel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, cuja versão oficial da morte também seria de suicídio.

O caso de Herzog na CEMDP teve como relator Paulo Gustavo Gonet Branco e foi aprovado por unanimidade, em 2 de abril de 1996.

Em sua homenagem, todos os anos, no dia 25 de outubro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo entrega o “Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos” aos principais trabalhos jornalísticos dedicados a essa temática. A comissão organizadora é composta pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Federação Nacional dos Jornalistas, Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil, Seção/SP e pela Família Herzog. Atualmente, também integram a Comissão a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo e o Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

Para homenageá-lo, o nome de Herzog foi dado a uma praça em Bangu, no Rio de Janeiro, e a uma rua no bairro de Água Branca, em São Paulo.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 210/96, na CEMDP.

PROJETO BRASIL: Nunca Mais. *Projeto A: os Mortos*. Tomo V, v. 4.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit, p. 173-224.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A Sangue-Quente: a Morte do Jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 16-19.

JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1978, p. 176.

ABRAMO, Zilah; MAUÉS, Flamarion (Org.). *Pela Democracia, contra o Arbítrio: a Oposição Democrática, do Golpe de 1964 à Campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 120, 125, 133.

MORAES, Mário Sérgio de. *O Ocaso da Ditadura: o Caso Herzog*. São Paulo: Barcarolla, 2006, p. 76.

A crise dos desaparecidos de 1975

Em agosto de 1974, pouco antes das eleições parlamentares daquele ano, o presidente Ernesto Geisel usou pela primeira vez a palavra “distensão” para definir um processo controlado de abertura política. Em 7 de agosto, D. Paulo Evaristo Arns e familiares de desaparecidos políticos reuniram-se com o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, para solicitar informações sobre seus parentes. Essa reunião foi organizada em sigilo por iniciativa de D. Paulo, na sede da CNBB, em Brasília. Estavam presentes Cândido Mendes de Almeida, secretário-geral da Comissão Justiça e Paz (1972-1982) e o advogado José Carlos Dias, mais tarde ministro da Justiça, além dos familiares de 13 desaparecidos, entre os quais Valter Ribeiro de Novaes, Luiz Maranhão, João Massena de Melo, Jaime Amorim Miranda, Joaquim Pires Cerveira, David Capistrano, Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier Filho, José Roman e Mário Alves Vieira. Golbery ouviu caso a caso as histórias, recebeu um a um seus dossiês, que relatavam os dados obtidos sobre as prisões e os seqüestros de 22 desaparecidos. O clima foi tenso. O acerto era que Golbery daria uma resposta a D. Paulo até 27 de agosto. Quando expirou o prazo, D. Paulo convocou a imprensa e denunciou a promessa não cumprida por Golbery.

Desde o desaparecimento de David Capistrano, José Roman e outros dirigentes do PCB, seus familiares começaram a se reunir regularmente no escritório do advogado Modesto da Silveira, no Rio de Janeiro. Desse modo, organizaram-se para pedir o apoio da sociedade civil. Conseguiram, algum tempo depois, que Tristão de Athayde publicasse, em 23 de outubro, um artigo sobre os desaparecidos no *Jornal do Brasil* cujo título era “Os Esperantes”. Encontraram dificuldades para publicar suas denúncias nos jornais. Alguns divulgaram ape-

nas anúncios de pessoas desaparecidas. O período era de medo, e as famílias conheciam-se em encontros na Comissão Justiça e Paz ou nos escritórios de advogados.

Os familiares continuaram a lutar e engajaram-se na campanha pela anistia desde seu início, quando esta foi proposta por D. Paulo Evaristo Arns em reunião próxima ao Natal de 1974, na Cúria Metropolitana de São Paulo. Em janeiro de 1975, D. Paulo declarou que, pela falta de resposta do governo, decidira empreender uma investigação “paróquia por paróquia” sobre os 22 desaparecidos dos quais não se tinha notícia desde 1974. Em seguida, os familiares divulgaram uma carta ao general Geisel, cuja repercussão, no Brasil e no exterior, fez com que o ministro da Justiça divulgasse uma nota oficial a respeito dos desaparecidos. Pouco antes da reabertura do Congresso, em 30 de janeiro, as famílias foram a Brasília pedir apoio aos deputados. Os familiares redigiram um apelo ao MDB pedindo que continuassem as investigações sobre o destino dos desaparecidos e que se criasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as violações dos direitos humanos no país.

A resposta do governo aos apelos dos familiares resultou em uma nota e um pronunciamento do ministro da Justiça, Armando Falcão, em cadeia nacional, em 6 de fevereiro, quando forneceu explicações vagas a respeito de 27 pessoas. O ministro não quis esclarecer nenhuma informação. Essa crise desmoralizou o governo Geisel logo no início de seu mandato.

As críticas às explicações evasivas de Armando Falcão partiram das famílias, da OAB, da Igreja e do jornal *O Estado de S. Paulo*, que em editorial afirmou: “O tom geral da nota ficou na razão inversa do interesse do público”. A OAB manifestou-se mediante uma nota oficial, defendendo a volta do estado de direito.

O MDB dividiu-se, mas Lysâneas Maciel (MDB-RJ), em dois dias, obteve assinaturas de 138 parlamentares do seu partido. O ministro da Justiça, Armando Falcão, foi à televisão divulgar a investigação sobre as pretensas ligações entre o articulador da CPI e o Partido Comunista Brasileiro. A Polícia Federal forjou um *flagrante* de apreensão de material “subversivo”, comprometendo-o. O líder do governo na Câmara, deputado José Bonifácio de Andrada (Arena-MG), transmitiu a acusação de que 22 deputados eleitos pelo MDB teriam o apoio do PCB. Em seguida, 108 dos deputados signatários do requerimento para a constituição da CPI retiraram suas assinaturas. O projeto não foi levado à votação no plenário. A bancada do MDB decidiu, então, convocar o ministro da Justiça, medida rejeitada pela Arena. O silêncio foi o desfecho da crise. ■



Capa do jornal *Em Tempo* de janeiro de 1979.

Os desaparecidos e a Operação Condor no Brasil

A *Operação Condor* foi formalizada em 1975 e organizada por membros das Forças Armadas e das polícias políticas de Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia, que comandaram e integraram os “grupos de tarefas” e a coordenação dos serviços de informação e de repressão das ditaduras militares sul-americanas contra os grupos de esquerda, nos anos 1970 e 1980. As investigações sobre a *Condor* e os casos de seqüestro de crianças ganharam força na Argentina, principalmente, e impulsionaram a anulação das “leis de impunidade” daquele país, em 2005. Além disso, a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet, em 1998, em Londres, facilitou a desclassificação de inúmeros documentos nos EUA sobre a *Operação Condor*.

Mesmo após a divulgação de diversas denúncias apresentadas no relatório da CONADEP, na Argentina, publicadas no livro *Nunca Más* (1984), as provas definitivas sobre a *Operação Condor* vieram a público somente em 1992, com a descoberta do arquivo da repressão do general paraguaio Alfredo Stroessner. No “Arquivo do Terror”, foi encontrada documentação enviada pelo general chileno Manuel Contreras (chefe da DINA, a polícia política de Pinochet) aos chefes da repressão política dos países citados acima, convidando-os para uma reunião entre 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975, em Santiago do Chile.¹ Nesta reunião foram acertados os aspectos centrais do funcionamento da cooperação e da coordenação da DINA, que seria a sede da operação (QUADRAT, 2006, p. 162-163).

Um ano depois, entre 13 e 16 de dezembro de 1976, os signatários da primeira reunião reencontraram-se em Buenos Aires. Em documentos da CIA liberados pelo governo dos Estados Unidos desde 1999, pesquisados pela ONG norte-americana *Arquivo de Segurança Nacional*, foi encontrada a informação de que a *Condor* teria três fases: a de formalização da cooperação e montagem da estrutura; a de realização de ações no Cone Sul e a de ações fora dos territórios dos países membros. Assim, foram assassinados no exílio o senador uruguaio Zelmar Michelini e os ex-ministros do governo Allende, general Carlos Prats e Orlando Letelier, entre outros. O Brasil não



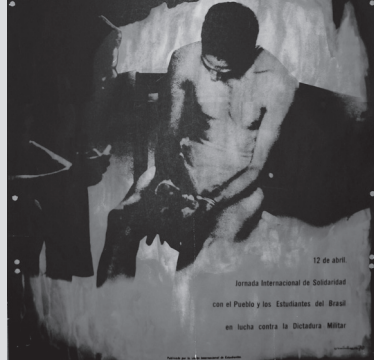
Passeata de mães e familiares de mortos e desaparecidos políticos no Centro de São Paulo, 22 de agosto de 1980.

havia enviado representante para a primeira reunião, mas era conhecida sua colaboração no golpe contra Salvador Allende, em 1973, e nas sessões de tortura ocorridas em seguida.

A participação brasileira na operação foi ativa, embora não seja muito conhecida, em virtude do sigilo dos documentos militares no Brasil.² Pesquisadores discutem sobre a hipótese de maior discricção e autonomia por parte do Brasil em função da dinâmica da “distensão política”, promovida pelo governo do general Ernesto Geisel, e do desprezo que os militares brasileiros nutriam pelos serviços de inteligência dos demais países.³

Documentos desclassificados nos EUA, encontrados pela *Arquivo de Segurança Nacional*, comprovam que o Brasil era membro ativo da *Condor*. Durante a segunda reunião da *Condor* em Santiago, em junho de 1976, “com a presença de observadores brasileiros”, um informe de inteligência declara, que as nações da *Condor* decidiram que “Brasil será um membro total do grupo”. O primeiro informe sobre a *Condor* dirigido ao Secretário de Estado, Henry Kissinger, em agosto de 1976, declara que o “Brasil está

Contra la represión y las torturas en BRASIL



CEDEMA/Fundo ASMOB

Cartaz convoca para a Jornada Internacional de Solidaridad con el Pueblo y los Estudiantes de Brasil en lucha contra la Dictadura Militar, que se realizou em 12 de abril de 1970.

Levantamento realizado pela Embaixada do Brasil na Argentina, em conjunto com o Arquivo Nacional de Memória da Argentina, apurou ainda a existência de cinco casos de desaparecidos na Argentina, filhos de pai ou mãe brasileiros, nascidos na Argentina ou no Uruguai. São eles: Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães, Ary Cabrera Prates, Davi Eduardo Chab Tarab Baabur, Roberto Adolfo Val Cazorla (seqüestrados em 1976) e Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gulate (que desapareceu em dezembro de 1977)⁷.

Após as declarações de um ex-policia uruguaio, que alega ter vigiado o ex-presidente João Goulart por muitos anos e auxiliado na operação em que ele morreu envenenado em 1976, na Argentina, a Comissão de Familiares o incluiu na lista dos mortos sob responsabilidade do Estado durante a ditadura.

Antes da *Operação Condor*, o Brasil já mantinha colaboração ativa com as ditaduras de outros países da América Latina. Sabe-se que pelo menos seis brasileiros morreram ou desapareceram no Chile, entre 1973 e 1974: Nilton Rosa da Silva (1973), Luis Carlos de Almeida (1973), Nelson Souza Kohl (1973), Túlio Roberto Cardoso Quintiliano (1973), Wânio José de Matos (1973) e Jane Vanini (1974). Ao menos um brasileiro desapareceu na Bolívia, em outubro de 1970: Luiz Renato Pires de Almeida.

Além disso, em colaboração com as forças militares e policiais da Argentina, dois ativistas políticos desapareceram em janeiro de 1974: João Batista Rita, do M3G, e Joaquim Pires Cerveira, da FLN. Outro grupo, liderado por Onofre Pinto (VPR), vindo da Argentina, desapareceu no Brasil, em julho de 1974, com a colaboração da repressão argentina, na Operação Juriti. Era composto por Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavechia, Victor Carlos Ramos e o argentino Enrique Ernesto Ruggia. Edmur Péricles Camargo, dirigente do M3G, desapareceu provavelmente em dezembro de 1973 em Buenos Aires, Argentina.

Há também o caso de Miguel Sabat Nuet, cidadão espanhol que residia na Venezuela, que veio ao Brasil onde teria se “suicidado” no DEOPS/SP, em 30 de novembro de 1973, conforme documentos encontrados pela Comissão de Familiares nos arquivos do DEOPS/SP. Ele foi enterrado como indigente no cemitério de Perus. Em 20 de janeiro de 2008, o jornalista Rubens Valente, da *Folha de S.Paulo*, encontrou os familiares de Sabat Nuet. Finalmente, os restos mortais que se presumia serem seus puderam ser exumados em 1º de abril de 2008, com o auxílio do MPF/SP e da CEMDP/SEDH, e foram enfim identificados em 28 de agosto do mesmo ano.

Outros casos merecem investigação e não constam da lista oficial do governo brasileiro, como o do cidadão francês Jean-Henri Raya Ribard, residente na Argentina, que chegou ao Rio de Janeiro em 21 de novembro de 1973 e desapareceu. De acordo com as informações dos arquivos da CONADEP, Jean-Henri teria viajado para o Brasil com o argentino Antonio Luciano Pregoni e mais uma pessoa, provavelmente um brasileiro chamado Antonio Graciani. Depois dessa viagem, todos desapareceram. ■

- 1 O último golpe militar na Argentina deu-se em 24 de março de 1976.
- 2 Em 25 de maio de 2000, o então advogado-geral da União, Gilmar Mendes, divulgou a resposta do Ministério da Defesa ao pedido de abertura dos arquivos sobre a *Condor*. “O Exército não encontrou nada a respeito do referido plano”, respondeu o comandante do Exército, Gleuber Vieira.
- 3 Sabe-se, também, que era grande a preocupação da repressão brasileira com a *Junta de Coordinación Revolucionária*, idealizada em 1972 pelos grupos MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria, do Chile), Tupamaros (Uruguai), ERP (Ejército Revolucionario del Pueblo, Argentina) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) do Brasil (QUADRAT, 2006).
- 4 Os brasileiros que tiveram pedido de prisão decretada são: Octávio de Medeiros, ex-ministro do Serviço Nacional de Informações (SNI), os generais Euclides de Oliveira Figueiredo Filho (irmão do ex-presidente Figueiredo), Henrique Domingues e Antônio Bandeira (ex-comandante do III Exército), os coronéis Carlos Alberto Ponzi e Luís Macksen de Castro; Agnelo de Araújo Britto (ex-superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro), Edmundo Murgel (ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro), general João Leivas Job (ex-secretário de Segurança do Rio Grande do Sul), Átila Rohrsetzer (ex-diretor da Divisão Central de Informação) e o ex-delegado gaúcho Marco Aurélio da Silva Reis.
- 5 Nascido na Argentina, filho de mãe brasileira, era naturalizado brasileiro e morou no Brasil até 1971, quando fugiu para a Argentina em decorrência das perseguições políticas.
- 6 Walter também possuía cidadania britânica.
- 7 Há dois casos em que não foi possível apurar a filiação: Francisco Edgardo Candia Correa e Juan Mariano Zaremba Rios.



1

9

7

6

Maria Quitéria
Boletim do Movimento Feminino pela Anistia Ano I Nº 1

**POR QUE A
NOSSA LUTA EM
FAVOR
DA ANISTIA?**

Toda a história do Movimento Feminino pela Anistia está num relatório que publicamos na página 3. Na página 2, estão os políticos e outras autoridades, entre as quais o arcebispo de São Paulo, cardinal Arnns, que fizeram pronunciamentos em favor da anistia aos que foram punidos por atos de exceção. Nosso editorial, em que explicamos as razões dessa luta e por que demos a este boletim o nome de Maria Quitéria, está na página 2. As adesões ao movimento na página 12. E nas páginas 8 e 9 nossos colaboradores Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobrinho

Reprodução

Capa do nº 1 do jornal *Maria Quitéria*, editado pelo Movimento Feminino Pela Anistia, e cartaz convocando nova sessão do Tribunal Russell II, na Itália, em 1976.

TRIBUNALE RUSSELL II'
per la libertà dei popoli
contro la repressione fascista
e lo strapotere delle multinazionali

Lunedì 19 Gennaio 1976 ore 21-TEATRO ODEON

Parleranno: **LAURA ALLENDE**
senatrice del Cile
LUCIO DE CARLINI
segretario Federazione CGIL-CISL-UIL
PAULO JORGE
ufficio politico M.P.L.A.

Presiederà: **ALDO ANIASI**
sindaco di Milano

Parteciperanno: **MIGUEL ARRAES**
ex governatore di Pernambuco
ERNESTO CARDENAL
poeta
JUNE NASH
professore dell'Università di New York
ANDREAS PAPANDREU
presidente del Partito Socialista Panellenico
SERGIO POBLETE
ex generale dell'aviazione cilena
JUERGEN RIESTER
professore dell'Università di Oslo
un delegato del C.U.D.I. - Iran
un delegato del F.L.E. - Eritrea

Saranno raccolte adesioni alla Lega per il diritto e la liberazione dei popoli (Milano, viale Bianca Maria 37), che continuerà l'attività del Tribunale Russell.

Arti Grafiche Scarabeo - Milano - Via Solari, 56 - Tel. 4238.359/867 (1976)

ARCHIVO STORICO DEL MOVIMENTO OPMAS BRASILIANO
FONDS ROBERTO MOURA 1902-1976

CED/EM/Fundo AS/MOB



Neide Alves dos Santos

Nasceu em 12 de setembro de 1944, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Alexandre Alves dos Santos e Nair Alves dos Santos. Morta em 7 de janeiro de 1976. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A família de Neide conviveu 21 longos anos com a versão policial de que ela se suicidara ao atear fogo ao corpo. Ela deixou uma filha, na época com 14 anos de idade.

No início de 1975, Neide atuava no setor de propaganda do PCB, próxima ao ex-deputado potiguar Hiram de Lima Pereira (desaparecido em 15 de janeiro daquele ano), quando a repressão política comandava a “Operação Radar”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB¹.

Documentos oficiais confirmam que foi presa em 6 de fevereiro de 1975 e encaminhada para o DOI-CODI/SP e, depois, para o DOPS/RJ. No DOPS/RJ foi identificada e fotografada em 21 de fevereiro de 1975. Ao ser solta, procurou seus familiares que moravam no Rio de Janeiro. Tinha sinais de tortura por todo o corpo. Foi internada em um hospital e depois voltou a trabalhar em São Paulo, quando teria sido novamente presa.

O último contato mantido com os familiares foi no Natal de 1975. Em 8 de janeiro de 1976, a família ficou sabendo que ela havia morrido. De acordo com a versão apresentada pela polícia, Neide teria ateadado fogo ao próprio corpo, em praça pública, e foi encaminhada por duas pessoas não identificadas ao Hospital do Tatuapé.

O laudo necroscópico foi assinado pelo legista Pêrsio José Ribeiro Carneiro, médico que assinou outros laudos de militantes assassinados pelos órgãos da repressão política.

Ao contrário de outras vítimas do período, o seu nome não aparecia em nenhuma das listas ou dossiês de mortos e desaparecidos da ditadura efetuados pelos familiares.

O relator Paulo Gustavo Gonet Branco, representante do Ministério Público na CEMDP na época, indeferiu o pedido da família por considerar que “[...] a morte por ateamento de fogo, em si mesma, em praça pública [...] não preenche os requisitos da lei”.

Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas para analisar o caso. A partir daí começou a ser esclarecido mais um dos crimes cometidos pela ditadura. Em seu voto pelo deferimento do caso, Carvalho Filho chama a atenção para duas particularidades. A versão de suicídio por fogo, tão incomum, e o contexto político da época – a morte de Neide aconteceu alguns dias antes do desfecho oficial da chamada *crise Herzog*, quando houve a morte de Manoel Fiel Filho – autorizavam pelo menos uma desconfiança: “*Não estaríamos diante de uma espécie de ‘incidente’ ou de ‘acidente’ ocorrido no interior dos órgãos de repressão de São Paulo, dissimulado com sucesso para, por exemplo, evitar uma provável e severa reação presidencial?*”.



1. Ver detalhes sobre a “Operação Radar” nos casos “Mais três dirigentes do PCB assassinados” (Luiz Ignácio Maranhão, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, de 1974) e de Elson Costa (1975).

Conforme o relator, os indícios, em seu conjunto, bastam para formar uma convicção. Para aprofundar a apuração do caso, diversas diligências foram desencadeadas. Não foram encontrados boletim de ocorrência, inquérito policial, fichas clínicas de atendimento, notícias de jornal, mas surgiram evidências de que a ocorrência envolvendo Neide Alves dos Santos foi ocultada deliberadamente por agentes do poder público, o que só faz sentido diante de sua motivação política. A requisição de laudo de necropsia da Secretaria de Segurança Pública/SP, obtida um ano após a solicitação da CEMDP, traz, ao lado do nome de Neide, um sinal gráfico que aparece na requisição de laudos relacionados aos militantes da luta armada, típico da década de 1970, a letra T, de “terrorista”.

Carvalho Filho observa ainda em seu voto que, à época, o PCB estava sendo desmantelado pela chamada “Operação Radar”. Neide era ligada a um dirigente *desaparecido* e a procura pelos *desaparecidos* começava a incomodar o regime. Além disso, observa, as condições eram favoráveis ao despiste burocrático que se efetivou: família humilde, sem militância política, assustada e geograficamente distante. Quando os familiares souberam do fato, Neide Alves dos Santos já estava morta.

Por todos os fatos levantados, Carvalho Filho concluiu:

O relatório do DOPS sobre a internação no Hospital do Tatuapé indica que em poder da vítima foi encontrado “um caderno de anotações dizendo que a mesma pertence ao PCB”, além de citar o mesmo “cognome” constante do relatório reservado do DOI-CODI, “Lúcia”. Esta informação afasta qualquer dúvida referente à origem política do caso. Se não, por que Neide Alves dos Santos foi mantida sob vigilância direta durante, pelo menos, dez dias: da madrugada de 31 de dezembro de 1975 a 9 de janeiro de 1976, quando foi sepultada?

Ainda que permaneçam desconhecidas todas as circunstâncias do caso, a sua natureza política é cristalina, assim como as evidências de que ela se encontrava sob a vigilância de agentes da repressão. A morte não foi natural. A prova indiciária é suficiente para incluir o nome de Neide Alves dos Santos no rol das vítimas fatais da violência do regime militar e para os fins previstos na lei 9.140/95.

O conselheiro Paulo Gustavo Gonet Branco reconsiderou o seu voto contrário apresentado na primeira apreciação do caso (de nº 346/96), e o mesmo foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 2 de outubro de 1997.

Documentos consultados:
Caso 346/96, na CEMDP.



Manoel Fiel Filho

Nasceu em 7 de janeiro de 1927, em Quebrângulo (AL), filho de Manoel Fiel Lima e Margarida Maria de Lima. Morto em 17 de janeiro de 1976. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Operário metalúrgico, casado com Thereza de Lourdes Martins Fiel, teve duas filhas. Mudou-se para São Paulo nos anos 1950, onde trabalhou como padeiro, cobrador de ônibus, até chegar a metalúrgico prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca.

Foi preso em 16 de janeiro de 1976, às 12h, por dois homens que se diziam funcionários da prefeitura. Levado para a sede do DOI-CODI/SP, Fiel Filho foi torturado e, no dia seguinte, acareado com Sebastião de Almeida, preso sob a acusação de pertencer ao PCB.

Posteriormente, os órgãos de segurança emitiram uma nota oficial afirmando que Manoel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias, naquele mesmo dia 17, por volta das 13 horas. Contudo, segundo os depoimentos de seus companheiros da Metal Arte, onde ele foi preso, o calçado que usava eram chinelos, sem meias, contrariando a versão oficial.

As circunstâncias da sua morte são idênticas às de José Ferreira de Almeida, Pedro Jerônimo de Souza e Vladimir Herzog, assassinados em 1975. O corpo apresentava sinais evidentes de torturas, hematomas generalizados, principalmente na região da testa, pulsos e pescoço.

Um fato que demonstra a responsabilidade dos órgãos de segurança pela morte de Manoel Fiel é o afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello da chefia do II Exército, ocorrido três dias após sua divulgação. O presidente da República, general Ernesto Geisel, também tirou da chefia do CIE o general Confúcio Danton de Paula Avelino, acirrando uma crise com o ministro do Exército, Sylvio Frota, que foi demitido no ano seguinte.

O exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo, e assinado pelos médicos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, confirma a versão oficial.

Fiel Filho foi enterrado por seus familiares no Cemitério da IV Parada, em São Paulo.

Documento confidencial encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP registra que era acusado de receber o jornal *Voz Operária* de Sebastião de Almeida.

Recorte do *Jornal da Tarde*, de 20 de janeiro de 1976, com carimbo do Setor de Análise do DEOPS, apresentava a “*Nota do II Exército sobre a morte no DOI*”:

O comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto às 13h do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-CODI/II Exército, o Sr. Manoel Fiel Filho.

Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial-Militar, tendo sido nomeado o coronel de Infantaria QUEMA (Quadro do Estado Maior da Ativa) Murilo Fernando Alexander, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Exército.

O coronel Murilo Fernando Alexander havia levado, em 1969, Chael Charles Schreier agonizante do DOI-CODI/RJ para o Hospital do Exército, em uma tentativa de encobrir sua morte sob tortura.

Documento de 28 de abril de 1976, assinado por Darcy de Araújo Rebello, procurador militar, pediu o arquivamento do caso alegando que:

As provas apuradas são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a segurança nacional. [...] Aliás, conclusão a que também chegou o ilustre Encarregado do Inquérito Policial Militar.

[...] Nossa orientação moral e jurídica é [...] de que a presunção é, sempre, em favor da autoridade policial, militar ou judiciária. O que se presume é a correção, a imparcialidade, a lealdade e a lisura de autoridade constituída. Havendo exceção, a lei exige prova cabal.

Elio Gaspari, no entanto, transcreveu, no livro *A Ditadura Encurralada*, o seguinte relato recebido do Serviço Nacional de Informações pelo capitão Dias Dourado, assistente do general João Batista Figueiredo, então chefe do SNI:

[...] – Nominado [Manoel Fiel Filho] era casado com dois filhos e não há qualquer sinal de violência no corpo.

– foi encontrado estrangulado com uma meia de nylon de homem. Não está caracterizado suicídio.

O relatório do Ministério da Aeronáutica encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, mantém a versão oficial de suicídio.

Um dos primeiros a denunciar a morte de Fiel Filho foi o preso político Antônio d'Albuquerque que, em depoimento na Auditoria Militar, falou das torturas sofridas pelo operário, afirmando ter sido levado para ver seu cadáver no DOI-CODI/SP junto com outros presos políticos.

O caso ganhou maior notoriedade quando foi lançado o livro *Manoel Fiel Filho: Quem Vai Pagar por Este Crime?*, de Carlos Alberto Luppi, publicado pela Editora Escrita em 1980. Pequena biografia de Manoel Fiel Filho feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por ocasião do lançamento desse livro, foi encontrada no antigo arquivo do DEOPS/SP, da qual transcrevemos parte:

Manoel Fiel, no dia 16 de janeiro de 1976, havia sido detido ilegalmente às 12h por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura na fábrica onde trabalhava, a

Metal Arte. Puseram-no num carro, foram até sua casa, que foi vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho.

Diante de sua mulher – Teresa de Lourdes Martins Fiel – levaram-no para o DOI-CODI do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas ele não voltou.

No dia seguinte, um sábado, às 22h, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: “O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas”. Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário morto.

Sua mulher então começou a gritar: “Vocês o mataram! Vocês o mataram!”.

Naquela trágica noite, os parentes, que foram até o Instituto Médico-Legal tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre sua morte. No domingo, dia 18, às 8h da manhã, ele foi sepultado. Desde então, a mulher do operário morto e suas duas filhas desaprenderam de sorrir. Obrigadas ao silêncio, elas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, foi exonerado do seu cargo.

Dias depois, um comunicado do II Exército dizia que Fiel Filho havia se suicidado na prisão e que todos os fatos seriam investigados. Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu pelo “suicídio”. Logo depois, o caso foi arquivado.

Dois anos se passaram em silêncio. Até que, recentemente, se pôde provar que, antes de morrer, o operário sofreu torturas. Gritava de dor e pedia aos seus torturadores: “Pelo amor de Deus, não me matem”.

Seus gritos foram sumindo durante as torturas até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio.

Pelo sétimo dia da morte de Manoel foram celebradas três missas, noticiadas pela imprensa, cujos recortes, com carimbos do Setor de Análise da Delegacia Especializada de Ordem Social, foram encontrados nos arquivos do DOPS/SP, nos quais se lê que uma das missas contou com mais de 400 pessoas. Houve manifestação dos religiosos que as celebraram contra as torturas e as prisões.

Há também um recorte de jornal, sem data, encontrado nos arquivos do DOPS/SP, em que o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Heleno Fragoso, argumentou: “De nada valerá trocar os comandos se se mantiver o terror policial, que viola a Constituição e as leis do País. A segurança nacional não pode ser defendida com a ilegalidade e a insegurança do cidadão”.

Em 1978, a Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, recolheu depoimentos de ex-presos políticos que testemunharam as torturas do operário.

A *Folha de S.Paulo*, de 4 de novembro de 1978, em artigo assinado por Carlos Alberto Luppi, divulgou declaração do professor de Medicina-Legal da Faculdade de Direito de Guarulhos, José Antônio de Mello, autor da necropsia do corpo de Manoel Fiel Filho. Na ocasião, ele afirmou que a morte do operário, em 17 de janeiro de 1976, ocorreu por estrangulamento e não por enforcamento. No exame não foi possível detectar se ocorreu por ação de terceiros ou do próprio Manoel. Casos de auto-estrangulamento são raríssimos, e ele mesmo nunca soube de um caso desses em 20 anos de Medicina-Legal. Declarou, ainda, que o laudo concluído foi perfeito, e não emitiu opinião por não ser de sua alçada. Mostrou-se surpreso quando soube que a esposa de Manoel estava entrando na Justiça para apurar as condições de sua morte, por acreditar que o caso deveria ter sido tratado judicialmente por ser totalmente atípico. Disse também que não foi chamado, à época, para depor no Inquérito Policial Militar e nem soube de sua existência.

Diante das evidências, a viúva, Thereza de Lourdes Martins Fiel, resolveu romper o silêncio e ingressar na Justiça com uma ação cível contra o governo. “Não quero dinheiro. Quero Justiça!”, disse ela, que foi representada pelos advogados Marco Antônio Rodrigues

Barbosa, Samuel MacDowell Santos e Sérgio Bermudes. Após vários anos de tramitação na Justiça Federal, a ação foi considerada procedente e obteve a condenação da União Federal em meados de 1995.

A viúva também requereu à Justiça Militar que a morte de Fiel Filho fosse novamente investigada, quando foi representada pelo advogado Belisário dos Santos Júnior.

Na CEMDP, seu caso teve como relator Paulo Gustavo Gonet Branco e foi aprovado por unanimidade, em 30 de maio de 1996.

Em sua homenagem, uma escola de educação infantil, localizada no Parque São Rafael, em São Paulo, passou a chamar-se Escola Municipal de Educação Infantil Manoel Fiel Filho.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 309/96, na CEMDP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit., p. 222.

Sidney Fix Marques dos Santos

Nasceu em 20 de janeiro de 1940, em São Paulo, filho de Cherubim Marques dos Santos e Suzana Olga Fix Marques dos Santos. Desaparecido em 15 de fevereiro de 1976, na Argentina. Dirigente do PORT – Partido Operário Revolucionário (Trotskista).

Era casado com a argentina Leonor Elvira Cristalli, com quem teve uma filha, nascida no Uruguai.

Neto de imigrantes franceses e alemães, Sidney concluiu o curso secundário no Colégio Mackenzie. Apreciava literatura e escrevia poemas. Prestou vestibular para geologia na USP e foi aprovado entre os primeiros colocados, em 1959, merecendo, por isso, uma bolsa de estudos da Petrobras. Nessa época, começou a militar no PORT. Dois anos após o início do curso, abandonou os estudos para dedicar-se integralmente à militância, ganhando o codinome de *Eduardo Farias*. Quando passou a viver na Argentina, era conhecido como *Lalo*.

Em 21 de abril de 1961, foi detido com Virgínia Maestri pelo DOPS/SP, “*pichando vias públicas no centro da cidade*”. No mesmo ano, seria preso novamente pelo DOPS, por sua participação na organização da greve geral de 13 de dezembro, deflagrada pela transformação do “abono de Natal” em lei, ou seja, pelo 13º salário. Foi indiciado como um dos “mentores da greve” em inquérito policial de abril de 1962.

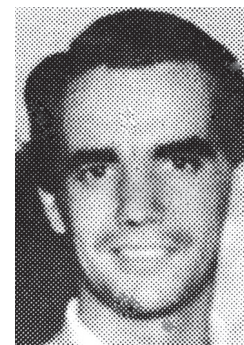
Entre meados de 1961 e 1962, Sidney foi o responsável pela organização do partido no Rio de Janeiro, onde passou a residir. Chegou a trabalhar nos estaleiros da Ishikawagima, mas por poucos meses, sendo logo demitido por sua atividade política e sindical. Tornou-se um “militante profissional” e o principal dirigente do partido no Rio de Janeiro.

Atuou em várias frentes. Participou da organização do Comitê de Defesa da Revolução Cubana, entidade responsável por manifestações de rua, pichações, atos comemorativos e campanhas de solidariedade a Cuba. Durante a “crise dos mísseis”, em novembro de 1962, os trotskistas do PORT defenderam a manutenção dos mísseis soviéticos em Cuba, como também a defesa do “Estado operário cubano”. Sidney tomou parte dos congressos estadual e nacional de solidariedade a Cuba, este último realizado em Niterói (RJ), quando apresentou uma tese.

Manteve ligações com os movimentos de trabalhadores rurais e camponeses em regiões como Cachoeirinha Pequena, Magé, Tariatá e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, onde houve numerosos levantes de posseiros e confrontos com proprietários de terras. Publicou artigos no jornal do PORT, o *Frente Operária*, assinando “S. Marques” (Sidney Marques) e dando cobertura a temas relacionados a esses movimentos.

Era o responsável pelos contatos com os representantes do movimento dos sargentos, estabelecendo articulações no eixo Rio–São Paulo–Brasília.

Outro meio de trabalho importante foi a Frente de Mobilização Popular (FMP), entidade criada em 1962 e integrada por representantes de diversas organizações políticas, estudantis, sindicais, femininas e camponesas, que exigia reformas de base e mudanças na política econômica.



Convencidos de que o processo da revolução brasileira teria um desenvolvimento semelhante ao das revoluções cubana e argelina, das “revoluções coloniais”, com uma passagem de posições e medidas inicialmente nacionalistas a definições socialistas em seu percurso, os trotskistas davam especial atenção a Brizola (principal dirigente da FMP) e aos integrantes da corrente política que ele representava.

A partir de junho de 1963, Sidney consta como diretor-responsável do *Frente Operária*, quando o jornal se tornou mais abertamente “posadista”, influenciado pelo grupo que liderara uma ruptura com a IV Internacional em 1962, com a qual se alinhou o PORT brasileiro. Por volta de dezembro de 1963, Sidney foi para o Recife, quando foram presos Ayberê Ferreira de Sá, Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti, ao tentarem organizar o Congresso de Camponeses de També. Recolhidos à Casa de Detenção, transformaram a prisão em um pólo de organização e agitação política.

Em fevereiro de 1964, nos dias do carnaval, o PORT realizou o seu 1º Congresso no município de Dourado (SP). Sidney foi, então, escolhido para integrar o Secretariado de Organização do Comitê Central. Também era membro do Bureau Político com Tullo Vigevani, do Comitê Internacional da IV Internacional Posadista. O principal dirigente do partido no Brasil era o antigo militante uruguaio Gabriel Labat.

A partir de 1966, J. Pousada passou a transferir seu prestígio para sua filha, cujo pseudônimo era *Suzana*, e para Sidney, que se casara com ela.

Após o golpe de 1964, Sidney passou à clandestinidade. Foi indiciado pelo IPM que investigou as atividades políticas realizadas no 2º Grupo de Canhões Anti-Aéreos de 90 mm, em Quitaúna, Osasco (SP), onde o PORT tinha contatos, e sua prisão preventiva foi pedida em abril de 1965, sendo essa punição extinta, posteriormente, em setembro de 1969. Teve seus direitos políticos cassados por dez anos em 27 de janeiro de 1967, condenado pelo artigo 15 do AI-2.

No fim de 1969, Sidney e *Suzana* foram para a Argentina. No Brasil, a imposição do AI-5 em dezembro de 1968 tornou a militância política mais perigosa. Sidney trabalhava, nessa época, como programador da IBM.

Sidney foi preso em Buenos Aires na rua Canning, em 15 de fevereiro de 1976, cerca de um mês antes do golpe militar – que ocorreria em 24 de março –, pela Triple A (Aliança Anticomunista Argentina). Segundo texto redigido por seu pai, foi capturado por um grupo de dez homens, em trajes civis, distribuídos em dois Ford Falcon, carros usados pela Polícia Federal Argentina (PFA). Talvez trajasse seu informal *slack* e usasse cabelos compridos, como de costume. Nunca mais foi visto.

Cherubim e Ítalo Tronca, marido de Leda Marques dos Santos, sua irmã, desembarcaram na Argentina no dia 16 e lá permaneceram durante 14 dias. Impetraram *habeas corpus*, dirigiram-se ao Ministério do Interior, ao chefe do Serviço de Informação do Exército e ao consulado do Brasil. Paulo Fix Marques dos Santos, irmão de Sidney, foi à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e sua mãe escreveu duas cartas ao ministro do Exterior, embaixador Azeredo da Silveira. Dirigiram-se até ao Congresso norte-americano, sem conseguir qualquer informação. Cynicamente, as autoridades alegavam desconhecer o destino do jovem brasileiro, enquanto de fato articulavam a *Operação Condor*. Ítalo e Cherubim voltaram à Argentina mais uma vez. Em 1977, foram Leda e Ítalo, já em plena ditadura, mas nada conseguiram.

Cherubim sofreu um infarte na Argentina, só diagnosticado posteriormente, o que comprometeu para sempre sua saúde.

A denúncia sobre seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, protocolada com o número 3.129. Este dossiê foi numerado novamente e, atualmente é o 436 do Registro da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério de Justiça, Seguridad e Direitos Humanos da Argentina.

O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que “[...] *teve sua casa invadida por Agentes da Superintendência de Segurança Federal na Argentina (DOU nº 60, de 29 de março de 81)*”.

Conforme depoimento de sua irmã, Leda Marques dos Santos, prestado à Comissão de Representação Externa sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, registrado em 12 de maio de 1992, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, seu corpo não foi localizado e nem foi emitido atestado de óbito por parte do governo argentino.

Outros documentos do arquivo do DOPS/SP registraram a matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 21 de fevereiro de 1976, com o título “*Brasileiro Seqüestrado pela Polícia*”, que se refere ao seu seqüestro por agentes de segurança na cidade de Buenos Aires, em 1976.

Sua mãe, Olga, padeceu por 11 anos até obter a confirmação, por meio do depoimento de um torturador argentino, que Sidney já não vivia. Em maio de 1986, o ex-militar argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, concedeu entrevista à revista *Senhor* (nº 270, de 20 de maio de 1986), na qual mencionou o destino de brasileiros desaparecidos por obra do terrorismo de Estado na Argentina: Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto, Norma Espíndola [sic]², Roberto Rascado Rodrigues e Francisco Tenório Jr.

O Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo seu desaparecimento por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Arquivos do EAAF/Buenos Aires, Argentina.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Sidney, Olavo e Jeremias: Violência e Impunidade em Parca Democracia. In: _____.

Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec. No prelo.

www.desaparecidos.org

Francisco Tenório Cerqueira Júnior

Nasceu em 4 de julho de 1940, no Rio de Janeiro, filho de Francisco Tenório Cerqueira e Alcinda Tenório Cerqueira. Desaparecido em 19 de março de 1976, na Argentina.

Era casado com Carmem Magalhães Tenório Cerqueira com quem teve quatro filhos. A filha mais velha contava 8 anos de idade e o mais novo, 3 anos. Por ocasião de sua prisão, sua mulher estava grávida e seu quinto filho nasceu um mês depois de seu desaparecimento.

Tenorinho, como era conhecido, estudou no Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria. Começou sua carreira aos 15 anos, tocando acordeão e violão, antes de se dedicar ao piano. Cursou até o 3º ano de Medicina na Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro.

Como pianista, excursionava pelo Uruguai e Argentina acompanhando o violonista Toquinho e o poeta Vinicius de Moraes em apresentações musicais. *Tenorinho* foi detido na noite de 18 de março de 1976, logo após ter deixado o Hotel Normandie, em Buenos Aires, para procurar uma farmácia em busca de medicamentos (ou cigarros). Não foi mais visto. Na época, já estava em marcha a *Operação Condor*, que seqüestrava, torturava e matava dissidentes políticos do Cone Sul, por meio da colaboração dos governos do Chile, Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia.

Vinicius de Moraes, Toquinho e mais alguns amigos, como o poeta Ferreira Gullar (exilado em Buenos Aires), mobilizaram-se por seu paradeiro sem obter nenhuma resposta. Procuraram em hospitais e delegacias e buscaram ajuda na embaixada brasileira. Vinicius chegou a impetrar um *habeas corpus* na justiça, mas as autoridades militares e policiais responderam negativamente ao pedido, sob a alegação de que Tenório não estava preso.

As primeiras denúncias de seu desaparecimento foram publicadas no *Jornal do Brasil*, de 22 de março de 1976, sob o título “*Brasileiro Desaparece na Argentina*”; no *Estado de Minas*, de 26 de março de 1976, com o título “*Mais um Brasileiro que Sumiu em Buenos Aires*”; e em



2. Norma Espíndola é argentina e, na época, era companheira do brasileiro Flávio Koutzii, que vivia na Argentina. Eles foram presos juntos. De acordo com informação de Koutzii, Norma está viva e mora atualmente no Brasil.

O Globo, também de 26 de março. A Sombrás (Sociedade Musical Brasileira) enviou ofício ao ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, informando a preocupação com o desaparecimento do pianista, segundo a matéria de *O Globo*. Assinaram o documento Hermínio Bello de Carvalho, Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, Sérgio Ricardo, Jards Macalé, Aldir Blanc e Ronaldo Bastos.

Apesar das denúncias, o governo brasileiro informou que nada sabia e o Itamaraty anunciou que “*envidava esforços*” para localizar o pianista desaparecido.

A cantora Elis Regina envolveu-se na busca por *Tenorinho* e dedicou seu disco *Essa Mulher* (Warner, 1979) “*À presença do Bituca (Milton Nascimento) e à ausência do Tenório Jr.*”.

A denúncia sobre seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, protocolada com o número 1.061.

Em maio de 1986, o ex-militar argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, concedeu entrevista à revista *Senhor* (nº 270, de 20 de maio de 1986), na qual mencionou o destino de brasileiros desaparecidos por obra do terrorismo de Estado na Argentina: Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto, Norma Espíndola [sic]³, Roberto Rascado Rodrigues e Francisco Tenório Jr.

Segundo informação da jornalista argentina Stella Manuel Calloni, publicada na matéria “*Pérez Esquivel, ‘Peligrosísimo’ Subversivo, en Archivos de Brasil*”, de 29 de maio de 2000, no jornal mexicano *La Jornada*:

[...] nos arquivos do DOPS [de Porto Alegre] se encontram muitos nomes de argentinos, paraguaios e uruguaios. [...] Nos arquivos se encontrou uma carta comunicando ao governo do Brasil sobre a “*muerte por error*”, na argentina Escola de Mecânica da Armada (Esma), do músico brasileiro Francisco Tenório Júnior, seqüestrado em 18 de março de 1977 [sic], em Buenos Aires quando realizava uma turnê. A carta foi firmada pelo ex-capitão Jorge Tigre Acosta, agora detido pelo roubo de bebês nascidos em campos clandestinos de detenção durante a última ditadura argentina (1976-1983).

A ESMA notabilizou-se como um Centro Clandestino de Detenção (CCD), localizado na região Norte da cidade de Buenos Aires, para onde foram levados cerca de 5 mil argentinos durante a última ditadura daquele país. Operou de 1976 a 1979. Quase todos os detidos ali foram assassinados sob torturas e seus corpos não foram entregues às famílias. É um dos CCDs onde se evidencia com maior clareza o plano de extermínio da ditadura e como atuaram seus responsáveis. O governo de Nestor Kirchner, em 24 de março de 2006, data do 30º aniversário do golpe, inaugurou o Espaço para a Memória e os Direitos Humanos nas suas dependências.

A ação judicial conhecida como Causa ESMA (nº 14.217/03) envolve milhares de vítimas e mais de 120 repressores. Até março de 2008, foram levados a juízo somente duas partes do extenso expediente e ambas estão no Tribunal Oral Federal nº 5, integrado pelos juízes Guillermo Andrés Gordo, Ricardo Farías e Daniel Obligado.

Stella M. Calloni informa em seu livro *Operación Condor: Pacto Criminal* (Ediciones La Jornada, Ciudad de México, 2001, p. 159-169) que Francisco Tenório Cerqueira Júnior foi assassinado na ESMA, com base em testemunho de Claudio Vallejos, que afirmou que *Tenorinho* foi torturado por agentes argentinos e brasileiros, entre os quais se encontrava o major do Exército brasileiro Souza Baptista Vieira.

Calloni sustentou as mesmas afirmações ao testemunhar, em 17 de maio de 2001, no processo sobre a participação dos ex-ditadores Jorge Rafael Videla (Argentina) e Augusto Pinochet (Chile), entre outras pessoas, sobre os fatos desenvolvidos na vigência da *Operación Condor* (processo nº 13.455/1999).⁴ Este processo começou em 8 de novembro de 1999, por iniciativa de familiares da chilena Cristina Carreño Araya e do uruguaio Simon Riquelo, seqüestrados em Buenos Aires em julho de 1978 e desaparecidos desde então. O juiz Canicoba Corral assumiu o processo no início de 2001, após a aposentadoria do juiz Adolfo Bognasco.

3. Na verdade, Norma Espíndola é argentina e, na época, era companheira do brasileiro Flávio Koutzii, que vivia na Argentina.

Ambos foram presos juntos. De acordo com informação de Koutzii, Norma está viva e mora atualmente no Brasil.

4. Processo nº 13.455/1999: “*Videla Jorge Rafael y otros s/ Privación Ilegal de la Libertad Personal*”, Secretaría nº 14, Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº 7, interinamente a cargo do juiz federal Rodolfo Canicoba Corral.

A causa Plan Cóndor (nº 13.445/99) investiga a chamada *Operação Condor* – a coordenação repressiva das forças armadas de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Nessa ação se encontra processado Jorge Rafael Videla, ex-ditador argentino, além de outros 18 ex-militares.

Atualmente existem 34 implicados na ação, dos quais 27 se encontram processados. Entre eles, dez cumprem prisão preventiva. Mas, no total, os detidos são 17, pois muitos dos implicados já estão presos por sua participação em fatos relacionados a outras ações que investigam crimes de terrorismo de Estado.⁵

Ofício da Armada Argentina, apresentado por Vallejos aos entrevistadores da revista *Senhor*, informa que, em 20 de março de 1976, o capitão Jorge E. Acosta, chefe do Serviço de Informações da Marinha, teria solicitado ao contra-almirante Jacinto Ruben Chamorro, chefe do Comando de Operações Anti-Subversivas da Subzona de Segurança da Capital Federal (Buenos Aires), que:

Autorize a utilização do CÓDIGO G. T. para proceder e estabelecer contato com o Agente de ENLACE código de Guerra Nº 003, Letra C, do Serviço Nacional de Informação do Brasil, para que informe à Central de sua Base no Brasil, que este G. T. se encontra interessado na colaboração de identificação e informes sobre a pessoa do detido brasileiro, Francisco Tenorio Junior; comunico que o mesmo NÃO possui pedido de CAPTURA de seu País de Origem, nem registra luz VERMELHA no Dígicón.

Em outro documento revelado por Vallejos, um ofício assinado pelo capitão Acosta dirigido ao embaixador brasileiro, em nome “do Chefe da Armada Argentina”, de 25 de março de 1976, consta que:

1. *Lamentamos informar a essa representação diplomática o falecimento do cidadão brasileiro Francisco Tenório Júnior, Passaporte nº 197.803, de 35 anos, músico de profissão, residente na cidade do Rio de Janeiro;*
2. *O mesmo encontrava-se detido à disposição do Poder Executivo Nacional, o que foi oportunamente informado a esta Embaixada;*
3. *O cadáver encontra-se à disposição da embaixada na morgue judicial da cidade de Buenos Aires, para onde foi remetido para a devida autópsia.*

Mesmo tendo sido a embaixada brasileira comunicada da morte de *Tenorinho* em março de 1976, o governo brasileiro jamais a comunicou aos familiares do músico, que não receberam sequer seus restos mortais.

Em 22 de maio de 1986, Claudio Vallejos foi preso pela Polícia Federal brasileira, na redação da revista *Senhor*, por determinação do ministro da Justiça, Paulo Brossard. Matéria do jornalista Moacir Werneck de Castro, publicada no *Jornal do Brasil*, em 31 de maio de 1986, com o título “*Um Estranho Depoimento*”, questionou a autenticidade dos documentos e das informações apresentados por Vallejos, que foi acusado de tentar vendê-los. Segundo o jornalista, ele apresentou duas versões contraditórias entre si.

Catorze meses após a prisão, Vallejos voltou ao Brasil e prestou novas declarações à revista *Senhor*, publicadas na edição de 11 de agosto de 1987. Naquela ocasião, Vallejos alegou ter sofrido ameaças de agentes da Polícia Federal para que em seu depoimento não mencionasse a participação do SNI e da embaixada brasileira em sua versão sobre o desaparecimento de Tenório Júnior.⁶

A família solicitou às autoridades brasileiras a verificação de autenticidade dos documentos, sem obter resultado.

No livro *Direito à Memória e à Verdade*, temos:

Em 1997, foi lançado o livro “O Crime contra Tenório – Saga e Martírio de um Gênio do Piano Brasileiro”, de Frederico Mendonça de Oliveira. O autor, guitarrista, conviveu com Tenorinho de 1974 a 1976. O livro reconstitui com detalhes os últimos passos do pianista, desde 18 de fevereiro de 1976, quando partiu do Rio de Janeiro para apresentar-se em Montevideú, Punta del Este e Buenos Aires.

[...] *Pela manhã, as autoridades argentinas acionaram a embaixada do Brasil. Não*

5. Nesse processo, são autores, entre outros, os familiares de Norberto Habegger, Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock – argentinos que desapareceram no Brasil.

6. Vallejos foi expulso do Brasil como *persona non grata* em 1986, e retornou clandestinamente ao país em 1987, o que lhe valeu um ano de detenção e nova expulsão, segundo a Abin.

havia qualquer suspeita, inquérito ou processo contra Tenório [...] Começavam os preparativos para libertá-lo, quando o SNI, do Brasil, manifestou interesse pelo preso. Tenorinho foi torturado para que dissesse nomes de “artistas comunistas”. Dois dias depois, foi torturado com a técnica chamada “submarino”. Pendurado de ponta-cabeça, com os tornozelos amarrados e as mãos algemadas para trás, era mergulhado num tonel de água, entre uma pergunta e outra. No dia 21 de março, o preso continuava em silêncio e foi visitado por um alto funcionário da embaixada brasileira. Ocorreu, então, o golpe militar do dia 24 [...].

Em junho de 1998, diplomatas brasileiros realizaram uma pesquisa nos arquivos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e na embaixada do Brasil em Buenos Aires, em busca do ofício da Armada Argentina, de 25 de março de 1976, que teria comunicado o falecimento de Francisco Tenório Cerqueira Júnior e que o cadáver do músico encontrava-se à disposição do governo brasileiro. Naquela ocasião, não foi possível encontrar nos arquivos do Itamaraty qualquer indicação de que a embaixada tivesse recebido o ofício em questão, sendo encontrados apenas telegramas que citam notícias da imprensa argentina sobre o desaparecimento de Tenório Júnior.

A CEMDP solicitou informações para vários órgãos governamentais, mas não obteve resposta.

O primeiro relator do caso na CEMDP, André Sabóia Martins, foi substituído por Márcia Ramos em outubro de 2005, que concluiu que “[...] o processo de reconhecimento das responsabilidades no desaparecimento de Tenório deveria ser amparado em fatos concretos”. O fato de existirem lacunas nos documentos das representações diplomáticas em Buenos Aires para esclarecer o ocorrido, porém, não eximia o Estado brasileiro de sua responsabilidade. Na visão da relatora, muito se noticiou sobre o desaparecimento, mas não havia registro na imprensa sobre o empenho das autoridades nacionais para elucidar o caso. Ao contrário, estabeleceu-se total silêncio no curso de quase 30 anos. Márcia Ramos destacou que cabe ao Estado proteger seus cidadãos em quaisquer circunstâncias, e os autos sobre Tenório mostraram total ausência de empenho nesse sentido. Assim, o caso (074/02) foi aprovado por unanimidade em 16 de fevereiro de 2006, “[...] pela omissão do Estado brasileiro em proteger a vida e a integridade física de Francisco Tenório Cerqueira Júnior”.

Em 1997, o Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo desaparecimento de Tenório por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. Nesse mesmo ano, sua família ajuizou uma ação condenatória (nº 97.0072254-6) na 30ª Vara federal da Seção do Rio de Janeiro contra o Estado brasileiro, cujo objetivo era o ressarcimento por danos morais e materiais sofridos pela família a partir de seu desaparecimento. Em 1998, a União recorreu argumentando pela falta de provas documentais. Em 11 de outubro de 2006, o juiz Alfredo França Neto acolheu parcialmente a demanda da família ao decidir pela condenação da União a pagar aos autores reparação pelos danos materiais causados e também “*como forma de compensação pela angústia e pelo sofrimento, que lhes causa* [o desaparecimento de Francisco Tenório Cerqueira Júnior]”.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 074/02, na CEMDP.

Arquivos do EAAF/Buenos Aires, Argentina.

www.cels.org.ar

www.memoriaabierta.org.ar

www.desaparecidos.org



Ary Cabrera Prates

Nasceu em 10 de setembro de 1931, em Rivera, no Uruguai. Filho do uruguaio Tomás Cabrera e de Doraline Prates de Cabrera, brasileira. Desaparecido em 5 de abril de 1976. Militante do Partido de la Victoria del Pueblo (PVP).

Era casado, tinha dois filhos e exercia as profissões de bancário e carpinteiro. Era sindicalista bancário e, em 1973, após o golpe militar no Uruguai e com a intensificação da repressão

política, passou a residir na Argentina, mas continuou viajando regularmente ao Uruguai até novembro de 1975. Gozava de proteção como refugiado do ACNUR, na Argentina.

De acordo com matéria intitulada “*O Plano do Itamaraty de Busca Externa*”, do jornalista Cláudio Dantas Sequeira, publicada no jornal *Correio Braziliense*, de 24 de julho de 2007, Ary havia sido militante político no Uruguai e, em março de 1971, foi detido pela polícia uruguaia com dois outros companheiros durante uma reunião clandestina na Escola Pública 171. O informe 151/71 do CIE do Brasil identificou uma “*célula da esquerda radical (FER ou MLN)*” no Banco do Brasil, em Montevidéu, quando foram presos na referida escola Ary Cabrera Prates, Ruben Julio Vaneiro Roso e Luis Alberto Cemi de Mello, os três funcionários do Banco do Brasil.

Foi detido na sua casa em 5 de abril de 1976, na rua H. Almería, 719, em El Tropezon, Província de Buenos Aires, por efetivos combinados do Exército argentino e forças de segurança uruguaia. A denúncia de seu desaparecimento, feita pela filha Adriana Cabrera, foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 7.202. De acordo com informação de seu dossiê na CONADEP, é possível que tenha sido um dos trasladados no segundo “*vôo da morte*” da Argentina ao Uruguai, em 5 de outubro de 1976.

Segundo testemunho registrado na Comisión Investigadora Parlamentaria, em 1985, realizada no Uruguai, Ricardo Gil, detido em Colonia de Sacramento, em 28 de março de 1976, já havia declarado que tinha sido interrogado no Uruguai sobre Ary Cabrera: “[...] *me mostraram pertences dele, me interrogaram sobre atividades comuns realizadas com ele [...]. As pessoas que me interrogaram me disseram que também o haviam interrogado na Argentina*”.

Segundo informações da EAAF, de 21 de outubro de 1998, foi visto por Ricardo Gil em abril de 1976, no Centro Clandestino de Detenção Automotores Orletti.

Em 2006, foi reaberta a ação envolvendo uruguaio e argentinos desaparecidos em Automotores Orletti.⁷ Trata-se de uma das “*megacausas*” reabertas depois da anulação das leis de “*Obediência Devida*” e “*Ponto Final*”, como a investigação dos fatos ocorridos na ESMA.

O centro clandestino Automotores Orletti, localizado em uma oficina mecânica na rua Venancio Flores, 3521, no bairro Floresta, funcionou durante 1976 sob o comando do então chefe da Secretaria de Inteligência de Estado da Argentina (SIDE), general Otto Paladino, em coordenação com o Exército e militares uruguaio. Por ali passaram mais de 300 pessoas, inclusive um grupo de uruguaio seqüestrado para que se pudesse roubar um butim de 10 milhões de dólares, que em seguida foi dividido entre a SIDE e a “*patota*” operacional. Atualmente estão sendo processados e cumprindo prisão preventiva 15 dos 16 imputados nessa ação.

Em 13 de julho de 2007, foi anulado pela Corte Suprema de Justiça o indulto concedido pelo ex-presidente Carlos Menem, em 1989, ao ex-general Santiago Omar Riveros, acusado de graves violações de direitos humanos durante a última ditadura militar argentina. Com a anulação do indulto, abriu-se caminho para invalidar os decretos que beneficiaram os demais responsáveis por crimes de lesa-humanidade durante a ditadura. Em 2007, a Câmara Nacional de Revogação Penal ordenou sua libertação em função da sua participação na *Operação Condor*, por entender que sua libertação não retardaria a ação da Justiça, mas ele continuou detido pelo seqüestro de bebês.⁸

Os casos de uruguaio desaparecidos na Argentina também estão sendo investigados pela ação conhecida como Causa Condor, processo sobre a participação dos ex-ditadores Jorge Rafael Videla (Argentina) e Augusto Pinochet (Chile), entre outras pessoas, nos fatos desenvolvidos no marco da *Operação Condor* (processo nº 13.455/1999).⁹ Este processo começou em 8 de novembro de 1999, por iniciativa de familiares da chilena Cristina Carreño Araya e do uruguaio Simon Riquelo, seqüestrados em Buenos Aires em julho de

7. Nesta ação judicial está implicado um militar uruguaio preso no Brasil, o coronel reformado Manuel Cordero Piacentini, por violação aos direitos humanos durante a última ditadura uruguaia (1973-1985). O pedido de extradição do Uruguai e da Argentina ainda não foi julgado pelo STF.

8. Riveros foi comandante de Institutos Militares no Campo de Mayo, onde funcionou o Hospital Militar no qual se realizavam partos clandestinos em mulheres seqüestradas. Por isso, foi denunciado por integrantes da Associação Abuelas de Plaza de Mayo, que expuseram na justiça o plano sistemático da ditadura para apropriar-se de 194 bebês. Riveros foi processado e detido em 1985 por homicídio qualificado, mas acabou beneficiado pelo indulto. Também foi levado a juízo pelo governo da Itália, com o ex-general Guillermo Suárez Mason, pelo desaparecimento de três cidadãos italianos durante a ditadura na Argentina.

9. Processo nº 13.455/1999: “*Videla Jorge Rafael y otros s/ Privación Ilegal de la Libertad Personal*”, Secretaria nº 14, Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº 7, interinamente a cargo do juiz federal Rodolfo Canicoba Corral.

Documentos consultados:

Arquivos da EAAF/Buenos Aires,
Argentina.

<http://www.memoriaabierta.org.ar/topografia/orletti/index2.htm>

<http://www.pvp.org.uy/oliveracondor.htm>

ROCHA, Martín Rodríguez.
Anulados. 15 jul. 2007. Disponível em: <http://www.4semanas.com.ar/15072007/indultos.htm>.

<http://www.cels.org.ar>

1978 e desaparecidos desde então. O juiz Canicoba Corral assumiu o processo no início de 2001, após a aposentadoria do juiz Adolfo Bognasco.

A ação Plan Cóndor (nº 13.445/99) investiga a chamada *Operação Condor* – a coordenação repressiva das forças armadas de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Nessa ação se encontra processado Jorge Rafael Videla, ex-ditador argentino, além de outros 18 ex-militares. Atualmente existem 34 implicados, dos quais 27 se encontram processados. Entre eles, dez cumprem prisão preventiva, mas no total os detidos são 17, pois muitos dos implicados já estão presos por sua participação em fatos relacionados a outras ações que investigam crimes de terrorismo de Estado.¹⁰

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Sérgio Fernando Tula Silberberg

Nasceu no Rio de Janeiro (RJ). Desapareceu em 8 de abril de 1976, em Buenos Aires.

Era professor de Educação Física. Tinha 21 anos de idade e era solteiro.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) na Argentina, cuja declaração possui o nº 3008, do caso nº 8.314.

De acordo com as informações dos arquivos da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), foi seqüestrado por dois patrulheiros da Polícia Federal durante a madrugada na sua casa, localizada na rua Republicuetas, 3066, em Buenos Aires, Argentina.

Seu pai também era professor de Educação Física no Colégio Militar, na capital federal. Por meio de informação obtida de forma indireta, seu pai supõe que Sérgio tenha sido seqüestrado pelas Forças Armadas e levado ao Centro Clandestino de Detenção (CCD) Campo de Mayo.

O CCD Campo de Mayo localizava-se na Zona IV, na província de Buenos Aires, dentro da Guarnição próxima da Plaza de Tiro, das pistas do aeródromo e do campo de pára-quedismo, nas dependências da Gendarmaria Nacional. Em conjunto com as investigações dos crimes cometidos na ESMA e no Primeiro Corpo do Exército, o processo sobre o Campo de Mayo é o maior por delitos de lesa-humanidade que a Justiça Federal encaminha na Argentina. Por seus centros clandestinos e maternidades, estima-se que passaram cerca de 5 mil pessoas. Poucos sobreviveram para contar a história. Os requerentes pediram a detenção de mais de 70 repressores, mas apenas dez estão sendo processados, ante os 42 da ESMA e os 44 do Primeiro Corpo do Exército. Seis estão em prisão domiciliar e somente dois, os únicos que não pertencem ao Exército, estão presos em cárcere. Entre os impunes estão o ex-chefe de Inteligência do Comando de Institutos Militares e responsável pelo “El Campito”, general reformado Fernando Verplaetsen.¹¹

O Campo de Mayo teve vários centros clandestinos de detenção: “El Campito”, “Las Casitas”, o cárcere dos processados e o Hospital Militar, onde mais de 30 mulheres deram à luz em cativo. Além de oficiais e suboficiais do Exército, prestaram serviços ali agentes da Polícia Federal, da Prefeitura e da Gendarmaria, que forneceram guardas e interrogadores.

A dificuldade de encaminhar a ação Campo de Mayo está no fato de que, diferentemente do funcionamento da repressão realizada na ESMA, onde um grupo de prisioneiros foi utilizado como mão-de-obra escrava a serviço do almirante Emilio Massera e pôde identificar seus algozes, os poucos sobreviventes do Campo de Mayo permaneceram acorrentados e encapuzados, sem poder falar ou se mover, exceto até a sala de torturas. Para suprir a carência de informações, registrou-se o testemunho de mais de 300 ex-conscritos, que foi fundamental para se conhecer os que participaram das operações que ali se deram, como o assassinato do casal

10. Nesse processo, são autores, entre outros, os familiares de Norberto Habegger, Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock – argentinos que desapareceram no Brasil.

11. Em 10 de outubro de 2008, o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla foi preso novamente e enviado para o Campo de Mayo. Ele estava em prisão domiciliar.

Lanuscou-Miranda, seus filhos de 6 e 4 anos e o seqüestro de Matilde, de apenas 6 meses de idade, em 3 setembro de 1976.

Os relatos de alguns religiosos encarcerados no Campo de Mayo, entre 1975 e fins de 1980, permitiram reconstruir parcialmente a cronologia do Centro Clandestino, suas características gerais e seu funcionamento, que remonta aos primeiros meses de 1976. O local era conhecido como “El Alambrado”. As celas que ficavam no centro eram isoladas por uma dupla cerca de arame e serviam de prisão para religiosos (testemunhas de Jeová) e soldados, até que no fim de 1976 e início de 1977 eles foram transferidos para o presídio de suboficiais, em frente de “El Alambrado”. A partir de então, a cerca de arame do presídio foi substituída por chapas para impedir que os outros presos pudessem ver o que sucedia em seu interior e o local passou a ser conhecido como “Las Chapas”, servindo de centro de detenção de prisioneiros políticos. Funcionou até o início de 1980.

O nome de Sérgio não figurava na lista de brasileiros desaparecidos na Argentina, elaborada pelos familiares de mortos e desaparecidos do Brasil.

O Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo seu desaparecimento por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

Arquivos do EAAF, Buenos Aires, Argentina.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. São Paulo: Vozes, 2003.

www.desaparecidos.org

<http://www.nuncamas.org>

www.villagrimaldicorp.cl

MARTÍNEZ, Diego. *Campo de Mayo, una Deuda de la Justicia*. Buenos Aires, 23 mar. 2008, p. 12.

Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar>.

Maria Regina Marcondes Pinto

Nasceu em 17 de julho de 1946, em Cruzeiro (SP), filha de Benedito Rodrigues Pinto e Iracy Ivette Marcondes Pinto. Desaparecida em 10 de abril de 1976, em Buenos Aires, Argentina.

Em fins de 1969 ou início de 1970, saiu do Brasil com documentação legal e foi para Paris, onde já se encontrava o seu companheiro Emir Sader, professor do Departamento de Ciências Sociais da USP, perseguido pela repressão política no Brasil.

Em Paris permaneceram cerca de seis meses, quando ambos foram para Santiago, Chile, onde se ligaram ao Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Durante o tempo em que residiu e estudou em Santiago, viajou três ou quatro vezes a São Paulo para visitar os familiares.

Esteve presa no Estádio Nacional, em Santiago, quando houve o golpe de Estado que depôs o presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Maria Regina conseguiu sair do país, dirigindo-se para o Brasil, onde permaneceu aproximadamente por seis meses.

Viajou, em seguida, para Buenos Aires, onde passou a residir em companhia de Emir e a estudar. Era professora de português na escola de línguas Berlitz.

Em 10 de abril de 1976, em Buenos Aires, Maria Regina foi encontrar-se com o médico Edgardo Enriquez, filho do ex-ministro da Educação do governo Allende, ligado ao MIR. Nunca mais foram vistos.

Seu companheiro havia viajado dias antes do golpe na Argentina para Paris. Logo que soube de sua prisão, sua mãe, Aracy, por orientação do advogado José Carlos Dias, viajou para a Argentina, onde ficou sabendo que, após a prisão de Maria Regina, a polícia permaneceu durante dois dias em seu apartamento. O cônsul brasileiro em Buenos Aires lhe prometeu tomar providências para localizá-la, sem qualquer resultado.

Em maio de 1976, o Comitê Francês de Apoio à Luta do Povo Argentino denunciou que a Junta Militar argentina havia detido Edgardo e Maria Regina e os encaminhado às autoridades do governo de Pinochet.



12. Na verdade, Norma Espíndola é argentina e, na época, era companheira do brasileiro Flávio Koutzii, que vivia na Argentina. Norma e Flávio foram presos juntos. De acordo com informação de Koutzii, ela está viva e mora atualmente no Brasil

13. Inicialmente, foram listados 94 casos de pessoas desaparecidas pela *Operação Condor* no processo da justiça espanhola contra Pinochet.

14. Em abril de 1990, foi criada no Chile a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, com o objetivo de esclarecer a verdade sobre as mais graves violações dos direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, no país ou no estrangeiro, relacionadas com o Estado chileno. Ao fim de nove meses, em 8 de fevereiro de 1991, a Comissão entregou ao ex-presidente, Patricio Aylwin Azócar, o *Informe Rettig* – como ficou conhecido o documento conclusivo dos trabalhos da Comissão, organizado pelo senador do Partido Radical, Raul Rettig –, no qual foram consideradas 2.296 das 3.550 denúncias recebidas.

15. Segundo o *Informe Rettig*, a Villa Grimaldi está localizada em Santiago, na av. José Arrieta, 8200, comuna de La Reina, e foi o local secreto de detenção e tortura mais importante da DINA. Passou a funcionar em 1974 como sede da Brigada de Inteligência Metropolitana (BIM). Progressivamente, mais unidades foram trasladadas para lá. Atualmente, funciona no local a Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi.

Mais tarde, chegou outra informação que dava conta de que Maria Regina fora levada, já sofrendo perturbações de ordem psiquiátrica, da Argentina para Santiago, por uma pessoa de nome Eduardo Allende.

Informação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), encontrada, posteriormente, no arquivo do Itamaraty e confirmada por outras fontes, dizia que Maria Regina estaria internada em uma clínica psiquiátrica de Santiago, situada em um prédio de três pavimentos na rua Victoria, 293 (ou na rua Colon, 917), onde se presume funcionava a clínica da DINA, mas aí também não foi encontrada.

A mãe de Maria Regina registrou denúncia sobre seu desaparecimento na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, protocolada com o número 3.089.

Em maio de 1986, o ex-militar argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, concedeu entrevista à revista *Senhor* (nº 270, de 20 de maio de 1986), na qual mencionou o destino de brasileiros desaparecidos por obra do terrorismo de Estado na Argentina: Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto, Norma Espíndola [sic]¹², Roberto Rascado Rodrigues e Francisco Tenório Jr.

Em depoimento à CJP/SP, em 14 de novembro de 1990, a mãe de Maria Regina lembrou que “*no início dos anos 1980, esteve no Brasil um policial argentino que declarou à revista Senhor que Maria Regina havia sido torturada, assassinada e jogada ao mar*”.

No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, consta que Maria Regina “*desapareceu após ser seqüestrada [...] (DOU nº 60, de 28 de março de 1981)*”. O relatório do Exército é mais preciso e afirma que “*Em 8 [sic] de abril de 1976 foi presa na Argentina juntamente com Edgardo Enriquez, membro da Comissão Política do MIR chileno, quando cumpriam tarefas ligadas às atividades subversivas naquele país*”.

Entre os casos de vítimas chilenas listados na acusação do juiz espanhol Baltasar Garzón relacionada à *Operação Condor*, que levaram à prisão do ex-ditador chileno Augusto Pinochet em 1998, em Londres, figura o do engenheiro Edgardo Enriquez Espinoza, membro da comissão política do MIR e irmão de Miguel, secretário-geral da organização.¹³ Segundo a denúncia, Maria Regina foi presa em 1976 com Edgardo, após este ter saído de uma reunião da Junta Coordenadora Revolucionária. Edgardo ingressou sucessivamente nos CCDs argentinos El Olimpo, Campo de Mayo e na Escuela Mecánica de la Armada (ESMA), em Buenos Aires. Segundo a Comissão Rettig¹⁴, Edgardo gozava da proteção da ACNUR e foi trasladado para a Villa Grimaldi¹⁵, em Santiago, sem que se tenha voltado a ter notícias suas. Na data de 23 de dezembro de 1975, ou seja, quatro meses antes de sua captura, a DINA já havia montado o cerco ao redor do dirigente do MIR e de várias pessoas, ordenando a seus agentes no estrangeiro seu traslado para o Chile, depois de capturá-los. Expediu-se, então, um telex que deu a missão por cumprida.

Em 2005, porém, uma reviravolta na investigação sobre o caso de Edgardo deu uma nova perspectiva para as versões do seqüestro de Maria Regina e de seu suposto traslado para o Chile, pela DINA. Neste ano foi possível descobrir o paradeiro de Edgardo, com base na documentação da investigação feita no âmbito de uma ação judicial. Esta causa emitiu a resolução n. 12/05-P identificando Edgardo como pessoa falecida nos acontecimentos de 10 de abril de 1976. Neste dia, ele foi gravemente ferido, às 20h30min, num confuso episódio, quando houve um tiroteio no cruzamento das ruas Federico Lacroze e Conesa. Em seguida, foi trasladado para o Hospital Pirovano, onde faleceu às 22h10min, na sala de operações. O corpo desta pessoa nunca foi identificado, pois não portava qualquer documento que pudesse identificá-la.

A comparação das impressões digitais obtidas junto à documentação do N.N. (Não Nomeado) com as de Edgardo, determinou que ambas pertencem à mesma pessoa. Seu corpo havia

sido inumado no Cemitério de Chacarita, em Buenos Aires, como N.N. e, cumprido o tempo legal, seus restos mortais foram encaminhados para o ossário geral, em 3 de junho de 1982.

O Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo desaparecimento de Maria Regina por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Em homenagem a Maria Regina, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel)

Nasceu em 5 de junho de 1923, em Curvelo (MG), filha de Pedro Netto e Francisca Gomes Netto. Morta em 14 de abril de 1976.

Sua família mudou-se para Belo Horizonte (MG), onde fez o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásial no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A estilista *Zuzu Angel* ficou conhecida como uma pessoa ousada, criativa, inovadora, talentosa, corajosa, envolvente, charmosa e alegre.

Começou sua carreira como costureira e, mais tarde, tornou-se *designer*, transformando panos de colchão, fitas de gorgurão, rendas do Norte, pedras preciosas, estampados de pássaros, babados e zuartes em saias, xales e vestidos, criando uma moda autêntica e brasileira que encantou o mundo.

Foi morta aos 49 anos de idade, em 14 de abril de 1976, às 3 horas, na Estrada da Gávea, à saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro, em um suposto acidente automobilístico. Os círculos restritos de pessoas mais informadas sobre as atrocidades praticadas pela ditadura logo suspeitaram de que o acidente teria sido provocado pelos agentes da repressão política.

Zuzu Angel era mãe do militante do MR-8 Stuart Angel Jones, desaparecido após ser preso, em 14 de maio de 1971, por agentes do CISA, local onde foi torturado e assassinado. Ela denunciou as torturas, a morte e a ocultação do cadáver de Stuart, incansavelmente, no Brasil e no exterior.

Em vários de seus desfiles no exterior, denunciou a morte do filho para a imprensa estrangeira e a deputados norte-americanos. Entregou, em mãos, uma carta de denúncia a Henry Kissinger, na época secretário de Estado do governo norte-americano, visto que seu filho também tinha cidadania daquele país. Sua atitude, apesar da férrea censura, desnudava o que a ditadura tentava esconder: os desaparecidos políticos.

Zuzu fez, então, “a primeira coleção de moda política da História” – como ela a definiu –, usou estampas com silhuetas bélicas, pássaros engaiolados e balas de canhão disparadas contra anjos. O anjo tornou-se o símbolo de *Tuti*, apelido do filho desaparecido, caracterizando suas coleções de moda: anjos amordaçados, meninos aprisionados, sol atrás das grades, jipes e quepes militares.

Durante cinco anos, buscou reaver o corpo de Stuart, cuja morte e prisão jamais foram admitidos pelos órgãos de segurança. Soube tirar proveito de sua fama para envolver, a favor da sua causa, inúmeros clientes e amigos importantes: Joan Crawford, Kim Novak, Veruska, Liza Minelli, Jean Shrimpton, Margot Fontein, Henry Kissinger, Ted Kennedy, entre outros.

Dizia sempre: “*Eu não tenho coragem, coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade*”.

A estilista tomou conhecimento da morte sob tortura de Stuart por meio de uma carta escrita pelo preso político Alex Polari. Seu luto foi a inconformidade. Traduziu a carta para o inglês e a enviou para diversas autoridades, como o senador Edward Kennedy, o presidente do Brasil, general Ernesto Geisel, o ministro do Exército, Sylvio Frota, e o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, além da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos e a Anistia Internacional. Também prestou depoimento ao historiador Hélio Silva, concedeu entrevistas e acusou a Justiça Militar de montar uma farsa quando julgou e absolveu

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

www.desaparecidos.org/GrupoF/des/d.htm

www.rrojasdatabank.org/condor2.htm

www.juristas.com.br



Stuart, sabendo que ele estava morto. Cada passo de *Zuzu Angel* foi acompanhado de perto e registrado pelos órgãos repressivos.

Quando começou a receber ameaças de morte, alertou os amigos. Um ano antes do acidente que a vitimou fatalmente, *Zuzu* deixara na casa do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda um documento que deveria ser publicado caso algo lhe acontecesse. A carta, escrita em 23 de abril de 1975 e entregue ao compositor e outros amigos, foi o prenúncio de sua morte. Ela própria denunciou seu fim: “*Se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido obra dos assassinos do meu amado filho*”.

O acidente de automóvel em que veio a morrer foi bastante estranho. Há testemunhas que afirmam que havia um jipe do Exército, logo após o acidente, na saída do túnel Dois Irmãos. O carro desviou-se da via pública, capotando diversas vezes em um barranco.

Seu óbito foi firmado pelo médico Higino de Carvalho Hércules e confirma a versão policial de morte em acidente.

Zuzu Angel foi sepultada pela família, em 15 de abril de 1976, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

A CEMDP, ao analisar o caso encaminhado por sua filha, Hildegard Angel, não se convenceu com os indícios apresentados. O relator designado, Luís Francisco Carvalho Filho, no primeiro momento, recomendou o indeferimento.

A família contratou o antropólogo forense argentino Luís Fondebrider, da EAAF, para exumar e analisar seus restos mortais. Foram anexados vários documentos e depoimentos recolhidos nessa segunda fase dos trabalhos, tais como: o depoimento da psiquiatra Germana Lamare, a quem *Zuzu* confidenciou estar sendo ameaçada de morte, e o de Marcos Pires, estudante residente na Barra da Tijuca que escutou o ruído do acidente e, ao chegar ao local, já encontrou uma dúzia de carros oficiais, a maioria da polícia, ao redor do automóvel destruído. Essas informações foram relatadas em uma carta enviada a Hildegard, e mais tarde em depoimento prestado ao deputado Nilmário Miranda, em 12 de fevereiro de 1996. Pires admitiu ter presenciado o acidente:

Apenas eu vi o carro ser abalroado. Meus amigos ouviram o barulho [...] eu só vi um carro saindo [do túnel] e logo em seguida, um outro carro, que emparelha com esse carro... Eu vi dois carros em movimento... Eu vi quando o carro que ultrapassa o carro da direita – vai pela esquerda, portanto – abalroa esse carro que vai na direita e faz com que ele caia a uma distância que estimei na hora em cinco metros [...].

A versão de Marcos Pires contrariava o laudo oficial do suposto acidente em vários pontos. Fotos da perícia de local publicadas pela *Folha de S.Paulo*, em 23 de fevereiro de 1998, deixaram claro a inexistência da derrapagem de 28 metros descrita no laudo pericial.

Em seu voto final, o relator Carvalho Filho citou as contradições do caso que o levaram a procurar Valdir Florenzo e Ventura Raphael Martello Filho, especialistas em perícias de trânsito, em São Paulo:

Ao reexaminar o laudo original, duas circunstâncias chamaram minha atenção. Em primeiro lugar, o documento é instruído com 16 fotografias, mas aparentemente nenhuma delas se destinava a mostrar, especificamente, as marcas da derrapagem (28 metros) na pista e as marcas da atritagem nos pneus dianteiros. Em algum lugar, na perspectiva de um observador leigo, surgiram as seguintes indagações: o meio-fio da direita seria um obstáculo capaz de provocar uma mudança de trajetória tão drástica como a que foi descrita? Levando-se em consideração que, segundo os próprios peritos, o meio-fio é de altura normal e que, segundo as fotos que instruem o laudo da época estava visivelmente coberto por vegetação rasteira, o veículo, naquela trajetória, não iria simplesmente transpor o obstáculo?

Florenzo e Martello Filho trabalharam sem custo para a CEMDP e produziram um relatório minucioso onde descartaram a possibilidade de *Zuzu* ter dormido ao volante, como foi cogitado pelos defensores da tese de acidente. Segundo eles, a fratura do perônio (osso da perna) encontrada é “[...] típica de compressão transmitida pelo pedal de freio no momento do impacto”.

Em um outro trecho do documento, declararam:

A dinâmica pretendida pelo laudo correspondente ao exame do local é absolutamente inverossímil. Primeiro porque um veículo jamais mudaria de direção abruptamente única e tão somente por conta do impacto de qualquer de suas rodagens contra o meio-fio, o qual seria galgado facilmente, projetando-se o veículo pelo talude antes de chegar ao guarda-corpo do viaduto. Segundo porque, sendo o meio-fio direito da auto-estrada perfeita e justamente alinhado com o guarda-corpo do viaduto, mesmo que o veículo se desviasse à esquerda, tal como o sugerido pelo laudo, desviar-se-ia do guarda-corpo, podendo, se muito, chocar o extremo direito da dianteira. Terceiro porque, mesmo que se admitisse a trajetória retilínea final, nos nove metros consignados pelo laudo, tendo-se em conta que o veículo chocou a dianteira esquerda e que não havia mais nada à direita, a não ser a rampa inclinada da superfície do talude, teríamos que aceitar que as rodas do lado direito ficariam no ar e o veículo perfeitamente em nível até que batesse no guarda-corpo, o que, evidentemente seria impossível.

Na CEMDP, seu caso foi aprovado por 4 votos a favor, incluindo o voto do relator, e 3 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes, de Paulo Gustavo Gonet Branco e de João Grandino Rodas.

Em 1977, Chico Buarque e Milton dedicaram a Zuzu a música “*Angélica*”, que diz: “*Só queria agasalhar meu anjo/E deixar seu corpo descansar*”.

Em 1986, Virgínia Valli publicou o livro *Eu, Zuzu Angel, Procuo Meu Filho: a Verdadeira História de um Assassinato Político*.

Em 2006, o cineasta Sérgio Rezende fez o filme *Zuzu Angel* sobre sua vida e morte.

Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro deram o seu nome a ruas no Jardim Belvedere e Campo Grande, respectivamente.

Zuzu foi homenageada também com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1998, pelo GTNM/RJ.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 237/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*, op. cit.

Jorge Alberto Basso

Nasceu em 17 de fevereiro de 1951, em Buenos Aires, Argentina e era naturalizado brasileiro. Filho de Jorge Victor Basso e Sara Santos Mota. Desaparecido em 15 de abril de 1976, na Argentina. Militante do Partido Operário Comunista (POC).

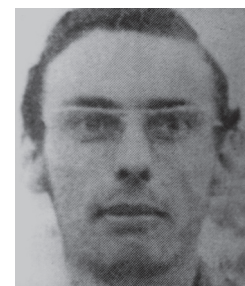
Jorge vivia no Brasil e foi estudante do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, onde passou a fazer parte do movimento estudantil, no fim da década de 1960. Participou da direção da UMESPA, União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre.

A mãe de Jorge relatou que, perseguido e vigiado constantemente pelos órgãos de segurança do Rio Grande do Sul, foi obrigado a refugiar-se na casa de seu avô, em Buenos Aires, em 1971. O jornalista Nilson Mariano, no livro *As Garras do Condor*, afirma que, em 1971, ele teria ido para o Chile.

Lá, ingressou no curso de História da Universidade do Chile e, em 1973, com o golpe que depôs Salvador Allende, mudou-se para a Argentina, onde teria desaparecido em um hotel.

De acordo com informações dos arquivos da EAAF, esteve inicialmente no Chile, não se sabe em que ano. Com o golpe de Pinochet, exilou-se na embaixada da Venezuela durante oito meses e recebeu permissão para entrar na Argentina. Em 1975, entrou na Argentina pelo Paraná, com documentação legal. Trabalhava com um suíço que se exilou e de quem não se tem notícias. Dizia-se militante socialista. Estaria relacionado a um grupo de chilenos. Foi seqüestrado com o argentino Angel Athanasiu Jara e sua esposa, a chilena Frida Elena Laschan Mellado, também desaparecidos.

Esse casal de estudantes militava no MIR e foi seqüestrado com seu filho de poucos meses, Pablo Athanasiu Laschan, em 15 de abril de 1976, em Buenos Aires. Haviam abandonado



16. Em 2006, foi reaberta a ação que envolve desaparecidos em Automotores Orletti. Trata-se de uma das “megacausas” reabertas depois da anulação das leis de “Obediência Devida” e “Ponto Final”, como a investigação dos fatos ocorridos na ESMA. Nessa ação está implicado um militar uruguaio, o coronel reformado Manuel Cordero Piacentini, preso no Brasil por violação aos direitos humanos durante a última ditadura uruguaia (1973-1985). O pedido de extradição do Uruguai e da Argentina ainda não foi julgado pelo STF.

17. Ver nota 14, no caso de Maria Regina Marcondes Pinto

18. A juíza argentina Servini de Cubría está tentando determinar se o filho do casal é um jovem de 33 anos que vive na localidade uruguaia de Piedras. Segundo consta nos documentos, o nascimento dele foi registrado no mesmo dia em que o casal foi seqüestrado, e teria sido criado por um militar uruguaio e sua esposa. Uma denúncia anônima conseguiu fazer o contato. Em outubro de 2008, a juíza pediu ao Chile a exumação do cadáver de Laura Mellado Garrido, mãe de Frida, para obter uma mostra de DNA que permita cruzá-la com os dados genéticos do jovem localizado.

19. Ver a nota 13, no caso de Maria Regina Marcondes Pinto.

o Chile depois do golpe de 11 de setembro de 1973, quando Frida foi detida por carabineros e processada. Ao escapar, buscaram refúgio na cidade argentina de San Martín de los Andes e, posteriormente, em Buenos Aires, onde Pablo nasceu em 29 de outubro de 1975. Três semanas depois do golpe que instaurou a ditadura argentina, grupos paramilitares os seqüestraram. Segundo testemunhos de sobreviventes, Laschan e Jara estiveram detidos no CCD Automotores Orletti, que alojou vítimas da *Operação Condor*.¹⁶ No *Informe Rettig*¹⁷ está registrado que “*se ha convencido que esta pareja y su hijo fueron víctimas de desaparición forzada en Argentina, en violación de sus derechos humanos*”.¹⁸ Esse caso está listado na acusação do juiz espanhol Baltasar Garzón relacionada à *Operação Condor*, que levou à prisão do ex-ditador chileno Augusto Pinochet em 1998, em Londres.¹⁹

Em carta da Anistia Internacional encaminhada ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Sul, de 1º de junho de 1978, Tricia Feeney solicitou que ele buscasse informações sobre o desaparecimento de Jorge junto ao governo brasileiro com base nas seguintes informações:

Jorge Basso, estudante que desapareceu na Argentina após ter sido oficialmente detido, juntamente com o jornalista suíço Luac Bandaret, em abril de 1976. O jornalista foi mais tarde posto em liberdade, e temos tentado localizá-lo, hoje no México, onde se encontra, na esperança de que este confirme os detalhes que já conhecemos e nos forneça fatos novos sobre a prisão e o desaparecimento. Amigos de Jorge Basso acreditam que este esteja preso na prisão de segurança máxima, a Unidad Penal Numero 6, Carcel de Rawson, na província argentina de Chubut. Todos os mandatos de habeas corpus impetrados em seu favor foram, como tem sido, negados pelos tribunais argentinos.

O Relatório Azul, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em sua edição de 1994, informou:

Gestões e viagens feitas pelo deputado Nilmário Miranda (PT-MG), presidente da Comissão [de Representação Externa de Mortos e Desaparecidos Políticos do Congresso Nacional], possibilitaram o reconhecimento oficial das mortes dos cinco desaparecidos brasileiros no Chile e, ainda, o levantamento de dados relativos aos desaparecidos na Argentina, dentre eles o gaúcho Jorge Alberto Basso, desaparecido desde 1976, e que teria sido visto na Penitenciária de Rawson.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) na Argentina com o nº 486. Na Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça da Argentina, seu caso é o de nº 1.956 e teria passado pelo Penal de Rawson.

A penitenciária de segurança máxima de Rawson localiza-se na Patagônia, a 1.500 quilômetros de Buenos Aires, e foi palco de violências contra presos políticos antes mesmo do golpe de Estado de 24 de março de 1976. Em março de 2008, o juiz federal Hugo Sastre determinou a prisão preventiva de cinco militares acusados de assassinar 16 militantes de organizações de esquerda em agosto de 1972, fato conhecido como “*Massacre de Trelew*”. Eles foram fuzilados em represália a uma tentativa de fuga da Penitenciária de Rawson, em um lugar próximo ao aeroporto de Trelew. Foi um Centro Clandestino de Detenção entre 1976 e 1978.

Um documento encontrado no arquivo do DOPS/SP, com carimbo de 1972 e anotação manuscrita “*Equipe do Dr. Haroldo*”, contém a relação de membros de diversas organizações clandestinas do período da ditadura, incluindo Jorge Basso.

Em maio de 1986, o ex-torturador argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, em entrevista à revista *Senhor* (nº 270, de maio de 1986) mencionou o destino de diversos brasileiros nas mãos da ditadura argentina sem fazer referência a Jorge Basso.

No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, encontra-se a seguinte informação: “[...] *preso em um hotel no centro de Buenos Aires [...] (DOU nº 60, de 28 de março de 1981)*”.

No endereço eletrônico <www.pontodevista.jor.br> há um depoimento de um colega seu, que se identifica com as iniciais W. U., em que se lê:

Militei com Jorge Basso (nome de guerra Felipe), tanto no Movimento Estudantil como posteriormente, nas portas de fábricas de Porto Alegre, em incansáveis tentativas de organizar células de base do POC (Partido Operário Comunista). “Felipe” era um dos integrantes da Coordenação Regional Operária, grupo responsável por todo o trabalho de base da organização. Distribuíamos um jornal (mimeografado) de nome Resistência Operária, quase todo escrito por nós mesmos, com notícias das lutas dentro das fábricas. “Felipe” foi, talvez, pelo menos aqui no Sul, um dos poucos militantes a, de fato, entrar para uma fábrica metalúrgica na condição de operário. Perseguido em nosso país, ele foi para o Chile. Estudava História na Universidade do Chile, mas, com o golpe militar contra o governo Allende, Jorge Basso seguiu para Buenos Aires, onde morava com seu avô. O governo era de Isabelita Perón. Durante algum tempo, sem sofrer qualquer tipo de perseguição, escrevia para jornais da Europa, em especial para periódicos da Suíça. Com o golpe militar e a posse do general Rafael Videla, sua situação mudou, pois, quase que imediatamente, passou a ser procurado. Sua mãe, Sara Basso, a partir de algumas poucas informações, vasculhou Buenos Aires durante um mês, porém não conseguiu nenhuma pista sobre o que de fato aconteceu com “Felipe”. Ele se dizia – e era – um intelectual orgânico da classe operária. Ia para as portas das fábricas. Estudava muitas horas por dia. Tinha sempre um livro dentro de uma velha pasta, da qual nunca se separava. Contando um pouco de sua história às novas gerações, homenageamos um brasileiro internacionalista que acreditava na possibilidade de construirmos um mundo mais justo. (wu)

Na CEMDP, o caso foi relatado por João Grandino Rodas e indeferido, “[...] tendo ficado comprovado, que o cidadão argentino [sic] foi preso por autoridades argentinas, em seu país de origem e desaparecido posteriormente, sem a participação no ocorrido do Estado brasileiro”, sendo indeferido em 1º de agosto de 1996.

O Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo seu desaparecimento por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Maria Auxiliadora Lara Barcellos

Nasceu em 25 de março de 1945 em Antônio Dias (MG), filha de Waldemar de Lima Barcellos e Clélia Lara Barcellos. Suicidou-se em 1º de junho de 1976, na Alemanha. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

A profissão do pai, que era agrimensor, levou a família a vários estados: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro – e todos tinham que acompanhá-lo em suas andanças. Para os filhos, isso significou frequentar diversas escolas.

Em Belo Horizonte (MG), *Dora*, como era chamada, estudou no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima. Seus avós haviam ajudado a organizar uma escolinha em um bairro pobre. *Dora*, com 14 anos, e Maria Helena, sua irmã, lecionavam nessa escola, que ficava em uma das favelas da cidade. Lecionaram por mais de dois anos, em contato permanente com a miséria de seus moradores, imigrantes da zona rural.

Quando era aluna do curso primário, *Dora* sonhava com ser missionária. Quando moça, pensava servir como médica no Brasil ou no exterior. Passou a estudar Medicina, na UFMG, em 1965. Cursava o quinto ano, na área de Psiquiatria, e dava plantões no Hospital Galba Veloso e no pronto-socorro. No hospital onde trabalhou como estudante havia 80 pacientes em dormitórios planejados para 15 pessoas. Faltava alimentação adequada, os doentes eram submetidos ao penoso processo de eletrochoque e tratados mais como números do que como seres humanos. A partir daí, *Dora* começou a se rebelar.

Em 1968, atuava no movimento estudantil. Iniciou sua militância no Colina, ingressando, depois, na VAR-Palmares.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.pontodevista.jor.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 304/96, na CEMDP.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Relatório Azul. Porto Alegre, 1994.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. São Paulo: Vozes, 2003.

<http://www.desaparecidos.org/GrupoF/des/d.html>

http://www.terra.cl/actualidad/index.cfm?id_cat=302&id_reg=1047657



Em 19 de março de 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro e iniciou sua vida na clandestinidade. Usava os nomes *Maria Auxiliadora Montenegro* e *Maria Carolina Montenegro* e os codinomes *Dodora*, *Maria Alice*, *Maria Eugênia*, *Chica* e *Laura*. Mesmo vivendo clandestinamente, continuou enviando notícias, por meio de cartas, para sua família.

Dora foi presa em 21 de novembro de 1969, em companhia de Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, na casa em que moravam na rua Aquidabã, 1053, em Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro.

Levados para o quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar, foram bastante torturados, e Chael, em consequência das torturas, morreu menos de 24 horas após a prisão, conforme testemunho de *Dora*.

Quando depôs na 2ª Auditoria Militar da Marinha, no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1970, Maria Auxiliadora denunciou de forma detalhada as brutalidades que ela e seus dois companheiros sofreram na Polícia do Exército:

[...] presa no dia 21 de novembro de 69; estavam juntos a declarante, Antônio Roberto e Chael [...], presos em casa, por uma turma mista, composta por elementos do DOPS e da PE; foram conduzidos ao DOPS, onde se procederam as providências de rotina; se encontravam os três numa sala, de onde Chael foi chamado para dirigir-se a uma sala ao lado, onde ele foi espancado, ouvindo a declarante seus gritos [...] na sala foram tirando aos poucos sua roupa; que um policial, entre palavras de baixo calão, proferidas por outros, ficou à sua frente como se mantivesse relações sexuais com a declarante, ao tempo que tocava seu corpo, que esta prática perdurou por duas horas; o policial profanava os seus seios e, usando uma tesoura, fazia como se fosse seccioná-los; entre semelhante prática sofreu bofetadas; [...] pelas quatro horas da madrugada, Chael e Roberto saíram da sala onde se encontravam, visivelmente ensangüentados, inclusive no pênis, na orelha e ostentando corte na cabeça; nessa mesma madrugada foram transferidos para a PE, [...]; nesta unidade do Exército, os três foram colocados numa sala, sem roupas; primeiro chamaram Chael e fizeram-no beijar a declarante toda, e em seguida chamaram Antônio Roberto para repetir esta prática [...]; depois um indivíduo lhe segurou os seios, apertando-os, enquanto outros torturadores lhe machucavam; em seguida prosseguiram as torturas, através de choques; [...] foi levada para a 1ª Cia de Intendência, onde saía para prestar depoimentos, perante muita gente; continuou apanhando, embora com um cunho psicológico, torturas físicas suportáveis; o capitão Guimarães apertou seu pescoço dizendo que iria enforcá-la [...].

Segundo denúncia de Espinoza e Maria Auxiliadora na Auditoria Militar, Chael foi torturado por uma equipe de oficiais e suboficiais do CIE e da 2ª Seção da Companhia da PE comandada pelo capitão Celso Lauria e, também, o capitão João Luiz de Souza Fernandes, ambos do CIE. Eles desprezaram, ainda, os chutes e pontapés que Chael levou do capitão Airton Guimarães Jorge, que, mais tarde, foi acusado de ser banqueiro do jogo do bicho e de fazer parte de grupos de extermínio no Espírito Santo.

Em abril de 2007, o capitão Guimarães foi preso pela “Operação Furacão”, promovida pela Polícia Federal. Participaram também da equipe que torturou os três presos os sargentos Paulo Roberto de Andrade e Atilio Rossoni, além do cabo Edson Antônio Mendonça.

Respondendo a outro processo em São Paulo, *Dora* declarou, em 17 de novembro de 1970, diante do Conselho Especial de Justiça do Exército, reunido na 1ª Auditoria:

[...] perguntada se tem outras declarações a fazer, respondeu afirmativamente e declarou [...] que não cometeu crime algum [...] nem eu, nem qualquer indiciado em outra organização, pois os verdadeiros criminosos são outros; se há alguém que tenha que comparecer em juízo, esse alguém são os representantes desta ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros que espoliam as nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo; [...] além desses crimes, o crime de haver torturado até à morte brasileiros valorosos como João Lucas, Mário Alves, Olavo Hansen e Chael Charles [...].

Esteve nos presídios de Bangu (RJ) e Linhares. Com outros 69 presos políticos, foi banida para o Chile, em 23 de janeiro de 1971, quando ocorreu o seqüestro do embaixador suíço

no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. *Dora* viajou pensando que poderia levar uma vida normal, estudar e trabalhar, lutando pelos oprimidos. No Chile, que ela tanto amou, foi onde reencontrou a alegria, a esperança e a liberdade. Voltou a estudar.

Em 1973, com o golpe militar que depôs Allende, viu-se obrigada a pedir asilo político na embaixada do México, onde viveu seis meses e trabalhou como intérprete.

Do México foi para a Bélgica, de lá para a França, onde ficou dois meses, e fixou residência na Alemanha, em 10 de fevereiro de 1974, passando a viver em Colônia, onde cursou língua alemã. Posteriormente, mudou-se para Berlim Ocidental. Prosseguiu seus estudos de Medicina como bolsista do governo alemão.

Durante o período em que faria as últimas provas para se formar, jogou-se sob os trilhos do metrô, na estação Charlottenburg, em Berlim, e teve morte instantânea.

No exílio, escreveu parte de suas memórias: “*Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro*”.

Seu corpo foi cremado na Alemanha e as cinzas enterradas em Belo Horizonte. *Dora* foi recebida no aeroporto com as braçadas de rosas que dona Clélia, sua mãe, lhe prometera, um dia, no Chile. O governo alemão encarregou-se de todas as despesas, desde que morreu até o traslado de suas cinzas para o Brasil, além de conceder uma indenização que, a pedido de sua família, foi revertida em benefício dos seus companheiros exilados na Alemanha.

Na CEMDP, o caso, relatado por Suzana Keniger Lisbôa, foi aprovado por unanimidade em 2 de agosto de 2004, após a ampliação da lei 9.140/95, que beneficiou as vítimas de enfrentamentos em passeatas e de suicídio.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Salgado Filho; a cidade de São Paulo deu o seu nome ao Centro de Saúde Sexual e Reprodutiva da Cidade Tiradentes. Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, banido com *Dora*, Lars Säfström e Reinaldo Guarany fizeram, ainda no exílio, um filme retratando a história de *Dora*, denominado *När stunden är inne* (*Dora: Quando Chegar o Momento*), em 1978.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 114/04, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*, op. cit.

Massafumi Yoshinaga

Nasceu em 22 de janeiro de 1949, em Paraguaçu Paulista (SP), filho de Kiyomatsu Yoshinaga e Mitsuki Yoshinaga. Suicidou-se em 7 de junho de 1976. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Participou do movimento estudantil a partir de 1966, quando foi eleito para uma das vice-presidências da UPES. Em 1968, dirigiu o jornal *Avante*, do colégio secundarista Brasília Machado, onde estudava. Logo após, iniciou os contatos com a VPR e atuou na área de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira (SP), com Carlos Lamarca, José Lavecchia e Yoshitane Fujimori, os três assassinados pela ditadura entre 1970 e 1974. Dois guerrilheiros foram retirados da área, Massafumi e Celso Lungaretti. Este último foi preso em abril de 1970 e Massafumi teria se apresentado aos órgãos da repressão em julho, quando era perseguido pelos militares, que o confundiam com outro nissei muito procurado, Yoshitane Fujimori.

Ao ser preso, os agentes de segurança o obrigaram a uma retratação pública de suas posições políticas, fato amplamente divulgado pela imprensa na época. A entrevista concedida à TV Tupi, em 2 de julho de 1970, foi dada na presença do coronel Danilo de Sá da Cunha e Melo, secretário de Segurança Pública; de Danton Avelino, comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, e Leonardo Lombardo, diretor de Relações Públicas da Secretaria de Segurança. Esses casos de “*arrependimento*”, termo utilizado nas notas oficiais dos órgãos de segurança, foram na verdade resultado de intensas torturas.

Libertado pouco tempo depois, Massafumi passou a apresentar distúrbios psicológicos. Dizia repetidamente que a Oban (reorganizada como DOI-CODI em julho de 1970) iria matá-lo. Diante disso, em 1973, começou um tratamento psiquiátrico e chegou a ser interna-



do. Na primeira tentativa de suicídio, Massafumi jogou-se embaixo de um ônibus; na segunda, jogou-se da janela de sua casa; na terceira e última, em 7 de junho de 1976, enforcou-se com a mangueira de plástico do chuveiro.

Maria Eliane Meneses de Farias, relatora do caso na CEMDP, destacou que Massafumi protagonizou cenas de repúdio à esquerda, arquitetadas pelos militares envolvidos na repressão política, que inclusive redigiam os trechos a serem lidos pelos “*arrepentidos*”.

Meneses de Farias afirmou existir comprovação dos requisitos legais para que a CEMDP deferisse o requerimento e o reconhecesse como vítima da ditadura, já que, em alternados momentos, por razões políticas, foi perseguido, preso e vítima das mais diversas formas de pressão, que resultaram em abalo físico e mental, ocasionando o suicídio. O caso foi aprovado por unanimidade em 7 de dezembro de 2004.

Documentos consultados:

Caso 109/04, na CEMDP.
LESSER, Jeffrey. *Uma Diáspora Descontente*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Davi Eduardo Chab Tarab Baabour

Argentino, nasceu em 2 de maio de 1954, filho de Jacobo Chab Tarab, nascido em Camagüey, Cuba, e de Raquel Baabour, que era brasileira, natural do Rio de Janeiro. Desaparecido em 10 de junho de 1976, em Buenos Aires, Argentina.

Estudante de arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires (Fadu – UBA); era solteiro.

De acordo com as informações dos arquivos da EAAF, em março de 1975 ingressou no serviço militar, no Hospital Militar Central Cosme Argerich, onde serviu até 25 de maio de 1976, quando deu baixa, devendo retirar seus documentos em 15 de junho de 1976. Em 10 de junho de 1976, por volta de 10 horas, seu apartamento foi invadido por civis armados que uma hora depois o levaram carregado pelos ombros com evidentes sinais de ter sido espancado. Também levaram objetos de valor. Foi testemunha o porteiro do edifício, já falecido.

A declaração da denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 2.271, e foi feita por sua mãe, em 1984. Não há testemunho de que tenha sido visto em algum CCD.

Seu caso está relacionado ao de Gerardo Coltzaú Fernández, cuja declaração registrada na CONADEP tem o número 2.264. Gerardo Coltzaú foi seqüestrado em 26 de abril de 1977, enquanto realizava o Serviço Militar Obrigatório. Existem sobreviventes dos centros de detenção que declararam terem visto Gerardo nos campos denominados “El Atlético” e “El Banco”, dependentes do Primeiro Corpo do Exército. Gerardo foi incorporado como soldado conscrito do Hospital Militar Central em março de 1976 e, depois do período básico, foi escolhido assistente pelo coronel Hilario David Sagasti.

O desaparecimento de Chab Tarab foi denunciado na OEA e provocou a instauração do caso 6.898 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo seu desaparecimento por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

Arquivos da EAAF/Buenos Aires, Argentina.
<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/listas/fadu-uba.html>
<http://www.desaparecidos.org/GrupoF/des/ch.html>

Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães

Filho da brasileira Helena da Silva Guimarães de Arocena. Era estudante universitário e trabalhava em Argentores, em Buenos Aires, Argentina. Tinha 36 anos de idade.

Arocena era conhecido como “*El Brasileño*” e foi seqüestrado em 9 de julho de 1976, às 2 horas da manhã, em Santa Fé, nº 2.206, 5º andar, apartamento F, em Buenos Aires, confor-

me denúncia registrada no dossiê sobre o caso na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 4.751.

Foi seqüestrado por um grupo de pessoas vestidas com roupas civis, fortemente armadas. Às 5 horas da manhã, o porteiro do edifício e alguns vizinhos viram Marcos sendo retirado do apartamento com as mãos atadas nas costas por uma toalha e os olhos vendados.

Os homens disseram que pertenciam às forças de segurança, mostrando credenciais da Polícia Militar. Um dos inquilinos do edifício foi impedido de entrar enquanto durou a operação. Durante os três dias posteriores, pessoas aparentemente vinculadas à operação iam ao apartamento, vasculhando tudo e roubando objetos de valor. Posteriormente, uma pessoa de nome Jorge Luis Glassman, que havia ficado detido com Marcos, relatou as informações que ouviu diretamente dele.

De início, foi levado a um local que provavelmente era uma delegacia de polícia, onde foi torturado. Relacionaram-no ao PRT-ERP, mas ele afirmava ser militante da Federação Juvenil Comunista (FJC). Em seguida, foi levado de camionete a outro local que, supõe-se, era o Centro Clandestino de Detenção (CCD) El Vesubio. Esteve lá todo o dia 9 até a tarde de 10 de julho, quando disseram que iriam limpar as celas e os colocaram todos (15 a 20 pessoas) no pátio. Arocena lhe teria contado que o haviam seqüestrado pelo fato de ter alugado um quarto, em 1972, a uns rapazes das Forças Armadas Revolucionárias (FAR). Disse que não tinha militância política. Em 11 de julho à noite, os separaram em dois grupos: montoneros e militantes do ERP. Os primeiros ficaram no El Vesubio e os últimos foram levados para o CCD Brigada de Investigações San Justo, para onde foram Arocena e Glassmann. Esse CCD ficava na rua Salta, bairro San Justo, circunscrição de La Matanza, província de Buenos Aires, contígua à Comisaría nº 1. Eram cinco homens e cinco mulheres, e três delas estavam grávidas. Homens e mulheres foram separados em celas diferentes. Em 22 de agosto de 1976, Glassmann foi solto de uma camionete da Polícia Federal na esquina da avenida dos Corrales com General Paz, em Buenos Aires.

Há em seu dossiê uma declaração de Juan Miguel García Fernández, que relatou ter visto Arocena antes do seqüestro e ele lhe contou que, em 7 de julho de 1976, havia ido ao seu domicílio uma pessoa que disse ser do interior do país, perguntando-lhe por uns nomes, entre eles o de um conhecido de Arocena, apelidado “*El Gordo Claudio*”. “*Gordo Claudio*” havia sido massagista do embaixador dos Estados Unidos e viveu mais de dois anos em um quarto alugado por Arocena.

Segundo seu irmão, Federico, Marcos era escritor de teatro e não tinha militância política. Ele afirmou que acompanhou sua mãe ao apartamento de Marcos tentando encontrá-lo e que, em uma dessas oportunidades, foi abordado por umas pessoas que ele supõe serem policiais, que começaram a interrogá-lo e a ameaçá-lo.

Essas informações constam da Causa do Primeiro Corpo do Exército, tendo – anexadas aos autos – cópia das ações administrativas realizadas pela família de Marcos perante a Comissão de Direitos Individuais do Uruguai, a Nunciatura Apostólica de Buenos Aires, o tenente-coronel Minicucci, o Ministério de Interior, o Exército Argentino, assim como o *habeas corpus* interposto ante o Juizado Federal nº 3 pelo advogado Rivarola, todos com resultado negativo.

A megacausa conhecida como “Primeiro Corpo do Exército” (nº 14.216/03) corresponde aos crimes cometidos em mais de 60 CCDs que estavam na jurisdição do Primeiro Corpo do Exército, que abarca a Capital Federal e as províncias de La Pampa e de Buenos Aires, com exceção do circuito da polícia bonaerense. A instrução dessa ação está a cargo do juiz Daniel Rafecas, e já foram levados a juízo alguns casos. Trata-se de uma causa com mais de 80 imputados, entre os quais 45 se encontram processados, quase 50% deles estão presos, ainda que quatro se encontrem foragidos e mais de 20 tenham falecido antes de serem julgados. Uma alta porcentagem dos processados com prisão preventiva – 70% – encontra-se detida nos cárceres do Serviço Penitenciário Federal.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

Arquivos da EAAF/Buenos Aires, Argentina.
Arquivo Nacional da Memória, Argentina.
http://www.nuncamas.org/juicios/argentin/capital/1ercpo/resoluc/1ercpo_27abr04.htm



Walter Kenneth Nelson Fleury

Nasceu em 1953. Militante da Organización Comunista Poder Obrero (OCPO). Desaparecido em 9 de agosto de 1976, em Buenos Aires, Argentina.

Brasileiro de origem britânica, trabalhava na Ford, em Buenos Aires. Era mecânico e delegado sindical.

Em 9 de agosto de 1976, às 4 horas da manhã, Walter e sua companheira, a argentina Claudia Julia Fita Miller, foram seqüestrados na pensão onde viviam na rua Olleros, 3612, em Buenos Aires. Segundo o testemunho de moradores, entrevistaram no seqüestro agentes das Forças Armadas e da Polícia Federal. Ambos foram vistos no Centro Clandestino de Detenção (CCD) El Vesubio em novembro de 1976. Seus desaparecimentos foram denunciados ao consulado britânico.

De acordo com declarações de Jorge Novua, de 7 de setembro de 2001, publicadas no informe “*Judíos Detenidos-Desaparecidos y Asesinados*”, Walter e Claudia eram ligados politicamente a Luis Marcelo Epelbaum²⁰ e militantes da Organización Comunista Poder Obrero (OCPO). Epelbaum foi seqüestrado no dia seguinte ao desaparecimento do casal, no café Olmo, localizado na avenida Santa Fé esquina com Pueyrredón, em Buenos Aires. Ele iria, supostamente, encontrar-se com um advogado para tratar do desaparecimento de Walter e Claudia. Acredita-se que esse encontro foi uma armadilha preparada para prendê-lo.

De acordo com uma carta entregue pelo Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS) à Comissão de Representação Externa de Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal brasileira, Walter teria sido visto por Elio Lopez em novembro e dezembro de 1976, na Brigada Güemes da Polícia da província de Buenos Aires, localizada em frente ao CCD El Vesubio.

Walter foi visto também, de acordo com informações dos arquivos da EAAF, no CCD El Vesubio em 1977. O site <www.desaparecidos.org> afirma que “*Walter e Claudia foram vistos no campo de concentração El Vesubio em novembro de 1976*”.

Na Argentina, centenas de edifícios particulares foram utilizados como Centros Clandestinos de Detenção, de tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos. O CCD El Vesubio foi um desses edifícios usados durante a última ditadura militar (1976-1983). Ali funcionaram os CCD Proto-Banco (de 1974 até dezembro de 1976) e El Banco (de dezembro de 1977 até agosto de 1978). Existiram mais de 600 CCDs na Argentina. Como muitos deles, El Vesubio foi demolido em outubro de 1978, por ocasião de uma visita da CIDH da OEA, incorporando-se ao espaço urbano, uma tentativa de negação do terror de Estado e de manter o silêncio.

Durante mais de 20 anos, os sobreviventes e os familiares dos desaparecidos que passaram por esses lugares recuperaram histórias, nomes, datas e fatos que alimentaram as ações judiciais, promoveram o reconhecimento público das vítimas e têm permitido a condenação dos responsáveis.

A megacausa conhecida como Primeiro Corpo do Exército (nº 14.216/03) corresponde aos crimes cometidos em mais de 60 CCDs que estavam na jurisdição do Primeiro Corpo do Exército, que abarca a Capital Federal e as províncias de La Pampa e de Buenos Aires, com exceção do circuito da polícia bonaerense. Os fatos ocorridos no CCD El Vesubio estão incluídos nessa ação.

A instrução deste processo está a cargo do juiz Daniel Rafecas, e já foram levados a juízo alguns casos. Trata-se de uma causa com mais de 80 imputados, entre os quais 45 se encontram processados, quase 50% deles estão presos, ainda que quatro se encontrem foragidos da justiça e mais de 20 tenham falecido antes de serem julgados. Uma alta porcentagem dos processados com prisão preventiva – 70% – encontra-se detida nos cárceres do Serviço Penitenciário Federal.

20. Outros dois irmãos de Luis são desaparecidos: Claudio e Lila Epelbaum, detidos em 4 de novembro de 1976, quando viajavam para o porto de Punta del Este, no Uruguai.

De acordo com as informações dos arquivos da EAAF, a denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) na Argentina e protocolada com o número 5.325. A declarante foi a mãe de Claudia, cuja denúncia do desaparecimento na CONADEP tem o número 5.324. Claudia tinha 23 anos e era estudante de psicologia.

Os familiares de Walter não encaminharam requerimento à CEMDP.

O Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo seu desaparecimento por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Arquivos do EAAF, Buenos Aires, Argentina.

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.memoriaabierta.org.ar

www.cels.org.ar

<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/judios/lista.html>

<http://desaparecidos.org/notas/2007/09/homenaje-a-los-detenido-desapa.html>

<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/f/fleury/>

Antônio Araújo Veloso (Sitônio)

Nasceu em 4 de dezembro de 1934, em Bertulina (PI), filho de José Veloso e Andreлина Araújo da Conceição. Morto em 31 de agosto de 1976.

Morava na localidade de Metade, no Sudeste do Pará, e era vizinho de alguns combatentes da Guerrilha do Araguaia quando o Exército ocupou a região em abril de 1972. Antônio, que era conhecido por *Sitônio*, tinha uma relação de amizade e colaboração com os guerrilheiros. Em abril de 1972, tentou ajudar o militante do PCdoB e guerrilheiro Danilo Carneiro a sair de lá. Ambos foram presos por uma patrulha situada na Cantina, na Transamazônica, e encaminhados para Marabá (PA), onde foram muito torturados, ficando dias sem água e comida, colocados em cima de latas, onde eram obrigados a ficar horas até terem os pés cortados. Quando foi liberado, seus pés não lhe obedeciam e os rins não funcionavam bem, tornando-o inválido para o trabalho e o sustento de sua família.

Vários camponeses deram depoimentos a respeito das torturas sofridas por *Sitônio*, entre eles José da Luz, o farmacêutico Abdias Soares da Silva, além de Danilo Carneiro. Abdias Soares da Silva também esteve preso com Antônio e declarou que o medicou várias vezes com os remédios de que dispunha, mas não conseguiu livrá-lo das dores violentas que sentia nos rins, nos pés e na própria alma.

Sua viúva, Maria Raimunda da Rocha Veloso, conhecida como *Maria da Metade*, tornou-se sindicalista rural e feminista, líder das catadoras de babaçu da região e dedicou especial atenção ao resgate da memória dos guerrilheiros e à busca das sepulturas clandestinas.

Na CEMDP, o caso, que teve como relator Luís Francisco Carvalho Filho, foi indeferido, porque a lei 9.140/95 não previa a reparação para as seqüelas da tortura.

O segundo requerimento, encaminhado após a ampliação da abrangência da lei, em 2004, foi aprovado por unanimidade, em 2 de agosto de 2005, tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa, mas *Maria da Metade* já havia falecido.

Documentos consultados:

Casos 341/96 e 123/04, na CEMDP.

Feliciano Eugênio Neto

Nasceu em 11 de maio de 1920, em Dom Silvério (MG), filho de José Eugênio e Marcolina de Souza Machado. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Morto em 29 de setembro de 1976, em São Paulo.

Era casado e tinha três filhos.

De acordo com seu próprio depoimento, registrado em 25 de outubro de 1975 pela Turma de Interrogatório Preliminar B do DOI-CODI/SP, Feliciano iniciou sua militância no PCB em 1945, em Volta Redonda (RJ), onde era trabalhador da Siderúrgica Nacional. Foi demitido em 1949 e nesse ano, na cidade de Rio de Janeiro, foi detido por quatro dias, mas não foi processado. No início de 1950, mudou-se para Niterói (RJ), onde atuou no PCB com Maurício Grabois (desaparecido em 25 de dezembro de 1973) e Carlos Nicolau Danielli (assassinado em 30 de dezembro de 1972) até 1958.

Em 1955, participou do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT) de apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República.

Em 1958, retornou a Volta Redonda e trabalhou no Sindicato da Construção Civil até 1962. Nesse ano, foi eleito vereador para o mandato que se iniciou no ano seguinte. Após o golpe de 1964, seu mandato foi cassado e ele mudou-se logo depois para São Bernardo do Campo (SP), onde conseguiu emprego em uma fábrica de pedras para isqueiro, e levava vida legal.

Em 1967, mudou-se para Campo Grande (hoje MS), quando passou a trabalhar para o partido. Lá viveu até 1970.

A partir de 1971, teve a tarefa de distribuir o jornal *Voz Operária* em São Paulo e no interior do estado, a qual executou até sua prisão, em 2 de outubro de 1975.

O advogado Mário de Passos Simas relatou sua prisão no livro *Gritos de Justiça*, de 1986, publicado pela editora FTD:

Na manhã do dia 16 de outubro de 1975, recebemos o telefonema de uma jovem, V.N.E., que em prantos dizia precisar de nossos serviços em benefício de seu pai, Feliciano Eugênio Neto, preso no DOI-CODI-II. Pedimos-lhe que nos procurasse no início da tarde daquele mesmo dia, munida de uma carta-procuração, da qual constasse como se dera a prisão de seu genitor, o que já nos facilitaria em muito a tarefa. Eis o teor da missiva:

“Dr. Mário Simas

A presente tem por fim dar conhecimento a V. Sa. que no dia 2 do corrente, aproximadamente às 16 horas, em nossa residência, em São Caetano do Sul [SP], foi efetuada a detenção de nosso pai, o Sr. Feliciano Eugênio Neto, pela Polícia Federal, isto na presença de nossa mãe, que se acha enferma, impossibilitada até de andar.

Não obstante a detenção de nosso pai, outros elementos permaneceram em nossa residência, aguardando que nós chegássemos, e, por volta dos 30 minutos do dia 3, fomos igualmente detidos e levados ao quartel do II Exército, no Ibirapuera.

Lá, pudemos nos certificar da presença de nosso pai no local e notamos que estava sofrendo maus-tratos, tanto assim que gemia constantemente.

Fomos interrogados por volta aproximadamente das 7 horas, a fim de que informássemos sobre as atividades políticas de nosso pai, que, segundo os interrogantes, era comunista militante.

Por volta das 9 ou 10 horas da manhã do dia 3, fomos dispensados e a partir daí não mais tivemos qualquer notícia do paradeiro de nosso pai, e, por essa razão, diante dessa situação aflitiva para nossa família, vimos pedir o obséquio de seus préstimos, a fim de conseguirmos a sua libertação.

Agradecidos pela sua atenção a este caso, subscrevemo-nos atenciosamente. V.N.E. e L.C.N.E.”

Repetia-se a cena; daí por que, mais uma vez, diante da omissão da autoridade, participamos o fato ao Juízo competente, requerendo fosse oficiado com urgência ao Gen. Comandante do II Exército, para que esclarecesse se o preso estava ou não indiciado em inquérito policial militar; em caso positivo, quem o presidia e, mais, que fosse determinada a quebra da incomunicabilidade.

Ao nosso requerimento, a Justiça manteve-se silente.

Voltamos à carga, reiterando o pedido e acrescentando que, no silêncio da autoridade, que agia abusivamente, fosse o preso requisitado a comparecer à sede do Juízo, para que ali se desse a indispensável entrevista entre advogado e cliente.

Decorridos 2 ou 3 dias, o oficial de Justiça, Sr. Alfredo [...] telefonou-nos pela manhã, dizendo que o nosso pedido fora aceito e que poderíamos conversar com o preso “quando bem entendêssemos”. Propusemos-lhe que a entrevista acontecesse naquela tarde, ao que ele nos disse ser impossível, pedindo-nos que passássemos pela Auditoria no dia seguinte pelas 10 horas. No horário fixado, o meirinho deu-nos um ofício assinado pelo juiz-auditor, endereçado ao Gen. Chefe do Estado-Maior do II Exército, e nos orientou a procurar a 2ª Seção no Quartel-General, no Ibirapuera.

[...] Escoltado por dois soldados, armados de metralhadoras, entrou no recinto um homem baixo, magro, moreno, aparentando 60 anos, rosto encovado e enrugado; puxava uma das pernas e lacrimejava de uma vista.

[...] – Aquela altura, pela cena presenciada e por ter ouvido toda aquela lengalenga, Feliciano Eugênio Neto não tinha dúvida de que éramos a sua Defesa. No fundo, as provocações acabaram por facilitar as coisas, uma vez que, incomunicável fazia muito tempo, o nosso constituinte, por motivos explicáveis e admissíveis, desconfiava de tudo e de todos.

Pedíamos a Feliciano que nada adiantasse a respeito das incriminações que lhe eram feitas, porque, para discutir tal assunto, teríamos muito tempo e melhores condições ambientais. Queríamos saber, sim, se ele havia sido torturado e em que circunstâncias tinha sido preso. Absorto diante da colocação que fizéramos, ele se pôs a chorar. Demos por finda a entrevista.

Ao abrímos a porta da sala, o tenente veio como uma bala ao nosso encontro e, após determinar à escolta que levasse Feliciano de volta ao DOI-CODI-II, exibiu-nos um papel, contendo declaração a ser assinada por nós, no sentido de que por 15 minutos havíamos nos entrevistado com o preso. Por ser verdadeira, subscrevemos a declaração. Foi a partir de tal fato que concluímos ter sido gravada toda a conversa mantida com o cliente, porque o oficial, ao trazer a declaração, fixara com exatidão o tempo que levava a entrevista.

[...] Em março de 1976, requeremos ao Juízo fosse dispensada imprescindível assistência médica ao nosso cliente, de natureza oftalmológica, porque, em decorrência dos maus-tratos sofridos na fase investigatória, tinha ele sofrido ferimentos na órbita ocular e danificado um olho de vidro.

Decorrido um mês, seus companheiros de prisão faziam chegar ao Juízo um documento exigindo a real e concreta dispensa de cuidados médicos a Feliciano.

Em maio do mesmo ano, Feliciano foi retirado da cela e, sem qualquer aviso, levado à presença de duas pessoas que se diziam da Polícia Federal. Na sala do vice-diretor do Presídio do Hipódromo, sob ameaças de voltar ao DOI-CODI-II, foi interrogado a respeito dos mesmos fatos que motivaram o processo a que respondia perante a 2ª Auditoria do Exército.

Tudo, tudo mesmo era participado ao Juízo e a Defesa reclamava se pusesse cobro àquela perseguição; mas, em verdade, nenhuma providência era adotada.

Feliciano, debilitado, quebrado externa e internamente, dias antes da data em que seria posto em liberdade pelo cumprimento da pena de 6 meses de reclusão que lhe fora imposta, deu entrada às pressas, de noite, no Hospital das Clínicas de São Paulo, para ser submetido a uma urgente intervenção cirúrgica.

Morreu durante a operação...

Seu nome não constava das listas de denúncias encaminhadas ao CBA nem do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. O resgate de sua história foi possível com o processo que seus filhos encaminharam em 2007 à Comissão de Reparação, criada pela lei 10.726/2001, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, com o fim de reparar os crimes praticados nesse estado contra os opositores políticos no período ditatorial.

Seu caso não foi encaminhado a CEMDP.

Documentos consultados:

Processo nº 270.910, de 2007, na Comissão de Reparação/SP.
SIMAS, Mário de Passos. *Gritos de Justiça*. São Paulo: FTD, 1986.



João Bosco Penido Burnier (Padre)

Nasceu em 11 de junho de 1917, em Juiz de Fora (MG), filho de Henrique Burnier e Maria Cândida Penido. Morto em 11 de outubro de 1976.

João Bosco fez os estudos primários em casa, estudou também piano e francês, entre 1922 e 1924.

Seu desejo era ser sacerdote. Em 1928, foi para um Seminário em Paquetá (RJ), mais tarde para outro, no Rio Comprido e, finalmente, para o Seminário Maior em Roma, onde se tornou padre secular e concluiu o mestrado em Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana. Foi prepósito na Vice-Província Goiano-Mineira dos Jesuítas. Entre 1959 e 1965, foi mestre de noviços e diretor espiritual dos juniores.

Padre Burnier era missionário da Prelazia de Diamantino (MT), onde atuava na defesa dos indígenas e trabalhadores rurais sem terra. Optou pelo caminho da Teologia da Libertação, priorizando o trabalho com os pobres, em uma das regiões mais conflituosas do país.

Nos últimos anos de sua vida, atuava no Norte do Mato Grosso, entre as tribos Beíços-de-Pau, Bakairi, Merure e Bororo, onde chegou a aprender a língua indígena da tribo Bakairi. Meses antes de sua morte, foi eleito coordenador do Cimi.

Padre Burnier foi assassinado por agentes policiais na DP de Ribeirão Bonito (MT), hoje denominado de “Ribeirão Cascalheira”, onde vivia havia mais de dez anos. Em 11 de outubro de 1976, realizava visita à cadeia pública, em companhia de outros padres, entre eles o bispo D. Pedro Casaldáliga. A visita foi motivada pela prisão de paroquianos que estavam sendo torturados. Assim que eles chegaram, foram recebidos à bala pelos policiais, sendo que o padre Burnier foi atingido na cabeça. Chegou a ser encaminhado a um hospital em Goiânia (GO), onde já chegou com morte cerebral.

Sobre o episódio, transcrevemos o relato de D. Pedro Casaldáliga retirado do livro *Direito à Memória e à Verdade*:

Quando chegamos a Ribeirão logo nos sentimos atingidos por um certo clima de terror que pairava sobre o lugar e as redondezas. A morte do cabo Félix (...), muito conhecido pelas suas arbitrariedades e até crimes (...) trouxe ao lugar um grande contingente de policiais e com eles a repressão arbitrária e até a tortura (...). Duas mulheres estavam sofrendo na delegacia torturas – um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos, agulhas na garganta e sob as unhas (...). Era Margarida Barbosa, irmã de Jovino (que matara o cabo Félix por ter aprisionado o filho dele) e Santana, esposa de Paulo, filho de Jovino, violentada por vários soldados apesar de estar de resguardo (...)

Eram mais de 18h e os gritos delas se ouviam da rua. “Não me batam”. Resolvi ir à delegacia interceder por elas. O padre João Bosco, que estava lendo e rezando (...) fez questão de me acompanhar (...). Quando chegávamos no terreno da pequena delegacia local, cercada por arame (...) os quatro policiais nos esperavam enfileirados, em atitude agressiva. Entramos pela cerca de arame que ia ser também cerca de morte. Eu me apresentei como bispo de São Félix, dando a mão aos soldados. O padre João Bosco também se apresentou. E tiveram aquele diálogo de talvez três ou cinco minutos; com insultos e ameaças até de morte por parte deles. Quando o padre João Bosco disse aos policiais que denunciaria aos superiores dos mesmos as arbitrariedades que vinham praticando, o soldado Ezy Ramalho Feitosa pulou até ele, dando-lhe uma bofetada fortíssima no rosto. Tentei cortar o impossível diálogo: “João Bosco, vamos (...)”. O soldado descarregou no rosto do padre um golpe de revólver, e em um segundo gesto, fulminante, o tiro fatal, no crânio.

No seu enterro, em 14 de outubro de 1976, o féretro foi conduzido por 2 mil pessoas, além de uma caravana com 45 carros. Era quase toda a população de Diamantino. Da boca do povo, naquele dia, ouviam-se as palavras: “*O Padre João Bosco morreu porque defendeu a vida de duas mulheres do povo, presas e torturadas na Delegacia de Polícia*”. Nesse dia também a população destruiu e incendiou a delegacia.

Na CEMDP, seu caso teve como relator Nilmário Miranda e um pedido de vistas de Luís Francisco Carvalho Filho. Votado em 24 de abril de 1997, foi indeferido por 5 votos contrários e 2 votos favoráveis, os do relator e de Suzana Keniger Lisbôa. A Comissão não reconheceu motivação política em sua morte. Nilmário Miranda, ao defender o reconhecimento da atuação política do padre, enfatizou:

[...] *o fato de estar acompanhando D. Pedro Casaldáliga, considerado inimigo pelos governos militares, que tentaram expulsá-lo do país, é relevante. Naquele mesmo ano, no dia 22 de setembro, quando agentes policiais militares seqüestraram D. Adriano, Bispo de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, testemunhas oculares informaram D. Pedro Casaldáliga da tentativa de matá-lo em São Félix do Araguaia. Segundo Dom Pedro Casaldáliga: “Queriam, os inimigos do povo, dar uma lição à Igreja do Povo, simultaneamente na cidade e no campo”.*

O padre José Coelho de Souza escreveu um livro sobre o padre Burnier com o título *O Sangue pela Justiça*, em 1978, e D. Pedro Casaldáliga escreveu o livro *Martírio do Padre João Bosco Penido Burnier*, em 2006, ambos publicados pela Editora Loyola.

Em sua homenagem, seu nome foi dado a uma rua localizada no bairro do Trevo, em Belo Horizonte (MG).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 352/96, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*, op. cit.

João Belchior Marques Goulart (*Jango*)

Nasceu em 1º de março de 1919, em São Borja (RS), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Morto em 6 de dezembro de 1976. Dirigente nacional do PTB, vice-presidente da República de 1956 a 1961 e presidente da República de 1961 a 1964.

Era casado com Maria Tereza Fontela Goulart, com quem teve dois filhos, João Vicente e Denise.

Seu pai era estancieiro em São Borja, além de exercer atividades relacionadas à industrialização e ao comércio do charque. *Jango*, como era conhecido, era o terceiro de uma família de oito irmãos.

Iniciou seus estudos em São Borja e, em 1928, foi interno no Colégio Santana, em Uru-guaiana e, depois, no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Terminou o 2º grau (atual ensino médio) com apenas 16 anos e seu pai alterou o ano de seu nascimento para 1918, a fim de que pudesse ingressar na universidade. Em 1935, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre, formando-se em direito em 1939. Nessa época, eram intensos os embates entre a direita e a esquerda, organizados respectivamente na Ação Integralista Brasileira (AIB) e na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Como estudante, João Goulart não se posicionou ao lado de nenhuma delas.

Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, Getúlio Vargas, chefe do governo deposto, retornou a São Borja. *Jango* e Vargas estreitaram seus laços de amizade. Em seguida, *Jango* teve grande atuação na campanha do general Eurico Dutra, candidato de Vargas à Presidência.

Em 1946, foi eleito deputado estadual sem, contudo, ter um papel de destaque.

A partir de 1950, foi coordenador da campanha de Getúlio Vargas à presidência da República e candidatou-se a deputado federal pela legenda do PTB. Eleito, tomou posse



em fevereiro de 1951 e licenciou-se em seguida para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do governo gaúcho.

Em maio de 1952, assumiu a presidência do PTB e reassumiu seu cargo de deputado federal, mudando-se para o Rio de Janeiro.

A UDN recusava-se a qualquer aliança com o governo de Vargas e alguns de seus setores mais radicais iniciaram a preparação de um golpe. *Jango*, apesar de obter algum êxito em sua atuação política entre os trabalhadores, não conseguiu impedir o agravamento da crise. Em São Paulo eclodiu, em março de 1953, a chamada “Greve dos Trezentos Mil”, que reuniu trabalhadores de diversas categorias. Foi criado o comando intersindical, que mais tarde daria origem ao Pacto de Unidade Intersindical (PUI).

Em junho daquele ano, a greve dos marítimos atingiu os portos do Rio de Janeiro, de Santos e de Belém. Vargas destituiu o ministro do Trabalho, nomeando João Goulart para o cargo. Isso acirrou mais as críticas da UDN. Em poucos dias, a greve dos marítimos acabou, com a maioria de suas reivindicações atendidas. *Jango* criou uma rede de lideranças sindicais vinculadas a ele.

Em fevereiro de 1954, *Jango* encaminhou ao Congresso um projeto de aumento de 100% do salário mínimo. Esse fato acabou criando mal-estar entre os militares e Vargas acabou por demitir os ministros do Trabalho e do Exército. *Jango* reassumiu sua cadeira no Congresso, sem contudo, perder sua influência no governo. Em 1º de maio, Vargas finalmente anunciou o aumento de 100% do salário mínimo. A decretação do monopólio do petróleo foi outro fator que contribuiu para acirrar a oposição dos empresários.

Em agosto de 1954, em meio à crise política, o político e jornalista Carlos Lacerda sofreu um atentado realizado por um agente ligado à segurança de Vargas, quando acabou sendo assassinado um major da Aeronáutica. A oposição exigia a renúncia de Vargas, que se suicidou em 24 de agosto, sendo a presidência assumida pelo vice-presidente, Café Filho.

Jango candidatou-se ao Senado e foi derrotado. O PTB perdeu várias prefeituras e o governo do estado no Rio Grande do Sul. Tentou então a rearticulação do PTB para as eleições presidenciais de 1955 e acabou saindo candidato a vice-presidente na chapa de Juscelino Kubitschek, do PSD. Naquela época, o eleitor podia votar em um candidato a presidente de uma chapa e em um candidato a vice de outra, ou seja, podia montar a sua própria chapa.

Lacerda publicou na *Tribuna da Imprensa*, em 17 de setembro de 1955, uma carta do deputado argentino Antonio Jesus Brandi dirigida a *Jango*, na qual tratava de entendimentos secretos entre *Jango* e Perón, no sentido de criar uma república sindicalista no Brasil. Seu objetivo era impedir a eleição de *Jango*. Após uma sindicância, concluída quando as eleições já haviam ocorrido, ficou comprovada a falsidade da carta.

Mesmo assim, Juscelino e *Jango* foram os mais votados. A UDN e seus aliados deram início a uma campanha de anulação das eleições, e Carlos Lacerda e os ministros militares passaram a pregar abertamente a deflagração de um golpe militar. Isso gerou uma grave crise com a decretação de estado de sítio pela Câmara dos Deputados, até que o TSE proclamou os resultados oficiais das eleições, dando como vencedores Juscelino e *Jango*, empossados em 31 de janeiro de 1956.

Nesse mesmo ano, Lacerda acusou *Jango* de transações comerciais ilícitas com a Argentina e foi acusado de violar a Lei de Segurança Nacional por divulgar documentos nacionais secretos. As atividades de *Jango* tornam-se alvo de CPI do Congresso e os trabalhistas passaram a defender uma lei de imprensa visando coibir os excessos por parte de jornalistas.

Em 1959, com o início das articulações para as eleições presidenciais, a aliança PSD-PTB estava bastante enfraquecida e as divergências aglutinavam-se em dois grupos: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), com posições nacionalistas, que condenavam a dominação da economia pelo capital estrangeiro, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que defendia a liberdade para a participação desse capital na economia nacional.

Jango, posicionado ao lado da FPN, apresentava como principais discordâncias com a política de Juscelino a estabilização monetária de acordo com as diretrizes do FMI; além disso, apoiava a reforma agrária, o controle de capitais estrangeiros no país e da remessa de lucros ao exterior. Juscelino apoiou a candidatura do marechal Lott à presidência e *Jango* candidatou-se novamente a vice-presidente em sua chapa, repetindo a aliança PSD-PTB.

Surgiu nesse ínterim a candidatura à presidência de Jânio Quadros, apoiado por uma coligação da qual fazia parte a UDN. Ao fim das eleições, Jânio Quadros foi eleito presidente, e *Jango*, vice.

Em 25 de agosto de 1961, quando *Jango* se encontrava em viagem oficial à China, Jânio Quadros renunciou, gerando uma grave crise sucessória.

Na ausência do vice-presidente, tomou posse interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Os ministros militares, entretanto, formaram uma junta, com o apoio de outros militares e civis, e vetaram a posse de *Jango*. No Rio Grande do Sul, o governador Brizola, com o apoio do comandante do III Exército, criou a “cadeia da legalidade”, que contou também com o apoio dos governos de Santa Catarina, Paraná e Goiás. O ministro do Exército destituiu o comandante do III Exército e mobilizou tropas do I e II Exércitos para o eventual confronto com o III Exército. Nesse clima, *Jango* apressou o seu retorno, sendo impedido de desembarcar em Buenos Aires, em virtude da presença de forte dispositivo militar, e acabou desembarcando em Montevidéu, onde acertou com Tancredo Neves e Hugo de Faria, enviados de Ranieri Mazzilli, a aceitação do parlamentarismo, o que lhe reduzia os poderes. Entrou no país pelo aeroporto de Porto Alegre, em 1º de setembro, sendo recebido por enorme manifestação popular, e em 7 de setembro assumiu a presidência.

O seu programa de governo tinha como pontos principais: reajustes salariais periódicos compatíveis com os índices de inflação, política externa independente, nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras (energia elétrica e telefonia) e as chamadas “reformas de base” (agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana).

A crise econômica e social aprofundava-se, atingindo seu máximo no Nordeste com o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, em 2 de abril de 1962, e com a invasão e o saque de armazéns pela população faminta.

O recém-criado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) comprometeu-se com *Jango* a defender o presidencialismo com a condição de serem atendidas algumas de suas reivindicações: revogação da LSN, 100% de aumento no salário mínimo e implementação das reformas de base, que até então não saíam do papel e dos discursos.

Paralelamente à campanha pelo plebiscito sobre o presidencialismo, desenvolveu-se a campanha para a eleição dos deputados federais, estaduais, vereadores e parte dos governadores e prefeitos. A luta foi acirrada. A direita articulou-se por meio do IBAD, fundado em 1959. As divergências com os EUA acirram-se depois da assinatura, em setembro de 1962, da Lei de Remessas de Lucros, aprovada pela Câmara dos Deputados, e da “crise dos mísseis”, quando os EUA decretaram o bloqueio a Cuba e ameaçaram invadir aquele país. *Jango* opôs-se à invasão e não aceitou a intervenção, considerando-a desrespeito à autodeterminação dos povos.

Em 6 de janeiro de 1963, foi realizado o plebiscito, em que o presidencialismo ganhou com larga margem de votos.

No governo presidencialista, *Jango* ora cedia à direita, ora à esquerda. Quando apoiava a política de austeridade para conseguir adeptos no seio da elite política e entre os banqueiros internacionais, perdia apoio dos sindicalistas e das camadas populares. A conciliação entre as duas opções tornava-se cada vez mais difícil.

Essas dificuldades se agravaram com as negociações para a compra da empresa norte-americana Amforn, consideradas lesivas aos interesses nacionais.

A questão da reforma agrária era outro grande problema que polarizava a opinião pública. O PSD, partido de Juscelino, que a princípio concordara com o projeto de reforma agrária encaminhado ao Congresso, acabou aliando-se às posições da UDN.

O FMI e o governo norte-americano bloquearam todos os créditos destinados ao Brasil e condicionaram o reescalonamento da dívida externa, entre outras coisas, à compra da Amforp.

Por outro lado, ganhava corpo o movimento conspiratório da direita, promovido por IBAD, IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), empresários, ruralistas, oficiais militares e Igreja.

Em 12 de setembro de 1963, centenas de sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica ocuparam, durante a madrugada, importantes centros administrativos de Brasília em protesto à recusa do STF em reconhecer o direito de elegibilidade dos sargentos a cargos do Poder Legislativo.

Os oficiais militares, que já vinham conspirando contra o governo, articulavam-se com grupos civis. *Jango*, porém, acreditava que, com o apoio popular, seria capaz de neutralizar qualquer tentativa golpista. No entanto, ia perdendo esse apoio à medida que não conseguia concretizar as reformas exigidas por trabalhadores e camponeses.

Descrente da possibilidade de fazer um governo de conciliação, nomeou o almirante Cândido Aragão, considerado esquerdista, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, o que provocou um protesto de 26 oficiais da Marinha. Os manifestantes foram presos, o que exacerbou a opinião predominantemente conservadora no seio da oficialidade das Forças Armadas.

Além disso, tomou medidas de interesse dos trabalhadores como a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais. Por meio de decreto, determinou a completa revisão das concessões governamentais das jazidas minerais e o cancelamento das concessões não exploradas no curso dos últimos 20 anos; quebrou o monopólio das distribuidoras de derivados de petróleo e outorgou à Petrobras o monopólio da importação de petróleo. Em 24 de janeiro de 1964, *Jango* emitiu a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros que havia sido aprovada pelo Congresso em setembro de 1962.

Os militares, liderados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, à revelia do presidente, implementaram no fim de janeiro um acordo militar com os Estados Unidos que previa a necessidade de assistência ao Brasil para enfrentar ameaças ou atos de agressão, ou qualquer outra ameaça à segurança.

Com os grupos que o apoiavam, CGT, DPN, PMP e UNE, traçou-se uma estratégia de realizar grandes comícios para pressionar o Congresso a mudar alguns artigos da Constituição e assim realizar as reformas de base. O primeiro deles foi a 13 de março, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença de cerca de 150 mil pessoas. O objetivo era realizar outros semelhantes nas capitais brasileiras e culminar em uma grande concentração nas comemorações do Primeiro de Maio. No comício da Central do Brasil, *Jango* anunciou dois decretos: a encampação das refinarias de petróleo particulares e a desapropriação de todas as propriedades valorizadas por investimentos públicos situadas às margens de estradas e açudes.

A partir daí, todos aqueles que já vinham conspirando se unificaram: os latifundiários, a embaixada dos Estados Unidos e a oficialidade militar. Em 19 de março, foi realizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em diversas capitais brasileiras, convocada por entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB), com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra a implantação do comunismo no país.

Nessa mesma época, o general Costa e Silva reuniu-se no Rio de Janeiro com os generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias para fazer um balanço de suas forças nos quartéis do país e dividir as tarefas do golpe. No dia 20, Castelo Branco lançou uma circular reservada aos oficiais do estado-maior, alertando para as ameaças das medidas de *Jango*.

Com a eclosão do episódio que ficou conhecido como a “Revolta dos Marinheiros”, em 25 de março, quando marinheiros comandados pelo *Cabo Anselmo*²¹ – José Anselmo dos Santos – e outros participaram de uma assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Ja-

21. Sobre o *Cabo Anselmo* ver também os casos de José Maria Ferreira Araújo, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori (1970), de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira e José Raimundo da Costa (1971), de Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul, Soledad Barret Viedma e de Edgard Aquino Duarte (1973) e de Onofre Pinto (1974).

neiro, o ministro da Marinha considerou a assembléia um ato de subversão à hierarquia militar, ordenando o cerco e a prisão de todos os marinheiros. Os fuzileiros navais, comandados pelo vice-almirante Cândido Aragão, que deveria prender os marinheiros, engrossaram a assembléia e *Jango* proibiu as tropas de invadir o sindicato. No dia seguinte, os marinheiros, depois de acertarem um acordo com o ministro do Trabalho, foram presos e, posteriormente, anistiados por *Jango*.

No dia 30, *Jango* compareceu a uma reunião de sargentos no Automóvel Clube do Brasil, o que irritou ainda mais os oficiais militares.

Na madrugada de 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora (MG), iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Iniciado o golpe, os principais comandos militares articularam-se para dar o seu apoio à ofensiva de Minas Gerais. Na tarde de 31 de março, Juscelino ainda tentou negociar uma solução política para a crise, desde que *Jango* lançasse um manifesto de repúdio ao comunismo e punisse os marinheiros, o que ele recusou, e viajou na manhã de 1º de abril do Rio de Janeiro para Brasília. À noite, viajou para Porto Alegre com o objetivo de organizar a resistência e defender o poder legal. Mas, em 4 de abril, asilou-se no Uruguai.

Após os primeiros tempos em Montevidéu, *Jango* comprou uma propriedade próxima à fronteira com o Brasil, onde se dedicou à criação de gado e à exportação de carne. Três meses após a sua ida para o exílio, teve sua primeira crise cardíaca, que se repetiu várias outras vezes.

Em 1966, tomou parte da Frente Ampla, movimento político lançado por Carlos Lacerda, seu inimigo político, com o objetivo de restaurar a democracia no Brasil. Também participaram Juscelino e outros políticos de oposição. Em 25 de setembro de 1966, foi lançado um manifesto conjunto de Lacerda e *Jango* em defesa da Frente Ampla.

Em 5 de abril de 1967, uma portaria do ministro da Justiça proibiu as atividades da Frente Ampla. Com seu fim, as atividades políticas de *Jango* reduziram-se e ele voltou a dedicar-se aos negócios; nessa época, já possuía fazendas no Uruguai, Argentina e Paraguai. Adquiriu o controle acionário de um hotel de porte médio em Montevidéu com o objetivo de oferecer emprego a exilados políticos brasileiros.

Com a chamada distensão política do general Geisel, *Jango* fez gestões para obter, em fins de 1974, permissão para o seu regresso do exílio, visto que, nesse ano, também completava o prazo de dez anos da cassação de seus direitos políticos.

Em 1976, com a instauração da ditadura na Argentina, várias personalidades políticas exiladas foram seqüestradas e/ou mortas. Isso levou *Jango* a insistir na tentativa de sua volta ao Brasil, pois não queria regressar clandestinamente, mas acabou morrendo em 6 de dezembro, em sua fazenda, em Mercedes, Argentina, vítima de ataque cardíaco.

Sua morte teve grande repercussão tanto no Uruguai como no Brasil, apesar da censura imposta. *Jango* foi sepultado em São Borja, na presença de 30 mil pessoas.

De acordo com Elio Gaspari, “*Geisel negou a Jango o luto oficial que dera três meses antes a Juscelino Kubitschek. Mais uma vez, a bandeira do Congresso, depois de ter sido hasteada a meio pau, foi obrigada a arrepender-se*”. Ainda segundo Gaspari, “*O caixão estava coberto pela bandeira brasileira e um grupo de senhoras pediu a Denise [filha de Jango] que o cobrisse também com uma faixa branca onde se lia, em letras vermelhas: ‘Anistia’*”.

A morte de *Jango*, embora atestada como morte natural, sempre levantou suspeitas de um possível assassinato. Os três maiores expoentes da frustrada Frente Ampla morreram durante o governo Geisel. O primeiro, Juscelino Kubitschek, morreu num acidente de carro, na Via Dutra, em 22 de agosto de 1976. Estava em um Opala guiado pelo motorista Geraldo Ribeiro, indo de São Paulo para o Rio de Janeiro. Supostamente, o veículo foi atingido por um ônibus, passou para a outra pista e bateu de frente em um caminhão. O segundo foi *Jango*, que morreu menos de quatro meses depois, de ataque cardíaco. O terceiro foi Lacerda, morto em 21 de maio de 1977, de complicações de uma simples gripe.

A versão das mortes torna-se ainda mais suspeita quando lemos em *O Beijo da Morte* a transcrição de documento de 28 de agosto de 1975, escrito pelo coronel Manuel Contreras Sepúlveda, diretor da DINA (a polícia política chilena), ao general Figueiredo, do SNI, e, mais tarde, sucessor de Geisel na presidência da República:

Recebi seu informe de 21 de agosto de 1975 e agradeço a oportuna e precisa informação, expressando minha satisfação por sua colaboração que devemos estreitar ainda mais.

Em resposta, cumpre-me comunicar-lhe o seguinte:

1) Compartilho sua preocupação com o possível triunfo do Partido Democrata americano nas próximas eleições presidenciais. Também temos conhecimento do reiterado apoio dos democratas a Kubitschek e Letelier, que no futuro poderia influenciar seriamente a estabilidade do Cone Sul de nosso hemisfério.

Matéria publicada em *O Globo*, em 20 de agosto de 1982, intitulada “*Justiça Argentina vai Pedir Exumação do Corpo de Jango*”, após denúncia do advogado Enrique Foch Diaz, informava sobre a suspeita de que *Jango* teria sido envenenado. Diaz, em seu livro *João Goulart: El Crimen Perfecto*, acusa a esposa de *Jango* e seus advogados pelo crime. Esse advogado, que havia sido militar da Aeronáutica no Uruguai e servido como mercenário na Argélia, teria tido desavenças com os acusados no processo de inventário aberto pela família após a morte de *Jango*.

Em junho de 2000, foi aberta uma Comissão Externa da Câmara de Deputados, a pedido do deputado Miro Teixeira, para apurar as reais circunstâncias da morte de *Jango*, que encerrou seus trabalhos em 15 de agosto de 2001, sem, contudo, chegar a uma conclusão.

Em 21 de junho de 2000, o jornal *Zero Hora* informou que um ex-tenente da polícia uruguaia, Ronald Mário Meira Barreiro (que usava seis nomes falsos) – um ex-integrante dos órgãos de repressão da ditadura uruguaia, hoje preso por crime comum na penitenciária de Charqueada, Rio Grande do Sul –, confessou ter participado da operação que levou *Jango* à morte por envenenamento em seu exílio.

Até hoje, esse episódio ainda não foi esclarecido em sua totalidade. Nos últimos meses de 2007, o Congresso estadunidense desclassificou documentos antigos da CIA (agência de inteligência dos EUA) e comprovou a participação oficial do governo de Lyndon Johnson na conspiração.

João Vicente Goulart, filho de *Jango* e fundador do Instituto Presidente Goulart, em entrevista a *Brasil de Fato*, de 24 de janeiro de 2008, em matéria intitulada “*O Governo Lula Vai Ter que Apurar a Morte de Jango*”, falou sobre o processo aberto pela família, responsabilizando o governo dos EUA pela morte de seu pai:

[...] a ação que a nossa família está movendo [é] contra o governo dos EUA para responsabilizá-lo pela grande quebra da democracia brasileira na intervenção em nosso país, em 1964. Este é um dos fatos. Esta ação surge entre outubro e dezembro de 2002, quando o ex-embaixador Lincoln Gordon veio ao nosso país, dentro das nossas fronteiras, para lançar o seu livro sobre os fatos que antecederam o golpe de Estado de 1964. Para nossa surpresa – eu estava em São Paulo –, naquela época nós tínhamos, de fato, dois presidentes constitucionais: o presidente Lula, que tinha acabado de ser eleito em outubro daquele ano; e o Fernando Henrique Cardoso, presidente de fato que entregaria o cargo em janeiro de 2003. Ora, o ex-embaixador Gordon disse, dentro das nossas fronteiras, numa entrevista ao programa “Fantástico”, da Rede Globo, e outra – em mais de 2 horas de conversa no “Roda Viva” (TV Cultura) – que usou 5 milhões de dólares de uma verba secreta da CIA para derrubar o governo João Goulart. Ora, não se trata de quem derrubou o governo João Goulart, mas sim se trata de quem é brasileiro questionar: Como vamos deixar que, dentro do nosso território nacional, um americano venha dizer que rasgou a Constituição do nosso país. E, nós, com dois presidentes eleitos que não se manifestaram! E fica por isso mesmo? Naquele momento, a família entendeu que a questão não era a derrubada do Jango. [...]

E veja só que na primeira instância, na Justiça Federal, no Rio de Janeiro, o juiz considerou a questão como “ato de império”, afirmando que a nossa pretensão era equívoca,

que era nula! (em um ato de império, a Justiça brasileira não pode aceitar um processo contra um Estado estrangeiro). [...]

Nós sempre duvidamos das circunstâncias da morte do presidente João Goulart. Não só da morte de Jango, tanto é que o Congresso Brasileiro abriu uma comissão de sindicância externa porque não estávamos em condições para abrir uma CPI. Tudo bem, não se pode dizer que os integrantes daquela comissão externa não se esforçaram para esclarecer os fatos. Mas não existia o que viemos a comprovar depois: o aparecimento deste sinistro personagem que se diz ex-agente da ditadura uruguaia, que monitorou nossa família, nosso exílio no Uruguai. [...] Muitos queriam que ele entregasse provas, mas que provas pode ter um homem preso há vinte anos? A prova é ele! [...] Nós encaminhamos ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, um pedido de abertura de inquérito de Ação Civil Pública. É uma testemunha viva! Talvez seja a última oportunidade que tenhamos para esclarecer não apenas a morte de Jango, mas também a morte de Miquelini [trata-se do senador uruguaio Zilmar Michellini], a morte do general Juan José Torres (ex-presidente nacionalista da Bolívia, assassinado pela Operação Condor em Buenos Aires), a morte do General Pratts (militar democrata chileno morto no exílio), o desaparecimento de mais 30 mil pessoas.

[...] O depoimento do Meira veio a corroborar umas informações que nós estamos descobrindo.

[...] ele declara na entrevista, gravada em vídeo, que o delegado Fleury esteve lá e mandou matar o Jango! Esteve lá com um agente chamado Negrão, e outros, e deu a ordem. Como eu e a família podemos ir mais além? É o governo que tem que abrir, é ele que tem a responsabilidade sobre os arquivos do Ministério da Justiça e do Ciex [...] um ex-presidente da República (Jango) morre em território argentino, é transportado para cá e proíbem a abertura do caixão tanto na Argentina como no Brasil! O Meira diz que o caixão não podia ser aberto no prazo de 72 horas porque seria detectado o veneno que colocaram. [...]

Ele declarou inclusive quem foi o médico que fez o veneno, um médico uruguaio chamado Carlos Milles, que por sua vez foi morto como queima de arquivo lá em Montevideú. [...] Não queremos uma resposta do tipo "está prescrito". Entramos com o processo em nome de uma Oscip, uma entidade civil pública brasileira, o Instituto Presidente Goulart. Se nós obtivermos uma resposta desse tipo das autoridades do nosso país, vamos ao Tribunal Internacional de Haia. [...] Nós acreditamos nas autoridades do meu país, e esperamos que as autoridades tenham a decência, a coragem, a hombridade de esclarecer, sim ou não. Agora, omissão, não. A omissão é uma voz calada que a História não permite!

Documentos consultados:

ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB/FGV). Rio de Janeiro: FGV; CPODC, 2001.

CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. *O Beijo da Morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

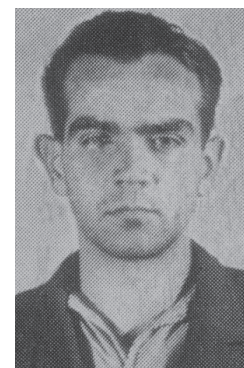
GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit., p. 317-318.

Dirigentes do PCdoB assassinados na Lapa, em São Paulo

Ângelo Arroyo

Nasceu em 6 de novembro de 1928, em São Paulo (SP), filho de Ângelo Arroyo e Encarnação Pardito. Morto em 16 de dezembro de 1976. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Era casado e tinha dois filhos. Operário metalúrgico, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945. No ano seguinte, foi eleito membro do Comitê Regional de São Paulo e secretário do Comitê Distrital da Mooca. Foi ativista do movimento sindical paulista, tornando-se um dos líderes do Sindicato dos Metalúrgicos na década de 1950. Participou das greves e das manifestações de rua de 1952 e 1953, em São Paulo, sendo



preso várias vezes. No livro *João Saldanha: uma Vida em Jogo*, há uma passagem, com um relato de Saldanha em que ele se refere a uma de suas prisões com Ângelo Arroyo. Em meados de 1949, estava nas ruas a campanha “*O Petróleo é Nosso*”, com cartazes, panfletos, faixas e manifestações públicas:

João e o companheiro Ângelo Arroyo foram participar do ato, na Praça João Mendes [São Paulo].

No decorrer da manifestação começaram os ataques ao Presidente Dutra.

– A polícia chegou, mas topei a parada. Estávamos levando vantagem quando chegaram mais milicos. Eu e o Arroyo fomos levados para o DOPS paulista, ao lado da Estação da Luz. Ali, eles maltrataram muito a gente: porrada, deixaram sem comer quatro ou cinco dias, sem nenhuma condição de higiene. Havia uma privada sem água, assim, no meio do troço, e muita gente para um carcerezinho. Apanhamos vários dias seguidos, sem que eles soubessem em quem estavam batendo. Nossos documentos eram falsos.

Arroyo e João Saldanha ficaram 28 dias presos, sendo torturados. Até que um dia a polícia amarrou os dois com uma corda e os levou para o Alto do Sumaré. Ali bateram bastante neles com porretes e, quando se cansaram, os policiais os jogaram lá de cima e eles foram rolando morro abaixo. Eles se arrastaram até alcançar uma rua com transeuntes que lhes soltaram as cordas.

Ângelo Arroyo realizou atividades políticas no campo, em várias regiões do país, inclusive participando da Revolta de Formoso e Trombas, em Goiás, no fim dos anos 1950. Em 1962, participou da Conferência Nacional Extraordinária que organizou o PCdoB, tornando-se membro da Comissão Executiva do Comitê Central.

Ajudou a criar e organizar os destacamentos guerrilheiros do Sul do Pará, tornando-se um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia.

Foi um dos poucos guerrilheiros sobreviventes e só saiu da região no fim de janeiro de 1974, quando a repressão das Forças Armadas dispersou os guerrilheiros. Antes, porém, como comandante militar que era, orientou seus companheiros a dividirem-se em pequenos grupos para conseguirem furar o cerco dos militares. Apenas ele e um companheiro conseguiram sair. Ao reencontrar os companheiros do partido, entregou-lhes um relatório detalhado sobre as atividades, prisões e mortes de vários militantes, o chamado Relatório Arroyo. Esse relatório, apreendido na chamada “*Chacina da Lapa*”, ainda é, mesmo depois de mais de 30 anos passados, o mais completo documento sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia.

Ângelo Arroyo foi assassinado na “*Chacina da Lapa*”, em 16 dezembro de 1976, e enterrado pela família no Cemitério da IV Parada, em São Paulo.



João Batista Franco Drummond

Nasceu em 28 de maio de 1942, na fazenda das Posses, em Varginha (MG), filho de João Batista Drummond e Zilah de Carvalho Drummond. Morto em 16 de dezembro de 1976. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Era casado com Maria Esther Cristelli Drummond e tiveram duas filhas, Rosamaria e Sílvia. Coursou o 1º grau (atual ensino fundamental) no Ginásio Salesiano Dom Bosco, de Cachoeira do Campo (MG), e o 2º grau (atual ensino médio) no Colégio Loyola, em Belo Horizonte (MG). Em 1961, ingressou no curso de Economia da FACE/UFMG, concluído em 1966. Exerceu a presidência do diretório acadêmico daquela faculdade no período de 1964-1965 e foi um dos principais organizadores dos 27º e 28º congressos da UNE.

Além de sua militância na política estudantil, participou, desde 1963, do movimento camponês no Sul de Minas e das campanhas eleitorais, com o líder operário *Dazinho*. Foi

membro da organização Ação Popular (AP) e, posteriormente, da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) – em que exerceu diversas funções, como responsável pela Secretaria de Organização, em 1969, e membro do Comitê Político, em 1971.

Entre 1969 e 1970, foi julgado pela Justiça Militar e teve seus direitos políticos cassados por dez anos, além de ter sido condenado, à revelia, a 14 anos de prisão.

Em 1972, vivendo na clandestinidade, passou a militar no PCdoB, cujo Comitê Central passou a integrar em 1974.

O relatório do Ministério da Aeronáutica entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que João Batista “foi morto em confronto com agentes dos órgãos de segurança”. Segundo o relatório do Ministério da Marinha, “foi morto num tiroteio em 16 de dezembro de 1976 no bairro da Lapa quando a casa em que se encontrava com outros companheiros foi invadida pelos agentes de segurança”.

No entanto, em documento encontrado no IML/SP, a causa da morte é dada como atropelamento na avenida Nove de Julho esquina com a rua Paim, bairro da Bela Vista, local distante da Lapa.

Foi enterrado pela família no Cemitério do Parque da Colina, em Belo Horizonte.

No fim de 1993, a Justiça Federal deu ganho de causa à família de Drummond na ação movida contra a União, quando reconheceu que ele morreu no DOI-CODI/SP na madrugada de 16 de dezembro de 1976. Foi a primeira manifestação da Justiça civil sobre a “Chacina da Lapa”, decisão que não deixou dúvidas sobre a responsabilidade dos agentes públicos daquele órgão de segurança.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Braúnas.

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar

Nasceu em 23 de setembro de 1913, em Óbidos (PA), filho de Felipe Cossio Pomar e Rosa de Araújo Pomar. Morto em 16 de dezembro de 1976. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

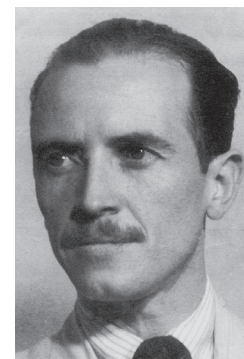
Seu pai era peruano, pintor, escritor e um dos criadores da APRA (Aliança para a Revolução Americana). Entre 1918 e 1920, a família viveu em Nova York, e lá o casal se separou. Rosa voltou para Óbidos e encarregou-se de sustentar, sozinha, os filhos Pedro, Roman e Eduardo.

Em 1926, com 13 anos de idade, Pedro saiu de Óbidos para fazer o ginásio em Belém (PA), no Gymnásio Paraense, onde iniciou sua participação política e a sua introdução na literatura comunista, tornando-se um ativista estudantil.

Em 1930, tomou parte dos movimentos políticos do Pará, encabeçados pelos tenentes liberais, mas logo se desiluiu com eles. Esmagada a revolta, Pedro Pomar teve que viver algum tempo no Rio de Janeiro, em razão das perseguições políticas. Ficou hospedado na casa da escritora Eneida de Moraes, militante comunista e jornalista do *Diário de Notícias*, que o convidou para entrar no PCB.

Em 1933, voltou para Belém e aos 19 anos entrou para a faculdade de Medicina. Nessa época, jogava futebol profissionalmente, como meio-campista, no Clube do Remo. Em 5 de dezembro de 1935, casou-se com Catharina Patrocínia Torres, com quem teve quatro filhos.

Aos 22 anos, em janeiro de 1936, cursando o terceiro ano da faculdade, Pomar foi preso pela primeira vez. Saiu da prisão em 16 de junho de 1937. Com o avanço da repressão política, Pomar foi viver na clandestinidade, abandonou o curso de Medicina e tornou-se militante profissional do PCB.



Voltou a ser preso, em setembro de 1939, em pleno Estado Novo. Alguns companheiros comunistas, como Maurício Grabois e Amarílio de Vasconcelos, organizaram sua fuga em 5 de agosto de 1941. Seguiu para o Rio de Janeiro com outros integrantes do PCB. Ajudou a formar a Comissão Nacional de Organização Provisória, que reorganizou o partido em escala nacional, convocando e realizando a Conferência da Mantiqueira, em 1943. Nesse período, Pomar trouxe para o Rio sua esposa, Catharina, e seus filhos, Vladimir e Eduardo.

Foi um dos dirigentes eleitos na Conferência Nacional do PCB, quando passou a atuar junto ao movimento operário, lidando com os problemas do cotidiano das fábricas, dos bairros populares e do movimento sindical em São Paulo.

Com o fim da ditadura do Estado Novo, a promulgação da Anistia política e o breve período de legalização do PCB, Pomar teve como tarefa partidária atuar no Rio de Janeiro, na área da educação e propaganda do partido. Nessa época, o partido passou a ter aproximadamente 200 mil militantes, necessitando, portanto, de um trabalho de formação política e ideológica mediante a realização de cursos, debates e da edição de publicações e jornais diários.

Pomar foi eleito, em janeiro de 1947, no pleito complementar para a Câmara Federal, pela legenda do PSP (Partido Social Progressista), com outros militantes do PCB. Em 7 de maio de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo governo de Dutra. O Congresso Nacional expulsou os parlamentares comunistas, com exceção de Pomar e de Diógenes Arruda, por terem sido formalmente eleitos pela sigla do PSP.

Na condição de parlamentar, teve atuação de extrema importância: usava a tribuna para denunciar as arbitrariedades da violenta repressão política que se abatia sobre os comunistas; além disso, prestava solidariedade aos presos e facilitava o encaminhamento de companheiros para a clandestinidade.

Nesse ano, tornou-se pai pela terceira vez: nasceu o filho Joram, prematuro e com necessidade de cuidados especiais.

Chefiou a delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz, no México, em setembro de 1949, onde se encontrou com seu pai, que então vivia naquele país.

No início do ano parlamentar de 1950, a Câmara recusou o pedido de cassação do seu mandato encaminhado pelo deputado Nobre Filho, alegando como motivo o discurso proferido no Congresso Mundial pela Paz, na Cidade do México.

Finalizou o mandato parlamentar em 1950. Os comunistas foram proibidos de se candidatar sob quaisquer legendas partidárias. Assim, Pomar viu-se obrigado a viver novamente na clandestinidade, sendo deslocado do secretariado nacional e enviado ao Rio Grande do Sul, onde atuou, com o codinome de *Ângelo*, nas lutas operárias e populares contra a carestia de 1951 e 1952. No Rio Grande do Sul, nasceu seu quarto filho, Carlos.

Foi indicado para participar de um comitê especial organizado em São Paulo, com a finalidade de dirigir o processo de lutas grevistas e contra a carestia. No fim de 1953, voltou a morar no Rio de Janeiro, com sua família. Logo depois foi à União Soviética, onde estudou por dois anos, só voltando para o Brasil em 1955.

Retornou para São Paulo, incorporando-se ao Comitê Regional Piratininga, responsável pela organização do partido na Grande São Paulo. Em 1956, integrou a delegação brasileira do PCB ao VIII Congresso do PC chinês. Em 1959, participou do Congresso do PC Romeno e assistiu ao choque entre Krushev, o PC chinês e o Partido do Trabalho da Albânia.

Recebeu a missão de ir a Cuba. Seu pai também se encontrava lá, mas ele não teve essa informação nos 40 dias que permaneceu no país.

No V Congresso do PCB, em 1960, no qual predominou a luta interna, Pomar ainda foi mantido como membro suplente do Comitê Central.

De 1957 a 1962, participou ativamente da luta interna no PCB, o que lhe valeu a paulatina destituição das posições de direção que ainda ocupava: de dirigente regional passou a dirigente do Comitê Distrital do Tatuapé. Pressionado pela direção, negou-se a voltar ao Pará e, para sobreviver, passou a fazer traduções e a dar aulas. Traduziu alguns livros de economia, uma série de livros de psiquiatria e de outros ramos científicos, tanto do inglês e do francês, como do russo. Traduziu também os dois primeiros volumes de *Ascensão e Queda do III Reich*, de W. Schirer, e *De Moncada à ONU*, de Fidel Castro. Deu aulas de russo. Em razão de sua militância na clandestinidade, a maioria dessas traduções era feita em nome de outras pessoas.

O desfecho das divergências caminhava para a sua expulsão e a criação, em fevereiro de 1962, do PCdoB, com Maurício Grabois, João Amazonas, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo. Eleito membro do Comitê Central do PCdoB e redator-chefe de *A Classe Operária*, Pomar dedicou-se a organizar o novo partido.

Com o golpe de 1964, Pomar teve que se retirar para um esconderijo. Sua casa no bairro do Tatuapé, em São Paulo, foi vasculhada e depredada pela polícia e, ainda em abril daquele ano, teve sua prisão preventiva decretada.

No fim de 1964, conseguira reorganizar sua vida com a família, sob a clandestinidade, em um bairro paulistano de classe média. Realizou diversas viagens para Goiás, Maranhão e Sul do Pará para instalar militantes nas áreas rurais. Passava por vendedor de medicamentos.

Teve papel destacado na VI Conferência Nacional do PCdoB, em julho de 1966, apesar das dificuldades enfrentadas, com o desencadeamento de nova crise interna partidária, que levou à formação da Ala Vermelha do partido. Teve úlcera supurada, tendo que se submeter a uma cirurgia de emergência. Teve uma prolongada convalescença, intranquilo com a ocorrência de divisões no partido. Nessa época, continuava morando em São Paulo. Como discordava da linha política e dos métodos adotados pela direção, não integrava o núcleo dirigente mais restrito do partido. Só depois do assassinato de três membros da Comissão Executiva, em fins de 1972, Pomar incumbiu-se da direção da organização. Após a derrota da Guerrilha do Araguaia, escreveu um balanço crítico, em torno do qual conseguiu reunir a maioria da direção.

Pomar não deveria estar presente à reunião no bairro da Lapa, em São Paulo, naquele dezembro de 1976. Mas sua mulher estava doente e desenganada pelos médicos, o que o levou a desistir de uma viagem à Albânia. E, por uma dessas ironias da vida, vários membros da família se reuniram para despedir-se de Catharina – que viveria até 1986 –, sem saber que na verdade despediam-se de Pedro.

Pomar foi enterrado com nome falso no Cemitério de Perus e, em 1980, sua família fez o traslado de seus restos mortais para Belém do Pará.

A “Chacina da Lapa”

Os agentes do DOI-CODI/SP cercaram a casa na rua Pio XI (bairro da Lapa, São Paulo), em 16 de dezembro de 1976, na operação conhecida como “*Chacina da Lapa*”. Segundo os vizinhos, em nenhum momento houve troca de tiros, mas sim uma fuzilaria que partia apenas do lado de fora, onde estavam os agentes da repressão política.

Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e outros dirigentes do PCdoB reuniram-se durante dois dias (14 e 15 de dezembro de 1976) na casa. O Exército obteve informações sobre a reunião com o militante Manoel Jover Teles (posteriormente considerado pelo PCdoB o delator da reunião), e montou a operação com o objetivo de dismantelar o partido.

Ofícios do comando do II Exército às forças militares citam o nome de Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Aldo Arantes como participantes da reunião e comunicam que a casa estava sob vigilância de agentes do DOI-CODI/II Exército.

De acordo com o jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, no livro *Massacre na Lapa*: [Era] meio-dia [de 16 de dezembro] quando Frederic Chapin, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, chega ao prédio da Cúria Metropolitana. Nervoso, quase invade a sala de D. Paulo Evaristo Arns. Fala da chacina, pede ao Cardeal que inicie gestões para evitar a morte dos que estão presos. “Sabíamos da reunião há dias, mas não esperávamos que sob o Dilermando [Monteiro, comandante do II Exército] acontecesse o que aconteceu”, diz o diplomata. E avisa a D. Paulo que tem os nomes dos militantes presos²²

Há uma contradição entre o laudo pericial dos prédios e o laudo de exame pericial das armas. O primeiro laudo só reconhece o uso de um revólver Taurus; o segundo afirma que teria sido disparado também um revólver OH.

As armas constantes da segunda perícia foram arroladas no dia 16. O DOPS, no entanto, só requereu exame das peças em 21 de dezembro, quase uma semana depois da chacina. Não foi realizado laudo pericial que apontasse sinais de pólvora nos dedos das mãos de Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Os corpos foram retirados da posição em que caíram durante o ataque e arrumados de forma a que se demonstrasse que estavam portando armas. Na montagem da foto dos corpos, Pomar aparece com óculos no rosto, mas o depoimento de seu filho Wladimir esclarece que ele enxergava muito bem e usava óculos exclusivamente para leitura.

O economista João Batista Franco Drummond foi preso em 15 de dezembro de 1976 quando saía da casa da Lapa, onde participou de reunião do PCdoB. Foi morto nas dependências do DOI na madrugada do dia 16. Elio Gaspari, no livro *A Ditadura Encurralada*, transcreve e comenta a informação que o general Figueiredo, então chefe do SNI, enviou ao presidente Ernesto Geisel, relatando o “*Massacre da Lapa*”:

1. O DOI do II Ex. acompanhava há três meses atividades do Comitê Nacional do PCdoB desenvolvidas em ligação com a USP. [Falso. A operação fora montada pelo CIE de Brasília, vieram o chefe de sua seção de operações, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, e algo como quatro homens. Outra equipe viera do Rio e se aquartelara no II Exército].

[...]

6. O terceiro elemento tentou fugir pela caixa-d'água, tendo entretanto caído à rua, fraturado o crânio e sido atropelado por um automóvel, falecendo em consequência. [Falso. O terceiro morto, o economista João Batista Franco Drummond, fora preso à noite, depois de ter sido deixado perto da avenida Nove de Julho, e morreria horas antes do ataque, no DOI. A simulação pretendia fabricar um suicida fora do DOI. Ela livrou o general Dilermando Gomes Monteiro do estigma que acompanhou o general Ednardo D'Avila Mello até sua morte, em 1984.].

Conforme versão dos órgãos de repressão encontrada no arquivo do extinto DOPS/SP, Drummond morreu após ser atropelado por um veículo não identificado na rua Paim, na Bela Vista. O laudo necroscópico aponta como horário da sua morte 4 horas da manhã de 16 de dezembro.

A casa onde os integrantes do partido se reuniam estava sendo vigiada pelas forças de segurança havia quatro dias. Foram presos Maria Trindade, que ainda estava na casa, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Aldo Arantes e Wladimir Pomar, que já haviam saído da reunião. Elza de Lima Monnerat e Joaquim Celso de Lima foram presos quando estavam em um carro em frente à casa.

As notícias veiculadas pela imprensa confirmam a informação:

Segundo informou o II Exército, ontem era a terceira vez que agentes vigiavam a casa com os subversivos reunidos em seu interior [...] (*Diário Popular* – 17 de dezembro de 1976).

22. Segundo Gaspari, em *A Ditadura Encurralada*: “Na segunda semana de dezembro de 1976 ele [Frederic Chapin, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo] procurou o cardeal Arns. Pediu que conversassem a sós. Contou-lhe que um grupo de dirigentes do PCdoB ia se reunir secretamente na cidade. O encontro havia sido delatado, e eles seriam presos. [...] O cardeal valeu-se de uma professora da PUC e soltou o recado”.

Sobreviventes do ataque desmentem a versão oficial da morte de Drummond. O jornal *Diário Popular*, de 17 de dezembro de 1976, publicou que “[...] os subversivos Pedro de Araújo Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond morreram após violento tiroteio com agentes do DOI do II Exército”. Os legistas que assinaram os laudos necroscópicos dos três foram José Gomes Dias e Abeylard Q. Orsini. O laudo necroscópico de Drummond, porém, homologa a versão de atropelamento, também divulgada pela imprensa.

Sobre o suposto atropelamento, Pedro Estevam da Rocha Pomar, no livro citado, traz documentos oficiais do Exército em que fica provado que militares e policiais mantinham sob estrita vigilância os membros reunidos na casa da Lapa. Ele questiona como esses mesmos agentes não identificaram o automóvel e seu condutor, responsável pelo atropelamento. O inquérito policial militar do II Exército concluiu que a morte foi causada por atropelamento, mesmo sem laudo de perícia ou fotos do ocorrido. Pedro Estevam da Rocha Pomar questiona, ainda, que Wladimir Pomar e Drummond foram deixados por Joaquim em um local distante de onde teria ocorrido o suposto “atropelamento”.

Ainda segundo relato do jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, o repórter Nelson Veiga, da TV Bandeirantes, que conseguiu furar o sistema de segurança policial e entrar na casa logo após o fuzilamento, negou a presença de armas de fogo ao lado dos corpos antes da chegada dos peritos.

De acordo com a nota oficial, uma “[...] operação montada e executada pelo II Exército com a colaboração de outros órgãos de segurança” desmontou, na manhã de 16 de dezembro, um “aparelho” no bairro da Lapa. A nota dizia que, durante a operação, uma área do bairro fora interditada, enquanto era travado um tiroteio na rua Pio XI em decorrência da “reação dos sitiados”, o que resultou em dois mortos e um terceiro atropelado em fuga.

Segundo depoimento de Maria Trindade, presa na casa, as pessoas que se encontravam no interior da residência não tiveram chance. Em uma entrevista ao jornal gaúcho *Zero Hora*, de 3 de novembro de 1995, ela relatou:

Na hora em que a casa foi invadida eu fazia o café. [...] Eu ouvi aquele barulhinho, assim, como se estivessem atirando pedrinhas nos vidros [...]. O Ângelo Arroyo estava saindo do banheiro e foi pego por uma bala [...]. Ele caiu na minha frente. Na outra janela, no quarto, as balas corriam de um lado para o outro, de parede a parede. Lá eles mataram o Pomar.

Com base nos documentos anexados ao caso, recolhidos pelo jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, depoimentos de Wladimir Pomar, Aldo Arantes e do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, o relator na CEMDP, Nilmário Miranda, conclui que é falsa a versão oficial de que João Batista Franco Drummond foi morto por atropelamento. Além disso, uma sentença judicial de 1993 responsabilizou a União pela morte desse militante no DOI-CODI de São Paulo.

Miranda destacou que, no mesmo local (o DOI-CODI/SP) já haviam morrido Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, fatos que causaram grande comoção e levaram ao afastamento do general Ednardo D’Ávila Mello, substituído pelo general Dilermando Monteiro. Uma nova morte dentro do DOI teria péssima repercussão, não sendo possível aceitar a versão de suicídio. Daí a versão forjada de atropelamento.

Nilmário Miranda afirmou que Drummond portava identidade falsa e, portanto, não seria possível saber de imediato quem era a vítima do suposto “atropelamento”.

Observações do médico-legista Antenor Chicarino, feitas para instruir o processo disciplinar no Cremesp contra médicos-legistas que teriam assinado laudos falsos de presos políticos mortos sob tortura, sobre o laudo de necropsia de João Batista Franco Drummond, fazem referência à fratura de punho e a pequenas escoriações no tornozelo e nádegas. Ele descreve também uma mancha roxa na pálpebra esquerda e nenhuma outra lesão, inclusive hemorragia de ouvido e nariz, que seriam compatíveis com a fratura de crânio apontada. Não foram registrados no laudo, mas aparecem na fotografia: inchaço e mancha roxa na pálpebra direita, corte do canto da boca até próximo à orelha e desvio do nariz para a esquerda.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 116/96, 214/96 e 230/96, respectivamente de Ângelo Arroyo, João Batista Franco Drummond e Pedro Pomar, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva*, op. cit.SIQUEIRA, André Iki. *João Saldanha: uma Vida em Jogo*. São Paulo: Editora Nacional, p. 120.POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, op. cit., p. 375-378.

Assim, o relator concluiu:

A ação dos órgãos de repressão não foi a simples invasão de uma casa. O objetivo não era capturá-los. [...] Armas de grosso calibre, metralhadoras, cerco e obstrução da rua, atestam o estado sitiado de Ângelo Arroyo [e dos demais]. A única sobrevivente do massacre, a dona da casa, foi poupada. Saiu com vida do tiroteio, corroborando, pois, o fato para ratificar qual era o objetivo dos órgãos de repressão: o assassinato de Ângelo Arroyo [e Pedro Pomar].

Na CEMDP, o caso de Ângelo Arroyo foi aprovado em 29 de fevereiro de 1996 por 4 votos a favor e 3 contra, os de Miguel Reale Jr., Eunice Paiva e do general Oswaldo Pereira Gomes. Os casos de João Batista Drummond e Pedro Pomar foram aprovados em 23 de abril de 1996; o caso de Pedro Pomar por 5 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e Miguel Reale Jr.; o de João Baptista Franco Drummond foi aprovado por unanimidade.

Em homenagem a Ângelo Arroyo, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro deram o seu nome a ruas na Vila Feliz e em Bangu, respectivamente; e em homenagem a Pedro Pomar, as mesmas cidades deram o seu nome a ruas no Jardim Elisa Maria e em Bangu, respectivamente.



Roberto Adolfo Val Cazorla

Nasceu em 4 de abril de 1954, em Vedia, província de Buenos Aires. Filho de Adolfo Val, argentino, e Ginesa Cazorla de Val, nascida em São Paulo, Brasil. Estudante da Faculdade de Ciências Exatas. Era militante da Juventude Universitária Peronista da Universidade de La Plata (montonero).

De acordo com as informações dos arquivos da EAAF, estudava no curso de química da Universidade de La Plata. Foi seqüestrado em 22 de dezembro de 1976 por forças conjuntas, por volta das 13 horas, em uma casa localizada na rua 32, nº 390, no Departamento 3, cidade de La Plata. Com ele, foram seqüestrados Félix Escobar, estudante de ciências econômicas, Domingo Roque Alconada Moreira (*Pironio*), estudante de direito, e Delmiro Segundo Villagra, estudante de ciências veterinárias (todos desaparecidos). Há testemunhas que afirmam ter visto Alconada nos CCDs 1 e 60 e nas Comisarías 5ª e 8ª.

A denúncia de seu desaparecimento, feita pelos irmãos e pelo pai, foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 4.135.

Na denúncia feita na CONADEP sobre o caso de Alconada, uma testemunha afirmou que Roberto Val foi muito torturado e golpeado nas costas.

De acordo com as informações da EAAF, Piqui Mardonés afirmou, em entrevista de 16 de julho de 2007, que ele foi visto no CCD La Cacha por um companheiro que não deu um testemunho oficial, mas lhe disse pessoalmente.

O CCD La Cacha estava localizado entre as ruas 191, 196, 47 e 52 (vias da estrada de ferro Belgrano), contígua à Penitenciária de Olmos, nas antigas instalações da Radio Provincia, na localidade de Lisandro Olmos, em La Plata, província de Buenos Aires. Operou como CCD de 1976 a 1978, período em que por lá passaram aproximadamente 158 presos e 14 mulheres grávidas. Dentro da ex-Unidade Penitenciária 8, o Cárcere de Olmos, existia um hospital destinado aos detidos e aos que ali trabalhavam. Durante os anos 1974 e 1975, foram detidas neste lugar uma dezena de presas políticas que se encontravam à disposição do Poder Executivo (PEN). Muitas estavam grávidas e, até meados de 1975, eram trasladadas para dar à luz na maternidade do Policlínico de La Plata. A partir de então se criou uma sala de partos para evitar o traslado das grávidas, o que foi justificado por “questões de

segurança”, e está sendo investigado como um lugar onde teria funcionado uma maternidade clandestina entre 1976 e 1978.

Muitas denúncias sobre os desaparecimentos ocorridos na província de La Plata foram registradas no “*Juicio por la Verdad*” – um processo judicial iniciado em 1998, que corre na Câmara Federal de La Plata e que tem como objetivo averiguar o que ocorreu com os desaparecidos da região durante a última ditadura militar, além de determinar quais foram os responsáveis pelos crimes ali cometidos. Essa investigação tem atualmente mais de 2.200 expedientes, e mais de 800 testemunhos foram ouvidos.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

Arquivos da EAAF/Buenos Aires, Argentina.

Arquivo Nacional da Memória, Argentina.

<http://www.derhuman.jus.gov.ar>

<http://www-old.unlp.edu.ar/>

<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/>

www.nuncamas.org.ar

<http://us.geocities.com/apdhlaplata/juicioverdad.htm>

Zelmo Bosa

Nasceu em 26 de julho de 1937, em Ronda Alta (RS), filho de Eduardo Bosa e Helena Bosa. Desaparecido em 1976.

Seu caso não foi denunciado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos em função de não ter chegado à mesma qualquer denúncia.

Na CEMDP, conforme o livro *Direito à Memória e à Verdade*, o relator, coronel João Batista Fagundes, baseou-se em informações colhidas junto à Comissão Especial criada no Rio Grande do Sul para reparar as vítimas de repressão política daquele estado.

De acordo com declaração de Maria de Fátima Bosa, filha de Zelmo, seu pai foi morto pela repressão política da ditadura, provavelmente em 1976, sendo considerado desaparecido. Foram anexados ao caso diversos testemunhos ouvidos durante as investigações realizadas no Rio Grande do Sul.

Segundo os vários depoimentos, ficou evidenciado que o agricultor Zelmo Bosa desenvolveu intensa atividade política nas décadas de 1960 e 1970, no município de Trindade do Sul, que na época fazia parte do município de Nonoai, onde chegou a ser vereador. Teria participado de ocupações de terras e pertenceria ao chamado *Grupo dos Onze*, de inspiração brizolista.

Ainda segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, João Maria Antunes testemunhou que “[...] em 1964 ou 1965 alguns brigadianos chefiados pelo cabo João estiveram na casa de Zelmo e o prenderam [...]”.

O livro traz também o depoimento de Cleto dos Santos, líder do PTB em Nonoai em 1964, que acrescentou:

Zelmo Bosa, em certo momento, esteve ligado ao sargento Alberi, que era ligado ao coronel Jefferson Cardim, rumando para o Paraná ou para o Mato Grosso. Existiam vários boatos acerca do desaparecimento de Zelmo Bosa, sendo que diziam também que o mesmo teria sido assassinado por policiais no lugar denominado Cascata do Lobo. Zelmo Bosa vinha a Nonoai escondido, quando visitava a sua família e seus parentes.

Declarou também que, com o vereador João Maria Antunes, tentou localizar Zelmo Bosa em delegacias e no IML, sem sucesso.

O coronel João Batista Fagundes, afirmou em seu voto:

Não consta no caso prova documental ou pericial que permita concluir pelo desaparecimento. [...]

Diante dos diversos depoimentos constantes dos autos, fica positivado que Zelmo Bosa foi um homem de intensa atividade política e que seu desaparecimento, a partir de 1976, está diretamente relacionado com as atividades que vinha desenvolvendo.

O relator pediu o deferimento do caso quando a conselheira Suzana Keniger Lisbôa requereu vista aos autos e sugeriu a realização de diligências junto ao Ministério da Previdência Social, visando saber se alguém recebia benefício em nome do desaparecido. As diligências foram feitas, a resposta foi negativa quanto ao benefício da Previdência e o caso voltou à apreciação, quando foi deferido por unanimidade, em 19 de dezembro de 2005.

Documentos consultados:

Caso 067/02, na CEMDP.

O Movimento Feminino pela Anistia

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi criado em março de 1975 na cidade de São Paulo, sob a liderança de Terezinha Zerbine, com o objetivo de articular as lutas em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos exilados e pela anistia. Naquele ano, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher promovido pela Organização das Nações Unidas, ocorreu a I Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México, que contou com a presença de 2 mil mulheres. Em 23 de junho, no plenário da Conferência, Zerbine divulgou o *Manifesto da Mulher Brasileira*, que reivindicava a “*Anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção*”, visando à paz e à união nacional. Sua proposta de moção em favor da anistia aos presos políticos de todo o mundo obteve grande apoio.

O MFPA recebeu adesões de diversos setores da sociedade ao divulgar o manifesto, obtendo 12 mil assinaturas. Em 14 de agosto de 1975, a entrega do abaixo-assinado no gabinete do chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e ao Congresso Nacional alcançou repercussão nacional. Embora o MFPA não tenha conseguido a audiência que pretendia com o presidente Ernesto Geisel, o manifesto foi lido em sessão plenária pelo senador Franco Montoro. Em outubro, foi criado o jornal *Brasil Mulher* em Londrina, no Paraná, ligado ao MFPA. Organizado em torno da defesa da anistia, o jornal rapidamente se afirmou entre os grupos de oposição à ditadura, mas apresentava um forte apelo feminista e o MFPA decidiu desvincular-se do jornal, criando um boletim intitulado *Maria Quitéria*.

Propondo o restabelecimento da ordem democrática, o movimento debatia a condição das mulheres, difundia a defesa dos direitos humanos e fazia a denúncia dos assassinatos, prisões e torturas sofridas pelos que contestavam a ditadura. Assim, organizou-se em diversos estados do país, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Ceará, e em vários países da Europa. Reunia esposas de militares cassados, estudantes, professores, artistas, religiosos, familiares de presos e de mortos e desaparecidos políticos, como Maria Augusta Oliveira, em São Paulo, esposa de David Capistrano da Costa; Nildes Alencar, irmã de Frei Tito, no Ceará; e Yedda Mata Machado, mãe de José Carlos Novaes da Mata Machado, em Minas Gerais.

Após o fechamento do Congresso Nacional e a edição do “Pacote de Abril”, em 1977, o MFPA encampou a bandeira em defesa da Constituinte livre e sobe-

ANISTIA



CEDEM/Fundo ASVIOB

movimento feminino pela anistia

Cartaz do Movimento Feminino Pela Anistia.

rana, pela eliminação da legislação de exceção. Quando ocorreu a visita da primeira-dama norte-americana, Rosalynn Carter, ao Brasil, Zerbine conseguiu visibilidade ao entregar uma carta apoiando a administração de Jimmy Carter por ter outorgado a anistia aos que se recusaram a lutar na guerra do Vietnã. Em dezembro, o movimento realizou o I Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia, com a participação de 30 representantes de todo o país, quando manifestaram apoio à greve de fome dos presos políticos contra o isolamento dos presos pernambucanos Rholim Cavalcanti e Carlos Alberto Azevedo. Reivindicaram a libertação dos presos políticos, a cidadania brasileira aos filhos dos exilados, a volta dos exilados brasileiros e o esclarecimento sobre os desaparecidos políticos.

O MFPA participou da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita impulsionada pelos Comitês Brasileiros de Anistia (CBA), criados a partir do início de 1978 (ver box no capítulo referente aos anos 1977-79). Com a aprovação da anistia parcial e restrita de 1979, continuou a luta pela sua ampliação. Entretanto, o movimento esvaziou-se nos anos 1980 (ZERBINE, 1979). ■

A luta dos familiares no Judiciário

No campo judiciário, poucas ações, quase todas cíveis, foram iniciadas no país visando garantir o *direito à verdade* sobre os crimes cometidos durante a ditadura militar. As ações foram encaminhadas de forma muito lenta pela justiça, embora o Estado venha sendo responsabilizado por tais crimes. Na maioria das vezes, porém, a produção de provas ocorreu com muitas limitações, pois o Estado negou os fatos e recusou-se a apresentar as provas de suas alegações.

Em caso de graves violações de direitos humanos, como as que ocorreram no país naquele período, de acordo com o direito internacional e a jurisprudência interamericana, o Estado tem o dever de investigar e punir. O *direito à verdade* é definido, segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos, como uma garantia sem a qual não se tornam efetivos o direito às garantias judiciais (art. 8) e o direito à proteção judicial (art. 25) em benefício das vítimas de violações de direitos humanos.

O caso de Vladimir Herzog, cuja prisão e morte foram consideradas responsabilidade da União Federal, em sentença do juiz federal Márcio José de Moraes, de 27 de outubro de 1978, deu o impulso para que os familiares de mortos e desaparecidos promovessem ações declaratórias contra a União. O juiz salientou na sentença que o ônus da prova recaía sobre a ré. A União desistiu de produzir provas, não realizando as oitivas e apresentando apenas o inquérito policial militar – que havia sido arquivado e concluía pelo suicídio de Herzog – como indicação de exclusão de sua responsabilidade pela morte do jornalista. O juiz considerou que o IPM não comprovava os fatos alegados pela União.

Outra ação judicial foi iniciada no país antes da ação da família Herzog. Em 13 de agosto de 1973, no auge da repressão política, a viúva de Manoel Raimundo Soares, Elizabeth Challup Soares, iniciou uma ação na Justiça Federal do Rio Grande do Sul requerendo a reparação integral por danos de natureza moral e material, decorrentes do seu assassinato ocorrido em 1966, que ficou conhecido como “O caso das mãos amarradas”. Finalmente, em 11 de dezembro de 2000, o juiz federal da 5ª Vara de Porto Alegre (RS), Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, proferiu importante sen-

tença favorável à autora, quando julgou parcialmente procedente a ação e condenou a União Federal a pagar à autora uma pensão mensal vitalícia, desde 13 de agosto de 1966 (no valor da remuneração integral de segundo-sargento do Exército); uma indenização por danos morais; e o ressarcimento das despesas de funerais, luto, despesa de viagem e jazigo perpétuo.

A ação, porém, continua tramitando e não obteve decisão definitiva, em função dos diversos recursos da União Federal, conforme Acórdão do TRF da 4ª Região, de 5 de outubro de 2005. Nesta data, a desembargadora relatora do caso, Vânia Hack de Almeida, confirmou a sentença do juiz Leal Júnior, assegurando a tutela antecipada, que determinou o pagamento imediato de pensão vitalícia à viúva, ao considerar seu longo tempo de espera. A decisão, contudo, não alcançou a repercussão nacional que o caso merece, permanecendo o dano irreparável sem qualquer medida da justiça para atenuá-lo e compensar a espera de mais de 35 anos.

Nos mesmos moldes da ação impetrada pela família Herzog, os mortos e desaparecidos cujos familiares se tem notícia de terem adotado a via judicial são os seguintes: os de 25 integrantes da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), de Benedito Gonçalves (1979), de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira (desaparecido desde 1973), de Flávio de Carvalho Molina (desaparecido desde 1971), de Helio Navarro Magalhães (desaparecido desde 1974), de Lincoln Bicalho Roque (morto em 1973), de Manoel Fiel Filho (morto em 1976), de Mário Alves de Souza Vieira (desaparecido desde 1970), de Raul Nin Ferreira (morto em 1971), de Rubens Beirodt Paiva (desaparecido desde 1971) e de Ruy Frazão Soares (desaparecido desde 1974). Poucas sentenças foram obtidas até hoje.

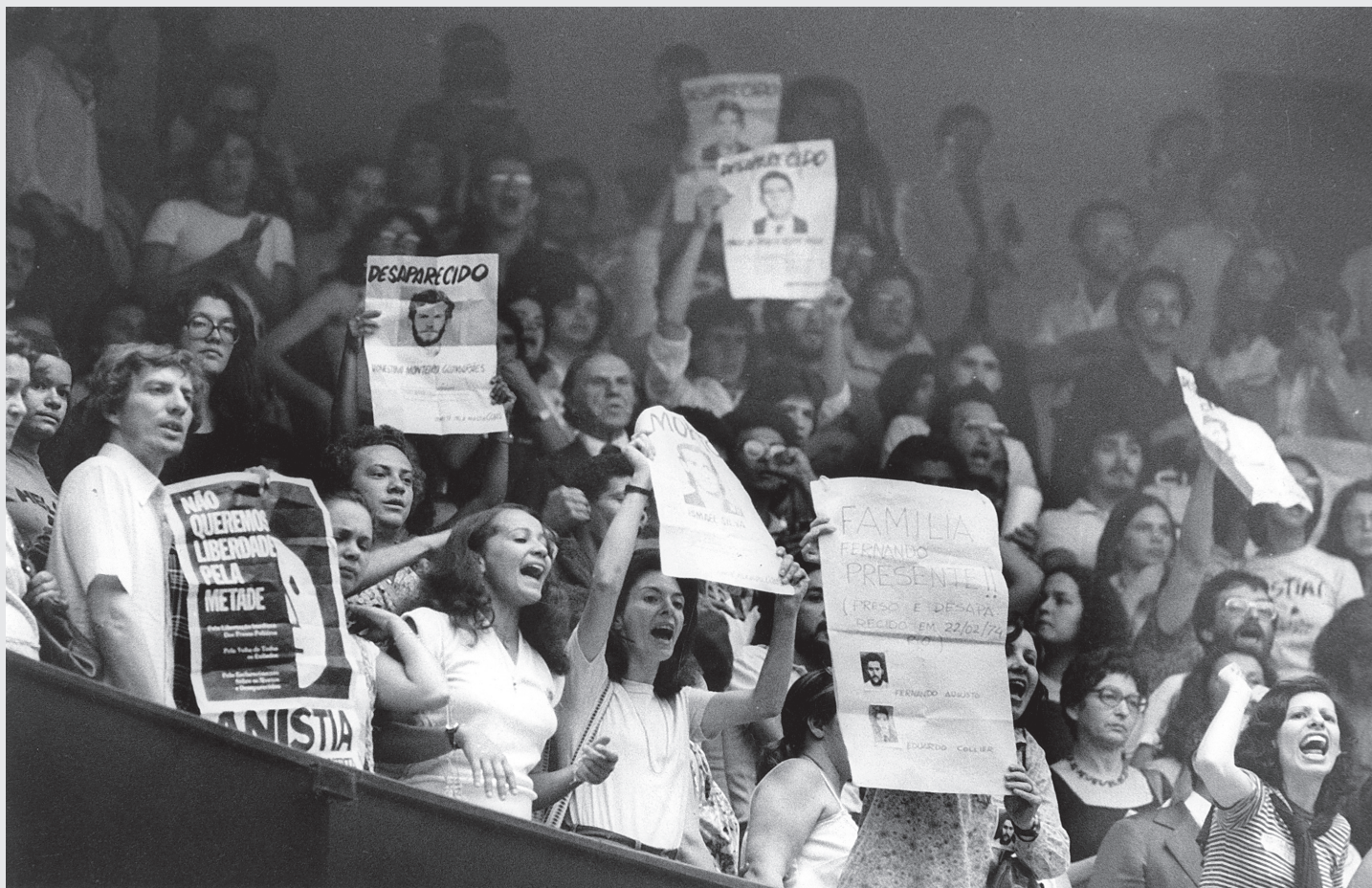
No caso de Santo Dias da Silva – metalúrgico assassinado em 1979 –, seus familiares obtiveram a condenação do PM Herculano Leonel, autor do disparo que o matou, cujo processo transcorreu na Justiça Militar. Em dezembro de 1979, Leonel foi preso e, em abril de 1982, julgado e condenado a seis anos de reclusão. O recurso do acusado foi aceito pelo Tribunal em agosto de 1982, anulando a sentença. Após uma sucessão de recursos, a Procuradoria Geral do Estado requereu um outro, extraordinário, junto ao STF, que o arquivou em setembro de 1984.

No Brasil, a obrigação internacional de investigar e punir foi deixada de lado em nome de uma suposta reconciliação nacional. Os familiares e defensores dos direitos humanos, porém, sempre salientaram a impossibilidade de alcançar a Paz sem Justiça. ■



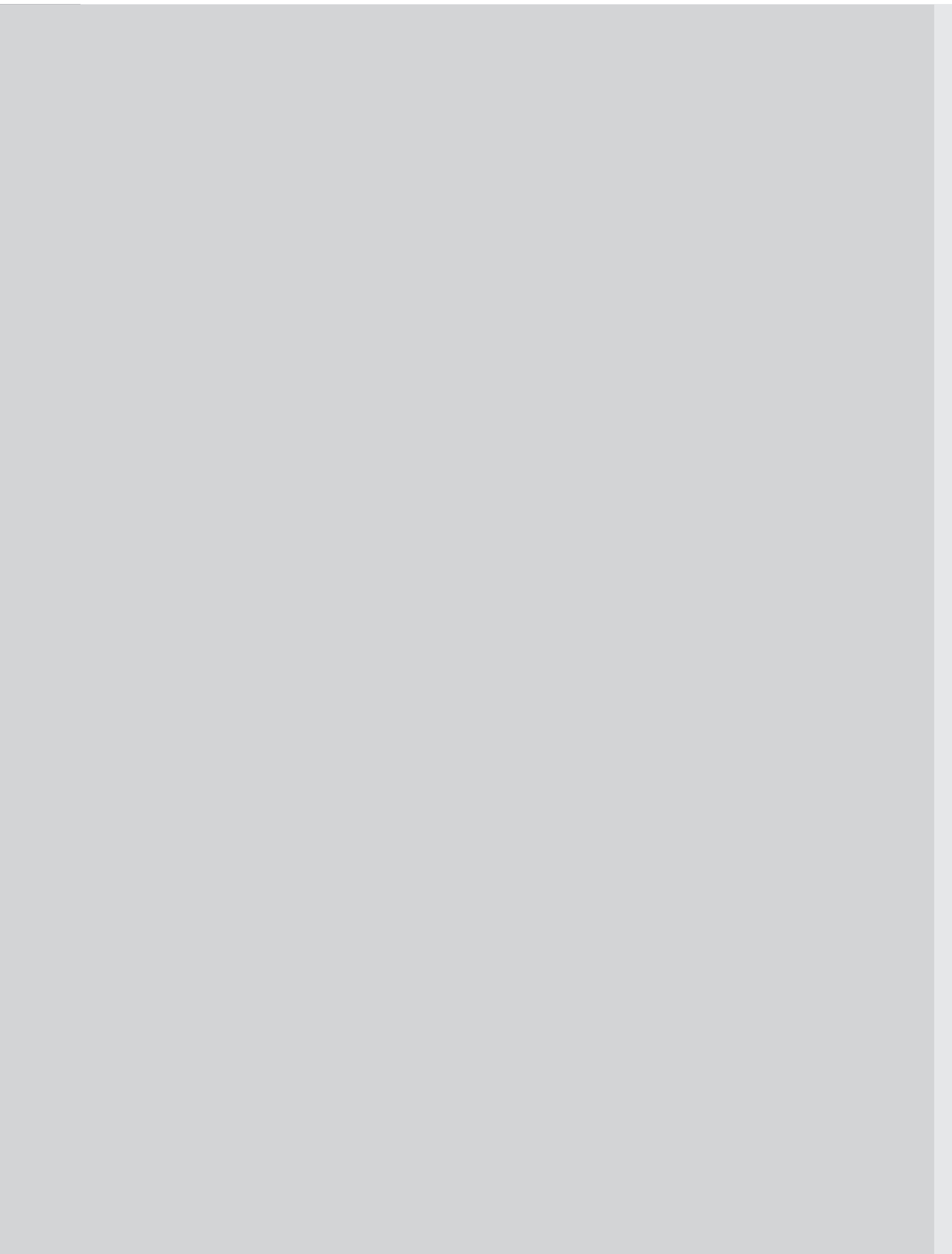
1 9 7 7

1 9 7 9



Arquivo Público do Estado de São Paulo/MPV

Familiars e manifestantes nas galerias da Câmara dos Deputados, em Brasília, durante a votação da Lei de Anistia, 22 de agosto de 1979.



1977

José Soares dos Santos

Mecânico, foi morto em janeiro de 1977. Era irmão de Silvano Soares dos Santos (morto em 25 de junho de 1970) e Alberi Vieira dos Santos. Alberi foi assassinado em 1979. Seu nome constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* até a confirmação de sua atuação como agente policial infiltrado, sendo o responsável por levar Onofre Pinto, Joel e Daniel José de Carvalho, José Lavecchia, Gilberto Faria de Lima (Zorro) e Vitor Carlos Ramos, todos militantes da VPR, além do argentino Enrique Ernesto Ruggia, a uma emboscada preparada em Medianeira (PR), em julho de 1974. Desde então, todos se tornaram desaparecidos políticos.

Apareceu morto na região de Foz do Iguaçu, Paraná. Seu corpo estava completamente mutilado, apresentando sinais evidentes de tortura, além dos olhos vazados e castração.

Segundo o advogado Décio Freitas, José teria sido morto por agentes de segurança, no Norte do Estado do Paraná.

Seu caso não foi apresentado à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Roberto Rascado Rodriguez

Nasceu em 3 de março de 1956, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Filho de Isaac Rascado e de Vicenta Rodriguez de Rascado. Desaparecido em 17 de fevereiro de 1977, na Argentina. Militante da organização UES (Unión de Estudiantes Secundarios), ligada aos montoneros.¹

Estudante do 2º ano de engenharia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Era conhecido como “*Fierro*” ou “*Fierrito*”. Foi seqüestrado em 17 de fevereiro de 1977, em Buenos Aires, quando seis pessoas com uniformes da Marinha argentina invadiram sua casa, localizada na rua Virrey Ceballos, 1165, 3 A, no bairro Constitución.

No Brasil, a denúncia de seu desaparecimento foi feita à Comissão Justiça e Paz do Paraná, pelo padre Raul Perez, seu primo. Na Argentina, a denúncia foi registrada na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) e protocolada com o número 2.212.

1. Em 1973 e 1974, os montoneros criaram na Argentina organizações que ficaram conhecidas como “Tendência Revolucionária do Movimento Peronista” e que possibilitaram grandes mobilizações: Juventud Universitaria Peronista (JUP), Unión de Estudiantes Secundarios (UES), Movimiento de Villeros Peronistas (MVP) e Agrupación Evita (AE), entre outras.

2. Outra irmã deles, Adriana Maria Franconetti de Calvo, também desapareceu em 11 de setembro de 1977 com seu marido Jorge Donato Calvo. Foram vistos na ESMA, mas Adriana foi trasladada um ou dois dias depois.

3. Vallejos foi expulso do Brasil como *persona non grata* em 1986, e retornou clandestinamente em 1987, o que lhe valeu um ano de detenção e nova expulsão, segundo a Abin. Ver o caso de Francisco Tenório Cerqueira Júnior.

4. Norma Espíndola é argentina e, na época, era companheira do brasileiro Flávio Koutzii, que vivia na Argentina. Ambos foram presos juntos. De acordo com informação de Koutzii, Norma está viva e mora atualmente no Brasil.

5. Esse CCD localizava-se no Oeste da cidade de Buenos Aires, no bairro de Velez Sarsfield, entre as ruas Olivera, Ramón Falcón, Lacarra, Fernández e Rafaela. Funcionou durante seis meses, de agosto de 1978 a janeiro de 1979. Ali estiveram 700 detidos, dos quais se sabe que sobreviveram 50. Este centro era comandado por Guillermo Suárez Mason (“Pajarito”), comandante do Primeiro Corpo do Exército Argentino. O responsável pelo campo foi o Major do Exército Guillermo Minicucci, e como subordinados os oficiais da Polícia Federal Argentina Julio Simón (“El Turco Julián”) e Juan Antonio del Cerro (“Colores”).

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br
Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
 Arquivos do IVE/SP.
 Arquivos do EAAF/Buenos Aires, Argentina.
<http://www.memoriaabierta.org.ar>
<http://www.nuncamas.org.ar>
<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas>

De acordo com informações dos arquivos da EAAF, Susana Tarraga, irmã do desaparecido Hector Humberto Tarraga, recorda-se de que Roberto atuava com Hector, Daniel Alfonso Ibarra e Ana Maria C. Franconetti (conhecida como “Ardilla”), todos desaparecidos em fevereiro de 1977. Hector desapareceu em 16 de fevereiro, com 20 anos de idade. Ana Maria tinha 21 anos, era artesã e estudante, e foi seqüestrada em Sarandi, Buenos Aires, em 17 de fevereiro. Seu irmão, Eduardo Álvaro Franconetti, tinha 26 anos e estudava quando também foi seqüestrado em sua casa, na Capital Federal, junto com seu pai, no mesmo dia 17. Ana e Eduardo haviam estudado no Colégio Nacional de Buenos Aires. Levados ao CCD “Club Atlético”, foram torturados na frente do próprio pai. Este foi liberado dias depois, mas morreu em seguida, vítima de um ataque cardíaco.²

Em maio de 1986, o ex-militar argentino Claudio Vallejos³, que integrava o Serviço de Informação Naval, concedeu entrevista à revista *Senhor* (nº 270, de 20 de maio de 1986), na qual mencionou o destino de brasileiros desaparecidos por obra do terrorismo de Estado na Argentina: Roberto Rascado Rodrigues, Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto, Norma Espíndola [sic]⁴ e Francisco Tenório Jr.

A Comissão de Representação Externa sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, quando esteve em Buenos Aires, em junho de 1993, recebeu informações de que Roberto esteve preso no Centro Clandestino de Detenção (CCD) conhecido como “Club Atlético”.

No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, consta o nome de Roberto com a seguinte nota: “Fev/77, [...] seqüestrado por seis elementos em Buenos Aires [...] (DOU nº 60, de 29 de março de 1981)”.

O CCD “Club Atlético”, localizado em Buenos Aires, funcionava no subsolo de um depósito da Polícia Federal Argentina (PFA), entre as ruas Paseo Colón, Cochabamba, San Juan e Azopardo. Havia vários CCDs e cinco grandes CCDs formavam o eixo do sistema de repressão política: a ESMA e o Club Atlético, em Buenos Aires; El Campito (Campo de Mayo) e El Vesubio, na grande Buenos Aires (província de Buenos Aires); e La Perla, em Córdoba.

O Club Atlético funcionou de meados de 1976 até 28 de dezembro do mesmo ano, quando foi demolido para se construir a autopista chamada “25 de Mayo”. Estima-se que por ali passaram entre 1.200 a 1.500 pessoas, das quais a maioria permanece desaparecida. Os detidos que ainda estavam nesse CCD foram trasladados provisoriamente para o CCD El Banco e, depois, para o de El Olimpo⁵. Parte da estrutura do Club Atlético foi utilizada para a instalação de El Olimpo. Posteriormente, foram encontradas suas ruínas e o governo de Buenos Aires realizou escavações para recuperá-lo como espaço de memória. No local, atualmente funciona o Museu Club Atlético.

Os crimes cometidos no Club Atlético estão sendo investigados pela “megacausa” do Primeiro Corpo do Exército (nº 14.216/03). Essa ação trata dos crimes cometidos em mais de 60 CCDs que estavam na jurisdição do Primeiro Corpo do Exército, que abarcava a Capital Federal e as províncias de La Pampa e de Buenos Aires, com exceção do circuito da polícia bonaerense. A instrução desse processo está a cargo do juiz Daniel Rafecas e já foram levados a juízo alguns casos. Trata-se de uma ação com mais de 80 imputados, entre os quais 45 se encontram processados, quase 50% deles estão presos, ainda que quatro se encontrem foragidos e mais de 20 tenham falecido antes de serem julgados. Uma alta porcentagem dos processados com prisão preventiva – 70% – encontra-se detida nos cárceres do Serviço Penitenciário Federal.

O caso de Roberto não foi apresentado à CEMDP.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Carmem Jacomini

Morta em abril de 1977, no exílio, na França. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Participou da guerrilha do Vale do Ribeira, em São Paulo.

Exilou-se no Chile, de onde, após o golpe de setembro de 1973, foi para a França. Em fins de abril de 1977, faleceu em consequência de um desastre de automóvel em Aix-en-Provence, na França.

Seu caso não foi apresentado à CEMDP.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Lourenço Camelo de Mesquita

Nasceu em 18 de agosto de 1926, no Ceará, filho de Francisco Camelo de Mesquita e Maria Águida de Mesquita. Morto em 30 de julho de 1977. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O professor Lourenço Camelo de Mesquita era casado com Dalva Soares Pereira e tinha dois filhos. Foi morto na 1ª Companhia de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro (RJ), em 30 de julho de 1977.

A certidão emitida pela 33ª Delegacia Policial solicita o exame cadavérico e informa:

Lourenço Camelo de Mesquita, o qual, aparentemente se suicidara, sendo encontrado com um laço no pescoço, formado por uma cueca preta de nylon – tipo zorba, com a outra extremidade presa ao registro da descarga do vaso sanitário, no qual o extinto se achava sentado.

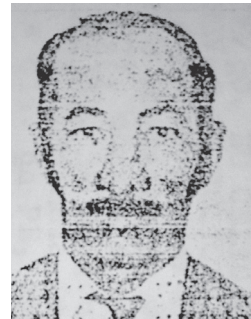
O laudo, assinado pelos legistas Roberto Blanco dos Santos e Amadeu da Silva Lopes, confirma “*asfixia mecânica por enforcamento*”, sem referência a suicídio.

O relator do caso na CEMDP, Paulo Gustavo Gonet Branco, votou pelo indeferimento e Nilmário Miranda pediu vistas.

Nos arquivos do antigo DOPS/RJ não foram encontrados documentos a respeito de sua militância e o ofício remetido pela CEMDP à PE/RJ, onde ocorreu o óbito, pedindo informações sobre a causa da prisão de Lourenço, não foi respondido.

Nilmário Miranda tomou depoimentos do professor Newton de Almeida Menezes, do vereador José Kito, de Duque de Caxias (RJ) e de Berenício Ferreira Pessoa sobre o caso. Em seu voto descreve:

Berenício declarou que era militante do PCB desde 1958; que morou em Caxias por mais de 30 anos; que esteve preso após o golpe militar por cerca de 90 dias, [...]; que foi dirigente do PCB e militava no comitê do Partido na Estação Ferroviária Leopoldina. Conheceu Lourenço Camelo de Mesquita por volta de 1960, já como militante do PCB. Lourenço militava no Comitê Municipal de Duque de Caxias. Que em 1962 houve um quebra-quebra em Caxias e que os dois Comitês se reuniram [...]. Que a partir de então, 1962, tornou-se amigo do “China” [como era conhecido Lourenço]; que “China” era taxista, que militava entre motoristas de coletivos e entre taxistas. Que “China” era muito conhecido por sua militância; que em 1977 [...] houve greves de condutores rodoviários em Duque de Caxias e que “China” assinou e lançou manifestos na cidade. Certo dia chegou em casa e sua mulher disse-lhe: “Cuidado! O China foi seqüestrado hoje pela polícia. O próximo é você”. Depois quando veio a notícia da sua morte, ninguém acreditou em suicídio. Todos diziam: “Mataram o China.”, exatamente porque era um veterano comunista, um ativista conhecido.



Documentos consultados:

Caso 051/96, na CEMDP.

6. O CCD Pozo de Banfield, em Lomas de Zamora, era um dos lugares para onde a polícia da província de Buenos Aires levava as mulheres grávidas. Vinculava-se ao Primeiro Corpo do Exército e seus responsáveis foram os comandantes do Regimento de Infantaria Mecanizada. Sobreviventes indicam que, entre os agentes da repressão desse CCD, estavam o oficial médico Jorge Bergez, o comissário-geral Miguel Etchecolatz, o general Otto Paladino e Aníbal Gordon. Em 1986, o edifício deixou de ser da polícia e hoje faz parte da Secretaria de Direitos Humanos de Buenos Aires e é elemento probatório em ações judiciais.

7. Estão relacionadas a essa ação judicial a Causa nº 27, que tramita no Juzgado Federal nº 3 de La Plata (juiz Arnaldo Corazza), intitulada “Gustavino, Diana Estela sobre denúncia de desaparecimento forçado de pessoas (Brigada de Investigaciones de Quilmes)”, iniciada em fevereiro de 2006; e a Causa nº 40, que tramita no mesmo Juzgado Federal nº 3 de La Plata, Secretaria Especial, chamada “Von Wernich, Cristian Federico sobre privação ilegal da liberdade e torturas”, de 2006.

Documentos consultados:

Arquivos do EAAF/Buenos Aires, Argentina.

Arquivo Nacional da Memória, Argentina.

www.abuelas.org.ar/maternidades/quilmes<http://www.angelfire.com/ak/josebea/aparecio.html><http://www.memoriaabierta.org.ar/>

Nilmário Miranda, em seu voto, considerou “a descrição das circunstâncias do ‘suicídio’ grosseira e absolutamente inverossímil” e o caso acabou sendo aprovado por unanimidade na CEMDP, em 19 de novembro de 1996.

Seu nome não constava de nenhuma lista do CBA nem do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.

Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte

Nasceu em 4 de fevereiro de 1943, no Uruguai. Era filho do brasileiro Juvelino Carneiro da Fontoura e de Ramona Eulogia Gularte, que era filha de brasileiros. Desaparecido em 30 de dezembro de 1977. Militante do PCR (Partido Comunista Revolucionário).

Tinha 34 anos de idade e era estudante de psicologia. De acordo com as informações dos arquivos da EAAF, foi seqüestrado com sua esposa, Carolina Barrientos Sagastibelza e o uruguaio Carlos Federico Cabezudo Perez, em 30 de dezembro de 1977, às 2 horas da madrugada, na rua Avelino Diaz, 1744, em Buenos Aires. Tinha uma lesão cerebral que o obrigava a seguir tratamento, sem o qual sofria de perda de memória e ficava propenso à depressão.

Na Argentina, a denúncia sobre o seu caso foi registrada na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) e protocolada com o número 5.625.

Segundo os testemunhos de Adriana Chamorro e Otilio Corro Gularte, esteve nos CCDs Pozos de Banfield⁶ e Quilmes, nos quais passaram um grupo de 21 uruguaios, entre eles Gularte. Esteve em Pozo de Quilmes entre 1º de abril e 20 de maio de 1978. De acordo com a EAAF, teria permanecido no CCD até 16 de maio, quando grande número de uruguaios foi “trasladado”, o que significava que seriam assassinados.

Os presos uruguaios do Pozo de Banfield eram levados ao Pozo de Quilmes, onde eram interrogados e torturados por militares uruguaios. O agrupamento Abuelas de Plaza de Mayo informa que Gularte esteve em Pozo de Quilmes ou La Brigada de Investigaciones de Quilmes, que contava com dois edifícios separados: um chalé na esquina das ruas Alison Bell e Garibaldi, onde funcionavam os departamentos judiciais, e, na rua Garibaldi, ficava a segunda edificação, na qual se encontravam os calabouços e as salas de tortura. Esse CCD tinha conexões com outros, entre eles o Pozo de Banfield, e teve relevância na *Operação Condor*. Funcionou entre 1975 e 1979 com diferentes funções de acordo com o período: tortura, passagem prévia para o “traslado” ou a legalização da prisão. Estiveram presos nesse CCD, aproximadamente, 278 pessoas, sendo que 80 estão desaparecidos. Por ali passaram pelo menos sete mulheres grávidas.

Seu caso está sendo investigado no âmbito da ação judicial conhecida como “Causa Camps” (causa nº 1 da Secretaría Especial del Juzgado Federal nº 3 de La Plata)⁷, uma “megacausa” que nos anos 1980 investigou a atuação da Polícia da Província durante a ditadura. Iniciou-se pelo decreto 280/84 do Poder Executivo Nacional. Em 1987, ao sancionar-se a lei de Obediência Devida, ficou paralisada, quando já estavam condenados os ex-chefes de polícia Ramon Camps (25 anos) e Ovidio Pablo Riccheri (14 anos); o ex-diretor de investigações Miguel Etchecolatz (23 anos); o ex-médico policial Jorge Bergés (6 anos) e o ex-cabo Norberto Cozzani (4 anos). Em março de 2004, com a nulidade a lei de Obediência Devida no Congresso, a Câmara Federal de Buenos Aires decidiu reabrir o expediente. A megacausa ficou nas mãos do juiz federal de La Plata Arnaldo Corazza, que, em setembro de 2004, ordenou a detenção dos condenados. Houve desdobramentos e seguem as investigações sobre outros processados.

Em sua homenagem, seu nome está inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

1978

Therezinha Viana de Assis



Nasceu em 22 de julho de 1941, em Aracaju (SE), filha de Antônio Veriano de Assis e Edith Viana de Assis. Militante da Ação Popular (AP). Suicidou-se em 3 de fevereiro de 1978, no exílio, na Holanda.

Fez seus estudos em sua cidade natal, concluindo o curso de Economia na Universidade Federal de Sergipe. Mudou-se para Belo Horizonte (MG) e trabalhou na Caixa Econômica Federal.

Em 1972 foi presa e, ao ser libertada, em 1973, exilou-se no Chile, onde fez um curso de especialização na Universidade de Santiago e militou no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Após o golpe no Chile, em setembro do mesmo ano, viajou para a Holanda. Residiu inicialmente em Roterdã e, depois, em Amsterdã.

Prosseguindo seus estudos na Universidade de Amsterdã, doutorou-se em Economia.

Depoimento de sua irmã, Selma Viana de Assis Pamplona, à Comissão de Representação Externa sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal em 1992 relata:

Em meados de 1977 ela começou a me escrever, dizendo estar, sempre, se sentindo seguida, pois, onde estava, via as mesmas pessoas (entre 2 e 4); em julho de 1977, saiu de férias (trabalhava na Prefeitura de Amsterdã) e fazia curso de línguas; viajou pela Rússia e países da Europa Oriental e onde chegava (em cada cidade), encontrava aquelas mesmas pessoas. Quando voltou da viagem, encontrou o seu apartamento totalmente remexido, desarrumado, fora do lugar e observou que o seu telefone estava grampeado e pediu que eu não lhe telefonasse. Às vezes, quando voltava do serviço, encontrava seu apartamento remexido demonstrando ter entrado gente; começou a receber telefonemas anônimos com ameaças. Foi ficando nervosa, preocupada... Por fim, apareceu morta, caída da janela embaixo.

Ocorre que ela era muito católica, tinha medo da morte. E antes de se sentir seguida, estava gostando muito de Amsterdã. De repente...

Uma das pessoas que a seguia – ela ficou sabendo – se tratava de [agente da] polícia secreta do Chile. Quanto aos outros ela não chegou a saber. Morreu em 2 ou 3 de fevereiro de 1978, com 36 anos.

Em carta enviada por um exilado político brasileiro na Holanda, ao bispo de Lins, D. Pedro Paulo Koop, em 7 de fevereiro de 1978, informa que:

Com muito pesar comunico a todos que lerem e ao senhor que Teresinha de Jesus, nascida aos 22 de fevereiro [sic] de 1941 e exilada na Holanda desde princípios de janeiro de 1974, dia 3 de fevereiro p.p. às 12:00h, se jogou da janela de seu quarto, do 3º andar de um edifício de Amsterdã.

Em consequência desse acidente, ela sofreu fraturas das costelas e uma grande hemorragia no baço. Foi atendida na Academische Ziekenhuis da Vrije Universiteit naquela cidade, e sendo operada veio a falecer às 21:05 do mesmo dia de distúrbios do coração. [...] Sofreu no exílio longamente todos os problemas psicológicos referentes ao isolamento que marca esta vida.

Consta do caso de Therezinha na CEMDP que ela se exilou no Chile no início de 1973 com o nome de Therezinha Viana de Jesus.

Certidão da Abin, de 15 de dezembro de 2004, enviada à CEMDP, informa que ela estava relacionada entre os brasileiros ligados à subversão no Chile.

Segundo a relatora na CEMDP, Márcia Ramos, ficou devidamente provada a militância política de Therezinha, o que motivou sua partida para o Chile. Mesmo não se sabendo com exatidão quais seqüelas as prisões no Brasil haviam deixado, em função de torturas e maus-tratos, não seria possível descaracterizar essa hipótese. Assim, votou pelo deferimento, sendo o caso aprovado por unanimidade, em 2 de fevereiro de 2006.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 0144/04, na CEMDP.



Manoel Custódio Martins

Nasceu em 22 de maio de 1934, em Rio Grande (RS), filho de Heleodoro Custódio Martins e Hercília Reis Martins. Matou-se em 7 de fevereiro de 1978, no exílio, no Chile. Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Era casado com Célia Vieira Ferreira e tinham filhos.

Professor de francês da Escola 25 de Julho, de Novo Hamburgo (RS), foi secretário-executivo na gestão do prefeito Sautini, do PTB, naquela cidade. Foi representante da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) na região de Novo Hamburgo e redondezas. Estudava Filosofia na Faculdade de São Leopoldo e direito na Faculdade de Passo Fundo (RS). Era suplente de vereador na Câmara Municipal de Novo Hamburgo. Em 1964, foi ferido a tiros em uma manifestação, pouco antes do golpe militar.

Foi perseguido desde os primeiros dias do golpe militar de abril de 1964.

Exilou-se em Montevidéu com sua família e, em fevereiro de 1965, mudou-se para o Chile.

No Chile dava aulas de português para filhos de exilados brasileiros.

Com a queda do presidente chileno, Salvador Allende, em 1973, permaneceu no Chile, temeroso de retornar ao Brasil. A partir de então, passou a sofrer de depressão permanente.

Manoel esteve internado em estabelecimento hospitalar com diagnóstico de depressão e o seu atestado de óbito refere-se ao estado psíquico depressivo em que se encontrava.

Morreu no Chile, em 7 de fevereiro de 1978, em sua própria casa, onde cometeu suicídio, enforcando-se, como resultado de uma depressão que o acometera em razão das perseguições políticas sofridas no Brasil e no Chile.

Informações da Abin confirmam sua militância no PTB, sem outros detalhes.

Seu caso na CEMDP, tendo como relator João Grandino Rodas, foi indeferido em 17 de outubro de 1996. Seus familiares apresentaram novo requerimento, após a ampliação da lei 9.140/95, e o mesmo foi deferido por unanimidade, tendo como relator João Batista Fagundes, em 8 de dezembro de 2005.

Documentos consultados:

Casos 349/96 e 03/02, na CEMDP.



Norberto Armando Habegger

Nasceu em 9 de agosto de 1941, em Arrecifes, província de Buenos Aires, Argentina, filho de Armando Habegger e Maria Mercedes Gomez. Desaparecido no Brasil em 31 de julho de 1978. Foi dirigente montonero.

Era casado com Florinda Castro Habegger, com quem teve um filho.

Foi secretário-geral da Juventude Democrata-Cristã na Argentina e participou do Congresso Mundial da Democracia Cristã na Alemanha Ocidental, em 1964. Desde 1966, integrou-se ao peronismo, participando da Frente Justicialista. Foi um dos fundadores do Partido Peronista Autêntico e integrante do Conselho Superior do movimento clandestino Montoneros.

Era jornalista e, em 1974, foi subdiretor do jornal *Diario de Noticias* e chefe da revista *Panorama*, fechados pelo regime militar argentino. Um dos livros escrito por Norberto conta a história do padre e guerrilheiro colombiano Camilo Torres.

Com o golpe de Estado na Argentina em 1976, sua casa em Arrecifes foi invadida e saqueada. Norberto escapou porque estava em Buenos Aires. Em 1977, sua esposa foi presa e levada para um Centro Clandestino de Detenção, provavelmente o Club Atlético, mas Norberto conseguiu novamente escapar. Dois dias depois, Florinda foi libertada e,

assustada, mudou-se com o filho Andres para o México. Nessa época, Gustavo, irmão de Norberto, também foi preso. O objetivo dessas prisões era localizar e prender Norberto, que permanecia na Argentina.

Desde junho de 1977, Norberto trabalhava no México, onde se exilou. Em 30 de julho de 1978, usando passaporte em nome de Hector Esteban Cuello, Norberto embarcou na cidade do México, às 14 horas, para o Brasil, em vôo da Pan Am. Chegou ao Rio de Janeiro no dia seguinte e desapareceu após entrar em contato telefônico com amigos na Espanha. Seu desembarque em 31 de julho foi confirmado por carta de Oswaldo Camchion, embaixador da Argentina no Brasil. Desde então, sua esposa não teve mais notícias suas.

Apesar das gestões com as autoridades brasileiras, nada foi esclarecido sobre o paradeiro de Norberto.

Testemunhos de Oscar Alfredo Gonzalez e Horacio Guillermo Cid de la Paz, publicados pela Anistia Internacional, contam que Norberto foi detido e torturado pelas autoridades brasileiras e visto em um CCD argentino, onde teria ficado até dezembro de 1978. O diário argentino *La Nación*, de 18 de setembro de 1978, diz que, segundo informação obtida da chancelaria brasileira, Norberto deu entrada no Brasil com nome falso e esclareceu que desconhecia seu destino posterior.

Florinda Castro fez diversas denúncias sobre o caso, pediu ajuda a organismos internacionais como OEA, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Anistia Internacional e Vaticano, entre outros. Escreveu cartas ao senador norte-americano Edward Kennedy e a Rosalyn Carter, mulher do presidente norte-americano Jimmy Carter. No Brasil, apelou à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Também mandou telegramas ao presidente da República, general Ernesto Geisel, e para o ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, não obtendo nenhuma resposta.

De acordo com a reportagem “*Proteção Salvadorá*”, publicada na revista *Época*, de 29 de maio de 2000, D. Eugênio Sales manifestou preocupação com a presença de policiais argentinos no Rio de Janeiro, em uma carta escrita em 1979 a Florinda Castro Habegger, que morava na Cidade do México.

Foi anexado ao caso na CEMDP documento informando que

“No relatório constante do registro nº 1713 da CONADEP argentina (Comisión Nacional sobre La Desaparición de Personas), consta que testemunhos afirmaram que o seqüestro foi planejado pelos órgãos de segurança argentinos no centro clandestino El Banco, envolvendo os serviços de inteligência brasileiros, que o teriam torturado antes de entregá-lo aos policiais argentinos”.

O dossiê com a denúncia de seu desaparecimento foi registrado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 1.713. Não há testemunho de que tenha sido visto em algum CCD.

Os familiares de Norberto Habegger, entre outros⁸, são autores da ação judicial que julga crimes da *Operação Condor*⁹. A ação chamada Plan Cóndor (nº 13.445/99) investiga a coordenação repressiva das Forças Armadas de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Nessa ação, o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla é processado, além de outros 18 ex-militares. Atualmente existem 34 implicados na ação, dos quais 27 se encontram processados. Entre eles, dez cumprem prisão preventiva. No total são 17 detidos e muitos dos implicados já estão presos por sua participação em fatos relacionados a outras ações que investigam crimes de terrorismo de Estado.

Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Em sua homenagem, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

8. Ver os casos de Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock.

9. Processo nº 13.455/1999: “*Videla Jorge Rafael e outros sobre a Privação Ilegal da Liberdade Pessoal*”, Secretaria nº 14, Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº 7, interinamente a cargo do juiz federal Rodolfo Canicoba Corral. Esse processo começou em 8 de novembro de 1999, por iniciativa de familiares da chilena Cristina Carreño Araya e do uruguaio Simon Riquelo, seqüestrados em Buenos Aires em julho de 1978 e desaparecidos desde então. O juiz Canicoba Corral assumiu o processo no início de 2001, após a aposentadoria do juiz Adolfo Bognasco.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 278/96, na CEMDP.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. Petrópolis: Vozes, 2003.

<http://www.cels.org.ar>

Gerosina Silva Pereira

Nasceu em 15 de julho de 1918, em São Pedro de Jequitinhonha (MG), filha de Antônio Soares de Arruda e Laura Soares Silva. Morta em 9 de setembro de 1978, no exílio, na Suécia. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

De família pobre, *Zizinha*, apelido carinhoso pelo qual se tornou conhecida, desde cedo começou a trabalhar como operária na indústria de confecção.

Sempre trabalhando como operária, foi viver em São Paulo.

Em 1938, casou-se com Antônio Ubaldino Pereira, com quem teve três filhos.

Após o golpe de 1964, acabou se ligando à VPR e foi presa em fins de 1970. Seu marido, preso desde 1969, foi banido para o Chile em 13 de janeiro de 1971, com outros 69 presos políticos, por ocasião do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Assim que foi solta, *Zizinha* partiu para aquele país. Ali viveu e trabalhou até o golpe de setembro de 1973, quando o casal novamente se viu separado. Antônio Ubaldino viajou para a Argentina e daí para a Suécia, e *Zizinha* asilou-se no Panamá. Mesmo sem documentos, prosseguiu sua viagem com o objetivo de se reunir ao amigo e companheiro de vida e de lutas. Finalmente o casal se reuniu em Lund, Suécia.

Em 1974, começou a trabalhar como restauradora de objetos do Museu Lund. Além disso, presidia o Comitê Brasileiro de Mulheres Democráticas, fundado na mesma cidade.

Embora nunca deixasse de desejar retornar ao Brasil e rever seus filhos, netos e amigos, tais desejos não se materializaram. Em 9 de setembro de 1978, *Zizinha* morreu de câncer, no exílio. Seu corpo foi cremado e as cinzas vieram para São Paulo, onde viviam seus familiares.

Em Lund, a sala onde os exilados brasileiros se reuniam para lutar pelo retorno ao Brasil recebeu seu nome, justa e merecida homenagem àquela que tão bem encarnou a vida de milhares de mulheres brasileiras.

Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, mas o caso não foi apresentado à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

1979

Sylvio de Vasconcellos

Nasceu em 14 de outubro de 1916, em Belo Horizonte (MG), filho de Salomão Vasconcellos e Branca de Vasconcellos. Morto em 14 de março de 1979, no exílio, nos Estados Unidos.

Era casado com Gertrudes Vasconcellos, com quem tinha três filhas.

Em 1944, formou-se em arquitetura pela UFMG, e quatro anos depois ingressou na mesma escola, onde concluiu, em 1952, o curso de Urbanismo.

Em 1953, passou a professor catedrático, mediante concurso, apresentando uma tese sobre a arquitetura residencial de Ouro Preto (MG), tema sobre o qual possuía grandes conhecimentos, pois, desde 1939, ocupava a direção do setor mineiro do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Arquiteto, historiador, crítico de arte e de futebol, professor universitário, desenhista, escritor, Sylvio de Vasconcellos escreveu sobre arquitetura brasileira e arte colonial. Teve artigos publicados em diversas revistas e livros. Foi também cronista do jornal *Estado de Minas*, para o qual escreveu durante anos seguidos.

Como arquiteto, realizou inúmeros projetos de casas e prédios residenciais, da capela do Colégio Isabela Hendrix, da sede do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, do prédio do DCE da UFMG, do monumento a Aleijadinho, erguido em frente à Reitoria da UFMG, no *campus* universitário da Pampulha.

Em 1964, quando era diretor da Escola de Arquitetura, foi preso pelo regime militar. Posto em liberdade, foi viver no Chile e, depois, na França, onde trabalhou no escritório do arquiteto Bernard Granet.

Retornou ao Brasil, reassumindo suas antigas funções, até que foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5. Partiu, então, em 1969, para os Estados Unidos.

A partir de então, realizou várias pesquisas em Portugal, México e Estados Unidos, mediante bolsas de estudo das fundações Gulbenkian, Guggenheim e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento das Artes do governo mexicano.

Viveu em Washington até o seu falecimento em 14 de março de 1979. Foi enterrado pela família em Belo Horizonte.

Dele falou o amigo Otto Lara Rezende:

Perseguido, dado como indigno por ser mineiro, Sylvio de Vasconcellos estará sempre redivivo em suas obras literárias. Esta glória ninguém lhe caça. Esta força ninguém lhe tira. Sylvio de Vasconcellos pode viver sem Minas; mas Minas não pode viver sem Sylvio de Vasconcellos.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro São Bento.

Documentos consultados:

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*, op. cit.

Adauto Freire da Cruz

Nasceu em 15 de fevereiro de 1924, em Bananeira (PB), filho de Manoel Freire da Rocha e Olívia Freire da Cruz Rocha. Morto em 13 de maio de 1979.

Casado com Delzuita da Costa Silva, com quem tinha dois filhos.

Segundo o relatório da CEMDP, o livro *Direito à Memória e à Verdade*, documentos policiais anexados ao caso na CEMDP comprovam que Adauto era militante político desde os anos 1950. Integrou as Ligas Camponesas, tendo viajado para Cuba em 1961. Documentos da comunidade de informações o arrolavam como integrante do primeiro grupo de brasileiros a receber treinamento militar naquele país. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, Adauto era vinculado a Francisco Julião, principal liderança das Ligas. Há anotações de que, na noite de 31 de março de 1964, teria comparecido ao Palácio do Governo pernambucano para distribuir armas aos camponeses das Ligas. Documento confidencial do Ministério do Exército, de 1973, solicitava informações a seu respeito. Após o golpe militar de 1964, Adauto adotou o nome falso de Celestino Alves da Silva, com o qual registrou seus dois filhos. Também foi sepultado com esse mesmo nome falso.

As circunstâncias de sua morte são relatadas por sua companheira, Delzuita da Costa Silva:

[...] mais de 12 policiais parou [sic] o ônibus, estávamos na segunda cadeira, bem na cara deles. Assim que os vimos, tentamos esconder o material, mas não deu tempo. Mesmo assim ficamos ou tentamos manter a calma, era policial militar e talvez não percebesse os panfletos [em defesa da anistia política]. Mas aí eles pediram os documentos do Freire, ele disse que havia esquecido. Foi um desastre. Mandaram ele descer, o Freire reagiu começou a pancadaria dentro do ônibus [...] Comecei então a gritar para os policiais que eu estava com os documentos dele que era meu marido e que parassem. Por favor, vocês estão cometendo um engano, aí um deles pegou os panfletos e disse-nos que éramos comunistas. [...] estava nesta discussão abrindo a bolsa para tirar os documentos e os outros agarrados com o Freire, de repente notei que o Freire respirava com dificuldade, estava ficando roxo, seus lábios e orelhas, não reagia nem falava mais. Soltei um grito tão alarmante que eles jogaram o Freire embaixo. O Freire sofrera um infarto, e tinha uma perna quebrada.

Seu nome não constava de nenhuma lista do Movimento de Anistia nem do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. No entanto, com a documentação apresentada por sua esposa à CEMDP, não restam dúvidas quanto à sua militância política nem de que sua morte se deveu à ação repressiva do Estado. Mas esse não foi o entendimento da



Documentos consultados:
Caso 353/96, na CEMDP.



*No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em 1995 o nome de Orocílio Martins Gonçalves estava grafado erroneamente como Otacílio Martins Gonçalves.

CEMDP, que indeferiu o pedido feito por seus familiares em 10 de dezembro de 1996 e, após recurso, em 10 de abril de 1997.

Orocílio Martins Gonçalves*

Nasceu em 23 de outubro de 1954, em Sete Lagoas (MG), filho de Elias Ferreira de Souza e Evangelina Luiz Martins. Morto em 30 de julho de 1979.

Era tratorista e trabalhava na construção de um dique em Vespasiano (MG), segundo o relatório da CEMDP, o livro *Direito à Memória e à Verdade*. Casado com Vânia de Oliveira Gonçalves, tinham um bebê de 2 meses de idade.

Orocílio foi assassinado pela PM em 30 de julho de 1979, em Belo Horizonte (MG), durante passeata realizada pelos operários em greve do setor da construção civil. Foi uma manifestação inédita em Belo Horizonte, em que 15 mil grevistas da construção civil saíram às ruas em uma demonstração que repercutiu em todo o país. Foram violentamente reprimidos. Na ocasião, 52 pessoas ficaram feridas, 96 foram presas e Orocílio morto com um tiro à queima-roupa. O legista Euclides de Matos Santana atestou a morte em decorrência de “*hemorragia interna conseqüente de ferida perfuro-contusa causada por projétil de arma de fogo*”. O laudo de necropsia de Orocílio registra marcas de agressões.

Na CEMDP, o relator do caso, conselheiro João Grandino Rodas, registrou que o *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* não vincula Orocílio a nenhum partido ou militância política. Fundamentado por matéria jornalística publicada pela revista *Veja*, de 8 de agosto de 1979, o relator afirma que é provável que Orocílio tenha morrido sem saber o que ocorria, pois a reportagem informa que ele saiu de casa para marcar a cauterização de um tumor em um posto do INPS. No caminho, viu-se em uma mobilização de 10 mil grevistas que enfrentavam a PM a pedradas. A reportagem identifica Orocílio como tratorista e traz uma declaração da viúva, Vânia, dizendo que ele nunca foi operário da construção civil e que não teria ido participar da “*confusão*”. O relator ainda destaca a inexistência de testemunhos juntados aos autos, julgando, diante disso, não haver evidências suficientes que atestem as exigências legais para o pagamento de indenização reparatória. Inexiste ainda, segundo ele, prova de que Orocílio fosse militante político e o caso não se enquadraria na lei 9.140/95. O caso foi indeferido por 5 votos a 2 em 10 de abril de 1997. Votaram pelo deferimento os conselheiros Suzana Lisbôa e Nilmário Miranda.

Em 25 de abril de 1997, foi apresentado recurso pelo advogado Paulo César de Castro. O embasamento foi de que as circunstâncias de morte de Orocílio se assemelhavam a uma dependência policial, pois teria morrido em um quarteirão fechado da avenida Olegário Maciel. O advogado pedia para que fossem observadas as fotografias nos autos que comprovariam que Orocílio foi vítima de espancamento. Contesta, também, a veracidade da reportagem publicada pela revista *Veja* e afirma que Vânia não teria dado tais declarações. Ele afirma, ainda, que Orocílio era um líder sindical – o Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Belo Horizonte, Sabará e Lagoa Santa leva o nome do operário. Foi anexada uma cópia do jornal do sindicato, *Marreta*, e dois testemunhos.

A maioria da CEMDP manteve o voto pelo indeferimento, pois considerou que não havia fatos novos. Em 26 de outubro de 2004, o coronel João Batista Fagundes, novo relator do caso, considerou que o pedido dos familiares de Orocílio Martins Gonçalves estava contemplado pelo advento da lei 10.875/04, que ampliou o benefício para vítimas de manifestações públicas. O coronel afirmou que os autos deixavam claro que Orocílio foi vítima de disparo de arma de fogo, partido de arma de policial militar durante a passeata, sendo o caso, nessa ocasião, deferido por unanimidade.

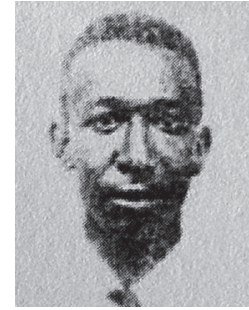
Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Brasil Industrial.

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.
Arquivos do IEVE/SP.
Casos 354/96 e 052/02, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*, op. cit.

Benedito Gonçalves



Nasceu em 28 de agosto de 1931, em Carmo da Mata (MG), filho de João Gonçalves e Maria Júlia. Morto em 20 de agosto de 1979.

Era operário metalúrgico.

Atingido na cabeça por um golpe de cassetete desferido por um policial militar quando realizava um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Paim, em Divinópolis, onde trabalhava, Benedito foi hospitalizado, falecendo dias depois em consequência de traumatismo craniano.

O ocorrido com Benedito foi noticiado pelos jornais da época. Ferido às 19 horas de 13 de agosto, foi levado ao Hospital São João de Deus, onde lhe fizeram apenas curativos e lhe deram alta. Seu estado de saúde agravou-se e, no dia seguinte, foi levado novamente ao hospital, onde foi atendido pelo médico José Calazâncio Notini Diniz e encaminhado para tratamento neurocirúrgico pelo Dr. Nelson Pereira. Segundo o diretor-clínico do hospital, Alair Rodrigues de Araújo, após a operação Benedito ficou internado no CTI, onde permaneceu até morrer, no dia 20. O legista José Maria Alves Aragão determinou como causa fratura de crânio.

Segundo o jornal *Estado de Minas*, de 22 de agosto de 1979, “*cerca de mil trabalhadores metalúrgicos, a pé ou de bicicleta, levaram em cortejo, ontem pela manhã, o corpo do operário Benedito Gonçalves, morto na quarta-feira*”.

Sua família entrou com uma ação ordinária de indenização contra o Estado na 2ª Vara da Fazenda e Feitos Públicos, responsabilizando a Polícia Militar pelo espancamento que resultou na morte de Benedito. A ação, após vários recursos, foi julgada improcedente em 22 de março de 1996, demonstrando assim, mais uma vez, a impunidade dos agentes do Estado.

Na CEMDP, o caso teve como relator Nilmário Miranda e foi indeferido por 4 votos a 2 em 15 de maio de 1997, sendo os votos favoráveis os do relator e de Suzana Keniger Lisbôa.

Após a ampliação da lei 9.140/95 em 2004, o relator do segundo julgamento do caso (118/04), André Sabóia Martins, concluiu que Benedito “*foi vítima da violência das forças policiais, exercida de forma ilegítima durante o período de ditadura militar, quando o direito de greve era tratado como ato ilegal e crime contra a segurança nacional*” e o caso foi deferido por unanimidade em 7 de outubro de 2004.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua no bairro Brasil Industrial.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Casos 200/96 e 118/04, na CEMDP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*, op. cit.

Guido Leão

Operário metalúrgico, morto em setembro de 1979, em Betim (MG), quando realizava um piquete de greve em frente à Fiat Automóveis.

Tentando fugir de uma investida da cavalaria da PM, armada de sabres, Guido foi atropelado por um carro da polícia, morrendo em seguida.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua no bairro Serra Verde.

Seu caso não foi apresentado à CEMDP, pois não foi possível localizar seus familiares.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o Desenho da Utopia*, op. cit.



Santo Dias da Silva

Nasceu em 22 de fevereiro de 1942, na Fazenda Paraíso, em Terra Roxa (SP), filho de Jesus Dias da Silva e Laura Vieira. Morto em 30 de outubro de 1979.

Era casado com Ana Dias, com quem tinha um casal de filhos, Luciana e Santo.

De família muito humilde, seus pais eram meeiros na produção de café. Era o mais velho de uma família de oito irmãos. Foi lavrador, colono, diarista e bóia-fria no interior de São Paulo. Em 1961, sua família foi expulsa da fazenda onde morava por exigir registro na carteira profissional, de acordo com a legislação trabalhista. Veio para São Paulo e, como operário, sofreu perseguições e várias demissões por organizar os trabalhadores e reivindicar melhores salários.

Em 1967, visando tirar os *pelegos* do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, participou da oposição sindical, em uma chapa encabeçada por Waldemar Rossi, que foi derrotada. Mesmo assim, a oposição chamou os trabalhadores para uma manifestação independente do Primeiro de Maio, em 1968, conseguindo reunir 10 mil manifestantes na Praça da Sé.

Trabalhava como motorista de empilhadeira na Metal Leve S/A.

Santo era membro da Pastoral Operária de São Paulo, representante leigo perante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), membro do Movimento contra o Custo de Vida, candidato a vice-presidente da chapa 3 de Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP).

Assassinado friamente pela PM paulista quando comandava um piquete de greve em 30 de outubro de 1979, em frente à fábrica Sylvania, em Santo Amaro, bairro da região sul de São Paulo.

Relato sobre a morte de Santo Dias, publicado no boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encontrado no Arquivo do DOPS/SP:

“Os policiais estavam puxando o Espanhol por um lado; do outro, Santo segurava o companheiro. Começou então a violência, com tiros para cima e, depois, eu vi o Santo ser atingido na barriga, de lado, e o tiro sair de outro lado. Escutei três gritos: ai, ai, ai. E o Santo caiu no chão.”

O metalúrgico Luís Carlos Ferreira relatou assim a morte de Santo Dias da Silva, no depoimento que prestou à Comissão Justiça e Paz, que também ouviu mais duas outras testemunhas sobre a morte do companheiro. Segundo Luís Carlos afirmou à Comissão, ele estava a uns seis metros de distância de Santo Dias, no momento em que ele foi baleado.

“Os policiais continuaram a perseguir outros”, prossegue Luís Carlos no seu depoimento. “Eu fiquei atrás de um poste e posso, com toda segurança, reconhecer o policial que atirou no Santo: tem cerca de um metro e oitenta, alto, forte e alourado. E pude ver, depois, na delegacia que ele tem uma falha na arcada dentária. Vi ele bem, quando eu estava sendo levado preso no Tático Móvel 209.”

Luís Carlos lembra que “havia cerca de 50 operários no piquete, que nunca usou de violência, pois só fazíamos o trabalho de conscientização”. Ele também desmente a versão de que os trabalhadores teriam iniciado o conflito, afirmando que “quando chegamos na porta da Sylvania, tinha uns quatro ou cinco policiais guardando o local. Não houve nenhum atrito com eles e nenhum de nós estava armado”.

Luís Carlos Ferreira reconheceu o soldado Herculano Leonel como o autor do disparo que matou o operário.

“Correndo, assustados e ao mesmo tempo com raiva do ocorrido, os companheiros entraram na sede com a notícia parada na garganta: ‘Mataram o Santo’. Num primeiro momento, a dúvida e, após a confirmação, a dor.” A repressão diante da Sylvania, local para o qual Santo se dirigira com a finalidade de acalmar os ânimos, dissolveu a

tiros o piquete; fez um ferido (João Pereira dos Santos) e um morto, Santo Dias da Silva. A triste notícia correu de boca em boca. As autoridades procuravam esvaziar e eximir-se da culpa.

Imediatamente começou a mobilização dos trabalhadores para protestar contra o assassinato. A polícia não queria nem mesmo liberar o corpo. Depois da interferência de outros sindicalistas e de parlamentares, o corpo de Santo chegou à igreja da Consolação, onde foi velado pelo povo de São Paulo. A tristeza misturava-se com a incredulidade e a raiva contra os assassinos. Milhares de pessoas desfilarão diante do caixão aberto de Santo, prestando sua homenagem ao novo mártir da luta operária.

A repressão esteve presente durante toda a solenidade, desde que o corpo chegou à igreja da Consolação. Já na madrugada, o povo preparava-se para a grande marcha até a Sé, local fixado para a missa de corpo presente. Saindo da Consolação às 14h10min, o cortejo com faixas e palavras de ordem contava com mais de 10 mil pessoas. Dos prédios caíam papéis picados, um sinal silencioso de solidariedade. Novos manifestantes juntavam-se ao cortejo e as palavras de ordem se sucediam: “A Luta Continua”, “A Polícia dos Patrões Matou um Operário”, “Você Está Presente, Companheiro Santo”.

Segundo o relatório da CEMDP, o livro *Direito à Memória e à Verdade*, o presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães, declarou à imprensa: “Aqui, como em qualquer país em que haja um mínimo de respeito aos Direitos Humanos, é inacreditável que, no curso de uma greve, possa um trabalhador ser morto na legítima defesa dos interesses de sua classe”. E o senador Franco Montoro (MDB-SP) protestou da tribuna contra a “injustiça flagrante, com prioridade para o capital diante do trabalho, quando é evidente que, numa perspectiva humana e cristã, a prioridade está para o trabalho e não para o capital”.

A família e os companheiros empenharam-se em processar o PM Herculano Leonel, acusado de ser o assassino de Santo Dias. O processo correu na Justiça Militar. Em dia 5 de dezembro de 1979, Leonel foi preso, e em 7 de abril de 1982 foi julgado e condenado a seis anos de reclusão. Houve recurso por parte do acusado, que foi aceito pelo tribunal em agosto de 1982, anulando a sentença. A promotoria recorreu, mas o juiz relator manteve a anulação. Depois de vários recursos, a Procuradoria Geral do Estado entrou com recurso extraordinário no STF, que arquivou o processo em setembro de 1984. O Estado manteve a tradição da impunidade de seus prepostos.

Santo Dias foi enterrado no Cemitério de Campo Grande, na zona sul de São Paulo.

Após sua morte, como homenagem à sua luta e ao seu exemplo, foi criado o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, ainda em 1980. Foram muitas as homenagens que se seguiram, citaremos algumas que ostentam o seu nome: praça inaugurada em 31 de outubro de 1982, em frente à paróquia da Vila Remo, próximo ao local onde morava; Escola Estadual do Jardim Guanembu, também em 1982, na zona sul de São Paulo; em 1988, Escola Municipal de Educação Infantil do Jardim Canhema, em Diadema; em 1992, parque ecológico na estrada do Campo Limpo; praça em Viradouro, município que hoje abarca Terra Roxa, onde Santo nasceu, em 1996; a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1997, instituiu o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos. Também foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1989, pelo GTNM/RJ.

Na CEMDP, seu caso (72/02), relatado por André Sabóia Martins, foi aprovado por unanimidade em 1º de dezembro de 2004.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 072/02, na CEMDP.

DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. *Santo Dias: Quando o Passado se Transforma em História*. São Paulo: Cortez, 2004.



Reprodução

O prof. Goffredo da Silva Telles Jr., um dos autores da “*Carta aos Brasileiros*”, discursa na tribuna do largo de São Francisco, 1977.

As passeatas estudantis e a “*Carta aos Brasileiros*”

No primeiro semestre de 1977, a oposição começava a se articular em torno da defesa dos *direitos humanos* e da *justiça social*. Preocupado com o processo eleitoral de 1978, que poderia implicar em derrota para a Arena, o governo Geisel editou, em 1º de abril de 1977, o “Pacote de Abril”. O Conselho de Segurança Nacional decidiu pelo fechamento do Congresso Nacional durante 15 dias, por força do Ato Complementar nº 102. Tal pacote consistia em uma série de medidas autoritárias, que visavam à reforma do Judiciário (não aprovada poucos dias antes pelo MDB no Congresso Nacional) e impunham a extensão do mandato do presidente da República para seis anos; a manutenção de eleições indiretas para governadores de estado; a nomeação pelo presidente de um terço dos senadores, os chamados “biônicos”; e a mudança no cálculo do número de cadeiras por estado na Câmara Federal, de modo a beneficiar a Arena. Em junho de 1976, o governo havia sancionado a “Lei Falcão”, que diminuía muito o acesso da oposição à TV.

O movimento estudantil crescia. Ao longo de 1977, os estudantes manifestaram-se, ocupando as

ruas e ganhando espaços nos jornais. Em março daquele ano, os temas estudantis eram os únicos veiculados nas manifestações. Em abril, contudo, os estudantes protagonizaram protestos que atraíram a simpatia da sociedade civil, mesclando reivindicações estudantis com as de redemocratização política. Em maio, em decorrência das prisões ocorridas durante as manifestações de 1º de maio, passaram a apoiar a anistia aos presos políticos. Em São Paulo, cerca de 7 mil estudantes concentraram-se no centro da cidade, exigindo o “[...] fim às torturas, prisões e perseguições políticas; anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos; pelas liberdades democráticas”. Depois, surgiram os temas “contra a carestia” e “por melhores condições de vida”.

Um outro evento ajudaria a redefinir os rumos da liberalização política: a divulgação, em agosto, da “Carta aos Brasileiros”, do professor de Direito da USP, Goffredo da Silva Telles Jr. A carta foi lida em coro no fim da tarde do dia 8, no pátio da Faculdade de Direito no Largo São Francisco, em São Paulo, por centenas de estudantes, por ocasião do retorno às aulas. O documento obteve grande repercussão

no Brasil e no exterior e desmontou os principais argumentos que fundamentaram o golpe de 1964 e a ditadura – a luta contra o comunismo e a perspectiva do desenvolvimento econômico:

[...] *Distinguimos entre legal e legítimo. Toda lei é legal, obviamente. Mas nem toda lei é legítima.*

[...] *O único outorgante do Poder Legislativo é o Povo. Somente o Povo tem competência para escolher seus representantes. Somente os Representantes do Povo são legisladores legítimos.*

[...] *Somente é legítima a ordem que nasce, que tem raízes, que brota da própria vida, no seio do Povo. Imposta, a ordem é violência.*

[...] *O que os Estados de Fato, Estados Policiais, Estados de Exceção, Sistemas de Força apregoam é que há Direitos que devem ser suprimidos ou cercados para tornar possível a consecução dos ideais desses próprios Estados e Sistemas.*

[...] *Aprendemos que a Ditadura é o regime, por excelência, da Segurança Nacional e do Desenvolvimento Econômico. O nazismo, por exemplo, tinha por meta o binômio Segurança e Desenvolvimento.*

[...] *Fora do Estado de Direito, a Segurança, com seus órgãos de terror, é o caminho da tortura e do*

aviltamento humano; e o Desenvolvimento, com o malabarismo de seus cálculos, a preparação para o descalabro econômico, para a miséria e a ruína.

[...] *Estamos convictos de que a segurança dos direitos da pessoa humana é a primeira providência para garantir o verdadeiro desenvolvimento de uma Nação.*

[...] *Estado de Direito já!*

A bandeira pela *Constituinte livre e soberana* passou a ser defendida pela oposição institucional, por amplos setores da sociedade civil e da imprensa. Durante a leitura solene da carta compareceram 600 pessoas ao Salão Nobre da faculdade e mais de 3.500, no pátio interno. Nesse dia, cerca de 10 mil pessoas saíram em passeata pelo centro da cidade, sem a interferência da Polícia Militar.

Esses eventos mexeram com as consciências e redimensionaram as avaliações da conjuntura política. Eles aglutinaram e fortaleceram os movimentos de resistência à ditadura. No fim de agosto, o senador Teotônio Vilela lançou o “Projeto Brasil”, que propunha um amplo entendimento nacional pela redemocratização, e a CNBB voltou a pronunciar-se apoiando as manifestações “em favor da democratização” (NAPOLITANO, 1998, p. 82-100). ■



Arquivo Público do Estado de São Paulo

Manifestação estudantil em frente à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo, abril de 1977.

O Comitê Brasileiro pela Anistia

A necessidade de colocar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita nos espaços públicos fez com que começassem a ser criadas organizações baseadas em iniciativas de estudantes, intelectuais, artistas, advogados e, principalmente, familiares de presos políticos. A anistia ampla, geral e irrestrita era uma bandeira para a sociedade e não apenas para as mulheres que já haviam tomado a dianteira e se encontravam organizadas nos movimentos femininos pela anistia. Estava mais do que na hora de agregar tantos outros grupos que aspiravam às liberdades democráticas.

Ainda eram tempos de ditadura e toda essa movimentação pela anistia exigia coragem e despojamento.

A criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) possibilitou a articulação desses vários grupos, fortalecendo as ações políticas que se fizeram cada vez mais frequentes em 1978 e 1979.

No Rio de Janeiro, o CBA foi criado em fevereiro de 1978. Nessa ocasião, os presos políticos entraram em greve de fome exigindo o fim do isolamento de dois presos políticos de Itamaracá (Pernambuco): Carlos Alberto Azevedo e Rholin Cavalcanti, e o movimento grevista foi vitorioso.

Em São Paulo, o Comitê Brasileiro pela Anistia foi criado em maio de 1978. As reuniões ocorreram no Instituto Sedes Sapientiae, com o apoio imprescindível da Madre Cristina, e no Teatro Ruth Escobar, por iniciativa dessa atriz. Foram realizadas também reuniões em casas de intelectuais e nos escritórios de advogados. A participação de familiares de presos políticos, profissionais liberais, artistas, estudantes e advogados de presos políticos estava garantida em todas as reuniões.

Na Bahia, as reuniões do CBA ocorreram inicialmente na Associação de Sociólogos do Estado da Bahia.

O primeiro encontro nacional dos movimentos de Anistia deu-se em 1978, em Salvador (BA). Ali puderam redigir a *Carta de Salvador*, na qual as 17 organizações presentes pugnavam por anistia ampla, geral e irrestrita a todos os perseguidos e presos políticos. Reivindicavam a “*eliminação dos atos e leis de exceção, o estabelecimento de leis e mecanismos de livre representação e participação popular, fim radical e absoluto das torturas, bem como a responsabilização criminal dos que a praticam*”.

A *Carta de Salvador* convocou o 1º Congresso Nacional de Anistia, que ocorreu em novembro de 1978, no Tuca, teatro da PUC/SP.



Centro Sérgio Buarque de Holanda/PPA

Cartazes do Comitê Brasileiro pela Anistia, final dos anos 1970.

As principais conclusões do Congresso foram:

1. Promover uma campanha nacional para esclarecer a situação dos mortos e desaparecidos, ressaltando que a lista apresentada até aquele momento estava incompleta (havia, então, uma lista com 389 nomes de mortos e desaparecidos políticos).
2. Publicar um dossiê com todas as denúncias trazidas ao Congresso.
3. Rejeitar a Lei de Segurança Nacional e qualquer reforma nela.
4. Realizar jornadas nacionais pela anistia; concluí-las com uma semana nacional pela anistia que teria o 18 de abril como Dia Nacional de Luta pela Anistia.
5. Incentivar e criar condições para a implantação de núcleos setoriais e populares pela anistia.
6. Denunciar coletivamente todas as violências e perseguições e solidarizar-se com todos os atingidos.
7. Homenagear os mortos pela repressão.
8. Criar um organismo nacional, que coordenasse os movimentos pela anistia.
9. Elaborar um jornal pela anistia.
10. Dar assistência a todos os presos políticos e seus familiares. ■

Fontes consultadas:

Jornal *Brasil Mulher*, nº 14, novembro de 1978.
 MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah W. (Org.). *Pela Democracia, contra o Arbitrio: a Oposição Democrática, do Golpe de 1964 à Campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. (Depoimentos de vários ativistas da Anistia).

A CPI sobre os abusos contra os direitos humanos

O movimento pela anistia ampla geral e irrestrita, percebendo o impulso adquirido desde a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), em 1978, e buscando ampliar suas relações, propôs a articulação de uma frente parlamentar pela anistia. Em 5 de março de 1979, uma caravana formada por vários CBAs foi ao Congresso Nacional levando a *Carta Aberta da Comissão Executiva Nacional*, contendo denúncias sobre torturas e assassinatos de presos políticos. Nessa ocasião, foi entregue o documento exigindo o esclarecimento dos casos de desaparecidos e a atribuição à ditadura de responsabilidade pelos crimes cometidos. Na ocasião, o MDB assumiu publicamente o compromisso com a proposta de formação de uma frente parlamentar pela anistia. No documento, o movimento cobrava também a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar abusos aos direitos humanos. A proposta, defendida pelo *autêntico* Lysâneas Maciel (MDB-RJ), em 1975, foi recuperada por Airton Soares (MDB-SP), em 1979.

O movimento pela anistia realizou, então, o levantamento de subsídios e o encaminhamento de denúncias aos parlamentares, com destaque para a questão dos mortos e desaparecidos políticos. Com os familiares, foi a Brasília pressionar pela instalação da CPI. O MDB acabou votando a favor do projeto, em 10 de maio, quando ocorreu a Convenção Nacional do partido. O resultado foi de 69 votos favoráveis e 57 contra, em uma reunião agitada que durou seis horas e teve apertes de 50 deputados.

A vitória dessa proposta se efetivou em função dos depoimentos de três familiares: Egle Maria Vannucchi Leme, mãe de Alexandre Vannucchi Leme; Ivan Akselrud Seixas; filho de Joaquim Alencar de Seixas; e Rosalina Santa Cruz Leite, irmã de Fernando Santa Cruz de Oliveira. Seus depoimentos foram

ouvidos em profundo silêncio e emocionaram os presentes. Egle disse chorando, ao fim de seu depoimento: “*Não temos ilusões sobre suas limitações [as da CPI], mas é uma forma de luta e todos nós precisamos continuar lutando*”. Rosalina Santa Cruz concluiu sua fala com as seguintes palavras: “[...] *é fácil dizer que devemos esquecer tudo em nome da conciliação nacional, enquanto existem tantas famílias procurando seus filhos, sem saberem se estão vivos e onde, se estão mortos e em quais cemitérios. Não queremos vingança, queremos Justiça*”.

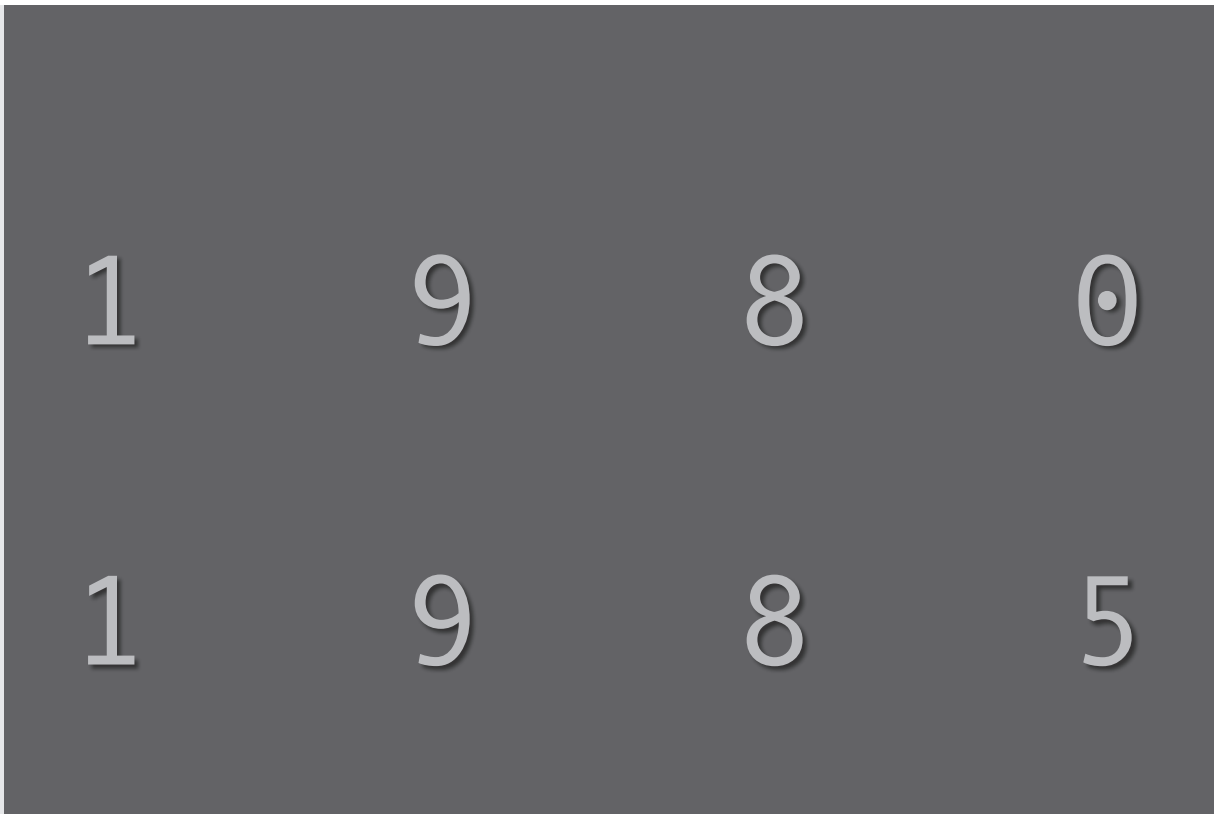
Sabia-se das dificuldades para aprovar a proposta de CPI, pois muitos consideravam a possibilidade da comissão comprometer o processo de abertura política. Os que a defendiam, acusados de revanchistas ou ingênuos, tinham a opinião de que não era possível trazer os torturadores ao banco dos réus, mas com sua instauração se registrariam as violências contra os direitos humanos. Jorge Ueked, Freitas Diniz, João Cunha, Francisco Pinto, Elquisson Soares, Marcus Cunha, Cristina Tavares, Edson Khair, Odacir Klein e João Gilberto eram alguns dos principais defensores da CPI no MDB.

O projeto foi derrotado pela Arena, que o inviabilizou graças à manobra antecipada de seu líder na Câmara Federal, Nelson Marchezan, que propôs uma CPI para examinar os problemas da indústria farmacêutica, completando, dessa forma, o limite constitucional que permitia o funcionamento simultâneo de apenas cinco CPIs. No início de 1982, outra tentativa de retomar a proposta de apuração das violações aos direitos humanos no Congresso Nacional foi derrotada. ■



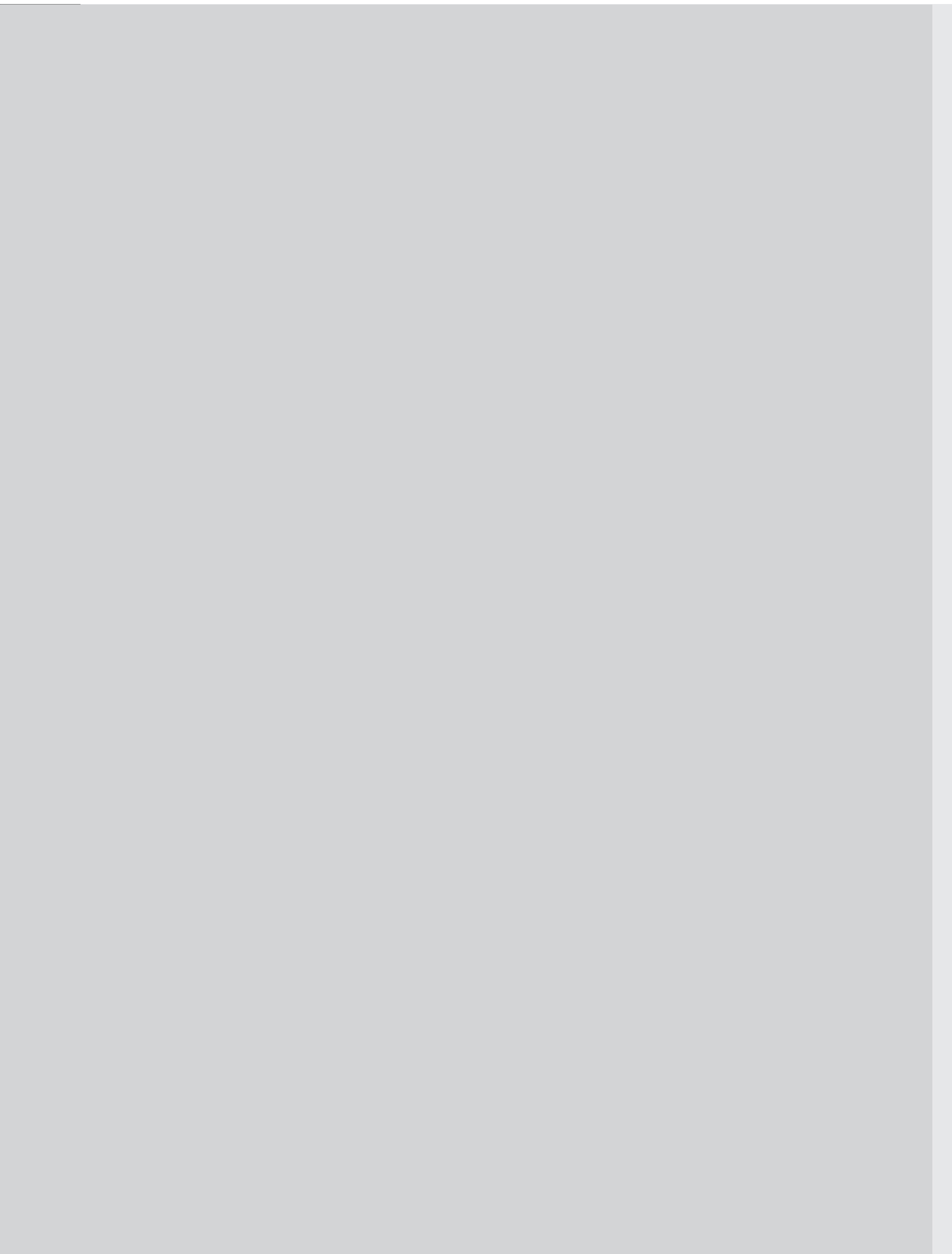
Votação da Lei de Anistia no Congresso Nacional, 22 de agosto de 1979.





Nair Beneditoni/Imagens

Parade of mothers and families of political deaths and disappeared in the Center of São Paulo (SP), on August 22, 1980.



1980

Luiz Renato do Lago Faria

Nasceu em 22 de outubro de 1952, em São Paulo (SP). Filho de Edgar Oliveira Faria e Alsina Pereyra do Lago Faria. Desaparecido entre 6 e 7 de fevereiro de 1980, na Argentina.

Residia em Buenos Aires, Argentina, desde 1974. Era estudante do 6º ano da Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires (UBA).

De acordo com informações da publicação do Centro de Estudos Legales y Sociales (CELS) chamada de *Informe sobre a Situação dos DD. HH. na Argentina (outubro de 1979 a outubro de 1980)*, Luiz foi seqüestrado na rua, diante de testemunhas, quando foi se despedir de amigos que partiam para o Brasil em um avião da empresa Pluna, em 7 de fevereiro de 1980. De acordo com a família, teria desaparecido em uma estação de metrô, em 6 de fevereiro.

A denúncia de seu desaparecimento foi feita no Ministério do Interior e no de Relações Exteriores da Argentina e à Presidência da República do Brasil. Seu nome figura no anexo da CONADEP com o número 1.565, sem o número de seu dossiê.

A família também apresentou denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que considerou que a mesma não reunia dados suficientes para iniciar uma investigação.

Seu irmão, José Carlos do Lago Faria, denunciou o desaparecimento de Luiz no jornal *Folha de S.Paulo*. No início dos anos 1980, ao lado do então deputado federal pelo estado de São Paulo, Eduardo Suplicy, viajou para a Argentina em busca de informações sobre seu paradeiro. Sem sucesso.

Em maio de 1986, o ex-militar argentino Claudio Vallejos¹, que integrava o Serviço de Informação Naval, concedeu entrevista à revista *Senhor* (nº 270, de 20 de maio de 1986), na qual mencionou o destino de brasileiros desaparecidos por obra do terrorismo de Estado na Argentina: Roberto Rascado Rodrigues, Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto, Norma Espíndola [sic]² e Francisco Tenório Jr.

Seu caso não foi apresentado à CEMDP.

1. Ver o caso de Francisco Tenório Cerqueira Júnior. Vallejos foi expulso do Brasil como *persona non grata* em 1986, e retornou clandestinamente em 1987, o que lhe valeu um ano de detenção e nova expulsão, segundo a Abin.

2. Norma Espíndola é argentina e, na época, era companheira do brasileiro Flávio Koutzii, que vivia na Argentina. Ambos foram presos juntos. De acordo com informação de Koutzii, Norma está viva e mora atualmente no Brasil.

Documentos consultados:

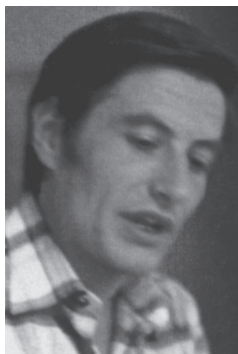
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos da EAAF/Buenos Aires, Argentina.

Arquivo Nacional de Memória da Argentina.

Argentinos desaparecidos no Galeão, Rio de Janeiro



Horacio Domingo Campiglia

Nasceu em 6 de junho de 1949, em Buenos Aires, Argentina, filho de Domingo Argentino Campiglia e Dora Pedamonti. Desaparecido em 12 de março de 1980, no aeroporto do Galeão (atual aeroporto Tom Jobim), no Rio de Janeiro. Era dirigente montonero.

Era estudante de Medicina e Sociologia. Casado com Pilar Calveiro Garrido Campiglia, tiveram duas filhas, Mercedes e Maria.

Em março de 1977, sua esposa foi presa, ficando na ESMA durante sete meses sofrendo torturas. Libertada, exilou-se na Espanha e depois no México, onde passou a lecionar ciências políticas. Em junho desse mesmo ano, a irmã de Horacio, Alcira, suicidou-se ao ser presa. Com a prisão da esposa e a morte da irmã, exilou-se, indo morar inicialmente na Costa Rica e, finalmente, no México onde se encontrava sua esposa.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada com o número 3.636 na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, cujo caso é o 841.



Mónica Susana Pinus de Binstock

Nasceu em 30 de janeiro de 1953, em Buenos Aires, Argentina, filha de León Pinus e Jacinta Tolchinsky. Desaparecida em 12 de março de 1980, no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro. Militante da organização Montoneros.

Era casada com Edgardo Ignacio Binstock e tinham dois filhos, Ana Victoria e Miguel Francisco (uma homenagem ao primo desaparecido político em 1978), de 3 anos e 1 ano e 2 meses de idade, respectivamente. A mãe de Edgardo, Mina Feuer de Binstock, foi uma das fundadoras da Associação Mães da Praça de Maio.

Mónica iniciou a vida política na década de 1970, na Juventude Peronista e no grupo guerrilheiro Montoneros, e passou a viver no exílio após a instalação do regime militar na Argentina, em 1976.

De acordo com o livro *As Garras do Condor*, em 1975, em confronto com agentes da *Triple A* foi ferida a bala. Foi levada para um hospital de onde foi seqüestrada e torturada. Em 1979, Mónica e Edgardo exilaram-se, passando por Cuba e México e, em 1980, começaram a preparar a volta. Edgardo viajou primeiro, e alugou um apartamento no Rio de Janeiro. Em 11 de março, Mónica e Horacio Campiglia embarcaram no Panamá usando passaportes falsos em nome de *Maria Cristina Aguirre de Prinsot* e *Jorge Pinero*. Em Caracas (Venezuela), fizeram transbordo para uma aeronave da Varig e, no dia seguinte, deveriam chegar ao Rio de Janeiro. Com o desaparecimento de Mónica, Edgardo voltou para o México e, posteriormente, soube que Mónica e Horacio teriam sido levados para a Argentina. Segundo o pai de Horacio, eles teriam sido presos no aeroporto do Galeão por quatro homens que falavam português.

O dossiê sobre o desaparecimento de Mónica, do Ministério do Interior da Argentina, está registrado sob o número SDH 619, na Secretaria de Direitos Humanos. O registro contém denúncias dos familiares e matérias dos jornais da época. Havia uma dúvida inicial de que o seqüestro pudesse ter ocorrido na Venezuela, resolvida depois do testemunho de uma pessoa que não quis ser identificada. A denúncia do desaparecimento da

militante argentina foi feita de imediato pelos familiares, chegando ao Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS), entidade não-governamental criada em São Paulo após a Lei de Anistia, de 1979 e foi registrada com o nº 7.689 na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina.

O caso do desaparecimento dos argentinos Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock é resultado da cooperação mútua das ditaduras do Brasil e da Argentina, articulada pela *Operação Condor*.

As provas efetivas da prisão no Brasil e posterior desaparecimento somente começaram a ser esclarecidas em agosto de 2002, quando o Departamento de Estado norte-americano tornou público documentos secretos, atendendo a pedidos do governo argentino, do Congresso norte-americano e de organizações não-governamentais. Os milhares de relatórios, telegramas e cartas demonstram a intensa atividade da embaixada dos Estados Unidos na coleta de informações em Buenos Aires sobre o aparelho repressivo, sua atuação, violência e a articulação das ditaduras militares do Cone Sul. Os documentos mostraram que o organismo responsável pelas operações secretas – o Batalhão de Inteligência 601 – era pessoalmente comandado por Leopoldo Galtieri. Essa unidade militar exerceu papel fundamental durante a *Operação Condor*. Membros desse batalhão se deslocaram ao Brasil para prender e desaparecer com militantes argentinos com pleno apoio dos militares e governo brasileiros. O conteúdo desses documentos detalha a operação que resultou na prisão e no desaparecimento de Mónica e Horacio.

Os dois chegaram ao aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, vindos do Panamá, em um avião da Varig, que aterrissou em 12 de março de 1980. Documento do Ministério do Interior da Argentina confirma que desapareceram na capital fluminense; Horacio usava documentos com o nome de *Jorge Pinero* e estava acompanhado de Mónica Susana Pinus de Binstock. Informa também que o casal saiu do Panamá em 11 de março, fizeram escala em Caracas (Venezuela) e pegaram o vôo da Varig. Eles teriam sido entregues às autoridades argentinas.

Habeas corpus foram impetrados em favor de Horacio e Mónica junto à justiça da Argentina.

O relator do caso de Horacio na CEMDP, André Sabóia Martins, assinalou que o Ministério de Justiça e Direitos Humanos argentino recebeu farta documentação do Departamento de Estado dos EUA relacionada a violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado argentino entre 1975 e 1984. Ali há elementos para a elucidação do caso de Horacio: um memorando sobre a conversa com uma fonte da inteligência argentina, de 7 de abril de 1980, dirigido ao embaixador norte-americano em Buenos Aires, Sr. James J. Blystone. Sem se referir a órgãos ou pessoas, o documento implica diretamente os serviços de inteligência brasileiros na operação que resultou na detenção dos argentinos no Rio de Janeiro, em março daquele ano. De acordo com essa fonte, o “Batalhão de Inteligência 601” foi autorizado pelos serviços de inteligência brasileiros a enviar ao Brasil uma equipe de agentes argentinos, sob o comando do tenente-coronel Román, a qual capturou os dois militantes e os levou para o CCD Campo de Mayo, na Argentina.³

A Secretaria de Estado de Relações Exteriores solicitou à embaixada do Brasil em Buenos Aires, em 22 de setembro de 2003, que encaminhasse aos poderes Executivo e Judiciário um pedido para que procurassem documentos que pudessem contribuir na elucidação do caso de Horacio e Mónica em território brasileiro. Entre outubro e novembro do mesmo ano, a embaixada remeteu a documentação sobre o desaparecimento do casal. Esses dados levaram os relatores André Sabóia Martins e Suzana K. Lisbôa a concluir pela coerência entre as provas mencionadas, que apontavam para a participação de agentes do Estado brasileiro no desaparecimento de ambos.

3. Sobre o Campo de Mayo, ver o caso de Sérgio Fernando Tula Silberberg, desaparecido em 8 de abril de 1976, em Buenos Aires. Em 10 de outubro de 2008, o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla foi preso novamente e enviado para o Campo de Mayo. Ele estava em prisão domiciliar.

Os casos de Horacio e Mónica, na CEMDP, foram indeferidos por unanimidade, em 1997, visto que o desaparecimento se deu após o prazo previsto na lei 9.140/95. O governo já havia reconhecido e indenizado três argentinos desaparecidos em território brasileiro: Enrique Ernesto Ruggia, Jorge Oscar Adur e Norberto Armando Habegger. A lei fixava entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 o alcance para o reconhecimento de responsabilidade e pagamento de indenização, deixando de fora outros casos de argentinos desaparecidos. A ampliação do prazo de abrangência, estendido até 1988 com a edição da lei 10.536/2002, permitiu que os dois casos fossem aprovados por unanimidade em 19 de dezembro de 2003.

O caso de Mónica na CEMDP teve como relatora Suzana Keniger Lisboa, que afirmou estar “[...] *comprovada a prisão de Mónica Susana Pinus de Binstock e de Horacio Domingo Campiglia dentro do território brasileiro*”, e votou pela inclusão de seus nomes entre as vítimas da ditadura brasileira, ressaltando a necessidade de apuração das circunstâncias do ocorrido, que ainda ficaram pendentes perante a História.

Os familiares de Horacio Domingo Campiglia, Mónica Susana Pinus de Binstock e Norberto Habegger, entre outros, são autores na ação judicial sobre a *Operação Condor*. A ação denominada Plan Cóndor (nº 13.445/99) investiga a coordenação repressiva das Forças Armadas de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Nesse processo, o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla está sendo processado, além de outros 18 ex-militares. Atualmente existem 34 implicados na causa, dos quais 27 se encontram processados. Entre eles, dez cumprem prisão preventiva. No total são 17 detidos e muitos dos implicados já estão presos por sua participação em fatos relacionados a outras ações que investigam crimes de terrorismo de Estado⁴.

Durante a *Operação Condor*, os militares argentinos mantiveram bases em São Paulo e no Rio de Janeiro, com o objetivo de “[...] *detectar pessoas vinculadas à ‘subversão’, controlá-las e manterem-se informados sobre todos seus movimentos*”. Eles estavam vinculados ao Batalhão de Inteligência 601, centro de torturas localizado nos arredores de Buenos Aires. Essas revelações constam do processo judicial iniciado a pedido do Ministério Público argentino que culminou na sentença do juiz federal Ariel Lijo (processo nº 16.307/06), de 18 de dezembro de 2007, que condenou sete militares e um policial, incluindo o general Cristino Nicolaidés, ex-comandante do Exército e membro da quarta junta militar que governou o país entre 1982 e 1983. Nicolaidés, de 83 anos, foi condenado a 25 anos de prisão por seqüestro e desaparecimento de opositores durante a ditadura (1.976/83), tornando-se o primeiro chefe militar sentenciado após a anulação das leis de anistia na Argentina⁵. Outros seis ex-integrantes do Batalhão de Inteligência 601 do Exército e o policial Julio Simón foram condenados a penas entre 20 e 23 anos de prisão por formação de quadrilha e privação ilegal de liberdade, entre outros crimes⁶.

Na decisão consta o depoimento prestado em agosto de 1984 à CONADEP pelo carcereiro Néstor Norberto Cendón, que cumpriu tarefas no Batalhão de Inteligência 601. Ele relatou que as bases dos argentinos no Brasil tinham como prioridade os montoneros, os quais, a partir de 1978, iniciaram a “*segunda contra-ofensiva*”, um plano que previa o retorno à Argentina dos guerrilheiros que viviam no exterior para tentar um novo confronto com a ditadura, que fracassou. A ordem dos militares era interceptar os guerrilheiros em território estrangeiro ou deixar a Argentina preparada para o seu regresso. Pelo menos 20 montoneros morreram em 1980, quatro deles foram presos no Brasil e desapareceram na Argentina. Outros dois teriam se matado ao serem abordados por uma lancha policial, quando tentavam cruzar de barco o rio Paraná.

Cendón afirmou ainda que “*o serviço de inteligência do Exército contava com bases no Paraguai, Bolívia, Peru, Brasil e Uruguai. A mais conhecida era a do Brasil, com sede em São Paulo*

4. Processo nº 13.455/1999: “*Videla Jorge Rafael y otros / Privación Ilegal de la Libertad Personal*”, Secretaria nº 14, Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº 7, interinamente a cargo do juiz federal Rodolfo Canicoba Corral.

5. O general Nicolaidés comandou o III Corpo do Exército e os Institutos Militares com sede no Campo de Maio, em Buenos Aires. Há cerca de 250 repressores que estão em prisão preventiva, a maioria em reclusão domiciliar em razão da idade avançada. Desde a anulação das leis de anistia “Ponto Final” e “Obediência Devida”, três repressores haviam sido condenados: os ex-policiais Julio Simón e Miguel Etcheolatz, e o capelão militar Cristian von Wernich.

6. Um importante documentário dos jornalistas brasileiros Marcelo Outeiral e Marco Villalobos, chamado *Atletas e Ditadura, a Geração Perdida*, de 2007, conta a história de atletas argentinos desaparecidos pela atuação dos agentes do Batalhão de Inteligência 601 e da *Operação Condor*.

e Rio de Janeiro. Em *Paso de Los Libres* [Argentina] também, já que bastava cruzar a ponte para se estar em Uruguiana [no Brasil]”. Cendón disse ainda que a operação tinha por objetivo perseguir os integrantes dos TEIs (Tropas Especiais de Infantaria) e TEAs (Tropas Especiais de Agitação), os quais, segundo ele, teriam sido treinados na Líbia (os TEIs), e em Cuba (os TEAs), braços operacionais dos montoneros. Essa operação levou o nome de “Morcego” e foi desenvolvida a partir de meados de 1978. Horacio Campiglia seria um membro das TEIs e o quarto ou quinto na hierarquia do grupo.

De acordo com o livro de Alipio E. Paoletti, de título *Como los Nazis, Como en Vietnam: los Campos de Concentración en Argentina*:

Cendón depôs várias vezes voluntariamente na Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), ainda que depois tenha querido se retificar. Em uma de suas declarações se referiu à Operação Morcego, nome-chave para a Inteligência do Exército, realizada a partir de 1978 para detectar no Cone Sul opositores políticos da ditadura.

Segundo Cendón, a Operação Morcego foi lançada por ordem da Chefia II do Estado Maior do Exército e foi dirigida pelo coronel Alejandro Arias Duval, vulgo Arizmendi. “O Serviço de Inteligência do Exército – precisou Cendón – contava com bases no Paraguai, Peru, Brasil e Uruguai. A mais notória era a do Brasil com sedes em São Paulo e Rio de Janeiro”. Nesta última base atuaram “o oficial González Ramírez, vulgo Goenaga; o capitão Miguel de Pino, vulgo Colombres; Cortés, vulgo Caramas, agente civil pertencente ao Batalhão 601; e o suboficial do Exército Balsa, hoje reformado”.

Em São Paulo, atuaram dois sargentos do Exército, um deles encarregado das finanças. E o autor ainda acrescenta:

Outro dos repressores destinado a São Paulo foi o 1º sargento Luis Alberto Martínez, vulgo El Japonés, da SSF. [...] Cendón indicou que toda a operação esteve a cargo do “pessoal civil de inteligência, tanto do Batalhão 601 como da Chefia II”, e que nas bases da América do Sul como da América Central “era comum que participassem membros dos grupos especiais 48 e 70 do 601. [...]”.

O caso de Campiglia, que também tinha cidadania italiana, está sendo investigado pela justiça italiana. Em 24 de dezembro de 2007, a Itália decretou a prisão de 140 supostos envolvidos na *Operação Condor*, incluindo 11 brasileiros⁷.

Uma testemunha e sobrevivente ouvida pela justiça italiana, a ex-guerrilheira Silvia N. Tolchinsky, informou ter se encontrado no Campo de Mayo com Campiglia e Mónica. Outro ex-preso, Víctor Bastera, também declarou, em processo na Justiça argentina, que avistou Campiglia e Mónica nesse CCD “por volta do Natal de 1980”.

O CCD Campo de Mayo estava localizado, em Buenos Aires, dentro da Guarnição próxima da Plaza de Tiro, das pistas do aeródromo e do campo de pára-quedismo, nas dependências da Gendarmería Nacional. Com as investigações dos crimes cometidos na ESMA e no Primeiro Corpo do Exército, o processo sobre o Campo de Mayo forma a maior ação por delitos de lesa-humanidade que a Justiça Federal está encaminhando na Argentina. Por seus centros clandestinos e maternidades, estima-se que passaram cerca de 5 mil pessoas. Poucos sobreviveram para contar a história. Os requerentes pediram a detenção de mais de 70 repressores, mas apenas dez estão sendo processados, ante dos 42 da ESMA e os 44 do Primeiro Corpo do Exército. Seis estão em prisão domiciliar e somente dois, os únicos que não pertencem ao Exército, estão presos em cárcere. O Campo de Mayo teve vários centros clandestinos de detenção: El Campito, Las Casitas, o cárcere dos processados e o Hospital Militar, onde mais de 30 mulheres deram à luz em cativeiro. Além de oficiais e suboficiais do Exército, prestaram serviços ali agentes da Polícia Federal, da Prefeitura e da Gendarmería, que forneceram guardas e torturadores.

Em homenagem aos dois militantes, seus nomes estão inscritos no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

7. Os brasileiros que tiveram pedido de prisão decretada são: Octávio de Medeiros, ex-ministro do SNI, os generais Euclides de Oliveira Figueiredo Filho (irmão do ex-presidente Figueiredo), Henrique Domingues e Antônio Bandeira (ex-comandante do 3º Exército). Os coronéis Carlos Alberto Ponzi e Luís Macksen de Castro; Agnello de Araújo Brito (ex-superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro); Edmundo Murgel (ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro); general João Leivas Job (ex-secretário de Segurança do Rio Grande do Sul); Átila Rohrsetzer (ex-diretor da Divisão Central de Informação) e o ex-delegado gaúcho Marco Aurélio da Silva Reis.

Documentos consultados:

Casos 282/96 e 038/02, de Horacio Domingo Campiglia, e 280/96 e 033/02, de Mónica Susana Pinus de Binstock, na CEMDP.

<http://www.desaparecidos.org/GrupoF/des/d.htm>

<http://www.derechos.org/nizkor/arg/doc/nicolaidas.html>

<http://www.cels.org.ar>

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*, op. cit.

PAOLETTI, Alipio E. *Como los Nazis, Como en Vietnam: los Campos de Concentración en Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2006, p. 317-318.

Raimundo Ferreira Lima

Líder camponês da região de Itaipava (PA), no Araguaia. Morto em 29 de maio de 1980. Membro da Comissão Pastoral da Terra, foi candidato da chapa de oposição ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no Pará.

Foi assassinado em 29 de maio de 1980, em uma emboscada. Seu nome constava de uma lista de “condenados à morte” por fazendeiros da região, elaborada após a morte de um grileiro que iniciara a demarcação das terras de sua fazenda, sem entrar em acordo com os posseiros, ameaçando expulsá-los.

Tudo indica que seu assassino tenha sido o capataz José Antônio, filho adotivo de Fernando Leitão Diniz.

A polícia de Araguaína (TO) abriu inquérito somente dois dias após o crime, sob pressão da Comissão Pastoral da Terra.

Seu caso não foi apresentado à CEMDP.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Argentinos desaparecidos no Centro Clandestino La Polaca



Lorenzo Ismael Viñas

Nasceu em 20 de junho de 1955, em Buenos Aires, Argentina, filho de Boris David Viñas e Maria Adelaida Gigli Valeiras. Desaparecido na fronteira do Brasil com a Argentina, em 26 de junho de 1980. Militante montonero.

Era estudante universitário em Buenos Aires, aluno do curso de ciências sociais. Iniciou sua militância política em 1969, como líder estudantil. Em 1970, ingressou na Juventude Universitária Peronista (JUP). Em 1974, foi preso, sem processo judicial, permanecendo nove meses no presídio de Villa Devoto, em Buenos Aires. Em setembro do ano seguinte, mudou-se para o México com sua esposa Claudia Olga Romana Allegrini.

Com o golpe militar na Argentina em março de 1976, sua irmã Maria Adelaida e o marido foram mortos.

Em novembro de 1977, Lorenzo e Claudia passaram a residir no Brasil, onde ficaram até junho de 1979, quando voltaram a viver na Argentina. Pretendiam morar em Buenos Aires, mas, em virtude da repressão política, foram morar no interior, na província de Entre Ríos, onde nasceu sua filha, Maria Paula. As perseguições os obrigaram a voltar novamente para o exílio. Planejaram viver na Itália, onde já moravam os pais de Lorenzo. Ele embarcou em um ônibus da empresa Pluma para o Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1980. Um mês depois, sua esposa Claudia fez o mesmo itinerário, pois haviam combinado um encontro naquela cidade de onde partiriam para a Itália. Claudia não encontrou o marido ao chegar. Começou imediatamente a busca de seu paradeiro. Em Curitiba, sede da empresa Pluma, foi informada de que Lorenzo havia embarcado, mas não passara de Uruguaiana, cidade gaúcha, na fronteira com a Argentina. Nos autos, encontra-se um documento oficial contendo informações sobre seu embarque, com o nome falso de *Nestor Manuel Ayala*, chegando a cruzar a fronteira do Brasil.

Segundo informações do Ministério do Interior, Subsecretaria de Direitos Humanos e Sociais da Argentina, referentes ao caso de Lorenzo Ismael Viñas, o mesmo desapareceu em 26 de junho de 1980, entre Paso de Los Libres e Uruguaiana, quando viajava para o Rio de Janeiro em ônibus da empresa Pluma.

A ex-presa política Silvia Noemi Tolchinsky viu Lorenzo em uma dependência do Batalhão de Inteligência 601 do Exército em três oportunidades, as quais relatou em carta a Claudia Allegrini, em 1994, transcritas no livro *As Garras do Condor*:

[...] o trouxeram à sala onde eu estava amarrada [...] nos tiraram a venda dos olhos, pudemos nos ver. Disseram que El Pelado (alusão à calvície precoce de Lorenzo) foi muito valente, que o haviam martirizado muito, mas que não havia dito nada. Contaram também que, depois de uma noite de martírios, ficaram cansados e resolveram fazer pausa para um café. Lembraram que Lorenzo disse: “estou de acordo, eu com leite, duas medialunas (croissants) e três de açúcar”. São relatos terríveis, horrorosos, mas que demonstram o espírito de El Pelado. [...] falamos um pouco, sempre diante do carcereiro. Ele contou que estava no local havia mais de 90 dias. Em seguida, mostrou uma fotografia de seu bebê, muito orgulhoso. Estava muito preocupado contigo (Claudia Allegrini), sobretudo por causa de tua situação econômica [...].

Do segundo encontro, Silvia relatou:

[...] nos levaram a um lugar que funcionava como refeitório dos carcereiros e nos sentaram à mesa, amarrados e algemados. Lorenzo voltou a falar de vocês duas, a fotografia da filha à mão. Me fazia muitas perguntas, porque eu já era uma mãe experiente. Passamos quase todo o tempo falando de nossos filhos [...].

No terceiro encontro, Silvia ficou preocupada, pois Lorenzo seria trasladado e o encontro foi de despedida, conforme seu relato:

[...] nos despedimos, ele parecia contente. Eu estava muito confusa. Estava convicta de que iriam matá-lo [...]. Disseram que iriam liberá-lo. Finalmente o levaram e nunca mais eu soube nada certo... Estou convencida de que esse dia foi o último de Lorenzo.

Nilson Mariano ainda publicou em seu livro:

“Na carta a Claudia Allegrini, ela [Silvia] também disse que achava ter visto o Padre [Jorge Oscar] no mesmo centro de tortura onde estava Lorenzo. Pela aparência e pelo teor das perguntas dos torturadores, acreditou que um determinado senhor de expressões serenas fosse o sacerdote dos montoneros. Mas ressaltou que não tinha certeza absoluta”.

Ainda conforme o livro *As Garras do Condor*, durante a última ditadura argentina foram assassinados o esposo de Silvia, Miguel Vellareal, seu irmão Daniel, a cunhada Anabiese e uma prima, Mónica Susana Binstock, seqüestrada no Brasil. Silvia foi libertada e mudou-se para Barcelona, Espanha, com seus três filhos, casando-se com o seu próprio torturador do Batalhão 601, Claudio Gustavo Scagliussi, filho de um general e agente da *Operação Condor*, que atuou no Brasil e teria sido também um dos responsáveis pelas prisões de padre Adur, Horacio Campiglia e Mónica Susana.

A denúncia de seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 992⁸.

Na CEMDP, seu caso foi indeferido, na primeira apreciação, em virtude dos limites do período de abrangência da lei 9.140/95. A ampliação do prazo de abrangência, estendido até 1988 com a edição da lei 10.536/2002, permitiu que, na segunda votação, tendo como relator Agostino Pedro Veit, o caso fosse aprovado por unanimidade em 22 de agosto de 2005.

Os familiares de Horacio Domingo Campiglia, Mónica Susana Pinus de Binstock e Norberto Habegger, entre outros, são autores da ação judicial sobre a *Operação Condor* (nº 13.445/99), que investiga a coordenação repressiva das Forças Armadas de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai⁹.

Em 2008, o MPF/SP propôs, por meio de uma representação, a abertura de investigação para apurar o desaparecimento de Viñas, aceita pelo procurador Ivan Claudio Marx.

Jorge Oscar Adur (Padre)

Nasceu em 19 de março de 1932, em Nogoya, província de Entre Ríos, Argentina. Filho de Manoel Adur e Juana Dominga Bernachea. Desaparecido em 26 de junho de 1980, no Brasil. Militante montonero.

Estudou no Colégio Nacional de Nogoya e ordenou-se sacerdote em 1961 pela Ordem dos Agostinhos de Assunção, em Olivos, Buenos Aires. Estudou Filosofia e Teologia no Chile.



8. Segundo o site www.desaparecidos.org, o nº é 8.394.

9. Ver os casos de Horacio Domingo Campiglia, Mónica Susana Pinus de Binstock e Norberto Habegger.

10. Ver os casos de Mónica Susana Pinus de Binstock e Horacio Campiglia.

11. Ver o caso do padre Jorge Oscar Adur, na Causa “*Waern Carlos Fidel y otros supuesta comisión de delitos de lesa humanidad*” (nº 1-18.239/04), de 2 de maio de 2008. Oito chegaram a ser detidos, mas no início de 2007, a Câmara Federal de Corrientes declarou a nulidade dos processos por falta de fundamentos, e o juiz Juan Angel Oliva os liberou. O irmão de Jorge Oscar Adur, Hugo Adur, apresentou-se como querelante perante a Justiça Federal de Paso de los Libres para que investigue seu desaparecimento. Claudia Allegrini fez o mesmo em relação ao seu marido desaparecido, Lorenzo Viñas.

12. Sobre a ação do Campo de Mayo, ver o caso de Sérgio Fernando Tula Silberberg, desaparecido em 8 de abril de 1976, em Buenos Aires. Em 10 de outubro de 2008, o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla foi preso novamente e enviado para o Campo de Mayo. Ele estava em prisão domiciliar.

13. Os processos abarcam os tenentes-coronéis José Luis Marchisio e Héctor Mario Juan Filippo, o suboficial Ricardo Fernández e os membros do “pessoal civil de Inteligência” (PCI) Rubén Darío Ledesma (encarregado do CCD), Carlos Faraldo, Víctor Irineo Aldave e Carlos Fidel Ramón Waern, autor do primeiro informe que descreveu o funcionamento de La Polaca, que deu início à ação judicial. Marchisio, Ledesma, Faraldo e Aldave já estavam detidos no Regimento de Artilharia 3 de Paraná (ARG).

Foi preceptor de noviços na Congregação de Religiosos de Assunção, no Chile, em 1969 e, em 1970, foi um dos fundadores da Juventude Independente Católica.

Era músico, pintor, desenhista, poeta e professor de latim. Foi membro da Organização de Padres do Terceiro Mundo, na Argentina e conselheiro de grupos paroquiais da juventude e da Ação Missionária da Argentina, era padre titular das Igrejas Paroquiais de San Isidro e Olivos, em Buenos Aires, e responsável pela Pastoral das Vocações da Argentina. Dirigia um seminário no bairro La Manuelita, em Buenos Aires. Adur foi também confessor de Juan Domingo Perón.

Começou a ser perseguido logo após o assassinato do militante argentino católico Fernando Abal Medina, um dos fundadores do grupo Montoneros, em setembro de 1970. Adur (junto com o sacerdote Hugo Mugica) celebrou uma missa durante o velório de Abal Medina e Gustavo Ramus. Diante do risco de que fosse seqüestrado, um grupo de padres o escondeu no interior da província de Buenos Aires. Depois do golpe militar de 1976, na Argentina, o núncio apostólico Pío Laghi o transportou de carro até o avião que o levou ao exílio na França, onde residiu na Congregação dos Religiosos Assumpcionistas, em Paris.

Em junho de 1980, veio ao Brasil, por ocasião da visita do papa João Paulo II. Deveria reunir-se com diferentes grupos de vários países da América Latina, particularmente cristãos engajados na luta sindical e camponesa, familiares de desaparecidos e de presos políticos argentinos e outros movimentos religiosos ou leigos que apresentariam ao papa seu testemunho das injustiças sociais e perseguições políticas na América Latina. Portava uma lista de desaparecidos que havia recebido do grupo Madres de Plaza de Mayo e pretendia entregá-la ao papa e divulgá-la. No Brasil, havia combinado encontrar-se com sua irmã, mas não compareceu ao encontro.

Desapareceu entre Paso de los Libres e Uruguaiana, na fronteira entre Argentina e Brasil, em 26 de junho de 1980, vítima da coordenação das forças repressivas das ditaduras latino-americanas. Viajava em um ônibus da empresa General Urquiza, com o nome de *Pedro Ramon Altamirano*.

A ex-presença política e sobrevivente Silvia N. Tolchinsky crê ter reconhecido sua voz durante uma sessão de tortura em um sítio próximo ao Campo de Mayo.

A denúncia do desaparecimento de Jorge Oscar Adur foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 400.

O nome de Adur consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95, apesar de seu desaparecimento ter ocorrido após a edição da Lei de Anistia, período de abrangência da lei de 1995.

De acordo com matéria publicada em 5 de setembro de 2008, ex-chefes, oficiais superiores e membros civis do Destacamento de Inteligência 123 de Paso de los Libres, Missões (Argentina) foram processados por delitos contra a humanidade pelo juiz federal Juan Angel Oliva. A resolução se produziu no marco da ação judicial sobre La Polaca – nome do principal Centro Clandestino de Detenção do Destacamento, subordinado ao Batalhão de Inteligência 601, do Exército. A lista dos processados inclui nomes como: os coronéis reformados Jorge Oscar Félix Riu e Antonio Herminio Simón, condenados em dezembro de 2007 pelo juiz federal Ariel Lijo pelos seqüestros, torturas e desaparecimentos forçados de seis militantes montoneros que tentaram ingressar na Argentina em 1980. Inclui, ainda, o nome do policial Julio Simón, o *Turco Julián*, que, em 2007, teve sua segunda condenação¹⁰.

O CCD La Polaca funcionou de 1976 a 1983. Ali foram torturados e permaneceram em cativeiro a maior parte das pessoas seqüestradas quando tentavam cruzar a fronteira. Também eram levados para lá os militantes enviados à ponte internacional que separa Paso de los Libres (Argentina) de Uruguaiana, no Brasil, com o objetivo de que delatassem seus companheiros.

E ali ficavam também as pessoas seqüestradas em um lugar denominado “Local 13”, dentro de um prédio de Gendarmería Nacional. A ação La Polaca iniciou-se em 2004 impulsionada pela Comissão Provincial de Direitos Humanos de Corrientes¹¹.

O juiz acusou-os de serem membros de uma associação ilícita e co-autores de privação ilegal da liberdade e constrangimentos ilegais contra Luis Rolón. Nos casos de Simón, Riu, Faraldo, Aldave e do policial Julio Simón, os processou também pelos seqüestros e tormentos infligidos contra Lorenzo Ismael Viñas e o padre Jorge Oscar Adur, ambos desaparecidos logo que foram trasladados para o Campo de Mayo¹²; e a sobrevivente Silvia Tolchisnky. Todos tiveram seus bens embargados por cifras que vão dos 50 mil a 200 mil pesos¹³.

Em homenagem aos dois militantes, seus nomes foram inscritos no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:
www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE.

Caso 277/96, de Jorge Oscar Adur, e casos 279/96 e 023/02, de Lorenzo Ismael Viñas, na CEMDP.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*, op. cit.

Wilson Souza Pinheiro

Camponês e seringueiro amazonense. Morto em 21 de julho de 1980.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Acre, e membro da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores no mesmo município.

Foi o fundador do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do Acre, em 1979.

Liderou a marcha de 300 seringueiros para desarmar os bandidos que vinham ameaçando os posseiros da região. Nessa ocasião, tomaram mais de 20 rifles automáticos e, de volta a Rio Branco (AC), entregaram essas armas ao Exército.

O “*mutirão contra a jagunçada*” reafirmou o prestígio e a liderança de Wilson como defensor da mata e do trabalho extrativista na Amazônia.

Ainda em 1979, liderou uma comissão de trabalhadores rurais e índios do Acre para apaziguar a luta entre Apurinã e parceiros que o INCRA havia instalado em território indígena. Assim foi gerado o embrião que, mais tarde, se transformou na Aliança dos Povos da Floresta.

Wilson incomodava o latifúndio. Um ano depois dessas jornadas, fazendeiros da região articularam-se para dar fim ao movimento de resistência dos seringueiros. Foi morto na tarde de 21 de julho de 1980, com três tiros nas costas, na sede do Sindicato de Brasiléia.

Com sua morte, o latifúndio alastrou-se com maior voracidade. O seringal onde morou com a família é hoje pastagem de gado, cujo proprietário é membro da UDR (União Democrática Ruralista).

Contudo, a experiência de Brasiléia propagou-se na Amazônia. Multiplicaram-se os embates. Em Xapuri (AC), essa resistência pacífica contou com a liderança de Chico Mendes, sindicalista de projeção internacional, morto em 1988.

Seu caso não foi encaminhado à CEMDP.



Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE.

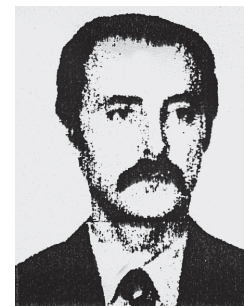
Argentinos mortos na fronteira com o Brasil

Eduardo Gonzalo Escabosa

Morto em 2 de agosto de 1980, na fronteira entre Brasil e Argentina. Militante montonero.

Era companheiro de Liliana Inés Goldemberg, argentina morta na mesma ocasião.

Pouco se sabe a seu respeito. A denúncia de sua morte foi registrada na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, com o número 6.450, no anexo. Não há dossiê sobre seu caso, pois a denúncia é parcial.





Liliana Inés Goldemberg

Nasceu em 17 de setembro de 1953, em Buenos Aires, Argentina, filha de Mauricio Goldemberg e Isabel Alicia Fernandez. Morta em 2 de agosto de 1980, na fronteira entre Brasil e Argentina. Militante da organização Montoneros.

Estudou em escolas públicas e na Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires. Depois de dois anos na universidade e de trabalhar como secretária no Hospital Infantil de Buenos Aires, abandonou os estudos e se dedicou inteiramente à militância política.

Foi militante das Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) em 1970, em Mar Del Plata e na província de Buenos Aires. Com a fusão das FAR com o grupo guerrilheiro Montoneros, em outubro de 1973, Liliana foi para a província de Neuquen, no Sul da Argentina.

Em 1974, mudou-se novamente para Buenos Aires, onde morou até 1976. Em meados de 1976, passou a viver na clandestinidade depois que seu irmão Carlos Andres Goldemberg foi baleado pela polícia argentina, ao ser reconhecido em um táxi, na província de Buenos Aires.

Entre 1977 e 1980, viveu na Espanha. Em meados de 1980, tentou voltar a seu país, passando pelo Brasil. Provavelmente foi identificada no Brasil, quando viajava com Eduardo, e seguida pela polícia brasileira que a apontou às autoridades policiais argentinas ao desembarcar em Puerto Iguazu (Argentina, na região da “tríplice fronteira”).

Ao se verem encurralados, para evitar a prisão e a tortura, Liliana e Eduardo deram fim a suas vidas ingerindo cianureto.

A denúncia de sua morte figura no dossiê com o número 1.298, do Registro de Falecidos (REDEFA), da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério de Justiça, Segurança e Direitos Humanos da Argentina.

O jornalista Aluizio Palmar descreveu a morte do casal no livro *Onde Foi que Vocês Enterraram Nossos Mortos?*:

Foi num sábado, 2 de agosto de 1980, Liliana de 27 anos, loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de 30 anos, embarcaram na lancha Caju IV, pilotada por Antônio Alves Feitosa, conhecido na região como “Tatu”. Antes da atracação no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal. Cercados, Liliana e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana Argentina. Assim que perceberam que haviam caído numa cilada, Liliana e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram os comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do Rio Paraná. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto.

Na CEMDP, o caso de Liliana, tendo como relator João Grandino Rodas, foi indeferido em razão dos limites do período de abrangência da lei 9.140/95, não havendo apresentação de outro requerimento ou outro julgamento após a ampliação do período de abrangência da lei, em 2002.

Em homenagem aos dois militantes, seus nomes encontram-se inscritos no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.

Documentos consultados:

Caso 335/96, na CEMDP.

PALMAR, Aluizio. *Onde Foi que Vocês Enterraram...?*, op. cit.



Lyda Monteiro da Silva

Nasceu em 5 de dezembro de 1920, em Niterói (RJ), filha de Luiz Monteiro da Silva e Ludovina Monteiro da Silva. Morta em 27 de agosto de 1980.

Era casada e mãe de Luiz Felipe Monteiro Dias. Funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil, onde ingressou em 1936, quando tinha apenas 16 anos. Por sua capaci-

dade, chegou a ocupar o cargo de diretora da Secretaria de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB, no Rio de Janeiro.

Morta aos 59 anos de idade no Rio de Janeiro, durante o governo Figueiredo, como parte da chamada “Operação Cristal”, organizada por grupos extremistas de direita, pela explosão de uma carta-bomba, às 14 horas, na sede da OAB/RJ. A carta era endereçada ao então presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, do qual D. Lyda era secretária.

O registro de ocorrência 853 da 3ª DP dá sua morte como “*ato de sabotagem ou terrorismo*” e informa que, na explosão, saiu ferido outro funcionário, José Ramiro dos Santos.

D. Lyda veio a falecer no caminho para o Hospital Souza Aguiar. Seu óbito (nº 313) foi assinado pelo médico Hygino C. Hércules, do IML, tendo como declarante Joaquim Alves da Costa.

Foi enterrada no dia seguinte no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Cerca de 4 mil pessoas participaram do seu enterro, em uma manifestação de protesto. Partindo da sede da OAB em direção ao cemitério, a caminhada de oito quilômetros foi marcada por muitas faixas de protesto e gritos de “*Abaixo a Ditadura*”.

No mesmo dia do atentado à OAB, mais duas cartas-bombas foram entregues no Rio de Janeiro, uma no gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho (PMDB) e outra na sede do jornal *Tribuna da Imprensa*.

A falta de empenho do governo militar na apuração dos fatos fez crescer a certeza da motivação política para o atentado criminoso; a versão mais verossímil e plausível do caso foi a de que teria sido praticado por um grupo de militares insatisfeitos com a abertura política iniciada com a anistia e também com a finalidade de ameaçar a OAB, que estava investigando o seqüestro e as agressões sofridas pelo jurista Dalmo Dallari em 2 de julho de 1980, quando ocorreu a visita do papa ao Brasil. Esse inquérito também foi arquivado.

Ronald Watters, acusado como responsável pelo atentado, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 23 de maio de 1999, revelou que houve, na época, toda uma estratégia para afastar qualquer suspeita sobre a participação de militares no ato terrorista. O governo teria acionado a PF para a montagem de uma operação usando Watters no papel de bode expiatório, em troca de dinheiro e facilitação de sua fuga para o exterior.

No inquérito, a PF chegou à conclusão de que todas as cartas-bombas dos vários atentados ocorridos no Rio de Janeiro foram enviadas pelos Correios. Mas a carta que vitimou Lyda não foi pelos Correios. Foi entregue em mãos.

Em setembro de 1980, o perito Antônio Carlos Vilanova, contratado para saber de que tipo era a bomba que explodiu na OAB, entregou um laudo afirmando que eram dois explosivos: um de dinamite gelatinosa e outro de nitropenta. Segundo ele, a bomba não foi produzida industrialmente, mas por alguém que tinha grande conhecimento do assunto.

Em maio de 1994, a OAB solicitou o desarquivamento e a reabertura do inquérito sobre a morte de Lyda.

Seu filho recebeu uma pensão vitalícia da União de acordo com a lei 10.705, de 21 de junho de 2003. Ao conceder a pensão, o governo federal reconheceu a motivação política do ato terrorista que a vitimou ainda na vigência do regime militar.

Em reunião de 15 de maio de 1997, o advogado Márcio Gontijo apresentou à CEMDP parecer pelo indeferimento do caso de Lyda, uma vez que a sua morte se deu fora do prazo estipulado pela lei 9.140/95.

Em relatório de 7 de outubro de 2004, Belisário dos Santos Jr. solicitou à OAB documentos, relatórios e outras informações consideradas relevantes para esclarecer o assassinato de Lyda e, em março de 2005, votou pelo indeferimento do pedido de inclusão de Lyda na lei 9.140/95, sendo acompanhado por todos os conselheiros.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Caso 101/03, na CEMDP.

Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, DF: SEDH, 2007.

Diante dessa decisão, seu filho Luiz Felipe Monteiro Dias encaminhou à CEMDP, em outubro de 2005, um pedido de reconsideração da decisão de indeferimento.

Em 16 de fevereiro de 2006, a CEMDP analisou o pedido de reconsideração e a conselheira Maria Eliane Menezes de Farias votou pelo deferimento do pedido por entender que, pela lei 10.705, o governo federal reconheceu a culpa do Estado na morte de Lyda, pagando pensão vitalícia ao seu filho. Maria Eliane Menezes de Farias deferiu o pedido de indenização, admitindo expressamente a dedução do que já fora pago ao interessado a título de pensão especial. O caso foi deferido por unanimidade.

1982

Solange Lourenço Gomes



Nascida em 13 de maio de 1947, em Campinas (SP), filha de Alcides Lourenço Gomes e Helena Martins de Camargo Lourenço Gomes. Matou-se em 1º de agosto de 1982. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Estudou no Colégio Andrews e iniciou o curso de psicologia na UFRJ em 1966. Participou de grupos de estudos marxistas na faculdade e militou no PCBR. Em 1968, vinculou-se à Dissidência da Guanabara e posteriormente se integrou ao MR-8, passando a viver na clandestinidade por volta de setembro de 1969, quando a casa em que morava com Daniel Aarão Reis filho foi identificada após o seqüestro do embaixador norte-americano.

Em razão de perseguições políticas, deslocou-se para a Bahia no fim de 1970. Em fins de março de 1971, entregou-se à polícia na Bahia, fornecendo informações sobre o MR-8. Também foi interrogada no DOI-CODI/RJ.

Sofreu abusos sexuais, entre outras torturas, quando esteve presa em dependências policiais do regime militar em Salvador (BA).

Em 7 de julho de 1972, o Conselho Permanente de Justiça, por unanimidade de votos, decidiu “*julgá-la inimputável, na forma do art. 48 do Código de Processo Penal, e em consequência, ex-vi do disposto no art. 112, do mesmo código, de determinar, por medida de segurança, sua internação no Manicômio Judiciário pelo prazo mínimo de 2 anos*”.

Os órgãos de segurança divulgaram na época depoimento em que Solange dizia estar arrependida, renegando sua condição de militante política contra o regime militar. Saiu da prisão aniquilada psicologicamente e passou a necessitar de tratamento psiquiátrico.

Foi libertada em 10 de setembro de 1973, cursou Medicina e casou-se, em 1980 com Celso Pohlmann Livi.

O depoimento do médico psiquiatra Alberto Quilelli Ambrósio, que a atendeu desde outubro de 1974 até sua morte, é breve, porém incisivo:

Durante estes anos pude testemunhar seu enorme esforço para recuperar-se do grave quadro psiquiátrico, psicótico, consequência de sua prisão em 1971.

As torturas físicas e mentais a que foi submetida enquanto presa fizeram-na revelar nomes de companheiros de movimentos políticos, bem como um seu “depoimento”, no qual se dizia arrependida e renegava sua militância, foi amplamente divulgado em jornais, denegrindo [sic] sua moral enquanto mulher.

Estes fatos fizeram-na sentir-se sempre culpada pela desgraça e morte de pessoas.

Ajudada por nossos esforços, de sua família e marido, Solange obteve muitas e significativas melhoras, mas não conseguiu conviver com tantas marcas – insuperáveis – e continuar viva.

Solange cometeu suicídio em 1º de agosto de 1982, no Rio de Janeiro.

Na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior disse, em seu relatório, que

[...] não se pode furtar as informações da literatura especializada sobre o assunto, que dão plena conta de que a tortura e as demais sistemáticas e massivas violações dos direitos humanos na época da ditadura militar, praticadas pela cooperação de organismos e servidores do Estado e da União, eram regra na prisão.

Em seu voto, citou o relatório *A Tortura e o Estado Democrático de Direito*, da Comissão Especial do Estado de São Paulo, que cuidou de indenizações de presos torturados, após a observação de quase mil casos julgados, em que está registrado:

A Comissão, com base na experiência de seus membros, nos depoimentos colhidos e atenta à história do período da ditadura militar, deliberou presumir tortura sempre que a prisão (por razões políticas) houvesse ocorrido em dependências da polícia política. Entendeu-se assim porque era lícito supor que quem, nas condições acima descritas, ali depôs ou foi submetido à tortura, como em inúmeros casos foi denunciado, ou sofreu psicologicamente com a mera possibilidade de ocorrência de tratamento cruel e degradante. Tudo como definido nas convenções da ONU e da OEA.

Em relação aos efeitos da tortura, o relatório observa que:

[...] a experiência de convivência com pessoas torturadas no regime militar, na época referida na lei reparadora, leva à conclusão que esse tipo de trauma sempre provoca transtornos psicológicos de maior ou menor intensidade. A violência física e a violência psicológica são irreparáveis. A tortura é uma marca que não sai. [...]

Em Brasil Nunca Mais – um relato para a História, ao lado da documentação das várias formas de tortura, dos vícios dos processos judiciais nas auditorias militares, estão claramente elencadas as consequências dessa prática hedionda, as marcas que deixa, os impactos sobre a personalidade. [...] O Conselho Regional de Medicina e o IMESC, atendendo a pedido de parecer desta comissão, consideraram como axioma que “todo indivíduo que tenha sofrido qualquer tipo de tortura, apresentará algum dano, posto que se tornou um torturado”.

Assim, o relator considerou “perfeitamente coerente e razoável entender verificada a clara vinculação entre o evento morte por suicídio e a prisão anterior por motivos políticos, com os constrangimentos inerentes, entre eles as publicações do suposto arrependimento”.

Seu caso foi aprovado por unanimidade pela CEMDP em 22 de abril de 2004.

Documentos consultados:

Caso 012/02, na CEMDP.

1983

Margarida Maria Alves

Nasceu em 5 de agosto de 1943 em Alagoa Grande (PB). Morta por um jagunço a mando de latifundiários da região, em 12 de agosto de 1983.

Filha mais nova de uma família de nove irmãos, trabalhadora rural, rendeira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), primeira mulher a ocupar um cargo desse tipo no estado, foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, cuja finalidade é, até hoje, contribuir no processo de construção de um modelo de desenvolvimento rural e urbano sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

Destacou-se pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra, pelo registro em carteira dos trabalhadores, pela jornada de trabalho de oito horas, pelo 13º salário e férias, entre outros direitos.

Em sua gestão de 12 anos foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência no campo. Sua atuação no sindicato entrou em choque, portanto, com os fortes interesses econômicos do proprietário da maior



usina de açúcar local, a Usina Tanques, de alguns senhores de engenho, remanescentes do período em que os engenhos dominavam fortemente a economia açucareira local e estadual, e de alguns outros fazendeiros não ligados à lavoura da cana.

O proprietário da Usina Tanques era o líder do chamado Grupo da Várzea e o seu genro, então gerente da usina, foi acusado de ser o mandante do assassinato de Margarida Maria Alves em 12 de agosto de 1983. Ela foi assassinada por um pistoleiro de aluguel, na frente de sua casa, com uma escopeta calibre 12. O tiro certeiro a atingiu no rosto, deformando sua face. No momento do disparo, ela estava ao lado do marido e do filho. O tiro foi disparado por um homem encapuzado que fugiu em um Opala vermelho, no qual outras duas pessoas o esperavam. Na época de sua morte, Margarida movia 72 ações trabalhistas contra fazendeiros. Os mandantes faziam parte do Grupo da Várzea, composto por 60 fazendeiros, três deputados e 50 prefeitos. O delegado da região identificou o criminoso, mas não conseguiu prendê-lo. Entre os autores do crime, estavam o soldado da PM Betâneo Carneiro dos Santos, os irmãos e pistoleiros Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, e Biu Genésio, motorista do veículo utilizado para o crime e morto em janeiro de 1986 como “queima de arquivo”. Agnaldo Veloso Borges, José Buarque de Gusmão e Antônio Carlos Coutinho Regis também estavam envolvidos nos conflitos na região.

Esse foi considerado um crime político que comoveu não só a opinião pública local e estadual, como também nacional e internacional, com ampla repercussão em organismos políticos de defesa dos direitos humanos, tanto nacionais como internacionais.

Severino, seu marido, afirmou: “*ela era uma mulher sem medo, que denunciava as injustiças*”.

Margarida dizia que “*é melhor morrer na luta do que morrer de fome*” e, por isso, é considerada um símbolo na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Em julho de 1988, o pecuarista Antônio Carlos Coutinho Reis foi absolvido da acusação de mandante do crime. Um novo inquérito foi instaurado, mas, entre idas e vindas da justiça, os julgamentos foram sendo adiados sucessivamente. Durante esses anos, alguns dos acusados morreram, outros foram presos por outros crimes e, no caso de Margarida, a impunidade foi mais forte.

Em 1984, foi lançado o filme *Margarida Sempre Viva*, produzido pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e PL Produções Visuais Ltda., do Recife.

Sua luta continua sendo referência e o dia 12 de agosto, dia em que foi assassinada, tornou-se o “Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”. As trabalhadoras rurais de todo o país realizam há vários anos a *Marcha das Margaridas*, em defesa da reforma agrária e dos demais direitos de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Recebeu, postumamente, o prêmio Pax Christi Internacional em 1988. Em 1994, foi criada pela Arquidiocese da Paraíba a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Também foi homenageada com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 2002, pelo GTNM/RJ.

Não foi encaminhado pedido de reparação à CEMDP.

1985

Gustavo Buarque Schiller



Nasceu em 19 de novembro de 1950, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Sylvio Brandon Schiller e Yedda de Paula Buarque Schiller. Suicidou-se em 22 de setembro de 1985. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Era casado com Lúcia Souza da Rocha e tinha uma filha, Joana, que à época de sua morte tinha 1 ano e 8 meses de idade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

http://www.camara.gov.br/aldorebelo/bonifacio/agricultura/biografia_mma.htm

http://pt.wikipedia.org/wiki/Margarida_Maria_Alves

<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1499&eid=167>

Gustavo participou do movimento estudantil secundarista e da luta armada contra a ditadura, como militante da VAR-Palmares. Era sobrinho de Ana Capriglione, que seria amante do governador paulista Adhemar de Barros. Um irmão de Ana guardava em sua casa um cofre com 2,6 milhões de dólares, fruto de corrupção. Gustavo teria fornecido essa informação a Juarez Guimarães de Brito, dirigente da VPR. Em 1º de julho de 1969, a VAR-Palmares invadiu a residência e levou o referido cofre.

Foi preso em 30 de março de 1970, pelo DOPS gaúcho, e torturado tanto em Porto Alegre (RS) como no Rio de Janeiro (RJ). Nas declarações anexadas ao caso na CEMDP, o ex-presos político gaúcho João Carlos Bona Garcia, que hoje é juiz auditor na Justiça Militar do Rio Grande do Sul, prestou a seguinte declaração a respeito de Gustavo:

[...] Passei assim o primeiro dia. No segundo, tiraram o capuz e vi na minha frente o Bicho, um menino de 19 anos chamado Gustavo Buarque Schiller, que era da VAR. Estava todo inchado, de nariz quebrado, os lábios inchados. Tinha levado socos, pauladas, o que eles imaginavam.

Luiz Andrea Fávero, também ex-presos político, deu sobre o caso o depoimento que segue: *Na sala estavam três policiais, que depois eu soube serem do DOPS de Porto Alegre e do CENIMAR do Rio de Janeiro, e estava também Gustavo Buarque Schiller, que apresentava hematomas e marcas de queimaduras por todo o corpo e se mantinha em pé com certa dificuldade. Neste momento foi ele que passou a receber choques elétricos para confirmar que me conhecia e que havíamos participado de ações subversivas. Esta sessão de torturas e interrogatórios durou mais ou menos 30 minutos.*

Depois de passar dez meses preso, foi um dos 70 presos políticos banidos e enviados ao Chile, em janeiro de 1971, trocados pela liberdade do embaixador suíço, seqüestrado no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1970. Com o golpe militar no Chile, em 1973, exilou-se na França, onde cursou, na Sorbonne, Filosofia, Sociologia e Economia e chegou a obter cidadania francesa.

Retornou ao Brasil com a anistia política, em 1979. Por diversas vezes, tentou o suicídio. Foi morar em uma praia na Ilha de Marajó (PA), onde nasceu sua filha. Mas suas crises depressivas intensificaram-se. Voltou para o Rio de Janeiro indo trabalhar no estaleiro Mauá, como pesquisador. Na madrugada de 22 de setembro de 1985, encontrou a morte, atirando-se da janela do apartamento em que morava, no Rio de Janeiro.

Na CEMDP, a relatora, deputada federal Maria do Rosário Nunes, sugeriu que o caso de Gustavo Buarque Schiller fosse retirado da pauta, dadas as circunstâncias da morte por suicídio, aguardando a edição da medida provisória que ampliaria a legislação. No dia 1º de dezembro de 2004, após a ampliação da abrangência da lei, o caso foi acolhido por unanimidade.

Documentos consultados:

Caso 066/02, na CEMDP.
Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, DF: SEDH, 2007.

Nativo Natividade de Oliveira

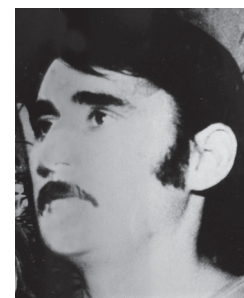
Nasceu em 20 de novembro de 1953 em Perobas (MG), filho de Benedito Rodrigues de Oliveira e Laurita de Oliveira. Morto em 23 de outubro de 1985.

Está anexado ao seu caso na CEMDP o depoimento de dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás, em que ele diz:

[...] conheci, em 1973, Nativo Natividade de Oliveira [...] e sua esposa Maria de Fátima Marinelli [...]

Ambos eram militantes das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – ligados à Diocese de Goiás.

Sempre desenvolveram trabalhos de conscientização político-sindical junto aos trabalhadores rurais.



Nativo da Natividade [sic] foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde de 1982 a 1985, tendo sido reeleito para um segundo mandato em junho de 1985.

Foram militantes do Partido dos Trabalhadores a nível nacional, estadual e municipal, e membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde a sua fundação.

Nativo da Natividade foi preso em Carmo do Rio Verde, no início de 1984, pelo delegado José Terra e o soldado Anastácio, quando defendia um trabalhador preso injustamente.

Sempre foram insultados e tachados de comunistas e subversivos, e, também, advertidos como causadores de agitação e para que parassem o trabalho que estavam desenvolvendo, senão iam se dar mal. [...]

Em função dos trabalhos políticos realizados, foram perseguidos, e Nativo da Natividade foi barbaramente assassinado em 23 de outubro de 1985, a mando do prefeito Roberto Pascoal Liégio, de Geraldo dos Reis de Oliveira, presidente da UDR local na época, e do fazendeiro e ex-prefeito de Uruana, Genésio Pereira.

O bispo relata que, até 2002, data do documento, a família de Nativo continuava sendo perseguida, já que nenhum dos assassinos havia sido julgado.

A certidão da Abin anexada ao caso informa que seu corpo foi velado por mais de mil trabalhadores rurais e urbanos, além de representantes de 85 entidades sindicais de todo o país.

O jornal *O Popular*, de Goiânia, em 25 de dezembro de 1996, informou que, após a prisão do pistoleiro João José Magalhães, se soube que este, junto com outro pistoleiro conhecido como “Neném”, executaram Nativo Natividade por 7 milhões de cruzeiros a mando de Roberto Liégio e do advogado Geraldo Reis, tendo como intermediário o fazendeiro Genésio Pereira da Silva.

Todos os acusados do assassinato de Nativo Natividade foram absolvidos.

Em 2007, o jornalista Klester Cavalcanti, no livro *O Nome da Morte*, que relata a história de um matador de aluguel que já havia matado 492 pessoas por encomenda, diz que Nativo foi uma de suas vítimas, mas não esclarece a mando de quem e por quanto.

Na CEMDP, o relator André Sabóia Martins reconheceu estar claro que Nativo Natividade de Oliveira, segundo declarações e certidões juntadas ao caso, exerceu atividades políticas desde 1973 até sua morte em 1985, mas:

Os elementos de convicção juntados ao processo relativos às circunstâncias da morte do senhor Nativo Natividade de Oliveira indicam que o líder sindical teria sido vítima da ação de pistoleiro contratado por fazendeiros e não se enquadram em qualquer uma das hipóteses previstas pela lei 9.140/95.

O caso na CEMDP foi indeferido por unanimidade em 26 de agosto de 2004.

Em 30 de outubro de 1985, foi criado o Comitê de Solidariedade Nativo Natividade, com o objetivo de divulgar a morte do ex-líder sindical e exigir a identificação e punição dos culpados.

Em outubro 1988, foi criada a Fundação de Formação Política Nativo Natividade, dedicada a desenvolver no estado de Goiás atividades de formação política e sindical, vinculada ao PT e à CUT.

Documentos consultados:

Caso 056/02, na CEMDP.

Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, DF: SEDH, 2007.

○ Tribunal Tiradentes

O Tribunal Tiradentes, realizado em 10 de maio de 1983, foi inspirado no Tribunal Bertrand Russell (ver box no capítulo referente ao ano de 1974) e consistia em uma encenação de um júri popular para julgar a Lei de Segurança Nacional, onde testemunhas puderam relatar os crimes cometidos durante os governos militares. Sua repercussão promoveu outro momento de reconhecimento público das reivindicações dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. O evento constituiu-se na realização de uma proposta do II Congresso de Anistia, de 1979, e foi organizado pelos familiares e pela Comissão Justiça e Paz/SP.

Revestiu-se da solenidade dos tribunais: foi composto de juiz, testemunhas, corpo de jurados, acusação e defesa. O Teatro Municipal de São Paulo ficou lotado. Todos se comoveram com a presença de Teotônio Vilela, presidente do tribunal, naquela altura bastante enfermo. O promotor foi Márcio Thomas Bastos, então presidente da OAB/SP. O advogado Luis Eduardo Greenhalgh atuou na defesa. Nomes expressivos na luta em defesa dos direitos humanos formaram o corpo de jurados: Dalmo Dallari, Antenor Ferrari, Gilmar Carneiro, Goffredo da Silva Telles Jr., D. Cândido Padim, Miguel Seabra Fagundes e Hélio Bicudo. Na platéia, personalidades como D. Paulo Evaristo Arns e o secretário de Justiça de São Paulo da época, José Carlos Dias, além de parlamentares, advogados e a população em geral.

Teotônio Vilela iniciou dizendo que a função do tribunal era despertar na consciência nacional a solidariedade e a luta pelos direitos humanos. “*A democracia brasileira vai sendo conquistada invadindo o arbítrio*”. Compuseram o grupo das testemunhas: Clara Araújo, presidente da UNE; Luiz Inácio Lula da Silva, representando os sindicalistas; Daniel Rech, representando a Pastoral da Terra; e Hélio Fernandes, jornalista e dono da *Tribuna da Imprensa*. Todos denunciaram os assassinatos de estudantes, operários e camponeses cometidos pela repressão política da ditadura.

Os testemunhos emocionaram, sobretudo os últimos, os dos

familiares de mortos e desaparecidos políticos Rosalina Santa Cruz Leite e Ivan Seixas. Rosalina fez o depoimento mais longo da noite e envolveu a todos. Depois de relatar sua prisão e o desaparecimento de seu irmão, ressaltou a importância da realização de julgamentos para as famílias: “[...] *Enquanto essas coisas não forem apuradas, muitas famílias como a nossa vão perdendo as testemunhas. Já são dez anos que estamos nessa busca. [...] Enquanto existir a impunidade neste país, enquanto não for revelada a verdade sobre esses casos, todos os brasileiros, todos nós estamos à mercê de que isso volte a acontecer. [...] Senhores, não é revanchismo, não é vingança, é o desejo de Justiça [...]*”.

Antes da leitura da sentença, os jurados exigiram a revogação completa da Lei de Segurança Nacional. Teotônio Vilela pronunciou, então, seu veredito: “[...] *Da mesma maneira que julgamos aqui hoje e condenamos a Lei de Segurança Nacional, vamos julgar aqueles que nos oprimem. Pela Paz e pela Justiça!*”

Apesar da repercussão do Tribunal Tiradentes, a Lei de Segurança Nacional não foi revogada. A lei, ainda hoje, constitui-se como a formalização jurídica dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, que se desenvolveu no âmbito da Guerra Fria e das ditaduras militares do Cone Sul. A última versão da lei data de dezembro de 1983, quando foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto do Executivo. Corresponde ao clima da fase da abertura, e contém diversas modificações face às anteriores. Com o advento do regime democrático, esperava-se que fosse abolida, contudo a lei tem sobrevivido a todos os governos civis. ■



Teotônio Vilela preside o Tribunal Tiradentes, em 1983.



Manifestação de familiares de mortos e desaparecidos políticos, 31 de outubro de 1986.

As Caravanas à região da Guerrilha do Araguaia

Entre 22 de outubro e 4 de novembro de 1980, foi realizada a primeira caravana de familiares de desaparecidos políticos à região da Guerrilha do Araguaia. Enfrentando muitas dificuldades materiais e de locomoção, a viagem teve de obedecer a rígidas normas de segurança. A proposta gerou polêmicas, mas foi aprovada no II Congresso de Anistia, em novembro de 1979. A idéia surgiu após uma viagem à região, realizada pela família da guerrilheira Jana Moroni Barroso, em 1978, e constituiu-se em uma das mais corajosas ações visando recompor parte da história do país.

Durante 15 dias, 14 familiares atravessaram a região da guerrilha viajando de barco, carroça ou caminhão em busca de informações sobre o conflito e o destino dos corpos dos desaparecidos.¹

Inicialmente, chegaram a Belém do Pará, onde foram recebidos por entidades de defesa dos direitos

humanos e realizaram debates, entrevistas e visitas à CNBB, Câmara Municipal, Assembléia Legislativa e à OAB local. De lá seguiram de ônibus até Marabá, onde o bispo D. Alano celebrou um ato litúrgico em memória dos guerrilheiros. Ele alertou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de que o Exército e a Polícia Federal haviam percorrido as casas da região proibindo os lavradores de revelar qualquer informação sobre a guerrilha. Os familiares distribuíram panfletos explicando as razões da caravana e conversaram com a população, o que fizeram em todas as cidades que visitaram.

Em Marabá, os familiares foram procurados por Maria Raimunda Rocha, moradora da localidade de Metade, que lhes contou sobre sua amizade com vários guerrilheiros e que alguns foram presos com vida. Seguiram para São Domingos. O clima foi tenso, mas por todos os lugares em que passaram encontraram quem recordasse e reconhecesse os guerrilheiros por fotografias. A caravana dividiu-se e uma parte seguiu pela estrada OP-3 e, em Metade, muitos afirmaram ter visto guerrilheiros serem presos. Outros seguiram pela estrada OP-2, onde lhes contaram histórias e recitaram



cordéis feitos pelos próprios guerrilheiros. Os familiares dirigiram-se a Bacaba, Palestina e Brejo Grande, lugar em que a recepção foi bastante hostil, pois ali ainda vivem muitos dos “guias”, os colaboradores dos militares. Depois de juntar os dois grupos, a caravana seguiu para Xambioá, onde foi bem recebida. Surgiram depoimentos de que alguns guerrilheiros estariam enterrados no cemitério da cidade e da existência de uma vala clandestina denominada Vietnã, próxima à cidade. Depoimentos descreveram as torturas e o desespero de guerrilheiros e de moradores presos. Em São Geraldo, muitos falaram da violência do Exército, que prendia e confiscava os alimentos de todos, decapitava e cortava as mãos dos guerrilheiros. Fizeram referência a guerrilheiros enterrados em Bacaba, Caianos, São Raimundo, Santa Isabel, Caçador, Oito Barracas e na reserva dos índios Suruí. Seguiram para o ponto final da viagem: Boa Vista. Antes passaram por Vila Nova, local que o guerrilheiro Paulo Rodrigues ajudou a fundar.

Ao retornarem, os familiares foram ao Congresso Nacional, onde divulgaram uma nota rela-



Cláudia Linhares

Escavação realizada em terras dos índios Suruí durante uma das caravanas à região do Araguaia.

tando a viagem, protestaram contra as violências cometidas pela repressão durante a guerrilha e solicitaram informações ao governo. Sua repercussão foi muito limitada. A viagem indicou, porém, a necessidade de realizar uma pesquisa criteriosa. Os testemunhos e as informações colhidos transformaram-se em provas importantes na ação ordinária iniciada pelos familiares em 1982, exigindo seu direito à verdade e à localização dos restos mortais dos guerrilheiros. Em 1991, 1993, 1996, 2001, 2004 e 2007, novas caravanas ocorreram, algumas com ampla divulgação na mídia. ■

1 Participaram da caravana as seguintes pessoas: Cirene Moroni Barroso (mãe de Jana Moroni), Djalma Conceição de Oliveira (irmão de Dinalva Oliveira Teixeira e cunhado de Antônio Teixeira), Helena Pereira dos Santos (mãe de Miguel Pereira dos Santos), Júlia Gomes Lund (mãe de Guilherme Lund), Diva Lopes Santana (irmã de Dinaelza Coqueiro e cunhada de Wandick Coqueiro), Consueto Callado (pai de Daniel Callado), ex-deputado Roberto Valadão (irmão de Arildo e cunhado de Áurea Valadão), Alzira da Costa Reis (esposa de Maurício Grabois, mãe de André Grabois e sogra de Gilberto Olímpio Maria), Victória Lavínia Grabois (filha de Maurício, irmã de André e esposa de Gilberto), Edgar e Irene Corrêa (pais de Elmo Corrêa, Maria Célia Corrêa e sogros de Telma Corrêa), Rita de Araújo Marques (tia de Bergson Gurjão Farias), Rosa Batista (irmã de Uirassu de Assis Batista). Pessoal de apoio: Alexandre Cunha (Comitê Paraense pela Anistia, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos), Abgail Paranhos (CBA/RJ), ex-deputada Maria Lúzia Fontenelle (PMDB/CE), Paulo Fontelles (OAB/PA), Iramaya Benjamim (CBA/RJ), Zélia Carvalho e Noélia Ribeiro Pinheiro (MFPA/CE).



Cláudia Linhares

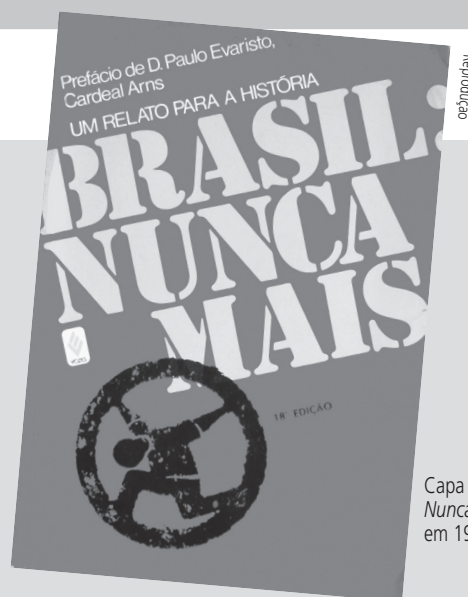
Maria Raimunda Rocha, a *Maria da Metade*, moradora da região e amiga dos guerrilheiros, ajudou os familiares nas buscas dos corpos.

O Projeto *Brasil: Nunca Mais*

Entre agosto de 1979 e março de 1985, advogados, ex-presos políticos e militantes de defesa dos direitos humanos – com o apoio de D. Paulo Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo, e sob a coordenação do reverendo Jaime Wright, irmão do desaparecido político Paulo Stuart Wright – organizaram o projeto de pesquisa *Brasil: Nunca Mais* (BNM). A partir de 1979, os advogados de presos políticos tiveram acesso aos processos de seus clientes na Justiça Militar. Assim, membros do projeto lograram copiar 707 processos completos e dezenas de outros incompletos do período entre 1964 e 1979, reunindo mais de 1 milhão de páginas com testemunhos e documentos produzidos pelo aparato repressivo e também pelos grupos clandestinos e de oposição à ditadura. Em 1985, foi publicado o resumo das conclusões do projeto, o livro *Brasil: Nunca Mais*. Desde então, foram vendidos mais de 215 mil exemplares do livro, em 30 edições. Essa obra foi um marco que deu grande visibilidade às denúncias dos crimes da ditadura.

Segundo o projeto BNM, os atingidos pela Justiça Militar somam 17.420 pessoas: 7.367 (42,3%) denunciados, 6.395 (36,7%) indiciados e 2.183 (12,5%) testemunhas ou declarantes. Sabe-se, contudo, que muitos foram presos e torturados sem que se fizesse nenhuma espécie de registro. Além disso, há nessa listagem nomes repetidos, pois várias pessoas aparecem em mais de um processo. Os processos foram classificados em três grandes grupos: *atividades de organizações partidárias clandestinas* (63%); o dos setores sociais: *militares, sindicalistas, políticos, jornalistas e religiosos* (25%); e o dos “*IPMs da Subversão*”, “*Delitos contra a autoridade*” e “*Propaganda subversiva*” (11,8%). Dos 7.367 denunciados, ou seja, acusados e levados a julgamento, aproximadamente 88% eram do sexo masculino e 12%, mulheres. Dessas 7.367 pessoas, somente em 295 casos suas prisões foram comunicadas no prazo legal, em outros 816 a prisão foi comunicada fora do prazo e 6.256 prisões não foram comunicadas. Do total geral de réus, 5.104 (69,2%) foram presos, 2.828 (38,3%) foram condenados e 1.843 (25%) pessoas denunciaram as torturas sofridas.

Segundo a Lei de Segurança Nacional, os presos políticos podiam ficar incomunicáveis por dez dias. No entanto, há diversos relatos testemunhando que as pessoas permaneciam sem poder avistar-se com seus familiares ou defensores por meses e, após longo período de reclusão, eram processadas pela



Capa do livro *Brasil: Nunca Mais*, editado em 1985.

Justiça Militar. Outros presos se tornaram *desaparecidos* depois de permanecerem longos períodos nos cárceres, incomunicáveis, como ocorreu com Edgard Aquino Duarte. Preso em 1971, Edgard desapareceu das dependências do DEOPS de São Paulo em junho de 1973, conforme os depoimentos de vários de seus companheiros de prisão.

As conclusões da pesquisa estão no “Projeto A”, formado por 12 volumes, somando 6.891 páginas. O tomo V é dedicado aos mortos e contém os testemunhos dos autos dos processos de pessoas que presenciaram nos cárceres a morte de outros presos sob tortura, desmentindo as versões de que tenham ocorrido em tiroteios com agentes do governo ou em atropelamentos. No final do livro *Brasil: Nunca Mais*, encontram-se dois capítulos cujos títulos são: “*Mortos sob Tortura*” e “*Os Desaparecidos*”.

Foram encontrados depoimentos em juízo sobre 19 mortos, com alguns processos contendo, inclusive, os respectivos laudos necroscópicos: Aldo de Sá Brito Souza Neto, Alexandre Vannucchi Leme, Carlos Nicolau Danielli, Chael Charles Schreier, Eduardo Colen Leite, Gildo Macedo Lacerda, João Lucas Alves, Joaquim Alencar de Seixas, José Ferreira de Almeida, Lincoln Bicalho Roque, Lincoln Cordeiro Oest, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Luiz Ghilardini, Manoel Fiel Filho, Odijas Carvalho de Souza, Olavo Hansen, Severino Viana Colou, Vladimir Herzog e Yoshitame Fujimore.

Sobre os desaparecidos, encontram-se registros na Justiça Militar a respeito de apenas 19 pessoas: Aylton Adalberto Mortati, Antônio Joaquim Machado, Armando Frutuoso, Bérqson Gurjão Farias, Carlos Alberto Soares de Freitas, Edgard Aquino Duarte, Helenira Rezende de Souza Nazareth, Ivan Mota Dias, João Carlos Haas Sobrinho, Joel Vasconcelos Santos, Lourival Moura Paulino, Maria Lúcia Petit da Silva, Mário Alves, Paulo Costa Ribeiro Bastos, Paulo Stuart Wright, Sérgio Landulfo Furtado, Stuart Edgar Angel Jones, Virgílio Gomes da Silva e Walter Ribeiro Novaes. ■

A vala clandestina de Perus

No dia 4 de setembro de 1990, foi aberta a Vala de Perus, localizada no Cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo. Lá foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte. De acordo com os registros do cemitério, pelo menos seis presos políticos deveriam estar enterrados nessa vala: Dênis Antônio Casemiro, Dimas Casemiro, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr e Grenaldo de Jesus da Silva.

O Cemitério Dom Bosco foi construído pela prefeitura de São Paulo, em 1971, na gestão de Paulo Maluf e, no início, recebia cadáveres de pessoas não identificadas, indigentes e vítimas da repressão política. Fazia parte de seu projeto original a implantação de um crematório, o que causou estranheza e suspeitas da própria empreiteira chamada a construí-lo. Esse projeto de cremação dos cadáveres de indigentes, do qual só se tem notícia por intermédio da memória dos sepultadores, foi abandonado em 1976. As ossadas exumadas das quadras 1 e 2, em 1975, foram amontoadas no velório do cemitério e, em 1976, enterradas em uma vala clandestina.

A família dos irmãos Iuri e Alex de Paula Xavier Pereira, militantes da ALN assassinados em 1972, após diversas tentativas para encontrar seus restos mortais em cemitérios da cidade de São Paulo, descobriu que Iuri estava enterrado no Cemitério de Perus, quando ocorreu o enterro de um tio seu nesse mesmo cemitério em dezembro de 1973. Passado algum tempo, a família mostrou ao administrador do cemitério uma notícia de jornal onde estava relatada a morte de Alex e indicava o nome falso utilizado por ele durante a clandestinidade – *João Maria de Freitas*. Assim, o administrador encontrou nos livros de registro do cemitério uma pessoa enterrada com aquele nome. Essa descoberta despertou para o uso que os órgãos de repressão faziam das falsas identidades no sepultamento de militantes políticos assassinados.

Em junho de 1979, a irmã de Iuri e Alex, Iara Xavier Pereira, relatou essas informações aos familiares de mortos e desaparecidos políticos reunidos no III Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, no Rio de Janeiro. Imediatamente, alguns familiares foram ao Cemitério de Perus e localizaram outros militantes mortos enterrados sob identidade falsa, como Gelson Reicher, enterrado com o nome de *Emiliano Sessa*, e Luís Eurico Tejera Lisboa, en-



Marcelo Vigneron

Escavações na Vala de Perus, no Cemitério D. Bosco, em São Paulo, setembro de 1990.

terrado como *Nelson Bueno*. Esses dados levaram outros familiares a iniciarem suas buscas em cemitérios com base nos nomes falsos utilizados por seus parentes na clandestinidade.

Em julho de 1979, a família de Flávio Carvalho Molina, militante do Molipo assassinado em 7 de novembro de 1971, soube de sua morte mediante documentos anexados a um processo na 2ª Auditoria da Marinha, sem, no entanto, jamais ter recebido alguma comunicação a esse respeito, mesmo que informal. Na documentação, a Auditoria é informada da morte de Flávio, cujo corpo havia sido enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, com o nome falso de *Álvaro Lopes Peralta*. Seus familiares tentaram exumar seus restos mortais, quando descobriram que os mesmos já haviam sido exumados em 1975 e reenumerados em uma vala comum. Naquela ocasião, nada pôde ser feito em razão da repressão política vigente no país.

Em 1990, o repórter Caco Barcellos, investigando a violência policial em São Paulo, redescobre a vala clandestina. Tal acontecimento alcançou grande repercussão na imprensa de todo o país, levando à instauração da CPI sobre a Vala de Perus, em setembro de 1990, na Câmara Municipal de São Paulo. ■



Índice de nomes em ordem alfabética

Nome	Situação	Classificação <i>Dossiê</i> (1996)*	Pág.
Abelardo Rausch Alcântara	Morto - 1970	Mortes Oficiais	178
Abílio Clemente Filho	Desaparecido - 1971	Caso novo	240
Adauto Freire da Cruz	Morto - 1979	Caso novo	691
Aderval Alves Coqueiro	Morto - 1971	Mortes Oficiais	227
Adriano Fonseca Filho (<i>Chico, Queixada</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	494
Afonso Henrique Martins Saldanha	Desaparecido - 1974	Outras Mortes	600
Aides Dias de Carvalho	Morto - 1963	Caso novo	58
Albertino José de Oliveira	Morto - 1964	Mortes Oficiais	89
Alberto Aleixo	Morto - 1975	Caso novo	615
Alceri Maria Gomes da Silva	Morta - 1970	Mortes Oficiais	195
Aldo de Sá Brito Souza Neto	Morto - 1971	Mortes Oficiais	221
Alex de Paula Xavier Pereira	Morto - 1972	Mortes Oficiais	307
Alexander José Ibsen Voerões	Morto - 1972	Mortes Oficiais	326
Alexandre Vannucchi Leme	Morto - 1973	Mortes Oficiais	427
Alfeu de Alcântara Monteiro	Morto - 1964	Mortes Oficiais	70
Almir Custódio de Lima	Morto - 1973	Mortes Oficiais	480
Aluísio Palhano Pedreira Ferreira	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	251
Alvino Ferreira Felipe	Morto - 1963	Caso novo	58
Amaro Félix Pereira	Desaparecido - 1972	Caso novo	400
Amaro Luiz de Carvalho	Morto - 1971	Mortes Oficiais	272
Ana Maria Nacinovic Corrêa	Morta - 1972	Mortes Oficiais	348
Ana Rosa Kucinski Silva	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	569
Anatália de Souza Melo Alves	Morta - 1973	Mortes Oficiais	419
André Grabois (<i>José Carlos</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	470
Ângelo Arroyo	Morto - 1976	Mortes Oficiais	669
Ângelo Cardoso da Silva	Morto - 1970	Mortes Oficiais	188
Ângelo Pezzuti da Silva	Morto - 1975	Mortes no Exílio	620
Antogildo Pascoal Viana	Morto - 1964	Mortes Oficiais	72
Antônio Alfredo de Lima	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	471
Antônio Araújo Veloso	Morto - 1976	Caso novo	659
Antônio Bem Cardoso	Morto - 1970	Caso novo	198
Antônio Benetazzo	Morto - 1972	Mortes Oficiais	384
Antônio Carlos Bicalho Lana	Morto - 1973	Mortes Oficiais	500
Antônio Carlos Monteiro Teixeira (<i>Antônio</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	372
Antônio Carlos Nogueira Cabral	Morto - 1972	Mortes Oficiais	339
Antônio Carlos Silveira Alves	Morto - 1964	Outras Mortes	63
Antônio de Pádua Costa (<i>Piauí</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	552
Antônio dos Três Reis de Oliveira	Desaparecido - 1970	Desaparecidos no Brasil	196
Antônio Ferreira Pinto (<i>Antônio Alfaiate</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	566
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (<i>Ferreira</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	496
Antônio Henrique Pereira Neto (Padre)	Morto - 1969	Mortes Oficiais	139
Antônio Joaquim de Souza Machado	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	232
Antônio José dos Reis	Morto - 1963	Caso novo	59
Antonio Luciano Pregoni	Desaparecido - 1973	Caso novo	491

* Nesta coluna está registrada a forma como cada caso foi classificado na edição anterior do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil a Partir de 1964* (1996), que tinha cinco categorias: Mortes oficiais; Desaparecidos no Brasil; Desaparecidos no exterior; Mortes no exílio; Outras mortes.

Antônio Marcos Pinto de Oliveira	Morto - 1972	Mortes Oficiais	335
Antônio Raymundo Lucena	Morto - 1970	Mortes Oficiais	181
Antônio Sérgio de Mattos	Morto - 1971	Mortes Oficiais	281
Antônio Teodoro de Castro (<i>Raul</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	543
Ari da Rocha Miranda	Morto - 1970	Outras Mortes	199
Ari de Oliveira Mendes Cunha	Morto - 1964	Mortes Oficiais	64
Ari Lopes Macedo	Morto - 1963	Caso novo	56
Arildo Valadão (<i>Ari</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	493
Armando Teixeira Frutuoso	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	619
Arnaldo Cardoso Rocha	Morto - 1973	Mortes Oficiais	424
Arno Preis	Morto - 1972	Mortes Oficiais	319
Ary Abreu Lima da Rosa	Morto - 1970	Mortes Oficiais	208
Ary Cabrera Prates	Desaparecido - 1976	Caso novo	644
Augusto Soares da Cunha	Morto - 1964	Caso novo	64
Áurea Eliza Pereira Valadão (<i>Elisa</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	578
Aurora Maria Nascimento Furtado (<i>Lola</i>)	Morta - 1972	Mortes Oficiais	387
Avelmar Moreira de Barros	Morto - 1970	Mortes Oficiais	183
Aylton Adalberto Mortati	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	285
Batista	Desaparecido - 1974	Caso novo	600
Benedito Gonçalves	Morto - 1979	Mortes Oficiais	693
Benedito Pereira Serra	Morto - 1964	Caso novo	82
Bergson Gurjão Farias (<i>Jorge</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	343
Bernardino Saraiva	Morto - 1964	Mortes Oficiais	75
Boanerges de Souza Massa	Desaparecido - 1972	Caso novo	355
Caiupy Alves de Castro	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	489
Carlos Alberto Soares de Freitas	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	232
Carlos Antunes da Silva	Morto - 1970	Caso novo	172
Carlos Eduardo Pires Fleury	Morto - 1971	Mortes Oficiais	294
Carlos Lamarca	Morto - 1971	Mortes Oficiais	277
Carlos Marighella	Morto - 1969	Mortes Oficiais	160
Carlos Nicolau Danielli (<i>Carlinhos</i>)	Morto - 1972	Mortes Oficiais	398
Carlos Roberto Zanirato	Morto - 1969	Mortes Oficiais	141
Carlos Schirmer	Morto - 1964	Mortes Oficiais	76
Carmem Jacomini	Morta - 1977	Mortes no Exílio	685
Cassimiro Luiz de Freitas	Morto - 1970	Caso novo	182
Catarina Helena Abi-Eçab	Morta - 1968	Outras Mortes	122
Célio Augusto Guedes	Morto - 1972	Mortes Oficiais	362
Celso Gilberto de Oliveira	Desaparecido - 1970	Desaparecidos no Brasil	215
Chael Charles Schreier	Morto - 1969	Mortes Oficiais	164
Cilon da Cunha Brum (<i>Comprido, Simão</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	544
Ciro Flávio Salazar Oliveira	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	378
Cloves Dias Amorim	Morto - 1968	Mortes Oficiais	121
Custódio Saraiva Neto (<i>Lauro</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	538
Daniel José de Carvalho	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	584
Daniel Ribeiro Callado (<i>Doca</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	579
Darcy José dos Santos Mariante	Morto - 1966	Caso novo	99
Davi Eduardo Chab Tarab Baabour	Desaparecido - 1976	Caso novo	656
David Capistrano da Costa	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	546
David de Souza Meira	Morto - 1968	Mortes Oficiais	114
Dênis Casemiro	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	249
Dermeval da Silva Pereira (<i>João Araguaia</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	551
Devanir José de Carvalho	Morto - 1971	Mortes Oficiais	239
Dilermano Mello do Nascimento	Morto - 1964	Mortes Oficiais	84
Dimas Antônio Casemiro	Morto - 1971	Mortes Oficiais	243
Dinaelza Soares Santana Coqueiro (<i>Mariadina</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	564
Dinalva Oliveira Teixeira (<i>Dina</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	582

Divino Ferreira de Souza (<i>Nunes</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	472
Divo Fernandes D'Oliveira	Desaparecido - 1964/65	Caso novo	90
Djalma Maranhão	Morto - 1971	Mortes no Exílio	263
Dorival Ferreira	Morto - 1970	Mortes Oficiais	184
Durvalino Porfírio de Souza	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	445
Edgar Aquino Duarte	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	441
Edmur Péricles Camargo (<i>Gauchão</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	524
Edson Luiz Lima Souto	Morto - 1968	Mortes Oficiais	113
Edson Neves Quaresma	Morto - 1970	Mortes Oficiais	209
Edu Barreto Leite	Morto - 1964	Mortes Oficiais	73
Eduardo Antônio da Fonseca	Morto - 1971	Mortes Oficiais	282
Eduardo Collen Leite (<i>Bacuri</i>)	Morto - 1970	Mortes Oficiais	212
Eduardo Collier Filho	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	539
Eduardo Gonzalo Escabosa	Morto - 1980	Caso novo	711
Eiraldo Palha Freire	Morto - 1970	Mortes Oficiais	200
Eliane Martins	Morta - 1963	Caso novo	59
Elmo Corrêa (<i>Lourival</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	575
Elson Costa	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	607
Elvaristo Alves da Silva	Morto - 1965	Caso novo	93
Emmanuel Bezerra dos Santos	Morto - 1973	Mortes Oficiais	458
Enrique Ernesto Ruggia	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	584
Epaminondas Gomes de Oliveira	Morto - 1971	Caso novo	268
Eremias Delizoicov	Morto - 1969	Mortes Oficiais	155
Esmeraldina Carvalho Cunha	Morta - 1972	Caso novo	382
Eudaldo Gomes da Silva	Morto - 1973	Mortes Oficiais	410
Evaldo Luiz Ferreira de Souza	Morto - 1973	Mortes Oficiais	411
Ezequias Bezerra da Rocha	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	333
Feliciano Eugênio Neto	Morto - 1976	Caso novo	659
Félix Escobar	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	284
Fernando Augusto da Fonseca	Morto - 1972	Mortes Oficiais	391
Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	539
Fernando Borges de Paula Ferreira	Morto - 1969	Mortes Oficiais	143
Fernando da Silva Lembo	Morto - 1968	Mortes Oficiais	117
Flávio Carvalho Molina	Morto - 1971	Mortes Oficiais	289
Francisco das Chagas Pereira	Desaparecido - 1971	Caso novo	266
Francisco Emanuel Penteadó	Morto - 1973	Mortes Oficiais	424
Francisco José de Oliveira	Morto - 1971	Mortes Oficiais	288
Francisco Manoel Chaves	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	373
Francisco Seiko Okama	Morto - 1973	Mortes Oficiais	425
Francisco Tenório Júnior	Desaparecido - 1976	Desaparecidos no Exterior - Argentina	641
Frederico Eduardo Mayr	Morto - 1972	Mortes Oficiais	323
Gastone Lúcia Carvalho Beltrão	Morta - 1972	Mortes Oficiais	310
Gelson Reicher.	Morto - 1972	Mortes Oficiais	307
Geraldo Bernardo da Silva	Morto - 1969	Caso novo	142
Geraldo da Rocha Gualberto	Morto - 1963	Caso novo	59
Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa	Morto - 1973	Caso novo	439
Gerosina Silva Pereira	Morta - 1978	Mortes no Exílio	690
Gerson Theodoro de Oliveira	Morto - 1971	Mortes Oficiais	235
Getúlio de Oliveira Cabral	Morto - 1972	Mortes Oficiais	391
Gilberto Olímpio Maria (<i>Pedro</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	513
Gildo Macedo Lacerda	Morto - 1973	Mortes Oficiais	484
Gilson Miranda	Morto - 1963	Caso novo	59
Grenaldo de Jesus da Silva	Morto - 1972	Mortes Oficiais	346
Guido Leão	Morto - 1979	Mortes Oficiais	693
Guilherme Gomes Lund (<i>Luiz</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	514
Gustavo Buarque Schiller	Morto - 1985	Caso novo	716

Hamilton Fernando da Cunha (<i>Escoteiro</i>)	Morto - 1969	Mortes Oficiais	131
Hamilton Pereira Damasceno	Desaparecido - 1972	Caso novo	329
Helber José Gomes Goulart	Morto - 1973	Mortes Oficiais	448
Hélcio Pereira Fortes	Morto - 1972	Mortes Oficiais	312
Helenira Rezende de Souza Nazareth (<i>Preta, Fátima</i>)	Desaparecida - 1972	Desaparecidos no Brasil	375
Heleny Telles Ferreira Guariba	Desaparecida - 1971	Desaparecidos no Brasil	256
Hélio Luiz Navarro de Magalhães (<i>Edinho</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	553
Henrique Cintra Ferreira de Ornellas	Morto - 1973	Mortes Oficiais	452
Higino João Pio	Morto - 1969	Caso novo	132
Hiram de Lima Pereira	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	609
Hiroaki Torigoe	Morto - 1972	Mortes Oficiais	304
Honestino Monteiro Guimarães	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	467
Horácio Domingos Campiglia	Desaparecido - 1980	Caso novo	704
Iara Javelberg	Morta - 1971	Mortes Oficiais	269
Idalísio Soares Aranha Filho (<i>Aparício</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	359
Ieda Santos Delgado	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	565
Íris Amaral	Morta - 1972	Estava em "Outras Mortes"	318
Ishiro Nagami	Morto - 1969	Estava em "Outras Mortes"	147
Ísis Dias de Oliveira	Desaparecida - 1972	Desaparecidos no Brasil	314
Ismael Silva de Jesus	Morto - 1972	Mortes Oficiais	361
Israel Tavares Roque	Desaparecido - 1964	Caso novo	88
Issami Nakamura Okano	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	575
Itair José Veloso	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	613
Iuri Xavier Pereira	Morto - 1972	Mortes Oficiais	349
Ivan Mota Dias	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	248
Ivan Rocha Aguiar	Morto - 1964	Mortes Oficiais	66
Jaime Petit da Silva	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	496
James Alen Luz	Morto - 1973	Caso novo	431
Jana Moroni Barroso (<i>Cristina</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	536
Jane Vanini	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Exterior - Chile	597
Jarbas Pereira Marques	Morto - 1973	Mortes Oficiais	411
Jayme Amorim Miranda	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	611
Jean Henri Raya Ribard	Desaparecido - 1973	Caso novo	490
Jeová Assis Gomes	Morto - 1972	Mortes Oficiais	305
João Alfredo Dias (<i>Nego Fubá</i>)	Desaparecido - 1964	Desaparecidos no Brasil	86
João Antônio Santos Abi-Eçab	Morto - 1968	Outras Mortes	122
João Baptista Drumond	Morto - 1976	Mortes Oficiais	670
João Barcellos Martins	Morto - 1964	Outras Mortes	72
João Batista Rita	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	507
João Belchior Marques Goulart (<i>Jango</i>)	Morto - 1976	Caso novo	663
João Bosco Penido Burnier (Padre)	Morto - 1976	Mortes Oficiais	662
João Carlos Cavalcanti Reis	Morto - 1972	Mortes Oficiais	386
João Carlos Haas Sobrinho (<i>Juca</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	378
João de Carvalho Barros	Morto - 1964	Caso novo	70
João Domingues da Silva	Morto - 1969	Mortes Oficiais	144
João Gualberto Calatrone (<i>Zebão</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	472
João Leonardo da Silva Rocha	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	614
João Lucas Alves	Morto - 1969	Mortes Oficiais	133
João Massena Melo	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	558
João Mendes Araújo	Morto - 1972	Mortes Oficiais	326
João Pedro Teixeira	Morto - 1962	Caso novo	55
João Roberto Borges de Souza	Morto - 1969	Mortes Oficiais	154
Joaquim Alencar de Seixas	Morto - 1971	Mortes Oficiais	241
Joaquim Câmara Ferreira (<i>Toledo</i>)	Morto - 1970	Mortes Oficiais	205
Joaquim Pires Cerveira	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	508
Joaquinzão	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	523

Joel José de Carvalho	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	585
Joel Vasconcelos Santos	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	263
Joelson Crispim	Morto - 1970	Mortes Oficiais	187
Jonas José Albuquerque Barros	Morto - 1964	Mortes Oficiais	66
Jorge Alberto Basso	Desaparecido - 1976	Desaparecidos no Exterior - Argentina	651
Jorge Aprígio de Paula	Morto - 1968	Mortes Oficiais	115
Jorge Leal Gonçalves Pereira	Desaparecido - 1970	Desaparecidos no Brasil	204
Jorge Oscar Adur (Padre)	Desaparecido - 1980	Desaparecidos no Brasil	709
José Bartolomeu Rodrigues de Souza	Morto - 1972	Mortes Oficiais	392
José Campos Barreto (<i>Zequinha</i>)	Morto - 1971	Mortes Oficiais	279
José Carlos da Costa	Desaparecido - 1973	Caso novo	506
José Carlos Novaes da Mata Machado	Morto - 1973	Mortes Oficiais	485
José Dalmo Guimarães Lins	Morto - 1971	Caso novo	231
José de Lima Piauhy Dourado	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	534
José de Oliveira	Desaparecido - 1972	Caso novo	402
José de Souza	Morto - 1964	Mortes Oficiais	75
José Ferreira de Almeida	Morto - 1975	Mortes Oficiais	616
José Gomes Teixeira	Morto - 1971	Mortes Oficiais	254
José Guimarães	Morto - 1968	Mortes Oficiais	118
José Huberto Bronca (<i>Fogoió, Ruivo, Zeca</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	544
José Idésio Brianezi	Morto - 1970	Mortes Oficiais	185
José Inocêncio Barreto	Morto - 1972	Mortes Oficiais	381
José Isabel do Nascimento	Morto - 1963	Caso novo	59
José Júlio de Araújo	Morto - 1972	Mortes Oficiais	364
José Lavecchia	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	585
José Manoel da Silva	Morto - 1973	Mortes Oficiais	412
José Maria Ferreira Araújo (<i>Anaribóia</i>)	Desaparecido - 1970	Desaparecidos no Brasil	202
José Maurílio Patrício (<i>Manoel</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	596
José Maximino de Andrade Netto	Morto - 1975	Outras Mortes	618
José Mendes de Sá Roriz	Morto - 1973	Mortes Oficiais	420
José Milton Barbosa	Morto - 1971	Mortes Oficiais	292
José Montenegro de Lima (<i>Magrão</i>)	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	622
José Nobre Parente	Morto - 1966	Caso novo	100
José Porfírio de Souza	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	444
José Raimundo da Costa	Morto - 1971	Mortes Oficiais	265
José Roberto Arantes de Almeida	Morto - 1971	Mortes Oficiais	286
José Roberto Spiegner	Morto - 1970	Mortes Oficiais	179
José Roman	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	547
José Sabino	Morto - 1966	Mortes Oficiais	99
José Sílton Pinheiro	Morto - 1972	Mortes Oficiais	392
José Soares dos Santos	Morto - 1977	Mortes Oficiais	683
José Toledo de Oliveira (<i>Vitor</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	373
José Wilson Lessa Sabbag	Morto - 1969	Mortes Oficiais	146
Juan Antônio Carrasco Forrastal	Morto - 1972	Caso novo	383
Juarez Guimarães de Brito	Morto - 1970	Mortes Oficiais	186
Juarez Rodrigues Coelho	Desaparecido - 1972	Caso novo	362
Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte	Desaparecido - 1977	Caso novo	686
Kleber Lemos da Silva (<i>Kelé, Carlito</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	356
Labibe Elias Abduch	Morta - 1964	Mortes Oficiais	69
Lauriberto José Reyes	Morto - 1972	Mortes Oficiais	326
Leopoldo Chiapetti	Morto - 1965	Caso novo	94
Líbero Giancarlo Castiglia (<i>Joca</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	520
Lígja Maria Salgado Nóbrega	Morta - 1972	Mortes Oficiais	336
Liliana Ines Goldenberg	Morta - 1980	Caso novo	712
Lincoln Bicalho Roque	Morto - 1973	Mortes Oficiais	421
Lincoln Cordeiro Oest	Morto - 1972	Mortes Oficiais	390

Lorenzo Ismael Viñas	Desaparecido - 1980	Caso novo	708
Lourdes Maria Wanderley Pontes	Morta - 1972	Mortes Oficiais	392
Lourenço Camelo de Mesquita	Morto - 1977	Caso novo	685
Lourival de Moura Paulino	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	344
Lúcia Maria de Souza (<i>Sônia</i>)	Desaparecida - 1973	Desaparecidos no Brasil	478
Lucimar Brandão Guimarães	Morto - 1970	Mortes Oficiais	201
Lucindo Costa	Morto - 1967	Caso novo	108
Lúcio Petit da Silva (<i>Beto</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	567
Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides	Morto - 1972	Mortes Oficiais	330
Luís Paulo da Cruz Nunes	Morto - 1968	Mortes Oficiais	119
Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues	Morto - 1970	Outras Mortes	177
Luiz Almeida Araújo	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	255
Luiz Antônio Santa Bárbara	Morto - 1971	Mortes Oficiais	273
Luiz Carlos Almeida	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Exterior - Chile	463
Luiz Carlos Augusto	Morto - 1968	Caso novo	121
Luiz Eduardo da Rocha Merlino	Morto - 1971	Mortes Oficiais	259
Luiz Eurico Tejera Lisboa (<i>Ico</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	367
Luiz Fogaça Balboni (<i>Zizo</i>)	Morto - 1969	Mortes Oficiais	150
Luiz Ghilardini	Morto - 1973	Mortes Oficiais	409
Luiz Gonzaga dos Santos	Morto - 1967	Caso novo	109
Luiz Hirata	Morto - 1971	Mortes Oficiais	295
Luiz Ignácio Maranhão Filho	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	559
Luiz José da Cunha (<i>Crioulo</i>)	Morto - 1973	Mortes Oficiais	446
Luiz Renato do Lago Faria	Desaparecido - 1980	Desaparecidos no Exterior - Argentina	703
Luiz Renato Pires de Almeida	Desaparecido - 1970	Desaparecidos no Exterior - Bolívia	209
Luiz René Silveira e Silva (<i>Duda</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	553
Luiz Vieira	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	602
Luíza Augusta Garlippe (<i>Tuca</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	581
Lyda Monteiro da Silva	Morta - 1980	Mortes Oficiais	712
Manoel Aleixo da Silva (<i>Ventania</i>)	Morto - 1973	Mortes Oficiais	453
Manoel Custódio Martins	Morto - 1978	Caso novo	688
Manoel Fiel Filho	Morto - 1976	Mortes Oficiais	636
Manoel José Nurchis (<i>Gil</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	379
Manoel Lisboa de Moura	Morto - 1973	Mortes Oficiais	459
Manoel Raimundo Soares	Morto - 1966	Mortes Oficiais	101
Manoel Rodrigues Ferreira	Morto - 1968	Mortes Oficiais	118
Manuel Alves de Oliveira	Morto - 1964	Mortes Oficiais	78
Manuel José Nunes Mendes de Abreu	Morto - 1971	Mortes Oficiais	282
Márcio Beck Machado	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	436
Marco Antônio Braz de Carvalho	Morto - 1969	Mortes Oficiais	129
Marco Antônio Dias Baptista	Desaparecido - 1970	Desaparecidos no Brasil	197
Marcos Antônio da Silva Lima	Morto - 1970	Mortes Oficiais	171
Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães	Desaparecido - 1976	Caso novo	656
Marcos José de Lima (<i>Zezinho, Ari</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	512
Marcos Nonato da Fonseca	Morto - 1972	Mortes Oficiais	349
Margarida Maria Alves	Morta - 1983	Mortes Oficiais	715
Maria Ângela Ribeiro	Morta - 1968	Mortes Oficiais	117
Maria Augusta Thomaz	Desaparecida - 1973	Desaparecidos no Brasil	437
Maria Auxiliadora Lara Barcellos	Morta - 1976	Mortes no Exílio	653
Maria Célia Corrêa (<i>Rosinha</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	554
Maria Lúcia Petit da Silva	Desaparecida - 1972	Desaparecidos no Brasil	353
Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo	Morta - 1972	Mortes Oficiais	336
Maria Regina Marcondes Pinto	Desaparecida - 1976	Desaparecidos no Exterior - Argentina	647
Mariano Joaquim da Silva	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	253
Marilena Villas Boas Pinto	Morta - 1971	Mortes Oficiais	237
Mário Alves de Souza Vieira	Desaparecido - 1970	Desaparecidos no Brasil	173

Mário de Souza Prata	Morto - 1971	Mortes Oficiais	237
Massafumi Yoshinaga	Desaparecido - 1976	Caso novo	655
Maurício Grabois (<i>Velho Mário</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	514
Maurício Guilherme da Silveira	Morto - 1971	Mortes Oficiais	235
Merival Araújo	Morto - 1973	Mortes Oficiais	435
Miguel Pereira dos Santos (<i>Cazuza</i>)	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	371
Miguel Sabat Nuet	Desaparecido - 1973	Caso novo	498
Milton Soares de Castro	Morto - 1967	Mortes Oficiais	107
Míriam Lopes Verbena	Morto - 1972	Mortes Oficiais	330
Mônica Suzana Pinus de Binstock	Desaparecida - 1980	Caso novo	704
Napoleão Felipe Biscaldi	Morto - 1972	Caso novo	327
Nativo Natividade de Oliveira	Morto - 1985	Mortes Oficiais	717
Neide Alves dos Santos	Morto - 1976	Caso novo	635
Nelson de Souza Kohl	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Exterior - Chile	465
Nelson José de Almeida	Morto - 1969	Mortes Oficiais	136
Nelson Lima Piahy Dourado (<i>Nelito</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	529
Nestor Vera	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	613
Newton Eduardo de Oliveira	Morto - 1964	Outras Mortes	85
Nilda Carvalho Cunha	Morto - 1971	Mortes Oficiais	291
Nilton Rosa da Silva (<i>Bonito</i>)	Morto - 1973	Mortes no Exílio	439
Norberto Armando Habegger	Desaparecido - 1978	Desaparecidos no Brasil	688
Norberto Nehring	Morto - 1970	Mortes Oficiais	189
Odijas Carvalho de Souza	Morto - 1971	Mortes Oficiais	230
Olavo Hansen	Morto - 1970	Mortes Oficiais	192
Onofre Ilha Dornelles	Morto - 1964	Caso novo	89
Onofre Pinto	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	586
Orlando Bomfim Júnior	Desaparecido - 1975	Desaparecidos no Brasil	624
Orlando Momento (<i>Landinho</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	602
Ornalino Cândido da Silva	Morto - 1968	Mortes Oficiais	116
Orocílio Martins Gonçalves	Morto - 1979	Mortes Oficiais	692
Oswaldo Orlando da Costa (<i>Oswaldão</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	572
Otávio Soares Ferreira da Cunha	Morto - 1964	Caso novo	64
Otoniel Campos Barreto	Morto - 1971	Mortes Oficiais	274
Paschoal Souza Lima	Morto - 1964	Caso novo	63
Pauline Reichstul	Morta - 1973	Mortes Oficiais	412
Paulo César Botelho Massa	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	314
Paulo Costa Ribeiro Bastos	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	357
Paulo de Tarso Celestino da Silva	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	257
Paulo Guerra Tavares	Morto - 1972	Caso novo	345
Paulo Mendes Rodrigues	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	517
Paulo Roberto Pereira Marques (<i>Amauri</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	522
Paulo Stuart Wrieth	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	456
Paulo Torres Gonçalves	Desaparecido - 1969	Caso novo	135
Pedro Alexandrino de Oliveira Filho (<i>Peri</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	589
Pedro <i>Carretel</i>	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	529
Pedro Domiense de Oliveira	Morto - 1964	Caso novo	77
Pedro Inácio de Araújo (<i>Pedro Fazendeiro</i>)	Desaparecido - 1964	Desaparecidos no Brasil	86
Pedro Jerônimo de Sousa	Morto - 1975	Mortes Oficiais	621
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar	Morto - 1976	Mortes Oficiais	671
Pérciles Gusmão Régis	Morto - 1964	Caso novo	81
Raimundo Eduardo da Silva	Morto - 1971	Mortes Oficiais	220
Raimundo Ferreira Lima	Morto - 1980	Mortes Oficiais	708
Raimundo Gonçalves Figueiredo	Morto - 1971	Mortes Oficiais	244
Raimundo Nonato Paz (<i>Nicolau 21</i>)	Morto - 1971	Mortes Oficiais	219
Ramires Maranhão do Valle	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	480
Ranússia Alves Rodrigues	Morta - 1973	Mortes Oficiais	481

Raul Amaro Nin Ferreira	Morto - 1971	Mortes Oficiais	267
Reinaldo Silveira Pimenta	Morto - 1969	Mortes Oficiais	140
Roberto Adolfo Val Cazorla	Desaparecido - 1976	Caso novo	676
Roberto Cietto.	Morto - 1969	Mortes Oficiais	149
Roberto Macarini	Morto - 1970	Mortes Oficiais	191
Roberto Rascardo Rodriguez	Desaparecido - 1977	Desaparecidos no Exterior - Argentina	683
Rodolfo de Carvalho Troiano (<i>Mané</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	532
Ronaldo Mouth Queiroz	Morto - 1973	Mortes Oficiais	433
Rosalindo Souza (<i>Mundico</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	450
Rubens Beirodt Paiva	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	224
Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter	Morto - 1972	Mortes Oficiais	341
Ruy Carlos Vieira Berbert	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	301
Ruy Frazão Soares	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	576
Sabino Alves da Silva	Morto - 1972	Caso novo	364
Santo Dias da Silva	Morto - 1979	Mortes Oficiais	694
Sebastião Gomes da Silva	Morto - 1969	Mortes Oficiais	140
Sebastião Tomé da Silva	Morto - 1963	Caso novo	60
Sérgio Fernando Tula Silberberg	Desaparecido - 1976	Caso novo	646
Sérgio Landulfo Furtado	Desaparecido - 1972	Desaparecidos no Brasil	358
Sérgio Roberto Corrêa	Morto - 1969	Outras Mortes	148
Severino Elias de Melo	Morto - 1965	Mortes Oficiais	95
Severino Viana Colou	Morto - 1969	Mortes Oficiais	137
Sidney Fix Marques dos Santos	Desaparecido - 1976	Desaparecidos no Exterior - Argentina	639
Silvano Soares dos Santos	Morto - 1970	Outras Mortes	199
Solange Lourenço Gomes	Morta - 1982	Caso novo	714
Soledad Barret Viedma (<i>Viejita</i>)	Morta - 1973	Mortes Oficiais	413
Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones	Morta - 1973	Mortes Oficiais	500
Stuart Edgar Angel Jones	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	246
Suely Yumiko Kanayama (<i>Chica</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	592
Sylvio de Vasconcellos	Morto - 1979	Caso novo	690
Telma Regina Cordeiro Corrêa (<i>Lia</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	535
Therezinha Viana de Assis	Morta - 1978	Mortes no Exílio	687
Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	573
Tito de Alencar Lima (Frei)	Morto - 1974	Mortes no Exílio	591
Tobias Pereira Júnior (<i>Josias</i>)	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	512
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Exterior - Chile	461
Uirassu de Assis Batista (<i>Valdir</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	567
Umberto Albuquerque Câmara Neto	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	466
Valdir Salles Saboya	Morto - 1972	Mortes Oficiais	393
Vandick Reidner Pereira Coqueiro (<i>João Goiano</i>)	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	534
Virgílio Gomes da Silva	Desaparecido - 1969	Desaparecidos no Brasil	151
Vítor Carlos Ramos	Desaparecido - 1974	Caso novo	586
Vitorino Alves Moitinho	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Brasil	481
Vladimir Herzog	Morto - 1975	Mortes Oficiais	625
Walkíria Afonso Costa (<i>Wal</i>)	Desaparecida - 1974	Desaparecidos no Brasil	594
Walter de Souza Ribeiro	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	560
Walter Kenneth Nelson Fleury	Desaparecido - 1976	Desaparecidos no Exterior - Argentina	658
Walter Ribeiro Novaes	Desaparecido - 1971	Desaparecidos no Brasil	259
Wânio José de Mattos	Desaparecido - 1973	Desaparecidos no Exterior - Chile	475
Wilson Silva	Desaparecido - 1974	Desaparecidos no Brasil	569
Wilson Souza Pinheiro	Morto - 1980	Mortes Oficiais	711
Wilton Ferreira	Morto - 1972	Mortes Oficiais	336
Yoshitane Fujimori	Morto - 1970	Mortes Oficiais	210
Zelmo Bosa	Desaparecido - 1976	Caso novo	677
Zoé Lucas de Brito Filho	Morto - 1973	Caso novo	441
Zuleika Angel Jones (<i>Zuzu Angel</i>)	Morta - 1976	Outras Mortes	649

Siglas

ABC	Região das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (SP)
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Abin	Agência Brasileira de Inteligência
ACA	Associação Cristã de Acadêmicos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMES/RJ	Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas/RJ
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
APRA	Aliança Popular Revolucionária Americana
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BBC	British Broadcasting Corporation (emissora de rádio e TV inglesa)
BC	Batalhão de Caçadores
Bda Inf.	Brigada de Infantaria
BIM	Batalhão de Infantaria Motorizada
BIS	Batalhão de Infantaria da Selva
BM/RS	Brigada Militar/RS
BNM	Brasil Nunca Mais
BO	Boletim de Ocorrência
BPE	Batalhão da Polícia do Exército
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CAAP	Centro Acadêmico Afonso Pena
CACO	Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CAM-DEP	Câmara dos Deputados
Camde	Campanha da Mulher pela Democracia
CAOC	Centro Acadêmico Osvaldo Cruz
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CBS	Comitê Brasileiro de Solidariedade
CBV	Companhia Brasileira de Vagões
CC	Comitê Central
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CCD	Centro de Detención Clandestino (Argentina)
CCPL	Cooperativa Central dos Produtores de Leite
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDHMP	Centro de Direitos Humanos e Memória Popular
CEF	Caixa Econômica Federal
CELS	Centro de Estudios Legales y Sociales
CEMDP	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
Cemig	Centrais Elétricas de Minas Gerais
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency (Estados Unidos da América)
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEM	Centro Integrado de Ensino Médio
CIEx	Centro de Informações do Exterior (Ministério de Exterior)
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Ciop	Centro Integrado de Operações
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CJM	Circunscrição da Justiça Militar
CJP	Comissão Justiça e Paz
CM	Comissão Militar
CMP	Comando Militar do Planalto
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

CNOP	Comissão Nacional de Organização Provisória
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Colina	Comando de Libertação Nacional
CONADEP	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Argentina)
Contec	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
Corrente	Corrente Revolucionária de Minas Gerais
CPC	Centro Popular de Cultura
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
Crempesp	Conselho Regional de Medicina de São Paulo
CRM	Conselho Regional de Medicina
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CTI	Centro de Tratamento Intensivo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCT	Departamento de Correios e Telégrafos
Degran	Departamento Regional de Polícia da Grande São Paulo
Deic	Departamento de Investigações Criminais
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
Desip	Departamento de Sistema Penitenciário
Dina	Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)
Disp	Dissidência Estudantil do PCB de São Paulo
DN	Distrito Naval
DNA	Ácido desoxirribonucleico (sigla em inglês)
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DOS/SSPE	Departamento de Ordem Social/Secretaria de Segurança de Pernambuco
DOU	Diário Oficial da União
DP	Delegacia de Polícia
DPC/DF	Departamento de Polícia Criminal/DF
DPF	Departamento de Polícia Federal
EAAF	Equipo Argentina de Antropologia Forense
EAD	Escola de Arte Dramática de São Paulo
EB	Exército Brasileiro
ECA-USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
EEPSG	Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau
EFEI	Escola Federal de Engenharia de Itajubá
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ESMA	Escola de Mecânica da Armada (Argentina)
Esni	Escola Nacional de Informações
FAB	Força Aérea Brasileira
Face/UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FAL	Fuzil Automático Leve
FAR	Fuerzas Armadas Revolucionarias (Argentina)
FAUR	Fraterna Amizade Urbana e Rural
FBI	Federal Bureau of Investigation (Estados Unidos da América)
FEB	Forças Expedicionárias Brasileiras
Fecopesca	Federação Catarinense das Cooperativas de Pescadores
Fedefam	Federação Latino-Americana de Familiares de Presos Desaparecidos
Fepasa	Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima
FEUB	Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
FN	Fuzileiros Navais
FNE	Federação Nacional dos Estivadores
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FUEC	Força Unida dos Estudantes do Calabouço
GAP	Grupo de Amigos do Presidente (Chile)
GLTA	Grêmio Literário Tristão de Athayde
GPI	Grupo de Planejamento Integrado
GTA	Grupo Tático Armado

GTNM	Grupo Tortura Nunca Mais
HCE	Hospital Central do Exército
HDB/DF	Hospital Distrital de Base/DF
HGE	Hospital Geral do Exército
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IAPETC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICE/RJ	Instituto de Carlos Ebohi/RJ
IEVE/SP	Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado/SP
IFP	Instituto Félix Pacheco
IML	Instituto Médico Legal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
IPT	Instituto de Polícia Técnica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JSM	Junta do Serviço Militar
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LSN	Lei de Segurança Nacional
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
MAR	Movimento de Ação Revolucionária
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionario (Chile)
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
Molipo	Movimento de Libertação Popular
MPF	Ministério Público Federal
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MRE	Ministério de Relações Exteriores
MRT	Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
NML	Núcleo Marxista-Leninista
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirante
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
OLP	Organização de Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Pedido de Busca
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PE	Polícia do Exército
PECDH	Programa Especial de Cidadania e Direitos Humanos
PF	Polícia Federal
PG	Prisioneiros de Guerra
PIC	Pelotão de Investigações Criminais (do Exército)
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	Partido Operário Comunista
Polop	Política Operária
Port	Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
PPS	Problemas da Paz e do Socialismo
Pqds	Pára-Quedistas
Procon	Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUE	Partido Unificado Estudantil
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
QG	Quartel-General
Quema	Quadro do Estado Maior
Rede	Resistência Democrática
RG	Registro Geral
RI	Regimento de Infantaria
RM	Região Militar
RUDI	Rondas Unificadas do Departamento de Investigações
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDH	Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (Argentina)
SEDH-PR	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesc	Serviço Social do Comércio
SNI	Serviço Nacional de Informações
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Supra	Superintendência de Reforma Agrária
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRF	Tribunal Regional Federal
Triple A	Aliança Anticomunista Argentina
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UCF	União Cívica Feminina
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESA	União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas
UEU	União Estudantil Uberabense
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UGES	União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UJP	União da Juventude Progressista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTAP	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará
UME/RJ	União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro
UMESPA	União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNETI	União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UPES	União Paulista dos Estudantes Secundaristas
UPI	United Press International
USAID	United States Agency for International Development (Estados Unidos da América)
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
Varig	Viação Aérea Rio Grandense
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

Bibliografia e fontes

Livros e outras publicações

- ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (DHBB/FGV). Rio de Janeiro: FGV; CPODC, 2001.
- ABREU, Lúvia de. *Ciro Flávio, o Guevara araguariano*. Araguari: Botija Parda, 1994.
- AÇÃO Católica Operária. *História da classe operária no Brasil: Resistindo à Ditadura (1964-1978)*. 5. caderno. Rio de Janeiro: ACO, out., 1990.
- ALMIRÓN, Ana Carolina; ZUCARE, Maria Cláudia Calaf; LEITE, Mariana Moraes; ANDRADE, Rafael Oliveira de. *Vestígios do Araguaia*. Projeto Experimental do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero. São Paulo: 2002.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- AMNISTIA International. *Desapariciones*. Caracas: Fundamentos, 1983.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de A. Cunha. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escrita, 1994.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Projeto Brasil: nunca mais*. O regime militar, Tomo I; Os mortos, Tomo V, v. 4; As torturas, Tomo V, v. 1-3; As leis repressivas, Tomo IV. São Paulo, 1985.
- ASSIS, Paulo de. *40 anos do massacre de Ipatinga*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BAUMGARTNER, J. L., MATOS, J. D.; MAZZEO, M. *Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- BETO, Frei. *Cartas da prisão*. São Paulo: Brasiliense.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BETTO, Frei. *O dia de Angelo*. São Paulo: Brasiliense.
- BRAGA, Teodomiro; BARBOSA, Paulo. *Meu filho Alexandre Vannucchi: depoimentos de Egle e José Vannucchi*. São Paulo: Edição S.A., 1978. 24 p.
- BRASIL. *Anistia*. Brasília, DF: Congresso Nacional, v. I-II, 1982.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.
- BRITO, Alexandra Barahona de; ENRÍQUEZ, Cármen González; FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar (Coord.). *A política da memória: verdade e justiça de transição para a democracia*. Lisboa: ICS, 2004.
- CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Org.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção; Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- CALDAS, Álvaro. *Balé da utopia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1993.
- CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Martírio do padre João Bosco Penido Burnier*. São Paulo: Loyola, 2006.
- CAVALCANTI, Klester. *O nome da morte*. São Paulo: Planeta, 2006.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi* (da Coluna Prestes à queda de Arraes) (Memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- CELIBERTI, L.; GARRIDO, L. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- COELHO, José de Souza. *O sangue pela justiça*. São Paulo: Loyola, 1978.
- COIMBRA, C. M. B. *Tortura no Brasil*. Trabalho apresentado no XV Seminário Internacional sobre Atendimento aos Sobreviventes de Tortura e Suas Famílias. Copenhagen, 1994. Mimeografado.
- COIMBRA, Cecília M. B. *A procura da cidadania*. Trabalho apresentado na III Jornada de Análise Institucional. Rio de Janeiro, 1991. Mimeografado.
- COIMBRA, Cecília M. B. *Alguns analisadores das práticas psicanalíticas no Brasil: os casos Helena B. Vianna e Amílcar Lobo*. Trabalho apresentado na II Jornada de Análise Institucional. Rio de Janeiro, 1990. Mimeografado.
- COIMBRA, Cecília M. B. *Estrutura social e violência*. Trabalho apresentado no Seminário contra a Pena de Morte. Porto Alegre, 1991. Mimeografado.
- COIMBRA, Cecília M. B. *Maior de 68: e depois?*. Trabalho apresentado no Núcleo de Psicanálise e Análise Institucional. Rio de Janeiro, 1988. Mimeografado.
- COIMBRA, Cecília M. B. *Produção de subjetividades nos anos 70 no Brasil: resgate de uma geração*. Trabalho apresentado do IV Encontro Nacional de ABRADSO. Rio de Janeiro, 1991. Mimeografado.
- COIMBRA, Cecília M. B. *Psicologia e terror: o perfil psicológico do "terrorista" brasileiro*. Trabalho apresentado na VI Semana de Psicologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.
- COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. *Relatório azul*. Porto Alegre, 1994.

- COMISSÃO Justiça e Paz. *SP Direitos humanos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COMISSÃO Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina (Conadep). *Nunca mais*. Informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina presidida por Ernesto Sábato. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- COMITÊ Pró-Anistia Geral dos Presos Políticos no Brasil. *Dos presos políticos brasileiros: acerca da repressão fascista no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1976.
- CONGRESSO Nacional pela Anistia. *Resoluções*. São Paulo: 1978.
- CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- COSTA, A. H. *Barão de Mesquita, 425: a fábrica do medo*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- COSTA, Caio Túlio. *Cale-se: a saga de Vannucchi Leme*. São Paulo: Girafa, 2003.
- COSTA, José Caldas da. *Caparaó, a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Unesp, 2007.
- D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ONELLAS, Jacques. *Tortura e morte do sargento Manoel Raimundo Soares*. Discurso pronunciado em 28 de maio de 1984. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1984.
- DERRIDA, Jacques. *El siglo y el perdón*. Entrevista com Michel Wierviorka. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 2003.
- DESAPARECIDOS Políticos. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1992.
- DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. *Santo Dias: quando o passado se transforma em História*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DINIZ, E. A. *História do vice-presidente, o que tornou vergonha*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.
- DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vincent; BUARQUE, Sérgio; SAUTCHUCK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- DOSSIÊ dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Porto Alegre: CBA-Secção do RS; Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1984.
- DOSSIÊ dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.
- DREIFUSS, R. *O jogo da direita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- ELOYSA, Branca (Org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- EQUIPE Clínico Grupal Tortura Nunca Mais. *A herança da violência: o silêncio e a dor das famílias atendidas*. Trabalho apresentado em Buenos Aires, 1993.
- EQUIPE Clínico Grupal Tortura Nunca Mais. *Dor e ardor nas políticas do cotidiano*. Trabalho apresentado em Buenos Aires, 1993.
- EQUIPE Clínico Grupal Tortura Nunca Mais. *Ética e intervenção clínica em relação à violação de direitos humanos*. Trabalho apresentado em Buenos Aires, 1993.
- FERNANDES, Florestan. *A Questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, C. E. S. *Mário Pedrosa, retratos do exílio*. Rio de Janeiro: Antares, 1982.
- FINOTTI, Engles Anastácio. *Sobre os estados isoméricos do índio*. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Física da USP, 1979. Disponível em: <www2.iq.usp.br/aaark>.
- FREIRE, Marcos. *Oposição no Brasil hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan; UFRio de Janeiro: 1999.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundamentais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado)–História, FAFICH/UFMG, 2003.
- Grupo Tortura Nunca Mais. *1º Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- GUERRILHA do Araguaia (1972-1982). São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz G. *Jane Vanini: uma versão do pensamento político, social e econômico na América Latina dos anos 60*. [S.l; s:n], s/d.
- GURGEL, Antônio de Pádua. *A rebelião dos estudantes*. Brasília, DF: UnB, 2002.
- JORGE, F. *Cala a boca, jornalista!*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*. 16. ed. São Paulo: Global, 2004.
- KORDON, D. et al. *Efectos psicológicos de la repression*. v. 1-2. Buenos Aires: Equipo de Asistencia Psicológica, Madres de Plaza de Mayo, 1980.
- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- LABORATÓRIO de Subjetividade e Política. *Anuário do LASP*. Ano I, n. 1, 1993.
- LABORATÓRIO de Subjetividade e Política. *Anuário do LASP*. Ano II, n. 2, 1994.
- LESSER, Jeffrey. *Uma diáspora descontente*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. São Paulo: Objetiva, 2003.

- LIMA, Samarore. *O tempo de todas as vidas*: reportagem biográfica sobre José Carlos Novaes da Mata Machado. Primeira versão, texto digitado, não publicado.
- LIMA, Samarore. *Zé*: José Carlos Novaes da Mata Machado, uma reportagem. Belo Horizonte: Mazza, 1998.
- LISBÔA, Luiz Eurico Tejera. *Condições ideais para o amor*. Porto Alegre: Tchê; Instituto Estadual do Livro, 1994.
- LIVRO Negro da Ditadura Militar. Editora Libertação, Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, 1972. Publicação clandestina.
- LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MARIANO, Nilson. *As garras do condor*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.
- MARIGHELLA, Carlos. *Porque resisti à prisão*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARQUES FILHO, José (Coord.). *Crempesp*: uma trajetória. São Paulo: Crempesp, 2004.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: UFRJ, UFF, CPDOC e APERJ. *1964-2004. 40 anos do golpe*: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia, contra o arbítrio*: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas conseqüências*: um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2006.
- MICHELINI, Felipe. *Las comisiones de la verdad en el Cono Sur*: una perspectiva desde el año 2000. Montevideo, 2000. Mimeografado.
- MIRALLES, Pascale B. *Terrorismo de Estádio*: prisioneiros de guerra em un campo de deportes. Santiago: Chile América; CESOC, 2005.
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999.
- MOLICA, Fernando (Org.). *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MORAES, João Luiz; AHMED, Azíz. *O calvário de Sônia Angel*: uma história de terror nos porões da ditadura. Rio de Janeiro: Gráfica MEC Ed., 1994.
- MORAES, Mário Sérgio de. *O oco da ditadura*: o caso Herzog. São Paulo: Barcarolla, 2006.
- MOURA, Clóvis (Apres.). *Diário da guerrilha*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MOURA, Mariluce. *A revolta das vísceras*: uma visão feminina da luta armada no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no campo*: crime e impunidade (1964-1986). 2. ed. São Paulo: Graal, 1987.
- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.
- OKUCHI, Nabuo. *O seqüestro do diplomata*: memórias. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.
- ONDE estão? *CPI Vala de Perus*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1991.
- ONDE estão? *Desaparecidos Políticos Brasileiros*. Folheto do Comitê Brasileiro de Anistia e Comissão de Familiares de Desaparecidos Políticos Brasileiros, 1983.
- PALMAR, Aluázio. *Onde vocês enterram nossos mortos?* Foz do Iguaçu: Travessa dos Editores, 2005.
- PATARRA, Judith L. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PEIXOTO, F. *O melhor teatro do CPC da UNE*. São Paulo: Graal, 1989.
- PELLEGRINO, H. *A Burrice do demônio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar, um comunista militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- PRESTES, Maria. *Meu companheiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- PROGRAMA Rua Viva: biografia de mortos e desaparecidos políticos alagoanos durante a ditadura militar. Maceió: PECDH; Prefeitura de Maceió, Alagoas, s/d.
- QUADRAT, Samantha Viz. O Brasil sob a asa sombria do Condor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*: novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968, a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- RIBEIRO, Octávio. *Por que eu trai*: confissões de Cabo Anselmo. São Paulo: Global, 1984.
- RICOEUR, Paul. Dever de memória, dever de justiça. In: *A crítica da convicção*. Lisboa, Edições 70, 1997. Quem é o autor? Depois de "In:" deve vir Autor. Se for o mesmo: ou repetir, ou usar o traço "underline" de 6 toques
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1996.
- RIQUELINE, H. *Era de névoas*. São Paulo: EDUC, 1993.
- ROCHA, D. Nonato. *Cordel da guerrilha do Araguaia*. [S:l, s:n]. s/d.
- RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar*: o Movimento dos Marinheiros e o golpe de 64. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRIGUES, H. B. C. et al. *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- RUA Viva: o desenho da utopia. Projeto do vereador Betinho Duarte. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004.
- SÁ, Glênio. *Araguaia*: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.
- SÁBATO, E. *Nunca más*. Buenos Aires, [s:n], 1984.
- SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia; MARINGONI, Gilberto (Org.). *A imagem e o gesto*: fotobiografia de Carlos Marighella. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

- SALAMA, M. C. *Tumbas anônimas*. Buenos Aires: Catálogos, 1992.
- SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. 2. ed. revisada. Brasília, DF: UnB, 2007.
- SCHUBSKY, Cássio (Org.). *Estado de direito já! os trinta anos da Carta aos Brasileiros*. São Paulo: Lettera.doc, 2007.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra*. São Paulo: Cia. Letras, 2001.
- SILVA, H. *1964: vinte anos de golpe militar*. Porto Alegre: L&PM, 1985. “de” golpe ou “do” golpe?
- SILVA, Hélio. *Dos governos militares: 1969-1974*. v. 20. São Paulo: Ed. Três, 1975. (Coleção História da República Brasileira).
- SIMÕES, Reinaldo Guarany. *Os fornos quentes*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- SIQUEIRA, André Iki. *João Saldanha, uma vida em jogo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- SOUZA, Pe. José Coelho de. *O sangue pela justiça*: Pe. João Bosco Penido Burnier, SJ. São Paulo: Loyola, 1978.
- SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.
- STEPHAN, A. *Os militares: da Abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TELES, Edson Luís de Almeida. *Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia*. Memória política em democracias com herança autoritária. Tese (Doutorado)–Filosofia, USP, 2007.
- TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. 2.ed. Humanitas; FFLCH-USP, 2001.
- TELES, Janaína. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por “verdade e justiça” no Brasil*. Dissertação (Mestrado)–História, FFLCH-USP, 2005.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- VALLI, Virgínia. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho: a verdadeira história de um assassinato político*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- Vargas, F. *Como combater a tortura*. Relatório do Colóquio Internacional. Genebra, UFSC; OAB/SC, 1986.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou. A aventura de uma geração*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIANA, G. A.; CIPRIANO, P. *Fome de liberdade*. Vitória: Fund. Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
- VIANA, Gilney. *Carlos Marighella: não tive tempo para ter medo*. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1997.
- VIANA, Gilney. *Massacre da chácara São Bento: (Mortos e desaparecidos II)*. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1996.
- VIANA, H. B. *Não conte a ninguém*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.
- WERNECK, M. *Cela 4*. [S.l.]: Ed. TGI, s/d.
- WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WRIGHT, Delora Jan. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia. Semente da liberdade*. São Paulo: MFPA, 1979.

Arquivos do Instituto de Estudos da Violência do Estado

- AÇÃO Cível contra a União. 1ª Vara da Justiça Federal, nº I 108/83.
- ALVES, Dilma e ALVES, Lúcia. Apelação Civil nº 75.601. Rio de Janeiro. Julgado em: 1 dez.1987.
- CARTA de Aglaé de Souza Costa, esposa de Elson Costa, ao presidente Ernesto Geisel, 8 fev. 1975.
- CARTA de Elzita e Risoleta, mães de Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira e de Eduardo Collier Filho, ao chefe da Casa Civil, 27 maio 1974.
- COMPANHEIRO Santo, você está presente. *O Metalúrgico*. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo, n. 272, nov. 1979, p. 1-8.
- COMUNICADO n. 8 das Forças Guerrilheiras do Araguaia, 1973.
- FAMILIARES, amigos e companheiros de José Carlos Novaes da Mata Machado; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Estadual dos Estudantes (UEE); Diretório Central Estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais (DCE/UFMG); Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP), órgão de representação discente da UFMG. *Biografia de José Carlos Novaes da Mata Machado e depoimentos de companheiros, amigos da faculdade, e familiares sobre suas idéias*. Descreve as circunstâncias de sua morte nas dependências do DOPS após torturas. Folheto publicado 20 anos após sua morte, 1993.
- INQUÉRITO policial nº 105/90, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins.
- INQUÉRITOS civis públicos MPF/DF nº 05/2001, MPF/PA nº 01/2001 e MPF/SP nº 03/2001.
- LUND, Júlia Gomes e outros. *Ação ordinária. Proc. 108/83*. Brasília, DF: Justiça Federal.
- MANIFESTO dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Salvador, BA: II Congresso Nacional pela Anistia, nov. 1979.
- MORINI, Cristiano. *Primeira Missão da Busca de Restos Mortais*: relatório de viagem aos estados do Pará e Tocantins. Brasília, DF, 14 maio 1996.
- PAULINO, Lourival de Moura. *Processo nº 279/80*. Tocantins: Fórum de Xambioá. Arquivado em: 4 maio 1990.
- RELAÇÃO de Pessoas Dadas como Mortas e/ou Desaparecidas devido às Suas Atividades Políticas. Rio de Janeiro: Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil, out. 1982.
- RELATÓRIO do promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo sobre a morte do sargento Manoel Raimundo Soares.
- RELATÓRIO sobre a viagem dos familiares dos mortos e desaparecidos à região do Araguaia em 1980.
- RELATÓRIO parcial da investigação sobre a Guerrilha do Araguaia. Ministério Público Federal, jan. 2002.
- SOARES, Felícia Frazão. *Processo nº 10.980-0*. Julgado em: 26 mar. 1991.

Depoimentos

- CARTA do ex-presos político Luiz Carlos de Almeida Vieira à Comissão de Representação Externa sobre Desaparecidos da Câmara Federal, 3 set. 1993.
- CARTA do ex-sargento do DOI-CODI/SP Marival Chaves ao GTNM/RJ, maio 1992.
- ELIZABETH Teixeira, dado ao GTNM/RJ, abr. 1991.
- JOAQUINA Ferreira da Silva, dado à Criméia Almeida, 29 abr. 1991.
- MARIA Raimunda Rocha Veloso, dado à Criméia Almeida, 15 set. 1990.
- RAIMUNDO Bandeira Ramos, dado à Criméia Almeida, 29 abr. 1991.

Documentos militares

- Arquivo do antigo DOPS/SP. Doc. 50-Z-9-40916.
- Arquivo do antigo DOPS/SP. Doc. do II Exército. *Dados pessoais de Cilon da Cunha Brun e fotografia de rosto*. Informa que o mesmo fez treinamento de guerrilha na região de Marabá, residindo em um “aparelho” em Gameleira.
- Boletins Informativos do Exército.
- Cenimar. Doc. n° 0189, 23/7/1970.
- Cenimar. Doc. n° 0396, 13/7/70.
- Cenimar. Doc. n° 1369, 21/12/70.
- CIEx. Doc. n° 638.
- CISA. Inf. n° 160, 6/10/71.
- CISA. Doc. n° 407, 2/7/71.
- Departamento de Polícia Federal. Centro de Informações. Inf. n° 4.276/72, 29/12/72.
- Doc. dos Fuzileiros Navais. Carta de instrução n° 01/72. Assinada pelo comandante Uriburu.
- DOI-CODI, I Exército. Interrogatório n° 63, 15/3/71, p. 42.1808 -3.
- DOI-CODI, I Exército. Interrogatório n° 65, 19/3/71, p. 42.808 -5.
- DOPS/PB. Prontuário de Armando Teixeira Frutuoso.
- DOPS/PB. Prontuário de Eduardo Collier Filho.
- DOPS/PB. Prontuário de Hiram de Lima Pereira.
- DOPS/PB. Prontuário de Honestino Monteiro Guimarães.
- DOPS/PB. Prontuário de Humberto Albuquerque Câmara Neto.
- DOPS/PB. Prontuário de Isis Dias de Oliveira.
- DOPS/PE. Comunicado n° 112.
- DOPS/PE. Prontuário de Fernando Augusto Valente da Fonseca.
- DOPS/PE. Prontuário de Getúlio D’Oliveira Cabral.
- DOPS/PE. Prontuário de José Bartolomeu Rodrigues de Souza.
- DOPS/PE. Prontuário de José Silton Pinheiro.
- DOPS/PE. Prontuário de Ranúsia Alves Rodrigues.
- DOPS/PR. Encaminhamento n° 087/72, CO/DR/PR. Origem CIE/ADF.
- DOPS/PR. Informações da Cia. PE sobre José Idésio Brianesi.
- DOPS/PR. Prontuário de Valdir Sales Sabóia.
- DOPS/RJ. Doc.n° 203/187, 16/9/74.
- DOPS/RJ. Prontuário de Ivan Mota Dias.
- DOPS/RJ. Prontuário de José Raimundo da Costa.
- DOPS/RJ. Prontuário de Lincoln Bicalho Roque.
- DOPS/RJ. Prontuário de Mário de Souza Prata.
- DOPS/RJ. Registro n° 681/72, 9/6/72. Aditamento ao registro n° 207/72. Sindicância n° 15/72.
- DOPS/SP. Doc. n° 30-Z-162-37.
- DOPS/SP. Doc. n° 30-Z-165-118.
- DOPS/SP. Doc. n° 52-Z-38-270.
- DOPS/SP. Doc. n° 15 662 a 15 664. Pasta 30-Z-160.
- DOPS/SP. Doc. da Secretaria Estadual dos Negócios da Segurança Pública/Polícia Civil de SP. Divisão de Informações CPI, DOPS, s/d.
- DOPS/SP. Doc. s/n°, 4/11/75.
- DOPS/SP. Doc. s/n°, 28/4/76.
- DOPS/SP. Doc. “Confidencial” sobre Manuel Fiel Filho.
- DOPS/SP. Ficha de Aldo de Sá Brito de Souza Neto.
- DOPS/SP. Ficha de Ana Rosa Kucinski Silva.
- DOPS/SP. Ficha de Fernando Santa Cruz Oliveira.
- DOPS/SP. Ficha de Joaquim Câmara Ferreira.
- DOPS/SP. Prontuário de João Massena Melo. Polícia Militar do Estado da Guanabara. Serviço de Informações do Estado Maior da PM/2, 17/3/71.
- DOPS/SP. Prontuário de Olavo Hansen.

- Ministério da Aeronáutica, 4ª Zona Aérea. Informação nº 850, 2/12/71.
 Ministério da Aeronáutica. Doc. nº 576, 22/11/73.
 Ministério do Exército. Informação nº 2805, 29/10/73.
 Operação Pajussara, Ministério do Exército, IV Exército, 6ª Região Militar, Quartel-General, 2ª Seção. Relatório, 1971.
 Polícia Civil de SP, Divisão de Informações CPI; DOPS/SP.
 Relatório da Operação Sucuri, maio 1974.
 Ministério do Exército, CMP e 11ª RM, 3ª Brigada de Infantaria. *Relatório das Operações contra guerrilhas realizadas pela 3ª Bda Inf. no Sudeste do Pará*. Assinado pelo general-de-brigada Antônio Bandeira, Cmt da 3ª Bda Inf., que cobriu o período de 27 de maio de 1972 a 7 de julho de 1972. Brasília, DF, 30 out. 1972.
 Relatórios dos ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica encaminhados à Comissão de Representação Externa do Congresso que investigou a questão dos mortos e desaparecidos, pelo Ministério da Justiça, dez. 1993.

Textos em jornais e revistas

- 1968 na Paraíba: o que aconteceu com João Roberto Borges de Souza?. *O Norte*, 24/8/1996.
 A ATUAÇÃO de Cada um no Terrorismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/9/1971.
 A GUERRA do Araguaia Dez Anos Depois. *Tribuna da Luta Operária*, São Paulo, 5-11/4/1982.
 A LUTA na Selva, contra Terroristas e Doenças. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 25/9/1972.
 A MORTE na Véspera de um Golpe. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3/11/1996.
 A PROVA da Morte de Graboís, em 73. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 26, 10/10/1982.
 A VERDADE. *Jornal do PCBR*, Recife, ago. 2000.
 A VIOLÊNCIA Foi Episódica. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25/4/1964.
 AGITADORES Provocaram Tiroteio na Dantas Barreto: 2 mortos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2/4/1964.
 AGUILERA, Oscar. Nilton da Silva, brasileiro, todo este território es tu sepulcro, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.lashistoriasquepodemoscontar.cl/nilton.htm>>.
 AQUINO, Luciane. Moradores do Araguaia rompem o silêncio. O Exército humilhava o povo. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 5, 8, 10/5/1996.
 ARAGUAIA: a Primeira Prova – testemunhos podem reabrir caso sobre a guerrilha. *IstoÉ/Senhor*, n. 1128, p. 24, 8/5/1991.
 ARAGUAIA: de volta ao fronte da guerrilha. *Manchete*, n. 2131, p. 20-24, 6/2/1993.
 ARAGUAIA: Efetivo Chegou a 6 Mil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 20, 14/9/1978.
 ARGENTINA Já Tem Pista de um Brasileiro Desaparecido em 76. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10/6/1993.
 ARQUIVO Começa a Ser Vasculhado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 23/1/1992.
 AS GUERRAS Secretas. *Veja*, São Paulo, p. 52-66, 6/9/1978.
 ASSALTANTE Morto em Jati. *O Povo*, Fortaleza, s/d.
 ASSIM Volta o Terrorismo. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 8/2/1971.
 ASSUNÇÃO, Luis Fernando de. Agonia e morte no Estádio Nacional. *A Notícia*, Joinville, 3/7/2003.
 ATHAYDE, Tristão. Os esperantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/10/1974.
 AUTORIDADES de Segurança Informam sobre a Morte de um Militante do PC do B. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/3/1973.
 BANIDO Retorna, é Descoberto e Morto a Tiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/1/1971.
 BARRET, Namy. *Hasta Encontrarlos!* Boletim Fedefam, ano IX, n. 46, maio-jun. 1991.
 BRASILEIRO Desaparece na Argentina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/3/1976.
 BRASILEIRO Seqüestrado pela Polícia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21/2/1976.
 BRASILIENSE, Ronaldo. A lei da selva do Araguaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12/4/1992. 1º caderno, p. 17.
 BRASILIENSE, Ronaldo. Militares enterraram guerrilheiros na selva: relatório de oficial é a primeira prova de que desaparecidos do Araguaia são considerados mortos em combate pelo Exército. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3/12/1992. 1º caderno, p. 8.
 BRUM, Eliane. Bodas de chumbo. *Época*, São Paulo: Ed. Globo, n. 251, 7/3/2003. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG56014-5990,00-BODAS+DE+CHUMBO.html>>.
 BRUM, Eliane. O filho do perseguido. *Época*, São Paulo: Ed. Globo, n. 286, 6/11/2003. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG61071-6009,00-O+FILHO+DO+PERSEGUIDO.html>>.
 BRUM, Eliane. O fim de uma longa noite. *Época*, São Paulo, Globo, n. 327, 20/8/2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG66064-6014-327,00-O+FIM+DE+UMA+LONGA+NOITE.html>>.
 BUENO, Márcio. O caso Rubens Paiva, um homicídio executado e até hoje acobertado pelos setores militares. *Retrato do Brasil*, São Paulo, p. 7, 23-29/3/1987.
 CABEÇAS Cortadas do Povo da Mata. *Movimento*, São Paulo, p. 12-13, 9-15/7/1979.
 CALLONI, Stella M. Pérez Esquivel, “perigosíssimo” subversivo, em arquivos de Brasil. *La Jornada*, México, 29/5/2000.
 CAMPBELL, Ulisses. Guerrilha do Araguaia: aparecem mais testemunhas. *A Província do Pará*, Belém, 10/5/1996. 2º caderno, p. 1.
 “CAPITÃO Amici” da Tortura é o Delegado Vettorato, de Osasco. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 16/4/1992.
 CAPTURADO Benedito Serra em Castanhal Quando Seguiu Rumo à Bragança. *Folha Vespertina*, 9/4/1964.
 CARAVANA do Araguaia Faz Denúncia. *Jornal de Brasília*, Brasília, DF, p. 5, 7/11/1980.
 CARTA Aberta a Armando Falcão. *Jornal do Brasil*, 21/2/1975.
 CARVALHO, Luiz Maklouf. Era só avião, avião. *Movimento*, São Paulo, 3-9/3/1980.
 CARVALHO, Ricardo. Aqui está enterrado um desaparecido. *IstoÉ*, São Paulo, Ed. Três, n. 140, 29/8/1979.

- CASAL Terrorista Morto ao Resistir à Ordem de Prisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/6/1971.
- CASO Emperrado. *Véja*, São Paulo, 11/2/1987.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castello. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/10/1982.
- CASTRO, Moacir Werneck de. Um estranho depoimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31/5/1986.
- CASTRO, Tamar. Seu filho está sendo morto agora. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2/9/1979.
- CHILE Fornece Pista de Desaparecidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7/6/1993.
- COMISSÃO Acha nos Arquivos do DOPS Foto de Sônia Jones. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 19/3/1992.
- COMISSÃO Acha Ossada no Pará. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 2/2/1993.
- COMISSÃO Procura Restos de Guerrilheiros. *Diário do Pará*, Belém, capa, p. 5A, 9/5/1996.
- COMO Morreu Rubens Paiva (A Busca dos Desaparecidos). *Afinal*, n. 46, p. 4-16, 16/7/85.
- A COMOVENTE História de Helenira. *A Voz da Terra*, 8/2/1979.
- CORAÇÃO Trai Capivara a Dois Meses da Liberdade. *Diário da Noite*, 24/8/1971.
- COSTA, Raymundo. Novidades do Front. *IstoÉ*, p. 30-34, 4/9/1985.
- COVA de Militante Desaparecido é Encontrada em Juiz de Fora. *Tribuna de Minas*, 28/4/2002.
- DE LUCCA, Derlei. Carta Aberta ao Arno Preis. *Jornal da Manhã*, Criciúma, 3/5/1994.
- DIÁRIO do Congresso. Depoimento do Deputado Raul Brunini, 23/3/1968.
- DE VOLTA ao Gatilho. *Véja*, São Paulo, Ed. Abril, p. 26-27, 10/2/1993.
- DENUNCIAN la Desaparición de un Brasileño que Provenía de Chile". *Noticias*, Argentina, 11/12/1973.
- DENUNCIAN la Desaparición de un Exiliado Brasileño. *Noticias*, Argentina, 9/12/ 1973.
- DESAPARECIDOS: Familiares Aguardam Sentença. *O São Paulo*, São Paulo, 18-24/10/1985.
- DESAPARECIDOS: uma Tragédia Brasileira. Reportagem de Hélio Contreiras, Kátia Pompeu, Fábio Antônio (RJ), Elsie Rotemberg (SP), Antenor Barreto (BA). *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1905, 22/10/1988.
- DESAPARECIÓ un Exiliado. *El Mundo*, Argentina, 11/12/1973.
- DESARTICULADO o Comitê Central: mortos chefes do Partido Comunista. *O Dia*, 6/1/1973.
- DIAS, Etevaldo; BRASILIENSE, Ronaldo. Família de Grabois quer que Exército devolva corpo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/3/1992. Capa, 1º caderno, p. 4.
- DO FUNDO dos Porões. *IstoÉ*, São Paulo, 1/4/1987.
- DPF Frustra Identificação de Desaparecidos, Diz CBA. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10/8/1980.
- EL BRASILEÑO Desaparecido: la policía alegó que no sabe nada. *El Mundo*, Argentina, 13/12/1973
- EM XAMBIOÁ, a Luta é contra Guerrilheiros e Atraso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24/9/1972.
- EMFA Pede "Manto do Esquecimento" sobre o Araguaia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7/5/1996. 1º caderno, p. 8.
- ENFERMEIRA Contesta a História. *Binômio*, Belo Horizonte, 14/10/1963.
- ESQUADRÃO da Morte Executa Mais Dois. *Correio da Paraíba*, 10/9/1964.
- ESTA Confusa História da Metralhadora. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 22/11/1968.
- ESTA Morte Prova: os banidos estão voltando. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 8/2/1971.
- EU, Capitão Ramiro, Interoguei Herzog. *IstoÉ:Senhor*, n. 1173, p. 20-27, 25/3/1992.
- EXÉRCITO Atacou Igreja após Vencer a Luta no Araguaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/3/1992. 1º caderno, p. 4.
- EXÉRCITO Confirma Ação Anti-Guerrilha no Araguaia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19/12/1992.
- EXÉRCITO Registrou Mortes de Guerrilheiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 18, 7/6/1992.
- FALECEU o Comunista que Estava Preso, Vítima de Forte Hepatite Aguda. *A Província do Pará*, 19/5/1964.
- FIGUEIREDO, Lucas. Livro secreto do Exército é revelado. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 15/4/2007.
- FILHO, Expedito. Anatomia da sombra. *Véja*, São Paulo: Ed. Abril, 20/5/1992.
- FILHO, Expedito. Autópsia da sombra. *Véja*, São Paulo: Ed. Abril, 18/11/1992.
- FIM do Terror. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24/8/1971.
- FLOSI, Edson. China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21/11/1968. 1ºcaderno, p. 4.
- FOLHA de S.Paulo. Capa, 1ºcaderno, p. 14-15. Inteligência militar: documentos secretos indicam que militares enterraram corpos de guerrilheiros do Araguaia no mato – Exército planejou "cemitério" na selva. Artigo de Josias de Souza; Outro lado: Exército diz que mantém termos de nota anterior. Da Sucursal de Brasília, DF; Guerrilha no Araguaia ocorreu de 1972 a 1974. Da redação; No Planalto: ofício de general injeta eletricidade numa atmosfera já carregada. Artigo de Josias de Souza; Inteligência, um erro de origem. Artigo de Eliane Cantanhêde. São Paulo, 19/8/2001.
- FOLHA de S.Paulo. Coronel diz que corpos foram queimados. Artigo de Victor Ramos. São Paulo, p. A5, 7/3/2004.
- FOLHA de S.Paulo. Localização dos corpos poderá demorar muito. Artigo de José Eduardo Rondon. São Paulo, p. A5, 7/3/2004.
- FOLHA de S.Paulo. Regime militar: Em depoimento, ex-soldado diz que antes de ir para combate tropa aprendia técnicas de tortura em Marabá. Ex-militar confirma que guerrilheiros foram executados. Artigo de José Eduardo Rondon. São Paulo, p. A6, 7/3/2004.
- FOLHA de S.Paulo. Tenente-coronel diz que troca de covas visava evitar peregrinação. Exército transferiu os corpos de guerrilheiros do Araguaia". Artigo de Andréa Michael. São Paulo, p. A4, 7/3/2004.
- GAMA, Rinaldo. Eu vi os corpos queimados. *Véja*, São Paulo, Ed. Abril, n. 1309, p. 16-28, 3/10/1993.
- GAROTO Procura Foto do Pai no Arquivo do DOPS. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21/1/1992. 1º caderno p. 4.
- GODOY, Marcelo. General admite que Brasil prendeu estrangeiros na *Operação Condor*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30/12/2007.
- GOMIDE, Raphael. UNE é debatida em ato para Édson Luiz. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29/3/2008.
- GREENWOOD, Leonard. U.N. Probing Alleged Kidnaping of Brazilians. *The Times*, s/d.

- GRUPO Tortura Nunca Mais/RJ. Boletins nºs diversos. Rio de Janeiro, 1985-1994.
- GUERRILHA do Araguaia: Forças Armadas Terão Que Localizar os Corpos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18/8/1993.
- HISTÓRIA: imagens oficiais da guerrilha. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, ano 29, edição 1443, n. 19, 8/5/1996.
- HOMENS do Bando da Metralha Estão Caindo nas Mãos da Lei. *A Gazeta*, São Paulo, 31/7/1969.
- HUGO Abreu Nega Ter Admitido Torturas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 15, 13/9/1978.
- INQUÉRITO documenta morte no Araguaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/5/1991. 1º caderno, p. 6.
- IRMÃ da Jovem que Morreu com o Marido em Capotagem é Raptada por Seis no Recife. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/7/1972.
- JUSTIÇA Argentina vai Pedir Exumação do Corpo de Jango. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20/8/1982.
- LA POLICÍA Niega la Detención del Exiliado Brasileño. *Noticias*, Argentina, 13/12/1973.
- LAGO, Antônio Henrique. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28/1/1979.
- LAGO, Henrique. Cabo Anselmo, um agente secreto. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14/10/1979.
- LÍDER do PCBR Morre em Desastre. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/3/1972.
- LÍDER Terrorista Morto em Goiás. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13/1/1972.
- LIMA, Samarone. Revista *Sem Fronteiras*, São Paulo, p. 19-20, ago. de 1996.
- LONGE do Ponto Final. *IstoÉ*, 8/4/1987.
- LUIZ, Edson. Ordem no Araguaia Era Eliminar os Rebeldes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A 9, 17/8/2003.
- MAGALHÃES, Mário; TORRES, Sérgio. Internet revela livro secreto do Exército. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5/11/2000.
- MAIS um Brasileiro que Sumiu em Buenos Aires. *Estado de Minas*, 26/3/1976.
- MARIGHELLA, Carlos. Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil. *Estudos Sociais*, n. 1, 1958.
- MARIGHELLA: polícia procura outro estudante. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20/11/1968.
- MARINHA Confirma Morte de Desaparecidos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12/12/1993. 1º caderno, p. 17.
- MARTÍNEZ, Diego. Campo de Mayo, una Deuda de la Justicia. Buenos Aires, p. 12, 23/3/2008. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar>>.
- MEMBRO da ALN Morre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/5/1973.
- MEMÓRIA. *Revés do Averso*, Centro Ecumênico de Publicações e Estudos-CEPE, 12/8/1993, ano 2, n. 12, p. 62-68.
- METRALHADOS dois casais em Jacarepaguá. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29/10/1973.
- MICHAEL, Andréa. Araguaia, 27 anos. Exército monitora até hoje guias que usou na guerrilha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, capa, 25/7/2001.
- MICHAEL, Andréa. Moradores dizem que também foram presos e torturados. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. 8, 25/7/2001.
- MILITANTE foi fuzilado em 73, no Chile. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19/8/1993.
- MORAES, Eduardo Ribeiro de. TJ-SP extingue processo contra coronel acusado de tortura. *Última Instância*. Boletim. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/56486.shtml>>.
- MORTE Anunciada. *Isto É/Senhor*, 7/11/1990.
- MORTO Ontem Chefe dos Assassinos de Bolesén. *Diário Popular*, São Paulo, 18/4/1971.
- MORTOS do Araguaia Podem Estar em Perus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6/11/1990. 1º caderno, p. 14, 2. ed.
- MORTOS no Tiroteio Terrorista e a Amante. *O Dia*, 4/6/1971.
- NASCIMENTO, Gilberto. Caça aos torturadores. *Carta Capital*, São Paulo, n. 504, 11/7/2008.
- NOSSA, Leonêncio; SAMPAIO, Dida. Curió rompe o silêncio e fala sobre mortes no Araguaia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A7, 4/3/2004.
- NOTA de Falecimento de Alexandre Vannucchi Leme. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29/3/1973.
- NOTA do II Exército sobre a Morte no DOI. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 20/1/1976.
- NOTA Oficial do MDB. *Diário de Brasília*, Brasília, DF, 29/6/1974.
- NUNES, Augusto. Os vencidos ressurgem na selva” e “Comissão interdita mais um cemitério”. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 5, 8, 10/5/1996.
- O GLOBO. Foto ajudará em exumação de guerrilheira. Capa; p. 8, Legista afirma que fotos de guerrilheira morta provocarão a reabertura do caso. Artigo de Daniel Hessel Teich; p. 9, Ministro diz que o Exército está olhando para a frente. Artigo de Ascânio Seleme; p. 10, Elza Monerat, a primeira guerrilheira do Araguaia. Artigo de Aziz Filho. Cartas mostram participação de camponeses na repressão. Rio de Janeiro, 1/5/1996.
- O GLOBO. Ex-guia mostra onde os corpos foram enterrados. Artigo de Amaury Ribeiro Jr. Rio de Janeiro, p. 8, 2/5/1996, 1º caderno, p. 8-10; p. 9, De Xambióá a Marabá, o roteiro dos cemitérios; p. 10, Moradores contam a prisão e a morte de guerrilheiros. Artigo de Amaury Ribeiro Jr.
- O GLOBO. Capa e p. 14-17. Documentos identificam mortos do Araguaia, capa; Fotos identificam guerrilheiros mortos no Araguaia, p. 14, Artigo de Adriana Barsotti, Aziz Filho; Consuelo Diegues, e A dor de Laura Petit ao reconhecer a irmã morta, Artigo de Consuelo Diegues; p. 15, Documentos comprovam mortes após as prisões. Artigo de Aziz Filho; p. 16, Médici venceu a última batalha da guerra secreta. Artigo de Aziz Filho, e O Exército não olha para trás, diz o ministro Zenildo. Artigo de Ascânio Seleme; p. 17, A dor e a emoção de dois dos sobreviventes. Artigo de Adrina Barsotti; Consuelo Diegues. Rio de Janeiro, 28/4/1996.
- O GLOBO. Capa, p. 8-11. Governo ajudará a achar corpos de guerrilheiros, capa; p. 8, Luta das famílias agora é para localizar os corpos. Artigo de Adrina Barsotti, Aziz Filho, Daniel Hessel Teich, Marta Barcellos; p. 9, Governo vai ajudar famílias a encontrar os corpos de desaparecidos no Araguaia. artigo de Ascânio Seleme; Mônica Gugliano; p. 10, Dossiê revela datas de mortes de 31 guerrilheiros. Artigo de Aziz Filho; e Consuelo Diegues; p. 11, Osvaldão, do sucesso em Praga à morte no Araguaia. Artigo de Amaury Ribeiro Jr. Rio de Janeiro, 29/4/1996.
- O GLOBO. Capa, p. 10-11. Araguaia: Exército vai ajudar na exumação, capa; p. 10, Família identifica preso apanhando em foto do dossiê. Artigo de Adrina Barsotti. A rotina espartana dos militantes na guerrilha. Artigo de Aziz Filho; Consuelo Diegues;

- Letícia Helena. Legista usará fotos do Araguaia para identificar ossada. Artigo de Daniel Hessel Teich; p. 11, General da comissão especial anuncia que Exército vai ajudar na procura dos corpos. Artigo de Ascânio Seleme. Rio de Janeiro, 30/4/1996.
- O GOVERNO Lula Vai Ter Que Apurar a Morte de Jango. *Brasil de Fato*, São Paulo, 24/1/2008.
- O INQUÉRITO sobre as Atividades Subversivas. *A Tarde*, Salvador, 5/5/1964.
- OLTRAMARI, Alexandre. Torturei uns trinta. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, 9/12/1998.
- OPERAÇÃO Araguaia. *Coojournal*, p. 21-24, junho 1978.
- OUTRO Brasileiro Raptado. *El Mundo*, Argentina, 13/12/1973.
- PARA A GUERRA não Basta a Vontade Heróica. *Movimento*, São Paulo, p. 12-13, 17 a 23/9/1979.
- PERÍCIA: ex-pracinha foi induzido a suicídio. *Última Hora*, 19/8/1964.
- PERITOS Iniciam Análises de Ossadas. *Diário Popular*, São Paulo, p. 3, 1/5/1991.
- PISTOLEIRA Fere e Morre em Duelo com Policiais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/1/1972.
- POLÍCIA dá Versão para Suicídio de Jovem Desconhecido. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29/6/1969.
- POLÍCIA Efetua Mais Prisões de Comunistas e Prossegue à Procura dos que Escaparam. *A Província do Pará*, Belém, s/d.
- POLÍCIA Especula Mas Nada Sabe Ainda sobre os Casais Executados em Jacarepaguá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29/10/1973.
- POLÍCIA Mata Estudante a Tiros e Ataca Hospital das Clínicas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23/10/1968.
- PORTÃO, Ramão Gomes. Fleury, o matador. *Realidade*, São Paulo, Ed. Abril, abr. 1971.
- PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas (no Pará e em Goiás, de 1967 a 1975. E o Brasil não ficou sabendo). *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 1-7, 13/1/1979.
- PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas: as táticas (como atacavam os guerrilheiros do Araguaia). *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 10-11, 19/1/1979.
- PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas: carta da guerrilha. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p.14-15, 17/1/1979.
- PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas: era um mau momento para a luta". *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 11, 18/1/1979.
- PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas: ficou o medo. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 1-3, 20/1/1979.
- PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas: guerrilheiro. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 12-14, 16/1/1979.
- PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas: quando cheguei, o negócio fervia. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 14, 30, 15/1/1979.
- PRIMEIRAS Fotos das Vítimas da Ditadura Militar no Brasil. *Diário Popular*, São Paulo, p. 14, 19/3/1992.
- PROMOTOR Faz Inquérito que Apura Morte de Tesoureiro quando Detido em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18/2/1970.
- PROTEÇÃO Salvador. *Época*, São Paulo, 29/5/2000.
- QUADROS, Vasconcelos. Memorial Araguaia. *No Mínimo*, 20/1/2005.
- QUATRO Mortos e Seis Feridos na Tragédia de Canindé. *O Correio do Ceará*, Fortaleza, 4/1/1971.
- QUEM Matou Quem?, *Veja*, São Paulo, 7/11/1973.
- RELATÓRIO Mostra Como Exército Venceu a Guerrilha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/3/1992. 1º caderno, p. 4.
- REPRESSÃO Mata Mais Dois. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24/10/1968.
- RIBEIRO, Octávio. O Anjo da Morte, *IstoÉ*, São Paulo, Ed. Três, 28/3/1984.
- RIBEIRO JR., Amaury. Camponês dado como morto no Araguaia está vivo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5/5/1996. 1º caderno, p. 14.
- RIBEIRO JR., Amaury. O baú do general. *O Globo*, entre 5 e 8/4/1998. (Série de Reportagens).
- RIBEIRO JR., Amaury. A ordem é matar. *IstoÉ*, 24/3/2004.
- RIBEIRO JR., Amaury. Os matadores. *IstoÉ*, 24/3/2004.
- RIBEIRO JR., Amaury. Traição e extermínio. *IstoÉ*, 31/3/2004.
- ROMEU, Inês Etienne. Relatório Inês. Dossiê da tortura. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 607, p. 4-5, 26, 12-18/1/1981.
- SEGREDOS da repressão. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 19, 19/3/1992.
- SEIS Subversivos Morrem em Tiroteios com as Autoridades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/1/1973.
- SEQUEIRA, Cláudio Dantas. Segredo de Estado: o plano do Itamaraty de busca externa. Serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores criou esquema de cooperação para caça aos comunistas pelo menos uma década antes da *Operação Condor*. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 24/7/2007.
- SILVA, Eumano. A história do Exército que torturava, matava e cortava cabeças. Fotos de Gilberto Alves. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 7-9, 28/11/2001.
- SNI Não dá Informações sobre Guerrilheiros Mortos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 12, 4/6/1989.
- SUA FUNÇÃO é Assaltar e Matar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20/12/70.
- SUICÍDIO do Funcionário Que Era Interrogado no IPM. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18/8/1964.
- TERRORISTA Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/6/1971.
- TERRORISTA Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4/6/1971.
- TERRORISTA é Morto em Tiroteio na Guanabara. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 18/4/1972.
- TERRORISTA Morre em Pernambuco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/7/1971.
- TERRORISTAS Reage à Prisão e é Morto a Tiros na Rua. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/3/1973.
- TERRORISTAS Morrem em Quintino. *Correio da Manhã*, 6/4/1972.
- TERRORISTAS Morrem em Tiroteio com as Forças de Segurança". *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/11/1973
- TERRORISTAS Morrem em Tiroteio: Quintino". *Correio da Manhã*, 6/4/1972.
- TERRORISTAS São Mortos em Tiroteio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/11/1973.
- Tortura em Julgamento. *Afinal*, 21/5/85, ano I, n. 38, p. 4-21.
- TRF Apoia Pretensões de Familiares de Desaparecidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 18/8/1993.
- TRF Determina Abertura de Arquivo sobre Guerrilha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18/8/1993, p. 11.
- TRF manda abrir arquivos da guerrilha do Araguaia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18/8/1993.

- UMA VIAGEM ao Sul do Pará, Redescobrimo a Guerrilha. *Movimento*, São Paulo, p. 11-14, 17-23/11/1980.
- VALENTE, Rubens. Família quer Apurar Morte de Espanhol durante a Ditadura. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20/1/2008.
- XAMBIOÁ Ainda Esconde Ossadas de Militantes. *Diário Popular*, São Paulo, p. 3, 2/5/1991.
- YUMIKO, a Nissei Guerrilheira. *Diário Nippac*, São Paulo, 28/7/1979, ano 1, n. 7. Suplemento Página Um.
- ZOROASTRO Admite Abrir os Arquivos da Ditadura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 4/12/1992.

Audiovisual

GLOBO Repórter: Vala clandestina de Perus. Apresentação Caco Barcellos. TV Globo, 1995 (gravado em setembro de 1990).

Sítios na internet

<http://exppmemoria.blogspot.com/2006/12/jane-vanini.html>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Margarida_Maria_Alves
<http://us.geocities.com/apdhlaplata/juicioverdad.htm>
www.abuelas.org.ar/maternidades/quilmes
www.angelfire.com/ak/josebea/aparecio.html
www.camara.gov.br/aldorebelo/bonifacio/agricultura/biografia_mma.htm
www.cels.org.ar
www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&cid=1499&cid=167
www.derechos.org/nizkor/arg/doc/nicolaides.html
www.desaparecidos.org
www.desaparecidos.org/arg/victimas/
www.desaparecidos.org/arg/victimas/f/fleury/
www.desaparecidos.org/arg/victimas/judios/lista.html
www.desaparecidos.org/arg/victimas/listas/fadu-uba.html
www.desaparecidos.org/GrupoF/des/ch.html
www.desaparecidos.org/GrupoF/des/d.htm
www.desaparecidos.org/notas/2007/09/homenaje-a-losdetenidosdesapa.html
www.desaparecidospoliticos.org.br
www.dhnet.com.br
www.fpa.org.br
www.juristas.com.br
www.madres.org
www.madresfundadoras.org.ar
www.memoriaabierta.org.ar
www.mj.gov.br
www.nodo50.org/foroporlamemoria
www.nuncamas.org
www.nuncamas.org/juicios/argentina/capital/1ercpo/resoluc/1ercpo_27abr04.htm
www.oas.org
www.ohchr.org
www.pasquim.com.br
www.pontodevista.jor.br
www.puntofinal.cl/651/Janevanini.htm
www.purochile.org/rettig42.htm
www.pvp.org.uy/oliveracondor.htm
www.rojasdatabank.org/condor2.htm
www.terra.cl/actualidad/index.cfm?id_cat=302&cid_reg=1047657
www.villagrimaldicorp.cl
www-old.unlp.edu.ar/

Textos disponíveis na internet

- BRASIL-DDHH: Primer Cuerpo de Victima Extranjera. Agência Ansa. Disponível em: <<http://www.ansa.it/ansalatina/notizie/notiziari/brasil/20080829233234719422.html>>.
- BENEDETTI, Mário. *Muerte de Soledad Barret*. Poema. Disponível em: <<http://memoriaviva5.blogspot.com/2008/05/muerte-de-soledad-barrett.html>>.
- ROCHA, Martín Rodríguez. *Anulados*. 15 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.4semanas.com.ar/15072007/indultos.htm>>.
- VAN SCHOUWEN, Bautista. *Discurso en homenaje a Carlos Lamarca*. Disponível em: <<http://www.archivochile.com/Homenajes/bauchide/bauchide0004.pdf>>.
- VIGLIETTI, Daniel. Soledad Barret. Música. Disponível em: <http://perrerc.blogspot.com/2007/02/daniel-viglietti-mario-benedetti-dos_25.html>.

Lei de Anistia

Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativos e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado)

§º 1 Consideram-se conexos, para efeito desse artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do artigo 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão nos 120 (cento e vinte) dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

II - se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba apreciá-los

§ 2º O despacho decisório será proferido nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o decreto a que se refere o artigo 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garan-

tido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no artigo 2º, não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o Juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não-cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, na época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10 Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do artigo 2º, será contado o tempo de afastamento

do serviço ativo, respeitado o disposto no artigo 11.

Art. 11 Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12 Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13 O poder executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário

João Baptista de Figueiredo - Presidente da República.
Petrônio Portella.
Maximiano Fonseca.
Walter Pires.
R. S. Guerreiro.

Karlos Rischbieter.
Eliseu Resende.
Ângelo Amaury Stábile.
E. Portella.
Murillo Macedo.
Délío Jardim de Mattos.
Mário Augusto de Castro Lima.
João Camilo Penna.
Cesar Cals Filho.
Mário David Andreazza.
H. C. Mattos.
Jair Soares.
Danilo Venturini.
Golbery do Couto e Silva.
Octávio Aguiar de Medeiros.
Samuel Augusto Alves Corrêa.
Delfim Neto.
Said Farhat.
Hélio Beltrão.

Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos

Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995

Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Art. 2º A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 – Lei de Anistia.

Art. 3º O cônjuge, o companheiro ou a companheira, descendente, ascendente ou colateral até quarto grau, das pessoas nominadas na lista referida no art. 1º, comprovando essa condição, poderão requerer a oficial de registro civil das pessoas naturais de seu domicílio a lavratura do assento de óbito, instruindo o pedido com original ou cópia da publicação desta Lei e de seus anexos.

Parágrafo único. Em caso de dúvida, será admitida justificação judicial.

Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, face à situação política mencionada no art. 1º e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições:

- I – proceder ao reconhecimento de pessoas:
- a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei;
 - b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto

- to de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;
- II – envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados; e
- III – emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei.

Art. 5º A Comissão Especial será composta por sete membros, de livre escolha e designação do Presidente da República, que indicará, dentre eles, quem irá presidi-la, com voto de qualidade.

§ 1º Dos sete membros da Comissão, quatro serão escolhidos:

- I – dentre os membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;
- II – dentre as pessoas com vínculo com os familiares das pessoas referidas na lista constante do Anexo I;
- III – dentre os membros do Ministério Público Federal; e
- IV – dentre os integrantes das Forças Armadas.

§ 2º A Comissão Especial poderá ser assessorada por funcionários públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio das Secretarias de Justiça dos Estados, mediante convênio com o Ministério da Justiça, se necessário.

Art. 6º A Comissão Especial funcionará junto ao Ministério da Justiça, que lhe dará o apoio necessário.

Art. 7º Para fins de reconhecimento de pessoas desaparecidas não relacionadas no Anexo I desta Lei, os requerimentos, por qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, serão apresentados perante a Comissão Especial, no prazo de cento e vinte dias, contado a partir da data da publicação desta Lei, e serão instruídos com informações e documentos que possam comprovar a pretensão.

§ 1º Idêntico procedimento deverá ser observado nos casos baseados na alínea b do inciso I do art. 4º.

§ 2º Os deferimentos, pela Comissão Especial, dos pedidos de reconhecimento de pessoas não mencionadas no Anexo I desta Lei instruirão os pedidos de assento de

óbito de que trata o art. 3º, contado o prazo de cento e vinte dias, a partir da ciência da decisão deferitória.

Art. 8º A Comissão Especial, no prazo de cento e vinte dias de sua instalação, mediante solicitação expressa de qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, e concluindo pela existência de indícios suficientes, poderá diligenciar no sentido da localização dos restos mortais do desaparecido.

Art. 9º Para os fins previstos nos arts. 4º e 7º, a Comissão Especial poderá solicitar:

- I – documentos de qualquer órgão público;
- II – a realização de perícias;
- III – a colaboração de testemunhas; e
- IV – a intermediação do Ministério das Relações Exteriores para a obtenção de informações junto a governos e a entidades estrangeiras.

Art. 10º A indenização prevista nesta Lei é deferida às pessoas abaixo indicadas, na seguinte ordem:

- I – ao cônjuge;
- II – ao companheiro ou companheira, definidos pela Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994;
- III – aos descendentes;
- IV – aos ascendentes;
- V – aos colaterais, até o quarto grau.

§ 1º O pedido de indenização poderá ser formulado até cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei. No caso de reconhecimento pela Comissão Especial, o prazo se conta da data do reconhecimento.

§ 2º Havendo acordo entre as pessoas nominadas no *caput* deste artigo, a indenização poderá ser requerida independentemente da ordem nele prevista.

§ 3º Reconhecida a morte, nos termos da alínea b do inciso I do Art. 4º, poderão as pessoas mencionadas no *caput*, na mesma ordem e condições, requerer à Comissão Especial a indenização.

Art. 11 A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta Lei.

§ 1º Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º A indenização será concedida mediante decreto do Presidente da República, após parecer favorável da Comissão Especial criada por esta Lei.

Art. 12 No caso de localização, com vida, de pessoa desaparecida, ou de existência de provas contrárias às apresentadas, serão revogados os respectivos atos decorrentes da aplicação desta Lei, não cabendo ação regressiva para o ressarcimento do pagamento já efetuado, salvo na hipótese de comprovada má-fé.

Art. 13 Finda a apreciação dos requerimentos, a Comissão Especial elaborará relatório circunstanciado, que encaminhará, para publicação, ao Presidente da República, e encerrará seus trabalhos.

Parágrafo único. Enquanto durarem seus trabalhos, a Comissão Especial deverá apresentar trimestralmente relatórios de avaliação.

Art. 14 Nas ações judiciais indenizatórias fundadas em fatos decorrentes da situação política mencionada no art. 1º, os recursos das sentenças condenatórias serão recebidos

somente no efeito devolutivo.

Art. 15 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da União pela Lei Orçamentária.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de dezembro de 1995, 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim

Anexo 1

I - Nomes de Pessoas Desaparecidas (com a época do desaparecimento)

- 1** - Adriano Fonseca Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 18 de dezembro de 1945 em Ponte Nova, Minas Gerais, filho de Adriano Fonseca e Zely Eustáquio Fonseca. (1973) - **2** - Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, brasileiro, casado, nascido em 5 de setembro de 1922 em Pirujú, filho de Henrique Palhano Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira. (1971) - **3** - Ana Rosa Kucinski Silva, brasileira, casada, nascida em 12 de janeiro de 1942 em São Paulo - SP, filha de Majer Kucinski e Ester Kucinski. (1974) - **4** - André Grabois, brasileiro, nascido em 3 de julho de 1946 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Maurício Grabois e de Alzira da Costa Reis. (1973) - **5** - Antonio Alfredo Campos, brasileiro, casado. (1973) - **6** - Antônio Carlos Monteiro Teixeira, brasileiro, casado, nascido em 22 de agosto de 1944 em Ilhéus - BA, filho de Gessori da Silva Teixeira e de Maria Luíza Monteiro Teixeira. (1972) - **7** - Antonio de Padua Costa, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de junho de 1943 no Piauí, filho de João Lino da Costa e de Maria Jardimilna da Costa. (1974) - **8** - Antonio dos Reis de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de novembro de 1948 em Tiros - MG, filho de Argum de Oliveira e de Gláucia Maria de Oliveira. (1970) - **9** - Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, brasileiro, solteiro, nascido em 20 de setembro de 1946 em São Paulo - SP, filho de Walter Pinto Ribas e de Benedita de Araújo Ribas. (1973) - **10** - Antônio Joaquim de Souza Machado, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de setembro de 1939 em Papagaios - MG, filho de Joaquim Maria de Souza Machado e de Maria de Oliveira Campos, morador do Rio de Janeiro. (1971) - **11** - Antonio Teodoro de Castro, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de abril de 1945 em Itapipoca - CE, filho de Raimundo de Castro Sobrinho e de Benedita Pinto de Castro. (1973) - **12** - Arildo Valadão, brasileiro, casado, nascido em 28 de dezembro de 1948 em Itaiç - ES, filho de Altivo Valadão de Andrade e de Helena Almochidice Valadão. (1973) - **13** - Armando Teixeira Frutuoso, brasileiro, casado, nascido em 20 de maio de 1921 na cidade do Rio de Janeiro - RJ, filho de Anibal Teixeira Frutuoso e de Maria da Glória Frutuoso. (1975) - **14** - Áurea Eliza Pereira, brasileira, casada, nascida em 6 de abril de 1950 em Monte Belo - MG, filha de José Pereira e de Odila Mendes Pereira. (1974) - **15** - Aylton Adalberto Mortati, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de janeiro de 1946 em Catanduva - SP, filho de Umberto Mortati e de Carmem Sobrinho Martins. (1971) - **16** - Bergson Gurjão Farias, brasileiro, solteiro, nascido em 17 de maio de 1947 em Fortaleza - CE, filho de Gessiner Farias e de Luiza Gurjão Farias. (1972) - **17** - Caiuby Alves de Castro,

brasileiro, nascido em 16 de agosto de 1928, filho de Mariano Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro. (1973) - **18** - Carlos Alberto Soares de Freitas, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de agosto de 1939, filho de Jayme Martins de Freitas e de Alice Soares de Freitas. (1971) - **19** - Celso Gilberto de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 26 de dezembro de 1945, filho de João Adelino de Oliveira e de Julieta Pedroso de Oliveira. (1970) - **20** - Cilon Cunha Brun, brasileiro, solteiro, nascido em 3 de fevereiro de 1946 em São Sepé - RS, filho de Lino Brun e de Eloá Cunha Brun. (1970) - **21** - Ciro Flavio Salazar Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 26 de setembro de 1943 em Araguari - MG, filho de Arédio Oliveira e de Maria de Lourdes Oliveira. (1972) - **22** - Custódio Saraiva Neto, brasileiro, nascido em 5 de abril de 1952 no Ceará, filho de Dario Saraiva Leão e de Hilda Quaresma Saraiva Leão. (1974) - **23** - Daniel José Carvalho, brasileiro. (1974) - **24** - Daniel Ribeiro Callado, brasileiro, nascido em 16 de outubro de 1940 em São Gonçalo - RJ, filho de Consuelo Ribeiro Callado e de América Ribeiro Callado. (1974) - **25** - David Capistrano da Costa, brasileiro, casado, nascido em 16 de novembro de 1913 em Boa Viagem - CE, filho de José Capistrano da Costa e de Cristina Cirila de Araújo. (1974) - **26** - Dênis Casemiro, brasileiro, solteiro, nascido em 9 de dezembro de 1942 em Votuporanga - SP, filho de Antonio Casemiro e de Maria Casemiro. (1971) - **27** - Dermeval da Silva Pereira, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de fevereiro de 1945 em Salvador - BA, filho de Carlos Gentil Pereira e de Francisca das Chagas Pereira. (1974) - **28** - Dinaelza Santana Coqueiro, brasileira, casada, nascida em 22 de março de 1949 em Vitória da Conquista - BA, filha de Antonio Pereira de Santana e de Jumília Soares Santana. (1973) - **29** - Dinalva Oliveira Teixeira, brasileira, casada, nascida em 16 de maio de 1945 em Castro Alves - BA, filha de Viriato Augusto Oliveira e de Elza Conceição Bastos. (1973) - **30** - Divino Ferreira de Souza, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de setembro de 1942 em Caldas Novas - GO (registrado em Mossamedes - GO) filho de José Ferreira de Souza e de Maria Gomes de Souza. (1973) - **31** - Durvalino de Souza, brasileiro, filho de José Porfírio de Souza. (1973) - **32** - Edgar de Aquino Duarte, brasileiro, solteiro, nascido em 28 de fevereiro de 1941 em Bom Jardim - PE, filho de José Geraldo Duarte e de Maria Francisca Duarte. (1973) - **33** - Edmur Péricles Camargo, brasileiro, solteiro, nascido em 4 de setembro de 1914 em São Paulo - SP, filho de Tomás Benedito Moura Camargo e de Maria da Penha Amaral Vilaça. (1975) - **34** - Eduardo Collier Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de dezembro de 1948 em Recife - PE, filho de Eduardo Collier e de Rizoleta Meira. (1974) - **35** - Eleni Telles Pereira Guariba, brasileira, casada, nascida em 13 de março de 1941 em Bebedouro - SP, filha de Isaac Ferreira Caetano e de Pascoalina Alves Ferreira. (1971) - **36** - Elmo Corrêa, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de abril de 1946 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Edgar Correa e de Irene Guedes Correa. (1974) - **37** - Elson Costa, brasileiro, casado, nascido em 26 de agosto de 1913 em Prata - MG, filho de João Soares da Costa e de Maria Novais Costa. (1975) - **38** - Enrique Ernesto Ruggia, argentino, nascido em 25 de julho de 1955, em Corrientes - Argentina, filho de Atilio Carlos Ruggia e de Ana Violeta Bambula Ruggia. (1974) - **39** - Ezequias Bezerra da Rocha, brasileiro, casado, nascido em 24 de dezembro de 1944 em João Pessoa - PB, filho de Simplício Bezerra da Rocha e de Antonia Bulhões Bezerra. (1972) - **40** - Félix Escobar Sobrinho, brasileiro,

nascido em 23 de março de 1923 em Miracema - RJ, filho de José Escobar Sobrinho e de Emilici Gomes Escobar. (1971) - **41** - Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, brasileiro, casado, nascido em 20 de fevereiro de 1948 em Recife - PE, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira. (1974) - **42** - Francisco Manoel Chaves (ou José Francisco Chaves), brasileiro, morou na região de Caianos na região do Araguaia. (1972) - **43** - Gilberto Olímpio Maria, brasileiro, casado, nascido em 11 de março de 1942 em Mirassol - SP, filho de Antonio Olímpio Maria e de Rosa Cabello Maria. (1973) - **44** - Guilherme Gomes Lund, brasileiro, solteiro, nascido em 11 de julho de 1947 no Rio de Janeiro - RJ, filho de João Carlos Lund e de Júlia Gomes Lund. (1973) - **45** - Helenira Rezende de Souza Nazareth, brasileira, solteira, nascida em 19 de janeiro de 1944 em Cerqueira César - SP, filha de Adalberto de Assis Nazareth e de Euthalia Rezende de Souza Nazareth. (1972) - **46** - Hélio Luiz Navarro de Magalhães, brasileiro, solteiro, nascido em 23 de novembro de 1949 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Gerson Menezes Magalhães e de Carmem Maria Navarro de Magalhães. (1974) - **47** - Hiran de Lima Pereira, brasileiro, casado, nascido em 3 de outubro de 1913 em Caicó - RN, filho de Hilário Amancio Pereira e de Maria Marieta de Lima Pereira. (1975) - **48** - Honestino Monteiro Guimarães, brasileiro, casado, nascido em 28 de março de 1947 em Itaberaí - GO, filho de Benedito Guimarães e de Maria Rosa Leite Guimarães. (1973) - **49** - Humberto Albuquerque Câmara Neto, brasileiro, solteiro, nascido em 28 de maio de 1947 em Campina Grande - PB, filho de Roberto Alves Câmara e de Marilene de Sá Leitão Câmara. (1973) - **50** - Idalísio Soares Aranha Filho, brasileiro, casado, nascido em 27 de agosto de 1947 em Rubim - MG, filho de Idalísio Soares Aranha e de Aminthas Rodrigues Pereira. (1972) - **51** - Ieda Santos Delgado, brasileira, solteira, nascida em 9 de julho de 1945 no Rio de Janeiro - RJ, filha de Odorico Arthur Delgado e de Eunice Santos Delgado. (1974) - **52** - Isis Dias de Oliveira, brasileira, casada, nascida em 29 de agosto de 1941 em São Paulo - SP, filha de Edmundo Dias de Oliveira e de Felícia Mardim de Oliveira. (1972) - **53** - Issami Nakamura Okano, brasileiro, nascido em 23 de novembro de 1945 em Cravinhos - SP, filho de Hideo Okano e de Sadac Nakamura. (1974) - **54** - Itair José Veloso, brasileiro, casado, nascido em 10 de junho de 1930 em Minas Gerais, filho de Sebastião Veloso e de Zulmira Veloso. (1975) - **55** - Ivan Mota Dias, brasileiro, solteiro, nascido em 29 de outubro de 1942 em Passa Quatro - MG, filho de Lucas de Souza Dias e de Nair Mota Dias. (1971) - **56** - Jaime Amorim Miranda, brasileiro, casado, nascido em 18 de julho de 1926 em Maceió - AL, filho de Manoel Simplício de Miranda e de Hermé Amorim de Miranda. (1973) - **57** - Jaime Petit da Silva, brasileiro, casado, nascido em 18 de junho de 1945 em Iacanga - SP, filho de José Bernardino da Silva e de Julieta Petit da Silva. (1973) - **58** - Jana Moroni Barroso, brasileira, solteira, nascida em 10 de junho de 1948 em Fortaleza - CE, filha de Benigno Girão Barroso e de Cirene Moroni Barroso. (1974) - **59** - João Alfredo Dias, brasileiro, nascido em 23 de junho de 1932 em Sapé - PB, filho de Alfredo Ulisses Gonçalo e de Amélia Gonçalo Dias, sapateiro e trabalhador do campo. (1964) - **60** - João Batista Rita, brasileiro, casado, nascido em 24 de junho de 1948 em Braço Norte - SC, filho de Graciliano Miguel Rita e de Aracy Pereira Rita. (1973) - **61** - João Carlos Haas Sobrinho, brasileiro, nascido em 24 de junho de

1941 em São Leopoldo - RS, filho de Idelfonso Haas e de Ilma Haas. (1972) - **62** - João Gualberto Calatrone, brasileiro, nascido em 7 de janeiro de 1951 em Nova Venécia - ES, filho de Clotildio Calatrone e de Osoria Calatrone. (1974) - **63** - João Leonardo da Silva Rocha, brasileiro, nascido em Salvador - BA, filho de Mario Rocha e de Maria Natalia da Silva Rocha. (1974) - **64** - João Massena Melo, brasileiro, casado, nascido em 18 de agosto de 1919 em Palmares - PE, filho de Sebastião Massena Melo e de Olímpia Melo Maciel. (1974) - **65** - Joaquim Pires Cerveira, brasileiro, casado, nascido em 14 de dezembro de 1923, em Santa Maria - RS, filho de Marcelo Pires e de Auricela Goulart Cerveira. (1973) - **66** - Joel José de Carvalho, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de julho de 1948 em Muriaé - MG, filho de Ely José de Carvalho e de Esther José de Carvalho. (1974) - **67** - Joel Vasconcelos Santos, brasileiro, solteiro, nascido em 9 de agosto de 1949 em Nazaré - BA, filho de João Vicente Vasconcelos Santos e de Elza Joana dos Santos. (1973) - **68** - Jorge Leal Gonçalves Pereira, brasileiro, nascido em 25 de dezembro de 1938 em Salvador - BA, filho de Enéas Gonçalves Pereira e de Rosa Leal Gonçalves Pereira. (1970) - **69** - Jorge Oscar Adur (padre), argentino, nascido em Nogoya, província de Entreríos. (1978) - **70** - José Huberto Bronca, brasileiro, nascido em 8 de setembro de 1934 em Porto Alegre - RS, filho de Huberto Atteu Branco e de Ermelinda Mazafferro Bronca. (1974) - **71** - José Lavechia, brasileiro, nascido em 25 de maio de 1919 em São Paulo - SP, filho de Leo Lavechia e de Felícia Mateus Lavechia. (1974) - **72** - José Lima Piauhy Dourado, brasileiro, nascido em 24 de março de 1946 em Barreiras - BA, filho de Pedro Piauhy Dourado e de Anita Lima Piauhy Dourado. (1974) - **73** - José Maria Ferreira Araújo, brasileiro, casado, nascido em 6 de junho de 1941 no Ceará, filho de José Alexandre de Araújo e de Maria da Conceição Ferreira de Araújo. (1970) - **74** - José Maurílio Patrício, brasileiro, nascido em 1943 em Santa Tereza - ES, filho de Joaquim Patrício e de Isaura de Souza Patrício. (1974) - **75** - José Montenegro de Lima, brasileiro, solteiro, nascido em 1948 no Ceará. (1975) - **76** - José Porfírio de Souza, brasileiro, casado, nascido em 27 de julho de 1912 em Pedro Afonso - GO. (1973) - **77** - José Roman, brasileiro, nascido em 4 de outubro de 1926 em São Paulo - SP. (1974) - **78** - José Toledo de Oliveira, brasileiro, nascido em 17 de julho de 1941 em Uberlândia - MG, filho de José Sebastião de Oliveira e de Adaide de Toledo de Oliveira. (1972) - **79** - Kleber Lemos da Silva, brasileiro, nascido em 21 de maio de 1942 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Norival Euphrosino da Silva e de Karitza Lemos da Silva. (1972) - **80** - Libero Giancarlo Castiglia, italiano, nascido em 4 de julho de 1944 em Cozenza, filho de Luigi Castiglia e de Elena Gibertini Castiglia. (1973) - **81** - Lourival de Moura Paulino, brasileiro, nascido em Xambioá - PA, filho de Joaquim Moura Cambino e de Jardilina Santos Moura. (1974) - **82** - Lucia Maria de Souza, brasileira, solteira, nascida em 22 de junho de 1944 em São Gonçalo - RJ, filha de José Augusto de Souza e de Jovina Ferreira. (1973) - **83** - Lucio Petit da Silva, brasileiro, nascido em 1º de dezembro de 1941 em Piratininga - SP, filho de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva. (1973) - **84** - Luís Eurico Tejera Lisbôa, brasileiro, casado, nascido em 29 de janeiro de 1948 em Porto União - SC, filho de Eurico Siqueira Lisbôa e de Clélia Tejera Lisbôa. (1972) - **85** - Luís Inácio Maranhão Filho, brasileiro, casado, nascido em 25 de janeiro de 1921 em Natal - RN, filho de Luís Inácio

Maranhão e de Maria Salmé Maranhão. (1974) - **86** - Luiz Almeida Araújo, brasileiro, nascido, em 27 de agosto de 1943 em Anadia - AL, filho de João Rodrigues de Araújo e de Maria José Mendes de Almeida. (1971) - **87** - Luiz René Silveira e Silva, brasileiro, solteiro, nascido em 15 de julho de 1951 no Rio de Janeiro - RJ, filho de René de Oliveira e Silva e de Lufita Silveira e Silva. (1974) - **88** - Luiz Vieira de Almeida, brasileiro, casado, com um filho, morava em Bacaba. (1973) - **89** - Luíza Augusta Garlippe, brasileira, solteira, nascida em 16 de outubro de 1941 em Araraquara - SP, filha de Armando Garlippe e de Durvalina Santomo. (1974) - **90** - Manoel Alexandrino, brasileiro, nascido na Paraíba, morava no Engenho de Marau. (1974) - **91** - Manuel José Nurchis, brasileiro, nascido em 19 de dezembro de 1940 em São Paulo - SP, filho de José Francisco Nurchis e de Rosalina Carvalho Nurchis. (1972) - **92** - Márcio Beck Machado, brasileiro, nascido em 14 de dezembro de 1943 em São Paulo - SP, filho de Otávio Menezes Machado e de Edria Beck Machado. (1973) - **93** - Marco Antônio Dias Batista, brasileiro, solteiro, nascido em 7 de agosto de 1954 em Sorocaba - SP, filho de Waldomiro Dias Batista e de Maria de Campos Batista. (1970) - **94** - Marcos José de Lima, brasileiro, nascido no Espírito Santo, ferreiro. (1973) - **95** - Maria Augusta Thomaz, brasileira, solteira, nascida em 14 de novembro de 1947 em Leme - SP, filha de Aniz Thomaz e de Olga Michael Thomaz. (1973) - **96** - Maria Célia Corrêa, brasileira, nascida em 30 de abril de 1945 no Rio de Janeiro - RJ, filha de Edgar Corrêa e de Irene Corrêa. (1974) - **97** - Maria Lúcia Petit da Silva, brasileira, solteira, nascida em 20 de março de 1950 em Agudos - SP, filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva. (1972) - **98** - Mariano Joaquim da Silva, brasileiro, casado, nascido em 2 de maio de 1930 em Timbaúba - PE, filho de Antonio Joaquim da Silva e de Maria Joana Conceição. (1970) - **99** - Mário Alves de Souza Vieira, brasileiro, casado, nascido em 14 de fevereiro de 1923 em Santa Fé - BA, filho de Romualdo Leal Vieira e de Julieta Alves de Souza Vieira. (1970) - **100** - Maurício Grabois, brasileiro, casado, nascido em 2 de outubro de 1912 em Salvador - BA, filho de Agostim Grabois e de Dora Grabois. (1973) - **101** - Miguel Pereira dos Santos, brasileiro, nascido em 12 de julho de 1943, em Recife - PE, filho de Pedro Francisco dos Santos e Helena Pereira dos Santos. (1972) - **102** - Nelson de Lima Piauhy Dourado, brasileiro, nascido em 3 de maio de 1941 em Jacobina - BA, filho de Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado. (1974) - **103** - Nestor Veras, brasileiro, nascido em 19 de maio de 1915 em Ribeirão Preto - SP, filho de Manoel Veras e Pilar Velasques. (1975) - **104** - Noberto Armando Habeger, argentino, jornalista, passaporte com nome de Hector Estevan Cuello. (1978) - **105** - Onofre Pinto, brasileiro, nascido em 26 de janeiro de 1937 em Jacupiranga - SP, filho de Júlio Rosário e Maria Pinto Rosário. (1974) - **106** - Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, brasileiro, casado, nascido em 14 de janeiro de 1915 em Santa Tereza - ES, filho de Orlando da Silva Rosa Bonfim e Maria Gasparini Bonfim. (1974) - **107** - Orlando Momente, brasileiro, casado, nascido em 10 de outubro de 1933 em Rio Claro - SP, filho de Álvaro Momente e Antonia Rivelino Momente. (1973) - **108** - Osvaldo Orlando da Costa, brasileiro, nascido em 27 de abril de 1938 em Passa Quatro - MG, filho de José Orlando da Costa e Rita Orlando dos Santos. (1974) - **109** - Paulo César Botelho Massa, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de outubro de 1945 no

Rio de Janeiro - RJ, filho de Cristovam Sanches Massa e Laís Maria Botelho Massa. (1972) - **110** - Paulo Costa Ribeiro Bastos, brasileiro, nascido em 16 de fevereiro de 1945 em Juiz de Fora - MG, filho de Othon Ribeiro Bastos e Maria do Carmo Costa Bastos. (1972) - **111** - Paulo de Tarso Celestino da Silva, brasileiro, nascido em 26 de maio de 1944 em Morrinhos - GO, filho de Pedro Celestino da Silva Filho e Zuleika Borges Pereira Celestino. (1971) - **112** - Paulo Mendes Rodrigues, brasileiro, nascido em 25 de setembro de 1931 em Cruz Alta - RS, filho de Francisco Alves Rodrigues e Otilia Mendes Rodrigues. (1973) - **113** - Paulo Roberto Pereira Marques, brasileiro, nascido em 14 de maio de 1949, em Pains - MG, filho de Silvio Marques Carrilho e Maria Leonor Pereira Marques. (1973) - **114** - Paulo Stuart Wright, brasileiro, casado, nascido em 2 de julho de 1933 em Herval D'Oeste-SC, filho de Lathan Ephraim Wright e Maggie Belle Wriqh. (1973) - **115** - Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de março de 1947 em Belo Horizonte - MG, filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e Diana Piló de Oliveira. (1974) - **116** - Pedro Inácio de Araújo, brasileiro, morava em Miriri - PB. (1974) - **117** - Ramires Maranhão do Valle, brasileiro, nascido em 2 de novembro de 1950 em Recife - PE, filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e Agrícola Maranhão do Valle. (1973) - **118** - Rodolfo de Carvalho Troiano, brasileiro, nascido em 1950 em Juiz de Fora - MG, filho de Rodolfo Troiano e Geny de Carvalho Troiano. (1974) - **119** - Rosalindo Souza, brasileiro, nascido em 2 de janeiro de 1940 em Caldeirão Grande - BA, filho de Rosalvo Cypriano Souza e Lindaura Correia de Souza. (1973) - **120** - Rubens Beirodt Paiva, brasileiro, casado, nascido em 26 de setembro de 1929 em Santos - SP, filho de Jaime de Almeida Paiva e Aracy Beirodt Paiva. (1971) - **121** - Ruy Frazão Soares, brasileiro, casado, nascido em 4 de outubro de 1941 em São Luis - MA, filho de Mario da Silva Soares e Alice Frazão Soares. (1974) - **122** - Ruy Carlos Vieira Berbert, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de dezembro de 1947 em Regente Feijó - SP, filho de Ruy Thales Jaccoud Berbert e Otilia Vieira Berbert. (1972) - **123** - Sérgio Landulfo Furtado, brasileiro, solteiro, nascido em 24 de maio de 1951 em Serrinha - BA, filho de George Furtado e Diva Furtado. (1972) - **124** - Stuart Edgar Angel Jones, brasileiro, casado, nascido em 11 de janeiro de 1946 em Salvador - BA, filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones. (1971) - **125** - Suely Yumiko Kamayana, brasileira, solteira, nascida em 25 de maio de 1948 em Coronel Macedo - SP. (1973) - **126** - Telma Regina Cordeiro Corrêa, brasileira, casada, nascida em 23 de julho de 1947 no Rio de Janeiro - RJ, filha de Luiz Durval Cordeiro e Celeste Durval Cordeiro. (1974)

- **127** - Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, brasileiro, casado, nascido em 1937 em Parintins - AM, filho de Togo Meirelles e Maria Garcia Meirelles. (1974) - **128** - Tobias Pereira Júnior, brasileiro, nascido em 16 de novembro de 1949 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Tobias Pereira e Emilia Barreto Pereira. (1974) - **129** - Uirassu de Assis Batista, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de abril de 1952 em Itapicuru - BA, filho de Francisco de Assis Batista e Adinalva Dantas Batista. (1974) - **130** - Vandick Reidner Pereira Coqueiro, brasileiro, casado, nascido em 9 de dezembro de 1949 em Boa Nova - BA, filho de Arnóbio Santos Coqueiro e Elza Pereira Coqueiro. (1974) - **131** - Virgílio Gomes da Silva, brasileiro, casado, nascido em 15 de agosto de 1933 em Sítio Novo (Santa Cruz)- RN, filho de Sebastião Gomes da Silva e Izabel Gomes da Silva. (1969) - **132** - Vitorino Alves Moitinho, brasileiro, solteiro, nascido em 3 de janeiro de 1949 na Bahia, filho de Isau Lopes Moitinho e Yolinda Alves Moitinho. (1973) - **133** - Walquíria Afonso Costa, brasileira, casada, nascida em 2 de agosto de 1947, filha de Edwin Costa e Odete Afonso Costa. (1974) - **134** - Wálter de Souza Ribeiro, brasileiro, casado, nascido em 24 de setembro de 1924 em Teófilo Otoni - MG, filho de Benedito Ribeiro e Maria Natalícia de Souza Ribeiro. (1974) - **135** - Wálter Ribeiro Novaes, brasileiro, casado, nascido na Bahia, filho de Arlindo Ribeiro e Maria Rosalinda Ribeiro. (1971) - **136** - Wilson Silva, brasileiro, casado, nascido em 21 de abril de 1942 em São Paulo - SP, filho de João Silva e Lígia Vilaça Silva. (1974)

Anexo 2

TABELA PARA CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO
(ART. 5º)

Idade na data do Desaparecimento	Expectativa Média de Sobrevida	
	Homens	Mulheres
16-20	45,74	50,75
21-25	41,37	46,1
26-30	37,12	41,53
31-35	32,96	37,06
36-40	28,93	32,7
41-45	25,06	28,48
46-50	21,37	24,38
51-55	17,9	20,45
56-60	14,66	16,73
61-65	11,67	13,27

Fotos de mortos
encontradas
nos arquivos
da repressão
política*

* Exceto as quatro primeira fotos, reproduzidas de outras fontes.

1962



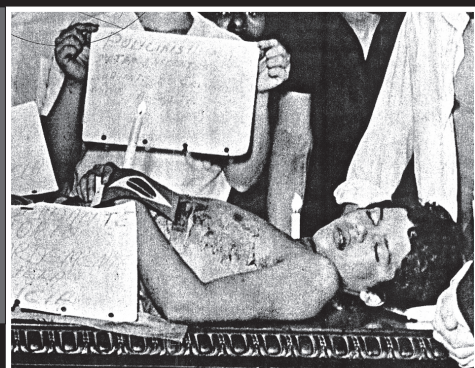
João Pedro Teixeira
morto em 2 de abril de 1962
(Reprodução)

1966



Manoel Raimundo Soares (o caso das mãos amarradas)
morto entre 13 e 20 de agosto de 1966
(Reprodução)

1968

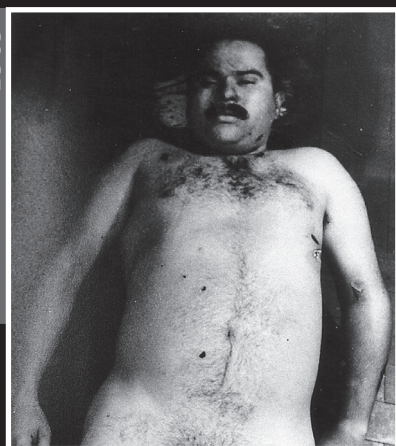


Edson Luiz de Lima Souto
morto em 28/03/1968
(Reprodução)



Fernando da Silva Lembo
morto em 01/07/1968
(Reprodução)

1969



Marco Antônio Brás de Carvalho
morto em 28/01/1969
(IML/SP)



Hamilton Fernando da Cunha
morto em 11/02/1969
(DOPS/SP)



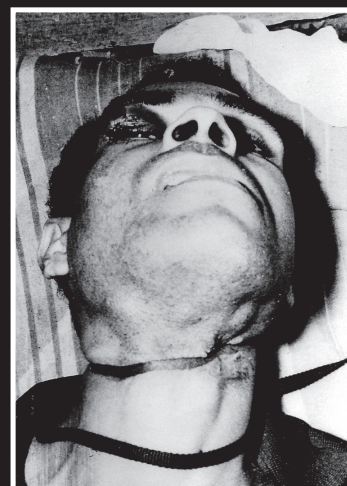
Antônio Henrique Pereira Neto
(Padre Henrique)
morto em 26/05/1969
(IPT/PE)



Carlos Roberto Zanirato
morto em 29/06/1969 (DOPS/SP)



Fernando Borges de Paula Ferreira
morto em 29/07/1969 (DOPS/SP)



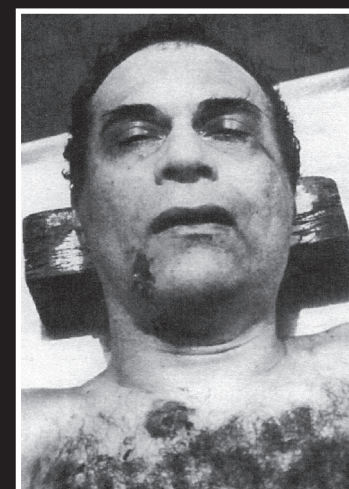
Roberto Cieto
morto em 04/09/1969 (IML/RJ)



Roberto Cieto
morto em 04/09/1969 (IML/RJ)



Eremias Delizoicov
morto em 16/10/1969 (DOPS/RJ)



Carlos Marighella
morto em 04/11/1969 (IML/SP)

1970



José Roberto Spiegner
morto em 17/02/1970 (DOPS/SP)



Antônio Raymundo Lucena
morto em 20/02/1970 (STF)



José Idésio Brianezi
morto em 13/04/1970 (IML/SP)



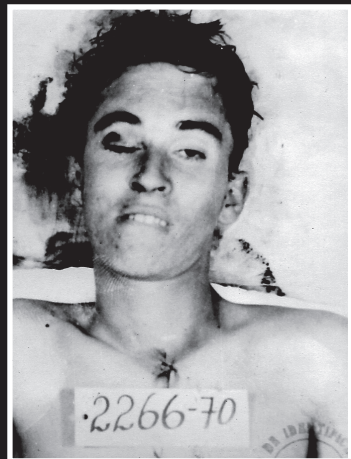
Roberto Macarini
morto em 28/04/1970
(DOPS/SP)



Olavo Hansen
morto em 09/05/1970 (IML/SP)



Alceri Maria Gomes da Silva
morta em 17/05/1970 (IML/SP)



Antônio dos Três Reis de Oliveira
desaparecido em 17/05/1970
(IML/SP)



Antônio Bem Cardoso
morto em 01/06/1970
(ISSP/CE?)

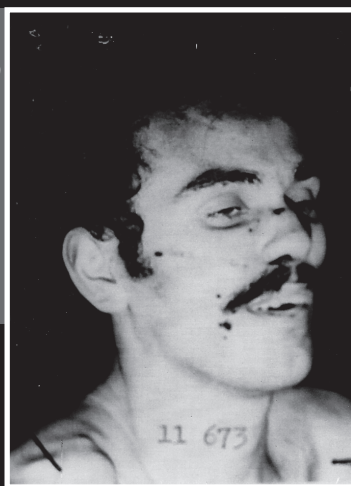


José Maria Ferreira Araújo
desaparecido em 23/09/1970
(IML/SP)

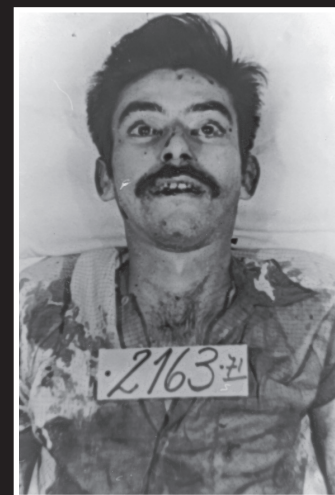


Yoshitane Fujimori
morto em 05/12/1970 (IML/SP)

1971



Mário de Souza Prata
morto em 03/04/1971 (IML/RJ)



Dimas Antônio Casemiro
morto em 17/04/1971 (DOPS/SP)



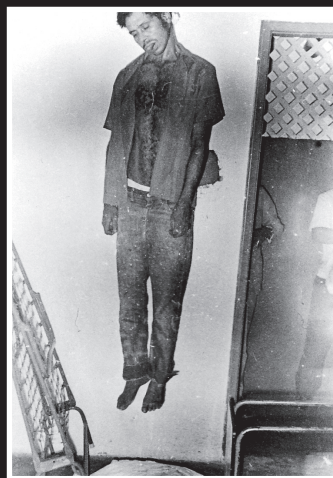
Joaquim Alencar de Seixas
morto em 17/04/1971 (DOPS/SP)



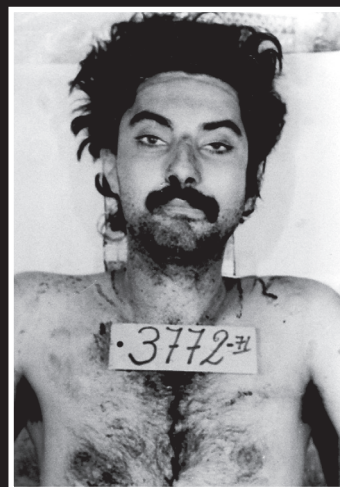
Dênis Casemiro
desaparecido em 18/05/1971 (DOPS/SP)



José Gomes Teixeira
morto em 23/06/1971 (DOPS/RJ)



José Gomes Teixeira
morto em 23/06/1971 (DOPS/RJ)



Luiz Eduardo da Rocha Merlino
morto em 19/07/1971 (DOPS/SP)



José Raimundo da Costa
morto em 05/08/1971 (DOPS/RJ)



Lara Lavelberg
morta em 20/08/1971 (PF/DR/BA -
op. 002/71 - Operação Pajussara)



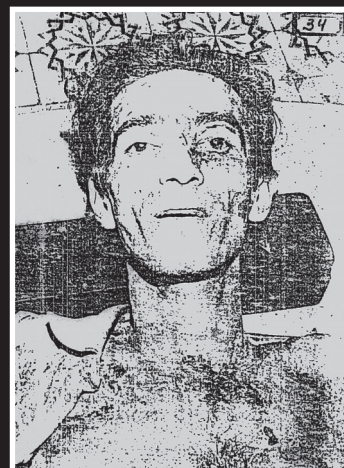
Amaro Luiz de Carvalho
morto em 22/08/1971 (IPT/PE)



Otoniel Campos Barreto
morto em 28/08/1971
(Op. 002/71 - Operação Pajussara)



Luís Antônio Santa Bárbara
morto em 28/08/1971
(IML/Salvador - op. 002/71 -
Operação Pajussara)



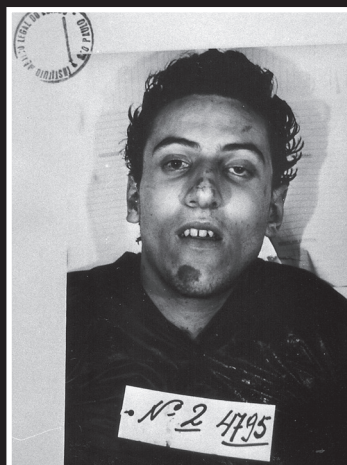
Calos Lamarca
morto em 17/09/71
(PF/DR/BA - op.002/71 -
Operação Pajussara)



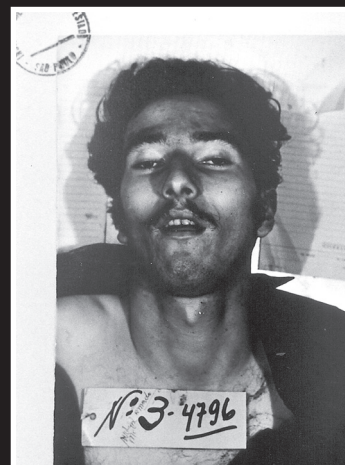
José Campos Barreto
morto em 17/09/1971
(PF/DR/BA - op.002/71 -
Operação Pajussara)



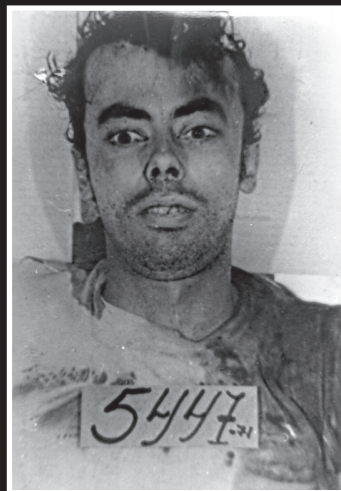
Antônio Sérgio de Mattos
morto em 23/09/1971
(IML/SP)



Manuel José Nunes Mendes
de Abreu
morto em 23/09/1971 (DOPS/SP)



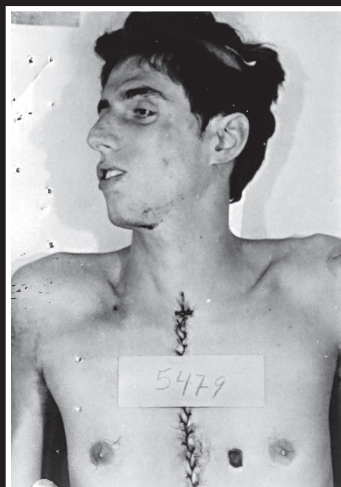
Eduardo Antônio da Fonseca
morto em 23/09/1971
(IML/SP)



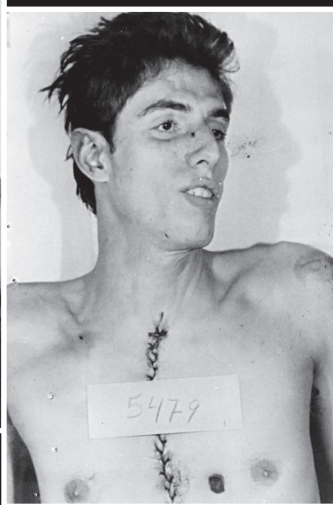
José Roberto Arantes de Almeida
morto em 04/11/1971
(DOPS/SP)



Francisco José de Oliveira
morto em 05/11/1971 (IML/SP)



Flávio Carvalho Molina
morto em 07/11/1971 (IML/SP)



José Milton Barbosa
morto em 05/12/1971 (DOPS/SP)

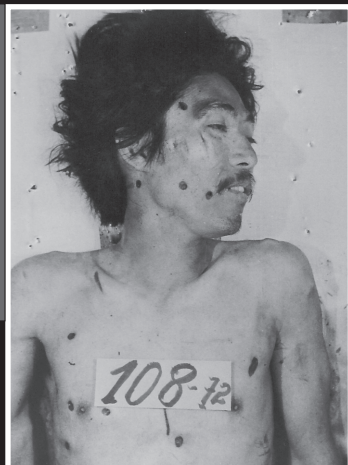


Carlos Eduardo Pires Fleury
morto em 10/12/1971 (IML/RJ)



Luiz Hirata
morto em 20/12/1971 (DOPS/SP)

1972



Hiroaki Torigoe
morto 05/01/1972
(IML/SP)



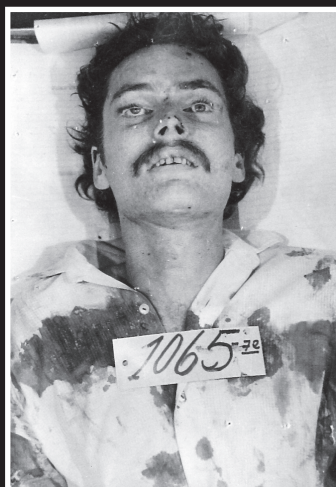
Alex de Paula Xavier Pereira
morto em 20/01/1972 (DOPS/SP)



Gelson Reicher
mortos em 20/01/1972 (IML/SP)



Gastone Lúcia Carvalho Beltrão
morta em 22/01/1972 (DOPS/SP)



Frederico Eduardo Mayr
morto em 24/02/1972
(DOPS/SP)



João Mendes Araújo
morto em 24/02/1972 (IPT/PE)



Alexander José Ibsen Voerões
morto 27/02/72 (IML/SP)



Antônio Marcos Pinto de Oliveira
morto em 29/03/1972 (ICCE/RJ)



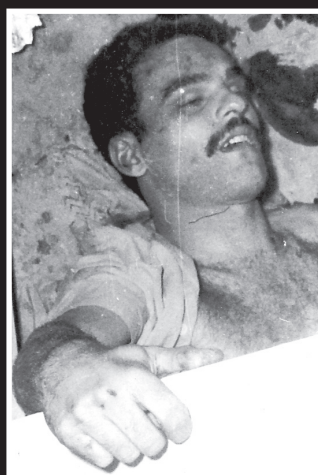
Lígia Maria Salgado Nóbrega
morta em 29/03/1972 (IML/RJ)



Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo
morta em 29/03/1972 (ICCE/RJ)

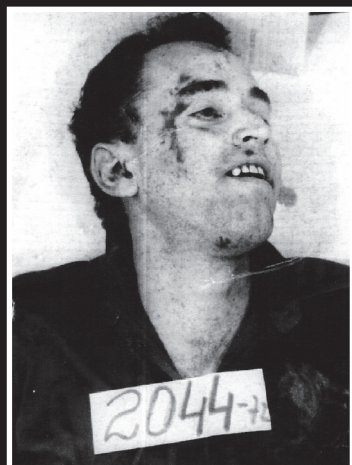


Wilton Ferreira
morto em 29/03/1972 (DOPS/RJ)



Antônio Carlos Nogueira Cabral
morto em 12/04/1972 (ICCE/RJ)





Rui Osvaldo Aguiar Pftzenreuter
morto em 14/04/1972 (DOPS/SP)



Grenaldo de Jesus da Silva
morto em 30/05/1972
(DOPS/SP)



Ana Maria Nacinovic Corrêa
morta em 14/06/1972 (IML/SP)



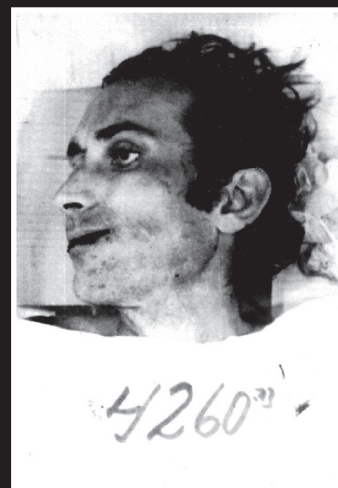
Marcos Nonato da Fonseca
morto em 14/06/1972
(DOPS/RJ)



Maria Lúcia Petit da Silva
desaparecida em 16/06/1972 (Órgãos da repressão)



Célio Augusto Guedes
morto em 15/08/1972
(IML/RJ)



José Júlio de Araújo
morto em 18/08/1972
(IML/SP)



Luiz Eurico Tejera Lisbôa
desaparecido em 02/09/1972
(DOPS/SP)



Antônio Benetazzo
morto em 30/10/1972
(DOPS/SP)



João Carlos Cavalcanti Reis
morto em 30/10/1972
(IML/SP)



Aurora Maria Nascimento Furtado
morta em 10/11/1972 (ICCE/RJ nº 6507/72)



Lincoln Cordeiro Oest
morto em 21/12/1972
(DOPS/RJ)



José Silton Pinheiro
morto em 29/12/1972
(ICCE/RJ)



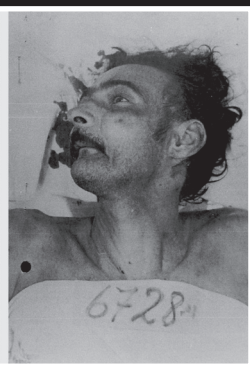
Lourdes Maria Wanderley Pontes
morto em 29/12/1972
(DOPS/RJ)

Fernando Augusto da Fonseca
morto em 29/12/1972
(ICCE/RJ nº 7645/72)



Getúlio D'Oliveira Cabral
morto em 29/12/1972
(ICCE/RJ nº 7645/72)

Valdir Sales Saboya
morto em 29/12/1972
(DOPS/RJ)



Carlos Nicolau Danielli
morto em 30/12/1972 (DOPS/SP)

1973



José Manoel da Silva
morto em 8/01/1973
(IPT/PE)



Eudaldo Gomes da Silva
morto em 8/01/1973
(IPT/PE)



Luíz Ghilardini
morto em 05/01/1973 (IML/RJ)



Evaldo Luiz Ferreira de Souza
morto em 8/01/1973
(IPT/PE)



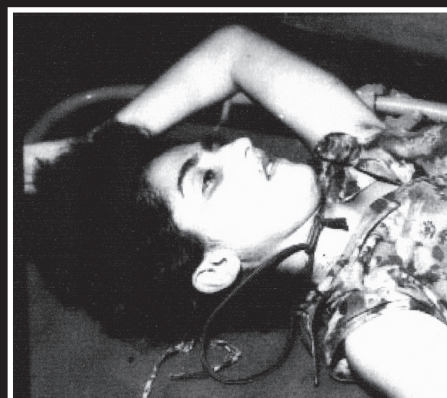
Jarbas Pereira Marques
morto em 8/01/1973 (IPT/PE)



Pauline Reichstul
morta em 8/01/1973
(IPT/PE)



Soledad Barret Viedma
morta em 8/01/1973
(IPT/PE)



Anatália de Souza Melo Alves
morta em 22/01/1973
(IPT/PE)



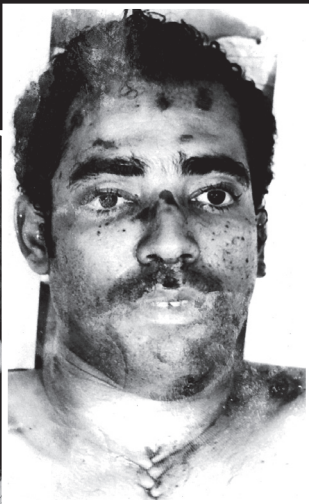
Lincoln Bicalho Roque
morto em 13/03/1973
(ICCE/RJ)



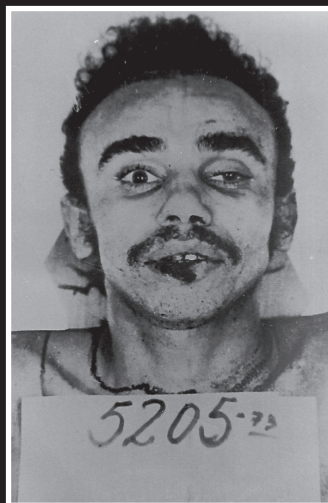
Merival Araújo
morto 14/05/1973
(ICCE/RJ)



Luiz José da Cunha
morto em 13/07/1973
(DOPS/SP)



Helber José Gomes Goulart
morto em 16/07/1973 (DOPS/SP)



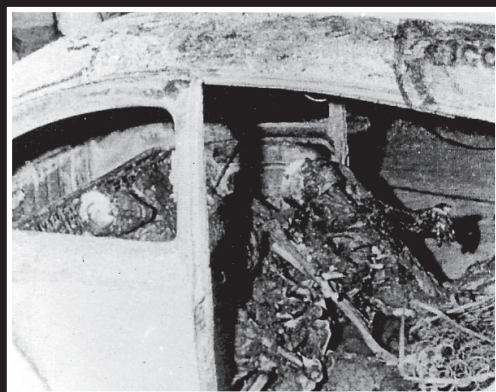
Emanuel Bezerra dos Santos
morto em 04/09/1973
(DOPS/SP)



Manoel Aleixo da Silva
morto em 29/08/1973
(IPT/PE)



Manoel Lisboa de Moura
morto em 04/09/1973 (DOPS/SP)



Almir Custódio de Lima
morto em 27/10/1973 (IML/RJ)



Ramires Maranhão do Vale
desaparecido em 27/10/1973 (ICCE/RJ)



Vitorino Alves Moitinho
Desaparecido em 27/10/1973 (ICCE/RJ)

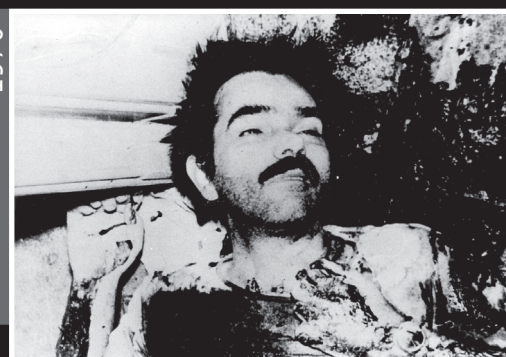


Ranússia Alves Rodrigues
morta em 27/10/1973
(ICCE/RJ)



Sônia Maria Lopes de Moraes
morta em 30/11/1973 (DOPS/SP)

1976



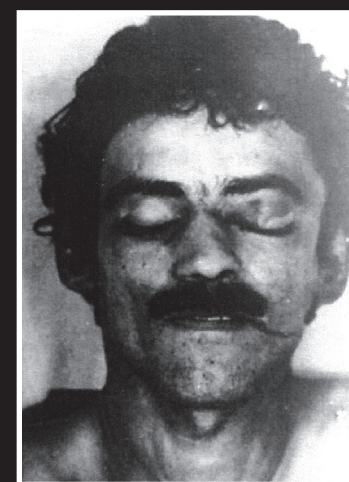
Ângelo Arroyo
morto em 16/12/1976 (DOPS/SP)



Antônio Carlos Bicalho Lana
morto em 30/11/1973
(DOPS/SP)



Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar
morto em 16/12/1976 (DOPS/SP)



João Baptista Drumond
morto em 16/12/1976 (DOPS/SP)

